UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

VERITATI

ANAIS DA SEMOC

28ª EDIÇÃO

Educar é um Ato de Esperança

Universidade Católica do Salvador
Salvador, Bahia, Brasil

20 a 24 de Outubro de 2025

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL

Reitor

Prof. Dr. Deivid Carvalho Lorenzo

Pró Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Profa. Dra. Silvana Sá de Carvalho

Pró Reitora de Graduação

Profa. Dra. Germana Pinheiro de Almeida

EQUIPE TÉCNICA

Normalização gráfica

Profa. Dra. Kátia Oliver de Sá – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC)

Doutoranda: Marcella Pinto de Almeida – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC)

Editoração

Profa. Dra. Silvana Sá de Carvalho – Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Profa. Dra. Maria Gorete Borges Figueirêdo – Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC)

Profa. Dra. Kátia Oliver de Sá – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC)

Doutoranda: Marcella Pinto de Almeida – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC)

Doutorando: Matheus Martins de Oliveira – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC)

O conteúdo desta publicação e normalização da ABNT é de inteira responsabilidade dos(as) autores(as) dos artigos científicos

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSAL. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

S471 Semana de Mobilização Científica – SEMOC (28: 2025 out. 20 a 24: Universidade Católica do Salvador)

Anais da XXVIII SEMOC - Semana de Mobilização Científica: Educar é um Ato de Esperança: 20 a 24 de outubro de 2025 [recurso eletrônico]. - Salvador: UCSAL - Universidade Católica do Salvador, 2025.

Modo de acesso: http://www.ri.ucsal.br

ISSN 2448-1858

1. Cuidado Humano 2. Cidadania 3. Sociedade I. Universidade Católica do Salvador II. SEMOC – Semana de Mobilização Científica III. Título.

CDU 061.3:342.7

ORGANIZAÇÃO

Comissão Científica

Profa. Dra. Silvana Sá de Carvalho (PPGTAS)

Prof. Dr. Thiago Pires Oliveira (PPGD)

Prof. Dr. Rafael Fornasier (PPGFSC)

Profa. Dra. Maria Gorete Borges Figueiredo (PPGPSC)

Mestranda Gabrielly Miranda Mendonça Santos (PPGD)

Mestranda Rosiane Alves dos Santos (PPGFSC)

Doutoranda Alessandra Daltro Pereira Santana (PPGTAS)

Apoio na Organização

Graduando Bruno Coelho Sales Conceição (Ciências Biológicas)

Graduando Jonas Henrique Falção Teixeira Santos (Ciências Biológicas)

SUMÁRIO

EIXO 1 – EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: UM CAMINHAR PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A CONTRIBUIÇÃO DOS *MOOT COURTS* DE ARBITRAGEM NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NA AGENDA 2030 DA ONU 18

Davi Ferreira Avelino Santana

A FAMÍLIA EM DESORDEM: DIÁLOGOS ENTRE ROUDINESCO E AS PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS SOBRE MULHERES MÃES FRENTE ÀS NOVAS CONFIGURAÇÕES A PARTIR DA CHEGADA DO FILHO COM DEFICIÊNCIA 31

Karla Cilene Silva dos Santos

Matheus Wisdom Pedro de Jesus

Verena Leite de Aragão

Sumaia Midlej Pimentel Sá

A LÓGICA DA EXCLUSÃO: UMA LEITURA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS 40

Edson Batista Medeiros

Isael de Jesus Sena

ADOECIMENTO MENTAL, CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DE TRABALHADORAS DA SAÚDE EM UM HOSPITAL PÚBLICO DE SALVADOR (2019 E 2025) 57

Ivone Pires Ferreira de Oliveira

BAHIA ALFABETIZADA: A BUSCA PELA MINIMIZAÇÃO DO ANALFABETISMO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NO ESTADO À LUZ DA LEI N° 25.668/2025 61

Jessica Hind Ribeiro Costa

Gerusa Bispo Dos Santos

João Pedro Pereira Rosado Da Silva

DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA E RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM COM DISCENTES COM DEFICIÊNCIA: NOTAS SOBRE A SUBJETIVIDADE E O AFETO 72

Karla Cilene Silva dos Santos

EDUCAÇÃO SEXUAL E NEURODIVERSIDADE: UM OLHAR AUTOETNOGRÁFICO SOB JOVENS NO ESPECTRO AUTISTA 80

Bárbara Christina Novaes de Oliveira Bastos

Isael de Jesus Sena

EDUCAR COM O ROSTO: A ALTERIDADE COMO PRINCÍPIO ÉTICO 93

André Siqueira

Liana Arantes

ENTRE O OLHAR E A ESCUTA: A EXPERIÊNCIA AUTOETNOGRÁFICA DA ESTUDANTE DE PEDAGOGIA DIANTE DOS DILEMAS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS.....108

Isabela Luna Oliveira Santos

Isael Sena de Jesus

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, CIDADANIA E PERMANÊNCIA *ESTUDANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO.....121

Ana Paula Esteves de Carvalho

Evanilson Caetano Lima

Lea Maria Bomfim Andrade Medeiros

Maria Gorete Borges Figueirêdo

JOVENS COM DEFICIÊNCIA E A ENTRADA NA VIDA UNIVERSITÁRIA: PASSAGEM E (DES)COMPASSOS.....132

Karla Cilene Silva dos Santos

LUDICIDADE INCLUSIVA: O PAPEL DOS BRINQUEDOS NA REPRESENTATIVIDADE DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS.....140

Mariana Araújo Santos,

Raabe Oliveira Paixão Leite,

Samanta Nascimento Oliveira da Silva,

Sarah Santos Barbosa,

Tauane Burgos de Brito,

Verena Loureiro Galvão

O ESPORTE COMO ATO DE ESPERANÇA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA EDUCAÇÃO.....149

Alex Barbosa Rufino

O LUGAR DO OUTRO NO LAÇO COM A CRIANÇA AUTISTA: UMA EXPERIÊNCIA AUTOETNOGRÁFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. 159

Rebeca Araújo Mascarenhas Souza

Isael de Jesus Sena

OS IMPACTOS DO SUBREGISTRO NO DIREITO AMBIENTAL. 174

Hercules Macario dos Santos Filho

OS POSSÍVEIS LUGARES DO ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO ESCOLAR NA INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA AUTISTA 189

Beatriz Martinez Do Nascimento Santos [1]

Isael De Jesus Sena [2]

REFLEXÕES SOBRE A AQUISIÇÃO DAS HABILIDADES DO PENSAMENTO LÓGICO PARA EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM ESTUDO DO RECURSO 'CAIXA COM CAIXAS' 202

Elisângela Aparecida Carvalho Cardoso

Matheus Wisdom Pedro de Jesus

EIXO 2 – ESPERANÇA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

A INTIMIDAÇÃO SISTEMÁTICA POR PROFESSOR SOBRE OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A SUA POSSÍVEL RESPONSABILIZAÇÃO POR ABUSO DE DIREITO DECORRENTE DE BULLYING 214

Tatyana Hughes Guerreiro Costa

EDUCAR É UM ATO DE ESPERANÇA: O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL 223

Lea Maria Bomfim Andrade Medeiros

Maria Gorete Borges Figueirêdo

Vanessa Figueredo de Oliveira Santos

Aparecida Netto Teixeira

FEMINICÍDIO PSICOLÓGICO: A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA QUE MATA EM SILÊNCIO 233

Aisha dos Santos Barbosa

Laura Maria Da Silva Xavier

Manoel Pereira da Silva Neto³

ISONOMIA SUCESSÓRIA ENTRE IRMÃOS UNILATERAIS E BILATERAIS: NOVAS PERSPECTIVAS DIANTE DO PROJETO DO NOVO CÓDIGO CIVIL.....244

Priscila Maria Maciel Delgado Borinato

JUDÔ, O CAMINHO SUAVE NA DESCOBERTA DE SENTIDO E VALORES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ADOLESCENTES NO ESPORTE. 255

Elisabete Góes Silva Pereira Muniz

RITMOS URBANOS-INDUSTRIAIS SOBRE COMUNIDADES RURAIS E O PAPEL DO PSICÓLOGO NOS ESPAÇOS EM PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO 269

Mariana Macedo Valverde Coelho

Cristina Maria Macêdo de Alencar

EIXO 3 – OS SABERES EM SAÚDE: POR UMA PRÁTICA HUMANIZADA

A RELEVÂNCIA DO ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER NA PROMOÇÃO DE ATIVIDADE FÍSICA PARA A POPULAÇÃO IDOSA 284

Andson Menezes Silva

Silvana Sá de Carvalho

ACESSO DE POPULAÇÕES RURAIS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MENTAL E HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO 308

Rafaela Santana Leandro

Cristina Maria Macedo de Alencar

ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA PÉLVICA EM MULHERES PUÉRPERAS COM INCONTINÊNCIA URINÁRIA POR ESFORÇO: REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA.....323

Anna Carolina de Jesus Gama

Anne Suellen Rodrigues Nascimento

Deborah Vidal Da Cruz Mauricio

Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas

Hosana Maria Falcão Lessa Gesteira

Naiara Conceição de Brito Fernandes

ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR EM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DIGEORGE.....336

Camilla Barreto Aguiar dos Santos

Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas

ENFERMAGEM NA CIRURGIA ROBÓTICA.....359

Amanda Garboggini Guerra Trimer

Joice Nascimento dos Santos

Paula Costa de Oliveira[3]

Daniela Barbosa Neiva Vidal[4]

PERFIL CLÍNICO E FUNCIONAL DE PACIENTES PÓS AVC ISQUÊMICO EM HOSPITAL PÚBLICO NA CIDADE DE SALVADOR-BA 368

Profª Msc. Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas.

Discente: Yamana Dias de Matos.

PREVALÊNCIA DE SINTOMAS DEPRESSIVOS E FATORES ASSOCIADOS EM FREIRAS IDOSAS RESIDENTES EM UM CONVENTO NA CIDADE DE SALVADOR-BA 388

Andreza Bastos Figueiredo Fagundes

Camilla Barreto Aguiar dos Santos

Elaine Cristina Cartaxo Villas Boas

Renata Reis Matutino de Castro

Yamana Dias de Matos

PREVALÊNCIA E CARACTERÍSTICAS CLÍNICAS DE PATOLOGIAS TORÁCICAS ASSOCIADAS A LEVOESCOLIOSE 405

Andreza Bastos Figueiredo Fagundes

Camilla Barreto Aguiar dos Santos

Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas

Paulo Itamar Ferraz Lessa

Yamana Dias de Matos

QUALIDADE DE VIDA DO PACIENTE COM DEFICIÊNCIA NÃO VISÍVEL: RELATO DE CASO DE UM PACIENTE COM LÚPUS ERITEMATOSO SISTÊMICO.....419

Mariana Araujo Santos

Raabe Oliveira Paixao Leite

Stéfane De Souza Guimarães[3]

Profa. Dra. Verena Loureiro Galvão[4]

RACISMO INSTITUCIONAL NA SAÚDE: REFLEXÕES A PARTIR DO CASO DE UMA ENFERMEIRA NA CIDADE DE SÃO PAULO.....431

Michelly Bezerra dos Santos Rabelo

Ana Maria Fernandes Pitta

RISCOS DE QUEDAS EM IDOSAS RESIDENTES EM UM CONVENTO NA CIDADE DE SALVADOR-BA.....438

Yamana Dias de Matos

Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas

EIXO 4 – EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: CRIANDO SOLUÇÕES COM ESPERANÇA

ALÉM DA INOVAÇÃO: COMO TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS REDESENHAM O TERRITÓRIO SOCIAL E AMBIENTAL.....451

Angela Cristina de Melo

Ronny Cesar Camilo Mota

CONTRIBUIÇÃO DA GEOTECNOLOGIA NA APRESENTAÇÃO DO CONTEXTO GEOGRÁFICO DA CIDADE DE BARRA DO GARÇAS – MT: COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE O ESPAÇO URBANO E A INTEGRIDADE DOS ECOSSISTEMAS.....467

Angela Cristina de Melo

DATA COMPOSTING FOR KIDS: UMA OFICINA DE COMPOSTAGEM PARA LETRAMENTO EM DADOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 483

Alana Alves Adorno

Anielly Maria Dias Nunes

João Henrique de Oliveira Silva

Rebeca Simão do Carmo

André Santanchè

Christianne O. Dalforno

REPRESENTAÇÃO DIGITAL DE DIRETRIZES MÉDICAS E SUA APLICAÇÃO PARA SISTEMAS EM DISPOSITIVOS MÓVEIS 499

Thiago Gomes Bastos Santos

Rafael Campos Sampaio

Marcelo Barros Silva Filho

Felipe Diquattro Camara[4]

André Santanchè[5]

Christianne O. Dalforno[6]

RESPONSABILIDADE PARENTAL E A ÉTICA DO CUIDADO NO USO DAS REDES SOCIAIS PELOS FILHOS.....513

Beatriz Katharine Santos de Paula

Rita Simões Bonelli

EIXO 5 – CUIDAR DO MEIO AMBIENTE - ESPERANÇA NO FUTURO

AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PROPOSTA DE UM ESPAÇO INTEGRADOR EM GANDU-BA 531

Esther Lopes Carneiro

ANÁLISE COMPARATIVA DA RESISTÊNCIA DE MINHOCAS NATIVAS DA MATA ATLÂNTICA E CALIFORNIANAS DE CATIVEIRO 542

Ananda Araújo Pinto

Bruna Tavares Macêdo

Herbert Henrique Ferreira Santos[3]

Islan Brandão Oliveira[4]

João Henrique De Oliveira Silva[5]

Eder Carvalho da Silva[6]

ANÁLISE DA PRESENÇA DE NEMATÓIDES NO MUCO DE *ACHATINA FULICA* (BOWDICH, 1822) (MOLLUSCA: GASTROPODA) ENCONTRADOS NO BAIRRO DE VALÉRIA, SALVADOR – BAHIA 551

Letícia Marques Moraes Oliveira

Fernanda Silva Souza Vilas Boas[1]

Iasmin Sousa Santos[1]

Grazielle Santana da Costa[1]

Gabriel Branco Dantas[1]

Josafá Malaquias da Silva Neto[1]

Eder Carvalho da Silva

ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA, MICROBIOLÓGICA E PERCEPÇÃO SOCIAL DO DIQUE DE CAMPINAS, SALVADOR (BA) 560

Bruna de Santa Bárbara Barbosa[1]

Eder Carvalho da Silva[2]

Karine Lena Meneghetti[3]

***ARMADILLIDIUM VULGARE* (ISOPODA: ARMADILLIDIIDAE): FATORES QUE INFLUENCIAM SUA ABUNDÂNCIA NA BORDA E CENTRO DO PARQUE ECOLÓGICO UNIVERSITÁRIO - UCSAL: DADOS PRELIMINARES 576**

Pedro Eduardo Santos da Conceição

Vanessa de Oliveira Araújo

Vitor Santos da Silva Novais

Ananda Araújo Pinto

Kátia Regina Benati

CIRCULARIDADE NA MODA: PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS E EDUCATIVAS EM PROL DO MEIO AMBIENTE 584

Aline Veiga Moita

Cristina Marchi

DENSIDADE POPULACIONAL DE EMERITA BRASILIENSIS (FAMÍLIA:HIPPIDAE ORDEM:DECAPODA) COMO INDICADOR DA SAÚDE DAS PRAIAS DE SALVADOR: DADOS PRELIMINARES.....593

Jonas Henrique Falcão Teixeira Santos

Ananda Silva da Silveira

Giovanni Brito de Jesus

Roger Gabriel da Silva Oliveira

Katia Regina Benati

ESTUDO COMPARATIVO: NORMAS DE SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL PÚBLICA EM SALVADOR (BRASIL) E BOLONHA (ITÁLIA) 600

Cristina Marchi

Gilciana de Jesus

GESTÃO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E COMPOSTAGEM: PERSPECTIVAS EDUCATIVAS.....614

Jose Jorge da Cruz Santos

Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi

Patrícia Carla Barbosa Pimentel

O TRABALHO DOS CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO CARNAVAL DE SALVADOR: PRÁTICAS DE CUIDADO COM O MEIO AMBIENTE.....626

Joilson Santos Santana

Ana Carine Oliveira do Nascimento

PERCEPÇÃO SOCIAL DE JOVENS SOBRE A INVISIBILIDADE DE COMUNIDADES INDÍGENAS NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES INICIAIS 636

Bruna Tavares Macêdo

Raphael de Sant'Ana Lima

Alessandra Carvalho da Cruz

PODER TRADICIONAL AFRICANO E A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.....651

Nicandro Oquete Indi

POLUIÇÃO NAS PRAIAS DE SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA: IMPLICAÇÕES PARA A PRESENÇA DE OURIÇOS-DO-MAR (ECHINOIDEA).....666

Giovanna da Silva Grave

Letícia Purificação de Jesus

Melissa Vitória Reis Santos Barbosa

Paula Melissa Leite de Jesus

Katia Regina Benati

RESÍDUOS PLÁSTICOS: IMPACTOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL 684

João Paulo Barbosa

Cristina Marchi

VULNERABILIDADES, RISCOS URBANÍSTICOS E A EDUCAÇÃO: A APROPRIAÇÃO DE RESÍDUOS DE DESASTRES COMO ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL 693

Maria das Graças Borja Gondim dos Santos Pereira

Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi

A SENCIÊNCIA COMO PRINCÍPIO DO DIREITO ANIMAL: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS DO BRASIL.....705

Mariana Oliveira de Vasconcelos

Thiago Pires-Oliveira

EIXO 6 – ESPERANÇA E JUSTIÇA SOCIAL

“A DONA DO TERREIRO”: RELATOS DE ANCESTRALIDADE COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DA SUBJETIVIDADE.....722

Maísa Santos de Oliveira

Isael de Jesus Sena

A DOR INVISÍVEL VIROU CRIME: O QUE DIZ O DIREITO PENAL SOBRE A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA.....736

Ana Verena de Jesus Oliveira Costa

Maria Clara Reis Barretto de Araújo

A EDUCAÇÃO COMO AUXÍLIO NO COMBATE AS MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA DE GÊNERO 750

Renan Alcantara Motta Coelho

A EFETIVIDADE DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NÍVEL III NO AMBIENTE EDUCACIONAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DO DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO.....775

Mateus Mozart Dórea de Jesus

A LUCIDEZ DE MACHADO DE ASSIS: NOTAS SOBRE ALIENAÇÃO E SOBERANIA NACIONAL.....783

Elisana Dais Borges

DESAFIOS JURÍDICOS DA INSEMINAÇÃO CASEIRA: FILIAÇÃO E O DIREITO BRASILEIRO.....797

Thamires Pereira Queiroz

Deivid Carvalho Lorenzo

DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO. UMA ANÁLISE DO RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2013 À 2016.....813

Gabriel Antonio Pereira Santos

EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO NA BAHIA: ESPERANÇA E JUSTIÇA SOCIAL PARA JOVENS EM CONFLITO COM A LEI 845

Cailane Aparecida Medeiros Moreira

Ana Beatriz Lisboa Pereira Melo

FAMILIAS DESANCORADAS E A BUSCA POR JUSTIÇA SOCIAL: DESAFIOS DO RECONHECIMENTO JURÍDICO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO.....859

Afraédille de Carvalho Ribeiro

Ananda Ellen de Carvalho Ribeiro

FREGUESIA DE SÃO BARTOLOMEU DE PIRAJÁ, SÉCULO XIX: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....868

Felix Souza Santos

***HOMESCHOOLING* E VULNERABILIDADE: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO JURÍDICO DE 113 DECISÕES JUDICIAIS (2015 - 2025) 897**

Paula Figueiredo Campos Lellis *897*

JUSTIÇA RESTAURATIVA: ESPERANÇA E JUSTIÇA SOCIAL NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....912

Luiza Maria Freitas Gomes Correia

Teresa Cristina Ferreira de Oliveira

JUSTIÇA SOCIAL, VULNERABILIDADE E ENVELHECIMENTO: INTERSEÇÕES ENTRE O ESTATUTO DA PESSOA IDOSA E O DIREITO DAS FAMÍLIAS 920

Luiza Maria Freitas Gomes Correia

Rita Simões Bonelli

O POVO XAVANTE E OS DESAFIOS PARA A EFETIVIDADE DA CIDADANIA. 930

Mariana Miyke de Faveri

Maria Gorete Borges Figueirêdo

O PROGRAMA DE APOIO E ACOMPANHAMENTO AOS ADOLESCENTES E JOVENS EGRESSOS NA CIDADE DE SALVADOR 943

Evandro Luís Santos de Jesus

Maria de Fátima Pessôa Lepikson

O PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO COMO INSTRUMENTO DE ESPERANÇA NO DIREITO DAS FAMÍLIAS 958

Bruna Sales Moura

OS PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL NA OBRA OS MISERÁVEIS DE VICTOR HUGO: UMA REFLEXÃO SOBRE ESPERANÇA E JUSTIÇA SOCIAL 970

Marina Falcão Lessa da Anunciação

Tatiane Brito Teixeira Leal

PROPOSTA DE SINAIS-TERMO PARA A ATIVIDADE FÍSICA CROSSFIT UMA INTERFACE ENTRE LETRAS E EDUCAÇÃO FÍSICA 985

João Lipe Nogueira Reis

Neemias Gimes Santana

PROTEÇÃO DE IMIGRANTES CONTRA O TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS QUANTO À APLICAÇÃO DA CLT E DAS CONVENÇÕES DA OIT NA GARANTIA DE DIREITOS LABORAIS.....994

Jéssica Hind Ribeiro Costa

Clara Prado Novais Siqueira

Samuel Santos Silva[3]

Racquel de Alcântara Almeida[4]

RESPONSABILIZAÇÃO DO SUJEITO COM TRANSTORNOS MENTAIS: DESAFIOS ÉTICOS E SOCIAIS 1009

Renilde Maiara Santana Santos¹

Isael de Jesus Sena²

EIXO 7 – EDUCAÇÃO, CIDADANIA E TERRITÓRIO: APRENDER PARA TRANSFORMAR A REALIDADE

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO RECÔNCAVO DA BAHIA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS 1026

Tarcisio Valter Cunha Nery

Débora Carol Luz da Porciuncula

Albany Mendonça Silva

Daiana dos Santos Ferreira

OBRAS DE DEFESA COSTEIRA NA PRAIA DE CACHA-PREGO, NA ILHA DE ITAPARICA (BA): O OLHAR DOS MORADORES 1042

Samanta Lorena Oliveira Silva

Fernando Barreto Nunes Filho

PROCESSOS DE ARTICULAÇÃO TERRITORIAL ENTRE MÚLTIPLAS ORGANIZAÇÕES NO TERRITÓRIO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO DE JANEIRO, MUNICÍPIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA 1056

Marcus Fabricio Gonçalves Oliveira

Kátia Regina Benati

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS O (DES)COMPASSO NA SUA CONSTRUÇÃO EM SALVADOR-BA. 1068

Maria Gorete Borges Figueirêdo

O TRABALHO INVISIBILIZADO E AS IMAGENS FABRICADAS: AMAS DE LEITE E MULHERES NEGRAS NA SALVADOR DA PRIMEIRA REPÚBLICA 1083

Giovana de Lima Ferreira

Alessandra Carvalho Cruz

EDUCAÇÃO CLIMÁTICA NO BRASIL: PRÁTICAS, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL 1091

Romero de Albuquerque Maranhão

COLONIALIDADE ALIMENTAR NO BRASIL: PERMANÊNCIA, APAGAMENTO E PERSPECTIVAS DECOLONIAIS. 1103

César Mustafa Tanajura

Cristina Maria Macedo Alencar

A LITERATURA NA FORMAÇÃO DO(A) PROFESSOR(A) DE LÍNGUA PORTUGUESA: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS DECOLONIAIS NO PIBID . 1122

Juciara dos Santos

Zélia de Jesus Assunção

Liliane Vasconcelos

CORPO-TERRITÓRIO E DIREITO À CIDADE: A PARADA DO ORGULHO LGBTQIAPN+ NA CIDADE DE SALVADOR-BA COMO ESPAÇO DE CIDADANIA 1132

Kelly Anne Conceição Santos Santana

Liliane Vasconcelos

RESÍDUOS SÓLIDOS EM OBRAS HOSPITALARES: REFORMA NO HOSPITAL SANTO AMARO, EM SALVADOR (BA) 1147

Geldson Novais Ferreira

Maria Luíza de Souza Campos Lé

Fernando Barreto Nunes Filho

A IMPORTÂNCIA DA MANUTENÇÃO PREDIAL: IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA DO PRÉDIO DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA (SEFAZ-BA) 1161

Gabriel Lins Melo de Oliveira

Caique Carvalhal Maia

Fernando Barreto Nunes Filho

A EXTRATERRITORIALIDADE DAS LEIS E A LEI MAGNITSKY: IMPACTOS SOBRE A SOBERANIA NACIONAL E OS DIREITOS HUMANOS 1177

Juliana Neimann da Cunha Ramos

Jéssica Hind Ribeiro Costa

O CONSUMO DAS REDES SOCIAIS E A PRODUÇÃO DE LITERATURA NA FORMAÇÃO DO LEITOR CONTEMPORÂNEO. 1191

Anna Catharina Maia Borges

Liliane Vasconcelos

O PAPA FRANCISCO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PROMOVENDO A ECOLOGIA INTEGRAL E CIDADÃ 1206

Romero de Albuquerque Maranhão

IMPLANTAÇÃO DO VLT - SALVADOR: OS DESAFIOS CONSTRUTIVOS DA TRANSPOSIÇÃO DA BR-324 E DA DUPLICAÇÃO DA BA-528 1215

Marcela Silva de Melo

Fernando Barreto Nunes Filho

ZAC DES GROUES (GRANDE PARIS): INTEGRAÇÃO METROPOLITANA E REQUALIFICAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL 1231

Letícia Bitencourt Neves

Fernando Barreto Nunes Filho

AS EDIFICAÇÕES E OS FATORES CLIMÁTICOS: UMA ANÁLISE DO CONDOMÍNIO SECURITÁRIOS, EM SALVADOR (BA) 1247

Ivana Souza Barbosa

Fernando Barreto Nunes Filho

ESCOLAS CATÓLICAS EM SALVADOR (BA): HISTÓRICO E ESCOLHAS POR LOCALIZAÇÃO 1262

Maiesse Pinto El Sayegh Nunes

Silvana Sá de Carvalho

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA: IMPORTÂNCIA PARA O CORRETO MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS 1278

Romero de Albuquerque Maranhão

Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi

CIDADE, IMAGEM E MORFOLOGIA: A REPRESENTAÇÃO FÍLMICA DA CIDADE DE SALVADOR (BA) 1288

Fernando Barreto Nunes Filho

A VISIBILIDADE DA LITERATURA LGBTQIAPN+ NA EDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA DE INCLUSÃO E EQUIDADE 1303

Geraldo Santos de Santana

Lucas dos Santos Barbosa

Matheus Silva Sandes

Nivea Damasceno Pereira

Liliane Vasconcelos de Jesus

“EDUCAR É SEMPRE UM ATO DE ESPERANÇA” (FRANCISCO) EDUCAÇÃO COMO SEMENTE DE ESPERANÇA, PARA COLHER UM FUTURO FRATERNO 1319

Nadson Pereira Xavier Mattos

ESCREVENDO O MUNDO EM QUE VIVO: LETRAMENTO E COTIDIANO NO 2° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL 1329

Anna Carolina Marback dos Santos

Moema Nery de Almeida

CIDADES INTELIGENTES E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL: PRIMEIRAS REFLEXÕES A PARTIR DO NORDESTE DO BRASIL 1340

Thalita Emanuele Teixeira Santiago

EIXO 1

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: UM CAMINHAR PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A CONTRIBUIÇÃO DOS *MOOT COURTS* DE ARBITRAGEM NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NA AGENDA 2030 DA ONU

Davi Ferreira Avelino Santana[*]

RESUMO

O artigo examina a contribuição dos *moot courts* de arbitragem para a efetivação do ODS n. 4 da Agenda 2030, em conexão com os ODS n. 5, 8, 16 e 17. Utiliza-se revisão bibliográfica e observação prática. Conclui-se que tais competições, ao simular litígios complexos, desenvolvem competências jurídicas que promovem cooperação acadêmica internacional e fortalecem a formação cidadã, a fim de construir uma prática pedagógica alinhada à educação global e de qualidade.

Palavras-chave: Arbitragem. Agenda 2030. Aprendizagem Experiencial. Cooperação Acadêmica. Internacionalização.

1. INTRODUÇÃO

Em 1947, advertia-nos Martin Luther King Jr. que não basta cultivar inteligência[1]. É imperativo que o caráter a acompanhe. Uma educação plena, segundo ele, outorga não apenas capacidade de foco, mas ideais dignos de atenção. Não só o saber acumulado da humanidade, mas também sua experiência social vivida.

Recentemente, "*spes non confundit*" foram as palavras inaugurais da Bula do Jubileu Ordinário do Ano de 2025[2], do qual esta Universidade é partícipe de um projeto de esperança marcado pela confiança e pela dignidade, que não se limita a um ideal abstrato. É, com efeito, a construção de uma educação ativa, com esperança de uma pedagogia da presença no futuro, que trata-se de avançar para onde jovens deixam de ser meros destinatários de conteúdos e passam a ser protagonistas de experiências que conjugam saber e compromisso, técnica e consciência, ciência e justiça.

[*] Graduando em Direito na Universidade Católica do Salvador com intercâmbios na Universidade do Porto e na Pontifícia Università Lateranense di Roma. *Student Member* do Chartered Institute of Arbitrators e da International Bar Association. Membro do Young International Council for Commercial Arbitration. *Alumni* da European Law Students' Association. E-mail: davi.santana@ucsal.edu.br.

[1] "*We must remember that intelligence is not enough. Intelligence plus character: that is the goal of true education. The complete education gives one not only power of concentration, but worthy objectives upon which to concentrate. The broad education will, therefore, transmit to one not only the accumulated knowledge of the race but also the accumulated experience of social living*" (KING JR., Martin Luther. The Purpose of Education. Morehouse College Student Paper, Atlanta, v. 10, p. 123-124, fev. 1947).

[2] FRANCISCO. Spes non confundit: Bulla Indictionis Iubilaei Ordinarii Anni MMXXV. Vaticano: Santa Sé, 2024.

Os ideais kingiano e jubilar, em seus múltiplos desdobramentos, chegam ao encontro da proposta de um modelo de educação ativo, aqui sob o signo dos *moot courts*, os quais não se tratam somente de transmitir técnica jurídica, mas também de incutir vocação ética e compromisso com valores que ultrapassam o âmbito meramente profissional.

Os *moot courts* de arbitragem consolidaram-se, nas últimas décadas, como práticas acadêmicas internacionais de reconhecida relevância para a formação jurídica. Originados em universidades estrangeiras, notadamente com a criação do *Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot*, em Viena, tais competições expandiram-se progressivamente para todos os continentes e alçaram elevado prestígio acadêmico e institucional. No Brasil, sua difusão ocorreu sobretudo a partir da primeira década dos anos 2000, por meio de iniciativas promovidas por câmaras arbitrais como a CAMARB, que passou a replicar o modelo internacional, com adaptações ao contexto nacional para fomentar a participação de discentes de diferentes regiões do país.

Nesse ambiente, a pesquisa avançada, a elaboração de peças processuais, a oralidade persuasiva e o trabalho em equipe são exercitados sob parâmetros próximos à realidade profissional. Trata-se de uma experiência que prepara o futuro jurista para atuar em cenários de elevada complexidade, nos quais a arbitragem se apresenta como mecanismo privilegiado de solução de controvérsias.

A pertinência do tema ganha relevo quando analisada sob a ótica da Educação de Qualidade, consagrada como Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n. 4 da Agenda 2030 da ONU, ao mesmo tempo em que dialoga com outros objetivos, como o ODS n. 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e o ODS n. 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

Nesse contexto, o problema que se coloca é o seguinte: em que medida os *moot courts* de arbitragem efetivamente contribuem para a formação acadêmica e cidadã, conectando-se aos objetivos de desenvolvimento sustentável e à centralidade da educação como ato de esperança e transformação?

Para tanto, adota-se uma metodologia de revisão bibliográfica em doutrina nacional e estrangeira sobre ensino jurídico e arbitragem, complementada por análise documental dos regulamentos das principais competições realizadas em âmbito

nacional e internacional, além de observação prática das experiências vivenciadas por equipes participantes.

2. OS *MOOT COURTS* DE ARBITRAGEM COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO JURÍDICA

A gênese dos *moot courts* de arbitragem remonta ao ambiente acadêmico da Europa e da América do Norte, onde, nas últimas décadas do século XX, emergiram competições simuladas concebidas para fornecer ao estudante vivência concreta na resolução de litígios internacionais. O *Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot*, iniciado em 1994, sediado em Viena e, posteriormente, estendido a Hong Kong, hoje mobiliza centenas de universidades ao redor do mundo, com problemas baseados na *United Nations Convention on Contracts for the International Sale of Goods* e questões procedimentais de arbitragem internacional. A literatura sublinha sua difusão como "experiência educacional extraordinária", capaz de justificar inclusive os altos custos de participação[3]. Esse modelo influenciou a estrutura de competições acadêmicas semelhantes globalmente[4].

O poder transformador desse tipo de programa se sustenta em teorias de aprendizagem ativa, notadamente o ciclo de *experiential learning* de David Kolb e Alice Kolb, segundo o qual o aprendizado se dá por meio da experiência concreta, reflexão, conceituação abstrata e experimentação ativa:

> O modelo da teoria da aprendizagem experiencial retrata dois modos dialeticamente relacionados de experiência de apreensão – Experiência Concreta (EC) e Conceituação Abstrata (AC) – e dois modos dialeticamente relacionados de experiência transformadora – Observação Reflexiva (RO) e Experimentação Ativa (AE). A aprendizagem experiencial é um processo de construção de conhecimento que envolve uma tensão criativa entre os quatro modos de aprendizagem que responde às demandas contextuais[5].

[3] GRAVES, Jack; VAUGHAN, Stephanie. The Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot: Making the Most of an Extraordinary Educational Opportunity. Vindobona Journal of International Commercial Law and Arbitration, Viena, v. 10, p. 173-206, 2006.

[4] *V.g.*, nacionais de ADR: Competição Brasileira de Arbitragem e Mediação da CAMARB (a mais tradicional no Brasil, com foco em arbitragem empresarial) e Competição de Arbitragem da CAMAGRO (voltada a controvérsias de arbitragem no setor do agronegócio); e internacionais de ADR: *Moot Madrid* (da Espanha, inclui fase opcional de redação de sentença arbitral), *Sports Moot Arbitration* (da Suíça, simula sessões do Tribunal Arbitral do Esporte, focado em direito desportivo), *Frankfurt Investment Arbitration Moot Court* (da Alemanha, especializado em litígios Investidor-Estado), *International Maritime Law Arbitration Moot* (voltado ao direito marítimo, em língua inglesa), *Foreign Direct Investment International Arbitration Moot* (enfoca disputas de investimento internacional) e *ICC International Commercial Mediation Competition* (da França, a mais relevante em mediação).

[5] No original: "*The ELT model portrays two dialectically related modes of grasping experience – Concrete Experience (CE) and Abstract Conceptualization (AC) – and two dialectically related modes of*

Nas competições de arbitragem, o modelo se traduz na estrutura metodológica que obriga os participantes à redação de memoriais, ao confronto doutrinário, à pesquisa comparada entre jurisdições e à sustentação oral diante de árbitros ou bancas simuladas. Todos elementos que promovem rigor acadêmico, pesquisa documental e argumentação persuasiva. Estudos empíricos recentes demonstram que este tipo de atividade propicia desenvolvimento superior das competências práticas jurídicas comparadas ao ensino puramente expositivo[6]. A interdisciplinaridade, por sua vez, se materializa quando questões processuais, materiais, comerciais internacionais e técnicas de negociação coalescem no estudo de casos fictícios complexos.

O modelo tradicional de ensino centrou-se historicamente na transmissão de conteúdos e revisão doutrinária, ações que favorecem a acumulação conceitual, porém limitam a preparação prática[7]. Por outro lado, os métodos de simulação, conforme propõem as literaturas pedagógicas contemporâneas, introduzem cenários em que não há respostas prontas, promovem protagonismo estudantil, exigem tomada de decisão sob pressão e favorecem o desenvolvimento de espírito crítico e reflexivo[8].

Somado a tanto, a arbitragem internacional está selecionada como peça central no direito comercial global. As estatísticas recentes dão mostra do peso econômico e global da arbitragem. No ano mais recente, registaram-se mais de oitocentos novos casos sob as regras da ICC, com um acervo pendente próximo de dois mil arbitragens ao final do ano, abrangendo centenas de jurisdições e casos transfronteiriços em sua

transforming experience – Reflective Observation (RO) and Active Experimentation (AE). Experiential learning is a process of constructing knowledge that involves a creative tension among the four learning modes that is responsive to contextual demands" (KOLB, David A.; KOLB, Alice Y. Learning Styles and Learning Spaces: Enhancing Experiential Learning in Higher Education. Academy of Management Learning & Education, v. 4, n. 2, p. 193-212, 2005, p. 194, tradução nossa).

[6] KUEHN, Robert; JOY, Peter. Measuring the Impacts of Experiential Legal Education. Journal of Legal Education, v. 73, n. 3, p. 683-756, 2025.

[7] KOLB, David A.; KOLB, Alice Y. Learning Styles and Learning Spaces: Enhancing Experiential Learning in Higher Education. Academy of Management Learning & Education, v. 4, n. 2, p. 193-212, 2005, p. 207.

[8] GRADY, Daniel J. A critical review of the application of Kolb's experiential learning theory applied through the use of computer based simulations within virtual environments, 2000-2016. 2017. 38 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade do Estado de Nova Iorque, Albany, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.54014/674R-PEF4. Acesso em: 17 set. 2025.

maioria[9], bem como outros *reports* especializados dão nota da magnitude que se trata o sistema arbitral[10].

Diante disso, a escala e a capilaridade do contencioso arbitral internacional, com valores em disputa que variam de montantes módicos a cifras bilionárias, indicam que o exercício acadêmico se projeta para muito além da sala de aula, porque treina julgamento prudencial, responsabilidade prática e virtudes cívicas indispensáveis à vida institucional.

3. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E COMPETÊNCIAS DO FUTURO (ODS 4)

Em 2015, a Organização das Nações Unidas instituiu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no âmbito da Agenda 2030, dentre os quais, o n. 4 se propõe a assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Helen Kopnina destaca que a formulação do ODS n. 4 parte do pressuposto normativo de que o desenvolvimento sustentável, em sua feição econômico-produtivista, constitui paradigma incontestável, quando na realidade a insistência em modelos de crescimento ilimitado gera contradições internas, tanto pela intensificação das desigualdades quanto pela sobrecarga imposta aos recursos naturais[11]. Sob esse prisma, a autora defende que a educação, se concebida apenas como instrumento de adaptação ao *status quo*, corre o risco de reproduzir estruturas hegemônicas, carecendo, portanto, de um

[9] INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE. Dispute Resolution 2024 Statistics. International Chamber of Commerce Statistical Reports, Paris, 2024. Disponível em: https://jusmundi.com/en/icc-dispute-resolution-library. Acesso em: 17 set. 2025;

[10] CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ. Relatório de 2023. Fatos e Números do CAM-CCBC, São Paulo, 8 ago. 2024. Disponível em: https://www.ccbc.org.br/cam-ccbc-centro-arbitragem-mediacao/fatos-e-numeros/. Acesso em: 17 set. 2025; CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ. Pesquisa de Satisfação 2023. Gestão de Qualidade do CAM-CCBC, São Paulo, 21 out. 2023. Disponível em: https://www.ccbc.org.br/cam-ccbc-centro-arbitragem-mediacao/gestao-de-qualidade/. Acesso em: 17 set. 2025; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURIMETRIA. Processos relacionados à arbitragem: um levantamento no banco de sentenças do TJ-SP. Observatório da Arbitragem, São Paulo, 22 nov. 2023. Disponível em: https://cbar.org.br/site/observatorio-da-arbitragem-abj-e-cbar/. Acesso em: 17 set. 2025; LEMES, Selma Ferreira (Coord.). Arbitragem em Números: Pesquisa 2022-2023. Canal Arbitragem, São Paulo, 2024. Disponível em: https://canalarbitragem.com.br/wp-content/uploads/2024/12/Arbitragem-em-Numeros-2024.pdf. Acesso em: 17 set. 2025.

[11] KOPNINA, Helen. Education for the future? Critical evaluation of education for sustainable development goals, The Journal of Environmental Education, v. 51, n. 4, p. 280-291, jan. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/00958964.2019.1710444. Acesso em: 18 set. 2025.

redirecionamento no sentido de pedagogias críticas e ecocêntricas, aptas a romper com a lógica de mera reprodução social e a promover efetiva transformação estrutural[12].

No contexto brasileiro, os estudos recentemente publicados sobre a Agenda 2030 e o papel das universidades nacionais convergem em reconhecer que o ODS n. 4 projeta-se não apenas sobre a educação básica, mas igualmente sobre o ensino superior, de modo que impõe às Instituições de Ensino Superior responsabilidades específicas de natureza estrutural e programática. Segundo o *Times Higher Education Impact Ranking 2023*, as universidades públicas, em especial aquelas situadas na região Sudeste, concentram maior protagonismo na integração do ODS n. 4, ao passo que as instituições privadas e da região Norte apresentam compromissos mais tímidos[13]. Ressalta-se, nesse contexto, a centralidade da meta 4.7, que atribui às IES a incumbência de assegurar a aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias à promoção do desenvolvimento sustentável, mediante a integração dos ODS nos currículos, a incorporação de práticas de sustentabilidade na governança universitária e a produção científica orientada por critérios de relevância social.

As instituições de educação superior, contudo, não devem ser compreendidas exclusivamente sob a ótica da formação de capital humano para o mercado, mas também como agentes estruturantes da consecução dos ODS em sua integralidade. Diferentemente dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que restringiam-se ao ensino básico, a ODS n. 4 foi ampliada para abranger também a educação universitária, pela sua função constitucional de ensino, pesquisa e extensão, aptas a não apenas atender às demandas da ODS n. 4, mas também potencializar os demais objetivos da Agenda 2030, como trabalho decente, redução das desigualdades e inovação.

Com efeito, nos é observado que a incorporação dos ODS nas práticas institucionais de ensino superior ainda é desigual, havendo necessidade de maior

[12] "*With unreflective support for growth, far from challenging the status quo, the SDGs and consequently, the ESDGs, condone continuing environmental exploitation, depriving millions of species of their right to flourish, and impoverishing future generations*" (*Ibidem*, p. 280).
[13] AGUIAR, José Hilton Santos *et al*. Compromissos das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com base no Times Higher Education Impact Ranking 2023. Revista Foco, Vila Velha, v. 17, n. 12, p. 1-14, dez. 2024, p. 13. Disponível em: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n12-062. Acesso em: 18 set. 2025.

articulação de políticas públicas, curricularização e integração da extensão universitária como via de democratização e transformação social[14].

Nesse horizonte, os *moot courts* de arbitragem oferecem uma contribuição concreta. Ao propor a simulação de litígios complexos, as competições desenvolvem nas discentes competências que se alinham diretamente às demandas do século XXI. Entre elas, o pensamento crítico, indispensável à análise de cenários jurídicos incertos; a resolução de conflitos, mediante técnicas de argumentação e negociação; o trabalho em equipe, que exige organização, liderança e cooperação; o multilinguismo, uma vez que muitos *moots* se desenrolam em inglês ou exigem domínio de terminologias jurídicas estrangeiras; e a compreensão intercultural, imprescindível para atuar em um ambiente jurídico cada vez mais globalizado.

Em linha com a meta de educação e qualidade, os moot courts colaboram para a construção de cidadãos globais. O estudante, ao participar de tais competições, é instado a compreender que a prática jurídica não se limita à defesa de interesses individuais, mas também envolve responsabilidade social, compromisso com a justiça e consciência da diversidade cultural. Permite-se ao aluno, portanto, transcender a dimensão estritamente profissional, de forma a fortalecer os valores éticos e democráticos que se projetam para além da esfera acadêmica.

Nesse sentido, o *Vis Moot*, por exemplo, concretiza metodologias de *learning by doing* e *problem-based learning*, em contraste com a educação jurídica tradicional, excessivamente expositiva, tornando-se um excelente veículo “para lidar com problemas jurídicos em um cenário em constante mudança e, assim, garantir aos alunos uma educação jurídica ideal”[15].

De tal forma, cobre praticamente todas as dez competências do *MacCrate Report*, produzido pela *American Bar Association Task Force on Law Schools and the*

[14] TRIBECK, Priscila Meier; STEFANI, Silvio Roberto. ODS nas instituições de ensino superior: revisão sistemática utilizando o Método Prisma. Emancipação, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-21, jun. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.24.2422112.017. Acesso em: 18 set. 2025.

[15] No original e na íntegra: “*The Vis Moot is an excellent vehicle to promote the advocacy skills and others necessary skills fundamental to the process of lawyering, to deal with legal problems in an ever changing landscape, and thus to ensure the students an optimal legal education. Students learn from experience and problem based learning and learning by doing are outstanding tools to facilitate students understood how practice and experiences guide professional attitudes and strategies*” (FLORESCU, Cristina Ioana. Vis Moot: Legal Education Tool In International Commercial Arbitration. Contemporary Legal Institutions, Romanian-American University, v. 4, n. 1, p. 114-126, nov. 2012, p. 125, tradução nossa).

Profession[16], quais sejam: (*i*) resolução de problemas, (*ii*) análise jurídica, (*iii*) pesquisa jurídica, (*iv*) investigação factual, (*v*) comunicação, (*vi*) aconselhamento, (*vii*) negociação, (*viii*) familiaridade com litígios comparados e processos alternativos de resolução de disputas, (*ix*) organização e gestão do trabalho e (*x*) reconhecimento e resolução de dilemas éticos.

Assim, sob a ótica do ODS n. 4, os *moot courts* de arbitragem representam um exemplo paradigmático de educação de qualidade, pois cumprem a dupla função de capacitar tecnicamente e de formar indivíduos conscientes de seu papel social e global. Asseguram, portanto, a formação de indivíduos capazes de pensar criticamente, dialogar em ambientes multiculturais e resolver problemas complexos. Trata-se de uma educação que não se limita a transmitir conhecimentos, mas que prepara para a vida, para o exercício da cidadania e para a atuação profissional em contextos globais.

4. DEMAIS CONEXÕES COM A AGENDA 2030 DA ONU (ODS N. 5, 8, 16 E 17)

Além do alinhamento à ODS n. 4 (Educação de Qualidade), como já referido, cumpre destacar, ainda, que as competições acadêmicas também dialogam com outros objetivos, onde podem combinar reflexos indiretos.

Sob a ótica do ODS n. 5 (Igualdade de Gênero), as competições têm promovido crescente inclusão feminina em equipes, arbitragens simuladas e bancas avaliadoras, em contribuição para a redução de desigualdades históricas no meio jurídico. A inclusão se alinha com outras iniciativas por parte de instituições de arbitragem, como a Resolução Administrativa n. 30/2018 do CAM-CCBC, acerca da diversidade e especialmente da igualdade de gêneros na arbitragem, com a qual “o CAM-CCBC se alinha à agenda internacional e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos por intermédio da Organização das Nações Unidas”[17] que prevê como

[16] GRAVES, Jack; VAUGHAN, Stephanie. The Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot: Making the Most of an Extraordinary Educational Opportunity. Vindobona Journal of International Commercial Law and Arbitration, Viena, v. 10, p. 173-206, 2006, p. 175.

[17] CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ. Igualdade de oportunidades para as mulheres no âmbito da Arbitragem: Resolução Administrativa n. 30/2018. São Paulo: CAM-CCBC, 2018. Disponível em: https://www.ccbc.org.br/cam-ccbc-centro-arbitragem-mediacao/resolucao-de-disputas/resolucoes-administrativas/ra-30-2018-igualdade-de-oportunidades-para-as-mulheres-no-ambito-da-arbitragem/. Acesso em: 17 set. 2025.

uma de suas metas alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

No ODS n. 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), quando as competições acadêmicas propõem-se a qualificar profissionais para um mercado global altamente competitivo, e estimulam empregabilidade e inovação[18]. Na verdade, "[é] comum, por exemplo, que, em entrevistas de emprego ou de estágio, o candidato que tenha passado pela experiência de um *moot* tenha, por esse motivo, vantagem em relação aos seus concorrentes"[19].

No ODS n. 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), observa-se que os *moot courts* promovem a difusão da arbitragem e de outros métodos alternativos de resolução de disputas como verdadeiros instrumentos de pacificação social, pois familiarizam estudantes com a lógica da cooperação, da negociação e da busca por soluções consensuais[20]. Tais competições internalizam valores que transcendem a técnica processual e contribuem para a formação de uma cultura jurídica orientada à paz, à justiça e à eficiência institucional.

Já no ODS n. 17 (Parcerias e Meios de Implementação), os *moot courts*, por sua própria natureza internacional, fomentam a cooperação acadêmica entre universidades, centros de pesquisa e instituições arbitrais de diferentes países[21]. Estudantes e

[18] Conforme ressaltado por Luíza Kömel, "[o]s maiores escritórios de advocacia e centros de arbitragem ao redor do mundo enviam representantes para as disputas para caçar novos talentos [...]. "É uma competição que agrega demais profissionalmente, além do intenso estudo para a fase escrita e de treinamento para a fase oral em Viena, o jovem já se integra com outros profissionais e com potenciais clientes, além de criar oportunidades valiosas para estabelecer conexões e expandir suas redes de contatos" (DIÁRIO DO COMÉRCIO. Brasil ganha espaço entre os maiores em competição internacional de arbitragem. Diário do Comércio, São Paulo, 12 abr. 2025. Disponível em: https://dcomercio.com.br/publicacao/s/brasil-ganha-espaco-entre-os-maiores-em-competicao-internacional-de-arbitragem. Acesso em: 17 set. 2025).

[19] SANTANA, Davi Avelino; YOKOTA, Lara; SOUZA, Davi; COUTO, Luís; NUNES, Sâmila. Meu Primeiro Moot: guia geral. São Paulo: CAM-CCBC, 2023, p. 8. *E-book*. Disponível em: https://www.mootcam.com.br/the-road-to-the-vis/. Acesso em: 18 set. 2025.

[20] Como é próprio dos métodos adequados de resolução de disputas. Cf. FRANKE, Ulf; MAGNUSSON, Annette; DAHLQUIST, Joel (Ed.). Arbitrating for Peace: How Arbitration Made a Difference. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2016.

[21] A formação de redes globais de colaboração acadêmica e institucional pode ser verificada através das constatações de que: o *Vis Moot* proporciona debates entre estudantes, jurisconsultos advogados ou árbitros e professores, incluindo *pre-moots* em diferentes jurisdições; o *Frankfurt Investment Arbitration Moot Court*, organizado em parceria entre o Instituto Max-Planck de Frankfurt e escritórios internacionais, reúne estudantes que representam universidades de diferentes continentes e têm acesso a painéis vocacionados de profissionais da arbitragem internacional; o *The Law Association for Asia and the Pacific Moot*, competição regional organizada por associações de magistrados e acadêmicos da Ásia-Pacífico, envolve laços entre faculdades de Direito de diferentes países em torno de temas de arbitragem e direito internacional e integram a academia e o setor arbitral.

professores constroem redes de colaboração que ultrapassam fronteiras nacionais, com potencial para uma comunidade global voltada ao aperfeiçoamento do direito e ao fortalecimento de instituições democráticas.

Dessa forma, os *moot courts*, embora nascidos como exercícios acadêmicos, mostram-se alinhados a uma agenda global de desenvolvimento sustentável e projetam-se como espaços de formação cidadã e instrumentos de realização de valores universais.

5. PERSPECTIVAS FUTURAS

As perspectivas futuras dos *moot courts* de arbitragem apontam para uma consolidação de sua relevância acadêmica e social, acompanhada por inovações tecnológicas e pela necessidade de maior inclusão. Um dos caminhos mais promissores consiste na expansão digital, com a realização de competições em formato *on-line* ou híbrido. A experiência adquirida em períodos de restrição sanitária demonstrou que a virtualização dos *moots* não apenas é viável, mas também permite ampliar o alcance geográfico, reduzindo custos de deslocamento e hospedagem e, consequentemente, democratizando o acesso.

A inclusão social desponta como outro vetor essencial. A criação de bolsas de participação e fundos de apoio específicos para equipes oriundas de países em desenvolvimento ou de instituições com recursos limitados mostra-se imprescindível para evitar a elitização dessas competições[22].

Nesse sentido, o diálogo entre universidades, centros de arbitragem e organismos internacionais revela-se estratégico para ampliar o impacto educacional dos *moot courts*. Parcerias institucionais podem viabilizar não apenas recursos financeiros, mas também treinamentos, intercâmbios, acesso a materiais didáticos e oportunidades de *networking*[23]. Ao fomentar uma rede colaborativa de alcance global,

[22] Como já é praticado por: Faculdade de Direito da Universidade de Miami (*Vis Moot Scholarship*, *UBA-Rosario Moot Scholarship*, *FDI International Arbitration Moot Scholarship* e *Moot Madrid Scholarship*), Centro de Direito da Universidade de Georgetown (*John H. Jackson Moot Scholarship*) e Faculdade de Direito da Universidade Pepperdine (*FDI Moot Competition Scholarship*).

[23] Em 2021, a Jus Mundi firmou parceria com o *Willem C. Vis Moot* e o *Vis East* para conceder acesso gratuito ao seu banco de dados para todas as equipes inscritas; posteriormente, em 2025, foi oferecido acesso ao Jus AI (assistente de IA da plataforma) aos participantes. Também em 2025, o Arbipedia ofereceu acesso especial a todos os estudantes competidores da CAMARB para auxílio nos trabalhos.

cria-se um ecossistema de cooperação que transcende a competição acadêmica e projeta os *moots* como instrumentos de integração científica e profissional.

Por fim, destaca-se o papel da inteligência artificial e das novas tecnologias na prática simulada. A incorporação dessas tecnologias tende a transformar os *moots* em ambientes ainda mais sofisticados, aproximando-os da realidade prática da advocacia contemporânea, que já se encontra permeada por soluções digitais[24].

Portanto, o futuro das competições acadêmicas de arbitragem se projeta como um campo fértil de inovações e de fortalecimento de sua dimensão inclusiva, tecnológica e cooperativa. Se devidamente apoiadas por políticas institucionais e por esforços internacionais de solidariedade acadêmica, poderão não apenas formar juristas mais preparados, mas também contribuir de forma decisiva para a consolidação dos compromissos da Agenda 2030.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os *moot courts* de arbitragem revelam-se, ao longo da presente análise, como instrumentos pedagógicos que transcendem o mero caráter competitivo para assumir a feição de verdadeiros laboratórios de formação acadêmica e cidadã. Sua contribuição para a educação de qualidade, conforme delineada no ODS n. 4 da Agenda 2030, é inequívoca, pois visa estimular a pesquisa avançada, a argumentação crítica, a oralidade persuasiva, o multilinguismo e a compreensão intercultural. De todo, preparam juristas aptos a enfrentar os desafios de um mundo em permanente transformação.

A relevância do tema ultrapassa, entretanto, os limites do ensino jurídico tradicional, vez que, ao difundir valores de cooperação, diálogo e solução pacífica de controvérsias, tais experiências se alinham também ao ODS n. 16 e, ao promoverem redes de colaboração acadêmica internacional, realizam na prática o ODS n. 17. Embora não se trate de mecanismos capazes de, por si só, concretizar todos os

[24] A inevitabilidade da inteligência artificial já é tema de diversas instituições arbitrais, como: SILICON VALLEY ARBITRATION & MEDIATION CENTER. Guidelines on the Use of Artificial Intelligence in Arbitration. Califórnia: SVAMC, 2024. Disponível em: https://svamc.org/wp-content/uploads/SVAMC-AI-Guidelines-First-Edition.pdf. Acesso em: 18 set. 2025; CHARTERED INSTITUTE OF ARBITRATORS. Guideline on the Use of AI in Arbitration. Londres: CIArb, 2025. Disponível em: https://www.ciarb.org/media/m5dl3pha/ciarb-guideline-on-the-use-of-ai-in-arbitration-2025-_final_march-2025.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

compromissos da Agenda 2030, é inegável que representam instrumentos de realização parcial e efetiva de seus objetivos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José Hilton Santos *et al*. Compromissos das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com base no Times Higher Education Impact Ranking 2023. **Revista Foco**, Vila Velha, v. 17, n. 12, p. 1-14, dez. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n12-062. Acesso em: 18 set. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURIMETRIA. Processos relacionados à arbitragem: um levantamento no banco de sentenças do TJ-SP. **Observatório da Arbitragem**, São Paulo, 22 nov. 2023. Disponível em: https://cbar.org.br/site/observatorio-da-arbitragem-abj-e-cbar/. Acesso em: 17 set. 2025.

CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ. **Igualdade de oportunidades para as mulheres no âmbito da Arbitragem**: Resolução Administrativa n. 30/2018. São Paulo: CAM-CCBC, 2018. Disponível em: https://www.ccbc.org.br/cam-ccbc-centro-arbitragem-mediacao/resolucao-de-disputas/resolucoes-administrativas/ra-30-2018-igualdade-de-oportunidades-para-as-mulheres-no-ambito-da-arbitragem/. Acesso em: 17 set. 2025.

CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ. Pesquisa de Satisfação 2023. **Gestão de Qualidade do CAM-CCBC**, São Paulo, 21 out. 2023. Disponível em: https://www.ccbc.org.br/cam-ccbc-centro-arbitragem-mediacao/gestao-de-qualidade/. Acesso em: 17 set. 2025.

CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ. Relatório de 2023. **Fatos e Números do CAM-CCBC**, São Paulo, 8 ago. 2024. Disponível em: https://www.ccbc.org.br/cam-ccbc-centro-arbitragem-mediacao/fatos-e-numeros/. Acesso em: 17 set. 2025.

CHARTERED INSTITUTE OF ARBITRATORS. **Guideline on the Use of AI in Arbitration**. Londres: CIArb, 2025. Disponível em: https://www.ciarb.org/media/m5dl3pha/ciarb-guideline-on-the-use-of-ai-in-arbitration-2025-_final_march-2025.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. Brasil ganha espaço entre os maiores em competição internacional de arbitragem. **Diário do Comércio**, São Paulo, 12 abr. 2025. Disponível em: https://dcomercio.com.br/publicacao/s/brasil-ganha-espaco-entre-os-maiores-em-competicao-internacional-de-arbitragem. Acesso em: 17 set. 2025.

FLORESCU, Cristina Ioana. Vis Moot: Legal Education Tool In International Commercial Arbitration. **Contemporary Legal Institutions**, Romanian-American University, v. 4, n. 1, p. 114-126, nov. 2012.

FRANKE, Ulf; MAGNUSSON, Annette; DAHLQUIST, Joel (Ed.). **Arbitrating for Peace**: How Arbitration Made a Difference. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2016.

GRADY, Daniel J. **A critical review of the application of Kolb's experiential learning theory applied through the use of computer based simulations within virtual environments, 2000-2016**. 2017. 38 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade do Estado de Nova Iorque, Albany, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.54014/674R-PEF4. Acesso em: 17 set. 2025.

GRAVES, Jack; VAUGHAN, Stephanie. The Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot: Making the Most of an Extraordinary Educational Opportunity. **Vindobona Journal of International Commercial Law and Arbitration**, Viena, v. 10, p. 173-206, 2006.

INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE. Dispute Resolution 2024 Statistics. **International Chamber of Commerce Statistical Reports**, Paris, 2024. Disponível em: https://jusmundi.com/en/icc-dispute-resolution-library. Acesso em: 17 set. 2025.

KING JR., Martin Luther. The Purpose of Education. **Morehouse College Student Paper**, Atlanta, v. 10, p. 123-124, fev. 1947.

KOLB, David A.; KOLB, Alice Y. Learning Styles and Learning Spaces: Enhancing Experiential Learning in Higher Education. **Academy of Management Learning & Education**, v. 4, n. 2, p. 193-212, 2005.

KOPNINA, Helen. Education for the future? Critical evaluation of education for sustainable development goals, **The Journal of Environmental Education**, v. 51, n. 4, p. 280-291, jan. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/00958964.2019.1710444. Acesso em: 18 set. 2025.

KUEHN, Robert; JOY, Peter. Measuring the Impacts of Experiential Legal Education. **Journal of Legal Education**, v. 73, n. 3, p. 683-756, 2025.

LEMES, Selma Ferreira (Coord.). Arbitragem em Números: Pesquisa 2022-2023. **Canal Arbitragem**, São Paulo, 2024. Disponível em: https://canalarbitragem.com.br/wp-content/uploads/2024/12/Arbitragem-em-Numeros-2024.pdf. Acesso em: 17 set. 2025.

SANTANA, Davi Avelino; YOKOTA, Lara; SOUZA, Davi; COUTO, Luís; NUNES, Sâmila. **Meu Primeiro Moot**: guia geral. São Paulo: CAM-CCBC, 2023. *E-book*. Disponível em: https://www.mootcam.com.br/the-road-to-the-vis/. Acesso em: 18 set. 2025.

SILICON VALLEY ARBITRATION & MEDIATION CENTER. **Guidelines on the Use of Artificial Intelligence in Arbitration**. Califórnia: SVAMC, 2024. Disponível em: https://svamc.org/wp-content/uploads/SVAMC-AI-Guidelines-First-Edition.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

TRIBECK, Priscila Meier; STEFANI, Silvio Roberto. ODS nas instituições de ensino superior: revisão sistemática utilizando o Método Prisma. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-21, jun. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.24.2422112.017. Acesso em: 18 set. 2025.

A FAMÍLIA EM DESORDEM: DIÁLOGOS ENTRE ROUDINESCO E AS PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS SOBRE MULHERES MÃES FRENTE ÀS NOVAS CONFIGURAÇÕES A PARTIR DA CHEGADA DO FILHO COM DEFICIÊNCIA

Karla Cilene Silva dos Santos[1]

Matheus Wisdom Pedro de Jesus[2]

Verena Leite de Aragão[3]

Sumaia Midlej Pimentel Sá[4]

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre as transformações das configurações familiares, com base na obra *A Família em Desordem* de Elisabeth Roudinesco (2003), articulando tais reflexões às mudanças vivenciadas pelas famílias a partir do nascimento de um filho com deficiência. Pretendeu-se compreender como a chegada da criança provoca rupturas na estrutura previamente na configuração estabelecida, afetando especialmente a vivência das mulheres-mães, que geralmente assumem a responsabilidade integral dos cuidados. A metodologia utilizada consiste em uma análise bibliográfica, estabelecendo diálogo entre Roudinesco e outros autores como Szymanski (2003), Glat e Duque (2003), Guerra et al. (2015), além de estudos contemporâneos que abordam gênero, maternagem e deficiência. Foram consideradas também investigações que discutem os impactos emocionais e sociais decorrentes da reorganização familiar, evidenciando as implicações do cuidado intensivo exigido no cotidiano. Os resultados apontaram que a chegada de uma criança com deficiência gera múltiplas respostas familiares: desde a desintegração parcial ou total até a adaptação progressiva e aceitação da nova realidade. Constatou-se que a sobrecarga do cuidado recai majoritariamente sobre as mulheres, que frequentemente enfrentam renúncia de planos pessoais, abandono da carreira profissional e vivências de monoparentalidade. Sendo assim, conclui-se que a noção de “desordem” apresentada por Roudinesco é atualizada quando se observa a complexidade das famílias contemporâneas diante da deficiência. Refletir sobre tais mudanças permite compreender como as mulheres ressignificam seu papel social e materno, evidenciando a necessidade de compreensão de diversas configurações familiares na sociedade pós-moderna.

Palavras-chave: Família. Deficiência. Mulher-mãe.

[11]Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL), Psicóloga, Psicopedagoga, Pedagoga e Professora do AEE. Universidade Católica do Salvador (UCSAL), karlacilene.sousa@ucsal.edu.br.

[2]Doutorando em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL), Mestre em Educação e Contemporaneidade (UNEB), Psicopedagogo, Pedagogo e Professor da Rede Municipal de Salvador atuando como Gestor Escolar. Universidade Católica do Salvador (UCSAL), matheuswisdom.jesus@ucsal.edu.br.

[3]Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL), Psicopedagoga, Pedagoga e Professora da Rede Municipal de Salvador. Universidade Católica do Salvador (UCSAL), verena.aragao@ucsal.edu.br.

[4]Doutora e Mestre em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL), Fisioterapeuta e Professora do Programa de Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador (UCSAL), sumaia.sa@pro.ucsal.br.

1. INTRODUÇÃO

A família é a mais importante instituição e base da sociedade, pois desempenha uma função essencial na formação das próximas gerações além de ser o principal ambiente de interação social. A ideia de família está em constante construção e reconstrução e, sua evolução passa por um processo contínuo de mudanças e reinvenções.

Este texto propõe-se a dialogar a partir de alguns aspectos da obra “A Família em Desordem” de Elisabeth Roudinesco com as eventuais configurações familiares a partir da chegada de um filho com deficiência, apresentando quais as possíveis alterações desta célula. Dialogar sobre as questões que envolvem famílias de pessoas com deficiência na contemporaneidade significa identificar mudanças ocorridas a partir do nascimento de uma criança que, em geral, foge ao esperado padrão de “normalidade”, ou seja, do conceito de corponormatividade. Digno de nota que o termo “desordem”, empregado pela psicanalista francesa, faz referência a uma quebra do que até então era visto como modelo único e absoluto e que agora redireciona para pensar uma nova estrutura ou reorganização de um ambiente antes pré-determinado dados os tensionamentos.

2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A partir do que é trazido por Roudinesco (2003) nota-se que existem três fases que perpassam pela evolução da família. A primeira dela condiz com o percurso histórico do que seria, de fato, família a partir do latim *famulus* que em tradução livre seria um “escravo doméstico”. Sob esse viés, a família “tradicional” teria como objetivo primário a transmissão de patrimônio a partir da vontade do patriarcado, constituído por senhor e proprietários de todos que o consideravam como sendo parte integrante desta esfera social.

A segunda fase da família, segundo a autora, seria direcionada pelo amor onde o casal teria a liberdade para escolher com quem conviveria diante da afetividade e do romantismo que transitaria nesta relação; a educação dos filhos, por sua vez, estaria sob responsabilidade dos próprios pais e do Estado.

A terceira, a qual Roudinesco (2003) denomina família contemporânea ou pós-moderna, é onde os conceitos de autoridade e definições de papéis tornam-se cada vez

mais complexos em função das eventuais transformações do contexto histórico do que seria, de fato, família. Essas três fases evolutivas são de grande consideração quando correlacionada a chegada do filho com deficiência dentro do seio familiar, em especial por se tratar de uma mudança abrupta em uma rotina previamente estabelecida.

À vista disso, “não basta, portanto, definir a família de um simples ponto de vista antropológico; é preciso também saber qual a sua história e como se deram as mudanças que caracterizam a desordem de que parece atingida na atualidade” (Roudinesco, 2003, p.12), pois é preciso considerar que “a família é o principal agente da socialização primária e onde se produzem relações de cuidado entre os seus membros através da proteção, do acolhimento, respeito à individualidade e potencialização do outro” (Sá; Rabinovich, 2006, p. 70).

Um dos pontos trazidos pela autora em seu livro “A Família em Desordem” diz respeito a família do século XXI, que é composta pela diversidade de um modo geral, onde casais homoafetivos decidem por ter filhos sob os mais diversos meios de concepção, os padrões outrora constituídos por uma perspectiva heteronormativa das figuras maternas e paternas ganham-se novas configurações, diante das funções que eles ocupam dentro da configuração familiar, dentre outras mudanças que eclodem desde a questão de gênero com as mulheres chefiando alguns lares até o não contemplar as demandas emocionais dos membros envolvidos no núcleo familiar, sobre isso a autora afirma que “à família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalcadas” (Roudinesco, 2003, p.13).

No capítulo 8 do referido livro, a autora traz considerações importantes sobre o que seria “a família do futuro” e como ela seria (des)constituída. Dentre as muitas configurações familiares que podem ser mencionadas com as constantes transformações da sociedade, refletir sobre a possível “família do futuro” na contemporaneidade é também remeter-se às novas formas de enfrentamento que as famílias de pessoas com deficiência convivem diariamente mediante as suas peculiaridades e especificidades. Nesse ínterim, cabe também pensar sobre o aumento de diagnósticos pré-existentes em crianças com deficiência nos últimos anos e como isso tem impactado as “atuais famílias do futuro” no quesito das transformações sociais, principalmente nos contextos maternos.

Embora a autora supracitada faz inúmeras referências à homoafetividade em geral e eventuais casos de incestos vivenciados e recalcados pelas vítimas, Roudinesco (2003) provoca o leitor ao indagar sobre “qual será, enfim, o futuro da família?” (p.91) e trazendo a necessidade de reinventar a família com significativa urgência. Sobre esta última afirmação, cabe refletir o conceito de família proposta pela autora com o que é trazido por Heloísa Szymanski em seu artigo “Teoria e “teorias” de famílias” também publicado no mesmo ano dos escritos de Roudinesco ao afirmar que família seria

> Um grupo de pessoas, vivendo em uma estrutura hierarquizada, que convive com uma proposta de uma ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de cuidado entre adultos e deles para crianças e idosos que aparecem nesse contexto. Pode-se também entender como uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo e, se houver, com crianças, adolescentes e adultos. (Szymanski, 2003, p.26).

Nesse conceito contemporâneo, a família estaria ligada por laços afetivos, a priori duradouros com uma relação de cuidado intrínseca entre elas, onde ambos os envolvidos escolhem por livre e espontânea vontade estar uns com os outros. Inevitavelmente as transformações das famílias atuais que envolvem todos os tipos de famílias de maneira geral, apresentam também significativas alterações quando se trata de famílias de crianças com deficiência, mais precisamente as mulheres mães. Sobre estas cabe mencionar que o nascimento/chegada do filho com deficiência causa uma ruptura em um modelo pré-concebido entre os membros familiares até aquele momento e “(...) tudo aquilo que até então era dado como certo, aceitável, esperado, enfim, como normal, passa a ser questionado e desqualificado” (Glat; Duque, 2003, p. 15).

> O impacto do nascimento de uma criança com deficiência altera a dinâmica familiar, cada membro da família vivencia de maneira particular a chegada dessa criança, podendo frustrar ou adiar projetos familiares e/ou pessoais e perspectivas de estudo ou de trabalho. Irá ainda exigir mudanças de papéis e buscas de estratégias para enfrentar o problema (SÁ; RABINOVICH, 2006, 71).

Em consonância com a referida afirmação, Jesus (2022) pondera que dessa forma mudam-se “naturalmente” os papéis definidos e os pais – genitores passam “a ter novas atitudes que conduzirão as decisões a serem tomadas individualmente e no coletivo para atender as necessidades básicas do filho com deficiência” (p. 44). Portanto,

> A família, que até determinado momento tinha segurança e sabia qual seu papel perante o nascimento de uma criança, quando se defronta com um diagnóstico de deficiência, começa a exprimir mudanças em seu comportamento e traz à tona uma série de complicações advindas de sentimentos de culpa, rejeição, negação ou desespero, modificando as

> relações familiares e sua própria estrutura. Após o nascimento, desencadeia-se um processo semelhante ao luto, trata-se de um luto pela perda da fantasia do filho perfeito, da criança sadia (Guerra *et al.* 2015, p. 460).

A proposta de Elisabeth Roudinesco de novos modelos de famílias é aplicável ao que é trazido outrora – aproximadamente 20 anos antes – por Krynski (1984 apud Prado, 2004, p. 92) no quesito das novas configurações de famílias a partir desta chegada inesperada.

> 1) Famílias que, por ignorância e primarismo social, aceitam a realidade tal qual se apresenta e convivem com ela na medida do possível e do aceitável;
> 2) Famílias que se desagregam rapidamente (total ou parcialmente) por incapacidade de aceitação e restabelecimento da homeostase;
> 3) Famílias que buscam relativa adaptação ao novo status, frequentemente baixando o nível familiar para atender às prioridades do deficiente;
> 4) Famílias que aprendem a "conviver" com o filho deficiente, mesmo não aceitando a realidade, e continuam buscando soluções para satisfazer suas próprias dificuldades com aparente situação de adaptação;
> 5) Famílias que, embora sem condições iniciais, conseguem restabelecer a homeostase e enfrentar a situação;
> 6) Finalmente, famílias de alto padrão cultural e adaptativo que, reconhecendo o problema nos seus mais importantes aspectos, aceitam a situação real do deficiente como "pessoa" e estabelecem concreto clima de integração e normalização familiar.

Pensar nas novas configurações de famílias após o nascimento de uma criança com deficiência é também olhar para a contemporaneidade e compreender quais os desdobramentos atuais sobre os 6 (seis) modelos propostos inicialmente. Sobre estas, é plausível um destaque específico os modelos 1 e 2 onde, para o primeiro, a ignorância em não compreender a situação como um todo leva a um status de convivência e o segundo onde as famílias se desagregam rapidamente e parcialmente.

Segundo Jesus (2022) em uma pesquisa realizada no município de Salvador – Bahia, boa parte das famílias tendem a seguir o modelo de se desintegrarem onde, nesse quesito, os homens abandonam seus lares e as mulheres assumem o cuidado integral junto ao filho com deficiência; entretanto, para Roudinesco (2003), mesmo quando ocorrem essas rupturas, a função simbólica da família permanece entre os membros que ainda desfrutam dos laços afetivos originários, afinal nestes contextos há "o aumento crescente do número de separações e recasamentos, bem como, a multiplicação do número de famílias monoparentais e homoparentais" (Roudinesco, 2003, apud Gorin et al., 2015, p. 11).

Não se pode desconsiderar, neste contexto, como a mulher é impactada significativamente dentro do processo de cuidado deste filho e de sua vivência ao experienciar uma nova configuração familiar, a saber, a monoparentalidade; digno de

nota que, para este fenômeno latente faz-se imprescindível reflexões acerca de que “quaisquer alterações que desviem o processo natural de crescimento e desenvolvimento acarretam preocupações na figura materna” (Wegner; Pedro, 2010, p.5).

Embora os estudos de Roudinesco (2003) não estejam necessariamente vinculados à tarefa do cuidado feminino, perceber o quanto isso tem sido direcionado intrinsecamente às mulheres dentro das reorganizações das famílias é uma atualização significativa do que é proposto pela psicanalista francesa. Logo, as mulheres mães de crianças com deficiência ao assumirem o papel de liderar um lar começam a viver cotidianamente as atividades de cuidado intermitente junto a esta criança.

Além disso, esse papel feminino imbricado nas rupturas das relações afetivas e conjugais a partir do nascimento de um filho com deficiência remete-se à diferenciação do que seria a maternagem e a maternidade. Sob o olhar de Belém (2019, p.54), enquanto a maternidade é o ato de conceber e cuidar do filho satisfazendo as suas necessidades básicas e às questões específicas do lar e suas obrigações impostas, a “maternagem é o cuidado e o vínculo emocional que uma mãe investe no bebê após o nascimento.”

Neste sentido, é viável pensar a interseccionalidade das questões que envolvem mulher (gênero) e deficiência (condição) e feminismo vinculadas a segunda geração do modelo social da deficiência e as considerações que este movimento trouxe sobre as mulheres que assumiam a tarefa de cuidar do filho com deficiência e que, por sua vez, também experimentaram por extensão como é ser uma pessoa com deficiência, isso porque “há deficientes jamais terão habilidades para a independência ou capacidade para o trabalho, não importa o quanto as barreiras sejam eliminadas” (Diniz, 2007, p. 62).

Logo, por mais que algumas barreiras fossem reduzidas, algumas pessoas com deficiência ainda dependeriam de cuidados para viver em sociedade e estes estariam vinculados a estas mulheres. Sobre isso, percebe-se o ato de cuidar como um fenômeno ontológico fundamental e que através dele se constituem e perpetuam-se novos vínculos familiares. Todavia, por se tratar das demandas específicas que exige esse cuidado, é vital (re)pensar a sobrecarga depositada nessas ações em virtude de que, como nos aponta Noddings (2003, p.21) “cuidar é estar em um estado mental sobrecarregado, um estado de ansiedade, medo ou preocupação em relação a alguma

coisa ou a alguém.” Dialogando com este pensamento, sobre a condição desta mulher, Silva et al (2019, p. 1), afirma que

> [...] vê-se diante da necessidade de deixar o trabalho para atender às demandas de cuidado do filho deficiente [com deficiência], e devido à dificuldade inicial em lidar com os sentimentos e conflitos vividos. Sente-se incapaz de levar uma vida como tivera antes da chegada do filho e, assim, lança-se às exigências impostas pela situação vivenciada na família e no cuidado dele.

Sob este olhar, nota-se que a mulher mãe de criança com deficiência para cumprir as exigências sociais impostas de “cuidar” de sua família após ela sofrer inúmeras transformações dadas as chegadas, rupturas e reformulações de papéis, abdica de seus planos, metas e planejamentos para dedicar-se quase que exclusivamente a esta função pré-determinada.

A quebra das “ordens familiares” outrora mencionadas após a chegada do filho com deficiência torna-se, a partir dos fatores supracitados alinhados entre as reflexões trazidas por Roudinesco e entrelaçadas por outros autores do campo de pesquisa da família, um campo potente de estudos promissores que permeiam sobre mulheres, mães, gêneros, parentalidade, paternidade e campos interseccionais entre ambos com vistas a possíveis atualizações nas modelos e configurações familiares direcionando-se a pensar em outras novas (des)ordens na sociedade pós-moderna.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, em sua obra “A família em Desordem”, Roudinesco (2003) discute como a família tem mudado ao longo do tempo, desde a família tradicional, patriarcal, até a família contemporânea, marcada pela valorização do afeto e pela busca de equilíbrio em meio à desordem. Reiterando que a família continua sendo um espaço de refúgio e busca por estabilidade em meio às turbulências do mundo, sendo reconhecida como uma instituição em constante transformação, que se reinventa ao longo do tempo, mas continua a ser recurso fundamental para a pessoa e a sociedade.

As reflexões sobre o questionamento da autora a respeito de “qual será, enfim, o futuro da família?” deram fundamento para este estudo sobre as famílias de crianças com deficiência, pensando especialmente nas mulheres mães que frequentemente se deparam com o desafio de renunciar à visão idealizada do filho, cujas investigações

sobre o tema mostram que, de modo geral, provoca um período de desconforto e luto, mas também pode resultar na aceitação dessa nova realidade.

Em síntese, refletir sobre as múltiplas configurações familiares após o nascimento de uma criança com deficiência é igualmente olhar para a contemporaneidade e compreender quais os desdobramentos que isso traz, especialmente para as mulheres mães de pessoas com deficiência, que normalmente experienciam uma mudança significativa em sua identidade, rotina e prioridades, muitas vezes adaptando-se a uma vida voltada para cuidados constantes, o que pode resultar na interrupção da carreira profissional e dificuldades e/ou ausência de apoio familiar e social.

REFERÊNCIAS

BELÉM, Karla Muniz. **Mães de pessoas com deficiência múltipla: experiências vividas no itinerário do cuidar**.144f. Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2019.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

GLAT, Rosana; DUQUE, Maria Auxiliadora T. **Convivendo com filhos especiais: o olhar paterno**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2003.

GORIN, Michelle Christof. et al. **O estatuto contemporâneo da parentalidade**. Revista SPAGESP, Ribeirão Preto/SP, v. 16, n. 2, p. 3-15, 2015. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200002&lng=pt&nrm=iso . Acesso em jun 2025.

GUERRA, Camilla de Sena; DIAS Maria Djair; FERREIRA FILHA, Maria de Oliveira; ANDRADE, Fábia Barbosa de; REICHERT, Altamira Pereira da Silva; ARAÚJO, Verbena Santos. **Do sonho à realidade: vivência de mães de filhos com deficiência.** Texto Contexto Enferm, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 459-466, abr./jun. 2015

JESUS, Matheus Wisdom Pedro de. **Inclusão socioeducacional de educandos com deficiência intelectual: percepções de mães da APAE Salvador**. 165f. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia: Salvador, 2022.

KRYNSKI, Stanislau. (org.). **Serviço Social na área da deficiência mental**. São Paulo: Almed, 1984.

NODDINGS, Nel. **O cuidado: uma abordagem feminina à ética e à educação moral**. Tradução Magda Lopes. 1. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

PRADO, Ângela Fortes de Almeida. **Família e deficiência**. In: CERVENY, Cerneide Maria de Oliveira (org.). Família e...: comunicação, divórcio, mudança, resiliência, deficiência, lei, bioética, doença, religião e drogadição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. p. 85-98.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A Família em Desordem**. Zahar, 2003.

SÁ, Sumaia Mildlej Pimentel; RABINOVICH, Elaine Pedreira. **Compreendendo a família da criança com deficiência física**. Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum. 2006;16(1):68-84. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000100008>. Acesso em set. 2025.

SILVA, Erineusa Maria da.; et al. **Ser mulher cuidadora de pessoas com deficiência à luz da categoria gênero: reflexões a partir de um projeto de ensino/pesquisa/extensão no campo da educação física**. Educación Física y Ciencia, 21 (1), e072. EnMemoria Académica, 2019. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.10115/pr.10115.pdf. Acesso em jun 2025.

SZYMANSKI, Heloisa. **Teoria e "teorias" de famílias**. In: A Família Contemporânea em Debate. Maria do Carmo Brant de Carvalho (org). São Paulo: EDUC/ Cortez, 2003.

WEGNER, Wilian.; PEDRO, Eva Neri Rubim. **Os múltiplos papéis sociais de mulheres cuidadoras-leigas de crianças hospitalizadas**. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 335-342, 2010.

A LÓGICA DA EXCLUSÃO: UMA LEITURA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Edson Batista Medeiros [1]

Isael de Jesus Sena[2]

Resumo

O artigo discute a exclusão social sob a perspectiva da Psicologia Social Comunitária, analisando seus fundamentos históricos e críticos. Questiona a atuação tradicional da Psicologia, voltada às elites, e propõe uma prática comprometida com comunidades marginalizadas. A exclusão é entendida como um fenômeno estrutural, agravado pela lógica neoliberal e pelo individualismo. Inspirado na pedagogia de Paulo Freire e na filosofia da libertação de Enrique Dussel, o texto propõe uma ética dialógica que reconhece o outro em sua singularidade. A Psicologia, nesse contexto, deve atuar como agente de transformação social, promovendo escuta, empoderamento e justiça. A metodologia baseou-se em revisão narrativa da literatura, com enfoque qualitativo e crítico. O estudo reforça a necessidade de práticas psicológicas mais éticas, inclusivas e politizadas. Recomenda-se aprofundar pesquisas sobre a atuação de psicólogos em contextos de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Exclusão social. Psicologia Social Comunitária. Neoliberalismo. Ética dialógica. Justiça social

Resumen

El artículo aborda la exclusión social desde la perspectiva de la Psicología Social Comunitaria, analizando sus fundamentos históricos y críticos. Cuestiona la actuación tradicional de la Psicología, enfocada en las élites, y propone una práctica comprometida con las comunidades marginadas. La exclusión se entiende como un fenómeno estructural, agravado por la lógica neoliberal y el individualismo. Inspirado en la pedagogía de Paulo Freire y en la filosofía de la liberación de Enrique Dussel, el texto propone una ética dialógica que reconoce al otro en su singularidad. En este contexto, la Psicología debe actuar como agente de transformación social, promoviendo la escucha, el empoderamiento y la justicia. La metodología se basó en una revisión narrativa de la literatura, con un enfoque cualitativo y crítico. El estudio refuerza la necesidad de prácticas psicológicas más éticas, inclusivas y politizadas. Se recomienda profundizar las investigaciones sobre la actuación de psicólogos en contextos de vulnerabilidad.

Palabras clave: Exclusión social. Psicología Social Comunitaria. Neoliberalismo. Ética dialógica. Justicia social.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo nasce de inquietações pessoais e acadêmicas que venho amadurecendo ao longo do meu percurso de formação em Psicologia. A convivência com diversas realidades sociais, especialmente com sujeitos em situação de

[1] Discente do curso de Psicologia da Universidade Católica do Salvador.
[2] Docente da Componente Curricular Psicologia Social Comunitária da Universidade Católica do Salvador. Doutor em Ciências da Educação (UFMG/PARIS 8).

vulnerabilidade, despertou em mim o desejo de compreender, para além do discurso técnico, os processos históricos, políticos e éticos que atravessam o fenômeno da exclusão humana. Vivenciar os impactos do sistema neoliberal capitalista sobre a saúde mental de indivíduos e comunidades — especialmente os pobres, negros, mulheres, indígenas, LGBTQIA+ e outros grupos historicamente marginalizados — provocou uma reflexão ética que me impulsiona a compartilhar algumas interrogações sobre o papel da Psicologia diante dessa realidade.

A sociedade contemporânea vive sob forte influência do poder econômico-financeiro globalizado, o que favorece a elitização das políticas públicas e promove a despolitização de direitos historicamente conquistados, como aqueles assegurados pela Constituição Federal de 1988. Esse cenário tem contribuído para a manutenção de uma cultura de exclusão material, identitária e cultural. Como consequência, assistimos ao agravamento de sofrimentos psicossociais, como estresse, burnout, ansiedade, e à generalização de uma ética da indiferença, marcada pela fragmentação dos vínculos sociais e pela naturalização da desigualdade.

A exclusão, nesse contexto, não deve ser compreendida apenas como ausência de recursos, mas como um fenômeno complexo, polissêmico e ideológico. Conforme analisado por autores como Sawaia, Bader et al. (2008), Ivo (2012), Béhar (2019) e Bello (2013), o termo “exclusão” carrega em si contradições históricas e epistemológicas que exigem uma leitura interdisciplinar, dialógica e crítica. Anete Ivo, por exemplo, denuncia como o neoliberalismo transforma o sujeito em mero objeto do sistema de produção, enquanto Enrique Dussel (2009) propõe uma ética dialógica que reconhece o outro em sua diferença, distanciando-se da abstração universalista da ética discursiva de Habermas.

A Psicologia Social Comunitária, enquanto campo de atuação e reflexão crítica, é convocada a enfrentar esses desafios. Ela emerge de um deslocamento da Psicologia tradicional, antes voltada às elites, para um compromisso com as comunidades populares, como destaca Bock (2010). Essa abordagem propõe uma prática comprometida com os valores comunitários, a coesão social e a superação do individualismo — pilares essenciais para o fortalecimento dos vínculos e da participação social. A partir das contribuições de autores como Campos et al. (2007), Boechat et al. (2020) e Freitas (2002), a Psicologia Social Comunitária se baseia em métodos sócio

históricos e socioculturais, inspirados em Vygotsky, os quais compreendem o sujeito como produto e agente de sua realidade social.

Neste trabalho, propõe-se refletir sobre o fenômeno da exclusão social a partir de uma abordagem da Psicologia Social Comunitária, defendendo uma ética que supere o individualismo neoliberal e promova a saúde mental e a inclusão social dos sujeitos historicamente marginalizados. Os objetivos específicos desta reflexão são: (1) compreender a gênese histórica da Psicologia Social Comunitária e sua articulação com a noção de comunidade como espaço de transformação social; (2) analisar a construção do conceito de exclusão e suas implicações éticas e políticas na sociedade neoliberal contemporânea; e (3) apresentar a proposta de uma ética dialógica, baseada na filosofia da libertação de Dussel, como alternativa à ética discursiva hegemônica, contribuindo para práticas psicológicas inclusivas.

O artigo está organizado em três seções. Na primeira seção, abordaremos o contexto histórico da Psicologia Social Comunitária, explorando a emergência da noção de “comunidade” e a atuação da Psicologia em contextos populares e marginalizados. Na segunda seção, discutiremos o conceito de exclusão e sua construção social, considerando os impactos do sistema neoliberal capitalista, o avanço do individualismo e as consequências psicossociais da exclusão. Por fim, na terceira seção, propomos uma reflexão sobre a ética dialógica de Dussel como alternativa teórico-prática para a superação da exclusão, enfatizando a importância de uma prática psicológica inclusiva e transformadora.

A escolha por esse tema se justifica pela urgência de repensar o papel da Psicologia frente às profundas desigualdades sociais que marcam a sociedade contemporânea. Em uma realidade em que os direitos sociais são sistematicamente ameaçados pelo poder político e econômico, pensar a lógica da exclusão nos permite resgatar o compromisso ético da Psicologia com a promoção da vida, da dignidade e da justiça social. Este estudo visa contribuir para a construção de uma Psicologia que não apenas compreenda o sofrimento, mas que atue como agente de transformação, superando o individualismo, promovendo o fortalecimento dos vínculos sociais e melhorando a qualidade de vida e a saúde mental dos sujeitos. Assim, ao refletir sobre a exclusão, pretendemos contribuir com um debate ético, crítico e humanizador no campo da Psicologia Social Comunitária.

Com o intuito de aprofundar as reflexões propostas, optou-se por uma abordagem qualitativa, adotando como delineamento metodológico uma revisão narrativa da literatura. Essa escolha se justifica pela natureza reflexiva e crítica do tema, que demanda uma compreensão ampliada e interdisciplinar das produções existentes acerca da exclusão social e da atuação da Psicologia Social Comunitária. A revisão narrativa possibilita explorar diferentes perspectivas teóricas, permitindo uma análise interpretativa e integradora dos conteúdos, alinhada aos objetivos deste estudo.

A investigação seguiu as etapas clássicas desse tipo de revisão: delimitação do problema de pesquisa, levantamento e seleção da literatura relevante, aplicação de critérios de inclusão e exclusão, sistematização dos dados e síntese crítica dos resultados. As buscas bibliográficas foram realizadas em bases de dados reconhecidas, como Scopus (SC)[3], Web of Science (WoS)[4], Google Scholar (GS)[5] e PsycINFO (PI)[6], utilizando-se combinações de palavras-chave como: “Psicologia Social Comunitária” AND “Pedagogia do Oprimido”, “Exclusão” OR “Ética Dialógica” AND “Filosofia da Libertação”, e “Sociologia” AND “Desafios”. Essas combinações visaram contemplar os principais eixos temáticos da discussão: exclusão social, ética, comunidade e transformação social.

Para garantir a consistência e a relevância dos materiais selecionados, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: (1) artigos publicados entre 2007 e 2023; (2) estudos com enfoque qualitativo; (3) pesquisas que utilizaram entrevistas ou análise de conteúdo como instrumentos metodológicos; (4) textos escritos em língua portuguesa; e (5) produções oriundas de contextos latino-americanos. Foram excluídos artigos fora do período estabelecido, em outros idiomas, com abordagem quantitativa ou que não dialogassem com a realidade sociocultural da América Latina.

[3]É uma das maiores bases de dados de resumos e citações de literatura científica revisada por pares. Abrange uma vasta gama de disciplinas, incluindo ciências da saúde, ciências sociais, artes e humanidades. É útil para verificar a qualidade das publicações e rastrear citações.
[4]Semelhante ao *Scopus*, o *Web of Science* é uma plataforma que fornece acesso a uma ampla gama de periódicos científicos, permitindo a busca de citações e referências. É uma ferramenta valiosa para análise de impacto de publicações e para acompanhar tendências em pesquisa.
[5]É um motor de busca acadêmico que indexa uma vasta gama de literatura acadêmica, incluindo artigos, teses, livros e resumos de conferências. Embora não tenha a mesma rigorosidade em relação à qualidade da publicação como as bases de dados anteriores, é muito acessível e abrangente.
[6]Esta base de dados é especializada em literatura da psicologia e áreas afins, como psiquiatria, educação e ciências sociais. É mantida pela American PsychologicalAssociation (APA) e fornece acesso a artigos de periódicos, livros, resumos e dissertações relevantes para o campo da psicologia.

Os estudos selecionados foram sistematizados por meio de fichamentos analíticos, que registraram informações como autor (es), ano de publicação, objetivos da pesquisa, abordagem metodológica, principais achados e conclusões. Esses dados foram organizados e analisados à luz do método de análise por eixos temáticos, que permitiu agrupar os conteúdos em categorias interpretativas, tais como: intersecções teóricas, aplicações práticas, desafios éticos e perspectivas futuras. Tal estratégia analítica possibilitou não apenas a identificação de padrões teóricos, mas também a explicitação de lacunas e tensões presentes na literatura.

No que tange aos aspectos éticos, ainda que a pesquisa não envolva diretamente participantes humanos, foram observados os princípios éticos da pesquisa científica, assegurando a correta atribuição das ideias e o respeito à integridade das fontes consultadas. Além disso, a proposta metodológica inclui uma reflexão ética ampliada, considerando as implicações políticas, sociais e subjetivas da exclusão, sobretudo em contextos marcados por desigualdades estruturais. Inspirada pela ética dialógica de Enrique Dussel e pelos fundamentos da Psicologia Social Comunitária, esta investigação busca contribuir para práticas psicológicas mais sensíveis, críticas e comprometidas com a justiça social.

2 A EMERGÊNCIA DA NOÇÃO DE “COMUNIDADE” E A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA EM CONTEXTOS POPULARES E MARGINALIZADOS.

A Psicologia Social Comunitária surge em um contexto de intensas transformações sociais, políticas e econômicas, especialmente nas décadas de 1960 e 1970. No Brasil, esse período foi marcado pelo regime militar instaurado em 1964, que acentuou o autoritarismo, a repressão política e a exclusão social. Diante desse cenário, novas abordagens críticas emergiram dentro da Psicologia, entre elas a Psicologia Comunitária, que se propôs como uma resposta à necessidade de transformação das realidades vividas por comunidades populares e marginalizadas (CAMPOS et al. 2007).

De acordo com Campos et al. (2007), o desenvolvimento da Psicologia Comunitária é inseparável das condições sociopolíticas da época. A profissão ainda buscava consolidar-se no país após sua regulamentação, em 1962, mas enfrentava uma crise interna nos anos de 1970 e 1980, especialmente quanto às práticas tradicionais centradas no indivíduo e alinhadas ao modelo neoliberal. Em contraste, a

Psicologia Comunitária propôs uma ruptura com essa perspectiva, buscando um entendimento ampliado das condições de vida das populações excluídas, tomando como ponto de partida o “excluído” — o sujeito privado de direitos básicos como saúde, moradia, educação e segurança (SILVA, 2013).

O movimento da Psicologia Comunitária nasceu, portanto, com o objetivo de promover a conscientização crítica em comunidades oprimidas, estimulando a autonomia e o protagonismo social e político dos sujeitos. Essa abordagem rompeu com a lógica assistencialista e com o conformismo, ao se propor como um instrumento de resistência às estruturas de dominação vigentes (CAMPOS et al., 2007).

Nesse contexto, o conceito de “comunidade” assumiu papel central. Inicialmente associado a uma visão tradicional, restrita ao convívio geográfico ou ao pertencimento cultural, o termo passou a ser ressignificado por uma perspectiva mais ampla, coletiva e política. A Psicologia Social Comunitária passou a compreender a comunidade como um espaço de construção de identidades, solidariedade e interdependência — e não apenas como um recorte espacial. Essa transformação paradigmática foi essencial para o desenvolvimento de uma psicologia voltada à análise das dinâmicas sociais, culturais e históricas que moldam o sofrimento psíquico das populações marginalizadas (CAMPOS et al., 2007).

A partir dessa nova concepção, a Psicologia Comunitária constituiu-se como um campo interdisciplinar, dialogando com áreas como a Sociologia, a Filosofia, a Pedagogia e a Saúde Pública. Essa articulação favoreceu uma atuação transformadora na comunidade, comprometida com a superação das desigualdades estruturais. O Brasil destacou-se como pioneiro na América Latina ao institucionalizar a Psicologia Comunitária como área acadêmica, especialmente por meio dos programas de pós-graduação da Universidade de São Paulo, que consolidaram os fundamentos teóricos e práticos dessa abordagem crítica (CAMPOS et al., 2007).

A profissionalização da Psicologia no Brasil, ainda que importante, teve início com limitações significativas. As práticas iniciais da profissão estavam fortemente voltadas às elites, com ênfase em avaliações psicológicas e atendimentos clínicos destinados às classes mais altas. A partir dos anos 1960, a Psicologia Comunitária buscou romper com esse elitismo, direcionando sua atuação para a promoção da saúde mental nas camadas populares e propondo um novo compromisso ético e social para a profissão (BOCK et al., 2010).

A crítica ao modelo tradicional de atendimento psicológico, marcada pelas influências do movimento da antipsiquiatria e pelos questionamentos sobre a medicalização do sofrimento, também contribuiu para o fortalecimento da Psicologia Comunitária. A prática passou a ser entendida não apenas como cuidado individual, mas como ferramenta de intervenção social, capaz de questionar e transformar as estruturas que produzem sofrimento psíquico (CAMPOS et al., 2007).

Influenciada pelo método de Paulo Freire e pelos princípios da educação popular, a Psicologia Comunitária incorporou a pedagogia crítica como base metodológica. A alfabetização freiriana como processo de conscientização — em que os sujeitos tomam consciência de sua condição de opressão e passam a atuar coletivamente para transformá-la — inspirou práticas psicológicas voltadas ao empoderamento e à autonomia das comunidades (CAMPOS et al., 2007).

Com o passar do tempo, a Psicologia Social Comunitária consolidou-se como uma prática orientada à transformação social, centrada na valorização dos sujeitos históricos e no fortalecimento de sua participação ativa na sociedade. A definição de Góis (1993) expressa bem essa perspectiva ao afirmar que o objetivo central da Psicologia Comunitária é desenvolver a consciência dos indivíduos como sujeitos históricos e comunitários, por meio da escuta, do diálogo e da ação coletiva.

Nesse sentido, o objeto de estudo da Psicologia Social Comunitária são os sujeitos sociais excluídos política e economicamente. A atuação comunitária busca transformar esses sujeitos em agentes conscientes, autônomos e capazes de se organizarem coletivamente em prol de seus direitos. Para isso, promove-se uma abordagem interdisciplinar, envolvendo psicólogos, assistentes sociais, educadores, médicos, sociólogos e outros profissionais comprometidos com a justiça social (CAMPOS et al., 2007).

Assim, a Psicologia Social Comunitária constitui-se não apenas como um campo de atuação técnico-científico, mas também como um espaço de resistência ética e política. Seu compromisso está com a construção de uma sociedade mais justa, onde a subjetividade dos sujeitos historicamente excluídos seja valorizada e resgatada como potência de transformação social.

3 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA EXCLUSÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL:

IMPACTOS PSICOSSOCIAIS E IMPLICAÇÕES ÉTICAS

A Psicologia Social Comunitária emergiu como uma resposta crítica às transformações estruturais da sociedade brasileira nas décadas de 1960 e 1970, especialmente no contexto de repressão política da ditadura militar e do aprofundamento da desigualdade social. Esse cenário revelou os limites de uma psicologia tradicional voltada ao atendimento individualista, centrada em técnicas de avaliação e voltada às elites (SILVA, 2013). Em contraposição, a Psicologia Comunitária propôs-se a atuar junto às comunidades populares, promovendo processos de conscientização, emancipação e participação política (CAMPOS et al., 2007; BOCK et al., 2010).

Essa abordagem passou a reconhecer a exclusão não como um desvio, mas como expressão constitutiva do funcionamento do sistema social. Autoras como Sawaia (2008) e Ivo (2012) defendem que a exclusão deve ser compreendida como um processo histórico, dialético e multifacetado, que atravessa dimensões objetivas (materiais, econômicas, institucionais) e subjetivas (afetivas, simbólicas, relacionais). Como processo relacional, a exclusão só pode ser entendida em articulação com a inclusão — sendo, paradoxalmente, uma condição de possibilidade da própria estrutura social excludente.

A leitura crítica da exclusão exige, portanto, um enfoque ético e psicossocial fundamentado na abordagem sócio histórica. Conforme Freitas (2002), a Psicologia Social parte do pressuposto de que os sujeitos são constituídos historicamente nas relações sociais, familiares, grupais e culturais. A exclusão é vivida como sentimento, como ausência de pertencimento e como negação de direitos, mas sua origem está nas formas como o poder é distribuído na sociedade e nos mecanismos de reprodução da desigualdade.

O avanço do neoliberalismo e a hegemonia do mercado transformaram profundamente o sentido de cidadania e pertencimento. A ideologia neoliberal opera uma naturalização da desigualdade ao responsabilizar o sujeito por sua própria precariedade, como se o fracasso na inserção no mercado de trabalho fosse resultado de falhas individuais — e não de um sistema estruturalmente excludente. Assim, a exclusão passa a ser tratada como um problema moral do indivíduo e não como uma injustiça social (SAWAIA, 2008).

No Brasil, a exclusão tem raízes profundas em uma história marcada por escravidão, colonialismo, patriarcalismo e racismo. Mesmo em um regime democrático, as marcas da desigualdade estrutural se mantêm e se atualizam, atingindo com maior intensidade negros, indígenas, mulheres, LGBTQIA+ e populações periféricas. A exclusão contemporânea não se restringe à falta de renda ou de trabalho formal; ela também se manifesta na precarização da vida, na desqualificação simbólica dos sujeitos e na ruptura dos vínculos sociais (SAWAIA et al., 2008).

A literatura francesa, especialmente a partir da década de 1970, introduziu o termo “exclusão” como categoria analítica para compreender a desintegração social em sociedades pós-industriais. René Lenoir foi um dos primeiros a utilizar o termo no contexto das políticas sociais. Contudo, foi nos anos 1990 que o conceito ganhou maior projeção, sobretudo ligado à exclusão do mercado de trabalho. Ainda assim, intelectuais franceses alertaram para a banalização e a ambiguidade do termo, destacando sua instrumentalização político-ideológica (SAWAIA et al., 2008).

No Brasil, o termo “exclusão” adquire contornos mais amplos e complexos, articulando pobreza, desigualdade, negação de direitos, marginalização e invisibilização. Sawaia (2008) argumenta que a exclusão, no contexto brasileiro, é resultado de um prolongado processo de desfiliação social, em que o sujeito se vê excluído não apenas de recursos, mas de vínculos, de pertencimento e de reconhecimento.

Essa exclusão opera em múltiplas dimensões: objetiva, expressa na desigualdade de renda, no acesso a serviços públicos e a oportunidades; ética, presente na transformação dos direitos em favores e na prática clientelista do apadrinhamento; subjetiva, evidenciada pelo sofrimento psíquico, pela perda de autoestima e pelo sentimento de não pertencimento.

Na análise de Sawaia (2008), essa transmutação da exclusão/inclusão como binômio perverso produz um sofrimento ético-político, pois nega ao sujeito sua condição de existência e de agência social. A “invenção social” das políticas públicas modernas, que deveriam garantir direitos sociais, foi corroída pelo avanço do neoliberalismo, resultando na substituição de políticas estruturantes por programas assistencialistas e paliativos.

A Psicologia Social, nesse contexto, assume um papel fundamental ao investigar os mecanismos intersubjetivos e intergrupais que sustentam a exclusão. As abordagens sociais cognitivas e socioculturais permitem compreender como preconceitos, estereótipos e ideologias são internalizados e naturalizados nas relações sociais. Esses processos influenciam a maneira como as pessoas percebem o “outro” — o diferente, o pobre, o racializado — como ameaça ou inferior, legitimando práticas de discriminação e exclusão.

Os conflitos históricos, como as guerras mundiais, o colonialismo e o racismo estrutural, revelam que mesmo sociedades que se dizem democráticas podem adotar posturas excludentes. A questão que permanece, conforme formulada por Sawaia (2008) é: como sociedades que proclamam valores igualitários e democráticos toleram ou produzem a exclusão?

Para responder a essa questão, é necessário pensar a exclusão não apenas como fenômeno econômico ou social, mas também ético e psicológico. A Psicologia Social Comunitária, ao incorporar a dimensão histórica, cultural e afetiva do sujeito, contribui para desnaturalizar a exclusão e apontar caminhos para sua superação por meio do fortalecimento dos vínculos comunitários e da promoção da justiça social.

Assim, pensar a exclusão hoje requer uma abordagem interdisciplinar, crítica e engajada, que articule dimensões macroestruturais (políticas e econômicas) com experiências micro relacionais (subjetivas e grupais). Isso implica reconhecer que a exclusão não é um erro do sistema, mas sim um produto de seu funcionamento — e que combatê-la exige mais do que inclusão formal: requer a transformação radical das estruturas que a sustentam.

4. A ÉTICA DA LIBERTAÇÃO COMO SUPERAÇÃO DO INDIVIDUALISMO NA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Esta seção propõe uma reflexão ética voltada à superação do individualismo como elemento gerador de exclusão frente a problemas sistêmicos como precariedade da infraestrutura, baixos salários, violência urbana, desgaste físico e psicológico, perda da identidade cultural migratória, a ideologia consumista promovida pelos meios de comunicação e a carência de organização popular (Freitas, 1996).

É a partir da constatação de que o individualismo fomenta exclusão social que a Psicologia Social Comunitária se debruça sobre a construção de uma ética crítica e emancipatória. Essa ética visa desenvolver uma consciência participativa e comprometida com uma prática política organizada das classes populares, promovendo uma união entre teoria e prática que possa transformar, de forma radical, as estruturas sustentadoras do individualismo cotidiano que marginaliza e desvaloriza os mais pobres (Freitas, 1996).

Boechat, inspirado por Badaró, argumenta que a Psicologia Social Latino-Americana deve buscar apoio interdisciplinar para enfrentar os dilemas éticos e psicossociais contemporâneos. Nesse contexto, adota-se a filosofia da libertação como ferramenta para contestar teorias sociais que reforçam a lógica capitalista neoliberal, sustentadas por uma ciência positivista e pragmatista. O objetivo do psicólogo social comunitário é adotar uma postura libertadora a partir da perspectiva do oprimido latino-americano para superar tanto o individualismo quanto a leitura reducionista de crise das ciências humanas, contribuindo assim para a libertação dos oprimidos (Boechat et al., 2020).

A análise ética da filosofia da libertação, segundo Dussel, baseia-se em categorias fundamentais como totalidade, exterioridade, alienação, mediação, proximidade e libertação dos excluídos. Ele propõe uma “analética” (análise ética), iniciando pela crítica à noção de totalidade da lógica neoliberal. Assim, Dussel evidência que o acadêmico nunca deve teorizar a partir de si mesmo, mas na perspectiva de escutar o outro oprimido, para que sua teoria/prática não seja mera opinião. Essa crítica busca reconhecer o oprimido em sua singularidade e diferença, em oposição à universalização abstrata do sujeito humano promovida pela modernidade, como exemplificado na filosofia de Descartes — "penso, logo existo" — e em autores como Hegel, Spinoza e Kant (Couto et al., 2018; Casele, 2009).

Assim, sob a lógica moderna e hegemônica, o sujeito se coloca como conquistador ("eu conquisto" – indígena), escravizador ("eu escravizo" – negro) ou dominador ("eu venço" – guerra), promovendo a globalização sob a égide da dominação. A análise ética revela a manipulação do poder que se apropria da cultura, dos bens materiais e da dignidade humana, desumanizando o pobre, o negro, os povos indígenas, a mulher, a criança, o idoso e a população LGBTQIA+ (Couto et al., 2018).

A segunda categoria, a exterioridade, propõe uma revisão crítica das ciências sociais frente à lógica totalizante. Esta tende a considerar os sujeitos excluídos como adaptáveis à estrutura dominante, enquanto de fato os exclui culpando do seu fracasso. A reconstrução das teorias sociais deve, portanto, buscar uma totalidade que una teoria e prática, superando o individualismo neoliberal. Isso requer reconhecer que cada contexto possui suas próprias materialidades, e que a emancipação legítima somente é possível sem silenciar ou submeter as vozes dos sujeitos excluídos (Couto et al., 2018).

Nesse sentido, o corpo excluído permanece à margem, pois não há um fundamento moral comum que o contemple. A proposta analética visa renovar a teoria crítica das ciências sociais por meio de uma abordagem inclusiva, que considere a desigualdade e reconheça a individualidade frente ao poder econômico, buscando a libertação dos oprimidos por meio do reconhecimento e da justiça social.

A terceira categoria, a alienação, aponta como o sistema político e econômico nega a dignidade e o direito à vida dos pobres, reduzindo-os a uma condição de vulnerabilidade extrema (Casele, 2009). Já a quarta categoria, a mediação, trata da relação do ser humano com os objetos. Na lógica neoliberal, o sujeito é transformado em coisa, em instrumento de produção e lucro, desprovido de valor enquanto ser humano (Couto et al., 2018).

Dussel critica as teorias sociais baseadas na totalidade por ignorarem os corpos vulneráveis afetados pela miséria. A renovação da teoria das ciências sociais, para ele, deve evidenciar as vozes silenciadas pelos sistemas político e econômico, que só é possível desconstruir essa narrativa histórica de exclusão através de projetos políticos contínuos efetivo e eficiente, que capte os mecanismos e as burocratizações das instituições, que impedem a participação e emancipação dos oprimidos, que se está essencialmente comprometido, para que se alcance a transformação, que se dá pela mediação, pela proximidade e, por fim, pela libertação Couto et al. (2018).

O método analético propõe uma metafísica distinta da ontologia dialética europeia, partindo da particularidade e da relação com o outro. A quinta categoria, a proximidade, inspirada por Lévinas, enfatiza a importância do vínculo humano-afetivo, promovendo uma convivência fraterna que ultrapassa barreiras sociais, culturais ou econômicas (Couto et al., 2018).

Dessa proximidade surge a sexta categoria: a libertação. Esta não se baseia na ideia cartesiana do “eu penso, conquisto”, mas sim no pensar com o outro, em uma relação comunitária, solidária e fraterna. O cogito passa a existir na medida em que reconhece o outro oprimido na sua existência e luta por sua dignidade e participação política.

Ao propor um corte epistemológico, Dussel rompe com a tradição ontológico-dialética europeia, que absolutiza a racionalidade e contribui para a perpetuação do individualismo. Ele também critica Habermas, cuja proposta de moral comunicativa, segundo Dussel, ainda preserva uma visão universalizante e abstrata do ser humano, que não contempla as especificidades históricas dos sujeitos oprimidos (Couto et al., 2018; Casele, 2009).

Na perspectiva de Caselas (2009) e Couto et al. (2018), Habermas, ao manter as estruturas do liberalismo econômico e do funcionalismo social, reforça o individualismo. Sua concepção de justiça e inclusão não promove mudanças reais nas estruturas de opressão, pois negligencia a realidade concreta dos corpos marginalizados.

Para Dussel, a superação dessa lógica se dá por meio de uma prática ético-política enraizada na vida comunitária, onde o pensamento teórico se vincula à experiência concreta, promovendo a ruptura com a ideologia dominante. As teorias sociais, ao se basearem em uma análise ética, tornam-se capazes de resistir à meritocracia — um dos pilares do neoliberalismo — que, segundo Béhar (2019), apenas reforça os privilégios dos detentores do poder econômico.

O oprimido, nesse sistema, só se reconhece enquanto força produtiva, permanecendo alienado de sua própria humanidade. A filosofia da libertação rompe com a lógica cartesiana e racionalista do “eu penso, conquisto”, do “eu penso escravizo”, do “eu penso venço” propondo uma ética que parte do "eu penso com o outro", formando um "nós" coletivo que supera o individualismo Pena, (2019).

Enfim, a ética da filosofia da libertação propõe a união entre teoria e prática, onde o pensar só se realiza verdadeiramente ao considerar a realidade do outro excluído. Essa prática visa a inclusão, a justiça social e a transformação de um mundo marcado pela subjetividade individualista em uma comunidade de solidariedade e fraternidade.

5. CONSIDERAÇÕES

Este artigo buscou compreender os fundamentos históricos e conceituais que deram origem à Psicologia Social Comunitária, investigando os problemas sistêmicos, éticos e psicossociais que sustentam os processos de exclusão no contexto do capitalismo neoliberal e a necessidade de superação do individualismo.

Na primeira seção, foram analisados os fatores históricos que impulsionaram o surgimento da Psicologia Comunitária, com destaque para os efeitos da ditadura militar de 1964, o agravamento das desigualdades sociais e a crise da saúde mental. A segunda seção abordou a exclusão como um fenômeno multifacetado, considerando suas dimensões objetivas e subjetivas. A terceira seção concentrou-se na proposta ética de Enrique Dussel, que fundamenta-se na crítica à lógica totalizante do sistema neoliberal e aponta caminhos para a superação do individualismo por meio de uma ética libertadora, que parte na perspectiva da escuta do oprimido.

A análise revelou que a Psicologia Social Comunitária emerge como uma resposta crítica ao modelo elitizado de Psicologia, buscando compreender e intervir nas realidades marcadas pela exclusão social e pelo individualismo. Nesse sentido, a Psicologia assume um papel fundamental na promoção da conscientização, da emancipação e da participação política de comunidades historicamente marginalizadas.

O estudo também evidenciou que, a partir da década de 1960, a Psicologia passou a repensar seu compromisso social, voltando-se para práticas mais alinhadas com as necessidades das classes populares. Inspirada na pedagogia do oprimido de Paulo Freire e na filosofia da libertação de Enrique Dussel, a intervenção comunitária se apoia em uma perspectiva dialógica e crítica, que valoriza a escuta, a dignidade, a igualdade e a liberdade dos sujeitos oprimidos. A partir de categorias como totalidade, exterioridade, mediação, alienação, proximidade e libertação, propõe-se uma atuação interdisciplinar que contribua para a transformação do sujeito de um estado passivo para uma condição ativa e consciente na luta por justiça social.

Contudo, a pesquisa também identificou lacunas que não foram plenamente exploradas, como as práticas de intervenção adotadas no serviço-escola de Psicologia da UCSAL, que atende pessoas em situação de vulnerabilidade social. Diante disso, recomenda-se a realização de novos estudos que investiguem a atuação de estudantes

de Psicologia em estágio final, especialmente no que se refere ao enfrentamento das desigualdades sociais em suas práticas clínicas e comunitárias.

Algumas questões emergem dessa reflexão: Como conduzir atendimentos éticos e eficazes junto a sujeitos em situação de vulnerabilidade? Os profissionais em formação conseguem refletir criticamente sobre a desigualdade social nas abordagens que aplicam? De que maneira a atuação psicológica contribui para desconstruir — ou reforçar — a lógica neoliberal e seus estigmas?

Por fim, os resultados obtidos apontam caminhos promissores para pesquisas futuras voltadas à construção de uma Psicologia mais crítica, ética, justa, humana e comprometida com a transformação social. Uma Psicologia que reconheça a diversidade cultural do sujeito latino-americano e se posicione ao lado da diferença e da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. J. F. *Como fazer uma pesquisa bibliográfica*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf. Acesso em: 3 out. 2024.

BADER, S. *Psicologia social comunitária: práticas, saberes e afetos*. São Paulo: Cortez, 2008.

BÉHAR, A. H. Meritocracia enquanto ferramenta da ideologia gerencialista na captura da subjetividade e individualização das relações de trabalho: uma reflexão crítica. *Organizações & Sociedade*, v. 26, n. 89, p. 249–268, abr./jun. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/osoc/a/kMjf3rSYzdyZDzt9jnYt54C/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 abr. 2025.

BÉHAR, P. A. *Psicologia e exclusão social: interfaces e desafios*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

_____. *Ética da libertação e educação popular: aproximações*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

BELLO, A. *Introdução à fenomenologia*. Tradução de Ir. Jacinta Turolo Garcia e Miguel Mahfoud. Bauru, SP: Edusc, 2006. (Coleção Filosofia e Política). Disponível em: https://faculdadeplus.edu.br//novosite/wp-content/uploads/2020/04//Introdução-à-fenonomenologia-BELLO.pdf. Acesso em: 3 abr. 2020.

BELLO, J. *Psicologia social crítica: contribuições para uma prática transformadora*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BOCHET, F. A "Visão Histórica da Psicologia Social" de Ignacio Martín-Baró. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 20, n. 2, 2020. doi:10.12957/epp.2020.52590. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v20n2/v20n2a14.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

_____*Psicologia Social Comunitária: contribuições para a prática*. Petrópolis: Vozes, 2020.

BOCK, A. M. B. A psicologia sócio-histórica e sua contribuição à Psicologia Social. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G.; FURTADO, O. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CAMPOS, R. H. F. *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CAMPOS, R. O. et al. *Saúde mental e atenção psicossocial: o cuidado como ética*. São Paulo: Hucitec, 2007.

CASELAS, A. A. *A crítica de Enrique Dussel à ética do discurso de Habermas*. São Paulo: Paulus, 2009.

_____. A utopia possível de Enrique Dussel: a arquitetônica da Ética da Libertação. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 15, v. 2, p. 63–84, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/4126917/A_utopia_poss%C3%ADvel_de_Dussel. Acesso em: 25 abr. 2025.

COUTO, A. *Ética da libertação e exclusão social: desafios para a psicologia comunitária*. Belo Horizonte: CRV, 2018.

_____. Enrique Dussel e a Filosofia da Libertação nos Estudos Organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 16, n. 4, Rio de Janeiro, out./dez. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/P6YrN4PKRCBfHwxWQsxqrhR/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 abr. 2025.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil//declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 4 abr. 2025.

DUSSEL, E. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREITAS, M. F. de. *Psicologia Social Comunitária: uma leitura crítica da realidade*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 21–39, jul. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/KnJW3strdps6dvxPyNjmvyq/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12 abr. 2025.

IVO, A. *Neoliberalismo e sujeito: exclusão, sofrimento e ética da solidariedade*. São Paulo: Paulus, 2012.

_____. A invenção do “social” e a normatividade das ciências sociais: dilemas clássicos e tendências contemporâneas. *Revista Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 3, p. 69–101, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sant/a/c7p7wfc7ZQSYsrWHxh6s7vs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 7 abr. 2025.

NEPOMUCENO, L. B. et al. Participação social em saúde: contribuições da Psicologia Comunitária. *Revista da Graduação – PUCRS*. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/10102/8847. Acesso em: 12 abr. 2025.

PENA, A. C. “Toda vida atual é encontro”: contribuições de Martin Buber para a Educação. *Educação*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 506–513, set./dez. 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/reveduc/v42n3/1981-2582-reveduc-42-03-0506.pdf. Acesso em: 26 abr. 2025.

_____. Ética da libertação e alteridade: uma análise a partir de Dussel. *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 68, n. 254, p. 89–105, 2019.

SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *As artimanhas da exclusão: análise ética da desigualdade social*. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SILVA, C. P. S. Psicologia latino-americana: desafios e possibilidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 33, n. esp., p. 32–41, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/xSzSsZxsrJwGYkKMH7npL8Q/. Acesso em: 4 abr. 2025.

SILVA, E. M. O. Pedagogia do oprimido: a educação na visão de Paulo Freire. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 7, n. 5, p. 61–77, maio 2022. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/2022/05/visao-de-paulo-freire.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.

SILVA, M. R. Eu e tu como proposta dialógica em Martin Buber. *Prometheus*, n. 35, jan.–abr. 2021. E-ISSN: 2176-5960. Disponível em: https://www.bing.com//search?q=martir+burber+o+eu+e+tu. Acesso em: 12 abr. 2025.

ADOECIMENTO MENTAL, CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DE TRABALHADORAS DA SAÚDE EM UM HOSPITAL PÚBLICO DE SALVADOR (2019 E 2025)

Ivone Pires Ferreira de Oliveira

RESUMO

Este estudo propõe investigar o adoecimento mental, condições e relações de trabalho de trabalhadoras da saúde em um hospital público de Salvador (2019 e 2025). A pesquisa busca compreender como essas condições, atravessadas por desigualdades de gênero, precarização e dinâmicas institucionais, podem estar associadas ao adoecimento mental. Metodologicamente, serão combinados: (i) análise quantitativa de dados secundários do Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Trabalhador (SIAST) e (ii) entrevistas semiestruturadas com diversidade de funções, vínculos e perfis de gênero. A fundamentação teórica mobiliza autores como Antunes, Dejours, Castel, Hirata e Kergoat, articulando conceitos de trabalho, divisão sexual do trabalho e psicodinâmica do adoecimento. O estudo destaca lacunas na produção científica sobre categorias profissionais distintas da enfermagem e evidencia impactos não apenas sobre a saúde das trabalhadoras, mas também sobre a qualidade do atendimento e efeitos institucionais e financeiros.

Palavras-chave: Adoecimento mental. Desigualdade de gênero. Trabalho hospitalar. Precarização. Interdisciplinaridade.

1 INTRODUÇÃO

O ambiente hospitalar público constitui um espaço marcado por contradições intensas, no qual o cuidado à vida convive com exigências de produtividade e racionalização que frequentemente violam a dignidade do trabalho (Pitta, 2000).

A pandemia de COVID-19 evidenciou e intensificou vulnerabilidades já existentes, especialmente entre as trabalhadoras da saúde, que representam a maioria da força de trabalho hospitalar. Dados da OMS (2022) indicam que aproximadamente 15% da população trabalhadora mundial apresenta transtornos mentais, com mulheres respondendo por mais de 60% dos afastamentos por causas psíquicas. No Brasil, o INSS (2025) aponta mais de 472 mil afastamentos relacionados a transtornos mentais, 64% deles entre mulheres, com idade média de 41 anos.

A pesquisa se propõe a analisar como percepções sobre condições e relações de trabalho, desigualdades de gênero e precarização contribuem para o adoecimento mental, destacando lacunas interdisciplinares existentes na literatura, que privilegia estudos em enfermagem, deixando outras categorias pouco investigadas.

Objetivo Geral:

Investigar o adoecimento mental, condições e relações de trabalho de trabalhadoras da saúde em um hospital público de Salvador (2019 e 2025).

Objetivos Específicos:

- Analisar percepções sobre as dinâmicas institucionais e relações de trabalho.
- Identificar elementos nas condições de trabalho associados ao adoecimento mental.
- Compreender percepções de desigualdade de gênero e sobrecarga.
- Refletir sobre mecanismos que naturalizam a precarização e vulnerabilidade.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O trabalho é categoria central para compreender a organização social, exploração, conflitos e alienação no contexto hospitalar (Antunes, 2013, 2018, 2023; Castel, 1998).

A divisão sexual do trabalho evidencia como tarefas femininas são historicamente desvalorizadas e invisibilizadas (Hirata, 2001, 2021; Kergoat, 2002). O trabalho das mulheres na saúde envolve sobreposição entre cuidado formal e informal, múltiplos turnos e responsabilização silenciosa, configurando terreno fértil para adoecimento mental.

O adoecimento mental é analisado como fenômeno social e institucional, atravessado por condições objetivas e subjetivas de trabalho (Dejours, 1992, 2000). O relatório da OMS (2022) alerta para perdas institucionais e financeiras decorrentes de transtornos mentais na força de trabalho, reforçando a necessidade de políticas de prevenção e promoção da saúde mental.

A abordagem interdisciplinar permite integrar elementos da psicodinâmica do trabalho, sociologia crítica, estudos de gênero e saúde coletiva, ampliando a compreensão da complexidade do fenômeno.

2.2 MÉTODO

Etapa Quantitativa: análise de dados do SIAST sobre afastamentos por CID-10 F00–F99 em 2019 e 2025, cruzando função, vínculo, tempo de serviço, gênero, idade e raça/cor. Produção de gráficos e identificação de padrões com software R.

Etapa Qualitativa: entrevistas semiestruturadas com diversidade de funções e perfis. Seleção baseada em histórico de afastamento por adoecimento mental. Análise por Análise de Discurso (Eni Orlandi), identificando formações discursivas, tensões institucionais e ideologias subjacentes.

2.3 CATEGORIAS ANALÍTICAS

- Condições de trabalho: jornada, infraestrutura, remuneração, vínculos e volume de plantões.
- Relações de trabalho: hierarquia, reconhecimento simbólico, violência institucional, interações interpessoais.
- Divisão sexual do trabalho: sobreposição entre cuidado formal e informal, naturalização da disponibilidade feminina.
- Adoecimento mental: manifestações de sofrimento psíquico, sobrecarga, invisibilidade, impactos familiares, institucionais e financeiros.

2.4 ESTADO DA ARTE

O quadro de estudos existentes evidencia lacunas significativas em áreas distintas da enfermagem, mostrando a necessidade de abordagem interdisciplinar. Estudos anteriores privilegiam análise quantitativa de afastamentos, enquanto raramente exploram a experiência subjetiva de diferentes categorias de trabalhadoras da saúde.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidencia que o adoecimento mental das trabalhadoras da saúde em hospitais públicos não é apenas individual, mas expressão de desigualdades

estruturais, precarização e dinâmicas institucionais. Lacunas na literatura sobre categorias profissionais além da enfermagem reforçam a relevância da abordagem interdisciplinar.

Os impactos transcendem o sofrimento individual, afetando qualidade do atendimento, eficiência institucional e gerando perdas financeiras (OMS, 2022). A análise futura de dados quantitativos e qualitativos permitirá aprofundar essas compreensões e subsidiar políticas públicas de valorização do trabalho, equidade de gênero e promoção da saúde mental.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à UCSal, ao PPGPSC e aos grupos de pesquisa GQUESI, DIPPS e GESSED pelo apoio institucional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II: crise, precarização e desigualdade. São Paulo: Boitempo, 2013.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório Mundial de Saúde Mental: transformar a saúde mental para todos. Genebra, 2022. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240049338. Acesso em: 23 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Saúde mental nas Américas: avanços e desafios. Washington, D.C.: OPAS, 2022. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/56473/OPASEIHHA220024_por.pdf. Acesso em: 23 mar. 2025.

PITTA, A. M. F. Hospital: dor e morte como ofício. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.t

BAHIA ALFABETIZADA: A BUSCA PELA MINIMIZAÇÃO DO ANALFABETISMO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NO ESTADO À LUZ DA LEI N° 25.668/2025

Jessica Hind Ribeiro Costa[1]

Gerusa Bispo Dos Santos[2]

João Pedro Pereira Rosado Da Silva[3]

RESUMO

O presente cuida de uma breve análise da realidade educacional do Estado da Bahia e a tentativa de minimização dos índices de analfabetismo de pessoas jovens, adultas e idosas. Busca traçar uma avaliação do Programa Bahia Alfabetiza, instituído pela Lei nº 25.668/2025 considerando seus aspectos sócio-político-pedagógico, bem como sua relevância na inclusão de pessoas que historicamente foram excluídas do processo educacional, em particular o povo afrodescendente, público que encabeça os índices do analfabetismo. O Programa, cuja temporalidade corresponde ao mínimo de 02(dois) anos, prorrogável para mais 04 (quatro anos), tem com um dos dois eixos a alfabetização na EJA, contemplada no eixo Paulo Freire, em homenagem ao educador brasileiro. Utilizando a pesquisa exploratória, chega-se ao entendimento de que o referido projeto se faz necessário ao cumprimento de anseios constitucionais e reparatórios.

Palavras-chave: Analfabetismo. EJA. Bahia Alfabetizada. Direito.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Bahia Alfabetizada, estabelecido pela Rede Estadual de Educação, através da Secretaria Estadual da Educação, na adoção de políticas públicas educacionais, com vistas ao enfrentamento do analfabetismo no Estado da Bahia, em particular no grupo de pessoas jovens, adultas e idosas.

Numa tentativa de combater e erradicar o analfabetismo, o Governo do Estado da Bahia sancionou em agosto do ano corrente a Lei nº 25.668/2025, com o propósito de minimizar o índice de analfabetismo no Estado, com a implantação do Programa Bahia Alfabetizada. O referido programa tem como objetivo principal garantir o processo

[1] Pós-Doutora. Docente do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador, jessica.costa@pro.ucsal.br
[2] Acadêmica em Direito pela Universidade Católica do Salvador, gerusa.santos@ucsal.edu.br
[3] Acadêmico em Direito pela Universidade Católica do Salvador, joaopedropereira.silva@ucsal.edu.br

de alfabetização na etapa inicial (idade adequada) da Educação Básica, além das demais etapas e modalidades educativas.

Embora enfatize majoritariamente o público infantil, o Programa Bahia Alfabetiza versa também na modalidade da Educação de Jovens e Adultos - EJA, no Capítulo VI, Eixo Paulo Freire da Lei nº 25.668/2025. Público este que será nosso foco de pesquisa, visto que o artigo primeiro do dispositivo legal, propõe a inclusão da modalidade de EJA no referido Programa. Ainda, refere o Art. 5º, inciso II que o dispositivo legal se destina ao grupo de discentes matriculados na EJA das redes públicas estadual e municipal.

A referida Lei propõe promoção da cidadania e inclusão social garantindo o ingresso, a permanência e o sucesso dos educandos. Dentre os princípios, destaca a diversidade territorial, em seus contextos étnicos e socioculturais. Entendemos esses princípios como basilares para a promoção efetiva da EJA, em consideração à sua diversidade e necessidades dos sujeitos cognoscentes da referida modalidade de ensino.

2 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA BAHIA

A Lei nº 13.559 de maio de 2016, que aprovou o Plano Estadual de Educação, no estado da Bahia aponta no seu Art. 2º as seguintes diretrizes orientadoras: “I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar (...)”.

Em consonância, dispomos de outros dispositivos legais que validam a implantação de políticas alfabetizadoras para o público da EJA. A Constituição Federal Brasileira - CFB/88 no seu Art.214 preconiza ações integradas dos poderes públicos que conduzam à erradicação do analfabetismo. Ainda, o art.212 da nossa carta magna define o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da receita estadual para a efetivação de políticas para a manutenção e desenvolvimento da educação, o mesmo percentual caberá aos municípios e ao Distrito Federal.

O combate ao analfabetismo, maciçamente detectado entre o público da EJA, obedece ao que estabelece o artigo Art. 208, da já citada Constituição Cidadã de 1988, a Constituição do Estado da Bahia no seu art.11, inciso XII, a Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB de 1996 e Plano Nacional de Educação – PNE de 2014 -2024.

Embora com garantias legais, o Brasil, e em particular a Bahia, ainda não conseguiram diminuir o índice elevado de pessoas jovens, adultas e idosas sem as competências leitora e escritora, ou até mesmo de conseguir decodificar uma simples palavra. Consideramos que o fato do sujeito assinar o próprio nome, não o retira dos dados estatísticos que mostram o analfabetismo no país.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2022, o estado da Bahia encontra-se entre os estados com maior índice de pessoas com 15 anos ou mais em situação de analfabetismo, ou seja, que não sabem ler nem escrever, fato que tem a indigesta representação de 10.3%. A Agência de Notícias do IBGE, em junho de 2023 publicou em seu site a região Nordeste com a maior taxa de analfabetismo do país, 32,5%, seguido pela região Sudeste com 8,8% da população.

Destarte, a Resolução CNE/CEB Nº 3, de 8 de abril de 2025, Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, revalidando-a enquanto modalidade da educação básica, no cumprimento do direito de toda pessoa à educação. Destaca ainda, o reconhecimento da diversidade territorial, étnica, religiosa, cultural, ancestral dentre outras. Texto que corrobora com o que propõe o artigo 5º da CF/88, nas garantias dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Ainda, no artigo 4º da referida Resolução merece destaque:

> Os órgãos dos sistemas de ensino, no âmbito de sua competência, devem elaborar, com a participação da sociedade civil, as diretrizes para a política de expansão territorial da oferta da EJA, de modo a ampliar as oportunidades de retorno à escolarização e reduzir as desigualdades educacionais nos territórios por meio das seguintes ações:
> (...)
> II - articulação intersetorial para o levantamento da demanda para matrículas, envolvendo órgãos governamentais, movimentos sociais e populares, setor produtivo, instituições de ensino e pesquisa, Ministério Público e outros;
> (...)

Portanto, a implementação do Programa Alfabetiza Bahia, com capítulo destinado a EJA atende aos dispositivos legais elencados, com vistas à inclusão escolar daqueles que historicamente, foram excluídos do processo educacional brasileiro.

3 HISTORIANDO O EJA

Traçar o roteiro histórico da EJA no Brasil, não é algo fácil, visto que sua criação está intrinsecamente ligada à educação religiosa ocorrida na Bahia colonial - período jesuítico, cujo principal objetivo era catequizar o povo nativo da terra, através das

missões da Companhia de Jesus, além do seu caráter pacificador, numa tentativa de evitar confrontos entre os indígenas e colonos.

Enquanto marco legal, somente em 1824, com a promulgação da Constituição Federal que instituiu a “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos” (Brasil.2002). No entanto, o dispositivo não incluiu os povos escravizados descendentes de africanos. Para Freire (1993,p.52): “A proclamação da necessidade de uma educação popular foi apenas uma farsa liberal, encenada em nome da democracia, pelos dominantes, para dissimular o jogo político que realizavam com vistas a garantir-lhes todos os direitos e privilégios”.

Freire destaca ainda a interdição do corpo da mulher, visto que a sua ausência, na qualidade de aluna era perceptível neste ambiente, fato que ocasionava escassez na condução de aptos a lecionar para os analfabetos (Freire 1993,p.53). Desta forma, podemos inferir o caráter sexista da atividade docente alfabetizadora que perdura até hoje em nossa sociedade.

A EJA enquanto responsabilidade pública do Estado passa a ter configuração a partir do século XX, através de movimentos civis e oficiais, atrelados a nova ordem econômica imposta pela industrialização que necessitava de uma mão-de-obra mais capacitada. Em decorrência, iniciou-se os movimentos operários, reivindicadores de uma educação para o trabalhador, público majoritário na EJA até os dias atuais. A partir das manifestações, foi criado em 1925 o Decreto n.º 16.782/A que estabeleceu a criação de escolas noturnas para adultos. (Brasil.2002).

Com o advento da Constituição de 1934, a EJA se consolidou enquanto política de Governo obrigatória e gratuita, criando-se o Fundo Nacional de Ensino Primário na modalidade supletiva. Destacamos a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958. Posteriormente, engajaram-se outros movimentos populares, a exemplos do Movimento de Educação de Base (MEB), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Movimento de Cultura Popular do Recife, iniciado em 1961; Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes - UNE. (Brasil.2002)

Na percepção de uma educação democrática e popular para pessoas jovens e adultas, em 1964, surge Paulo Freire com o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, dando a EJA uma concepção de educação libertária, que possibilite aos sujeitos entender para transformar a sua realidade, ou seja, de uma

consciência ingênua para uma consciência cidadã, ainda da pedagogia do oprimido para uma pedagogia da autonomia.

Com a implantação do Regime Militar, o programa criado por Paulo Freire pereceu, os alfabetizadores passaram a ser perseguidos pela ditadura. Sendo criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, que perdurou até meados da década de 80. Vale ressaltar que os Movimentos Sindicais, Associações de Bairros, dentre outros movimentos populares nunca deixaram de reivindicar por uma educação Freireana em oposição ao autoritarismo político da época.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN n.º 5.692/71, a EJA passa a ofertar o supletivo, na modalidade a distância e por correspondência, sendo sua adequação de responsabilidade dos Conselhos de Educação. Nota-se a pretensão de incorporar a EJA uma adequação ao perfil do seu público alvo.

Contudo, foi a Lei de Diretrizes e Base - LDB N º 9.394 de 1996 que deu a EJA o status de modalidade da Educação Básica, ofertada obrigatória e gratuita pelo poder público, em consonância com as necessidades e especificidades do seu público. Inclusive delimitando a idade mínima de 15 e 18 anos para realização do ensino supletivo fundamental e médio respectivamente.

Desta forma, a atual legislação educacional prevê:

> Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Brasil,1996)

Em consonância, a Resolução CNE/CEB n.º 1/2000 estabelece as diretrizes curriculares para a EJA, considerando no parágrafo único do art. 5º: (...) *os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade (...)*.

Assim, a LDB/96, atrelada a Resolução CNE/CEB n.º 1/2000 se tornaram um marco para EJA, no que tange a uma educação reparadora, com vistas a equidade e qualificação, propondo um modelo pedagógico galgado na identificação, diferenças e necessidades do seu alunado, além do respeito às diversidades étnicas, sociais, culturais , dentre outras.

3.1 SUJEITOS DA EJA

Não podemos traçar o perfil dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos sem fazer o recorte de raça e classe , visto que a modalidade tem como público alvo aqueles e aquelas que não tiveram acesso ao processo educativo na idade adequada, seja por falta de oportunidade, seja por proibição ou inadimplência do Estado, ou por inadequação ao sistema educacional de currículo majoritariamente eurocêntrico.

A presença acentuada da população afrodescendente nos índices de analfabetismo no Brasil se deve a fatos históricos, marcadamente pelo período escravocrata. Destaca Freire (1993, p. 100-101) *sobre as reformas educacionais de 1854: nas escolas públicas não seriam admitidos os que padecessem de moléstias contagiosas, os que não tivessem sido vacinados (...) e os escravos.*

Segundo dados da Agência IBGE Notícias (2023) idosos pretos e pardos continuam com o maior índice na taxa de analfabetismo no Brasil.

> Entre as pessoas pretas ou pardas com 15 anos ou mais de idade, 7,4% eram analfabetas, mais que o dobro da taxa encontrada entre as pessoas brancas (3,4%). No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo dos brancos foi de 9,3%, enquanto entre pretos ou pardos ela chegava a 23,3%.

Portanto, é emergencial promover políticas públicas de educação, com vistas a erradicação do analfabetismo que possibilite aos descendentes de africanos escravizados o empoderamento e possibilidade de transformação, para superar o vazio, deixado pela exclusão escolar no que tange a sua participação política, social e econômica, avanços e conquistas.

3.2 DIMENSÃO POLÍTICA PEDAGÓGICA DA LEI Nº 25.668/2025

Ao sancionar a Lei nº 25.668/2025 que institui o Programa Bahia Alfabetizada, o Governo do Estado estabelece políticas públicas de inclusão educativa, com objetivo de combater o analfabetismo na Bahia que atinge crianças, jovens, adultos e idosos. Embora tenha foco na alfabetização na idade adequada, compreendendo as séries iniciais para a primeira infância, o Programa estabelece ações para o público da EJA.

No art.4º do Capítulo II, do referido dispositivo legal objetiva a proposta do Programa em garantir a alfabetização de crianças, jovens , adultos e idosos; diminuição dos índices de analfabetismo no Estado e redução das desigualdades sociais em consequências da exclusão educacional, em contextos da educação pública das Redes Estadual e Municipais de educação.

A inclusão do público da EJA no Programa Bahia Alfabetiza estabelece uma política pública de inclusão daqueles e daquelas que historicamente tiveram seus direitos educacionais ceifados pela exclusão ou pela ausência de ações educativas.

Outro aspecto importante a destacar é o seu caráter de colaboração entre Estado e Municípios, conforme preconizam os artigos 211 da CF/88 e 8º da LDB Nº 9.394/96.

> Art.211 da CF/88: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.
> (...)
> Art. 8º da LDB/96 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

Assim, o regime de colaboração institucionalizado pelo Programa Bahia Alfabetiza articula com as Redes Municipais de Educação a responsabilidade conjunta na reparação de alfabetizar todos aqueles que fazem parte do território, independente da sua rede educativa de origem. Fato que corrobora, também, com a meta 15 do Plano Nacional de Educação - PNE/2014 *A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.*

Subdividido em dois eixos, o Programa Bahia Alfabetiza legitima suas ações a partir do Capítulo V, Eixo Criança e Capítulo VI, Eixo Paulo Freire. Este último discorre sobre as ações voltadas para alfabetizar jovens, adultos e idosos. É explícita a homenagem do Programa ao grande educador brasileiro, que na década de 60 instituiu uma proposta de alfabetizar através de uma leitura crítica-reflexiva do contexto socioeconômico dos sujeitos, para a transformação das suas realidades.

Dentre as ações propostas pelo Programa destacamos a redução do índice de analfabetismo no Estado da Bahia, a implementação da alfabetização como etapa inicial da Educação Básica, educação de qualidade referenciada com os aspectos socioculturais dos sujeitos, bem como a garantia do ingresso e da continuidade dos estudos em classes regulares de educação nos âmbitos do Estado e Municípios.

No que tange ao aspecto de financiamento, o Programa prevê a celebração de convênios de cooperação técnica ou financeira com entidades de direito público e entidades de direito privado. Destaca ainda, a formação dos profissionais da educação envolvidos no processo de aprendizagem, construção de material específico à necessidade e regionalidade dos sujeitos aprendizes e por fim a criação de um sistema

de acompanhamento e monitoramento das ações nos diferentes espaços do Estado da Bahia.

No que tange ao aspecto de financiamento, o Programa prevê a celebração de convênios de cooperação técnica ou financeira com entidades de direito público e entidades de direito privado. Destaca ainda, a formação dos profissionais da educação envolvidos no processo de aprendizagem, construção de material específico à necessidade e regionalidade dos sujeitos aprendizes e por fim a criação de um sistema de acompanhamento e monitoramento das ações nos diferentes espaços do Estado da Bahia.

Pedagogicamente, o Programa assegura a inclusão educativa através do processo de alfabetização e consequentemente inclusão social. Visto que no espaço de sala de aula o alfabetizador irá desenvolver com seus educandos as habilidades e competências para aquisição da prática da leitura e da escrita, “o ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo” (Freire, 1989,p. 9).

Ainda, uma educação não bancária, galgada de diálogo e ativa, voltada para a responsabilidade social e política, que possibilite aos sujeitos aprendizes a transição para uma consciência crítica, com vistas à interpretação e resolução dos problemas, transformando assim a sua realidade, conforme propõe Freire(1969) .

Destarte, é fundamental investir na formação inicial e continuada do público docente, para que possibilite atrelar ao processo tecnológico alfabetizador conteúdos e conceitos significativos para a prática de uma pedagogia libertária.

A ação-reflexão deverá ser contínua em todo processo, ou seja não basta decodificar a grafia “Ivo viu a uva”, faz-se necessário uma profunda reflexão: quem é Ivo? Quem plantou a uva? Quem consumiu a uva? dentre outras reflexões e contextualizações, numa referência ao exercício da leitura proposta por Freire.

4 POSSÍVEIS MUDANÇAS

Um ponto a ser revisto pelo Programa se refere ao alfabetizador, deve-se fazer um cuidadoso e criterioso processo seletivo na escolha desse profissional. Não sendo bastante, apenas sua formação acadêmica, esta deve estar atrelada a competência de

alfabetização para o público jovem, adulto e idoso. Entendemos que o processo alfabetizador difere na práxis pedagógica entre crianças e os sujeitos da EJA.

Ainda, o material de apoio pedagógico deve conter imagens, conteúdos, e até mesmo uma fonte de escrita pertinente ao público a que se destina. O legado da cultura africana e afro-brasileira no material são basilares para a construção da identidade étnica, cultural dos sujeitos, fato que gera um pertencimento com a escola e consequentemente a não evasão.

O prazo mínimo de 02 (dois) anos de implementação destacado pelo Programa no seu artigo 26, com possibilidade de ampliação para mais 04 (quatro) anos, talvez seja irrisório para atender a uma demanda contingencial tão expressiva, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, aqui já expostos. Daí consideramos que as ações do programa devam ser elencadas a longo prazo, preferencialmente enquanto política pública para a Igualdade racial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o Programa Bahia Alfabetizada, proposto pelo Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria Estadual da Educação além do seu aspecto político na transformação da realidade educacional de um grande percentual da população baiana, tem eminentemente um caráter de reparação étnico racial.

Os dados revelam que o analfabetismo perdura majoritariamente no povo negro, descendente de escravizados, sua concentração regional no Nordeste do Brasil deve-se ao fato da grande concentração desse grupo étnico na região, em particular na Bahia. Assim, promover políticas públicas de inclusão escolar é também promoção da igualdade racial.

Consideramos o seu caráter educativo continuísta, garantindo o ingresso dos sujeitos em classes da educação básica salutar. Porém, a permanência e o sucesso no processo educativo devem ser constantemente alimentadas com políticas públicas educacionais de permanência e efetivação da aprendizagem, visto que a evasão escolar é o grande engodo dessa modalidade de ensino da educação básica.

Observa-se, pois, que tais políticas são positivas para a concretização do caráter cidadão da Constituição Federal de 1988. E, se efetivadas, poderão diminuir os índices elevados da latente desigualdade observada no País.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Constituição do Estado da Bahia de 1989 Disponível em https://leisestaduais.com.br/lei/constituicao-estadual-ba

BRASIL. Constituição Federal de 1988. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 14.09.2025

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação (PNE), 2014. Disponível em https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014. Acesso em 16.09.2025

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 3, DE 8 DE ABRIL DE 2025 https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/abril/rceb003_25.pdf

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos : segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série : introdução / Secretaria de Educação Fundamental, 2002. 148 p.: il. : v. 1

Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n25/n25a02.pdf. Acesso em 15.09.2025

FERREIRA, Igor. GOMES, Irene. Em 2022, o analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste. Agência IBGE Notícias. Disponível em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste. 07/06/2023 10h00 | Atualizado em 07/06/2023 11h34. Acesso em 14.09.2025.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas(Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolonias e Grecias até os Severinos. 2. ed.rev.aumentada- São Paulo : Cortez , 1993.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo : Paz e Terra, 1996.(Coleção Leitura)

LEI Nº 13.559 DE 11 DE MAIO DE 2016 DISPONIVEL EM https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-13559-2016-bahia-aprova-o-plano-estadual-de-educacao-da-bahia-e-da-outras-providencias. Acesso em 12.09.2025.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita. Jan /Fev /Mar /Abr 2004 Nº 25.

DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA E RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM COM DISCENTES COM DEFICIÊNCIA: NOTAS SOBRE A SUBJETIVIDADE E O AFETO

Karla Cilene Silva dos Santos[1]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a docência universitária e a relação ensino-aprendizagem com discentes com deficiência, enfatizando as dimensões da subjetividade e do afeto. Busca-se compreender os desafios enfrentados por estudantes com deficiência no ensino superior, considerando aspectos legais, pedagógicos, atitudinais e afetivos, bem como refletir sobre práticas docentes inclusivas que contribuam para a permanência e o êxito acadêmico desse público. A metodologia adotada foi a revisão de literatura, com base em artigos científicos, leis, relatórios institucionais e autores que discutem a inclusão e a afetividade no processo de ensino-aprendizagem. Foram analisados dados estatísticos de órgãos oficiais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de contribuições teóricas de autores como Henri Wallon, Antunes, Amorim, Silva e Fornasier. Esse percurso permitiu compreender a complexidade da temática e identificar caminhos possíveis para a promoção de uma cultura universitária mais inclusiva. Conclui-se que a permanência e o sucesso do estudante com deficiência no ensino superior dependem de ações que ultrapassam o acesso garantido por políticas públicas, exigindo um compromisso institucional com práticas pedagógicas acessíveis e afetivas. A docência universitária deve estar ancorada em uma perspectiva que reconheça a singularidade do discente, valorize sua subjetividade e promova relações humanizadas, de modo a enfrentar o capacitismo e fomentar uma educação inclusiva, equitativa e integral.

Palavras-chave: Ensino Superior. Deficiência. Docência Universitária.

1 INTRODUÇÃO

A entrada na vida universitária traz consigo diversos desafios que convocam para uma reorganização e adaptação da vida acadêmica. Dentre diversos, podemos citar os mais evidentes que são: ambientação do espaço físico, organização das disciplinas, didáticas dos professores, gestão de tempo, a construção do perfil profissional concomitantemente com uma passagem mais autônoma, em comparação ao ensino médio.

[1] Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL), Psicóloga CRP 03/13694, Psicopedagoga, Pedagoga e Professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), Universidade Católica do Salvador (UCSAL), karlacilene.sousa@ucsal.edu.br.

Para o estudante com deficiência que, além de enfrentar as principais mudanças inerentes ao cenário acadêmico, lida com outros fatores dificultadores que podem estar relacionados à deficiência, acessibilidade arquitetônica, atitudinal e pedagógica.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023) revelam um significativo crescimento de estudantes com deficiência matriculados no ensino superior no período de 10 anos, entre 2013 a 2023. Convertendo em dados, o percentual em relação ao total de matrículas em cursos de graduação aumentou de 0,4% em 2013 para 0,9% em 2023.

Em contrapartida, resultados estatísticos da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, realizada pelo IBGE, apontam que apenas 5% da população brasileira com 18 anos ou mais e com deficiência havia concluído o ensino superior, enquanto que as pessoas sem deficiência, esse percentual era de 17%. Em 2019, apenas 16,6% da população com deficiência tinha o ensino médio completo (ou superior incompleto), contra 37,2% das pessoas sem deficiência.

Dito isso, temos um cenário de crescimento significativo de matrículas no ensino superior, sobretudo, o percentual de concluintes e egressos é inferior, apontando para uma não permanência ou evasão da pessoa com deficiência (PcD) no segmento superior. O que esses dados e contexto podem apontar? Quais as possíveis causas e inferências no processo de ensino e aprendizagem para que o sujeito PcD não conclua a sua formação?

Apesar de ser um campo de estudo relativamente novo, no cenário de pesquisas científicas são precários os dados sobre o quantitativo de estudantes PcD que evadem no ensino superior. É importante destacar esta informação, uma vez que, existem políticas públicas que garantem o acesso da PcD ao ensino superior, mas dados referentes a não permanência e evasão em alta escala não são explorados.

Existem, hoje, pesquisadores que se debruçam a elencar os fatores dificultadores de possíveis causas dessa evasão, inclusive, alguns estão sendo citados nesta revisão, entretanto, é urgente a necessidade de averiguar através de estatísticas mais precisas, impulsionando assim políticas públicas mais efetivas nesse sentido.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Traçar e trilhar caminhos para uma sociedade mais inclusiva, é, pensar, prioritariamente, na pessoa com deficiência como um sujeito de direitos - e também de deveres - compreendendo suas especificidades. Sendo assim, no art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência, consideram a pessoa com deficiência (PcD) como aquela que:

> [...] tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, p.1)

O conceito apresentado aponta para o entendimento do funcionamento do sujeito com deficiência a partir da sua interação com as diversas barreiras apresentadas, que são definidas como entraves, atitudes ou comportamentos que vão obstruir sua participação. Na LBI (Brasil, 2015), são citadas cinco barreiras: urbanísticas, arquitetônicas, de transporte, de comunicação, atitudinais e tecnológicas. Entretanto, uma das barreiras mais significativas enfrentadas pela PcD é o direito a uma educação acessível e inclusiva, desde a educação básica até o ensino superior.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, destinada a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, aborda a educação como um direito humano e dever do Estado e da família, conforme citado no artigo 205:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, p.1).

Além da Constituição Federal, podemos citar a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão, instituída em 2015, com o objetivo de assegurar e promover os direitos das pessoas com deficiência em diversas instâncias. Cabe ressaltar, o que diz o capítulo IV, art. 27:

> A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (Brasil, 2015, p.1)

É perceptível que a educação, além de direito humano, é imprescindível para o desenvolvimento pleno da pessoa com deficiência. Desde aspectos pedagógicos, sociais, cognitivos e socioemocionais, visando assim a construção da cidadania e preparação para o mercado de trabalho.

Com a Constituição Federal de 1988, como carta magna, e os demais políticas que promulgaram o acesso à educação, cabe destacar a Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 que institui, que:

> Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, p. 01, 2012).

A política de cotas é uma ação afirmativa importante nesse contexto, visando expandir e universalizar o acesso à universidade, sendo um espaço de todos para todos, combatendo assim, de certo modo, a “peneira” social dos “mais capacitados”. A chegada na universidade da pessoa com deficiência aparece como um momento em que se rompe a prisão do preconceito e a discriminação, em que projetos de futuro são elaborados e novos sonhos são construídos. Contudo, resta saber como a universidade recebe os estudantes com deficiência, compreendendo as possibilidades e desafios que lhes são colocados para que permaneçam e concluam o curso de graduação (Oliveira, 2013).

Para Antunes e Amorim (2020), um caminho possível de acessibilizar, de fato, e contribuir com a permanência das pessoas com deficiência na universidade é o desenvolvimento de uma cultura de inclusão no ambiente universitário para trazer o debate da docência em ensino superior a partir de práticas inclusivas, pois são diversas especificidades de acessibilidade e aprendizagem.

Além das práticas pedagógicas, uma outra barreira encontrada está no campo atitudinal. Docentes no ambiente universitário, ignoram, desconhecem ou conhecem muito pouco, de maneira geral, as limitações de aprendizagem de estudantes com deficiência (ANTUNES e AMORIM, 2020). Uma forma de contribuir com essa qualificação do trabalho seria o investimento nas formações dos professores, elencando estratégias e caminhos para alcançar e promover um ensino-aprendizagem equitativo.

Em vista disso, vale mencionar que uma prática pedagógica inclusiva e que vise o desenvolvimento integral do discente, deve estar permeada pela dimensão humana-afetiva. De acordo com Silva e Fornasier (2023), a dimensão humana-afetiva da aprendizagem está relacionada à dimensão humano-cognitiva do desenvolvimento. Sendo essa uma condição necessária para o desenvolvimento integral do indivíduo. Os

autores supracitados avançam na afirmação considerando pesquisas que têm demonstrado que a experiência afetiva provoca alterações na capacidade humana de pensar e agir; ainda sendo positiva, possibilita uma vivência agradável na relação com as pessoas ao seu redor.

Ainda pensando sobre afetos na relação ensino-aprendizagem, cabe entendermos do que ela se trata. Ela tem origem nas sensibilidades internas de interocepção (referentes às sensações viscerais) e de propriocepção (referentes às sensações musculares), refere-se à capacidade, à disposição do ser humano de ser afetado pelo mundo externo e interno, por meio das sensações (Mahoney e Almeida, 2012). Logo, a compreensão de afeto é muito mais ampla do que o conceito difundido no senso comum, que é associado ao movimento corporal, ao toque, à cinestesia, como por exemplo: o abraço.

Ele se torna um elemento que faz parte das possibilidades de afeto, mas não se resume a essa ação. O afeto envolve além das sensações viscerais e musculares, o aspecto subjetivo. Leva-se em consideração também que um afeto pode repercutir em impactos positivos e negativos. Afetar do verbo afeto, é alcançar, tocar, atravessar, se comunicar, estimulando experiências subjetivas significativas.

Corroborando a assertiva mencionada acima, Dodman, Deluermoz e Mazure (2024), discorrem a afetividade como um fenômeno complexo que transcende a dicotomia entre biologia e cultura. Eles destacam como a afetividade é moldada por processos biológicos, experiências subjetivas e contextos socioculturais. Essa discussão é relevante e contribui na discussão sobre as práticas pedagógicas inclusivas, tendo em vista os impactos afetivos na relação ensino-aprendizagem com o discente com deficiência no ensino superior.

Uma vez que, entender a pessoa seja com deficiência ou não, em sua integralidade, dá a possibilidade de oferecer meios para o seu desenvolvimento, visando as dimensões afetiva, cognitiva e motora. Um autor relevante que vai contribuir com essa percepção, é Henri Wallon em sua teoria psicogenética da pessoa completa. Embora, essa perspectiva teórica contemple de forma mais direta o desenvolvimento infantil, é possível trazer colaborações da sua visão a respeito de como a afetividade pode estar imbricada na relação docente e discente.

Henri Wallon foi um médico, filósofo e psicólogo que viveu em um período marcado por duas Guerras Mundiais, revoluções socialistas e o avanço do fascismo - de 1940 e 1950. É um teórico que trouxe contribuições relevantes para o cenário do desenvolvimento. Ele defende a proposta de educação integral que ressalta a necessidade de integrar os complexos cognitivos e afetivos no desenvolvimento humano (Wallon, 2007).

Essas premissas defendidas pelo autor, tem implicações relevantes para a docência universitária em relação ao discente com deficiência no ensino superior. Cabe pensar que na relação professor-aluno baseada no vínculo afetivo tendo seu desdobramento no reconhecimento da individualidade do sujeito e das necessidades específicas dentro do processo de aprendizagem.

Uma outra ação relevante, é que o docente universitário esteja comprometido em favorecer um ambiente acadêmico acolhedor, contribuindo para o protagonismo, autonomia, motivação e participação ativa dos estudantes com deficiência. Indo além da transmissão de conteúdo, estando atento às barreiras atitudinais, pedagógicas e sociais enfrentadas pela PcD.

O afeto impulsionado e defendido por Wallon, tem um caráter expressivo e também comunicacional, estimulando o docente a se aproximar e buscar acessar diretamente o estudante, compreendendo suas limitações, potencialidades, habilidades e a partir desse conhecimento, o inserindo como sujeito ativo na relação ensino-aprendizagem. O meio social, no qual é o ambiente de manifestação da afetividade, também se torna ponto de atenção na docência universitária. Uma vez que as práticas pedagógicas acessíveis devem contemplar todo o corpo discente, integrando a pessoa com deficiência ao meio, articulando com as políticas de acessibilidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma docência pedagógica alicerçada nos direitos da pessoa com deficiência, com o objetivo de ser inclusiva, ofertando o contexto do ensino superior de forma equitativa, perpassa pela subjetividade do professor, como um construto singular formado por suas experiências, crenças e valores, que vão subsidiar práticas pedagógicas equitativas ou não. Vale mencionar que, a formação continuada docente

vai oferecer subsídios e instrumentalização para lidar com os desafios inerentes a deficiência e prejuízos pedagógicos do sujeito com deficiência na universidade.

Este é um possível caminho, dentre muitos que podem ser mencionados, tendo em vista que a temática abordada é complexa e atravessada por múltiplos fatores, para contribuir na desconstrução de preconceitos, combatendo assim o capacitismo estrutural e ofertando para a PcD um contexto universitário mais inclusivo, te dando possibilidades de permanência.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, V. C. K.; AMORIM, C.C. **Os desafios da docência no ensino superior frente a inclusão de pessoas com deficiência nas universidades**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15, n. esp. 2, p. 1465-1481, ago. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa nacional de saúde: 2019 : ciclos de vida, Coordenação de Trabalho e Rendimento**. - Rio de Janeiro : IBGE, 2021

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Censo da Educação Superior: Divulgação dos Resultados. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

DODMAN, THOMAS; DELUERMOZ, Quentin; MAZUREL, Hervé. **Controvérsias sobre a emoção: neurociências afetivas e história das emoções**. In: CORBIN, Alain; MAZUREL, Hervé (orgs). História das sensibilidades. São Paulo: Editora UNESP, 2024.

MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R. de (org.). **Henri Wallon: Psicologia e Educação**. 11ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

OLIVEIRA, C. B. D. **Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade?.** Revista Brasileira de Educação v. 18 n. 55 out.-dez. 2013. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/rbedu/a/DN7VptZQ8NCHpmnnrdTcVDd/abstract/?lang=pt. Acesso em 21 abr. 2025.

SILVA, Fernando de Almeida; FORNASIER, Rafael Cerqueira. **Abandono afetivo de criança e processo de aprendizagem escolar**. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 24, n. 72, p. 212–232, jan./mar. 2023. DOI: 10.12957/teias.2023.62028. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/62028. Acesso em: 16 jun. 2025.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007

EDUCAÇÃO SEXUAL E NEURODIVERSIDADE: UM OLHAR AUTOETNOGRÁFICO SOB JOVENS NO ESPECTRO AUTISTA

Bárbara Christina Novaes de Oliveira Bastos[1]

Isael de Jesus Sena[2]

RESUMO

Este artigo, desenvolvido sob a perspectiva autoetnográfica, examina os desafios relacionados à sexualidade em adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A autora, estagiária de Psicologia e voluntária no PROVIC, analisa sua experiência como acompanhante terapêutica (AT) de um adolescente autista de 16 anos, nível 2 de suporte. O estudo evidencia a urgência de uma educação sexual inclusiva, que ultrapasse o enfoque biológico e contemple dimensões afetivas, sociais e éticas. Investir em práticas educativas adaptadas às necessidades de pessoas autistas não apenas assegura direitos, mas também fortalece a construção da autonomia, da saúde, da proteção contra vulnerabilidades e da possibilidade de vivência plena da sexualidade. Ao articular experiência pessoal e fundamentação teórica, busca-se compreender como se expressam os impasses e as potencialidades da sexualidade no contexto do autismo. A autoetnografia, nesse sentido, possibilita refletir criticamente sobre práticas clínicas e educativas, destacando tanto os desafios do manejo transferencial quanto a necessidade de estratégias que promovam inclusão e respeito à singularidade. Dessa forma, o estudo pretende contribuir para o debate acadêmico e profissional acerca da educação sexual de adolescentes autistas, ampliando as perspectivas sobre o papel do psicólogo em contextos institucionais e clínicos.

Palavras-chave: Autismo. Educação sexual. autoetnografia.

1 INTRODUÇÃO

A partir de uma perspectiva autoetnográfica, este artigo tem como objetivo refletir sobre a experiência da autora, estagiária de Psicologia, no exercício da função de acompanhante terapêutica de um adolescente autista de 16 anos, durante o primeiro semestre de 2024. O estágio, de caráter extracurricular, foi realizado em uma instituição privada voltada ao atendimento educacional de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O estudo busca compreender os desdobramentos envolvidos no processo de acompanhamento de um adolescente em sua trajetória de descoberta e despertar da sexualidade. A partir da análise reflexiva da vivência da autora no contexto do estágio, procura-se explorar os principais mecanismos de intervenção adotados, bem como as

[1] Graduanda em Psicologia. Universidade Católica do Salvador. barbara.bastos@ucsal.edu.br
[2] Professor do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC) da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

estratégias empregadas para enfrentar os desafios emergentes nesse cenário. Dessa forma, pretende-se evidenciar não apenas a prática desenvolvida, mas também as aprendizagens e implicações dela decorrentes.

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa Voluntário de Iniciação Científica (PROVIC), cujo propósito é incentivar a participação de estudantes de graduação em projetos de pesquisa. O programa possibilita a familiarização com a metodologia científica, favorecendo a elaboração de projetos, relatórios e apresentações em eventos acadêmicos, ainda que sem a concessão de bolsa remunerada.

1.1 EDUCAÇÃO SEXUAL INCLUSIVA E SUA INTERFACE COM O PÚBLICO AUTISTA

A educação sexual inclusiva constitui um campo de abordagem pedagógica que ultrapassa a mera transmissão de informações biológicas acerca do corpo e da reprodução. Fundamentada em uma concepção integral do ser humano, abrange dimensões afetivas, emocionais, sociais e éticas, reconhecendo que todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais, possuem o direito de compreender e vivenciar sua sexualidade de forma saudável, informada e autônoma.

De acordo com a International Technical Guidance on Sexuality Education da UNESCO (2021), a educação sexual compreensiva deve ser assegurada como um direito humano fundamental, pautada no respeito, na equidade de gênero e na promoção da saúde ao longo da vida. O documento enfatiza que essa educação deve ser inclusiva, adaptada às necessidades específicas de diferentes grupos, contemplando de maneira central pessoas com deficiência e aquelas no espectro autista.

No contexto escolar brasileiro, a implementação da educação sexual enfrenta desafios históricos e contemporâneos. Alves e Santos (2019), ao problematizarem sua prática nas escolas, evidenciam tensões entre políticas públicas, resistências culturais e religiosas e as demandas urgentes dos jovens por informação e diálogo. Nos últimos anos, esses debates ganharam novas camadas diante da valorização crescente da

inclusão escolar, em especial de estudantes com deficiência ou transtornos do neurodesenvolvimento, como o autismo.

Para esses estudantes, os desafios da adolescência tornam-se ainda mais complexos, dada a necessidade de explicitar normas sociais, discutir questões relacionadas ao consentimento e compreender limites de intimidade, aprendizagens que, em grande parte, não ocorrem de forma espontânea pela convivência social, como costuma acontecer entre jovens neurotípicos.

A revisão sistemática apresentada por Alves e Santos (2019) reforça a relevância de práticas inclusivas na abordagem da sexualidade de pessoas com deficiência. Segundo os autores, a ausência de estratégias adequadas não apenas restringe o exercício de direitos sexuais e reprodutivos, mas também amplia a exposição dessa população a situações de vulnerabilidade, como abusos, exclusão social e falta de autonomia em relação ao próprio corpo.

A pesquisa destaca a necessidade de metodologias adaptadas, tais como o uso de materiais visuais, linguagem acessível, repetições estruturadas e espaços de diálogo seguros — estratégias que dialogam diretamente com as necessidades do público autista. Para jovens no espectro, a clareza da comunicação, a explicitação de regras sociais e o suporte de recursos pedagógicos visuais são elementos que favorecem a compreensão e o engajamento no processo de aprendizagem sobre sexualidade, sem desconsiderar suas singularidades.

Nesse sentido, a educação sexual inclusiva deve ser compreendida como prática que não apenas garante direitos, mas também promove autonomia e proteção. Trata-se de uma ferramenta de fortalecimento que possibilita a jovens autistas compreender seus corpos, reconhecer limites, identificar contextos de risco e desenvolver relações afetivas de maneira saudável.

Essa perspectiva dialoga com os princípios de equidade e justiça social, ao assegurar que os processos de ensino e aprendizagem considerem as especificidades de cada estudante. Ao mesmo tempo, reitera-se a urgência da formação de professores preparados para lidar com tais demandas, uma vez que a escola, enquanto espaço privilegiado de convivência, desempenha papel essencial na promoção de práticas pedagógicas inclusivas e transformadoras.

A compreensão do Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem avançado de forma significativa, constituindo-se como elemento fundamental para a abordagem de temas complexos, como a sexualidade na adolescência. De acordo com o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-5-TR (American Psychiatric Association, 2022), o TEA caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação e interação social, bem como por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. É imprescindível reconhecer que o espectro é amplo e que cada indivíduo autista apresenta um perfil singular de desafios e habilidades, o que impacta diretamente a forma como vivenciam a adolescência e a sexualidade.

A adolescência, por sua vez, constitui um período marcado por intensas transformações físicas, emocionais e sociais. Para jovens autistas, esses desafios tendem a ser potencializados pela dificuldade em interpretar nuances sociais, compreender conceitos abstratos e expressar suas próprias necessidades e desejos de modo convencional (Pereira et al., 2020). Essa complexidade torna a educação sexual um campo ainda mais relevante e, paradoxalmente, muitas vezes negligenciado. Nesse sentido, Hodge (2021) enfatiza a necessidade de superar abordagens binárias da sexualidade, reconhecendo a diversidade de experiências e identidades, especialmente no caso de pessoas autistas.

A educação sexual, em sua concepção ampliada, transcende a instrução meramente biológica. Ela abrange aspectos afetivos, sociais, éticos e relacionados aos direitos humanos, com o objetivo de capacitar os jovens a tomar decisões informadas e responsáveis sobre seus corpos e relacionamentos (UNESCO, 2021). No âmbito escolar, Alves e Santos (2019) destacam os desafios contemporâneos na implementação de programas de educação sexual, desafios esses ainda mais acentuados quando se trata da inclusão de estudantes com deficiência. Para jovens autistas, a ausência de práticas adaptadas pode resultar em maior vulnerabilidade a situações de abuso, dificuldades na construção de relacionamentos saudáveis e limitações na autonomia sobre o próprio corpo (Alves e Santos, 2019).

A proteção dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo o direito à informação e à autodeterminação sexual, está prevista em instrumentos internacionais, como a Convention on the Rights of Persons with Disabilities da ONU (atualizações de 2020-2022), e em dispositivos da legislação nacional, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015). Contudo, Marques e Oliveira (2022)

alertam que a vulnerabilidade sexual de pessoas com autismo demanda reflexões éticas e legais mais aprofundadas, capazes de se traduzir em práticas efetivas de prevenção, acolhimento e apoio.

2 METODOLOGIA

Para explorar a complexidade dessas questões sob uma perspectiva vivida, a autoetnografia configura-se como uma metodologia particularmente potente. Conforme Adams, Ellis e Jones (2021), trata-se de uma abordagem qualitativa que articula a experiência pessoal do pesquisador com análises culturais e teóricas. Essa estratégia permite que a vivência individual seja utilizada como dado primário, integrando-a à literatura acadêmica de modo a produzir insights profundos e contextualizados.

No campo educacional, Figueiredo e Silva (2020) ressaltam o valor das narrativas pessoais para a compreensão dos processos pedagógicos, ao passo que Smith (2022) enfatiza a relevância da autoetnografia nos estudos sobre deficiência. Para esse autor, a metodologia possibilita “reclamar” a experiência vivida como fonte legítima de conhecimento, oferecendo voz a perspectivas frequentemente marginalizadas ou silenciadas. Dessa forma, ao adotar a autoetnografia, busca-se não apenas descrever, mas também analisar criticamente as intersecções entre a experiência como acompanhante terapêutica e as discussões teóricas relacionadas ao autismo e à educação sexual.

A autoetnografia tem se consolidado como um recurso metodológico capaz de unir narrativa pessoal e rigor científico, ultrapassando o caráter de mera “descrição subjetiva” (Adams; Ellis; Jones, 2021). Nesse sentido, propõe-se como exercício analítico em que a vivência individual é interpretada à luz de referenciais teóricos, gerando conhecimento situado, denso e socialmente relevante. No âmbito da educação, ela amplia o entendimento sobre práticas pedagógicas ao valorizar a inserção do pesquisador no cotidiano escolar, rompendo a dicotomia entre sujeito e objeto da pesquisa e legitimando a narrativa como estratégia de produção científica.

Nos estudos vinculados à deficiência, a autoetnografia assume ainda um caráter político. Smith (2022) argumenta que, em contextos de histórica marginalização, a metodologia contribui para o reconhecimento da centralidade da experiência vivida, oferecendo espaço a vozes que foram silenciadas e fortalecendo epistemologias

críticas ao capacitismo. Ao incorporar o olhar situado de quem convive com a deficiência, direta ou indiretamente, abre-se espaço para análises mais complexas das barreiras sociais, culturais e institucionais que configuram tais experiências.

Neste estudo, a adoção da autoetnografia justifica-se pela vivência da autora como acompanhante terapêutica (AT) de um adolescente autista de 16 anos. A prática cotidiana de acompanhamento possibilita acesso a experiências singulares que, muitas vezes, ainda não foram exploradas pela teoria de forma concreta. Assim, a autoetnografia permite narrar e refletir criticamente sobre situações ligadas à educação sexual que emergem nesse contexto, relacionando-as com referenciais teóricos e normativos. Trata-se, portanto, de um recurso que possibilita não apenas a descrição, mas também a análise de experiências situadas em um panorama mais amplo, que envolve o direito à informação, a construção da autonomia e a proteção de jovens autistas diante de vulnerabilidades sociais.

O percurso metodológico adotado partiu do reconhecimento de que a experiência direta como AT constitui um ponto de observação privilegiado para compreender tanto os desafios quanto as potencialidades da educação sexual no contexto do autismo. Para a produção dos dados autoetnográficos, foram mobilizadas anotações em diário de campo, memórias de situações vivenciadas no ambiente escolar e familiar, bem como reflexões elaboradas posteriormente a partir dessas experiências. Os registros, referentes ao acompanhamento de um adolescente autista de 16 anos, foram revisitados e organizados em eixos temáticos vinculados ao objeto de estudo: sexualidade, vulnerabilidade, autonomia, família e escola.

A análise dos dados foi conduzida a partir do princípio da reflexividade, característica central da autoetnografia (Adams; Ellis; Jones, 2021). Nesse processo, a narrativa pessoal não foi apresentada de forma isolada, mas em constante diálogo com referenciais teóricos e com os contextos socioculturais mais amplos. Dessa forma, cada relato selecionado foi interpretado à luz de estudos recentes sobre educação sexual, inclusão e direitos das pessoas com deficiência, possibilitando que a experiência singular se configurasse como elemento para a compreensão de questões de caráter coletivo e estrutural.

Reconhece-se, como limitação deste percurso metodológico, o fato de a análise estar intrinsecamente vinculada à perspectiva da pesquisadora, o que pode restringir a amplitude interpretativa. Contudo, conforme argumentam Figueiredo e Silva (2020), a

potência da autoetnografia não reside na pretensão de neutralidade, mas na valorização da experiência situada, capaz de revelar aspectos frequentemente invisibilizados por metodologias convencionais. Assim, a escolha dessa abordagem justifica-se pelo compromisso em conferir centralidade às vivências cotidianas e em evidenciar a urgência de práticas inclusivas e eticamente fundamentadas no campo da educação sexual de jovens autistas.

3 VULNERABILIDADE E DIREITO DAS PESSOAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO SEXUAL

A discussão sobre vulnerabilidade e direitos das pessoas com deficiência, incluindo aquelas no espectro autista, tem sido consolidada em documentos internacionais e nacionais que reconhecem a sexualidade como dimensão fundamental da dignidade humana. A Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD), adotada pela ONU em 2006 e atualizada em suas disposições interpretativas em relatórios e revisões até 2022, estabelece a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a plena participação social como princípios centrais para a garantia dos direitos humanos.

Nesse marco, reafirma-se que pessoas com deficiência têm o direito de vivenciar sua sexualidade e constituir relacionamentos de maneira livre e segura, recebendo o apoio necessário para superar barreiras de comunicação, de acesso à informação e de enfrentamento ao preconceito social (ONU, 2022).

No Brasil, tais preceitos encontram respaldo na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esse marco normativo assegura, em seu art. 8º, que “é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e maternidade”.

A LBI reafirma, portanto, a sexualidade como um direito que deve ser protegido e promovido, e não restringido ou negligenciado sob justificativas capacitistas que perpetuam visões da pessoa com deficiência como “assexuada” ou “incapaz” de gerir sua vida íntima. Além disso, a lei reforça a necessidade de proteção contra exploração,

violência e abuso, reconhecendo a maior vulnerabilidade desse grupo em múltiplos contextos sociais.

A vulnerabilidade sexual de pessoas autistas, especificamente, é discutida por Marques e Oliveira (2022), que ressaltam implicações éticas e legais desse fenômeno. Os autores argumentam que adolescentes autistas estão mais expostos a abusos em razão de dificuldades para compreender convenções sociais, identificar situações de risco e comunicar violações sofridas.

No entanto, enfatizam que essa vulnerabilidade não decorre exclusivamente da condição clínica, mas resulta da insuficiência de políticas públicas eficazes, da carência de práticas educativas inclusivas e da resistência social em reconhecer a autonomia dessas pessoas. Nesse sentido, a proteção não se restringe a mecanismos legais, mas requer também uma educação sexual que prepare o jovem autista para compreender seus direitos, estabelecer limites e identificar contextos de violência e abuso.

Constata-se, portanto, que o diálogo entre marcos legais e práticas pedagógicas é indispensável. Embora a legislação assegure direitos formais, sua efetividade depende da implementação de ações concretas em espaços sociais, educacionais e familiares. O reconhecimento da vulnerabilidade como uma construção social evita interpretações reducionistas que atribuem exclusivamente ao autismo a causa da maior exposição a riscos.

Ao contrário, desloca a responsabilidade para a sociedade, que deve criar condições de proteção, respeito e acesso à informação. Assim, a convergência entre o arcabouço legal nacional e internacional e a produção científica recente evidencia que garantir os direitos sexuais de jovens autistas implica tanto combater abusos quanto promover autonomia, cidadania e inclusão.

3.1 CARTAS, CORAÇÕES E FRONTEIRAS: A EMERGÊNCIA DA SEXUALIDADE EM JOVENS COM TEA

Minha trajetória de estágio em Psicologia iniciou-se em uma instituição X voltada ao atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), onde exerci a função de acompanhante terapêutica (AT). Nesse contexto, fui designada para atuar junto a um adolescente de 16 anos, diagnosticado com TEA nível 2 de suporte, a quem atribuirei o nome fictício de Gabriel. O jovem apresentava interesses específicos, com

hiperfoco em igrejas e catedrais, tema sobre o qual frequentemente compartilhava relatos comigo.

Entretanto, além dessas particularidades, começaram a emergir interesses relacionados à sua sexualidade. Durante a adolescência, período marcado pela intensificação dos aspectos hormonais, Gabriel não havia recebido orientação ou educação sexual adequadas, tanto em razão de sua condição, quanto em decorrência de restrições religiosas. Essa lacuna dificultava sua compreensão acerca das mudanças corporais e dos desejos que vivenciava. Nesse contexto, surgiram investidas direcionadas a mim, mesmo diante de minhas tentativas de estabelecer, de forma clara e adaptada ao seu nível de compreensão, os limites do vínculo profissional.

Apesar de reiterar que a relação se restringia à amizade e ao apoio no contexto terapêutico, o adolescente passou a expressar sentimentos por meio de gestos e produções, como cartas ilustradas com corações e frases que sugeriam proximidade afetiva. Essas manifestações foram discutidas com a coordenação da instituição, especializada em pessoas com TEA, a qual identificou que tais comportamentos extrapolavam os limites da relação terapêutica, configurando um desafio ético e interventivo.

Diante dessa situação, fui retirada do caso, uma vez que o vínculo já estava permeado por sentimentos e desejos que extrapolavam os objetivos do acompanhamento. Posteriormente, o jovem buscou contato em minhas redes sociais pessoais, localizando meu perfil por meio de pesquisas relacionadas a um projeto social do qual eu participava. A insistência em manter contato, inclusive solicitando que eu me tornasse sua “psicóloga”, evidenciou não apenas a intensidade de seu afeto, mas também a ausência de referências adequadas sobre limites relacionais e sexuais.

Com o decorrer do tempo, ingressei em uma liga acadêmica de cognição e neurociência vinculada à minha instituição de ensino superior, na qual atuava de maneira ativa e constante. As atividades da liga incluíam encontros semanais com convidados, realizados em formato remoto, nos quais eram discutidos temas pertinentes à área. Em uma dessas ocasiões, ocorreu uma situação inesperada: Gabriel, anteriormente acompanhado por mim, localizou meu perfil profissional no Instagram, a partir do qual teve acesso ao link de uma das reuniões disponibilizado em meus destaques. Assim, ingressou indevidamente no encontro virtual, durante o qual passou a interpelar-me nominalmente, dirigindo-se ao professor responsável pela

palestra e solicitando, inclusive, participação. Tal episódio mostrou-se constrangedor e exigiu que eu recorresse à administração da liga para relatar e esclarecer o ocorrido.

Posteriormente, Gabriel novamente utilizou informações disponíveis em meu perfil no Instagram para reconstruir o link de acesso ao grupo de WhatsApp da liga acadêmica, que havia sido divulgado em uma publicação sobre minha aprovação no referido grupo. Após ingressar indevidamente, passou a enviar mensagens, o que demandou seu bloqueio e exclusão imediata. Ainda assim, a situação gerou constrangimentos adicionais, sobretudo quando ele realizou uma ligação para um dos membros da liga — justamente o administrador do grupo, que não havia bloqueado seu contato. Esse episódio representou a última tentativa de aproximação online por parte de Gabriel, não havendo novos contatos desde então.

3.2 GABRIEL E O LAÇO POSSÍVEL: TRANSFERÊNCIA E MANEJO NA CLÍNICA COM O AUTISMO

Do ponto de vista analítico, tal ocorrência reforça a importância de refletir sobre as dificuldades que jovens autistas podem apresentar no reconhecimento de limites sociais e na compreensão das fronteiras entre espaços públicos e privados. Embora não necessariamente motivados por intenções negativas, esses comportamentos evidenciam a necessidade de estratégias educativas voltadas ao uso seguro de tecnologias e redes sociais, bem como à construção de noções mais claras acerca de consentimento, privacidade e convivência digital. Tais situações ressaltam a relevância de intervenções que articulem a educação sexual e social de maneira integrada, contemplando tanto os aspectos presenciais quanto os virtuais das interações.

No caso de Gabriel, a transferência constituiu um elemento central, ainda que atravessada pelas especificidades do autismo, no qual os endereçamentos ao outro nem sempre se manifestam de forma evidente. Jerusalinsky (2011) destaca que, na clínica com sujeitos autistas, a transferência exige do analista um reposicionamento, pautado na sustentação da presença e na oferta de um lugar possível para que o sujeito se inscreva no laço. Nesse sentido, o manejo não se reduz à interpretação clássica, mas implica a construção de um campo de circulação da palavra e de significações. Kupfer (2007) reforça que tanto o educador quanto o clínico, diante de tais impasses, devem assumir uma posição de sustentação e abertura, evitando leituras normativas e

possibilitando que o sujeito elabore suas próprias formas de estar no mundo. Assim, no trabalho com Gabriel, o manejo consistiu em reconhecer esses modos singulares de endereçamento e sustentar a aposta em um laço possível, abrindo caminhos para a emergência de novos sentidos.

4 CONCLUSÃO

A experiência relatada, analisada sob a perspectiva autoetnográfica, evidenciou os desafios e as potencialidades que emergem ao abordar a sexualidade de jovens autistas nos contextos terapêutico, escolar e social. O acompanhamento de um adolescente de 16 anos no espectro revelou situações que ultrapassaram a prática profissional, trazendo à tona questões éticas, relacionais e educacionais que demandaram não apenas manejo clínico, mas também reflexão crítica sobre o papel da educação sexual na construção de limites, no desenvolvimento da autonomia e na prevenção de vulnerabilidades.

A análise indicou que a sexualidade de jovens com TEA não pode ser negligenciada ou silenciada, uma vez que constitui dimensão fundamental da dignidade humana e dos direitos sexuais. A ausência de orientação adequada, aliada às dificuldades de interpretação de normas sociais e de compreensão de fronteiras relacionais, amplia os riscos de exposição a situações de abuso, exclusão e constrangimento. Nesse sentido, a educação sexual inclusiva, pautada em metodologias adaptadas e no respeito às singularidades, configura-se como ferramenta indispensável para a promoção da saúde, da cidadania e da equidade.

Ademais, o percurso metodológico autoetnográfico possibilitou evidenciar como experiências pessoais podem se converter em fontes legítimas de produção científica, ao revelar aspectos frequentemente invisibilizados por abordagens tradicionais. O relato demonstrou que a vivência cotidiana com jovens autistas oferece pistas valiosas para o aprimoramento de práticas educativas e terapêuticas, reforçando a urgência de preparar profissionais e instituições para lidar com tais demandas.

Conclui-se, portanto, que investir em uma educação sexual adaptada às necessidades de pessoas autistas não apenas garante direitos, mas também fortalece a construção da autonomia, amplia a proteção contra vulnerabilidades e possibilita a vivência plena da sexualidade.

REFERÊNCIAS

ADAMS, T.; ELLIS, C.; JONES, S**. Autoethnography**: Understanding Qualitative Research. Routledge, 2021.

ALVES, C. A. & SANTOS, G. R. **Educação sexual na escola:** desafios contemporâneos. Educação & Sociedade, 2019.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-5-TR**. 5. ed., text rev. Arlington: American Psychiatric Association, 2022.

AREND, M. H. R. de; MACIEL, E. T.; FANTINELLI, A. A.; EGGRES, D.; GRAUP, S.; BALK, R. S. Sexualidade em adolescentes com transtorno do espectro autista: uma revisão integrativa**. Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, e15558, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15558. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 21 set. 2025.

Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321284512_CONSIDERACOES_PRELIMINARES_A_TODO_TRATAMENTO_POSSIVEL_DO_AUTISMO. Acesso em: 11 set. 2025.

FIGUEIREDO, L. C.; SILVA, R. S. Autoetnografia no campo educacional: narrativas como metodologia. **Educação em Revista**, 2020.

HODGE, N. **Sexuality and Relationships in the Lives of Autistic People**: Beyond the Binary. Routledge, 2021.

INSTITUTO INCLUSÃO BRASIL. **Aumento exponencial de casos de autismo no mundo.** São Vicente, SP: Instituto Inclusão Brasil, 2024. Disponível em: https://institutoinclusaobrasil.com.br/aumento-exponencial-de-casos-de-autismo-no-mundo/. Acesso em: 11 maio 2025.

JERUSALINSKY, Alfredo. Considerações preliminares a todo tratamento possível do autismo. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 28, n. 61, p. 121–125, abr./jun. 2010.

LACERDA, Joyce Rayane Carvalho. **Literatura infantil:** um recurso educativo para o desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/19143/1/JRCL05012021.pdf. Acesso em: 31 maio 2025.

MAIA, Suzana; BATISTA, Jeferson. Reflexões sobre a autoetnografia. **Revista Prelúdios,** Salvador, v. 9, n. 10, p. 240–246, ago./dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistapreludios/article/view/37669/26323. Acesso em: 15 maio 2025.

MARQUES, T. & OLIVEIRA, P. Vulnerabilidade sexual de pessoas com autismo: reflexões éticas e legais. **Revista Bioética**, 2022.

MIRANDA, Camila Fontenele de. **A autoetnografia como prática contra-hegemônica. Dossiê Autoetnografias:** (In)visibilidades, reflexividades e interações entre "Eus" e "Outros". Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 17, n. 3, dez. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/ppgsociologia/article/view/39550. Acesso em: 4 abr. 2025.

ONU. **Convention on the Rights of Persons with Disabilities** (CRPD). Nova York: Assembleia Geral da ONU, 13 dez. 2006. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/disabilities/wp-content/uploads/sites/15/2022/05/CRPD_CSP_2022_CRP1.pdf Acesso em: 11 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Transtorno do espectro autista.** [S.l.]: OPAS, [202–]. Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista. Acesso em: 11 maio 2025.

PEREIRA, A. P.; et al. Adolescência e autismo: desafios na educação inclusiva**. Revista Brasileira de Educação Especial,** v.10, nº 03, p. 147-145, 2020.

SMITH, H. **Autoethnography in Disability Studies:** Reclaiming Lived Experience." Disability & Society, 2022.

UNESCO**. International technical guidance on sexuality education:** an evidence-informed approach (revisão 2021). Paris: UNESCO, 2021.

EDUCAR COM O ROSTO: A ALTERIDADE COMO PRINCÍPIO ÉTICO

André Siqueira[1]

Liana Arantes[2]

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre a filosofia de Emmanuel Levinas, destacando sua proposta da ética como filosofia primeira e suas implicações para a educação de jovens e adultos (EJA) e a Pedagogia da Presença, enquanto um dos pilares do trabalho socioeducativo. A partir da análise do artigo de Luciano Costa, *"Ler a vida além do livro: Judaísmo, Alteridade e Educação em Emmanuel Levinas"*, evidencia-se como a experiência pessoal do filósofo — marcada pelo Holocausto, pela Segunda Guerra Mundial e pela tradição judaica — fundamenta uma ética centrada na responsabilidade incondicional pelo outro. Levinas rompe com a tradição ontológica da filosofia ocidental, ao colocar o rosto do outro como ponto de partida para a subjetividade e para a ação ética. Essa concepção é transposta para o campo educacional, por meio de uma pedagogia da hospitalidade, que valoriza a escuta, o acolhimento e o reconhecimento da alteridade do educando. A educação, nesse contexto, é compreendida como um espaço de encontro ético, onde o saber é construído na relação com o outro e não na imposição de verdades universais. A filosofia levinasiana, portanto, oferece uma alternativa ética e humanizadora para a prática pedagógica, desafiando modelos baseados na padronização e no desempenho. Em tempos de exclusão e indiferença, sua proposta se apresenta como um chamado à responsabilidade, à escuta e ao cuidado com o outro, dialogando com a perspectiva mais atual do trabalho socioeducativo, lócus em que os autores desenvolvem suas atividades de trabalho atualmente.

Palavras-chaves: Ética. Alteridade. Pedagogia. EJA – Educação de Jovens e Adultos. ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente.

ABSTRACT

This article proposes a reflection on the philosophy of Emmanuel Levinas, highlighting his proposal for ethics as the first philosophy and its implications for the education of young people and adults (EJA) and the Pedagogy of Presence, as one of the pillars of socio-educational work. From the analysis of Luciano Costa's article, "Reading Life Beyond the Book: Judaism, Otherness and Education in Emmanuel Levinas," it becomes evident how the philosopher's personal experience — marked by the Holocaust, World War II, and the Jewish tradition — grounds an ethics centered on unconditional responsibility for the other. Levinas breaks with the ontological tradition of Western philosophy by placing the face of the other as the starting point for subjectivity and ethical action. This conception is transposed to the educational field through a pedagogy of hospitality, which values listening, welcoming, and recognizing the

[1] André Luiz Siqueira Silva é mestrando no Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (PPGEJA), pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Possui graduação em Direito (Bacharelado) e em Filosofia (Licenciatura). Atualmente é gerente da Corregedoria Setorial da Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC, órgão vinculado à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia – SJCDH. Email: zaragosi@outlook.com

[2] Liana Almeida de Arantes é graduada em Serviço Social (UCSAL). Especialista em Administração Hospitalar (UFBA). Especialista em Terapia Comunitária (SEDES). Especialista em Políticas Públicas e Socioeducação (UNB). Mestre em Gestão Social (UFBA). Atualmente desenvolve atividades na FUNDAC. Assistente Social da Secretaria de Saúde da Bahia (SESAB); foi docente e coordenadora do estágio supervisionado do Curso de Serviço Social (UNIME/Salvador). Assistente Social e instrutora dos cursos de formação da Escola do Sinase na FUNDAC. Email: lianarantes@yahoo.com.br

otherness of the student. Education, in this context, is understood as a space in an ethical encounter, where knowledge is constructed in relation to the other and not in the imposition of universal truths. Therefore, Levinasian philosophy offers an ethical and humanizing alternative for pedagogical practice, challenging models based on standardization and performance. In times of exclusion and indifference, its proposal presents itself as a call to responsibility, listening, and caring for the other, dialoguing with the most current perspective of socioeducational work, locus in which the authors currently develop their work activities.

Keywords: Ethics. Otherness. Pedagogy. Youth and Adult Education. Child and Adolescent Statute.

1 INTRODUÇÃO

O intuito desse texto é tecer algumas considerações sobre um tópico profundo e instigante - aquele que desperta a sensibilidade do indivíduo, se houver o desejo de aprimorar suas relações interpessoais, revelando a possibilidade de reconsiderar a própria condição. Aqui, o objetivo dos autores é esclarecer a relevância e o significado do aprendizado de olhar genuinamente nos olhos de quem nos olha, com consideração e respeito, trazendo contribuições e contrapontos, desta perspectiva na Educação de Jovens e Adultos – EJA, e no trabalho socioeducativo. Estamos nos referindo a uma empatia persistente, quase constante, que nos conduz à consciência ética. De acordo com Emmanuel Levinas[3], essa consciência se expressa através do bem que resiste, hesita e age de maneira justa, silenciosa e sempre em benefício do próximo. A filosofia de Emmanuel Levinas, representa uma ruptura significativa com a tradição ocidental, ao propor a ética como filosofia primeira.

Levinas sugere que, ao invés de iniciar a reflexão a partir do ser, como fizeram os grandes sistemas filosóficos desde Parmênides até Heidegger, a relação com o outro - o rosto do outro - deve ser o ponto inicial de qualquer reflexão filosófica. Esta mudança radical da ontologia para a ética é resultado de uma trajetória pessoal marcada por vivências traumáticas, como o Holocausto e a Segunda Guerra Mundial, que tiveram um impacto profundo na sua perspectiva de mundo e na sua produção intelectual.

Ademais, o artigo publicado de Luciano Costa[4], *"Ler a vida além do livro: Judaísmo, Alteridade e Educação em Emmanuel Levinas"*, propõe uma leitura sensível

[3] Emmanuel Levinas (1906-1995) foi um filósofo francês de ascendência lituana, cujo trabalho enfatizou a ética como a base da filosofia. A sua reflexão acerca da alteridade e da responsabilidade infinita pelo outro teve um impacto significativo no pensamento atual, particularmente nos campos da ética, fenomenologia e filosofia religiosa.

[4] O Prof. Dr. Luciano Costa Santos, é Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com atuação no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduc). Doutor em Filosofia

da vida e da obra do filósofo, destacando como sua herança judaica e sua vivência como prisioneiro de guerra, moldaram uma filosofia centrada na responsabilidade incondicional pelo outro.

Costa destaca que Levinas não só concebeu a alteridade como um conceito, mas também a experimentou em sua própria vida, em sua trajetória, em sua resistência silenciosa perante a barbárie. Portanto, sua filosofia vai além de uma simples construção teórica, sendo um testemunho ético de sobrevivência e dedicação à "dignidade da pessoa humana" (CF/88). Em Levinas, a alteridade não é uma diferença que possa ser assimilada ou entendida dentro das categorias do mesmo.

> Pelo contrário, o outro é absolutamente outro, irredutível, e é justamente essa irredutibilidade que funda a ética. O rosto do outro, em sua nudez e vulnerabilidade, interpela o sujeito, exigindo uma resposta que não pode ser adiada nem justificada por sistemas abstratos (LEVINAS, 1993).

Essa interpelação é anterior a qualquer escolha ou decisão racional, pois ela é o próprio fundamento da subjetividade. Como afirma o filósofo: "o eu, é responsável, por outrem sem ter assumido essa responsabilidade" (LEVINAS, 2000, p. 16). No campo da educação, essa concepção ética tem implicações profundas, pois a educação brasileira permanece forte abordando significamente uma compreensão ocidental, esquecendo suas próprias raízes identitária. Deste modo, ensinar, à luz do pensamento levinasiano, não é apenas transmitir conteúdos, mas acolher o outro em sua singularidade, escutá-lo, reconhecê-lo como pessoa ética. A educação torna-se, assim, um espaço de hospitalidade, onde o saber é construído na relação com a diferença, e não na imposição de uma verdade única. Como destaca Costa, "ler a vida além do livro" é compreender que a formação humana se dá no encontro com o outro, na escuta de suas dores, de suas histórias, de suas esperanças. Contudo, essa perspectiva desafia modelos educacionais baseados na padronização, na meritocracia e na lógica do desempenho. Em vez disso, propõe uma pedagogia da escuta, da sensibilidade e da responsabilidade.

Em dias atuais, torna-se cada vez mais importante pensarmos na construção de uma "cultura da alteridade", na qual a responsabilidade pelo outro seja um componente ético de nosso cotidiano. A filosofia de Lévinas considera o outro como medida para

pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, realizou estágio doutoral no Institut Catholique de Paris e pós-doutorado na Universidade Autónoma Metropolitana do México. É pesquisador nas áreas de Fenomenologia, Ética da Alteridade, Filosofia da Religião e Filosofia Latino-Americana.

nossas ações: A ética sendo muito mais do que um código moral ou princípio formal de ação. A ética é a relação primeira, a abertura necessária para o outro.

A expressão alteridade vem do latim “alteritas” cujo significado é ser o outro. Trata-se do ato de perceber "o outro" ou um grupo diferente e reconhecer a individualidade ou especificidade que possuem.

> Falar sobre alteridade é sempre abordar uma experiência social, porque no encontro com o outro estabelece-se uma relação interpessoal. Ainda que essa constatação pareça óbvia, existem vários tipos de relacionamento, para os quais nem sempre faz sentido usar o termo alteridade. Já a referência à origem do termo, alteridade, dá a entender caraterísticas que restringem o seu uso possível. A saber, podemos diferenciar, inicialmente, entre relações pessoais desinteressadas, intencionais ou abertas. A postura desinteressada ou indiferente não estabelece, na verdade, qualquer vínculo social. Quem não se interessa pelo outro não entra em relação com ele. É óbvio que aí não cabe o uso do termo alteridade. A experiência não é muito diferente quando se trata de uma relação intencional, isto é, quando mediante ela perseguem-se objetivos específicos. Nesse caso, o interessado visa a realizar um determinado objetivo e a relação com a outra pessoa torna-se apenas o meio de alcançá-lo. [5] (FLICKINGER, 1980).

O educador-filosofo[6], por exemplo, nesse contexto, não é um mestre que detém o saber, mas uma pessoa ética que se deixa afetar pelo outro, que se compromete com sua formação integral. Portanto, a introdução ao artigo de Luciano Costa, nos convida a repensar não apenas a filosofia, mas também a prática educativa, à luz de uma ética da alteridade. Em um país (Brasil), marcado por desigualdades, intolerâncias e exclusões, o pensamento de Levinas, oferece caminhos para uma educação mais humana, mais justa e mais sensível à diferença. Ler a vida além do livro é, nesse sentido, um gesto ético e pedagógico que nos desafia a construir relações baseadas no respeito, na escuta e na responsabilidade pelo outro. Tal concepção dialoga com a experiência dos autores, enquanto trabalhadores na Fundac.

A Fundação da Criança e do Adolescente – Fundac está localizada em Brotas na Rua das Pitangueiras, número 26-A, na cidade de Salvador, no estado da Bahia. Tem como finalidade a promoção da política estadual de atendimento socioeducativo na responsabilidade em custodiar os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade e de internação. Foi criada em 1991, através da Lei

[5] FLICKINGER, Hans-Georg. Educação e alteridade em contexto de sociedade multicultural. *Cad. Pesqui.* [online]. 2018, vol.48, n.167, pp.136-149. ISSN 1980-5314. https://doi.org/10.1590/198053144688

[6] Conceito desenvolvido, por Dante Augusto Galeffi. O educador-filósofo é aquele que pensa e age pedagogicamente a partir de uma ética do aprender, da escuta e da transdisciplinaridade. Mais do que ensinar conteúdo, ele provoca o pensamento, acolhe a alteridade e transforma o ato educativo em um exercício de liberdade e responsabilidade.

6.074, que transformou a antiga Fundação de Assistência aos Menores no Estado da Bahia (Fameb), para atender às disposições do ECA. É uma Fundação com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, patrimônio próprio, com sede e foro na cidade de Salvador e jurisdição em todo o território do Estado da Bahia e está vinculada à Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (SJDH).

2 A EXPERIÊNCIA DE EMMANUEL LEVINAS E A ÉTICA DA ALTERIDADE

O percurso de Emmanuel Levinas está intimamente ligado aos acontecimentos históricos que caracterizaram o século XX, particularmente o Holocausto e a Segunda Guerra Mundial. Levinas, nascido em 1906 em Kaunas, Lituânia, de uma tradicional família judaica, foi fortemente impactado tanto pela sua educação filosófica, quanto pela sua experiência como judeu em um ambiente de perseguição e violência. A sua filosofia, focada na ética da alteridade, é uma reação direta à barbárie que presenciou e experimentou, e é uma dura crítica à tradição filosófica ocidental que, segundo ele, desprezou o outro em prol do ser. [7]Levinas estudou na Alemanha com dois dos maiores pensadores do século XX: Edmund Husserl[8], fundador da fenomenologia, e Martin Heidegger[9], cuja ontologia influenciou profundamente o pensamento contemporâneo. No entanto, apesar da admiração inicial, Levinas rompeu com Heidegger, após a ascensão do nazismo e o apoio do filósofo alemão ao regime de Hitler. Para Levinas, a ênfase heideggeriana no ser e na autenticidade do Dasein (ser-aí) ignorava a dimensão ética da existência, especialmente a responsabilidade pelo outro (LEVINAS, 1993). Importante ressaltar que durante a Segunda Guerra Mundial, Levinas foi capturado pelos alemães e passou mais de quatro anos em um campo de prisioneiros de guerra. Por ser considerado cidadão francês, escapou do destino trágico de milhões de judeus deportados para campos de extermínio[10]. No entanto, sua família foi assassinada pelos nazistas, e essa perda marcou profundamente sua vida e obra. Como ele mesmo

[7] *Ler a vida além do livro: Judaísmo, Alteridade e Educação em Emmanuel Levinas*
[8]Edmund Husserl (1859–1938), Filósofo alemão, fundador da fenomenologia. Sua proposta buscou descrever a experiência consciente tal como ela se apresenta, suspendendo julgamentos sobre a realidade externa. Influenciou profundamente pensadores como Heidegger, Merleau-Ponty e Levinas.
[9] Martin Heidegger (1889–1976), foi um Filósofo alemão, um dos principais pensadores do século XX. Sua obra central, *Ser e Tempo*, propõe uma ontologia fundamental baseada na existência humana (Dasein) e na questão do ser. Heidegger influenciou profundamente a fenomenologia, a hermenêutica e a filosofia existencial.
[10] *Ler a vida além do livro: Judaísmo, Alteridade e Educação em Emmanuel Levinas*

afirmou, “a experiência do sofrimento e da injustiça não pode ser esquecida nem superada pela razão filosófica” (LEVINAS, 2000, p. 89).

A partir dessa vivência, Levinas desenvolveu uma filosofia que coloca a ética como primeira filosofia. Em vez de buscar compreender o ser, ele propõe que a relação com o outro — o rosto do outro — é o fundamento da subjetividade. O rosto, para Levinas, é a manifestação da alteridade absoluta (Deus), que não pode ser reduzida a categorias ou conceitos. “O rosto do outro me ordena: não matarás’” (LEVINAS, 2000, p. 101). Essa ordem ética não é fruto de um contrato social ou de uma convenção moral, mas de uma interpelação direta e inescapável. A ética da alteridade proposta, por Levinas é assimétrica: *o eu é* sempre mais responsável pelo outro do que por si mesmo. Essa responsabilidade é infinita, pois não depende de reciprocidade. Como ele afirma, “sou responsável pelo outro sem esperar reciprocidade, mesmo que eu morra por isso” (LEVINAS, 2000, p. 117). Essa concepção rompe com a lógica do interesse próprio e da justiça distributiva[11], propondo uma ética baseada na hospitalidade, no acolhimento e no cuidado com o outro.

Dito, a experiência de Levinas como prisioneiro de guerra e sobrevivente do Holocausto não apenas fundamenta sua filosofia, mas também a torna um testemunho ético. Sua obra é um chamado à responsabilidade em um mundo que frequentemente ignora o sofrimento alheio. Portanto, a experiência de Emmanuel Levinas, não é apenas um dado biográfico, mas o solo fértil de onde brota uma das filosofias mais humanistas e desafiadoras do século XX. Sua ética da alteridade nos convida a repensar nossas relações interpessoais, sociais e políticas, colocando o outro no centro da reflexão filosófica e da ação humana.

3 JUDAISMO E A ÉTICA COMO FILOSOFIA PRIMEIRA

O judaísmo, para Levinas, não é apenas uma religião ou identidade cultural, mas uma fonte viva de ensinamentos éticos que atravessam sua obra filosófica. A tradição judaica, especialmente, por meio do Talmude[12], oferece a Levinas uma concepção de

[11] É conceito moral e jurídico que orienta a convivência social com base na equidade, legalidade e respeito aos direitos, sendo a justiça distributiva uma de suas formas, voltada à repartição justa de recursos e oportunidades.

[12] Talmude é a compilação central da tradição rabínica judaica, composta pela Mishná e pela Guemará. O Talmude reúne debates, leis, comentários e ensinamentos éticos que orientam a vida religiosa e moral do judaísmo, sendo estudado há séculos como fonte de sabedoria e interpretação.

ética que não se baseia em princípios universais abstratos, mas em mandamentos concretos de responsabilidade pelo outro. Como ele afirma, “a relação com o outro é uma relação com o absolutamente outro” (LEVINAS, 1993, p. 39). Essa alteridade radical não pode ser reduzida a categorias do pensamento, pois o outro escapa à totalidade e se apresenta como um apelo ético. Em outras palavras a alteridade radical se refere à diferença absoluta (Deus), do outro em relação a mim. O "outro" aqui não é simplesmente um indivíduo distinto, mas uma pessoa cuja existência e subjetividade não podem ser totalmente entendidas ou assimiladas, por mim. Significa que não é possível explicar, classificar ou entender completamente o outro através de conceitos racionais ou filosóficos. Ele não se encaixa em modelos mentais ou sistemas de pensamento rígidos. Portanto, a "totalidade" aqui simboliza sistemas que buscam abranger tudo, seja ideologias, teorias ou estruturas de poder.

O rosto do outro, em sua vulnerabilidade, exige uma resposta que antecede qualquer escolha racional ou cálculo moral. Nesse sentido, a ética levinasiana é profundamente marcada por sua leitura do judaísmo. A figura do “rosto” — central em sua filosofia — remete à tradição bíblica, onde o encontro com o outro é sempre um encontro com o divino. Para Levinas, “Deus surge na relação ética com o outro” (LEVINAS, 2000, p. 105). Portanto, a transcendência não é um fenômeno metafísico remoto, mas se revela na proximidade do outro, na responsabilidade sem fim que ele impõe. Esta visão contesta a noção de que a ética é uma criação racional independente, evidenciando que ela surge da interpelação tangível do outro. Por outro lado, a ética reconhece a alteridade como intransponível e requer uma resposta que não pode ser justificada por qualquer lógica do ser (LEVINAS, 1993).

Essa ética da alteridade tem implicações profundas para a educação, a política e a convivência social. No campo educacional, por exemplo, ela propõe uma pedagogia da escuta e da hospitalidade, onde o educador não é apenas um transmissor de saberes, mas alguém que se deixa afetar pela presença do outro. Além disso, a ética como primeira filosofia desafia os modelos tradicionais de justiça e direitos humanos, ao propor que a responsabilidade pelo outro não depende de reciprocidade ou contrato. A pessoa ética, em Levinas, é aquele que se sente responsável mesmo sem ter causado o sofrimento do outro. Portanto, a proposta de Emmanuel Levinas de pensar a ética como primeira filosofia, inspirada profundamente pelo judaísmo, representa uma das contribuições mais originais e desafiadoras da filosofia contemporânea.

Mais recentemente a Pedagogia da Presença aparece como uma teoria e prática educacional inspirada por correntes humanistas de Paulo Freire, Carl Rogers, Maturana, dentre outros. Converge com a ética da alteridade no que concerne ao respeito ao outro. Posto isso, a primeira postula como como um a proposta pedagógica aplicada a educação e a segunda, um profundo pensamento filosófico, com influência indireta na educação, cujas orientações transcendem a sala de aula e perpassam toda a vida.

Trabalhar na área socioeducativa, essencialmente, é doar-se e estabelecer uma relação entre “educador e educando” que possibilite: abertura ao diálogo, compromisso e reciprocidade, elementos basilares na ação socioeducativa, sem perder de vista que é também buscar cuidar-se enquanto ser humano em construção. Portanto, no processo de acompanhamento do adolescente devido às tensões geradas no cotidiano é percorrido um longo caminho, respeitar o momento de silêncio, acolher o sentimento, vivências, é um passo importante para estabelecer uma relação saudável entre educador e educando e desta forma, efetivar a presença significativa na vida do adolescente.

Dito isso, esse trabalho socioeducativo guarda relação com outra importante pedagogia: A **Pedagogia da Presença que** é uma abordagem educacional que coloca no centro da prática pedagógica a **relação viva, intencional e afetiva entre educador e educando.** Ela parte do princípio de que o ato de ensinar não é apenas transmitir conteúdos, mas **estar genuinamente presente** — emocional, cognitiva e eticamente — na vida e no processo de aprendizagem do outro.

A partir dessa concepção, é possível pensar uma pedagogia que se funda não na transmissão de conteúdo, mas na escuta, no acolhimento e na responsabilidade — uma pedagogia do rosto. Para Levinas, o rosto do outro é o lugar da revelação ética. Ele afirma: “o rosto fala-me e convida-me a uma relação na qual não posso permanecer neutro” (LEVINAS, 2000, p. 17). O rosto, em sua nudez e fragilidade, rompe com qualquer tentativa de objetificação ou categorização. Ele não pode ser reduzido a um conceito, pois é a expressão da alteridade absoluta (Deus). Nesse sentido, o rosto é o ponto de partida para uma ética da responsabilidade infinita, que antecede qualquer contrato ou reciprocidade. Transpondo essa concepção para o campo da educação, ensinar torna-se, assim, um ato de escuta e de abertura, onde o saber é construído na relação e não imposto de forma unilateral, lembrando que a umas práxis que se

assemelha este pensar, é o modelo da Educação de Jovens e Adultos – EJA, pois sua premissa é considerar o aluno (a), com suas expressões e saberes, dando-lhe a oportunidade de falar, onde a postura do professor (a), é apenas escutar, propondo-se uma educação que reconhece a vulnerabilidade do outro como fonte de sentido e de transformação.

Pensar na possibilidade em reconhecer o rosto do aluno (a), com suas histórias, dores e esperanças, torna-se o centro da prática pedagógica dentro do universo da Educação de Jovens e Adultos - EJA. A educação formal, através da sala de aula deixa de ser um espaço de controle e passa a ser um espaço de hospitalidade, onde cada pessoa é acolhida em sua diferença. A pedagogia do rosto, também implica uma crítica à neutralidade do educador. Para Levinas, não há neutralidade possível diante do outro. O educador é sempre responsável, mesmo quando não escolheu sê-lo. Além disso, a pedagogia do rosto tem implicações políticas e sociais. Portanto, a pedagogia do rosto, inspirada na filosofia de Emmanuel Levinas, oferece uma alternativa ética e humanizadora para a prática educativa na Educação de Jovens e Adultos - EJA. Ela nos convida a olhar para o outro não como objeto de ensino, mas como “pessoa” de direitos e de saberes.

Sua ênfase na responsabilidade pelo outro, na escuta do sofrimento alheio e na ética como fundamento da convivência social, fortalece, os caminhos para repensar práticas pedagógicas, políticas e sociais. A alteridade, longe de ser uma ameaça, é o que nos humaniza, o que nos obriga a sair de nós mesmos e a construir um mundo mais justo e solidário. O artigo de Luciano Costa, nos convida a “ler a vida além do livro”, ou seja, a compreender que a filosofia, a educação e a ética não podem se limitar ao discurso teórico, mas devem ressurgir da vida concreta, da dor, da memória e da responsabilidade. Emmanuel Levinas, com sua trajetória marcada pela guerra e pela resistência, nos ensina que o verdadeiro sentido da existência está no cuidado com o outro. Sua filosofia é, antes de tudo, um chamado à humanidade — um chamado que a educação não pode ignorar.

4 A EUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO HOSPITALIDADE ÉTICA

Inspirada na filosofia de Emmanuel Levinas, a (EJA), pode ser compreendida como um espaço de hospitalidade ética, onde o encontro com o outro — o estudante

jovem, adulto ou idoso — torna-se o fundamento da prática pedagógica. Nesse contexto, o educador não é apenas um transmissor de conteúdo, mas alguém que se coloca eticamente diante da alteridade do aluno (a), reconhecendo suas histórias de vida, suas interrupções escolares, suas resistências e esperanças. Essa abordagem desafia os modelos tradicionais de ensino, que muitas vezes desconsideram as trajetórias individuais e coletivas das pessoas do modelo da– EJA, e priorizam a padronização e o desempenho. Embora, propõe-se uma pedagogia da escuta, da sensibilidade e da responsabilidade, onde o essencial não é apenas o que se ensina, mas como se acolhe o outro no processo educativo.

A hospitalidade ética, nesse cenário, assume um papel político: em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais, a EJA pode se tornar um espaço de resistência, cuidado e reconstrução de vínculos. A escuta atenta e o reconhecimento da dignidade de cada estudante são atos que rompem com a lógica da exclusão e reafirmam o direito à educação como um direito humano fundamental. Levinas nos convida a pensar a subjetividade não como autonomia isolada, mas como responsabilidade pelo outro. Na EJA, isso se traduz em práticas pedagógicas que não apenas respeitam a diversidade, mas se deixam transformar por ela. O rosto do outro — do trabalhador, da mãe solo, do idoso alfabetizando-se, do discente buscando concluir o ensino fundamental — convoca o educador a uma postura ética que vai além do currículo: é um chamado à presença, ao cuidado e à justiça. Assim, a pedagogia da hospitalidade na EJA não é apenas uma proposta teórica, mas uma prática viva, que reconhece no ato de ensinar e aprender uma oportunidade de reconstrução de identidades, de reparação histórica e de afirmação da dignidade humana. Em tempos de indiferença, ela nos lembra que educar é, antes de tudo, acolher o outro como legítimo portador de saberes, sonhos e direitos.

A (EJA) é, sem dúvida, uma área onde a ética da alteridade sugerida, por Emmanuel Levinas pode encontrar um solo propício para prosperar. Em um cenário caracterizado por percursos interrompidos, de exclusões históricas e disparidades sociais, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), surge como um local de recomeço, escuta e valorização do outro em sua individualidade. Considerar a alteridade como um princípio ético na Educação de Jovens e Adultos vai além de uma opção teórica, é um modelo pedagógico e humano que desempenha um papel significativo no seu processo de aprendizado. É fundamental compreender que Emanuel Levinas, sugere uma ética

que precede qualquer sistema de normas ou racionalidade. A face alheia, em sua vulnerabilidade, nos chama a uma responsabilidade que não escolhemos, mas que nos define (LEVINAS, 2004).

Na (EJA), esse apelo ético se apresenta de maneira tangível, já que cada estudante possui uma trajetória de luta, resistência e invisibilidade social que demanda do educador uma escuta atenta e um compromisso ético com sua educação. Neste cenário, a alteridade não pode ser simplificada a uma diferença que possa ser assimilada ou tolerada. Ela representa o reconhecimento radical de que o outro é diferente e, que sua presença nos perturba, nos questiona e nos impulsiona a sair de nossa própria individualidade, conforme LEVINAS. Na prática pedagógica da Educação de Jovens e Adultos (EJA), isso implica deixar de lado modelos pedagógicos focados na uniformização, padronização e na lógica do rendimento. Ao invés disso, é necessário estabelecer uma pedagogia que promova a escuta, a hospitalidade e o compromisso.

O professor (a) na (EJA), não pode ser apenas um transmissor de informações, mas um indivíduo ético que se deixa influenciar pelas trajetórias de vida de seus estudantes. Numerosos desses estudantes lidaram com a exclusão escolar, o trabalho precoce, a violência nas cidades, o racismo, o preconceito contra as mulheres e a extrema pobreza, dentre outras causas. As suas jornadas são caracterizadas por rupturas, porém também por resistências. Identificar essas narrativas é reconhecer o outro em sua dignidade, é declarar que cada indivíduo possui direito à palavra, ao conhecimento e à mudança. Assim, a proposta de Levinas se alinha fortemente com os princípios da EJA, particularmente no que se refere ao reconhecimento dos conhecimentos prévios dos alunos, à construção conjunta do saber e à importância da experiência vivida.

Na (EJA), essa responsabilidade se manifesta em métodos de ensino que respeitam o tempo alheio, valorizam sua voz e reconhecem sua humanidade. Ela é um hábito diário, evidenciado em pequenos atos, escutas cuidadosas, silêncios respeitados e palavras que acolhem, cada interação entre professor e aluno (a) representa uma chance de estabelecer uma relação ética, fundamentada no respeito, na dignidade e na responsabilidade recíproca. Em um mundo caracterizado por profundas desigualdades e discursos de ódio, a sugestão de Levinas proporciona um cenário de esperança, porém devo fazer a ressalva que se deve ter a esperança, mas no que tange a EJA, é necessário “Esperançar”, como dizia Paulo Freire. Ao priorizar o outro na reflexão

filosófica e pedagógica, ele nos instiga a edificar uma educação mais humana, mais equitativa e mais receptiva à diversidade. Na EJA essa ideia adquire forma, voz e rosto - o rosto do outro que nos observa e nos convida a sermos mais do que somos.

Considerando a experiência dos autores, ambos desenvolvendo suas atividades na Fundac, que cotidianamente gere as ações socioeducativas de internação e semiliberdade, com adolescentes que tenham praticado ato infracional, no estado da Bahia, ratificamos que o trabalho de conotação socioeducativa, em muito dialoga com a ética da alteridade. Quando seguimos a proposta do ECA – Estatuto da Criança e do adolescente, de trabalhar em prol de uma Socioeducação, estamos também trabalhando no sentido de promover a reintegração familiar e comunitária de jovens que cumprem medida socioeducativa na Fundac, e necessitam encontrar no âmbito da instituição, uma ação não somente punitiva, mas também educativa, e voltada para a garantia de direitos humanos. Esta ação para sua efetividade necessita estar comungada com os eixos pedagógicos balizadores da ação socioeducativa, especialmente a abordagem familiar e comunitária que preconiza a responsabilização solidária entre família, sociedade e Estado na defesa dos direitos dos jovens sob tutela socioeducativa. Desta maneira o entendimento de alteridade guarda bastante proximidade com o entendimento de socioeducação:

> Socioeducação, neste processo, pode ser entendida como a articulação de ações, programas e serviços que se desenvolvem nas práticas educativas, mobilizando jovens para o protagonismo, respeitando regras sociais e éticas vigentes. O diferencial da FUNDAC, neste interim, é lidar com adolescentes, a partir de um caminho judicial, iniciado pela prática de ato infracional, que tornam as práticas socioeducativas desafiadoras, pelo caráter multifacetário do cumprimento das medidas, as quais devem considerar o caráter pedagógico, sem desconsiderar o caráter sancionatório. (ARANTES, et ali, 2019, p.4)

Falar em Socioeducação nos remete a compreender este novo conceito, surgido a partir do ECA, e que nos trouxe novas noções relativas à implementação de medidas socioeducativas. Consideramos ainda um entendimento novo e por esse motivo impreciso conceitual e teoricamente. A Socioeducação tem sua origem conceitual na Educação Social, Pérez Serrano (2010) define **Educação Social** como: “Aquela ação sistemática e fundamentada, de suporte, mediação e transferência que favorece especificamente o desenvolvimento da sociabilidade do sujeito ao longo de toda a sua vida, circunstâncias e contextos, promovendo a sua autonomia”.

> A Educação Social é, então, “a ação educativa com vista à capacitação dos sujeitos, dos grupos e das comunidades para uma integração social consciente. “Educar” para a participação social implica intervir e provocar

> mudanças a nível pessoal, interpessoal e nos diferentes sistemas onde o sujeito se move (família, escola, instituições, entre outros), procurando mudanças de atitude e, gradualmente, mudanças de (sub)culturas que obstaculizam a participação social e, em última análise, o desenvolvimento" (TIMÓTEO & BERTÃO, 2012, p. 15).

A ética da alteridade nos estimula a enxergar o aluno não como um "vazio" a ser preenchido, mas como um indivíduo repleto de significados, memórias e aspirações (LEVINAS, 2012). Portanto, ensinar significa receber e, esse acolhimento é, antes de tudo, uma atitude ética. Ademais, a EJA é um ambiente ideal para a criação de uma educação mais diversa e democrática. Ao valorizar a diversidade de seus indivíduos - idade, gênero, raça, classe, religião, orientação sexual, ela questiona os padrões convencionais de ensino e sugere uma pedagogia fundamentada na diversidade. Aqui, a alteridade não é um entrave, mas uma capacidade. Na interação com o outro, o conhecimento transcende, a escola se humaniza e a educação se transforma em um ato de justiça. Segundo Levinas, mais uma vez, enfatizo as suas palavras, "eu sou responsável por alguém mesmo sem ter assumido essa obrigação" (LEVINAS, 2000, p. "16"). Esta declaração arrasadora nos faz reconsiderar a função do educador, pois o educador não é meramente um profissional, mas um indivíduo ético, convocado a responder ao outro com empatia, escuta e comprometimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A filosofia de Emmanuel Levinas marca uma mudança ética significativa no pensamento ocidental, ao mudar o foco da ontologia para a responsabilidade irrestrita pelo próximo. Esta transformação não é meramente conceitual, mas surge de uma vivência histórica caracterizada pela dor, pela exclusão e pela violência, particularmente de Levinas. A experiência de Levinas como judeu, prisioneiro de guerra e filósofo dedicado à dignidade humana imprime à sua obra uma profundidade ética que transcende as fronteiras da filosofia convencional como foi dito anteriormente. Ademais, Levinas, ao sugerir a ética como a primeira filosofia, quebra a tradição que valoriza o ser e a totalidade. O mesmo acredita que a face do outro, em sua nudez, vulnerabilidade e radical alteridade, é o ponto inicial para qualquer reflexão filosófica.

Esta responsabilidade precede a liberdade, a opção e a lógica, pois é a própria base da subjetividade. Na esfera educacional, essa visão ética possui consequências transformadoras, pois entende-se que a filosofia de Levinas nos motiva a reconsiderar

a prática pedagógica como um gesto de hospitalidade. No entanto, essa perspectiva é especialmente relevante na Educação de Jovens e Adultos (EJA), um campo marcado por histórias de exclusão, interrupções escolares e desigualdades sociais. As pessoas da EJA, carregam consigo experiências de vida que desafiam os modelos tradicionais de ensino. Nesse contexto, a ética da alteridade proposta por Levinas oferece uma base sólida para uma pedagogia mais humana, sensível e comprometida com a justiça social, até porque, a Educação de Jovens e Adultos – EJA, é considerada como uma educação que se assemelha a educação cultural popular, onde sua construção diária é despertar no aluno (a), os seus saberes e conhecimentos adquiridos, através de sua vida vivida.

O educador (a), nesse cenário, não é um mestre que detém o saber, mas uma pessoa ética que se deixa afetar pelo outro, que reconhece a dignidade de cada educando e que se compromete com sua formação integral. A pedagogia da hospitalidade, inspirada em Levinas, propõe uma inversão de valores: o que importa não é apenas o conteúdo ensinado, mas a forma como o outro é acolhido no processo educativo. Essa abordagem desafia as estruturas escolares baseadas na meritocracia, na padronização e na lógica do desempenho. Em vez disso, propõe uma educação centrada na escuta, na sensibilidade e na responsabilidade. A escola, nesse sentido, pode se tornar um espaço de resistência, de cuidado e de transformação. Em um mundo marcado por intolerâncias, exclusões e discursos de ódio, como já foi dito no artigo, a proposta de Levinas nos convida a construir relações baseadas no respeito, na escuta e na responsabilidade pelo outro.

Em suma, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa proposta ganha corpo e voz, pois cada educando é um rosto que interpela, uma história que exige reconhecimento, uma presença que desafia o educador a sair de si e a responder com sensibilidade e compromisso. Portanto, a alteridade como princípio ético na EJA, não é apenas uma diretriz filosófica, mas uma exigência prática e urgente. A filosofia de Levinas nos oferece um horizonte de esperança, onde a educação pode ser um ato de justiça, de escuta e de dignidade. Em tempos de crise ética e social, essa proposta se mostra não apenas atual, mas necessária. Necessária inclusive no desenvolvimento do trabalho socioeducativo, onde os autores, desenvolvem suas ações.

Um Viva a LEVINAS, a alteridade e a socioeducação!

REFERENCIAS

ARANTES, Liana Almeida de; GARCIA, Ana Maria Fraguas. A política desenvolvida para os adolescentes em conflito com a lei: Uma breve reflexão. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/index.php/catalogo/post/a-politica-desenvolvida-para-os-adolescentes-em-conflito-com-a-lei-uma-breve-reflexao. Acesso em: 10 de agosto de 2025.

FLICKINGER, H.G. Educação e alteridade em contexto de sociedade multicultural. *Cad. Pesquisa.* [online]. 2018, vol.48, n.167, pp.136-149. ISSN 1980-5314. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/9mT8stgsy9rNnwGS3YghHWw/?lang=pt Acesso em 05/08/2025.

GALLEFI, Dante Augusto. **O Diálogo na formação transdisciplinar do educador-filósofo**. Journal Childhood & Philosophy, v.4, Rio de Janeiro, 2008.

_____. RELIGIÃO E CIÊNCIA: **diferença e repetição – uma investigação a partir da concepção moral e religiosa de Henri Bergson**. Caderno CRH – Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades, UFBA – Universidade Federal da Bahia, v.26, 2013.

LEVINAS, Emmanuel**. Ética e infinito: diálogos com Philippe Nemo.** Tradução de José Raimundo Maia Neto. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

PÉREZ, Serrano, G. **Pedagogía social-educación social**. Madrid: Narcea. Ano 2003.

SANTOS, Luciano Costa. **Ler a vida além do livro: Judaísmo, Alteridade e Educação em Emmanuel Levinas**. Revista Brasileira de Filosofia e Educação, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 45–62, 2020.

SGANZERLA, Givanildo Melo dos Santos; MARIA, Aparecida Dantas Bezerra; MELO, José Fernando da Silva Alves. **A educação de jovens e adultos como instrumento de inclusão social e a superação de dificuldades na prática docente**. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU**, 2023. Anais […]. Disponível em:https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_EV185MD1ID357TB1545_08052023103729.pdf. Acesso em: 28 de maio de 2025.

SILVA, André Luiz Siqueira. ***Código Mello Mattos (ECA): interlocução com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como sentido do pensamento socioeducativo contemporâneo***. Periagoge, v. 7, 2024. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/periagoge/article/view/15424. Acesso em: 25 de agosto de 2025.

TIMÓTEO, I. & BERTÃO, A. **Educação social transformadora e transformativa: clarificação de sentidos**. *Sensos 3*, Revista do in ED, vol. II, 1, 11-26. Ano 2012.

ENTRE O OLHAR E A ESCUTA: A EXPERIÊNCIA AUTOETNOGRÁFICA DA ESTUDANTE DE PEDAGOGIA DIANTE DOS DILEMAS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS

Isabela Luna Oliveira Santos [1]

Isael Sena de Jesus [2]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre os desafios da inclusão escolar a partir da experiência de estágio em Pedagogia com uma criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A proposta originou-se do interesse em compreender de que maneira as práticas pedagógicas podem favorecer a participação efetiva de alunos atípicos no contexto escolar e contribuir para a construção de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e acolhedor. A metodologia adotada consistiu na abordagem etnográfica, fundamentada em uma vivência crítica durante as atividades em sala de aula. Essa perspectiva possibilitou não apenas o registro do comportamento e das interações da criança, mas também a análise de como o espaço escolar se organiza para atender às suas necessidades específicas. O contato direto com a realidade experienciada permitiu identificar tanto os desafios quanto as potencialidades do processo de inclusão no cotidiano da prática pedagógica. Os resultados obtidos evidenciam que, apesar dos avanços promovidos pelas políticas de inclusão, ainda persistem dificuldades em garantir o pleno atendimento das necessidades de crianças atípicas. Destaca-se, nesse sentido, a relevância de práticas que valorizem a escuta, a adaptação de métodos de ensino e a consolidação de uma cultura escolar pautada no respeito às diferenças. Conclui-se, portanto, que a inclusão deve ser compreendida não apenas como um direito legal, mas como um compromisso coletivo e contínuo de todos os atores escolares. Somente assim será possível assegurar que cada estudante, independentemente de suas particularidades, possa aprender, desenvolver-se e sentir-se verdadeiramente pertencente ao espaço escolar.

Palavras-chave: Inclusão. Etnografia. Educação. TEA. Prática pedagógica.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui um desafio complexo para a educação contemporânea, pois exige práticas pedagógicas que respeitem os ritmos e singularidades de cada estudante. Mais do que um direito legal, a inclusão deve ser compreendida como um compromisso pedagógico, orientado pela valorização da diversidade e pela construção de ambientes equitativos e acolhedores.

[1] Graduanda em Pedagogia, Universidade Católica do Salvador, isabelaluna.santos@ucsal.edu.br
[2] Professor do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC) da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). .

Nesse sentido, a autoetnografia foi adotada como método de pesquisa, por permitir observar práticas docentes, registrar interações e compreender as estratégias utilizadas – ou não – para promover a inclusão. Conforme destacam Malinowski (1978), Geertz (1997; 2008) e Angrosino (2009), a etnografia aplicada à educação possibilita interpretar a realidade escolar de forma detalhada e plural, fornecendo subsídios para refletir criticamente sobre as práticas pedagógicas.

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os desafios e possibilidades da inclusão de crianças com TEA, a partir de experiências vivenciadas em duas instituições de ensino em Salvador, sendo uma da rede pública e outra da rede privada. Busca-se discutir a relevância da formação docente, o uso de métodos pedagógicos adaptados e o impacto de recursos didáticos diversificados no processo de aprendizagem.

Como lembra Jim Sinclair, uma criança com autismo, citado em Pontis (2022, p. 28): “Ser autista não significa não ser humano, mas ser diferente... Trabalhem comigo para construir pontes entre nós.” Tal reflexão ressalta que a inclusão escolar deve reconhecer e respeitar a singularidade de cada aluno, promovendo autonomia, dignidade e convivência no espaço educacional.

2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 INCLUSÃO ESCOLAR: FORMAÇÃO DOCENTE E OLHAR SENSÍVEL

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um tema amplamente discutido na educação contemporânea, exigindo práticas pedagógicas que transcendam adaptações pontuais e promovam a participação plena de todos os alunos. Para Mantoan (2003), a inclusão não se limita à presença física do estudante em sala de aula, mas implica na criação de condições que garantam equidade e acesso efetivo às experiências de aprendizagem. Almeida (2005) reforça que a inclusão exige uma ação institucional coordenada, contínua e sistemática, evidenciando que respostas individuais ou esporádicas não caracterizam práticas inclusivas de fato.

Nesse cenário, a formação docente assume papel central. Mendes (2010) argumenta que professores preparados e continuamente formados estão mais aptos a identificar barreiras, ajustar suas metodologias e diversificar recursos, favorecendo o

aprendizado de todos. De forma semelhante, Pletsch (2009) destaca que a qualificação docente deve contemplar não apenas técnicas pedagógicas, mas também uma mudança de postura, que valorize a diversidade como constitutiva do ambiente escolar.

Complementando essa perspectiva, Freire (1996) ressalta que uma educação emancipadora deve possibilitar ao estudante reconhecer-se como sujeito de sua própria história, promovendo a autorrepresentação e o enfrentamento de preconceitos. Isso evidencia que o processo inclusivo demanda não apenas ações técnicas, mas também uma atitude pedagógica fundamentada no respeito e no diálogo. Nesse sentido, o olhar sensível e a escuta atenta tornam-se ferramentas essenciais, permitindo que o professor compreenda os sentidos atribuídos pelos alunos às situações vivenciadas em sala de aula, reconhecendo suas necessidades e potencialidades.

A inclusão, entretanto, não deve ser vista como responsabilidade exclusiva do professor. Como destaca Tardif (2014), o trabalho docente está imerso em uma rede de saberes e práticas institucionais, o que significa que a escola, enquanto comunidade educativa, precisa compartilhar essa responsabilidade. O apoio da gestão escolar, das equipes pedagógicas e das famílias constitui condição indispensável para que a inclusão se efetive de forma sustentável e transformadora.

Por fim, a autoetnografia aplicada à educação contribui para esse debate ao permitir compreender a realidade escolar em sua complexidade, valorizando as experiências dos sujeitos e evidenciando como se dão as interações cotidianas. Assim, o método autoetnográfico adotado neste estudo reforça a necessidade de uma prática pedagógica que una formação docente, sensibilidade e compromisso coletivo para construir um espaço escolar verdadeiramente inclusivo.

2.2 OLHARES, VOZES E EXPERIÊNCIAS OBSERVADAS NAS INTERAÇÕES DE INCLUSÃO

A formação docente desempenha papel central na efetivação da inclusão escolar, especialmente no caso de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Como aponta Carvalho (2007), preparar o professor vai além do domínio do conteúdo curricular, abrangendo competências para reconhecer e valorizar as diferenças individuais, além de promover estratégias pedagógicas que favoreçam a participação de todos. Fernandes (2012) complementa que a prática inclusiva exige sensibilidade e

atenção às necessidades singulares de cada estudante, bem como a capacidade de adaptar metodologias e recursos didáticos ao contexto escolar.

No entanto, a realidade evidencia que muitos professores ainda são designados a atuar com alunos que apresentam necessidades específicas sem receber formação adequada ou capacitação direcionada. Essa lacuna compromete a eficácia da prática pedagógica, gerando insegurança no docente e, simultaneamente, prejudicando o aluno, que não encontra condições plenas de inclusão e de desenvolvimento de suas habilidades. Nesse contexto, emergem questionamentos centrais: como o professor deve proceder diante de alunos com TEA? Quais recursos pode mobilizar para apoiar sua prática?

Uma das respostas encontra-se no conceito de “olhar sensível”, entendido como a habilidade docente de perceber sutilezas nas interações e necessidades dos estudantes, possibilitando a escuta ativa e intervenções pedagógicas mais adequadas. Esse olhar abrange não apenas o desempenho acadêmico, mas também dimensões sociais, emocionais e afetivas, criando condições de acolhimento e motivação. Para tanto, mostra-se indispensável a formação contínua e especializada. Nesse sentido, Almeida (2005) enfatiza que a inclusão não pode depender exclusivamente da boa vontade individual do professor, mas deve estar alicerçada em políticas institucionais, capacitação permanente e acompanhamento sistemático da aprendizagem.

Essa perspectiva encontra respaldo na pedagogia crítica de Freire (1996), a qual valoriza a prática reflexiva e a construção de relações respeitosas entre educadores e educandos, estimulando o protagonismo estudantil e fortalecendo uma cultura de empatia no espaço escolar. Do mesmo modo, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça a responsabilidade das instituições de ensino em assegurar a inclusão educacional, estabelecendo garantias relacionadas à acessibilidade, à adaptação curricular e ao atendimento individualizado. Assim, a formação docente, aliada a um olhar sensível, configura-se não apenas como uma recomendação pedagógica, mas como uma exigência legal para a promoção da equidade e do desenvolvimento integral.

Portanto, investir na formação docente, promover a capacitação contínua e cultivar o olhar sensível constitui um elemento estruturante da inclusão, ao possibilitar a identificação de barreiras, a adaptação das práticas pedagógicas e a promoção de aprendizagens significativas, respeitando as singularidades de cada criança. Nessa

perspectiva, Sena (2024) observa que, nos chamados “tempos de autismo”, concebidos também como “a batalha do autismo”, o debate não se restringe ao campo clínico ou político, mas abrange igualmente a “Via Crúcis” enfrentada por familiares. Esse cenário tem impulsionado a elaboração de projetos de lei direcionados às pessoas diagnosticadas com TEA, com o objetivo de, em nome da proteção da criança e do adolescente, promover maior visibilidade às pessoas autistas e assegurar-lhes centralidade nas políticas públicas.

2.2.1 Olhares, vozes e experiências observadas nas interações de inclusão

Nesta seção, apresenta-se a experiência observada durante o estágio com um aluno diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com destaque para a atuação dos professores, dos colegas e da instituição escolar. Constatou-se que, embora houvesse o reconhecimento da presença de estudantes com necessidades inclusivas na turma, muitas práticas pedagógicas não estavam devidamente adaptadas.

Em diferentes disciplinas, as avaliações desconsideravam as demandas específicas de Vicente (nome fictício), sendo necessária minha intervenção, em articulação com a orientadora educacional, para promover a reformulação das provas – responsabilidade que caberia originalmente ao docente, uma vez reconhecida a diversidade de necessidades presentes no grupo.

Nas aulas de Educação Física, a situação de exclusão revelava-se de forma ainda mais evidente. Vicente deslocava-se pela quadra sem direção definida, realizando inúmeras voltas, sem participar efetivamente das dinâmicas propostas. Apesar de ser estimado pelos colegas, estes apenas interagiam com ele após minha mediação, e o estudante demonstrava pouco interesse pelo jogo. Essa vivência reforça a necessidade de uma atenção pedagógica planejada e sensível, capaz de assegurar a participação ativa do aluno em todas as atividades escolares, independentemente da disciplina.

Com frequência, crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) permanecem à margem dos processos de aprendizagem ou não são incluídas nas atividades coletivas. Compete ao professor garantir sua participação, evidenciando a importância do respeito e da convivência em grupo. Dessa forma, reafirma-se o papel essencial do docente no desenvolvimento e na aprendizagem de todos os estudantes, sem distinções(Barbosa, 2021, p. 30).

Verificou-se, ainda, que alguns colegas utilizavam o termo “autista” de maneira pejorativa. Vicente, consciente de sua condição, posicionava-se e explicava que ser autista não constitui um insulto, conscientizando os colegas acerca da necessidade de respeito e inclusão. Tal comportamento revela não apenas sua autonomia, mas também a relevância de uma base familiar que, ao reconhecer suas limitações, o orienta e contribui para que ele adote uma postura ativa diante do preconceito. Vicente caracteriza-se como um aluno afetuoso e socialmente participativo, cuja presença suscita reflexões sobre a necessidade de práticas pedagógicas sensíveis e inclusivas.

Nesse sentido, Mantoan (2003) reforça a importância de uma transformação estrutural na escola para efetivar a inclusão:

> Estamos ressignificando o papel da escola com professores, pais, comunidades interessadas e instalando, no seu cotidiano, formas mais solidárias e plurais de convivência. É a escola que tem de mudar, e não os alunos, para terem direito a ela! O direito à educação é indisponível e, por ser um direito natural, não faço acordos quando me proponho a lutar por uma escola para todos, sem discriminações, sem ensino à parte para os mais e para os menos privilegiados. Meu objetivo é que as escolas sejam instituições abertas incondicionalmente a todos os alunos e, portanto, inclusivas (Mantoan, 2003, p. 8).

Durante uma atividade em classe, o professor aplicou a quantidade total de questões como forma de "punição" pela indisciplina, estabelecendo 18 questões. Ao questioná-lo sobre quantas questões o aluno com TEA deveria copiar, respondeu que todas deveriam ser realizadas. Tal postura evidencia uma lógica autoritária, priorizando controle e padronização em detrimento das necessidades individuais do estudante, desconsiderando limitações e dificuldades de leitura.

Essa prática reflete a perspectiva discutida por Sena (2024):

> O autismo, reduzido às neurociências e suas derivações, torna-se o objeto do imperativo do discurso dominante, o qual no neologismo de Lacan e busca homogeneizar o olhar clínico dos especialistas, dos professores e dos pais, cada um com seus ideais, utilizando-se desses signos do autismo que circulam, transformando-os em uma espécie de checklist de uma série de etiquetas que forjarão a construção do diagnóstico que circula no imaginário social e nos discursos midiáticos" (Sena, 2024, p. 4).

O relato evidencia como o discurso dominante molda decisões pedagógicas, tornando a escola um ambiente em que a singularidade do aluno com TEA frequentemente não é considerada. Essa situação ressalta a urgência de práticas educativas sensíveis, inclusivas e adaptadas às necessidades individuais.

Minhas reflexões durante a observação reforçam a importância da autoetnografia: o professor deve agir de forma sensível e acolhedora, buscar recursos

necessários e lidar com cada situação com sensibilidade e responsabilidade. A observação mostrou a necessidade de formação docente contínua, atenção às singularidades de cada estudante e a construção de uma cultura escolar pautada na empatia, no respeito e no olhar sensível.

2.2.2 Experiência na Rede Pública: Desafios e Limites da Inclusão

Nessa etapa do estágio, e a partir da experiência autoetnográfica, a realidade observada na rede pública revelou-se ainda mais complexa e desafiadora. Francisco (nome fictício), aluno com TEA nível 1 de suporte, com 12 anos de idade, apresentou sérias dificuldades de leitura, o que tornou praticamente inviável a realização de uma avaliação padronizada da rede municipal, denominada PROSA. O exame continha 44 questões — 22 de Matemática e 22 de Língua Portuguesa —, muitas delas compostas por textos extensos e desprovidos de contextualização, o que impediu a plena compreensão das solicitações apresentadas.

Durante a aplicação da prova, enquanto eu lia os textos para o estudante, Francisco manifestava sinais claros de desconforto e ansiedade, balançando insistentemente a perna. Em determinado momento, verbalizou: “Só leia as perguntas para mim, não precisa ler os textos mais.” Essa situação evidencia a dificuldade de um aluno com TEA em responder a uma prova sem apoio pedagógico adequado, destacando a necessidade de intervenções avaliativas mais adaptadas.

Além dos desafios acadêmicos, a dimensão afetiva mostrou-se igualmente complexa. Francisco compartilhou aspectos de sua experiência familiar, marcados pela ausência de apoio paterno, expressa em cobranças excessivas e críticas constantes. Durante as observações, verificou-se que o estudante relatava episódios frequentes de conflitos familiares, permeados por violência física e verbal. Esses elementos revelam não apenas fragilidades no vínculo afetivo, mas também a carência de suporte emocional em momentos significativos, como datas comemorativas.

Tais fatores reforçam a relevância de considerar o contexto familiar como componente central do processo de inclusão e de desenvolvimento escolar, uma vez que situações de negligência ou agressividade impactam diretamente a autoestima e a participação da criança na vida escolar.

A relação com a mãe, embora próxima, também é marcada por tensões, pois o estresse dela acaba refletindo diretamente em seu comportamento. Outro ponto destacado foi a ausência de um Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI), figura que poderia favorecer sua rotina escolar. Francisco ainda reconhece que prefere ficar sozinho para não ser visto como “especial”, embora demonstre resiliência.

Quanto à socialização, Francisco relata já ter sofrido bullying em escolas anteriores, mas observa que na instituição atual esse tipo de situação ocorre com menor frequência: Essas observações evidenciam a lacuna estrutural da rede pública para atender alunos com necessidades específicas, bem como a complexidade das questões afetivas e familiares que influenciam diretamente o aprendizado.

Como destaca Sena (2024), o autismo frequentemente se torna objeto de múltiplas disputas e práticas discursivas que circulam na sociedade, envolvendo especialistas, professores e familiares, mas sem necessariamente atender às necessidades individuais das crianças. Segundo o autor, “com base nessa perspectiva seria apenas suficiente treinar habilidades nas crianças e identificá-las para que assim a lógica paradoxal do pertencimento sob a forma de separar para incluir torne visível ‘o autismo que não é visível ao olho nu’” (Sena, 2024, p. 8).

A experiência reforça a importância de práticas pedagógicas adaptadas, apoio especializado e sensibilidade docente, como destaca Mantoan (2003), para que a escola seja efetivamente um espaço de direitos iguais, acolhendo cada estudante em sua singularidade e garantindo a inclusão real. Sena (2024) complementa ao afirmar que “o analista, com os outros, ao sair de sua posição de abstinência e ao fazer alianças, tem a missão política de impedir que a particularidade de cada um seja sobreposta pela universalidade, ou em nome de qualquer universal” (p. 9), reforçando a necessidade de um olhar atento às demandas específicas de cada aluno.

Minhas indagações durante as observações reforçam a importância da autoetnografia: o professor deve agir de maneira sensível e acolhedora, buscar recursos necessários e lidar com cada situação de forma responsável. Essas questões evidenciam a necessidade de formação docente contínua, atenção às singularidades de cada estudante e construção de uma cultura escolar pautada na empatia, no respeito e no olhar sensível.

2.1.3 Entre Múltiplos Contextos: Um Contraste Entre a Escola Pública e Privada na Inclusão de Alunos com TEA

A análise das experiências autoetnográficas realizadas nas redes pública e privada evidencia contrastes significativos na implementação de políticas de inclusão voltadas a alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Enquanto a rede pública apresenta limitações estruturais, recursos escassos e avaliações padronizadas descontextualizadas — como exemplificado pelas dificuldades enfrentadas por Francisco na prova PROSA —, a rede privada oferece, em geral, maior apoio pedagógico individualizado, acompanhamento contínuo e estratégias adaptadas às necessidades específicas dos estudantes.

Mantoan (2003) destaca que a inclusão efetiva depende da sensibilidade docente e da adaptação das práticas pedagógicas às singularidades de cada aluno. Sena (2024), por sua vez, ressalta que o autismo não deve ser reduzido a uma categorização homogênea, uma vez que o excesso de circulação discursiva sobre o TEA gera expectativas sociais que frequentemente não correspondem à realidade do sujeito.

Conforme as observações realizadas, embora a rede privada disponha de maior suporte e acompanhamento, permanecem desafios relacionados à percepção social, às interações afetivas e ao respeito à individualidade do estudante. Isso evidencia que a inclusão plena exige mais do que recursos materiais: demanda uma compreensão aprofundada das singularidades de cada criança, bem como atenção ao contexto familiar e social em que está inserida.

Esse cenário permite constatar que, embora existam políticas e dispositivos legais que apontem a formação docente como um dos principais caminhos para a efetivação da inclusão escolar, a realidade da rede pública ainda apresenta lacunas significativas. Como vivenciei nas observações, muitas vezes o professor não dispõe da formação necessária para lidar com as demandas de alunos com deficiência ou com TEA, o que resulta em situações de exclusão sutil, nas quais o aluno permanece fisicamente na sala, mas não participa plenamente das atividades.

Segundo Fonseca (2021), a formação docente para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é essencial, pois, além de dominar os processos educativos, o professor precisa compreender e intervir em questões relacionadas às condições de

deficiência e às dificuldades de aprendizagem de seus estudantes. Tal afirmação dialoga diretamente com as observações em sala de aula: frequentemente, os professores buscam ajudar, mas, sem preparo adequado, acabam reforçando barreiras em vez de superá-las.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) já indicava a necessidade de formação inicial e continuada para que os docentes estivessem preparados para atender à diversidade presente nas salas de aula. No entanto, conforme aponta Prais (2017), persiste uma inconsistência nessa proposta, uma vez que não há clareza sobre a responsabilidade dessa formação — se deve ser atribuída à formação inicial ou à continuada. Essa indefinição resulta, na prática, em sobrecarga para os professores da rede pública, que muitas vezes assumem turmas com grande diversidade, mas sem o apoio ou os recursos necessários para atender cada estudante.

Jesus e Borges (2018) reforçam que a formação docente constitui um dos pilares fundamentais da política de educação inclusiva no Brasil. Contudo, as experiências observadas revelam que, diante da alta demanda, essa formação nem sempre se traduz em práticas pedagógicas efetivas. Muitas vezes, a formação inicial mostra-se insuficiente, e a formação continuada não alcança todos os profissionais, sobretudo nas escolas públicas, onde há escassez de recursos e excesso de alunos por sala. Esse cenário contribui para que o professor, ainda que bem-intencionado, sinta-se solitário diante de situações complexas.

Além disso, como salientam Oliveira e Oliveira (2018), é irreal exigir que um único docente seja competente em áreas tão diversas quanto surdez, deficiência auditiva, comunicação alternativa e autismo, sem o devido suporte em serviço. Essa reflexão evidencia que não se trata de falta de empenho dos professores, mas da ausência de investimento em políticas consistentes, equipes multiprofissionais e apoio técnico especializado.

Na prática, conforme observado na rede pública, os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) frequentemente permanecem à margem dos processos de aprendizagem, uma vez que o sistema ainda não assegura condições adequadas para que o professor exerça sua função com qualidade. A sobrecarga de turmas, a carência de auxiliares de desenvolvimento infantil (ADI’s) ou de estagiários devidamente preparados, a ausência de materiais adaptados e a exigência por resultados

padronizados evidenciam o distanciamento entre o que está previsto em lei e o que efetivamente ocorre no cotidiano escolar.

Assim, ao refletir sobre essas vivências, constata-se que a insuficiência de investimentos em formação docente, associada à alta demanda e à escassez de profissionais, compromete a efetivação da inclusão na rede pública. Como destaca Fonseca (2021), somente com políticas educacionais consistentes, aliadas a professores qualificados e motivados, será possível oferecer uma educação verdadeiramente de qualidade para todos. Enquanto tal aspecto não se tornar uma prioridade, a inclusão corre o risco de permanecer mais no discurso das políticas do que na prática das salas de aula.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo deste estudo, que foi analisar a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a partir da perspectiva autoetnográfica, constatou-se que as práticas pedagógicas desempenham papel central na promoção de uma educação equitativa e acolhedora. A análise das interações entre professores e alunos evidenciou estratégias que favorecem a aprendizagem significativa, mas também barreiras que comprometem a plena inclusão, como a insuficiência de formação docente, a falta de recursos específicos e a padronização das avaliações. Dessa forma, o estudo cumpriu seu propósito ao identificar desafios e potencialidades das práticas pedagógicas inclusivas, reforçando a importância de um olhar sensível e da capacitação contínua dos professores.

A experiência observada evidenciou que, apesar dos avanços na legislação e nas políticas de inclusão, a implementação prática ainda enfrenta limitações, principalmente na rede pública. O aluno com TEA, nível 1 de suporte, encontrou barreiras estruturais, avaliações descontextualizadas e ausência de acompanhamento individualizado. Já na rede privada, houve maior suporte pedagógico, acompanhamento contínuo e estratégias adaptadas, favorecendo o aprendizado, ainda que dificuldades de socialização permanecessem.

Essas observações confirmam que a inclusão escolar depende não apenas de normas e recursos, mas também da capacitação docente, da sensibilidade às necessidades individuais e do envolvimento familiar. Como destacam Mantoan (2003)

e Sena (2024), é fundamental que as práticas escolares sejam orientadas pela valorização da singularidade de cada criança e pelo respeito aos direitos de todos, garantindo efetivamente a inclusão real.

Entretanto, lacunas importantes permanecem, como a necessidade de formação continuada de professores, acompanhamento sistemático de alunos com TEA e maior integração entre escolas, famílias e serviços de apoio psicopedagógico. Sugere-se que pesquisas futuras investiguem, de forma contrastiva, o impacto de políticas públicas e práticas pedagógicas diferenciadas sobre o aprendizado e a socialização de alunos com TEA, bem como estratégias que promovam o protagonismo desses estudantes no ambiente escolar.

Portanto, a nossa reflexão contribuiu para corroborar o objetivo do estudo, mostrando a complexidade da inclusão e a importância de ações integradas entre escola, família e políticas públicas para promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

FONSECA, Kátia de Abreu. **Formação de professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE):** inclusão escolar e deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural. 2021. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2021.

GEERTZ, Clifford. **O saber local:** novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

JESUS, D. M. de; BORGES, C. S. Formação inicial de professores na perspectiva inclusiva: quais os desenhos? In: OLIVEIRA, A. A. S. de; FONSECA, K. A. (orgs.). **O professor e a Educação Inclusiva:** formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

JESUS, N. B. de. **Educação inclusiva e o transtorno do espectro autista (TEA):** desafios na atualidade. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/2188. Acesso em: 19 ago. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MIRANDA, Maria José; GALVÃO FILHO, José. A inclusão escolar de alunos com deficiência: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 18(3), 343-358, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-65382012000300006. Acesso em: 21 ago. 2025.

MISKALO, A. L..; CIRINO, R. M. B.; FRANÇA, D. M. V. R. Formação Docente e Inclusão Escolar: uma análise a partir das perspectivas dos professores. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 14, n. 41, p. 516–536, 2023. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1385. Acesso em: 5 set. 2025.

OLIVEIRA, A. A. S. **Conhecimento escolar e Deficiência Intelectual:** dados da realidade. Curitiba: Editora CRV, 2018.

OLIVEIRA, A. A. S.; OLIVEIRA, J. P. Os desafios para a constituição de uma escola inclusiva: em cena formação de professores. In: OLIVEIRA, A. A. S; FONSECA, K. A.; REIS, R. R. (orgs.). **Formação de professores e práticas educacionais inclusivas.** Curitiba: Editora CRV, 2018.

PONTIS, Marco. **Autismo:** o que fazer e o que evitar. Guia rápido para professores do Ensino Fundamental. Petrópolis: Vozes, 2022.

PRAIS, J. L. S. **Das intenções à formação docente para a inclusão:** contribuições do desenho universal para a aprendizagem. Curitiba: Editora Appris, 2017.

SENA, Isael de Jesus. Políticas do autismo: uma trama complexa de disputas, políticas públicas e saberes expertos. **Plural - Revista de Psicologia UNESP**. Bauru, 3ª ed., vol24. Disponível em: https://doi.org/10.59099/prpub.2024.54. Acesso em: 24 ago. 2025.

SILVA, Anderson Vicente da; SILVA, Kalina Vanderlei da. Etnografia na educação: contribuições metodológicas na compreensão da realidade educacional. **Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS, 5(2), 64-78. 2021**.Disponível em: https://doi.org/10.14295/reis.v5i2.13732. Acesso em: 20 ago. 2025.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, CIDADANIA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Ana Paula Esteves de Carvalho[1]

Evanilson Caetano Lima [2]

Lea Maria Bomfim Andrade Medeiros[3]

Maria Gorete Borges Figueirêdo[4]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre cidadania, extensão universitária e permanência estudantil no ensino superior brasileiro, com foco nas instituições privadas e comunitárias. A metodologia adotada baseia-se em análise documental e na interpretação de dados secundários do Relatório de Permanência e Evasão 2023-2024 da Universidade Católica do Salvador (UCSal), com abordagem descritiva dos principais fatores associados à evasão. A discussão fundamenta-se em autores clássicos, como Bourdieu e Freire, e em estudos contemporâneos sobre democratização do acesso, integração acadêmica e curricularização da extensão. A extensão é apresentada como prática transformadora, capaz de estimular protagonismo, diálogo de saberes e corresponsabilidade social, fortalecendo a cidadania crítica e participativa. O fenômeno da evasão, presente em elevados índices no setor privado, é analisado sob a ótica de fatores financeiros, institucionais e de pertencimento, revelando uma taxa acumulada de desistência de 55% entre ingressantes de 2019 na UCSal. Conclui-se que a articulação entre ações extensionistas e políticas institucionais de permanência é essencial para a criação de uma cultura universitária inclusiva e democrática, capaz de assegurar a formação integral do estudante e o fortalecimento da cidadania ativa. O estudo destaca, portanto, a importância de estratégias integradas que envolvam apoio financeiro, acompanhamento acadêmico e práticas extensionistas para reduzir a evasão e promover a permanência no ensino superior.

Palavras-chave: Cidadania. Extensão universitária. Evasão. Permanência estudantil. Ensino superior.

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a universidade no século XXI implica reconhecer os desafios impostos pela globalização, pela intensificação das desigualdades e pela transformação das formas de participação cidadã. A Constituição Federal de 1988 estabelece a

[1] Mestranda em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSal). E-mail: anap.carvalho@ucsal.br

[2] Mestrando em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSal). E-mail: evanilson.lima@ucsal.br

[3] Doutoranda em Políticas Sociais e Cidadania. Universidade Católica do Salvador (lea.medeiros@ucsal.br).

[4] Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Universidade Católica do Salvador (maria.gorete@ucsal.br)

educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Nesse sentido, a universidade, como instituição social, desempenha papel estratégico na consolidação de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

A cidadania, tradicionalmente vinculada ao acesso a direitos civis, políticos e sociais, vem sendo ressignificada diante das demandas contemporâneas, exigindo participação ativa, pertencimento e corresponsabilidade (SOUZA, 2019; NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007). Nesse contexto, Paulo Freire (1996) defende que a educação deve ser compreendida como prática da liberdade, capaz de estimular a consciência crítica e o protagonismo social. Complementarmente, Bourdieu (2007) aponta que a permanência e o sucesso educacional são influenciados pelo capital cultural e pelas condições de origem dos estudantes, o que reforça a necessidade de políticas institucionais que enfrentem desigualdades estruturais.

A extensão universitária emerge, nesse cenário, como prática transformadora que articula ensino, pesquisa e ação social, promovendo o diálogo entre saberes e o fortalecimento da cidadania (GOHN, 2010; BRASIL, 2018). Ao mesmo tempo, a evasão estudantil no ensino superior privado apresenta-se como obstáculo à efetivação desse direito, sendo motivada por fatores financeiros, institucionais e de pertencimento (COIMBRA; SILVA; COSTA, 2021; DOURADO, 2020). O caso da Universidade Católica do Salvador (UCSal), onde a taxa de desistência acumulada alcançou 55% entre ingressantes de 2019 (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2024), ilustra a gravidade do problema.

No que tange à abordagem metodológica, este artigo fundamenta-se em análise documental e em dados secundários provenientes do Relatório de Permanência e Evasão 2023-2024 da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Os dados quantitativos e qualitativos foram utilizados de modo descritivo, buscando interpretar tendências e fatores associados à evasão, bem como avaliar práticas institucionais de permanência e extensão implementadas no contexto contemporâneo da educação superior.

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é analisar de que maneira as práticas de extensão universitária, articuladas às políticas institucionais de

permanência, podem fortalecer a cidadania e contribuir para a transformação do território universitário, sobretudo nas instituições privadas e comunitárias.

2 UNIVERSIDADE, CIDADANIA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

A universidade, enquanto instituição social, não se limita à produção e transmissão de conhecimentos técnicos, mas se constitui como espaço de formação cidadã e de transformação social. Como destaca Gohn (2010), a universidade deve ser compreendida como locus privilegiado para a produção e socialização do saber, mas também para a formação de sujeitos críticos, capazes de intervir ativamente na realidade. Nessa perspectiva, a educação superior deve responder aos desafios contemporâneos, que incluem a ampliação da participação democrática, a valorização da diversidade e a efetivação de direitos em sociedades profundamente desiguais.

O conceito de cidadania, tradicionalmente vinculado ao acesso a direitos civis, políticos e sociais, passou por um processo de ressignificação nas últimas décadas. Para além do gozo de direitos formais, a cidadania contemporânea implica participação ativa, sentimento de pertencimento e corresponsabilidade social (SOUZA, 2019). Neves, Raizer e Fachinetto (2007) ressaltam que o exercício pleno da cidadania no ensino superior depende da articulação entre acesso, permanência e equidade, reconhecendo a diversidade dos perfis estudantis.

No contexto universitário, o conceito de território ultrapassa o espaço físico da instituição, abrangendo o conjunto de relações, identidades e práticas que caracterizam a comunidade acadêmica e seu entorno social e cultural. Entender o território como espaço de convivência, pertencimento e transformação permite reconhecer a relevância das ações extensionistas voltadas para a comunidade local, promovendo não apenas impactos educacionais, mas também sociais e culturais. Assim, a extensão universitária assume papel relevante ao promover o diálogo entre universidade e território, estimulando a construção coletiva de soluções para desafios regionais e fortalecendo a cidadania ativa em diferentes dimensões.

Nesse sentido, a educação superior deve ser compreendida como direito social fundamental, conforme previsto no artigo 205 da Constituição Federal, que a define como instrumento para o desenvolvimento integral da pessoa e para o preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988). Como lembra Gorczewski e Tauchen (2008),

educar para a cidadania significa despertar a consciência crítica sobre direitos e deveres, promovendo a participação política e a resistência a práticas autoritárias.

Entretanto, os desafios contemporâneos revelam a persistência de barreiras que limitam a consolidação de uma cidadania plena. Bourdieu (2007) aponta que a reprodução das desigualdades educacionais ocorre a partir do capital cultural e social herdado, impactando diretamente as trajetórias dos estudantes. Nesse cenário, a democratização do acesso, impulsionada por programas como o ProUni e o FIES, precisa ser acompanhada por políticas institucionais de permanência, capazes de assegurar condições reais de inclusão e sucesso acadêmico (SAMPAIO, 2000; DOURADO, 2020).

A universidade contemporânea, portanto, é chamada a criar espaços de diálogo, a valorizar a diversidade e a fortalecer sua função social. Ao articular ensino, pesquisa e extensão, amplia-se sua capacidade de formar cidadãos críticos e participativos, capazes de enfrentar os desafios da globalização, da exclusão social e da instabilidade democrática.

2.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO PRÁTICA TRANSFORMADORA

A extensão universitária consolidou-se, nas últimas décadas, como dimensão essencial do fazer acadêmico, ao integrar ensino, pesquisa e ação social em um processo dialógico que aproxima a universidade da sociedade. Para Gohn (2010), a extensão é um espaço de interação que possibilita a construção coletiva do conhecimento e a transformação social, estimulando a formação de sujeitos críticos e participativos. Essa perspectiva rompe com concepções assistencialistas do passado, reafirmando a universidade como agente social comprometido com a promoção da cidadania.

A Política Nacional de Extensão Universitária e a Resolução CNE/CES nº 7/2018 representaram marcos importantes ao instituir a curricularização da extensão como requisito obrigatório nos cursos de graduação (BRASIL, 2018). Tal medida reconhece o potencial transformador da extensão, ao inserir estudantes em experiências práticas que dialogam com as demandas sociais e fortalecem seu protagonismo. Como destacam Silva e Santos (2020), a vivência extensionista favorece a formação cidadã, ao estimular o compromisso ético e político com a transformação da realidade.

Entretanto, os desafios contemporâneos exigem que a extensão se reinvente diante das rápidas mudanças tecnológicas, da complexidade dos problemas sociais e do agravamento das desigualdades estruturais. A globalização, ao mesmo tempo em que amplia o acesso à informação, intensifica a exclusão e impõe à universidade a tarefa de desenvolver práticas extensionistas interdisciplinares, inclusivas e comprometidas com a diversidade cultural (SOUZA, 2019).

A extensão universitária também desempenha papel estratégico na articulação com políticas públicas e movimentos sociais, fortalecendo a cidadania em suas múltiplas dimensões: social, ambiental, digital e fiscal. Ao integrar diferentes saberes e práticas, ela amplia as possibilidades de desenvolvimento sustentável, inovação social e justiça democrática (LIMA; ALMEIDA; SOUZA, 2017). Como lembra Freire (1996), a educação deve ser concebida como prática dialógica e emancipatória, na qual ninguém educa ninguém isoladamente, mas todos se educam em comunhão.

Mais do que uma atividade complementar, a extensão deve ser entendida como espaço de construção coletiva do conhecimento, no qual estudantes, docentes e comunidades compartilham saberes e constroem soluções para problemas concretos. Assim, ela se consolida como prática transformadora, capaz de promover inclusão, estimular o protagonismo social e contribuir para a formação integral de cidadãos comprometidos com a democracia e a justiça social.

2.2 EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO: DESAFIOS À CIDADANIA

A evasão estudantil no ensino superior privado brasileiro é um fenômeno complexo e multifacetado, que compromete não apenas a sustentabilidade das instituições, mas sobretudo a efetivação do direito à educação e da cidadania plena. O Censo da Educação Superior de 2023 revelou que o setor privado concentra 79,3% das matrículas no país, ao mesmo tempo em que apresenta os índices mais elevados de abandono, especialmente entre estudantes de cursos presenciais e licenciaturas (INEP, 2024). Esse quadro reflete a vulnerabilidade estrutural de grande parte dos discentes, marcada por desigualdades socioeconômicas e pela insuficiência de políticas de permanência.

Embora os fatores financeiros sejam apontados como principais motivos para a evasão, eles não esgotam o problema. Pesquisa realizada na Universidade Católica do

Salvador (UCSal) mostrou que 61% dos casos de abandono entre 2019 e 2024 estavam relacionados a dificuldades econômicas, mas outros aspectos, como falta de pertencimento, dificuldades de adaptação, ausência de acolhimento institucional e sentimentos de isolamento, também se destacaram como determinantes (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2024). Essa realidade confirma o que Coimbra, Silva e Costa (2021) já haviam identificado: a evasão é resultado de múltiplos fatores interligados — econômicos, acadêmicos, institucionais e pessoais.

Autores como Bourdieu (2007) ajudam a compreender esse fenômeno ao destacar que as desigualdades educacionais são reproduzidas por meio do capital cultural, social e econômico, que influencia diretamente as trajetórias acadêmicas. Assim, muitos estudantes das camadas populares, mesmo após ingressar no ensino superior via políticas públicas como ProUni e FIES, encontram barreiras para permanecer e concluir seus cursos (SAMPAIO, 2000; DOURADO, 2020).

Nesse sentido, a permanência estudantil deve ser compreendida como condição essencial para a cidadania ativa. Dubet (2015) ressalta que a integração acadêmica é fundamental para que o estudante se reconheça como parte da comunidade universitária, fortalecendo vínculos institucionais e reduzindo as chances de abandono. Experiências como o Comitê de Permanência e o Centro de Escuta da UCSal confirmam a relevância de políticas institucionais de acolhimento, acompanhamento psicossocial e tutoria, capazes de identificar precocemente situações de risco e construir soluções conjuntas com os estudantes.

Portanto, a evasão no ensino superior privado deve ser enfrentada por meio de estratégias integradas que combinem apoio financeiro, acompanhamento acadêmico, escuta ativa e valorização da diversidade estudantil. Somente com políticas robustas e compromisso institucional será possível transformar o ingresso em permanência e o acesso em efetivo exercício da cidadania.

2.3 ARTICULAÇÃO ENTRE EXTENSÃO E PERMANÊNCIA: CAMINHOS POSSÍVEIS

A integração entre políticas de permanência estudantil e práticas extensionistas constitui um dos caminhos mais promissores para o fortalecimento da cidadania no ensino superior. A extensão universitária, ao promover o diálogo entre saberes

acadêmicos e populares, estimula o protagonismo estudantil, a consciência crítica e o sentimento de pertencimento à comunidade acadêmica (GOHN, 2010; SILVA; SANTOS, 2020). Quando articulada às estratégias institucionais de apoio financeiro, psicossocial e pedagógico, ela potencializa a permanência e amplia as condições de inclusão e sucesso acadêmico.

Exemplos concretos dessa articulação podem ser observados em projetos extensionistas que promovem mentorias entre estudantes veteranos e ingressantes, oficinas formativas abertas à comunidade e parcerias com organizações locais para diagnóstico e intervenção em problemas sociais específicos. Tais iniciativas favorecem o sentimento de pertencimento, ajudam a reduzir o isolamento estudantil e ampliam a compreensão dos estudantes acerca de seu papel como agentes de transformação do território universitário e de seu entorno, impactando positivamente os índices de permanência.

Freire (1996) lembra que a educação é um processo dialógico e emancipador, no qual ninguém se educa isoladamente, mas em comunhão com o outro. Nessa perspectiva, a participação em projetos extensionistas contribui para que os estudantes construam vínculos sólidos com a universidade, reduzindo a sensação de isolamento frequentemente associada à evasão (COIMBRA; SILVA; COSTA, 2021). Além disso, ao possibilitar experiências práticas em comunidades, a extensão reforça o valor social da formação acadêmica, conectando-a às demandas concretas da sociedade.

Outro aspecto relevante diz respeito à valorização da diversidade. As ações extensionistas, ao reconhecer e respeitar diferentes identidades e saberes, promovem uma cultura universitária inclusiva e plural, fundamental para a permanência de estudantes de trajetórias heterogêneas (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007). Essa dimensão se torna ainda mais importante em instituições privadas e comunitárias, como a UCSal, que recebem um público diverso em termos socioeconômicos, culturais e geracionais.

A articulação entre extensão e permanência também se fortalece pelo uso de metodologias participativas, como pesquisa-ação, mapeamento comunitário e tecnologias sociais. Essas práticas não apenas estimulam a corresponsabilidade dos estudantes, como também desenvolvem competências essenciais para o exercício da

cidadania ativa, como liderança, trabalho em equipe e resolução de conflitos (LIMA; ALMEIDA; SOUZA, 2017).

Por fim, é fundamental que as instituições de ensino superior assumam o compromisso de integrar a extensão às políticas de permanência de forma sistemática. Isso implica investir em ações de acolhimento, acompanhamento acadêmico, apoio socioeconômico e escuta ativa, articuladas a experiências extensionistas que promovam diálogo, inclusão e transformação social. Assim, a universidade poderá não apenas reduzir os índices de evasão, mas também consolidar-se como espaço formador de cidadãos críticos, participativos e comprometidos com a justiça social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a consolidação da cidadania no ensino superior brasileiro depende da articulação entre extensão universitária e políticas de permanência. A extensão, ao promover o diálogo entre saberes acadêmicos e populares, estimula a participação ativa, a corresponsabilidade e o protagonismo social, configurando-se como prática transformadora e essencial à formação integral do estudante (GOHN, 2010; FREIRE, 1996). Por sua vez, a permanência estudantil representa condição fundamental para que o ingresso se traduza em efetivo exercício do direito à educação, enfrentando barreiras financeiras, institucionais e de pertencimento (COIMBRA; SILVA; COSTA, 2021; DOURADO, 2020).

O caso da Universidade Católica do Salvador (UCSal), marcado por índices elevados de evasão entre ingressantes, ilustra a complexidade desse fenômeno e reforça a necessidade de políticas institucionais integradas, capazes de unir acolhimento, apoio socioeconômico e experiências extensionistas. Como demonstram Neves, Raizer e Fachinetto (2007), o acesso por si só não garante a democratização da educação superior; é preciso assegurar equidade e condições de permanência.

Ao integrar práticas extensionistas às estratégias de permanência, a universidade amplia sua função social e fortalece sua identidade como espaço de construção de uma cidadania crítica, inclusiva e participativa. Nesse processo, a curricularização da extensão, prevista na Resolução CNE/CES nº 7/2018, representa um avanço importante ao institucionalizar a formação cidadã como parte indissociável da graduação (BRASIL, 2018).

Conclui-se, portanto, que enfrentar os desafios da evasão e da exclusão requer mais do que ações pontuais: exige um compromisso ético-político das instituições de ensino superior com a promoção da justiça social, da diversidade e da democracia. A universidade, ao articular ensino, pesquisa, extensão e políticas de permanência, cumpre sua função social de formar sujeitos críticos e comprometidos com a transformação da realidade, consolidando-se como espaço de resistência e esperança frente às desigualdades contemporâneas.

À luz das análises desenvolvidas, recomenda-se que as instituições de ensino superior:

- Desenvolvam programas extensionistas com foco em intercâmbio entre cursos e comunidades do território, valorizando saberes locais e práticas inovadoras;
- Instituam sistemas de tutoria e acompanhamento psicossocial voltados para públicos vulneráveis;
- Fomentem práticas participativas de gestão acadêmica, incluindo estudantes em fóruns decisórios sobre permanência e extensão;
- Promovam avaliações periódicas de impacto dos projetos extensionistas, fortalecendo a cultura do monitoramento e da melhoria contínua das práticas institucionais.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta a curricularização da extensão. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

COIMBRA, Camila Lima; SILVA, Leonardo Barbosa; COSTA, Natália Cristina Dreossi. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e228764, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147228764. Acesso em: 28 jun. 2025.

DOURADO, Luiz Fernandes. PNE, Políticas e Gestão da Educação: novas formas de organização e privatização. IN: DOURADO, L. F. PNE, políticas e gestão da educação: novas formas de organização e privatização. Organizador, (Meio Eletrônico) - Brasília: Anpae, 2020. p.10-33 . Disponível em: https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/PNE-politicas-e-gestao-novas-formas-de-organizacao-e-privatizacao.pdf Acesso em: 28 jun. 2025.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v.45, n.157, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/jLBWTVHsRGSNm78HxCWdHRQ/?format=pdf&lang=p. Acesso em: 28 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política.** São Paulo: Cortez, 2010.

GORCZEVSKI, Clovis; TAUCHEN, Gisela. Educação em Direitos Humanos: para uma cultura da paz. Educação, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 66-74, jan./abr. 2008

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2023**: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/censo-da-educacao-superior. Acesso em: 28 jun. 2025.

LIMA, Katia Silva.; ALMEIDA, Maria Inês.; SOUZA, Maria da Silva. Extensão universitária e cidadania: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 8, n. 1, p. 51-60, 2017.

NEVES, Clarice; Raizer, Leandro; Fachinetto, Rochele. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nª 17, jan./jun., 2007, p. 124-157. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/JDyQXmQ5YrWTZV9CQ8tYDcd/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 28 jun. 2025

SAMPAIO, Helena. **Ensino superior no Brasil:** o setor privado. São Paulo: Hucitec, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade e trabalho docente**: entre a tradição e a inovação. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Ana Paula; SANTOS, Ricardo Oliveira. Curricularização da extensão universitária: desafios e perspectivas para a formação cidadã. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 11, n. 2, p. 110-120, 2020.

SOUZA, Maria Regina. Extensão universitária e cidadania: práticas e desafios no contexto contemporâneo. **Cadernos de Extensão**, v. 5, n. 1, p. 70-85, 2019.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSal). **Relatório de Permanência e Evasão 2023-2024**. Salvador, 2024. Documento interno.

JOVENS COM DEFICIÊNCIA E A ENTRADA NA VIDA UNIVERSITÁRIA: PASSAGEM E (DES)COMPASSOS

Karla Cilene Silva dos Santos[1]

Quem costuma vir de onde eu sou
Às vezes não tem motivos pra seguir
Então levanta e anda
Vai, levanta e anda
Vai, levanta e anda
Mas eu sei que vai
Que o sonho te traz coisas que te faz prosseguir
Então levanta e anda

(EMICIDA; RAEL. 2014. Levanta e Anda. [Áudio]. [Suporte: Digital]. [Gravadora: Som Livre]. [Duração: 3:50])

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios e (des)compassos enfrentados por jovens com deficiência no ingresso e permanência no ensino superior. Busca-se compreender como aspectos históricos, sociais, pedagógicos e atitudinais interferem na trajetória desses estudantes, identificando as barreiras que dificultam o acesso, a permanência e a conclusão da formação universitária. Além disso, procura-se destacar o papel das políticas públicas de inclusão e ações afirmativas, como a Lei de Cotas e a Lei Brasileira de Inclusão, refletindo sobre sua efetividade na garantia de uma educação superior mais equitativa. A metodologia adotada fundamenta-se em uma revisão de literatura, articulando dados estatísticos de órgãos oficiais, como IBGE e INEP, com referenciais teóricos de autores como Coulon, Diniz, Antunes e Amorim. Foram considerados também marcos legais que asseguram o direito à educação da pessoa com deficiência, assim como estudos que problematizam a evasão e as dificuldades de adaptação no ambiente universitário. A abordagem permitiu evidenciar como a cultura acadêmica, ainda marcada por lógicas excludentes e pela presença do capacitismo, limita as oportunidades e compromete a vivência plena do estudante com deficiência. Conclui-se que a inclusão no ensino superior não se restringe ao acesso garantido pelas políticas públicas, mas depende de transformações estruturais, pedagógicas e atitudinais que favoreçam a permanência e a conclusão. É essencial que a universidade promova práticas pedagógicas acessíveis, uma cultura institucional inclusiva e o enfrentamento do capacitismo, possibilitando aos jovens com deficiência condições de exercer plenamente o direito à educação e de construir projetos de vida de forma autônoma.

Palavras-chave: Inclusão. Juventude. Deficiência. Ensino superior.

[1] Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL), Psicóloga CRP 03/13694, Psicopedagoga, Pedagoga e Professora do AEE, Universidade Católica do Salvador (UCSAL), karlacilene.sousa@ucsal.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A entrada na vida universitária traz consigo diversos desafios que convocam para uma reorganização e adaptação à vida acadêmica. Dentre muitos, podemos citar os mais evidentes que são: ambientação do espaço físico, organização das disciplinas, didáticas dos professores, gestão de tempo, a construção do perfil profissional concomitantemente com uma passagem mais autônoma, em comparação ao ensino médio. Para a pessoa com deficiência (PcD) que, além de enfrentar as principais mudanças citadas anteriormente inerentes ao cenário acadêmico, lida com outros fatores dificultadores que podem estar relacionados à deficiência, acessibilidade arquitetônica, atitudinal e pedagógica.

Para corroborar com a reflexão sobre os desafios enfrentados por jovens com deficiência ao ingressarem no ensino superior, é válido mencionar a canção “Levanta e Anda”, do cantor Emicida, que faz menção a uma mensagem de perseverança e ação diante das dificuldades, convocando (no imperativo) a um posicionamento de resistência. Quando menciona sobre "Quem costuma vir de onde eu sou, às vezes não tem motivos pra seguir", aponta para uma perspectiva sociohistórica demarcada pelo modelo biomédico, que caracteriza o sujeito com deficiência em desvantagem social e individual de oportunidades, resultante de uma lesão ou deficiência que o limita ou dificulta o cumprimento do papel considerado normal (DINIZ, 2007).

Sendo invisível socialmente com dificuldades de acesso a direitos básicos como: educação, saúde e mobilidade. Na estrofe: "Então levanta e anda/Vai, levanta e anda/ Vai, levanta e anda" pode descrever um ato de afirmação da própria existência e dos seus direitos e à ocupação de espaços historicamente negados ou não pensados para a pessoa com deficiência, como por exemplo: a universidade, uma vez que é o espaço que preciso se adaptar e ser acessível para a pessoa e não a pessoa ao espaço, esse é o princípio da equidade.

No último trecho, onde o autor diz "Mas eu sei que vai/Que o sonho te traz coisas que te faz prosseguir", é um chamamento à autonomia, afirmação da identidade, para percorrer e contribuir para uma transformação social mais inclusiva. E, isso começa antes mesmo da entrada do indivíduo com deficiência no ensino superior, mas compreender que o espaço universitário é para todas as pessoas.

No que diz respeito à perspectiva histórica e de dados estatísticos sobre a educação no nível superior, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023) revelou um significativo crescimento de estudantes com deficiência matriculados no período de 10 anos, entre 2013 e 2023. Convertendo em dados, o percentual em relação ao total de matrículas em cursos de graduação aumentou de 0,4% em 2013 para 0,9% em 2023.

Em contrapartida, resultados estatísticos da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, realizada pelo IBGE, apontam que apenas 5% da população brasileira com 18 anos ou mais e com deficiência havia concluído o ensino superior, enquanto que as pessoas sem deficiência, esse percentual era de 17%. Em 2019, apenas 16,6% da população com deficiência tinha o ensino médio completo (ou superior incompleto), contra 37,2% das pessoas sem deficiência.

Já nos principais resultados divulgados pelo IBGE (2025) de pessoas com deficiência e pessoas com transtorno do espectro autista, equivalente a 2022, apenas 7,4% das pessoas com deficiência concluíram o ensino superior, contra 19,5% entre as pessoas sem deficiência.

Partindo da perspectiva regional, a região Nordeste é a que tem o menor índice regional de pessoas com deficiência que concluíram o ensino superior, tendo o percentual de 5,0%, comparada a 70,1% das pessoas com deficiência têm, no máximo, o ensino fundamental incompleto. Em suma, temos um cenário de crescimento significativo de matrículas no ensino superior, sobretudo, o percentual de concluintes é inferior, apontando para uma evasão. Esses números nos convidam a refletir: o que falta às políticas públicas atuais para garantir não apenas o acesso, mas a permanência com qualidade do discente com deficiência no ensino superior?

Dessa forma, este estudo busca oferecer ao leitor uma visão ampla sobre a inserção de jovens com deficiência no ensino superior, delimitando sua análise às questões relacionadas ao acesso, permanência e conclusão da trajetória acadêmica. Se apoia em uma revisão de literatura, que articula referenciais teóricos, documentos legais e dados estatísticos de órgãos oficiais, possibilitando identificar avanços e lacunas ainda existentes.

Os principais assuntos de investigação concentram-se na relação entre juventude, deficiência, inclusão educacional, evasão e permanência universitária. O

trabalho tem como objetivo central compreender os desafios enfrentados por esses estudantes, discutindo tanto as barreiras pedagógicas, atitudinais e estruturais, quanto as potencialidades de políticas públicas e ações afirmativas na promoção de uma universidade mais inclusiva. Assim, ao reunir reflexões teóricas e evidências empíricas, o estudo pretende contribuir para o debate acadêmico e para a formulação de práticas institucionais mais equitativas, destacando o papel da universidade como espaço de produção de conhecimento e de garantia de direitos.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Apesar de ser um campo de estudo relativamente novo, no cenário atual de pesquisas científicas são precários os dados sobre quantidade de evasão de pessoas com deficiência no ensino superior. É importante destacar esta informação, uma vez que, existem políticas públicas que garantem o acesso da PcD ao ensino superior, mas as informações referentes a não permanência e evasão em alta escala não são exploradas.

Cabe ressaltar, que na pesquisa do IBGE divulgada neste ano, foi a primeira edição em que incluíram um quesito sobre autismo no questionário do Censo Demográfico 2022. Essa deliberação foi determinada pela Lei nº 13.861, de 18.07.2019, que alterou a Lei nº 7.853, de 24.10.1989, para “incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista – TEA, nos censos demográficos”. A partir disso, por que não incluir quesitos mais direcionados e específicos sobre a pessoa com deficiência no ensino superior? Diante disso, torna-se urgente investigar de forma mais precisa e direcionada sobre a entrada, permanência, conclusão e evasão desse fenômeno, para assim, impulsionar e promover políticas públicas mais efetivas neste sentido.

Coulon (2008) corrobora apontando que os índices de fracassos e abandono, ao longo do primeiro ciclo universitário, traduzem a dificuldade da entrada na vida universitária. Uma vez que o acesso não é o principal fator desafiador, mas sim, permanecer nela. O referido autor continua ressaltando que o fracasso e o abandono são numerosos ao longo do primeiro ano, porque a adequação entre as exigências acadêmicas, métodos de exposição do saber e dos conhecimentos e os habitus dos estudantes, que são ainda alunos, não aconteceu. Sendo assim, essa entrada na universidade é vista como uma passagem, onde propõe considerar em três tempos:

Tempo de estranhamento	Tempo de aprendizagem	Tempo de afiliação
Ao longo do qual o estudante entra em um universo desconhecido, rompendo com o mundo familiar.	Quando se adapta progressivamente e onde uma acomodação se produz.	Manejo relativo das regras identificando especialmente sua capacidade de interpretá-las ou transgredi-las.

Fonte: COULON, Alain. 2008. P.32

Esses três tempos são considerados comuns a todos os estudantes egressos no ensino superior. Eis que surge uma pergunta: o que acontece quando se tem um jovem com deficiência que adentra a esse contexto, onde as barreiras educacionais são e estão mais potencializadas? Geralmente, o estudante PcD revela em sua narrativa avanço na escolarização permeado por dificuldades, sofrimentos e à custa de sacrifícios e superações.

Historicamente, alcançar o ensino superior era algo inatingível, considerando os critérios de seleção que marcaram o acesso. Além desse ponto, a cultura universitária foi e é, em alguma medida, marcada por padrões de excelência que pressupõe os “mais capazes”, ou aqueles que se adaptem a essa cultura, alcançando êxito nos estudos (ANTUNES e AMORIM, 2020).

Com a Constituição Federal de 1988, como carta magna, e os demais políticas que promulgaram o acesso à educação, cabe destacar a Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 que institui, que:

> Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, p. 01, 2012).

A política de cotas é uma ação afirmativa importante nesse contexto, visando expandir e universalizar o acesso à universidade, sendo um espaço de todos para todos, combatendo assim, de certo modo, a “peneira” social dos “mais capacitados”.

A chegada na universidade do estudante com deficiência aparece como um momento em que se rompe a prisão do preconceito e a discriminação, em que projetos de futuro são elaborados e novos sonhos são construídos. Contudo, resta saber como

a universidade recebe os estudantes com deficiência, compreendendo as possibilidades e desafios que lhes são colocados para que permaneçam e concluam o curso de graduação (Oliveira, 2013).

Adicionalmente, é importante considerar o conceito de capacitismo e como ele se manifesta no âmbito institucional. De acordo com Böck et al., (2023) o capacitismo se traduz na compreensão de considerar as pessoas com deficiência como menos capazes. Essa compreensão rejeita a diversidade do ser humano e está tão enraizada na nossa sociedade que aparece como algo socialmente aceito e reproduzido.

Sendo assim, essa cultura enraizada também está presente no contexto acadêmico. E como o capacitismo institucional pode se manifestar neste contexto? Para além de barreiras arquitetônicas, citadas na Lei Brasileira de Inclusão (2015), que dificultam ou até mesmo impedem a entrada da pessoa com deficiência, não ter um planejamento pedagógico acessível, materiais didáticos propícios, professores engajados e em processo de formação contínua para entender os diversos tipos de deficiências e modos de funcionamento, normas e regras inflexíveis sobre avaliações, ausência de suporte adequado e invisibilização no grupo social, são ações que potencializa e cristalizam o capacitismo, trazendo à tona o modelo biomédico e reforçando a ideia (muitas vezes sutil e velada) que a universidade não é local para o sujeito com deficiência.

Para Antunes e Amorim (2020), um caminho possível de acessibilizar, de fato, e contribuir com a permanência das pessoas com deficiência na universidade é o desenvolvimento de uma cultura de inclusão no ambiente universitário para trazer o debate da docência em ensino superior a partir de práticas inclusivas, pois são diversas especificidades de acessibilidade e aprendizagem.

Além das práticas pedagógicas, uma outra barreira encontrada está no campo atitudinal. Docentes no ambiente universitário ignoram, desconhecem ou conhecem muito pouco, de maneira geral, as limitações de aprendizagem de estudantes com deficiência (ANTUNES e AMORIM, 2020). Então, uma forma de contribuir com essa qualificação do trabalho seria o investimento nas formações dos professores, elencando estratégias e caminhos para alcançar e promover um ensino-aprendizagem equitativo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrada, permanência e conclusão da pessoa com deficiência é uma etapa importante no desenvolvimento e aprimoramento da autonomia de jovens e pessoas com deficiência e na efetividade de uma sociedade mais equitativa e inclusiva, entendendo que todos os lugares são para todas as pessoas e para que possam exercer o livre direito à educação em qualquer segmento. No entanto, essa passagem ainda é marcada por (des)compassos — entre políticas públicas e sua efetiva implementação, entre acessibilidade e práticas pedagógicas cotidianas, entre o direito garantido e a vivência real desses estudantes repleta de desafios e barreiras.

A universidade, que tem como origem etimológica do latim "universitas", significa literalmente "totalidade", "conjunto" ou "comunidade", apresenta uma representação social de espaço de universalidade e conhecimento, mas que opera sobre lógicas excludentes, não apenas nos aspectos físicos, mas pedagógicos, nas relações interpessoais e que não contemplam a diversidade de formas de aprender e de expressar. Transformar essa realidade exige não só políticas públicas eficazes, mas, sobretudo, um compromisso coletivo com a escuta, a empatia e a revisão das metodologias de ensinar e aprender. Assim, caminharemos para uma educação que cumpre verdadeiramente seu papel emancipador.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, V. C. K.; AMORIM, C.C. **Os desafios da docência no ensino superior frente a inclusão de pessoas com deficiência nas universidades**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15, n. esp. 2, p. 1465-1481, ago. 2020.

BÖCK, G. L; SILVA, S. C.; GOMES, D. M; BECHE, R. C. E. **Estudos da deficiência: capacitismo no ensino superior**. In: GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P.H. (Orgs.). Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social. 1. ed. Curitiba: CRV, 2020. p. 17-35.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL. IBGE (2025). **Censo Demográfico 2022: Pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista: Resultados preliminares da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa nacional de saúde : 2019 : ciclos de vida, Coordenação de Trabalho e Rendimento**. - Rio de Janeiro : IBGE, 2021

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).** Censo da Educação Superior: Divulgação dos Resultados. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência**). Brasília, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.861, de 18 de julho de 2019. **Inclui as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jul. 2019.

COULON, A. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. EDUFBA, 2008. 268 p.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS; Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009.

EMICIDA; RAEL. 2014. **Levanta e Anda**. [Áudio]. [Suporte: Digital]. [Gravadora: Som Livre]. [Duração: 3:50])

OLIVEIRA, C. B. D. **Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade?.** Revista Brasileira de Educação v. 18 n. 55 out.-dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/DN7VptZQ8NCHpmnnrdTcVDd/abstract/?lang=pt. Acesso em 21 abr. 2025.

LUDICIDADE INCLUSIVA: O PAPEL DOS BRINQUEDOS NA REPRESENTATIVIDADE DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS

Mariana Araújo Santos[1],

Raabe Oliveira Paixão Leite[2],

Samanta Nascimento Oliveira da Silva[3],

Sarah Santos Barbosa[4],

Tauane Burgos de Brito[5],

Verena Loureiro Galvão

RESUMO

O brincar constitui uma dimensão essencial da infância, sendo responsável pelo desenvolvimento motor, cognitivo, social e emocional, além de favorecer a criatividade, a expressão simbólica e a construção de vínculos. Quando associado à representatividade, o brincar amplia seu alcance, permitindo que a criança se reconheça nas atividades lúdicas e desenvolva sentimentos de pertencimento, autoestima e respeito à diversidade. Este estudo teve como objetivo analisar, por meio de um estudo documental, a importância da ludicidade e da representatividade dos brinquedos como recursos terapêuticos no desenvolvimento infantil. Para isso, foram realizadas buscas entre junho e setembro de 2025 em bases de dados como SciELO, PubMed, LILACS e Google Acadêmico, além de consulta à Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). Os resultados apontaram três eixos principais: a ludicidade no contexto terapêutico pediátrico, a representatividade e inclusão nos brinquedos, e o uso dos brinquedos como recursos terapêuticos em fisioterapia pediátrica. Evidenciou-se que brinquedos diversos e representativos contribuem para o desenvolvimento integral da criança, humanizam a prática clínica e potencializam a adesão ao tratamento. Conclui-se que a ludicidade, quando aliada à representatividade, transcende o caráter recreativo, configurando-se como estratégia educativa e terapêutica que promove inclusão, diversidade e equidade. Ressalta-se a necessidade de novos estudos empíricos que aprofundem os impactos da representatividade dos brinquedos em contextos clínicos e educacionais.

Palavras-chave: Brinquedo. Criança. Ludicidade. Representatividade. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

[1] Graduanda em Fisioterapia - Universidade Católica do Salvador (marianaaraujo.santos@ucsal.edu.br)

[2] Graduanda em Fisioterapia- Universidade Católica do Salvador (raabe.leite@ucsal.edu.br)

[3] Graduanda em Fisioterapia - Universidade Católica do Salvador (samantanascimento.silva@ucsal.edu.br)

[4] Graduanda em Fisioterapia - Universidade Católica do Salvador (sarah.barbosa@ucsal.edu.br)

[5] Graduanda em Fisioterapia - Universidade Católica do Salvador (Tauane.brito@ucsal.edu.br)

O brincar é uma das atividades mais significativas da infância, assim como tem importância no desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social da criança. Por meio dos brinquedos e das brincadeiras, a criança estabelece relações com o meio, expressa sentimentos, exercita a criatividade e constrói conhecimentos de forma integral (SCHLINDWEIN 2019). Além de promover o desenvolvimento, o brincar representa também um canal de comunicação, em que a criança interage consigo mesma e com o outro, e estabelece vínculos sociais e afetivos.

Na saúde e na educação, as atividades lúdicas são utilizadas como estratégias fundamentais de cuidado e de mediação pedagógica. Na fisioterapia pediátrica, por exemplo, os jogos e brincadeiras são reconhecidos como recursos terapêuticos capazes de favorecer a adesão ao tratamento, facilitar a execução de exercícios, assim como torna o processo mais prazeroso e eficaz para a criança (MANZINI, 2006) . Da mesma forma, no contexto hospitalar, a ludoterapia tem se mostrado uma ferramenta de humanização da assistência, que pode reduzir o estresse da hospitalização e possibilitar à criança ressignificar sua experiência por meio do brincar (PENA et al., 2021)

Ao refletir sobre a importância do lúdico, é preciso considerar não apenas sua função terapêutica e educativa, mas também o papel simbólico dos brinquedos como elementos de representatividade. Brinquedos que contemplam diferentes etnias, corpos e contextos socioculturais possibilitam à criança sentir-se incluída e reconhecida, além de ampliar sua percepção sobre a diversidade do mundo que a cerca. Assim, a representatividade nos brinquedos não se limita à diversão, mas assume um caráter formativo, e contribui para a construção da identidade, para o respeito às diferenças e para o fortalecimento da autoestima infantil.

Nesse sentido, este estudo ancora-se também nos princípios estabelecidos pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que garante a plena participação social das pessoas com deficiência em condições de igualdade, e nas contribuições da professora Débora Diniz (2007), que defende o modelo social da deficiência como um marco para compreender que as barreiras à inclusão não residem no indivíduo, mas no meio social. Diante disso, torna-se relevante descrever como a ludicidade, aliada à representatividade dos brinquedos, pode atuar como recurso educativo e terapêutico, promovendo não apenas o desenvolvimento integral, mas também a inclusão social e cultural das crianças.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Trata-se de um estudo documental, realizado por meio de busca de artigos científicos publicados nas bases de dados: SciELO, PubMed, LILACS e Google Acadêmico, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e Estatuto da criança e do adolescente Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para entender a contribuição dos brinquedos na construção da identidade e inclusão social de crianças com deficiências. A busca de dados foi realizada entre o período compreendido entre junho a setembro de 2025, e teve como principais palavras-chave: Brinquedos. Criança. Ludicidade. Representação. Inclusão. Deficiência.

A infância é um período significativo para a formação do ser biopsicossocial, pois é nesse momento que se estruturam as bases do desenvolvimento motor, cognitivo, social e emocional da criança. Nesse contexto, o brincar assume papel central, não apenas como forma de lazer, mas como um recurso indispensável para a construção de vínculos, aquisição de conhecimentos e fortalecimento da identidade (DARCIE, 2019).

2.1 A LUDICIDADE NO CONTEXTO TERAPÊUTICO PEDIÁTRICO.

O brincar, ao ser incorporado em atendimentos clínicos e educacionais, possibilita à criança explorar diferentes situações, desenvolver criatividade e enfrentar desafios de maneira mais leve. Estudos demonstram que a prática lúdica favorece habilidades motoras e cognitivas, estimula a socialização e promove bem-estar emocional (AAP, 2007; GINSBURG, 2007). Dessa forma, o brincar deixa de ser visto como mero entretenimento e passa a ser reconhecido como estratégia essencial para o desenvolvimento integral.

Nesse cenário, destaca-se a ludoterapia, também conhecida como Terapia do Brincar. Essa abordagem favorece a expressão emocional da criança, sobretudo em situações de vulnerabilidade, como internações hospitalares. Por meio da ludoterapia, a criança consegue externalizar sentimentos difíceis de verbalizar, fortalecer vínculos de confiança com os profissionais de saúde e encontrar maior segurança diante das adversidades (FIORETI; MANZO; REGINO, 2016; MONTEIRO; CORREIA, 2016).

Assim, observa-se que o brincar adquire uma função terapêutica de acolhimento e ressignificação.

Diante dessa perspectiva, torna-se necessário ampliar a compreensão da ludoterapia não apenas como estratégia de acolhimento, mas também como um espaço em que a representatividade nos brinquedos desempenha papel essencial. Quando a criança tem acesso a objetos lúdicos que refletem sua identidade, seja em aspectos étnicos, culturais, de gênero ou corporais, o processo terapêutico ganha novas dimensões, pois além de favorecer a expressão emocional, contribui para o fortalecimento da autoestima e do sentimento de pertencimento. A presença da diversidade nos brinquedos utilizados em contextos terapêuticos possibilita que cada criança se reconheça nas atividades propostas, promovendo maior engajamento e potencializando os benefícios do brincar. Assim, ao articular ludicidade e representatividade, a prática terapêutica não apenas humaniza o cuidado, mas também se coloca como ferramenta de inclusão e de valorização da diversidade infantil.

2.2 A REPRESENTATIVIDADE E INCLUSÃO NOS BRINQUEDOS

A análise dos documentos evidencia que brinquedos diversos (em cor de pele, gênero, etnia, características físicas e culturais) contribuem diretamente para a construção da identidade e da autoestima infantil (SCHENKEL et al., 2013). Quando a criança se vê refletida nos brinquedos com os quais brinca, ocorre uma validação simbólica de sua singularidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento.

Além disso, brinquedos representativos têm impacto não apenas na criança que se reconhece neles, mas também nos pares que compartilham a brincadeira. A diversidade representada nos brinquedos estimula empatia, respeito às diferenças e desconstrução de estereótipos desde cedo. Por outro lado, a ausência de representatividade pode reforçar padrões excludentes e limitar o imaginário da criança sobre si mesma e sobre o outro (BARBOSA, 2018).

No Brasil, a inclusão é respaldada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece a garantia de igualdade de oportunidades e a promoção da acessibilidade em diferentes dimensões da vida social. A LBI destaca que a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência deve

ocorrer em condições de igualdade com as demais pessoas, o que abrange também o acesso a brinquedos, materiais pedagógicos e recursos lúdicos que representem a diversidade humana. Assim, a legislação reforça a necessidade de que a infância seja vivida em contextos que respeitem as singularidades e garantam às crianças o direito a brincar de maneira inclusiva.

Nesse sentido, é pertinente destacar as contribuições da professora Débora Diniz, uma das principais defensoras do modelo social da deficiência no Brasil. Para a autora, a deficiência não deve ser entendida como um problema restrito ao corpo da pessoa, mas como resultado da interação entre as limitações individuais e as barreiras sociais, culturais e ambientais que restringem sua participação plena. Esse olhar desloca a compreensão biomédica da deficiência para uma perspectiva de direitos humanos, em que o foco está na transformação das estruturas sociais. Quando aplicado ao brincar, o modelo social reforça a importância de criar brinquedos diversos, acessíveis e representativos, de modo a reduzir barreiras e ampliar as oportunidades de inclusão desde a infância (DINIZ, 2007).

Nesse sentido, a discussão sobre representatividade nos brinquedos deve ser entendida para além do aspecto simbólico, alcançando também sua função terapêutica e educativa. Ao serem integrados em práticas pedagógicas e em intervenções clínicas, brinquedos diversos potencializam o caráter da ludicidade como recurso de inclusão, promovendo experiências de pertencimento e validação identitária. A escolha de brinquedos que respeitam a diversidade não apenas facilita o engajamento da criança no processo terapêutico, mas também fortalece sua autoestima e contribui para um cuidado mais humanizado. Dessa forma, a ludicidade associada à representatividade amplia os benefícios do brincar, consolidando os brinquedos como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento integral e para a promoção da equidade na infância.

2.3 BRINQUEDOS COMO RECURSOS TERAPÊUTICOS PARA CRIANÇAS.

A prática clínica evidencia que a integração de jogos e brincadeiras nas sessões favorece a adesão ao tratamento, amplia a motivação da criança e potencializa os resultados funcionais (FUJISAWA; MANZINI, 2006). Brinquedos, nesse contexto, não

são apenas instrumentos de distração, mas verdadeiros mediadores entre a técnica terapêutica e o universo infantil.

Quando utilizados de forma planejada e intencional, os brinquedos tornam-se atividades-meio, facilitando o alcance de objetivos terapêuticos sem perder sua dimensão lúdica. Isso faz com que a criança perceba o tratamento como brincadeira, ao mesmo tempo em que se alcançam metas clínicas importantes. Tal integração promove não apenas ganhos físicos, mas também emocionais, sociais e afetivos (PRADO; PINHEIRO, 2022).

Ao articular ludicidade, representatividade e práticas terapêuticas, percebe-se que os brinquedos se configuram como ferramentas multifuncionais. Eles transcendem o simples ato de brincar, assumindo papéis educativos, terapêuticos e sociais. Brinquedos diversos e representativos ampliam as oportunidades de aprendizagem e inclusão, assegurando que cada criança possa se reconhecer em suas brincadeiras. A integração entre ludicidade e representatividade permite compreender o brinquedo como um recurso que contribui não apenas para o desenvolvimento individual da criança, mas também para a construção de uma sociedade mais inclusiva e diversa. Ao brincar com brinquedos que refletem diferentes identidades, a criança vivencia experiências de reconhecimento e, ao mesmo tempo, aprende a respeitar e valorizar a alteridade. Dessa forma, o brinquedo atua como um mediador cultural capaz de promover a equidade, estimulando tanto a expressão subjetiva quanto a convivência coletiva. No campo terapêutico, essa articulação potencializa a humanização dos atendimentos, favorecendo a adesão às intervenções e fortalecendo vínculos entre criança, família e profissional de saúde.

A análise documental revelou-se vantajosa por possibilitar uma ampla revisão de estudos já consolidados, permitindo identificar diferentes perspectivas acerca do brincar, da representatividade e de seus impactos no desenvolvimento infantil. Esse método possibilitou relacionar achados de áreas distintas a exemplo da educação, psicologia e fisioterapia pediátrica, o que enriquece a compreensão do tema. Entretanto, também se identificaram limitações inerentes ao delineamento documental, como a dependência da disponibilidade de materiais publicados, possíveis lacunas na produção científica sobre representatividade nos brinquedos e a ausência de dados empíricos primários que permitam avaliar diretamente a percepção das crianças. Essas restrições

apontam para a necessidade de futuras pesquisas empíricas que possam complementar os achados e aprofundar a discussão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo documental evidenciam que a ludicidade e a representatividade, quando articuladas no contexto dos brinquedos, assumem um papel central no desenvolvimento infantil. O brincar, mostra-se um recurso terapêutico capaz de promover acolhimento, ressignificação de experiências e fortalecimento de vínculos. Da mesma forma, a representatividade nos brinquedos revelou-se essencial para a construção da identidade, da autoestima e do sentimento de pertencimento, ao mesmo tempo em que contribui para o respeito à diversidade e a promoção da inclusão.

No âmbito terapêutico, os brinquedos configuram-se como instrumentos multifuncionais, que transcendem o simples entretenimento e atuam como mediadores entre a técnica profissional e o universo simbólico da criança. Essa integração favorece a adesão ao tratamento, amplia a eficácia das intervenções e promove um cuidado mais humanizado.

Conclui-se, portanto, que a ludicidade associada à representatividade nos brinquedos constitui um caminho promissor para fortalecer a inclusão e a diversidade no desenvolvimento infantil. Ressalta-se a necessidade de ampliar investigações empíricas que avaliem diretamente o impacto de brinquedos diversos e representativos na vida das crianças, de modo a consolidar práticas mais efetivas e humanizadas nos campos da saúde e da educação.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as pessoas e instituições que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho. Aos autores e pesquisadores cujas produções científicas fundamentaram esta reflexão, pelo valioso conhecimento disponibilizado. À nossas famílias e aos colegas de jornada acadêmica, pelo incentivo, apoio e neste tempo de produção. Estendo ainda meus agradecimentos aos professores e orientadores, que, com suas orientações e contribuições críticas, enriqueceram a construção deste estudo.

REFERÊNCIAS

FUJISAWA, Dirce Shizuko; MANZINI, Eduardo José. Formação acadêmica do fisioterapeuta: a utilização das atividades lúdicas nos atendimentos de crianças. *Professional Training in Physiotherapy: the Use of Play Activities in the Treatment of Children*. [S. l.: s. n.], [2008],SANTOS, E.C.; RAMOS, A.S.; SOUSA, E.A. Atendimento pediátrico humanizado, reação da criança e satisfação dos pais no serviço público e privado de fisioterapia respiratória[2017].

PRADO, Caroline Marie Calil Scholz; PINHEIRO, Sérgio Luiz. Fisioterapia com brinquedos e Terapia Assistida por Cães em lactentes: estudo observacional. *Fisioterapia e Pesquisa*, v. 29, n. 2, p. 189-195, ago. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/fp/a/8ZDPgkt953Ryc8zyYVzDBfr/?format=pdf&lang=pt

SCHENKEL, Isabel de Castro; NEVES, Eliane Tatsch; JUNGES, Carolina Faccin; BARRETO, Cynthia Narzetti; ZAMBERLAN, Cássia. Brinquedo terapêutico como coadjuvante ao tratamento fisioterapêutico de crianças com afecções respiratórias. Psicologia: Teoria e Prática, xv. 15, n. 1, p. 98-110, 2013. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v15n1/11

SILVA, Sônia Maria da. *Brincadeiras, jogos e brinquedos: importantes recursos lúdicos no processo de desenvolvimento infantil*. Monografia (Graduação em Pedagogia) — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022.

BARBOSA, Jéssica de Sousa. *A identidade da criança negra na educação infantil: representações a partir dos brinquedos e brincadeiras*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Profissional em Formação de Professores) — Universidade Estadual da Paraíba, 2018. Disponível em: http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3278

SILVA, M. L.; SOUSA, E. T. F.; HAGER, A. X.; et al. *A importância da terapia do brincar no cuidado pediátrico*. Research, Society and Development, [S.l.], v. 11, n. 7, p. e17309, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/17309/15524. Acesso em: 17 set. 2025.

GINSBURG, Kenneth R. *The importance of play in promoting healthy child development and maintaining strong parent-child bonds*. Pediatrics, [S.l.], v. 119, n. 1, p. 182-191, 2007. Disponível em: https://publications.aap.org/pediatrics/article/119/1/182/70699/The-Importance-of-Play-in-Promoting-Healthy-Child. Acesso em: 17 set. 2025.

SILVA, M. L.; ALENCAR, E. S.; HAGER, A. X.; et al. *A importância dos brinquedos, brincadeiras e jogos na educação infantil*. Revista ISCIWeb, [S.l.], n. 452, p. 1-8, 2020. Disponível em: https://www.isciweb.com.br/revista/452-a-importancia-dos-brinquedos-brincadeiras-e-jogos-na-educacao-infantil. Acesso em: 17 set. 2025.

ROSA, L. A.; LIMA, R. S. *Brincar e desenvolvimento infantil: contribuições da psicologia*. Psicologia: Reflexão e Crítica, [S.l.], v. 31, n. 1, p. 1-10, 2018. Disponível

em: https://www.scielo.br/j/prc/a/PFmyWqmMdq7msBt9DfvnjCp/?lang=pt. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jul. 2015.

DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).

O ESPORTE COMO ATO DE ESPERANÇA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA EDUCAÇÃO.

Alex Barbosa Rufino

Resumo

A proposta do artigo é refletir sobre as desigualdades sociais no Brasil e os impactos das políticas sociais no campo da educação e do esporte, com base nas contribuições teóricas de Leonardo Guimarães Neto (1977) nas questões de desigualdade regionais e a ´partir de outros teóricos que se debruçam sobre o impacto do esporte enquanto política pública e de educação. Parte-se da compreensão de que o esporte, embora seja frequentemente concebido como um direito social e instrumento de inclusão, reflete e reproduz as desigualdades estruturais do país, embora seja um excelente instrumento de promover a esperança, a educação e a cidadania. Discute-se o papel das políticas públicas de esporte e lazer no enfrentamento (ou perpetuação) desigualdades sociais, evidenciando limites e contradições das ações estatais e da promoção da educação..

Palavras-chave: Esporte. Educação: Desigualdades sociais. Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

Papa Francisco, por ocasião do lançamento do Pacto Educativo Global, recordou ao mundo que “Educar é sempre um ato de esperança que convida à coparticipação transformando a lógica estéril e paralisadora da indiferença numa lógica diferente, capaz de acolher a nossa pertença comum.” (Mensagem-vídeo por ocasião do Encontro Global Compact on Education. Together to look Beyond”, 15 de outubro de 2020). O Brasil apresenta um dos maiores índices de desigualdade social do mundo, fenômeno profundamente enraizado na formação histórica do país e nas estruturas econômicas e políticas que o sustentam. Essa desigualdade manifesta-se em diversas esferas da vida social, incluindo o acesso *à educação,* ao esporte e ao lazer. Apesar *da educação e do esporte* serem previstos constitucionalmente como um direito social, sua prática e desenvolvimento são marcados por barreiras socioeconômicas, culturais e territoriais. A partir da análise proposta por Leonardo Guimarães Neto (1997) que examina as políticas sociais no contexto regional — procuramos em especial as políticas públicas de esporte que atuam (ou falham em atuar) diante desse cenário desigual.

Um dos trechos em que Paulo Freire destaca a relação entre educação e cidadania está em *Educação como prática da liberdade* (1967). Ele afirma:

> “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate, a análise da realidade, não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa. É nesse sentido que ela se torna um ato de

> conhecimento e, portanto, um ato político. A verdadeira educação não pode prescindir do exercício da cidadania, porque educar é formar sujeitos capazes de intervir no mundo, de transformá-lo, de assumir-se como cidadãos e não como meros objetos da história.”

2 AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL E O LUGAR DO ESPORTE

As desigualdades sociais no Brasil são estruturais, e refletem uma lógica de concentração de renda, acesso precário a serviços básicos e ausência de políticas redistributivas eficazes. Embora o discurso da inclusão pelo esporte esteja presente nos marcos legais e nos programas governamentais, na prática, o acesso ao esporte permanece restrito a parcelas privilegiadas da população. A Constituição Federal de 1988 no artigo 217 defende que ”o esporte como direito de todos, marcando sua importância legal e social no Brasil. Diversos autores analisam esse artigo como ponto de partida do marco legal do esporte”

O esporte, muitas vezes, é instrumentalizado como uma estratégia compensatória em territórios de vulnerabilidade, funcionando mais como paliativo do que como política estruturante. Nesse sentido, as iniciativas esportivas em comunidades populares tendem a estar atreladas a projetos pontuais, de curta duração e desvinculados de uma política pública contínua e integrada a outras áreas sociais (educação, saúde, cultura, etc.). Segundo Celi Zulke Taffarel (2012) *em seu artigo* "Programas sociais de esporte e lazer na escola e na comunidade: evidências de exclusão social e educacional na sociedade brasileira " analisa a contradição entre exclusão e inclusão social no contexto dos programas sociais de esporte e lazer nas escolas e comunidades brasileiras. A autora discute como esses programas podem tanto reproduzir quanto combater as desigualdades sociais e educacionais existentes.

As políticas públicas esportivas, quando planejadas e executadas de forma consistente, podem gerar consequências positivas expressivas no âmbito escolar e comunitário, como a democratização do acesso ao esporte, a promoção da saúde, o fortalecimento da cidadania e a inclusão social de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade (TUBINO, 2010; PAES, 2016). O esporte, nesse sentido, torna-se uma ferramenta de socialização, de desenvolvimento de valores éticos e de integração comunitária, contribuindo para a redução de comportamentos de risco e para o engajamento cívico (MARQUES; GUTIERREZ, 2014). No entanto, quando essas políticas são mal formuladas ou caracterizadas pela descontinuidade, seus efeitos

podem ser negativos, resultando em exclusão de determinados grupos sociais, priorização de modalidades de maior apelo midiático em detrimento da diversidade esportiva e uso político do esporte como instrumento de visibilidade governamental (STIGGER, 2002; GONZÁLEZ; FENSTERSEIFER, 2009). Dessa forma, as políticas públicas esportivas podem atuar tanto como mecanismos de emancipação e fortalecimento da cidadania quanto como práticas limitadoras, dependendo da intencionalidade e da efetividade de sua implementação.

3 POLÍTICAS SOCIAIS E O CAMPO ESPORTIVO: ENTRE PROMESSAS E LIMITAÇÕES

As políticas sociais voltadas ao esporte no Brasil, especialmente a partir da Constituição de 1988, incorporaram o princípio da universalidade. No entanto, a implementação dessas políticas revela profundas contradições. O Estado brasileiro, historicamente, tratou o esporte de forma marginal nas políticas públicas, priorizando o alto rendimento em detrimento do esporte educacional e de participação .

> “A política esportiva brasileira historicamente concentrou-se na valorização do rendimento esportivo, com grande visibilidade nas mídias e investimentos significativos em atletas de elite, enquanto o esporte educacional e o de participação foram relegados a segundo plano.” — Lamartine Pereira da Costa, *Políticas Públicas de Esporte no Brasil, 2003*

Programas como o Segundo Tempo e o Esporte e Lazer da Cidade, ainda que relevantes, sofrem com descontinuidades, cortes orçamentários e dificuldades de gestão. Além disso, a lógica neoliberal que permeia a formulação de políticas sociais desde os anos 1990 reforça uma visão de esporte como mercadoria e oportunidade individual, distanciando-se da perspectiva de direito coletivo.O Programa Segundo Tempo, criado pelo Ministério do Esporte em 2003, teve como objetivo democratizar o acesso ao esporte educacional para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Seu principal foco era ocupar o tempo ocioso no contraturno escolar com práticas esportivas orientadas, promovendo inclusão, saúde e cidadania.

Apesar das boas intenções e de certo avanço no reconhecimento do esporte como direito social, o programa apresenta limitações estruturais e conceituais importantes .Segundo Taffarel (2005), o programa “reforça a lógica de atendimento da carência”, ao invés de tratar o esporte como uma prática social crítica e transformadora.

Outro aspecto a ser discutido são os megaeventos *esportivos produzidos no país nos últimos anos, como a* Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.. *Esses eventos* ilustram essa contradição: enquanto mobilizam vultosos investimentos públicos, não deixam legado social proporcional às promessas feitas, aprofundando, em muitos casos, processos de exclusão e remoções forçadas em áreas urbanas pobres.

Carlos Vainer (2011) – UFRJ: "Os megaeventos foram tratados como 'projetos de poder' e não como projetos públicos. Em vez de integração social, produziram segregação espacial e exclusão." Vainer analisou o conceito de "cidade de exceção", em que direitos e processos democráticos são suspensos para acelerar obras e interesses privados.

4 O PAPEL DA ESCOLA E DA COMUNIDADE NA DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPORTE

Uma das alternativas apontadas por estudiosos da área é o fortalecimento do papel da escola pública e das iniciativas comunitárias no fomento ao esporte como prática social emancipadora. A escola, como espaço de formação integral, deve assegurar o acesso ao esporte de forma crítica, pedagógica e inclusiva, rompendo com visões tecnicistas ou meritocráticas.

As práticas esportivas comunitárias, por sua vez, quando articuladas com movimentos sociais e com o poder público local, podem contribuir para a construção de políticas mais sensíveis às realidades dos territórios, promovendo o protagonismo dos sujeitos envolvidos.

As desigualdades sociais no Brasil são estruturais e refletem uma lógica de concentração de renda, acesso precário a serviços básicos e ausência de políticas redistributivas eficazes. Embora o discurso da inclusão pelo esporte esteja presente nos marcos legais e nos programas governamentais, na prática, o acesso ao esporte permanece restrito a parcelas privilegiadas da população.

O esporte, muitas vezes, é instrumentalizado como uma estratégia compensatória em territórios de vulnerabilidade, funcionando mais como paliativo do que como política estruturante. Nesse sentido, as iniciativas esportivas em

comunidades populares tendem a estar atreladas a projetos pontuais, de curta duração e desvinculados de uma política pública contínua e integrada a outras áreas sociais (educação, saúde, cultura, etc.). NO ENSAIO TEÓRICO DE Felipe Barbosa Passos e Pedro Avalone Athayde ELES TRAZEM UMA REFLEXÃO SOBRE OS RISCOS DE SE USAR O ESPORTE PARA CONTROLE SOCIAL, Os autores discutem como o esporte é incorporado nas políticas públicas como ferramenta de cidadania e emancipação humana, mas também alertam para o risco de sua instrumentalização para fins de controle social.

5 POLÍTICAS SOCIAIS E O CAMPO ESPORTIVO: ENTRE PROMESSAS E LIMITAÇÕES

As políticas sociais voltadas ao esporte no Brasil, especialmente a partir da Constituição de 1988, incorporaram o princípio da universalidade. No entanto, a implementação dessas políticas revela profundas contradições. O Estado brasileiro, historicamente, tratou o esporte de forma marginal nas políticas públicas, priorizando o alto rendimento em detrimento do esporte educacional e de participação.

Programas como o Segundo Tempo e o Esporte e Lazer da Cidade, ainda que relevantes, sofrem com descontinuidades, cortes orçamentários e dificuldades de gestão. Além disso, a lógica neoliberal que permeia a formulação de políticas sociais desde os anos 1990 reforça uma visão de esporte como mercadoria e oportunidade individual, distanciando-se da perspectiva de direito coletivo.

As grandes iniciativas esportivas — como os megaeventos (Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016) — ilustram essa contradição: enquanto mobilizam vultosos investimentos públicos, não deixam legado social proporcional às promessas feitas, aprofundando, em muitos casos, processos de exclusão e remoções forçadas em áreas urbanas pobres. Embora os megaeventos tenham trazido visibilidade internacional e investimentos pontuais em infraestrutura, suas contradições revelam um projeto excludente, ancorado em interesses econômicos privados, que priorizou o espetáculo em detrimento de políticas sociais estruturantes, como o esporte educacional, a moradia e o transporte público.

Na Bahia, diversos projetos esportivos têm sido implementados com o objetivo de promover inclusão social e desenvolvimento comunitário. No entanto, estudos e

análises apontam para contradições e desafios na efetivação dessas iniciativas. A seguir, apresento alguns exemplos de projetos e as críticas relacionadas: a seguir alguns exemplos de projetos que acontecem no nosso Estado.

5.1 FUNDAÇÃO DE APOIO AO CIDADÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL (FAMFS) – FEIRA DE SANTANA

- **Objetivo:** Promover inclusão social através de atividades esportivas.
- **Análise:** Estudo publicado na *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte* destaca a necessidade de avaliar o impacto real desses projetos nas comunidades, sugerindo que, embora bem-intencionados, podem carecer de efetividade na transformação social desejada. Revistas USP

5.2 BAHIA NA COMUNIDADE – ESPORTE CLUBE BAHIA

- **Objetivo:** Incentivar vidas mais saudáveis através do futebol, garantindo acesso gratuito e seguro ao esporte para jovens de Salvador.
- **Análise:** Embora o projeto ofereça materiais esportivos e capacitação para monitores, é fundamental garantir a continuidade e a abrangência das ações para alcançar um impacto significativo e duradouro nas comunidades atendidas. Esporte Clube Bahia+2Esporte Clube Bahia+2Futebol Bahiano+2

5.3 PROJETOS SOCIAIS NA COMUNIDADE DA POLÊMICA – SALVADOR

- **Objetivo:** Transformar a realidade de crianças e adolescentes através do esporte, afastando-os do crime e promovendo inclusão social.
- **Análise:** Iniciativas como as da Academia Fênix e Falcão dos Cidadãos têm mostrado resultados positivos, mas enfrentam desafios relacionados à sustentabilidade e ao apoio contínuo das autoridades locais. A TARDE

OUTRO PONTO QUE PODEMOS ABORDAR SÃO AS PARCERIAS DO ENTE PÚBLICO COM AS ONGS, TRAGO AQUI ALGUMAS EXPERIÊNCIAS :

6 PARCERIAS ESPORTIVAS ENTRE O SETOR PÚBLICO E ONGS NA BAHIA:

6.1 PROGRAMA FAZATLETA 2025

O Governo da Bahia, por meio do Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador Olímpico e Paralímpico (FazAtleta), destinou R$ 10 milhões em incentivos fiscais para empresas que patrocinem atletas, eventos esportivos e, pela primeira vez, projetos sociais voltados à prática esportiva. Essa iniciativa visa ampliar o apoio a ações que promovam a inclusão social através do esporte. Ba.gov.br+4Folha do Estado+4Veja Essa+4Jornal Grande Bahia (JGB)

6.2 PROJETOS DE INICIAÇÃO ESPORTIVA DA SUDESB

A Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (Sudesb) apoia projetos de iniciação esportiva em parceria com entidades esportivas. Entre os projetos estão:

- *Natação em Rede* (natação, polo aquático, nado artístico)
- *Pedal Bicicross*
- *Remando nas Águas Baianas* (canoagem)
- *Núcleo de Esportes de Lutas e Combates II* (boxe, karatê, judô, jiu-jitsu, entre outras modalidades)Ba.gov.br+4Ba.gov.br+4Jornal Grande Bahia (JGB)+4Bahia ExtremoSul+1Ba.gov.br+1Ba.gov.br+2Ba.gov.br+2Bahia ExtremoSul+2

Essas iniciativas já alcançaram cerca de 4 mil crianças em dois anos, promovendo o acesso ao esporte em diversas comunidades. Ba.gov.br+2Jornal Grande Bahia (JGB)+2Bahia ExtremoSul+2

6.3 PROJETO "BORA BAHÊA MEU BAIRRO"

Em parceria com a Prefeitura de Salvador, o Esporte Clube Bahia lançou o projeto "Bora Bahêa Meu Bairro", que oferece aulas de futebol masculino e feminino para cerca de 1,5 mil crianças de escolas públicas da capital baiana. O projeto utiliza 11 campos adotados pelo clube para as atividades esportivas, visando fortalecer políticas públicas com foco no esporte nas comunidades. BRADO JORNAL+1Ecbahia+1Ecbahia+1BRADO JORNAL+1

Essas parcerias exemplificam o esforço conjunto entre o setor público e organizações da sociedade civil para promover o esporte como instrumento de inclusão e desenvolvimento social na Bahia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Bahia apresenta indicadores sociais preocupantes. Em 2024, Salvador foi a última colocada do país em 7 dos 40 indicadores sociais analisados pelo Mapa das Desigualdades entre as Capitais, incluindo os piores índices de renda, emprego e segurança.

Apesar desse cenário, a Bahia tem se destacado positivamente no investimento em esporte. Estudo do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), revelou que, nos últimos oito anos, a Bahia tem sido o estado que mais investe no esporte no Brasil. Entre 2023 e 2025, o estado investiu quase meio bilhão de reais na construção e revitalização de espaços esportivos, resultando na finalização de 192 equipamentos esportivos e na execução de outros 161, fortalecendo a infraestrutura esportiva em todo o estado.

Uma das alternativas apontadas por estudiosos da área é o fortalecimento do papel da escola pública e das iniciativas comunitárias no fomento ao esporte como prática social emancipadora. A escola, como espaço de formação integral, deve assegurar o acesso ao esporte de forma crítica, pedagógica e inclusiva, rompendo com visões tecnicistas ou meritocráticas.

As práticas esportivas comunitárias, por sua vez, quando articuladas com movimentos sociais e com o poder público local, podem contribuir para a construção de políticas mais sensíveis às realidades dos territórios, promovendo o protagonismo dos sujeitos envolvidos.

A análise das políticas sociais brasileiras a partir do campo esportivo revela que o esporte, longe de ser um espaço neutro ou meramente recreativo, é atravessado pelas mesmas contradições e desigualdades que marcam a sociedade. O discurso da inclusão pelo esporte, embora mobilizador, precisa ser confrontado com a materialidade das condições de vida da população brasileira É fundamental que as políticas públicas de esporte sejam concebidas de forma integrada, participativa e permanente, orientadas por uma lógica de justiça social e não apenas de eficiência ou visibilidade.

Somente assim será possível romper com o ciclo de exclusão e construir um esporte verdadeiramente democrático e emancipador.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, Pedro Avalone; PASSOS, Felipe Barbosa. *Esporte, cidadania e controle social: uma reflexão crítica sobre as políticas públicas esportivas no Brasil*. Disponível em: [link se houver]. Acesso em: [colocar data de acesso].

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

COSTA, Lamartine Pereira da. *Políticas públicas de esporte no Brasil: contradições e perspectivas*. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 24, n. 3, p. 9–28, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbce. Acesso em: [colocar data de acesso].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. **Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista.** 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA INTELIGÊNCIA ESPORTIVA (IPIE). *Estudo sobre investimento público em esporte no Brasil: destaque para a Bahia (2023–2025)*. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2024. Disponível em: https://ipie.ufpr.br. Acesso em: [colocar data de acesso].

MARQUES, Renato; GUTIERREZ, Gustavo Luís. **Políticas públicas e esporte: perspectivas críticas.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 36, n. 3, p. 563-572, 2014.

NETO, Leonardo Guimarães. *Desigualdades regionais e políticas sociais no Brasil*. In: [Informar nome da obra ou revista, volume e ano, se disponível].

PAES, Roberto Rodrigues. **Pedagogia do esporte: ensino, esporte e cidadania.** Campinas: Autores Associados, 2016.

STIGGER, Marco Paulo. **Esporte, lazer e estilos de vida: estudos antropológicos.** Campinas: Autores Associados, 2002.

TAFFAREL, Celi Zulke. *Programas sociais de esporte e lazer na escola e na comunidade: evidências de exclusão social e educacional na sociedade brasileira*. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 26, n. 2, p. 299-316, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbce. Acesso em: [colocar data de acesso].

TUBINO, Manoel José Gomes. **Dimensões sociais do esporte.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VAINER, Carlos. *Cidade de exceção: reflexões sobre os megaeventos no Brasil*. In: Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2011. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br. Acesso em: [colocar data de acesso].

SITES CONSULTADOS PARA PROJETOS NA BAHIA:

- BA.GOV.BR. *Programas e ações esportivas na Bahia*. Disponível em: https://www.ba.gov.br. Acesso em: [colocar data de acesso].

- JORNAL GRANDE BAHIA (JGB). *Esporte e inclusão social*. Disponível em: https://www.jornalgrandebahia.com.br. Acesso em: [colocar data de acesso].

- ECBahia.com. *Projeto Bora Bahêa Meu Bairro*. Disponível em: https://www.ecbahia.com. Acesso em: [colocar data de acesso].

- A TARDE. *Projetos sociais em Salvador promovem inclusão pelo esporte*. Disponível em: https://www.atarde.com.br. Acesso em: [colocar data de acesso].

O LUGAR DO OUTRO NO LAÇO COM A CRIANÇA AUTISTA: UMA EXPERIÊNCIA AUTOETNOGRÁFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Rebeca Araújo Mascarenhas Souza

Isael de Jesus Sena[1]

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender a importância do laço com o outro na constituição da subjetividade de crianças autistas na educação infantil, a partir de uma pesquisa autoetnográfica realizada com uma acompanhante terapêutica (AT) e uma criança de cinco anos. Os relatos indicam que a AT atua como mediadora e tradutora das interações, proporcionando segurança para a exploração do ambiente escolar. A análise se fundamenta na perspectiva psicanalítica, que permite interpretar as experiências afetivas, os vínculos e os estranhamentos da criança diante do outro, evidenciando como sua subjetividade se constrói no encontro social. Destaca-se, ainda, a relevância da família e os atravessamentos do contexto social no processo de inclusão. Conclui-se que o laço social, compreendido à luz da psicanálise, aliado à condução de práticas educativas mais inclusivas e sensíveis à alteridade, é fundamental para a constituição da subjetividade de crianças autistas.

Palavras-chave: Autismo; Alteridade; Inclusão; Acompanhante Terapêutico.

1 INTRODUÇÃO

As discussões em torno do autismo têm ganhado cada vez mais força nos últimos anos, em especial no campo educacional, considerando os marcos legais que garantem acesso e permanência de crianças autistas nos espaços escolares e a crescente demanda por inclusão. Esse movimento também é fruto do ativismo de autistas, mães e familiares que têm tensionado políticas públicas e práticas pedagógicas (PISETTA; PEREIRA, 2023). Nesse cenário, torna-se cada vez mais necessário produzir estudos que contribuam para compreender os processos relacionais vivenciados por crianças autistas e o impacto destes na subjetividade.

O presente estudo decorre do Programa Voluntário de Iniciação Científica (PROVIC) da Universidade Católica de Salvador. A motivação para este artigo surge da experiência de conviver, na função de acompanhante terapêutica (AT), com uma criança — nomeada neste estudo como Valentin, de cinco anos, diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA, nível 2 de suporte) — ao longo de um ano e meio, em duas instituições de educação infantil. Minha presença nas escolas ocorria de segunda a quarta-feira, das 13h às 16h30. Essa vivência, marcada por desafios e descobertas,

[1] Professor do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC) da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

suscitou reflexões sobre o papel do AT como mediador, sobre as diferentes concepções de inclusão nas escolas e sobre como as condições sociais e institucionais impactam tanto a criança quanto o profissional.

Nas últimas décadas, o debate sobre inclusão escolar tem se intensificado, impulsionado por legislações, movimentos sociais e pela crescente visibilidade das demandas de pessoas com deficiência e de suas famílias. Nesse contexto, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) assume posição central, em razão da complexidade de seus atravessamentos e da necessidade de práticas educativas que considerem não apenas o acesso, mas também a permanência e a efetiva participação de crianças autistas nos espaços escolares. O ambiente escolar, enquanto espaço privilegiado de socialização, configura-se como um campo fértil para compreender como ocorre a constituição da subjetividade desses sujeitos e de que modo o laço com o outro pode favorecer — ou limitar — sua experiência de inclusão.

É importante destacar que, nos diversos espaços sociais, a discussão sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido marcada pelo diagnóstico e pelas ideias construídas ao seu redor. Nesse sentido, “o TEA, compreendido enquanto *pathos*, como signo de um provável desvio de uma normalidade suposta, constitui modos de relações com as crianças pautadas em avaliar, testar e antecipar riscos” (SENA, 2024, p.6). O reflexo desse cenário manifesta-se nas escolas, onde a expectativa coletiva é de que, uma vez estabelecido o diagnóstico da criança, todas as respostas estariam prontamente ao alcance — de professores e demais funcionários. Assim, pressupõe-se que a previsibilidade se estabeleceria e que a subjetividade da criança seria, consequentemente, apagada.

> O autismo, reduzido às neurociências e suas derivações, torna-se o objeto do imperativo desse discurso dominante, o qual se amaestra e busca homogeneizar o olhar clínico dos especialistas, dos professores e dos pais, cada um com seus ideais, utilizando-se desses signos do autismo que circulam, ou seja, significantes, transformando-os em uma espécie de checklist de uma série de etiquetas que forjaram a construção do diagnóstico que circula no imaginário social e nos discursos midiáticos, constituindo-se como acervo dos repertórios interpretativos das pessoas, embora fonte também de mal estar. (SENA, 2024, p.4)

Nesse contexto, destaca-se a figura do acompanhante terapêutico (AT), profissional que atua como mediador entre a criança, seus pares, professores e o ambiente escolar em sentido amplo. Ao acompanhar a criança autista no cotidiano, o AT não apenas auxilia na adaptação às rotinas escolares, mas também se posiciona

como tradutor dos processos de interação, oferecendo suporte para que a criança se aproxime do outro, atravesse estranhamentos e se sinta suficientemente segura para se engajar nas experiências de socialização.

De acordo com Nascimento, Silva e Dazzani (2015, p.12), “o trabalho do acompanhante terapêutico escolar se dá sobre uma criança com dificuldades de diversas ordens, principalmente simbólicas, e se orienta para a emergência, retomada e fortalecimento do sujeito”. Nesse ínterim, as autoras afirmam ainda que “o acompanhante trabalha em um lugar do ‘entre’: entre a criança e as outras crianças, entre a criança e o professor, entre a criança e a escola e, em alguns casos, entre a criança e a família”.

> “o autismo tornou-se o significante de um campo marcado por diversas disputas: de terapêuticas e psicoterapias, entre abordagens tidas como mais ou menos eficientes, capazes de intervirem preventiva e precocemente no desenvolvimento da criança para que amplie suas capacidades, cognitivas, relacionais e sociais…” (SENA, 2024, p.3).

É fundamental destacar que o contexto em que o acompanhante terapêutico (AT) está inserido não se apresenta alheio à realidade sociocultural atualmente posta sobre o autismo, situando-se em um terreno de regras marcadas e pré-definidas, no qual se espera que sua atuação seja pautada por metas e intervenções predominantemente cognitivas.

Em contrapartida, quando orientado pela perspectiva psicanalítica, o AT direciona seu olhar de forma mais sensível e menos estigmatizante, considerando a importância da alteridade e do laço com o outro na construção da subjetividade. As expectativas sociais, profundamente estigmatizantes, colocam-se em contramão da psicanálise e do espaço de interdeterminação e descoberta que esta propõe. Nesse sentido, “predizer não prescreve o que fazer com a criança, pois é preciso que o encontro considere uma zona de indeterminação. A psicanálise advoga a pertinência de intervenções na primeira infância, considerando que o sujeito é efeito de um significante e, portanto, em sua estrutura de linguagem está atravessado pelas marcas simbólicas” (SENA, 2024, p.8).

Dessa forma, o papel de mediação, simultaneamente clínico, educacional e relacional, torna-se estratégico na construção de um caminho de inclusão que ultrapassa práticas meramente adaptativas, orientando-se para a constituição do sujeito em sua singularidade.

Nesse sentido, a escolha pelo método autoetnográfico se justifica por sua capacidade de articular experiência pessoal e reflexão teórica, permitindo evidenciar como atravessamentos subjetivos, sociais e institucionais se manifestam no cotidiano do trabalho com a criança autista. Ao mesmo tempo em que se registra uma vivência singular, busca-se ampliar a compreensão sobre a importância da alteridade no processo de inclusão e na constituição da subjetividade.

Conforme Creswell, “os pesquisadores coletam os dados no campo, no ambiente onde os participantes vivenciam a questão ou problema de estudo” (CRESWELL, 2014, p.77). Entende-se que o recurso à autoetnografia decorre da própria condição de atuação do acompanhante terapêutico, que se coloca inevitavelmente como mediador e tradutor entre a criança e as experiências do mundo. Essa posição inviabiliza um suposto distanciamento do pesquisador, uma vez que ambos — profissional e criança — tornam-se parte integrante do objeto de investigação.

Assim, minhas percepções, sensações e interpretações sobre a experiência vivida foram fundamentais não apenas para registrar os acontecimentos, mas também para analisar os efeitos das minhas intervenções ao longo do percurso de Valentin. Conforme ressalta Creswell, “os pesquisadores qualitativos usam uma abordagem qualitativa da investigação, a coleta de dados em um contexto natural sensível às pessoas e aos lugares em estudo…” (CRESWELL, 2014, p.50).

Retomando Nascimento, Silva e Dazzani: “É a partir da transferência e investimento de desejo que ocorre uma ‘antecipação do sujeito’, uma aposta imaginária” (NASCIMENTO; SILVA; DAZZANI, 2015, p.522). Com base nesse entendimento, o objetivo geral do estudo é compreender a importância do laço com o outro na constituição da subjetividade de crianças autistas no contexto escolar. Para tanto, três objetivos específicos orientam esta discussão: (a) compreender os estranhamentos e as dificuldades da criança autista no encontro com o outro no ambiente escolar; (b) explorar o papel da familiaridade e da segurança oferecidos pelo acompanhante terapêutico no deslocamento da criança nesse contexto; e (c) investigar o laço com o outro como condição essencial para o desenvolvimento da subjetividade.

Nessa perspectiva, concordamos com Freire (2008, p.1), segundo o qual: “A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político, que vem defender o direito de todos os indivíduos de participarem, de forma consciente e responsável, na

sociedade da qual fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros". Neste artigo, ao apresentar relatos de experiência articulados a uma reflexão teórica, buscamos contribuir para o debate sobre inclusão e evidenciar o papel do acompanhante terapêutico, da família e do território na construção de caminhos mais sensíveis, humanizados e transformadores para a educação de crianças autistas.

2 METODOLOGIA

Este estudo insere-se no paradigma qualitativo, adotando como método a autoetnografia. Conforme Fortin (2010), a autoetnografia aproxima-se da autobiografia e dos relatos de vida, permitindo transitar entre a experiência pessoal e as dimensões culturais, de modo a evidenciar a dimensão interior e sensível do pesquisador. Maia e Batista (2020) destacam a autorreflexão como aspecto central dessa abordagem, na qual o pesquisador não apenas observa, mas também participa e se inscreve no campo de investigação.

A escolha da autoetnografia justifica-se pela própria natureza da experiência investigada: meu percurso como acompanhante terapêutica (AT) de uma criança autista no contexto escolar. Nessa função, a neutralidade científica revela-se inviável, uma vez que o trabalho do AT é relacional e impacta diretamente o modo como a criança se insere nas interações cotidianas. Dessa forma, escrever em primeira pessoa torna-se não apenas uma escolha, mas uma exigência metodológica, dado que pesquisador e objeto de estudo estão entrelaçados.

Segundo Gama, a autoetnografia é "uma metodologia que exige múltiplas camadas de reflexividade, uma vez que a pessoa que pesquisa e aquela que é pesquisada são a mesma" (GAMA, 2020, p.190). A autora também afirma que as pesquisas autoetnográficas "falam sobre o não dito, advogando contra determinadas invisibilidades e silenciamentos, ao mesmo tempo em que ressaltam a importância da narração, em especial da narração pessoal, nas ciências humanas e sociais..." (GAMA, 2020, p.190).

Dessa forma, o material empírico deste estudo é composto por registros pessoais e reflexões produzidas ao longo de um ano e meio de acompanhamento de uma criança de cinco anos, diagnosticada com TEA, nível 2, em duas instituições de educação

infantil localizadas na cidade de Salvador - BA. As situações narradas abrangem desde episódios cotidianos em sala de aula até momentos de mediação com colegas, professores e família, bem como reflexões sobre o contexto sociocultural que atravessa a experiência.

Com base nessa metodologia, o artigo propõe-se a evidenciar como o laço com o outro se constituiu e se transformou ao longo do processo, revelando os desafios institucionais e sociais, bem como as possibilidades de inclusão e desenvolvimento da criança.

3 COM QUANTOS DESENCONTROS SE FAZ UM ENCONTRO?

O primeiro objetivo específico deste estudo consistiu em compreender os estranhamentos e dificuldades vivenciados por uma criança autista no encontro com o outro no ambiente escolar. Essa dimensão perpassou todo o período de acompanhamento, evidenciando que o cotidiano da escola ainda se mostra despreparado para lidar com a singularidade de crianças autistas.

Desde o início, observou-se uma expectativa ambígua em relação à criança: ora se projetava sobre ela a ideia de ser “especial”, dotada de habilidades superiores; ora era considerada incapaz de estabelecer vínculos, tendo seus comportamentos classificados apenas como inadequados. Essa oscilação de olhares esteve presente tanto nos relatos dos professores quanto nas práticas institucionais.

Um dos episódios mais significativos ocorreu quando Valentin realizava uma atividade de multiplicação e apresentava dificuldade em compreender a tarefa. A professora, diante das múltiplas demandas das outras crianças, esperava que eu assumisse a função de ensiná-lo, sem buscar outras estratégias pedagógicas. Diante dessa expectativa, precisei explicitar que não possuía formação para lecionar conteúdos curriculares e que minha atuação como acompanhante terapêutica não se confundia com a função docente. Tal episódio evidenciou a recorrente confusão entre papéis institucionais e a incompreensão do que significa inclusão: não se trata de exigir que a criança se adapte de forma forçada às normas escolares, mas de construir condições que respeitem seu processo subjetivo, frequentemente marcado pela necessidade de uma atenção mais sensível.

Esse estranhamento também se manifestava na forma como a instituição buscava manejar os comportamentos da criança em minha ausência. Em determinados dias em que não estive presente, relatava-se que Valentin “não tinha controle”, sendo isolado em um canto da sala ou entretido com o celular para evitar conflitos. Ao retornar, era comum ouvir queixas de que havia sido “impossível lidar com ele”, o que reforçava a pergunta recorrente no contexto: “o que se faz com essa criança?”. Tal expressão, repetida em diferentes ocasiões, sintetizava o lugar de estrangeiro atribuído à criança atípica no espaço escolar, como se sua presença fosse percebida como um corpo estranho que precisava ser contido ou reduzido ao padrão de “normalidade”.

Apesar desses impasses, observou-se o intenso interesse da criança em se relacionar com os colegas. Frequentemente, Valentin os acompanhava com olhar curioso, aproximando-se de forma tímida, embora sua maneira de se aproximar fosse muitas vezes interpretada como inadequada. Em determinados momentos, esse desejo de vínculo se expressava em condutas que geravam estranhamento, como empurrar colegas ou arremessar objetos, ações que eram lidas pela escola como sinais de agressividade. Entretanto, compreendi tais gestos como tentativas, ainda não elaboradas, de inserção nas trocas sociais.

Essas experiências evidenciam que o laço com o outro, embora permeado por tensões e mal-entendidos, constitui dimensão fundamental do processo de subjetivação da criança autista. As observações, relatos e reflexões indicam que, ao mesmo tempo em que a instituição frequentemente contribuía, ainda que de forma indireta, para o reforço da exclusão, a criança persistia em buscar aproximação, demandando do outro um olhar capaz de acolher suas formas singulares de estar no mundo.

4 O QUE FAZ UM CORPO FAMILIAR?

O segundo objetivo específico consistiu em explorar o lugar da familiaridade e da segurança conferidos pelo acompanhante terapêutico (AT) no processo de deslocamento da criança no contexto escolar. No acompanhamento cotidiano, tornou-se evidente que esse vínculo operava como eixo estruturante da experiência escolar da criança: era a partir da confiança estabelecida na relação com o AT que Valentin podia arriscar-se em interações, enfrentar frustrações e elaborar novas formas de estar com o outro.

Nos primeiros dias de convivência, sua busca por mim era quase constante. Diante de situações que lhe causavam estranhamento — como mudanças bruscas na rotina ou a aproximação inesperada de colegas — Valentin recorria imediatamente à minha presença, seja segurando minha mão, seja me chamando com o olhar. Essas atitudes evidenciavam a função de mediação que eu ocupava entre um mundo que, para ele, podia parecer caótico, e a possibilidade de se abrir a esse mundo de maneira menos ameaçadora.

Um dos episódios mais significativos ocorreu durante um momento de recreação, quando Valentin se aproximou de um colega para brincar, mas o outro menino recusou a interação, afastando-se de imediato. Nessas situações, a reação de Valentin era marcada pela incompreensão. Frequentemente chorava e buscava minha presença, o que reforçava a centralidade do meu corpo como barreira contra a experiência da rejeição. O ambiente escolar, por sua vez, permanecia paralisado, evidenciando a expectativa de que eu assumisse a gestão da cena — repetida em diversas ocasiões. Essa experiência permitiu compreender que a instituição frequentemente delegava ao AT não apenas o acompanhamento pedagógico, mas também a mediação dos afetos e conflitos, eximindo-se de assumir, de forma coletiva, a responsabilidade pela inclusão.

Algum tempo depois, uma situação semelhante se repetiu. Valentin novamente buscou contato com um colega e, mais uma vez, recebeu uma recusa. No entanto, sua resposta foi diferente: após hesitar por alguns segundos, convidou o colega para brincar com os desenhos que eu havia levado. Dessa vez, não chorou nem buscou imediatamente refúgio em mim; ao contrário, sustentou sua presença diante da recusa e arriscou um novo modo de se colocar na relação. Esse gesto demonstrou que a segurança, gradualmente construída tanto no vínculo comigo quanto nas interações com os colegas, servia-lhe de base para enfrentar a frustração e reinvestir no laço.

Esse movimento de inicialmente apoiar-se em mim para, em seguida, arriscar-se na relação com o outro, também se repetia em situações cotidianas na escola. Quando precisava solicitar algo ao professor ou aos colegas, era comum que primeiro me olhasse, como se buscasse uma tradução ou uma validação prévia antes de dirigir-se diretamente ao outro. Meu olhar funcionava como mediador, um sinal de reconhecimento de que a tentativa era possível. Com o tempo, e de forma intencional, passei a conduzi-lo para a construção de maior independência e confiança. Assim, em

determinados momentos, Valentin já se dirigia diretamente aos colegas, sem recorrer a mim como intermediária.

Esses episódios evidenciam que a função do AT consiste, sobretudo, em oferecer um lugar de familiaridade a partir do qual a criança possa se arriscar, experimentar e sustentar a experiência da alteridade. Ao mesmo tempo em que traduz e media situações que poderiam provocar estranhamento, o AT atua como uma ponte que viabiliza o encontro, encorajando a criança a ultrapassar o refúgio inicial e a se abrir ao laço social.

5 LAÇOS QUE COSTURAM SUBJETIVIDADE

O terceiro objetivo específico buscou investigar o laço com o outro como condição fundamental para o desenvolvimento da subjetividade da criança autista. No acompanhamento do cotidiano de Valentin, tornou-se evidente que era justamente no encontro — muitas vezes atravessado por tensões, estranhamentos e desencontros — que se abriam as possibilidades de deslocamento subjetivo. O laço não se estabelecia de forma pacífica nem imediata, mas como um campo de experimentação no qual o sujeito podia se constituir diante da diferença.

Valentin sempre demonstrou grande sensibilidade ao choro do outro, mas sua compreensão das emoções transformou-se ao longo do tempo. Inicialmente, o barulho insistente do choro o levava a empurrar as crianças, em razão do desconforto que sentia. Com o tempo, e a partir de explicações reiteradas e cuidadosas, enfatizando que o choro poderia expressar tristeza ou alegria, mas que, na maior parte das vezes, as crianças menores choravam porque estavam chateadas ou incomodadas com algo, foi possível observar mudanças significativas. O momento mais marcante ocorreu quando, em vez de rir ou se irritar diante do choro de uma criança, Valentin ofereceu-lhe um brinquedo como forma de consolo.

Esse episódio evidencia com clareza o impacto do laço com o outro na construção da subjetividade de crianças autistas. No caso de Valentin, seu interesse genuíno e sua vontade de se aproximar sempre estiveram presentes — perceptíveis em seu olhar curioso e em suas tentativas de interação. No entanto, foi somente no convívio, mediado pelo corpo da AT, que ele pôde desenvolver recursos próprios para colocar esse interesse em prática. Os vínculos construídos nesse processo

possibilitaram que Valentin introjetasse em sua subjetividade nuances do laço social que, até então, eram de difícil reconhecimento.

Essas experiências demonstram que a subjetividade não se constrói no isolamento, mas no jogo complexo entre aceitação e recusa, pertencimento e exclusão. Para a criança autista, o encontro com o outro pode ser ainda mais delicado, mas não menos essencial: é no embate com a alteridade que ela encontra caminhos para afirmar-se como sujeito singular.

Nessa perspectiva, o papel do AT articula-se diretamente com a condição do laço: ao oferecer sustentação emocional, traduzir situações de estranhamento e encorajar a aproximação, o AT não substitui o encontro, mas cria as condições para que ele aconteça com os atravessamentos e impasses que lhe são próprios. O desenvolvimento da subjetividade de Valentin não ocorreu apesar dos conflitos, mas justamente por meio deles; e o que fez diferença foi a possibilidade de vivê-los com apoio suficiente para não se desorganizar por completo.

Assim, o laço com o outro, ainda que atravessado por sofrimento, revelou-se condição imprescindível para que Valentin pudesse avançar em sua constituição subjetiva. A cada aproximação, recusa ou gesto de reconhecimento, ele era convocado a elaborar novas respostas e a inventar modos distintos de se colocar diante do mundo. É nesse processo que se afirma a relevância de uma escola que não apenas tolere a diferença, mas que se comprometa em construir espaços de encontro, nos quais cada criança tenha a possibilidade de experimentar a si mesma na relação com o outro.

6 FAMÍLIA TERRITÓRIO E ATRAVESSAMENTOS SUBJETIVOS

6.1 A FAMÍLIA COMO SUSTENTAÇÃO DO LAÇO

Ao longo da experiência com Valentin, tornou-se evidente que a família desempenhava um papel central na sustentação dos avanços observados em sua constituição subjetiva. Diferentemente de muitos relatos que apontam resistência ou fragilidade familiar, encontrei em sua mãe uma presença ativa, disponível e profundamente implicada no processo de inclusão escolar. Ela demonstrava interesse constante em compreender o trabalho do acompanhante terapêutico, mantinha diálogo aberto com a escola e, sobretudo, oferecia a Valentin um espaço de acolhimento que parecia ressoar diretamente em sua disposição para se lançar nas relações.

Recordo-me de uma tarde particularmente difícil na escola, em razão das condições da primeira instituição em que o acompanhei, que frequentemente contribuíam para sua desestabilização. À época, Valentin tinha 5 anos e frequentava uma turma composta por crianças de 2 a 5 anos. A professora enfrentava grandes dificuldades em conduzir o grupo devido às diferentes demandas, o que fazia com que, em várias ocasiões, eu o retirasse da sala para realizar atividades em um ambiente mais tranquilo e com menos distrações.

Em certa ocasião, fui questionada por uma funcionária da instituição, que afirmou que levá-lo para outro espaço seria o oposto de “inclusão”. Tal colocação evidenciou, mais uma vez, que a pergunta “O que é inclusão?” precisa ser constantemente reformulada por nós, profissionais que atuamos com crianças no espectro autista, bem como pelas instituições de ensino, uma vez que essa concepção tende a se perder em práticas estigmatizantes.

Naquele mesmo dia, dialoguei com a mãe de Valentin sobre a situação. Ela, que em diferentes momentos já havia manifestado incômodo em relação à condução da instituição, apoiou minha conduta e, pouco tempo depois, Valentin foi transferido para outra escola. Essa postura de escuta e compreensão por parte da mãe revelou um vínculo de confiança no processo — confiança que, além de me fortalecer, sustentava o próprio trabalho de mediação.

Tal posicionamento familiar possibilitou que as intervenções realizadas na escola não permanecessem isoladas, mas encontrassem continuidade no espaço doméstico. Dessa forma, a articulação entre família, escola e acompanhante terapêutico configurou uma rede de sustentação que potencializou o laço com o outro e favoreceu avanços significativos na abertura de Valentin ao mundo.

6.2 O TERRITÓRIO E SEUS EFEITOS

Se, por um lado, a família oferecia uma base sólida de sustentação, por outro, o território em que a experiência se desenrolava impunha desafios de natureza distinta. O bairro em que Valentin vivia era atravessado por contextos de violência urbana, permeados pela presença de facções em disputa e por uma sensação difusa de insegurança. O simples percurso até a escola já se constituía como experiência

tensionada, marcada por relatos de assaltos frequentes e pela iminência de conflitos armados.

Essas condições não eram neutras: atravessavam não apenas a vida da criança e de sua família, mas também minha própria experiência como acompanhante terapêutica. Enquanto mulher, branca e de classe média, meu corpo carregava signos de deslocamento e de não pertencimento, o que me tornava particularmente consciente da vulnerabilidade naquele espaço. Atravessava-me, diariamente, uma díade de sentimentos: de um lado, a constante vigilância, o medo como companheiro de jornada; de outro, a culpa por reconhecer o privilégio de não estar ali de forma permanente, podendo ao final do expediente retirar-me de um território no qual permaneciam a mãe, a criança e tantos outros expostos à violência cotidiana.

Perguntava-me em silêncio: *"Que lugar ocupo aqui? O que significa estar com ele algumas horas por dia e depois ir embora, levando comigo parte da segurança que minha presença representava?"*

Em uma tarde marcada por conflitos no bairro, essa percepção tornou-se ainda mais aguda. Ao estacionar diante da escola, testemunhei dois homens armados correndo pela rua, no mesmo instante em que uma criança ingressava na instituição. A cena me paralisou momentaneamente, mas ao adentrar a escola fui informada de que se tratava de mais um episódio recorrente de confronto entre facções. Enquanto eu ainda elaborava o choque da experiência, as funcionárias reagiam com naturalidade: limitaram-se a trancar o portão e prosseguiram com a rotina.

Outras vezes, a violência interrompeu diretamente a vida escolar: tiroteios nas imediações ocasionaram liberações antecipadas de turmas ou mesmo o fechamento da instituição. Tais episódios me marcaram profundamente, trazendo à tona a ambiguidade entre vulnerabilidade e privilégio. De um lado, sentia-me exposta; de outro, reconhecia a condição singular de poder me retirar daquele espaço, ao contrário da comunidade local. Esse entrelaçamento de sensações foi se inscrevendo no corpo: enxaquecas, crises de ansiedade e outros sinais somáticos indicavam o peso da tensão contínua que atravessava a experiência.

A autoetnografia permite reconhecer que esses atravessamentos não se configuram apenas como "contexto", mas constituem parte integrante da própria experiência de acompanhamento de Valentin. O medo, a sensação de impotência e a

culpa foram elementos que impactaram diretamente meu olhar e minha presença, configurando dados relevantes para a pesquisa. Nesse sentido, compreender a subjetividade da criança autista implicou também reconhecer os efeitos do território e das condições sociais que moldam as possibilidades de encontro.

A experiência evidenciou que a constituição subjetiva não depende unicamente das interações imediatas na escola ou da mediação do acompanhante terapêutico, mas se articula também por meio das redes de sustentação familiar e das condições sociopolíticas mais amplas. A subjetividade, como lembra Bourdieu (1997), está sempre situada, marcada pelas estruturas sociais que definem o que é possível ou impossível em cada contexto. No caso de Valentin, foi a articulação entre uma família engajada, uma escola em processo de inclusão e um território atravessado pela violência que configurou o campo de sua experiência de laço.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada permitiu compreender, de forma sensível e situada, a importância do laço social no processo de constituição da subjetividade de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Por meio do método autoetnográfico, evidenciou-se que o acompanhante terapêutico ocupa uma posição central como mediador das interações, oferecendo suporte para que a criança explore o ambiente escolar e construa relações significativas.

Os relatos mostraram que os estranhamentos, as dificuldades e as barreiras do cotidiano só puderam ser elaborados a partir da presença de um outro capaz de acolher e traduzir experiências, possibilitando a vivência da alteridade. Nesse percurso, a família também se revelou parceira indispensável, favorecendo a inclusão escolar e contribuindo para a construção de um espaço de confiança.

Além disso, o contato com o território em que a criança estava inserida trouxe à tona reflexões sobre os atravessamentos sociais, como insegurança, desigualdade e os sentimentos de culpa e impotência que emergem na prática profissional. Esses aspectos evidenciam a necessidade de ampliar a compreensão da inclusão para além dos muros da escola, considerando as condições concretas em que as crianças e suas famílias estão inseridas.

Conclui-se que a presença do acompanhante terapêutico pode contribuir de forma decisiva para a promoção do laço social, ao mesmo tempo em que evidencia os desafios de um processo de inclusão que precisa ser pensado de modo mais amplo, envolvendo escola, família e comunidade. Nesse sentido, a autoetnografia mostra-se um recurso metodológico potente, capaz de dar visibilidade a experiências singulares e de provocar reflexões sobre práticas educativas mais inclusivas, sensíveis e transformadoras.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2014.

FORTIN, Sylvie. **Contribuições possíveis da etnografia e da autoetnografia para a pesquisa na prática artística.** *Revista Aspas*, n. 7, p. 77–88, 2010.

FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a inclusão**. *Revista da Educação*, v. 16, n. 1, p. 5–20, 2008. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf. Acesso em: 1 set. 2025.

GAMA, Fabiene. **A autoetnografia como método criativo.** Anuário Antropológico, v. 45, n.2, p. 188-208. DOI: https://doi.org/10.4000/aa.5872

MAIA, Suzana; BATISTA, Jeferson dos Santos. **Reflexões sobre a autoetnografia.** *Revista Prelúdios*, v. 9, n. 10, p. 240–246, 2020. DOI: 10.9771/revpre.v10i10.37669.

NASCIMENTO, Verônica Gomes; SILVA, Alan Souza Pereira; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. **Acompanhamento terapêutico escolar e autismo: caminhos para a emergência do sujeito.** *Estilos Clínicos*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 520–534, set./dez. 2015. DOI: http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v20i3p520-534.

PISETTA, Maria Angélica A. M.; PEREIRA, Angelina Gabrielle M. O. **Autismo e subjetividade na construção de práticas pedagógicas inclusivas**. *Revista Espaço Pedagógico*, v. 31, p. e15268, 2024. DOI: 10.5335/rep.v31.15268.

SENA, Isael de Jesus. **Políticas do autismo: uma trama complexa de disputas, políticas públicas e práticas discursivas**. *Plural – Revista de Psicologia UNESP*, v. 20, n. 3, p. 1–16, 2024. DOI: https://doi.org/10.59099/prpub.2024.54

SILVA, Edneusa Lima; CRISTINA, Vandressa. **Acompanhamento terapêutico e inclusão educacional: construindo pontes para o encontro entre o diferente e a**

diferença. *Revista Valore*, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: http://e-publicacoes.uerj.br/index.php/valore/article/view/.

OS IMPACTOS DO SUBREGISTRO NO DIREITO AMBIENTAL.

Hercules Macario dos Santos Filho

Resumo

Este trabalho aborda a relação entre o sub-registro civil de nascimento e o direito ambiental, destacando como a ausência de registro impacta diretamente a participação de indivíduos e comunidades tradicionais na proteção ambiental. Pessoas sem registro civil tornam-se invisíveis para o Estado, o que as impede de exercer plenamente seus direitos ambientais e de participar de processos fundamentais, como decisões sobre preservação de territórios e políticas de sustentabilidade. O artigo correlaciona essas questões com a Agenda 2030, especialmente a meta 16.9, que propõe garantir identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento. Argumenta-se que o combate ao sub-registro é indispensável para alcançar o desenvolvimento sustentável e promover justiça social, inclusão e preservação ambiental. Além disso, este estudo evidencia que populações vulneráveis, como indígenas e ribeirinhos, são especialmente impactadas por esse problema, o que reforça a necessidade de políticas públicas eficazes para erradicar o sub-registro e fortalecer o vínculo entre cidadania e proteção socioambiental.

Palavras-chaves: subregistro civil de nascimento, direito ambiental, Agenda 2030, desenvolvimento sustentável, dignidade ambiental, comunidades tradicionais, registro civil, inclusão social, povos ribeirinhos e indígenas, impactos socioambientais, sustentabilidade, justiça social, personalidade jurídica, políticas públicas, exclusão social.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the relationship between the under-registration of births and environmental law, demonstrating how the lack of registration directly impacts the participation of individuals and traditional communities in environmental protection. People without civil registration become invisible to the State, preventing them from fully exercising their environmental rights and participating in essential processes, such as decisions on territory preservation and sustainability policies. This paper correlates these challenges with the Agenda 2030, specifically the target 16.9, which aims to ensure legal identity for all, including birth registration. It emphasizes that combating under-registration is crucial to achieving sustainable development while promoting social justice, inclusion, and environmental preservation. Furthermore, this study highlights that vulnerable populations, such as Indigenous and riverine communities, are disproportionately affected, underscoring the necessity for effective public policies to eradicate under-registration and strengthen the connection between citizenship and socio-environmental protection.

Keywords: Under-registration of birth, environmental law, Agenda 2030, sustainable development, environmental dignity, traditional communities, civil registration, social inclusion, riverine and indigenous peoples, socio-environmental impacts, sustainability, social justice, legal personality, public policies, social exclusion.\

1 INTRODUÇÃO

O registro civil de nascimento e a consequente certidão de nascimento são indispensáveis para a formalização de todas e quaisquer pessoas dentro da sociedade

brasileira, bem como possibilitam a individualização e identificação destes, a fim de que possam participar de relações jurídicas exercendo seus direitos e deveres com dignidade.

Em outra perspectiva aparentemente distante do tema registral acima, verificam-se as questões ambientais que estão em voga, na medida em que a ação humana está diretamente ligada à degradação ambiental. Esse fato vem se tornando uma das maiores pautas sociais, sobretudo na seara jurídica, tendo em vista as alterações climáticas e todos os outros fenômenos naturais divulgados reiterada e incansavelmente por estudiosos, organizações e imprensas mundo a fora.

Nesse contexto, este artigo trabalha a importância do registro civil de nascimento e as implicações negativas que ocorrem no direito ambiental diante do subregistro (pessoas que não possuem o seu registro civil de nascimento). Inobstante a especificidade dos temas de registro civil de pessoas naturais e de direito ambiental com abordagens comummente distantes uma da outra no mundo acadêmico, esses dois pontos estão umbilicalmente ligados nas raízes (e, talvez, por isso a dificuldade de visualizar as suas correlações) dos principais problemas socioambientais.

Para melhor entendimento, em síntese, percebe-se que muitos brasileiros nascem e não são devidamente registrados em cartório por alguns motivos, por conseguinte essas pessoas são prejudicadas por falta de reconhecimento como partes legítimas em relações jurídicas e, por fim, podem tornar-se invisíveis aos olhos do Estado Socioambiental, cujo papel é garantir os direitos ambientais de todos impreterivelmente.

Assim, no desenvolver deste artigo, ter-se-ão as análises do registro civil de nascimento e do subregistro; depois a dignidade ambiental oriunda do registro civil; em seguida as populações mais atingidas pelo subregistro e suas consequências; e, ao fim, pontuar-se-á a Agenda 2030, documento que prevê o combate ao subregistro como meta para o desenvolvimento sustentável das sociedades.

Vale observar, ainda, que o estilo utilizado neste artigo é de natureza acadêmica e jurídica, fundamentado em informações recentes e fontes seguras, com o objetivo de destacar a importância do assunto para a realização de direitos humanos e ambientais no Brasil atual.

2 REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E O SUBREGISTRO

De proêmio, pode-se dizer que o registro civil de nascimento é o primeiro ato jurídico a ser realizado concernente a qualquer criança quando do seu nascimento com vida. Sendo assim, o conjunto normativo básico que trata sobre esse registro está disposto pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Registros Públicos (Lei n.° 6015/73).

Nessa senda, a Carta Magna trouxe, devido à grande importância, o assunto do registro civil de nascimento em seu artigo 5°, ao tratar dos direitos e garantias fundamentais, já que o aludido registro é um direito individual inerente à pessoa humana. Com isso, tal dispositivo constitucional garantiu, num primeiro momento, o registro de nascimento sem haver nenhum tipo de pagamento de emolumentos no cartório pelos mais necessitados, nos seguintes termos:

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
> LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:
> o registro civil de nascimento; (BRASIL, 1988, art.5)

Num segundo momento, houve um destaque maior ao reconhecimento da importância do registro de nascimento e a Lei de Registros Públicos foi devidamente alterada pela Lei n.° 9.534/97 (cujos artigos também alteraram outras leis para garantir a gratuidade do registro), para, então, poder estender tal gratuidade a todos indistintamente. Dessa forma, puderam concluir que o nascimento e seu respectivo registro garantem o direito de participação de todas as pessoas na sociedade independentemente de classe social ou outra distinção qualquer. Assim, segue o texto legal atual da Lei n.° 6015/73:

> Art. 30. Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.
> § 1º Os reconhecidamente pobres estão isentos de pagamento de emolumentos pelas demais certidões extraídas pelo cartório de registro civil.
> § 2º O estado de pobreza será comprovado por declaração do próprio interessado ou a rogo, tratando-se de analfabeto, neste caso, acompanhada da assinatura de duas testemunhas.
> § 3º A falsidade da declaração ensejará a responsabilidade civil e criminal do interessado. (BRASIL, 1973, art. 30)

Demais, vale destacar que a lei mencionada que alterou o ordenamento jurídico foi objeto de ação declaratória de inconstitucionalidade no STF, cujo entendimento foi pela constitucionalidade da lei, com destaque para os argumentos do, então, Exmo. Ministro Ricardo Lewandowski:

> Assim, para Ricardo Lewandowski, “o nascimento e a morte constituem fatos naturais que afetam igualmente ricos e pobres, mas as suas conseqüências econômicas e sociais distribuem-se desigualmente entre eles”. O ministro concluiu que a Lei 9.534/97 busca permitir que todos, independentemente de sua condição ou situação patrimonial, nesse particular, possam exercer os direitos de cidadania, nos termos do artigo 5º, inciso LXXVII, da Constituição da República.
> **Decisão plenária**
> O Plenário, por maioria, julgou improcedente a ADI 1800 e confirmou a constitucionalidade das normas que prevêem a gratuidade do registro civil e da certidão de óbito para cidadãos reconhecidamente pobres, requerida na ADC 5, julgando esta procedente.

Inobstante a alteração normativa para excluir barreiras econômicas e ampliar o registro de nascimento, verificou-se que, ainda assim, muitas pessoas não eram registradas, seja porque não eram registradas logo após seu nascimento ou seja pelo fato de não terem regularizado seu registro tardiamente.

Dessa forma, a ausência do registro de nascimento (subregistro) ocorre quando é ultrapassado o prazo (15 dias, em regra) de registro após o nascimento, consoante o artigo 50 da Lei de Registros Públicos:

> Art. 50. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório. (BRASIL, 1973, art. 30)

Por conseguinte, o subregistro incorre em problemas que dificultam o exercício da cidadania do indivíduo no corpo social, porquanto o registro de nascimento tem um papel fundamental na identificação do indivíduo ao vincular a ele um nome e um CPF. Tal medida é imprescindível para que o Estado possa individualizar e identificar as pessoas, além do mais ser possível, também, a diferenciação entre as pessoas que compõem necessariamente o Estado Social de Direitos.

Outro ponto do subregistro é a impossibilidade dos órgãos de segurança pública emitirem uma carteira de identidade, impedindo, subsequentemente, o acesso à educação em escolas, à consulta em sistema de saúde, à programa de assistencialismo governamental, à participação política em eleições e, até mesmo, benefícios sociais previstos em leis. Portanto, fica claro que tanto crianças quanto adultos sem o seu registro civil de nascimento e sua respectiva certidão de nascimento ficam de fato invisíveis, pois o Estado não consegue identificá-los para prestar o apoio que lhe é obrigatório.

Demais, pontua-se que, embora seja gratuito o registro de nascimento abordado acima, a parcela da população que mais sofre com o subregistro é as comunidades ou os povos tradicionais. Nesse ponto, tem-se como principais fatores que interferem nos seus registros de nascimento a dificuldade de acesso aos cartórios, devido a circunstâncias geográficas, e a falta de recursos econômicos, pois existe um gasto significativo dentro de suas realidades para essas populações se deslocarem até um cartório e realizarem o registro de nascimento.

Dentre os povos tradicionais reconhecidos pelo governo federal podem-se citar: ribeirinhos, indígenas, pescadores artesanais, ciganos, benzedeiros, quilombolas, pantaneiros, morroquianos, extrativistas, extrativistas costeiros e marinhos, cipozeiros, catingueiros, caiçaras entre outros. Após os Entes estatais detectarem essas comunidades com maior concentração de ausência de registro civil, iniciaram-se programas de combate ao subregistro para enfrentar tais condições dessas populações mais vulneráveis.

Com isso, a interferência estatal e sua participação ativa para erradicar o subregistro angariou bons resultados, contudo ainda é necessária a presença do Estado para melhorar os índices, como mostra o último estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE:

> Em 2022, foram estimados 2.574.556 nascidos vivos. O percentual de sub-registro desses nascimentos foi de 1,31%, o menor da série histórica iniciada em 2015. Isso representa 33.726 nascimentos que ocorreram em 2022 e não foram registrados no período legal estipulado, que vai até março do ano seguinte. No ano anterior, o percentual havia sido de 2,06% (55.417 nascimentos). “Esse percentual vem caindo devido à melhora da nossa coleta, tanto do Registro Civil quanto das notificações no Ministério da Saúde, e também da qualidade dos nossos dados. Então percebemos que estamos perdendo menos registros ou menos notificações”, analisa Luiz Fernando.
> O estatístico José Eduardo Trindade avalia que também há o impacto de ações legislativas nessa redução dos sub-registros. “No marco legal da primeira infância, foi estabelecido que o Registro Civil deve ser feito em unidades interligadas da maternidade. Então a criança já sai de lá com o registro feito. Ações como essas vêm impactando essa melhora gradativa”, observa. Ele ressalta ainda que esses percentuais estão caindo desde 2015, com uma pequena diferença em 2020, quando os cartórios fecharam por conta da pandemia de Covid-19. (IBGE, 2023)

Diante dessas exposições, fica evidente que as ações estatais contra o subregistro não são prescindíveis, tendo em vista que a conjuntura jurídico-político-social, no brasil, somente dá voz e presença aos indivíduos que possuem um assento de nascimento em algum cartório extrajudicial e consequentemente os outros documentos de identificação civil.

Além do mais, vale frisar que, não obstante o nascimento com vida, em regra, ser a condição necessária e suficiente para o início da personalidade civil da pessoa natural, constata-se que, na prática, apenas com o registro de nascimento haverá uma espécie de “reconhecimento da personalidade civil” da pessoa nascida com vida, para, agora sim, ela poder ser detentora de direitos e deveres.

3 REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E A “DIGNIDADE AMBIENTAL”

Neste ponto do trabalho, após tratar sobre as mazelas do subregistro, demonstrar-se-á a relação de causa e consequência especificamente entre o registro civil de nascimento e o direito ambiental, tendo em vista o reconhecimento da personalidade jurídica para o exercício de direitos, sobretudo o de direitos ambientais, de forma digna.

Inicialmente, é de suma importância ressaltar-se a concepção e o alcance do termo dignidade presente em todos os ramos do direito pátrio, na medida em que a Constituição Republicana brasileira, no artigo 1°, III, prevê a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Nessa linha, autores trabalham com o princípio fundamental da dignidade humana dentro do direito ambiental, com o escopo de trazer uma nova concepção terminológica e de preservar o meio ambiente, quantitativa e qualitativamente, direito este de todos os seres, tanto humanos quanto outros seres vivos.

Desse jeito, a ideia principal dos doutrinadores a seguir demonstram a definição ultrapassada de dignidade humana com profundas raízes no antropocentrismo e que, hodiernamente, necessitam de atualização conceitual. Primeiramente, conforme Antonio Azevedo:

> Há hoje duas diversas concepções da pessoa humana que procuram dar suporte à ideia de sua dignidade; de um lado, há a *concepção insular,* ainda dominante, fundada no homem como razão e vontade, segundo uns, como autoconsciência, segundo outros - é a concepção para cujo fim queremos colaborar porque se tornou insuficiente, - e, de outro, a concepção própria de uma nova ética, fundada no homem como ser integrado à natureza, participante especial do fluxo vital que a perpassa há bilhões de anos, e cuja nota específica não está na razão e na vontade, que também os animais superiores possuem, ou na autoconsciência, que pelo menos os chimpanzés também têm, e sim, em rumo inverso, na capacidade do homem de sair de si, reconhecer no outro um igual, usar a linguagem, dialogar e, ainda, principalmente, na sua vocação para o amor, como entrega espiritual a outrem. A primeira concepção leva ao entendimento da dignidade humana como autonomia individual, ou autodeterminação; a segunda, como

> qualidade do ser vivo, capaz de dialogar e chamado à transcendência. (Azevedo, 2001, p.108)

Com o trecho acima fica nítido a tentativa do autor de ampliar a ideia da dignidade, tanto que o conceito clássico de dignidade humana foi construído num momento em que o homem explorava seu semelhante de forma degradante e, neste cenário, foi necessário individualizar a dignidade de cada ser humano, para acabar com as relações desumanas existentes à época. Nesse mesmo sentido, os autores Ingo Sarlet e Tiago Fensterseifer informam que:

> Desde logo, verifica-se que é certamente possível questionar o excessivo antropocentrismo que informa tanto o pensamento kantiano quanto a tradição filosófica ocidental de um modo geral, especialmente confrontando-a com os novos valores ecológicos que alimentam as relações sociais contemporâneas e que reclamam uma nova concepção ética, ou, o que talvez seja mais correto, a redescoberta de uma ética de respeito à vida que já era sustentada por alguns. Assim, para ficarmos num exemplo, importa ter presente que a vedação de qualquer prática de "objetificação" (ou tratamento como simples "meio") não deve, em princípio, ser limitada apenas à vida humana, mas ter o seu espectro ampliado para contemplar também outras formas de vida. (SARLET; FENSTERSEIFER, 2007, p. 76).

Isto posto, esses pensadores mostram a dificuldade atual da definição abstrata de dignidade humana dentro do direito ambiental, já que os únicos seres capazes de serem detentores de dignidade (em termos jurídicos), ainda, são os seres humano e, como visto nos tópicos anteriores, na prática, apenas as pessoas naturais que possuem seu registro de nascimento estão legitimadas para exercer os seus direitos, dentre eles o de garantir a inviolabilidade de sua dignidade.

De mais a mais, como já demonstrado, o subregistro impacta negativamente o exercício da cidadania das pessoas sem registro de nascimento e, para além disso, existem as barreiras encontradas pelas comunidades tradicionais que se encontram nessa mesma situação registral. Aqui, sucede-se que tal coletividade de pessoas em vulnerabilidade social e geográfica não conseguem participar ativamente em demandas que lhe dizem respeito, devido à ausência de registro de seus líderes e representantes comunitários.

Esse argumento jurídico de falta de representatividade legítima para determinado grupo de pessoas resulta efeitos deletérios de difícil reversão, pois está em questão o vínculo profundo que essas famílias tradicionais possuem com a natureza[1]. Desse modo, algumas problemáticas que acarretam prejuízos a esses

[1] Quanto ao vínculo entre natureza e famílias tradicionais, explicita o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima: “Povos e Comunidades Tradicionais conservam a biodiversidade graças à sua

grupos menos favorecidos são levantadas, como, a participação em audiências públicas que envolvem processos de licenciamento ambiental em empreendimentos de grandes proporções, bem como a instauração de ações judiciais para a demarcação de áreas e a preservação de terras tradicionais.

Outras duas questões, não menos importantes, de falta de representatividade dos povos tradicionais são: a dificuldade de participar de ações políticas voltadas ao meio ambiente[2], de modo que, para usufruir destes assistencialismo, famílias precisam estar inscritas no CadÚnico cujo cadastro necessita obrigatoriamente do registro civil de nascimento; e cadastros referentes a registros das atividades desempenhadas pelos povos tradicionais com intuito de reconhecer suas identidades profissionais, a exemplo dos pescadores artesanais, conforme matéria publicada recentemente, em 2022, pela Câmara dos Deputados:

> Dificuldades com o cadastramento eletrônico e excesso de burocracia foram apontados como entraves para regularizar a pesca artesanal. Para os representantes do setor, problemas no cadastro, e não a fraude, dificultam a regularização de profissionais. O tema foi debatido nesta segunda-feira (27) pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.
> Segundo levantamento do Ministério da Agricultura, desde 2019, mais de 67 mil pescadores tiveram o cadastro suspenso do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e outros 39 mil tiveram o cadastro cancelado. (Câmara dos Deputados, 2022).

Em análise, constata-se que os exemplos trazidos são uma parte de tantos outros problemas que o subregistro incorre na vida de pessoas e comunidades que possuem um papel fundamental na cultura e na natureza do Brasil, ainda mais nesse país com dimensões continentais. Destarte, é essencial que todos os Poderes do Estado levem em consideração as peculiaridades e as reais consequências que o subregistro pode acarretar no cotidiano de milhares de famílias brasileiras.

---

relação com a natureza. Protagonizam, cada vez mais, práticas econômicas racionais, por meio de sistemas produtivos baseados na sociobioeconomia (frutas, óleos, plantas medicinais nativas, etnoecoturismo e outros meios). Desse modo, contribuem para um novo ciclo de desenvolvimento, sustentável e promissor para o Brasil. Representam a garantia de proteção das florestas e a regulação do clima, o respeito à biodiversidade e a manutenção da vida globalmente.” (Brasil, 2025)

[2] Sobre programas assistenciais voltados ao meio ambiente, cita-se o Bolsa Verde desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima: “Em sua nova versão (Decreto nº 11.635/2023), o Bolsa Verde vai realizar pagamentos trimestrais de R$ 600,00 (seiscentos reais) a famílias que vivem em Unidades de Conservação de Uso sustentável (Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável), em assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária (florestal, agroextrativista e de desenvolvimento sustentável) e em territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais, como ribeirinhos, extrativistas, indígenas, quilombolas e outros.” (Brasil, 2025)

Sendo assim, mesmo com a gratuidade dos registros de nascimento e enquanto não se chega a índices de subregistro perto de zero, faz-se necessária a relativização dos casos de representação e de participação jurídico-social daqueles que ainda não possuem uma “identificação formal”. Demais, as desigualdades sociais e econômicas neste país estão propiciando uma desigualdade ambiental sem precedentes.

4 CASOS JUDICIAIS SOBRE SUBREGISTRO E DIREITO AMBIENTAL

A ausência de registro civil de nascimento não apenas compromete a cidadania formal das pessoas, mas também apresenta consequências diretas no âmbito do direito ambiental, sobretudo para populações tradicionais. Esses grupos, muitas vezes marginalizados e vivendo em estreita relação com a natureza, enfrentam barreiras adicionais para acessar direitos e participar ativamente na proteção de seus territórios. Diversas decisões judiciais têm ressaltado essa problemática, reforçando a necessidade de políticas públicas que abordem o subregistro como elemento fundamental para a inclusão social e ambiental.

Nesse caminhar, como já mencionado, um exemplo marcante é a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 1800, que declarou constitucional a gratuidade do registro civil para pessoas em situação de pobreza. Essa medida, além de garantir um direito essencial, possibilita que populações vulneráveis, como comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas, sejam reconhecidas formalmente, permitindo sua inclusão nos debates e decisões sobre a preservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais.

Outro caso que merece destaque é a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 708 do Supremo, que abordou o uso de recursos do Fundo Clima para implementar políticas públicas voltadas à mitigação das mudanças climáticas. Durante o julgamento, o STF enfatizou a necessidade de participação das comunidades tradicionais, destacando que o subregistro pode dificultar o acesso dessas populações a programas de preservação ambiental. Concluiu-se, ainda, que essa exclusão compromete tanto a eficácia das políticas climáticas quanto a proteção de direitos coletivos dessas comunidades.

Além disso, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso analisou uma ação civil pública relacionada a ocupações em Áreas de Preservação Permanente (APPs). O caso

evidenciou como a ausência de registro civil pode dificultar a comprovação da ocupação tradicional de comunidades ribeirinhas, enfraquecendo sua defesa em disputas judiciais. Essa realidade ressalta como o subregistro pode ser um fator de vulnerabilidade para grupos que dependem diretamente de seus territórios para subsistência e preservação cultural.

Esses exemplos deixam claro que o subregistro vai além de uma mera questão administrativa. Ele impacta diretamente a capacidade de comunidades tradicionais de reivindicar direitos, proteger seus territórios e desempenhar o papel crucial que têm na preservação ambiental. A exclusão dessas populações dos processos formais de registro mina a eficácia de ações ambientais e perpetua desigualdades estruturais.

Do ponto de vista das políticas públicas, combater o subregistro é imprescindível para alcançar os objetivos de sustentabilidade estabelecidos pela Agenda 2030. O objetivo 16.9, que prevê a garantia de identidade legal para todos, está intrinsecamente ligado à proteção ambiental, considerando que muitas comunidades têm suas vidas e meios de subsistência diretamente conectados à terra e aos recursos naturais. Assim, integrar esforços de regularização civil às estratégias ambientais é um passo essencial para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Diante desse contexto, é necessário que as ações do poder público incluam iniciativas voltadas à ampliação do acesso ao registro civil, principalmente em áreas remotas. Políticas como a implantação de unidades interligadas de registro em maternidades, a realização de campanhas de conscientização junto a comunidades tradicionais e a desburocratização dos processos de registro são fundamentais para superar essa barreira histórica. Além disso, é essencial que haja uma articulação entre o Executivo, Legislativo e Judiciário para garantir que os direitos dessas populações sejam efetivamente respeitados e promovidos.

5 AGENDA 2030

Aprofundando o tema, outro ponto que merece destaque é a Agenda do Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Agenda 2030, a qual representa um dos mais ambiciosos e necessários planos globais para garantir um futuro sustentável e inclusivo. Dessa forma, tal ação é composta por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e 169 metas. Ainda, pontua-se que essa iniciativa

visa erradicar a pobreza e assegurar dignidade para todos, respeitando os limites ecológicos do planeta e sem comprometer o bem-estar das gerações futuras. Seu propósito, portanto, é transformar a realidade global, promovendo justiça social, crescimento econômico sustentável e preservação ambiental.

Em seu viés histórico, a Agenda 2030 foi firmada em 2015 por 193 Estados-membros da ONU, consolidando um compromisso coletivo de seguir as diretrizes estabelecidas no documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Esse pacto global prevê um período de 15 anos para implementação, entre 2016 e 2030, impulsionando ações coordenadas entre países e setores da sociedade. Dessa maneira, a iniciativa busca enfrentar desafios complexos, como desigualdades sociais, degradação ambiental e crises econômicas, garantindo soluções eficazes e colaborativas.

Com isso, tem-se, na Agenda 2030, uma abordagem integrada e multidimensional, que engloba as três vertentes do desenvolvimento sustentável: social, ambiental e econômica. Ao unir esses pilares, a agenda visa equilibrar o crescimento econômico com justiça social e preservação ambiental, tornando o progresso acessível a todos.

Demais, a referida agenda prevê que, para alcançar a justiça social juntamente com a preservação ambiental é indispensável as ações de combate ao subregistro, tanto que dentre as metas previstas até o ano de 2030 há disposto no item 16.9 que “todas as pessoas devem ter acesso à identidade legal, incluindo o registro de nascimento” (ONU, 2015). Sendo assim, ratifica-se a indispensável correlação entre os dois temas abordados neste trabalho, ou seja, o subregistro e o direito ambiental, pois este só se realizará a partir da extirpação daquele.

Ademais, a Agenda 2030, com sua abordagem integrada e multidimensional, reconhece que o registro civil é um elemento essencial para promover sociedades inclusivas e pacíficas, conforme estabelecido no Objetivo 16: “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (ONU, 2015).

Em conclusão, a erradicação do sub-registro não é apenas uma questão de balcão pertinente aos serviços prestados pelos cartórios extrajudiciais, mas um

compromisso ético e social que reflete os princípios da Agenda 2030. Destarte, ao garantir que todos tenham acesso ao registro de nascimento, estamos promovendo dignidade, igualdade e inclusão, valores fundamentais para alcançar um desenvolvimento sustentável. O esforço coletivo entre governos, sociedade civil e instituições é indispensável para transformar essa realidade e construir um futuro mais justo e igualitário.

6 CONCLUSÃO

Existem, ainda, outros reflexos negativos que o subregistro causa na sociedade, porquanto afeta também as condições de preservação dos conhecimentos tradicionais. Comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, entre outras, possuem saberes e práticas que são essenciais para a conservação ambiental e a sustentabilidade dos recursos naturais. A falta de registro formal dessas populações, no entanto, as torna invisíveis perante o Estado, dificultando tanto a garantia de seus direitos quanto a valorização de seus conhecimentos, ou seja, o subregistro impacta diretamente os saberes ancestrais sem permitir uma segurança necessária na transmissão do saber.

Assim sendo, a ausência de documentação formal compromete a proteção de saberes tradicionais transmitidos ao longo de gerações. Essas práticas, que incluem o manejo sustentável de florestas, o uso de plantas medicinais nativas e a preservação de espécies locais, frequentemente passam despercebidas em políticas ambientais. Nessa triste realidade, o subregistro impede que comunidades sejam reconhecidas como protagonistas na preservação de ecossistemas, limitando sua participação em ações de gestão ambiental.

Outrossim, em alguns casos, a falta de registro formal tem dificultado a defesa de territórios e práticas tradicionais em disputas judiciais, como já mencionado acima. Nessa linha, constata-se que comunidades indígenas na Amazônia enfrentaram dificuldades para reivindicar a proteção de suas áreas contra a exploração ilegal, justamente porque muitos de seus membros não possuíam documentação que comprovasse sua existência legal. Da mesma forma, vale relembrar que comunidades extrativistas têm enfrentado barreiras para acessar programas de incentivo, como o Bolsa Verde, em razão da ausência de documentos civis.

Nessa linha, deve-se ressaltar o papel fundamental que esse legado histórico possui para com a questão da sustentabilidade, pois há, nesse caso, um conhecimento empírico milenar acumulado por anos e anos que faz parte de todo o desenvolvimento de uma nação. Essas sabedorias ancestrais são reconhecidas por sua contribuição na preservação da biodiversidade e na promoção de sistemas sustentáveis de convivência com a natureza. Dessa forma, apontam-se que áreas sob cuidado de comunidades tradicionais apresentam maiores índices de conservação ambiental, dado o equilíbrio entre o uso dos recursos naturais e sua regeneração. Contudo, sem o devido registro civil, essas comunidades permanecem excluídas de políticas e programas que incentivam e apoiam essas práticas.

Quanto as estratégias para superar o subregistro e promover a proteção dos conhecimentos tradicionais, exige-se ações integradas e efetivas. Em vista disso, entre as estratégias possíveis estão: estabelecimento de programas itinerantes de registro civil que alcancem comunidades isoladas; reconhecimento jurídico e cultural dos saberes tradicionais como patrimônio imaterial da humanidade; incentivo à participação ativa de comunidades tradicionais em decisões relacionadas à gestão e preservação ambiental, inclusive na produção legiferante correlata; e facilitação de parcerias entre organizações locais e o poder público para integrar essas populações em políticas ambientais com a redução de buroracias.

Em conclusão, o subregistro civil não é apenas um entrave para o reconhecimento formal de comunidades tradicionais, mas também um risco significativo para a preservação de práticas e conhecimentos essenciais à sustentabilidade ambiental. A falta de documentação oficial dificulta a inclusão dessas populações em políticas públicas, limita seu acesso a direitos fundamentais e enfraquece sua participação na gestão ambiental. Sem o registro civil, povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos entre outros, têm suas existências ignoradas pelo Estado, impedindo que suas contribuições para a conservação da biodiversidade sejam devidamente reconhecidas e valorizadas.

Portanto, a superação do subregistro exige um esforço conjunto entre Estado, sociedade civil e organizações internacionais, por meio de medidas eficazes que alcancem populações remotas e garantam a plena inclusão social. Ou seja, programas de registro móvel, campanhas de conscientização e desburocratização dos processos são essenciais para enfrentar esse desafio. Sem essas ações, comunidades

tradicionais continuarão invisibilizadas, impedidas de exercer plenamente seus direitos e de contribuir com seu papel de protagonismo na preservação do meio ambiente.

Por fim, é indispensável que o combate ao subregistro seja reconhecido como uma prioridade, tanto na agenda de direitos humanos quanto na agenda ambiental. Apenas com o reconhecimento formal dessas populações será possível construir políticas públicas que respeitem sua cultura, fortaleçam sua participação na gestão sustentável dos recursos naturais e garantam que sua identidade e saberes sejam preservados para as futuras gerações. Somente através desse compromisso será possível avançar rumo a um modelo de desenvolvimento que valorize a diversidade e promova justiça social e ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF mantém gratuidade do registro civil e de certidão de óbito para pobres. Disponível em: https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-mantem-gratuidade-do-registro-civil-e-de-certidao-de-obito-para-pobres/#:~:text=O%20ministro%20concluiu%20que%20a,LXXVII%2C%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Rep%C3%BAblica. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1973. Seção 1, p. 1.

IBGE. Sub-registros e subnotificações de nascimentos e óbitos de 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39647-ibge-divulga-sub-registros-e-subnotificacoes-de-nascimentos-e-obitos-de-2022#:~:text=Em%202022%2C%20foram%20estimados%202.574,Sul%20(0%2C21%25). Acesso em: 28 abr. 2025.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Caracterização jurídica da dignidade da pessoa humana. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 97, p. 107-125, 2002. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v97i0p107-125. Acesso em: 28 abr. 2025.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Algumas notas sobre a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana e sobre a dignidade da vida em geral. Revista Brasileira de Direito Animal, v. 2, n. 3, p. 15-26, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.9771/rbda.v2i3.10358. Acesso em: 28 abr. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Excesso de burocracia dificulta regularização, alegam pescadores artesanais. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/891020-excesso-de-burocracia-dificulta-regularizacao-alegam-pescadores-artesanais/. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Povos e Comunidades Tradicionais e a conservação da biodiversidade. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais(). Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.635, de 2023. Dispõe sobre o Programa Bolsa Verde e os pagamentos a famílias em Unidades de Conservação. Disponível em: Planalto. Acesso em: 28 abr. 2025.

ONU BR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BR. A Agenda 2030. 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030.

OS POSSÍVEIS LUGARES DO ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO ESCOLAR NA INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA AUTISTA

Beatriz Martinez Do Nascimento Santos [1]

Isael De Jesus Sena [2]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva autoetnográfica, de que forma as experiências pessoais enquanto acompanhante terapêutica escolar atravessam e ressignificam o percurso profissional na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Adotando uma abordagem qualitativa com ênfase na autoetnografia, a autora narra, em primeira pessoa, sua trajetória de dois anos, caracterizada por desafios institucionais e pedagógicos, bem como por constantes processos de reinvenção, estabelecendo diálogo com autores que valorizam a centralidade da experiência na produção do conhecimento. O material empírico é constituído por relatos pessoais e reflexões sobre a prática, concebida como um processo contínuo de aprendizado e amadurecimento humano. Os resultados indicam que a atuação do acompanhante terapêutico, embora permeada por tensões e vulnerabilidades, revela-se essencial para assegurar o direito das crianças ao aprendizado e ao desenvolvimento pleno. O estudo contribui para o aprofundamento do debate acerca do papel do acompanhante terapêutico, da relevância do acolhimento institucional e da necessidade urgente de práticas educativas que transformem a invisibilidade em voz, garantindo a participação efetiva de crianças com TEA.

Palavras-chave: Acompanhante Terapêutico. Inclusão Escolar. Transtorno do Espectro Autista.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento de etiologia multifatorial, que afeta precocemente e de forma crônica o desenvolvimento social, comunicativo e comportamental, resultando em prejuízos no funcionamento global dos indivíduos (Lemos, Nunes & Salomão, 2020). Por se tratar de um espectro, há ampla variabilidade quanto ao grau de comprometimento em áreas como comunicação, aprendizado, socialização e adaptação às atividades da vida diária, o que torna o diagnóstico particularmente desafiador. Entre as características centrais do TEA destacam-se as dificuldades na interação social e na comunicação. Crianças autistas frequentemente enfrentam obstáculos para compreender e utilizar gestos, expressões faciais e outras formas não

verbais de comunicação, além de dificuldades para iniciar ou manter conversas e interpretar nuances sociais. Dessa forma, cada criança apresenta de maneira singular déficits sociais, comportamentos repetitivos e interesses restritos (Bernier, Dawson & Nigg, 2021).

No que se refere aos critérios diagnósticos, tanto o DSM-5-TR (APA, 2023) quanto a CID-11 (OMS, 2022) identificam déficits persistentes na comunicação e interação social, associados a padrões restritos e repetitivos de comportamento, presentes desde o início do desenvolvimento e capazes de gerar prejuízos significativos no funcionamento cotidiano.

O DSM-5-TR (APA, 2023) classifica o TEA em níveis de suporte leve, moderado e severo considerando a gravidade dos sintomas, a necessidade de apoio e a presença ou ausência de comprometimento intelectual e de linguagem. Já a CID-11 (OMS, 2022) organiza o diagnóstico com base na existência de deficiência intelectual e no nível de linguagem funcional, permitindo uma compreensão mais detalhada das habilidades e necessidades de cada indivíduo.

Essas particularidades influenciam diretamente o processo de aprendizagem, que apresenta elevada variabilidade e demanda dos professores conhecimentos especializados, bem como a utilização de estratégias pedagógicas diferenciadas. Pesquisas indicam que dificuldades no processamento sensorial, uso restrito de gestos, déficits de comunicação verbal e desafios relacionados às funções executivas e à categorização impactam o desempenho escolar.

Apesar dessas barreiras, intervenções como treinamentos de memória de trabalho, integração sensorial e uso de tecnologias têm apresentado resultados promissores, embora ainda não haja consenso científico acerca de sua eficácia e padronização. Soma-se a isso a existência de obstáculos estruturais, tais como preparo insuficiente dos professores, escassez de recursos e ausência de metodologias baseadas em evidências (Scamati, Cantorani & Picinin, 2025).

Nesse contexto, a inclusão escolar configura-se como um princípio fundamental. Trata-se de assegurar a todas as crianças, independentemente de suas características ou condições, acesso equitativo ao ensino regular, promovendo participação, aprendizagem e desenvolvimento social em ambientes que valorizem a diversidade (Camargo et al., 2024). No Brasil, a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana) estabeleceu

a obrigatoriedade de que as escolas ofereçam os apoios necessários para garantir a inclusão de alunos autistas, sem custos adicionais para as famílias (Brasil, 2012).

Paralelamente a esse avanço legal, o Acompanhamento Terapêutico (AT) tem se revelado uma prática relevante. Surgido no início da década de 1970, na Argentina, no âmbito das chamadas equipes terapêuticas de abordagem múltipla, o AT foi inicialmente voltado a pacientes com perturbações graves e histórico de insucesso em outros tipos de tratamento.

Nessa perspectiva, o AT consolidou-se como uma modalidade clínica que possibilita ao sujeito circular pelos espaços urbanos, facilitando encontros sociais e promovendo sua inserção comunitária. Sua atuação não se limita a uma intervenção secundária, envolvendo também um compromisso ético e político com a desinstitucionalização da loucura, além de um compromisso estético de criação de novas formas terapêuticas de relação com o paciente. O enfoque do AT reside na preservação de recursos e potencialidades do indivíduo, e não na modificação da estrutura psíquica, ampliando, assim, as possibilidades de cuidado (Batista, Flor & Wagner, 2017).

No Brasil, esse movimento encontrou respaldo legal com a promulgação da Lei nº 10.216/2001, marco da Reforma Psiquiátrica que redirecionou o modelo de atenção à saúde mental (Brasil, 2001). Posteriormente, a criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), por meio da Portaria nº 3.088/2011, consolidou a transição do cuidado centrado na internação psiquiátrica para práticas territoriais, valorizando os espaços urbanos como locais de produção de vida, sociabilidade e reconstrução de vínculos afetivos. Essa transformação priorizou a reabilitação psicossocial, a inclusão social e a participação comunitária como pilares do cuidado (Brasil, 2011).

Tais mudanças reverberam também no campo educacional. Na prática, o AT se apresenta como um aliado essencial no processo de inclusão escolar de crianças com TEA, colaborando de forma estreita com professores na implementação de estratégias pedagógicas adaptadas, criando um ambiente seguro e acolhedor para a aprendizagem e favorecendo o desenvolvimento da autonomia. Além disso, permite que a criança exercite habilidades de comunicação e interação social em diferentes contextos, promovendo a generalização das conquistas para ambientes como a escola e o lar (Rissato, 2023).

Outro aspecto relevante refere-se à construção de vínculos de confiança, os quais favorecem a expressão emocional e contribuem para a criação de segurança e previsibilidade elementos centrais no processo de aprendizagem de crianças com TEA. Nesse sentido, o Acompanhamento Terapêutico (AT) atua como uma ponte entre a criança e o ambiente escolar, auxiliando na adaptação, na participação em atividades acadêmicas e extracurriculares, bem como no fortalecimento do desenvolvimento social e emocional (Moreira, Silva & Oliveira, 2023).

Apesar disso, a inclusão escolar de crianças autistas enfrenta diversos desafios que vão além do simples acesso físico à escola. A adaptação curricular e a personalização das práticas pedagógicas são essenciais para atender às necessidades específicas desses alunos, por meio do uso de métodos estruturados, recursos visuais e estratégias de comunicação alternativa. Entretanto, a resistência à mudança, a insuficiente formação dos educadores e a limitação de recursos e de suporte especializado dificultam a implementação eficaz dessas estratégias, comprometendo a participação ativa e o desenvolvimento social das crianças (Camargo et al., 2024).

Adicionalmente, a diversidade de perfis e necessidades requer abordagens pedagógicas individualizadas e a colaboração entre educadores, famílias e profissionais. A superação desses desafios depende da formulação de políticas educacionais robustas, da capacitação contínua de docentes e do investimento em materiais adaptados, tecnologias assistivas e programas de sensibilização, garantindo que todos os alunos possam aprender, interagir e desenvolver suas potencialidades de maneira equitativa (Camargo et al., 2024).

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre os possíveis papéis que o acompanhante terapêutico escolar pode assumir no processo de inclusão de crianças autistas, bem como contribuir para sua inclusão social, acadêmica e emocional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de abordagem autoetnográfica, centrada na reflexão crítica sobre uma experiência pessoal.

A escolha da autoetnografia justifica-se por possibilitar a compreensão do fenômeno da inclusão escolar a partir de uma perspectiva reflexiva, valorizando a experiência subjetiva e as práticas cotidianas da acompanhante terapêutica, e oferecendo insights aprofundados sobre como sua atuação contribuiu para o desenvolvimento de habilidades sociais e acadêmicas em crianças com TEA.

A autoetnografia, nesse contexto, permite analisar de forma crítica o papel do acompanhante terapêutico escolar no processo de inclusão. Trata-se de uma metodologia que possibilita articular experiências pessoais com referenciais teóricos, valorizando a subjetividade e conferindo visibilidade às práticas cotidianas do AT.

Dessa maneira, evidencia-se como a atuação do acompanhante contribui para o desenvolvimento de habilidades sociais e acadêmicas, além de promover a inclusão em múltiplas dimensões (Rocha, 2023). Ao adotar a autoetnografia como método, este estudo busca compreender os possíveis papéis do acompanhante terapêutico escolar na inclusão de uma criança autista, destacando tanto os desafios quanto as potencialidades que emergem dessa prática.

No relato de experiência apresentado, ao revisitar minha trajetória de forma pessoal e reflexiva, alinhando-me diretamente à metodologia autoetnográfica, integraram-se minhas vivências pessoais ao processo de pesquisa. Como método participante, a autoetnografia permite lidar com "meus próprios impulsos, sentimentos e emoções em relação ao objeto/sujeito de pesquisa e sua própria cultura" (Cardoso & Oliveira, 2024). Assim, minha narrativa configura-se como um espaço legítimo de reflexão e produção de conhecimento, no qual o percurso profissional se entrelaça ao amadurecimento humano e à capacidade de questionar-se e reinventar-se frente a contextos desafiadores.

A motivação para este estudo surge da necessidade de conferir visibilidade e significado às experiências vivenciadas enquanto acompanhante terapêutica escolar, atravessadas por marcadores como neurodiversidade, práticas pedagógicas e relações interpessoais. O ponto de partida foi o contato direto com o cotidiano escolar de crianças com TEA, no qual se evidenciaram desafios relacionados à inclusão, à comunicação e ao desenvolvimento social e acadêmico. Ao longo dessa trajetória, refletiu-se sobre como as práticas de acompanhamento podem minimizar lacunas, reduzir silenciamentos e fortalecer habilidades sociais e emocionais, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo. O objetivo é compartilhar justamente a potência dessas experiências.

Por fim, os dados foram coletados por meio de acompanhamento sistemático da criança em diferentes atividades escolares, registros diários de observações e interações, produção de diários reflexivos sobre decisões e estratégias adotadas, bem

como análise de materiais escolares que evidenciem o processo de inclusão. A análise qualitativa dos dados foi realizada por meio de técnicas de análise de conteúdo, visando identificar padrões de ação, estratégias eficazes, dificuldades recorrentes e aprendizados emergentes da experiência pessoal. Procedimentos éticos foram adotados para garantir o anonimato e a confidencialidade de todos os envolvidos.

2 ENTRE ESCOLAS E EXPERIÊNCIAS: A VOZ DO ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO

A experiência enquanto acompanhante terapêutica escolar revela-se complexa e profundamente transformadora, marcada por desafios institucionais, emocionais e pedagógicos. Ao longo de dois anos, transitando por escolas com perfis diversos desde contextos periféricos com recursos limitados até instituições consolidadas , foi possível observar como cada ambiente influencia não apenas o desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), mas também a forma como o profissional é recebido, reconhecido e integrado à dinâmica escolar.

Este relato autoetnográfico busca narrar episódios significativos desse percurso, articulando impressões pessoais, sentimentos vivenciados e reflexões críticas, evidenciando a importância de compreender a inclusão como um processo que ultrapassa a mera presença física, demandando acolhimento, sensibilidade e diálogo constante.

Minha primeira inserção no ambiente escolar foi permeada por estranhamento e insegurança. Acompanhava Lucas, então com quatro para cinco anos, que ainda não havia iniciado o desfralde, não falava e não escrevia, encontrando-se nas etapas iniciais da escolarização. Por se tratar do meu primeiro estágio na área, sentia-me intimidada pelas regras institucionais e pelas constantes cobranças, uma vez que minhas intervenções eram frequentemente questionadas, e eu era colocada em uma função mais próxima do cuidado assistencial do que da mediação terapêutica.

A sensação de estar entre expectativas divergentes de um lado, a clínica, que me orientava semanalmente; de outro, a escola, que esperava que eu assumisse responsabilidades que não me cabiam gerava medo e incerteza. Contudo, ao longo de pouco mais de um ano, testemunhei conquistas que conferiram sentido a cada desafio: Lucas começou a se expressar verbalmente, iniciou o processo de escrita e alcançou

autonomia no desfralde. Esses avanços evidenciaram que, mesmo em contextos adversos, constância, escuta e persistência são capazes de promover transformações significativas.

A etapa seguinte foi marcada por grandes limitações estruturais e geográficas. Ao acompanhar Sofia, em uma escola localizada em região periférica, vivenciei barreiras não apenas pedagógicas, mas também sociais. O ambiente escolar demonstrava resistência à minha presença, chegando a me manter afastada da criança e, em alguns momentos, até fora da instituição, exposta a riscos e vulnerabilidades.

Tais situações geravam sentimento de impotência e desamparo, mas também estimularam uma postura de resiliência e resistência. Frequentemente, apenas por meio da insistência da família minha entrada era permitida. Ainda assim, diante de um espaço pouco preparado para a inclusão, observei avanços no desenvolvimento de Sofia, que continuava a se beneficiar das estratégias terapêuticas implementadas.

As memórias desse período permanecem em mim como marcas de desproteção. Estar exposta às intempéries, aguardando do lado de fora enquanto deveria estar junto à criança, representava mais do que resistência institucional: evidenciava a negligência em relação ao direito à inclusão. Nesse contexto, a escola não me percebia como parte integrante do processo, mas como alguém a ser tolerada, e apenas mediante pressões externas.

Essa invisibilidade não impactava apenas a mim, mas também Sofia, que deixaria de receber o suporte necessário em momentos cruciais de aprendizagem. Ainda assim, quando conseguia estar presente, observava como pequenas estratégias podiam transformar seu dia. Tal experiência reforçou em mim a convicção de que a inclusão não depende apenas de recursos materiais, mas, sobretudo, de uma postura ética e de um olhar atento às necessidades do outro.

Em um terceiro contexto, acompanhei Miguel em uma escola que se apresentava como inclusiva. A postura da equipe pedagógica e a estrutura oferecida refletiam abertura à minha presença: professores consideravam minhas observações, seguranças conheciam minha rotina e a instituição estava preparada para acolher o trabalho. Essa receptividade gerou em mim uma sensação de pertencimento e segurança, que repercutiu diretamente no desenvolvimento de Miguel. Gradualmente, foi possível reduzir o suporte em determinadas situações, favorecendo sua autonomia,

sem perder o respaldo da equipe escolar. Experiências singulares marcaram esse percurso, como a adaptação de atividades de educação física para contemplar sua sensibilidade, permitindo sua participação nas dinâmicas coletivas de forma segura e prazerosa.

Foi nesse espaço que percebi, de fato, a importância do reconhecimento profissional, não apenas para quem acompanha, mas também para quem é acompanhado. O acolhimento da escola refletiu diretamente no comportamento de Miguel, que passou a demonstrar maior confiança e engajamento. Quando minhas sugestões eram ouvidas e implementadas, compreendia que o processo de inclusão não era responsabilidade individual, mas um esforço coletivo. Ainda assim, notei que, em eventos escolares, como festas e atividades mais dinâmicas, faltava um olhar inclusivo estruturado para contemplar sua singularidade. Essa vivência consolidou em mim a convicção de que a inclusão não se esgota em adaptações pontuais, exigindo planejamento contínuo e compromisso coletivo.

Ao revisitar essas vivências, compreendo que minha trajetória como acompanhante terapêutica foi marcada não apenas pela evolução de Lucas, Sofia e Miguel, mas também por um amadurecimento pessoal e profissional. Estar em diferentes escolas, com culturas institucionais tão diversas, ensinou-me que a inclusão é profundamente condicionada pelo ambiente: quando há acolhimento, suporte e abertura ao diálogo, a atuação do acompanhante ganha potência, e a criança encontra mais possibilidades de avanço. Em contrapartida, diante de resistência, invisibilização ou até rejeição, o trabalho torna-se um exercício solitário, exigindo resiliência e criatividade para sustentar o processo.

Cada experiência, com seus limites e conquistas, evidenciou que a prática do acompanhante terapêutico vai muito além do acompanhamento direto: envolve negociar, mediar e, sobretudo, acreditar no potencial da criança, mesmo quando o entorno não favorece seu desenvolvimento. O lugar do AT situa-se muitas vezes em uma zona de fronteira: não pertence integralmente ao campo pedagógico, tampouco ao clínico, mas transita entre ambos. Essa posição híbrida gera tensões, ao mesmo tempo em que abre caminhos para diálogos interdisciplinares.

Foi nesse espaço “entre” que percebi a necessidade de sustentar minha função com clareza, mesmo diante de incompreensões. A cada novo contexto, fui desafiada a

reafirmar meu papel, não apenas como apoio individual, mas como agente de inclusão, comprometida em garantir o direito da criança de aprender, conviver e se desenvolver. Nesse sentido, observa-se que a atuação do acompanhante terapêutico, situada em uma zona de fronteira entre clínica e escola, demanda constante afirmação de seu lugar para ser reconhecida como prática mediadora e inclusiva (Nascimento et al., 2015).

Assim, embora o acompanhante terapêutico possa ser invisibilizado, sua presença é fundamental para sustentar processos inclusivos em contextos ainda não preparados. O desafio consiste em transformar essa invisibilidade em voz, e essa voz em práticas que assegurem à criança um espaço legítimo na escola. Este relato autoetnográfico evidencia que a inclusão escolar de crianças com TEA não é uma tarefa simples nem uniforme, mas um processo em constante construção, que requer flexibilidade, paciência e articulação entre diferentes atores.

Compreendo, atualmente, que minha atuação não se limitou a um período de estágio, mas constituiu um processo de formação contínua. Cada escola, com suas possibilidades e contradições, deixou marcas em mim: ora evidenciando o quanto ainda é necessário avançar em termos de inclusão, ora revelando que pequenas mudanças podem transformar realidades inteiras. É nesse movimento entre frustrações e conquistas que encontro o sentido da prática do acompanhante terapêutico: estar presente, sustentar processos, criar pontes e, acima de tudo, acreditar no potencial de cada criança.

No relato de experiência, ao revisitar minha trajetória de forma pessoal e reflexiva, alinhando-me diretamente à metodologia da autoetnografia, integra-se a vivência pessoal ao processo de pesquisa. Como método participante, a autoetnografia permite lidar com “meus próprios impulsos, sentimentos e emoções em relação ao objeto/sujeito de pesquisa e sua própria cultura” (Cardoso & Oliveira, 2024). Dessa forma, minha narrativa configura-se como um espaço legítimo de reflexão e produção de conhecimento, no qual o percurso profissional é inseparável do amadurecimento humano e da capacidade de questionar-se e reinventar-se em contextos desafiadores.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Acompanhante Terapêutico (AT) escolar desempenha papel essencial na inclusão de crianças autistas, uma vez que sua atuação ultrapassa o apoio pedagógico,

contribuindo também para a mediação das relações sociais e emocionais no ambiente escolar. Ao oferecer suporte individualizado, o profissional propicia melhores condições de aprendizado, desenvolvimento da autonomia e participação nas atividades coletivas, favorecendo a construção de vínculos e a redução de barreiras que dificultam a inserção da criança.

Nesse sentido, a presença do AT fortalece não apenas a prática educativa, mas também o reconhecimento da alteridade e a promoção da justiça social aspectos fundamentais para que crianças autistas em diferentes contextos, inclusive aqueles marcados por vulnerabilidade social, não sucumbam ao desencantamento diante das exclusões cotidianas (Sena et al., 2024).

As dificuldades e a invisibilidade vivenciadas em escolas com recursos limitados, relatadas neste estudo, evidenciam que a justiça social na inclusão é uma luta diária. A resistência institucional e o desamparo sentidos ao ser tratado como um estranho ou, pior, negligenciado, demonstram a urgência de se avançar além das obrigações legais. A constância e a persistência, mesmo em meio às adversidades, tornam-se ferramentas de cuidado e de resistência, indicando que a inclusão verdadeira não depende apenas de recursos materiais, mas de uma postura ética e de um olhar atento às necessidades do outro, combatendo o “desencantamento” a cada pequeno avanço.

O lugar do AT situa-se muitas vezes em uma fronteira, não pertencendo integralmente ao campo pedagógico nem ao clínico. Essa posição híbrida, embora geradora de tensões e incertezas, revela-se também como um espaço fértil para a criação de diálogos interdisciplinares. É nesse lugar “entre” que o acompanhante é desafiado a sustentar sua função com clareza e firmeza, reafirmando seu papel não apenas como apoio individual, mas como agente de inclusão, comprometido em garantir o direito da criança de aprender, conviver e se desenvolver plenamente.

Minha posição de “fronteira” como acompanhante terapêutica, transitando entre os campos pedagógico e clínico, constitui elemento central deste relato. Em contextos acolhedores, onde o diálogo é valorizado e meu trabalho reconhecido, minha atuação ganha potência, favorecendo o desenvolvimento e a autonomia da criança. Essa experiência contrasta com situações em que precisei sustentar meu papel em espaços de resistência, exigindo coragem e clareza quanto aos objetivos da intervenção. A riqueza e a vulnerabilidade dessa prática residem justamente na capacidade de mediar

e criar pontes entre diferentes atores escola, família e clínica transformando a invisibilidade em voz, que assegura à criança o direito de participação e desenvolvimento pleno (Nascimento, 2015).

O debate sobre o papel do AT escolar na inclusão de crianças autistas articula-se diretamente com políticas públicas e discursos sociais sobre o autismo, uma vez que a maneira como a sociedade constrói e dissemina significados acerca do tema influencia práticas educativas e formas de inserção escolar. Nesse cenário, o AT atua como mediador fundamental, promovendo vínculos, enfrentando barreiras sociais e incentivando uma participação mais justa e equitativa. Entretanto, como destacam reflexões sobre políticas do autismo, essas práticas são atravessadas por disputas políticas, ativismos e concepções de infância, que podem tanto ampliar quanto restringir os caminhos da inclusão, evidenciando a necessidade de uma atuação crítica e sensível às singularidades (Sena, 2024).

Ao narrar minha vivência, torna-se evidente que a trajetória como acompanhante terapêutico transcende o cumprimento de uma função técnica. Cada experiência, seja marcada por desafios ou conquistas, contribuiu para um processo contínuo de formação, no qual amadurecimento pessoal e profissional se entrelaçam de maneira inseparável. A prática não se resume a um roteiro pré-definido, mas configura-se como exercício de negociação, mediação e, sobretudo, um ato de crença no potencial da criança, mesmo em contextos adversos.

Em síntese, o relato autoetnográfico da minha trajetória como acompanhante terapêutica evidencia que a inclusão escolar de crianças com TEA não é tarefa simples nem uniforme. Trata-se de um processo em constante construção, que exige flexibilidade, paciência e articulação ética entre diferentes atores. A presença do acompanhante terapêutico pode ser decisiva para garantir continuidade, adaptação e suporte ao desenvolvimento infantil. Ao compartilhar essas vivências, busca-se promover reflexão coletiva sobre a urgência de práticas educativas verdadeiramente inclusivas, nas quais cada criança tenha assegurado não apenas o direito de estar, mas, sobretudo, de participar e se desenvolver plenamente.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5-TR: Texto Revisado.** Artmed, 2023.

ANDERY, M. A. P. A. Métodos de pesquisa em análise do comportamento. **Psicologia USP***, 21*(2), 313-342, 2010.

BATISTA, A. L.; FLOR, T. C.; WAGNER, R. Saberes e práticas do acompanhamento terapêutico com crianças: uma revisão bibliográfica. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 23, n. 1, p. 55–62, 2017.

BERNIER. A. R, DAWSON. G; NIGG.J.T. **O QUE A CIÊNCIA NOS DIZ SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA:** FAZENDO AS ESCOLHAS CERTAS PARA O SEU FILHO. PORTO ALEGRE, ARTMED, 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.216**, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2001.

BRASIL. **LEI Nº 12.764**, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012. INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, BRASÍLIA, DF, 28 DEZ. 2012.

CAMARGO, A.P.L., ALVES, C.A.P., CARMINATE, J.G., CHAVES, J.X., GALVÃO, K.L., SILVA, L.S., PRATES, S.E., SOUZA, M.N., SCHEMES, C.A.G.S., & SOUZA, G.M. (2024). Os desafios da inclusão de crianças com autismo no contexto educacional. **Revista Jurídica do Nordeste Mineiro,** 11(1). https://doi.org/10.61164/rjnm.v11i1.2913 Acesso em: 17 ago. 2025.

CARDOSO, M.S., & OLIVEIRA, A.M. (2024)**.** Escrevivência, lugar de fala e autoetnografia: a importância das pesquisas antirracistas. **Percursos: Revista de Ciências Humanas**, 8(1). https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/24370/17176. Acesso em 17 ago 2025.

LEMOS, E.L.M.D, NUNES, L.L, & SALOMÃO, N.M.R. (2020). TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E INTERAÇÕES ESCOLARES: SALA DE AULA E PÁTIO**. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL,** 26(1), 69–84.2020. HTTPS://DOI.ORG/10.1590/S1413-65382620000100005 ACESSO EM 17 AGO 2025.

MOREIRA, A; SILVA, E; OLIVEIRA, J. O papel do Acompanhante Terapêutico (AT) dentro do ambiente escolar e seu suporte especializado: Apontamentos bibliográficos. **Research, Society and Development,** v. 12, n.14, 2023**.** https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000100004 Acesso em 17 ago 2025.

NASCIMENTO, L.S. **O acompanhamento terapêutico escolar no processo de inclusão de estudantes com deficiência.** Universidade Federal da Bahia, 2015. Recuperado de https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19009

NASCIMENTO, Verônica Gomes; TEIXEIRA, Adrielle de Matos Borges; SPADA, Aline de Almeida Santos; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. Acompanhamento Terapêutico Escolar: uma atuação caracterizada pelo “entre”. **Estilos da Clínica**, v.

24, n. 3, p. 445–457, 2019. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v24i3p445-457 Acesso em 30 ago 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11):** Guia de Referência. Genebra: OMS, 2022. Disponível em: https://icd.who.int/pt Acesso em: 17 ago. 2025.

RISSATO, Heloise. A importância de um acompanhante terapêutico para o desenvolvimento da criança com autismo. **Revista de Educação e Cultura**, 2023. Disponível em: https://genialcare.com.br/blog/acompanhante-terapeutico-tea/. Acesso em: 18 set. 2024.

ROCHA, V. C. (2023) **Autoetnografia: um caminho metodológico para a compreensão da prática do acompanhante terapêutico escolar**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) Faculdade Pitágoras de Teixeira de Freitas, Teixeira de Freitas, 2023.

SCAMATI, V., CANTORANI, J. R. H., & PICININ, C. T. (2025). Os desafios na aprendizagem de indivíduos com transtorno do espectro autista (TEA): uma revisão. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 33(126), 205–224, 2025. https://doi.org/10.1590/S0104-40362025003304453. Acesso em 24 ago 2025.

SENA, I. J.; LIMA, C. R. S.; PERDIZ, M. I. S.; SILVA, C. E.; SANTOS, J. F. M. (2024) Desafios do autismo em um coletivo de famílias em vulnerabilidade social: uma aposta na palavra a partir da psicanálise. **PLURAL – Revista de Psicologia UNESP** *Bauru*, v. 4, e024p24. Acesso em: 24 de agosto. 2025.

SENA, I.J. Políticas do autismo: uma trama complexa de disputas, políticas públicas e práticas discursivas. **PLURAL - Revista de Psicologia UNESP** Bauru, 2024. *[S. l.]*, v. 3, p. e02400r, 2024. DOI: 10.59099/prpub.2024.54. Disponível em: https://revistaplural.emnuvens.com.br/prp/article/view/54. Acesso em: 24 ago. 2025.

REFLEXÕES SOBRE A AQUISIÇÃO DAS HABILIDADES DO PENSAMENTO LÓGICO PARA EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM ESTUDO DO RECURSO ‘CAIXA COM CAIXAS’

Elisângela Aparecida Carvalho Cardoso[1]

Matheus Wisdom Pedro de Jesus[2]

RESUMO

Este relato apresenta uma proposta de atividade intitulada *Caixa com Caixas*, desenvolvida para alunos com Deficiência Intelectual (DI) de uma turma de Letramento de um determinado Centro de Atendimento Educacional Especializado em Salvador, inicialmente no ano de 2014 e que vem sendo aplicada e desenvolvida até a presente data desta publicação com significativos aprimoramentos mediante a escuta dos discentes envolvidos em outros espaços que atendem crianças e jovens público-alvo da educação especial. A atividade tem como objetivo estimular habilidades para aquisição das habilidades próprias do desenvolvimento do pensamento matemático, a saber, do raciocínio lógico, noções básicas de matemáticas, como contagem, classificação, comparação, correspondência, bem como: atenção, percepção visual, concentração, levantamento de hipóteses e resolução de problemas por meio da manipulação concreta de materiais. Com base na abordagem do ensino estruturado e na valorização do potencial dos estudantes com deficiência intelectual, a proposta demonstrou resultados positivos no desenvolvimento da atenção, concentração, raciocínio lógico e socialização dos participantes.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Atendimento Educacional Especializado. Estratégias de ensino. Matemática.

1. INTRODUÇÃO

Pensar a inclusão educacional de pessoas com deficiência intelectual é uma demanda que urge na contemporaneidade. Segundo Jesus (2022), o processo que envolve a inclusão de discentes com deficiência é muito mais do que vem sendo realizado no quesito dos avanços legais, mas permeia-se pela ética, responsabilidade social e respeito mútuo o que, certamente, direciona a pensar qual o papel da voz desses indivíduos na construção de um currículo educacional que contemple as suas especificidades.

[1]Psicopedagoga, Analista do Comportamento, Especialista em Educação Especial, Deficiência Intelectual e Múltiplas e Atendimento Educacional Especializado. Pedagoga e Licenciada em Letras com Espanhol. Professora do Atendimento Educacional Especializado da APAE Salvador. E-mail: profaelyscardoso@gmail.com.

[2]Doutorando em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL), Mestre em Educação e Contemporaneidade (UNEB), Pedagogo e Licenciado em Letras com Inglês. Professor da Rede Municipal de Salvador. E-mail: matheuswisdom.jesus@ucsal.edu.br.

O referente artigo tem como objetivo refletir sobre os suportes necessários na aquisição das habilidades do pensamento lógico-matemático para educandos com deficiência intelectual. Para tanto utilizou-se como método em ciências sociais o estudo de caso proposto por Yin (2001). Para o referido autor,

> [...] o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores (YIN, 2001, p. 21).

A partir desta premissa, este estudo nasce de uma inquietação em dado centro especializado da capital soteropolitana que atende pessoas com deficiência intelectual e múltipla de todas as idades e que, por conseguinte, contempla todas as etapas da educação básica perpassando da educação infantil até o ensino superior. Entretanto, o estudo de caso descrito foi vivenciado com turmas de adolescentes com deficiência intelectual tendo como foco primário o estímulo das capacidades de planejamento e fomento das funções cognitivas e executivas dos mesmos.

Observando-se as dificuldades de aprendizagem em matemática apresentadas por alunos com Deficiência Intelectual em uma turma de Letramento do centro especializado em questão, foram planejadas e aplicadas atividades estratégicas com o objetivo de facilitar a construção do pensamento lógico e do conhecimento matemático de forma significativa.

As propostas buscavam desenvolver competências relacionadas a resolução de problemas simples, concentração, atenção, percepção visual, elaboração de estratégias e levantamento de hipóteses, utilizando recursos manipuláveis concretos de baixo custo e acessíveis, nesse caso, o Jogo intitulado de *Caixa com Caixas*.

Os resultados, observados cotidianamente à medida que o recurso pedagógico se delineava gradativamente nas salas de atendimento, mostram com nitidez a eficácia do jogo como facilitador do estímulo das habilidades matemáticas que, futuramente, são acessadas como mediadoras de novos conhecimentos a partir dos prévios.

2 A CONSTRUÇÃO DO RACIOCÍNIO LÓGICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A construção do raciocínio lógico é um dos pilares fundamentais para a aprendizagem da matemática e para o desenvolvimento cognitivo de qualquer

indivíduo. No caso da pessoa com Deficiência Intelectual (DI), esse processo se dá de forma mais lenta, exigindo metodologias diferenciadas, recursos concretos e intervenções pedagógicas intencionais que promovam a mediação entre o sujeito e o conhecimento.

O desenvolvimento do raciocínio lógico em estudantes com deficiência intelectual deve ser entendido como um processo contínuo e possível, desde que sejam oferecidas mediações pedagógicas intencionais, recursos acessíveis e atividades concretas que estimulem a resolução de problemas.

Segundo a definição da Associação Americana sobre Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento (AAIDD, 2013, p.1), a DI é caracterizada por “limitações significativas tanto no funcionamento intelectual como no comportamento adaptativo, que abrange muitas habilidades sociais e práticas cotidianas”. Essas limitações não impedem o desenvolvimento das funções cognitivas, mas demandam estratégias pedagógicas que valorizem as potencialidades do aluno e proporcionem experiências de aprendizagem significativas.

Autores clássicos como Piaget (1976) enfatizam que o raciocínio lógico-matemático se constrói a partir da ação do sujeito sobre o objeto, em um processo contínuo de assimilação e acomodação. Para alunos com deficiência intelectual, essa construção requer maior tempo de exposição, atividades manipulativas e situações que favoreçam a reorganização interna do pensamento. Nesse sentido, a utilização de materiais concretos e dinâmicos, como destaca Lorenzato (2006), é essencial, pois possibilita que o educando participe ativamente da construção do conhecimento, manipulando, comparando, classificando e estabelecendo relações.

Vygotsky (1998), por sua vez, contribui com a noção de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), ressaltando que o aprendizado do aluno se dá no espaço entre aquilo que ele consegue realizar sozinho e aquilo que consegue realizar com a ajuda de um mediador. Assim, a construção do raciocínio lógico em pessoas com DI precisa ser estimulada por meio de mediações pedagógicas planejadas, que ofereçam suporte, mas também desafios graduais que incentivem o desenvolvimento das capacidades cognitivas.

De acordo com Fonseca (2015), “a construção do raciocínio lógico em pessoas com deficiência intelectual não deve ser vista como uma impossibilidade, mas como um

processo que exige adaptações metodológicas, paciência e recursos diversificados" (p. 89). Portanto, práticas que envolvem o uso de jogos, atividades lúdicas, resolução de problemas simples e manipulação de objetos favorecem o desenvolvimento de competências como classificação, comparação, sequenciação, correspondência e contagem, que são habilidades basilares para a alfabetização matemática.

O raciocínio lógico, quando estimulado de maneira concreta, sistemática e com manipulativos diversificados, contribui não apenas para a aprendizagem de conteúdos matemáticos, mas também para o fortalecimento da autonomia, da atenção, da memória de trabalho e da capacidade de resolução de problemas.

Desse modo, compreender a especificidade do aluno com deficiência intelectual e adotar estratégias adequadas é condição fundamental para possibilitar uma aprendizagem significativa e inclusiva.

3 A CAIXA COM CAIXAS

A *Caixa com Caixas* foi criada e pensada nas possibilidades de aquisição do pensamento lógico, tão necessário para a aquisição das habilidades e conceitos matemáticos. Trata-se de um recurso de baixo custo, como sugerido por Sérgio Lorenzato (2006), mas com grande potencial de engajamento pelos educandos, e que vai além das habilidades matemáticas, tais como, estimulação das funções executivas, controle inibitório, regras, dentre outras.

Lorenzato (2006) utiliza o termo **Material Manipulável (MM)** para se referir aos materiais didáticos, material concreto, compreendendo-os como instrumentos fundamentais no processo de ensino e aprendizagem, sobretudo no que diz respeito à construção ativa do conhecimento por parte do educando. O autor propõe uma classificação desses materiais em dois grupos distintos, conforme suas características estruturais e funcionais:

Material manipulável estático: refere-se àqueles materiais concretos cuja estrutura física permanece inalterada durante a manipulação. Embora não permitam modificações em sua forma, esses materiais possibilitam ao aluno explorá-los por meio da observação e do manuseio, favorecendo a identificação e a análise de suas propriedades e relações matemáticas (Lorenzato, 2006).

Material manipulável dinâmico: diferentemente do grupo anterior, este tipo de material concreto permite a transformação de sua estrutura física à medida que é manipulado pelo estudante. Essa característica oferece ao educando a oportunidade de reconstruir, reorganizar e reinterpretar conceitos, promovendo a descoberta ativa de propriedades, a consolidação de aprendizagens e a reflexão crítica sobre o processo e os resultados obtidos (Lorenzato, 2006).

Corroborando com o autor, a *Caixa com Caixas* é uma atividade que proponho para ser desenvolvida tanto em Sala de Recursos Multifuncionais, no Atendimento Educacional Especializado ou em sala regular para alunos com ou sem deficiência, por se tratar de um manipulativo dinâmico e de baixo custo; também pode ser explorada em atendimentos individualizados ou em grupos, com as diversas faixas etárias, devido ao seu dinamismo e alcance.



Figura 1 – Escuta dos estudantes para elaboração do recurso
Fonte: arquivo pessoal dos autores

O principal objetivo desta atividade é desafiar os alunos a organizar e encaixar adequadamente caixas menores dentro de uma caixa maior, de modo que não reste qualquer espaço vazio entre elas ao final do processo. Trata-se de uma proposta que vai além de uma simples tarefa manipulativa, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas fundamentais por meio de uma abordagem lúdica e concreta.

A atividade estimula, de forma integrada, o raciocínio lógico, a concentração, a percepção visual e espacial, bem como a atenção sustentada. Além disso, contribui

significativamente para o fortalecimento de noções matemáticas básicas, como a compreensão de formas geométricas, a relação entre tamanho e proporção, o reconhecimento de padrões, a contagem, a realização de pequenos cálculos e a resolução de problemas. Também são trabalhadas competências como a classificação, comparação, correspondência e sequenciação de objetos, habilidades estas essenciais nos processos iniciais de alfabetização matemática.

Ao final da tarefa, os alunos são incentivados a refletir sobre a estratégia utilizada, a verificar se houve sobra de caixas e a quantificar aquelas efetivamente utilizadas, promovendo, assim, a metacognição e o pensamento crítico. A proposta, portanto, integra elementos de manipulação concreta com objetivos pedagógicos claros, promovendo uma aprendizagem significativa e multidimensional.

Material:

1 caixa grande de papelão (preferencialmente caixa de produtos congelados facilmente encontradas em supermercados comuns). Caixas menores de tamanhos, cores e formas diversas (exceto caixa de medicamentos), tendo como opção primária caixas utilizadas no cotidiano: creme dental, leite, perfume, sabonete e de produtos de estética.



Figura 2 – Escolha das caixas que farão parte do recurso

Fonte: arquivo pessoal dos autores

Consignas:

1º - Encaixar as caixas menores dentro da caixa maior, sem sobrar nenhum espaço vazio.



Figura 3 – Caixa com Caixas

Fonte: arquivo pessoal dos autores

2º - Todas as caixas deitadas e com os nomes virados para cima.



Figura 4 – Caixa com Caixas

Fonte: arquivo pessoal dos autores



Figura 5 – Caixa com Caixas

Fonte: arquivo pessoal dos autores

3º - Virar para saber se caíram, se caírem, iniciar o jogo novamente até não cair.



Figura 6 – Caixa com Caixas

Fonte: arquivo pessoal dos autores

A atividade em questão já foi aplicada e testada em contextos diversos, contemplando públicos de diferentes faixas etárias, incluindo adultos, adolescentes e crianças. Em todas as situações, os participantes demonstraram alto grau de envolvimento e engajamento, sendo os retornos obtidos, por meio de observações qualitativas e relatos espontâneos, amplamente positivos.

A proposta caracteriza-se por sua natureza dinâmica e interativa, exigindo a participação ativa de todos os envolvidos, o que favorece significativamente o

desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Entre os principais benefícios observados, destacam-se a promoção da socialização, o estímulo à cooperação e ao trabalho em grupo, bem como a melhora na capacidade de concentração e foco atencional. Tais aspectos são fundamentais no contexto educacional e formativo, uma vez que contribuem para o fortalecimento de competências interpessoais e cognitivas, promovendo uma experiência de aprendizagem mais significativa e integradora.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do raciocínio lógico em pessoas com deficiência intelectual é um processo possível, desde que sejam adotadas estratégias pedagógicas intencionais, adaptadas às necessidades específicas e potencialidades de cada aluno. O desenvolvimento cognitivo não deve ser limitado pelas dificuldades intelectuais, mas compreendido como um percurso que exige mediação, intencionalidade e recursos concretos que promovam a participação ativa do estudante com o objeto de aprendizagem.

A proposta da atividade “Caixa com Caixas” mostrou-se eficaz como recurso pedagógico no desenvolvimento do raciocínio lógico em alunos com Deficiência Intelectual. A manipulação concreta de materiais, aliada a atividades diversificadas e estruturadas, favoreceu a aquisição de habilidades matemáticas básicas, como classificação, correspondência, comparação, sequenciação, inclusão, formas, tamanhos, contagem, maior/menor, relação figura-fundo, organização espacial, bem como competências cognitivas e socioemocionais, como atenção, concentração, percepção visual e resolução de problemas.

Apesar das dificuldades iniciais apresentadas pelos educandos em compreender a estrutura do jogo “Caixa com Caixas”, observou-se, durante o processo, a importância do professor como mediador do conhecimento, aquele que oportuniza reflexões, incentiva e respeita o tempo de resposta de cada aluno. Quando as dificuldades eram resolvidas em grupo, a satisfação de cada educando diante da resolução da problemática era perceptível e de grande impacto, pois todos se sentiam capazes e motivados a realizar a atividade novamente, elaborando, aos poucos, suas próprias estratégias a partir do levantamento de hipóteses construídas pelo grupo. Fica evidente, também, a importância dos manipulativos de baixo custo ou custo zero como aliados

na superação de desafios e na conquista de conhecimentos concretos e abstratos, essenciais para a construção de habilidades matemáticas.

Os resultados observados reforçam a necessidade de estratégias pedagógicas adaptadas às especificidades dos alunos com DI, evidenciando que o raciocínio lógico pode ser desenvolvido de forma significativa quando o ensino é mediado por recursos acessíveis, concretos e motivadores. A atividade também permitiu que os estudantes experimentassem situações de sucesso, promovendo autoconfiança, autonomia e engajamento na aprendizagem.

Reconhecer a especificidade de cada estudante e aplicar metodologias diferenciadas não apenas fortalece o raciocínio lógico, mas também contribui para a inclusão educativa e para a valorização das potencialidades da pessoa com deficiência intelectual. A prática pedagógica deve ser orientada para experiências significativas, que promovam tanto a aprendizagem quanto o desenvolvimento integral do indivíduo.

Portanto, o uso de recursos manipuláveis, de baixo custo e dinamicamente estruturados, como o “Caixa com Caixas”, constitui uma prática pedagógica inclusiva e eficiente, que potencializa o desenvolvimento cognitivo, a aprendizagem matemática e as habilidades sociais de educandos com Deficiência Intelectual. Experiências como esta demonstram que, com planejamento, criatividade e mediação adequada, é possível promover aprendizagens significativas e estimular o pensamento lógico, contribuindo para a formação integral do aluno.

REFERÊNCIAS

AAIDD. **Definição de Deficiência Intelectual**. Washington, 2013.

FONSECA, Vitor da. **Psicopedagogia da Educação Especial**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

JESUS, Matheus Wisdom Pedro de. **Inclusão socioeducacional de educandos com deficiência intelectual: percepções de mães da APAE Salvador**. 165f. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia: Salvador, 2022.

LORENZATO, Sergio. **Para aprender matemática**. 3. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2010.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

EIXO 2

ESPERANÇA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

A INTIMIDAÇÃO SISTEMÁTICA POR PROFESSOR SOBRE OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A SUA POSSÍVEL RESPONSABILIZAÇÃO POR ABUSO DE DIREITO DECORRENTE DE BULLYING

Tatyana Hughes Guerreiro Costa[1]

RESUMO

O Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança em 24 de setembro de 1990, tendo a incorporado ao ordenamento jurídico por meio do Decreto nº 99.710/1990. Nesse mesmo ano entrou em vigor a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (o Estatuto da Criança e do Adolescente). Ademais, a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, estabelecendo deveres dos docentes. O objetivo desse estudo se volta a verificar a possível violação de direitos de crianças e adolescentes do ensino fundamental II que são intimidados por docente em sala de aula. Do ponto de vista metodológico, o presente trabalho possui natureza bibliográfica e abordagem qualitativa. Como resultado, constatou-se que tal prática viola direitos da criança e do adolescente e o princípio da dignidade da pessoa humana, bem como a possibilidade de responsabilização civil do professor por abuso de direito.

Palavras-chave: Abuso de Direito. Bullying. Intimidação Sistemática. Responsabilidade civil

1 INTRODUÇÃO

As crianças e adolescentes do Ensino Fundamental II passam a maior parte do tempo na escola e em casa. A escola também é um dos principais meios em que a criança e adolescente interage com outras pessoas. Nas turmas do 8º e 9º ano fundamental, em regra, estão matriculados estudantes na faixa etária entre 12 e 18 anos, que são sujeitos de direito amparados pela Convenção sobre Direitos das Crianças (CDC) e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Logo, a abordagem e as admoestações devem ser condizentes com essa faixa etária.

Diante de tal perspectiva, o presente estudo objetiva verificar se práticas de intimidação (a exemplo de anotação em nome no caderninho, para posterior punição de fazer prova sozinho; não deixar entrar na sala de aula, caso o professor já tenha entrado na sala e colocar para fora por motivo de indisciplina não grave) são compatíveis com os instrumentos normativos de proteção da criança e do adolescente.

[1] Mestranda em Direito pela Universidade Católica do Salvador (PPGD/UCSAL). E-mail: cg.ht2010@hotmail.com. Correspondência: Programa de pós-graduação em Direito/UCSAL.

Como percurso metodológico, o artigo é iniciado com um breve histórico da proteção à criança. Em seguida, breves considerações sobre os direitos humanos e o princípio da dignidade da pessoa humana. O próximo tópico trata da intimidação sistemática como prática de Bullying praticada por professor sobre os alunos. A seguir, o artigo cuida da intimidação sistemática como violadora de direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Por fim, antes das considerações finais, investiga a possibilidade da responsabilização civil por abuso de direito.

2 BREVE HISTÓRICO DA PROTEÇÃO À CRIANÇA

A Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC). Esta convenção foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989 e ratificada pelo Brasil por meio do Decreto 99.710/1990. Nesse mesmo ano também foi promulgada a Lei 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A CDC utiliza do termo “infantil” para conceituar as pessoas menores de 18 anos de idade. Essa Convenção é o principal marco que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Internamente, a CF/88 é o principal marco jurídico.

Tanto a Convenção sobre Direitos das Crianças (CDC) quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) adotam o critério biológico para identificar a criança. Segundo o CDC, criança é toda pessoa baixo de 18 anos; para o ECA, a criança é a pessoa com até 12 anos incompletos, e os adolescentes as pessoas entre 12 a 18 anos incompletos. Consoante (Oliveira, p. 63), é a lógica da Psicologia do Desenvolvimento que estrutura a definição de desenvolvimento infantil, em que o processo de maturação biopsicossocial é desenvolvido por meio de etapas temporais, ressaltando que não há isolamento desses períodos. Dessa forma, cada período temporal de vida tem uma série de características físicas, emocionais, sociais e intelectuais.

O ECA adotou a Doutrina da Proteção Integral (DPI) que estabelece que “toda criança e adolescente são merecedores de direitos próprios e especiais que, em razão de sua condição específica de pessoas em desenvolvimento, estão a necessitar de uma proteção especializada, diferenciada e integral” (Veronese, 2013, p. 49). Esses direitos devem também ser observados no ambiente escolar. Assim, a criança em sala de aula não pode ser tratada de forma que viole a sua condição de pessoa em desenvolvimento

e de seus direitos. Assim, a intimidação sistemática do professor sobre seus alunos é uma prática de bullying e viola os direitos dessas pessoas em desenvolvimento.

3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DIREITOS HUMANOS E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

A Carta Internacional de Direitos Humanos, elaborada pelas Nações Unidas em 1945, alcança todas as pessoas, independentemente de idade, raça, sexo, cor e religião. Esses direitos visam a não só defender, mas também garantir a dignidade da pessoa humana. E essa dignidade é prevista pela CF/88 (artigo 1º, III) como um dos seus fundamentos da República Federativa do Brasil. Assim, a partir da Magna Carta, todo o ordenamento jurídico é centrado na pessoa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 15, estabelece que "[...] a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis" (Brasil, 1990).

Ademais, a CF/88, no seu artigo 227, prevê o princípio da proteção integral do direito da criança e do adolescente, apresentando um rol exemplificativo de direitos e garantias fundamentais das crianças e dos adolescentes. Esse texto é repetido no artigo 4º do ECA que preceitua:

> Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Entre os direitos, levando em consideração o objetivo deste artigo, destacam-se o direito à educação, à dignidade e ao respeito, inclusive no ambiente escolar. E Como sujeitos de direitos, crianças e adolescentes têm garantidos, em tese, todos os direitos fundamentais previstos na CF/88 e no ECA. Logo, a intimidação sistemática de alunos ("bullying") pelos professores sobre seus alunos nas salas de aula devem ser abandonadas, ainda que seja sob o pretexto de controle de comportamento nesse ambiente.

4 A INTIMIDAÇÃO SISTEMÁTICA COMO PRÁTICA DE BULLYING PRATICADA

POR PROFESSOR SOBRE OS ALUNOS

A violência pode ser visível e invisível. Conforme Costa (2024), a invisível consiste em uma forma de agressão menos evidente. Por esta razão, acaba sendo naturalizada. No ambiente escolar, a violência invisível pode ser observada por meio da intimidação sistemática ou bullying. Embora essa intimidação ocorra principalmente entre os alunos, pode ocorrer também de professores sobre os alunos.

No Brasil, o Massacre de Realengo, ocorrido em uma escola no Rio de Janeiro, ensejou a promulgação da Lei 13.185/2015 que traz uma abordagem jurídica do bullying e um Programa de Combate a Intimidação Sistemática. Ademais, foi acrescido o artigo 12, inciso IX à Lei de Diretrizes e bases da educação nacional que estabelece como incumbência das instituições escolares a promoção de conscientização, prevenção e combate de todos os tipos de violência na escola, especialmente o bullying. Consoante (Costa,2024, p. 49), o debate acerca do bullying cometido pelos docentes sobre seus alunos é exíguo ou mesmo inexistente, embora seja uma realidade nas escolas. Essa intimidação sistemática é considerada como abuso de poder.

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2014) conceitua violência interpessoal:

> Esse relatório aborda a violência interpessoal – aquela que ocorre entre membros de uma família, parceiros íntimos, amigos, conhecidos e estranhos -, que inclui maus-tratos à criança, violência infantil, violência praticada por parceiro íntimo, violência sexual e abuso de idosos. A violência interpessoal é um fator de risco para problemas sociais e de saúde que podem durar por toda a vida.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a violência escolar como toda ação ou omissão que cause ou vise causar dano à escola, à comunidade escolar ou a algum de seus membros, que ocorram no ambiente de ensino ou que não sejam relacionadas às atividades escolares em sei (Brasil, 2023).

Há três tipos de violência escolar: violência à escola, violência da escola e violência na escola. A primeira seria a cometida contra a instituição e seus representantes; a segunda contra quem a constitui, incluindo profissionais da educação e discentes; e violência na escola como aquela produzida no seu cotidiano por e entre os profissionais que a compõem. Tudo isso de acordo com (Costa, 2024, p. 51). O bullying (intimidação sistemática) está inserido na violência na escola ou violência da escola. Além disso, a intimidação sistemática é um bullying indireto, porquanto a violência é mais sutil e incide no âmbito psicológico.

A criança e o adolescente passam a maior parte do seu tempo em casa ou na escola. É no ambiente escolar que principalmente interage em sociedade. Segundo Batista e Weber (2012, *apud* Batista; Weber, 2015, p. 17):

> Sendo que a escola é um dos principais meios sociais em que a criança está inserida, discute-se e estuda-se cada vez mais algumas dificuldades enfrentadas nesse meio, dentre elas, o fato do professor não saber lidar adequadamente com questões relacionadas a problemas de comportamento de alunos.

Assim, a escola que ocupa um papel social relevante deveria ser um espaço seguro para crianças e adolescentes. Contudo, conforme dados do Disque 100, a plataforma da Ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), em 2024, foram computadas 88.353 de violações, entre elas constrangimento e bullying, inclusive praticadas por profissionais da educação.

5 A INTIMIDAÇÃO SISTEMÁTICA PELO PROFESSOR COMO PRÁTICA VIOLADORA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Professores, diretores escolares, coordenadores pedagógicos, supervisores escolares, orientadores educacionais, administradores escolares e demais servidores públicos que exerçam atividade administrativa na escola são profissionais da educação (Brasil, 1996).

Os professores estão entre os profissionais que mais praticam bullying:

> Os professores estão entre os profissionais da educação que mais frequentemente promovem bullying com alunos, principalmente quando estão nas salas de aula na presença de outros alunos. Adolescente, ou seja, estudantes entre 12 e 18 anos, são predominantemente os maiores alvos (Costa, 2024, p.52, *apud* Gusfre; Stoen; Fandrem, 2023)

Ademais, os alunos vítimas de bullying por profissionais da educação geralmente não denunciam, seja porque desconhecem o Disque 100, seja:

> Normalmente os alunos vítimas de bullying por profissionais da educação não os denuncia, seja por medo ou vergonha, há inexistência nas escolas de locais de denúncia anônima, a falta de acolhimento nas escolas, a ausência de confiança nos demais profissionais, entre outras causas. (Costa, 2024, p.52, *apud* Gusfre; Stoen; Fandrem, 2023)

Ao praticarem bullying sobre seus alunos, os professores violam o princípio da Dignidade da Pessoa Humana e direitos fundamentais de crianças e adolescentes, que são sujeitos de direitos. Ademais, cometem abuso de direito, pois exerce autoridade na

sala de aula. Logo, o bullying praticado pelo professor sobre seus alunos precisa ser analisado à luz do ordenamento jurídico, em especial no âmbito da responsabilidade civil.

6. A POSSÍVEL RESPONSABILIZAÇÃO DO PROFESSOR POR ABUSO DO DIREITO EM DECORRÊNCIA DE BULLYING

Segundo (Pires, 2014, p.47), a responsabilidade civil é a maneira pela qual o fato lesivo é tratado, sendo prescindível que decorra de um ato em que ocorreu o fator culpa, seja este presumida ou ignorada. Ademais, que a responsabilidade civil tem duas naturezas: em primeiro lugar, ela é a consequência do fato lesivo, ou seja, a aplicação de uma sanção. Em segundo, como disciplina do Direito Civil, intitulada Teoria Geral da Responsabilidade Civil, tem por objeto os elementos afetos à responsabilidade civil.

A responsabilidade civil não se confunde com a responsabilidade moral. Todavia, como ambas dirigem a conduta humana e são inspiradas em valores éticos (Pires, 2014). Essa passagem entre a moral e o Direito pode também ser observada na responsabilidade civil, consoante a autora. Na responsabilidade civil a sanção é através do patrimônio. E a transferência da responsabilidade sobre o patrimônio ao invés da pessoa é um dos marcos históricos dessa responsabilidade no âmbito civil, segundo a mesma autora.

No que concerne aos pressupostos da responsabilidade civil, para (Pires,2014) a culpa integra o ilícito civil no entendimento comum, e o ato ilícito em sentido estrito é uma infração direta e imediata a norma jurídica, acrescido da consciência do sujeito que procedeu de forma ilícita. No Código Civil de 2002, há previsão do ato ilícito que depende de comprovação de culpa (artigo 186) e cuja culpa é presumida (artigo 187).

Segundo (Pires, 2014), para Judith Martins-costa, há diferença entre ilícito civil e culpa. O ilícito civil como violação do ordenamento jurídico, e a culpa como violação de dever jurídico que o agente podia e devia observar, a fim de evitar a postulação de culpa para aplicar o artigo 187 do CC (Brasil, 2002), já que a culpa não está aí.

De forma muito didática, (Pires,2014, p.69) expõe modalidades de responsabilidade civil previstas no Código Civil de 2002, entre elas, destacam-se nesta oportunidade: o ato ilícito próprio com a necessidade de comprovação de culpa – artigo 186 e o ato ilícito próprio com culpa presumida – artigo 187 (abuso do direito).

O artigo 187 do Código Civil assim prescreve: “Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”.

Como adverte (Pires, 2014, p. 110), não se deve constituir o abuso de direito, instituto de Direito Privado, com o desvio de poder, que é estudado no Direito Público. Contudo, ambas as expressões especificam o princípio geral da relatividade de direito.

Assim, para o autor, “o abuso do direito refere-se ao exercício de um direito inicialmente resguardado por lei, mas que, por exceder os limites que se fazem necessários socialmente, transmuda-se em um ilícito”. Com isso, abusivo é o exercício do direito, e não o direito em si.

Outro conceito importante é o de situação jurídica, em que direitos e deveres devem ser considerados conjuntamente. O abuso de direito se posiciona em uma situação jurídica em que fora quebrado o equilíbrio. Tudo isso, conforme Pires (2014).

O autor destaca, ainda, que:

> Especificamente em relação ao art. 187 do atual Código Civil brasileiro, tem-se a previsão de uma cláusula geral, ou seja, para a sua verificação, o magistrado será reenviado a instâncias valorativas como o fim econômico ou social, a boa-fé e os bons costumes. E como solução será apreciada a gravidade do abuso e do dano provocado à outra parte, o que certamente variará perante o caso concreto (2014, p. 115):

Assim, no abuso do direito, a conduta não está claramente tipificada, devendo o magistrado valorar cada situação. É a natureza dos limites que diferencia os atos ilícitos previstos nos artigos 186 e 187 do Código Civil. Os limites da conduta do ilícito do art. 186 estão previstas de forma explícita no preceito normativo. Já para a limitação da conduta no abuso de direito, é necessário avaliar valores e elementos que não estão explícitos. Ademais, além de violar um dever legal, o abuso de direito também viola um dever moral.

No âmbito escolar, é possível verificar o abuso de direito quando o professor pratica intimidação sistemática sobre seus alunos. A situação jurídica entre professor e alunos é hierarquizada, mas isso não dá a ele a permissão de se exceder, mormente, com alunos do Fundamental II que, em regra, crianças e adolescentes, pessoas em desenvolvimento, que estão em um estágio biológico específico. Ademais, eles não só são sujeitos de direitos fundamentais, mas também são protegidos pelo princípio da dignidade da pessoa humana.

Assim, o professor que pratica intimidação sistemática contra crianças e adolescentes pode ser responsabilizado civilmente por abuso de direito sobre seus alunos na sala de aula. A valoração do abuso deverá ser feita pelo magistrado de acordo com o caso concreto.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de bullying por professores sobre seus alunos por meio de intimidação sistemática é uma realidade no âmbito escolar, inclusive contra crianças e adolescentes no ensino fundamental II. Assim, a escola que deveria ser um espaço seguro para esses sujeitos de direito passa a ser um lugar em que há violações de direitos fundamentais e do princípio da dignidade da pessoa humana.

O professor, ao praticar abuso de direito por meio de intimidação sistemática, na sua interação com os alunos em sala de aula, precisa ser responsabilizado, a fim de que se restabeleça o equilíbrio dessa situação jurídica. Dessa forma, o mestre que está numa relação de hierarquia em relação aos discentes deve ser o primeiro a respeitar as crianças e adolescentes, pessoas em estágio biológico específico.

Crianças e adolescentes são sujeitos de direitos protegidos por normas nacionais e internacional; e a violação dessas normas no âmbito escolar deve receber a reprimenda necessária, inclusive judicial, para que a escola seja um espaço seguro. Ademais, porque o bullying causas consequências, essas intimidações sistemáticas devem ser abolidas dessa relação, a fim de que os alunos tenham ambiente escolar sadio. Assim, a escola livre de bullying e que respeita os direitos fundamentais de crianças e adolescentes contribuirá para que o ato de educar seja um ato de esperança.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Ana Priscila; WEBER, Lídia. **Professores e estilos de liderança: manual para identifica-los e modelo teórico para compreendê-los**. Curitiba: Juruá, 2015.

BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso: 16 set. 2025.

BRASIL. Lei 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (“Bullying”). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso: 16 set. 2025.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 16 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso: 16 set. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **Violência em ambiente escolar: entenda os impactos da disseminação do ódio nas salas de aula**. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/violencia-em-ambiente-escolar-entenda-os-impactos-da-disseminacao-do-odio-nas-salas-de-aula. Acesso: 19 set. 2025.

COSTA, B. F. N. DA. Prática da intimidação sistemática pelos profissionais da educação: conscientização, prevenção e combate. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 11, n. 29, p. 48-59, 19 dez. 2024.

OLIVEIRA, Assis da Costa. Princípio da pessoa em desenvolvimento: fundamentos, aplicações e tradução intercultural / Principle of the person in development: fundamentals, applications and intercultural translation. **Revista Direito e Práxis**, *[S. l.]*, v. 5, n. 2, p. 60–83, 2014. DOI: 10.12957/dep.2014.10590. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/10590. Acesso em: 16 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SÁUDE (OMS). Relatório mundial sobre a prevenção da violência 2014. **OMS,** São Paulo, 2015. Disponível em: https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015.pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

PIRES, Fernanda Ivo. **Responsabilidade Civil e O Caráter Punitivo da Reparação**. Curitiba: Juruá, 2014, p. 43-104; 109-116.

VERONESE, Josiane Rose Petry. A proteção integral da criança e do adolescente no direito brasileiro. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 79, n. 1, p. 38-54, jan./mar. 2013. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12178/38644. Acesso: 16 set. 2025.

EDUCAR É UM ATO DE ESPERANÇA: O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL

Lea Maria Bomfim Andrade Medeiros[1]

Maria Gorete Borges Figueirêdo[2]

Vanessa Figueredo de Oliveira Santos[3]

Aparecida Netto Teixeira[4]

RESUMO

O presente artigo objetivou analisar a extensão universitária enquanto espaço formativo e de mudanças sociais, evidenciando sua contribuição para o desenvolvimento humano integral. A pesquisa aborda a extensão como prática educativa capaz de articular dimensões éticas, culturais, cidadãs e científicas, promovendo a integração entre conhecimento acadêmico e necessidades concretas da sociedade. A metodologia adotada consistiu em estudo qualitativo, com análise documental e revisão bibliográfica, buscando identificar resultados, impactos e desafios das ações desenvolvidas. Os resultados indicam que a extensão universitária favorece a formação integral dos estudantes, fortalece a cidadania crítica e solidária, e contribui para a transformação social ao promover acesso a direitos, valorização cultural e inclusão social. Observa-se que a reciprocidade no diálogo entre saberes acadêmicos e comunitários potencializa efeitos sociais duradouros, tanto em indicadores qualitativos quanto quantitativos. Apesar dos avanços, identificaram-se desafios relacionados à continuidade dos projetos, insuficiência de recursos e necessidade de maior engajamento institucional. Conclui-se que a extensão universitária deve ser compreendida como um ato de esperança, capaz de fomentar a construção coletiva de soluções para problemas sociais complexos e de consolidar a função social da universidade. Ressalta-se a importância de políticas institucionais que reconheçam a extensão como eixo estruturante, promovendo integração entre ensino, pesquisa e ações extensionistas.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Desenvolvimento Humano Integral. Formação Cidadã.

1 INTRODUÇÃO

A universidade contemporânea tem sido constantemente desafiada a reafirmar sua função social diante de um cenário marcado por desigualdades, transformações culturais e demandas sociais crescentes. Nesse contexto, a extensão universitária

[1] Administradora – Doutoranda em Políticas Sociais e Cidadania. Universidade Católica do Salvador (lea.medeiros@ucsal.br).

[2] Assistente Social e Pedagoga – Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Universidade Católica do Salvador (maria.gorete@ucsal.br)

[3] Professora de Língua Portuguesa – Doutoranda em Políticas Sociais e Cidadania. Universidade Católica do Salvador (vanessafigueredo.santos@ucsal.edu.br).

[4] Doutora em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Católica do Salvador (aparecida.teixeira@ucsal.br).

surge como eixo essencial do tripé acadêmico — ensino, pesquisa e extensão — assumindo um papel estratégico na construção de pontes entre o conhecimento científico e as necessidades reais da sociedade. Como ressalta Gadotti (2017), a extensão deve ser compreendida como um “processo educativo, cultural e científico” que, ao se articular ao ensino e à pesquisa, amplia as possibilidades de formação e de transformação social. Esse conceito, que engloba dimensões éticas, cidadãs, culturais e científicas, não se reduz à capacitação técnica, mas implica a constituição de sujeitos capazes de dialogar com a realidade e intervir nela. Nesse sentido, Freire (1996, p. 25) já afirmava que “a educação não transforma o mundo". Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”, indicando que o processo educativo só se realiza plenamente quando vinculado a práticas que extrapolam os limites institucionais da escola e da universidade.

A relevância da extensão universitária também se expressa em seus impactos concretos na vida das comunidades. Ao oferecer espaços de diálogo entre diferentes saberes, as ações extensionistas promovem o acesso a direitos fundamentais, a valorização de identidades culturais e a ampliação da inclusão social. Conforme argumenta Santos (2018, p. 47), “não há conhecimento que seja completo em si mesmo, apenas na reciprocidade do diálogo entre diferentes saberes”. Esse diálogo, possibilitado pela extensão, não apenas enriquece a produção acadêmica, mas também promove transformações sociais perceptíveis em indicadores qualitativos e quantitativos.

Entretanto, para que esse potencial se concretize, é necessário enfrentar desafios relacionados à insuficiência de recursos, à continuidade dos projetos e ao reconhecimento institucional da extensão como prática estruturante. Carriço e Moraes Filho (2000) já apontavam que, na ausência de apoio financeiro e institucional, muitos projetos sobrevivem pelo esforço individual de docentes e discentes, o que compromete sua sustentabilidade. Dessa forma, torna-se indispensável refletir sobre políticas e estratégias que assegurem a plena integração da extensão ao currículo e ao planejamento universitário.

A presente investigação tem como objetivo apontar a educação como um ato de esperança, analisando a extensão universitária enquanto espaço formativo e de impacto social e destacando sua contribuição para o desenvolvimento humano integral. Neste sentido, o presente artigo está organizado em três eixos de análise. O primeiro

discute a extensão universitária como espaço de formação humana e social, evidenciando experiências que contribuem para a construção de uma cidadania crítica e solidária. O segundo analisa os impactos da extensão na comunidade, destacando mudanças sociais observadas a partir de relatos e indicadores e o terceiro eixo aborda os desafios e as perspectivas da extensão para a promoção do desenvolvimento humano integral, enfatizando seu caráter de esperança ativa, conforme sugere Freire (2000), e de compromisso ético com a transformação da realidade.

Desta forma, este estudo busca contribuir para a compreensão da extensão universitária não como atividade acessória, mas como ato de esperança coletiva e prática indispensável para a efetivação da função social da universidade no século XXI.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO HUMANA E SOCIAL

A extensão universitária configura-se como um espaço privilegiado para a formação integral dos estudantes, indo além da capacitação técnica e científica para abarcar dimensões éticas, culturais, sociais e políticas. Ela propicia um ambiente de diálogo entre saberes acadêmicos e comunitários, promovendo uma aprendizagem significativa e transformadora. Conforme aponta Freire (1996, p. 25), “a educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Esse pensamento evidencia que a extensão, ao proporcionar vivências concretas e dialógicas, é um espaço de esperança, formação humana e de transformação social.

No contexto brasileiro, a extensão universitária tem uma tradição consolidada como instrumento de integração entre universidade e sociedade, contribuindo para o desenvolvimento comunitário e a inclusão social (BRASIL, 2018). Na Universidade Católica do Salvador (UCSal), as atividades extensionistas fortalecem esse vínculo ao articular a dimensão acadêmica com as demandas concretas da comunidade local, ampliando o compromisso social da instituição.

Projetos de extensão nas áreas de saúde, educação, cultura e tecnologia, por exemplo, permitem que os estudantes vivenciem experiências práticas que contribuem

não apenas para a sua qualificação profissional, mas também para a formação de uma consciência crítica e solidária. Nessa perspectiva, Gadotti (2017) ressalta que a extensão deve ser compreendida como processo educativo, cultural e científico que possibilita a construção de novos saberes em diálogo permanente com a comunidade.

A extensão universitária não pode ser vista como atividade acessória, mas como elemento constitutivo da formação humana, social e acadêmica. Representa mais do que mera aplicação de saberes acadêmicos: constitui-se como espaço privilegiado de formação humana integral. Além disso, promove o encontro entre estudantes e coletivos sociais em interações que ultrapassam o técnico, alcançando dimensões éticas, culturais e cidadãs. Conforme Sousa et al. (2020, p. 372), as experiências extensionistas “evidenciaram caminhos para a materialização da comunicação entre universidade pública e sociedade” e favoreceram a “co-produção, o compartilhamento, a comunicação, as trocas e a integração de culturas na sociedade”.

Além disso, a extensão estimula o protagonismo estudantil ao possibilitar experiências práticas que desenvolvem valores como solidariedade, responsabilidade social e respeito à diversidade cultural. Essa vivência favorece a construção de cidadãos críticos, conscientes de seu papel na transformação da realidade social (SANTOS, 2010). Tais contribuições reforçam a dimensão ética e política da formação universitária, em diálogo com a concepção de educação integral.

Outro aspecto importante é a promoção do diálogo intercultural e da cultura do encontro, conforme enfatizado pelo Papa Francisco em *Fratelli Tutti* (2019), no qual a educação é apresentada como caminho para a fraternidade universal e a construção da paz social. A extensão, ao proporcionar o encontro entre universidades e diferentes segmentos da sociedade, torna-se ambiente propício para a construção de pontes e superação de desigualdades.

Entretanto, apesar do potencial reconhecido, existem desafios que incluem a necessidade de maior articulação curricular, recursos adequados e engajamento institucional para garantir a continuidade e o impacto das ações extensionistas (BRASIL, 2018). Superar essas dificuldades é fundamental para que a extensão se consolide como eixo estruturante da universidade, contribuindo para a formação humana e social integral.

2.2 IMPACTOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA COMUNIDADE

A extensão universitária desempenha um papel essencial na promoção do desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades com as quais se relaciona, atuando como um importante canal de troca e transformação entre o meio acadêmico e a realidade social. Por meio de práticas extensionistas, a universidade deixa de ser um espaço isolado para tornar-se um agente ativo na construção de soluções que atendam às demandas e aspirações da população, reforçando seu compromisso social e político (BRASIL, 2018).

No âmbito da Universidade Católica do Salvador (UCSal), as ações desenvolvidas pela extensão têm se destacado por estimular o protagonismo social dos estudantes e fortalecer os vínculos entre a instituição acadêmica e os diversos segmentos da sociedade. Essa interação colaborativa permite uma coprodução de saberes, que valoriza tanto o conhecimento científico quanto o saber popular, ampliando o alcance e a profundidade das intervenções sociais (SANTOS, 2010).

Entre os impactos constatados, destaca-se a promoção da inclusão social por meio do acesso ampliado a direitos fundamentais, como saúde, educação, assistência social e cultura. Projetos extensionistas viabilizam o atendimento a grupos vulnerabilizados, contribuindo para a redução das desigualdades e o fortalecimento do tecido social. Além disso, a extensão fomenta o respeito à diversidade cultural, promovendo a valorização das diversas tradições locais e o diálogo intercultural, elementos essenciais para uma convivência pacífica e plural (FREIRE, 2019).

Outro impacto relevante da extensão universitária é o fortalecimento da cidadania ativa. Ao envolver os estudantes em experiências concretas, a extensão desenvolve habilidades e atitudes que incentivam a participação crítica e responsável na vida comunitária. Tal formação extrapola o ambiente acadêmico e se traduz em atuação comprometida com a justiça social, os direitos humanos e a sustentabilidade (BRASIL, 2018).

No entanto, para ampliar e consolidar esses efeitos, é fundamental que as instituições de ensino superior desenvolvam mecanismos robustos de avaliação e monitoramento dos projetos extensionistas. A avaliação deve ir além do quantitativo, incorporando indicadores qualitativos que revelem as transformações nas vidas das pessoas e comunidades beneficiadas. Somente com essa sistematização será possível

legitimar e fortalecer a extensão como eixo estratégico das universidades, justificando investimentos e mobilizando recursos para sua sustentabilidade (BRASIL, 2018).

É imperativo que haja maior integração entre os diferentes setores da universidade — ensino, pesquisa e extensão — para potencializar os impactos dos projetos e fomentar processos inovadores que respondam às complexas demandas socioambientais atuais. A universidade, como instituição social, tem o dever de ser também um espaço de esperança, transformação e justiça, compromisso que a extensão universitária concretiza em sua prática cotidiana (SANTOS, 2010).

Portanto, os impactos da extensão na comunidade vão além do imediato e do tangível, constituindo-se em processos educativos e sociais que formam agentes transformadores e promovem o desenvolvimento humano integral, alinhados com os valores da dignidade, solidariedade e fraternidade universal defendidos por instituições nacionais e internacionais (FRANCISCO, 2019).

2.3 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL

A extensão universitária enfrenta diversos desafios para consolidar-se como eixo estruturante da formação acadêmica e da promoção do desenvolvimento humano integral. Entre as principais dificuldades estão a insuficiência de recursos financeiros, a falta de infraestrutura adequada, a necessidade de articulação curricular e o limitado engajamento institucional (BRASIL, 2018).

A precariedade dos recursos compromete a continuidade e a ampliação dos projetos extensionistas, reduzindo seu alcance social e impactando negativamente na motivação dos envolvidos. Além disso, a ausência de políticas institucionais claras e efetivas limita o reconhecimento da extensão como componente essencial da missão universitária, o que dificulta a integração entre ensino, pesquisa e extensão (SANTOS, 2010).

No âmbito pedagógico, destaca-se a dificuldade de integrar a extensão de forma efetiva na estrutura curricular dos cursos, o que compromete seu potencial formativo. A curricularização da extensão aparece como estratégia fundamental para superar essa lacuna, garantindo a indissociabilidade entre teoria e prática e ampliando as possibilidades de aprendizagem significativa e engajamento social (FREIRE, 2019).

Outro desafio importante reside na avaliação dos impactos das ações de extensão. A ausência de metodologias sistematizadas para medir de forma abrangente os resultados qualitativos e quantitativos reduz a capacidade de demonstrar a efetividade e o valor social dessas práticas. A implementação de processos avaliativos participativos e multidimensionais é necessária para subsidiar decisões estratégicas e políticas públicas (BRASIL, 2018).

Apesar dos desafios, as perspectivas para a extensão universitária são promissoras. A crescente valorização das dimensões éticas, comunitárias e culturais na formação acadêmica e o reconhecimento da necessidade de formação integral dos sujeitos indicam um cenário favorável para a expansão e qualificação das ações extensionistas. A universidade contemporânea é convidada a ser um espaço de esperança, inovação social e transformação comunitária, contribuindo para a construção de sociedades mais justas e inclusivas (FRANCISCO, 2019).

Nesse sentido, o fortalecimento da extensão como instrumento de desenvolvimento humano integral depende de ações conjuntas entre gestores, docentes, estudantes e sociedade civil, com foco na formulação de políticas institucionais que assegurem recursos, estrutura, articulação curricular e mecanismos eficientes de avaliação e participação social. A incorporação desses elementos possibilitará que a extensão realize plenamente seu papel de promover o encontro entre saberes, solidariedade e protagonismo cidadão (SANTOS, 2010).

É necessário promover interdisciplinaridade, permanência estudantil e infraestrutura adequada para práticas extensionistas (Miguel,2023). É preciso avançar em políticas institucionais que assegurem a integração plena entre ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo o compromisso ético e social da universidade. Para Freire (2000, p. 68), “a esperança não é um verbo passivo, mas um movimento ativo de busca por transformações”. Nessa perspectiva, pensar a extensão como ato de esperança significa concebê-la como processo que alimenta a possibilidade de um desenvolvimento humano integral, crítico e solidário.

Entre as perspectivas futuras, destaca-se a necessidade de maior investimento em práticas interdisciplinares e interinstitucionais, capazes de envolver diferentes áreas do conhecimento em torno de problemas sociais complexos. Além disso, é fundamental

estimular metodologias participativas, nas quais a comunidade seja protagonista e não apenas beneficiária das ações.

A universidade, ao assumir esse papel, reafirma-se como agente de transformação. Mesmo diante dos desafios, a extensão universitária permanece como espaço privilegiado para a construção de esperança e para a efetiva promoção do desenvolvimento humano integral.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que a extensão universitária constitui um espaço privilegiado de formação humana e social, capaz de promover o desenvolvimento humano integral e de articular o conhecimento acadêmico às demandas concretas da sociedade. Ao longo da análise, foi possível observar que ações extensionistas em diversas áreas — saúde, educação, cultura e tecnologia — não apenas qualificam os estudantes em suas competências técnicas, mas também contribuem para a construção de uma consciência crítica, ética e cidadã, fortalecendo o compromisso da universidade com a transformação social (GADOTTI, 2017; FREIRE, 1996).

A análise realizada destaca que a extensão universitária constitui um espaço fundamental para a formação integral dos estudantes, promovendo dimensões éticas, culturais, cidadãs e científicas que ultrapassam a mera capacitação técnica. Ao articular o conhecimento acadêmico com as necessidades concretas da sociedade, a extensão fortalece a cidadania crítica e solidária, contribuindo significativamente para a transformação social e o desenvolvimento humano integral.

Foi possível observar que a reciprocidade no diálogo entre saberes acadêmicos e comunitários potencializa efeitos sociais duradouros, evidenciando a extensão como um verdadeiro ato de esperança, na medida em que fomenta a construção coletiva de soluções para problemas sociais complexos. Essa dinâmica reafirma o papel da universidade como agente de transformação social, responsável não apenas pela transmissão do saber, mas pela formação de sujeitos conscientes e engajados em promover a justiça e a inclusão (FREIRE, 2019; SANTOS, 2010).

Os resultados indicam que a extensão universitária exerce impactos significativos na comunidade, refletindo-se em melhorias na qualidade de vida, ampliação do acesso a direitos, valorização da cultura local e fortalecimento da inclusão

social. A reciprocidade do diálogo entre saberes acadêmicos e populares, como destacado por Santos (2018, p. 47), permite que o conhecimento seja co-construído, potencializando efeitos sociais duradouros. Relatos de experiências práticas demonstram que a extensão promove não apenas resultados quantitativos, como o aumento de atendimentos e oficinas, mas também qualitativos, como o fortalecimento da autoestima e da identidade cultural das comunidades atendidas (DEMO, 2015).

Apesar dos avanços, permanecem desafios importantes, como a continuidade dos projetos, a insuficiência de recursos e a necessidade de maior engajamento institucional. A curricularização da extensão, somada a políticas institucionais efetivas, revela-se uma estratégia decisiva para consolidar a extensão como eixo estruturante que integra ensino, pesquisa e extensão, enriquecendo a formação acadêmica e ampliando seu impacto social.

Portanto, este estudo reforça que educar é, acima de tudo, um ato de esperança – esperança essa que se traduz na construção coletiva de uma educação transformadora, capaz de promover o desenvolvimento humano integral e a consolidação de uma cidadania ativa, crítica e solidária. Para que essa esperança se converta em realidade, é imprescindível o compromisso conjunto de gestores, docentes, estudantes e sociedade civil na formulação e implementação de políticas e práticas extensionistas inovadoras e inclusivas.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas aprofundem a análise dos processos de curricularização e das metodologias de avaliação dos impactos da extensão, ampliando o conhecimento sobre as melhores práticas que possam potencializar seu papel social e formativo em diferentes contextos institucionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Extensão nas Instituições de Ensino Superior.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105102-rces007-18&Itemid=30192. Acesso em: 19 ago. 2025.

DEMO, Pedro. **Pesquisa:** princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2015.

FRANCISCO, Papa. **Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social.** Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2019. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 19 ago. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária:** para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

IANED DA LUZ SOUSA; ROSÁRIA HELENA RUIZ NAKASHIMA; JUTTA GUTBERLE. **A extensão universitária:** espaço de comunicação e de transformação social. Cadernos de Pesquisa, v.27, n.4, p.372–395, 2020. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/16015?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 17 ago. 2025

MIGUEL, José Carlos. **A curricularização da extensão universitária no contexto da função social da universidade**. Revista Práxis Educacional, v.19, n.50, 2023. Disponível em:https://www.researchgate.net/publication/369223618_A_curricularizacao_da_extensao_universitaria_no_contexto_da_funcao_social_da_universidade. Acesso em: 17 ago. 2025

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo:** a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FEMINICÍDIO PSICOLÓGICO: A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA QUE MATA EM SILÊNCIO

Aisha dos Santos Barbosa[1]

Laura Maria Da Silva Xavier[2]

Manoel Pereira da Silva Neto[3]

RESUMO

O feminicídio psicológico configura-se como uma forma de violência de gênero que antecede e potencializa o feminicídio físico, caracterizado por manipulação, controle, gaslighting e isolamento social. Apesar da Lei Maria da Penha reconhecer a violência psicológica, sua identificação precoce e prevenção ainda enfrentam desafios, especialmente devido à ausência de marcas físicas e à naturalização de comportamentos abusivos. O presente artigo, através da revisão bibliográfica, destaca o ciclo da violência, os impactos psicológicos e a importância de sinais de alerta para intervenção. Além disso, evidencia a relevância de políticas públicas, como a Casa da Mulher Brasileira e a Sala Lilás, e de estratégias educativas e tecnológicas, que promovem conscientização, empoderamento e proteção às mulheres, reforçando a necessidade de ações integradas entre legislação, educação e serviços de apoio para enfrentar de forma efetiva a violência de gênero.

Palavras-chave: Feminicídio. Psicológico. Violência.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é uma das mais graves violações dos direitos humanos, afetando milhões de mulheres em todo o mundo, independentemente de classe social, raça, idade ou religião. No Brasil, esse fenômeno é agravado por fatores culturais e estruturais que perpetuam a desigualdade de gênero e naturalizam comportamentos abusivos. Dentre as diversas formas de violência, a psicológica se destaca por sua sutileza e invisibilidade, sendo muitas vezes ignorada ou subestimada tanto pelas vítimas quanto pelas instituições responsáveis por sua prevenção e combate. É nesse contexto que se insere o conceito de feminicídio psicológico, uma forma de violência que, embora não deixe marcas físicas, pode ser tão letal quanto a violência física, atuando como gatilho para o ciclo de agressões que culmina no feminicídio.

[1]Graduanda, Universidade Católica do Salvador- UCSAL, aisha.barbosa@ucsal.edu.br
[2] Graduanda, Universidade Católica do Salvador- UCSAL, laura.xavier@ucsal.edu.br.
[3]Granduando, Universidade Estadual de Santa Cruz, mpsilva1.drt@uesc.br

A violência psicológica é caracterizada por condutas que visam controlar, humilhar, manipular ou isolar a mulher, afetando diretamente sua autoestima, autonomia e capacidade de decisão. Segundo o Ministério da Saúde (2001), trata-se de toda ação ou omissão que cause ou tenha como objetivo causar dano à imagem, ao desenvolvimento pessoal ou à autoestima da mulher. Isso inclui ameaças, chantagens, críticas constantes, proibição de contato com familiares e amigos, controle financeiro, entre outras práticas que, embora não deixem marcas físicas, provocam sofrimento intenso e duradouro.(Brasil, 2001) A Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha – reforça esse entendimento ao definir a violência psicológica como qualquer conduta que cause dano emocional, diminuição da autoestima ou perturbação do pleno desenvolvimento da mulher, por meio de práticas como constrangimento, humilhação, manipulação, vigilância constante, perseguição, insultos, chantagens, violação da intimidade, entre outras(BRASIL, 2006).

A origem jurídica da conceituação da violência psicológica remonta à Lei nº 9.455/1997 – Lei de Tortura –, que introduziu o entendimento legal sobre práticas que causam sofrimento mental como forma de violência.(BRASIL, 1997). A partir dessa base, a Lei Maria da Penha incorporou e ampliou o conceito, permitindo maior abrangência na proteção das mulheres em situação de vulnerabilidade. Essa evolução legislativa demonstra o reconhecimento gradual da violência psicológica como uma forma legítima e punível de agressão, ainda que seus efeitos sejam menos visíveis.

O Instituto Maria da Penha descreve o ciclo da violência doméstica em três fases: (1) aumento da tensão, (2) ato violento e (3) arrependimento seguido de comportamento carinhoso. A violência psicológica está presente em todas essas etapas, atuando como elemento estruturante do ciclo. Na fase de tensão, a mulher é submetida a pressões emocionais constantes; no ato violento, essas pressões podem se intensificar em agressões verbais ou ameaças; e na fase de arrependimento, o agressor tenta minimizar o ocorrido, reforçando o vínculo abusivo. Quando esse ciclo não é interrompido, pode evoluir para agressões físicas graves e, em casos extremos, para o feminicídio.(BRASIL, 2006).

Os impactos da violência psicológica são profundos e duradouros. Embora não deixem marcas visíveis no corpo, os danos se manifestam por meio de sintomas como ansiedade, depressão, transtornos alimentares e do sono, baixa autoestima, isolamento social, culpa, vergonha, medo de represálias, desconfiança, transtorno de estresse pós-

traumático, pensamentos suicidas e tentativas de suicídio. Esses sintomas comprometem a saúde mental da mulher e interferem diretamente na construção de sua identidade e subjetividade, podendo gerar sequelas irreversíveis. A invisibilidade desses danos dificulta o reconhecimento da violência e, consequentemente, a busca por ajuda, perpetuando o ciclo de sofrimento.

Dados estatísticos reforçam a prevalência e a gravidade da violência psicológica no Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, cerca de 32% das mulheres com 18 anos ou mais relataram ter sofrido violência psicológica no ambiente familiar, sendo os principais agressores companheiros, ex-companheiros, cônjuges e parceiros íntimos. Além disso, 79,2% das mulheres entrevistadas afirmaram ter sido vítimas de xingamentos, sendo que 55,3% das ocorrências se deram dentro da residência, 15,4% em vias públicas e 13,2% no ambiente de trabalho. Esses dados evidenciam que a violência psicológica não está restrita ao espaço doméstico, mas se estende a outros ambientes sociais, revelando a amplitude do problema.(IBGE, 2019)

A naturalização de comportamentos abusivos, o silêncio das vítimas e a ausência de políticas públicas eficazes contribuem para a perpetuação dessa violência, que muitas vezes é invisibilizada pela sociedade e pelas instituições. A dificuldade de identificação e de denúncia da violência psicológica está diretamente relacionada à sua sutileza e à falta de marcas físicas, o que exige maior sensibilidade e preparo dos profissionais que atuam na rede de proteção à mulher. Além disso, é necessário que o sistema jurídico reconheça o feminicídio psicológico como uma forma de homicídio motivado pela condição de gênero, ampliando o escopo das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Diante desse cenário, é fundamental reconhecer o feminicídio psicológico como uma forma de violência que antecede e potencializa o feminicídio físico. A identificação precoce dos sinais dessa violência é essencial para a prevenção de desfechos fatais e para a promoção de uma cultura de respeito e proteção à vida das mulheres. O enfrentamento do feminicídio psicológico exige ações integradas entre os sistemas de justiça, saúde, educação e assistência social, além de campanhas de conscientização que desnaturalizam práticas abusivas e empoderem as vítimas.

Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre o conceito de feminicídio psicológico, suas implicações jurídicas e sociais, e os desafios para sua prevenção e enfrentamento. Ao trazer à tona essa discussão, busca-se contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de proteção à mulher e para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de violência de gênero.

2 DESENVOLVIMENTO

O feminicídio, compreendido como a morte violenta de mulheres em razão do gênero, não se caracteriza como um acontecimento isolado ou repentino, mas sim como o desfecho de um ciclo prolongado de violências que se inicia, muitas vezes, em âmbito psicológico. Essas manifestações incluem manipulação, controle excessivo, gaslighting e isolamento social e funcionam como etapas de enfraquecimento da autonomia da vítima, dando espaço ao caminho para agressões mais graves que culminam na ocorrência do delito em si. Apesar de sua gravidade, a violência psicológica frequentemente não recebe a devida atenção por parte da sociedade e do sistema de justiça, sobretudo em razão da ausência de marcas físicas visíveis e essa característica gera dificuldades na identificação precoce, na obtenção de credibilidade perante autoridades e até mesmo no reconhecimento das vítimas acerca de sua própria condição de violência. Embora a Lei nº 11.340/2006, a chamada Lei Maria da Penha, estabeleça de forma clara o direito das mulheres a uma vida livre, livre de agressões e inclua a violência psicológica entre suas categorias de proteção, sua efetividade na prática revela várias fragilidades(Brasil, 2006). A aplicação ainda é insuficiente, especialmente diante de situações em que as condutas abusivas não se traduzem em agressões físicas mas sim que afetam o psicológico. Assim, é imprescindível compreender que os sinais sutis de manipulação e de controle são parte integrante do ciclo que, em seu estágio extremo, pode resultar no feminicídio. O reconhecimento e a análise desses sinais, portanto, constituem ferramentas fundamentais não apenas para a prevenção, mas também para a formulação de políticas públicas que enfrentem a violência de maneira mais ampla e concreta.

Antes de chegar às agressões físicas, os relacionamentos abusivos costumam apresentar uma série de condutas limitadoras que podem ser facilmente confundidas com zelo, carinho ou demonstrações de amor. O controle sobre roupas, maquiagem,

amizades, redes sociais e até mesmo rotinas diárias são exemplos de atitudes que, embora frequentemente aceitas ou minimizadas pela vítima, configuram estratégias de manipulação que visam restringir sua liberdade e sua autonomia. Nesse sentido, é fundamental compreender que essas práticas não são manifestações de cuidado, mas sim mecanismos de dominação que, se não interrompidos, tendem a se intensificar e a conduzir a estágios mais graves de violência. Conforme destaca a delegada Jannira Laranjeira, em entrevista ao Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso, estado que lidera os índices de feminicídio no país, esse delito não se inicia com a morte, mas com a omissão, o isolamento e a perda gradual da liberdade da vítima (TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, 2025). Essa observação reforça a importância de políticas públicas voltadas não apenas à punição dos agressores, mas também à conscientização das mulheres acerca dos sinais iniciais da violência psicológica, favorecendo sua identificação precoce e a busca por apoio antes que a situação evolua para desfechos irreversíveis.

Entre as diversas práticas psicológicas que precedem o feminicídio, destaca-se o gaslighting, caracterizado pela manipulação da percepção da vítima, fazendo com que ela duvide de si mesma, de sua memória e até de sua sanidade mental. Expressões como “você está ficando louca” ou “isso nunca aconteceu” são recorrentes nesse contexto, levando a mulher a se sentir culpada pelas agressões sofridas. Essa forma de violência, além de fragilizar a confiança da vítima, compromete sua autonomia e favorece a permanência no relacionamento abusivo. Sua naturalização em situações cotidianas, fora de momentos de conflito explícito, torna-o ainda mais difícil de ser percebido e enfrentado. Outro aspecto central é o isolamento social, que priva a vítima de redes de apoio familiar, profissional e comunitário, criando um ambiente de dependência emocional e, muitas vezes, financeira. Esse quadro foi agravado durante a pandemia de Covid-19, período em que o confinamento compulsório limitou o acesso das mulheres a mecanismos de proteção e aumentou os índices de violência doméstica. Relatórios oficiais de 2020 e 2021 apontaram expressivo crescimento nos casos de violência psicológica e feminicídio, evidenciando que a convivência forçada, somada à sobrecarga emocional e de responsabilidades, intensificou as condições de vulnerabilidade das mulheres.

A dificuldade em romper com a relação abusiva é multifatorial. O medo de represálias, a dependência emocional e financeira, a preocupação com os filhos e a

descrença na efetividade do sistema de justiça são fatores determinantes para que muitas mulheres permaneçam em contextos de violência(DOSSIÊS AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2025).Além disso, a esperança de mudança por parte do parceiro, alimentada pela idealização da vida em família, frequentemente impede a tomada de decisão pelo rompimento.(DOSSIÊS AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2025). Depoimentos coletados pela Defensoria Pública do Ceará(2020) ilustram como o receio de criar os filhos sozinha ou a expectativa de reconciliação fazem com que muitas vítimas suportem anos de abusos antes de conseguirem romper o ciclo violento. Os dados estatísticos reforçam a gravidade da situação, em 2023 os casos de feminicídio psicológico cresceram 6,3%, ultrapassando a marca de 50 mil registros. (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2025). Mais de 60% dessas vítimas eram mulheres negras, o que revela a interseccionalidade entre gênero, raça e vulnerabilidade social, esses números demonstram que as políticas públicas atuais, ainda que relevantes em seu propósito, não têm sido suficientes para enfrentar o problema de forma eficaz(ANDES-Sindicato Nacional, 2025). A abordagem genérica, baseada apenas em slogans de conscientização, não contempla as especificidades sociais e emocionais que sustentam a violência de gênero.

A discussão sobre feminicídio psicológico evidencia a distância entre o reconhecimento legal da violência e sua efetiva prevenção. Nesse sentido, a responsabilização penal é importante, mas insuficiente sem políticas públicas integradas, logo, é preciso garantir proteção imediata às vítimas e investir em educação para igualdade de gênero e respeito. Assim sendo, programas de apoio psicológico e socioeconômico são essenciais para romper a dependência das mulheres. O feminicídio é resultado de um processo gradual de manipulação que mina e envenena a autonomia feminina. Apesar da Lei Maria da Penha, ainda há falhas na aplicação prática e na fiscalização, portanto, somente ações articuladas e preventivas podem reduzir a violência de gênero e assegurar vida digna às mulheres.

Nesse diapasão, espaços como as Casas da Mulher Brasileira (doravante CMB), através de ações como o Programa Mulher, Viver sem Violência, tem como objetivo geral dar “assistência integral e humanizada às mulheres em situação de violência, facilitando o acesso destas aos serviços especializados e garantindo condições para o enfrentamento da violência, o empoderamento e a autonomia

econômica das usuárias" (Brasil, 2015, p. 15), a fim de garantir acolhimento imediato e seguro à vítima.

Ademais, a CMB, estabelece parceria com "serviços especializados da rede de atendimento (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher/DEAM, Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Casa-Abrigo, Defensoria Especializada, Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Promotoria Especializada)" (Brasil, 2015, p. 15), bem como parceiros do âmbito privado, como rede socioassistencial, rede de saúde, órgãos de medicina legal, entre outros (BRASIL, 2015, p. 15).

Outrossim, acerca dos direitos de prevenção à violência doméstica, o artigo 3°, da Lei Maria da Penha disserta que

> Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.
> § 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
> § 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput. (BRASIL, 2006).

A partir deste artigo da lei, iniciativas como a Sala Lilás puderam ser implementadas. "Um dos principais objetivos da Sala Lilás é fornecer um atendimento integrado e multidisciplinar, essencial para garantir um suporte holístico e eficiente às vítimas de violência doméstica e sexual" (DAS NEVES; TOPOROSKI, 2024). Ainda segundo Das Neves e Toporoski, este espaço foi idealizado para reunir profissionais especializados no combate à violência contra a mulher. Assim, psicólogos, assistentes sociais, advogados e médicos atuam diretamente no tratamento das sequelas deixadas pelas agressões diárias, e às vezes, ininterruptas.

A educação nas escolas, campanhas de conscientização pública, treinamentos de profissionais, combate aos estereótipos de gênero, além de promoção da cultura de denúncia. Esses elementos são cruciais para a prevenção a longo prazo, transformando normas sociais e reduzindo comportamentos violentos futuros.

As mídias digitais também são de extrema importância para o enfrentamento da violência contra a mulher. As Tecnologias da Informação e Comunicação(doravante TICs) facilitam e estimulam o processo de denúncia, e também ajudam a disseminar as

informações de maneira acessível. Mídias sociais criam espaços de conscientização, promovem campanhas educativas, permitem o compartilhamento de informações sobre a violência e seus impactos e complementam iniciativas através da disponibilização de boletins de ocorrência online e da criação do aplicativo Direitos Humanos Brasil (NASCIMENTO; CAVALCANTE, 2025).

Nesse sentido, é possível concluir que a violência contra a mulher continua sendo um problema estrutural. As leis, como a Lei nº 11.340/2006, que foram implementadas trouxeram avanços significativos como reconhecimento de diferentes formas de violência; criação de medidas protetivas de urgência; estabelecimento de Juizados e Delegacias especializadas; tipificação do feminicídio como crime autônomo e hediondo, porém, os índices dos crimes de gênero permanecem altíssimos, o que demonstra a urgência de ações complementares além da legislação e ações penais.

Essas estratégias incluem casas de apoio, como a Casa da Mulher Brasileira, Refúgios Emergenciais, educação ativa e campanhas de conscientização para a transformação cultural e prevenção a longo prazo, e, por fim, o uso de mídias digitais e TICs para facilitar denúncias. A utilização desses métodos (proteção legal, apoio institucional, educação e tecnologia) é essencial para o enfrentamento da violência

3 CONCLUSÃO

Esse artigo evidencia que o feminicídio psicológico não é um ato isolado, mas um processo gradual de violência que mina a autonomia, autoestima e saúde mental das mulheres, funcionando como etapa inicial de um ciclo que pode culminar no feminicídio físico. As práticas de manipulação, controle, isolamento social e gaslighting mostram-se sutis, muitas vezes invisíveis, o que dificulta a identificação precoce e o rompimento da relação abusiva.

Embora a legislação brasileira, por meio da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio, reconheça e proteja as mulheres contra diversas formas de violência, observa-se que sua aplicação prática enfrenta limitações. Nesse sentido, espaços de acolhimento como a Casa da Mulher Brasileira e a Sala Lilás assumem papel fundamental, oferecendo atendimento integrado, multidisciplinar e apoio psicológico, social e jurídico, reforçando a proteção e promovendo o empoderamento das vítimas.

Além disso, ações preventivas como educação para igualdade de gênero nas escolas, campanhas de conscientização pública, treinamento de profissionais e utilização de mídias digitais demonstram-se essenciais para transformar normas culturais, sensibilizar a sociedade e fortalecer a denúncia da violência. A articulação entre medidas legais, institucionais, educativas e tecnológicas surge, portanto, como estratégia indispensável para enfrentar o problema de forma efetiva.

Em suma, o enfrentamento do feminicídio psicológico requer abordagem integrada, contínua e multidimensional. Somente com a combinação de proteção legal, apoio institucional, educação e conscientização social será possível reduzir a violência de gênero, promover a autonomia feminina e construir uma sociedade mais justa, segura e igualitária.

REFERÊNCIAS

ANDES-Sindicato Nacional. **Brasil tem novo recorde de casos de feminicídios e estupros, diz FBSP.** ANDES. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/brasil-tem-novo-recorde-de-casos-de-feminicidios-e-estupros-diz-fBSP1. Acesso em: 27 ago. 2025.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253. Acesso em: 16 set. 2025.

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. **Violência psicológica doméstica: vozes da juventude**. São Paulo: Lacri - Laboratório de Estudos da Criança/PSA/IPUSP, 2001

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Institui medidas de prevenção e proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher ("Belém do Pará").** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. (Caderno de Atenção Básica, 8)

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Programa Mulher, Viver Sem Violência: diretrizes gerais e protocolos de atendimento.** Brasília, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Silenciosa e brutal: violência psicológica atinge milhares de mulheres no Brasil.** Justiça, [s.d.]. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/silenciosa-e-brutal-violencia-psicologica-atinge-milhares-de-mulheres-no-brasil. Acesso em: 18 set. 2025.

DAS NEVES, Eduarda Chableski; TOPOROSKI, Elizeu Luiz. **Violência contra a mulher no ambiente doméstico e a importância do acolhimento à vítima**. Academia de Direito, v. 6, p. 3597-3612, 2024.

DEFENSORIA PÚBLICA DO CEARÁ. **Você está ficando "louca": entenda o gaslighting, um dos tipos de violência psicológica contra a mulher.** Defensoria Pública do Ceará, [s. l.], 2020. Disponível em: https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/voce-esta-ficando-louca-entenda-o-gaslighting-um-dos-tipos-de-violencia-psicologica-contra-a-mulher-2/. Acesso em: 27 ago. 2025.

DOSSIÊS AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Violência em dados: 73% afirmam que o medo é o principal motivo de mulheres agredidas ou ameaçadas não buscarem ajuda.** Agência Patrícia Galvão. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/73-afirmam-o-medo-e-o-principal-motivo-de-mulheres-agredidas-ou-ameacadas-nao-buscarem-ajuda/. Acesso em: 27 ago. 2025.

ECHEVERRIA, Gabriela Bothrel. **A violência psicológica contra a mulher: reconhecimento e visibilidade.** Cadernos de Gênero e Diversidade, Salvador, v. 4, n. 2, p. 79-95, maio/ago. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/25651/15672. Acesso em: 18 set. 2025. G1. Gaslighting: a manipulação psicológica. Blog PsicoBlog, Presidente Prudente-Região, 12 ago. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/blog/psicoblog/post/2024/08/12/gaslighting-a-manipulacao-psicologica.ghtml. Acesso em: 27 ago. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Violência atingiu 29,1 milhões de pessoas em 2019; mulheres, jovens e negros são as principais vítimas**. Agência de Notícias, 07 maio 2021. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-noticias/noticias/30658-violencia-atingiu-29-1-milhoes-de-pessoas-em-2019-mulheres-jovens-e-negros-sao-as-principais-vitimas. Acesso em: 18 set. 2025.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Ciclo da violência.** São Paulo, [s.d.]. Disponível em: https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html. Acesso em: 18 set. 2025.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Tipos de violência.** São Paulo, [s.d.]. Disponível em: https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html. Acesso em: 18 set. 2025.

INSTITUTO SANTOS DUMONT. **Violência contra a mulher dispara na quarentena: saiba onde denunciar.** Instituto Santos Dumont. Disponível em: https://institutosantosdumont.org.br/violencia-contra-a-mulher-dispara-na-quarentena-saiba-onde-denunciar/. Acesso em: 27 ago. 2025.

NASCIMENTO, Wellington Sávio Max Leal; CAVALCANTE, Euvanete Benvindo. **O papel das redes sociais na denúncia e no combate ao feminicídio**. Contribuciones a las Ciencias Sociales, 2025.

PSITTO. **O que é gaslighting?** Blog PSITTO. Disponível em: https://www.psitto.com.br/blog/o-que-e-gaslighting/. Acesso em: 27 ago. 2025.

REVISTA FT. O perfil psicológico do feminicida: uma revisão bibliográfica. Revista FT.Disponível em: https://revistaft.com.br/o-perfil-psicologico-do-feminicida-uma-revisao-bibliografica/. Acesso em: 27 ago. 2025.

SCIELO BRASIL. **Violencia silenciosa: violencia psicológica como condición de la violencia física doméstica**. Revista Brasileira de Epidemiologia [ou outro periódico]. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tqcyvQhqQyjtQM3hXRywsTn/?lang=pt. Acesso em: 27 ago. 2025.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. **Violência psicológica contra a mulher: concepções de profissionais de saúde.** Interface – Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 93-111, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/9SG5zGMVt4VFDZtzbX97MkP/?lang=pt. Acesso em: 18 set. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO. **Agosto Lilás: delegada alerta para sinais que antecedem o feminicídio em uma relação**. Portal TRT-23. Disponível em: https://portal.trt23.jus.br/portal/noticias/agosto-lilas-delegada-alerta-para-sinais-que-antecedem-o-feminicidio-em-uma-relacao. Acesso em: 27 ago. 2025.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. **Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?** Revista Brasileira de Epidemiologia, Vitória, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tqcyvQhqQyjtQM3hXRywsTn/?lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2025.

ISONOMIA SUCESSÓRIA ENTRE IRMÃOS UNILATERAIS E BILATERAIS: NOVAS PERSPECTIVAS DIANTE DO PROJETO DO NOVO CÓDIGO CIVIL

Priscila Maria Maciel Delgado Borinato[1]

RESUMO

O presente artigo analisa a diferenciação sucessória entre irmãos unilaterais e bilaterais, prevista no art. 1.841 do Código Civil de 2002, que confere ao irmão bilateral o dobro da herança em comparação ao unilateral. Tal dispositivo, herdado de uma tradição histórica marcada pela distinção entre filhos legítimos e ilegítimos, mostra-se incompatível com os princípios constitucionais da igualdade e da não discriminação, consagrados nos arts. 5º e 227, §6º da Constituição de 1988. A pesquisa adota metodologia bibliográfica e documental, dialogando com a doutrina contemporânea (Maria Berenice Dias, Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald, Paulo Lôbo, entre outros), com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (RE 898.060/SC – Tema 622, multiparentalidade), além de projetos legislativos em trâmite (PL n.º 7.722/2017 e PL n.º 4/2025 - Anteprojeto do Novo Código Civil). Também se recorrem a aportes interdisciplinares da sociologia (Donati; Maffesoli) e da psicologia (Rossato; Arpini), que reconhecem a fraternidade, o dom e a pertença como dimensões centrais das relações familiares contemporâneas. Conclui-se que a manutenção da diferenciação entre irmãos bilaterais e unilaterais perpetua discriminação inconstitucional e se distancia da realidade plural das famílias brasileiras, sendo urgente a adequação legislativa para consolidar um sistema sucessório justo, isonômico e constitucionalmente coerente.

Palavras-chave: Sucessão. Igualdade. Irmãos.

1 INTRODUÇÃO

O direito sucessório brasileiro sempre refletiu a estrutura social de sua época. O Código Civil de 1916, fortemente influenciado pelo modelo patriarcal e matrimonial, reconhecia apenas a família legítima e discriminava os filhos havidos fora do casamento. Esse legado histórico deixou marcas na sucessão colateral, em especial na disciplina dos irmãos.

O Código Civil de 2002, embora tenha representado avanços, manteve no artigo 1.841 a diferenciação entre irmãos bilaterais e unilaterais, atribuindo ao primeiro quinhão sucessório em dobro. Essa previsão normativa traduz um resquício de concepções ultrapassadas sobre a filiação, que não mais encontram respaldo diante da Constituição de 1988. O art. 227, §6º da Carta Magna consagrou a igualdade plena

[1] Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL). E-mail: priscila.borinato@ucsal.edu.br.

entre filhos, proibindo designações discriminatórias, o que, por extensão, deve alcançar também os irmãos.

A evolução do Direito de Família no Brasil evidencia a superação de concepções tradicionais, centradas no matrimônio como única forma de constituição familiar. Como observa Rolf Madaleno (2018), a família é um fato natural, que subsiste independentemente do sacramento religioso ou da convenção social do casamento. O matrimônio, nesse contexto, não esgota a noção de família, funcionando apenas como formalização jurídica de uma realidade que antecede e transcende o rito. Tal perspectiva reforça que a Constituição de 1988, ao reconhecer diferentes arranjos familiares, afastou definitivamente a concepção restritiva da família matrimonializada, estabelecendo a base para a isonomia entre filhos e, por extensão, entre irmãos.

O problema jurídico que se apresenta é, portanto, a permanência de uma regra discriminatória em um sistema constitucional fundado na dignidade da pessoa humana, na igualdade e na solidariedade familiar. Conforme a visão sistematizada da Constituição proposta por Pedro Lenza (2023), a Carta Magna não pode ser interpretada de forma isolada, mas como um corpo normativo coeso, onde os princípios fundamentais irradiam para todas as áreas do direito, exigindo uma releitura constante das normas infraconstitucionais.

A relevância científica do tema se reforça diante das propostas de alteração legislativa em trâmite: o Projeto de Lei n.º 7.722/2017, que revoga a diferenciação, e o Anteprojeto de Reforma do Código Civil, entregue em 2024 pela Comissão de Juristas do Senado (objeto do Projeto de Lei n.º 4/2025), que igualmente elimina tal distinção. O presente estudo busca analisar a evolução histórica do tema, as críticas doutrinárias, os fundamentos constitucionais e as novas perspectivas legislativas e jurisprudenciais que apontam para a consolidação da isonomia sucessória entre irmãos.

2 A ISONOMIA SUCESSÓRIA ENTRE IRMÃOS: ANÁLISE CRÍTICA, EVOLUÇÃO HISTÓRICA E PERSPECTIVAS DE ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL

2.1 FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA E SEU HISTÓRICO

A diferenciação entre irmãos bilaterais e unilaterais tem raízes históricas profundas. Para melhor compreensão da pesquisa é importante trazer à baila uma breve evolução da família e da filiação em uma sucinta digressão, na qual a família contemporânea sofreu influxos da família romana e canônica.

A família romana era concentrada exclusivamente no poder incontrastável do pater, figura masculina que exercia poder sobre os filhos, a mulher e de seus bens. Na Idade Média, as famílias regeram-se exclusivamente pelo direito canônico. Para o cristianismo, a família devia fundar-se no matrimônio. Entre os séculos X e XV, o casamento religioso foi o único reconhecido, adotando-se o critério da legitimidade para a distinção existente entre os filhos legítimos e ilegítimos[2].

No Direito Romano já se percebia distinção no tratamento sucessório entre os filhos havidos dentro ou fora do matrimônio, o que refletia a estrutura patriarcal da época. O Código Civil de 1916, inspirado no modelo francês e português, manteve essa lógica ao reconhecer a prevalência da família legítima, oriunda do casamento, em detrimento do natural. Assim, os filhos “espúrios” ou “ilegítimos” eram privados de direitos sucessórios, e os reflexos desse tratamento desigual se projetavam também sobre os irmãos.

Assim, no sistema jurídico então vigente à época da promulgação do Código Civil (CC) de 1916, sob a égide da Constituição de 1891, o status de filho recebia designação diversa de acordo com o estado civil dos pais.

A partir da década de 1990, especialmente com o aumento dos casos de separação e divórcio, o modelo de família nuclear e conjugal começou a ser diversificada, passando a existir novos modelos de família: monoparentais ou reconstituídas. O casamento passou a ser visto como opcional e não mais indissolúvel.

Essas alterações jurídicas dialogam com mudanças demográficas relevantes. Segundo dados do IBGE e da PNAD (FERREIRA, 2001, apud PEREIRA; ARPINI, 2012, p. 276), a família nuclear, embora ainda majoritária, reduziu sua representatividade de 67% em 1970 para 63% em 1995. Nesse período, cresceu expressivamente o número de famílias monoparentais (de 10% para 18%) e de pessoas vivendo sozinhas (de 6% para 8%). Esses números revelam que a diversidade de arranjos familiares não é

[2] NOGUEIRA, Jacqueline Filgueras. A filiação que se constrói: o reconhecimento do afeto como valor jurídico. São Paulo: Memória Jurídica, 2001.

fenômeno isolado, mas reflexo de transformações sociais que exigem atualização do direito sucessório.

Assim, com esse contexto social, adveio a Constituição Federal de 1988, inaugurando um novo panorama familiar brasileiro, promovendo o direito da filiação e pondo fim à discriminação existente entre os filhos. Em seu art. 227, *caput*, foi adotado o princípio da igualdade entre todos os filhos dispondo que:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A Carta Magna de 1988, ao dispor sobre o planejamento familiar e a igualdade entre homens e mulheres (art. 226, § 5º), bem como ao reconhecer expressamente a união estável e a família monoparental (art. 226, §§ 3º e 4º), rompeu com o modelo único e fechado de família. O legislador constitucional priorizou a proteção e a dignidade da pessoa humana como fundamentos da República, permeando todo o Direito de Família com novos valores.

O afeto emergiu como um pilar fundamental das relações familiares, transcendendo os laços de consanguinidade e as formalidades legais. A afetividade passou a ser reconhecida como um valor jurídico autônomo, capaz de gerar vínculos familiares e de produzir efeitos jurídicos.

Com isso, surgiram e foram reconhecidas diversas formas de constituição familiar, como as famílias homoafetivas, as famílias reconstituídas, as famílias anaparentais (formadas por irmãos ou pessoas sem laço de ascendência/descendência que vivem juntas), entre outras. O que une essas diversas formações não é necessariamente um laço biológico ou um casamento formal, mas sim a comunhão de vida, o afeto, o respeito mútuo e a busca pela felicidade e realização pessoal de seus membros.

Nesse novo paradigma, o Código Civil de 2002 passou a reconhecer novos arranjos familiares e a assegurar maior igualdade, mas preservou a distinção entre irmãos bilaterais e unilaterais. Essa manutenção revela um **descompasso entre o sistema constitucional e o sistema infraconstitucional,** cuja superação é hoje objeto de intenso debate acadêmico e legislativo.

2.2 A REGRA DO ART. 1.841 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002

O art. 1.841 do Código Civil disciplina a sucessão entre irmãos, estabelecendo que, concorrendo à herança irmãos bilaterais (filhos do mesmo pai e da mesma mãe) com irmãos unilaterais (filhos de apenas um dos genitores), cada um destes herdará metade do que herdar cada um daqueles. Assim, a lei confere ao irmão unilateral quinhão inferior, correspondente a metade da parte destinada ao irmão bilateral.

Essa discriminação presente no art. 1841 do Código Civil não condiz com este princípio fundamental presente na Constituição, o princípio da isonomia, pois distingue os irmãos germanos dos irmãos uterinos. Irmãos germanos, são aqueles que possuem o mesmo pai e a mesma mãe, já os uterinos ou consanguíneos são aqueles que possuem o mesmo pai ou a mesma mãe.

O princípio Constitucional da igualdade se encontra no art. 5º, *caput*, da Constituição Federal. Trata-se de um princípio que tem como objetivo o tratamento igualitário entre os indivíduos na medida de suas desigualdades. Por causa disso, veda qualquer diferenciação não justificável pela Constituição a qualquer pessoa.

Assim, a interpretação sistemática do ordenamento jurídico não permite que preceitos infraconstitucionais perpetuem discriminações que a própria Constituição rechaça, especialmente quando a origem da filiação não pode ser fator de distinção de direitos. Essa perspectiva é intrínseca à força normativa da Constituição, conceito que, conforme Luís Roberto Barroso, impõe que os princípios constitucionais, como a igualdade e a dignidade da pessoa humana, prevaleçam sobre disposições legais que lhes sejam contrárias.

A Constituição não é mera carta de intenções, mas um conjunto de normas dotadas de plena eficácia e capacidade de conformar todo o sistema jurídico. Barroso (2009) destaca a "*filtragem constitucional*" de todo o sistema jurídico, afirmando que:

> “A constitucionalização do direito infraconstitucional significa a filtragem constitucional de todo o sistema jurídico, de modo a que as normas de direito ordinário sejam lidas e interpretadas à luz dos princípios e regras constitucionais.' Nesse sentido, a persistência do Art. 1.841 do Código Civil de 2002 representa uma resistência a essa necessária releitura do direito privado à luz da Carta Magna." (BARROSO, 2009, p. 115).

Essa previsão normativa, além de sua manifesta inconstitucionalidade, fomenta um ambiente de insegurança jurídica e, invariavelmente, desencadeia litígios sucessórios complexos, minando a harmonia familiar e perpetuando um sentimento de injustiça entre os herdeiros. A distinção legal, ao invés de pacificar as relações, atua como um vetor de desagregação, em flagrante descompasso com a função social do direito sucessório e com a primazia da afetividade.

A doutrina contemporânea tem criticado duramente esse dispositivo. Para a renomada civilista Maria Berenice Dias essa norma é incompatível com os princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana (DIAS, 2019).

No mesmo sentindo, Maria Helena Diniz observa que a distinção criada pelo dispositivo afronta o princípio da igualdade entre os filhos previsto no art. 227, §6º da Constituição Federal, de modo que a regra legal não se coaduna com o tratamento isonômico que deve reger as relações de filiação (DINIZ, 2014).

Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald vão além, sustentando a necessidade de releitura constitucional do art. 1.841, com vistas a garantir tratamento igualitário a todos os irmãos, sejam eles bilaterais ou unilaterais. Para os autores, a igualdade de filiação consagrada na Constituição não permite que subsistam distinções sucessórias entre irmãos (FARIAS; ROSENVALD, 2022).

Paulo Lôbo (2021) acrescenta que a distinção, além de anacrônica, desconsidera o afeto como elemento central das relações de parentesco, reconhecido pelo ordenamento jurídico.

Carlos Roberto Gonçalves adota um posicionamento mais neutro, reconhecendo a regra sucessória, mas ressaltando que a doutrina contemporânea a tem questionado em face da isonomia constitucional. Para o autor, embora o Código Civil mantenha essa diferenciação, há fortes argumentos no sentido de que a regra viola o princípio da igualdade entre filhos e deve ser reinterpretada à luz da Constituição (GONÇALVES, 2019).

A persistência de tal dispositivo pode ser atribuída, em parte, à inércia legislativa, a uma visão ainda predominantemente patrimonialista do direito sucessório à época de sua redação, ou a uma interpretação incipiente dos princípios constitucionais no âmbito do direito privado, que tardou a irradiar seus efeitos sobre institutos tradicionais.

2.3 O PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE E A IGUALDADE SUCESSÓRIA

A doutrina brasileira contemporânea reconhece o princípio da afetividade como vetor estruturante do Direito de Família. Ricardo Calderón (2013; 2017) sustenta que a afetividade, antes mero valor social, foi gradualmente assimilada pelo ordenamento jurídico como princípio, dotado de densidade normativa. A Constituição de 1988, ao consagrar a dignidade da pessoa humana, a solidariedade familiar e a igualdade, abriu caminho para a consolidação da afetividade como fundamento jurídico do parentesco.

Para José Afonso da Silva, o princípio da igualdade exige que a lei evite distinções arbitrárias, tratando de maneira equânime aqueles que são iguais e de forma diferenciada os desiguais, conforme suas particularidades (SILVA, 2020, p. 215).

Edson Fachin também contribui nesse debate ao defender a repersonalização do direito civil e a leitura constitucional dos institutos privados, colocando a pessoa concreta no centro do sistema. Essa perspectiva legitima a socioafetividade como elemento formador do vínculo jurídico, ao lado da biologia.

No campo da sociologia, Michel Maffesoli (2012) fala da “lei dos irmãos” como expressão da fraternidade no laço social, mostrando que a igualdade entre irmãos é um imperativo comunitário.

Nesse sentido, Donati e Botturi (2018) destacam que a família é espaço de pertença e de dom, em que a liberdade se realiza em relação, e não em isolamento. A pertença familiar, enquanto vínculo constitutivo, e o dom, enquanto expressão de gratuidade, demonstram que o valor da fraternidade não pode ser medido pela completude biológica do vínculo, mas pela experiência relacional que confere dignidade e sentido à vida em comum.

Essa abordagem filosófica e sociológica reforça a leitura jurídica da igualdade sucessória, na medida em que discriminações entre irmãos rompem justamente a lógica da pertença e da reciprocidade que caracteriza a família.

A partir dessa perspectiva, impõe-se uma releitura constitucional do conceito de fraternidade no âmbito jurídico. Se a Constituição de 1988, ao erradicar qualquer distinção entre filhos, elevou a igualdade e a dignidade a patamares inegociáveis, a relação de irmandade, que dela deriva, não pode ser submetida a critérios discriminatórios baseados na completude do vínculo biológico. O vínculo jurídico-afetivo que une irmãos, independentemente de serem unilaterais ou bilaterais, deve ser

interpretado sob o prisma da isonomia, superando a dicotomia biológica e reconhecendo a fraternidade como um imperativo de igualdade que transcende a mera consanguinidade.

Nesse contexto, importante mencionar o julgamento do RE 898.060/SC (Tema 622) pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a possibilidade da multiparentalidade, admitindo a coexistência de vínculos biológicos e socioafetivos, com efeitos pessoais e patrimoniais. o voto do Ministro Luiz Fux, relator, destacou que a dignidade da pessoa humana e a paternidade responsável são fundamentos constitucionais que autorizam a pluralidade de vínculos parentais. Para Fux, "*a realidade social não pode ser ignorada pelo Direito*", e a multiparentalidade atende ao princípio do melhor interesse da criança. Outros ministros, como Edson Fachin e Roberto Barroso, acompanharam essa posição, ressaltando que o afeto é elemento constitutivo do parentesco.

A doutrina também tem se debruçado sobre os efeitos desse precedente. Daniela Braga Paiano (2023) analisa os votos e destaca que a multiparentalidade reconhecida pelo STF implica não apenas em efeitos extrapatrimoniais (como guarda e alimentos), mas também patrimoniais, inclusive sucessórios. Gabriel Percegona Santos (2022), por sua vez, demonstra que o precedente tem irradiado efeitos para além da multiparentalidade, sendo utilizado para reforçar a igualdade nas relações familiares em geral.

Esse reconhecimento jurisprudencial fortalece a tese da inconstitucionalidade do art. 1.841 do CC/2002, pois se a Constituição, por meio da interpretação do Supremo Tribunal Federal, admite múltiplos vínculos parentais em igualdade de condições – conferindo-lhes plenos efeitos pessoais e patrimoniais –, torna-se paradoxal e juridicamente insustentável a manutenção de diferenciações sucessórias entre irmãos baseadas na origem da filiação. A coerência sistêmica do ordenamento jurídico exige que, se a filiação pode ser plural e igualitária, a fraternidade, que dela decorre, também o seja, desconstruindo hierarquias anacrônicas.

2.4 PROJETO DE LEI N.º 7.722/2017

O Projeto de Lei n.º 7.722/2017, de autoria das deputadas Laura Carneiro e Carmen Zanotto, tem como objetivo extinguir a diferenciação entre irmãos bilaterais e

unilaterais. A proposta altera a redação do art. 1.841 para estabelecer que todos os irmãos, independentemente de sua origem, herdem em partes iguais.

A justificativa do projeto encontra fundamento direto nos arts. 5º e 227, §6º da Constituição, que asseguram igualdade entre os filhos. Assim, se a Constituição não permite discriminação entre filhos, tampouco pode haver entre irmãos, que nada mais são do que filhos dos mesmos genitores, ainda que parcialmente. O PL já foi aprovado em caráter conclusivo na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, podendo seguir ao Senado sem necessidade de votação em plenário.

O avanço do PL demonstra uma tendência legislativa clara: eliminar dispositivos anacrônicos e adequar o Código Civil ao texto constitucional. Ao propor a revogação da regra discriminatória, o projeto responde a uma demanda social e acadêmica antiga, sintonizando-se com a evolução da doutrina e da jurisprudência.

Contudo, o texto deste projeto de lei busca mais "*reparar*" um erro do que, essencialmente, afastar definitivamente do Código Civil uma "*discriminação*" que não mais pode persistir à luz dos princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana (DIAS, 2019). E mais, referido texto não possibilita, de uma vez por todas, extinguir todas as controvérsias atuais sobre o tema, a exemplo dos irmãos que formam uma família anaparental.

2.5 PROPOSTA DO NOVO CÓDIGO CIVIL (PL. N.º 4/2025)

Em 2023, o Senado instituiu uma Comissão de Juristas com a missão de revisar e atualizar o Código Civil de 2002. O anteprojeto, entregue em 2024 e objeto do PL n.º 4/2025, abrange diversos aspectos do direito privado, incluindo o direito das sucessões.

No que se refere à sucessão colateral, o anteprojeto elimina a diferenciação entre irmãos bilaterais e unilaterais, estabelecendo a igualdade absoluta entre eles. A comissão reconheceu que a regra atual viola o princípio da isonomia e não reflete a realidade plural das famílias contemporâneas. Além disso, a proposta revisa a ordem de vocação hereditária e redefine os herdeiros necessários, restringindo-os a descendentes e ascendentes, com mecanismos de proteção para cônjuges e companheiros em situação de vulnerabilidade.

Essa reforma não apenas corrige a desigualdade entre irmãos, mas também projeta um **direito sucessório mais coerente com a Constituição de 1988 e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,** incorporando temas como multiparentalidade e afetividade.

3 CONCLUSÃO

A permanência do art. 1.841 do Código Civil de 2002, ao conferir tratamento desigual entre irmãos bilaterais e unilaterais, revela-se incompatível com a ordem constitucional inaugurada em 1988. A igualdade entre filhos, consagrada no art. 227, §6º da Constituição, e o princípio da dignidade da pessoa humana, não permitem que subsistam distinções que remontam a um modelo de família superado. A manutenção dessa regra não apenas perpetua discriminação histórica, mas também cria insegurança jurídica, alimentando litígios sucessórios e tensionando a interpretação judicial entre a letra da lei e os princípios constitucionais.

As novas perspectivas legislativas e jurisprudenciais apontam, contudo, para um cenário de superação dessa desigualdade. O Projeto de Lei n.º 7.722/2017 e o Projeto de Lei n.º 4/2025 - Anteprojeto do Novo Código Civil caminham no sentido de estabelecer a igualdade plena entre irmãos, refletindo a evolução social e acadêmica. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ao reconhecer a multiparentalidade no RE 898.060, fortalece a compreensão de que a afetividade e a pluralidade de vínculos devem ter proteção jurídica em igualdade de condições.

Conclui-se, portanto, que a consolidação da isonomia sucessória entre irmãos representa não apenas uma exigência normativa, mas também um imperativo ético e social, alinhado à realidade plural das famílias brasileiras.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 7.722/2017.

BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 898.060/SC. Rel. Min. Luiz Fux, j. 21 set. 2016.

CALDERÓN, Ricardo. Princípio da Afetividade no Direito de Família. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DIAS, Maria Berenice. Manual das Sucessões. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DONATI, Pierpaolo; BOTTURI, Francesco. Liberdade, relação, pertença e dom na família. Revista Brasileira de Direito Civil, v. 17, n. 2, 2018.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Sucessões. Salvador: JusPodivm, 2022.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

LÔBO, Paulo. Direito Civil: Sucessões. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

MADALENO, Rolf. Curso de Direito de Família. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MAFFESOLI, Michel. A lei dos irmãos. Revista FAMECOS, v. 19, n. 1, p. 6-15, 2012.

NOGUEIRA, Jacqueline Filgueras. A filiação que se constrói: o reconhecimento do afeto como valor jurídico. São Paulo: Memória Jurídica, 2001.

PAIANO, Daniela Braga. Da multiparentalidade judicial: análise dos votos e dos efeitos do julgamento do RE 898060. Revista do Direito Público, v. 18, n. 2, 2023.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil: Sucessões. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

ROSSATO, Caroline Rubin R.; ARPINI, Dorian Mônica. Os irmãos nas novas configurações familiares. Psicol. Argum., v. 30, n. 69, p. 275-285, 2012.

SANTOS, Gabriel Percegona. Reflexões sobre a multiparentalidade na jurisprudência brasileira: um estudo em quatro tópicos. Civilistica.com, v. 11, n. 3, 2022.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

JUDÔ, O CAMINHO SUAVE NA DESCOBERTA DE SENTIDO E VALORES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ADOLESCENTES NO ESPORTE.

Elisabete Góes Silva Pereira Muniz[1]

RESUMO

Este estudo visa apresentar uma análise da relação entre o esporte Judô e a descoberta de sentido e valores na fase da adolescência. Neste trabalho foi apresentada uma pesquisa bibliográfica e um relato de experiência da Logoeducação através da prática desta arte marcial. Como recurso educacional utilizou-se a concepção da filosofia do Judô, dos ensinamentos e dos valores transmitidos nas aulas como norteadores para a formação de vidas com sentido. Na discussão constata-se que a prática do Judô tem efetiva relevância para os adolescentes na projeção e na realização de projetos futuros, aponta para os valores de atitude, vivenciais e criativos, e os conduz a desviar-se dos possíveis riscos sociais. O experimento em questão relata uma vivência, à luz da Logoterapia e Análise Existencial – com foco na Logoeducação.

Palavras-chave: Logoeducação. Sentido. Adolescência. Judô. Esporte.

1 INTRODUÇÃO

A Logoterapia é considerada a terceira escola vienense de psicoterapia, surgindo depois das escolas da psicanálise de Freud e da psicologia individual de Adler. A vivência nos campos de concentração trouxe a Frankl a confirmação de que o homem deve sempre encontrar uma razão para viver, mesmo nas condições de vida mais extremas. Esta pesquisa tem como objeto de estudo a contribuição do Judô, na fase da adolescência, como o caminho suave na descoberta de sentido e valores. Portanto, o problema desta pesquisa é: Como a Logoterapia e a Análise Existencial aplicada à prática esportiva e filosófica do Judô contribuem para a descoberta do sentido da vida dos adolescentes e os conduz a realização de valores?

O objetivo geral deste trabalho é descrever a influência deste esporte, e das equipes sociais esportivas, na formação integral dos adolescentes podendo a sua prática ser utilizada como uma possibilidade de autotranscendência, autodistanciamento e de busca pelo sentido da vida. Os inúmeros benefícios oriundos

[1] Especialista em Logoterapia e Análise Existencial pela Universidade Católica de Salvador-UCSal. Engenheira Civil pela UFBA - Universidade Federal da Bahia. Psicologia na Universidade Católica de Salvador-UCSal (em curso). Técnica Judiciária do TRF1-Seção Judiciária da Bahia. elisabete.munizl@ucsal.edu.br

desta prática esportiva, por si só, pressupõem que todo o trabalho realizado no Judô tem reflexos nas diversas dimensões do desenvolvimento do ser humano: física, intelectual, emocional, cultural e social.

Ao estudar a influência do esporte Judô na adolescência, fase de muitas tensões, constata-se a importância múltipla deste esporte, para muito além da saúde física que possibilita desenvolver habilidades de concentração e coordenação motora. Vale ressaltar aqui o desenvolvimento intelectual e emocional dos atletas que provêm da filosofia praticada e do cumprimento às regras impostas nas aulas. Notam-se também os aspectos de amadurecimento das relações humanas a partir da participação em torneios e da vivência em equipes; estas experiências ampliam a sociabilidade dos adolescentes e os levam a compreender as diversas questões sociais e culturais que os cercam.

Os objetivos específicos que surgem do supracitado objetivo geral são: 1) Analisar a relação sentido de vida e esporte na adolescência. Na condição de desportista e judoca é possível perceber que os adolescentes sentem-se integrados à sociedade, independente da sua condição e classe social, pois o esporte tem esse poder de igualdade o que contribui para a descoberta do sentido num período em que eles questionam muito sobre a vida; 2) Apontar os valores de atitude, vivenciais e criativos oriundos da prática esportiva e a sua relevância na projeção e realização de projetos futuros. Os valores de atitude têm uma função de aprendizado, principalmente na fase de formação do indivíduo, pois através do sofrimento inevitável das derrotas, vivência comum na vida de qualquer atleta, faz-se necessário escolher uma atitude digna diante das perdas, e isto significa um crescimento emocional na vida de qualquer adolescente. Os valores vivenciais dão significado à vida mediante o acolhimento de experiências e de afetos, isto é, estes valores estão presentes nos vínculos criados entre os colegas desportistas que formam as equipes, cada um escolhido para assumir uma posição como ser único e irrepetível. Os valores criativos inseridos na vida dos adolescentes são inerentes à perspectiva de realização de projetos futuros, mediante tarefas para a comunidade visando o trabalho de transformação de vidas com sentido através do esporte; 3) Classificar os elementos preponderantes na formação humana dos adolescentes a partir das regras esportivas e da vivência em coletividade; 4) Identificar os fatores positivos refletidos na realidade familiar, escolar e social, a partir dos valores transmitidos, e das experiências vividas nas equipes esportivas.

A justificativa para a escolha do tema que associa a Logoeducação ao esporte Judô foi devido à experiência pessoal, mas também, a partir da escuta de colegas judocas sobre o quanto o Judô foi benéfico nas suas vidas. A partir dos relatos e da experiência fundamenta-se a influência positiva e os inúmeros benefícios que o Judô pôde proporcionar para o amadurecimento e a convivência em sociedade na fase da adolescência, refletido no desenvolvimento pessoal e profissional na fase adulta.

“Se todos os homens fossem perfeitos, seriam todos iguais uns aos outros, qualquer um poderia representar a bel-prazer outro qualquer, e para quem quer que fosse, portanto, seria cada qual um substituto.” (FRANKL, 2019a, p. 151)

2 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos e responder as questões deste estudo, foi escolhida a metodologia da pesquisa de cunho bibliográfico e o relato de experiência que valida e permite uma visão da realidade e conhecimento sobre o tema. O material utilizado para a coleta de dados da pesquisa bibliográfica tem a pretensão de embasar todo objeto do estudo. A escolha dos autores, quanto ao referencial teórico, além das obras de Viktor Emil Frankl, levou em conta o interesse e dedicação dos mesmos pela área da Educação e Esportes (AQUINO, 2015), (MIGUEZ, 2014) e (TUBINO, 2011).

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 FUNDAMENTOS DA LOGOTERAPIA E ANÁLISE EXISTENCIAL APLICADOS À EDUCAÇÃO

Ao longo da história do Brasil a educação vem ocupando um lugar de maior relevância, inclusive com especial destaque na Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, no Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto - quando no Art.205, Seção I, a educação é citada como direito de todos. **Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O texto da Lei Maior ainda dispõe sobre a liberdade de aprender e ensinar e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas para a área da educação, conforme versa o **Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) **II** - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; **III** - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino (...).

A dignidade da pessoa humana enquanto direito fundamental da República Federativa do Brasil perpassa pela educação, sendo esta reconhecida como um direito social, e, necessária para o pleno desenvolvimento de qualquer ser humano, de suas potencialidades, habilidades e competências. Como uma prática social, e, um direito fundamental de todo cidadão, a educação não pode ser restrita à escola. A educação é o resultado da ação dos meios culturais e sociais sobre os educandos, e, ela está presente por toda parte, vai muito além do ambiente escolar. “Mais do que nunca a educação há de ser educação para a responsabilidade. Ser responsável é ser seletivo, possuir capacidade para escolher.” (FRANKL, 2018, p.21)

A educação pode, portanto, ser formal ou informal. Entende-se por educação informal toda aprendizagem que ocorre espontaneamente e abrange os processos formativos que se desenvolvem na convivência humana, na vida em família, no ambiente laboral, nos centros de ensino e nas manifestações culturais, isto é, todos os conhecimentos adquiridos por meio da interação social e da vivência. Onde existem transferências de saber de uma geração a outra se pode falar em educação, mesmo que não exista um modelo de ensino formal.

> Afinar a consciência torna-se a tarefa primordial da educação, que não se pode mais ser concebida apenas em seu papel de transmitir conhecimentos ou valores, mas de preparar o homem para o desafio constante de configurar sentido à vida, respondendo pessoal e criativamente a seus desafios. (MIGUEZ, 2014, p.107)

A Logoeducação visa desenvolver a capacidade dos educandos a fim de tornar independentes e autênticas as suas tomadas de decisões a partir de valores pessoais, partindo do pressuposto que todo ser humano possui em si: liberdade da vontade, a vontade de sentido, e o sentido da vida. Um dos pilares da Logoterapia é a liberdade da vontade, isto é, a capacidade humana de superar o condicionamento, biopsicossocial, e as circunstâncias apresentadas. Em seu existir o homem é um ser livre e responsável para tomar uma posição diante das possibilidades que a vida dispõe.

“Justifica-se que o logoeducador venha refletir com o educando acerca das escolhas que este está realizando no mundo, confrontando com sua própria consciência visando tornar consciente o seu norteador existencial”. (AQUINO, 2015, p. 17) A existência do homem é considerada pela análise existencial como essencialmente governada pela vontade de sentido e constitui a transcendência de si mesmo, isto é, a natureza do homem o leva a se ultrapassar, o homem sempre se volta para algo diferente do seu próprio ser. “Isso porque o sentido da vida difere de pessoa para pessoa, de um dia para outro, de uma hora para outra. O que importa, por conseguinte, não é o sentido da vida de um modo geral, mas antes o sentido específico da vida de uma pessoa em dado momento”. (FRANKL, 2019b, p. 133)

A visão de ser humano para a Logoterapia e Análise Existencial não se restringe a uma compreensão biopsicossocial. Presente no mundo atual, a ciência fundada por Viktor Frankl se propõe a ajudar o homem em sua busca de sentido, valorizando sua unidade, dentro da totalidade das suas dimensões bio-psico-noética. O homem está só no meio do universo, isto é, dentro do seu espaço de destino ele é insubstituível e o seu destino é irrepetível. Frankl chamou de dimensão noética (dimensão espiritual), a liberdade própria dos seres humanos que são capazes de tomar decisões e fazer escolhas. As suas possibilidades são únicas, ninguém as tem, e, nem ele próprio voltará a tê-las. Ao utilizar como referência os diferentes tipos de capacidades do ser humano percebe-se que até hoje o sistema educacional tem priorizado o desenvolvimento cognitivo considerando mais relevantes as disciplinas tradicionais.

Educar não significa apenas explicar teorias; significa, acima de tudo, dialogar e fazer triunfar o pensamento dialógico. Educar é se relacionar! A educação será sempre bidirecional movida pela troca que existe entre educador e educando; de certo que, enquanto o professor ensina, ele também é aprendiz, ele revê aquele conhecimento sob o olhar de quem o recebe na prática, de quem o interpreta de forma individual, isto é, como cada aluno processa as informações e as leva para o mundo, a partir da sua personalidade única e de suas experiências anteriores.

3.2 A LOGOEDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA VIVÊNCIA ESPORTIVA

O nosso estudo terá como foco o esporte-educação, e, sob esta perspectiva, ele surge também com um significado social. Os esportes assumem o papel de gerar

situações de tensão que trazem uma resposta bastante eficaz, tanto de ordem biológica como psicológica para o desenvolvimento humano.

> O esporte, após a sua revolução conceitual, a partir do pressuposto do direito de todos à prática esportiva, passou a ser compreendido através das três manifestações esportivas, que na verdade são as formas de exercício deste direito, e constituem-se nas efetivas dimensões do esporte: a) o esporte-educação; b) o esporte-participação ou esporte popular; c) o esporte-performance ou rendimento (TUBINO, 2011, p. 35)

A adolescência, provavelmente, é a fase mais difícil e importante da vida, pois representa uma fase de transição e marca o primeiro contato consciente da pessoa com a sua identidade. Então, podemos dizer que a adolescência é uma tensão, uma inevitável tensão introspectiva do ser humano em desenvolvimento. Como se encontram numa fase intermediária os adolescentes estão em constante movimento, isto é, estão como sobre uma ponte a caminho do outro lado. “É claro que o homem não procura as tensões pelas tensões, mas, em particular, procura mais realizações que confiram sentido à sua existência.” (FRANKL, 2005, p. 98).

O esporte é uma tensão de curta duração onde os atletas passam a buscar respostas, objetivos, e encontram o sentido de vida tanto individualmente, como coletivamente. Na atuação da Logoeducação aplicada ao esporte, a participação coletiva é uma peça fundamental, é o local onde os integrantes daquele grupo encontram referências e se desenvolvem. Ele torna legítimos os comportamentos do indivíduo em sociedade e é gerador de estabilidade e segurança nas trocas sociais. Da mesma forma como ocorre na família formada por laços sanguíneos, o espaço de cada membro dentro das equipes esportivas precisam ser respeitados e as diferenças precisam ser acolhidas com tolerância.

No esporte é nítido e indispensável o respeito às individualidades, o respeito ao ser único e irrepetível que cada atleta carrega em si. O posicionamento deste perante os desafios é que faz a diferença, e é por causa dessas diferenças que cada um tem o seu valor. Por conta da unicidade própria do ser humano, cada educando deve ser formado e educado de acordo com a sua capacidade de realização e dentro do contexto da sua realidade. O esporte respeita e tem respostas para essa unicidade. Superando-se e convivendo em coletividade, esquecendo-se de si mesmo por meio da consciência, o atleta transcende, sendo capaz de ter um novo olhar para a vida, para o outro, e para os seus próprios problemas.

As práticas esportivas significam muito mais do que atividades corporais, em geral, preparam os seus praticantes para desenvolver as habilidades de conhecer, fazer, conviver e ser - exatamente os quatro pilares que dão base a Educação, segundo a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Executado de forma regular, todo esporte desenvolve nos educandos competências, capacidades e habilidades, associadas às dimensões afetivas, cognitivas, sociais, psicomotoras, e internaliza valores.

É importante ressaltar que, os elementos preponderantes na formação humana e educativa essenciais para a adolescência, neste contexto, serão realizados a partir das regras esportivas e da vivência em coletividade. Os resultados positivos oriundos dos valores transmitidos através da família social esportiva, e da prática do esporte serão, incontestavelmente, refletidos na realidade familiar, escolar e social da vida do adolescente.

3.3 UMA PROPOSTA DE LOGOEDUCAÇÃO PERMEADA PELA FILOSOFIA DO JUDÔ

O termo judô pode ser traduzido por “Caminho Suave” e este caminho deve ser interpretado como norma de vida. Destaca-se neste trabalho, entre todos os esportes, o Judô - a sua filosofia e arte. O estudo em questão avalia como essa “luta” auxilia no preenchimento do vazio existencial e leva o adolescente a se ultrapassar e a enfrentar desafios próprios da vida. O Judô nasceu do antigo Ju-Jutsu (técnica de flexibilidade) e foi fundado por Jigoro Kano por volta do ano 1860.

A razão pela qual se adotou o nome de judô diz respeito ao seu método não ser apenas uma arte (Jutsu), mas também uma doutrina (dô). O Judô pode ser resumido como a elevação de uma simples técnica a um princípio de viver. Mais do que um mestre de artes marciais Jigoro Kano era visto como um profundo orientador.

A Logoeducação e Análise existencial aplicada à prática do Judô na adolescência podem contribuir na realização de valores de criação, vivenciais e atitudinais, e a sua relevância na projeção e realização de projetos para o futuro podem ser classificados como elementos preponderantes na formação humana dos educandos. O método adotado pelo fundador do judô é muito mais do que uma simples reunião de golpes, o

judô é uma filosofia, por esse motivo, os resultados do Judô implicam na formação e educação dos jovens para o sentido de vida e ultrapassam os limites do tatame.

A Logoeducação sugere educar para a responsabilidade, e, neste caso, o educando se torna um ser responsável através da obediência às regras inerentes ao esporte, à vivência constante em coletividade e à superação dos próprios limites. Nas instituições esportivas, onde pessoas vinculadas se encontram por interesses comuns, geralmente ocorrem práticas coletivas baseadas na liberdade de cada ser humano, no entanto, é imprescindível o respeito às individualidades no intuito de que os comportamentos dos indivíduos sejam formados como fonte de estabilidade e segurança para as futuras trocas sociais.

Os esportes são uma das ferramentas para gerar tensão, eles são as formas modernas e seculares de ascetismo. No judô a ascese é a disciplina e o autocontrole estritos do corpo e do espírito, é o conjunto de práticas e comportamentos condicionados por esta arte marcial. A técnica e a arte podem ser cultivadas, mas a doutrina é a essência do judô. “O esporte educacional, com finalidade de formação para a cidadania, é aquele esporte apoiado nos princípios em que a inclusão de todos reforça a democratização da prática esportiva.” (TUBINO, 2011, p. 82)

Todo e qualquer esporte tem extrema importância na vida das pessoas, independente de qual seja, pois, toda a prática de exercício físico aumenta a produção de endorfina e serotonina no corpo, que são os hormônios responsáveis pela sensação de bem-estar, vitalidade e satisfação. O Judô ensina técnicas e golpes, mas, para além destes ensinamentos existem os benefícios próprios da prática de uma filosofia que trabalha nas aulas valores e conceitos que são transformadores de vidas.

3.4 RELATO DE EXPERIÊNCIA LOGOEDUCATIVA COM JUDOCAS ADOLESCENTES

Neste capítulo apresenta-se o relato de uma experiência logoeducativa com judocas adolescentes partindo da prática esportiva do Judô. Na condição de voluntária deste trabalho familiar, inteiramente envolvida nas aulas, na organização dos campeonatos, festivais, exames de faixas, confraternizações juninas e natalinas, organização das viagens e dos eventos para arrecadar fundos, substituição de professores, e, também como aluna desta Associação, foi possível experienciar a

realização de um trabalho onde a Logoeducação, através desta arte marcial milenar, proporcionou a realização de sentido e valores na vida de muitos adolescentes para além das aulas ministradas nos tatames.

O local onde ocorre o relato de experiência desta pesquisa, a Associação Judô Katas de Desporto foi fundada, no ano de 1981, pelo professor Carlos Lopes Pereira, falecido em janeiro de 2022, um professor apaixonado pelo esporte e pela educação que tinha o sonho de criar uma instituição com o intuito de educar e formar, de forma integral, crianças, adolescentes e jovens para o sentido da existência através dos ensinamentos e da filosofia do Judô. Como professor de Educação Física e faixa preta de judô, àquela época, almejou disseminar entre os seus alunos a prática do referido esporte, e todo o bem que a filosofia desta arte marcial proporcionou à sua própria vida. Desta forma, surge a instituição que se estabelece firme até hoje em pleno funcionamento na cidade de Salvador - Bahia.

Importante ressaltar que, o Judô vivenciado nesta associação tem identidade própria: para além do esporte, dos treinamentos, das competições e da graduação, o Judô é praticado como uma arte, uma filosofia de vida capaz de conduzir os judocas ao enfrentamento dos desafios, à disciplina, à sociabilidade, ao respeito ao adversário, à autonomia, à convivência em equipe e à responsabilidade. Pode-se situar como ponto de partida desta vivência a iniciação dos adolescentes no esporte como faixa-branca, e, como fechamento a conquista da faixa-preta, quando os alunos tornam-se “Senseis”, isto é, professores (dentro de um período de aproximadamente dez anos).

Os maiores aprendizados transmitidos aos adolescentes, além das técnicas da luta, foram os valores necessários e indispensáveis para a formação do caráter de qualquer ser humano: o respeito a si e ao próximo, a dignidade, a honestidade, a humildade, o autocontrole, a responsabilidade, a postura, a coragem, o enfrentamento, a verdade, e tantos outros. O comprometimento social desta instituição, a dedicação do seu fundador e o olhar individualizado para cada aluno, como ser único e irrepetível, foi de fundamental importância para o alcance de tantos resultados positivos a partir dos benefícios que a prática do Judô proporciona física e emocionalmente ao ser humano.

Em relação ao tema desenvolvido foram transcritos discursos sintetizados da experiência de ex-alunos da Associação Judô Katas de Desporto na fase da adolescência. Para preservar a identidade dos participantes, os seus respectivos

nomes são fictícios, obedecendo ao sigilo e cumprindo os procedimentos éticos da prática profissional.

3.5 RECORTE DAS FALAS

Fala 1: Meu nome é Vencedor. Comecei no judô aos 13 anos em uma fase muito complexa da minha vida, pois, na minha realidade cotidiana tinha que conviver com um pai alcoólatra. Ele era um ótimo pai, muito amigo dos filhos, mas, derramava sobre os mesmos essa tristeza. Neste período eu encontrei no meu “Sensei” um exemplo de desportista e pai exemplar, e isso foi determinante para mim como apoio e entendimento para compreender a fraqueza do meu pai. Eu encontrei no Judô o suporte emocional para seguir de forma livre e responsável, decidido por não trilhar o caminho do alcoolismo. A lição que o Judô em particular me deixou foi entender que a vida é uma eterna competição, que é preciso sempre está pronto para as lutas da vida e saber levantar fortalecido, depois de uma queda.

Através da vivência dos adolescentes no esporte ocorre à possibilidade do autodistanciamento, isto é, a capacidades única e humana de liberdade que o homem tem de poder distanciar-se de si mesmo e de uma situação, sendo capaz de olhar de fora para dentro despertando para si mesmo ao assumir um novo posicionamento diante dos próprios condicionamentos psíquicos e biológicos. Hoje tenho 56 anos, sou faixa-preta, trabalho como Professor de Judô e Coordenador de Esportes em uma prefeitura no interior da Bahia, atuando na formação de crianças e jovens, em um projeto de educação através do Judô, esporte onde encontrei o sentido da minha vida.

> Sei perfeitamente até onde vai a liberdade do homem, que é capaz de se elevar acima de toda a sua condicionalidade e de resistir às mais rigorosas e duras condições e circunstâncias, escorando-se naquela força que costumo denominar o poder de resistência do espírito (FRANKL, 2019a, p. 63)

Fala 2: Meu nome é Campeão. Iniciei no judô aos 14 anos às vésperas do Campeonato Brasileiro de Judô para Cegos e fui convidado pelo professor para viajar como competidor compondo a Equipe de Deficientes Visuais da Bahia. Foi uma experiência única e inesquecível, no entanto, eu trouxe muito aprendizado daquela competição, mesmo sendo ainda um adolescente. O princípio do judô que levo para vida é este: quem teme perder, já está vencido. Um momento muito difícil foi o período do vestibular, principalmente sendo um portador de deficiência, além de toda tensão que existe para a escolha do curso e o sucesso nas provas. Contudo, o Judô me ajudou

muito para além dos golpes, pois, aprendi e desenvolvi a técnica de receber os desafios de cabeça erguida e entender as reprovações como degraus para o aperfeiçoamento. Hoje tenho 35 anos, sou faixa-preta, sou advogado formado pela UCSAL, atuante na OAB-BA, e, posso afirmar com certeza que, ainda hoje o Judô contribui para a minha vida profissional.

A Logoterapia afirma que a vida em qualquer circunstância oferece um significado, um sentido a ser descoberto. Baseado na sua teoria ser homem significa, sobretudo, ser capaz de ir além dos condicionamentos, e isto só é possível devido à capacidade do espírito. Os valores de atitude têm uma função de aprendizado, faz-se necessário escolher uma atitude digna diante das adversidades. “O destino biológico é, para a liberdade humana, puro material a configurar. Tal é, na perspectiva do homem, o seu último sentido. De fato, observamos constantemente como o homem lhe dá sentido ao integrá-lo na estrutura histórica e biográfica da sua vida.” (FRANKL, 2019a, p.169)

Fala 3: Meu nome é Vitória. Comecei no Judô aos 12 anos. Um dos primeiros valores e princípios que aprendi foi o respeito a si próprio, ao próximo e o controle das ações e atitudes. Na época da adolescência era muito difícil aceitar perder e muitas vezes chorando não conseguia controlar o impulso, a decepção e a raiva. Um momento delicado e de tensão que vivi foi quando descobri as traições do meu pai e ninguém acreditava em mim, inclusive a minha mãe que era muito severa e não dialogava. O judô era minha válvula de escape, onde eu conseguia sorrir, brincar, correr, praticar as técnicas, onde havia escuta e acolhimento, carinho e afago.

Lembro que em uma competição eu estava muito tensa e nervosa por que estava com medo. O professor perguntou o que eu tinha, e eu respondi que era medo de perder. Ele disse: você apenas precisa se concentrar e fazer o que treinou. Se você não conseguir não tem problema, o mais importante é participar e reconhecer que o outro foi melhor. Hoje tenho 48 anos, sou faixa-preta, sou Assistente Social e Pedagoga; atualmente exerço a função de Diretora de Escola na Rede Municipal de Ensino em Salvador – Bahia, com alunos na fase pré-escolar, crianças de 2 a 5 anos.

Fala 4: Meu nome é Valente. Iniciei o judô aos 10 anos. Eu sou filho de pais separados, desde os 4 anos de idade eu morava com meu pai e uma madrinha, o que não era fácil para mim. O judô elevou a minha autoestima, comecei a lutar contra a

minha timidez e a socializar, mas, sobretudo, meu sofrimento diminuiu devido à distância e a ausência da minha mãe, quando passei a ter o meu tempo ocupado com os treinos. Durante a adolescência o Judô contribuiu muito na minha formação como ser humano: aprendi a respeitar aos outros, a controlar a minha agressividade, a ter mais tolerância, a enfrentar as dificuldades de frente, a ter equilíbrio para controlar as emoções nas situações mais difíceis; também me proporcionou frequentar ambientes com pessoas saudáveis; aumentar a minha concentração nos estudos e obter melhores resultados na escola.

A coragem adquirida no Judô me motivou a enfrentar uma mudança de país com apenas 23 anos. Hoje tenho 54 anos, sou faixa-preta, Enfermeiro com M. Educação e Ass. Renais e Tratamento de Hemodiálise, M. Gerontologia e M. Unid. Tratamento Pulmonar Intensivo e trabalho em um Hospital Público em Arezzo na Itália há 28 anos.

“Quem considera marcado o seu destino torna-se incapaz de vencê-lo.” (FRANKL, 2019a, p. 166)

Fala 5: Meu nome é Vitorioso. Comecei a praticar o Judô com 8 anos. Sempre fui muito tímido e introspectivo, principalmente na adolescência, e o judô me ensinou a enfrentar a vida e seus desafios de frente e com a cabeça erguida. Os valores transmitidos pelo Judô sempre me acompanharam: disciplina, respeito, honestidade, resiliência e persistência. O maior princípio da filosofia do Judô que marcou a minha vida é este: Conhecer-se é dominar-se. Dominar-se é triunfar.

Hoje tenho 51 anos, sou faixa-preta, Professor de Educação Física, Pedagogo, Professor de Judô e Vice-Diretor de uma escola privada no interior da Bahia. Desenvolvo um projeto de Judô onde mais de 200 crianças são educadas e conduzidas para o sentido da existência a partir dos princípios do Judô.

“Ser humano significa ser em face de um sentido a ser preenchido e de valores a concretizar. Isto é, trata-se de viver nesse campo de tensão estabelecido na relação existente entre a realidade e os ideais a serem materializados.” (FRANKL, 2011, p. 69).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo exposto, nos parece cabível compreender como a Logoterapia e a Análise Existencial aplicada à prática esportiva e filosófica do Judô é capaz de

direcionar os adolescentes quanto à busca do sentido da vida, da realização de valores e preenchimento do vazio existencial. Desta forma, a influência do Judô, e das equipes esportivas, é de fundamental importância para uma educação e formação integral dos adolescentes libertando-os dos reducionismos. Ao propor que o desenvolvimento dos mesmos se processe de forma integral (biopsicoespiritual), como ser livre e responsável, único e irrepetível, esta educação no esporte os orienta para a autotranscendência, abrindo-os para o outro, isto é, proporcionando uma abertura do educando para a comunidade.

É importante ressaltar que, o embasamento teórico de cunho bibliográfico quando confrontado com o relato descrito proporciona experiências da Logoeducação através do Judô para que haja realização de valores de atitude, vivenciais e criativos oportunizando aos adolescentes um propósito de vida com perspectiva de realização de projetos futuros. A relevância deste estudo na área da educação pelo esporte se torna ainda mais urgente nos dias atuais, visto que, os riscos de doenças físicas, mentais e emocionais entre crianças e adolescentes têm crescido assustadoramente, sendo detectadas entre as suas diversas causas: o excesso do uso dos eletrônicos, o isolamento social, o sedentarismo, a fraqueza diante do sofrimento, a ausência de limites e o egocentrismo.

Cabe ainda salientar, como relatado acima, que os resultados oriundos desta prática esportiva, isto é, da concepção desta filosofia, da obediência às regras impostas pelo Judô, dos ensinamentos e valores adquiridos, do enfrentamento necessário a cada nova luta, e da vivência em coletividade foram identificados como fatores positivos viabilizando o encontro do adolescente com o sentido da vida, desviando-os dos possíveis riscos sociais, e tendo reflexos notáveis de crescimento nas suas relações e realidades familiar, escolar e social.

Por fim, faz-se uma alerta necessária para que mais professores de Judô tenham um olhar cuidadoso para a fase da adolescência, por ser uma fase ímpar na formação integral de qualquer ser humano, uma fase de tensão e paixões, mas, principalmente por ser a maior fase de busca por sentido. “O homem tem curiosidade de situar os limites de suas possibilidades, mas, pela busca dos mesmos, ele os empurra para mais adiante, como o horizonte. Segue-se daí que em qualquer competição esportiva o homem na realidade compete consigo mesmo.” (FRANKL, 2005, p.101)

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 Nov. 2022.

AQUINO, T. A. A. **Sentido da vida e valores no contexto da educação:** uma proposta de intervenção à luz do pensamento de Viktor Frankl. 1ª ed. São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANKL, V. E. **Um Sentido para a Vida:** Psicoterapia e Humanismo. 27ª ed. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2005.

_____. **A vontade de sentido:** Fundamentos e aplicações da logoterapia. 1ª ed.ampl., incluindo o posfácio “A desguruficação da logoterapia”. – São Paulo: Paulus, 2011. – Coleção Logoterapia. .

_____. **Psicoterapia para todos:** Uma psicoterapia coletiva para contrapor-se à neurose coletiva. 3ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

_____. **Psicoterapia e sentido da vida:** Fundamentos da logoterapia e análise existencial. 7ª ed. – São Paulo: Quadrante, 2019a.

_____. **Em busca de sentido:** um psicólogo no campo de concentração. 46ª ed. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2019b.

MIGUEZ, E. M. **Educação em busca de Sentido:** Pedagogia inspirada em Viktor Frankl. São Paulo: Paulus, 2014. – (Coleção Logoterapia) Vários autores.

TUBINO, M. J. G. **Dimensões sociais do esporte.** 3ª ed. São Paulo-SP, Cortez, 2011. – (Coleção questões da nossa época; v. 25)

RITMOS URBANOS-INDUSTRIAIS SOBRE COMUNIDADES RURAIS E O PAPEL DO PSICÓLOGO NOS ESPAÇOS EM PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO

Mariana Macedo Valverde Coelho[1]

Cristina Maria Macêdo de Alencar[2]

RESUMO

Este trabalho apresenta relações entre a psicologia, a ruralidade e a modernização, considerando estudos sobre a desterritorialização, a aceleração urbano-industrial em comunidades rurais, e o sofrimento psicossocial de sujeitos que vivem no meio rural, devido a eventos que podem levá-los à remoção dos espaços habitados. Juntamente a isso, é exposto o papel do psicólogo dentro dessas áreas nas comunidades rurais. Desse modo, a pesquisa possui uma abordagem qualitativa de caráter exploratório bibliográfico ilustrada por coleta de dados de artigos científicos e em matérias jornalísticas que tratam do projeto de implantação da Ferrovia de Integração Oeste -Leste (FIOL) e do Porto Sul em Ilhéus. Como resultado, demonstra-se a necessidade de aprofundar pesquisas em psicologia sobre sofrimento psicossocial em ambientes rurais cujos modos de vida possam ser afetados por intervenções urbano-industriais.

Palavras chaves: Psicologia; Ruralidade; Sofrimento psicossocial; Desterritorialização e Pertencimento.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo de iniciação científica possui o intuito de relacionar a psicologia, a ruralidade e a modernização, aqui considerada, por mudanças no modo de vida decorrentes de projetos de infraestrutura de transporte. Tais conceitos se associam pelo olhar psicológico, ao haver o envolvimento de pessoas e comunidades que necessitam de um cuidado atento, acerca de eventos que podem ser prejudiciais ao sujeito rural. A psicologia é uma ciência que forma profissionais, os quais possuem o objetivo de promover a saúde mental para a população. Segundo Martín-Baró (1970, p.7) “Na medida em que a psicologia tome como seu objetivo específico os processos da consciência humana, deverá atender ao saber das pessoas sobre si mesmas, enquanto indivíduos e enquanto membros de uma coletividade.”. A ruralidade é uma noção teórica que se refere à vida cotidiana dos sujeitos rurais com suas subjetividades, conforme aponta Rodrigo Kummer (2021, p. 12): “A ruralidade pressupõe a existência de uma

[1] Graduanda da Universidade Católica do Salvador. E-mail: marianamacedo.coelho@ucsal.edu.br
[2] Professora e Doutora da Universidade Católica do Salvador. E-mail: cristina.alencar@pro.ucsal.br

sociabilidade, de gente, de tradições, de cultura inserida num território, um modo de vida.” A compreensão desses dois conceitos, em relação, apresenta a necessidade de um olhar assertivo sobre essas comunidades rurais e explícita como a saúde mental e prevenção do sofrimento psicossocial sobre comunidades rurais são essenciais para seus indivíduos. Neste artigo daremos foco à necessidade de cuidados para as comunidades rurais, devido aos eventos provenientes do deslocamento territorial involuntário dos sujeitos nesses espaços.

Desse modo, esse processo de desterritorialização se configura pela possível ruptura do sentimento de pertencimento de um indivíduo ao seu território (OLIVEIRA, 2011 apud MAMÉDIO). “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1994, p. 15). Nesse sentido, diante do rompimento da identidade nos espaços físicos e afetivos de onde habitam os sujeitos rurais, devido aos eventos da desterritorialização, é necessário, para um bom desenvolvimento populacional, que haja a presença de profissionais da saúde para colaborarem com o contexto social e diante sofrimento psicossocial de cada cidadão rural envolvido nesses espaços. Sendo assim, o artigo irá discorrer sobre o processo do sofrimento psicossocial em comunidades que são afetadas pela rápida mudança decorrente da modernização, da aceleração urbano-industrial em áreas rurais e da desterritorialização pelos moradores de regiões rurais, os quais necessitam se deslocar para que construções de um suposto avanço e melhoria local sejam implantadas nas terras onde habitam.

Nesse sentido, no meio rural, o papel do psicólogo atende diversas comunidades que são pressionadas a saírem de suas residências para que os processos de desenvolvimento urbano-industrial ocorram. Essas ações prejudicam o sujeito, pois a rápida implementação desses recursos favorecem adoecimentos psíquicos e estimulam diversas manifestações emocionais. A compreensão, por parte do profissional, sobre a relevância de inserir psicólogos nos meios rurais para atender os sujeitos que necessitam ser compreendidos em meio às perdas de qualidade de vida, reforça a importância do papel do psicólogo no contexto rural. Dessa forma, o valor de visar um compromisso profissional do psicólogo para com as causas populares é essencial para as comunidades afetadas pelos processos de desterritorialização e aos impactos psicossociais decorrentes da aceleração do desenvolvimento urbano-

industrial. Como menciona Ignácio Martín-Baró no artigo sobre o papel do psicólogo ao citar Whitford, 1985 em pesquisa sobre o povo nicaraguense:

> Poder-se-ia também mostrar todos os casos de psicólogos que têm servido e que continuam servindo as causas populares e revolucionárias. Mas esses pontos mostram que, se tomamos como ponto de partida o que psicólogos fizeram ou estão fazendo, não poderemos desbordar uma idéia positivista que nos mostrará uma imagem factual mais ou menos satisfatória, mas que deixará de lado todas aquelas possibilidades que, historicamente, têm sido descartadas. Daí o imperativo de examinar não só o que somos, mas o que poderíamos ter sido, e sobretudo, o que deveríamos ser frente às necessidades de nossos povos, independentemente de contarmos ou não com modelos para isso. (WHITFORD,1985, p. 14 Apud MARTÍN-BARÓ)

Nesta perspectiva, o objetivo do artigo é demonstrar as relações do sofrimento psicossocial em comunidades rurais afetadas pela rápida mudança de modernização e o papel do psicólogo nesses espaços, considerando, como ilustrativo, o caso concreto do projeto da ferrovia de integração oeste-leste - FIOL.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo possui, em sua totalidade, uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, com objetivo de examinar a temática sobre o sofrimento psicossocial gerado pela desterritorialização e a aceleração urbano-industrial em comunidades rurais. Para a coleta de dados dessa pesquisa, foi necessário o uso de revisão bibliográfica, a fim de buscar referenciais teóricos no campo da psicologia e da desterritorialização de comunidades em espaços rurais e os impactos psíquicos, consequentes, para a população. As coletas bibliográficas foram realizadas em artigos do portal periódicos da CAPES, que inclui periódicos indexados ao SCIELO, mas também especificamente na base de dados Scielo Brasil (www.scielo.br) e Google Acadêmico, que comungam a psicologia, o sofrimento psicossocial, o movimento de desterritorialização, a remoção compulsória, a modernização, o papel do psicólogo e as relações entre o rural e o urbano. Ao pesquisar “Psicologia and Ruralidade”, para buscar informações sobre o embasamento do artigo científico, foram apresentadas, no Google Acadêmico, 3.040 resultados de artigos científicos entre os anos 2015 até 2024, artigos em português obteve e 2.760 resultados. No Portal Periódicos CAPES foram encontrados 12 resultados de artigos científicos, dentre eles 11 são produções nacionais e 1 internacional. Na biblioteca virtual SCIELO foram encontrados 7 artigos sobre a temática, dentro desses resultados 4 são produções nacionais e 3 internacionais. Escolhidos os artigos, eles foram fichados seguindo modelo de resumo

interpretativo, como trabalhado no Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza - DSN, vinculado ao PPG Território, Ambiente e Sociedade / UCSAL. Para possibilitar, empiricamente, a compreensão do sofrimento psicossocial em áreas rurais, foi necessário coletar informações e dados por links e notícias relativas à temática, a partir de fontes jornalísticas e por manifestações movidas pela internet (Sociedade civil), que apresentam questionamentos sobre os efeitos da construção, já suspensa[3], da Ferrovia Oeste-Leste, que podem ser prejudiciais para as comunidades rurais. Para ilustrar os resultados bibliográficos, foi utilizada parte da coleta de dados realizada na prática de iniciação científica em pesquisa de doutoramento sobre sofrimento Psicossocioterritorial[4]. As palavras-chaves que compõem essa pesquisa bibliográfica são: Psicologia, Ruralidade, Sofrimento psicossocial, Desterritorialização e Imediatismo Contemporâneo. Mediante às diversas coletas de dados referente ao processo de desterritorialização em comunidades rurais, também houve coletas de dados sobre o projeto da construção e operação da Ferrovia de Integração Oeste Leste - FIOL e do Porto Sul, em Ilhéus, como um caso concreto de situação potencial de adoecimento. A Fiol e o Porto Sul são um conjunto de projetos logísticos integrados na Bahia, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico regional por meio da facilitação do transporte de minério de ferro extraído na região de Caetité até o Porto Sul, em Ilhéus. A referida coleta decorre do trabalho de iniciação científica na pesquisa de doutoramento do Psicólogo Ambiental Thiago Guimarães Siqueira no PPG Território, Ambiente e Sociedade da UCSAL.



Figura 1 - Localização Geográfica da Integração Oeste Leste

[3] O contrato da Ferrovia Leste- Oeste (FIOL 1) foi suspenso em março de 2025 pela empresa Bahia Ferrovias S.A (Bamin).
[4] A tese de doutoramento de Thiago Guimarães Siqueira, aborda a compreensão das comunidades rurais que são afetadas pelas operações ferroviárias e portuárias da FIOL/ Porto Sul.

Fonte: VALEC, 2022



Figura 2 - Trechos da Ferrovia FIOL: Ilhéus/BA – Caetité/BA; Caetité/BA – Correntina/BA; Barreiras/BA – Mara Rosa/GO.

Fonte: VALEC, 2022

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 RURALIDADE E DESTERRITORIALIZAÇÃO

A ruralidade envolve valores e características associadas à vida no campo e ao estilo de vida das comunidades existentes. “Maria José Carneiro (2012) designou de “ruralidades contemporâneas” as localidades rurais nas quais ocorre uma reestruturação dos elementos da cultura local mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas.” (CHIODI; MORUZZI; MURADIAN, 2018). Desse modo, a partir da compreensão sobre a ruralidade, a desterritorialização é o distanciamento de uma população sobre um espaço ocupado, e esse fenômeno retira da comunidade a qual estava habitada, os objetos de valor, a identidade, as memórias, a afetividade e experiências colecionadas ao longo do período de habitação. O processo de desterritorialização, no meio rural, favorece uma ruptura emocional sobre os bens materiais e de um simbolismo sobre o ambiente, assim corrompendo as relações afetivas com as propriedades, pessoas e comunidades desses espaços. A comunidade em questão vivencia o desenraizamento e desterritorialização sociocultural e econômica, associados à expropriação de direitos e costumes tradicionais, inseridos no

processo de globalização do meio rural (MAMÉDIO *et al*., 2021). O local no qual o indivíduo vivencia, é compartilhado por pessoas e comunidades, as quais compartilham vivências e experiências no espaço, devido a influência que o ambiente possui na identidade do sujeito.

> Um processo de desterritorialização pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços/fronteiras econômico-políticos de integração. Também os indivíduos, classes e grupos sociais incorporam sempre, embora em diferentes níveis e escalas, perspectivas desterritorializadas/desterritorializantes. (HAESBAERT 2003, p.181)

A psicologia se relaciona com a ruralidade quando o rompimento da vida rural do sujeito eleva o sofrimento psicossocial e ocorre uma persistente sensação de desvalia sobre a vida dos habitantes das áreas rurais. Dessa forma, o envolvimento do sujeito com o espaço possui relações intrínsecas e conexas que permite ser compreendida a partir de áreas da psicologia que circulam o âmbito das comunidades rurais. Assim, segundo Moser (2005), apresenta a psicologia ambiental e o modo em que está vinculada com o sujeito e o ambiente:

> A psicologia ambiental é uma disciplina que trata do “psicológico”, quer dizer, do indivíduo enquanto ser que pensa, que sente e que age, de um lado, e do ambiente, de outro lado. Trata-se de Psicologia, portanto de uma disciplina que lida com o indivíduo em sua relação com o ambiente. (MOSER, 2005, p.280)

Nesse sentido, a psicologia ambiental, tratando-se dos processos de desterritorialização, pactua o entendimento de que há sofrimento psicossocial da população sobre o processo de realocação para outro ambiente, os quais não possuem interesse, vínculo e afetividade sobre o local. “A especificidade da Psicologia Ambiental é a de analisar como o indivíduo avalia e percebe o ambiente e, ao mesmo tempo, como ele está sendo influenciado por esse ambiente.” (MOSER, 1998)

Partindo por esse pressuposto, o sofrimento psíquico é uma construção social, embora seja expresso como individualizado. É individualizado porque é socializado dessa forma. Por isso, é de ninguém e de todos - empiricamente infinito e sociologicamente limitado (Otero, 2005). Nesse sentido, é compreensível que o sofrimento é moldado e possui influências por fatores socioculturais que estão presentes no ambiente, o qual o sujeito está situado. Embora o ambiente seja importante para a modulação do indivíduo, os vínculos e a afetividade, inseridos nele, também são relevantes para as relações sociais e a sensação de pertencimento ao espaço territorial e a uma comunidade. Dessa forma, o local onde o indivíduo está

alocado compõe sua expressividade emocional e identidade; portanto, a remoção abrupta desses sujeitos rurais dos espaços habitados gera um sofrimento psicossocial significativo, o qual desencadeia emoções que refletem os sentimentos persistentes e expressivos sobre esses eventos.

> Algumas emoções podem desencadear desequilíbrios químicos no organismo sendo principalmente a tristeza e a frustração, podendo causar sérios transtornos mentais, como a ansiedade generalizada e a depressão. (...) as características gerais do modo de vida e fatos do cotidiano podem afetar a subjetividade misturando-se com emoções e sentimentos relacionados com processos de sofrimento e de adoecimento psíquico. (SILVA, 2023)

Dessa forma, compreende-se que o sofrimento psicossocial de populações situadas em áreas rurais podem provocar prejuízos emocionais aos indivíduos, principalmente devido à necessidade de se sentir pertencente a sua cultura e local onde habitava. O sentido de pertencer a algum lugar, é uma sensação de integralidade a um espaço acolhedor e significativo, porém, quando ocorre o rompimento desse sentido o sujeito não se sente pertencido, valorizado e incluído nos espaços habitados. A sensação de pertencimento começa a esmorecer quando o indivíduo identifica que não domina o conjunto de acontecimentos que caracteriza sua existência. Ao reconhecer-se marionete de vontades alheias, ocorre a fragilização do sentido e, por consequência, da sensação de pertencer (MATHIAS, 2023). Dessa forma, para uma comunidade que necessita se deslocar, devido a desterritorialização e ao desenvolvimento urbano-industrial, há uma perda de laços sociais profundos, emocionais e afetivos, para iniciar um período de adaptação em outro local. Assim, a noção de pertencimento vincula-se à cultura e a identidade do sujeito em um espaço e a sua vivacidade nesse meio, está correlacionada com o que foi citado no artigo “Escala de Necessidade de Pertencimento” por Gastal e Pilati (2016):

> A necessidade de pertencimento foi primeiramente mencionada por Baumeister e Leary (1995), sendo definida como uma motivação que seres humanos têm para procurar e manter laços sociais profundos, positivos e recompensadores. Dessa forma, ela se refere não só à necessidade de estar inserido em um grupo, mas à qualidade dos laços estabelecidos com outros indivíduos e o sentimento de aceitação presente. (GASTAL; PILATI, 2016, p.286)

A ressignificação da identidade nesses espaços é um elemento crucial para o entendimento de si. No entanto, com a modernização acelerada e o desenvolvimento do urbano-industrial nas áreas rurais, iniciou-se um processo de deslocamento do sentido da vida das pessoas que precisaram mudar o modo de vida para adequar-se ao ritmo urbano-industrial. É entendível que a modernização é um elemento crucial para

o desenvolvimento da sociedade e, principalmente, no âmbito econômico, mas quando a modernização é imposta aceleradamente à população, pode causar malefícios evidentes nos processos psicológicos básicos e na ressignificação do sujeito. A mudança de ritmo que a modernidade impõe ao substituir o ritmo da natureza, pelo ritmo da máquina, inerente ao modo urbano-industrial interfere, significativamente, no bem-estar das comunidades rurais, visto que o estilo de vida e o bem-estar das pessoas são afetados para que a modernização urbano-industrial possa se desenvolver em áreas já ocupadas. Esse feito, considerando o deslocamento das comunidades para a construção de mecanismos modernizantes, provoca um rompimento na relação entre o sujeito, espaço de origem e a sua relação com a ruralidade, o que concede a ruptura ao acesso dos locais onde ocorreu a desterritorialização e ao deslocamento para um ambiente novo, pois o indivíduo não possui familiaridade com o espaço. No entanto, é possível que o sujeito construa relações e laços comunitários, ao dar sentido e significado ao novo espaço habitado, pois mesmo ocorrendo a mudança de ambiente, a resiliência, ou seja a capacidade de se adaptação em que as comunidades afetadas desenvolvem durante este processo, possibilita o reajuste aos novos espaços onde se reterritorializa. “A resiliência é fortemente relacionada com a identidade construída a partir do lugar onde reside o sujeito” (CAMARGO; BASÍLIO, 2025, p. 10).

3.2 O CUIDADO DA PSICOLOGIA SOBRE AS COMUNIDADES RURAIS

A coleta de informações para a composição deste artigo, conteve uma busca significativa sobre a “ruralidade e a psicologia” e “psicologia e desterritorialização”. Foram encontrados cerca de 19 artigos sobre essa temática no Portal Periódico CAPES e no SCIELO. Dessa forma, a quantidade de resultados expressos, demonstra a necessidade que a psicologia tem em continuar buscando sobre o tema e prosseguir os estudos sobre a relação da psicologia com a ruralidade, pois o entendimento sobre esses conceitos colaboram para o desenvolvimento pleno de recursos que podem auxiliar os profissionais na compreensão dos efeitos da desterritorialização em comunidades rurais.

A prática da psicologia, nesses espaços, colabora com o entendimento dos profissionais, acerca das populações afetadas pela desterritorialização, pois inicia o processo de compreensão sobre o rompimento dos laço afetivo-emocional de um

território, e a crescente sensação da falta de pertencimento sobre o local habitado. Nesse sentido, a psicologia envolve diversas áreas que cercam o estado psíquico, o âmbito territorial e social, e, essa diversidade, permite que haja uma expansão de suas características em diferentes espaços e comunidades. Embora seja comum a manifestação da psicologia em áreas urbanas, é essencial obter um olhar atento para a população das áreas rurais, para entender a necessidade do envolvimento da psicologia na população. Em decorrência a isso, algumas comunidades rurais são significativamente negligenciadas, e não possuem o suporte psicológico e cognitivo para suportar momentos de transições extremas, como a mudança do estilo de vida, mediante ao processo de desterritorialização de um lugar, onde se obtém a construção da identidade. Sendo assim, a atuação do psicólogo em áreas rurais requer um entendimento sobre o contexto cultural, étnico e social das comunidades, pois, com essa compreensão, permite que haja uma qualificação do profissional para trabalhar em áreas rurais, assim possibilitando que o psicólogo compreenda, de fato, o sujeito, a partir da subjetividade e singularidade do indivíduo. Como é descrito por Kátya de Brito e Silva e João Paulo Macedo (2019), no artigo “Psicologia e ruralidade: reflexões para formação em psicologia”, citam a ideia de Iamamoto (2008, p. 80) sobre a qualificação e a atuação do psicólogo em áreas rurais:

> A qualificação para atuação de psicólogas/os em contextos rurais não envolve, nesse sentido, apenas o campo do conhecimento profissional e a qualificação técnica voltada para rural, mas o compromisso ético-político, o que requer uma "competência técnica e ético-política que subordine o "como fazer" ao "o que fazer” e, esse, ao "dever ser", sem perder de vista seu enraizamento no processo social. (IAMAMOTO, 2008, p. 80 Apud SILVA; MACEDO, 2019)

O “como fazer”, “o que fazer” e o “deve ser”, estabelecem uma reflexão e um direcionamento ao profissional, o que, consequentemente, permite que o psicólogo adquira uma base teórica, entrelaçada com uma prática eficaz, para lidar com demandas expressivas das comunidades rurais. Dessa forma, a atuação do psicólogo para a população pode fornecer uma qualidade de vida e bem-estar para as comunidades rurais, pois promove um olhar atento ao estilo de vida, cultura e cotidiano populacional, visto que a psicologia possui diversos campos que exercem o serviço de saúde mental de qualidade. Então, em áreas rurais, é necessário que a psicologia aprofunde o entendimento multidimensional do sofrimento e suas relações com o coletivo, o ambiente e a sociedade, para fornecer um serviço proativo dentro dessas comunidades que sofrem com os processos de desterritorialização decorrentes das

intervenções urbano-industriais. Como é mencionado por Ronald Arendt (2003) no artigo “Fundamentos Epistemológicos da Psicologia: Um estudo sobre o conhecimento psicológico”:

> Se o objeto da Psicologia é o estudo dos processos cognitivos, dos processos de aprendizagem, dos sistemas afetivos e emocionais dos seres humanos, das relações interpessoais e grupais que eles estabelecem, o olhar psicológico seria o olhar fundado nas teorias que sustentam a cognição humana, a aprendizagem, a emoção, entre outros processos que configuram o comportamento humano. (ARENDT, 2003)

3.3 O AMPLO DESENVOLVIMENTO URBANO-INDUSTRIAL E O IMPACTO NO ESTILO DE VIDA

A aceleração do desenvolvimento urbano-industrial em áreas rurais pode gerar sofrimentos persistentes que prejudicam o cotidiano da população rural. A chegada de grandes construções que visam modernizar o meio rural, interferem o estilo de vida do sujeito, pois para que ocorra o andamento das obras, os cidadãos rurais precisam se deslocar do seu lugar de origem para que o desenvolvimento urbano-industrial, em áreas específicas, tenham seguimento. O impacto gerado pelo deslocamento territorial - desterritorialização - muda a realidade do sujeito abruptamente, deixando-o sem rumo, vulnerável e desamparado. Nessa perspectiva, este a abrupto impacto nas comunidades alvos de desterritorialização, desvaloriza a subjetividade e identidade do sujeito, pois o cotidiano das pessoas atingidas passa a acompanhar a aceleração do desenvolvimento urbano-industrial. Assim, os hábitos pertencentes da população são removidos, a rotina é redefinida e a vida comunitária é alterada, assim como o estilo de vida e o modo de viver. Desse modo, como é mencionado no artigo de Kátya de Brito e Silva João Paulo Macedo (2017) sobre “Psicologia e Ruralidades no Brasil: Contribuições para o debate”:

> Outra reflexão nessa mesma linha de debate sobre ruralidades contemporâneas diz respeito às expressões de identidades sociais. Parte-se de algumas hipóteses: a) a noção de identidade territorial passa por um processo de ressignificação de uma noção de território herdado da modernidade para uma nova noção associada à natureza e aos processos de produção e reprodução da vida; b) as disputas territoriais expressam diversos e diferentes interesses, como rurais e urbanos e locais/nacionais/globais, entre outros, e c) o território expressa disputas sociais e políticas nas quais são construídas identidades sociais (MOREIRA, 2005, p. 819 apud SILVA; MACEDO, 2017).

A abrupta retirada da população do espaço de origem compromete o bem-estar e o estilo de vida da comunidade. Esse evento, de desterritorialização, gera nos cidadãos o sofrimento psicossocial e, consequentemente, compromete o meio

sócioafetivo do sujeito. A realocação desses indivíduos favorece a quebra de vínculos afetivos com a cultura local, permite o afloramento da ansiedade, desamparo, estresse, medo sobre a mudança abrupta do estilo de vida, e, consequentemente, o luto sobre o local de origem. No texto do exame de qualificação do Doutorando Thiago Siqueira (2025), são apresentadas diferentes formas de tensões, que são avaliadas a partir do nível de perversidade que podem ser causadas em um território, especificamente relacionadas com a desterritorialização decorrente do projeto da FIOL:

> Constatamos também a Tensão B por subalternização da população local às diretrizes capitalistas exógenas, incluindo os eventos de despossessão, remoção compulsória e de luta por moradia digna; bem como a Tensão C sobre os efeitos psicosocioafetivos nas vivências territoriais, incluindo aqui sofrimentos psicossociais por desterritorialização; apagamento de materialidades das memórias territoriais. (SIQUEIRA, 2025, p. 173)

Nessa perspectiva, a instalação da FIOL e do porto sul desconsidera a existência, a organização econômica e social das comunidades rurais, como algo importante a ser contemplada, ao retirar o valor cultural e social dos sujeitos para que a ferrovia Oeste-Leste seja instituída. O projeto da FIOL, possui benefícios econômicos para a região ao propor o desenvolvimento urbano-industrial e econômico, mas ocasiona impactos, significativos, para a qualidade de vida local. Nesse sentido, em uma entrevista com o professor da UESC, Rui Rocha, foi apresentado que os investimentos utilizados para a construção e funcionamento da ferrovia, estão suplantando os investimentos que deveriam ser voltados para a população local, “A gente precisa de investimento real na vida das pessoas. Isso significa investimento em saúde, em saneamento básico, em boas ruas, praças e jardins, na qualidade de vida’’ (EDITOR, 2011).

Partindo pelos pressupostos do texto do doutorando Thiago Siqueira, as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais B e C, destacam-se ao estabelecer que, em um ambiente que não possui investimentos necessários à população, ocorre uma luta para a comunidade possuir uma boa qualidade de vida, devido aos eventos de desterritorialização e ao desenvolvimento urbano-industrial, o que consequentemente prejudica a história local e os valores afetivos em que a comunidade compartilha entre si.

4. CONCLUSÃO

O artigo obteve o enfoque na relação da psicologia com a ruralidade, o papel do psicólogo e sua atuação dentro das comunidades rurais, e o sofrimento psicossocial gerado pelas consequências da aceleração urbano-industrial. Desse modo, esses tópicos possuem importância para a análise e identificação sobre o quê/ quem/ onde e o porquê as comunidades rurais necessitam de um espaço de escuta sobre o sofrimento psicossocial significativo, decorrente do processo de desterritorialização, associados ao amplo ritmo urbano-industrial.

Nesse sentido, a partir das perspectivas apresentadas, é notório que a desterritorialização causa impactos e sofrimentos psicossociais para o indivíduo e a presença do psicólogo, nesses espaços, pode amenizar os impactos negativos gerado por esses eventos. Dessa forma, a atuação e o papel do psicólogo, nessas áreas, devem ser assertivas e promissoras para as comunidades que são interferidas pelos processos e consequências dos eventos de desterritorialização, causados pela aceleração urbano-industrial. Por fim, o entendimento sobre o papel do psicólogo no meio rural, é essencial para uma boa formação profissional, pois uma visão ampla sobre este tema colabora com a qualidade e qualificação da atuação em áreas rurais. Logo, esse desempenho permite que os estudantes de psicologia tenham interesse em atuar nesses espaços, para fornecer um cuidado psicológico sobre comunidades vulneráveis e propensas a obter circunstâncias que podem interferir no cotidiano e na ruralidade do sujeito.

REFERÊNCIA

ALVES, E. S.; FRANCISCO, A. L. Ação psicológica em saúde mental: uma abordagem psicossocial. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 29, n. 4, p. 768–779, 2009.

ARAÚJO, T. G. S. de. Territórios em deslocamento: impactos psicossociais da desterritorialização nas comunidades afetadas pela FIOL e Porto Sul no município de Ilhéus/BA. 2025. Tese (Doutorado em Territórios, Identidades e Sustentabilidade) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2025.

ARENDT, R. J. J. Fundamentos epistemológicos da psicologia: um estudo sobre o conhecimento psicológico. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

CAMARGO, A. F.; BASÍLIO, R. S. Resiliência e Identidade de Lugar no Contexto da Emergência Climática Global: Estudo de Caso Comparativo Brasil e Portugal. *Sociedade & Natureza*, v. 37, n. 1, 8 de janeiro de 2025.

DA REDAÇÃO. Mineradora vai investir em ramal ferroviário de Piatã a Brumado. *Correio 24 Horas*, 2025. Disponível em: https://www.correio24horas.com.br/estudio-

correio/mineradora-vai-investir-em-ramal-ferroviario-de-piata-a-brumado--1021. Acesso em: 15 jun. 2025.

EDITOR. Rui Rocha: “Muitos problemas novos surgirão com o Porto Sul”. *Blog do Gusmão* [Blog], 19 out. 2011. Disponível em: https://blogdogusmao.com.br/2011/10/19/rui-rocha-muitos-problemas-novos-surgirao-com-o-porto-sul/. Acesso em: 15 jun. 2025.

ENES, E. N. S.; BICALHO, M. G. P. Desterritorialização/reterritorialização: processos vivenciados por professoras de uma escola de Educação Especial no contexto da educação inclusiva. *Educação em Revista*, v. 30, n. 1, p. 189–214, mar. 2014.

GOMES, D. VLI sugere que Fiol 1 inviabiliza Corredor Minas-Bahia da FCA. *Correio 24 Horas*, 2025. Disponível em: https://www.correio24horas.com.br/colunistas/donaldson-gomes/vli-sugere-que-fiol-1-inviabiliza-corredor-minas-bahia-da-fca-1024. Acesso em: 15 jun. 2025.

IAMAMOTO, V. Psicologia e compromisso ético-político: o que temos a ver com isso? In: CAMPOS, R. H. F.; NOGUEIRA, M. R. (Orgs.). *Psicologia Social: práticas, saberes e cotidiano*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 73–91.

KUMMER, R. Ruralidade e teoria social: representação social como possibilidade de análise. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7003435. Acesso em: 5 jul. 2025.

LENZ, A. C.; DE DAVID, C.; BATISTA, N. L. Um olhar para Silveira Martins/RS: textos e contextos sobre saberes e fazeres locais. *Geopauta*, v. 4, n. 2, p. 208–226, 2020. DOI: 10.22481/rg.v4i2.6201. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/geo/article/view/6201.

MAM NACIONAL. A compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM) é distribuída de forma irrisória ao estado, ao trabalhador e à população. [Instagram], 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DAa9F1Rgj_o/?igsh=MWpuYmdzbW5pbXh4cg. Acesso em: 15 jun. 2025.

MAMÉDIO, D. et al. Processo de (des)territorialidade em uma comunidade rural na Bahia. *Interações (Campo Grande)*, p. 67–82, 2 jun. 2021.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 2, n. 1, p. 7–27, jun. 1997.

MARTINS, A. M. et al. A formação em Psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário. *Psicologia Ensino & Formação*, v. 1, n. 1, p. 83–98, 2024.

MATHIAS, D. Pertencimento: discussão teórica. *Alea: Estudos Neolatinos*, v. 25, n. 1, p. 166–187, jan. 2023.

MOSER, G. A Psicologia Ambiental: competência e contornos de uma disciplina. Comentários a partir das contribuições. *Psicologia USP*, v. 16, n. 1-2, p. 279–294, 2005.

MOSER, G. Psicologia Ambiental. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 3, p. 121–130, 1 jun. 1998.

NETO, M. C. C.; DIMENSTEIN, M. Cuidado psicossocial em saúde mental em contextos rurais. *Temas em Psicologia*, v. 25, n. 4, p. 1653–1664, 2017.

OTERO, M. Olhares sociológicos sobre a saúde mental, o sofrimento psíquico e a psicologização. *Tempo Social*, v. 17, n. 1, p. 135–158, 2005. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12320. Acesso em: 31 jul. 2025.

PERRUSI, A. Sofrimento psíquico, individualismo e uso de psicotrópicos: saúde mental e individualidade contemporânea. *Tempo Social*, v. 27, n. 1, p. 139–159, jun. 2015.

Psico-USF, Bragança Paulista, v. 21, n. 2, p. 285–292, mai./ago. 2016.

SANTOS, M. A. L.; SOL, N. A. A.; MODENA, C. M. Território e desterritorialização: o sofrimento social por desastre socioambiental decorrente do rompimento de barragens de mineração. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 44, n. esp. 2, p. 262–271, jul. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/hNYv4Mw6gvDHBBsvT7vrhMQ/. Acesso em: 6 jul. 2025.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15.

SILVA, K. de B.; MACEDO, J. P. Psicologia e ruralidade: reflexões para formação em Psicologia. *Revista Psicologia e Sociedade*, v. 31, n. spe3, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072019000300007. Acesso em: 3 jul. 2025.

SILVA, K. de B.; MACEDO, J. P. Psicologia e ruralidades no Brasil: contribuições para o debate. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, p. 815–830, 2017.

SILVA, L. As maiores causas de sofrimento psíquico na sociedade contemporânea no Brasil. *Hematology, Transfusion and Cell Therapy*, v. 45, p. S918–S919, 1 out. 2023.

TEIXEIRA, T. Obras da Fiol na Bahia sem licença do Ibama podem ter gerado impactos ambientais e danos aos cofres públicos. *BNews*, 2024. Disponível em: https://www.bnews.com.br/noticias/cidades/obras-da-fiol-na-bahia-sem-licenca-do-ibama-podem-gerado-impactos-ambientais-e-danos-aos-cofres-publicos.html. Acesso em: 15 jun. 2025.

VALEC. A Ferrovia de Integração Oeste-Leste. Disponível em: https://portal.valec.gov.br/ferrovias/ferrovia-de-integracao-oeste-leste/a-ferrovia-de-integracao-oeste-leste. Acesso em: 26 ago. 2025.

VALEC. Ilhéus/BA - Caetité/BA. Disponível em: https://portal.valec.gov.br/ferrovias/ferrovia-de-integracao-oeste-leste/trechos/ilheus-ba-caetite-ba. Acesso em: 25 jun. 2025.

EIXO 3

OS SABERES EM SAÚDE: POR UMA PRÁTICA HUMANIZADA

A RELEVÂNCIA DO ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER NA PROMOÇÃO DE ATIVIDADE FÍSICA PARA A POPULAÇÃO IDOSA

Andson Menezes Silva[1]

Silvana Sá de Carvalho[2]

RESUMO

Os espaços públicos de lazer nas cidades desempenham importante papel no que diz respeito à promoção da saúde para a população idosa. Esses ambientes podem proporcionar aos usuários suporte social, por possibilitarem encontro e resultarem em maior interação entre a comunidade e o espaço, da mesma forma que podem influenciar no comportamento fisicamente ativo dos idosos. A inatividade física é uma das principais causas de incapacidade e maus resultados de saúde para a população idosa. Nesse passo, as praças e os parques são áreas abertas que oferecem atividades de lazer, servem como espaços de interação social/cultural e constituem um ambiente de encontro familiar. O presente artigo discute a importância dos espaços públicos de lazer na promoção de atividades físicas para a população idosa, bem como os fatores que estimulam a utilização desses ambientes pelos idosos. Recorreu-se a uma pesquisa, com abordagem de revisão da literatura. Para encontrar evidências sobre o assunto, foi realizada uma busca no portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), onde estão inseridas as bases de dados eletrônicas (Scielo, Bireme, Lilacs e Pubmed). Os resultados sugerem que esses espaços de lazer exerçam influência no comportamento fisicamente ativo da população idosa, de modo que, o acesso, a disponibilidade e estruturas à prática (quadras, espaços verdes, aparelhos de ginástica, programas de esporte e lazer, pistas de caminhadas pavimentadas) foram associados com maiores níveis de atividade física. Já os fatores do ambiente (acesso, proximidade a residências, condição econômica, escolaridade e segurança) foram relacionados à frequência de visitas.

Palavras-chave: Atividade física; pessoa idosa; parques urbanos; direito à cidade; atividades de lazer.

ABSTRACT

Public leisure spaces in cities play an important role in promoting health for the elderly population. These environments can provide users with social support, as they enable meetings and result in greater interaction between the community and the space, in the same way that it can influence the physically active behavior of the elderly. Physical inactivity is one of the main causes of disability and poor health outcomes for the elderly population. At this stage, squares and parks are open areas that offer leisure activities, serve as spaces for social/cultural interaction and provide an environment for family gatherings. This article discusses the importance of public leisure spaces in promoting physical activities for the elderly population, as well as the factors that encourage the use of these environments by the elderly. Research was carried out, with a literature review approach. To find evidence on the subject, a search was carried out on the Virtual Health Library (VHL) portal, which contains electronic databases (Scielo, Bireme, Lilacs and Pubmed). The results suggest that these leisure spaces influence the physically active behavior of the elderly population, so that access, availability and structures for practice (courts, green spaces, exercise equipment, sports and leisure programs, walking tracks) paved) were associated with higher levels of physical activity.

[1] Universidade Católica do Salvador (Brasil); andson.silva@ucsal.edu.br
[2] Universidade Católica do Salvador (Brasil)

Environmental factors (access, proximity to residences, economic status, education and safety) were related to the frequency of visits.

Keywords: Physical activity; elderly people; urban parks; right to the city; leisure activities.

1 INTRODUÇÃO

A inatividade física é uma das principais causas de incapacidade e maus resultados de saúde nos idosos. Ou seja, representa um risco substancial não só para doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como acidente vascular cerebral, hipertensão, diabete, entre outros, mas também contribui para a mortalidade global. As diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2020) sobre Atividade Física (AF) para evitar o comportamento sedentário apoiam a descoberta de que muitos dos benefícios da AF para a saúde resultam de volumes semanais médios de 150–300 minutos de intensidade moderada ou 75–100 minutos de intensidade vigorosa, ou uma combinação equivalente dos dois. Além disso, o recente surgimento da COVID-19 influenciou o estilo de vida da população, reduzindo a AF e tornando-se uma séria preocupação, principalmente para os idosos, que são tipicamente mais propensos a doenças crônicas e menos ativos, em comparação com os mais jovens.

Pesquisas demonstram a importância dos espaços públicos de lazer e a sua ligação com comportamentos saudáveis (Astell-Burt *et al*, 2014; Sallis *et al*, 2016). Alguns destes estudos expressam a necessidade de visitar espaços verdes urbanos para estimular a saúde. Logo, a frequência de utilização desses espaços, está relacionada com maiores níveis de atividade física, redução de estresse e interação social entre as pessoas. No estudo de Sallis *et al* (2020), os autores mostraram diferentes fatores do ambiente construído relacionados com diferentes tipos de atividade física. Nesse passo, as praças são áreas verdes abertas que proporcionam atividades de lazer e de cultura, além de servir como espaços de relações sociais para a pessoa idosa. Na verdade, as praças podem constituir um ambiente explícito onde os idosos podem interagir com outros idosos, fazer exercícios, visitar as suas famílias ou também conviver com os netos.

Em face do cenário atual, os idosos vêm sofrendo com o próprio projeto de espaços públicos, em especial com as praças, a precaridade de sua condição inibe a sua apropriação, por conta de calçadas desniveladas, esburacadas e equipamentos não adaptados às suas necessidades. O aumento da expectativa de vida (possibilidade

de viver mais, emerge uma série de novas demandas) e a vinculação entre qualidade de vida, saúde e atividade física, se apresentam contundentemente na atualidade, como apontam Simão e Machado (2017). Conquanto, sugere-se que a atuação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento é fundamental para que os desafios impostos cotidianamente por este cenário de envelhecimento populacional possam ser superados com maior facilidade.

No que tange o uso dos espaços públicos de lazer para o desenvolvimento das ações de promoção da saúde (Brasil, 2015). A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) promove a equidade e a melhoria das condições e dos modos de viver, ampliando a potencialidade da saúde individual e coletiva e reduzindo vulnerabilidades e riscos à saúde decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais. Com o propósito de incentivar articulações intersetoriais para a melhoria das condições dos espaços públicos para a realização de práticas corporais/atividades físicas (urbanização dos espaços públicos; criação de ciclovias e pistas de caminhadas; segurança, entre outros). Assim, objetivos, princípios, valores, diretrizes, temas transversais, estratégias operacionais, responsabilidades e temas prioritários visam à isonomia, à melhoria das condições e dos modos de viver e à afirmação do direito à vida e à saúde. Isto é, as ações de promoção da saúde devem considerar os determinantes sociais da saúde e de que maneira estes causam impacto na qualidade de vida da população. A propósito, a PNPS aponta temas identificados como prioritários, dentre eles, “as práticas corporais e atividades físicas”, que promove ações, aconselhamento e divulgação de práticas corporais e de atividades físicas, incentivando a melhoria das condições dos espaços públicos, considerando a cultura local e incorporando brincadeiras, jogos, danças populares, entre outras práticas.

Sendo assim, no âmbito federal, em 2006, fundamentada no conceito ampliado de saúde, foi instituída a PNPS como ação voltada ao enfrentamento à inatividade física. Nesse sentido, a PNPS propôs valorizar e otimizar o uso dos espaços públicos de convivência e de produção de saúde para o desenvolvimento das ações de promoção da saúde. Assim, o governo federal implantou o PAS (Programa de Academias da Saúde) e o adotou como modelo de intervenção nacional no âmbito do PNPS (Anjos; Silva, 2021).

Conforme os autores, a implantação do PAS está vinculada às solicitações ao Ministério de Saúde e os municípios são responsáveis pela manutenção dos polos,

aquisição de material de consumo, contratação de profissionais, aquisição de material permanente e construção complementar.

O PAS, lançado em 2011, é uma estratégia de promoção da saúde e produção do cuidado que funciona com a implantação de espaços públicos concebidos como polos onde são ofertadas práticas de atividades físicas, gratuitas para a população. Esses polos fazem parte da rede de Atenção Primária à Saúde e são dotados de infraestrutura, equipamentos e profissionais qualificados. São instalados em espaços públicos, tais como praças, parques e complexos esportivos, com condições adequadas de acessibilidade para comunidades locais. Assim como, são articulados com outros programas e ações de saúde, como a Estratégia Saúde da Família. Os Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASF) e a Vigilância em Saúde. (Ministério da Saúde, 2011).

Nesse sentido, o artigo 7° da Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, estabelece os seguintes eixos de ações para serem desenvolvidos nos polos do programa:

- Práticas corporais e Atividades físicas;
- Produção do cuidado e de modos de vida saudáveis;
- Promoção da alimentação saudável;
- Práticas integrativas e complementares;
- Práticas artísticas e culturais;
- Educação em saúde;
- Planejamento e gestão; e
- Mobilização da comunidade.

Para a Organização Mundial da Saúde (2005), o envelhecimento da população é um dos maiores triunfos da humanidade e também um dos grandes desafios a ser enfrentado pela sociedade. Nesse sentido, podemos refletir sobre o estudo do Envelhecimento Bem-Sucedido (EBS) nos modelos biomédico e social. Entretanto, o modelo de EBS assume elevada pertinência, uma vez que ajuda a compreender os recursos e os comportamentos que promovem uma boa adaptação ao envelhecimento.

Em suma, no modelo biomédico, o EBS não se define apenas pela existência ou não de doença, sendo entendido como a capacidade de manter três principais comportamentos ou características: (1) baixo risco de doença ou incapacidade relacionada com a doença; (2) manutenção de elevada função cognitiva e física; (3) envolvimento com a vida. Os modelos de matriz social consideram que o EBS está relacionado com os comportamentos proativos, ou seja, na interação social e na forma como se lida com as perdas e o estresse. Os fatores sociais contextuais têm impacto na vida das pessoas idosas, bem como a exposição ao estresse acumulativo (acontecimentos negativos, normativos ou não normativos). Esta exposição pode inter-relacionar-se entre si, comprometendo o envelhecimento e a qualidade de vida do indivíduo. Assim, os comportamentos proativos reduzem as consequências adversas dos estressores na qualidade de vida, através da combinação dos recursos internos (permitem ao indivíduo desencadear as adaptações necessárias para amortecer os impactos dos acontecimentos da vida negativos e dos estresses crônicos) e dos recursos externos (permitem agir para modificar as circunstâncias com adaptações corretivas e preventivas, para prevenir os efeitos negativos ou toná-los favoráveis). Os resultados desses recursos são considerados eficazes e refletem-se na qualidade de vida e consequentemente no EBS (Marques, 2019).

Nas últimas quatro gerações, não ocorreu nenhum exemplo mais vivido de tal deformação do que na mais íntima das experiências pessoais, o amor físico. A reflexão se baseia na morte do espaço público, enquanto a cultura do narcisismo[3] vai avançando no interior da cultura social (Sennett, 2022).

O presente artigo tem o propósito de preencher algumas lacunas sobre os espaços de lazer, relacionadas à promoção da atividade física para pessoas idosas mediante uma revisão teórica, lançando a seguinte questão: de que maneira a prática de atividade física realizada nos espaços públicos de lazer, configura resultados de saúde para população idosa?

O objetivo geral do presente artigo discute a importância dos espaços públicos de lazer na promoção de atividades físicas para a população idosa, bem como os fatores que estimulam a utilização desses ambientes pelos idosos. Como objetivos

[3] Para Sennett (2022, p. 23,24), o culto do corpo como um estado sexual absoluto é NARCISISTA porque torna a sexualidade exclusivamente atributo da pessoa, um estado ao invés de uma atividade. O NARCISISMO é um decréscimo da imaginação “metafórica” do corpo, o que é, vale dizer, um empobrecimento da atividade cognitiva criadora de símbolos a partir de uma coisa física.

específicos, propomos: a) destacar a importância dos espaços públicos de lazer na promoção de atividades físicas para população idosa; b) identificar fatores que fazem com que pessoas idosas visitem mais e sejam mais ativas nos espaços de lazer; e c) ressaltar as evidências e informações sobre atividade física e lazer para população idosa em espaços públicos no Brasil.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para encontrar evidências sobre o assunto, foi realizada uma busca no portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), que estão inseridas as bases de dados eletrônicas LILACS (5 artigos) e MEDLINE (228 artigos), disponíveis no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram utilizados os descritores de assuntos em português e respectivos sinônimos, idoso (população idosa e pessoas idosas), exercício físico (praticas corporais, atividades físicas para idosos e atividades físicas) e parques recreativos (parques urbanos), e as mesmas na língua inglesa, aged (elderly population e old people), exercise (body practices, physical activity for seniors e physical activity) e parks, recreational (urban park). Os termos operantes lógicos (AND e OR) foram utilizados na busca para combinar os descritores e/ou palavras-chave.

Os critérios de inclusão estabelecidos foram artigos originais relacionados aos espaços públicos de lazer, em especial aqueles ligados as práticas de atividades físicas realizadas pela população idosa, publicados no período de 2018 a 2023, em periódicos nacionais e internacionais, nos idiomas português e inglês, e pesquisas realizadas com seres humanos. Após a identificação dos artigos, foram excluídos os que não estavam relacionados à atividade física, pessoa idosa e espaço de lazer, bem como os artigos de revisão, as teses, dissertações e monografias. Na busca, foram avaliados e selecionados os artigos cujo título, resumo ou corpo do texto apresentasse relação com o objeto do presente estudo. Primeiro momento, identificar se os artigos atendiam aos critérios de inclusão (foi realizada uma análise dos títulos dos estudos selecionados). Segundo momento, foram analisados os resumos (utilizando uma ficha seguindo os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos).

As estratégias de busca forneceram um universo de 233 artigos. Por meio da leitura de títulos, foi excluída a maioria dos artigos vistos que não contemplava os critérios estabelecidos, resultando em 114 resumos, que, quando pertinentes, foram

submetidos a uma avaliação mais criteriosa. Assim, totalizaram-se 64 artigos, que após a leitura completa, 9 estudos foram selecionados para revisão. O processo de seleção, durante a leitura mais aprofundada, análise e organização dos estudos, teve em vista responder às seguintes questões: 1ª) Quais as características dos artigos quanto ao ano, autor e periódico? 2ª) Quais os locais onde as pesquisas foram desenvolvidas? 3ª) Quem e quantos foram os sujeitos participantes do estudo? 4ª) A melhoria das condições dos espaços públicos incentiva a prática de atividades físicas? Desse modo, para respaldar esta revisão, outros artigos que considero importantes não encontrados na busca também foram inseridos para complementar as referências.

3 BENEFÍCIOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER E O SEU ENVOLVIMENTO COM A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA PARA OS IDOSOS

Os locais públicos com áreas verdes oferecem oportunidades para atividades recreativas e de lazer, sobretudo porque são primordiais em aumentar o nível de atividade física da população, em especial da população idosa. Por outro lado, o espaço público na cidade contemporânea é visto na lógica do valor de uso e troca, ou seja, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos.

Em uma definição vinculada à estrutura urbana, os espaços públicos possuem tamanhos, formatos, distribuição e localização variáveis. E desempenham um papel significativo no ambiente urbano, pois a moderna noção do público é um tipo de espaço e uma experiência de vida urbana que surgiu no processo da urbanização industrial do século XIX (Caldeira, 2000). Seu respaldo se dá através da definição de Serpa (2020), que determina o espaço público como espaço da ação política:

> O espaço público é aqui compreendido, sobretudo, como o espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade. Ele também é analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos, na lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Ou seja, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos. (SERPA, 2020, p. 9).

Don Mitchell (2003) complementa a compreensão de Serpa (2020) sobre o espaço público: em um mundo definido pela propriedade privada, então, o espaço público (como espaço de representação) assume uma importância excepcional. E conclui, cada vez mais os espaços da cidade urbana estão sendo produzidos por nós e

não para nós. No entanto, ao desenvolver uma cultura do medo, principalmente se estiverem presentes no espaço público, o resultado é a cidade assustada. Contribuindo para legitimar as políticas repressivas sobre os setores populares.

Na realidade, o modelo de cidade contemporânea, está relacionada a crescente apatia política (desinteresse por parte dos cidadãos em relação às questões referentes ao bem comum e público) e ao individualismo da sociedade moderna (o indivíduo perdeu a confiança e o interesse nas experiências públicas e comuns).

Tudo isso representa a lógica do poder econômico e político, sobretudo, de controlar o uso dos espaços públicos para regulamentar o funcionamento da cidade e moldar o comportamento dos cidadãos.

O filósofo francês Henri Lefebvre já denunciava esse posicionamento de controle da vida coletiva em seu livro “O direito à cidade”, publicado pela primeira vez em 1968. Quando abordou a “estratégia de classe” que conscientemente segregava a classe trabalhadora para as periferias, isto é, uma vida cotidiana restrita às exigências daqueles que concentram o poder, excluindo-o do seu direito a ser cidadão.

Diante desse cenário, Lefebvre (2009) apresenta a ideia de “direito à cidade” como sendo uma sugestão de reforma que desafia a segregação, ou seja, um chamado para uma reestruturação radical das relações sociais, políticas e econômicas. Esse direito à cidade envolve dois direitos principais para os habitantes urbanos: 1) à participação (contribui para a produção do espaço urbano); e, 2) à apropriação (direito dos habitantes de acessar).

Dessa maneira, o direito à cidade é um conceito imediatamente compreensível e intuitivamente convincente, que popularizou em 1968 por Henri Lefebvre.

> O direito a informação, o direito à utilização de múltiplos serviços, o direito dos utilizadores a dar a conhecer as suas ideias sobre o espaço e o tempo das suas atividades nas zonas urbanas; abrangeria igualmente o direito de utilização do centro (Lefebvre, 1991, p.34).

Peter Marcuse (2009) afirma que o direito à cidade é uma reivindicação de direitos específicos pela qual se mobiliza um lado no conflito sobre quem deve ter o benefício da cidade e que tipo de cidade deve ser. Mas ainda, no sentido político, o autor defende um direito em um plano moral mais elevado que exige um sistema melhor no qual os potenciais benefícios da vida urbana possam ser plena e totalmente realizados.

Entretanto, para o objetivo deste estudo, não cabe discutir todo o enredo dos conceitos, definições ou categorias dos espaços públicos, porque surgiram em cada país e sim, qual é o papel que possuem em uma sociedade, quando se fala em atividades físicas para a população idosa. Assim, compreendem-se espaços públicos como: “os lugares urbanos que, em conjunto com infraestruturas e equipamentos coletivos, dão suporte à vida em comum: ruas, avenidas, praças e parques” (Pippi; Lautert 2019 apud Castro, 2013, p. 113). As atividades desenvolvidas nos espaços públicos abertos são categorizadas por Pippi e Lautert (2019 apud GEHL, 2011, p. 114) como necessárias (aquelas compulsórias como ir à escola, ao trabalho). Opcionais (aquelas em que se há um desejo de fazer e condições agradáveis, como dar uma caminhada, sentar-se ao sol) e sociais (aquelas que dependem da presença de outros nos espaços públicos, como crianças brincando na rua ou conversando com alguém). Quer dizer, se o ambiente físico possui uma alta qualidade, as atividades opcionais e sociais serão realizadas naturalmente em maior número.

Para Silva *et al* (2012), as praças e parques são utilizados diariamente por pessoas que depositam no espaço público um leque de intencionalidades que vão desde o praticar alguma atividade física até o simples, e tão necessário, descanso. Desse modo, estes ambientes trazem inúmeros benefícios para as comunidades locais, entre eles, a possibilidade de práticas sociais, momentos de lazer, à medida que, proporciona um espaço de aproximação do ser humano com a natureza, fortalecendo laços de convivência e socialização entre os indivíduos.

A inatividade física é a quarta principal causa de morte em todo o mundo. Estima-se que 27,5% da população mundial não seja suficientemente ativa fisicamente (Jull *et al*, 2023). Assim, a proximidade dos parques e/ou praças pode conduzir à procura da atividade física nos ambientes urbanos e influenciar o uso e a apropriação por parte das pessoas. Conforme os autores, o acesso aos parques está positivamente relacionado à atividade física moderada a vigorosa e ao transporte ativo. Num estudo de adultos da IPEN (Rede [4]Internacional de Atividade Física e Ambiente), foi realizado para fornecer evidências internacionais sobre associações entre ambientes construídos, atividade

[4] A Rede Internacional de Atividade Física e Meio Ambiente (IPEN) foi criada em 2004 pelo Dr. Sallis e Dr. Owen. Essa rede busca, entre seus objetivos, aumentar a comunicação entre pesquisadores, o compartilhamento de dados diferentes países para análises conjuntas, o suporte para publicação de artigos científicos, a realização de edições especiais em Revistas Científicas e a realização de Simpósios e Congressos. IPEN PROJECT. IPEN [Internet]. 2024.

física e obesidade em 12 países em 5 continentes. Os resultados demonstraram que os atributos do ambiente do bairro estavam fortemente relacionados com todos os resultados da atividade física e significativamente relacionados com o excesso de peso/obesidade. Ou seja, viver em áreas onde se tem acesso a parques e/ou praças está associado a níveis mais elevados de atividades físicas em adultos (Sallis *et al*, 2020).

Embora a oferta dos espaços públicos de lazer proporcione a prática de atividades físicas e lazer. É preciso considerar a arquitetura das praças e parques, os tipos de uso e apropriação pela comunidade, sendo esses potencialmente importantes, constatando que a estrutura física, os equipamentos de atividade física e de lazer, disponíveis no interior desses espaços podem estimular o interesse da população em utilizá-los. Bem como, programas públicos de esporte e lazer e cartazes/quadros informativos considerados um estímulo positivo para as práticas corporais (Silva *et al*, 2013).

Para Grigoletto *et al* (2022), os exercícios ao ar livre podem ser uma alternativa viável aos exercícios internos; a exposição a um ambiente natural está associada ao desencadeamento de uma maior quantidade de AF entre os residentes e a uma menor taxa de mortalidade. Em resumo, do total de 383 participantes, 232 (60,6%) praticavam habitualmente AF ao ar livre. Os autores mostraram que os homens praticavam mais AF do que as mulheres, exceto na faixa etária de 61 a 70 anos, em que as mulheres praticavam mais AF do que os homens. Em compensação, apenas os homens na faixa etária de 18 a 30 anos atingiram a meta de 150 min/semana de AF moderada, em média, enquanto os homens na faixa etária de 61 a 70 anos apresentaram o menor nível de AF. Porém, quanto à interação entre classes de idade e sexo, destaca-se que os homens da faixa etária de 61 a 70 anos foram os que mais utilizaram o parque. Como também foi demonstrado que os homens mais velhos frequentavam mais o parque por semana, enquanto as mulheres mais velhas usavam menos.

A associação entre a duração da atividade física nas praças/parques e o bem-estar é particularmente forte e evidente, sugerindo que a promoção da atividade física em locais públicos com áreas verdes é uma estratégia promissora para melhorar o bem-estar nas cidades. Muitos investigadores usaram estas descobertas para argumentar a importância do espaço urbano durante a pandemia COVID-19 para manter ou melhorar a saúde.

Um estudo realizado na Itália sobre a prática de atividade física e bem-estar psicológico teve como objetivo avaliar o “projeto Moving Parks”, durante a primavera e verão de 2021, um ano e meio desde o início da pandemia COVID-19. Um total de 328 participantes participou do estudo que durou três meses de atividades ao ar livre e todas as atividades foram gratuitas e ministradas por treinadores qualificados. Os resultados demonstraram que, após a participação no projeto, os parâmetros psicossociais melhoraram significativamente em ambos os sexos, onde se verificou uma redução do estado de tensão, tristeza e fadiga, e uma melhoria do estado de energia, serenidade e vitalidade dos participantes. Assim como, a intenção de continuar a praticar atividade física no final do projeto foi muito elevada (96,44%) para as mulheres e (97,33%) para os homens (Toselli *et al*, 2022).

Estas evidências são provas de que o espaço urbano, em especial o espaço público de lazer nas cidades, está sendo reconhecido como meio para promover diferentes benefícios à saúde. De modo que, a presença de espaços abertos em uma comunidade, ou próximo a ela, tem importante papel no comportamento fisicamente ativo (redução de estresse e sintomas da ansiedade). Dessa forma, ficou evidente que os fatores que incentivam as pessoas idosas a melhorarem a frequência e a prática de atividade física nos espaços públicos estão ligados ao ambiente físico, à acessibilidade e disponibilidade, bem como às instalações, conservação e manutenção das estruturas físicas.

4 AMBIENTE CONSTRUÍDO E A RELAÇÃO DA ATIVIDADE FÍSICA DE LAZER EM IDOSOS PARA A PROMOÇÃO DE COMPORTAMENTOS SAUDÁVEIS

Os espaços públicos de lazer, ou seja, praças e parques, são fundamentais para práticas sociais de uma cidade, ao permitirem a realização de atividades culturais, manifestações artísticas e políticas, comércio, descanso, lazer e recreação. De acordo com Santos (2006), os parques e as praças constituem os principais exemplos de espaços públicos para o lazer, podendo se diferenciar em função de suas características funcionais ou morfológicas e se constituir a partir de diferentes paradigmas de lazer.

Por isso, é importante ressaltar que as praças e os parques têm sua importância no espaço urbano, por serem lugares de lazer públicos, que reúnem a população com

o intuito de socializar e aproveitar o espaço. Por outro lado, constituem conceitos diferentes. Praças são definidas como: “Espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos” (Robba; Macedo, 2002). Enquanto os parques [5]urbanos são colocados como: “Todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, independentemente do seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno” (Macedo; Sakata, 2010).

Zhang *et al* (2022) reportou, em um dos seus estudos, realizado na China, que até 2050, 80% das pessoas idosas viverão em países de baixo e médio rendimento e prevê-se que a população com 80 anos ou mais em alguns países asiáticos e latino-americanos quadruplicará. Ao mesmo tempo, o número de ameaças, como a redução do desempenho físico e mental, ocorrência de doenças e lesões, aumenta com a idade, o que se traduz diretamente na diminuição da capacidade funcional.

De acordo com Kimic e Polko (2022), a criação de locais onde os idosos possam ser social e fisicamente ativos é uma prioridade de saúde global. Áreas verdes, desempenham um papel importante como características amigas dos idosos. As áreas verdes localizadas perto do local de residência tornam-se parques de bairro positivamente percebidos e mais frequentemente visitados por pessoas com mais de 60 anos. Segundo os autores, os parques urbanos também podem promover o desenvolvimento de muitas formas de interações sociais, estabelecendo vínculos com outras pessoas e participação na vida social, o que é importante para manter a saúde mental. Para esse grupo, não é apenas a disponibilidade, acessibilidade ou a

[5]A parte conceitual das áreas verdes públicas urbanas com os termos desenvolvidos por Pereira Lima (Org). (1994):

- Espaço livre: Trata-se do conceito mais abrangente, integrando os demais e contrapondo-se ao espaço construído em áreas urbanas.
- Área verde: Onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas e os trevos e rotatórias de vias públicas, que exercem apenas funções estéticas e ecológicas, devem, também, conceituar-se como área verde. Entretanto, as árvores que acompanham o leito das vias públicas não devem ser consideradas como tal, pois as calçadas são impermeabilizadas.
- Parque urbano: É uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, no entanto, com uma extensão maior que as praças e jardins públicos.
- Praça: É um espaço livre público cuja principal função é o lazer. Pode não ser uma área verde, quando não tem vegetação e encontra-se impermeabilizada.

proximidade, mas sobretudo a segurança que determina a utilização dos parques urbanos.

No estudo de Loewen *et al* (1993), os autores encontraram associações entre pouca iluminação e limitação da AF. A iluminação é um dos fatores frequentemente mencionados, tendo normalmente um impacto positivo na percepção de segurança nos espaços públicos por todos os grupos de utilizadores, afetando especialmente os idosos que têm mais medo de usar os parques à noite para não se tornarem vítimas de crimes. Por esta razão, a quantidade de iluminação artificial também se torna um importante preditor da percepção de segurança em áreas verdes urbanas (Fineschi; Loreto, 2020).

As instalações, manutenção e conservação dos parques determinam uma imagem positiva para a pessoa idosa, fazer uso e se apropriar do espaço. Para Kimic e Polko (2022), os idosos preferem infraestrutura e instalações bem conservadas para prática de atividades físicas e lazer. Entretanto, a manutenção de áreas verdes e outras instalações do parque em alto nível melhora a segurança e a acessibilidade. Embora, para quem tem um estilo de vida ativo, a qualidade dos equipamentos, incluindo instalações esportivas e de ginástica, também é importante, segundo o próprio autor, para visitarem esses espaços.

Além da disponibilidade e da segurança dos espaços urbanos, existem outros fatores que influenciam as pessoas a visitarem esses locais. No estudo de Choi e Matz-Costa (2018), os autores discutem as instalações de mobilidade e refletem a suposição geral de que os idosos tendem a chegar aos parques a pé e a caminhada utilitária é a mais comumente realizada. Assim, a caminhada utilitária, como exercício de intensidade leve a moderada, é o comportamento mais comum nos parques urbanos e pode ser facilmente integrada a outras atividades. Os autores demonstraram que a presença e a qualidade dos caminhos do parque são importantes para usuários com mais de 60 anos. Isto é, caminhos bem pavimentados e seguros são mais procurados pelos idosos. De fato, uma superfície lisa e pavimentos sem barreiras podem aumentar a sua independência e participação social, uma vez que muitas pessoas com mais de 60 anos têm problemas de mobilidade e são propensas a quedas.

No estudo de Silva *et al* (2016), os autores analisaram a percepção da qualidade dos espaços públicos de lazer e as vivências dos usuários. E concluíram que a percepção dos usuários em relação ao ambiente foi entendida como um fator que

influencia e estimula o uso dos parques urbanos para atividades físicas. Bem como, a frequência de uso dos espaços pode ser relacionada à companhia. Por outro lado, referente às características dos ambientes, constatou-se que a maior insatisfação está relacionada à qualidade do estacionamento e à falta de programas de esporte e lazer. Desse modo, a associação da prática de atividade física com a percepção do ambiente comunitário por adultos indicou que as pessoas com percepções positivas apresentam mais chances de serem ativas. Contudo, os autores sugerem ser preciso também fomentar uma política de animação sociocultural, para que assim seja possível uma ampliação de experiências de lazer.

Kimic e Polko (2022) consideram a questão segurança um fator estimulador para melhorar a saúde física e mental dos idosos. Nesse contexto, as pessoas idosas têm percepções, necessidades e desejos diferentes relacionados ao uso de áreas verdes urbanas do que outros grupos de usuários. Eles geralmente precisam se sentir seguros nos parques urbanos para descansar ou passar algum tempo ativamente. Para o autor, a sensação de segurança é reconhecida hoje como um dos aspectos mais importantes que influenciam a qualidade percebida e a atratividade dos parques urbanos.

Sendo assim, poucos estudos encontrados avaliam os fatores que afetam a sensação de segurança dos idosos, especialmente no contexto de comparações com outros grupos. Portanto, tendo em conta as necessidades especiais dos idosos, a segurança nos parques urbanos pode afetar a atividade física deste grupo e, por isso, necessita de ser ampliada.

A propósito os autores evidenciaram que, no entanto, tais benefícios são possíveis enquanto os espaços abertos urbanos públicos ofereçam suporte/apoio, incluindo três categorias: 1) Estrutura adequada para permanência (sentimento de segurança, iluminação, manutenção e conservação das estruturas físicas); 2) Estrutura para atividades (qualidade dos equipamentos, incluindo instalações esportivas e de ginástica) e, 3) Acessibilidade (condições de conservação das vias públicas, ruas e calçadas no trajeto e no local de uso e proximidade dos espaços em relação à residência do usuário).

5 O AMBIENTE TEM FORTE INFLUÊNCIA NO COMPORTAMENTO FISICAMENTE ATIVO DA POPULAÇÃO IDOSA

Os aspectos presentes, suas condições de manutenção, o material que compõe as estruturas existentes, a manutenção e segurança das ruas e residências ao redor também influenciam os fatores que fazem os indivíduos tornarem-se mais ativos nos parques. Iqbal (2021) encontrou em seus estudos que a manutenção e limpeza, bem como o estado das instalações, como equipamentos e pavimento dos parques urbanos, são geralmente importantes para os idosos e influenciam a sua visita e atividade física.

No estudo de Juul *et al* (2023), tendo como objetivo investigar as relações entre espaços verdes do bairro, facilidade de locomoção e atividade física em adultos noruegueses. Descobriram que os residentes que se sentem seguros em sua vizinhança alcançam níveis mais elevados de atividade física, enquanto bairros considerados inseguros observaram maior proporção de indivíduos inativos. Já no estudo de Anjos e Silva (2021), os autores demonstraram que os equipamentos e os espaços públicos intervêm nas mudanças no estilo de vida e aproximam a população do poder público. Ou seja, quanto maior a qualidade dos espaços, maior a possibilidade de interesse da população em práticas de atividade física no tempo disponível.

Estudos encontrados no Brasil sobre a atividade física em parques ainda são insuficientes. Entre os encontrados, destacam-se os estudos de Hino *et al* (2019) e Soares *et al* (2020). No estudo de Hino *et al* (2019), os autores investigaram a associação entre acessibilidade a espaços públicos de lazer, disponibilidade de equipamentos para atividade física e a prática de atividade física no lazer em adultos. Desse modo, o tamanho dos parques pode ser um fator importante, uma vez que parques maiores e com mais equipamentos encorajam a prática de caminhada e estão associados com a chance de residentes caminharem até estes locais. Por outro lado, a proximidade e a quantidade de espaços públicos de lazer estão associadas com maiores níveis de atividade física de intensidade moderada a vigorosa de adultos.

E, ainda, no estudo de Hino (2019), foi observado que cada espaço público de lazer a mais existente em um raio de um quilômetro está associado a uma chance 3% maior das pessoas realizarem alguma atividade física de intensidades moderadas e vigorosas. Ainda, esse aumento é de 5% para cada espaço público que conta com um ou mais equipamentos para práticas corporais em adultos. Este trabalho é um dos poucos no mundo e o primeiro no Brasil a avaliar de maneira objetiva os equipamentos presentes nesses locais, considerando essas características nas associações com atividade física. Por conseguinte, estudos realizados em países latino-americanos

demostraram que grande proporção de adultos frequenta espaços públicos para praticar atividade física (Salvo *et al*, 2017).

De acordo com Bashir *et al* (2023), a duração preferida das atividades em parques é de 15 a 60 minutos ou mais para os idosos. Além disso, a gestão pública deve considerar criticamente diferentes elementos de design acessíveis aos idosos. Como banheiros, recursos de água potável, boa sinalização, acessibilidade para cadeiras de rodas, iluminação adequada durante a noite, guarda-sóis, trilhas adequadas para caminhada, inúmeras paradas para descanso, lixeiras, trilhas com sombreamento extra e trilhas menos íngremes e menos complicadas para acomodar todos os tipos de idosos.

A propósito, o Parque Preussen, na Alemanha, é o primeiro que incentiva os idosos a praticarem exercício, incluindo oito máquinas de exercício de baixo impacto (máquinas de flexibilidade e de pernas, além das máquinas de massagem nas costas). Essas máquinas beneficiam os idosos para realizar facilmente exercícios isométricos, permitindo-lhes aumentar a resistência e o equilíbrio (Vanderbeck; Worht, 2015).

Da mesma forma, países desenvolvidos como a China têm um total de 32 parques geriátricos com 235 equipamentos de exercício e têm maior preocupação com a saúde dos seus residentes idosos. Recursos estão sendo destinados para promover atividade física através do “Elder Park”, também conhecido como “Parque Geriátrico”. Este parque contém equipamentos de exercício, como um conjunto de pedais, escadas, rampas e plataformas giratórias, que podem auxiliar os idosos a se exercitarem em vigas de equilíbrio e trilhas elevadas, além de alongar os músculos e desenvolver resistência. Esses exercícios os ajudarão a melhorar a coordenação geral, o equilíbrio, a mobilidade e a força (Tian *et al*, 2020).

Os resultados dos estudos encontrados apontam que maiores níveis de atividades físicas podem ser motivadas por diversos fatores, por exemplo, a proximidade dos ambientes, perfil sociodemográfico, acessibilidade, disponibilidade e segurança. Tudo isso, para os autores, influência na aderência e aumento das práticas corporais nos espaços urbanos.

6 ESTUDOS BRASILEIROS SOBRE ATIVIDADE FÍSICA PARA PESSOAS IDOSAS REALIZADA EM ESPAÇOS PÚBLICOS

A maioria dos estudos científicos identificados e citados neste estudo, sobre práticas corporais para pessoa idosa e espaço público de lazer, são referências de outros países. Artigos publicados sobre o assunto no Brasil são escassos. Entre os encontrados, destaca-se o estudo de Manta *et al* (2020), os autores analisaram a associação entre a percepção da presença de espaços públicos próximos às residências e a prática de atividade física no lazer por adultos nas capitais do Brasil, com base em características sociodemográficas. E concluíram que, mesmo com as possíveis diferenças regionais nas capitais brasileiras, a presença de espaços públicos aumenta a prática de atividade física no lazer, independente de variáveis sociodemográficas.

Considerando esta afirmação, Soares *et al* (2020), encontraram resultados semelhantes após analisarem a percepção da disponibilidade de espaços públicos abertos no bairro para prática de atividade física ao longo dos anos e sua associação com a prática de atividade física no lazer entre a população adulta brasileira. Os resultados apontam que a percepção desta disponibilidade associou-se positivamente à prática suficiente de atividade física de lazer (≥ 150 min/semana) e com a prática de diferentes tipos, frequência semanal e duração diária das atividades. Em conclusão, além da construção e manutenção de espaços públicos abertos, deve ser garantida a proximidade e a acessibilidade física da população, para que esses espaços sejam percebidos como um ambiente favorável à prática de atividade física e lazer.

A prática de atividade física pode ser um aliado positivo para promover a saúde e a qualidade de vida da população idosa, associada à prevenção tanto primária, quanto secundária das doenças crônicas não transmissíveis. Em 2018, a prevalência de idosos brasileiros que praticavam atividade física de 3–4 dias por semana era de 36,1% (Lima *et al*, 2022). No estudo de Soares *et al* (2022), os autores investigaram a tendência temporal da prática de atividade física em idosos brasileiros com dados de 2009 a 2020 por características sociodemográficas e regiões geográficas. Neste estudo, foram entrevistados 186.097 idosos (≥ 60 anos) no período de 2009 a 2020. Os autores observaram que a frequência de idosos que relataram ter realizado atividade física no lazer nos três meses anteriores à entrevista aumentou significativamente, passando de 37,2% em 2009 para 48% em 2020. Dessa forma, aproximadamente um em cada cinco idosos que praticou atividade física no lazer relatou duração habitual de AF de 60 minutos ou mais (20,8%). A frequência de idosos nesta duração habitual de AF

aumentou de 17,2% (2009) para 24,8% (2020) e houve aumento na duração habitual de AF de 40 para 49 minutos, de 5,7% (2009) para 7% (2020). Em contrapartida, os autores observaram uma diferença na taxa da prática de atividade física de lazer entre os idosos segundo os níveis de escolaridade e regiões geográficas. Segundo os autores, essas informações poderão permitir o desenvolvimento de políticas públicas eficazes voltados para esse subgrupo populacional, promovendo hábitos saudáveis.

Silva *et al* (2016) realizaram um estudo em dois parques na cidade de Recife (Jaqueira e Calçadão). Entre os usuários, no que tange à percepção de segurança, os usuários do Parque da Jaqueira sentem-se mais seguros em relação aos sujeitos do Calçadão. Porém, foi possível observar que os usuários da Jaqueira estão mais insatisfeitos com as condições dos espaços e dos equipamentos e no Calçadão de Boa Viagem prevaleceu a insatisfação relacionada à falta de estrutura e de opções para vivências de lazer e/ou atividade física. A respeito do grau de escolaridade, a maioria dos indivíduos, tanto da Jaqueira quanto do Calçadão de Boa Viagem, concluiu o ensino médio, seguidos de usuários que tinham o ensino superior. Portanto, considerando a categoria estruturas dos espaços, no que diz respeito às atividades físicas e de lazer, percebeu-se que as mais representativas foram ficar sentado, caminhada, encontrar amigos e fazer alongamento.

Já no estudo de Lima *et al* (2022), os autores procuraram identificar a atividade física recreativa em idosos brasileiros, 20.981 (6.468 homens e 14.513 mulheres) tinham 60 anos ou mais. Em relação à prática de atividade física de lazer, a caminhada foi a principal atividade referida por homens e mulheres (55,82%). Sendo que os homens (62,43%) apresentaram uma taxa de participação superior à das mulheres (50,21%). Os idosos praticavam atividade física recreativa mais de 3–4 dias por semana (36,11%) e ambos os sexos praticavam exercícios físicos por mais de 60 minutos por sessão. Em compensação, os idosos com maior nível de escolaridade relataram maior prática de atividade física no lazer. Entre aqueles com ≥ 11 anos de escolaridade (51,52%), eram ativos no lazer, contra apenas (36,71%), entre aqueles com menor escolaridade 0–8 anos. O que corresponde ao estudo de Soares *et al* (2022) citado acima. Portanto, promover a interação social dos idosos com menor escolaridade é considerado um fator importante para os gestores públicos proporcionarem acesso a locais, serviços e equipamentos para a prática de atividade física no lazer.

Em um estudo realizado no Campo Grande–MS, (Anjos; Silva 2021) analisaram a política de academias públicas implementadas pela administração municipal. Os resultados do estudo mostram que a infraestrutura deficitária (descobertas, sem vestiários/banheiros, bebedouros ou lixeiras) e falta de conservação dos aparelhos, agem negativamente na utilização desses espaços, sendo necessário que mudanças ocorram na política municipal e recursos orçamentários para manutenção sejam incorporados para que os usuários continuarem frequentando esses espaços. Em outro estudo realizado na cidade de São Paulo, Florindo *et al* (2017) analisaram a diferença entre a caminhada nos tempos livres e a presença de diferentes espaços abertos, bem como a combinação desses destinos recreativos próximos às residências dos adultos participantes (18 anos ou mais). Os resultados indicam que a presença de praças públicas, ciclovias e a presença de dois ou mais tipos de destinos recreativos a menos de 500 metros de casa aumenta a participação de adultos em caminhadas nos momentos de lazer. Por isso, destacaram a importância de monitorar os impactos desta nova política urbana na saúde e no bem-estar.

No estudo de Silva *et al* (2012), realizado na cidade de Pelotas–RS, os autores realizaram um diagnóstico das condições de parques e praças para a prática de lazer e atividades físicas. Em conclusão, parques e praças podem ter um importante papel como facilitadores da prática de atividades físicas. Assim, a existência de locais seguros e próximos às residências que possuam quadras de esporte e bancos estão associadas à prática de atividade física no lazer em adultos e idosos. Os resultados encontrados nesse estudo retratam que, apesar de distribuídas por toda a zona urbana, as praças e parques do município ainda carecem de uma melhor estruturação, além de uma melhora na conservação do ambiente. Isso pode ser um dos fatores que ajuda a fomentar o aumento da prevalência de indivíduos insuficientemente ativos na cidade, que passou de (41,1%) em 2002 para (52,0%) em 2007.

As evidências apresentadas mostram resultados sobre práticas de atividades físicas no lazer e fatores mobilizadores associados ao comportamento. Diferenças são encontradas nas características dos usuários, motivos para frequentar o parque, atividades realizadas e classificação do nível de atividade física. No Brasil, apenas dois dos estudos investigaram a população idosa propriamente dita (Lima *et al*, 2022; Soares *et al*, 2022) e um relacionado à Política de Promoção da Saúde no Lazer (Anjos; Silva, 2021). Apesar das diferentes metodologias e dos fatores estudados, cinco investigaram

algum fator do ambiental relacionado ao comportamento ativo (Silva *et al* 2012; Silva *et al*, 2016; Florindo *et al*, 2017; Soares *et al*, 2020; Manta *et al*, 2020). Novos estudos devem ser realizados sobre o assunto para aumentar o conhecimento sobre a prática de atividades físicas, bem como a disponibilidade, frequência e segurança para utilização em locais recreativos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais estudos científicos, com base no espaço público de lazer para incentivar o uso e apropriação da população idosa, devem ser estimuladas por órgãos públicos, com intuito de identificar fatores relacionados ao comportamento fisicamente ativo, para sugerir adaptações e melhorias no ambiente e estruturas existentes. Uma vez que, quanto maior a qualidade dos espaços, maior a possibilidade de interesse da população em práticas de atividade física e lazer no tempo disponível. De modo que, a prática de atividade física pode ser um aliado positivo para promover a saúde e a qualidade de vida da população idosa, estando associada à prevenção tanto primária quanto secundária das doenças crônicas não transmissíveis.

Além da construção e manutenção de espaços públicos abertos, deve ser garantida a proximidade e a acessibilidade física da população, para que esses espaços sejam percebidos como um ambiente favorável às práticas corporais, sociais e momentos de lazer. Devem ser consideradas construções e adaptações ambientais, em regiões desprovidas de espaços recreativos e ambientes para a prática de atividade física, principalmente, em regiões onde residentes possuem menor condição econômica. Visto que foi observada uma diferença na taxa da prática de atividade física de lazer entre os idosos segundo os níveis de escolaridade e regiões geográficas. Portanto, promover a interação social dos idosos com menor escolaridade é considerado um fator importante para os gestores públicos proporcionarem acesso a locais, serviços e equipamentos para a prática de atividade física no lazer.

REFERÊNCIAS

ANJOS, V. A. A., SILVA, J. V. P da. Política de promoção da saúde no lazer em academias públicas de Campo Grande – MS, Brasil. **Retos**, n. 39, p. 379-387, 2021.

ASTELL-BURT, T., FENG, X., MAVOA, S., BADLAND, H. M., GILES-CORTI, B. Do low-income neighbourhoods have the least green space? A cross-sectional study of Australia's most populous cities. **BMC Public Health**, p. 1-11, 2014.

BASHIR, S., TARIQ, M. I., RAUF, S., MALIK, N. A. Proposing Development of Community-based Physical Activity Park for Elderly Population of Pakistan. **J Coll Physicians Surg Pak**, v. 33, n. 3, p. 1067-1069, 2023.

BRASIL. Constituição. **Constituição Federal Brasileira** de 1988.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. 3. ed. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**: PNPS. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

CALDEIRA, T. P do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34 / Edusp, 2000.

CHOI, Y. J., MATZ-COSTA, C. Perceived neighborhood safety, social cohesion, and psychological health of older adults. **Gerontologist**, v. 58, n. 1, p. 196-206, 2018.

FINESCCHI, S., LORETO, F. A Survey of Multiple Interactions Between Plants and the Urban Environment. **Front. For. Glob. Change**, v. 3, n. 30, p. 1-19, 2020.

FLORINDO, A. A., BARROZO, L. V., CABRAL-MIRANDA, W., RODRIGUES, E. Q., TURRELL, G., GOLDBAUM, M., CESAR, C. L. G., GILES-CORTI, B. Public Open Spaces and Leisure-Time Walking in Brazilian Adults. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v.14, n. 553, 2017.

GRIGOLETTO, A., LOI, A., LATESSA, P. M., MARINI, S., RINALDO, N., GUALDI-RUSSO, E., ZACCAGNI, L., TOSELLI, S. Physical Activity Behavior, Motivation and Active Commuting: Relationships with the Use of Green Spaces in Italy. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v. 19, p. 1-15, 2022.

HINO, A. A. F., RECH, C. R., GONÇALVES, P. B., REIS, R. S. Acessibilidade a espaços públicos de lazer e atividade física em adultos de Curitiba, Paraná, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 35, p.1-12, 2019.

IPEN PROJECT. IPEN [Internet]. 2024 [citado 29 de abril de 2024]. Disponível em: http://www.ipenproject.org

IQBAL, A. Inclusive, Safe and Resilient Public Spaces: Gateway to Sustainable Cities? **IntechOpen**: London, UK, 2021.

JUUL, V., NORDBO, E. C. A. Examining activity-friendly neighborhoods in the Norwegian context: green space and walkability in relation to physical activity and the moderating role of perceived safety. **BMC Public Health**, v. 23, p. 1-10, 2023.

KIMIC. K., POLKO, P. The Use of Urban Parks by Older Adults in the Context of Perceived Security. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v. 19, p. 1-20, 2022.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2009. 146p.

LIMA, A. M. L. P., CAVALHEIRO, F., NUCCI, J. C., SOUSA, M. A. L. B., FIALHO, N. O., PICCHIA, P. C. D. **Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2, 1994. São Luiz/MA. Anais... São Luiz: Imprensa EMATER/MA, 1994. p. 539 553.

LIMA, D. F., LIMA, L. A., SAMPAIO, A. A. Recreational physical activity in Brazilian older adults: secondary analysis of the 2018 Vigitel survey. **Geriatr Gerontol Aging**, v. 16 p. 1-4, 2022.

LOEWEN, L. J., STEEL, G., SUEDFELD, P. Perceived safety from crime in the urban environment. **J. Environ. Psychol**, v. 13, n.4, p. 323-321, 1993.

MACEDO, S. S., SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2010. 216 p.

MANTA, S. W., DUCA, G. F. D., SILVA, K. S da., RECH, C. R., GOMES, R da S., MAXIMIANO, G. P., MALTA, D. C. Is the availability of open public spaces associated with leisure-time physical activity in Brazilian adults? **Health Promot Int**, v. 35, n. 1, p. 51-58, 2020.

MARCUSE, P. Da teoria urbana crítica ao direito à cidade. **Cidade**, V. 13, ed. 2–3, p. 185–197, 2009.

MARQUES, C. R. L. **Gestão de caso e envelhecimento: Contributos para a prática gerontológica.** 2019. Dissertação (Gerontologia Social) – Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Portugal, 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria 719/2011. Institui o **Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde**. Brasília, DF, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria de Consolidação nº 5. **Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde**. Brasília, DF, 2017.

MITCHELL, D. **The Right to the City Social Justice and the Fight for Public Space**. Guilford Publications. 2003. 270 p.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Diretrizes da OMS sobre atividade física e comportamento sedentário**. 2020.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Envelhecimento ativo:** uma política de saúde. Trad. Susana Gontijo. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

PIPPI, L. G. A., LAUTERT, A. R. Praças como espaços públicos relevantes: aspectos pertinentes ao projeto. **Revista PROJETAR**, v.4, n.1, p. 112-124, 2019.

ROBBA, F., MACEDO, S. S. **Praças brasileiras**. São Paulo: EDUSP, 2002. 311 p.

SALLIS, J. F., CERIN, E., CONWAY, T. L., ADAMS, M. A., FRANK, L. D., PRATT, M., SALVO, D., SCHIPPERIJN, J., SMITH, G., CAIN, K. L., DAVEY, R., KERR, J., LAI, P.

C., MITÁŠ, J., REIS, R., SARMIENTO, O. L., SCHOFIELD, G., TROELSEN, J., DYCK, D. V., BOURDEAUDHUIJ, I. D., OWEN, N. Physical activity in relation to urban environments in 14 cities worldwide: a cross-sectional study. **Lancet**, p. 1-10, 2016.

SALLIS, J. F., CERIN, E., KERR, J., ADAMS, M. A., SUGIYAMA, T., CHRISTIANSEN, L. B., SCHIPPERIJN, J., DAVEY, R., SALVO, D. , FRANK, L. D., BOURDEAUDHUIJ, I. D., OWEN, N. Built Environment, Physical Activity, and Obesity: Findings from the International Physical Activity and Environment Network (IPEN) Adult Study. **Annu. Rev. Public Health**, n. 41, p. 119-39, 2020.

SALVO, D., SARMIENTO, O. L., REIS, R. S., HINO, A. A. F., BOLIVAR, M. A., LEMOINE, P. D., GONÇALVES, P. B., PRATT, M. Where Latin Americans are physically active, and why does it matter? Findings from the IPEN-adult study in Bogota, Colombia; Cuernavaca, Mexico; and Curitiba, Brazil. **Prev Med**, v. 33, p. 1-12, 2017.

SANTOS, E. S dos. Reflexões sobre a utilização de espaços públicos para o lazer esportivo. **R. RA´E GA**, n. 11, p. 25-33, 2006.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2022. 530 p.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020. 205p.

SILVA, E. A. P. C da., SILVA, P. P. C da., OLIVEIRA, L dos S., SANTOS, A. R. M dos, RECHIA, S., FREITAS, C. M. S. M de. Percepção da qualidade do ambiente e vivências em espaços públicos de lazer. **Rev Bras Ciênc Esporte**, v. 38, n.3, p. 251-258, 2016.

SILVA, E. A. P. C da., SILVA, P. P. C da., SANTOS, A. R. M dos., CARTAXO, H. G de O., RECHIA, S., FREITAS, C. M. S. M de. Espaços públicos de lazer na promoção da qualidade de vida: Uma revisão integrativa. **Licere**, v.16, n.2, 2013.

SILVA, M. C da., SILVA, A. B da., AMORIM, T. E. C. Condições de espaços públicos destinados a prática de atividades Físicas na cidade de Pelotas/RS/Brasil. **Rev Bras Ativ Fis e Saúde**, v. 17, n. 1, p. 28-32, 2012.

SIMÃO, A. B., MACHADO, C. J. Envelhecimento Populacional, qualidade de vida e atividade física: pensando e repesando o serviço social. **Ser. Soc. & Saúde**, v. 16, n. 1, p. 11-24, 2017.

SOARES, M. M., MAIA, E. G., CLARO, R. M. Availability of public open space and the practice of leisure-time physical activity among the Brazilian adult population. **Int J Public Health**, v. 65, n. 8, p. 1467-1476, 2020.

SOARES, M.M., CALDEIRA, T. C. M., SOUSA, T.M., REZENDE, L. F. M., CLARO, R. M. Leisure time physical activity among older adults in Brazil: a time series analysis of a population-based survey (2009-2020). **Reports in Public Health**, v. 38, n. 7, p. 1-12, 2022.

TIAN, P., KIM, S., WANG, J. Peichun. Research on the elderly friendly park based on inclusive design concept. **Front Art Res**, v. 2, n. 6, p. 56-61, 2020.

TOSELLI, S., BRAGONZONI, L., GRIGOLETTO, A., MASINI, A., MARINI, S., BARONE, G., PINELLI, E., ZINNO, R., MAURO, M., PILONE, P. L., ARDUINI, S., GALLI, S., VITIELLO, M., VICENTINI, B., BOLDRINI, G., MUSTI, M. A., PANDOLFI, P., LIBERTI, M., ASTORINO, G., PASQUALINO, M. L., DALLOLIO, L. Effect of a Park-Based Physical Activity Intervention on Psychological Wellbeing at the Time of COVID-19. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v. 19, p. 1-11, 2022.

VANDERBECK, R. M., WORHT, N. Intergenerational space. **Routledge**, London, 2015.

ZHANG, L., LUO, Y., ZHANG, Y., PAN, X., ZHAO, D., WANG, Q. Green Space, Air Pollution, Weather, and Cognitive Function in Middle and Old Age in China. **Front. Public Health**, v. 10, p. 1-11, 2022.

ACESSO DE POPULAÇÕES RURAIS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MENTAL E HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO

Rafaela Santana Leandro[1]

Cristina Maria Macedo de Alencar[2]

RESUMO

Este artigo analisa o acesso das populações rurais aos serviços públicos de saúde mental, com foco no município de Ilhéus (BA), território impactado pelo projeto da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) e Porto Sul. Adotando abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, foram utilizados levantamento bibliográfico, análise documental e dados secundários em bases governamentais, complementados por reportagens do banco de dados de pesquisa em andamento. A dissertação de Adriana Antônia de Oliveira (2016) sobre o município de Alagoinhas (BA), foi utilizada, metodologicamente, para parametrizar oferta e acesso de serviços na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e as dificuldades específicas da população rural no acesso a cuidados em saúde mental. Com esses parâmetros, os resultados indicam fragilidades estruturais na Atenção Básica e na articulação interprofissional, ausência de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) II e III em Ilhéus, insuficiência de equipes da Estratégia Saúde da Família e ausência de políticas direcionadas às ruralidades. Conclui-se que o cuidado em saúde mental oferecido naquele município permanece marcado por desigualdades, descontinuidade de políticas públicas e distância entre parâmetros normativos e realidade instalada. Defende-se a humanização como diretriz ética e política fundamental para garantir equidade, escuta ativa e reconhecimento das especificidades rurais.

Palavras-chave: saúde mental; ruralidades; SUS; humanização do cuidado; políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as populações acometidas por transtornos mentais foram frequentemente excluídas socialmente e submetidas a práticas desumanas de tratamento (Brasil, 2008). Apesar dos avanços legislativos e institucionais promovidos com a criação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS e da consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), o acesso aos serviços públicos de saúde mental ainda representa um desafio, especialmente para populações residentes em áreas rurais. Essas comunidades enfrentam não apenas barreiras geográficas, mas também limitações estruturais e simbólicas no reconhecimento e exercício do direito à saúde (Oliveira, 2016). Segundo Siqueira (2025, p. 125), “Uma realidade que, ademais, já vem impactando decisivamente e em muitos níveis à saúde mental, emocional e física

[1] Graduanda da Universidade Católica do Salvador. E-mail: rafaela.leandro@ucsal.edu.br
[2] Professora e Doutora da Universidade Católica do Salvador. E-mail: cristina.alencar@pro.ucsal.br

dos grupos sociais com experiências rurais de vida". Com isso, torna-se urgente analisar como a política de humanização em saúde mental se realiza na prática nesses contextos.

A presente pesquisa concentra-se no município de Ilhéus, inserido no Território de Identidade Litoral Sul da Bahia, e examina, a partir da possibilidade de implementação do projeto FIOL em territórios rurais, as estruturas de saúde existentes. O estudo adota uma abordagem qualitativa, com coleta de dados por meio de levantamento bibliográfico, análise documental e análise de matérias jornalísticas reunidas em base de dados construída no âmbito da pesquisa de doutorado de Thiago Guimarães Siqueira de Araújo (PPGTAS/UCSAL), como atividade de iniciação científica, que investiga os impactos psicossociais da desterritorialização nas comunidades afetadas pela FIOL e o Porto Sul. Os resultados foram organizados pelos seguintes eixos de análise: as contribuições da psicologia social e psicologia hospitalar para o cuidado em saúde mental nas ruralidades; a estrutura do SUS e os mecanismos institucionais que viabilizam o acesso aos serviços de saúde; e as vivências concretas da população rural no acesso às políticas públicas de saúde mental, com ênfase na comparação entre os contextos de Ilhéus e Alagoinhas, a partir do estudo de Adriana Antonia de Oliveira (2016).[3] Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar de que modo o acesso das populações rurais aos serviços públicos de saúde mental se concretiza por meio da estrutura do SUS, considerando os desafios impostos por grandes empreendimentos e as especificidades territoriais. O foco recai sobre a humanização do cuidado enquanto diretriz analítica para compreender as condições institucionais e sociais que moldam esse acesso. O texto está organizado em três seções principais: a primeira apresenta os materiais e métodos utilizados; a segunda discute os principais resultados encontrados; e a terceira reflete criticamente sobre os achados, destacando suas implicações para a gestão da saúde pública e a garantia de direitos nos territórios rurais.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

[3] Territorialidade da Rede de Atenção Psicossocial no município de Alagoinhas-BA / PPGPTDS - UCSAL, 2016

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de compreender o acesso aos serviços de saúde mental e de que forma a humanização da saúde mental se manifesta no atendimento às populações rurais em territórios impactados por grandes empreendimentos de infraestrutura, com foco no município de Ilhéus (BA), afetado diretamente pela possibilidade de implantação do projeto FIOL/Porto Sul. Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2022), Ilhéus possui 178.649 habitantes, dos quais 161.851 (90,6%) residem em área urbana e 16.798 (9,4%) em área rural. Essa distribuição evidencia a predominância urbana, embora sejam questionados por vários pesquisadores (Maria Nazaré Baudel Wanderley, Elena Saraceno José Eli da Veiga, Cristina Maria Macêdo de Alencar, Silva e Macedo, entre outros), os critérios utilizados para essa classificação, mas também evidencia a relevância de uma população rural que enfrenta barreiras significativas no acesso aos serviços de saúde. Do ponto de vista estrutural, de acordo com a Portaria nº 336/2002 do Ministério da Saúde, municípios com mais de 150 mil habitantes devem dispor de pelo menos um CAPS III, de funcionamento 24 horas, com retaguarda clínica e leitos de acolhimento noturno. Posteriormente, “O Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) foi criado em 2008 pela Portaria GM/ MS nº 154 de 24 de junho de 2008 (revogada pela Portaria GM/ MS nº 2.488 de 21 de outubro de 2011), com o objetivo de aumentar a resolutividade e capacidade de resposta das equipes de saúde da família aos problemas da população.” (BAHIA. Secretaria da Saúde, 2023). Com a revogação, o NASF não foi extinto, mas incorporado e redefinido pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), aprovada pela Portaria nº 2.488/2011, sendo posteriormente detalhado pela Portaria nº 3.124/2012, que estabeleceu suas três modalidades (NASF 1, 2 e 3). O NASF atua de forma complementar às equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF): o NASF 1 apoia de 5 a 9 equipes, o NASF 2 apoia de 3 a 4 equipes e o NASF 3 apoia de 1 a 2 equipes, variando conforme a necessidade do território e a disponibilidade de profissionais, como psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais, fisioterapeutas, farmacêuticos, entre outros (BAHIA. Secretaria da Saúde, 2023). Complementarmente, os dados mais recentes da Atenção Básica (Ministério da Saúde, 2019) indicam que Ilhéus possuía teto autorizado para 89 equipes de Saúde da Família, mas apenas cerca de 22 encontravam-se efetivamente implantadas ao longo daquele ano. Considerando a população total do município, cada equipe chegava a cobrir, em média, mais de 8 mil pessoas, número significativamente superior ao parâmetro definido pela Política Nacional de Atenção Básica (Portaria nº

2.436/2017), que recomenda a cobertura máxima de 4 mil pessoas por equipe. Quanto aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), havia apenas duas equipes do tipo I implantadas, sem registro de NASF tipos II ou III. Além disso, “Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são lugares onde oferecem serviços de saúde abertos para a comunidade. Uma equipe diversificada trabalha em conjunto para atender às necessidades de saúde mental das pessoas, incluindo aquelas que enfrentam desafios relacionados às necessidades decorrentes do uso prejudicial de álcool e outras drogas. Esses serviços estão disponíveis na região e são especialmente focados em ajudar em situações difíceis ou no processo de reabilitação psicossocial” (BRASIL. Ministério da Saúde, 2023). Dessa forma, são organizados em modalidades conforme o porte populacional e a demanda: CAPS I (municípios >15 mil hab.), CAPS II (>70 mil hab.), CAPS III (>150 mil hab., com funcionamento 24h e leitos de acolhimento noturno), CAPSi (crianças e adolescentes, em municípios >70 mil hab.) e CAPS AD/AD III (atenção específica a transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas, em municípios >70 mil ou >150 mil hab. quando 24h). Por último, no levantamento mais atual do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES, 2025) mostram que Ilhéus conta com apenas dois Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): um do tipo AD (álcool e outras drogas) e um infantojuvenil (CAPSi). Nesse sentido, observa-se um descompasso entre o parâmetro oficial e a rede efetivamente implantada em Ilhéus, que não conta com CAPS II nem CAPS III, revelando fragilidades importantes na cobertura. Esses indicadores evidenciam a insuficiência da rede de Atenção Básica e a fragilidade da articulação interprofissional no cuidado em saúde mental, especialmente nas áreas rurais. A produção de dados da pesquisa se estruturou em três frentes metodológicas. A primeira consistiu em uma revisão bibliográfica sistemática em periódicos das bases CAPES, SCIELO e google acadêmico, utilizando as palavras-chave “desterritorialização”, “psicologia”, “ruralidades”, “saúde mental” e “acesso ao SUS”. O critério de seleção priorizou publicações relevantes dos últimos dez anos, com foco em trabalhos que dialogassem com os contextos rurais e os impactos de políticas públicas em saúde. As fontes foram analisadas criticamente e organizadas conforme afinidade temática com os objetivos do estudo. A segunda frente foi a análise documental, que incluiu reportagens, notas técnicas e documentos oficiais relacionados à implantação da FIOL e do Porto Sul, com ênfase específica nas menções ao acesso a serviços públicos, sobretudo de saúde mental, pelas comunidades atingidas. Parte das reportagens foi extraída do banco de dados reunido na pesquisa de doutorado de

Thiago Guimarães Siqueira de Araújo (PPGTAS/UCSAL), cujo escopo mais amplo aborda os impactos psicossociais da desterritorialização. Neste trabalho, esses documentos foram utilizados como recurso de contextualização territorial e política, sendo selecionados apenas os trechos vinculados à questão central da pesquisa. A terceira frente consistiu na delimitação analítica a partir de fontes secundárias, como CNES, e-SUS e DATASUS, que permitiram organizar os dados levantados de modo a identificar obstáculos, lacunas e padrões nas formas de acesso aos serviços públicos de saúde mental por populações rurais em áreas afetadas pela FIOL. Nesta terceira fase tomou-se como orientador da análise, a dissertação de Adriana Antonia de Oliveira intitulada “Territorialidade da Rede de Atenção Psicossocial no município de Alagoinhas-BA”. Esse mapeamento possibilitou sustentar a discussão crítica sobre as condições institucionais e estruturais que interferem no direito à saúde nesses territórios.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 PSICOLOGIA SOCIAL, PSICOLOGIA HOSPITALAR E RURALIDADES

Segundo Mendes, Lacerda e Barreto (2020), a psicologia configura-se como uma ciência essencial para o cuidado em saúde mental no SUS, justamente por articular dimensões subjetivas e sociais do sofrimento psíquico. A atuação do psicólogo nesse contexto deve estar comprometida com a promoção da cidadania, por meio de ações voltadas ao paciente, à família e às equipes de saúde. Essa perspectiva ético-política amplia o campo da psicologia para além da clínica tradicional, fundamentando práticas pautadas pela escuta, empatia e integralidade do cuidado. Em territórios rurais, caracterizados por distâncias geográficas, onde há ausência de políticas direcionadas e redes de atenção frágeis, o exercício profissional assume contornos singulares. Nesses espaços, cabe ao psicólogo construir formas de cuidado que reconheçam o sofrimento psíquico como uma vivência legítima, atravessada por fatores históricos, sociais e territoriais, e que exigem respostas coerentes com os princípios do SUS: universalidade, equidade e integralidade.

Dessa forma, a psicologia social amplia esse olhar ao compreender que o sofrimento psíquico está intrinsecamente relacionado às dinâmicas sociais, culturais e institucionais. De acordo com Techio (2023), a psicologia social não deve se limitar às

dicotomias entre o individual e o coletivo, mas sim articular diferentes níveis de análise, do subjetivo ao intersocietal, para interpretar os fenômenos psicossociais. Em contextos rurais, essa perspectiva é relevante, pois permite compreender como a exclusão histórica, a invisibilidade institucional e as desigualdades de acesso impactam diretamente a saúde mental dos sujeitos. Assim, a psicologia social oferece fundamentos para pensar o cuidado em saúde mental como um processo que deve dialogar com os sentidos coletivos, as identidades culturais e os vínculos comunitários.

Jovchelovitch (2004) afirma que “a especificidade da psicologia social é teorizar espaços de mediação que residem na contradição e coexistência de opostos” (Jovchelovitch, 2004. p. 21). A autora propõe uma compreensão do sofrimento e do cuidado como construções que se situam no “entre”: entre o sujeito e a coletividade, entre a cultura e a política, entre o local e o institucional. Essa perspectiva é fundamental quando se analisa o acesso à saúde mental em territórios rurais afetados por grandes empreendimentos, onde coexistem saberes tradicionais, expectativas institucionais e experiências de exclusão. Reconhecer esses entre lugares permite ampliar as estratégias de cuidado e dar visibilidade a modos diversos de produzir saúde.

Embora a psicologia hospitalar tenha se consolidado historicamente em ambientes institucionais urbanos, seus princípios e práticas oferecem contribuições valiosas para o fortalecimento da atenção psicossocial no SUS como um todo. Entre esses fundamentos, destacam-se a escuta qualificada, o acolhimento emocional, o cuidado compartilhado com a família e a atuação em equipes interdisciplinares. Tais elementos são aplicáveis e desejáveis também na atenção básica, especialmente em contextos rurais onde os serviços de saúde são mais fragilizados. Mendes, Lacerda e Barreto (2020) observam que a psicologia no SUS deve operar com base em ações que articulem o cuidado integral às demandas subjetivas dos usuários, apoiando-se em valores éticos e no compromisso com a cidadania. Incorporar essas abordagens em unidades de saúde rural pode representar um passo estratégico para promover cuidado mais acessível, sensível às realidades locais e alinhado aos princípios constitutivos do SUS. Como reforçam Cordeiro e Borges (2021), “o psicólogo hospitalar é aquele que cuida, que acolhe o sofrimento do outro, que trabalha em equipe e se compromete com a integralidade do cuidado”, o que reafirma a importância desses fundamentos mesmo fora do ambiente hospitalar tradicional.

As ruralidades, por sua vez, constituem um campo teórico e político ainda em consolidação dentro da psicologia brasileira. Como discutem Silva e Macedo (2017), compreender o rural exige superar a visão reducionista que o associa ao atraso ou ao simples oposto do urbano. As ruralidades devem ser reconhecidas em sua diversidade e riqueza cultural, incluindo formas específicas de organização social, modos de vida, valores, vínculos com a terra e dinâmicas de cuidado. Nesse sentido, “É necessária, portanto, a construção de um recorte crítico capaz de fortalecer a discussão acerca da presença da Psicologia no mundo rural.” (Silva e Macedo, 2017. p. 826), de modo a promover uma inserção mais qualificada da profissão nesses territórios. A presença da psicologia nas políticas públicas que atuam nesses espaços, como o SUS e o SUAS, demanda o desenvolvimento de práticas contextualizadas, que levem em consideração os saberes locais, os processos de subjetivação próprios desses espaços e os desafios impostos por intervenções externas, como grandes empreendimentos. Além disso, é necessário reconhecer que “os habitantes das zonas rurais têm sofrido com a ausência das políticas de saúde em seu cotidiano, especialmente se considerarmos a atenção primária e saúde mental” (Silva, Dimenstein e Leite, 2013. p. 269), o que reforça a urgência de ações integradas e culturalmente sensíveis que ampliem o acesso e a qualidade do cuidado em saúde mental nesses territórios.

3.2 ESTRUTURA DO SUS E PERCURSO PARA PERMITIR O ACESSO

O SUS, concebido como uma política pública universal e integral, estabelece como um de seus princípios a equidade como caminho para corrigir desigualdades históricas e regionais. “A saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito [...]. O objetivo desse princípio é diminuir desigualdades [...]. Este princípio considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades” (BRASIL. Ministério da Saúde, 2023). Esses três princípios: universalidade, equidade e integralidade, estruturam a organização do SUS e fundamentam a reflexão sobre os desafios da saúde mental. Nesses princípios não se explicita a condição relativa ao habitar em zonas urbanas ou em zonas rurais. No entanto, a efetivação do acesso à saúde mental nas zonas rurais ainda encontra entraves significativos, tanto no que diz respeito à distribuição territorial dos serviços, quanto à forma como o cuidado é prestado às populações que vivem afastadas dos centros urbanos (Silva, Dimenstein e Leite, 2013), como demonstra a dissertação de

Adriana Oliveira, ao analisar a microrregião de Alagoinhas (BA) e evidenciar que a população rural encontra dificuldades específicas para acessar os serviços da RAPS. Entre os principais obstáculos, estão a centralização dos serviços especializados nas zonas urbanas, a ausência de transporte público gratuito para usuários da zona rural e a sobrecarga das equipes de saúde da família, que dificulta o acompanhamento contínuo e completo do cuidado. Segundo a autora, a política pública de saúde mental não contempla as especificidades do rural, tanto no planejamento da oferta quanto na definição das estratégias de acompanhamento. Mesmo em municípios com estrutura relativamente consolidada da RAPS, como Alagoinhas, Adriana aponta que a articulação entre os pontos da rede é frágil, o que compromete a integralidade do cuidado. Falta transporte institucional para visitas domiciliares, há carência de veículos e profissionais, e os serviços, mesmo quando existentes, não dialogam com as condições de vida e o modo de habitar dos sujeitos do campo. Como destaca a autora,

> (...) a ausência de medidas direcionadas ao acesso da população rural aos serviços da Rede dificulta a efetividade do direito à atenção especializada para esta população. Cabe salientar que essa dificuldade também é enfrentada pelos profissionais de saúde no acesso aos usuários através das visitas domiciliares, por causa do transporte escasso, o que foi relatado pela atenção especializada (CAPS) e pela atenção básica, e assim dificultando o acompanhamento adequado aos pacientes (OLIVEIRA, 2016, p. 90).

A autora reforça que o direito à saúde mental só se realiza plenamente quando são respeitadas as condições concretas de acesso e o território é considerado como categoria central do cuidado.

No caso de Ilhéus, o percurso de acesso aos serviços de saúde mental segue, em linhas gerais, a lógica nacional do SUS, mas revela lacunas importantes. O primeiro contato costuma ocorrer nas unidades da atenção básica, por meio das equipes da Estratégia de Saúde da Família, que deveriam funcionar como porta de entrada do sistema. Contudo, a cobertura limitada dessas equipes, responsáveis por populações muito acima do recomendado, compromete a capacidade de acolhimento e acompanhamento contínuo. Quando há necessidade de encaminhamento para cuidados especializados, os usuários encontram uma rede reduzida: o município conta apenas com um CAPS AD e um CAPSi, o que deixa desassistidos adultos em sofrimento psíquico que não se enquadram nesses serviço, conforme dados do CNES (2025) citados anteriormente. Considerando o percurso no sistema, conforme descrito por Adriana Oliveira e a estrutura disponível em Ilhéus discutida em materiais, é possível inferir que em situações de crise, a alternativa são os hospitais gerais e prontos-

atendimentos, que atuam como retaguarda, embora não disponham de estrutura específica para internação psiquiátrica de referência. Dessa forma, o percurso vivido pelo usuário é fragmentado e pouco resolutivo, pois inicia-se na atenção primária, passa por uma rede especializada insuficiente e, muitas vezes, termina em serviços hospitalares gerais. Esse caminho revela a distância entre os parâmetros estabelecidos pelas normas do SUS e a rede efetivamente implantada no município, reforçando as dificuldades de acesso enfrentadas pelas populações rurais que, além dessas barreiras institucionais, lidam ainda com obstáculos adicionais de transporte e deslocamento até os pontos de atendimento.

Complementarmente às condições institucionais, é necessário considerar, no que se refere aos profissionais, a atuação do psicólogo no SUS. Embora esteja fortemente associado aos serviços de saúde mental, como os CAPS, o psicólogo também compõe equipes da Atenção Básica (ESF e NASF), atua em hospitais gerais, programas de saúde da mulher, da criança e do trabalhador, entre outros espaços da rede. Nesse contexto, sua presença ganha relevância na promoção de um cuidado integral e mais humanizado.“As equipes multiprofissionais da Atenção Básica podem contar com profissionais de diferentes áreas de conhecimento, como médicos, enfermeiros, odontólogos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros, de acordo com as necessidades do território e da população” (BRASIL. Ministério da Saúde, 2017). Mendes, Lacerda e Barreto (2020), ao analisarem o fazer da psicologia nos hospitais públicos do SUS, argumentam que os profissionais devem operar como mediadores entre as subjetividades dos usuários e a estrutura institucional, promovendo o acolhimento, a escuta ativa e a construção de vínculos terapêuticos. Embora originalmente vinculada ao ambiente hospitalar, a psicologia hospitalar contribui de maneira significativa para os princípios da Política Nacional de Humanização (PNH), especialmente quando aplicada aos diversos níveis de atenção do SUS, que são: a Atenção Primária, a Atenção Secundária e a Atenção Terciária. Como citado no trecho:

> O Sistema Único de Saúde (SUS) está organizado em níveis de atenção: a atenção primária, como porta de entrada e ordenadora da rede; a atenção secundária, voltada para os atendimentos especializados; e a atenção terciária, que envolve serviços de alta complexidade, como hospitais gerais e especializados (BRASIL. Ministério da Saúde, 2020).

Segundo os autores, os pilares da atuação humanizada envolvem a compreensão do sofrimento para além da doença, o reconhecimento da singularidade de cada sujeito e a valorização do território como espaço de cuidado. Em áreas rurais,

portanto, esses elementos se tornam ainda mais relevantes, diante de um histórico de negligência institucional e de práticas de cuidado marcadas por distanciamento técnico e despersonalização.

Além dos aspectos institucionais, a problemática do cuidado é questionada em termos de paradigmas científicos, como destacam Cirilo Neto e Dimenstein (2017. p. 461), “o cuidado implementado ainda corresponde à lógica biomédica, com pouca participação dos moradores e desconsideração dos saberes e práticas de cuidado tradicionais.” Os autores propõem que a integração dos fundamentos da psicologia hospitalar à lógica da atenção primária e da RAPS fortalece a proposta de um cuidado que não se limita à intervenção clínica, mas que reconhece a escuta como instrumento de cidadania e transformação social. A humanização do acesso, portanto, não se resume ao contato final com o serviço, mas deve permear todo o percurso do usuário, desde o primeiro acolhimento até o acompanhamento em rede.

3.3 A POPULAÇÃO RURAL ACESSANDO OS SERVIÇOS: ANÁLISE EMPÍRICA DE ILHÉUS

O acesso à saúde mental em áreas rurais está condicionado por uma série de barreiras que vão além da disponibilidade de serviços. As dimensões geográficas, políticas, culturais e simbólicas atravessam esse processo, influenciando a forma como a população se vincula (ou não) às políticas públicas (Oliveira, 2017; Cirilo Neto; Dimenstein, 2017). Nos municípios de Ilhéus e Alagoinhas, a fragilidade da atenção psicossocial para quem vive fora dos centros urbanos é evidente. Na região de Alagoinhas, conforme análise de Adriana Oliveira (2016), a presença de dispositivos da RAPS, como CAPS e serviços de saúde da família, não garante por si só o acesso equitativo aos cuidados em saúde mental. A autora revela que a predominância dos serviços no espaço urbano e a inexistência de políticas específicas para o campo fazem com que a população rural enfrente dificuldades sistemáticas de deslocamento, acolhimento e continuidade do cuidado.

Já no caso de Ilhéus, reportagens locais indicam que os investimentos em grandes empreendimentos de infraestrutura, como o Porto Sul e a FIOL, não foram acompanhados de contrapartidas efetivas em saúde e assistência social. Segundo entrevista com o professor e ambientalista Ruy Rocha, “a gente precisa de investimento

real na vida das pessoas. Isso significa investimento em saúde, em saneamento básico, em boas ruas, praças e jardins, na qualidade de vida" (BLOG DO GUSMÃO, 2011). Essa crítica se torna ainda mais evidente quando se observa a atenção básica do município: embora autorizada para um número expressivo de equipes da Estratégia de Saúde da Família, apenas uma parte delas está efetivamente implantada, o que sobrecarrega os profissionais e amplia as barreiras de acesso. Tal cenário reforça o contraste entre os recursos destinados a grandes obras e a ausência de investimentos consistentes em políticas públicas que respondam às necessidades cotidianas da população.

Além disso, quando surgem empreendimentos de grande porte, ocorrem impactos ambientais que agravam a fragilidade já existente no sistema de saúde e assistência social. Nesse contexto, uma das críticas recorrentes diz respeito à ausência de escuta das comunidades atingidas, tanto por parte dos agentes responsáveis pelos empreendimentos quanto por cientistas que avaliam seus impactos, o que compromete a efetividade das políticas públicas. Como destaca Siqueira:

> fazer ciência com alteridade, como nos convoca Edgar Morin (2005), exige que a avaliação dos impactos ambientais incorpore as dimensões psicossociais e existenciais dos afetados. A ausência dessa escuta perpetua o sofrimento psíquico relacionado às múltiplas perdas do território e 'legitima como natural aquilo que é social e historicamente perverso' (CREMA, 2023, p. 18). (SIQUEIRA, 2025, p. 235)

Essa lógica descrita por Crema (2023 *apud* Siqueira, 2025) se materializa nas falas dos moradores da região afetada pelo Porto Sul. Mendonça, por exemplo, denuncia que

> o cultivo de cacau é centenário e a pesca artesanal tem milhares de anos. A região tem potencial para desenvolver turismo científico e de bases comunitárias, que ficam para várias gerações. Mas a prioridade é para um projeto que tem data para acabar (MÍDIA NINJA, 2023).

O testemunho explicita como a imposição de um projeto de curta duração, desconsiderando alternativas sustentáveis já enraizadas no território, reproduz a naturalização de perdas sociais e históricas, exatamente como apontado por Siqueira (2025, p. 175), ao afirmar que "essa relação apontada pela entrevistada consiste num dos principais argumentos de convencimento e naturalização dos impactos socioambientais provocados por empreendimentos industriais". Do ponto de vista estrutural, como mencionado no item Materiais, deste artigo, dados atualizados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES, 2025) mostram que Ilhéus conta atualmente com apenas dois CAPS: um do tipo AD (álcool e outras drogas) e

outro infantojuvenil (CAPSi). Já Alagoinhas possui apenas um CAPS tipo III. Em ambos os casos, os serviços estão situados em áreas urbanas e não são suficientes para cobrir de forma equitativa os territórios rurais. Não se tem dados atualizados das equipes que operam a estrutura de Ilhéus; os dados mais recentes disponíveis do Ministério da Saúde sobre a Atenção Básica (2019) mostram que Ilhéus possuía 89 equipes de Saúde da Família autorizadas, mas apenas cerca de 22 implantadas ao longo do ano de 2019. Quanto aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), havia apenas duas equipes do tipo I implantadas, sem nenhum registro de NASF tipos II ou III. Considerando as reflexões de Adriana Oliveira (2016) sobre Alagoinhas, esses indicadores demonstram uma cobertura limitada e uma fragilidade na articulação interprofissional do cuidado, especialmente no que diz respeito ao suporte psicossocial e territorializado.

Tanto em Ilhéus quanto em Alagoinhas, a análise revela que o acesso aos serviços de saúde mental nas zonas rurais permanece marcado por desigualdades territoriais, descontinuidade de políticas públicas e ausência de estrutura específica para as ruralidades. Essa lacuna compromete diretamente os princípios da equidade e da integralidade do SUS, especialmente no que diz respeito ao cuidado em saúde mental nos territórios impactados por empreendimentos de grande porte.

4. CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste estudo evidencia que, no município de Ilhéus, conforme caracterizado em Materiais, o acesso à saúde mental em territórios rurais impactados por grandes empreendimentos, como a FIOL, é marcado por desigualdades estruturais, ausência de políticas específicas e fragilidades históricas na articulação da RAPS. Ainda que os achados se refiram ao caso de Ilhéus, é possível supor que dinâmicas semelhantes possam estar presentes em outros contextos rurais afetados por grandes obras, hipótese que requer investigações adicionais. Embora a psicologia social e a psicologia hospitalar ofereçam fundamentos necessários para a construção de práticas mais humanizadas, essas abordagens ainda encontram barreiras significativas para sua efetivação nos territórios do campo dos municípios Ilhéus e Alagoinhas. Os dados empíricos demonstram que, apesar da existência formal de dispositivos como CAPS e equipes da Estratégia Saúde da Família, a cobertura

territorial é insuficiente e desigualmente distribuída, prejudicando o princípio da equidade. Em Ilhéus, a limitação no número de equipes implantadas e a inexistência de NASFs tipo II e III comprometem o suporte psicossocial continuado. Essa realidade confirma a distância entre os parâmetros normativos e a rede efetivamente existente, reforçando a fragilidade do cuidado para populações rurais. No caso de Alagoinhas, que tomamos como referência para a análise do caso de Ilhéus, a centralização urbana dos serviços, somada à precariedade no transporte e na integração entre os pontos da rede, dificulta o acompanhamento longitudinal da população rural. Nesse contexto, a humanização da saúde mental deve ser compreendida não apenas como um princípio normativo, mas como uma diretriz ética e política que exige transformação concreta nas formas de organização do cuidado, no reconhecimento do território e na escuta dos sujeitos. A consolidação de políticas públicas sensíveis às especificidades rurais requer a ampliação da presença do Estado nesses espaços, o fortalecimento da atenção básica e a incorporação de práticas que dialoguem com os modos de vida, saberes e vínculos comunitários. Reafirma-se, portanto, a urgência de uma gestão em saúde comprometida com a justiça social, a escuta ativa e o respeito às múltiplas territorialidades que compõem o Brasil rural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Centros de Atenção Psicossocial - CAPS. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps/caps>.

Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Disponível em: <https://cnes.datasus.gov.br>.

CIÊNCIA, P.; PROFISSÃO. Artigo 686 Psicologia Comunitária e Política de Assistência Social: Diálogos Sobre Atuações em Comunidades Community Psychology and Social Assistance Policy: Dialogs on Activities Held in Communities Psicología Comunitaria y Política de Asistencia Social: Diálogos Sobre Actuaciones en Comunidades. v. 29, n. 4, p. 686–699, 2009.

CORDEIRO, Adriana Gallo; BORGES, Luciana Costa. Manual de Psicologia Hospitalar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

e-Gestor AB. Disponível em: <https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/relHistoricoCoberturaAB.xhtml>.

EDITOR. RUI ROCHA: “MUITOS PROBLEMAS NOVOS SURGIRÃO COM O PORTO SUL”» BLOG DO GUSMÃO. Disponível em:

<https://blogdogusmao.com.br/2011/10/19/rui-rocha-muitos-problemas-novos-surgirao-com-o-porto-sul/>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades e Estados: Ilhéus*. Rio de Janeiro: IBGE, [2022]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ilheus/panorama>.

JOVCHELOVITCH, S. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. Psicologia & Sociedade, v. 16, n. 2, p. 20–31, ago. 2004.

MENDES, Bruno Henrique; LACERDA, Jefferson Reis; BARRETO, Andréia Cristina. Psicologia Hospitalar e Políticas Públicas de Saúde: Uma Análise do Fazer Da Psicologia Nos Hospitais do SUS. Id on Line Rev.Mult. Psic., Dezembro/2020, vol.14, n.53, p. 1173-1188. ISSN: 1981-1179.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema Único de Saúde - SUS. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/sus>.

MOREIRA DE SOUSA, D.; CRISTINA FIGUEIREDO, G. Psicologia e políticas públicas na área rural: Estudo de caso em assentamento. Revista de Psicología, v. 33, n. 1, p. 1–12, 30 jun. 2024.

NETO, M.; DIMENSTEIN, M. Palavras-chave: Assistência Integral à Saúde, Atenção Psicossocial, Saúde da População Rural. v. 37, n. 2, p. 461–474, [s.d.].

NINJA. Construção do Porto Sul na Bahia põe comunidades em risco e ativistas se mobilizam contra projeto. Disponível em: <https://midianinja.org/construcao-do-porto-sul-na-bahia-poe-comunidades-em-risco-e-ativistas-se-mobilizam-contra-projeto/>.

Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Disponível em: <https://www.saude.ba.gov.br/atencao-a-saude/dab/nasf/>.

OLIVEIRA, Adriana Antonia de. A (in)visibilidade da população rural no planejamento em saúde: um estudo de caso na microrregião de Alagoinhas/BA. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SILVA, K. DE B. E; MACEDO, J. P. Psicologia e Ruralidades no Brasil: Contribuições para o Debate. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 37, p. 815–830, 2017.

SILVA, Victor Hugo Farias da; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder Ferreira. O cuidado em saúde mental em zonas rurais. Revista Mental, v. X, n. 19, p. 267-285, jul./dez. 2013.

SIQUEIRA, Thiago Guimarães. Territórios em deslocamento: impactos psicossociais da desterritorialização nas comunidades afetadas pela FIOL e Porto Sul no município de Ilhéus/BA. 2025. Tese (Doutorado em Territórios, Identidades e Sustentabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Territórios, Identidades e Sustentabilidade, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2025.

TORRES, Ana Raquel Rosas; LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; TECHIO, Elza Maria; CAMINO, Leoncio. Psicologia social : temas e teorias. 3. ed. São Paulo : Blucher, 2023.

ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA PÉLVICA EM MULHERES PUÉRPERAS COM INCONTINÊNCIA URINÁRIA POR ESFORÇO: REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA

Anna Carolina de Jesus Gama

Anne Suellen Rodrigues Nascimento

Deborah Vidal Da Cruz Mauricio

Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas

Hosana Maria Falcão Lessa Gesteira

Naiara Conceição de Brito Fernandes

RESUMO

Fundamentação: A incontinência urinária por esforço (IUE) tem na gestação e parto, algumas de suas principais causas de instalação. A fisioterapia pélvica se mostra como uma abordagem eficaz na reabilitação de mulheres no período puerpério. Objetivo: Analisar a atuação da fisioterapia pélvica no tratamento da incontinência urinária por esforço em mulheres puérperas e compreender os efeitos dessa intervenção e sua aplicabilidade clínica. Metodologia: trata-se de uma revisão narrativa de literatura, com busca de artigos realizada nas bases de dados Scielo, Medline, Lilacs, Pubmed, CAPES e PeDro, no período de agosto de 2024 a abril de 2025. Foram incluídos no estudo artigos que abordassem a atuação da fisioterapia pélvica no tratamento da incontinência urinária por esforço em mulheres puérperas, publicados nos últimos 15 anos. Foram excluídos os estudos que associavam tratamento medicamentoso, cirúrgico, ou outro tipo de incontinência urinária em puérperas. Resultados: Foram encontrados 57 artigos. Destes, 41 foram excluídos por não estarem em conformidade com os critérios de inclusão. Ao final, 16 artigos foram selecionados para compor o presente estudo, por estarem completos e em conformidade com o tema abordado. Considerações finais: Através de técnicas como cinesioterapia pélvica, exercícios por eletroestimulação, cones vaginais e *biofeedback*, é possível restaurar a função muscular, melhorar a qualidade de vida e promover o bem-estar físico e emocional da mulher puérpera. A inserção da fisioterapia pélvica no acompanhamento pós-parto é essencial para a saúde integral da mulher, e deve ser incentivada em todos os níveis de atenção à saúde.

Palavras chaves: Assoalho pélvico. Incontinência urinária por esforço. Fisioterapia. Puérperas. Terapia por exercício. Terapia por estimulação elétrica.

ABSTRACT

Background: Stress urinary incontinence (SUI) has pregnancy and childbirth as some of its main causes. Pelvic physiotherapy has proven to be an effective approach in the rehabilitation of women in the postpartum period. Objective: To analyze the role of pelvic physiotherapy in the treatment of stress urinary incontinence in postpartum women, to understand the effects of this intervention and its clinical applicability. Methodology: this is a narrative literature review, with a search for articles carried out in the Scielo, Medline, Lilacs, Pubmed, CAPES and PeDro databases, from August 2024 to April 2025. The study included articles that addressed the role of pelvic physiotherapy in the treatment of stress urinary incontinence in postpartum women,

published in the last 15 years. Studies that associated drug, surgical, or other types of urinary incontinence treatment in postpartum women were excluded. Results: A total of 57 articles were found. Of these, 41 were excluded because they did not meet the inclusion criteria. In the end, 16 articles were selected to compose the present study, as they were complete and in accordance with the topic addressed. Final considerations: Through techniques such as pelvic kinesiotherapy, electrostimulation exercises, vaginal cones and biofeedback, it is possible to restore muscle function, improve quality of life and promote the physical and emotional well-being of postpartum women. The inclusion of pelvic physiotherapy in postpartum follow-up is essential for the integral health of women and should be encouraged at all levels of health care.

Keywords: Pelvic floor. Stress urinary incontinence. Physiotherapy. Postpartum women; Exercise therapy. Electrical stimulation therapy.

1 INTRODUÇÃO

A incontinência urinária (IU) é a perda involuntária da urina causada por diversas disfunções musculares, neurológicas, anatômicas e funcionais. Classifica-se em: incontinência de urgência, quando há a perda involuntária de urina associada à necessidade imediata de urinar,[1] incontinência urinária por esforço, devido a pequenos esforços como tossir, espirrar, correr ou levantar,[2,3] e incontinência urinária mista, relacionada aos dois tipos anteriores.[4] Trata-se de uma condição frequente durante o ciclo gravídico-puerperal, com prevalência estimada entre 18,6% e 75% durante a gestação, e entre 6% e 31% no pós-parto, a depender das características da população avaliada, da definição de IU adotada e do período investigado.[5]

Especificamente, a incontinência urinária por esforço (IUE) pode ter sua origem em diversos fatores, como características anatômicas individuais, cirurgias pélvicas, menopausa com a diminuição dos níveis de estrogênio, problemas neuromusculares e parto vaginal ou cesariano.[5] A episiotomia, procedimento por vezes necessário durante o parto, também é considerada um fator de risco para lesões no assoalho pélvico e desenvolvimento da disfunção. Mulheres que vivenciaram parto por via vaginal ou cesariano com ou sem episiotomia, constituem um grupo importante afetado pela IUE, o que pode gerar impactos psicológicos e sociais, e modificar de maneira significativa sua qualidade de vida.[6]

O tipo de parto tem grande influência sobre a IU, pois o parto vaginal, assim como o cesariano, está associado a lesões e/ou enfraquecimento da musculatura do assoalho pélvico. Entretanto, ainda não existem confirmações científicas que demonstrem de forma definitiva e eficaz que a cesariana diminui o risco para a

incontinência urinária, principalmente quando é precedida do trabalho de parto com longa duração.[7]

A fisioterapia pélvica atua nesse cenário com o uso da cinesioterapia, de forma exclusiva e/ou associada a recursos terapêuticos como cones vaginais, *biofeedback* e eletroestimulação, para a reabilitação do assoalho pélvico acometido pela IUE.[8] Essas técnicas melhoram a força muscular pélvica, reduzem a perda urinária e melhoram a qualidade de vida das pacientes.[9] O tratamento durante o período do puerpério é necessário para evitar a progressão da disfunção e promover uma adequada recuperação.[10]

Diante do impacto negativo que a IUE provoca na vida da mulher, assim como da disponibilidade de métodos utilizados pela fisioterapia pélvica para sua prevenção e tratamento, o presente estudo torna-se relevante por explorar os conhecimentos sobre a eficácia do tratamento conservador e não invasivo aplicado no pós parto. Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar a utilização da fisioterapia pélvica no tratamento da incontinência urinária por esforço em mulheres puérperas, compreender os efeitos dessa intervenção e sua aplicabilidade clínica.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa de literatura, com abordagem qualitativa, realizada nas bases de dados Scielo, Medline, Lilacs, Pubmed, CAPES e PeDro, no período de agosto de 2024 a abril de 2025. Foram incluídos no estudo artigos que abordassem a atuação da fisioterapia pélvica no tratamento da incontinência urinária por esforço em mulheres puérperas, em idade fértil, com parto via vaginal ou cesariano e que se refiram a todo o período do puerpério, seja puerpério imediato, tardio ou remoto, com intervenções como cinesioterapia, terapia por estimulação elétrica, *biofeedback* e/ou cones vaginais, publicados nos últimos 15 anos, disponíveis na íntegra.

Foram excluídos os estudos que associavam tratamento medicamentoso, cirúrgico, ou outro tipo de incontinência urinária em puérperas, assim como os artigos duplicados nas bases de dados. Os descritores utilizados foram, assoalho pélvico; incontinência urinária por esforço; fisioterapia; puérperas; terapia por exercício; terapia por estimulação elétrica e seus correlatos na língua inglesa.

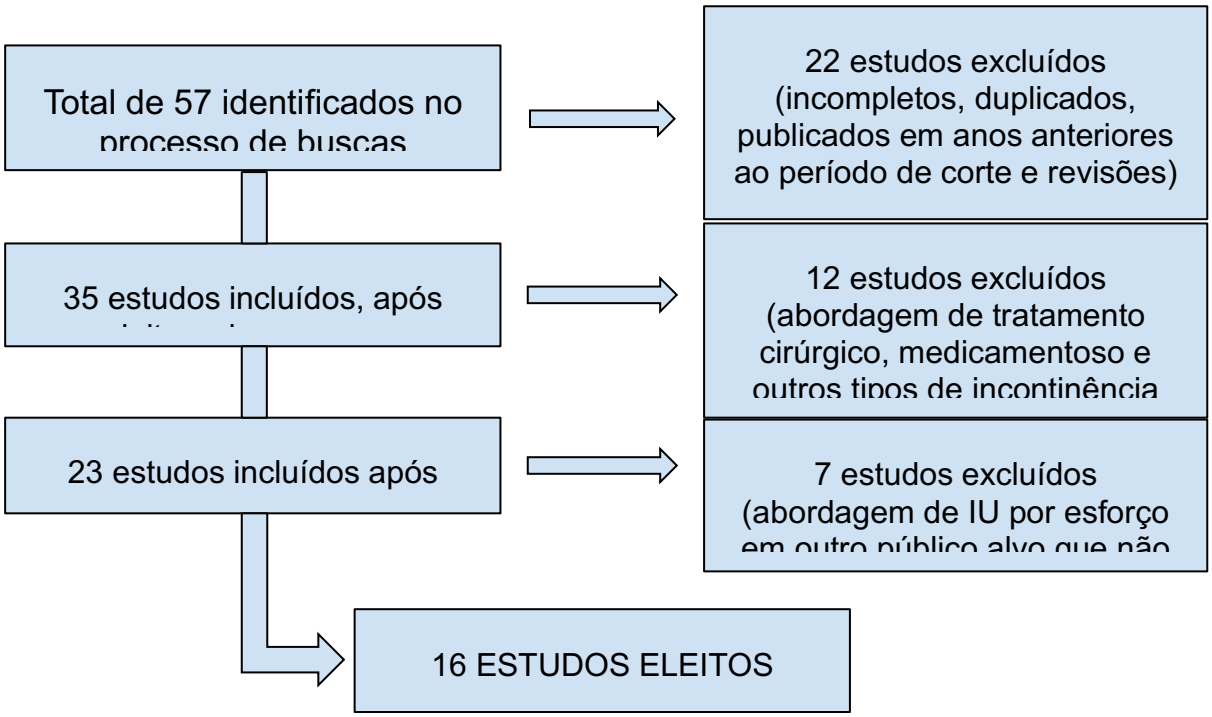
3 RESULTADOS

Inicialmente foram encontrados 57 artigos. Destes, nove foram eliminados por serem estudos publicados anteriormente ao ano 2010, cinco por serem revisão de literatura, três por estarem incompletos, quatro por abordarem tratamento cirúrgico, dois por considerar tratamento medicamentoso, seis por estudar outro tipo de incontinência, sete por abrangerem IU por esforço em outros públicos que não em mulheres puérperas, e cinco estavam duplicados nas bases de dados.

Compuseram a amostra final 16 artigos. Destes, dois são estudos transversais, três estudos prospectivos, quatro ensaios clínicos, um estudo longitudinal, quatro ensaios clínicos randomizados e dois estudos clínicos. Três foram publicados anteriormente ao recorte de tempo escolhido para a presente revisão, porém mantidos devido a sua relevância científica. Em relação à língua, dez eram da língua inglesa e seis da portuguesa.

A análise dos estudos incluídos nesta revisão, evidencia que a fisioterapia desempenha um papel fundamental no tratamento da IUE em mulheres puérperas, principalmente por meio da cinesioterapia, por buscar o fortalecimento da musculatura do assoalho pélvico. Os exercícios terapêuticos de contração perineal são amplamente utilizados para restaurar o tônus e a função muscular comprometidos durante a gestação e o parto. Os estudos demonstram que a cinesioterapia pode atuar em conjunto com o *biofeedback*, eletroestimulação e cones vaginais, ao promover melhora no controle urinário e na qualidade de vida das pacientes. As características metodológicas dos estudos utilizados na discussão encontram-se descritas na Tabela I (Apêndice)

1 - Fluxograma para o processo de busca e seleção dos artigos incluídos na revisão.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

4 DISCUSSÃO

A atuação da fisioterapia pélvica em mulheres puérperas com IUE apresenta resultados positivos na melhora da função muscular, resultados estes que são otimizados por meio do emprego de técnicas associadas. As variáveis analisadas compreendem o fortalecimento da musculatura do assoalho pélvico por meio da cinesioterapia, cones vaginais e *biofeedback*. Esses parâmetros permitem avaliar de forma mais precisa a eficácia das intervenções fisioterapêuticas.

Conforme esse direcionamento, o estudo de Fischer e Linde,[11] realizado em 1996, conclui que o condicionamento do assoalho pélvico, por meio da cinesioterapia e do uso de cones vaginais, é uma boa alternativa à baixa aceitação ou disponibilidade insuficiente de outros meios de tratamento conservador da incontinência urinária de esforço em mulheres puérperas. Já o estudo de Fischer e Linde,[12] realizado no ano de 1997, evidencia os excelentes resultados do tratamento ao utilizar apenas cones vaginais para o fortalecimento da musculatura pélvica. Antes do treinamento com cones, nenhuma resposta do assoalho pélvico foi registrada em 27% das mulheres por palpação e em 23% por inspeção. Após o treinamento, todas as mulheres conseguiram

realizar contrações, com os melhores resultados obtidos por palpação. A capacidade de segurar cones vaginais também foi melhorada. Conforme demonstram tais resultados, percebe-se a eficácia do método abordado, ainda que utilizado de forma singular sem ter sido associado a nenhuma outra terapia.

O estudo de Assis et al.,[13] observou que, após um programa exclusivo de exercícios de cinesioterapia para os músculos do assoalho pélvico, houve um aumento significativo da força muscular, com boa correlação entre os métodos de palpação vaginal digital e perineômetro. Neste estudo, constatou-se que apesar de ser um método de baixo custo, é eficaz para o tratamento da IUE. Entretanto, Assis et al.,[13] também relata que ao adicionar ao tratamento a utilização do *biofeedback* houve uma melhora nos resultados obtidos.

Seguindo nesta direção, observa-se que no estudo de Fitz et al,.[14] foi realizado o tratamento da IUE por meio da utilização do *biofeedback* com a finalidade de fortalecer a musculatura do assoalho pélvico. Com base nisso, evidenciou-se que essa técnica é benéfica para mulheres puérperas em um período de curto prazo de tratamento. Além disso, o uso do *biofeedback* intensifica os resultados do treinamento muscular do assoalho pélvico (TMAP), realizado por meio da cinesioterapia, diminuindo os sintomas relatados pelas pacientes.

Em concordância com Fitz et al.,[14] Lee e Choi,[15] afirmam que o uso do *biofeedback* no tratamento da IUE é eficaz, porém, com a adição da estimulação elétrica há ganhos ainda mais consistentes, com aumento do tempo de duração da contração e também aumento da pressão máxima e média da contração dos músculos do assoalho pélvico. Lee e Choi[15] em seu estudo, também chamam à atenção para o fato de apesar deste ser um tratamento mais caro e com a possibilidade de causar constrangimento nas pacientes, pode ser utilizado o *biofeedback* portátil em casa com as devidas orientações, em função do grande benefício no tratamento em mulheres puérperas.

Assim como Fitz et al.,[14] e Lee e Choi,[15] o estudo de Liu et al.,[16] também relata como o *biofeedback* combinado com a estimulação elétrica é uma forma eficaz de tratamento da IUE, por intensificar de forma significativa a melhora da resistência e contração rápida e repetida dos músculos do assoalho pélvico. Contudo, para Liu et al.,[16] o entendimento das puérperas quanto a contração dos músculos, também tem um papel importante no tratamento, que combinado com o *biofeedback* eletromiográfico,

ativa e restaura a coordenação motora, a propriocepção e a capacidade de contração da musculatura do assoalho pélvico de forma efetiva.

A literatura não apresenta discordância em relação à eficácia das técnicas de tratamento abordadas, evidenciando os bons resultados obtidos com as pacientes estudadas, mesmo quando empregadas de forma isolada ou em associação. O presente estudo apresentou como vantagem tratar-se de um estudo de baixo custo. No entanto, constatou-se uma grande limitação de artigos disponíveis nas bases de dados. As limitações metodológicas presentes em alguns estudos, como amostras reduzidas, falta de randomização e heterogeneidade nos métodos de avaliação da IUE, dificultam a generalização dos resultados. Essa heterogeneidade também se reflete na variedade de técnicas utilizadas, incluindo *biofeedback*, eletroestimulação e cones vaginais, o que aponta para a necessidade de mais estudos controlados e com maior rigor científico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observa-se que a fisioterapia mediante o fortalecimento dos músculos do assoalho pélvico mostra uma abordagem eficaz, segura e não invasiva no tratamento da IUE. Técnicas como a cinesioterapia, cones vaginais, biofeedback e eletroestimulação, demonstram resultados positivos na redução dos episódios de perda urinária e na melhora do controle vesical, assim como contribuem para o bem-estar das pacientes, ao tempo em que promove maior autoestima e independência para a realização de suas atividades de vida diárias.

Reforça-se a necessidade de mais estudos clínicos de qualidade, voltados para esse público. Investimentos em educação continuada dos profissionais e em políticas públicas de saúde que incluam essa assistência, são fundamentais para garantir a divulgação da fisioterapia como forma de tratar a IUE, bem como o acesso ao tratamento fisioterapêutico no período do puerpério. A abordagem precoce e individualizada é fundamental para otimizar os desfechos clínicos e promover a reabilitação funcional de mulheres com incontinência urinária de esforço (IUE) no puerpério, independentemente da via de parto realizada.

REFERÊNCIAS

1.Bortoletto JC, Juliato CR, Brito LG, Araújo CC. Fatores associados à incontinência urinária em mulheres pós-parto. Femina. 2021;49(5):300-8

2.Liu W, Qian L. Risk factors for postpartum stress urinary incontinence: a prospective study. BMC Urol. 2024 Feb 16;24(1):42.

3.Qi X, Shan J, Peng L, Zhang C, Xu F. The effect of a comprehensive care and rehabilitation program on enhancing pelvic floor muscle functions and preventing postpartum stress urinary incontinence. Medicine (Baltimore). 2019 Aug;98(35):e16907.

4.Saboia DM, Firmiano MLV, Bezerra K de C, Vasconcelos Neto JA, Oriá MOB, Vasconcelos CTM. Impacto dos tipos de incontinência urinária na qualidade de vida de mulheres. Rev esc enferm USP [Internet]. 2017;51:e03266.

5.Beuttenmüller L, Cader SA, Macena RHM, Araujo N dos S, Nunes ÉFC, Dantas EHM. Contração muscular do assoalho pélvico de mulheres com incontinência urinária de esforço submetidas a exercícios e eletroterapia: um estudo randomizado. Fisioter Pesqui [Internet]. 2011Jul;18(3):210–6.

6.Leroy Lda S, Lúcio A, Lopes MH. Risk factors for postpartum urinary incontinence. Rev Esc Enferm USP. 2016 Apr;50(2):200-7. English, Portuguese.

7.Chang SR, Chen KH, Lin HH, Lin MI, Chang TC, Lin WA. Association of mode of delivery with urinary incontinence and changes in urinary incontinence over the first year postpartum. Obstet Gynecol. 2014;123(3):568-77.

8.Alves PGJM, Nunes FR, Guirro ECO. Comparison between two different neuromuscular electrical stimulation protocols for the treatment of female stress urinary incontinence: a randomized controlled trial. Braz J Phys Ther [Internet]. 2011Sep;15(5):393–8.

9.Ptaszkowski K, Malkiewicz B, Zdrojowy R, Ptaszkowska L, Paprocka-Borowicz M. Avaliação dos efeitos de curto prazo após estimulação eletromagnética de alta indução dos músculos do assoalho pélvico: um estudo randomizado e controlado por placebo. Journal of Clinical Medicine . 2020; 9(3):874.

10.Dumoulin C, Cacciari LP, Hay-Smith EJC. Pelvic floor muscle training versus no treatment, or inactive control treatments, for urinary incontinence in women. Cochrane Database Syst Rev. 2018 Oct 4;10(10):CD005654.

11.Fischer W, Baessler K, Linde A. Beckenbodenkonditionierung mit Vaginalgewichten -- post partum und bei Harninkontinenz [Pelvic floor conditioning with vaginal weights--post partum and in urinary incontinence]. Zentralbl Gynakol. 1996;118(1):18-28. German.

12.Fischer W, Linde A. Pelvic floor findings in urinary incontinence--results of conditioning using vaginal cones. Acta Obstet Gynecol Scand. 1997 May;76(5):455-60.

13.Assis TR, Sá ACAM, Amaral WN do, Batista EM, Formiga CKMR, Conde DM. Efeito de um programa de exercícios para o fortalecimento dos músculos do assoalho pélvico de multíparas. Rev Bras Ginecol Obstet [Internet]. 2013Jan;35(1):10–5.

14.Fitz FF, Resende APM, Stüpp L, Costa TF, Sartori MGF, Girão MJBC, et al.. Efeito da adição do biofeedback ao treinamento dos músculos do assoalho pélvico para tratamento da incontinência urinária de esforço. Rev Bras Ginecol Obstet [Internet]. 2012Nov;34(11):505–10.

15.Lee IS, Choi ES. Pelvic floor muscle exercise by biofeedback and electrical stimulation to reinforce the pelvic floor muscle after normal delivery. Taehan Kanho Hakhoe Chi. 2006 Dec;36(8):1374-80.

16.Liu J, Yan W, Tang Y, Zhou Y, Yang S, Xiang J, Zeng X, Xie F, Li X. Therapeutic effect of proprioception training combined with pelvic floor electrical stimulation biofeedback on postpartum pelvic floor dysfunction. Zhong Nan Da Xue Xue Bao Yi Xue Ban. 2022 Sep 28;47(9):1253-1259. English, Chinese.

Apêndice

Tabela I - Característica metodológicas dos estudos utilizados para construção do artigo: Atuação da Fisioterapia no Tratamento da Incontinência Urinária de Esforço em Mulheres Puérperas: revisão narrativa; Salvador-Ba, 2025.

Autor/Ano	Metodologia	Objetivos	Participantes	Principais Resultados	Comentários
Fischer e Linde, 1996	Ensaio clínico	Verificar a eficácia do treinamento com cinesioterapia e com cones vaginais	71 mulheres foram examinadas minuciosamente de seis a oito semanas após partos espontâneos em vários níveis de risco.	O número de puérperas incapazes de contração voluntária do assoalho pélvico caiu de 34% antes para 6% após o treinamento.	O treinamento com cone teve bons resultados na IUE, e também teve efeitos positivos na sexualidade. Provou funcionar bem como alternativa ou complementar aos exercícios pós-parto convencionais e, portanto, pode ser recomendado a todas as mulheres que não são capazes de segurar com seu assoalho pélvico cones vaginais de 20-70 g no período pós-parto.

Tabela I - Característica metodológicas dos estudos utilizados para construção do artigo: Atuação da Fisioterapia no Tratamento da Incontinência Urinária de Esforço em Mulheres Puérperas: revisão narrativa; Salvador-Ba, 2025 (Continuação).

Autor/Ano	Metodologia	Objetivos	Participantes	Principais Resultados	Comentários
Fischer e Linde, 1997	Ensaio clínico	Avaliar os efeitos do treinamento com cones vaginais na função do assoalho pélvico de mulheres com incontinência urinária, comparando com um grupo controle saudável.	38 mulheres: 16 com incontinência urinária de esforço, 14 com incontinência mista (esforço e urgência), e 8 mulheres saudáveis (grupo controle).	Houve aumento da força muscular e melhora ou cura dos sintomas em 80% das pacientes.	O treinamento com cones foi eficaz e bem aceito, sendo uma boa alternativa ao exercício convencional do assoalho pélvico.
Assis et al., 2013	Ensaio clínico	Investigar o efeito de exercícios para os músculos do assoalho pélvico no pós-parto de multíparas e verificar a correlação entre dois métodos de medida de força muscular.	23 puérperas multíparas com idade entre 18 e 35 anos, divididas em grupo intervenção (n=11) e grupo controle (n=12).	O grupo intervenção apresentou aumento significativo da força dos músculos do assoalho pélvico em comparação ao grupo controle ($p<0,001$).	O programa de exercícios foi eficaz no fortalecimento dos músculos do assoalho pélvico no pós-parto.

Tabela I - Característica metodológicas dos estudos utilizados para construção do artigo: Atuação da Fisioterapia no Tratamento

da Incontinência Urinária de Esforço em Mulheres Puérperas: revisão narrativa; Salvador-Ba, 2025 (Continuação).

Autor/Ano	Metodologia	Objetivos	Participantes	Principais Resultados	Comentários
Fitz et al., 2012	Estudo piloto prospectivo, duas vezes na semana por 12 sessões	Avaliar o efeito do *biofeedback* associado ao treinamento do assoalho pélvico em mulheres com IUE.	40 mulheres entre 25 e 60 anos com IUE, sem deficiência esfincteriana.	O grupo com *biofeedback* (n=18) teve melhora na força muscular e redução da perda urinária.	O *biofeedback* potencializou os efeitos positivos, com fortalecimento do assoalho pélvico.
Lee e Choi, 2006	Ensaio clínico controlado, por três vezes ao dia, por 6 semanas.	Investigar a eficácia de exercícios do assoalho pélvico com *biofeedback* e estimulação elétrica em puérperas.	49 mulheres no pós-parto sem complicações. Grupo experimental 25 e grupo controle 24.	O grupo experimental apresentou aumento significativo na força e duração da contração muscular, além de redução dos sintomas urinários.	O *biofeedback* e estimulação elétrica mostrou-se eficaz e seguro para fortalecer o assoalho pélvico no pós-parto.

Tabela I - Característica metodológicas dos estudos utilizados para construção do artigo: Atuação da Fisioterapia no Tratamento

da Incontinência Urinária de Esforço em Mulheres Puérperas: revisão narrativa; Salvador-Ba, 2025 (Continuação).

Autor/Ano	Metodologia	Objetivos	Participantes	Principais Resultados	Comentários
Liu et al., 2022	Estudo clínico randomizado	Avaliar treinamento proprioceptivo combinado com *biofeedback* de estimulação elétrica no tratamento da disfunção do assoalho pélvico no pós-parto.	108 mulheres no pós-parto com disfunção do assoalho pélvico. Grupo controle (50) e o grupo experimental (58)	O grupo que recebeu o tratamento combinado apresentou melhorias significativas na força e resistência muscular, e redução da incidência de incontinência urinária de esforço em comparação ao grupo controle.	A combinação de treinamento proprioceptivo com *biofeedback* de estimulação elétrica é eficaz na reabilitação da disfunção do assoalho pélvico no pós-parto.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR EM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DIGEORGE

Camilla Barreto Aguiar dos Santos

Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas

1 INTRODUÇÃO

A síndrome de DiGeorge (SDG), também chamada de síndrome velocardiofacial ou deleção 22q11.2, é uma condição genética rara de herança autossômica dominante, causada pela deleção hemizigótica na região q11.2 do braço longo do cromossomo 22 (RIZVI ET AL., 2018; LAMBIASE, 2018). Essa alteração provoca um quadro clínico bastante diverso, com comprometimento de múltiplos sistemas.

Entre as manifestações mais comuns estão malformações cardíacas, desenvolvimento anormal do timo, hipocalcemia e hipoparatireoidismo, além de alterações imunológicas, anomalias palatinas, problemas gastrointestinais e geniturinários. Também são frequentes atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor, dificuldades na linguagem, déficits cognitivos, hipotonia, escoliose, transtornos de aprendizagem e condições psiquiátricas, como ansiedade e esquizofrenia. Ademais, podem ocorrer lesões nas vias aéreas, refluxo nasofaríngeo e características faciais específicas, o que reflete a heterogeneidade fenotípica dessa síndrome. (MCDONALD-MCGINN et al., 2015; DORNELAS; DUARTE; MAGALHÃES, 2015; SENA et al., 2025; GOLDMUNTZ, 2005; MELO; CARVALHO, 2007; SACCA et al., 2017; ISGANDAROVA; MOLATTA; SOMMER, 2021; MCDONALD-MCGINN; SULLIVAN, 2011).

No início dos anos 1990, métodos moleculares, como a hibridização in situ por fluorescência (FISH) permitiu evidenciar que as deleções submicroscópicas em 22q11.2 representam a principal etiologia da síndrome de DiGeorge (DRISCOLL et al., 1992; SCAMBLER et al., 1991). A condição apresenta prevalência estimada de 1 a cada 2.000 a 4.000 nascidos vivos, e é considerada uma das síndromes raras mais comuns (ALTSHULER; SAIDI; BUDD, 2022; BLAGOJEVIC et al., 2021). O diagnóstico envolve a análise clínica associada a testes genéticos e o método FISH é considerado padrão para identificação das microdeleções, com o uso de sondas para as regiões entre LCR22-A e LCR22-B. Com os avanços tecnológicos, a partir de 2007, a hibridização genômica comparativa por microarranjo (aCGH) passou a ser utilizada de forma ampla,

essa técnica permite identificar rearranjos genômicos de forma mais detalhada, sobretudo em casos de malformações congênitas sem causa definida, e se tornou uma das principais ferramentas diagnósticas nos centros de referência (SZCZAWIŃSKA-POPŁONYK ET AL., 2023; POIRSIER ET AL., 2016).

Por se tratar de uma condição com alta variabilidade de expressão, o diagnóstico muitas vezes ocorre de forma tardia, sobretudo no Brasil e em outras regiões com acesso limitado a recursos, o que impacta pacientes de diversas origens étnicas (KUENSTNER; RAPISUWON; SHOBAB, 2024; SILVA; GIL-DA-SILVA-LOPES, 2022; MCDONALD-MCGINN et al., 2015; BOOT et al., 2023). Geralmente, são os próprios pais os primeiros a perceberem alterações no desenvolvimento dos filhos, principalmente sinais de atrasos motores, como dificuldade para sentar, rolar ou caminhar, o que reforça a importância do monitoramento constante do desenvolvimento infantil até que se chegue a um diagnóstico definitivo (SENA et al., 2025; DORNELAS; DUARTE; MAGALHÃES, 2015).

Apesar dos avanços, devido à ampla variabilidade fenotípica, o diagnóstico da SDG pode passar despercebido em casos de manifestações discretas ou atípicas, como o hipoparatireoidismo isolado (DALLE et al., 2023). Contudo, a identificação precoce é essencial para o reconhecimento das comorbidades associadas, a fim de favorecer intervenções precoces, planejamento familiar e aconselhamento genético, e ainda permite um suporte mais eficaz frente aos atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor (MCDONALD-MCGINN et al., 2015; (HEGNER et al., 2016; DALLE et al., 2023; GOLDMUNTZ, 2005). Nesse sentido, mesmo em quadros sindrômicos pouco sintomáticos, é importante que os profissionais mantenham um alto índice de suspeição clínica (KUENSTNER; RAPISUWON; SHOBAB, 2024).

O reconhecimento precoce da síndrome também possibilita a orientação da família quanto aos riscos associados. Do ponto de vista genético, entre 6% e 10% dos casos são de origem familiar, há a possibilidade de um dos pais ser portador assintomático da deleção, com probabilidade de 50% de transmissão em cada gestação (MCDONALD-MCGINN et al., 1999; GOLDMUNTZ, 2005). Adicionalmente, cerca de 22,8% dos casos são herdados, principalmente da mãe, o que destaca a importância da triagem familiar sistêmica (POIRSIER et al., 2016). Nesse contexto, o aconselhamento genético assume um papel fundamental, não apenas para esclarecimento do quadro, mas também para auxiliar os pais nas decisões futuras, com

base no padrão hereditário e nas possibilidades de recorrência (MCDONALD-MCGINN et al., 1999; GOLDMUNTZ, 2005).

Crianças com a deleção 22q11.2 podem apresentar atrasos em suas funções motoras finas e grossas, que afetam o desempenho escolar, o autocuidado e a interação social. Esses déficits podem gerar percepções negativas, comentários inadequados e dependência excessiva, o que causa prejuízos à autoestima. Por isso, ao identificar qualquer comprometimento motor, torna-se essencial oferecer uma intervenção fisioterapêutica direcionada, estruturada e de longo prazo (SOBIN et al., 2006). (DRISCOLL et al., 1992; SCAMBLER et al., 1991)

A intervenção fisioterapêutica precoce é fundamental para a abordagem dos atrasos no desenvolvimento infantil. Quando iniciada logo após o diagnóstico ou diante dos primeiros sinais de atraso, a fisioterapia contribui para avanços no desenvolvimento funcional e cognitivo, previne complicações secundárias, melhora a qualidade de vida e favorece a autonomia da criança (SILVA et al., 2024; AZEVEDO; RAIMUNDO; LIMA, 2024). O plano terapêutico deve considerar não apenas os impactos da condição na qualidade de vida, mas também os pontos fortes da criança e de sua família, o que irá potencializar os resultados das intervenções.

Atividades lúdicas, exercícios de mobilidade e fortalecimento muscular são estratégias eficazes para estimular o progresso motor, favorecer a socialização e incentivar a independência. Além disso, essas ações promovem maior motivação e engajamento infantil, fatores essenciais para o sucesso das intervenções na pediatria. Ademais, a atuação integrada da fisioterapia com a equipe multidisciplinar oferece suporte ampliado, clínico, emocional e social, o que torna o cuidado mais humanizado e centrado na criança e em sua família (AZEVEDO; RAIMUNDO; LIMA, 2024; LOOMAN; THURMES; O'CONNER-VON, 2010).

Diante da escassez de estudos voltados à atuação fisioterapêutica nas repercussões clínicas da síndrome de DiGeorge, este estudo busca contribuir para uma compreensão ampliada do papel desses profissionais no cuidado de crianças com a deleção 22q11.2, com foco no desenvolvimento neuropsicomotor, na funcionalidade e na promoção da qualidade de vida, com destaque a relevância das intervenções precoces e do cuidado humanizado ao longo de todo o processo de reabilitação.

1.1 PERGUNTA DE INVESTIGAÇÃO

Como a fisioterapia contribui para o desenvolvimento neuropsicomotor de crianças com Síndrome de DiGeorge, com base nos comprometimentos motores, respiratórios e/ou cardíacos?

1.2 OBJETIVO GERAL

Conhecer sobre a atuação da fisioterapia no desenvolvimento neuropsicomotor em crianças com Síndrome de DiGeorge.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os principais comprometimentos funcionais observados em cada criança participante da pesquisa.
- Observar e registrar, de forma sistemática, as condutas fisioterapêuticas aplicadas durante os atendimentos, com o objetivo de compreender as estratégias adotadas pelos profissionais frente às demandas específicas desses pacientes.

1.4 HIPÓTESE

Crianças com Síndrome de DiGeorge apresentam comprometimentos funcionais motores, respiratórios e/ou cardíacos que impactam negativamente o seu desenvolvimento neuropsicomotor o que faz necessário a atuação da fisioterapia, porém as condutas não são padronizadas o que justifica a necessidade de protocolos mais específicos e padronizados.

1.5 JUSTIFICATIVA

A síndrome de deleção 22q11.2 impõe às crianças uma série de desafios desde os primeiros momentos de vida, como cardiopatias congênitas, imunodeficiência e atrasos no desenvolvimento motor e cognitivo. Essas manifestações comprometem não apenas a saúde física, mas também a funcionalidade e a inserção social desses indivíduos. Nesse contexto, a fisioterapia surge como uma ferramenta essencial, pois

contribui significativamente para a qualidade de vida, ao promover maior independência e favorecer o desenvolvimento global da criança.

Apesar de existirem estudos sobre a Síndrome de DiGeorge, ainda há uma lacuna na literatura científica no que se refere especificamente à atuação fisioterapêutica frente às repercussões clínicas da síndrome. Por se tratar de uma condição genética ainda pouco reconhecida, torna-se necessário ampliar o conhecimento sobre como a fisioterapia pode atuar de forma eficaz no manejo dos comprometimentos motores, respiratórios e cardíacos que impliquem no atraso do seu desenvolvimento.

Assim, este projeto justifica-se pela relevância de compreender melhor a doença, identificar as principais demandas funcionais das crianças afetadas e observar as condutas adotadas pelos profissionais, a fim de contribuir com a comunidade científica para a construção de estratégias de intervenção mais específicas, direcionadas e baseadas em evidências. Além disso, espera-se que os achados desta pesquisa possam colaborar para a criação de abordagens que favoreçam a inclusão e o desenvolvimento social dessas crianças desde a primeira infância.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, observacional, do tipo coorte, a ser realizado no Hospital da Criança Martagão Gesteira na cidade de Salvador (BA), com crianças que apresentem a Síndrome de DiGeorge. Serão incluídas na pesquisa crianças de ambos os sexos, com idades entre 0 e 14 anos, que possuam diagnóstico confirmado da Síndrome de DiGeorge e que apresentem comprometimentos funcionais: motores, respiratórios e/ou cardíacos. Serão excluídas crianças com outras síndromes associadas ou com condições clínicas que também causem essas repercussões, assim como aquelas cujos pais ou responsáveis não autorizarem a participação mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE F) e também mediante assinatura do termo de assentimento Livre e Esclarecido (TALE), pelas crianças com idade igual ou maior a 7 anos até os 14 anos (APÊNDICE G). A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em pesquisa envolvendo seres humanas, de acordo com a Resolução nº 466/12 sob número CAEE 91111725.0.0000.5628

A coleta de dados ocorrerá em nível ambulatorial, com frequência de uma vez por semana, no turno vespertino entre os meses de novembro/2025 a março/2026 e a duração total do projeto compreenderá o período de outubro/2025 a setembro/2026. Durante os atendimentos, serão realizadas a observação e o registro sistemático das condutas fisioterapêuticas aplicadas, com base na abordagem adotada pelo profissional frente às necessidades específicas de cada criança assim como acesso ao prontuário eletrônico. Esses registros serão organizados de forma a possibilitar a análise do tipo de conduta utilizada para cada uma das repercussões clínicas encontradas, conforme os objetivos propostos.

Adicionalmente, será feita a identificação dos principais comprometimentos funcionais apresentados por cada criança participante da pesquisa, de forma a relacionar esses achados com as intervenções fisioterapêuticas realizadas. Isso permitirá uma análise mais aprofundada da adequação das estratégias empregadas no contexto da Síndrome de DiGeorge, e fornecerá informações relevantes para o aperfeiçoamento da prática clínica.

Os dados serão analisados a partir da organização das informações coletadas em categorias, dentro do aplicativo Microsoft Excel, com os seguintes tópicos, nome, idade, comprometimentos funcionais (motores, respiratórios e/ou cardíacos) e as condutas fisioterapêuticas aplicadas a cada paciente. Os resultados finais serão apresentados por meio de gráficos e tabelas, facilitando a visualização e interpretação dos achados.

3 RESULTADOS ESPERADOS DO BOLSISTA

Espera-se, com esta pesquisa, adquirir mais conhecimento sobre a Síndrome de DiGeorge e sobre as condutas fisioterapêuticas adotadas diante das repercussões clínicas mais comuns em crianças com a síndrome, especialmente nos aspectos motores, respiratórios e cardíacos, bem como compreender como essas intervenções contribuem para o desenvolvimento global desses pacientes.

A partir da observação e do registro sistemático dos atendimentos, pretende-se identificar as estratégias utilizadas pelos fisioterapeutas frente às necessidades específicas dessas crianças. Além disso, busca-se traçar um panorama dos principais comprometimentos funcionais apresentados, o que contribui para a ampliação do

conhecimento sobre a atuação fisioterapêutica nesse contexto, para favorecer o desenvolvimento de abordagens mais direcionadas e eficazes no processo de reabilitação.

Por se tratar de uma síndrome ainda pouco conhecida, espera-se que este estudo possa colaborar com a comunidade científica ao oferecer parâmetros sobre as complicações mais frequentes e sobre como a fisioterapia pode atuar de maneira efetiva no manejo dessas repercussões, além de servir de base para a criação de estratégias mais específicas e condizentes com as particularidades desses pacientes.

4 CRONOGRAMA

Atividades	Ago/ Set 25	Out 25	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26	Ago 26	Set 26
Submissão do projeto ao CEP	X												
Revisão Bibliográfica		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Coleta de dados			X	X	X	X	X						
Organização e análise de dados iniciais					X	X	X	X					
Elaboração dos resultados e discussão							X	X	X	X			
Elaboração das considerações finais, correção do artigo									X	X	X		
Redação do							X						

Relatório Parcial													
Redação do Relatório Final												X	
Submissão do Relatório Final e apresentação do artigo													X

5 ORÇAMENTO **VALOR EM R$**

1. Material Permanente

Especificação	Discentes	Quantidade	Unitário	Total
Computador AMD	1	1	2.500,00	2.500,00
			Sub-total	2.500,00

2. Material de Consumo

Especificação	Discentes	Quantidade	Unitário	Total
Papel A4 500 folhas		1	30,00	30,00
Caneta	1	1	1,50	1,50
Marca texto	1	1	7,50	7,50
			Sub-total	39,00

3. Serviços de Terceiros

Pessoa Física

Especificação	Discentes	Quantidade	Unitário	Total
Lanche	1	16	10,00	160,00
			Sub-total	160,00

4. Serviços de Terceiros

Pessoa Jurídica

Especificação	Discentes	Quantidade	Unitário	Total
Transporte	1	16	5,60	89,60
Internet 200mb	1	1	1	100,00
			Sub-total	189,60

REFERÊNCIAS

1.ALTSHULER, E.; SAIDI, A.; BUDD, J. DiGeorge syndrome: consider the diagnosis. *BMJ Case Reports*, London, v. 15, n. 2, e245164, 2022.

2.AZEVEDO, Giovanna de Oliveira; RAIMUNDO, Ronney Jorge de Souza; LIMA, Keite Oliveira de. A fisioterapia como estímulo em crianças com atraso no desenvolvimento motor. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, Goiás, v. 7, n. 15, p. 1-10, jul./dez. 2024. Disponível em: https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1629. Acesso em: 30 jun. 2025.

3.BLAGOJEVIC, C. et al. Estimate of the contemporary live-birth prevalence of recurrent 22q11.2 deletions: a cross-sectional analysis from population-based newborn screening. *CMAJ Open*, Ottawa, v. 9, n. 3, p. E802–E809, 2021.

4.BOOT, Erik et al. Updated clinical practice recommendations for managing adults with 22q11.2 deletion syndrome. *Genetics in Medicine*, [S.l.], v. 25, n. 4, p. 100344, 2023. Elsevier. DOI: https://doi.org/10.1016/j.gim.2022.11.012. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S109836002200379X. Acesso em: 18 jul. 2025.

5.DALLE ROCHA, Camila et al. Diagnóstico tardio de síndrome de deleção 22q11.2 em criança com hipocalcemia sintomática: relato de caso. *Residência Pediátrica*, Curitiba, Ahead of Print, p. 1-6, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.25060/residpediatr-2023.v13n3-623. Acesso em: 30 jun. 2025.

6.DORNELAS, Lílian de Fátima; DUARTE, Neuza Maria de Castro; MAGALHÃES, Lívia de Castro. Neuropsychomotor developmental delay: conceptual map, term definitions, uses and limitations. *Revista Paulista de Pediatria*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 88-103, jan./mar. 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.rpped.2014.04.009. Acesso em: 30 jun. 2025.

7.DRISCOLL, Deborah A. et al. Deletions and microdeletions of 22q11.2 in velo-cardio-facial syndrome. *American Journal of Medical Genetics*, v. 44, p. 261-268, 1992. DOI: 10.1002/ajmg.1320440304. Acesso em: 17 jul. 2025.

8.GOLDMUNTZ, Elizabeth. DiGeorge syndrome: new insights. *Clinics in Perinatology*, Filadélfia, v. 32, n. 4, p. 963-978, dez. 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.clp.2005.09.006. Acesso em: 30 jun. 2025.

9.HEGNER, Christina Cruz et al. Diagnóstico tardio de síndrome de DiGeorge em criança hipocalcêmica: relato de caso. *Revista Médica de Minas Gerais*, Vitória, v. 26, supl. 2, p. S53-S56, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.5935/2238-3182.20160023. Acesso em: 30 jun. 2025.

10.ISGANDAROVA, Khuraman; MOLATTA, Stephan; SOMMER, Philipp. Late diagnosed DiGeorge syndrome in a 44-year-old female: a rare cause for recurrent syncopes in adulthood a case report. *European Heart Journal - Case Reports*, [S. l.], v. 5, n. 7, 2021. Disponível em: https://academic.oup.com/ehjcr/article/5/7/ytab166/6267869. Acesso em: 30 jun. 2025.

11.KUENSTNER, William; RAPISUWON, Suthee; SHOBAB, Leila. DiGeorge syndrome diagnosed at age 38: challenges in low-resource settings and implications of a missed diagnosis. *JCEM Case Reports*, Oxford, v. 2, luae136, p. 1-8, jul. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1210/jcemcr/luae136. Acesso em: 30 jun. 2025.

12.LAMBIASE, Caterina. Sindrome da delezione 22q11.2: studio della funzionalità cardiopolmonare in pazienti non cardiopatici. 2018. 104 f. Tese (Dottorato in Tecnologie Biomediche in Medicina Clinica) – Facoltà di Medicina e Odontoiatria, Sapienza Università di Roma, Roma, 2018.

13.LOOMAN, Wendy S.; THURMES, Anna K.; O'CONNER-VON, Susan K. Quality of life among children with velocardiofacial syndrome. *Cleft Palate-Craniofacial Journal*, Minneapolis, v. 47, n. 3, p. 273-283, maio 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1597/09-009.1. Acesso em: 30 jun. 2025.

14.MCDONALD-MCGINN, Donna M.; SULLIVAN, Kathleen E. Chromosome 22q11.2 deletion syndrome (DiGeorge syndrome/velocardiofacial syndrome). *Medicina*, v. 71, n. 1, p. 1-18, jan. 2011. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21200182. Acesso em: 18 set. 2025.

15.MCDONALD-MCGINN, Donna M. et al. 22q11.2 deletion syndrome. *Nature*

Reviews Disease Primers, [S. l.], v. 1, p. 15071, out. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1038/nrdp.2015.71. Acesso em: 30 jun. 2025.

16.MCDONALD-MCGINN, Donna M. et al. The Philadelphia story: the 22q11.2 deletion: report on 250 patients. *Genetic Counseling*, Genebra, v. 10, n. 1, p. 11-24, fev. 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/13107587_The_Philadelphia_Story_The_22q112_Deletion_Report_on_250_Patients. Acesso em: 30 jun. 2025.

17.MELO, Karina M. de; CARVALHO, Beatriz T. Costa. Síndrome de DiGeorge: aspectos clínico-imunológicos e manejo. *Revista Brasileira de Alergia e Imunopatologia*, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 90-98, abr./jun. 2007.

18.POIRSIER, Céline et al. A French multicenter study of over 700 patients with 22q11 deletions diagnosed using FISH or aCGH. *European Journal of Human Genetics*, Londres, v. 24, n. 6, p. 844-851, jun. 2016. Disponível em: https://www.nature.com/articles/ejhg2015219. Acesso em: 30 jun. 2025.

19.RIZVI, Sukaina et al. Schizophrenia in DiGeorge syndrome: a unique case report. *Cureus*, [S. l.], 2018. Disponível em: https://www.cureus.com/articles/17393-schizophrenia-in-digeorge-syndrome-a-unique-case-report. Acesso em: 30 jun. 2025.

20.SACCA, Rosalba et al. Association of airway abnormalities with 22q11.2 deletion syndrome. *International Journal of Pediatric Otorhinolaryngology*, [S. l.], v. 96, p. 11-14, fev. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.ijporl.2017.02.001. Acesso em: 30 jun. 2025.

21.SCAMBLER, Peter J. et al. Microdeletions within 22q11 associated with sporadic and familial DiGeorge syndrome. *Genomics*, v. 10, p. 201-206, 1991. DOI: 10.1016/0888-7543(91)90501-5. Acesso em: 17 jul. 2025.

22.SENA, Gabriele Brum; SERRUYA, Nara Rúbia Fernandes; CAUDURO, Júlia Fialho; LOPES, Fernando. Síndrome de DiGeorge e suas manifestações ultrassonográficas pré-natais. *REA Med Acervo*, [S. l.], v. 25, p. 1-8, mar. 2025. Disponível em: https://doi.org/10.25248/REAMed.e19288.2025. Acesso em: 30 jun. 2025.

23.SILVA, I. M. W.; GIL-DA-SILVA-LOPES, V. L. An overview of the trajectory of Brazilian individuals with 22q11.2 deletion syndrome until diagnosis. *Orphanet Journal of Rare Diseases*, London, v. 17, n. 1, p. 67, 2022.

24.SILVA, Michele Agostinho da et al. A atuação da fisioterapia no atraso do desenvolvimento motor na primeira infância. *Revista Aracê*, São José dos Pinhais, v. 6, n. 4, p. 13732-13748, dez. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.56238/arev6n4-159. Acesso em: 30 jun. 2025.

25.SOBIN, Christina et al. Neuromotor deficits in children with the 22q11 deletion syndrome. *Movement Disorders*, New York, v. 21, n. 12, p. 2082-2089, dez. 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1002/mds.21103. Acesso em: 30 jun. 2025.

26.SZCZAWINSKA-POPŁONYK, Aleksandra et al. Chromosome 22q11.2 deletion syndrome: a comprehensive review of molecular genetics in the context of

multidisciplinary clinical approach. *International Journal of Molecular Sciences*, Basel, v. 24, n. 9, p. 8317, maio 2023. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijms24098317. Acesso em: 30 jun. 2025.

APÊNDICE A - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Eu Camilla Barreto Aguiar dos Santos pesquisadora responsável do projeto intitulado “Atuação da Fisioterapia no desenvolvimento neuropsicomotor em crianças com Síndrome de DiGeorge” e eu Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas declaramos ao Comitê de Ética em Pesquisa da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, que nos comprometemos a garantir o sigilo das informações e a privacidade dos participantes da pesquisa cujos dados serão provenientes de **observação dos atendimentos fisioterapêuticos somados aos registros dos prontuários**, bem como concordamos que os dados serão utilizados exclusivamente para execução do presente projeto. Informamos ainda que, a divulgação das informações só será realizada de forma anônima e que os dados coletados ficarão guardados por um período de 5 anos, no mínimo, sob a responsabilidade do pesquisador (a) Camilla Barreto Aguiar dos Santos, após este período, todos os documentos serão destruídos. Os pesquisadores declaram que seguirão a Resolução 466/2012, mantendo o sigilo dos dados manipulados durante a execução do projeto e a utilizarão apenas para fins estritamente científicos.

Salvador, 17 de Julho de 2025

Nome do pesquisador (equipe doestudo)	Assinatura
Camilla Barreto Aguiar dos Santos	gov.br Documento assinado digitalmente CAMILLA BARRETO AGUIAR DOS SANTOS Data: 16/07/2025 19:37:21-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas	Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas

APÊNDICE B - DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Martagão Gesteira HOSPITAL DA CRIANÇA

CARTA ANUÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Nós, **Danúbia Leal Lima**, gerente administrativa, e **Luciana Maria Pondé Bastianelli Knop**, gerente de Ensino e Pesquisa da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, por meio do Instituto de Ensino da Saúde e Gestão, autorizamos a realização do referido estudo: " **ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR EM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DIGEORGE"** , a ser conduzido sob a responsabilidade dos pesquisadores, **Camilla Barreto Aguiar dos Santos e Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas** , com o objetivo geral de conhecer sobre a atuação da fisioterapia no desenvolvimento neuropsicomotor em crianças com Síndrome de DiGeorge.

1. Confirmo que fui informado de que os dados serão mantidos em absoluto sigilo, conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, e serão utilizados exclusivamente para os objetivos deste estudo.

2. Ratifico que o nome desta instituição deverá constar no relatório final, bem como em futuras publicações científicas.

3. Declaro que esta instituição possui a infraestrutura necessária para a realização da referida pesquisa.

4. Esta declaração é válida apenas no caso de parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, vinculado à Plataforma Brasil, paraarealização da referida pesquisa.

Salvador, BA - 21 de julho de 2025

gov.br Documento assinado digitalmente
DANUBIA LEAL LIMA
Data: 21/07/2025 17:13:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Danubia Leal Lima
Gerente Administrativo

gov.br Documento assinado digitalmente
LUCIANA MARIA PONDE BASTIANELLI KNOP
Data: 21/07/2025 17:25:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Luciana Maria Pondé Bastianelli Knop
Gerente de Ensino e Pesquisa

LIGA ÁLVARO BAHIA
CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Documento assinado via procuração particular ID N. 001-25

APÊNDICE C - SOLICITAÇÃO PARA ACESSO A PRONTUÁRIO CLÍNICO E/OU BANCO DE DADOS

Martagão Gesteira HOSPITAL DA CRIANÇA

SOLICITAÇÃO PARA ACESSO A PRONTUÁRIO CLÍNICO E/OU BANCO DE DADOS

Eu, Camilla Barreto Aguiar dos Santos responsável pelo projeto “Atuação da Fisioterapia no desenvolvimento neuropsicomotor em crianças com Síndrome de DiGeorge”, venho pelo presente, solicitar autorização, para realização da coleta de dados através de prontuário clínico e/ou banco de dados de pacientes, no período de novembro/2025 a maio/2026, com objetivo principal conhecer sobre a atuação da fisioterapia no desenvolvimento neuropsicomotor em crianças com Síndrome de DiGeorge.

Contando com a autorização desta instituição, coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Salvador, 17 de Julho de 2025

gov.br Documento assinado digitalmente
CAMILLA BARRETO AGUIAR DOS SANTOS
Data: 29/07/2025 13:49:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Camilla Barreto Aguiar dos Santos

LIGA ÁLVARO BAHIA
CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

APÊNDICE D - TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS – TCUD

TERMO DE COMPROMISSO DEUTILIZAÇÃO DE DADOS – TCUD

(ElaboradodeacordocomaResolução466/2012-CNS/CONEP,510/2016CNSE580/2018CNS)

TÍTULO DO PROJETO: "Atuação da Fisioterapia no desenvolvimento neuropsicomotor em crianças com Síndrome de DiGeorge"

Os pesquisadores do presente projeto comprometem-se a manter sigilo dos dados coletados em prontuários e bases de dados, referentes à participantes atendidos no no setor de Fisioterapia do Hospital da criança Martagão Gesteira e a usar tais informações, única e exclusivamente para fins científicos, preservando, integralmente, o anonimato dos pacientes, cientes que:

1. Os dados do prontuário são de propriedade única e exclusiva do próprio sujeito, que forneceu tais informações em uma relação de confiabilidade entre a equipe multiprofissional e o paciente, para realização do seu tratamento e não para utilização de tais dados em pesquisa;

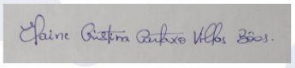
2. A CONEP alerta no sentido da obediência às disposições éticas e legais brasileiras que determinam o cumprimento do sigilo e da confiabilidade, além de exigir que toda pesquisa envolvendo seres humanos trate os mesmos em sua dignidade, respeite-os em sua autonomia e defenda-os em sua vulnerabilidade;

3. Dos itens III.2i e III2q, da resolução 466/12, do Ministério da Saúde que trata Pesquisas e Testes em Seres Humanos, os quais dizem, respectivamente – ***"prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem, a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiro"*** e – "***utilizar o material biológico e os***

dados obtidos na pesquisa exclusivamente para a finalidade prevista no seu protocolo, ou conforme o consentimento do participante".;

4. Da diretriz 12, das Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas EnvolvendoSeres Humanos –(CIOMS/93), que afirma– ***"O pesquisador deve estabelecer salvaguardas seguras para a confidencialidade dos dados de pesquisa. Os indivíduos participantes devem ser informados dos limites da habilidade do pesquisador em salvaguardar a confidencialidade e das possíveis consequências da quebra de confidencialidade".***

Salvador, 17 de Julho de 2025

Nome do pesquisador (equipe do estudo)	Registro de Identidade (RG)	Assinatura
Camilla Barreto Aguiar dos Santos	1495225682	gov.br Documento assinado digitalmente CAMILLA BARRETO AGUIAR DOS SANTOS Data: 16/07/2025 19:40:51-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas	05869151-09	

APÊNDICE E - DECLARAÇÃO DO ORIENTADOR

DECLARAÇÃO DO ORIENTADOR

Eu, Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas, orientador(a) do projeto de pesquisa intitulado “Atuação da Fisioterapia no desenvolvimento neuropsicomotor em crianças com Síndrome de DiGeorge” a ser realizado no setor de Fisioterapia do Hospital da criança Martagão Gesteira, desenvolvido e executado por Camilla Barreto Aguiar dos Santos, considero o referido projeto com metodologia adequada e estamos de acordo com a realização do mesmo, bem como assumo a responsabilidade de acompanhá-lo durante todas as fases do seu desenvolvimento.

Salvador, 17 de Julho de 2025

Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas.

_____

Orientadora:Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas

APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa intitulada “Atuação da Fisioterapia no desenvolvimento neuropsicomotor em crianças com Síndrome de DiGeorge” que tem como objetivo observar como a fisioterapia pode ajudar no desenvolvimento motor, respiratório e cardíaco dessas crianças.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: o atendimento ocorrerá no hospital da criança Martagão Gesteira em Salvador (BA), a nível ambulatorial, com frequência de uma vez por semana, no turno da tarde, entre novembro/2025 e março/2026. A participação envolverá além da observação do atendimento, o registro das condutas fisioterapêuticas aplicadas durante o tratamento da criança. Não haverá modificação no atendimento habitual, nem procedimentos invasivos. Também poderá haver consulta ao prontuário da criança para complementar as informações.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa são mínimos e se referem principalmente à quebra de sigilo dos dados coletados. No entanto, todas as informações serão codificadas e protegidas para garantir sua confidencialidade e anonimato. Nenhuma informação pessoal será divulgada.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa são indiretos, já que os resultados poderão contribuir para melhorar os cuidados fisioterapêuticos no futuro para crianças com essa mesma síndrome. Mesmo que não haja benefício imediato para a criança, o conhecimento gerado poderá beneficiar outros pacientes, além de colaborar com a comunidade científica ao oferecer parâmetros sobre as complicações mais frequentes e sobre como a fisioterapia pode atuar de maneira efetiva no manejo dessas repercussões, servindo de base para a criação de estratégias mais específicas e condizentes com as particularidades desses pacientes.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você recebe ou poderá vir a receber na instituição. Não está previsto nenhum tipo de

pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos com a pesquisa.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Caso haja dúvidas em relação à ética da pesquisa, o senhor poderá entrar em contato com o Comitê de Ética da UCSAL situado à Av. Pinto de Aguiar, 2589, Universidade Católica de Salvador, telefone: (71)3206-7830, e-mail: cep@ucsal.com.br ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Liga Álvaro Bahia Contra Mortalidade Infantil: Rua José Duarte, 114, Tororó, Salvador, Bahia, CEP 40050-050.Telefone: (71)3032-3794 e-mail: cep@labcmi.org.br. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente — de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, e para contribuir no desenvolvimento de pesquisas envolvendo seres humanos, atendendo a padrões éticos.

Pesquisadora: Camilla Barreto Aguiar dos Santos camilla.santos@ucsal.edu.br;

Pesquisadora Científica: Profª. MSc. Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas elaine.boas@pro.ucsal.br

Esse termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr(a) e a outra para os pesquisadores.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: “Atuação da fisioterapia no desenvolvimento neuropsicomotor em crianças com Síndrome de DiGeorge”

_____

Nome do participante ou responsável

Data: __ /__ /_____

Eu, Camilla Barreto Aguiar dos Santos, declaro cumprir as exigências contidas nos na Resolução nº 466/2012 conforme Conselho Nacional de Saúde, que orientam a condução de pesquisas envolvendo seres humanos.

_____

Assinatura da Pesquisadora

Data: __ /__ /___

Apêndice G:

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Atuação da fisioterapia no desenvolvimento neuropsicomotor em crianças com Síndrome de DiGeorge”, coordenada pela pesquisadora Camilla Barreto Aguiar dos Santos juntamente a orientadora Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas.

Queremos saber como a fisioterapia ajuda crianças que têm a Síndrome de DiGeorge a se movimentar melhor, respirar melhor e ter mais qualidade de vida. Você só precisa participar da pesquisa se quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir, mesmo com seus pais terem autorizado sua participação.

A pesquisa será feita no hospital, onde você realiza fisioterapia. A pesquisadora irá observar os atendimentos, conversar com os profissionais e anotar o que for importante sobre os exercícios e tratamentos. Você não vai fazer nada diferente do que já faz normalmente. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. O que você disser será guardado em segredo. Os resultados serão apresentados em eventos e revistas, mas ninguém saberá que você participou.

Caso haja dúvidas em relação à ética da pesquisa, seus responsáveis poderão entrar em contato com o Comitê de Ética da UCSAL situado à Av. Pinto de Aguiar, 2589, Universidade Católica de Salvador, telefone: (71)3206-7830, e-mail: cep@ucsal.com.br ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Liga Álvaro Bahia Contra Mortalidade Infantil: Rua José Duarte, 114, Tororó, Salvador, Bahia, CEP 40050-050.Telefone: (71)3032-3794 e-mail: cep@labcmi.org.br. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente — de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, e para contribuir no desenvolvimento de pesquisas envolvendo seres humanos, atendendo a padrões éticos.

Pesquisadora: Camilla Barreto Aguiar dos Santos camilla.santos@ucsal.edu.br;

Pesquisadora Científica: Profª. MSc. Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas elaine.boas@pro.ucsal.br

---

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, _____ aceito participar da pesquisa “Atuação da fisioterapia no desenvolvimento neuropsicomotor em crianças com Síndrome de DiGeorge”. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir. As pesquisadoras tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis.

Recebi uma via deste termo de assentimento. A outra via ficará com a pesquisadora Camilla Barreto Aguiar dos Santos.

Li o documento (ou ele me foi lido) e concordo em participar da pesquisa.

Local, _____/_____/_____ (data)

Assinatura do menor

Eu, Camilla Barreto Aguiar dos Santos, declaro cumprir as exigências contidas nos na Resolução nº 466/2012 conforme Conselho Nacional de Saúde, que orientam a condução de pesquisas envolvendo seres humanos.

Assinatura da pesquisadora

ENFERMAGEM NA CIRURGIA ROBÓTICA

Amanda Garboggini Guerra Trimer[1]

Joice Nascimento dos Santos[2]

Paula Costa de Oliveira[3]

Daniela Barbosa Neiva Vidal[4]

RESUMO

OBJETIVO: Identificar os avanços, desafios e contribuições da enfermagem no contexto da cirurgia robótica, com foco nas responsabilidades do enfermeiro nos três períodos do perioperatório na cirurgia robótica e na segurança do paciente. INDICAÇÃO DA METODOLOGIA: Este estudo trata de uma revisão bibliográfica qualitativa, desenvolvida por meio de metodologia sistemática em seis etapas, foram incluídos artigos publicados entre 2019 e 2024 em português, o objetivo foi fornecer uma visão ampla e atualizada sobre o tema, destacando a importância do enfermeiro no contexto da cirurgia robótica. CONCLUSÃO: O estudo analisa o papel da enfermagem em cirurgias robóticas, enfatizando a atuação nos períodos perioperatórios e a necessidade de conhecimento técnico especializado para o preparo do robô e o posicionamento do paciente. Destaca a segurança do paciente como prioridade e evidencia a falta de pesquisas sobre as funções específicas da enfermagem e do enfermeiro reforçando a necessidade de novos estudos no Brasil para definir diretrizes que aprimorem a prática e o ensino nesse contexto.

Palavras-chave: Cirurgia Robótica. Enfermagem. Período Perioperatório.

1. INTRODUÇÃO

O centro cirúrgico é um ambiente altamente especializado, destinado à realização de procedimentos anestésicos, cirúrgicos, diagnósticos e terapêuticos, sejam eles de caráter eletivo, de urgência ou emergência. Trata-se de uma área crítica, caracterizada por alto risco devido à complexidade dos procedimentos e ao elevado potencial de transmissão de infecções. Essa especificada exige uma abordagem rigorosa em termos de segurança, controle de infecções e qualificação profissional, tornando-o em um espaço essencial para práticas de cuidado avanças e interdisciplinaridade (Castro et al 2024 Apud Almeida et al, 2023).

Com o desenvolvimento tecnológico, inovações foram sendo implementadas nesse ambiente hospitalar, com destaque para a cirurgia robótica, uma tecnologia

[1] Graduanda de Enfermagem, Universidade Católica do Salvador, amanda.trimer@ucsal.edu.br.
[2] Graduanda de Enfermagem, Universidade Católica do Salvador, joice.santos@ucsal.edu.br
[3]Graduanda de Enfermagem, Universidade Católica do Salvador, paulac.oliveira@ucsal.edu.br
[4]Mestra em Enfermagem e Saúde/UFBA, daniela.vidal@pro.ucsal.br.

minimamente invasiva que utiliza sistemas robóticos de alta precisão possibilitando o cirurgião realizar procedimentos mais precisos mesmo estando distante do paciente diminuindo a interferência das mãos e da mobilidade de instrumentação, principalmente nos espaços mais restritos (Vitoriano et al, 2023).

A cirurgia robótica quando comparada aos procedimentos tradicionais apresenta inúmeras vantagens, que vão desde a alta definição e tecnologia 3D, onde as imagens possuem maior amplitude, a inibição de tumores humanos e maior comodidade ergonômica. Esse modelo inovador auxilia na redução do risco de infecções, de hemorragias, possibilita um pós-operatório menos doloroso, menores incisões e reduz o tempo de internação, sendo benéfico para os pacientes. Como desvantagens apresenta o alto custo dos materiais e a demanda por profissionais especializados (Lucena et al 2023 Apud Almeida et al, 2023).

A primeira intervenção em humanos feita utilizando um robô aconteceu em 1985 com a plataforma Programmable Universal Machine for Assembly (PUMA) 200, realizando biópsias neurocirúrgicas e sendo adaptada posteriormente para procedimentos urológicos e prostáticos. Em 1992, foi desenvolvido o Robodoc Surgical System, um sistema guiado por imagens projetado para cirurgias de prótese total de quadril. Essa tecnologia, ainda em uso atualmente, permite que o cirurgião utilize próteses específicas e personalizadas para cada paciente (Morrell et al., 2021 Apud Almeida et al, 2023).

No Brasil, essas inovações chegaram em 2008, sendo o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, o pioneiro no uso dessas tecnologias para a área de cirurgia cardíaca, o Sírio Libanês precursor em cirurgias de próstata e o Oswaldo Cruz que realizou a primeira Cirurgia Robótica Ortopédica. No SUS, o primeiro hospital a incluir a robótica em procedimentos cirúrgicos foi o Instituto Nacional do Câncer (Inca) do Rio de Janeiro, para operações nas áreas do aparelho digestivo, urologia, ginecologia e cabeça e pescoço. É notório que o Estado deve realizar investimentos nessa modalidade de cirurgia visando proporcionar melhoria na qualidade da saúde para a população (Sturza et al., 2022 Apud Almeida et al, 2023).

Sendo a segurança do paciente o foco na assistência a saúde e na cirurgia robótica, é válido ressaltar o papel crucial da enfermagem perioperatória, que tem por objetivo reduzir a exposição a riscos e possíveis complicações, por meio da sistematização da enfermagem perioperatória (SAEP), que garante um cuidado seguro,

com qualidade, gerenciamento adequado dos recurso material e humano, bem como condutas que favorecem a continuidade da assistência (Vitoriano et al, 2022).

A enfermagem está envolvida em todo processo do cuidado na cirurgia robótica. No pré-operatório, o enfermeiro é responsável por realizar a admissão do paciente, preparar a sala e o sistema robótico, posicionar corretamente o paciente e prevenir possíveis lesões. Durante a cirurgia, o enfermeiro coordena a padronização e checklist e organização do fluxo de profissionais no ambiente cirúrgico e após o procedimento, além dos cuidados nas unidades de internação, o profissional orienta pacientes e familiares. Embora o papel da enfermagem na cirurgia robótica seja reconhecido, a maioria das pesquisas ainda foca na área médica, faltando estudos que orientem a prática da enfermagem neste contexto (Vitoriano et al, 2022).

O objetivo do estudo é identificar os avanços, desafios e contribuições da enfermagem no contexto da cirurgia robótica, com foco nas responsabilidades do enfermeiro nos três períodos do perioperatório na cirurgia robótica e na segurança do paciente, além de contribuir para o aprimoramento das práticas assistenciais e a formação de profissionais qualificados, alinhados às exigências da inovação tecnológica na saúde.

2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Este estudo configura-se como revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio metodologia sistemática composta por seis etapas: 1) identificar o tema e formulação da questão de pesquisa; 2) definição clara dos critérios de inclusão e exclusão; 3) identificação, triagem e seleção dos estudos relevantes; 4) análise crítica dos estudos selecionados; 5) interpretação detalhada dos resultados; e 6) apresentação final da revisão, com uma visão geral abrangente do conhecimento.

O tema foi escolhido devido às limitações de pesquisas relacionadas à atuação da enfermagem no contexto da cirurgia robótica, o que motivou formulação da questão de pesquisa: “Quais são os avanços, desafios e contribuições da enfermagem na cirurgia robótica, com ênfase nas responsabilidades do enfermeiro nos três períodos do perioperatório**?** ”

Para a seleção da amostra, foi implementado um recorte temporal abrangendo o período de 2019 a 2024, com o objetivo de identificar todas as publicações relevantes

dos últimos seis anos. Os critérios de inclusão adotados foram: artigos publicados em português do Brasil, disponíveis online e em texto completo, que abordam temática de cirurgia robótica em modelo humano. Por outro lado, os critérios de exclusão compreenderam artigos em línguas estrangeiras e aqueles que não tratassem da atuação do enfermeiro nos períodos do período operatório.

As bases de dados utilizadas para a busca dos artigos foram: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Para pesquisa, foram selecionados os seguintes descritores: Cirurgia robótica, Enfermagem, cuidado pré operatório, avaliação pré-operatória.

Após a realização da pesquisa nas bases de dados e aplicado os filtros definidos (publicações dos últimos seis anos e em língua portuguesa), foram identificados doze (12) artigos. Desses, seis (6) foram excluídos por atenderem aos critérios de exclusão ou por serem duplicados. Assim, a amostra final foi composta por cinco (5) artigos, detalhados na tabela 1.

Posteriormente, procedeu-se à análise crítica dos estudos, com o agrupamento das informações estruturadas conforme os períodos do perioperatório, possibilitando uma discussão aprofundada dos resultados e contribuindo para a compreensão das responsabilidades e desafios da enfermagem no contexto da cirurgia robótica

Tabela 1 - Processo de busca de dados para seleção dos artigos nas bases BVS, SciELO e Lilacs com descritores “Cirurgia Robótica, Enfermagem e Período Perioperatório”, Novembro de 2024, Salvador, Bahia, Brasil, 2024.

Bases de dados	Artigo encontrados	Artigos duplicado	Artigo excluídos	Artigos selecionados
BVS	04	-	02	02
SciELO	05	1	02	02
Lilacs	03	-	02	01
Total	12	1	6	5

3 RESULTADO

Os 12 artigos selecionados para análise foram publicados em periódicos brasileiros, disponíveis tanto em português quanto em inglês. Todas as publicações foram realizadas a partir de 2019, com seleção limitada a um artigo por ano, exceto em 2020.

Quanto ao delineamento da pesquisa: 2 revisão integrativa; 1 artigo de validação de instrumento; 1 pesquisa qualitativa; 1 revisão de escopo;. Portanto, conforme Agency for Healthcare Research and Quality (AHRQ), classificou-se: dois artigos como nível de evidência 5; um como nível de evidência 3; um como nível de evidência 4; um como nível de evidência 1;

Quadro 1 - Caracterização do perfil dos artigos sobre enfermagem e cirurgia robótica publicados em periódico no período de 2019-2024

Título	Ano	Periódico	Método	Nível de Evidência
(A1) Atuação da enfermagem em cirurgias robóticas: revisão integrativa	2019	Scielo	Revisão Integrativa	N5
(A2) Recomendações de enfermagem para o cuidado em cirurgias oncológicas robóticas: revisão de escopo	2021	Revista SOBECC	Revisão de Escopo	N1
(A3) A cirurgia robótica e o processo de enfermagem no período perioperatório: revisão integrativa	2022	Revista eletrônica de ciência, tecnologia e inovação em saúde.	Revisão Integrativa	N5
(A4) Sistematização da assistência de enfermagem perioperatória na cirurgia robótica: validação de instrumento	2023	Scielo	Validação de instrumento	N3
(A5) Benefícios da cirurgia robótica sob a ótica da	2024	Revista Ibero - Americana de	Pesquisa qualitativa	N4

enfermagem: revisão integrativa		humanidades, ciências e educação - REASE		

4 DISCUSSÃO

A evolução tecnológica trouxe avanços significativos na área da saúde, com destaque para a introdução da cirurgia robótica, que combina precisão, menor invasividade e recuperação mais rápida para os pacientes. Nesse contexto, a enfermagem desempenha um papel indispensável, pois garante a segurança do paciente, o bom funcionamento do ambiente cirúrgico e o apoio à equipe multidisciplinar.

Segundo Potter (208, p. 1254), “os tipos de procedimentos cirúrgicos são classificados de acordo com a gravidade/seriedade, urgência e propósito”, o que reforça a importância e necessidade de um planejamento específico e atuação qualificada do enfermeiro em cada etapa do processo perioperatório.

Com base nos artigos revisados, foi possível estruturar sobre a atuação da enfermagem em cirurgia robótica, distribuindo-a nas três etapas que compõem o processo perioperatório: pré-operatório, intraoperatório e pós-operatório.

4.1 PRÉ-OPERATÓRIO

O papel da equipe de enfermagem durante esse período, com base nos artigos A1 e A5 compreende a admissão do paciente, organização da sala cirúrgica, garantir o posicionamento correto do paciente a fim de evitar lesões. Compete ao enfermeiro garantir que todos os equipamentos estejam calibrados e funcionando perfeitamente, como o isolante de CO2, e que os braços robóticos estejam corretamente conectados e posicionados para garantir a segurança durante o procedimento.

Para desempenhar essas funções de forma correta e eficiente, é essencial que o enfermeiro e toda equipe de enfermagem recebam treinamentos adequados em intervenções robóticas. Os programas de capacitação específicos permitem que os profissionais aprimorem habilidades técnicas e adquiram confiança no conjunto de equipamentos e na realização das tarefas , reduzindo os riscos associados ao

procedimento, promovendo a maior segurança ao paciente e contribuindo diretamente para elevar a qualidade da assistência prestada.

4.2 TRANSOPERATÓRIO/ INTRAOPERATÓRIO

Conforme os artigos A1 e A5, a enfermagem no período transoperatório integra habilidades técnicas, conhecimentos específicos e práticas baseadas em evidências para atender às demandas do ambiente cirúrgico altamente tecnológico. Nesse sentido, o papel do enfermeiro abrange desde a preparação do paciente até o suporte durante e após o procedimento, com o foco em segurança, eficácia e humanização do cuidado.

Durante essa fase, o enfermeiro circulante atua de forma integrada com a equipe cirúrgica, assegurando a funcionalidade dos equipamentos robóticos, preparo dos instrumentos e manutenção de um ambiente estéril. E também é o responsável por monitorar continuamente o paciente, avaliando sinais vitais e antecipando possíveis intercorrências. Além disso, o domínio técnico e o conhecimento sobre as novas tecnologias permitem que os enfermeiros responsáveis pelo CC identifiquem falhas ou inconsistências no funcionamento do robô, tornando-se agentes ativos na solução de problemas em tempo real, contribuindo para a fluidez e segurança da cirurgia.

Com o advento de novas tecnologias, como sistemas de monitorização automatizados e softwares de suporte à decisão, a utilização do checklist cirúrgico é uma ferramenta indispensável no transoperatório, promovendo a segurança e a padronização das etapas do procedimento. Essa combinação entre o conhecimento técnico e ferramentas avançadas enaltece a segurança ao paciente, consequentemente, reduzindo riscos e eventos adversos associados a cirurgias robóticas de longa duração.

4.3 PÓS - OPERATÓRIO

O estudo A1 ressalta a importância do cuidado pós-operatório, destacando a necessidade de que o enfermeiro possua conhecimento e habilidades qualificadas para atender às diversas demandas e complexidade que podem surgir no paciente. Além disso, enfatiza que o enfermeiro deve estar sempre atento às necessidades de cada

paciente de maneira integral, compreendendo a cirurgia a que o paciente foi submetido para prevenir possíveis complicações.

Durante o pós-operatório, os pacientes podem ter dúvidas, pois muitas vezes não estão familiarizados com a cirurgia robótica. Cabe ao enfermeiro desempenhar o papel crucial, fornecendo todas as informações necessárias e oferecendo suporte adequado. Dessa forma, reduzindo possíveis expectativas que possam gerar frustrações aos pacientes.

Diante dos avanços tecnológicos na cirurgia robótica se faz necessário que os enfermeiro aprimorem seus conhecimentos, principalmente na prática do cuidado, a partir do envolvimento em pesquisa nesse campo, visando uma assistência de qualidade embasada em evidências científicas e disseminando o conhecimento para que possa ser utilizado por outros enfermeiros.

5 CONCLUSÃO

O estudo realizado compreende a produção científica relacionada à atuação da enfermagem em cirurgias robóticas, destacando o papel da enfermagem nos períodos pré, intra e pós-operatório. Embora a prática da enfermagem seja semelhante ao que acontece nas cirurgias tradicionais, é necessária uma atenção especial com relação ao posicionamento do paciente e conhecimento técnico apurado para a preparação e configuração do robô cirúrgico.

A segurança do paciente é uma prioridade amplamente destacada na literatura, assim como a necessidade de atualizações constantes em normas e diretrizes éticas com o objetivo de garantir que os procedimentos sejam realizados com qualidade e seguridade. Entretanto nota-se uma carência significativa de estudos que abordam as percepções dos enfermeiros sobre suas funções específicas, evidenciando uma necessidade de aprofundar o entendimento sobre a dinâmica de trabalho em equipes multidisciplinares no contexto das cirurgias robóticas.

Esse cenário evidencia a relevância de novos estudos no Brasil que abordam a definição e o detalhamento das funções do enfermeiro em procedimentos robóticos. Investigações futuras podem contribuir para a elaboração de diretrizes mais claras que beneficiam tanto os profissionais de saúde quanto os pacientes, promovendo avanços na prática e no ensino da enfermagem em cirurgias de alta tecnologia.

REFERÊNCIAS

Martins R.C et al.. **Atuação da enfermagem em cirurgias robóticas:revisão integrativa.** Scielo,2019.Disponível<https://www.scielo.br/j/reben/a/r6FCzFk3dt8fK9g4J454fYv/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 05.Nov.2024

Silva, M. N. et al.. **Recomendações de enfermagem para o cuidado em cirurgia oncológica robótica: revisão de escopo.** SOBECC, 2021. Disponível <https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/744/728> Acesso: 10.Nov.2024

Vitoriano, L. V. T. et al.. **A cirurgia robótica e o processo de enfermagem no período perioperatório: revisão integrativa.** RECTIS, 2022. Disponível <https://seer.unirio.br/rectis/article/view/11635/11079> Acesso: 10.Nov.2024

Vitoriano, L. V. T. et al.. **Sistematização da assistência de enfermagem perioperatória na cirurgia robótica: validação de instrumento.** SciELO, 2023. Disponível <https://www.scielo.br/j/reben/a/Gxw6CxYGP7dMdnnwXpJBS4S/?lang=pt> Acesso: 10.Nov.2024

Castro, K. et al.. **Benefícios da cirurgia robótica sob a ótica da enfermagem: revisão integrativa.** REASE, 2024. Disponível <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13310/6457> Acesso: 10.Nov.2024.

PERFIL CLÍNICO E FUNCIONAL DE PACIENTES PÓS AVC ISQUÊMICO EM HOSPITAL PÚBLICO NA CIDADE DE SALVADOR-BA

Profª Msc. Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas.

Discente: Yamana Dias de Matos.

1 INTRODUÇÃO

O Acidente Vascular Cerebral (AVC) é uma condição neurológica aguda caracterizada pela interrupção do fluxo sanguíneo cerebral, que leva à morte celular em áreas específicas do cérebro, e pode ser classificado em dois tipos principais: hemorrágico e isquêmico. (AHMED et al., 2024) O AVC isquêmico, que representa cerca de 85% dos casos, ocorre quando há obstrução de uma artéria cerebral por trombos ou êmbolos, comprometendo a oxigenação do tecido e gerando déficits neurológicos diversos. (HOU et al., 2024);

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o AVC é a segunda principal causa de morte no mundo e uma das principais causas de incapacidade funcional em adultos. (Ministério da Saúde, 2013) No Brasil, representa um importante problema de saúde pública, com alta taxa de internações e crescente impacto socioeconômico. Os indivíduos acometidos frequentemente apresentam limitações motoras, cognitivas e sensoriais, sendo fundamental a avaliação precoce do grau de comprometimento para direcionamento adequado da reabilitação. (KARISIK et al., 2024)

Diante desse cenário, esta pesquisa se trata de um estudo descritivo transversal e com abordagem quantitativa que tem como objetivo traçar o perfil clínico e funcional de pacientes acometidos por AVC isquêmico internados em uma Unidade de Acidente Vascular Cerebral (UAVC), em um hospital público terciário. Serão utilizados como instrumentos de pesquisa um formulário elaborado pela autora contendo dados sociodemográficos e clínicos, além da Escala NIHSS (National Institutes of Health Stroke Scale) e a Escala FSS (Functional Status Scale). (SUCHAREW et al., 2013; FORGIARINI et al., 2022)

Como resultados esperados, pretende-se mapear o perfil clínico e funcional dessa população e identificar os principais déficits causados pelo AVC, assim como com

maior grau de comprometimento e, a partir disso, subsidiar estratégias de reabilitação mais eficazes e individualizadas. Espera-se também, contribuir com dados relevantes para a atualização de protocolos clínicos e desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao cuidado pós-AVC. (MCHUTCHISON et al., 2019)

1.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar os principais comprometimentos neurológicos e seus impactos funcionais em pacientes acometidos por AVC isquêmico internados em uma Unidade de Acidente Vascular Cerebral (UAVC), utilizando as escalas NIHSS e FSS.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar a amostra do estudo de acordo com dados sociodemográficos;
- Identificar os déficits neurológicos mais prevalentes.
- Relacionar os achados neurológicos com o nível de funcionalidade.

1.3 HIPÓTESE

Estima-se que pacientes acometidos por AVC isquêmico internados na Unidade de Acidente Vascular Cerebral (UAVC) apresentem elevados níveis de comprometimento neurológico, com maior prevalência de déficits motores e cognitivos, refletindo em significativa limitação funcional.

1.4 APLICABILIDADE DA PESQUISA

Conhecer o perfil clínico-funcional de pacientes acometidos por AVC isquêmico internados em uma UAVC permitirá subsidiar profissionais da saúde, gestores hospitalares e pesquisadores no desenvolvimento de estratégias de reabilitação mais direcionadas, eficientes e individualizadas. Além disso, os dados obtidos poderão contribuir para a atualização de protocolos clínicos, otimização dos fluxos assistenciais e elaboração de políticas públicas voltadas à melhoria do cuidado e da funcionalidade desses pacientes

1.5 JUSTIFICATIVA

Diante da alta incidência de Acidente Vascular Cerebral isquêmico e das repercussões funcionais significativas que ele impõe aos pacientes, especialmente no contexto hospitalar, torna-se essencial compreender o perfil clínico-funcional dessa população. Justifica-se, portanto, a realização deste estudo como forma de fornecer dados relevantes que possam orientar a prática clínica, o planejamento de reabilitação mais eficaz e individualizada, bem como apoiar a formulação de políticas públicas que visem à melhora dos cuidados pós-AVC e à redução do impacto social e econômico dessa condição.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa trata-se de um estudo quantitativo descritivo de cunho transversal a ser realizado na Unidade de Acidente Vascular Cerebral em um hospital público terciário na cidade de Salvador-BA, no período de outubro de 2025 a setembro de 2026.

Para a realização dessa pesquisa, serão incluídos os pacientes hospitalizados a nível das enfermarias que sofreram AVC isquêmico, avaliados na admissão em um período de seis meses. São critério de exclusão os pacientes que se negarem a participar do estudo ou porventura desistam de participar da pesquisa.

Os instrumentos de coleta de dados da pesquisa englobam um questionário elaborado pelas autoras, contendo informações sociodemográficas e clínicas, bem como a coleta sistematizada de dados clínicos por meio da análise dos prontuários dos participantes para caracterizar a amostra estudada e para avaliar o grau de comprometimento neurológico e funcionalidade, serão utilizados as escalas NIHSS (National Institutes of Health Stroke Scale) e na escala FSS (Functional Status Scale). As variáveis analisadas no questionário sociodemográfico e clínico serão: idade categorizada em anos, escolaridade em anos, profissão, ocupação, naturalidade, comorbidades (HAS, DM, depressão, câncer), entre outros. Este instrumento poderá ser aplicado ao paciente ou familiar. (Apêndice A).

A National Institutes of Health Stroke Scale (NIHSS) é uma ferramenta padronizada composta por 11 itens que avaliam aspectos como nível de consciência, função motora, sensibilidade, linguagem, entre outros. Cada item é pontuado de 0 a 4, sendo que valores mais elevados indicam maior gravidade do déficit neurológico. A

pontuação total varia de 0 a 42, com escores mais altos correlacionando-se a um pior prognóstico pós-AVC. (AMARAL; FERNANDES, 2023) (Apêndice B).

A Escala de Estado Funcional (Functional Status Scale – FSS) avalia tarefas de mobilidade que incluem rolar, transferir-se da posição supina para sentada, transferir-se da posição sentada para em pé, sentar-se à beira do leito e caminhar. O escore total da FSS-ICU varia de zero a 35, e escores mais elevados indicam uma funcionalidade física mais independente. (DA SILVA et al., 2017) (Apêndice C).

A coleta de dados ocorrerá no período de novembro de 2025 a abril de 2026 no hospital terciário, com frequência de uma vez por semana no turno vespertino. A coleta terá início mediante aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos de acordo com a Resolução 466/12, assim como as assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelo participante da pesquisa, Termo de Autorização da Instituição Coparticipante, Termo de Concessão e Declaração de Anuência por parte do Hospital.

O banco de dados será criado no Excel® e analisado no software Stata 17. Será realizada uma análise descritiva (frequência absoluta/relativa, média aritmética/desvio padrão), com o objetivo de descrever as principais características da amostra. Além disso, será realizada uma análise estatística adequada à natureza das variáveis, com o objetivo de verificar possíveis associações ou diferenças entre os grupos. Para isso, será aplicado o teste t de Student, utilizado para comparar as médias entre duas amostras independentes ou entre uma amostra e uma média populacional conhecida (KIM, 2015). Os resultados serão apresentados em tabelas e gráficos.

3 DESFECHO PRIMÁRIO

Os resultados obtidos por meio da aplicação das escalas NIHSS e FSS, utilizadas para avaliar os déficits neurológicos e o grau de funcionalidade dos pacientes acometidos por AVC isquêmico, poderão contribuir para o direcionamento de condutas terapêuticas mais eficazes, bem como subsidiar estratégias de reabilitação precoce e individualizada.

4 CRONOGRAMA

Período de agosto de 2025 a setembro de 2026

MÊS/ ETAPAS	AGO/ 2025	SET /2025	OUT/ 2025	NOV /2025	DEZ /2025 JAN /2026	FEV/ MAR 2026	ABR/ MAI/ 2026	JUN/ 2026	JUL /2026	AGO /2026	SET /2026	OUT /2026
Revisão bibliográfica		**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**			
Apresentação do projeto ao comitê de ética		**X**										
Coleta de dados				**X**	**X**	**X**	**X**					
Análise de dados							**X**	**X**				
Elaboração dos resultados, discussão, considerações finais							**X**	**X**	**X**	**X**		
Entrega do artigo											**X**	
Apresentação												**X**

5 ORÇAMENTO

Valor em R$

1. Material Permanente

Especificação	Discentes	Quantidade	Unitário	Total
Notebook 256 gb SSD e 8gb ram	1	1	2.499,00	2.499,00

			Sub-total	2.499,00

2. Material de Consumo

Especificação	Discentes	Quantidade	Unitário	Total
Papel A4 500 folhas		1	30,00	30,00
Caneta	1	1	1,50	1,50
			Sub-total	31,50

3. Serviços de Terceiros Pessoa Física

Especificação	Discentes	Quantidade	Unitário	Total
Lanche	1	64	10,00	640,00
			Sub-total	640,00

4. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Especificação	Discentes	Quantidade	Unitário	Total
Transporte	1	64	10,20	652,80
Internet 200mb	1	1	99,90	99,90
			Sub-total	752,70

REFERÊNCIAS

AHMED, Zubair; CHAUDHARY, Fihr; AGRAWAL, Devendra K. Epidemiology, pathophysiology, and current treatment strategies in stroke. **Cardiology and cardiovascular medicine**, v. 8, n. 4, p. 389–404, 2024.

AMARAL, Diogo M.; FERNANDES, Luciana. Acidente vascular encefálico e uso da escala NIHSS. ***Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences***, v. 5, n. 5, p. 774-785, 2023.

DA SILVA, Vinícius et al. Brazilian version of the Functional Status Score for the ICU: translation and cross-cultural adaptation. ***Revista Brasileira de Terapia Intensiva***, v. 29, n. 1, p. 34–38, 2017

Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com acidente vascular cerebral / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

FORGIARINI JÚNIOR, Luiz Alberto et al. Brazilian version of the Critical Care Functional Rehabilitation Outcome Measure: translation, cross-cultural adaptation and evaluation of clinimetric properties. **Revista brasileira de terapia intensiva**, v. 34, n. 2, 2022.

HOU, Shuai et al. Global, regional, and national epidemiology of ischemic stroke from 1990 to 2021. European journal of neurology: the official journal of the European Federation of Neurological Societies, v. 31, n. 12, p. e16481, 2024.

KARISIK, A. et al. Comorbidities associated with dysphagia after acute ischemic stroke. **BMC neurology**, v. 24, n. 1, p. 358, 2024.

KIM, T. K. T test as a parametric statistic. Korean journal of anesthesiology, v. 68, n. 6, p. 540–546, 2015.

MCHUTCHISON, C. A. et al. Functional, cognitive and physical outcomes 3 years after minor lacunar or cortical ischaemic stroke. **Journal of neurology, neurosurgery, and psychiatry**, v. 90, n. 4, p. 436–443, 2019.

SUCHAREW, Heidi et al. Profiles of the National Institutes of Health Stroke Scale items as a predictor of patient outcome. Stroke; **a journal of cerebral circulation**, v. 44, n. 8, p. 2182–2187, 2013.

APÊNDICES

Apêndice A:

Questionário sociodemográfico, clínico e funcional

Nome Completo: _____

Data de Nascimento: __/__/__ Idade: _____

Naturalidade:_____

Escolaridade: _____

Profissão:_____

Ocupação:_____

Situação Familiar:

Filhos?

( ) Sim. ( ) Não.

Bem-estar emocional:

Se sente frequentemente triste, ansioso ou deprimido?

( ) Sim. ( ) Não.

Já recebeu algum diagnóstico psicológico?

( ) Sim. ( ) Não.

História Médica:

Possui algum problema de saúde crônico?

( ) Sim. ( ) Não.

Se sim, qual(is)?

_____

Já teve alguma doença grave no passado?

( ) Sim. ( ) Não.

Se sim, qual(is)?

_____

Realiza exames de saúde regularmente? (Sim/Não)

( ) Sim. ( ) Não.

Se sim, com que frequência e quais exames costuma fazer?

_____

Já fez alguma cirurgia? (Sim/Não)

( ) Sim. ( ) Não.

Se sim, qual(is) e quando?

_____

Utiliza algum medicamento regularmente? (Sim/Não)

( ) Sim. ( ) Não.

Se sim, quais?

_____

Já foi hospitalizado nos últimos 12 meses? (Sim/Não)

( ) Sim. ( ) Não.

Se sim, por qual motivo e por quanto tempo?

_____

Comorbidades:

( ) HAS

( ) DM

( ) Osteoporose

( ) Quedas

( ) Depressão

( ) Câncer

Estilo de Vida:

Qual a frequência de ingestão de água?

_____

Possui uma boa alimentação?

( )Bom. ( ) Moderado. ( ) Ruim.

Realiza algum exercício físico regularmente?

( ) Sim. ( ) Não.

Algum outro aspecto que considere importante mencionar sobre sua saúde e bem-estar?_____

Apêndice B:

Escala National Institutes of Health Stroke Scale (NIHSS)

Identificação do Paciente

Nome: _____

Registro: _____

Exame inicial: Data _____/_____/_____

Instrução	Definição da escala	Escore	Hora
1a. Nível de Consciência O investigador deve escolher uma resposta mesmo se uma avaliação completa é prejudicada por obstáculos como um tubo orotraqueal, barreiras de linguagem, trauma ou curativo orotraqueal. Um **3** é dado apenas se o paciente não faz nenhum movimento (outro além de postura reflexa) em resposta à estimulação dolorosa.	**0** = Alerta; reponde com entusiasmo. **1** = Não alerta, mas ao ser acordado por mínima estimulação obedece, responde ou reage. **2** = Não alerta, requer repetida estimulação ou estimulação dolorosa para realizar movimentos (não estereotipados). **3** = Responde somente com reflexo motor ou reações autonômicas, ou totalmente irresponsivo, flácido e arreflexo.	_____ _____ _____ _____	_____ _____ _____ _____
1b. Perguntas de Nível de Consciência O paciente é questionado sobre o mês e sua idade. A resposta deve ser correta – não há nota parcial por chegar perto. Pacientes com afasia ou esturpor que não compreendem as perguntas irão receber **2**. Pacientes incapacitados de falar devido a intubação orotraqueal, trauma orotraqueal, disartria grave de qualquer causa, barreiras de linguagem ou qualquer outro problema não secundário a afasia receberão um **1**. É importante que somente a resposta inicial seja considerada e que o examinador não "ajude" o paciente com dicas verbais ou não verbais.	**0** = Responde ambas as questões corretamente. **1** = Responde uma questão corretamente. **2** = Não responde nenhuma questão corretamente.	_____ _____ _____ _____	_____ _____ _____ _____
1c. Comandos de Nível de Consciência O paciente é solicitado a abrir e fechar os olhos e então abrir e fechar a mão não parética. Substitua por outro comando de um único passo se as mãos não podem ser utilizadas. É dado credito se uma tentativa inequívoca é feita, mas não completada devido à fraqueza. Se o paciente não responde ao comando, a tarefa deve ser demonstrada a ele (pantomima) e o resultado registrado (i.e., segue um, nenhum ou ambos os comandos). Aos pacientes com trauma, amputação ou outro impedimento físico devem ser dados comandos únicos compatíveis. Somente a primeira tentativa é registrada.	**0** = Realiza ambas as tarefas corretamente. **1** = Realiza uma tarefa corretamente. **2** = Não realiza nenhuma tarefa corretamente.	_____ _____ _____ _____	_____ _____ _____ _____
2. Melhor olhar conjugado Somente os movimentos oculares horizontais são testados. Movimentos oculares voluntários ou reflexos (óculo-cefálico) recebem nota, mas a prova calórica não é usada. Se o paciente tem um desvio conjugado do olhar, que pode ser sobreposto por atividade voluntária ou reflexa, o escore será **1**. Se o paciente tem uma paresia de nervo periférica isolada (NC III, IV ou VI), marque **1**. O olhar é testado em todos os pacientes afásicos. Os pacientes com trauma ocular, curativos, cegueira preexistente ou outro distúrbio de acuidade ou campo visual devem ser testados com movimentos reflexos e a escolha feita pelo investigador. Estabelecer contato visual e, então, mover-se perto do paciente de um lado para outro, pode esclarecer a presença de paralisia do olhar.	**0** = Normal. **1** = Paralisia parcial do olhar. Este escore é dado quando o olhar é anormal em um ou ambos os olhos, mas não há desvio forçado ou paresia total do olhar. **2** = Desvio forçado ou paralisia total do olhar que não podem ser vencidos pela manobra óculo-cefálica.	_____ _____ _____ _____	_____ _____ _____ _____

Instrução	Definição da escala	Escore	Hora
3. Visual OS campos visuais (quadrantes superiores e inferiores) são testados por confrontação, utilizando contagem de dedos ou ameaça visual, conforme apropriado. O paciente deve ser encorajado, mas se olha para o lado do movimento dos dedos, deve ser considerado como normal. Se houver cegueira unilateral ou enucleação, os campos visuais no olho restante são avaliados. Marque **1** somente se uma clara assimetria, incluindo quadrantanopsia, for encontrada. Se o paciente é cego por qualquer causa, marque **3**. Estimulação dupla simultânea é realizada neste momento. Se houver uma extinção, o paciente recebe 1 e os resultados são usados para responder a questão **11.**	**0** = Sem perda visual. **1** = Hemianopsia parcial. **2** = Hemianopsia completa. **3** = Hemianopsia bilateral (cego, incluindo cegueira cortical).	_____ _____ _____ _____	_____ _____ _____ _____
4. Paralisia Facial Pergunte ou use pantomima para encorajar o paciente a mostrar os dentes ou sorrir e fechar os olhos. Considere a simetria de contração facial em resposta a estímulo doloroso em paciente pouco responsivo ou incapaz de compreender. Na presença de trauma /curativo facial, tubo orotraqueal, esparadrapo ou outra barreira física que obscureça a face, estes devem ser removidos, tanto quanto possível.	**0** = Movimentos normais simétricos. **1** = Paralisia facial leve (apagamento de prega nasolabial, assimetria no sorriso). **2** = Paralisia facial central evidente (paralisia facial total ou quase total da região inferior da face). **3** = Paralisia facial completa (ausência de movimentos faciais das regiões superior e inferior da face).	_____ _____ _____ _____	_____ _____ _____ _____
5. Motor para braços O braço é colocado na posição apropriada: extensão dos braços (palmas para baixo) a 90° (se sentado) ou a 45° (se deitado). É valorizada queda do braço se esta ocorre antes de 10 segundos. O paciente afásico é encorajado através de firmeza na voz e de pantomima, mas não com estimulação dolorosa. Cada membro é testado isoladamente, iniciando pelo braço não-parético. Somente em caso de amputação ou de fusão de articulação no ombro, o item deve ser considerado não-testável (**NT**), e uma explicação deve ser escrita para esta escolha.	**0** = Sem queda; mantém o braço 90° (ou 45°) por 10 segundos completos. **1** = Queda; mantém o braço a 90° (ou 45°), porém este apresenta queda antes dos 10 segundos completos; não toca a cama ou outro suporte. **2** = Algum esforço contra a gravidade; o braço não atinge ou não mantém 90° (ou 45°), cai na cama, mas tem alguma força contra a gravidade. **3** = Nenhum esforço contra a gravidade; braço despenca. **4** = Nenhum movimento. **NT** = Amputação ou fusão articular, explique:_____ **5a. Braço esquerdo** **5b. Braço direito**	_____ _____ _____ _____	_____ _____ _____ _____
6. Motor para pernas A perna é colocada na posição apropriada: extensão a 30° (sempre na posição supina). É valorizada queda do braço se esta ocorre antes de 5 segundos. O paciente afásico é encorajado através de firmeza na voz e de pantomima, mas não com estimulação dolorosa. Cada membro é testado isoladamente, iniciando pela perna não-parética. Somente em caso de amputação ou de fusão de articulação no quadril, o item deve ser considerado não-testável (**NT**), e uma explicação deve ser escrita para esta escolha.	**0** = Sem queda; mantém a perna a 30° por 5 segundos completos. **1** = Queda; mantém a perna a 30°, porém esta apresenta queda antes dos 5 segundos completos; não toca a cama ou outro suporte. **2** = Algum esforço contra a gravidade; a perna não atinge ou não mantém 30°, cai na cama, mas tem alguma força contra a gravidade. **3** = Nenhum esforço contra a gravidade; perna despenca. **4** = Nenhum movimento. **NT** = Amputação ou fusão articular, explique:_____ **6a. Perna esquerda** **6b. Perna direita**	_____ _____ _____ _____	_____ _____ _____ _____

Instrução	Definição da escala	Escore	Hora
7. Ataxia de membros Este item é avalia se existe evidência de uma lesão cerebelar unilateral. Teste com os olhos abertos. Em caso de defeito visual, assegure-se que o teste é feito no campo visual intacto. Os testes índex-nariz e calcanhar-joelho são realizados em ambos os lados e a ataxia é valorizada, somente, se for desproporcional á fraqueza. A ataxia é considerada ausente no paciente que não pode entender ou está hemiplégico. Somente em caso de amputação ou de fusão de articulações, o item deve ser considerado não-testável (**NT**), e uma explicação deve ser escrita para esta escolha. Em caso de cegueira, teste tocando o nariz, a partir de uma posição com os braços estendidos.	**0** = Ausente. **1** = Presente em 1 membro. **2** = Presente em dois membros. **NT** = Amputação ou fusão articular, explique:_____	____ ____ ____ ____	____ ____ ____ ____
8. Sensibilidade Avalie sensibilidade ou mímica facial ao beliscar ou retirada do estímulo doloroso em paciente torporoso ou afásico. Somente a perda de sensibilidade atribuída ao AVC é registrada como anormal e o examinador deve testar tantas áreas do corpo (braços [exceto mãos], pernas, tronco e face) quantas forem necessárias para checar acuradamente um perda hemisensitiva. Um escore de **2**, "grave ou total" deve ser dados somente quando uma perda grave ou total da sensibilidade pode ser claramente demonstrada. Portanto, pacientes em esturpor e afásicos irão receber provavelmente **1** ou **0**. O paciente com AVC de tronco que tem perda de sensibilidade bilateral recebe **2**. Se o paciente não responde e está quadriplégico, marque **2**. Pacientes em coma (item **1a=3**) recebem arbitrariamente **2** neste item.	**0** = Normal; nenhuma perda. **1** = Perda sensitiva leve a moderada; a sensibilidade ao beliscar é menos aguda ou diminuída do lado afetado, ou há uma perda da dor superficial ao beliscar, mas o paciente está ciente de que está sendo tocado. **2** = Perda da sensibilidade grave ou total; o paciente não sente que estás sendo tocado.	____ ____ ____ ____	____ ____ ____ ____
9. Melhor linguagem Uma grande quantidade de informações acerca da compreensão pode obtida durante a aplicação dos itens precedentes do exame. O paciente é solicitado a descrever o que está acontecendo no quadro em anexo, a nomear os itens na lista de identificação anexa e a ler da lista de sentença anexa. A compreensão é julgada a partir destas respostas assim como das de todos os comandos no exame neurológico geral precedente. Se a perda visual interfere com os testes, peça ao paciente que identifique objetos colocados em sua mão, repita e produza falas. O paciente intubado deve ser incentivado a escrever. O paciente em coma (Item **1A=3**) receberá automaticamente **3** neste item. O examinador deve escolher um escore para pacientes em estupor ou pouco cooperativos, mas a pontuação **3** deve ser reservada ao paciente que está mudo e que não segue nenhum comando simples.	**0** = Sem afasia; normal. **1** = Afasia leve a moderada; alguma perda óbvia da fluência ou dificuldade de compreensão, sem limitação significativa das idéias expressão ou forma de expressão. A redução do discurso e/ou compreensão, entretanto, dificultam ou impossibilitam a conversação sobre o material fornecido. Por exemplo, na conversa sobre o material fornecido, o examinador pode identi-ficar figuras ou item da lista de nomeação a partir da resposta do paciente. **2** = Afasia grave; toda a comunicação é feita através de expressões fragmentadas; grande necessidade de interferência, questionamento e adivinhação por parte do ouvinte. A quantidade de informação que pode ser trocada é limitada; o ouvinte carrega o fardo da comunicação. O examinador não consegue identificar itens do material fornecido a partir da resposta do paciente. **3** = Mudo, afasia global; nenhuma fala útil ou compreensão auditiva.	____ ____ ____ ____	____ ____ ____ ____

Instrução	Definição da escala	Escore	Hora
10. Disartria Se acredita que o paciente é normal, uma avaliação mais adequada é obtida, pedindo-se ao paciente que leia ou repita palavras da lista anexa. Se o paciente tem afasia grave, a clareza da articulação da fala espontânea pode ser graduada. Somente se o paciente estiver intubado ou tiver outras barreiras físicas a produção da fala, este item deverá ser considerado não testável (**NT**). Não diga ao paciente por que ele está sendo testado.	**0** = Normal. **1** = Disartria leve a moderada; paciente arrasta pelo menos algumas palavras, e na pior das hipóteses, pode ser entendido, com alguma dificuldade. **2** = Disartria grave; fala do paciente é tão empastada que chega a ser ininteligível, na ausência de disfasia ou com disfasia desproporcional, ou é mudo/anártrico. **NT** = Intubado ou outra barreira física; explique_____	_____ _____ _____ _____	_____ _____ _____ _____
11. Extinção ou Desatenção (antiga negligência) Informação suficiente para a identificação de negligência pode ter sido obtida durante os testes anteriores. Se o paciente tem perda visual grave, que impede o teste da estimulação visual dupla simultânea, e os estímulos cutâneos são normais, o escore é normal. Se o paciente tem afasia, mas parece atentar para ambos os lados, o escore é normal. A presença de negligência espacial visual ou anosagnosia pode também ser considerada como evidência de negligência. Como a anormalidade só é pontuada se presente, o item nunca é considerado não testável.	**0** = Nenhuma anormalidade. **1** = Desatenção visual, tátil, auditiva, espacial ou pessoal, ou extinção à estimulação simultânea em uma das modalidades sensoriais. **2** = Profunda hemi-desatenção ou hemi-desatenção para mais de uma modalidade; não reconhece a própria mão e se orienta somente para um lado do espaço.	_____ _____ _____ _____	_____ _____ _____ _____

TABELA DE EVOLUÇÃO

DATA	HORA	ESCORE	EXAMINADOR

Tradução e adaptação:
Octávio Marques Pontes-Neto
Neurologia – HCFMRP - USP

Apêndice C:

Escala de Estado Funcional (Functional Status Scale – FSS)

	ESCALA DE ESTADO FUNCIONAL EM UTI (FSS-ICU)
Escore	**Tarefa**
1	Rolar
2	Transferência da posição supina para sentada
3	Transferência da posição sentada para posição de pé
4	Sentar na beira da cama
5	Andar
Valor total	
Escore	**Definição**
0	Incapaz de tentar ou concluir a tarefa completa em razão de fraqueza
1	Dependência total
2	Assistência máxima (o paciente realiza ≤ 25% do trabalho)
3	Assistência moderada (o paciente realiza 26% – 74% do trabalho)
4	Assistência mínima (o paciente realiza ≥ 75% do trabalho)
5	Apenas supervisão
6	Independência modificada
7	Independência total

Apêndice D:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa, intitulada “Perfil clínico e funcional de pacientes pós AVC isquêmico em hospital público na cidade de Salvador-BA”. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela pesquisadora Yamana Dias de Matos, graduanda do curso de Fisioterapia da Universidade Católica do Salvador sob orientação da Profª Msc. Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas. O objetivo desta pesquisa é conhecer o perfil clínico e funcional de pacientes acometidos pelo acidente vascular cerebral de característica isquêmica. Os objetivos específicos são:

- Caracterizar a amostra do estudo de acordo com dados sociodemográficos;
- Identificar os déficits neurológicos mais prevalentes;
- Relacionar os achados neurológicos com o nível de funcionalidade.

Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com a pesquisadora para esclarecê-lo.

- Se o(a) senhor(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: questionário sociodemográfico e clínico, escala NIHSS e FSS.
- Os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa envolvem labilidade emocional por poder desenvolver autoconceito negativo de saúde devido a questões como falta de autonomia, isolamento social e estigma associado à idade avançada e à institucionalização. Caso isso aconteça, o(a) senhor(a) será encaminhado(a) para acompanhamento psicológico no próprio hospital.
- Esta pesquisa não acarretará ônus à instituição cedente.
- Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa são o enriquecimento que a projeção do perfil clínico-funcional traz para o banco de dados de saúde para traçar medidas de prevenção quanto às repercussões provenientes, o que irá favorecer a otimização da qualidade de vida.
- Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) senhor(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você recebe ou poderá vir a receber na instituição.
- Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao senhor(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes e

durante sua participação. Caso haja dúvidas em relação à ética da pesquisa, o senhor(a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética da UCSAL situado à Av. Pinto de Aguiar, 2589, Universidade Católica de Salvador, telefone: (71)3206-7830, e-mail: cep@ucsal.com.br. e com o Comitê de Ética do Hospital Geral Roberto Santos, telefone: (71)31038869/(71)31177519, através dos e-mails cep.hgrs@gmail.com / hgrs.cep@saude.ba.gov.br.O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente — de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, e para contribuir no desenvolvimento de pesquisas envolvendo seres humanos, atendendo a padrões éticos.

Pesquisadora: Yamana Dias de Matos (yamana.matos@ucsal.edu.br)

Pesquisadora Científica: Profª. MSc. Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas elaine.boas@pro.ucsal.br

Eu,_____
concordo em participar do estudo intitulado: PERFIL CLÍNICO E FUNCIONAL DE PACIENTES PÓS AVC ISQUÊMICO EM HOSPITAL PÚBLICO NA CIDADE DE SALVADOR-BA

_____

Assinatura do participante ou responsável

Apêndice E:

TERMO DE CONCESSÃO

Autorizo o acesso aos documentos sob minha guarda para que sejam coletados os dados necessários na execução do projeto intitulado **"PERFIL CLÍNICO E FUNCIONAL DE PACIENTES PÓS AVC ISQUÊMICO EM HOSPITAL PÚBLICO NA CIDADE DE SALVADOR-BA,"** sob a responsabilidade das pesquisadoras Elaine Cristina Cartaxo Vilas Boas e Yamana Dias de Matos com a finalidade científica e sem comprometer de nenhuma forma a integridade e a identidade dos participantes da pesquisa, conforme regulamenta a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Declaro estar ciente dos objetivos e benefícios do estudo, assim como da justificativa para não aplicar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e concordo com a coleta dos dados nesta unidade, exclusivamente para uso nesta pesquisa.

Esta declaração é válida apenas no caso de o(s) pesquisador(es) apresentarem o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador e do Hospital Geral Roberto Santos.

Salvador, 30 de agosto de 2025

_____

Jorge Luis Motta dos Anjos

CNPJ: 13.937.131/0053-72.

Apêndice F:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA COPARTICIPANTE

Autorizo Yamana Dias de Matos sob orientação da Profª MSC Elaine Cristina Cartaxo Vilas Boas a desenvolver nesta instituição o projeto de pesquisa intitulado "**PERFIL CLÍNICO E FUNCIONAL DE PACIENTES PÓS AVC ISQUÊMICO EM HOSPITAL PÚBLICO NA CIDADE DE SALVADOR-BA**" o qual será executado em consonância com as normativas que regulamentam a atividade de pesquisa envolvendo seres humanos. Declaro estar ciente que o Hospital Geral Roberto Santos (HGRS), é corresponsável pela atividade de pesquisa proposta e dispõe da infraestrutura necessária para garantir a segurança e bem estar dos participantes da pesquisa.

Esta declaração é válida apenas no caso das pesquisadoras apresentarem o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador e do Hospital Geral Roberto Santos.

Salvador, 30 de agosto de 2025

_____

Jorge Luis Motta dos Anjos

CNPJ: 13.937.131/0053-72

Apêndice G: Declaração de Anuência

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Declaro que o Hospital Geral Roberto Santos está de acordo com o presente estudo intitulado como **PERFIL CLÍNICO E FUNCIONAL DE PACIENTES PÓS AVC ISQUÊMICO EM HOSPITAL PÚBLICO NA CIDADE DE SALVADOR-BA**, orientado pela professora Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas e desenvolvida pela graduanda do curso de Fisioterapia da Universidade Católica do Salvador: Yamana Dias de Matos.

Declaramos conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Salvador, 30 de agosto de 2025

_____

Jorge Luis Motta dos Anjos

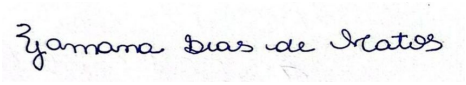
CNPJ: 13.937.131/0053-72.

Apêndice H: Termo de confidencialidade

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Assumimos o compromisso de preservar a privacidade e a identidade dos participantes da pesquisa intitulada **"PERFIL CLÍNICO E FUNCIONAL DE PACIENTES PÓS AVC ISQUÊMICO EM HOSPITAL PÚBLICO NA CIDADE DE SALVADOR-BA"** cujos dados serão coletados através entrevista para aplicação de questionário sociodemográfico e clínico além da aplicação de escalas para avaliação do déficit neurológico e da funcionalidade. Os dados serão utilizados única e exclusivamente para execução do presente projeto.
Esta declaração é válida apenas no caso das pesquisadoras apresentarem o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador e do Hospital Geral Roberto Santos. Após o período de 5 anos, os dados serão destruídos.

Salvador, 30 de agosto de 2025

Nome do Membro da Equipe Executora	Assinatura
Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas	
Yamana Dias de Matos	

PREVALÊNCIA DE SINTOMAS DEPRESSIVOS E FATORES ASSOCIADOS EM FREIRAS IDOSAS RESIDENTES EM UM CONVENTO NA CIDADE DE SALVADOR-BA

Andreza Bastos Figueiredo Fagundes

Camilla Barreto Aguiar dos Santos

Elaine Cristina Cartaxo Villas Boas

Renata Reis Matutino de Castro

Yamana Dias de Matos

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento é caracterizado por uma série de transformações fisiológicas que podem afetar as capacidades físicas, cognitivas e psicológicas dos indivíduos. Essas alterações, dependendo das vulnerabilidades vivenciadas, podem resultar em comprometimento funcional e influenciar de forma negativa a percepção da própria condição, favorecendo o surgimento de sintomas depressivos. (Torres et al., 2024) (Barros et al., 2023)

A depressão gera uma série de complicações na saúde do idoso, como diminuição do autocuidado, perda da autonomia, recusa em se alimentar, isolamento social permanecendo no leito por mais tempo, propiciando baixa mobilidade física e perda cognitiva. Todo esse processo tende a comprometer a imunidade, aumentando dessa forma, sua vulnerabilidade e debilidade clínica geral. Além disso, relaciona-se a um significativo aumento no risco de suicídio. (Veras et al., 2020) (Torres et al., 2024)

Segundo a última pesquisa realizada em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 13,2% da população entre os 60 e 64 anos de idade reportaram diagnóstico de depressão por profissional de saúde mental. (IBGE, 2020) Apesar dessa alta incidência, a depressão é uma das doenças crônicas mais subdiagnosticadas e subnotificadas pelos profissionais de saúde, gerando sofrimento desnecessário àqueles que não recebem tratamento, dificuldades para os familiares do paciente e elevados custos econômicos à sociedade. É essencial, portanto, que os profissionais de saúde conheçam as características da depressão no idoso e estejam capacitados para investigar a presença de sintomas depressivos. (Barros et al., 2023) (Almeida e Almeida 1999) (Alvarenga et al., 2012).

Nesse sentido, a avaliação sistemática dos pacientes idosos mediante a aplicação de escalas de avaliação de sintomas depressivos pode contribuir para melhorar a detecção dos casos de depressão nesse grupo etário possibilitando uma intervenção terapêutica precoce e prevenir maiores complicações. (Almeida e Almeida 1999), (Sousa et al., 2007) e (Souza Júnior et al., 2022).

Dessa forma, este estudo tem como objetivo identificar a prevalência de sintomas depressivos e seus fatores associados, em freiras idosas moradoras do Convento das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC).

1.1 OBJETIVO GERAL

Identificar a prevalência de sintomas depressivos e seus fatores associados, em freiras idosas moradoras do Convento das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC).

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar a amostra do estudo de acordo com dados sociodemográficos;
- Rastrear possíveis sintomas depressivos;

1.3 HIPÓTESE

Estima-se encontrar uma alta prevalência de sintomas depressivos nas idosas.

1.4 APLICABILIDADE DA PESQUISA

A identificação do perfil clínico-funcional de idosas constitui uma base relevante para a comunidade científica e para instituições voltadas ao cuidado geriátrico, permitindo a elaboração de medidas preventivas diante das repercussões do envelhecimento. Essa abordagem favorece a implementação de estratégias que visem à promoção da saúde e à otimização da qualidade de vida nessa população.

1.5 JUSTIFICATIVA

Com o aumento da taxa de envelhecimento populacional e a elevada prevalência de sintomas depressivos nessa faixa etária, justifica-se conhecer a presença e os fatores associados à depressão em idosos, uma vez que essa condição está relacionada à perda da autonomia, declínio funcional, comprometimento da saúde física e mental. A partir da análise desses dados, torna-se possível elaborar estratégias de rastreamento e programas específicos de promoção e prevenção em saúde mental.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa trata-se de um estudo quantitativo, descritivo, de corte transversal a ser realizado com Freiras residentes na Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC), na cidade do Salvador-Ba, no mês de outubro de 2025.

Os instrumentos de coleta da pesquisa compreenderão um questionário elaborado pelas autoras contendo dados sociodemográficos e clínicos, a Escala de Depressão Geriátrica (EDG-15) e o Mini Exame do Estado Mental (MEEM). As variáveis analisadas no questionário sociodemográfico e clínico serão: idade categorizada em anos, escolaridade em anos, profissão anterior, ocupação, naturalidade, tempo de residência no Convento em anos e comorbidades (HAS, DM, osteoporose, quedas, depressão, câncer), entre outros.

A Escala de Depressão Geriátrica (EDG-15) será utilizada como instrumento de rastreamento de sintomas depressivos. Trata-se de uma versão reduzida da escala original EDG, composta por 15 questões com respostas dicotômicas, voltadas à identificação de sintomas depressivos em idosos. A EDG-15 foi validada para o contexto brasileiro por Almeida e Almeida (1999), apresentando boa sensibilidade e especificidade para uso tanto em ambientes clínicos quanto em pesquisas com a população idosa. A pontuação total varia de 0 a 15 pontos, sendo que escores iguais ou superiores a 6 indicam suspeita de depressão, conforme a validação nacional. (Almeida e Almeida,1999)

O MEEM é o teste de rastreio cognitivo para pessoas adultas e idosas, e tem como objetivo avaliar o estado mental do indivíduo, dando ênfase aos sintomas de demência, rastreando a função cognitiva de forma rápida e padronizada. A avaliação do

escore obtido varia de 0 a 30 pontos obtidos, onde o ponto de corte é baseado no nível de escolaridade relacionada a um possível déficit cognitivo. Assim, os pontos de corte são: 20 pontos para analfabetos, 25 pontos para idosos com um a quatro anos de estudo, 26.5 pontos para idosos com cinco a oito anos de estudo, 28 pontos para aqueles com 9 a 11 anos de estudo, 29 pontos para aqueles com mais de 11 anos de estudo. (BRASIL, 2006) e (DE MELO & BARBOSA, 2015) (Apêndice F).

Para a realização dessa pesquisa, serão incluídas freiras com idade igual ou superior a 60 anos, que residam na Congregação a pelo menos um ano e que participem do programa de fisioterapia da instituição. Serão excluídas as freiras com comprometimento sensorial grave, afasia, ou escore no Mini-Exame do Estado Mental menor que 10 ou que se negaram participar do estudo ou que porventura desistam de participar da pesquisa.

A coleta de dados será realizada em ambiente calmo e tranquilo na própria Congregação, em um encontro, no turno matutino. A coleta terá início mediante aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos de acordo com a Resolução 466/12, assim como as assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelo participante da pesquisa e Declaração de Anuência por parte da Congregação.

O banco de dados será criado no Excel ®, e analisado pelo software R.v3.1.3. Será feita uma análise descritiva (frequência absoluta/relativa, média aritmética/desvio padrão) com a finalidade de identificar características gerais e específicas da amostra a ser estudada e os resultados serão apresentados em forma de tabelas e gráficos.

Os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa envolvem labilidade emocional por poder desenvolver autoconceito negativo de saúde devido a questões como falta de autonomia, isolamento social e estigma associado à idade avançada e à institucionalização. Caso isso aconteça, a Srª será encaminhada para acompanhamento psicológico na própria Congregação.

3 DESFECHO PRIMÁRIO

Os resultados obtidos através do rastreio de sintomas depressivos poderão direcionar medidas de prevenção e reabilitação no tratamento das idosas.

4 CRONOGRAMA

MÊS/ETAPAS	Agosto/ 2025	Agosto/ 2025	Setembro/ 2025	Outubro/ 2024	Data de Início	Data de Término
Levantamento bibliográfico	**X**	**X**	**X**		20/08/25	30/08/25
Elaboração do projeto	**X**	**X**	**X**		20/08/25	10/09/25
Apresentação do projeto ao comitê de ética			**X**		15/09/25	20/09/25
Coleta de dados			**X**		18/09/25	18/09/25
Análise de dados			**X**	**X**	18/09/25	20/09/25
Elaboração dos resultados, discussão, considerações finais			**X**	**X**	19/09/25	21/10/25
Entrega do artigo				**X**	21/10/25	21/10/25

5 ORÇAMENTO

Transporte:	R$2,60 unid.	5 pessoas	2 unidades por dia / cada	R$26,00 por dia	R$26,00 total
Impressão:	R$1,00 unid por folha impressa	5 folhas impressas por idosas	em média, 40 idosas		R$200,00 total

Caneta:	R$1,50 cada.	1 caneta por pessoa			R$7,50 total
Alimentação:	média de R$10,00 por pessoa	5 pessoas	1 vez por dia / cada	R$ 50,00 por dia	R$50,00 total
Notebook:	modelo: acer ryzen 3				R$3.500 total
TOTAL:					**R$3.783,50**

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Osvaldo P.; ALMEIDA, Shirley A. Confiabilidade da versão brasileira da Escala de Depressão em Geriatria (GDS) versão reduzida. Arquivos de neuro-psiquiatria, v. 57, n. 2B, p. 421–426, 1999.

ALVARENGA MRM, Oliveira MAC, Faccenda O. Sintomas depressivos em idosos: análise dos itens da Escala de Depressão Geriátrica.Acta Paul Enferm. 2012;25(4):497-503.

BARROS, Eriko Bruno Costa; COSTA, Andréa Suzana Vieira; ARAGÃO, Francisca Bruna Arruda; ALVES, Gilberto Sousa; PORTELA, Yara Maria Cavalcante de; OLIVEIRA, Bruno Luciano Carneiro Alves de.Associação da autopercepção de sentimentos depressivos e do desempenho cognitivo com a prevalência de depressão em idosos quilombolas. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol. 2023;26:e230076

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção á Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa.Brasília, DF:Ministério da Saúde ,2006. Caderno de Atenção Básica-n°19).

DE MELO, D. M.; BARBOSA, A. J. G. O uso do Mini-Exame do Estado Mental em pesquisas com idosos no Brasil: uma revisão sistemática. Ciência & Saúde Coletiva, v. 20, n. 12, p. 3865–3876, 2015.

IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde: 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 113 p. ISBN 978-65-87201-33-7.

SOUSA, Rilva Lopes de; MEDEIROS, José Givaldo Melquíades de; MOURA, Ana Carolina Leite de; SOUZA, Clarissa Lima e Moura de; MOREIRA, Iramirton Figuerêdo.

Validade e fidedignidade da Escala de Depressão Geriátrica na identificação de idosos deprimidos em um hospital geral. J Bras Psiquiatr, 2007; 56(2): 102-107

SOUZA JÚNIOR, Edison Vitório de et al. Implicações da depressão na qualidade de vida do idoso: estudo seccional. Enfermería global, v. 21, n. 1, p. 433–472, 2022.

TORRES, Amanda Gonçalves; LIMA, Kenio Costa de; MARTINS, Alberto Mesaque; MEDEIROS, Arthur de Almeida. Sintomas ansiosos e depressivos em pessoas idosas assistidas pela Estratégia Saúde da Família em áreas rurais de Campo Grande/MS. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol. 2024;27:e240028

VERAS, Carolina; HARTLE, Larissa; ARAÚJO, Verônica C.; CHARCHAT-FICHMAN, Helenice. Estudo normativo da Escala de Depressão Geriátrica em amostra de idosos do Rio de Janeiro. Revista Neuropsicologia Latinoamericana. 2020; Vol 12 No3 41-51

Apêndice A

Questionário sociodemográfico e clínico

Nome Completo: _____

Nome Religioso: _____

Data de Nascimento: __/__/__ Idade: _____

Naturalidade:_____

Escolaridade: _____

Tempo de Residência no Convento: _____

Tipo de moradia anterior à entrada no convento:_____

Profissão:_____

Ocupação:_____

Situação Familiar:

Possui contato com a sua família não religiosa?

( ) Sim. ( ) Não.

Fazem visitas frequentemente?

( ) Sim. ( )Não. ( ) Moderadamente.

Bem-estar emocional:

Já recebeu algum diagnóstico psicológico?

( ) Sim. ( ) Não.

Como lidar com situações de estresse?

_____

História Médica:

Possui algum problema de saúde crônico?

( ) Sim. ( ) Não.

Se sim, qual(is)?

_____

Já teve alguma doença grave no passado?

( ) Sim. ( ) Não.

Se sim, qual(is)?

_____

Realiza exames de saúde regularmente? (Sim/Não)

( ) Sim. ( ) Não.

Se sim, com que frequência e quais exames costuma fazer?

_____

Já fez alguma cirurgia? (Sim/Não)

( ) Sim. ( ) Não.

Se sim, qual(is) e quando?

_____

Utiliza algum medicamento regularmente? (Sim/Não)

( ) Sim. ( ) Não.

Se sim, quais?

_____

Já foi hospitalizada nos últimos 12 meses? (Sim/Não)

( ) Sim. ( ) Não.

Se sim, por qual motivo e por quanto tempo?

_____

Comorbidades:

( ) HAS

( ) DM

( ) Osteoporose

( ) Quedas

( ) Depressão

( ) Câncer

Estilo de Vida:

Qual a frequência de ingestão de água?

_____

Realiza algum exercício físico regularmente?

( ) Sim. ( ) Não.

Costuma participar de atividades de lazer e/ou entretenimento?

( ) Sim. ( ) Não.

Possui algum hobby ou atividade recreativa favorita?

( ) Sim. ( ) Não.

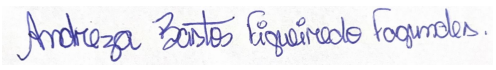
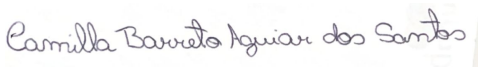
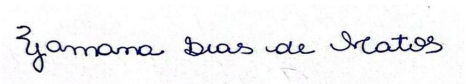
Algum outro aspecto que considere importante mencionar sobre sua saúde e bem-estar?_____

Apêndice B

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Assumimos o compromisso de preservar a privacidade e a identidade dos participantes da pesquisa intitulada **"Prevalência de Sintomas Depressivos e Fatores Associados em Freiras Idosas Residentes em um Convento na Cidade de Salvador-Ba"** cujos dados serão coletados através de entrevista para aplicação de questionário sociodemográfico e clínico além da aplicação de escala para rastreio de sintomas depressivos. Os dados serão utilizados única e exclusivamente para execução do presente projeto.
Esta declaração é válida apenas no caso das pesquisadoras apresentarem o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador. Após o período de 5 anos, os dados serão destruídos.

Salvador, 26 de agosto de 2025

Nome do Membro da Equipe Executora	Assinatura
Andreza Bastos Figueiredo Fagundes	
Camilla Barreto Aguiar dos Santos	
Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas	
Renata Reis Matutino de Castro	
Yamana Dias de Matos	

Apêndice C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Senhora está sendo convidada a participar de uma pesquisa, intitulada **Prevalência de Sintomas Depressivos e Fatores Associados em Freiras Idosas Residentes em um Convento na Cidade de Salvador-Ba.** Esta pesquisa está sendo desenvolvida pelas pesquisadoras responsáveis: Andreza Bastos Figueiredo Fagundes, Camilla Barreto Aguiar dos Santos e Yamana Dias de Matos, discentes do curso de Fisioterapia da UCSAL, sob orientação da Profª Renata Reis Matutino de Castro e co-orientada pela Profª Msc. Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas. O objetivo desta pesquisa é identificar a prevalência de sintomas depressivos e seus fatores associados, em Freiras idosas moradoras no Convento das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC) em Salvador-Ba.

Os objetivos específicos são:

- Caracterizar a amostra do estudo de acordo com dados sociodemográficos;
- Rastrear possíveis sintomas depressivos;

Caso haja alguma palavra ou frase que a senhora não consiga entender, converse com as pesquisadoras responsáveis pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

- Se a Srª aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são: questionário sociodemográfico e clínico, e aplicação de

escala para identificar sintomas depressivos.Tempo médio de 30 minutos, frequência de uma vez, durante uma semana, no mês de setembro, turno matutino.

- Os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa envolvem labilidade emocional por poder desenvolver autoconceito negativo de saúde devido a questões como falta de autonomia, isolamento social e estigma associado à idade avançada e à institucionalização. Caso isso aconteça, a Srª será encaminhada para acompanhamento psicológico na própria Congregação.
- Esta pesquisa não acarretará ônus à instituição cedente.
- A pesquisa apresenta como benefício a criação de ações preventivas, como programas de suporte psicológico, atividades sociais e ocupacionais dentro de instituições religiosas e geriátricas guiadas pelo conhecimento sobre os fatores associados aos sintomas depressivos.
- Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso a Srª decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você recebe ou poderá vir a receber na instituição.
- Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido a senhora, o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Caso haja dúvidas em relação à ética da pesquisa, a senhora poderá entrar em contato com o Comitê de Ética da UCSAL situado à Av. Pinto de Aguiar, 2589, Universidade Católica de Salvador, telefone: (71)3206-7830, e-mail: cep@ucsal.com.br O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente — de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, e para contribuir no desenvolvimento de pesquisas envolvendo seres humanos, atendendo a padrões éticos. Pesquisadora Científica: Profª. MSc. Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas elaine.boas@pro.ucsal.br

Eu,_____

concordo em participar do estudo intitulado: Prevalência de Sintomas Depressivos e Fatores Associados em Freiras Idosas Residentes em um Convento na Cidade de Salvador-Ba.

_____

Assinatura do participante ou responsável

Apêndice D



Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição
Província de Nossa Senhora de Guadalupe
Rua Rio São Francisco nº 10 Bairro: Monte Serrat – 40 425-060 – Salvador – BA
Fone: (71) 2137 - 2124 CNPJ Nº 30.483.653/0001-30
Site: www.conflhic.org.br

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Declaro que a Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição- CONFHIC está de acordo com o presente estudo intitulado como **Prevalência de Sintomas Depressivos e Fatores Associados em Freiras Idosas Residentes em um Convento na Cidade de Salvador-Ba**, orientado pelas professoras Renata Reis Matutino de Castro e Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas e elaborado pelos pesquisadores(as) responsáveis Andreza Bastos Figueiredo Fagundes, Camilla Barreto Aguiar dos Santos e Yamana Dias de Matos graduandas do curso de Fisioterapia da Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

Declaramos conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 466/2012 do CNS. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Salvador, 26 de agosto de 2025

Ir. Cristiane Aparecida Mélis Sant'Ana
Superiora Provincial
CNPJ: 30.483.653/0001-30

APÊNDICE E

ESCALA DE DEPRESSÃO GERIÁTRICA - GDS

		NÃO	SIM
01	Você está basicamente satisfeito (a) com a sua vida?	1	0
02	Você deixou muitos dos seus interesses e atividades?	0	1
03	Você sente que sua vida está vazia?	0	1
04	Você se aborrece com frequência?	0	1
05	Você se sente de bom humor a maior parte do tempo?	1	0
06	Você tem medo que algum mal vá lhe acontecer?	0	1
07	Você se sente feliz a maior parte do tempo?	1	0
08	Você sente que sua situação não tem saída?	0	1
09	Você prefere ficar em casa a sair e fazer coisas novas?	0	1
10	Você se sente com mais problemas de memória do que a maioria?	0	1
11	Você acha maravilhoso estar vivo?	1	0
12	Você se sente um inútil nas atuais circunstâncias?	0	1
13	Você se sente cheio de energia?	1	0
14	Você acha que a sua situação é sem esperanças?	0	1
15	Você sente que a maioria das pessoas está melhor que você?	0	1

TOTAL:_____

0 a 4 pontos: ausência de sintomas depressivos clinicamente relevantes

5 a 7 pontos: sintomas leves

8 a 9 pontos: sintomas moderados

10 ou mais pontos: sintomas graves

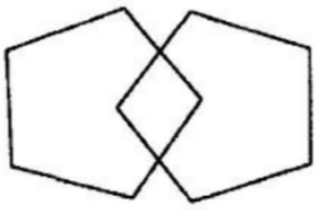
Referência

Almeida OP, Almeida SA. Confiabilidade da versão brasileira da Escala de Depressão Geriátrica (GDS) versão reduzida. Arquivos de Neuro-Psiquiatria, 1999, 57(2) - B:421 -
426.

APÊNDICE F

Paciente:_____

MINI EXAME DO ESTADO MENTAL (MEEM)

1. Orientação temporal (0 a 5 pontos):	Em que dia estamos?	Ano Semestre Mês Dia Dia da semana	1 1 1 1 1
2. Orientação espacial (0 a 5 pontos)	Onde estamos?	Estado Cidade Bairro Rua Local	1 1 1 1 1
3. Repita as palavras (0 a 3 pontos)	Peça ao idoso para repetir as palavras depois de dizê-las Repita todos os objetos até que o entrevistado o aprenda (máximo 5 repetições)	Caneca Tijolo Tapete	1 1 1
4. Cálculo	O(a) Sr(a) faz cálculos?	Sim (vá para 4a) Não (vá para 4b)	
4a. Cálculo (0 a 5 pontos)	Se de R$100,00 fossem tirados R$ 7,00 quanto restaria? E se tirarmos mais R$ 7,00? (total 5 subtrações)	93 86 79 72 65	1 1 1 1 1
4b.	Soletre a palavra MUNDO de trás para frente	O D N U M	1 1 1 1 1
5. Memória Recente (0 a 3 pontos)	Repita as palavras que disse há pouco	Caneca Tijolo Tapete	1 1 1
6. Linguagem (0 a 2 pontos)	Mostre um relógio e uma caneta e peça ao idoso para nomeá-los	Relógio Caneta	1 1
7. Linguagem (1 ponto)	Repita a frase:	NEM AQUI, NEM ALI, NEM LÁ.	1
8. Linguagem	Siga uma ordem de três estágios:	Pegue o papel com a mão direita Dobre-o ao meio Ponha-o no chão	1 1 1
9. Linguagem	Peça ao idoso para que leia a ordem e a execute. FECHE OS OLHOS		1
10. Linguagem	Peça ao idoso para escrever uma frase completa.		1
Frase:			
11. Liguagem	Copie o desenho 		1
Total:			

Avaliações dos resultados: Pontuação total = 30 pontos. As notas de corte sugeridas são: Analfabetos = 19.1 a 3 anos de escolaridade = 23.4 a 7 anos de escolaridade = 24.> 7 anos de escolaridade = 28.

PREVALÊNCIA E CARACTERÍSTICAS CLÍNICAS DE PATOLOGIAS TORÁCICAS ASSOCIADAS A LEVOESCOLIOSE

Andreza Bastos Figueiredo Fagundes[1]

Camilla Barreto Aguiar dos Santos[2]

Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas[3]

Paulo Itamar Ferraz Lessa[4]

Yamana Dias de Matos[5]

RESUMO

Introdução: A escoliose é uma alteração tridimensional da coluna vertebral, comumente diagnosticada na adolescência, que pode comprometer a simetria postural e afetar estruturas torácicas, respiratórias e músculo esqueléticos. Curvaturas torácicas esquerdas (levoescolioses), apesar de menos frequentes, podem indicar maior risco de patologias associadas e comprometimentos funcionais. Objetivo: Analisar a prevalência de patologias torácicas e características clínicas associadas a levoescoliose. Metodologia: Trata-se de um estudo quantitativo, transversal e analítico, realizado na Clínica Escoliose Brasil, unidade de Salvador-BA, especializada no tratamento não-cirúrgico da escoliose com base no método tridimensional S4D. Foram analisados 255 prontuários eletrônicos da plataforma da clínica. Foram incluídos pacientes de ambos os sexos, com idade entre 10 e 17 anos, e curvas escolióticas acima de 10 graus Cobb, prontuários completos, com classificação de Lenke e exames médicos complementares. Prontuários de pacientes operados ou com dados incompletos foram excluídos da amostra. Resultados: Houve maior prevalência de levoescoliose em mulheres com de média de 13,92 anos. Curvaturas torácicas foram mais graves, e levoescolioses torácicas mostraram provável associação com patologias clínicas, com significância estatística. Considerações finais: Este estudo identificou uma possível ligação entre levoescoliose torácica e manifestações clínicas, como dor, mesmo sem diagnóstico definido. Embora a maioria dos casos não tenha apresentado relação direta entre severidade da curvatura e patologias, 15% dos adolescentes com levoescoliose apresentaram sintomas relevantes. Esses achados destacam a importância do acompanhamento clínico contínuo e da atenção especial às curvaturas torácicas esquerdas, devido ao seu potencial de indicar alterações estruturais ou funcionais.

Palavras-chave: Escoliose. Prevalência. Idiopática. Levoescoliose. Patologias torácicas.

ABSTRACT

Introduction: Scoliosis is a three-dimensional alteration of the spine, commonly diagnosed in adolescence, which can compromise postural symmetry and affect thoracic, respiratory, and musculoskeletal structures. Left thoracic curvatures (levoscoliosis), although less frequent, may indicate a higher risk of associated pathologies and functional impairments. Objective: To

[1] Acadêmica da Universidade Católica do Salvador, andreza.fagundes@ucsal.edu.br
[2] Acadêmica da Universidade Católica do Salvador, camilla.santos@ucsal.edu.br,
[3] Fisioterapeuta, Mestre, Docente da Universidade Católica do Salvador, elaine.boas@pro.ucsal.br
[4] Fisioterapeuta, Mestre, Doutorando em Exercícios Posturais na Dor Lombar em Idosos, pauloitamarlessa@gmail.com
[5] Acadêmica da Universidade Católica do Salvador, yamana.matos@ucsal.edu.br

analyze the prevalence of thoracic pathologies and clinical characteristics associated with levoscoliosis. Methodology: This is a quantitative, cross-sectional, and analytical study carried out at Clínica Escoliose Brasil, a unit in Salvador-BA, specialized in the non-surgical treatment of scoliosis based on the three-dimensional S4D method. A total of 255 electronic medical records from the clinic's platform were analyzed. Patients of both sexes, aged between 10 and 17 years, and scoliotic curves above 10 degrees Cobb, complete medical records, with Lenke classification, and complementary medical exams were included. Medical records of patients who underwent surgery or had incomplete data were excluded from the sample. Results: There was a higher prevalence of levoscoliosis in women with a mean age of 13.92 years. Thoracic curvatures were more severe, and thoracic levoscoliosis showed a probable association with clinical pathologies, with statistical significance. Final considerations: This study identified a possible link between thoracic levoscoliosis and clinical manifestations, such as pain, even without a defined diagnosis. Although most cases did not show a direct relationship between severity of the curvature and pathologies, 15% of adolescents with levoscoliosis presented relevant symptoms. These findings highlight the importance of continuous clinical monitoring and special attention to left thoracic curvatures, due to their potential to indicate structural or functional alterations.

Keywords: Scoliosis. Prevalence. Idiopathic. Levoscoliosis.Thoracic pathologies.

1 INTRODUÇÃO

A escoliose é estabelecida como uma deformidade tridimensional da coluna vertebral, que se caracteriza por alterações nas posições das vértebras, rotação axial e redução da inclinação sagital das curvas fisiológicas.[1,2] Ainda que não se saiba a causa do desenvolvimento desta patologia, hipóteses apontam para fatores hormonais, neuromusculares, biomecânicos e genéticos, diagnosticados a partir da formação de uma curva que ultrapasse os 10° no plano coronal medido pelo ângulo de Cobb.[3] Baseado na classificação de curvas entre leve, moderado e grave, o maior risco de progressão, principalmente na fase de crescimento, ocorre em pacientes com Risser 0 que atingem a fase de crescimento acelerado com a curva igual ou maior a 40°Cobb.[4]

Acerca do diagnóstico clínico, a escoliose é dividida em dois grandes grupos: a escoliose idiopática (EI) e a não idiopática. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a EI é a forma mais comum no mundo e cerca de 50 milhões de pessoas na faixa etária de 10 a 16 anos de idade possuem este diagnóstico.[5] Estudos epidemiológicos mostram que a EI tem uma incidência que varia de 0,14 a 0,43% (0,26% em média) e a prevalência com cerca de 2 a 3%, com maior risco de progressão grave do sexo feminino em relação ao sexo masculino.[6,7] Já a não idiopática, se refere a causas congênitas ou neuromusculares.

A EI é classificada em dextroscoliose ou levoescoliose (LS), e difere-se na curvatura direita e esquerda respectivamente. A LS, apresenta curvas contrárias ao padrão habitual, com convexidade à esquerda, que levantam dúvidas quanto à sua etiologia e evolução[8], e está associada a um alto risco de malformações intra espinais (como Síndrome do cordão amarrado, Siringomielia e malformação de Arnold-Chiari), particularmente na presença de sintomas neurológicos.[9] A razão da predominância da direita sobre a esquerda, na escoliose idiopática permanece desconhecida e sua incidência é reduzida ao diagnóstico clínico padrão.[2,8]

Outro ponto de destaque são as complicações da LS, como posição assimétrica do coração e da aorta, além da restrição de mobilidade da caixa torácica, que provoca a redução dos volumes e capacidades pulmonares. Tal condição poderá ocasionar desconforto e dificuldade respiratória, especialmente nas alterações maiores que 30 graus cobb.[10,11] Portanto, o rastreamento da escoliose é altamente recomendado, o que é essencial para a identificação da restrição da capacidade pulmonar, hipoventilação pulmonar e problemas de coordenação e equilíbrio, e, consequentemente, para possibilitar um tratamento adequado, a fim de evitar a progressão da deformidade e uma possível intervenção cirúrgica.[2] Além das radiografias, é obrigatório a realização de exames adicionais como ressonância magnética (RM) e testes de função pulmonar, somados aos acompanhamentos pediátricos e cardiológicos.[12]

Posto isso, é fundamental a realização de pesquisas que possam identificar a correlação da escoliose idiopática associada a patologias torácicas e características clínicas, com ênfase em levoescoliose. Ademais, foi verificado que existe uma carência de estudos atualizados realizados com essa população, a fim de validar informações sobre curvaturas contrárias. Dessa forma, o objetivo do estudo é conhecer a prevalência de patologias torácicas e características clínicas associadas a levoescoliose.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de um estudo quantitativo de corte transversal, de caráter analítico realizado na Clínica Escoliose Brasil, com filiação em Salvador-BA. A Escoliose Brasil é uma rede de referência nacional e Internacional em prática baseada em evidências científicas do tratamento não-cirúrgico da escoliose e deformidades da

coluna vertebral, idealizada pelo fisioterapeuta Rodrigo Andrade, que utiliza o método S4D[13] e visa corrigir malformações posturais de maneira tridimensional.

Foram utilizados dados secundários, mediante análise de prontuários eletrônicos cadastrados na plataforma Escoliose Brasil. A plataforma consta com duzentos e cinquenta e cinco (255) prontuários de pacientes avaliados, e abrange o registro da unidade da Bahia localizada em Salvador. Como critérios de inclusão foram identificados prontuários de pacientes de ambos os sexos (feminino e masculino), com idade entre 10 a 17 anos, com presença curva contrária acima de 10 graus cobb (classificada em leve, moderada e grave), classificação de lenke e exames médicos complementares relacionados a patologia. Foram excluídos prontuários de pacientes operados ou incompletos, que impossibilitem a coleta de dados.

A coleta de dados ocorreu no período de Março a Maio do ano de 2025, com frequência de uma vez por semana, no turno vespertino e teve início após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos de acordo com a Resolução 466/12, sob número CAEE 86371125.7.0000.5628. Assim como as assinaturas do Termo de Concessão, Termo de Autorização Institucional da Coparticipante, Declaração de Concordância com Desenvolvimento do Projeto de Pesquisa, Termo de Confidencialidade, Termo de Autorização Institucional da Proponente, Solicitação de Dispensa do TCLE e Declaração de Anuência.

Foi utilizado o teste estatístico T de Student (testes de hipóteses para comparar a diferença entre as médias de duas amostras ou entre uma amostra e uma média populacional conhecida) para analisar a idade e o grau de severidade e o Teste de Proporção para avaliar o gênero e as patologias.[14] O banco de dados foi criado no Excel ®, e analisado pelo software STATA 17. Foi feita uma análise descritiva (frequência absoluta/relativa, média aritmética/desvio padrão) com a finalidade de identificar características gerais e específicas da amostra a ser estudada e os resultados estão apresentados em forma de tabelas e gráficos.

3 RESULTADOS

Comparação de médias da população sem levoescoliose vs amostra com levoescoliose (todas as curvas) em relação à:

3.1 GÊNERO**:**

Teste de proporção:

Two-sample test of proportions — **0**: Number of obs = **202**; **1**: Number of obs = **53**

Group	Mean	Std. err.	z	P>|z|	[95% conf.	interval]
0	.7277228	.0313194			.6663379	.7891076
1	.8490566	.0491742			.7526769	.9454363
diff	-.1213338	.058301			-.2356017	-.007066
	under H0:	.0665637	-1.82	0.068		

diff = prop(**0**) − prop(**1**) z = **-1.8228**

H0: diff = 0

Ha: diff < 0 — Pr(Z < z) = **0.0342**

Ha: diff != 0 — Pr(|Z| > |z|) = **0.0683**

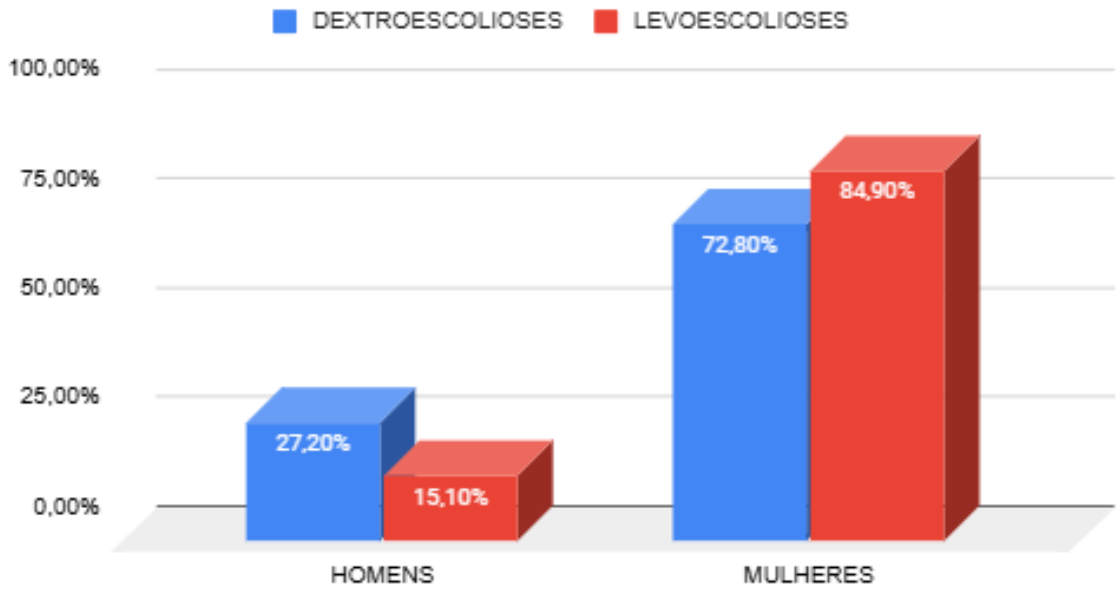
Ha: diff > 0 — Pr(Z > z) = **0.9658**

Na análise da proporção de indivíduos do sexo feminino entre os grupos com e sem levoescoliose, observou-se que 72,8% dos indivíduos do grupo sem levoescoliose (Grupo 0) eram mulheres, enquanto no grupo com levoescoliose (Grupo 1) esse percentual foi de 84,9% (Gráfico 1). Isso representa uma diferença de aproximadamente 12 pontos percentuais (p.p.) a mais de mulheres no grupo com levoescoliose.

Do ponto de vista estatístico, essa diferença apresentou evidência borderline no teste de hipótese bilateral convencional, com valor de p ≈ 0,068, o que não atinge o nível de significância usual de 5%. No entanto, o limite superior do intervalo encontra-se muito próximo de zero, o que reflete uma considerável incerteza, possivelmente atribuída ao tamanho reduzido da amostra com levoescoliose (n = 53).

Em síntese, os resultados sugerem uma maior prevalência de levoescoliose entre mulheres. No entanto, a robustez dessa conclusão depende da aceitação de um teste unilateral previamente especificado ou da adoção de um nível de significância mais flexível, como 10%.

GRÁFICO 1 - COMPARAÇÃO DE MÉDIAS DA POPULAÇÃO SEM LEVOESCOLOSES VS AMOSTRA COM LEVOESCOLIOSES EM RELAÇÃO AO GÊNERO



3.2 IDADE

Resultado do teste t:

Two-sample t test with equal variances

Group	Obs	Mean	Std. err.	Std. dev.	[95% conf.	interval]
0	202	13.38119	.1308944	1.86036	13.12309	13.63929
1	53	13.92453	.2118566	1.542339	13.49941	14.34965
Combined	255	13.49412	.1133202	1.809578	13.27095	13.71728
diff		-.5433402	.2777346		-1.090307	.0036262

diff = mean(0) - mean(1) t = -1.9563

H0: diff = 0 Degrees of freedom = 253

Ha: diff < 0 Ha: diff != 0 Ha: diff > 0

Pr(T < t) = 0.0258 Pr(|T| > |t|) = 0.0515 Pr(T > t) = 0.9742

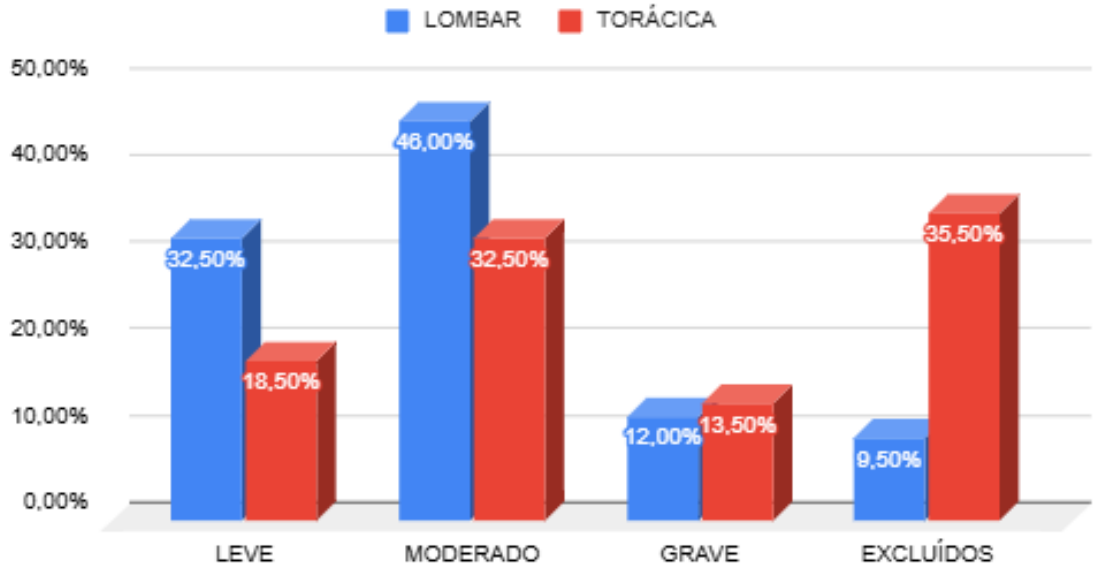
A análise das idades médias entre os grupos com e sem levoescoliose revelou que o grupo sem a condição (Grupo 0) apresentou média de 13,38 anos, enquanto o grupo com levoescoliose (Grupo 1) apresentou média de 13,92 anos. Isso representa uma diferença de aproximadamente 0,54 anos, indicando que os indivíduos com levoescoliose são, em média, cerca de 6,5 meses mais velhos.

Em suma, os resultados indicam que os pacientes com levoescoliose tendem a ser ligeiramente mais velhos, em média. No entanto, a magnitude da diferença é pequena e a evidência estatística, embora sugestiva, permanece fraca.

3.3 GRAU DE SEVERIDADE

Comparação dos graus de severidade (leve/moderada/grave) da população sem levoescoliose vs amostra com levoescoliose (todas as curvas):

GRÁFICO 2 - GRAU DE SEVERIDADE DA DEXTROESCOLIOSE LOMBAR E TORÁCICA

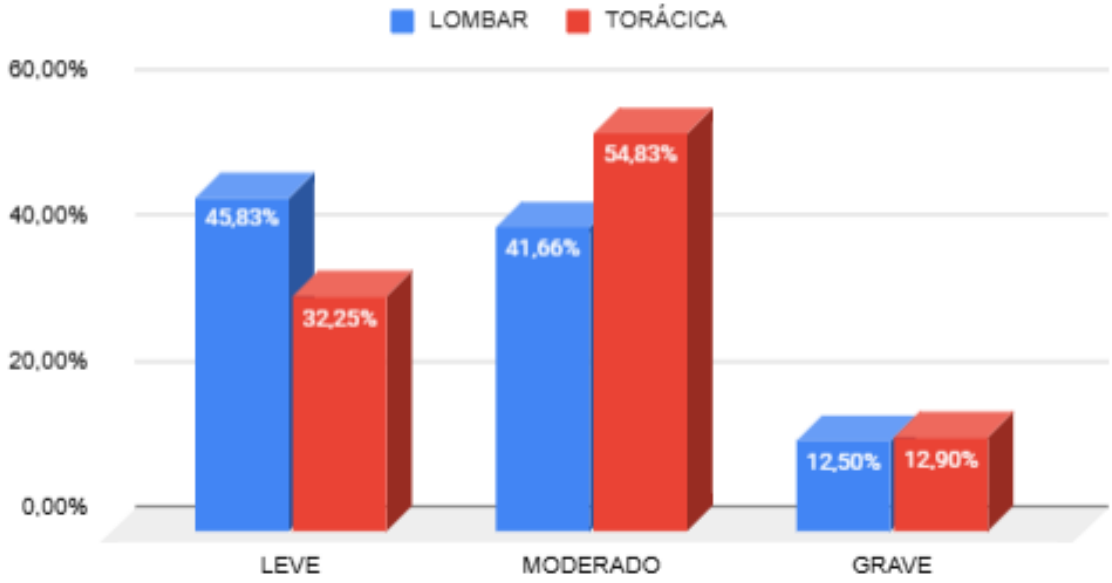


De acordo com gráfico II, que evidencia o grau de severidade da dextroescoliose, percebe-se uma predominância de curvaturas escolióticas de grau moderado, tanto nas localizações exclusivamente lombares (46,00%) quanto nas torácicas (32,50%). Observou-se que as curvaturas localizadas na região lombar (32,50%) apresentaram maior prevalência de casos classificados como leves. Em contraste, as curvaturas torácicas (13,50%) demonstraram maior prevalência de casos graves, o que indica uma possível associação entre a localização torácica e a progressão da severidade da deformidade.

Já em relação ao grau de severidade da levoescoliose, conforme gráfico III, o destaque foi para predomínio de curvaturas escolióticas classificadas como de severidade moderada, na região torácica (54,83%). Ao comparar os dois gráficos, observa-se que tanto os casos de dextroescoliose quanto de levoescoliose

apresentaram uma distribuição relativamente equilibrada entre os tipos de curvatura, com frequência semelhante para os casos graves.

GRÁFICO 3 - GRAU DE SEVERIDADE DA LEVOESCOLIOSE LOMBAR E TORÁCICA



Vale ressaltar que, os dados (Gráfico III) apontam para uma possível tendência de progressão nas levoescolioses torácica. Essa evolução é sugerida pelo aumento de casos classificados como de severidade grave nesse subtipo, com elevação de 0,40% quando comparados aos casos com envolvimento lombar. Esse achado pode indicar uma possível propensão à piora clínica nas levoescolioses localizadas na região torácica, o que reforça a importância do acompanhamento precoce e contínuo desses pacientes. Não houve exclusão de prontuários classificados como levoescoliose.

3.4 PATOLOGIAS/QUEIXAS

Teste de proporções:

```
Two-sample test of proportions                    0: Number of obs =       202
                                                  1: Number of obs =        53
------------------------------------------------------------------------------
       Group |       Mean   Std. err.       z    P>|z|     [95% conf. interval]
-------------+----------------------------------------------------------------
           0 |          0          0                              0           0
           1 |   .1509434   .0491742                      .0545637    .2473231
-------------+----------------------------------------------------------------
        diff |  -.1509434   .0491742                     -.2473231   -.0545637
             |   under H0:  .0269036    -5.61   0.000
------------------------------------------------------------------------------
        diff = prop(0) - prop(1)                                  z =  -5.6105
    H0: diff = 0

    Ha: diff < 0                 Ha: diff != 0                 Ha: diff > 0
 Pr(Z < z) = 0.0000         Pr(|Z| > |z|) = 0.0000          Pr(Z > z) = 1.0000
```

De acordo com o teste de proporção, observa-se que o grupo com levoescoliose obteve elevada significância estatística (p < 0,001) quanto a presença de patologias/queixas com aproximadamente 15 pontos percentuais. Esses achados reforçam a hipótese de que curvaturas torácicas esquerdas podem estar associadas a maior risco de comprometimentos clínicos, o que evidencia a importância do monitoramento específico deste subgrupo.

Tabela 1: Patologias e queixas em adolescentes com levosescoliose registrados na plataforma Escoliose Brasil Salvador - BA.

Patologias / Queixas	N° (%)
Queixa dores torácicas	1 (1,66%)
Queixas de fadiga aos mínimos esforços	2 (3,33%)
Síndrome de Chiari	1 (1,66%)
Seringomielia	1 (1,66%)
Queixas álgica nas costas	2 (3,33%)
Respiração bucal	1 (1,66%)
Cardiopatia congênita	1 (1,66%)
	TOTAL 15%

Por conseguinte, a tabela I revela a distribuição das patologias/queixas. As maiores queixas foram a fadiga aos mínimos esforços e queixas álgicas nas costas com 3,33% cada, enquanto as patologias representaram 1,66% tanto para Síndrome de Chiari, Seringomielia e Cardiopatia congênita.

4 DISCUSSÃO

Os achados do presente estudo revelam detalhes na caracterização clínica e epidemiológica da levoescoliose em uma população adolescente. A análise dos dados evidenciou uma prevalência de 15% de manifestações patológicas torácicas entre os pacientes com curvatura torácica à esquerda, o que sugere uma tendência relevante que pode indicar uma associação clínica entre esses dois fatores. A diferença entre pacientes com levosescolioses e dextroescoliose foi estatisticamente significativa ($p < 0,001$), o que reforça a hipótese de que curvaturas torácicas esquerdas não são apenas uma variação anatômica, mas podem representar um fenótipo clínico mais grave ou potencialmente patológico. No entanto, apesar desse percentual expressivo, os resultados devem ser interpretados com cautela, uma vez que a amostra analisada é limitada e não permite a generalização estatística dos achados.

Em relação a associação entre gênero e levoescoliose, no presente estudo há uma predominância do gênero feminino em concordância com os achados de Smania et al.,[6] assim como os estudos de Negrini et al.,[2] e Abílio et al.,[7]. De fato, a levoescoliose é mais prevalente no gênero feminino em decorrência de fatores hormonais e biomecânicos relacionados ao desenvolvimento acelerado que podem influenciar no aparecimento e progressão das curvas escolióticas.

Quanto à média de idade, observou-se que os adolescentes com levoescoliose (20,8%) apresentaram média de 13,92 anos. Esse achado é similar à pesquisa de Chotai et al.,[3] realizada com 118 adolescentes com média de idade de 14,25 anos. Esses dados destacam a importância do acompanhamento clínico regular, especialmente em meninas, para possibilitar a detecção precoce e melhor condução do tratamento.[3,12]

Concernente à análise dos graus de severidade da levoescoliose, houve predomínio de curvaturas moderadas, tanto na região lombar quanto torácica, com destaque para uma maior prevalência de casos graves nas curvaturas torácicas (12,90%) em comparação às lombares (12,50%). Essa diferença sugere que a localização da curvatura pode influenciar a evolução clínica, uma vez que a torácica é mais suscetível à progressão devido à sua posição de transição biomecânica, sujeita a maiores forças de torção e instabilidade.

Essa condição tem impacto relevante na qualidade de vida dos jovens e pode variar em termos de progressão da curva e severidade, de acordo com causas subjacentes ou fatores individuais. Achado esse que é evidenciado através dos estudos de Ragborg et al.,[9] e Negrini et al.,[2] Para estes pesquisadores, o processo de progressão da curva depende de questões multifatoriais, e a prevalência teve correlação direta com o aumento da levoescoliose. A literatura não apresenta discordância quanto aos graus de severidade e localização.

Em relação às curvas, de acordo com os 255 prontuários analisados, observou-se uma predominância significativa das curvaturas dextrotorácicas (78,43%), caracterizadas pela convexidade da curva principal voltada para o lado direito do tórax em concordância com a pesquisa de Detjen et al.,[8]. Este padrão morfológico é o mais frequente descrito na literatura para casos de escoliose idiopática do adolescente, e é considerada a apresentação clássica dessa condição, devido à sua maior estabilidade biomecânica e possível associação com fatores de crescimento assimétrico da coluna vertebral.

Entretanto, esse achado contrasta com os resultados descritos por Abílio et al.,[7] em seu estudo feito com 78 alunos numa faixa etária de 10 a 14 anos, que relata uma maior prevalência de levoescolioses. Tal discrepância pode estar relacionada a diferentes critérios de inclusão amostral, variáveis demográficas, ou ainda à etiologia subjacente das curvaturas analisadas em cada estudo. Uma vez que curvas torácicas esquerdas são menos comuns como demonstrados nas publicações de Han et al.,[12] e Kotwicki et al.,[11] e frequentemente associadas a causas secundárias, como malformações congênitas, doenças neuromusculares ou anomalias neurológicas ocultas.

De acordo com Harshavardhana e Lonstein,[15] a ausência de exercícios específicos regulares, principalmente em casos moderados e graves, além da falta de órteses, resulta em fraqueza muscular, rigidez articular, diminuição da resistência cardiovascular e redução da flexibilidade, o que leva a um ciclo de declínio funcional e progressão da curva. Portanto, adolescentes que têm mais restrição ao tratamento específico ou não são acompanhados por profissionais de saúde, podem ser mais propensos a avanço progressivo da escoliose e da gravidade de patologias. Todavia, a amostra não permite conclusões definitivas, pois os prontuários considerados na

pesquisa referem-se somente ao momento da avaliação, sem incluir o acompanhamento longitudinal dos pacientes.

Este estudo permitiu identificar padrões relevantes relacionados à prevalência, idade, sexo e severidade das levoescolioses em uma amostra clínica. Como ponto positivo, destaca-se o uso de prontuários eletrônicos, que permitiu a coleta de dados de forma ágil, sistematizada e com baixo custo, favorecendo a análise retrospectiva de uma amostra clínica real. Contudo, apresenta limitações importantes, especialmente relacionadas ao perfil da amostra, composta exclusivamente por pacientes de uma clínica privada especializada. Esse fator pode gerar viés de seleção, uma vez que o acesso ao serviço está condicionado a custos elevados, o que limita a representatividade dos achados em relação à população geral. Outro fator limitante foi a exclusão dos prontuários categorizados como dextroescoliose, o que impossibilitou achados sobre possíveis patologias associadas a esta convexidade. Dessa forma, embora os resultados sejam válidos no contexto analisado, sua generalização deve ser feita com cautela.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escoliose, por sua natureza progressiva e dinâmica, representa uma condição de impacto significativo sobre o desenvolvimento funcional e postural do indivíduo, especialmente durante a adolescência. Os achados deste estudo, embora limitados por uma amostra reduzida, apontam para uma possível associação entre a presença de levoescoliose torácica e a ocorrência de patologias, ainda que de forma não conclusiva. Observou-se que uma parcela dos adolescentes com esse padrão de curvatura apresentou sintomas clínicos, como dor torácica, mesmo na ausência de um diagnóstico nosológico definido.

Ainda que a maioria dos participantes não tenha apresentado relação direta entre o grau de severidade da curva e a presença de patologias torácicas, a incidência de manifestações clínicas em 15% dos casos de levoescoliose não deve ser desconsiderada. Tais dados reforçam a importância de um olhar mais abrangente sobre a escoliose idiopática em adolescentes. Independente da direção da curvatura, é fundamental considerar os possíveis impactos estruturais e funcionais, bem como os sintomas clínicos associados. Em casos de levoescoliose, quando há perda postural,

aumento da rotação vertebral e presença de sintomas clínicos, pode ser necessária uma atenção ainda mais cuidadosa, dada a possibilidade de comprometimentos mais significativos.

REFERÊNCIAS

1. Hattori T, Sakaura H, Iwasaki M, Nagamoto Y, Yoshikawa H, Sugamoto K. Análise segmentar tridimensional in vivo da escoliose idiopática do adolescente. Eur Spine J [Internet]. 2011;20(10):1745–50.

2. Negrini S, Donzelli S, Aulisa AG, Czaprowski D, Schreiber S, de Mauroy JC et al. Diretrizes SOSORT de 2016: tratamento ortopédico e de reabilitação da escoliose idiopática durante o crescimento. Scoliosis Spinal Disord [Internet]. 2018;13(1):3

3. Chotai S, Nadel JL, Holste KG, Mossner JM, Smith BW, Kapurch JR et al. Comportamento da escoliose longitudinal na malformação de Chiari com e sem siringomielia. J Neurosurg Pediatr [Internet]. 2021;28(5):585–91.

4. Hawary RE, Zaaroor-Regev D, Floman Y, Lonner BS, Alkhalife YI, Betz RR. Brace treatment in adolescent idiopathic scoliosis: risk factors for failure-a literature review. Spine J [Internet]. 2019;19(12):1917–25.

5. Blencowe H, Cousens S, Chou D, Oestergaard M, Say L, Moller A-B, et al. Born too soon: the global epidemiology of 15 million preterm births. Reprod Health [Internet]. 2013;10 Suppl 1(S1):S2.

6. Smania N, Picelli A, Romano M, Negrini S. Neurophysiological basis of rehabilitation of adolescent idiopathic scoliosis. Disabil Rehabil [Internet]. 2008;30(10):763–71.

7. Abílio Dias Arêas Siqueira J, Dantas Coutinho Ferreira L, Sampaio Jorge F, Baracat PJF. Prevalência de escoliose em escolares entre 10 e 14 anos em Campos dos Goytacaze. Biol Saúde [Internet]. 2020;10(33):15–28.

8. Deetjen B, Liljenqvist U, Schulte TL, Schmidt C, Lange T, Osada N, et al. Left convex thoracic scoliosis: retrospective analysis of 25 patients after surgical treatment. Coluna/Columna [Internet]. 2011;10(3):205–10.

9. Ragborg L, Dragsted C, Ohrt-Nissen S, Mortensen J, Gehrchen M, Dahl B. Função pulmonar em pacientes com escoliose idiopática 40 anos após o diagnóstico. Brain Spine [Internet]. 2024;4(103313):103313.

10. Ferrari FCCRC, organizadora. Produção científica e atuação profissional: aspectos na fisioterapia e na terapia ocupacional. Ponta Grossa: Atena Editora; 2021.

11. Kotwicki T, Negrini S, Grivas TB, Rigo M, Maruyama T, Durmala J, et al. Metodologia de avaliação da morfologia da coluna vertebral e do tronco na

escoliose idiopática e outras deformidades da coluna vertebral - 6º artigo de consenso SOSORT. Escoliose [Internet]. 2009;4(1):26.

12. Han J, Xu Q, Yang Y, Yao Z, Zhang C. Avaliação da qualidade de vida e fatores de risco que afetam a qualidade de vida na escoliose idiopática do adolescente. Intractable Rare Dis Res [Internet]. 2015;4(1):12–6.

13. Andrade RM. O efeito dos exercícios terapêuticos na progressão da escoliose idiopática do adolescente: revisão sistemática com meta-análise. Jornal da USP [Internet]. 2024.

14. Kim TK. T test as a parametric statistic. Korean J Anesthesiol. 2015 Dec;68(6):540–6.

15. Harshavardhana NS, Lonstein JE. Results of bracing for juvenile idiopathic scoliosis. Spine Deform [Internet]. 2018;6(3):201–6.

QUALIDADE DE VIDA DO PACIENTE COM DEFICIÊNCIA NÃO VISÍVEL: RELATO DE CASO DE UM PACIENTE COM LÚPUS ERITEMATOSO SISTÊMICO

Mariana Araujo Santos[1]

Raabe Oliveira Paixao Leite [2]

Stéfane De Souza Guimarães[3]

Profa. Dra. Verena Loureiro Galvão[4]

RESUMO

OBJETIVO: Relatar um caso sobre a qualidade de vida e a limitação funcional da pessoa com lúpus eritematoso sistêmico. METODOLOGIA: Relato de caso qualitativo, realizado por entrevista com uma pessoa com LES visando mapear o impacto da doença em sua vida cotidiana. RESULTADOS: Hortência, jornalista, 50 anos que recebeu o diagnóstico de LES em 2011, após apresentar sintomas como dor articular e fadiga. O atraso no diagnóstico e tratamentos inadequados levaram a mudanças significativas em suas atividades diárias, resultando em afastamento do trabalho. As dificuldades enfrentadas incluem limitações invisíveis causadas pela doença, além de um estigma social que afeta sua qualidade de vida. A ausência de uma linha específica de cuidados para pacientes reumáticos contribui para a complexidade do tratamento. DISCUSSÃO: A qualidade de vida e limitação funcional da pessoa com LES são limitantes e tempo-dependente, passando despercebidos. O LES gera limitações funcionais com impactos significativos na qualidade de vida pela incompreensão do processo da doença e sintomatologia. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A limitação funcional e qualidade de vida do LES estão diretamente associados a um conhecimento mais amplo sobre seus conceitos, a progressão da doença e seu impacto no cotidiano. Novos estudos devem ser realizados para a generalização sobre as limitações funcionais nas doenças crônicas assim como apropriação dos direitos fundamentais que muitas vezes são cessados com o advento da doença.

Palavras-chave: Lúpus Eritematoso Sistêmico; Deficiência não visível; Trajeto terapêutico; Relato de caso

1 INTRODUÇÃO

O Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES) é uma doença crônica, inflamatória e de origem autoimune. A predominância desta doença afeta principalmente mulheres em idade fértil, e pode atingir pessoas de qualquer sexo e idade. Acomete nove mulheres para cada homem (Barcellos et al., 2022). A causa do LES é desconhecida, e até o

[1] Graduanda em Fisioterapia - Universidade Católica do Salvador,(marianaaraujo.santos@ucsal.edu.br).
[2] Graduanda em Fisioterapia - Universidade Católica do Salvador,(raabe.leite@ucsal.edu.br)
[3] Graduanda em Fisioterapia - Universidade Católica do Salvador (stefane.guimaraes@ucsal.edu.br)
[4] Fisioterapeuta - Doutora em Medicina e Saúde Humana (verena.galvao@pro.ucsal.br)

momento não existe cura (Lopes, 2023). Os agravos autoimunes sistêmicos em pacientes reumatológicos são caracterizados pela presença de inflamação crônica, que levam a sintomas como a destruição dos tecidos, dor, fadiga, incapacidade funcional e redução da expectativa de vida. (Marsal, 2014). Tais acometimentos geram impacto sobre atividades da vida diária em pessoas acometidas pelo LES (Carneiro, 2023). Das manifestações clínicas a dor articular e fadiga são considerados os maiores fatores de limitação, gerando restrição física (Salicio et al., 2013)

A fadiga intensa torna os pacientes excessivamente cansados, limitados, atingindo a concentração, atenção, trazendo mal-estar e desânimo, causando exaustão extrema, conhecida como síndrome da fadiga crônica (Barcellos, et al. 2022). São consequências osteomioarticulares, associadas ao impacto sistêmico da doença, que acomete muitos pacientes com LES, limitando os mesmos em desempenhar atividades cotidianas (Lopes, 2023). O perfil do LES indica uma doença incapacitante (França, 2013), ainda não reconhecida como uma limitação funcional importante ou, inclusive, como deficiência não visível. Segundo Freitas (2022, pg.1) “Ocorre que há um considerável percentual de pessoas com deficiências não visíveis, as quais também necessitam de reconhecimento”.

Existem doenças reconhecidas como deficiência não visível, e a lei brasileira abrange tais patologias, as identificando por meio de um colar. De acordo com a lei 14.624 de 17 de julho de 2023 “Art. 2º- É instituído o cordão de fita com desenhos de girassol como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas” (Brasil,2023). Embora as dores persistentes e a fadiga sejam invisíveis externamente, em decorrência do tempo, pacientes acometidos pela LES tornam-se impossibilitados de interagir socialmente de forma plena (Lopes, 2023). Tais características comunicam diretamente com o conceito de deficiência citado na legislação:

> De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão - LBI), no Art. 2o da lei n.13.146 de 6 de julho de 2015, considera pessoa com deficiência “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil,2015).

Por esta razão, a limitação física é uma realidade para muitos pacientes que convivem com LES. No entanto, como esses sintomas não são visíveis, podem ocorrer mal-entendidos, percepções equivocadas e julgamentos injustos (Cocchiarella et al. 2001). Este estudo se faz necessário para a realização de estudos que busquem

explorar as relações entre as limitações funcionais ocasionadas pelo LES com o conceito de deficiência. Os relatos de caso podem auxiliar nessa compreensão visto que ele pode fornecer dados importantes para compreender os aspectos que contribuem ou interferem na qualidade de vida deste indivíduo. Desta forma, este estudo tem como principal objetivo relatar um caso sobre a qualidade de vida e a limitação funcional da pessoa com lúpus eritematoso sistêmico.

Trata-se de um relato de caso qualitativo, realizado por meio de uma entrevista estruturada com uma pessoa com LES para mapear o diagnóstico da doença, identificar aspectos de limitações funcionais tendo em vista o acometimento de estruturas osteomioarticulares incapacitantes da vida do paciente. A respeito da qualidade de vida, a investigação buscou identificar mudanças significativas e limitantes nas atividades cotidianas da pessoa com LES.

Para análise de informações na forma de linguagem natural (palavras) e expressões de experiências, visando cumprir um roteiro de perguntas semi-estruturadas e direcionadas sobre aspectos relacionados ao LES, qualidade de vida, limitações funcionais e entendimento pessoal da doença, desde o diagnóstico até suas repercussões na vida cotidiana. Para entender mais sobre a doença relacionando a vida paciente pré e pós diagnóstico, as manifestações clínicas apresentadas e busca de obter meios de tratamento que visem ofertar a normalidade na realização de atividades diárias, além de entender a perspectiva do paciente diante do processo, agregando conhecimento entre o profissional e o paciente, ademais ao mundo científico e social para o reconhecimento dessa doença, tendo em vista a importância da assistência e relevância que o LES se encontram.

Para análise de dados, foi realizada a análise de conteúdo, seguido o que é preconizado por Minayo que indica que, durante a primeira fase, foi realizada a organização do material a ser analisado, com trechos significativos e separação de categorias. A partir da segunda fase, aplicação do que foi definido na fase anterior e a terceira fase, foi realizada a análise qualitativa no intuito de desvendar o conteúdo subentendido.

A entrevistada preencheu previamente um Termo de Consentimento Livre esclarecido, declarando a livre realização desse projeto e elaboração de perguntas norteadoras. Esse documento é submetido ao comitê de Ética, juntamente com o TCLE e o questionário referido na entrevista. A confidencialidade dos dados foi preservada de

acordo com a resolução 466/12 do Comitê Nacional de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A qualidade de vida e a limitação funcional da pessoa com lúpus eritematoso sistêmico foi observada como limitante e tempo-dependente, uma vez que passam despercebidos com o passar do tempo. O LES se apresenta na literatura como uma doença que gera limitações funcionais com impactos significativos na qualidade de vida de um paciente. Em decorrência de muitas vezes o processo da doença e a sintomatologia não serem compreendidos, é recorrente pacientes do LES sofrerem impactos significativos na qualidade de vida em sociedade. Dentre as categorias encontradas, existem as dificuldades da doença no cotidiano e mudança no estilo de vida , uma vez que a paciente apresenta uma doença crônica, e sem um prognóstico definido. Por ser uma doença que acomete diferentes sistemas humanos, muitas vezes, os aspectos não visíveis do LES e o estigma social podem influenciar diretamente o curso da doença. A falta de uma linha específica de cuidados para pacientes reumáticos, faz com que o curso e o trajeto terapêutico apresentem uma dificuldade a mais, e que são desconhecidas pelas pessoas. Os acometimentos osteoarticulares causam limitações, que passam despercebidas e, que causam limitação invisível.

2.1 DIFICULDADES DA DOENÇA NO COTIDIANO E MUDANÇA NO ESTILO DE VIDA

Diante das objeções encontradas no itinerário da doença, destacamos o diagnóstico tardio como um desafio para o paciente com LES, (Luquetti et al, 2024). A dificuldade de chegar ao diagnóstico do LES é um problema enfrentado por grande parte das pessoas acometidas pelo LES, Hortência relata sua experiência e evidência este cenário na seguinte fala:

> ”... Ele foi tardio no meu caso e hoje a sociedade de reumatologia a gente sabe que um diagnóstico, se você é um paciente que chega assim já com um grau muito elevado ele vai ter um diagnóstico de 2 a 3 anos para ser diagnosticado e isso é muito ruim tá?

A natureza crônica do LES, que afeta diferentes sistemas do corpo, encontra conotação singular para cada indivíduo e as dores articulares e a fadiga provocam mudanças no estilo de vida levando a ressignificar tarefas básicas do dia a dia até a inatividade laboral, (Ribeiro et. al, 2011). Hortência afirma:

> “mudou muita coisa, mudou assim profissionalmente eu era uma apresentadora de televisão que tava no topo da carreira e aí quando eu me descobri com lúpus o tratamento como eu falei é muito agressivo então assim sai de 55kg para 90kg eu parei de me reconhecer meu cabelo começou a cair, meu dente começou a cair e eu não conseguia me compreender dentro daquela pessoa e quem era aquela pessoa e o que aquela pessoa ia se tornar eu ia sobreviver aquilo tudo eu não sobreviveria como que eu ia conviver com isso eu não sabia,”

Muitas vezes, é fundamental a ressignificação das prioridades de vida, assim como uma visão mais ampliada da doença. Neste estudos, observamos esse momento por meio da seguinte fala:

> “e a partir dali não vou ser mais a mesma pessoa entendeu mas eu posso sim viver, segurar uma bandeira e lutar, me colocar em uma nova posição entendeu e chegar sei que não é fácil, é difícil entendeu mas, eu consegui, eu fiz por onde chegar obviamente eu tenho meus altos e baixos,”

2.2 ASPECTOS NÃO VISÍVEIS DO LES E O ESTIGMA SOCIAL

O LES possui aspectos não visíveis externamente, ocasionando um impacto significativo na vida dos pacientes, exigindo uma atenção cuidadosa de profissionais de saúde e da sociedade em geral. A conscientização sobre essas dimensões pode promover uma melhor compreensão e apoio, ajudando os indivíduos a gerenciar melhor a condição e melhorar sua qualidade de vida (Ribeiro et. al, 2011).Hortência expressa durante a sua fala: “As pessoas só enxergam minha limitação de saúde quando eu estou de cama ou no hospital depende como o paciente reage a doença a gente tem um problema muito sério a doença é muito nítida para a gente e é invisível ao olhar do outro entendeu?

O preconceito em relação a limitações funcionais não visíveis, a exemplo de condições físicas sutis, é um tema que merece atenção. Muitas vezes, esses indivíduos enfrentam um desafio duplo: a luta contra suas limitações e a incompreensão da sociedade, (Lisboa, 2020) Hortência diz: “Às vezes eu me sinto muito cansada, muito esgotada e me sinto no direito de estar na fila preferencial mas, muitas vezes eu sou olhada do tipo assim como assim? o que ela tem?”

Por não apresentarem sinais evidentes de sua condição, são frequentemente subestimados ou até mesmo desacreditados em suas dificuldades cotidianas. Esse estigma pode levar ao isolamento social, à discriminação e à dificuldade de acesso a oportunidades de trabalho e inclusão (Amiralian, et al., 2000).É possível perceber tal preocupação na seguinte fala de Hortência:

> "eu não quero me explicar, imagina é você sair que agora tem o girassol, e eu não me sinto confortável e não tenho sair com uma coisa dizendo que sou especial e que tenho uma doença para quem não sabe, é na verdade isso é meu é minha vida então tem umas coisas que são feitas e não são tão pensadas no paciente e será que o paciente quer expor isso o tempo todo? Por que não queria expor isso o tempo todo eu quero minimamente sair da minha casa e me sentir uma pessoa normal"

É fundamental promover uma maior conscientização e empatia, reconhecendo que as capacidades e limitações de uma pessoa vão muito além do que se pode ver à primeira vista, Hortência expressa essa

> "é muito difícil né o paciente quando recebe o diagnóstico ele não sabe como lidar, a família não sabe lidar, os amigos não sabem lidar ele sofre muito com isso por que ele tá sentindo aquela doença é visível para ele a olho nu ele se vê adoecendo ele se vê cansado ele se emocionalmente castigado mas, as pessoas não conseguem vê."

2.3 LINHA DE CUIDADO PARA O PACIENTE REUMÁTICO

O perfil do paciente com LES requer uma linha de cuidados a fim de garantir acessos a atendimentos médicos no acompanhamento constante do paciente diante dos altos e baixos que a condição crônica do LES ocasiona (Matta et al., 2018). A promoção de uma linha de cuidado tem por objetivo contribuir com a organização do cuidado nas esferas municipal, regional e macrorregional, uma vez que a demanda de acesso à saúde de pacientes reumáticos perpassa por todos os níveis de atenção à saúde. Hortência relata que essa ainda é uma dificuldade: "Eu sinto falta, não é um problema meu tá? Mas, assim, de maneira geral a falta é do entendimento Multidisciplinar na doença, ela começa isso no momento em que o paciente é diagnosticado, e isso não existe."

Tratando-se de uma doença crônica suscetível a diversos acometimentos sistêmicos, a pessoa com LES necessita ser assistido, a partir do seu diagnóstico, em circunstâncias emergenciais e periódicas no seu itinerário terapêutico. A ausência de orientação clara do serviço ofertado, de onde e como buscar esse suporte de saúde,

aumenta a desinformação e a possibilidade de remissão da doença, um desafio abordado na seguinte fala de Hortência:

> “Uma cultura para doenças autoimunes até pelos próprios médicos não sabem conduzir o paciente autoimune, ele não sabe se colocar ele como você está doente ou você é doente ou até mesmo ah você vai melhorar vamos correr atrás de uma remissão entendeu? que seria bom para todo mundo a remissão mas, como isso não é falado”

As demandas de atendimento do paciente reumático são voltadas à equipe multidisciplinar, dentre eles clínica médica, psicologia, fisioterapia e muitas vezes a atenção do serviço social, pois o LES causa uma desordem de diversas esferas e a demora deste atendimento compromete a qualidade de vida do paciente. Em sequência ao diagnóstico da doença torna-se uma desvantagem o processo de espera para o acesso e adesão ao tratamento (Edelmann,2000) como os medicamentos, acesso a especialistas e até mesmo a aquisição do protetor solar, responsável pela proteção da pele, item básico e necessário ao paciente com LES. A exemplo Hortência aborda um item básico e necessário ao paciente com LES:

> “Mas, assim, de maneira geral a falta é do entendimento Multidisciplinar na doença, ela começa isso no momento em que o paciente é diagnosticado, e isso não existe. Outra coisa que sinto muita falta, é que o paciente com Lúpus tem que viver vinte e quatro horas com o protetor solar não é pra não ter câncer de pele ou por ficar queimadinho, na verdade é pela doença. E até hoje o governo não consegue entender o protetor Solar não como cosmético e sim como remédio”

Em referência a linha de cuidados ao paciente reumatológico, é imprescindível a integralidade dos serviços e o fortalecimento da equipe multidisciplinar entre os níveis de atenção básica (Wagner et al., 2001). Já que esse paciente é crônico acometido em vários sistemas do corpo, requer um atendimento especializado, melhorando a continuidade e a adesão ao tratamento.

> “Então se ele tem um entendimento o que acontece com esse paciente em uma fila de espera para ser atendido ambulatorialmente? Nada. Ele fica na fila e vai demorar dois Anos para ser atendido pelo reumatologista, quando ele chegar lá ele está morto ou muito debilitado aí quando ele é Atendido pelo Reumatologista e ele fala “ ah você precisa ir em um nefrologista “ ele não Tem a prioridade e volta a fila e olha quanto tempo ele perde com isso sem contar a Fisioterapia, sem contar a nutricionista, sem contar o psicólogo assim o que deveria ser apresentado pra ele”

Na perspectiva de uma linha de cuidado, a atenção ao paciente com LES no primeiro momento é uma demanda urgente no processo terapêutico, e é de valor considerar a realidade biopsicossocial deste paciente a fim de garantir seu acesso ao tratamento (Castaneda,2019). Para tanto, incentivar as políticas que podem diminuir

barreiras práticas e financeiras, garantindo o acesso equitativo a todos (Starfield et. al.,2005).

> **“**Que eu descobrir e o que me fez dá uma virada de chave entender que eu não seria mais a mesma Karla mas, eu poderia me transformar em uma outra Karla e entender que não existia nenhuma lei ao meu favor nada, não existia literatura nenhuma que falasse sobre os direitos dos pacientes com lúpus ou o que eu sou ou onde me enquadro e aí eu comecei a lutar pelas leis federais, estaduais e municipais e me inteirar sobre isso. quando eu comecei me inteirar sobre isso muito poucas pessoas com lúpus”

A Resolução CIB 263/2024 - Bahia - foi aprovada no mês de junho, onde as Redes Regionais de Atenção à Saúde do estado da Bahia possam dar andamento à implantação da Linha do Cuidado à Pessoa com Doença Reumática e/ou com Fibromialgia quando tenta sistematizar os desafios por direitos aos pacientes de LES, assim como reforçar a conscientização do acompanhamento multidisciplinar, e traçar estratégias eficazes que contemplem a priorização na assistência à saúde desses pacientes com qualidade sem estar a mercê do sistema imposto.

> “Então a gente luta por essa prioridade, a gente luta para que eles sejam vistos como precisam ser eles são prioritários,eles não podem ficar esperando, eles não podem adoecer em uma fila por que disseram que aquele é o lugar que ele precisa ser vacinado”

É dado como direito a todos à saúde (Mendes, 2019) , sendo ofertado a melhor qualidade de vida do paciente mesmo após o diagnóstico ressignificando sua nova realidade, sendo incentivado a luta constante do paciente com LES por seus benefícios e a luta pela eficácia da saúde humana. É possível perceber a dificuldade de inclusão, que ocasiona a inibição de entendimento prioritário mesmo que seja uma paciente mais desenvolvido, pois a visibilidade da doença é subjetiva mas, é essencial o incentivo a conscientização para a relevância da doença observamos a seguinte fala de Hortência:

> “Mas, a gente vive em uma Sociedade desinformada Eu sempre falo uma sociedade informada, Salva vidas e uma Sociedade não informada ela mata pessoas” e ela não vai ter prioridade para a pessoa que necessita de prioridade, ela não vai olhar e por isso é tão importante as campanhas de conscientização tão importante falar sobre certos assuntos entendeu!? Sobre o limite de cada um para que as pessoas não tenham medo de falar dos seus limites e que possam entender melhor e conviver melhor com isso”

2.4 A LIMITAÇÃO INVISÍVEL CAUSADA PELA DOENÇA

A incapacidade funcional gerada pela dificuldade no desempenho de atividades diárias ou na impossibilidade de desempenhá-las (Rosa, et.al 2003) traz como consequencias a limitação invisível que precisa ser considerada pela sociedade com

um olhar de prioridade e reconhecimento diante dos seus direitos, não obstante por um aspecto invisível da doença mas, pelo entendimento da relevância da pessoa com LES, para a sociedade, desta forma, ser reconhecida em sua singularidade. Como todo ser humano a possibilidade de expor pensamentos que agregam a condição de saúde e buscam a qualidade de vida do paciente.

> "Mas a gente mora no Brasil onde todo mundo quer dar um jeitinho de passar mais rápido na fila e tal se a gente morasse em um país que houvesse uma construção social de que as pessoas precisam sim se beneficiar daquilo e que as deficiências não são, não precisa olhar para a pessoa e saber que ela tem deficiência, não precisa estar amputada, na cadeira de rodas, ou cega das duas vistas para ser deficiente, você pode ser um deficiente e aquilo não está exposto em você de alguma forma"

O LES é doença autoimune com indícios de sintomatologia invisível ocasionando redução de autonomia nas atividades diárias (Fernandes et al., 2019), desse modo a compreensão e aceitação do paciente e dos que rodeia é importante, para a ressignificação da forma de viver em meio as recidivas da doença, entendendo seus limites mas, não restringindo seus afazeres, pois o indivíduo não se considera um deficiente, apenas sendo momentaneamente limitado. Os aspectos incapacitantes do LES nos levam a analisar a presença de uma deficiência não visível, assim como compreender os aspectos do adoecer da pessoa com LES. O Projeto de Lei 1456/23, que está em processo de julgamento e aprovação final, preconiza que o LES deve ser equiparado às deficiências físicas e intelectuais, em todos os seus efeitos jurídicos. Este também é um instrumento valioso, inclusive para um maior entendimento sobre limitação funcional e incapacidade, que muitas vezes são negligenciadas como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei nº 13.146, de 2015 e afirmado Lei 14.624/23, que versa sobre as deficiências ocultas, que podem não ser percebidas de imediato. Estas legislações ainda necessitam de tempo e necessidade de maior conhecimento das pessoas, uma vez que percebemos por meio da seguinte fala de Hortência, que diz: "eu estou impossibilitada de ir para qualquer lugar é uma coisa muito ruim, mas eu não me coloco como uma pessoa deficiente, eu coloco como uma pessoa que tem limitações nesse momento''

Desta forma, podemos entender que, este estudo pode ser o início de uma maior consciência sobre os aspectos multifatoriais que podem levar a pessoa a apresentar restrições de impedimentos biopsicossociais que o impacto da doença sobre o cotidiano, sobre o entendimento da pessoa sobre a doença e o papel da sociedade

neste processo. Fato evidenciado por alguns momentos contraditórios da entrevista de Hortência:

> “Mas, aí você vai aprendendo esses mecanismos e eu também não vou julgar uma pessoa que tem as mesmas coisas do que eu, e que te responda eu me entendo deficiente porque para cada um tem a vida é de um jeito… então é a deficiência está muito ligada ao momento de vida que você está vivendo aquilo que você é obrigado a fazer por que se eu tivesse um trabalho que tivesse que mexer com meu físico talvez eu não te respondesse isso e dissesse eu sou deficiente, eu não posso trabalhar com o que eu trabalho entendeu e talvez se eu vivesse em uma outra vida eu te responderia de uma outra forma mas, para mim não me cabe… e a partir dali não vou ser mais a mesma pessoa entendeu mas eu posso sim viver, segurar uma bandeira e lutar, me colocar em uma nova posição entendeu e chegar sei que não é fácil, é difícil entendeu mas, eu consegui, eu fiz por onde chegar obviamente eu tenho meus altos e baixos”

A saúde e o bem estar global envolvem componentes de interação entre o indivíduo, a tarefa e o ambiente onde existe uma interrelação da pessoa como um todo, vivendo com seus recursos, bem como deficiências físicas, comportamentais, sociais e ambiente político em que vive. (Talo et al., 2016). A manifestação da doença interfere no cotidiano de pessoas com LES. O curso de uma doença multissistêmica implica em amplas manifestações e diferentes significados da doença entre os pacientes com LES, uma vez que apresenta caráter indiscriminante, podendo deixar as pessoas confusas. (Matje et al., 2006). Este é um dos principais motivos de confundimento e dificuldade de aceitação da doença.

As vantagens encontradas durante a elaboração deste estudo foram o aprofundamento sobre o conhecimento individual e subjetivo dos aspectos inerentes a interrelação entre o LES, as repercussões biopsicossociais da doença de uma pessoa, assim como aceitação dos impactos funcionais apresentados. Ele é rápido e acessível quanto às informações coletadas e referências. Nas limitações observa-se a impossibilidade de generalização dos achados encontrados.

3 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A limitação funcional e qualidade de vida da pessoa com LES estão diretamente associados a conceitos e a um conhecimento mais amplo sobre seus conceitos, a progressão da doença e seu impacto no cotidiano. Outro fator limitante que foi encontrado diz respeito às limitações funcionais apresentadas, uma vez que são desconhecidos direitos e o funcionamento adequado do corpo. Isto levou a algumas contradições que pode ser algo comum entre os pacientes, mas, como são conceitos

que perpassam a subjetividade do ser, assim como a apreensão de significados sobre o adoecer, podem trazer repercussões negativas, e inclusive o negligenciamento destes impedimentos para uma maior aceitação pelos outros. Novos estudos devem ser realizados pensando em uma generalização sobre as limitações funcionais nas doenças crônicas, inclusive para um melhor entendimento dos direitos fundamentais que muitas vezes são cessados com o advento da doença.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Maria LT; PINTO,Elizabeth B; GHIRARDI,Maria IG; LICHTIG, Ida; MASINI, Elcie FS e PASQUALI Luiz. Conceituando deficiência, DS, Rev Saúde Pública, São Paulo 2000;34(1):97-3

BARCELOS, H.O.; LIMA, P.C.; SOUZA, S.F.; ALVES, S.C. A influência do Exercício Físico em Pacientes com Lúpus Eritematoso Sistêmico. São Paulo SP, v.12, n.1, p. 74-93, jan/2022

CARNEIRO, Janaina Zemniczak; MAZAROTTO, Edson José; GREGÓRIO, Paulo César; Luciana Gibbert. Lúpus Eritematoso Sistêmico: Um estudo de caso, 2023.

CASTANEDA, Luciana. O Cuidado em Saúde e o Modelo Biopsicossocial: aprender para agir. CODAS [online]. 2019, v. 31, n. 5

COCCHIARELLA, L.; Andersson, G. et al Guides, A Avaliação da Incapacidade, Revista Brasileira de Reumatologia; Agosto 2011.

D'ANTINO, M. E. F. Deficiência e a mensagem reveladora da instituição especializada: dimensões imagética e textual. 2001. Tese (Doutorado em Psicologia)-Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

EDELMANN, R. J. (2000). Chronic illness. In *Psychosocial aspects of the health care process* (pp. 169-186). Londres: Prentice Hall.

FERNANDES, Carla Magnólia Jácome; HENRIQUES, Hugo Limeira; SOARES, Júlia Dutra;CABRAL, Kênia de Oliveira; BEZERRA, Rebeca Alves. Prevalência dos casos de lúpus eritematoso sistêmico no Nordeste. Revista InterScience, v. 7. n. 2. p. 80-97.30 dez. 2019.

FREITAS, Priscila, OENNING, Bianca Inácio 2; Cordão De Girassol E A Visibilidade Aos Invisíveis: A Importância Do Reconhecimento Das Pessoas Com Deficiências Ocultas Como Sujeitos De Direito No Estado Brasileiro, Universidade de Santa Catarina Sul, 2022

LISBOA, Maria Fabiana de Lima Santos, A DEFICIÊNCIA E O PRECONCEITO: UMA VISÃO HISTÓRICA E ATUAL SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA, Cadernos da Fucamp, v.19, n.42, p.35-47, Maceió- AL, 2020.

LOPES, Tenildo. Fadiga e Capacidade Funcional em Pacientes com Lúpus Eritematoso Sistêmico, Prevalência e Fatores Associados. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

LUIZA, Vera Lucia.Fontes de obtenção de medicamentos por pacientes diagnosticados com doenças crônicas, usuários do Sistema Único de Saúde. Cadernos de Saúde Pública. 2018, v. 34.

MATTA, Samara Ramalho; BERTOLDI, Andréa Dâmaso; EMMERICK, Isabel Cristina Martins; FONTANELLA, Andréia Turmina; COSTA, Karen Sarmento;

MATTJE GD, Turato ER., Experiências de vida com lupus eritematoso sistêmico como relatadas na perspectiva de pacientes ambulatoriais no brasil: um estudo clínico-qualitativo. Rev Latino-am Enfermagem 2006 julho-agosto;

MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional / Gilmar Ferreira Mendes,

Paulo Gustavo Gonet Branco. – 14. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

RIBEIRO DS, Galvão V, Fernandes JL, et al. Magnetic resonance imaging of Jaccoud's arthropathy in systemic lupus erythematosus. Joint Bone Spine. 2011;77:241-5.

ROSA, TEC, Benício MHD, Latorre MRDO, Ramos LR. Fatores Determinantes da Capacidade Funcional entre Idosos. *Rev. Saúde Pública* 2003; 37(1):40-48.

STARFIELD B, Lemke KW, Herbert R, Pavlovich WD, Anderson G. Comorbidade e o uso de cuidados primários e cuidados especializados em idosos. Annals of Family Medicine. 2005a no prelo.

TALO, Seija A.; Rytökoski, Ulla M.. BPS-ICF model, a tool to measure biopsychosocial functioning and disability within ICF concepts: theory and practice updated. International Journal of Rehabilitation Research: March 2016 - Volume 39 - Issue 1

RACISMO INSTITUCIONAL NA SAÚDE: REFLEXÕES A PARTIR DO CASO DE UMA ENFERMEIRA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Michelly Bezerra dos Santos Rabelo[1]

Ana Maria Fernandes Pitta [2]

RESUMO

O presente ensaio analisa o racismo institucional contra profissionais negros na área da saúde, a partir do caso amplamente divulgado pela CNN Brasil em 2022, no qual a enfermeira Laura Cristina Cardoso relatou ter sido vítima de racismo durante o exercício de sua função como socorrista do SAMU. Este episódio, somado a outros depoimentos semelhantes, ilustra como práticas discriminatórias ainda estruturam o ambiente de trabalho no setor da saúde, mesmo diante de marcos legais como o Estatuto da Igualdade Racial. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e fundamenta-se na análise de documentos jornalísticos e acadêmicos, especialmente os textos de Nilma Lino Gomes (2005) e Nancy Fraser (2006). A partir da teoria da justiça de dois eixos de Fraser — redistribuição e reconhecimento —, discute-se como o racismo institucional no Brasil se insere em uma lógica que combina desigualdade econômica e desvalorização simbólica. Complementarmente, destaca-se a importância da construção de uma identidade negra positiva como resistência ao mito da democracia racial, que mascara a persistência de desigualdades históricas. A interseccionalidade também é abordada como agravante, sobretudo no caso de mulheres negras, que enfrentam múltiplas opressões no ambiente hospitalar, no exemplo citado. Conclui-se que o combate ao racismo institucional requer ações integradas de reconhecimento e redistribuição, que enfrentem tanto as estruturas econômicas excludentes quanto os mecanismos simbólicos que deslegitimam os sujeitos negros. A justiça social plena, nesse contexto, somente será possível com o enfrentamento articulado entre identidade, equidade e cidadania.

Palavras-chave: Racismo institucional. Saúde pública. Reconhecimento. Redistribuição. Identidade negra.

1 INTRODUÇÃO - RACISMO INSTITUCIONAL NA SAÚDE: O CASO DA CNN

No dia 26 de abril de 2022, a revista CNN Brasil divulgou na sua página na internet uma reportagem sobre o caso da enferemeira Laura Cristina Cardoso, socorrista do SAMU, da cidade de São Paulo, que sofreu um episódio de racismo durante a realização do seu trabalho a um paciente que sofreu um Acidente Vascular Encefálico. A enfermeira relata que presenciou a seguinte fala: “Entro no quarto onde

1 Doutoranda do Programa de Políticas sociais e cidadania da UCSAL - Salvador (BRASIL). michelly.rabelo@ucsal.edu.br

2 Doutora em Medicina Preventiva/Saúde Mental pelo Departamento de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo.Docente do Programa de doutorado Políticas sociais e cidadania da UCSAL – Salvador (Brasil). ana.pitta@pro.ucsal.br

está a vítima e uma senhora que meio desesperada grita: 'E agora, filho? Ela é negra". No que ele respondeu: "Tudo bem, mamãe. Ela está usando luvas". "A vítima foi devidamente atendida pelas minhas mãos negras enluvadas e deixada aos cuidados do hospital privado que a família preferiu".

Segundo a reportagem, diversos profissionais negros da área da saúde relatam episódios de racismo que vão desde atitudes hostis e deslegitimação de suas competências até ofensas verbais. Essas ocorrências evidenciam o racismo institucional, um fenômeno que, segundo a autora Nilma Lino Gomes (2005), manifesta-se tanto de forma direta quanto indireta, estruturando desigualdades nos espaços laborais, educacionais e políticos.

A despeito de avanços legais, como a Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), a estrutura das instituições de saúde brasileiras ainda reproduz práticas discriminatórias. Isso se reflete na sub-representação de pessoas negras em cargos de liderança, na negligência diante de denúncias de racismo e na ausência de protocolos específicos de enfrentamento a essas violências.

O racismo estrutural e institucional persiste como um dos principais desafios à consolidação de uma sociedade democrática no Brasil. Este episódio noticiado pela CNN Brasil (2022) expôs mais uma vez a face perversa dessa realidade: profissionais de saúde negros que relatam episódios recorrentes de racismo por parte de colegas e pacientes em instituições públicas e privadas do país. Diante disso, este ensaio se propõe a discutir por que o Brasil continua a reproduzir práticas racistas contra profissionais negros da saúde, mesmo com os avanços legislativos e discursivos em prol da igualdade racial.

O tema é relevante não apenas pelo caráter de denúncia, mas também pela urgência em se refletir sobre os mecanismos sociais que sustentam o racismo institucional. A presença de discriminação no setor da saúde compromete diretamente o acesso, a dignidade e a qualidade da atenção, não apenas para os usuários, mas também para os trabalhadores negros desse sistema. Então, levantamos o seguinte questionamento: Por que o racismo institucional continua a se manifestar no sistema de saúde brasileiro, mesmo diante de um discurso oficial de igualdade e de políticas públicas voltadas à diversidade?

O objetivo principal deste ensaio foi analisar os fatores que perpetuam o racismo institucional contra profissionais negros na saúde, mobilizando o caso jornalístico citado e autores como Nilma Lino Gomes e Nancy Fraser, a fim de refletir sobre os limites das estratégias de reconhecimento e redistribuição no combate à desigualdade racial.

2 METODOLOGIA - REFLEXÕES A PARTIR DE UM CASO RECENTE E BASES TEÓRICAS DA DISCIPLINA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, AÇÕES AFIRMATIVAS E CIDADANIA (UCSAL -BA)

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com base em análise documental e bibliográfica, a partir de dois artigos científicos — “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil” (GOMES, 2005) e “Da redistribuição ao reconhecimento” (FRASER, 2006) — e na reportagem de 2022 da CNN Brasil.

3 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

3.1 RECONHECIMENTO, REDISTRIBUIÇÃO E JUSTIÇA: DILEMAS CONTEMPORÂNEOS

Nancy Fraser (2006) aponta que as lutas por justiça podem ser compreendidas a partir de dois eixos principais: redistribuição (relacionada à justiça socioeconômica) e reconhecimento (ligada ao respeito e valorização das identidades). No caso brasileiro, o debate sobre racismo institucional na saúde atravessa ambos os eixos: trata-se tanto de uma questão de redistribuição de oportunidades e recursos quanto de reconhecimento simbólico dos sujeitos negros como legítimos e competentes.

Para Fraser, estratégias exclusivas de reconhecimento podem correr o risco do processo da identidade ser considerada algo fixo, essencial e imutável e desconsiderarem as causas estruturais das desigualdades. Já estratégias exclusivamente redistributivas podem ignorar a importância da dignidade e do pertencimento simbólico. Portanto, combater o racismo na saúde exige políticas integradas que abarquem os dois campos, combatendo tanto a exclusão econômica quanto a desvalorização simbólica.

3.2 IDENTIDADE NEGRA, RACISMO ESTRUTURAL E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Segundo Gomes (2005), o racismo brasileiro é caracterizado por uma ambiguidade estrutural: enquanto a sociedade afirma não ser racista, reproduz práticas e discursos de exclusão e subalternização. Esse racismo camuflado é reforçado pelo mito da democracia racial, que mascara a violência simbólica e material sofrida por negros e negras, porém para estes e estas, o racismo é concretizado todos os dias, através dos diversos insultos e formas de tratamento racistas que realizamos diariamente.

A reportagem da CNN aponta através do depoimento da professora Silvia Maria Santiago, da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em que diz: “Enquanto as vidas tiverem diferentes valores na sociedade, nós vamos ter sempre o racismo presente". "Nós temos na sociedade brasileira ainda uma identificação do negro como um humano não tão humano quanto o branco. Existe uma diferenciação de valor da vida de um e de outro de uma sociedade que não aceita a diversidade".

Nesse contexto, a construção de uma identidade negra positiva é um ato político fundamental. Gomes (2005) destaca que a identidade negra, por ser socialmente construída, é constantemente ameaçada pelas práticas institucionais e sociais que a deslegitimam. No ambiente hospitalar, por exemplo, médicos e enfermeiros negros frequentemente precisam reafirmar sua autoridade diante de pacientes e colegas que os associam, de forma preconceituosa, à subalternidade. Na entrevista da CNN, a enfermeira Laura, afirmou ter vivenciado casos de racismo em todas as funções que desempenhou como profissional de saúde.

3.3 INTERSECCIONALIDADE E OS IMPACTOS NO CUIDADO EM SAÚDE

O racismo institucional se agrava quando interseccionado com outras formas de opressão, como o sexismo e o classismo. Mulheres negras na saúde, por exemplo, enfrentam duplas ou triplas jornadas de opressão — não apenas são vistas como menos capazes, mas também têm sua autoridade questionada de forma recorrente. Isso compromete não só seu bem-estar, mas também a qualidade do cuidado oferecido aos pacientes, já que os ambientes de trabalho tornam-se inseguros e hostis. Essa interseccionalidade reforça a necessidade de políticas públicas que considerem a pluralidade das experiências de discriminação. Como Fraser sugere, somente ao

integrar reconhecimento e redistribuição será possível oferecer justiça real aos sujeitos socialmente marginalizados.

3.4 DISCUSSÃO DO RACISMO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Na matéria da CNN, aponta que, em 2017, a Unicamp adotou um sistema de cotas étnico raciais que reserva 25% das vagas disponíveis para candidatos autodeclarados pretos e pardos. Esta medida tem provocado mudanças no perfil dos estudantes da instituição, em especial no curso de medicina, que passou a contar com mais alunos pretos. Nas aulas, já é possível detectar, que disciplinas que tendem a priorizar bases teóricas e realidades européias, precisam se readaptar a incluir os marcadores sociais raça/etnia, por exemplo, e discutir patologias e realidades voltadas as populações vulnerabilizadas.

Iniciativas de programas na graduação, promovidas de forma intersetorial, como o PET-saúde, são fundamentais para fomentar a pauta do racismo na formação em saúde. Em 2024, a Secretaria de Gestão do trabalho e educação na saúde (SGTES - MS) lançou o PET-saúde Equidade, com o objetivo de debater a valorização dos profissionais do SUS a partir das iniquidades de raça, etnia, gênero, identidade de gênero e deficiência. Cerca de 150 projetos foram aprovados nas Instituições de ensino públicas e filantrópicas sem fins lucrativos em parceria com secretarias municipais e estaduais de saúde para desenvolver ações de interação ensino, serviço e comunidade sobre a temática de reduzir opressões e discriminações no trabalho em saúde no SUS.

Com base no Programa nacional de Equidade de gênero e raça no âmbito do SUS (2023), estes projetos promovem o exercício de destacar e valorizar as trabalhadoras e futuras trabalhadoras do sistema de saúde, enfatizando a equidade de gênero, identidade de gênero, raça, etnia, sexualidade e deficiências, contribuindo para o fortalecimento de protagonismo das mulheres, cujo contingente é bem expressivo no trabalho em saúde.

A educação permanente em saúde que orienta projetos como o PET-saúde traz a importância de formar competências profissionais para assistência resolutiva no SUS. Como este objetivo, colabora com as Redes de Atenção à Saúde, ao avançar na qualidade da assistência por meio da formação profissional, através da transformação

no serviço, num processo de reflexão, problematização e construção coletiva dos desafios no trabalho (LARANJA, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso relatado pela CNN Brasil revela que o racismo institucional contra profissionais da saúde negros não é uma exceção, mas uma manifestação estrutural que exige respostas contundentes. A partir das reflexões de Nilma Lino Gomes e Nancy Fraser, torna-se evidente que políticas de enfrentamento ao racismo devem atuar tanto no plano simbólico quanto no material, ou seja, é fundamental valorizar a identidade negra e ao mesmo tempo garantir igualdade de acesso a recursos, cargos e oportunidades.

Somente ao reconhecer que o racismo é um fenômeno estrutural, e ao articular estratégias de redistribuição e reconhecimento, será possível construir instituições de saúde verdadeiramente democráticas e antirracistas. A luta contra o racismo institucional é, portanto, uma luta pela justiça em todas as suas dimensões.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 21 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.357, de 16 de outubro de 2023. Institui o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) – Equidade, para o biênio 2023–2025. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 199, p. 83, 17 out. 2023. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.357-de-16-de-outubro-de-2023-514267926. Acesso em: 19 jun. 2025.

CNN BRASIL. Por que o Brasil ainda reproduz episódios de racismo contra profissionais de saúde? CNN Brasil, São Paulo, 26 abr. 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/por-que o-brasil-ainda-reproduz-episodios-de-racismo-contra-profissionais-de-saude/. Acesso em: 19 jun. 2025.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós socialista”. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 13, p. 15–42, 2005. Disponível em: https://revistas.fflch.usp.br/cadernosdecampo/article/view/1677. Acesso em: 19 jun. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações

raciais no Brasil: uma breve discussão. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.14, n. 23, p. 25–34, jul./dez. 2005. Disponível em:

https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/1112. Acesso em: 19 jun. 2025.

LARANJA, Mirza R. A. A implementação da política nacional de educação permanente em saúde no município de São Paulo. Curso de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Públicas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

RISCOS DE QUEDAS EM IDOSAS RESIDENTES EM UM CONVENTO NA CIDADE DE SALVADOR-BA

Yamana Dias de Matos

Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas

RESUMO

Introdução: O processo natural de envelhecimento ocorre de forma gradativa ao longo dos anos e maiores dificuldades de saúde são observadas quando o envelhecer resulta em elevados níveis de declínio funcional (DF). A vulnerabilidade causada pelo DF está relacionada às modificações fisiológicas, fatores sociodemográficos, limitações à autonomia e à independência da pessoa idosa. Objetivo: Mapear os possíveis riscos de quedas de idosas residentes em um Convento na cidade de Salvador-Ba. Método: Estudo quantitativo descritivo, transversal realizado entre novembro de 2024 a setembro de 2025. Foram incluídas freiras com idade igual ou superior a 70 anos, que integram o programa de Estágio de Fisioterapia da Universidade Católica do Salvador. Os instrumentos de coleta compreenderam o teste Timed Up and Go (TUG) e o Teste de Alcance Funcional Anterior (TAF) Resultados: Participaram deste estudo 22 freiras com média de idade de 84 anos, com idade mínima de 73 anos e a máxima de 98, sendo que a maioria destas relatou quedas recorrentes. Todas apresentaram comorbidades, entre as mais frequentes estão a hipertensão arterial sistêmica e osteoporose. Foi observado que 18% apresentam risco de queda grave e 18% demonstraram déficit funcional. Considerações Finais: As limitações funcionais observadas entre as idosas institucionalizadas neste estudo evidenciam um cenário de vulnerabilidade marcado por risco aumentado de quedas, declínio cognitivo e dificuldade de execução motora. Diante desse panorama, o conhecimento do perfil funcional poderá subsidiar práticas assistenciais, orientar políticas públicas e fortalecer ações preventivas voltadas à promoção da autonomia e à melhoria da qualidade de vida na velhice.

Palavras-chave: Idosas. Funcionalidade. Queda.

ABSTRACT

Introduction: The natural aging process occurs gradually over the years, and greater health difficulties are observed when aging results in high levels of functional decline (FD). The vulnerability caused by FD is associated with physiological changes, sociodemographic factors, and limitations to autonomy and independence in older adults. Objective: To map the potential risks of falls among elderly women residing in a convent in the city of Salvador, Bahia. Method: A descriptive, cross-sectional, quantitative study conducted between November 2024 and September 2025. The sample included nuns aged 70 years or older, enrolled in the Physical Therapy Internship Program of the Catholic University of Salvador. Data collection instruments included the Timed Up and Go (TUG) test and the Functional Reach Test (FRT). Results: A total of 22 nuns participated in this study, with a mean age of 84 years. Most reported recurrent falls. All presented comorbidities, the most frequent being systemic arterial hypertension and osteoporosis. It was observed that 18% presented a high risk of falls, and 18% demonstrated functional impairment. Conclusions: The functional limitations identified among the institutionalized elderly women in this study highlight a scenario of vulnerability, characterized by an increased risk of falls, cognitive decline, and motor performance difficulties. In this context, knowledge of the functional profile may support care practices, guide

public policies, and strengthen preventive actions aimed at promoting autonomy and improving quality of life in old age.

Keywords: Elderly Woman, Functional Ability, Fall Risk.

1 INTRODUÇÃO

Seguindo o padrão de outras síndromes geriátricas, as quedas costumam ser consequências de um desequilíbrio entre perdas em múltiplos sistemas que incluem alterações fisiológicas relacionadas ao envelhecimento suficientemente graves para comprometer as habilidades de compreensão e funcionalidade do indivíduo. (TAGUCHI, et al., 2022) São eventos frequentes entre os indivíduos idosos e representam um problema de saúde significativo que pode ocasionar lesões graves, perda da independência e até mesmo a mortalidade. (CANÇADO; 2013)

Fatores como idade, saúde e o ambiente em que vivem podem influenciar na ocorrência de quedas em idosos, e 30% a 40% deles sofrem ao menos uma queda ao ano. (CADORE et al., 2013) Outros aspectos associados envolvem condições próprias do indivíduo como perda do controle postural, diminuição de processamento do Sistema Nervoso Central ou diminuição da resposta motora. Esses elementos juntos, podem causar grandes impactos nas atividades de vida diária (AVD's) (LANA et al., 2021) índice que se eleva em instituições de longa permanência e com o avanço da idade, principalmente em indivíduos acima de 80 anos. (KOMISAR et al., 2022)

Os grandes impactos causados pelas quedas na vida dos idosos não abrangem somente os aspectos físicos, como também os psicológicos. (GASPAROTTO et al., 2014) O predomínio de fraturas ou lesões, após o ocorrido, leva ao medo de cair novamente e consequentemente o abandono de atividades, modificação de hábitos, imobilidade, dor crônica e limitações funcionais como a perda de equilíbrio e instabilidade. (LUCENTEFORTE et al., 2017)

A instabilidade ou perda de equilíbrio é definida quando o centro de massa do corpo se estende além de sua base de suporte, e pode estar associado ao déficit de força muscular, especialmente nos membros inferiores, considerado um alto fator de suscetibilidade a quedas. (MENESES et al., 2012) Além disso, o controle postural pode ser definido como processo pelo qual o sistema nervoso central provoca padrões de

atividade muscular necessários para coordenar a relação entre o centro de massa e a base de suporte, essenciais para a prevenção das quedas. (THOMAS et al., 2019)

Envelhecer com qualidade exige medidas proativas que fortalecem a autonomia e reduzem os riscos associados aos declínios decorrentes da idade. Neste sentido, é importante mensurar possíveis déficits funcionais que incluem perda de equilíbrio, alterações na marcha e diminuição do grau de força no sentido de promover autonomia, independência e qualidade de vida das idosas que ali residem. Para tanto, este estudo apresenta como objetivo rastrear o risco de quedas de idosas residentes em um Convento na cidade de Salvador-Ba, e assim, mensurar possíveis déficits funcionais que incluem perda de equilíbrio, alterações na marcha e diminuição do grau de força. Ademais, promover autonomia, independência e qualidade de vida das idosas que ali residem.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de um estudo quantitativo, descritivo, de corte transversal realizado com Freiras residentes na Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC), na cidade do Salvador-Ba, entre os meses de novembro de 2024 a setembro de 2025.

Para a realização dessa pesquisa, foram incluídas 22 freiras com idade igual ou superior a 70 anos, que residam na Congregação e participem do programa de fisioterapia da Universidade Católica do Salvador. Foram excluídas as freiras que não faziam parte do programa, as que se negaram a participar do estudo ou as que porventura desistiram de participar da pesquisa. Quanto aos instrumentos de coleta foram selecionados o teste Timed Up and Go (TUG), o Teste de Alcance Funcional Anterior (TAF).

Para informações sobre a mobilidade funcional e o tempo percorrido no percurso, utilizou-se o Teste Timed Up and Go (TUG), válido para identificar aqueles com maior risco de quedas no ambiente compartilhado. A classificação desse teste é baseada no tempo que o indivíduo gasta para se levantar, andar três metros, se virar em 180°, caminhar de volta à cadeira e sentar-se novamente. O ponto de corte para definir o risco é de maior ou igual a 13,5 segundos, abaixo disso, se enquadra em um bom desempenho funcional. (DE CARVALHO, 2022)

O Teste de Alcance Funcional (TAF), por sua vez, foi utilizado como avaliação do equilíbrio dinâmico e mobilidade, além de ser uma ferramenta importante para caracterizar alterações no controle postural dos idosos. A análise consiste na distância em que a pessoa consegue alcançar ao estender um braço em frente, mantendo uma base fixa. O resultado é representado pela média de três tentativas, e caso o deslocamento seja inferior a 15cm, indicam fragilidade do paciente. (ROSA, 2019)

A coleta de dados ocorreu na própria Congregação, com frequência de uma vez por semana, durante duas semanas, no turno matutino. A coleta teve início mediante aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) envolvendo seres humanos de acordo com a Resolução 466/12, assim como as assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelo participante da pesquisa ou responsável e Declaração de Anuência por parte da Congregação. Além disso, esta pesquisa faz parte de um estudo maior intitulado “Perfil Clínico e Funcional de Idosas Residentes em um Convento na Cidade de Salvador“ aprovado pelo CEP sob número CAEE 79597024.0.0000.5628.

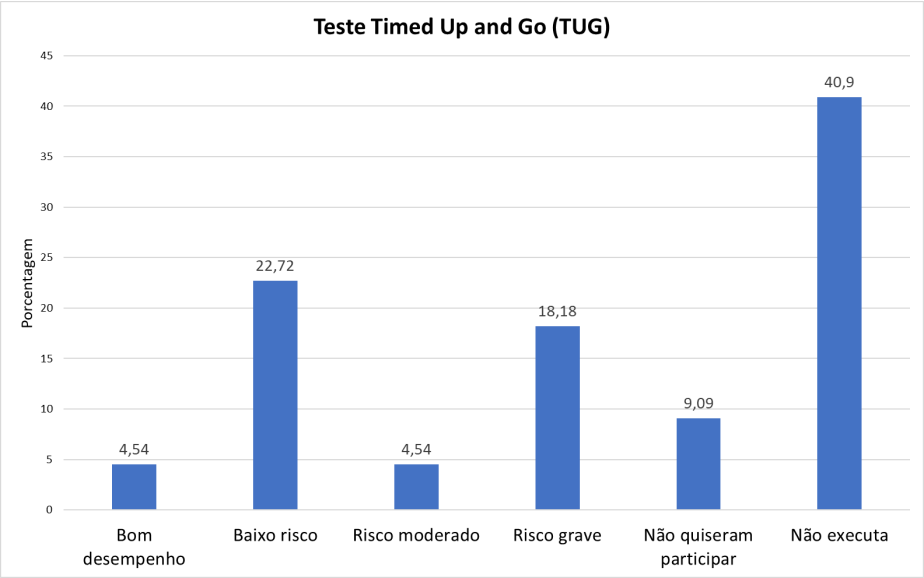
O banco de dados foi criado no Excel ® e as variáveis foram analisadas pelo software R.v3.1.3. Baseou-se no valor de pontos de cada escala utilizada e as informações obtidas através do questionário sócio-demográfico. Assim, foi efetuada uma análise descritiva (frequência absoluta/relativa, média aritmética/desvio padrão) com a finalidade de identificar características gerais e específicas da amostra estudada. Os resultados foram apresentados em forma de tabelas e gráficos para melhor entendimento.

3 RESULTADOS

Participaram deste estudo 22 freiras, com média de idade de 84 anos (variando entre 73 e 98 anos), sendo frequentes os relatos de quedas recorrentes.

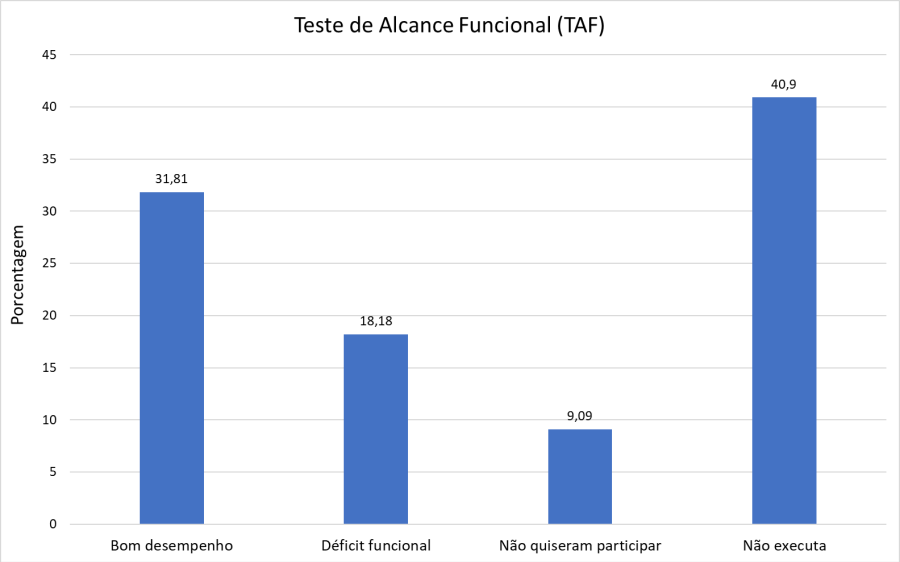
A avaliação da mobilidade funcional foi realizada por meio do teste Timed Up and Go (TUG), cujos resultados indicaram que 4,5% das participantes apresentaram bom desempenho, 22,7% foram classificadas com baixo risco de quedas, 4,5% com risco moderado e 18,18% com risco grave. Além disso, 9,09% optaram por não participar da avaliação e 40,9% não conseguiram realizar o teste conforme gráfico 1.

Gráfico 1: Distribuição das participantes segundo o desempenho funcional no Teste Timed Up and Go (TUG), com frequências absolutas e percentuais (n = 22). Salvador, BA, Brasil, 2025.



Os dados obtidos apontam para uma prevalência significativa de limitação funcional entre as participantes, o que corrobora os relatos prévios de quedas recorrentes e reforça a importância de intervenções preventivas voltadas à promoção da mobilidade e da segurança funcional nesse grupo populacional. Já o Teste de Alcance Funcional (TAF) foi utilizado para avaliar o controle postural e a estabilidade funcional das participantes. Dentre as idosas avaliadas, 31,81% apresentaram bom desempenho, evidenciando alcance funcional adequado. Por outro lado, 18,18% demonstraram déficit funcional, sugerindo comprometimento no equilíbrio e na capacidade de realizar ajustes posturais. (Gráfico 2)

Gráfico 2: Classificação do desempenho postural no Teste de Alcance Funcional (TAF), com frequências absolutas e percentuais (n = 22). Salvador, BA, Brasil, 2025.



Os resultados evidenciam uma expressiva limitação do controle postural entre as idosas, o que pode impactar diretamente na realização de AVD's e na manutenção da autonomia funcional. Isso torna ainda mais relevante a implementação de estratégias específicas de reabilitação e fortalecimento postural neste grupo.

4 DISCUSSÃO

As quedas representam um dos principais desafios à saúde da população idosa, por estarem frequentemente associadas a desfechos graves, como fraturas, perda da independência funcional e aumento da mortalidade (PILLAY et al., 2024). Essa maior vulnerabilidade está relacionada ao acúmulo de alterações fisiológicas e funcionais decorrentes do processo de envelhecimento, que afetam negativamente o equilíbrio, a mobilidade e a capacidade de resposta postural (WANG et al., 2024). Estima-se que entre 30% e 40% dos idosos sofram ao menos uma queda por ano, risco esse ainda mais elevado entre aqueles institucionalizados, devido à maior fragilidade física, à presença de comorbidades múltiplas e à redução da autonomia (CADORE, 2016).

A aplicação conjunta do TUG e TAF permitiu uma avaliação abrangente das capacidades funcionais, que abrange aspectos da mobilidade, velocidade e controle postural, o que é essencial para a identificação de indivíduos com risco aumentado de quedas. O TUG é um teste validado e amplamente utilizado, que avalia a mobilidade funcional de forma prática e rápida, porém apresenta limitações na captura de aspectos específicos do equilíbrio, especialmente em relação às variáveis estáticas e dinâmicas mais complexas (HONVO et al., 2023). Por sua vez, o TAF avalia o alcance funcional e o controle postural do tronco, porém sua aplicação pode ser limitada em indivíduos com maior comprometimento motor (ROSA et al., 2019), como observado na elevada taxa de não execução na presente análise.

Estudos conduzidos por Shumway-Cook e Woollacott demonstraram uma concordância de até 90% entre os resultados do teste TUG e da Escala de Equilíbrio de Berg (EEB) na identificação do risco de quedas. (SHUMWAY-COOK et al., 2000) Nessas análises, 40% dos idosos completaram o TUG em até 10 segundos e 27% entre 11 e 20 segundos, intervalos considerados como indicativos de mobilidade preservada ou de risco leve a moderado. A elevada proporção de participantes com desempenho satisfatório em ambos os testes foi interpretada como sinal de boa estabilidade postural e baixo risco de quedas.

Por outro lado, os resultados do presente estudo contrastam significativamente com os achados de Shumway-Cook e Woollacott. Apenas 4,54% das idosas apresentaram bom desempenho no TUG, enquanto 18,18% foram classificadas com risco grave de quedas. Além disso, 40,90% não conseguiram realizar o teste e 9,09% recusaram-se a participar. Esses dados revelam um perfil funcional bastante comprometido, o que pode estar diretamente relacionado à composição da amostra, formada por idosas institucionalizadas, com maior grau de fragilidade física e histórico de quedas recorrentes. As diferenças nos critérios amostrais e nas condições clínicas das participantes possivelmente explicam as discrepâncias entre os estudos.

O Teste de Alcance Funcional complementa essa análise ao avaliar o controle postural estático e dinâmico do tronco, componente essencial para a manutenção do equilíbrio. Neste estudo, 40,90% das participantes não executaram o TAF, enquanto 18,18% apresentaram déficit funcional. Estes achados apontam para uma fragilidade no sistema neuromuscular e sensorimotor, alinhada com pesquisas que demonstram o

impacto do declínio da propriocepção e força muscular na estabilidade postural e no risco de quedas em idosos (YAMAZAKI, et al., 2024).

Resultados semelhantes foram observados no estudo de DUNCAN et al., (1992), que avaliou 252 idosos do sexo masculino, com idade mínima de 70 anos, e identificou que 69% apresentaram baixo desempenho no Teste de Alcance Funcional (TAF). Apesar da diferença no perfil amostral composto exclusivamente por homens no estudo de Duncan et al. e por mulheres na presente pesquisa, a semelhança dos resultados sugere que as limitações funcionais identificadas no TAF não diferem significativamente entre os sexos. Isso reforça a interpretação de que o baixo desempenho nesse teste reflete o declínio funcional comum entre idosos institucionalizados, independentemente do sexo. Além disso, o estudo demonstrou que a relação entre baixo desempenho e risco de quedas não sofreu influência de fatores como idade, cognição ou sintomas depressivos, o que destaca a validade do TAF como um instrumento preditivo confiável, mesmo quando utilizado isoladamente.

A análise do grau de dependência funcional, realizada no estudo maior intitulado “Perfil Clínico e Funcional de Idosas Residentes em um Convento na Cidade de Salvador“ confirmou que, mesmo com variações conforme a faixa etária, todas as participantes apresentaram algum nível de comprometimento, com predomínio de dependência severa entre as idosas mais velhas. Esse resultado reforça os achados de CUNHA et al., (2009), que destaca a dependência funcional como um fenômeno multifatorial e progressivo, com impacto direto na independência e nos cuidados de vida diária.

Portanto, o comprometimento funcional observado neste grupo está frequentemente associado à presença de dor crônica, que restringe os movimentos e favorece o desenvolvimento de quadros de cinesiofobia. Essa condição contribui diretamente para um ciclo de descondicionamento físico, caracterizado por atrofia muscular, rigidez articular e redução da mobilidade (LOZANO-MECA et al., 2024). Nesta pesquisa, foi identificado que parte das idosas encontrava-se acamada ou passava longos períodos em repouso no leito, o que agrava ainda mais a limitação funcional e prejudica o desempenho em testes de mobilidade.

Assim, observou-se uma relação direta entre a limitação da autonomia e o comprometimento cognitivo. O estudo de PEREIRA et al., (2020), realizado com 818 idosos, dos quais 65,9% apresentaram déficit cognitivo, observou uma maior

prevalência desse déficit entre os indivíduos mais velhos. Além disso, o estudo reforçou a associação entre o declínio funcional e os déficits cognitivos, destacando uma forte correlação, especialmente em idosos acamados. O isolamento social, a ausência de estímulos mentais e a inatividade física contribuem para a deterioração das funções cognitivas, como memória, atenção e linguagem, impactando também no controle motor e na realização das atividades de vida diária.

Quanto às limitações do estudo, destaca-se o tamanho reduzido da amostra, restrita a uma única instituição, o que pode comprometer a generalização dos resultados para outras populações idosas. Somado a isso, a ausência de avaliações complementares, como a análise da força muscular e avaliações sensoriais, limita a compreensão integral dos fatores envolvidos no risco de quedas nesta população. Ainda, a condição de algumas participantes que optaram por não realizar os testes pode indicar dificuldades não captadas pelos instrumentos aplicados, o que sugere a necessidade de protocolos de avaliação mais flexíveis e multidimensionais.

Em contrapartida, a principal contribuição do estudo reside na utilização de testes funcionais simples, práticos e de baixo custo, que são viáveis para aplicação em ambientes institucionais e permitem a rápida identificação de idosos em situação de risco. Esses testes podem servir como ferramentas importantes para a triagem inicial e planejamento de intervenções fisioterapêuticas direcionadas, com foco na prevenção de quedas e na promoção da autonomia funcional (ZHOU, et al., 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação do perfil clínico e funcional das idosas institucionalizadas neste estudo evidenciou um cenário de elevada vulnerabilidade física e cognitiva, marcado por limitações na mobilidade, instabilidade postural, alto índice de déficit cognitivo e queixas de quedas recorrentes. A aplicação dos testes Timed Up and Go (TUG) e Teste de Alcance Funcional (TAF) revelou não apenas o comprometimento da capacidade funcional, mas também a dificuldade de execução motora em um número expressivo de participantes, o que indica um estágio avançado de declínio físico.

Desse modo, torna-se imprescindível a implementação de políticas de saúde voltadas à promoção da funcionalidade desde fases iniciais do envelhecimento, com foco na prevenção de quedas, no estímulo ao movimento e na manutenção da

autonomia. Uma abordagem multidisciplinar, que envolva profissionais de saúde, familiares e cuidadores, é essencial para desenvolver estratégias personalizadas que atendam às necessidades individuais e promovam a autonomia e a dignidade na velhice.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, FADÉ; PEREIRA, LV; SOUSA, FAEF Mensuração da dor no idoso: uma revisão. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 2, pág. 271–276, 2006.

CADORE, E. L. et al. Effects of different exercise interventions on risk of falls, gait ability, and balance in physically frail older adults: a systematic review. **Rejuvenation research**, v. 16, n. 2, p. 105–114, 2013.

CANÇADO, Flávio Aluizio Xavier; DOLL, Johannes; FREITAS, Elizabete Viana de; GORZONI, Milton Luiz; PY, Lígia (org.). Tratado de Geriatria e Gerontologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 1741 p.

CUNHA, F. C. M.; SILVA, J. A. P.; LIMA, M. G. Fatores que predispõem ao declínio funcional em idosos. ***Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia***, v. 12, n. 3, p. 283-290, 2009.

DE CARVALHO BRITO PONTES, V. Sarcopenia: rastreio, diagnóstico e manejo clínico. **Journal of Hospital Sciences**, p. 11, 2022.

DUNCAN, P. W.; STUDENSKI, S.; CHANDLER, J.; PRESCOTT, B. Functional reach: predictive validity in a sample of elderly male veterans. ***Journal of Gerontology: Medical Sciences***, v. 47, n. 3, p. M93-M98, 1992.

GASPAROTTO, Lívia Pimenta Renó; FALSARELLA, Gláucia Regina; COIMBRA, Arlete Maria Valente. As quedas no cenário da velhice: conceitos básicos e atualidades da pesquisa em saúde. **Revista brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 17, n. 1, p. 201–209, 2014.

HONVO, et al. “Measures of Attributes of Locomotor Capacity in Older People: A Systematic Literature Review Following the COSMIN Methodology.” **Age and Ageing**, vol. 52, no. Supplement_4, 1 Oct. 2023.

KOMISAR, Vicki et al. Injuries from falls by older adults in long-term care captured on video: prevalence of impacts and injuries to body parts. *BMC Geriatrics*, v. 22, n. 343, 2022

LANA, L. D; ZIANI, J. da S; AGUIRRE, T.; TIER, C. G.; ABREU, D. P. G. Fatores de Risco para Quedas em Idosos: revisão integrativa. **Revista Kairós-Gerontologia**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 309-327, 27 fev. 2022.

LOZANO-MECA, J. et al., “Association of Kinesiophobia with Pain, Disability and Functional Limitation in Adults with Knee Osteoarthritis: A Systematic Review and Meta-Analysis.” **Geriatric Nursing**, vol. 60, Nov. 2024

LUCENTEFORTE, E. et al., Inappropriate pharmacological treatment in older adults affected by cardiovascular disease and other chronic comorbidities: a systematic literature review to identify potentially inappropriate prescription indicators. **Clinical interventions in aging**, v. 12, p. 1761–1778, 2017.

MENESES, S. R. F. DE; BURKE, T. N.; MARQUES, A. P. Equilíbrio, controle postural e força muscular em idosas osteoporóticas com e sem quedas. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 19, n. 1, p. 26–31, 2012.

PEREIRA, X. DE B. F. et al., Prevalência e fatores associados ao déficit cognitivo em idosos na comunidade. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 23, n. 2, 2020.

PILLAY, J. et al., "Falls Prevention Interventions for Community-Dwelling Older Adults: Systematic Review and Meta-Analysis of Benefits, Harms, and Patient Values and Preferences." **Systematic Reviews**, vol. 13, no. 1, 26 Nov. 2024

ROSA, M. A. B. M. V., COIMBRA, A. M. V., NASCIMENTO, A. F. do, & RICCI, N. A. Avaliação do limite de estabilidade pelo Teste Alcance Funcional anterior em idosos. **Acta Fisiátrica**, v. 26, n. 1, p. 37-42, 2019.

SHUMWAY-COOK, A. et al. "Predicting the Probability for Falls in Community-Dwelling Older Adults Using the Timed up & Go Test." **Physical Therapy**;v. 80, n. 9, p. 896-903, 2022.

SILVEIRA, M.B. E FILIPPIN, L.I. Timed Up and Go como ferramenta de triagem para fragilidade em idosos fisicamente ativos. **Cadernos saúde coletiva,** v 25, n.4, Oct-Dec 2017

TAGUCHI, C. K. et al., Frailty syndrome and risks for falling in the elderly community. Codas, v. 34, n. 6, p. e20210025, 2022.

TALMELLI, L. F. da S., Gratão, A. C. M., Kusumota, L., & Rodrigues, R. A. P.. Nível de independência funcional e déficit cognitivo em idosos com doença de Alzheimer. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n.4, p. 933–939, 2010.

THOMAS, E. et al., Physical activity programs for balance and fall prevention in elderly: **A systematic review: A systematic review. Medicine**, v. 98, n. 27, p. e16218, 2019.

TORNERO-QUIÑONES, I. et al., Functional ability, frailty and risk of falls in the elderly: Relations with autonomy in daily living. International journal of environmental research and public health, v. 17, n. 3, p. 1006, 2020.

WANG, Jixian *et al.* Age-related dysfunction in balance: A comprehensive review of causes, consequences, and interventions. Aging and disease, v. 16, n. 2, p. 714–737, 2024.

YAMAZAKI, Kazunori et al., Percentage of decline in individual proprioceptors in older adults. **Journal of physical therapy science**, v. 36, n. 9, p. 492–497, 2024.

ZHOU, Ming et al., A novel score for predicting falls in community-dwelling older people: a derivation and validation study. BMC geriatrics, v. 24, n. 1, p. 491, 2024.

EIXO 4

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: CRIANDO SOLUÇÕES COM ESPERANÇA

ALÉM DA INOVAÇÃO: COMO TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS REDESENHAM O TERRITÓRIO SOCIAL E AMBIENTAL

Angela Cristina de Melo[1]

Ronny Cesar Camilo Mota[2]

RESUMO

As tecnologias ecologicamente corretas ou tecnologias *eco-friendly* são criadas e apresentadas como inovações que têm como intuito basilar diminuir o impacto ambiental da ação humana e promover sustentabilidade, de forma que são concebidas como uma estratégia para equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Todavia, sua concepção e uso pode ir além, quando se analisa que pode ser instrumento de promoção de equidade e segurança sob a perspectiva de gênero. Neste contexto, o trabalho apresenta a temática que abrange a mobilidade, equidade social, segurança de gênero e proteção ambiental tendo como intuito encontrar respostas a "como tecnologias sustentáveis redesenham o território social e ambiental?" E, para tal intento utiliza-se de pesquisa básica, de revisão teórica, amparada pelo método dedutivo. A coleta de dados e informações para avaliar as tecnologias é realizada por meio de pesquisas acadêmicas em revistas eletrônicas especializadas, tendo como referencial teórico autores do patamar de Loureiro (2021), Baiardi (1998), Oliveira (2022), Faria (2014), Santoro (2008) e a lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Por conseguinte, apresentando-se a relevância do tema e a necessidade de conscientização global sobre questões a ele inerentes, espera-se evidenciar os benefícios da adoção de tecnologias sustentáveis como estratégia ecologicamente assertiva visando a sustentabilidade, proteção ambiental e a promoção da equidade com perspectiva de gênero.

Palavras-chave: *Eco-friendly*. Sustentabilidade. Planejamento. Cidade. Proteção.

1 INTRODUÇÃO

A ciência e a tecnologia, ao desenvolverem e aprimorarem instrumentos, equipamentos e processos de trabalho, constituem-se pilares do desenvolvimento humano ao longo dos séculos.

Nesse caminho, desde a antiguidade até as modernas inovações digitais, os avanços tecnológicos vêm moldando e transformando a sociedade de maneiras surpreendentes. Como por exemplo, na “[...] Revolução Científica do Século XVII, quando a necessidade de equipamentos mais complexos e mais precisos para as

[1] Mestre em Administração, Doutoranda em Território, Ambiente e Sociedade pela Universidade Católica do Salvador/BA – UCSAL, angela.melo0@gmail.com.
[2] Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento, Doutorando em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador/BA – UCSAL, ronny.mota@unicathedral.edu.br.

determinações e medições, obrigou os cientistas a estabelecerem um contato mais próximo com os artesãos, o que propiciou um intercâmbio de ideias com sensíveis benefícios para as duas partes.” (Santos, Baiardi & Baiardi, 2010, p. 5)

Hoje, vivemos em uma realidade em que a ciência e a tecnologia estão mais presentes do que nunca, permeando quase todos os aspectos de nossas vidas, o que impacta as inter-relações com outros seres vivos e a natureza, ou seja, com o meio ambiente. E, dentre os mais expressivos impactos sociais provocados pelos avanços científicos e tecnológicos estão, com certeza, o aumento da expectativa de vida, da capacidade produtiva de alimentos, a qualidade de produtos e serviços, o aumento da população mundial e a diminuição de horas de trabalho mecânico manual.

Contudo, nas últimas décadas, os estudos destes impactos também têm ajudado a alertar a sociedade sobre a influência perigosa acerca do desequilíbrio em que a atividade humana impõe ao meio ambiente e aos seus delicados ecossistemas. Nesta perspectiva, há influência negativa nos ciclos de matéria e energia, muitas vezes causando danos irreparáveis a outras espécies. (Baiardi, 1997, Longo, 2012).

Nesse cenário emergem as tecnologias ecologicamente corretas ou tecnologias *eco-friendly*, definidas como inovações que minimizam o impacto ambiental e promovem a sustentabilidade, e apresentam-se como uma estratégia para equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.

Assim, a adoção de tecnologias *eco-friendly* propõe soluções inovadoras que reduzem, ou até mesmos anulam, danos ambientais no território urbano. Essas tecnologias incluem, mas não se limitam, a energias renováveis, sistemas de gestão de resíduos, processos de manufatura verde, purificação de águas, reflorestamento e soluções de eficiência energética entre outras.

Entre os benefícios para a sociedade e o ambiente, a expansão da utilização deste tipo de tecnologia pode resultar em diminuições significativas no consumo de recursos naturais, nas emissões de gases de efeito estufa e nos resíduos gerados. Porém, a incorporação de tais práticas ainda passa por questões burocráticas, limitantes e desafiadoras, como a rigidez da legislação e o alto custo da adequação produtiva aos padrões exigidos para a implementação de tecnologias, registros e licenças, treinamento de pessoal, padronização de produtos e serviços e melhoramento do sistema de gestão. Emerge, então, a seguinte questão "como promover

sustentabilidade ambiental nas cidades por meio da adoção de tecnologias *eco-friendly* na mobilidade urbana?".

Essa questão engloba uma discussão teórica a fim de encontrar um ponto ideal entre a otimização dos processos produtivos e a redução do impacto ambiental, tendo em vista o objetivo aqui traçado de explorar a adoção de tecnologias ecologicamente corretas aplicadas à mobilidade urbana.

Portanto, o estudo justifica-se sob três perspectivas igualmente relevantes, sendo a primeira, a relevância do tema para o aprofundamento científico e produção de material bibliográfico; a segunda pela urgente conscientização global sobre questões ambientais e a necessidade de adotar práticas sustentáveis nos processos produtivos das cidades; e a terceira para evidenciar os benefícios da adoção de tecnologias *eco-friendly*.

Os procedimentos metodológicos utilizados são caracterizados pela pesquisa básica, de revisão teórica, amparada pelo método dedutivo. A coleta de dados e informações para avaliar as tecnologias, foi realizada por meio de pesquisas acadêmicas em revistas eletrônicas especializadas informando ao algoritmo de busca as palavras: “tecnologia”, “meio ambiente” e “*eco-friendly*”.

Ao fornecer esta análise teórica restrita ao tema, espera-se contribuir para uma melhor compreensão deste tipo de tecnologia como estratégia ecologicamente correta que pode ser adotada pelo setor produtivo para alcançar uma operação mais eficiente, sustentável e de promoção da equidade com perspectiva de gênero, sendo esta entendida como a igualdade de oportunidades e tratamento entre homens e mulheres, e, neste aspecto, uma meta crucial para a construção de uma sociedade justa e progressista, eis que muitas vezes as mulheres enfrentam desigualdades estruturais que limitam seu acesso a recursos, oportunidades econômicas e participação política.

Assim, as cidades, como centros de concentração populacional e inovação, desempenhando um papel fundamental na superação daquelas barreiras, por meio da tecnologia *eco-friendly*, que engloba desde energias renováveis até práticas de consumo sustentável, pode oferecer um potencial significativo para transformar as dinâmicas urbanas de gênero.

2 CONCEITO E IMPORTÂNCIA DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL

A eficiência operacional está intimamente ligada à produtividade e à qualidade dos produtos e serviços oferecidos à coletividade, e, quando os processos são bem estruturados e executados tende-se a alcançar resultados superiores, atendendo às demandas dos clientes com mais agilidade e excelência. Trata-se de um conceito fundamental para a gestão de qualquer organização, seja ela do setor privado, público ou sem fins lucrativos e consiste na capacidade organizacional de utilizar da melhor forma possível seus recursos para produzir bens ou serviços de qualidade, no menor tempo e com custo possível.

Visa aprimorar, na busca contínua pela eliminação de desperdícios e pela maximização da produtividade, de forma estratégica o desempenho por meio da identificação e eliminação de atividades redundantes, simplificação de processos complexos, automação de tarefas manuais, gestão eficaz de recursos e implementação de tecnologias que otimizam as operações gerenciais. Estes estudos vêm sendo aplicados desde a Administração Científica de Taylor, um dos pioneiros da administração.

Em um apanhado histórico superficial, foi possível elaborar o quadro abaixo sobre os principais teóricos que contribuíram significativamente para o estudo e compreensão da eficiência operacional:

Autor	Teoria	Contribuições
Frederick W. Taylor (1856-1915)	Administração Científica	Padronização de métodos de trabalho e a divisão do trabalho para aumentar a produtividade
Henry Ford (1863-1947)	Administração Científica	Mecanização da linha de montagem na fabricação de automóveis, esteira rolante e crescente divisão do trabalho.
Henry Fayol (1841-1925)	Teoria Clássica	Inclui planejamento, organização, direção, coordenação e controle na administração.

Max Weber (1864-1920)	Teoria da Burocracia	Racionalização dos processos de trabalho
Douglas McGregor (1906-1964)	Teoria X e Teoria Y	Diferentes visões sobre a natureza humana e seu impacto na gestão de pessoas e no desempenho organizacional
Elton Mayo (1880-1949)	Escola das Relações Humanas	importância dos aspectos sociais e psicológicos na produtividade.
Taiichi Ohno (1912-1990)	Sistema Toyota de Produção	desenvolveu o conceito de manufatura enxuta, que visa eliminar desperdícios e aumentar a eficiência por meio da melhoria contínua.
W. Edwards Deming (1900-1993)	Gestão da Qualidade	melhoria contínua, controle estatístico de processos e foco no cliente.
Eliyahu M. Goldratt (1947-2011)	Teoria das Restrições	identificação e eliminação de gargalos nos processos produtivos
Peter Drucker (1909-2005)	Administração Moderna	gestão, inovação e eficiência; borda a eficiência operacional como parte fundamental da administração eficaz.
Philip Kotler (1931-presente)	Administração de Marketing	satisfação do cliente e da construção de relacionamentos duradouros no ambiente competitivo
Michael Porter (1947-presente)	Estratégia Competitiva" e "Vantagem Competitiva	análise da concorrência, formulação de estratégias competitivas sustentáveis.

Quadro 1 – Evolução teórica sobre eficiência operacional.

Fonte: Elaborado pelos autores.

3 TIPOS DE TECNOLOGIAS ECO-FRIENDLY EM TERRITÓRIOS URBANOS

As tecnologias *eco-friendly*, também conhecidas como tecnologias sustentáveis, desempenham um papel fundamental na busca por um futuro mais equilibrado e saudável para o ambiente. Incluem-se neste conceito, as tecnologias desenvolvidas e aplicadas levando em consideração fatores ambientais, sociais e econômicos, que visam reduzir o impacto negativo no meio ambiente e/ou promovem práticas mais conscientes e responsáveis, “produtos *eco-friendly* têm em sua essência este conceito de ter opções que trazem um menor impacto no meio ambiente”. (Vanali et al., 2023, p. 604)

3.1 VEÍCULOS ELÉTRICOS

Em territórios urbanos contemporâneos, a busca por soluções eficazes para enfrentar desafios como a poluição do ar e a melhoria da mobilidade urbana tem levado ao crescente interesse e adoção de veículos elétricos. Essa transição representa não apenas uma mudança tecnológica, mas também uma resposta urgente às preocupações ambientais e à necessidade de tornar as cidades mais habitáveis e sustentáveis.

Com relação aos veículos elétricos, como afirmam Santos et al. (2024, p. 5) “a popularidade dos veículos elétricos diminuiu com o tempo, na medida em que os veículos a gasolina e diesel se tornaram mais baratos e mais fáceis de produzir.” Estes veículos são alimentados por baterias recarregáveis, e diferenciam-se significativamente dos veículos tradicionais movidos a combustíveis fósseis, como gasolina e diesel.

Um dos benefícios para a vida urbana moderna com a sua utilização, consiste na redução da poluição do ar, visto que os veículos elétricos não emitem poluentes locais durante seu funcionamento, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade do ar nas áreas urbanas. Em muitas cidades ao redor do mundo, a poluição do ar é um problema sério que afeta a saúde pública, aumentando casos de doenças respiratórias e cardiovasculares, e a adoção de veículos elétricos pode ajudar a mitigar esses impactos negativos, proporcionando um ambiente mais limpo e saudável para os habitantes urbanos.

Arengues et. al. (2022) asseguram que “[...] a mudança para carros elétricos é ambientalmente positiva quando conciliada à mudança de matriz energética para fontes renováveis [...]”, já que além de reduzir poluentes locais, os veículos elétricos também contribuem para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), ajudando no combate às mudanças climáticas globais. Ao dependerem de fontes de energia mais limpas na geração de eletricidade, como solar, eólica, hidrelétrica, entre outras renováveis, esses veículos proporcionam uma alternativa sustentável aos combustíveis fósseis, cuja queima é responsável por grande parte das emissões de CO2.

Além dos benefícios ambientais diretos, os veículos elétricos também têm o potencial de melhorar a mobilidade urbana de diversas formas, como na redução do congestionamento, na medida em que diminuem o fluxo de veículos a combustão, especialmente se integrados com políticas de incentivo ao transporte público e compartilhado. Como Incentivo a modos ativos de transporte, ao criar um ambiente urbano menos poluído e mais amigável para os pedestres e ciclistas, e ainda favorecendo a flexibilidade e adaptabilidade, já que com os avanços na tecnologia de baterias e infraestrutura de carregamento, os veículos elétricos estão se tornando uma opção viável para uma gama cada vez maior de necessidades de transporte urbano, incluindo táxis, serviços de entrega e transporte público. (Oliveira et. al., 2022)

Os mesmos autores citam, também, que, apesar dos benefícios, a transição para veículos elétricos enfrenta desafios significativos, como a necessidade de infraestrutura de carregamento adequada, custos iniciais mais elevados e questões relacionadas à gestão da demanda de eletricidade. No entanto, Arengues et. al. (2022) consideram que com políticas públicas adequadas, incentivos fiscais, investimentos em pesquisa e desenvolvimento, esses desafios podem ser superados gradualmente.

E, tanto em Arengues et. al. (2022) como em (Oliveira et. al., 2022), encontra-se a percepção de que a adoção de veículos elétricos em territórios urbanos não é apenas uma resposta à crise ambiental e aos desafios de mobilidade, mas, também, uma oportunidade para criar cidades mais limpas, saudáveis e eficientes, de modo que, ao integrar tecnologia, planejamento urbano e políticas sustentáveis, as cidades podem colher os benefícios de uma transição para a mobilidade elétrica, promovendo um futuro urbano mais sustentável e resiliente.

3.2 ECOPONTOS DE BICICLETAS

Emerge na contemporaneidade nas cidades outra tecnologia inteligente, são os sistemas automatizados de compartilhamento de bicicletas como uma solução inovadora para a mobilidade urbana sustentável. Esses sistemas permitem que usuários aluguem bicicletas por um curto período, utilizando estações automáticas espalhadas pela cidade e representam, não apenas uma solução prática para o deslocamento das pessoas, mas, também, um passo significativo em direção à sustentabilidade ambiental e à melhoria da qualidade de vida nas cidades.

Para o seu funcionamento pleno, a operação de sistemas automatizados de compartilhamento de bicicletas é fundamentada em uma infraestrutura robusta de estações distribuídas estrategicamente ao longo dos centros urbanos que servem como pontos de ancoragem para as bicicletas, facilmente alugadas e devolvidas pelos usuários através de interfaces simples e acessíveis, como aplicativos móveis ou quiosques eletrônicos. Esse método de aluguel flexível não apenas simplifica o acesso às bicicletas, mas incentiva o uso frequente e conveniente deste meio de transporte sustentável. (Oliveira et. al., 2023)

Os benefícios dos sistemas automatizados de compartilhamento de bicicletas são multifacetados e abrangentes. Esses sistemas desempenham um papel crucial na redução do congestionamento urbano ao oferecer uma alternativa viável e eficiente aos modos de transporte motorizados, ao promover a utilização de bicicletas como um meio de deslocamento diário, e contribuem diretamente para a diminuição das emissões de gases de efeito estufa e outros poluentes atmosféricos.

Além dos benefícios ambientais, os sistemas automatizados de compartilhamento de bicicletas também promovem um estilo de vida mais ativo e saudável entre os habitantes urbanos, já que, comprovadamente, a utilização regular de bicicletas não só melhora a condição física dos usuários, mas também fortalece o senso de comunidade e coesão social nas áreas urbanas.

Estes sistemas, também, se destacam como econômica e financeiramente vantajosos tanto para os indivíduos que os utiliza e as unidades empresariais que os fornecem, quanto para as autoridades municipais, oferecendo uma alternativa acessível e de baixo custo em comparação com a manutenção e operação de veículos

particulares ou sistemas de transporte público convencionais, trazendo também impactos positivos para a saúde pública.

Ademais, é importante o que se afirma em Costa et. al. (2019, p. 2853), a posição de inserção social da “bicicleta, ao ser utilizada como modo de acesso e difusão ao transporte público, pode ser ferramenta para redução de disparidades, permitindo maior acessibilidade à população de baixa renda dependente do transporte público”. O estudo destes autores, parte da premissa de que diante do paradigma de planejamento urbano é importante as discussões sobre acessibilidade, sustentabilidade e equidade, a bicicleta pode fazer parte da integração com o transporte público, a exemplo de alguns países.

No entanto, apesar de seus numerosos benefícios, os sistemas automatizados de compartilhamento de bicicletas enfrentam desafios significativos. A gestão eficaz da manutenção das bicicletas e das estações, a segurança dos usuários e a integração eficiente com outros modos de transporte público são questões críticas que requerem atenção contínua e estratégias de implementação cuidadosamente planejadas. (Oliveira et. al., 2023)

Com aporte em Oliveira et. al. (2023), destaca-se que o seu funcionamento requer a instalação de Estações Automáticas, onde as bicicletas são armazenadas em estações distribuídas em pontos estratégicos da cidade, como estações rodoviárias e de metrô, parques ou áreas comerciais. Os usuários geralmente se registram *online* ou por meio de aplicativos móveis e o pagamento é feito eletronicamente, o que facilita o acesso e elimina a necessidade de transações físicas. O uso do equipamento é flexível, permite aos usuários realizarem o desbloqueio de uma bicicleta em uma estação com um código ou cartão, usar a bicicleta pelo tempo desejado e devolvê-la em qualquer outra estação do sistema.

Percebe-se, claramente, que são vários os benefícios destacando-se a redução do congestionamento e melhora o acesso a áreas urbanas congestionadas, a promoção de sustentabilidade, incentiva um estilo de vida ativo e saudável com custo eficiente para usuários ocasionais que preferem não possuir uma bicicleta. Porém, destacam os desafios operacionais na manutenção e gerenciamento do grande número de bicicletas, na segurança em se prevenir o vandalismo e garantir a segurança dos equipamentos e dos usuários e a dependência de políticas públicas que favoreçam a viabilidade de integração com o Transporte Público. (Costa et. al., 2019)

3.3 ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A crescente demanda por sustentabilidade nas cidades modernas tem impulsionado a adoção de tecnologias *eco-friendly* também na iluminação pública, na busca de reduzir o consumo e os custos de energia elétrica e melhoria da segurança urbana e a qualidade de vida dos cidadãos. Como toda tecnologia, sua implementação conta com benefícios, desafios e a necessidade de estudos pelas unidades empresariais e poder público.

> A iluminação pública é uma área fundamental de aplicação da eficiência energética, cujos benefícios não residem apenas na redução do consumo de energia, mas também na extinção de tecnologias prejudiciais ao ambiente, redução dos custos de manutenção e melhor controle do sistema de iluminação. (Loureiro, Balestrim e Zardo Junior, 2021, p. 3)

O crescente pleito por iluminação pública nos espaços urbanos consiste em um problema global e que merece ser estudado com vistas a descoberta de soluções energéticas sustentáveis para os seus moradores. Os pontos de destaque positivos para este tipo de tecnologia são muitos, entre eles, a melhoria da segurança urbana, já que quando a iluminação pública é eficiente e bem distribuída melhora a segurança nas áreas urbanas. (Loureiro, Balestrim e Zardo Junior, 2021)

Uma tecnologia desenvolvida neste sentido foi a lâmpada LED - *Light Emitting Diode* ou Diodo Emissor de Luz, que proporciona uma iluminação mais clara e uniforme, aumentando a visibilidade nas ruas e reduzindo a ocorrência de acidentes e crimes. A instalação de sensores de movimento e sistemas de controle inteligentes permitem ajustar a intensidade da iluminação conforme necessário, otimizando o uso de energia e melhorando a segurança. (Faria, 2014). E, a autora enfatiza, também, que a iluminação pública melhora qualidade de vida dos cidadãos e prove inclusão daqueles que moram distantes do centro.

Neste contexto, são elencados alguns benefícios da utilização das Tecnologias Sustentáveis na Iluminação Pública, como a eficiência energética e a redução de custos, ao passo que a substituição de lâmpadas tradicionais por lâmpadas LED é uma das medidas mais eficazes para melhorar a eficiência energética. As lâmpadas LED consomem até 80% menos energias e têm uma vida útil, significativamente, mais longa do que as lâmpadas incandescentes ou fluorescentes o que resulta em uma economia substancial de custos para as administrações municipais, tanto em termos de consumo de energia quanto de manutenção e substituição de lâmpadas. (Faria, 2014)

A iluminação pública sustentável contribui, também, para a redução das emissões de gases de efeito estufa, com a utilização de fontes de energia renovável, como a energia solar, em postes de luz solar, diminui a dependência de combustíveis fósseis e reduz a pegada de carbono das cidades. Observa-se que no campo do gênero a desigualdade e incontestável quando se fala de iluminação, eis que há uma distinção clara quando comparada a experiência do homem e da mulher no ambiente urbano mal iluminado, eis que o espaço mal iluminado reforça o sentimento de medo e deve ser repensado no intuito de promoção de maior segurança, especialmente para as mulheres.

E, de acordo com o ranking mundial de Violência Contra a Mulher das Nações Unidas de 2020, o Brasil figura entre os países com maiores índices de feminicídio, contexto em que o medo desempenha um papel central na forma como as mulheres se relacionam com as cidades, sendo essencial que a implantação de um urbanismo que proponha novas abordagens e perspectivas para uma atuação inclusiva que promova espaços públicos mais seguros e favoráveis à liberdade das mulheres, espaço em que a tecnologia eco-friendly pode, em muito auxiliar, inclusive com minimização de custos.

Entretanto, alguns desafios devem ser suplantados para sua efetividade, pois a instalação de lâmpadas LED e de sensores e sistemas de controle inteligente requer um investimento significativo. Outro obstáculo reside na implantação de infraestrutura robusta, o que inclui a instalação de painéis solares, sistemas de armazenamento de energia e redes de comunicação para monitorar e controlar a iluminação.

Observa-se, pois, que a falta de infraestrutura adequada pode ser uma barreira significativa, especialmente em áreas urbanas mais antigas ou em regiões menos desenvolvidas. Somado a este desafio, ainda se cita que a manutenção de sistemas de iluminação avançados e sustentáveis requer habilidades técnicas especializadas.

Por conseguinte, as administrações municipais precisam investir em treinamento e capacitação de pessoal para garantir a operação eficiente e a manutenção desses sistemas. Ademais, a gestão eficaz dos dados coletados por sensores e sistemas de controle é essencial para otimizar o desempenho da iluminação pública. (Loureiro, Balestrim e Zardo Junior, 2021)

4 TECNOLOGIA ECO-FRIENDLY COMO PERSPECTIVA DE DIMINUIÇÃO DE

INSEGURANÇA DE GÊNERO

No planejamento territorial das cidades, é cediço que a questão de gênero não é pensada, seja pela inexistente ou incipiente participação das mulheres nas decisões que parametrizam a conformação urbana, inclusive no âmbito do plano diretor, seja pelos resquícios patriarcais da sociedade ocidental em que o papel da mulher está voltado ao cuidado de terceiros e de si.

Neste arcabouço, o olhar da cidade sob a perspectiva de gênero significa apresentar uma nova sensibilidade que visa a incorporação de parcela excluída dos munícipes. E, neste caminho, há um ponto crucial que está voltado à segurança da mulher quanto a mobilidade urbana, eis que submetida a processos de deslocamentos diários utilizados pela massa móvel da cidade desatenta aos cuidados necessários à proteção e garantia da dignidade humana propiciando, de forma corriqueira, instrumentos e/ou situações favoráveis à violência de gênero.

O transporte público - metrô, ônibus – propicia uma insegurança e se apresenta como oportunidade de ataques de gênero, eis que no uso destes meios de locomoção de massa a mulher é assediada, é apalpada, é vítima de importunação e de violência sexual pelo simples fato de ser mulher.

Neste caminho, o G1 SP e GloboNews, em 18 junho de 2019 publicou pesquisa empreendida pelos institutos Patrícia Galvão e Locomotiva em fevereiro de 2019, com 1.081 mulheres ouvidas em todas as regiões do Brasil e que utilizaram transporte público ou privado nos 3 meses anteriores à data do início do estudo, chegando à constatação de que 97% das destas mulheres já sofreram assédio no transporte público e privado no Brasil, sengo relatos.

Da pesquisa, conta, ainda, que “quase todas as mulheres responderam que já passaram por ao menos uma das situações, como olhares insistentes (41%) no transporte coletivo, (10%) no transporte por aplicativo e (11%) no táxi, cantadas indesejadas (33%) no coletivo e (9%) nos aplicativos e táxis.” (G1 SP e GloboNews, 2019)

Assim, entende-se que a tecnologia eco-friendly, que engloba desde energias renováveis até práticas de consumo sustentável, oferece um potencial significativo para transformar as dinâmicas urbanas de gênero. Um exemplo claro disso são as iniciativas de transporte público elétrico e compartilhado, que não apenas reduzem as emissões

de carbono, mas também tornam o transporte mais seguro e acessível para mulheres, muitas vezes sob maior risco de assédio em sistemas de transporte tradicionais. De mesmo modo, a própria iluminação, seja nas estações de metrô, nos pontos de ônibus e/ou na via pública, cria ambientes de falta de segurança e propícios à abordagem e consumação da violência de gênero.

De outro lado, a possibilidade do uso de tecnologias *eco*-friendly na mobilidade urbana, como no funcionamento da iluminação pública e na existência de ecopontos de bicicletas proporcionaria uma maior vida útil da iluminação (LED) evitando ou diminuindo os ambientes e as vias públicas mal iluminadas, bem como proveria a existência de circulação em veículos individuais e, ao mesmo tempo, ecológicos, como a bicicleta, evitando o contato indesejado e, ao mesmo tempo contribuindo para a salubridade da urbe.

E, é importante ressaltar, neste âmbito de proposituras, a experiência saudável já implantada na cidade de Campinas-SP, e noticiada na mídia em 2023 como exemplo de bons resultados consubstanciada na implantação de totens em paradas de ônibus que conversam com as mulheres enquanto esperam o transporte público à noite, tendo como objetivo, pois, oferecer companhia em tempo real e apoio à mulher por meio de um canal de comunicação para momentos de insegurança.

Santoro (2008) apresenta a necessidade de um planejamento urbano em que a mulher seja enxergada como pessoa ativa e participativa, eis que “leva consigo o espaço doméstico para o público, e nesse sentido é necessário exigir do público, que este lhe dê condições de participar desse espaço.” Ademais, o artigo 5º da lei 12.587, de 03 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana preceitua que esta está fundamentada em princípios como acessibilidade universal, segurança nos deslocamentos das pessoas e equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros (Brasil, 2012).

E nesse caminho, a existência de serviços e metodologia como a inserção da tecnologia *eco-friendly* tem o condão de impingir uma maior parcela de segurança, provendo, pois, uma guinada positiva em prol da diminuição da desigualdade no planejamento da mobilidade urbana sob a perspectiva de gênero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção de tecnologias ecologicamente corretas tende a ser vantajosa para o ambiente urbano e seus moradores, e, principalmente, para a vida do planeta, já que poupa os ecossistemas, reduzir a poluição e a degradação ambiental. Seus impactos são positivos no meio ambiente, contribuindo significativamente para a preservação da fauna e flora, a conservação do solo e da água e a diminuição da geração de resíduos sólidos. Além disso, essas tecnologias promovem a sustentabilidade ecológica, tornando possível a convivência harmônica entre as atividades humanas e os ecossistemas naturais. (Mendes e Baiardi, 1998; Pirró, 2018)

Embora a tecnologia traga benefícios significativos, é importante reconhecer que ela também apresenta desafios e riscos. Ademais, apresenta-se como possibilidade de enfrentamento às desigualdades no planejamento da urbe, inclusive quando a questão é de gênero, possibilitando aumento de segurança e individualização como forma de proteção na mobilidade.

Assim, com implantação de serviços e metodologias com adoção de tecnologia *eco-friendly*, inclusive na mobilidade urbana, a possibilidade de promover sustentabilidade ambiental nas cidades e, concomitantemente diminuir a desigualdade e aumentar a segurança.

É palpável que a mudança para tecnologias sustentáveis não é apresentada apenas uma opção, mas como uma necessidade, sendo crucial a participação de todos, com equidade, no intuito da preservação do planeta por meio da planificação responsável e participativa do crescimento das cidades de modo a assegurar um futuro sustentável para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

ARENGUES, I. R. et.al. Veículos elétricos: Um estudo descritivo de seus impactos ambientais. *In:* **Research, Society and Development.** v. 11, n. 11, e10111132235, 2022 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i11.32235 1

BRASIL. **Lei 12.587**, de 3 de janeiro de 2012 (Lei da Política nacional de Mobilidade Urbana). Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>

COSTA, Tais Barreto et al. Integração bicicleta-transporte público no contexto de grandes cidades brasileiras. In: 33º Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte

da ANPET–Balneário Camboriú-SC. 2019. Disponível em <https://www.anpet.org.br/anais32/documentos/2019v1.1%20simpo/Modelos%20e%20Tecnicas%20de%20Planejamento%20de%20Transportes/Transporte%20Publico%20II/4_811_AC.pdf>

FARIA, A. C. **Iluminação Sustentável**: Os Benefícios do Uso da Tecnologia LED nos Projetos de Iluminação. Dissertação de Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável, PUC/GO. Goiânia, 2014. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/2548/1/ANA%20CAROLINA%20DE%20FARIA.pdf>.

G1 SP e GloboNews. **97% das mulheres dizem que já sofreram assédio no transporte público e privado no Brasil, diz pesquisa**. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/18/97percent-das-mulheres-dizem-ja-ter-sido-vitima-de-assedio-no-transporte-publico-e-privado-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml> Acesso em: 30 jun 2024.

LONGO, W. P. Alguns impactos sociais do desenvolvimento científico e tecnológico. P. 34-50. *In:* **Revista Brasileira de Educação a Distância**. Ano 20, nº 114, setembro/outubro 2012. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Administração da Educação. ISSN 0104-4141.

LOUREIRO, Alex Corrêa. BALESTRIM, Thiago de Souza. ZARDO JUNIOR, Orlando. SUSTENTABILIDADE NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA. Disponível em < https://dspace.doctum.edu.br/bitstream/123456789/3879/1/Thiago%20de%20Souza%20e%20Alex_2021_1.pdf> Acesso em 24/05/2024.

MATOS, Eliane. PIRES, Denise. **Teorias administrativas e organização do trabalho:** de Taylor aos dias atuais, influências no setor saúde e na enfermagem. Scielo Brazil, 2007. https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000300017.

MENDES, J.; BAIARDI, A. **O novo relacionamento entre inovação tecnológica e trabalho**. S. J. Campos: UNIVAP, 1998.

OLIVEIRA, D. et. al. **ESTUDO DE CASO:** Estudo sobre a utilização de veículos elétricos nas operações de *last mile* para entregas, coletas e substituição de máquinas de cartão de crédito e débito, junto aos comerciantes nas cidades de Brasília e Recife. FUNDAÇÃO DOM CABRAL: Programa de Especialização em Gestão de Negócios. Florianópolis-SC: 2022. <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.itl.org.br/jspui/bitstream/123456789/573/1/Estudo%20de%20caso%20-%20estudo%20sobre%20a%20utiliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20ve%C3%ADculos%20el%C3%A9tricos%20nas%20opera%C3%A7%C3%B5es%20de%20last%20mile.pdf>

OLIVEIRA, R. R.; SILVA, N. R.; GONÇALVES, W.; SOUZA, R, J. Desafios Operacionais de Operadoras de Cicloviagens: Abordagens e Vivências. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo** – ReAT. v. 17 n. 1 (2023): Jan-Jun, ISSN: 2316-5812. Pelotas-RS. <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/ReAT/article/view/5889>.

PIRRÓ, W. Impactos Sociais do Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos***,* n. 1, p. 75-107, 2018.

SANTORO, P. F. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. **Anais…** XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, 2008.

SANTOS et al. **Evolução Tecnológica dos Veículos Elétricos**: uma perspectiva a partir das patentes de sistemas de armazenamento de energia. P2P & INOVAÇÃO, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1-21, e-6876, jan./jun. 2024. DOI: https://doi.org/10.21728/p2p.2024v10n2e-6876.

SANTOS, A. V.; BAIARDI, A.; BAIARDI, D. **História das Ciências:** uma abordagem introdutória. Cachoeira, Salvador-BA: 2010.

SOUZA, G., FARIA, J. P., SILVA, T. P., & VANALI, O. P. A. C. Materiais Eco-Friendly para a Indústria Automotiva: proposta para os bancos. **Cadernos de Graduação Inova +**, UniSenai, São José dos Pinhais/PR, V. 4, N. 2, p. 596-621, jan/jun. 2023. fiepr.org.br

SOUZA, G., SILVA, T. P., & VANALI, A. C. (2024). **ESG e Empreendedorismo**: Focando Na Estratégia Ambiental. Conhecimento Interativo. fiepr.org.br

VANALI, O. P. A. C; SOUZA, G., FARIA, J. P., SILVA, T. P., Materiais Ecofriendlypara a Indústria Automotiva: proposta para os bancos. **Cadernos de Graduação Inova +**, UniSenai, São José dos Pinhais/PR, V. 4, N. 2, p. 596-621, jan/jun. 2023. fiepr.org.br.

CONTRIBUIÇÃO DA GEOTECNOLOGIA NA APRESENTAÇÃO DO CONTEXTO GEOGRÁFICO DA CIDADE DE BARRA DO GARÇAS – MT: COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE O ESPAÇO URBANO E A INTEGRIDADE DOS ECOSSISTEMAS

Angela Cristina de Melo[1]

RESUMO

O mapeamento geoespacial é crucial tanto para o planejamento urbano, como para a gestão ambiental na aplicação do monitoramento de recursos naturais e na contribuição do desenvolvimento sustentável. Este artigo visa explorar o contexto geográfico de Barra do Garças - MT, usando o software QGis, para melhor entender a compatibilização entre o espaço urbano e a integridade dos ecossistemas. Utilizando um método qualitativo e exploratório, o estudo mapeou o território urbano da cidade, adotando uma abordagem dedutiva e fundamentação bibliográfica. A coleta de dados espaciais, realizada entre outubro e novembro de 2024, envolveu fontes de dados secundários disponíveis no IBGE, na Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso SEMA/MT e Google Earth, que, trabalhados, permitiram a criação de mapas temáticos com as informações geográficas do local da pesquisa. Os resultados apontaram que há avanços de construções em áreas ecológicas, comprometendo a integridade dos ecossistemas. Desafios da pesquisa incluem a dificuldade em obter arquivos de *shapefiles* detalhados da região junto aos órgãos ambientais, o que limita a abrangência das análises. Como oportunidades, cita-se: a implementação de investimentos dos órgãos governamentais no emprego de tecnologias de interoperabilidade e padronização de dados; criação de soluções inovadoras na promoção da compatibilização entre o espaço urbano e a integridade dos ecossistemas; desenvolvimento de empreendimentos sociais em prol do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; QGis; Recursos Naturais; Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

O mapeamento geoespacial é fundamental para compreender a dinâmica de um território, visto que permite a visualização e análise de dados georreferenciados, fornecendo informações precisas sobre ele. Trata-se de uma ferramenta essencial para o planejamento urbano, gestão ambiental, monitoramento de recursos naturais e prevenção de desastres e que contribui significativamente para o desenvolvimento sustentável.

Como definição, é um campo que abrange a manipulação e análise de diversos tipos de dados espaciais, incluindo mapas, imagens de satélite e modelos digitais de terreno e se baseia em conceitos fundamentais, tais como localização, proximidade,

[1] Mestre em Administração pela FPL/MG, Doutoranda em Territórios, Ambiente e Sociedade pela UCSAL/BA, angela.melo0@gmail.com.

conectividade e padrões de distribuição, e ainda envolve o uso de sistemas de informação geográfica (SIG) e de tecnologias de georreferenciamento, que permitem a representação e análise de informações geográficas de maneira integrada e dinâmica. (Bento, et al, 2021)

Com o avanço contínuo da tecnologia, o geoprocessamento tornou-se cada vez mais preciso e acessível, oferecendo inúmeras possibilidades para explorar e compreender o território sob várias nuances, indo desde o entendimento das questões de gestão de recursos naturais até a prevenção de desastres naturais, passando pelo planejamento de infraestruturas urbanas e rurais, monitoramento ambiental, análise de mercado e demografia, entre outras. (Rodrigues, 2023) Este recurso é imprescindível para municípios como Barra do Garças, estado de Mato Grosso, situado entre áreas de proteção ambiental e rios importantes.

No município de Barra do Garças/MT o desenvolvimento urbano avança, e, dada a sua localização, se faz necessário o acompanhamento do espaço urbano para a preservação da biodiversidade, proteção dos recursos hídricos e garantia de qualidade ambiental. Diante do contexto, que contribuições a análise geoespacial de Barra do Garças-MT podem trazer para a análise da compatibilização entre o espaço urbano e a integridade dos ecossistemas?

Dados os desafios significativos de preservação dos recursos naturais, e, diante da incontestável utilidade do georreferenciamento como ferramenta de apoio, o objetivo deste artigo é apresentar o contexto geográfico da cidade de Barra do Garças - MT com a utilização do software QGIS, para melhor compreensão da compatibilização entre o espaço urbano e a integridade dos ecossistemas.

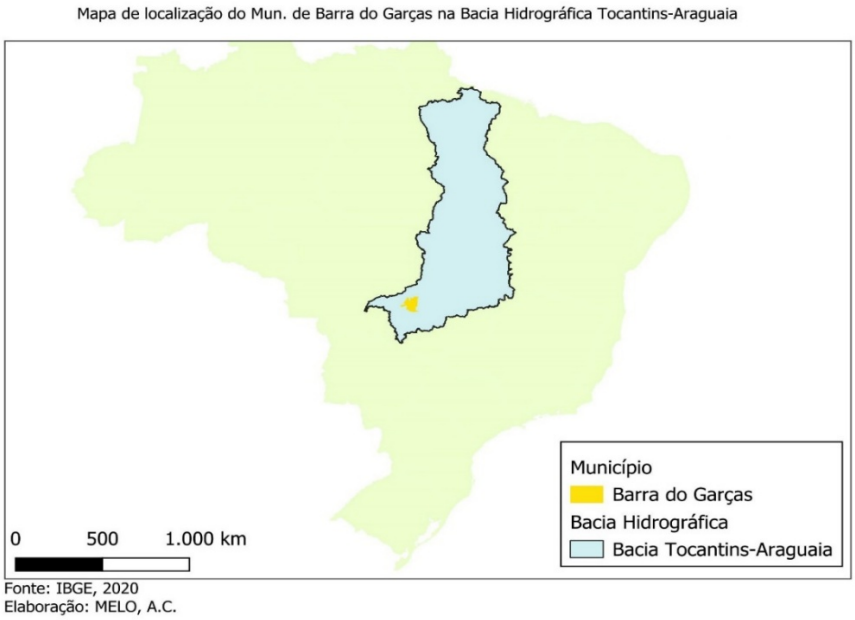
Para atingir o objetivo traçado, os procedimentos metodológicos aplicados identificaram este trabalho como básico, com abordagem de natureza qualitativa e de caráter exploratório, pela busca em mapear o território urbano do município de Barra do Garças-MT. Utilizou-se o método monográfico e dedutivo ao partir do contexto geral para o específico e, ainda, o procedimento técnico adotado foi a pesquisa bibliográfica, que permitiu uma fundamentação teórica sólida ao explorar as teorias sobre geotecnologias e legislação ambiental aplicando no local do estudo.

A motivação da pesquisa está na necessidade de detalhar a área urbana do município e a diversidade ambiental que a circunda, além de avaliar se o crescimento

populacional ameaça seus ecossistemas. Este estudo é particularmente relevante para a academia, contribuindo para o entendimento geoespacial local e está estruturado em três seções: a primeira aborda a descrição do local da pesquisa e das ferramentas de tratamento dos dados; a segunda apresenta a revisão teórica; e a terceira, os resultados encontrados.

2 DESCRIÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

A escolha de Barra do Garças, Mato Grosso, revela-se de significativa importância por diversas razões. Localizada no estado de Mato Grosso, a cidade possui uma importância estratégica devido à sua localização geográfica, rodeada de recursos naturais como o Parque Estadual da Serra Azul e os rios Garças e Araguaia e na fronteira com estado de Goiás (Mapa 1). Esta localização confere ao município um papel crucial no ecossistema regional, tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico, pois serve como um ponto de confluência para diversas comunidades, sendo um núcleo de interações sociais, econômicas e como polo educacional e hospitalar da região do Vale do Araguaia.



Mapa 1 – Localização geográfica do local da pesquisa: Bacia Hidrográfica

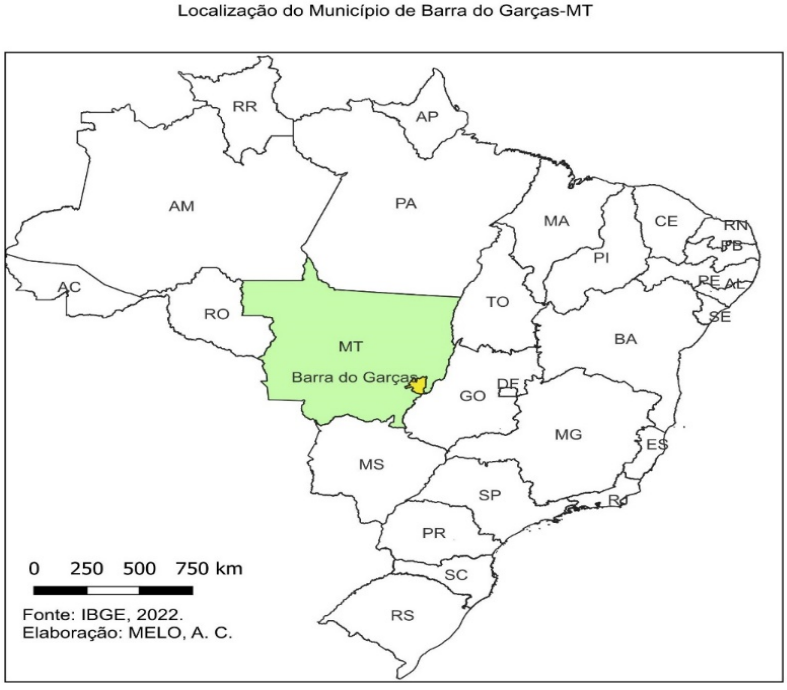
O município é caracterizado por uma rica diversidade cultural e ambiental, oferecendo um terreno fértil para o surgimento de iniciativas de empreendedorismo social voltadas para a sustentabilidade e a inovação. A preservação dos recursos

naturais e a promoção do desenvolvimento sustentável são preocupações centrais para a comunidade local, que enfrenta desafios como a degradação ambiental e a necessidade de soluções inovadoras para problemas sociais.

Tanto o rio Garças como o rio Araguaia são recursos hídricos vitais, além de serem principais rios da bacia Tocantins-Araguaia, que separa os estados de Mato grosso e Goiás, também são facilitadores para o desenvolvimento de atividades comerciais, turísticas, sociais e de transporte.

2.1 CONTEXTO GEOGRÁFICO DE BARRA DO GARÇAS - MATO GROSSO

Barra do Garças é uma cidade localizada no leste de Mato Grosso (Mapa 2), com uma área de 8.365,540 km², fazendo fronteira com o estado de Goiás e com os municípios de Pontal do Araguaia-MT, Araguaiana-MT, General Carneiro-MT, Nova Xavantina-MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO. A topografia da região, segundo dados do - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, é caracterizada por planícies, chapadas e escarpas, o que influencia diretamente no clima, que é tropical úmido, com estações bem definidas: um período chuvoso, de outubro a abril, e outro seco, de maio a setembro.



Mapa 2 – Localização do Município no Estado de Mato Grosso

Quanto à vegetação, o município apresenta uma grande diversidade, com áreas de transição entre o cerrado e a floresta amazônica. Além disso, a região conta com inúmeras nascentes e rios, que contribuem para a manutenção desse ecossistema único. A área urbana do município é delimitada pelo Rio Araguaia ao sul e pela Serra do Roncador a leste, caracterizando-se por um relevo montanhoso. É cortada por importantes rodovias e por uma extensa bacia hidrográfica, o que contribui para o escoamento da produção agrícola da região, facilitando o transporte de mercadorias para outros centros urbanos.

No que se refere aos aspectos socioeconômicos, Barra do Garças é uma cidade que se destaca no cenário regional, pela diversidade de atividades econômicas. O setor agropecuário é um dos pilares da economia local, juntamente com o comércio e o turismo, e a sua infraestrutura é relativamente desenvolvida, com escolas, hospitais, e universidades, contribuindo para a qualidade de vida da população local.

2.2 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

A coleta e preparação dos dados espaciais para a análise geoespacial da cidade de Barra do Garças - Mato Grosso foi realizada no período de outubro e novembro de 2024 envolvendo a reunião de informações georreferenciadas de diversas fontes, como IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, SEMA/MT - Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso e *google Earth,* que foram então importados, organizados e tratados no software QGIS (*Quantum Geographic Information System* ou Sistema de Informação Geográfica Quântica) para possibilitar a visualização e análise deste território.

A diversidade das fontes proporcionou um contexto detalhado para a análise, contribuindo para a compreensão ampla e integrada do espaço geográfico delimitado. Esses dados foram convertidos para formatos compatíveis com o sistema, garantindo a integridade e precisão das informações, e técnicas de preparação, foram aplicadas para assegurar a consistência e qualidade das informações geradas.

O *software* QGIS é uma ferramenta de código aberto e gratuito amplamente utilizada em geoprocessamento que permite a visualização, edição e análise de dados geográficos. Entre suas funcionalidades estão o mapeamento de áreas, análise espacial e integração de dados de diferentes fontes. É utilizado em todo o mundo devido

à sua comunidade ativa de desenvolvedores e usuários, que contribuem para a constante evolução e aprimoramento do software. (Rodrigues e Silva, 2021; Rocha e Rocha, 2022)

Lançado em 2002 como um projeto de pós-graduação, o *Quantum* GIS, e desde então tem sido desenvolvido ativamente pela comunidade de código aberto. Ao longo dos anos evoluiu para se tornar uma das principais escolhas geotecnológicas graças à sua interface amigável, sua capacidade de se expandir por meio de *plugins*[2] e suporte para uma ampla variedade de formatos de dados geoespaciais, como *shapefiles*[3], *geopackages*[4], entre outros. (Xavier, 2024; Ferreira, Amorim e Batistela, 2020)

Especificamente para este estudo, utilizou-se dos *shapefiles*: Brasil_estados, MT_UF_2022, BR_UF_2022, MT_municípios 2022, MT_Mesorregioes_2022, Bacias Hidrográficas, Bacia_nivel2, Unidades de Conservação, e o *geopackage* da cidade pelo *Google Satellite* para a elaboração de mapas temáticos da região objeto da pesquisa.

Procurou-se utilizar das teorias da cartografia temática descritas em Archela e Théry (2008), como boas práticas na construção de mapas que comunicam eficazmente informações geográficas, quais sejam: a teoria da Semiologia Gráfica de Jacques Bertin, que se refere a como as variáveis visuais podem ser usadas para representar informações em mapas. A Teoria da Comunicação Cartográfica de Arthur Robinson, que discute a eficácia da comunicação visual em mapas e os métodos práticos de construção de mapas que utilizam uma abordagem acessível e didática para ensinar cartografia de John Krygier e Denis Wood.

Levou-se em consideração vários critérios, como o de legibilidade, que para Archela e Théry (2008) imprimem “clareza e facilidade de interpretação dos mapas”; de precisão para demonstrar “exatidão dos dados representados”; uso de variáveis visuais como “cor, forma e tamanho para representar as informações” e, por fim, o critério de propósito do mapa, que “considera o objetivo para o qual o mapa foi criado e como ele atende a esse objetivo”.

[2] também conhecido como complemento ou extensão, é um componente de software que adiciona funcionalidades a um programa ou sistema já existente.
[3] formato de armazenamento de dados geográficos vetoriais, que contém a posição, forma e atributos de feições geográficas.
[4] formato de arquivo aberto e padrão para armazenar dados geoespaciais.

Por fim, o foco do levantamento e tratamento dos dados sobre o local da pesquisa é a descrição da realidade frente ao desafio da preservação dos recursos naturais que o circundam. Para tal tarefa, seguiu-se as recomendações de Ladwig (2013, p. 214): “[...] adotar procedimentos para a coleta e tratamento dos dados para o mapeamento com finalidade em meio cartográfico. A finalidade é determinada pela capacidade de cada meio, seja pela geodésia, topografia, fotogrametria e sensoriamento remoto. Destaca-se que cada um destes meios tem o seu potencial desde que o usuário que irá propor o mapeamento da área levantada tenha ao máximo a capacidade de interpretar o elemento a ser descrito”.

3 GEOPROCESSAMENTO E ANÁLISE ESPACIAL

O crescimento urbano e a busca por um desenvolvimento mais sustentável têm impulsionado os estudos de soluções inovadoras para o planejamento de cidades. Este fato se torna ainda mais crucial em cidades localizadas próximas a recursos hídricos, já que a proximidade com rios, lagos ou oceanos oferece inúmeras oportunidades para o desenvolvimento econômico e social, mas também impõe desafios específicos relacionados à gestão e proteção dos recursos naturais.

Como exemplo de oportunidade está o impulsionamento econômico por meio de atividades como o turismo ecológico, a pesca sustentável, a aquacultura e de outras atividades que valorizem os encantos locais e incentivem a preservação ambiental, evitando a exploração excessiva dos recursos naturais e garantindo a qualidade de vida da população residente.

Por outro lado, existem desafios como a necessidade de investimentos, o custo com as tecnologias sustentáveis, a resistência de alguns setores da sociedade, falta de planejamento a longo prazo, entre outros. Ademais, “há necessidade de planejar o espaço terrestre ordenando ações do homem sobre o território, preocupando-se em resolver harmonicamente a construção de todo tipo de eventos, bem como antecipar o efeito da exploração dos recursos naturais e histórico-culturais” (Ladwig, 2013, p. 216).

Ao intencionar integração das dimensões social, ambiental e econômica é possível planejar territórios urbanos mais justos, inclusivos, sustentáveis, resilientes e prósperos, ou seja, inteligentes, mas, para isso, é preciso conhecer suas características e delimitações espaciais. Emerge, assim, a necessidade de se utilizar do

geoprocessamento, tecnologia que permite a compreensão mais profunda e detalhada do espaço geográfico e possibilita a tomada de decisões mais informadas e eficazes.

Para Carvalho (2010) apud Silva e Zaidan (2001, p 13), “o geoprocessamento é um conjunto de técnicas computacionais que opera sobre base de dados (que são registros de ocorrências) georreferenciados, para os transformar em informação (que é um acréscimo de conhecimento) relevante”. A autora acrescenta que o “importante é entender que o geoprocessamento representa a área do conhecimento que utiliza técnicas matemáticas e computacionais para tratar dados espaciais, produzindo informações relevantes para tomada de decisão.” (Carvalho, 2010, p. 209)

O uso do geoprocessamento oferece uma série de vantagens para a urbe ao permitir uma análise espacial detalhada e a integração de diversas fontes de dados. Na gestão ambiental, auxilia na identificação e no monitoramento de áreas de risco, no mapeamento e monitoramento das áreas de preservação ambiental, e, também, das áreas suscetíveis a deslizamentos ou inundações. Permite também a análise da dinâmica ambiental, como o desmatamento, a degradação do solo e a alteração dos cursos d'água.

No planejamento urbano sustentável, é uma ferramenta essencial para a análise da ocupação do solo, da infraestrutura urbana e dos serviços públicos. Permite a identificação de áreas com maior vulnerabilidade social e ambiental, auxiliando na definição de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida da população. Sua aplicação possibilita a contribuição em diferentes cenários auxiliando na avaliação dos impactos de diferentes projetos de urbanização e na previsão de eventos futuros, como a demanda por serviços, oportunidades comerciais ou a ocorrência de eventos extremos.

A fim de gerar novos dados e ou informações espaciais ou georreferenciadas, o geoprocessamento se utiliza de técnicas e métodos conceituais e computacionais no sentido de sistematizar a “coleta, entrada, armazenamento, tratamento e processamento de dados” utilizando-se do seu “principal atributo de localização, ou seja, estão ligadas a uma posição específica do globo terrestre por meio de suas coordenadas.” (Zaidan, 2017, p. 198). Sua aplicabilidade para o planejamento e a gestão eficaz dos recursos naturais são inúmeras conforme especificado no Quadro 1 a seguir.

Quadro 01 - Aplicabilidade de Geoprocessamento no planejamento ambiental.

ÁREA	TEMÁTICA	APLICABILIDADE
Meio Ambiente	Bacias Hidrográficas	Gestão de mananciais de água para abastecimento público
		Recuperação de bacias Hidrográficas
		Tipos de canais fluviais
		Padrões de drenagem
		Propriedades de drenagem
		Elaboração de planos de drenagem urbana e rural
	Conservação do solo	Identificação de processos erosivos
		Natureza da erosão
		Formas de erosão
		Gestão para controlar e recuperar a erosão
	Arborização urbana	Identificação em metro quadrado da cobertura verde por habitante
		Identificação dos problemas da arborização urbana (fiação, calçamento, doenças, cupins, etc)
		Elaboração de planos de manutenção
		Inventário de arborização urbana
		Elaboração de políticas públicas para a gestão da arborização urbana
		Identificação de zonas com baixos índices de arborização
	Resíduos domésticos, industriais e saúde	Coleta seletiva de resíduos
		Coleta de resíduos comuns, industriais e da saúde
		Tratamento de esgoto doméstico e industrial
		Gestão do lodo do esgoto
		Elaboração de políticas públicas para a gestão de resíduos domésticos, industriais e da saúde
	Estudos ambientais	Geomorfologia
		Climatologia
		Vulnerabilidade ambiental
		Pedologia
		Declividade
		Altitude
		Ecossistemas
		Monitoramento de área de risco
	Cumprimento da legislação ambiental	Monitoramento de desmatamentos
		Monitoramento de uso e ocupação do solo
		Monitoramento de ocupação de áreas de risco
		Averbação de reserva legal
		Recuperação de áreas degradadas
		Cadastro ambiental urbano e rural

Fonte: Lima (2023)

3.1 PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NO ESPAÇO URBANO

A intervenção humana nos recursos naturais é tema de debate global dada sua importância para garantia da sustentabilidade e da qualidade de vida nas cidades. À medida que o crescimento populacional e a urbanização aceleram, os desafios para manter a integridade dos ecossistemas urbanos aumentam, como a expansão desordenada que leva à destruição de habitats naturais e à fragmentação de ecossistemas; a poluição do ar, água e solo resultante de atividades urbanas prejudica os recursos naturais e a saúde dos habitantes; e ainda a Escassez de áreas verdes.

Como afirma Fitz (2008, p. 308), “as alterações provocadas pela humanidade produzem marcas visíveis no planeta que podem ser analisadas, interpretadas, planejadas ou geridas sob diferentes perspectivas” e por isso é necessário planejar e gerir o espaço geográfico “constituído por uma série de elementos dispostos sobre o planeta que interagem entre si definindo o ambiente ocupado pelo ser humano.” (Fitz, 2008, p. 308)

A preservação dos recursos naturais em áreas urbanas é crucial por diversos motivos. Entre eles podem ser citados a saúde e bem-estar, espaços como parques e áreas de preservação melhoram a qualidade do ar, reduzem o estresse e promovem a atividade física. Em termos de biodiversidade, áreas naturais nas cidades servem como refúgios para várias espécies de plantas e animais. No que diz respeito ao clima urbano, a vegetação ajuda a regular o microclima, reduzindo as ilhas de calor e melhorando o conforto térmico.

É necessário observar os dispositivos legais sobre de proteção ambiental, como a Constituição Federal de 1988, que prevê em seu artigo 225, que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1998, art. 225) e como o Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012) que desempenha um papel central ao definir as APPs (Áreas de Preservação Permanente) como áreas protegidas, com o objetivo de preservar recursos hídricos, a biodiversidade e reduzir os efeitos das mudanças climáticas.

As Áreas de Preservação Permanente (APPs) têm como objetivo proteger os recursos hídricos, atuando como barreiras naturais contra erosões, assoreamentos e contaminações, além disso, essas áreas desempenham um papel crucial como habitats para diversas espécies de animais e vegetais, garantindo a preservação da biodiversidade.

De acordo com o artigo 4º da referida lei, é obrigatória a manutenção de uma faixa de vegetação nativa ao longo dos cursos d'água, cuja largura varia de acordo com a dimensão dos rios e córregos: 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura, e 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura. (Brasil, 2012, art.4º)

4 RESULTADOS DA ANÁLISE ESPACIAL

Nesta seção, serão apresentados os resultados obtidos a partir da análise geoespacial da cidade de Barra do Garças - Mato Grosso, a partir de dados coletados no IBGE e SEMA/MT, que ao serem trabalhados com o uso do QGis, ofereceram uma compreensão detalhada e abrangente da área de estudo, crucial para contextualizar a localização e os desafios de sustentabilidade enfrentados pela comunidade local.

Para o alcance dos resultados esperados, a adoção das diretrizes metodológicas traçadas favoreceu a abordagem dos mapas temáticos produzidos, e serviram como um guia prático para a construção dos mapas apresentados e orientaram a comunicação das informações geográficas. O uso da geotecnologia por meio do QGis possibilitou coletar, processar, analisar e visualizar informações espaciais ser obtidos a partir de diferentes fontes, facilitou a compreensão da dimensão espacial estudada e o mapeamento do uso do solo, proximidade dos rios, as áreas de maior fragilidade ecológica onde as construções estão avançando.

Na análise dos dados evidenciou-se também, as características geográficas importantes, como a distribuição de recursos hídricos, áreas de preservação e áreas urbanizadas, e revelou a distribuição e a intensidade das atividades humanas e naturais na região.

Como se constata no Mapa 3, Os Rios Garças e Araguaia desempenham papel central na vida da comunidade, o que abrange os três municípios, sendo não só fonte vital de água para o ecossistema, mas, também, um facilitador para diversas atividades econômicas e de lazer. A análise espacial mostra a extensão dos rios e suas áreas de influência urbana, e é possível perceber que em alguns pontos a metragem reservada para a vegetação ciliar está comprometida.



Mapa 3 – Visão panorâmica dos recursos naturais do espaço urbano de Barra do Garças-MT

Como resultado da utilização do QGis, observou-se se que a expansão urbana é descontrolada, que invade a áreas de preservação ambiental APA (Mapa 4) e poderá afetar a qualidade da água para a sustentabilidade das três cidades (Barra do Garças, Pontal do Araguaia e Aragarças) e de todo o ecossistema local, inclusive prejudicando as atividades econômicas de turismo, pesca, pecuária e agricultura.

Não obstante, conforme o mesmo mapa, constatou-se também que a área de preservação permanente do Parque Estadual da Serra Azul sofre com o mesmo problema de invasão do seu território que deveria ser inabitável e protegido. Nem é necessário citar que as áreas de vegetação são essenciais para a preservação ambiental e para as práticas de sustentabilidade e que a conservação dessas áreas é crucial para manter o equilíbrio ecológico além de continuar fornecendo recursos naturais para a comunidade.



Mapa 4 – Invasão das construções na área do Parque

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mapear o espaço com geotecnologia é de suma importância para pesquisas acadêmicas pois permite a precisão e o detalhamento da área com o uso de ferramentas como o QGis para identificar padrões e relações espaciais que seriam difíceis de detectar de outra forma. É uma maneira de proporcionar uma visão holística da área de estudo, realizar o monitoramento de mudanças ao longo do tempo, como o desmatamento, urbanização, mudanças climáticas, entre outros fenômenos, permitindo uma análise temporal valiosa para a pesquisa.

Os mapas temáticos aqui apresentados possuem aplicação multidisciplinar, já que podem ser utilizados em diversas áreas do conhecimento, como biologia, geografia, agronomia, arqueologia, gestão entre outras, aumentando a versatilidade das pesquisas. Além do mais, ferramentas de mapeamento e visualização ajudam a comunicar os resultados da pesquisa de maneira clara e intuitiva, facilitando a compreensão e a disseminação do conhecimento.

Verificou-se que há um alto impacto ambiental decorrente da urbanização no Parque Estadual da Serra Azul causado pelo efeito das atividades humanas sobre os ecossistemas locais. Isso é essencial para a implementação de medidas que garantam a proteção dos recursos naturais, a preservação das áreas verdes e a promoção de um desenvolvimento urbano que respeite a integridade dos ecossistemas.

No que se refere a análise de vulnerabilidade ambiental, este estudo proporcionou a identificação e a avaliação dos riscos e impactos ambientais na região demonstrando que as áreas estão suscetíveis a fenômenos naturais consequência da urbanização sem planejamento e do desmatamento desmedido, como enchentes, deslizamentos de terra, erosão e poluição e assoreamento dos rios e morte de nascentes. As informações evidenciadas mostraram-se imprescindíveis para o alerta da urgência na adoção de medidas preventivas e corretivas para proteger o meio ambiente e a população local. (Castro, 2023)

Desafios da pesquisa incluem a dificuldade em obter arquivos de shapefiles detalhados da região junto aos órgãos ambientais, o que limita a abrangência das análises. Isso contrasta com a mobilização global pela preservação ambiental e sustentabilidade, que tende a aumentar o uso de tecnologias avançadas e novas técnicas de coleta, processamento, armazenamento e interpretação de dados ambientais.

Como oportunidades, cita-se: a implementação de investimentos dos órgãos governamentais no emprego de tecnologias de interoperabilidade e padronização de dados, além do desenvolvimento de algoritmos e ferramentas específicas para este propósito; criação de soluções inovadoras na promoção da compatibilização entre o espaço urbano e a integridade dos ecossistemas; o desenvolvimento de empreendimentos sociais em prol do desenvolvimento sustentável; o estudo sobre desenvolvimento de competências gerenciais específicas para a gestão de recursos naturais e sustentabilidade no sentido de melhorar a eficácia dos serviços processuais de preservação.

REFERÊNCIAS

ARCHELA, R. S.; THÉRY, H. (2008). **Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos**. Confins, 3, 1-18. https://doi.org/10.4000/confins.3483

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Institui o novo código florestal brasileiro. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2012.

CARVALHO, Grazielle Anjos. Geoprocessamento aplicado à Gestão Urbana: Possibilidades e desafios. *In*: **Anais III Encontro de Geografia e VI Semana de Ciências Humanas.** 2010.

CASTRO, M. P. Áreas protegidas do cerrado: vulnerabilidade e adaptação às mudanças climáticas. ufv.br Viçosa, 2023.

FERREIRA, E. R. D. S.; AMORIM, F. R.; BATISTELA, D. Geoprocessamento semiautomático de modelo digital de elevação (MDE) no software QGIS. *In:* **14º Congresso Nacional de Engenharia de Agrimensura**. 2020. Disponível em < https://grcmlesydpcd.objectstorage.sa-saopaulo-1.oci.customer-oci.com/p/OQwcvnO-c63O08Gc2Kv4OTbJttj5ik60dguiDIyyQ0wuo5SWn-jHOLW9wNbylNqI/n/grcmlesydpcd/b/dtysppobjmntbkp01/o/media/doity/submissoes/5fb476ef-ad00-4cda-ad09-27310a883292-coneaesterfabriciodaniellipdf.pdf> Acesso em 12/10/2024.

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

LADWIG, Nilzo Ivo. O sistema de informação geográfica (SIG) no planejamento e na gestão territorial sustentável. *In:* LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo (orgs). **Gestão socioambiental das cidades no século XXI** - Teorias, conflitos e desafios. ISBN: 978-85-7474-721-7, 2013. 207-227.

LIMA, A. B. Uso das técnicas de geoprocessamento em sistema de gestão ambiental (SGA) no brasil: revisão sistemática da literatura. *In*: **Anais do XX Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Florianópolis-SC, 2023. ISBN: 978-65-89159-04-9

ROCHA, J. S; Rocha, B. M. A Sintaxe Espacial e o Sistema de Informação Geográfica (SIG): o uso de mecanismos open source no planejamento da mobilidade urbana. *In:* **Anais 1º Simpósio Brasileiro de Sintaxe Espacial.** Brasília, 2022. Disponível em < https://www.territorios.org/rede/pdf/sintaxe.pdf> Acesso em 10/10/2024.

RODRIGUES, L. P.; SILVA, C. A. Proposta metodológica para elaboração de perfil geoecológico utilizando softwares gratuitos. *In:* **Anais XIV Encontro Nacional de pós-graduação e Pesquisa em Geografia.** 2021, Editora Realize. Disponível em <https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA129_ID111225092021152859.pdf>. Acesso em 01/11/2024.

RODRIGUES, M. C. (2023). **Geoprocessamento**. cps.sp.gov.br

RODRIGUES, Victor Régio Da Silva et al. **Bancos de dados geográficos como subsídio para análise espacial dos municípios acreanos.** Anais do XIV ENANPEGE. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em:

<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/77937>. Acesso em: 25/11/2024.

SILVA, Jorge Xavier; ZAIDAN, Ricardo Tavares**. Geoprocessamento & meio ambiente. Editora: Bertrand Brasil**. Rio de Janeiro, 2001. 228 p.

SOUZA, A. M. **Sistema de Gestão e Planejamento Ambiental**. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2017.

XAVIER, Laura Cristina Moura. **GEOTRAT points: recurso livre de código aberto no software QGIS para mapeamento do desempenho de ex perimentos agrícolas.** 38 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura e Informações Geoespaciais) - Universidade Federal de Uberlândia, Monte Carmelo, 2024. DOI http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.143.

ZAIDAN, R.T. Geoprocessamento Conceitos e Definições. *In*: **Revista de Geografia – PPGEO** - UFJF. Juiz de Fora, v.7, n.2.

DATA COMPOSTING FOR KIDS: UMA OFICINA DE COMPOSTAGEM PARA LETRAMENTO EM DADOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Alana Alves Adorno [1]

Anielly Maria Dias Nunes [2]

João Henrique de Oliveira Silva [3]

Rebeca Simão do Carmo [4]

André Santanchè [5]

Christianne O. Dalforno [6]

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar o projeto Data Composting For Kids, uma oficina de compostagem como ferramenta pedagógica para integrar a ciência de dados e a biologia no ensino fundamental e médio. A proposta envolve a criação de uma composteira do tipo minhocário que se torna um laboratório para observação do seu processo de decomposição, coleta e registro de dados durante todo o experimento. Os próprios alunos são incentivados a coletar essas informações e organizá-las em registros – e.g., planilhas – que posteriormente serão convertidos em instrumentos de análise, como gráficos, facilitando o estudo de padrões existentes e a relação entre as variáveis. A finalidade da oficina consiste em promover o letramento em dados, estimular a aprendizagem prática em biologia e promover a conscientização sobre questões sociais e ambientais entre os alunos.

Palavras-chave: Compostagem; Composteira; Minhocário; Ciência de Dados; Biologia.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a área de Ciência de Dados ganhou destaque e está sendo utilizada para converter grandes quantidades de dados em informações que auxiliam na tomada de decisões em diversas circunstâncias. No cenário educacional, o desafio é inserir os alunos nesse mundo, incentivando o chamado letramento em dados, que é a capacidade de ler, interpretar, analisar e comunicar informações baseadas em dados de forma crítica e eficaz. Para isso, é importante criar atividades práticas que permitam

[1] Graduanda, UCSAL, alana.adorno@ucsal.edu.br.
[2] Graduanda, UCSAL, anielly.nunes@ucsal.edu.br.
[3] Graduando, UCSAL, joaohenriqueoliveira.silva@ucsal.edu.br
[4] Graduanda, UCSAL, rebeca.carmo@ucsal.edu.br.
[5] Doutor, UNICAMP, santanche@ic.unicamp.br.
[6] Mestre, UCSAL, christianne.dalforno@ucsal.br.

aos alunos passar por todo o processo de pesquisa científica, como criar perguntas, coletar dados, organizar, analisar e interpretar os resultados obtidos.

Neste projeto, apresentamos o Data Composting For Kids, ou simplesmente DC4K, uma oficina educacional baseada na criação e no acompanhamento de uma composteira do tipo minhocário, unindo ideias da Biologia e da Ciência de Dados. Essa atividade foi escolhida por interligar as duas áreas e pelo potencial de motivar os alunos em relação a um problema real, que seria o uso de restos de alimentos ao invés do seu descarte em lixo comum. Durante a oficina, os alunos serão guiados para registrar dados como temperatura, pH, umidade, quantidade e tempo de decomposição, transformando o minhocário em um laboratório real para coletar e analisar dados.

Assim, o experimento de compostagem será usado como experiência de pesquisa para aproximar os alunos do ensino fundamental e médio da prática científica. O objetivo é integrar as ideias de Biologia e Ciência de Dados em um contexto fácil, prático e de forma que seja importante para o meio ambiente e para a sociedade, incentivando o entendimento dos processos biológicos da decomposição e o desenvolvimento de habilidades de análise e interpretação de dados.

O diferencial do DC4K está justamente na ênfase dada à Ciência de Dados, quando relacionado a outros projetos que só utilizam a compostagem como ferramenta de aprendizado sobre questões ambientais ou conceitos biológicos. A iniciativa não se limita apenas no acompanhamento da decomposição, mas também em transformar cada etapa da oficina em oportunidade para os alunos desenvolverem as habilidades próprias do letramento em dados.

Este trabalho está organizado da seguinte maneira: na seção 2 apresentamos os fundamentos e trabalhos relacionados, onde destacamos estudos sobre compostagem, conceitos e modelos que já foram estabelecidos por outros autores que darão suporte à pesquisa. Na seção 3 falamos sobre a proposta do nosso projeto, descrevendo o desenvolvimento da oficina e detalhando a metodologia adotada para a construção e acompanhamento do minhocário, assim como estratégias de coleta e análise de dados. E para finalizar, na seção 4 apresentamos as conclusões, apontando as contribuições da proposta para o ensino da ciência de dados e biologia nas escolas e discutindo sobre possíveis projetos futuros.

2 FUNDAMENTOS E TRABALHOS RELACIONADOS

A compostagem é um jeito de transformar restos de comida, folhas e outros materiais que iriam para o lixo em adubo para as plantas. Isso acontece porque pequenos seres vivos, como bactérias, fungos e minhocas, ajudam a decompor esses restos. No final do processo, sobra um material cheio de nutrientes que deixa a terra saudável e boa para as plantas (MOREIRA, 2010).

Existem diferentes formas de fazer compostagem, uma delas é a compostagem aeróbica tradicional que acontece com o oxigênio, onde as bactérias e os fungos comem os restos de comida e folhas, formando um adubo muito bom para a terra. Geralmente é feita em pilhas de restos de plantas (INÁCIO, 2009). Já a compostagem anaeróbica acontece sem oxigênio, em lugares fechados, onde os microrganismos transformam o material em adubo e também produzem gases que podem ser usados como energia (AGOSTINHO, 2018). A compostagem laminar coloca os restos de comida e folhas em camadas, como acontece naturalmente na floresta, e é usada principalmente em hortas e pomares (YAGI, 2017). A compostagem aerada estática é feita em sistemas fechados onde o ar circula com ventiladores, ajudando a decompor os restos mais rápido sem precisar mexer muito, e é usada em lugares grandes (LEITÃO, 2008).

O minhocário, também chamado de vermicompostagem, utiliza minhocas para transformar restos de comida e folhas em húmus, um adubo muito nutritivo. As minhocas comem o material, e os microrganismos que vivem dentro delas acabam ajudando a deixar o adubo ainda melhor para as plantas. O húmus resultante contém nutrientes importantes, como nitrogênio, fósforo e potássio, que ajudam na vitalidade do solo.

As minhocas são animais sem ossos, com corpo comprido e dividido em partes. Elas vivem na terra, em ambientes ricos em matéria orgânica e ajudam a deixar o solo mais fértil, transformando restos de plantas e folhas em adubo e fazendo buracos que deixam o ar e a água passarem melhor (EDWARDS, 2012; EDWARDS, 2004; PERRY, 2003).

O livro “Composting in the Classroom” é um guia abrangente que aborda o uso da compostagem como ferramenta para o ensino de ciências na sala de aula. Ele apresenta os princípios biológicos e químicos da decomposição da matéria orgânica,

de forma clara e organizada, focando na importância de uma manutenção adequada. O autor aborda diferentes tipos de composteiras, assim como a chamada “Worm Bins”, que é justamente o minhocário no qual iremos trabalhar, trazendo instruções e informações detalhadas de como construir, cuidar e coletar dados específicos durante o processo de compostagem. Além disso, o livro propõe atividades de investigação onde os alunos pegam os dados coletados e organizam para analisar e relacionar, transformando a experiência prática em aprendizado científico (TRAUTMANN; KRASNY,1998).

Um exemplo dessa abordagem, foi realizado com alunos do 3º ano do ensino fundamental, utilizando a composteira como ferramenta prática para ensinar ciências e educação ambiental, envolvendo atividades de montagem, observação do processo de decomposição e uso do adubo. A pesquisa mostrou que a experiência ajudou as crianças a refletirem sobre o destino dos resíduos orgânicos e a compreenderem melhor os conceitos científicos, além de gerar um material de apoio para professores trabalharem em sala de aula (SANTOS, 2022).

Uma escola pública de tempo integral percebeu a necessidade de reduzir o desperdício de alimentos, e implementou outro projeto que buscou conscientizar os alunos sobre o destino dos resíduos orgânicos com a integração da composteira, de forma mais lúdica. Para solucionar o problema, foi pensada a criação de um minhocário, que teria como objetivo reduzir os gastos desnecessários de alimentos, mas também possibilitar a criação de húmus e compostagem. As composteiras foram alimentadas com cascas, folhas, talos, raízes, cascas de ovos e restos de frutas, e cada uma foi confeccionada com caixas plásticas e organizada em pilhas de três etapas (SILVA ALVES, 2024). Para se obter um melhor resultado de aprendizado é interessante que os alunos participem de visitas guiadas e sejam introduzidos a um embasamento teórico para maior entendimento. Isso resulta em uma atividade prazerosa e didática, na qual os alunos conseguem desenvolver uma conexão entre a compostagem e a análise de dados em seu cotidiano (FORTES GONZALEZ, 2017).

A introdução da ciência de dados no âmbito escolar tem se mostrado uma grande promessa no desenvolvimento de habilidades investigativas e analíticas. Levantando a discussão de como a ciência de dados pode ser introduzida de forma simples no ensino fundamental, pesquisadores mostram que já é possível trabalhar noções básicas de coleta, organização e representação de dados dentro da matriz escolar australiana.

Como exemplo, a apresentação de uma atividade em que alunos de nove anos coletam informações da turma, organizam em planilhas e criam gráficos. Para que os alunos testem, avaliem e discutam a efetividade dos dados do desenvolvimento das planilhas, é necessário que os envolvidos na atividade registrem cada dado coletado e os organizem em formato de tabela comparativa, tornando mais interativa e fácil compreensão. Após o desenvolvimento, é possível realizar a criação de um gráfico que simplifica a exibição dos resultados adquiridos, tais como gráfico pizza, coluna ou como o aluno decidir representar. A ênfase está em os alunos testarem, avaliarem e discutirem a efetividade de diferentes exibições de dados para comunicar descobertas, gerenciar variabilidade e representar dados de forma significativa. Esse tipo de prática ajuda as crianças a desenvolverem habilidades de investigação, raciocínio e criatividade que são habilidades imprescindíveis nos dias atuais (FRY; MAKAR, 2021).

Além das atividades práticas convencionais que envolvem a compostagem, há o desafio de como coletar e analisar os dados em uma tarefa educacional. O BitDogLab e o Arduino Science Journal são duas facetas de hardware e software respectivamente, voltados ao estímulo da prática investigativa e analítica entre os estudantes. O BitDogLab é uma plataforma de hardware desenvolvida com o objetivo de disseminar o conhecimento e democratizar o acesso à tecnologia por meio da programação física, caracterizando-se como uma ferramenta de baixo custo, de fácil utilização e segura para crianças e adolescentes (FRUETT, 2024). Seu kit dispõe de um conjunto rico de sensores que podem ser plugados e monitorados pela plataforma. Por sua vez, o Arduino Science Journal é um aplicativo que permite o monitoramento de sensores integrados ao próprio celular ou ligados a ele por plataformas de hardware, possibilitando a coleta e análise de dados relacionados à iluminação, sons e ruídos (sensores do celular) ou temperatura, umidade etc. (a partir de plataforma plugada). Ela também organiza essas informações em tabelas e gráficos (ARDUÍNO, 2025). Essas tecnologias ressaltam a coleta de dados mais acessível e didáticas, contribuindo para a disseminação da ciência em ambientes educacionais. Apesar do Arduino Science Journal não ter interface direta com o BitDogLab, parte desta pesquisa investigará como integrá-los, já que o BitDogLab possui um Arduino em sua arquitetura.

Os trabalhos apresentados se relacionam diretamente com a proposta deste projeto, pois mostram como experiências práticas podem ser usadas para ensinar ciência e análise de dados desde cedo. Destacam o minhocário e a análise destes

dados, propostos por atividades práticas, como recurso para envolver crianças no aprendizado de ciências, demonstrando que exercícios simples de coleta e organização de informações podem introduzir noções de ciência de dados no ensino fundamental, revelando seu caráter interdisciplinar que se torna um intermediador entre todas as áreas.

3 DATA COMPOSTING FOR KIDS - ENSINO DE CIÊNCIA DE DADOS NA COMPOSTEIRA

Apresentamos neste projeto o DC4K, uma iniciativa para ensino de análise de dados para crianças por meio da composteira, mais especificamente, o minhocário. Deste modo, temos como objetivo disseminar o conhecimento de análise de dados e amplificar a importância deste aprendizado nos anos iniciais. Realizaremos oficinas para estudantes do ensino fundamental e médio, concentrando-nos nas métricas usadas para coletar os dados referentes à compostagem para promover a interdisciplinaridade envolvida na atividade. Além disso, o currículo escolar já estabelecido permite a exploração de conceitos aprendidos – como variáveis, funções e gráficos – na ciência de dados envolvida na análise (FRY; MAKAR, 2021). O fluxo do processo da Oficina DC4K está ilustrado na Figura 1. As subseções a seguir detalham cada uma das etapas.

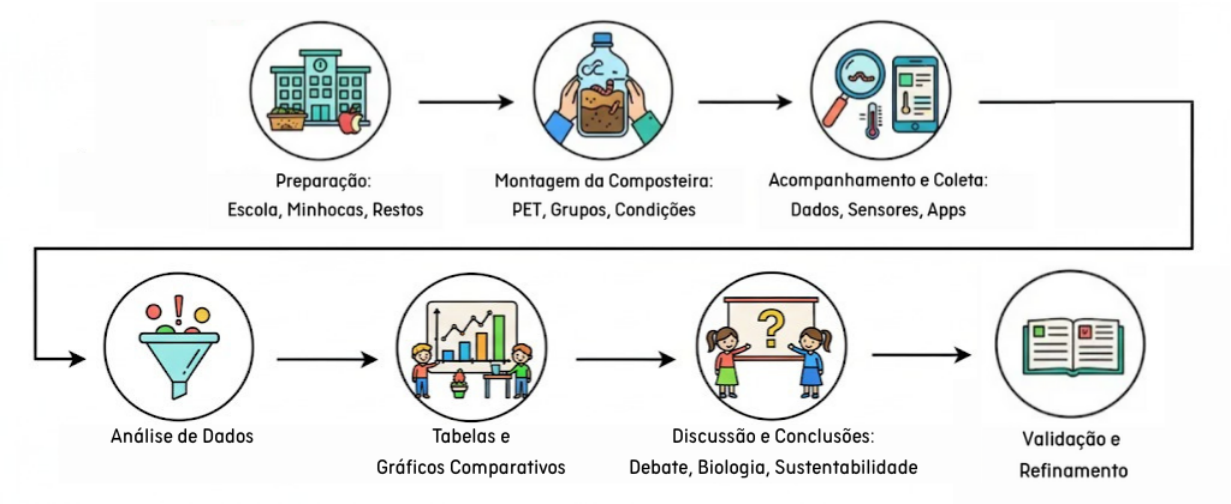


Figura 1 - Fluxograma da Oficina DC4K - Data Composting for Kids.
Fonte: Acervo dos autores.

3.1 APLICAÇÃO NAS ESCOLAS

O planejamento criado para as oficinas a partir desse trabalho foi arquitetado para o ambiente escolar e para uma quantidade de alunos de aproximadamente 30 indivíduos. Os alunos estarão presentes em cada etapa do processo para discutir quais dados poderão ser analisados a partir dessas experiências.



Figura 2 - Minhocário
Fonte: Acervo dos autores.



Figura 3 - Minhocário
Fonte: Acervo dos autores.

Com o intuito de aprimorar o planejamento para a implementação das oficinas, fizemos a primeira pesquisa prática na qual, por meio do minhocário (Figuras 2 e 3), buscamos entender a taxa de erro, a coleta de dados mais eficiente, a logística a ser aplicada nas escolas, entre outros aspectos. Partindo da convicção desta experiência e das análises bibliográficas, desenvolvemos os principais aspectos necessários das oficinas, detalhados nas subseções seguintes.

3.1.1 Nível de Conhecimento

Para fins de resultados mensuráveis e entendimento do impacto da oficina, a utilização de questionários e acompanhamento da turma para seguimento do aprendizado é fundamental, além de possibilitar o entendimento do nível de saber da turma participante. Dentro deste escopo, as investigações tomam aspectos qualitativos por se relacionarem à percepção individual.

3.1.2 Funcionamento

A partir da análise das experiências relatadas em artigos e livros, o DC4K terá as seguintes configurações:

- Inicialmente se fará uma parceria com escolas interessadas.
- A escola nos passará informações sobre as turmas que participarão.
- Retornando aos conhecimentos adquiridos por meio do estudo da revisão bibliográfica, os alunos receberam orientações dos materiais necessários e recomendações de acordo com a média de idade de cada turma. As orientações serão baseadas em (SANTOS, 2022), conforme segue:
    - Coleta de minhocas.
    - Armazenamento de garrafas pet, uma unidade por aluno.
    - Coleta de composto verde ou marrom.
    - Coleta de alimentação para composteira, retificando as recomendações necessárias sobre quais alimentos.
- Com os materiais reunidos, será agendado o primeiro encontro presencial, no qual acontecerá os seguintes processos:
    - Divisão da turma em grupos para realizar comparações de diferentes condições.
    - Explicação da utilização da análise de dados na experiência.
    - Montagem da composteira.
    - Explicação sobre alimentação da composteira e cuidados necessários.
    - Orientação de como os dados serão coletados, a periodicidade, como fazer as anotações sobre o experimento. Será aberto um espaço para sugestões de quais condições cada grupo deverá colocar suas composteiras e qual conclusão será retirada disso.
    - Será reforçada a ideia de que todos os protótipos serão utilizados por toda turma como objeto de estudo, e que a ocorrência de erros e acertos é fundamental para se obter resultados e conclusões.
- Com o primeiro encontro finalizado, os alunos ficarão responsáveis por fazer a coleta de dados periódicos e anotações. Os encontros adiante terão como objetivo levantar hipóteses e acompanhar os resultados obtidos.

- As oficinas têm cronograma de duração de um mês e 15 dias, tendo como fechamento, a apresentação dos alunos sobre as conclusões retiradas e qual a importância da ciência de dados.

3.1.3 Construção da composteira.

A Figura 4 ilustra um protótipo da composteira proposta e como pode ser observado, optamos por usar garrafas pet na construção devido a aspectos como simplicidade, custo reduzido ou inexistente, menor tempo para a produção de húmus e chorume em comparação a projetos que empregaram a técnica de três baldes sobrepostos (SANTOS, 2022). Tal abordagem simplificada permite a construção de vários protótipos, para se comparar diversas condições. Para montagem da composteira, do tipo minhocário de pequeno porte, é necessário apenas uma garrafa. É feito um corte no centro da garrafa e inverte-se a parte superior para que a tampa fique dentro da parte inferior e virada para a superfície. Na parte aberta, é interessante usar uma tampa com furos ou pano que vede bem, mas que permita a aeração, para contenção das minhocas. Essa explicação pode ser visualizada na Figura 4 a seguir:



Figura 4 - Composteira Garrafa PET
Fonte: Site Saberes do Jardim, 2015

3.2 ANÁLISE DE DADOS

Tendo em mãos o material necessário para montagem da composteira, é necessário definir, e explicar as métricas a serem coletadas, esse quesito depende do contexto dos materiais reunidos para construção.

3.2.1 Condições diversas.

Colocar composteiras à mercê de condições diversas afeta múltiplos quesitos individuais que podem ser estudados, como nível de umidade, temperatura, uso ou desuso de partículas pequenas na aeração, volume do recipiente, periodicidade de alimentação, dentre outros (TRAUTMANN; KRASNY,1998). Esse tópico acaba favorecendo grandemente a análise, promovendo a socialização dos alunos sobre as coletas de suas composteiras em diferentes condições. As condições diferenciadas poderão levar a resultados distintos o que enriquecerá a experiência da turma (SANTOS, 2022).

3.2.2 Dados Coletados

Baseado nas pesquisas literárias e visando as oficinas, separamos os dados mais plausíveis para serem coletados no ambiente escolar, pelas crianças e com certa frequência (TRAUTMANN; KRASNY,1998).

3.2.2.1 Tipos de alimentos e periodicidade para alimentação das minhocas

Os tipos de alimentos colocados dentro da composteira e o período de tempo de alimentação são conceitos essenciais para o mantimento da saúde da composteira, a utilização de alimentos muito ácidos, de alimentos que demoram muito de se decompor e entre outros, assim como a quantidade de alimentos que são colocado em um período de tempo específico, afetam diretamente conceitos como: tempo para produzir fertilizante e adubo, saúde das minhocas, odor forte, atração de moscas dentre outros.

3.2.2.2 Temperatura

A composteira passa por diferentes fases de temperatura, que definem as transformações do ecossistema como um todo. Com base nas pesquisas, entendemos que na fase inicial da decomposição os microrganismos liberam calor. Nesse estágio, os microrganismos quebram proteínas, gorduras e carboidratos complexos, ou seja, decompõem partículas mais intrincadas. Por fim, a composteira entra em fase de estabilidade e se mantém em uma temperatura constante.

É importante destacar que a compostagem do tipo minhocário não suporta temperaturas tão altas, não sendo aconselhável manter no sol constante. Apesar desses conceitos formarem propriedades mais técnicas, é interessante que com a análise de dados os alunos consigam retirar conhecimentos de conceitos básicos, como o fator do aumento da temperatura ser o sinal da quebra e decomposição de alimentos que são mais complexos.

3.2.2.3 Nível de umidade.

Manter a umidade dentro da composteira é essencial para o bom funcionamento. A carência de umidade pode causar problemas como a inibição da atividade microbiana, e por outro lado, o excesso retarda a decomposição. Tendo em vista essas informações, esses dados podem ser concluídos pelos alunos por meio de comparações e anotações do nível de umidade que está sendo adicionado na composteira.

3.2.2.4 Tipos, tamanhos e quantidades de partículas do composto.

Os tipos e tamanhos de partículas são conceitos essenciais, eles podem vir a definir o nível de umidade, e de aeração, conceitos fundamentais para o funcionamento estável da composteira. Por exemplo, partículas menores aumentam a área de superfícies para atividade microbiana, mas partículas muito pequenas podem inibir a circulação de ar. Os alunos podem comparar esses funcionamentos utilizando tipos diferentes de partículas de composto.

3.2.2.5 Volume

O volume da quantidade de composto também afeta diretamente a aeração, a grande quantidade de volume pode causar problemas para o ecossistema pela pouca circulação de oxigênio.

3.2.2.6 Demanda de tempo para decomposição dos alimentos

Alguns alimentos demoram mais tempo para se decompor do que outros, essa constatação pode nortear os discentes a levantar hipóteses do motivo pelo qual isso

acontece, e levá-los a concluir quais seriam os alimentos mais adequados e eficientes para colocar na composteira.

3.2.2.7 Uso de diferentes espécies de minhocas

Os diferentes tipos de espécies de minhocas podem se comportar de maneiras diferentes ao lidar com certos alimentos. Essa mudança de comportamento pode levar a constatações sobre cada espécie.

3.2.2.8 Cópias

É crucial a diversidade, não somente para a prevenção, mas também para a análise. A investigação dos possíveis motivos da morte do ecossistema da composteira é uma das formas de estimular as crianças a refletirem e chegarem a conclusões, desenvolvendo o seu próprio conhecimento através das interligações. O uso de cópias nas oficinas já é implementado no planejamento por meio do uso de uma composteira de pequeno porte para cada aluno.

Na etapa final da oficina, será proposta às crianças a criação de gráficos e tabelas com o intuito de melhor visualização das conclusões, e para uma apresentação final do que foi possível retirar de entendimento da experiência na totalidade.

3.2.3 Sensores e Medidas

Estes dados foram selecionados pela simplicidade da coleta. Anotações simples, sensores acessíveis como termômetro de cozinha, entre outros, já servem para a coleta e são alguns exemplos idealizados para coletar dados no experimento. Para medidas, há uma facilidade maior: balanças de cozinha para precisão de volume e peso, recipientes com marcação de medidas, dentre outros, já se faz suficiente para adquirir os dados necessários.

Pelo âmbito do projeto ser focado em análise de dados, almejando resultados de conhecimento autônomo a partir do experimento prático, não são necessários valores muito precisos a depender da idade média da turma e da abordagem escolhida. Entretanto, também optamos por utilizar abordagens que expandem mais o nível de

potencial de conhecimento, o BitDogLab, uma placa de protótipo que permite integrar diversos tipos de sensores, facilitando a coleta e aumentando a veracidade do experimento.

3.2.3.1 Abordagem BitDogLab

Com a parceria estabelecida com o projeto BitDogLab, a utilização de sensores precisos e de forma autônoma, possibilita que o projeto avance para um estágio mais sólido, marcado pelo aprofundamento do conhecimento. A utilização das placas de protótipo BitDogLab permitirá que os alunos estejam ainda mais em contato com a área de tecnologia da informação, e retirem dados de forma mais precisa, proporcionando um novo patamar de conhecimento. O BitDogLab já foi utilizado para projetos com biologia como demonstra a Figura 5, em que foi estudado o efeito estufa através da comparação de um repositório só com pedras e outro com plantas.



Figura 5 - Projeto BitDogLab para estudo do efeito estufa.
Fonte: Fabiano Fruett

3.2.5 Gráficos e Tabelas.

O funcionamento da oficina foi ponderado com o intuito de que as crianças absorvessem noções de análise de dados: como pode ser feita, para que ela serve, como o mundo a utiliza, como é feito um experimento e pesquisa científica, dentre outros. Com o objetivo de alcançar esse intuito, a composteira foi o objeto de pesquisa do qual decorre toda a explicação, uma experiência prática que se encaixa na matriz de

biologia do currículo escolar, e que destrincha conceitos fundamentais para a atualidade.

Para chegar às conclusões desejadas e promover a análise e visualização dos questionamentos levantados, levando a discussão e formulação das possíveis causas em consideração para tais resultados, a utilização de gráficos e tabelas traz uma contribuição significativa para a aprendizagem. Entretanto, o modelo e a forma que será utilizado dependerão da média de idade do grupo de alunos, partindo de visualizações mais lúdicas até planilhas eletrônicas (MALALLAH, 2023). Diante disso, alguns ensinamentos fundamentais incluem a relevância dos dados na ciência que pressupõem o motivo do trabalho, a necessidade de formular uma hipótese, a significância do método, a precisão na coleta de dados, a comparação entre dois cenários, a forma como os dados são apresentados e a interpretação das visualizações. Esses conceitos são essenciais para o aprendizado, permitem desenvolver conhecimentos que permeiam diversas áreas. O DC4K melhora a tomada de decisões, incentiva o aprendizado autônomo e prático, a interdisciplinaridade, interação com o estudo, criatividade e uso de novas tecnologias e comunicação.

3.3 VALIDAÇÃO E REFINAMENTOS

Com a finalização das oficinas e com os resultados das investigações qualitativas obtidas, passaremos por um processo de refinamento, observando possíveis melhorias para aumentar a disseminação da ciência de dados, e validação.

4 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscamos o melhor formato para aliar um problema prático e relevante ao estudo de ciência de dados juntamente com a biologia. Com esse propósito, atrelamos a compostagem como ferramenta vital do trabalho. A partir da análise desenvolvida ao longo do artigo, podemos notar que a atividade proposta busca desenvolver nos participantes a aquisição de conhecimento sobre a compostagem e sua relação com o meio ambiente, atrelada à identificação dos dados por meio da coleta, organização e do senso crítico estimulado na tarefa. Sendo assim, o maior diferencial destacado no DC4K é caracterizado pela implementação do estudo da ciência de dados. Portanto, concluímos que a experiência da compostagem é uma

atividade que permite explorar a interdisciplinaridade envolvendo diversas disciplinas do ensino fundamental e médio promovendo o letramento em dados que é tão importante nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, F. C. et al. Compostagem: Ferramenta sustentável de educação ambiental. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 2, p. 1-5, 2018.

ARDUINO. **Science Journal – Arduino.** Disponível em: <https://science-journal.arduino.cc/>.

EDWARDS, C. A. Earthworm Ecology. 2. ed. **Boca Raton: CRC Press**, 2004.

EDWARDS, C. A.; LOUISE, ARANCON, N. Q. The Science of Vermiculture: Vermiculture Technology and Applications. **Boca Raton: CRC Press**, 2012.

FORTES GONZALEZ, C. E.; XAVIER, C. **COMPOSTAGEM COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM PARA PROMOVER A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DE CIÊNCIAS COMPOSITION AS A LEARNING TOOL TO PROMOTE ENVIRONMENTAL EDUCATIO**. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/330093084>.

FRUETT, FABIANO. **Aplicar Ciência BitDogLab.** Campinas: Unicamp, 2024. Disponível em: <http://www.bitdoglab.org>.

FRY, K.; MAKAR, K. How could we teach data science in primary school? **Teaching Statistics**, v. 43, n. S1, 2021.

INÁCIO, C. DE T.; MILLER, P. R. M. Compostagem: ciência e prática para a gestão de resíduos orgânicos. **Rio de Janeiro: Embrapa Solos**, 2009.

LEITÃO, V. P. M. Utilização de um método híbrido de aeração na compostagem de resíduos sólidos urbanos. **Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) — Universidade Federal de Viçosa**, Viçosa, 2008.

MALALLAH, S. A. et al. **Data Science (Dataying) for Early Childhood**. ASEE Annual Conference and Exposition, Conference Proceedings. **Anais**...2023.

MOREIRA, Ana Maria Maniero; CARVALHO, Lígia DL; GÜNTHER, Wanda M. Risso. Composteira experimental em ambiente institucional: instrumento de educação ambiental e busca da sustentabilidade. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 6, n. 12, 2010.

PERRY, M. A.; EDWARDS, C. A. Earthworms in the Tropical Forests: Ecology and Management. **London: Academic Press**, 2003.

SANTOS, Francielly Ferreira dos. A composteira como recurso para o desenvolvimento de uma rede de conceitos para o ensino de ciências nos anos

iniciais. 2023. **Dissertação (Mestrado em Formação Científica, Educacional e Tecnológica) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná**, Curitiba, 2022.

SILVA ALVES, J. et al. Unidade demonstrativa de compostagem de resíduos orgânicos do ambiente escolar e fomento à educação ambiental. **BARBAQUÁ**, v. 6, p. e8331, 15 abr. 2024.

TRAUTMANN, N. M.; KRASNY, M. E. Composting in the classroom - Scientific Inquiry for high school students. **Composting in the classroom**, n. JUNE 2014, 1997.

YAGI, R. Adaptação dos princípios da compostagem laminar ao plantio direto. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 41, e52239, 2017.

REPRESENTAÇÃO DIGITAL DE DIRETRIZES MÉDICAS E SUA APLICAÇÃO PARA SISTEMAS EM DISPOSITIVOS MÓVEIS

Thiago Gomes Bastos Santos[1]

Rafael Campos Sampaio[2]

Marcelo Barros Silva Filho[3]

Felipe Diquattro Camara[4]

André Santanchè[5]

Christianne O. Dalforno[6]

RESUMO

Transtornos de Disfunção Temporomandibular (DTM) afetam a articulação temporomandibular (ATM) e estruturas associadas. A abordagem manual para o diagnóstico acarreta dificuldades como investimento considerável de tempo, erros humanos e pouca eficiência. Buscando solucionar esses problemas, este estudo tem como objetivo propor a criação de uma representação interpretável por máquina de diretrizes clínicas, com estudo de caso aplicado ao processo de tratamento da DTM. Adicionalmente, busca analisar o comportamento e a importância do uso de diretrizes no âmbito da medicina e investigar a versatilidade de sua aplicação em dispositivos móveis, visando um diagnóstico mais preciso e eficiente. O trabalho propõe o uso da Guideline Definition Language (GDL) como base para a construção de um modelo computacional, a ser aplicado no estudo de caso do tratamento da DTM. Espera-se que o estudo consiga auxiliar na solução de problemas como o excessivo investimento de tempo em atividades manuais e, consequentemente, diminuir a incidência de erros humanos. Pesquisas futuras focarão na implementação desta estrutura no contexto real do diagnóstico das DTMs em um ambiente clínico, a fim de avaliar sua eficácia e usabilidade.

Palavras-chave: DTM. Guidelines. Diretrizes. openEHR. Representação Computacional. Dispositivos Móveis.

1 INTRODUÇÃO

Transtornos de Disfunção Temporomandibulares (DTM) são um grupo de condições que afetam a articulação temporomandibular (ATM), que conecta a mandíbula ao crânio, bem como os músculos, ligamentos e nervos associados ao movimento da boca. Hoje, a abordagem manual para determinação do diagnóstico traz algumas dificuldades, sendo elas um investimento considerável de tempo, erros

[1] Graduando em Engenharia de Software, UCSAL, thiagogomes.santos@ucsal.edu.br
[2] Graduando em Engenharia de Software, UCSAL, rafaelcampos.sampaio@ucsal.edu.br
[3] Graduando em Engenharia de Software, UCSAL, marcelobarros.filho@ucsal.edu.br
[4] Graduando no Bacharelado Interdisciplinar de Saúde, UFBA, Felipecamara@ufba.br
[5] Doutor, UNICAMP, santanche@ic.unicamp.br.
[6] Mestre, UCSAL, christianne.dalforno@ucsal.br.

humanos no processo de registro e a pouca eficiência, particularmente em contextos com alta demanda ou recursos limitados. Buscando solucionar esses problemas, esse estudo busca propor a criação de uma representação interpretável por máquina das diretrizes utilizadas no processo de tratamento da DTM, seguindo padrões já difundidos. A dificuldade encontrada foi principalmente a falta de arquiteturas abertas para o desenvolvimento desta aplicação móvel. Sendo assim, estamos propondo a criação de um conceito de arquitetura que permita a construção de um sistema para dispositivos móveis. Esse sistema permitirá que a execução dessas análises seja ainda mais dinâmica e intuitiva, permitindo sua aplicação em diversos hospitais e clínicas, buscando solucionar problemas como a grande demanda de pacientes, a demora do processo e até a falta de profissionais.

O restante deste artigo está organizado da seguinte maneira: a Seção 2 apresenta os fundamentos teóricos e trabalhos relacionados, sendo a subseção 2.1 para uma análise aprofundada sobre o que é DTM e problemas na análise e diagnóstico; e a subseção 2.2 para o processo de desenvolvimento do conceito de uma arquitetura para dispositivos móveis. Por fim, a Seção 3 traz as considerações finais.

2 FUNDAMENTOS E TRABALHOS RELACIONADOS

2.1 O QUE É DTM E PROBLEMAS NA ANÁLISE E DIAGNÓSTICO

Disfunções Temporomandibulares (DTM) são um grupo de condições que afetam a articulação temporomandibular (ATM), que conecta a mandíbula ao crânio, bem como os músculos, ligamentos e nervos associados ao movimento da boca. Essa articulação é essencial para funções como mastigação, fala e até expressões faciais. Os DTMs podem gerar uma variedade de sintomas que impactam a qualidade de vida de quem os enfrenta. Os DTMs não têm uma causa única, mas são frequentemente resultado de uma combinação de fatores. O artigo (SCHIFFMAN et al., 2014), apresenta um conjunto de diretrizes revisadas e validadas para o diagnóstico de transtornos temporomandibulares (DTM), elaborado pelo International RDC/TMD Consortium Network. O documento busca padronizar a avaliação clínica e de pesquisa das DTM, que afetam a articulação temporomandibular, músculos mastigatórios e estruturas relacionadas. O texto introduz o Diagnostic Criteria for Temporomandibular Disorders (DC/TMD) como uma evolução dos critérios anteriores do Research

Diagnostic Criteria for Temporomandibular Disorders (RDC/TMD), incorporando avanços científicos e clínicos acumulados ao longo de mais de duas décadas. Ele é projetado para ser utilizado tanto em contextos clínicos quanto em estudos de pesquisa, oferecendo um sistema diagnóstico de dois eixos: o Eixo I, que foca em diagnósticos físicos baseados em sinais e sintomas mensuráveis (como dor, limitação de movimento e ruídos articulares), e o Eixo II, que aborda aspectos psicossociais e comportamentais, incluindo dor crônica, estresse psicológico e impacto funcional. As recomendações detalham protocolos clínicos padronizados, incluindo histórico do paciente, exame físico e instrumentos de avaliação, como questionários validados para medir intensidade da dor e qualidade de vida. O trabalho destaca a importância de uma abordagem multidisciplinar, envolvendo dentistas, médicos e psicólogos, para um diagnóstico preciso. Além disso, são apresentadas diretrizes para a classificação de subtipos de DTM, como artrite, disfunção interna da articulação e mialgia, com critérios específicos para cada condição. Também é possível obter evidências de validação de cada um dos critérios, com estudos que demonstram alta sensibilidade e especificidade em populações diversas. Além disso, ele enfatiza a necessidade de treinamento dos profissionais para aplicação consistente dos protocolos e oferece recursos educacionais, como manuais e vídeos, para suporte.

Contudo, o artigo limita-se a apresentar os critérios de diagnóstico para transtornos temporomandibulares (DTM), funcionando como um guia estruturado e padronizado para orientar os profissionais de saúde no processo de identificação e classificação dessas condições. No entanto, na prática atual, o diagnóstico ainda é realizado de maneira manual e escrita, dependendo diretamente do profissional como o principal agente responsável por observar, avaliar e registrar cada um dos pontos descritos nos critérios. Esse processo envolve a coleta detalhada de informações por meio de histórico clínico, exame físico e, quando necessário, questionários preenchidos pelo paciente, seguidos pela análise e interpretação desses dados pelo especialista para chegar a um diagnóstico final.

Essa abordagem manual, embora eficaz, apresenta algumas limitações significativas. Em primeiro lugar, ela exige um investimento considerável de tempo, tanto do profissional quanto do paciente, já que a avaliação exige atenção minuciosa a múltiplos sinais e sintomas, como dor, limitação de movimento, ruídos articulares e aspectos psicossociais. Além disso, a dependência de registros escritos pode introduzir

erros humanos, como omissões ou interpretações subjetivas, especialmente se o profissional não estiver adequadamente treinado ou se os dados coletados forem inconsistentes. A falta de automação ou ferramentas digitais para auxiliar na triagem inicial e na organização das informações pode tornar o processo mais lento e menos eficiente, particularmente em contextos com alta demanda ou recursos limitados.

Outro ponto a considerar é que essa metodologia manual pode não acompanhar o ritmo das demandas modernas da saúde, onde a rapidez e a precisão são cada vez mais valorizadas. A ausência de suporte tecnológico, como software de análise ou sistemas de inteligência artificial para processar os dados coletados, deixa o diagnóstico vulnerável a variações interindividuais entre os profissionais, o que pode comprometer a padronização preconizada pelo artigo. Apesar disso, o guia DC/TMD continua sendo uma base sólida, oferecendo uma estrutura que, com o tempo, pode ser complementada por inovações tecnológicas para otimizar o diagnóstico e reduzir a carga de trabalho manual, beneficiando tanto os clínicos quanto os pacientes.

É relevante neste momento, introduzir o conceito do uso de diretrizes na medicina. Diretrizes médicas são documentos que contêm recomendações baseadas em evidências científicas para orientar os profissionais de saúde na tomada de decisões clínicas sobre diagnóstico, tratamento e acompanhamento de pacientes. O objetivo é otimizar o atendimento, assegurar a qualidade dos cuidados e harmonizar a prática clínica, resumindo o conhecimento médico atual e avaliando os benefícios e malefícios das opções de cuidado.

2.2. MODELOS DE REPRESENTAÇÃO COMPUTACIONAL DE DIRETRIZES

Existem diversos estudos que buscam desenvolver um método computacional que dê suporte na automatização de diretrizes. No estudo apresentado por (Wang et al., 2002)*,* desenvolvido em conjunto por grupos das universidades de Columbia, Stanford e Harvard, podemos encontrar uma excelente base no que tange à representação computacional de diretrizes. Nessa pesquisa, foram analisados onze modelos de diretrizes interpretáveis por máquina e suas particularidades, onde foram encontrados alguns princípios primitivos de representação comuns entre os diferentes modelos. Os pesquisadores identificaram quatro elementos básicos, chamados primitivos, através dos quais se desenvolve o processo de análise, sendo eles: Ações,

Decisões, Estado de Paciente e Estado de Execução. Os autores também apresentam o importante conceito do controle de agendamento, um modelo de processos que consiste na definição do fluxo temporal que os primitivos devem seguir. Esses controles são identificados como: Sequências, Concorrências, Alternativas e Loops. Outro ponto crítico apresentado pelo artigo é a padronização das terminologias para que a diretriz se integre aos prontuários eletrônicos já existentes. Para solucionar essa problemática, o artigo cita alguns modelos de padronização de terminologias como o Health Level Seven - Reference Information Model **(HL7 RIM)** e o Systematized Nomenclature of Medicine **(SNOMED)**, para garantir essa compatibilidade das diretrizes entre diferentes sistemas em diferentes clínicas e hospitais ao redor do mundo.

Apesar dos grandes avanços e contribuições de estudos, como o que citamos, diversos problemas persistem nesse processo de representação computacional. No artigo (SENEVIRATNE et al., 2023) é exposto que os trabalhos apresentados até então não se concentram em formalizar o processo de mudanças nas diretrizes, a clareza e transparência quanto a procedência das recomendações ou a aplicabilidade das evidências. Esses problemas não só dificultam a integração dos sistemas, como também não geram confiança para o seu uso por meio dos profissionais de saúde. Outro problema apresentado em estudos recentes, é a dificuldade de traduzir os modelos já existentes em uma linguagem algorítmica computacional.

Para solucionar essas problemáticas, algumas ferramentas foram desenvolvidas. A Guideline Definition Language **(GDL)** e a Archetype Definition Language **(ADL)** foram criadas pela OpenEHR, uma organização sem fins lucrativos que desenvolve padronizações para Eletronics Health Records (EHR), para definição de arquétipos clínicos. Arquétipos são modelos computacionais reutilizáveis para definições padronizadas de dados clínicos. No estudo apresentado em (ANANI et al., 2014), é realizada a aplicação prática dessa metodologia, explorando suas estruturas e ferramentas. A GDL permite, por exemplo, a combinação de arquétipos openEHR com regras lógicas e a integração com diferentes terminologias clínicas, como, SNOMED e Internacional Classification of Diseases **(ICD-11)**, fazendo com que seja altamente compatível com Registros Eletrônicos de Saúde **(EHR)** e garantindo interoperabilidade semântica entre sistemas. O uso da GDL se destaca por ser uma das principais alternativas para oferecer suporte à decisão clínica **(SDC)** de forma escalável e padronizada, especialmente em instituições que utilizam diferentes tipos de sistemas

de EHR, o que soluciona um dos problemas apresentados por estudos recentes, como citamos anteriormente. Essa padronização é possível porque a GDL se baseia em padrões abertos e internacionais, como os arquétipos e o modelo de referência do openEHR, o que facilita a criação de regras compartilhadas entre diferentes organizações e sistemas. No estudo (ANANI et al., 2014), ainda é dito que essa abordagem tornou possível a verificação automática da conformidade de casos simulados com as diretrizes de manejo, o que pode ser compartilhado entre diferentes instituições e proporcionar mais clareza e transparência no processo automatizado de diagnóstico.

Além disso, a existência de ferramentas de código aberto, como o GDL 2 Editor e o CDS Workbench, simplifica o processo de autoria, teste e execução de regras GDL em ambientes de pesquisa e desenvolvimento. Não obstante, a existência dessas ferramentas pode auxiliar verdadeiramente no processo de implementação das diretrizes em diferentes instituições de saúde. O artigo (ANANI et al., 2014) ainda traz um alerta. Apesar de se mostrar muito eficiente no contexto em que foi aplicada, a GDL pode sofrer dificuldades para implementação de outros domínios clínicos. O objetivo deste artigo é usar a GDL como base para a construção de um modelo computacional numa plataforma baseada em dispositivos móveis. Será realizado um estudo de caso a partir das diretrizes para tratamento da Disfunção Temporomandibular.

2.3 ARQUITETURA DE SISTEMA DE INTEGRAÇÃO PARA AUTOMAÇÃO DA ANÁLISE DE DIRETRIZES NA MEDICINA

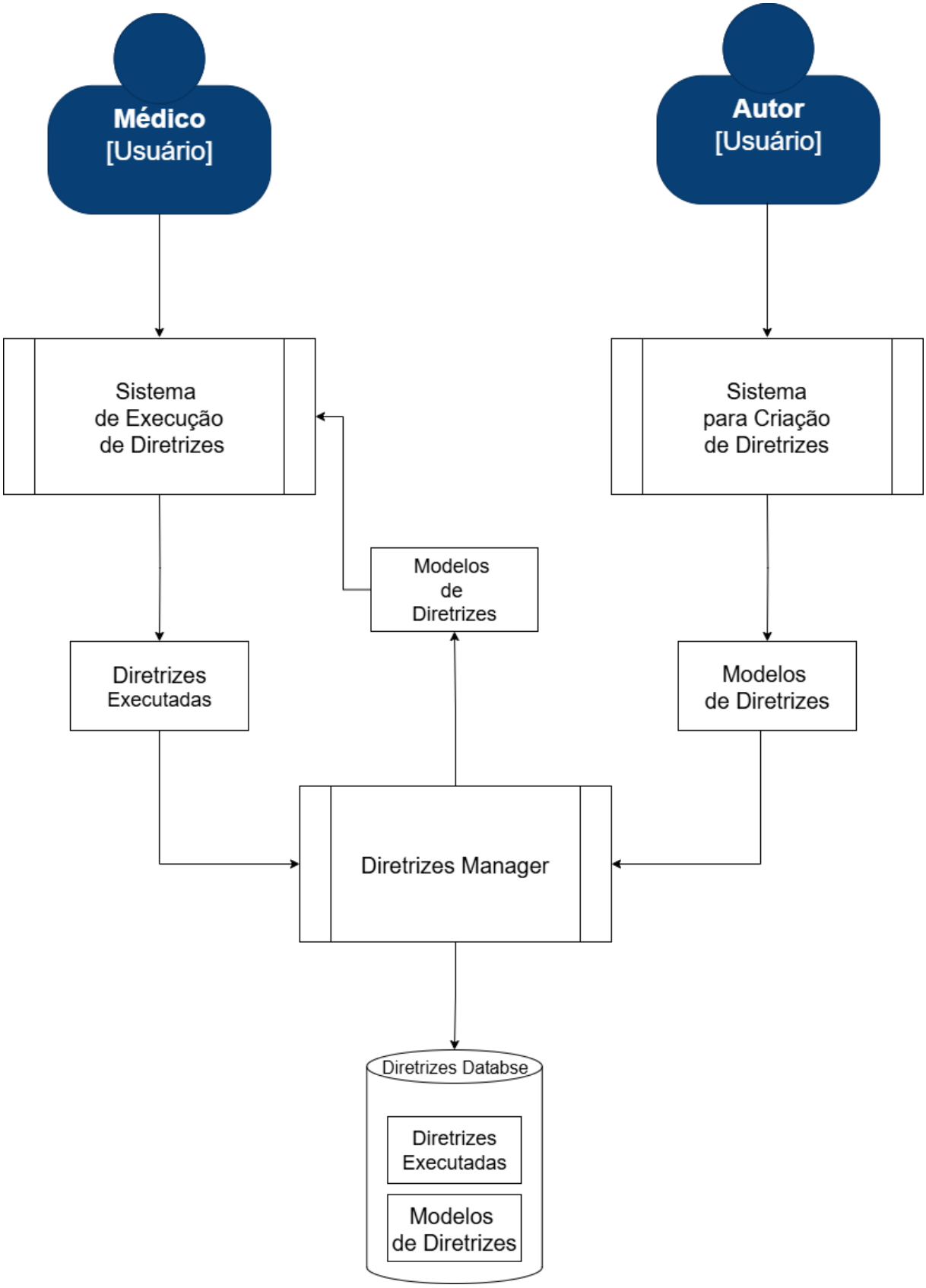


Figura 1. Arquitetura geral do Sistema.

Este trabalho é resultado de uma colaboração com uma equipe de médicos que vêm desenvolvendo pesquisas no contexto de diretrizes clínicas. Em especial, eles desenvolveram diretrizes para a Disfunção Temporomandibular, que será o ponto de partida para este estudo. Entretanto, o modelo de diretrizes proposto será genérico de forma que possa ser posteriormente aplicado a outras diretrizes. No diagrama da arquitetura visto na Figura 1, podemos ver uma visão panorâmica do fluxo que seguirá o sistema, representado por 6 entidades. Essas entidades são:

- Médicos e autores - Grupos de usuários que utilizarão os sistemas.
- Sistema para criação de Diretrizes (SCD) - Módulo de edição usado pelo autor para criar novas diretrizes automatizadas. Este módulo produz modelos de diretrizes que são armazenadas no banco de dados em formato GDL.
- Sistema de Aplicação do Guideline (SAD) - Módulo usado pelo médico em um dispositivo móvel durante a execução de uma diretriz em seu ambiente de atuação, e.g., hospital. Ele recupera uma diretriz selecionada, e.g.., para Disfunção Temporomandibular, a aplica e armazena os dados de sua aplicação para um paciente específico no banco de dados.
- Diretrizes Manager (DM) - Sistema responsável por gerenciar os guidelines e os dados de sua aplicação no Banco de Dados.
- Diretrizes Database (DDB) - Banco de dados construído em MongoDB que irá armazenar os modelos de diretriz que serão enviados pela SCD. Também armazenará as diretrizes já executadas. Importante ressaltar que como base para o SCD, bem como para o SAD**,** iremos utilizar os sistemas da OpenEHR, mais especificamente o Archetype Designer e o GDL 2 Editor.

Os médicos estarão em contato com o SAD, um software desenvolvido para dispositivos móveis que terá como principal objetivo facilitar a execução das diretrizes, devolvendo feedbacks em tempo real. Esse sistema terá 3 principais funções:

- Captar as informações da anamnese através de interface gráfica. A Figura 2 mostra uma versão do sistema que tomaremos como base para a construção do nosso módulo, o GDL 2 Editor.

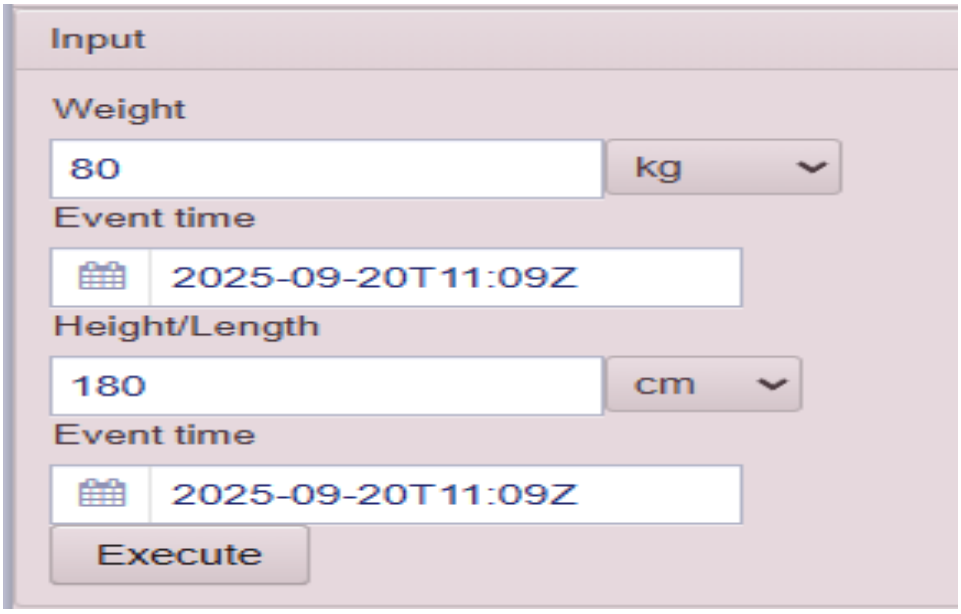


Figura. 2 Interface para registro de dados. GDL2 Editor, 2025.

- Seguir o fluxo da diretriz, moldando-se em tempo real de acordo com as informações recebidas. O sistema poderá ainda sugerir intervenções médicas, a depender do quadro que estiver sendo analisado.
- Enviar um artefato (arquivo em formato JSON) ao **DDB** para salvar a análise realizada.

O sistema construirá dinamicamente sua interface com base nos modelos de diretriz disponibilizados a ele pelo GM. Ao entrar na aplicação, o médico escolherá a análise que será realizada e seguirá o fluxo da mesma. Dentre as vantagens de usar um sistema automatizado, está aquela de descartar a necessidade do médico passar por etapas que não seriam necessárias devido a respostas anteriores.

O sistema terá um módulo assistente que realiza a análise e atualiza o feedback para a interface em tempo de execução. No final, ao invés de precisar realizar a inferência da análise de forma manual, passando por diversas possibilidades, o sistema trará para a interface as principais possibilidades e resultados derivados do processo da diretriz. Todo esse sistema busca tornar o processo substancialmente mais célere, mitigando erros humanos. Haverá também um sistema interno de verificação, consistência e suporte à decisão, cujo papel será dar suporte a um diagnóstico/tratamento aprimorados e com menos erros. Acreditamos que,

principalmente em cenários de grande demanda ou limitação de equipe, esse sistema apresenta grande valor.

Já os autores terão acesso ao **SCG**, uma aplicação web que facilitará a criação de diretrizes através de uma interface gráfica, como um editor. Essa interface estará integrada com o conceito de Archetypes e com os editores da OpenEHR, utilizando os conceitos apresentados por estes para validar a escrita no editor. As diretrizes produzidas seguirão o padrão GDL - Guideline Definition Language. A construção da diretriz segue as seguintes etapas:

1. Realizar a importação de arquétipos e das terminologias que serão utilizadas.
   1.1. Os arquétipos são a base das especificações para seguir os padrões da openEHR. Cada arquétipo representa um conceito clínico discreto, e seu objetivo é conter todos os dados que possivelmente serão utilizados pela diretriz.

```
definition
    OBSERVATION[at0000] matches {       -- Body mass index
        data matches {
            HISTORY[at0001] matches {       -- history
                events cardinality matches {1..*; unordered} matches {
                    EVENT[at0002] occurrences matches {0..*} matches {   -- Any event
                        data matches {
                            ITEM_TREE[at0003] matches {    -- Single
                                items cardinality matches {1..*; unordered} matches {
                                    ELEMENT[at0004] matches {     -- Body mass index
                                        value matches {
                                            C_DV_QUANTITY <
                                                property = <[openehr::349]>
                                                list = <
                                                    ["1"] = <
                                                        units = <"kg/m2">
                                                        magnitude = <|0.0..<1000.0|>
                                                        precision = <|1|>
                                                    >
                                                    ["2"] = <
                                                        units = <"[lb_av]/[in_i]2">
                                                        magnitude = <|0.0..<1000.0|>
                                                        precision = <|1|>
                                                    >
                                                >
```

A Figura 3 mostra um exemplo da construção de um arquétipo:

Figura. 3 - Exemplo de Arquétipo em ADL. Clinical Knowledge Manager, 2025.

1.2. Esses arquétipos, como visto na Figura 3, são escritos com uma sintaxe específica chamada de Archetype Definition Language (ADL). No entanto, a ideia da aplicação é que o autor construa através de uma interface, sem precisar necessariamente interagir com o código. Essa decisão se deve ao fato de nem todos terem facilidade em manipular a sintaxe, o que pode dificultar a representação computacional. Queremos que a aplicação seja semelhante ao Archetype Designer da OpenEHR, em que o usuário constrói arquétipos através de blocos “Drag and Drop”.

1.3. Os componentes de um arquétipo são:

1.3.1. Cabeçalho (identificação e tipo de arquétipo).

1.3.2. Metadados (quem fez, para quê, como usar).

1.3.3. Definição estrutural.

1.3.4. Ontologia (nomes legíveis e mapeamento terminológico).

1.3.5. (Opcional) Regras.

1.4. As terminologias podem seguir padrões SNOMED ou H7, mas é interessante que a aplicação recomende um modelo, mesmo que trabalhe com os dois.

2. Criar os Metadados da aplicação e a descrição de seu uso/funcionamento.

2.1. Além das descrições presentes nos arquétipos, as diretrizes precisam ter definições do seu uso, autores e de informações relevantes para o processo.

3. Definir os valores de entrada e saída da diretriz.

3.1. As diretrizes são compostas por um grupo de arquétipos relevantes para seu funcionamento. Para isso, as diretrizes devem solicitar os valores de entrada necessários para sua execução. Com essas informações, ela irá entregar os outputs definidos em sua construção.

Exemplo:

As Figuras 4 e 5 ilustram a interface para uma diretriz para a análise do Índice de massa corpórea. O processo solicita a massa do indivíduo em quilos e sua altura em metros (Figura 4). O valor de saída irá retornar um índice de massa do tipo decimal (Figura 5).

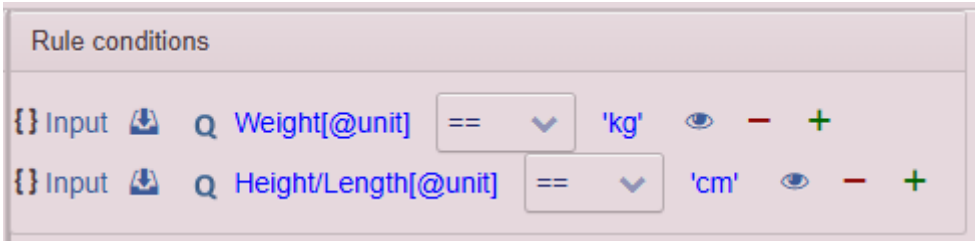


Figura. 4 Exemplo de entrada de dados. GDL2 Editor, 2025.

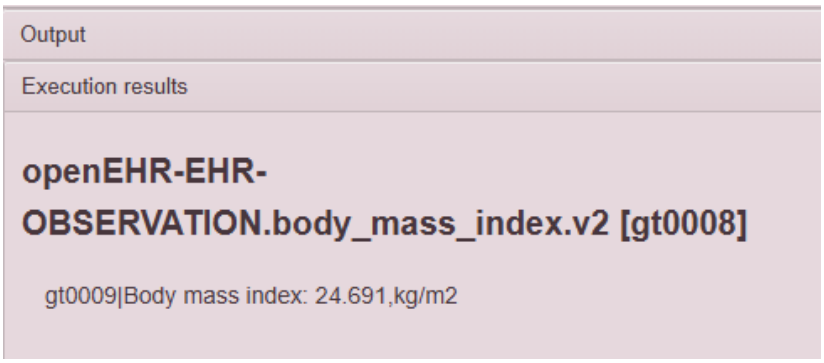


Figura. 5 Exemplo de saída de dados. GDL2 Editor, 2025.

4. Instituir as regras da diretriz onde deve ser implementada as condições da regra e suas ações subsequentes.
   4.1. Além dos blocos de arquétipos, responsáveis por individualizar cada etapa do processo, e dos blocos de entrada de informações, o sistema deve contar com uma área para definição das regras lógicas de execução da diretriz.
5. Testar e validar a diretriz.
   5.1. O sistema valida durante o processo de escrita, por fim, irá impedir a execução caso ainda haja algum erro na estrutura.
   5.2. Sugerimos que o autor preencha a diretriz com informações de teste, para garantir que o processo está entregando as respostas pretendidas.
6. Realizar o envio para o banco de dados.
   6.1. Estando todos os testes realizados e aprovados, o autor terá opção de finalizar a criação da diretriz. Ao finalizar, o sistema envia o modelo ao **Guideline Database**, através do **Guideline Manager**. Posteriormente, o SAG poderá utilizar esse modelo para execução.

O **Guideline Manager** funcionará como uma interface de programação de aplicações (API). Ele será responsável por integrar os sistemas com o **Guideline Database**, garantido que as informações fiquem salvas e estejam disponíveis no momento do uso.

Por fim, o **Guideline Database** será um banco de dados não-relacional desenvolvido em MongoDB, devido à excelente performance desta tecnologia no armazenamento de bancos não relacionais.

3. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo buscar melhorias para a dinâmica clínica em relação a execução de diretrizes clínicas, através de uma plataforma capaz de ser executada em dispositivos móveis. Sua primeira versão será aplicada em um estudo em casos de Disfunção Temporomandibular. Utilizando o conceito de diretrizes para realizar a representação desses processos, objetivamos automatizá-los através de diretrizes interpretáveis por computador, além de buscar uma padronização de registros clínicos para facilitar o compartilhamento de dados. Como resultado, espera-se que esse estudo consiga auxiliar a solucionar problemas, como o excessivo investimento de tempo em atividades manuais, além de consequentemente diminuir a incidência de erros humanos, fazendo assim uma melhoria no ritmo de atendimento dos profissionais da saúde.

Foi evidenciado como a combinação de padrões como openEHR, com as linguagens ADL e GDL, e terminologias como SNOMED-CT e ICD-11, permite a criação de diretrizes interpretáveis por computador e a padronização de registros clínicos, facilitando o compartilhamento de dados.

Como próximos passos, essa pesquisa irá focar na implementação desta estrutura no contexto real do diagnóstico das DTMs em um ambiente clínico, a fim de avaliar sua eficácia e usabilidade por profissionais de saúde.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a colaboração prestada durante a elaboração deste trabalho a:

- Dr. Ailton Melo, Professor Titular de Neurologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA);

- Carolina Orge, doutoranda em Medicina e Saúde pela UFBA;
- Juliana Melo, aluna do curso de Odontologia da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP).

REFERÊNCIAS

ANANI, Nadim *et al.* Retrospective checking of compliance with practice guidelines for acute stroke care: a novel experiment using openEHR's Guideline Definition Language. **BMC medical informatics and decision making**, v. 14, n. 1, p. 39, 2014.

Data de acesso: 21 de Setembro de 2025.

HL7 International, **About HL7**. Disponível em: https://www.hl7.org/about/index.cfm?ref=nav.

OPENEHR**, Clinical Knowledge Manager**, 2025. Disponível em: https://ckm.openehr.org/. Acesso em: 19 de Setembro de 2025.

SCHIFFMAN, Eric *et al.* Diagnostic Criteria for Temporomandibular Disorders (DC/TMD) for clinical and research applications: Recommendations of the international RDC/TMD consortium network* and orofacial pain special interest group. **Journal of oral & facial pain and headache**, v. 28, n. 1, p. 6–27, Inverno 2014.

SENEVIRATNE, Oshani *et al.* Semantically enabling clinical decision support recommendations. **Journal of biomedical semantics**, v. 14, n. 1, p. 8, 2023.

SNOMED International, **What is SNOMED?** Disponível em: https://www.snomed.org/what-is-snomed-ct. Data de acesso: 21 de Setembro de 2025.

WANG, Dongwen *et al.* Representation primitives, process models and patient data in computer-interpretable clinical practice guidelines: a literature review of guideline representation models. **International journal of medical informatics**, v. 68, n. 1–3, p. 59–70, 2002.

World Health Organization, **ICD-11.** Disponível em: https://www.who.int/classifications/classification-of-diseases. Data de acesso: 21 de Setembro de 2025.

RESPONSABILIDADE PARENTAL E A ÉTICA DO CUIDADO NO USO DAS REDES SOCIAIS PELOS FILHOS

Beatriz Katharine Santos de Paula[1]

Rita Simões Bonelli[2]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a necessidade da intervenção parental no uso das redes sociais pelos filhos, tal qual a exposição demasiada dos infantes e o uso da imagem destas para obtenção de lucro, analisando as possíveis consequências jurídicas em face da negligência parental e a ética do cuidado, destacando a lacuna legislativa presente no ordenamento jurídico e a sua repercussão mundial.

Palavras-chave: Redes sociais; Hipervulnerabilidade infantil; Responsabilidade parental; Legislação.

ABSTRACT

This article aims to analyze the need for parental intervention in children's use of social networks, such as the excessive exposure of children and the use of their image to obtain profit, analyzing the possible legal consequences in the face of parental negligence and the ethics of care, highlighting the legislative gap present in the legal system and its global repercussions.

Keywords: Social networks; Child hypervulnerability; Parental responsibility; Legislation.

1 INTRODUÇÃO

O exponencial avanço tecnológico registrado na última década, tal como o avassalador crescimento do uso das redes sociais, resulta hoje em um consumo exacerbado e desenfreado por toda a sociedade. As crianças e adolescentes por sua vez, encontram nestas verdadeiras fontes de entretenimento infinito, inseridas em suas rotinas de forma livre e muitas vezes sem qualquer tipo de supervisão, causando uma série de malefícios ao seu desenvolvimento, atingindo de forma direta sua saúde física e psíquica, e até mesmo a sua forma de se relacionar com outros indivíduos.

[1] Bacharela em Direito (UCSAL), Pós-graduanda do curso de Pós-Graduação em Direito das Famílias e Sucessões pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). *E-mail*: beatriz.katharine103@gmail.com

[2] Professora Orientadora Rita Simões Bonelli. Advogada e Jornalista, Doutora em Família (UCSAL), Mestre em Direito (UFBA), Professora de Direito Civil e Bioética (UCSAL), Coordenadora da Pós-Graduação em Família e Sucessões (UCSAL), Coordenadora Científica do IBDFAM-BA, Presidente da Comissão de Apoio aos Professores da OAB-BA. *E-mail*: ritasimoesbonelli@uol.com.br

O Princípio do Melhor Interesse da Criança, contemplado na Constituição Federal de 1988, assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, garante a estes a proteção integral dos seus direitos, o Art. 4º do ECA traz a responsabilidade solidária entre a família, a comunidade, a sociedade e o poder público em assegurar e promover a efetivação dos direitos relativos à educação, lazer, cultura, dignidade e respeito, razão pela qual se destaca a importância da garantia deste também no meio digital.

Nesse sentido, a Academia Americana de Pediatria (AAP) em parceria com a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), após longos períodos de análise e estudo, desenvolveram recomendações e orientações quanto ao uso de telas por crianças e adolescentes destacando a necessidade do controle e monitoramento do uso por toda a família.

Diante desse cenário, as discussões acerca da responsabilidade parental na supervisão do uso tornam-se cada vez mais frequente dentro e fora do ordenamento jurídico, de modo que, verificam-se nos tópicos seguintes as consequências jurídicas diante da negligência parental na supervisão do uso esclarecendo indagações, como: de que modo podemos garantir o efetivo cumprimento do princípio do melhor interesse da criança no meio digital? Qual é a responsabilidade atrelada ao poder parental na supervisão do uso das redes pelas crianças? De que forma a lacuna presente no ordenamento jurídico dificulta o controle e a responsabilização dos pais pela negligência em relação ao uso das redes por seus filhos?

Ademais, torna-se imprescindível traçar limites tanto para o uso das redes como para a monetização decorrente da exploração da imagem dos infantes visando a responsabilização dos pais quando tais limites são ultrapassados, garantindo a proteção integral do direito à imagem das crianças, a proteção de dados, assim como a prevenção de crimes cibernéticos e diversos efeitos nocivos causados pelo uso excessivo de telas.

Para tanto, utilizou-se da técnica de revisão bibliográfica, mediante análise e estudo de livros, teses e artigos científicos. Ainda, foi feita uma análise do Projeto de Lei 2.6.28/2022 aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o qual prevê regras e mecanismos a serem implementados no uso das redes sociais, impondo a supervisão do uso pelos responsáveis, garantindo a proteção das crianças e adolescentes nos ambientes digitais.

Por conseguinte, entende-se a necessidade do estudo do tema, uma vez que a negligência parental na supervisão do uso das redes sociais tem obtido resultados extremamente negativos no desenvolvimento dos infantes, sendo, portanto, imperioso destacar a sua necessidade de implementação e as consequências jurídicas diante de tal.

2 O PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E A HIPERVULNERABILIDADE NA SOCIEDADE DIGITAL

É cediço que a vulnerabilidade atrelada às crianças na sociedade vem da compreensão de que o período da infância é de suma importância para o desenvolvimento pleno destas, de modo que, caberá aos pais ou responsáveis, ao Estado e a todo ambiente em que o infante se insere, a garantia e manutenção dos seus direitos relativos à saúde, à educação, à cultura, ao respeito e todos aqueles relativos à dignidade da pessoa humana amplamente contemplado na Constituição Federal de 1988.

Tendo em vista a vulnerabilidade percebida às crianças, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) elenca em seu vultoso rol de artigos inúmeros direitos e garantias em que se fazem relevantes neste estágio àqueles que trazem em seu texto o princípio do melhor interesse e proteção integral da criança.

Dessa forma, identificados os direitos relativos à proteção dos infantes em toda a sociedade faz-se de extrema importância a sua extensão para os ambientes virtuais, uma vez que, cada vez mais é comum o uso de meios tecnológicos pelos pais e responsáveis para o entretenimento destes.

Não pairam dúvidas de que o meio que vivemos nos molda como seres humanos, é certo que adultos tendem a agir de acordo com os ambientes que frequentam, com as crianças isto tende a ser ainda mais incisivo tendo em vista que, a sua condição psíquica e cognitiva inicia-se com influência das relações familiares. Estudos comprovam que o uso excessivo de telas interfere diretamente no desenvolvimento sadio das crianças, na maneira como agem, aprendem, se comunicam, se relacionam, se alimentam e até mesmo como dormem.

Assim, a inserção precoce dos infantes na sociedade digital, inobservadas as peculiaridades atribuídas à sua condição de vulnerabilidade, resulta em uma nítida violação aos princípios de proteção integral e melhor interesse das crianças.

Neste sentido, para além do uso de telas, a problemática se estende também para inserção destas nas redes sociais. Muito se discute acerca da autonomia e o direito das crianças relativos à liberdade, privacidade e imagem, o ECA traz o conceito do "direito ao respeito" quando em seu Art. 17 aduz a "inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais", devendo ser este interpretado também na sociedade digital.

Por outro lado, há de se observar que a capacidade de escolha das crianças ainda não está em sua totalidade desenvolvida de modo que, não é possível garantir que tomarão as melhores decisões para as suas vidas. Neste diapasão, a responsabilidade parental na tomada destas decisões surge com o intuito e necessidade de que estes garantem aos seus filhos o pleno exercício do melhor interesse da criança, respeitando, sobretudo, a hipervulnerabilidade destes.

A chamada "Intoxicação digital infantil" tem preocupado muitos especialistas levando a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) a elaborar o manual "Menos telas mais saúde" (2019), no qual estão reunidas diversas orientações e advertências do uso de telas para os pais e responsáveis das crianças, estabelecendo limites e destacando a necessidade de supervisão do uso.

Assim, o uso consciente das telas e das redes sociais pelas crianças depende principalmente do papel dos pais no exercício do poder familiar a estes atribuído. A garantia do melhor interesse da criança e a proteção integral destas na sociedade digital, é consequência da necessária vigilância e cuidado dos pais, tendo em vista o período de desenvolvimento cognitivo em que estas se encontram não permitindo que estas, sozinhas, sejam capazes de promover a sua segurança digital.

2.1 A COISIFICAÇÃO DA CRIANÇA PELOS PAIS PARA OBTENÇÃO DE LUCRO

Com a inserção infantil na sociedade digital, torna-se cada vez mais comum a produção de imagens, vídeos e propagandas pelos responsáveis legais dos infantes visando a obtenção de lucro, uma verdadeira exploração comercial.

O fenômeno conhecido como “coisificação da infância”, traz à baila o distanciamento entre a criança e a condição de ser humano, pelos pais e pela sociedade como um todo, afastando-se, inclusive, a aplicação dos direitos e garantias a estas concedidas. A coisificação da criança no meio digital, tem se tornado hábito para alguns pais que utilizam das imagens de seus filhos para gerar engajamento e monetização em cima destas, com a finalidade principal de completar a renda familiar, tarefa esta que não é de responsabilidade da criança.

Os perfis infantis “administrados pelos pais”, resultam em uma demasiada exposição da imagem infantil para fins de entretenimento, muitas vezes indo contra as diretrizes das redes que, em sua maioria, não permitem o acesso e a produção de conteúdo infantil, destinados tanto para as próprias crianças, como também para o público adulto que a elas acompanham.

Com isso, é comum encontrarmos perfis destinados à exposição da rotina dos seus filhos criados pelos pais, compartilhando com o amplo público desde o nascimento até o dia a dia dos infantes, lugares que frequentam, quem os acompanha e até mesmo momentos de fragilidade como birras, machucados e doenças, conteúdos estes, voltados na grande maioria das vezes ao entretenimento adulto.

Para além da simples exposição, os perfis infantis nas redes sociais também são utilizados para a obtenção de lucros pelos pais por meio de propagandas e a monetização de vídeos, moldando o conteúdo destas as necessidades não dos infantes que os produzem, mas sim do público que os consome.

Analisando o atual cenário, a atividade realizada pelos filhos, sob comando dos pais, pode ser, em alguns casos, comparada ao trabalho infantil, devendo ser, portanto, amparado juridicamente, tendo em vista as peculiaridades e vulnerabilidades que envolvem tais situações. A limitação acerca do conteúdo dessa exposição e propagandas, além da forma como essas crianças estão sendo assistidas, deveria ser de absoluta prioridade para os pais, entretanto o que ocorre na prática é, genitores que afastam o melhor interesse da criança em prol dos seus próprios interesses, colocando-as em papéis de objetificação.

O trabalho infantil exercido deverá estar submetido ao quanto disposto na Consolidação das Leis de Trabalho de 1943, de modo que a atividade realizar-se-á em

condições especiais e por aquelas maiores de 14 anos, consoante dispõe os Artigos 405 e 406, ambos da CLT.

Nesse sentido, é necessário e primordial observar a inviolabilidade da moral do infante pelo juízo, e mais importante ainda, pelos próprios pais. O trabalho realizado na sociedade digital pelos filhos, ao contrário do que determina a lei e os princípios norteadores dos direitos das crianças, na avassaladora maioria das vezes ocorre em benefício única e exclusivamente dos pais no qual estes escolhem o que, como e quando será postado e retém os valores percebidos.

As consequências da exposição demasiada e da coisificação de seus filhos não são de muita relevância para alguns pais, ocorre que, a lacuna legislativa e a falta de fiscalização, acabam criando um verdadeiro deserto em que estes estão legitimados a fazerem da forma em que acham melhor e que, mais uma vez, não condizem com a preservação integral dos infantes.

Destarte, os direitos à honra, intimidade e imagem concedidos à toda população, tratando-se de crianças, estes direitos estão potencializados, exigindo uma maior observância dos pais e de toda a sociedade em que esta se insere, tendo em vista a capacidade limitada em compreender até que ponto a exposição da sua imagem não viola a sua integridade psíquica e moral.

Não obstante, o trabalho realizado pelas crianças nas redes sociais deveria ser também observado por toda uma equipe especializada, analisando os riscos da atividade para o desenvolvimento do infante, conforme garantia trazida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o que não ocorre na prática. De acordo com o Art.18, deste mesmo estatuto, “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

Dessa forma, tratando-se da atividade remunerada por crianças e adolescentes, independente do meio em que ocorre, ao legislar sobre, o legislador não se preocupou tão somente em garantir às crianças a inviolabilidade da sua dignidade como também determinou uma obrigação coletiva de exercer a preservação destas, o que há de ser seguido também nos ambientes virtuais.

3 O CONTROLE DA EXPOSIÇÃO E A RESPONSABILIDADE PARENTAL

Tratando-se de Direito de Família a responsabilidade dos pais para com os seus filhos, ocorre independente de culpa, tornando a responsabilidade destes como objetiva na criação dos seus filhos. Esta responsabilidade decorre principalmente da vulnerabilidade dos infantes, a necessidade de cuidado por sua vez, faz ligação direta com os princípios de proteção integral da criança, a dignidade desta e o princípio da afetividade

Nas palavras de Elpídio Donizetti e Felipe Quintela:

> Quem procura entender a teoria da responsabilidade civil pela ótica da culpa o que, como temos procurado demonstrar, não tem razão de ser, trata de uma 'culpa presumida in vigilando' do representante do incapaz para completar a equação da responsabilidade civil na qual, segundo tal doutrina, deveria estar presente a culpa. Fala-se em culpa presumida, porquanto a norma do art. 933 do Código não dá espaço para a isenção da culpa o que bem demonstra que o Código, portanto, não cogitou da culpa, isto é, que se trata de responsabilidade independente de culpa. E fala-se em culpa 'in vigilando' com referência à infração do dever do representante legal de velar e zelar pelo incapaz, 'vigiá-lo', ou melhor, cuidar dele. Impende ressaltar que também na hipótese de responsabilidade civil do responsável pelo incapaz incide a norma do parágrafo único do Art. 928, que determina que a indenização devida pelo incapaz ou por seu responsável seja fixada conforme um critério de equidade, para que não se privem essas pessoas do necessário à sua subsistência (Donizetti; Quintela, 2016).

O princípio da afetividade, norteador do Direito de Família, traz o afeto como vetor principal das relações familiares, intrinsecamente trazido na Constituição Federal, a relação afetiva entre pais e filhos exige destes uma observância maior quanto ao cuidado e a proteção das crianças, de modo que, sua ausência e negligência resultam em danos no desenvolvimento dos infantes e, se tratando dos pais, até mesmo na perda do poder familiar.

Nas ilustres palavras de Maria Berenice Dias:

> A lei responsabiliza os pais no que toca aos cuidados com os filhos. A ausência do cuidado e o abandono moral violam a integridade psicofísica dos filhos, bem como o princípio da solidariedade familiar, valores protegidos constitucionalmente. Esse tipo de violação configura dano moral e quem causa dano é obrigado a indenizar. O valor deve ser suficiente para cobrir as despesas necessárias para que o filho possa amenizar as sequelas psicológicas, descabido é considerar que criança, por ser de tenra idade, não sofre dano moral, em face do abandono (Dias, 2023).

Além do instituto da Carta Magna, que tem como um de seus mandamentos o dever dos pais em zelar por seus filhos menores, o Código Civil estabelece em seu Art. 1.566, a responsabilidade dos cônjuges referentes ao poder parental em zelar pelo sustento guarda e educação de seus filhos, sugerindo mais a frente que, a ausência

desse cuidado poderá causar um abandono afetivo e uma negligência quanto a figura da criança sendo cidadã e detentora de direitos.

Adicionalmente, podemos falar de família e a responsabilidade parental, correlacionando o conceito ao importante ramo de estudo das relações humanas que é a Bioética. É na família que encontramos o referencial, a base moral, costumes e que, através da convivência, podemos discernir o que é certo ou errado.

Neste mesmo sentido, para aproximar o estudo da Bioética com o Direito de Família, deve-se destacar o quanto disposto na Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos criada pela Unesco, na qual são abordadas questões de ética em diferentes ramos da sociedade, trazendo aplicação dos princípios norteadores da bioética também para as relações familiares.

Tratando-se da sociedade digital, o dever de cuidado surge como a necessidade de supervisão do acesso e do uso das redes pelos seus filhos, de modo que a negligência e a ausência do cuidado podem causar danos irreparáveis no desenvolvimento dos infantes.

Dessa forma, o termo “abandono parental” amplamente discutido na doutrina, ramifica-se, também nos ambientes virtuais, surgindo daí o “abandono digital”, decorrente da falta de cuidado dos pais para com os seus filhos nos ambientes digitais, que por sua vez também traduz uma clara violação ao direito de convivência trazido no Art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”.

Esta violação do direito de convivência, seja com irmãos, colegas, avós, tios, primos e até mesmo com os próprios pais, decorrente do mau uso das tecnologias e da irresponsabilidade parental na supervisão deste uso, o qual deveria medir-se pela frequência em que os filhos têm acesso aos meios tecnológicos, uma vez que quanto maior o acesso, maior deverá ser a atenção dos pais, traduz uma verdadeira violação ä dignidade do infante.

Assim, deve-se observar consoante dispõe o Código Civil, que o poder familiar surge justamente para garantir a privacidade e autonomia, porém analisando a vulnerabilidade infantil e não se sobrepondo a proteção integral destes.

A corroborar com o tema, há de mencionar o emblemático caso da atriz Larissa Manoela, o qual envolve exposição dos filhos e a responsabilidade parental, e vem ganhando significativa notoriedade e repercussão nacional. A jovem atriz vem destacando em seus pronunciamentos a má gestão da sua carreira, dos seus bens e ganhos financeiros e de que forma estas questões influenciaram na atual relação com seus pais.

No desenrolar do caso, Larissa optou por encerrar o vínculo profissional com seus pais, assumindo a administração da sua carreira juntamente a uma equipe contratada pela mesma. Ela aponta ainda, os danos psicológicos e financeiros causados pela negligência parental sofrida, o que culminou em um afastamento de Larissa com seus genitores.

Dessa forma, tendo em vista que a negligência, a ausência de supervisão e o abandono digital podem causar impactos na infância dos filhos, os quais terão influência também na vida adulta destes, faz-se necessária a observância do poder parental e da responsabilidade atribuída a estes como garantidor da proteção integral dos infantes, exigindo do poder público especial atenção ao tema.

3.1 CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DIANTE DA NEGLIGÊNCIA PARENTAL

Como amplamente demonstrado, as crianças são indivíduos que, diante da sua vulnerabilidade, necessitam de integral proteção, cabendo aos pais a garantia dos seus interesses, de modo que, a sua ausência deste acarretará consequências jurídicas a seguir discutidas.

Cediço é que a responsabilidade civil gera reparação conforme dispõe o Art.

927 do Código Civil de 2002. A responsabilidade civil por ato ilícito causador de dano gera a obrigação de indenizar, neste sentido, os danos morais nas relações familiares podem ser observados quando há nítida negligência parental, causadora de danos permanentes nas vidas de seus filhos, violando os seus direitos de personalidade, de modo que, quando atingida a maioridade civil, poderão estes, pleitear em juízo os danos morais causados pelo abandono, no caso do presente estudo, o abandono digital.

Neste sentido tornam-se cada vez mais comuns julgados que abordam a responsabilidade dos pais por atos praticados por seus filhos menores no ambiente virtual, bem como a proteção dos direitos das crianças diante da exposição nas redes. A exemplo disto, os Tribunais de Justiça dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, vem decidindo por responsabilizar os genitores pelas publicações ofensivas feitas nas redes sociais feita por seu filho menor, destacando a responsabilidade

destes na orientação e supervisão dos infantes, respectivamente:

> DANO MORAL – OFENSAS EM REDE SOCIAL – RESPONSABILIDADE DOS PAIS – Publicação ofensiva realizada por menor de idade em rede social. Responsabilidade objetiva dos pais pelos atos dos filhos menores (art. 932, I, do CC). Pais que têm o dever de educar, orientar e vigiar os atos de seus filhos, inclusive no ambiente virtual. Danos morais configurados. Indenização fixada em valor razoável. Recurso não provido. (Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) - Apelação Cível nº 1012234-65.2017.8.26.0577)

> DIREITO CIVIL – DANO MORAL – ATOS PRATICADOS POR MENOR EM REDE SOCIAL – Publicação de conteúdo difamatório em rede social por menor de idade. Responsabilidade civil dos pais pelos atos praticados pelos filhos menores, nos termos do artigo 932, I, do Código Civil. Configuração do dano moral à vítima. Fixação de indenização por danos morais em valor adequado. Recurso improvido. (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) - Apelação Cível nº 0045241-57.2016.8.19.0001)

Seguindo tal lógica, no ano de 2010, a 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, reconheceu a responsabilidade objetiva decorrente do poder parental, condenando uma mãe pelo ato ilícito (*cyberbullying*) praticado por seu filho no ambiente virtual, ao pagamento de R$ 5.000,00 reais em razão do colega de classe atingido pelo seu filho.

Ainda no sentido de responsabilizar os pais pelo mau uso das tecnologias pelos seus filhos, o Superior Tribunal de Justiça entende que:

> DIREITO CIVIL, INFANTOJUVENIL E TELEMÁTICO. PROVEDOR DE APLICAÇÃO. REDE SOCIAL. DANOS MORAIS E À IMAGEM. PUBLICAÇÃO OFENSIVA. CONTEÚDO ENVOLVENDO MENOR DE IDADE. RETIRADA. ORDEM JUDICIAL. DESNECESSIDADE. PROTEÇÃO INTEGRAL. DEVER DE TODA A SOCIEDADE. OMISSÃO RELEVANTE. RESPONSABILIDADE CIVIL CONFIGURADA.
> O Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 18) e a Constituição Federal (Art. 227) impõem, como dever de toda a sociedade, zelar pela dignidade da criança e do adolescente, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, com a finalidade, inclusive, de evitar qualquer tipo de tratamento vexatório ou constrangedor.
> As leis protetivas do direito da infância e da adolescência possuem natureza especialíssima, pertencendo à categoria de diploma legal que se propaga por todas as demais normas, com a função de proteger sujeitos específicos, ainda que também estejam sob a tutela de outras leis especiais.
> Para atender ao princípio da proteção integral consagrado no direito infantojuvenil, é dever do provedor de aplicação na rede mundial de

> computadores (Internet) proceder à retirada de conteúdo envolvendo menor de idade - relacionado à acusação de que seu genitor havia praticado crimes de natureza sexual - logo após ser formalmente comunicado da publicação ofensiva, independentemente de ordem judicial.
> O provedor de aplicação que, após notificado, nega-se a excluir publicação ofensiva envolvendo menor de idade, deve ser responsabilizado civilmente, cabendo impor-lhe o pagamento de indenização pelos danos morais causados à vítima da ofensa.
> A responsabilidade civil, em tal circunstância, deve ser analisada sob o enfoque da relevante omissão de sua conduta, pois deixou de adotar providências que, indubitavelmente sob seu alcance, minimizariam os efeitos do ato danoso praticado por terceiro, o que era seu dever.
> Nesses termos, afigura-se insuficiente a aplicação isolada do Art. 19 da Lei Federal n. 12.965/2014, o qual, interpretado à luz do Art. 5º, X, da Constituição Federal, não impede a responsabilização do provedor de serviços por outras formas de atos ilícitos, que não se limitam ao descumprimento da ordem judicial a que se refere o dispositivo da lei especial.
> Recurso especial a que se nega provimento.
> (REsp n. 1.783.269/MG, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 14/12/2021, DJe de 18/2/2022.) (Brasil, 2022).

Além disso, por meio do julgamento do Resp 1.634.851/SP, a Corte Superior fixou entendimento no sentido de que havendo a discordância dos pais em relação a exposição dos filhos nas redes, será necessária autorização judicial, visando garantir aos infantes a proteção dos seus direitos fundamentais e o cuidado especial com em razão da sua vulnerabilidade.

Para além do uso das redes sociais pelos infantes, a responsabilidade parental também surge quando há o mau uso destas redes pelos próprios genitores. A exposição demasiada vem sendo tema de importantes julgados no ordenamento jurídico brasileiro.

Em razão disso, o TJRS reconheceu a necessidade de limitação de um dos genitores na exposição dos seus filhos nas redes sociais e no uso da imagem dos infantes, garantindo a proteção da imagem e privacidade destes:

> DIREITO CIVIL – RESPONSABILIDADE PARENTAL – EXPOSIÇÃO INDEVIDA DE FILHOS NAS REDES SOCIAIS – Ação movida pelo genitor visando à limitação da exposição dos filhos menores nas redes sociais pela mãe. Alegação de que a exposição frequente e desnecessária poderia prejudicar a integridade emocional dos menores. Tribunal reconhece a responsabilidade parental em garantir a proteção da privacidade e bem-estar dos filhos, limitando a exposição dos mesmos nas redes sociais. Recurso provido para impor restrições ao uso de imagens dos menores em plataformas online. (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) - Apelação Cível nº 7008305062)Por fim, quanto ao poder familiar e a perda deste, o Estatuto da Criança e do Adolescente traz a possibilidade em seus Arts. 22 e 24, vejamos:
> Art. 22: Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.
> Parágrafo único. A mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da

> criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos nesta Lei.
> Art. 24: A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o Art. 22 (Brasil, 1990).

Pois bem, a perda do poder familiar resulta da atitude omissiva dos pais em relação às necessidades dos seus filhos, tal medida punitiva é a mais grave imposta pelo ordenamento jurídico tratando-se da relação de pais e filhos, tendo em vista que a falha e o desvio na prestação como pais, acarreta a perda da autoridade garantindo aos filhos afetados defesa e proteção diante de tal negligência.

Dessa forma, os julgados acima mencionados retratam uma preocupação do judiciário em atribuir aos genitores responsabilidade pelos atos praticados pelos infantes e em relação a estes no ambiente virtual, reiterando a necessidade de limitação legislativa e a problemática acerca da lacuna legislativa no presente ordenamento jurídico.

4 A PROBLEMÁTICA ACERCA DA FALTA DE LEGISLAÇÃO PRÓPRIA

Tendo em vista a magnitude do problema e a necessidade legislativa quanto ao tema em debate, há de se falar na impunidade garantida aos pais diante da sua negligência parental. As consequências jurídicas previstas nas legislações atuais apesar de serem utilizadas em condições análogas, não se mostram suficientes quando aplicadas isoladamente, uma vez que não se adequam de forma integral aos casos concretos, razão pela qual se forma a necessidade de contemplar a temática com legislação própria.

Cediço é o avanço da sociedade, sobretudo a sociedade digital, o que não justifica a falta de inovação legislativa resultando em um atraso em relação à doutrina

e aos casos em questão. Nesse sentido, o Marco Civil da internet (Lei 12.965/2014), apesar de não abranger todas as nuances, traz a importância do tratamento especial quanto aos dados de crianças destacando sempre a necessidade de consentimento e compreensão desta.

Traz ainda em seu texto a responsabilização dos provedores de aplicações de internet pela publicação de conteúdo impróprio, de modo que sua interpretação dar-

se-á de modo a responsabilizar não somente os pais dos infantes como também os provedores, aplicando-se ainda o dever de cuidado dos pais e da sociedade para com as crianças na sociedade digital.

Dessa forma, há uma necessidade ainda maior quando analisamos a vulnerabilidade em decorrência da idade dos infantes e a responsabilidade parental no uso das redes, uma vez que é inegável o fato, e mais ainda, a falta de legislação específica para esses novos casos, fazendo-se medida urgente a formulação de novas leis que possam abranger o tema.

Como muito bem pontuado por Maria Berenice Dias:

> A excessiva rigidez normativa e a injustificada omissão da lei em regrar fatos alegadamente contrários à moral e aos bons costumes acabam, no mais das vezes, produzindo efeitos perversos. Por não gerarem qualquer ônus, posturas proibidas são incentivadas, transformando-se em fonte de injustificáveis e indevidos privilégios. A lei torna-se conivente com o infrator (Dias, 2023)

Neste sentido, visando preencher a lacuna legislativa em que se enquadra o tema, Projetos de Lei surgem com o intuito salvaguardar os infantes, tais como: PL 2.259/2022 na qual serão estabelecidas regras para o exercício da atividade remunerada nas redes sociais pelas crianças, a PL 3.066/2022 na qual sugere uma alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a fim de criminalizar a superexposição nociva destas na sociedade digital e a PL 3.444/2023 que

> Define a atividade de influência em meio eletrônico, altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 para impor a necessidade de autorização judicial para participação de crianças em gravações audiovisuais a título oneroso, estabelece regras relativas à publicidade e uso de imagem e obrigações para agentes e provedores digitais (Brasil, 2023).

À vista disso, a alteração do Código Civil, qual seja o anteprojeto deste, dentre todas as suas sugestivas mudanças, traz a necessidade de atenção por pais e educadores sobre o uso seguro das redes. De acordo com o Art. X do anteprojeto “O Estado, em parceria com instituições privadas e de ensino, deve promover programas educativos sobre o uso seguro e responsável do ambiente digital, direcionados a crianças, adolescentes, pais e educadores”.

Tratando-se do Direito internacional, países como Argentina, Portugal e Estados Unidos avançam na proteção e responsabilidade acerca da violação dos Direitos personalíssimos. O Código Civil argentino prevê a indenização por danos morais e lucros cessantes nos casos em que há violação da honra e integridade humana que

comprometem o seu projeto de vida, conforme dispõe o Art. 1.738 do Código Civil Argentino.

Neste mesmo sentido, em Portugal, a proteção de crianças e adolescentes em perigo, é regida pelas Leis n° 147/99 e 142/2015, as quais preveem a possibilidade de intervenção nas situações em que os pais enquanto detentores do poder parental colocam em perigo a vida e o desenvolvimento dos seus filhos, permitindo inclusive a responsabilidade em relação às ações ou omissões de terceiros sem que haja a proteção dos filhos por parte dos pais a fim de evitar isso.

Ademais, no que tange ao trabalho desenvolvido pelas crianças nas redes sociais, a exploração destas para o lucro e a responsabilidade parental, a legislação portuguesa já prevê no seu Art. 3b, a identificação do estado de perigo para aquelas que são obrigadas “a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento”.

Por fim, o Governador da Flórida, Ron DeSantis, assinou a “*House Bill 3*”, lei cujo objetivo é restringir o acesso às redes sociais por menores de 14 anos, proibindo tais indivíduos de terem suas próprias contas, mesmo que tenham os pais autorizado tais acessos, permitindo o acesso para os maiores de 14 e menores de 16 anos, desde que haja o consentimento dos pais. Para ele *“ficar enterrado nesses dispositivos o dia todo não é a melhor maneira de crescer, não é a melhor maneira de obter uma boa educação”*. Para além da limitação quanto ao acesso, a HB3 determina que os provedores das redes excluam contas de menores de 14 anos ou caso haja o pedido de exclusão formulado pelos pais.

Dessa forma, a inovação legislativa trazida pela Flórida convida outros estados e países para que estes também sigam o entendimento e façam mudanças legislativas, tão significativas à manutenção do melhor interesse da criança e o poder parental.

5 CONCLUSÃO

Diante do que restou demonstrado neste artigo, o uso das redes sociais por crianças e pelos pais quando se trata de sua imagem, são resultados de um considerável avanço e crescimento da sociedade digital. A inserção do entretenimento digital e o uso das redes sociais como forma de obtenção patrimonial principalmente

pelos pais, tem levantado discussões doutrinárias acerca da necessidade de supervisão e responsabilização.

Tais ações, ou omissões, interferem diretamente no desenvolvimento sadio das crianças, de modo que, cabe aos genitores assegurar-lhes pleno acesso à educação, saúde e segurança, responsabilidade esta decorrente do poder parental constitucionalmente a estes instituídos.

Nesse sentido, faz-se mister elucidar que entre tais atribuições estão respaldadas na proteção integral da criança e no melhor interesse desta, ocorre que, atualmente o “abandono digital” resultante da ação dos genitores têm violado os direitos garantidos pela Constituição Federal, Código Civil e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em razão da hipervulnerabilidade destas. Ademais, a temática traz para além do âmbito familiar a necessidade de responsabilização dos provedores da internet garantindo assim o exercício integral da proteção do infante.

Por outro lado, há de destacar que os deveres e garantias legais decorrentes do poder parental e estabelecidos pelas legislações vigentes não são suficientes para casos específicos quando tratamos da inserção dos filhos na sociedade digital.

Conclui-se, portanto, que, há uma latente necessidade de adequação legislativa a fim de, responsabilizar os genitores quanto ao mau uso ou uso exacerbado das redes sociais de seus filhos e por seus filhos, resguardando o seu direito à imagem, impondo limites para a exposição desta, deixando incólume a sua dignidade intelectual.

Por fim, os tribunais pátrios têm utilizado da técnica de analogia para adequar as leis já existentes aos casos concretos, do mesmo modo, há um notável crescimento de legislações adjacentes sobre o tema, o qual também ganha repercussão internacional, restando uma lacuna ao se tratar do Direito de Família, razão pela qual é de extrema necessidade a atenção maior neste âmbito, uma vez que, o seio familiar é o principal influenciador no desenvolvimento sadio das crianças.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OTORRINOPEDIATRIA - ABOPe. **Recomendação sobre uso de telas na infância.** 2021. Disponível em: https://www.abope.org.br/wp-content/uploads/2021/01/RECOMENDACAO-SOBRE-USO-DE-TELAS-NA-INFANCIA.pdf. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União. Brasília, 05 out. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Informe de Jurisprudência Informativo nº 723.** 2022. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?aplicacao=informativo&acao=pesquisar&livre=@cnot=018812. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. **Recurso Especial** Lei nº 1.783.269 - MG 2017/0262755-5. Relator Antonio Carlos Ferreira. Julgado em 14 de dezembro de 2021. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, [2021]. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=2017026 2 7555&dt_publicacao=18/02/2022. Acesso em: 15 abr. 2024.

CNN BUSINESS. **Florida governor signs law restricting social media access for children.** 2024. Disponível em: https://edition.cnn.com/2024/03/25/tech/florida-social- media-law-age/index.html. Acesso em: 27 jan. 2024.

CONSULTOR JURÍDICO. ***Sharenting*****:** a exposição da imagem de crianças pelos pais com fins comerciais. 2024. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2024-mai-02/sharenting-a-exposicao-da-imagem-de-criancas-pelos-pais-com-fins-comerciais/. Acesso em: 12 mar. 2024.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias.** 11. ed., v. 10. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda., 2016. p. 1088.

FALCÃO, Letícia P. O fenômeno da parentalidade distraída e abandono afetivo: quanto custa o cuidado na sociedade tecnológica. 2019. **Revista de Direito de Família e Sucessão.** Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/direitofamilia/article/view/5591. Acesso em: 12 mar. 2024.

FIOCRUZ. **O uso das telas e o desenvolvimento infantil.** 2022. Disponível em: https://www.iff.fiocruz.br/index.php/pt/?view=article&id=35:uso-das-telas&catid=8. Acesso em: 19 fev. 2024.

FLANZER, Sandra. **Jovens em tempos digitais.** 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Consultor, 2020. p. 144.

FREITAS, Higor; LIMA, Rafaela. As perspectivas da coisificação da infância quanto à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. Artigo. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMANDAS SOCIAIS POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 17., 2021, Santa Cruz do Sul. **Anais** [...]. 6 p.

GOLDIM, José Roberto. **Bioética e Família.** 2003. Disponível

em: https://www.ufrgs.br/bioetica/famili.htm. Acesso em: 05 abr. 2024.

INFOMONEY. **Flórida aprova lei que proíbe uso de rede social para menores de 14 anos.** 2024. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/consumo/florida-aprova-lei-que-proibe-uso-de-rede-social-para-menores-de-14-anos/#:~:text=O%20governador%20da%20Fl%C3%B3rida. Acesso em: 27 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DA FAMÍLIA. **Especialistas avaliam a intersecção do Direito de filiação e da Bioética.** 2023. Disponível em: https://ibdfam.org.br/noticias/10476/Especialistas+avaliam+a+intersec%C3%A7%C3%A3o+do+Direito+de+filia%C3%A7%C3%A3o+e+da+Bio%C3%A9tica. Acesso em: 05 abr. 2024.

MADALENO, Rolf. **Manual de Direito de Família**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

__MenosTelas__MaisSaude.pdf. Acesso em: 05 abr. 2024.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 38. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das Famílias**. 3. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2020.

RON DESANTIS. **Governor DeSantis signs legislation to protect children and uphold parental rights.** 2024. Disponível em: https://www.flgov.com/2024/03/25/governor-desantis-signs-legislation-to-protect-children-and-uphold-parental-rights/. Acesso em: 27 jan. 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Manual de Orientação #Menos Telas #Mais Saúde.** 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-

UNESCO. **Programa de base de estudos sobre bioética, parte 2:** materiais de estudo, Programa de Educação em Ética. 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000210933_por. Acesso em: 13 mar. 2024.

EIXO 5

CUIDAR DO MEIO AMBIENTE: ESPERANÇA NO FUTURO

AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:

PROPOSTA DE UM ESPAÇO INTEGRADOR EM GANDU-BA

Esther Lopes Carneiro 1[1]

RESUMO

Este artigo apresenta a proposta de implantação da Estação Experimental de Agroecologia em Gandu-BA, como estratégia para promover a educação ambiental e a formação de agricultores e estudantes da região. A partir de pesquisas bibliográficas, visitas técnicas e estudos urbanísticos, foi desenvolvido um projeto arquitetônico, urbanístico e paisagístico voltado à integração da comunidade com práticas agroecológicas, permacultura e biofilia. O projeto busca transformar o local em um espaço de aprendizado, capacitação profissional e conscientização sobre a preservação ambiental. Ao articular educação e sustentabilidade, a proposta visa contribuir para a regeneração dos ecossistemas locais, para o fortalecimento da produção rural e para a construção de um futuro mais resiliente e equitativo para as próximas gerações.

Palavras-chave: Agroecologia. Educação ambiental. Sustentabilidade. Permacultura.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira é amplamente reconhecida como um dos pilares da economia nacional, sendo responsável por significativa participação no Produto Interno Bruto (PIB) e pela geração de emprego e renda em diversas regiões. Contudo, o modelo produtivo convencional ainda impõe sérios desafios ambientais e sociais. Entre eles, destacam-se o desmatamento de áreas de preservação, a degradação dos solos, o assoreamento de rios e a perda de biodiversidade. Na Bahia, mais especificamente no município de Gandu, a cacauicultura consolidou-se historicamente como principal atividade econômica, moldando a paisagem e a cultura local. Apesar disso, a prática agrícola vigente enfrenta problemas decorrentes da pressão sobre os recursos naturais e da vulnerabilidade das comunidades rurais às mudanças climáticas e às instabilidades do mercado (EMBRAPA, 2020; MACEDO, 2021).

Diante desse cenário, a agroecologia desponta como alternativa promissora, por integrar saberes tradicionais e inovações técnicas, buscando conciliar produção agrícola com conservação ambiental e justiça social. Mais do que um conjunto de práticas, trata-se de uma abordagem que transforma a relação entre comunidades e território, resgatando a autonomia produtiva e fortalecendo a sustentabilidade em longo

[1] Arquiteta e Urbanista, Universidade Católica do Salvador, estherlcarneiro@gmail.com.

prazo. A criação de uma Estação Experimental de Agroecologia em Gandu-BA, portanto, representa uma resposta estratégica aos desafios atuais, pois une arquitetura, urbanismo e paisagismo a uma proposta pedagógica voltada à educação ambiental e à formação cidadã.

O projeto aqui apresentado tem como objetivo central proporcionar um espaço físico e simbólico capaz de reunir agricultores, estudantes e comunidade em torno de experiências de aprendizagem ativa, pesquisa aplicada e práticas sustentáveis. Por meio de ambientes de ensino, áreas produtivas, espaços de convivência e trilhas interpretativas, a estação busca estimular a reflexão crítica sobre o uso dos recursos naturais, além de fomentar a adoção de métodos agrícolas resilientes e inclusivos.

2 DESAFIOS URBANOS E OPORTUNIDADES

A elaboração do projeto da Estação Experimental de Agroecologia em Gandu-BA ocorreu a partir de uma metodologia aplicada, composta por diferentes etapas que se complementam. A intenção foi construir uma proposta arquitetônica, urbanística e paisagística que, ao mesmo tempo, atendesse às necessidades da comunidade local e estivesse em consonância com os princípios da sustentabilidade.

2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

Levantamento de informações sobre a agroecologia, permacultura, biofilia e sustentabilidade arquitetônica, além de consulta à legislação ambiental e agrária relacionada ao tema. Essa etapa forneceu a base conceitual e normativa para orientar o desenvolvimento do projeto.

2.2 VISITA TÉCNICA AO SENAR-GANDU

Observação *in loco* de um espaço voltado à capacitação agrícola, permitindo identificar suas potencialidades e limitações. A visita possibilitou compreender como ambientes educativos rurais funcionam e quais soluções poderiam ser incorporadas ou aprimoradas na estação proposta.

2.3 LEVANTAMENTO DE CAMPO

Análise do terreno escolhido para implantação da estação, com registro fotográfico, caracterização topográfica, observação das condições de acessibilidade e estudo das conexões entre as zonas urbana e rural.

2.4 ESTUDOS URBANÍSTICOS E CLIMÁTICOS

Produção de mapas e análises de uso do solo, gabarito, infraestrutura, sistema viário, insolação e ventilação predominante. A partir desses dados, foi possível elaborar estratégias de conforto ambiental e integração do projeto com o entorno.

2.5 ELABORAÇÃO PROJETUAL

Organização do programa de necessidades, construção do fluxograma funcional e desenvolvimento do estudo de massas. Nesta etapa, as informações das fases anteriores foram consolidadas, permitindo a definição das diretrizes de implantação e o desenho preliminar do conjunto arquitetônico e paisagístico.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Gandu, localizado no Baixo Sul da Bahia, apresenta uma forte ligação histórica com a cacauicultura, atividade que moldou tanto a economia quanto a paisagem cultural da região (IBGE, 2023). Apesar da relevância desse cultivo para a identidade local, observa-se um cenário de vulnerabilidade socioambiental, marcado pela degradação do solo, pela pressão sobre Áreas de Preservação Permanente (APPs) e pela perda gradual de biodiversidade (MACEDO, 2021). Tais fatores comprometem a sustentabilidade ambiental e econômica, tornando urgente a busca por alternativas que conciliam produção agrícola e preservação dos recursos naturais.

A escolha do terreno para implantação da Estação Experimental de Agroecologia foi orientada por critérios técnicos e estratégicos. Localizado às margens da rodovia BA-120, o espaço se encontra em posição privilegiada de interface entre as zonas urbana

e rural, favorecendo a acessibilidade e a visibilidade do equipamento. Esse aspecto é relevante porque permite que agricultores familiares, estudantes e comunidade urbana possam se beneficiar das atividades educativas e produtivas oferecidas pela estação (BRASIL, 2006).

Do ponto de vista físico, a topografia suavemente ondulada do terreno, com desníveis reduzidos, favorece a implantação de edificações térreas e acessíveis, reduzindo a necessidade de movimentação de terra e, consequentemente, os custos da obra e os impactos ambientais (EMBRAPA, 2020). Além disso, a fertilidade natural do solo e a proximidade de áreas de vegetação preservada reforçam a vocação do local para atividades agroecológicas, ampliando sua função pedagógica e produtiva.

Assim, o diagnóstico evidenciou tanto as fragilidades ambientais do município quanto às potencialidades do terreno escolhido. Essa análise sustenta a pertinência da proposta, que busca transformar a área em espaço integrador de educação ambiental, produção agroecológica e convivência comunitária, em consonância com as políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e sustentável (BRASIL, 2003; BRASIL, 2009).

3.2 DIRETRIZES PROJETUAIS

As diretrizes que nortearam a concepção da Estação Experimental de Agroecologia em Gandu-BA foram estabelecidas a partir da integração de três dimensões complementares: a arquitetônica, a urbanística e a paisagística. Essa abordagem buscou articular a escala do edifício, a relação com o território e a configuração dos espaços livres, garantindo a coerência entre a proposta projetual e os princípios da sustentabilidade.

No campo arquitetônico, as orientações se baseiam na adoção de soluções construtivas de baixo impacto ambiental, privilegiando materiais regionais, como madeira, e sistemas passivos de ventilação e iluminação natural. A modularidade dos espaços foi definida como estratégia de flexibilidade, permitindo adaptações futuras às demandas da comunidade (HOLMGREN, 2007).

Sob a ótica urbanística, priorizou-se a integração do projeto ao tecido local, com acessibilidade universal e fluxos de circulação simples e intuitivos. A praça central foi concebida como eixo de articulação, conectando os diferentes setores — educacional, produtivo, comunitário, administrativo e técnico — e funcionando como espaço de

encontro, feiras e atividades coletivas. Essa diretriz se alinha ao princípio da biofilia, ao promover ambientes que estimulam a interação entre pessoas e natureza (WILSON, 1984).

No aspecto paisagístico, as diretrizes valorizaram o uso de espécies nativas e frutíferas, não apenas pelo caráter estético, mas também por seu potencial pedagógico e produtivo. O paisagismo foi tratado como recurso educativo, permitindo que hortas, viveiros e trilhas interpretativas se tornem instrumentos de aprendizagem ativa para estudantes e agricultores (ALTIERI, 2012).

Além disso, as diretrizes projetuais incorporaram estratégias de sustentabilidade ambiental, como captação de água de chuva, drenagem por pavimentos permeáveis, compostagem de resíduos orgânicos e arborização estratégica para sombreamento. Essas soluções transformam o espaço em um “laboratório vivo”, em que cada elemento pode ser observado e replicado, reforçando o papel da estação como centro de educação ambiental e extensão comunitária (BRASIL, 2009).

3.3 ESTUDOS URBANÍSTICOS

Os estudos urbanísticos foram fundamentais para compreender a inserção da Estação Experimental de Agroecologia no território de Gandu e para orientar a definição do partido projetual. A análise envolve aspectos de uso e ocupação do solo, infraestrutura disponível, acessibilidade, sistema viário e relação com a malha urbana existente.

3.3.1 Uso e ocupação do solo

A área destinada ao projeto situa-se em zona de transição entre o tecido urbano consolidado e o meio rural produtivo, com predominância de uso residencial e presença de usos mistos ao longo da BA-120. Essa condição reforça a vocação do local para atividades de extensão agrícola e educação ambiental, pois facilita o acesso tanto de moradores urbanos quanto de agricultores familiares. A leitura do histórico municipal e dos dados recentes confirma a relevância das áreas verdes e a persistência de matrizes produtivas associadas à cacauicultura, com implicações diretas sobre o padrão de ocupação e a paisagem cultural (IBGE, 2023; MACEDO, 2021).

3.3.2 Gabarito das edificações

O entorno imediato apresenta tipologia predominantemente horizontal, com edificações de um a dois pavimentos e raras ocorrências de três pavimentos. Essa morfologia sugere a adoção de volumetria térrea e pavilhonar para a estação, assegurando integração visual com a vizinhança, redução de sombreamento sobre espaços abertos e manutenção da escala humana. O gabarito baixo favorece soluções passivas de ventilação e iluminação, além de simplificar acessos universais, conforme verificado em levantamento de campo.

3.3.3 Infraestrutura urbana

O perímetro estudado conta com rede viária pavimentada em trechos principais e vias com calçamento e leitos naturais nas áreas de expansão recente. Há oferta de energia elétrica e abastecimento de água, o que viabiliza a implantação do equipamento. Por outro lado, observam-se lacunas de acessibilidade, como a presença insuficiente de rampas e a ausência de piso tátil, especialmente fora dos equipamentos institucionais. Esses achados indicam a necessidade de qualificação de passeios, rebaixamentos e sinalizações acessíveis como condicionantes de projeto (IBGE, 2023).

3.3.4 Equipamentos urbanos

Apesar do caráter majoritariamente residencial, identificam-se praças, quadras e equipamentos institucionais de educação, saúde e culto distribuídos próximos à BA-120. Essa rede de centralidades de bairro facilita sinergias com a estação, sobretudo para programas de educação ambiental, feiras pedagógicas e oficinas abertas ao público escolar e comunitário. A proximidade a equipamentos educativos potencializa parcerias e a circulação de estudantes (IBGE, 2023).

3.3.5 Sistema viário e hierarquia de vias

A BA-120 organiza a acessibilidade regional e conecta o sítio a municípios vizinhos, enquanto o miolo urbano é composto por vias locais de baixa velocidade. Para

o projeto, recomenda-se acesso principal controlado pela rodovia e rede interna de circulação prioritariamente pedonal, com travessias seguras e segregação de veículos em áreas de serviço. Tal arranjo reduz conflitos de circulação, diminui poeira e ruído e fortalece o caráter didático dos espaços abertos.

3.3.6 Inserção urbano-rural e acessibilidade universal

A posição de interface urbano-rural é estratégica para articular conhecimento técnico e saberes locais. A implantação deve considerar fluxos de pedestres oriundos de bairros próximos e o deslocamento de agricultores pela rodovia, propondo calçadas contínuas, pontos de parada e sinalização direcional. No interior do lote, recomenda-se percurso acessível contínuo, rampas com inclinação adequada, sinalização tátil e áreas de descanso sombreadas, corrigindo déficits observados no entorno imediato (BRASIL, 2006).

3.3.7 Aspectos ambientais

A matriz de vegetação existente e as áreas livres do entorno compõem oportunidade para qualificar corredores ecológicos e microclimas. Sugere-se preservar e reforçar manchas verdes com espécies nativas e frutíferas, associando funções ecológicas e pedagógicas. Jardins de chuva e superfícies permeáveis contribuem para a recarga hídrica e o controle de escoamento superficial, com benefícios diretos para o conforto e a manutenção do sítio (EMBRAPA, 2020).

3.3.8 Condicionantes climáticas para implantação

A análise climática regional indica ventos predominantes de leste e velocidade média anual baixa a moderada, bem como alta incidência de radiação em meses quentes. A orientação dos pavilhões deve favorecer ventilação cruzada, enquanto brises e arborização de copa densa mitigam a carga térmica em áreas externas. A implantação deve prever sombreamento progressivo sobre a praça central e proteção a fachadas mais críticas no período da tarde, conforme as leituras locais e dados climáticos de referência (WeatherSpark, 2023).

3.3.9 Síntese dos condicionantes urbanísticos

A leitura integrada dos fatores acima — uso do solo, gabarito, infraestrutura, equipamentos, sistema viário, interface urbano-rural, aspectos ambientais e clima — confirma a pertinência do sítio para um equipamento educacional de caráter agroecológico. Esses estudos orientam a adoção de volumetria térrea, rede pedonal acessível, paisagismo funcional e estratégias passivas de conforto, consolidando bases para o partido a ser detalhado nas seções seguintes.

3.4 DIRETRIZES PROJETUAIS

As diretrizes de projeto da Estação Experimental de Agroecologia foram definidas com base na necessidade de integrar princípios agroecológicos, valores educativos e sustentabilidade ambiental em uma proposta arquitetônica, urbanística e paisagística coerente. O objetivo central é conceber um espaço que não apenas acolha práticas agrícolas, mas que também funcione como ambiente de convivência, educação e conscientização comunitária.

Nesse sentido, buscou-se promover a integração dos diferentes elementos do programa, contemplando áreas produtivas — como estufas, viveiro, pomar e horta — em diálogo direto com a comunidade, por meio de uma praça central e de um espaço de exposição aberto ao público, favorecendo a circulação intuitiva, a integração visual entre os espaços e a criação de um núcleo de convivência capaz de articular os diferentes usos do projeto.

Outro ponto fundamental foi o estabelecimento de ambientes educativos voltados à capacitação profissional e à extensão comunitária. Salas de aula, laboratório botânico e cozinha agroindustrial foram concebidos para oferecer oportunidades de formação contínua, contribuindo para a valorização da agricultura familiar e para o fortalecimento da cultura de sustentabilidade.

O bem-estar dos usuários também foi tratado como diretriz essencial, sendo considerado não apenas no dimensionamento dos espaços, mas também na integração com a natureza. Áreas verdes, sombreamento natural, trilhas e jardins foram projetados para proporcionar um ambiente de conforto e qualidade de vida, estimulando a permanência e a socialização.

Além disso, incorporaram-se mecanismos de conscientização ambiental, como áreas de exposição ao ar livre e trilhas interpretativas, capazes de sensibilizar a comunidade sobre a importância da conservação do meio ambiente. Essas soluções se somam ao conjunto de estratégias sustentáveis previstas no projeto, entre elas a captação de água da chuva, o uso de pavimentos permeáveis, a compostagem de resíduos orgânicos e a ventilação cruzada nas edificações.

Assim, as diretrizes de projeto consolidam a estação como um equipamento educacional e comunitário inovador, no qual arquitetura, urbanismo e paisagismo convergem para a promoção de práticas agroecológicas, para a valorização da cultura local e para a construção de um futuro ambientalmente responsável.

3.5 PARTIDO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO

O partido arquitetônico adotado para a Estação Experimental de Agroecologia foi estruturado a partir da ideia de pavilhões independentes, organizados em torno de uma praça central. Essa configuração buscou favorecer a circulação intuitiva, a integração visual entre os espaços e a criação de um núcleo de convivência capaz de articular os diferentes usos do projeto. A praça, nesse contexto, atua como elemento estruturador do conjunto, funcionando tanto como espaço de encontro da comunidade quanto como área destinada a feiras, oficinas e exposições ao ar livre.

A setorização foi definida com base nas funções essenciais da estação. O setor educacional, voltado para a formação e a pesquisa, abriga salas modulares, laboratório botânico e cozinha agroindustrial, enquanto o setor produtivo contempla horta, pomar, estufas e viveiro de mudas, possibilitando o desenvolvimento de práticas agroecológicas. O setor comunitário, por sua vez, reúne a praça, auditório aberto e áreas de exposição, reforçando a dimensão cultural e educativa do projeto. Já os setores administrativo e técnico oferecem suporte às atividades pedagógicas e produtivas, assegurando a gestão e a manutenção do equipamento.

Do ponto de vista paisagístico, a proposta priorizou a integração da vegetação nativa e frutífera aos espaços de circulação e convivência, de modo a reforçar a identidade local e ampliar o potencial pedagógico do projeto. As áreas verdes cumprem dupla função: por um lado, atuam como elementos de conforto ambiental, ao proporcionar sombreamento e amenização microclimática; por outro, desempenham

papel educativo, possibilitando o contato direto da comunidade com espécies adaptadas à região e com práticas de cultivo sustentável.

O partido arquitetônico e paisagístico, portanto, não se limita à disposição funcional dos ambientes, mas traduz os princípios do projeto em forma construída. Ao integrar espaços produtivos, educativos e comunitários em torno de um eixo central de convivência, a proposta reforça a vocação da estação como laboratório vivo de educação ambiental, pesquisa aplicada e fortalecimento da agricultura familiar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da Estação Experimental de Agroecologia em Gandu-BA buscou articular dimensões arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas em um único projeto, com ênfase na educação ambiental e na integração comunitária. A partir do diagnóstico socioambiental e dos estudos urbanísticos realizados, foi possível identificar fragilidades e potencialidades do território, orientando diretrizes que se materializaram em soluções projetuais coerentes e adaptadas ao contexto local.

O desenvolvimento do trabalho demonstrou que a agroecologia, quando associada a um espaço físico de convivência e aprendizado, pode se tornar instrumento efetivo de transformação social. O partido adotado, organizado em torno de uma praça central, possibilitou integrar setores educacionais, produtivos e comunitários, criando um ambiente propício tanto para a prática pedagógica quanto para a interação cultural. O paisagismo, tratado como recurso funcional e educativo, reforçou a identidade regional e ampliou o caráter didático da estação.

O estudo revelou caminhos concretos para a implantação de um equipamento público capaz de fortalecer a agricultura familiar, promover práticas sustentáveis e sensibilizar a população para o cuidado com o meio ambiente. Além de responder às demandas locais, a estação pode se configurar como referência para outros municípios que enfrentam desafios semelhantes.

Conclui-se que o projeto apresenta relevância prática e social, ao propor soluções integradas e sustentáveis para o desenvolvimento regional. A estação se apresenta como espaço de educação, cidadania e preservação ambiental, reafirmando a importância de pensar a arquitetura e o urbanismo como agentes de transformação social.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2009.

EMBRAPA. A Agricultura Brasileira. Brasília, DF: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2020. Disponível em: http://www.embrapa.br/vii-plano-diretor/a-agricultura-brasileira. Acesso em: 11 nov. 2023.

HOLMGREN, David. *Os Fundamentos da Permacultura*. Tradução: Alexander Piergili. Ecossistemas Design Ecológico, 2007.

IBGE. Histórico do município de Gandu-BA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/gandu/historico. Acesso em: 10 nov. 2023.

MACEDO, Samuel. Dinâmica do uso e ocupação da terra do município de Gandu-BA, entre os anos 1990 e 2020. *III Congresso Brasileiro de Organização do Espaço*; *XV Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP*, 2021.

MASCARÓ, Lucia. *Conforto ambiental: estratégias bioclimáticas para a arquitetura*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

WEATHERSPARK. Clima de Gandu, BA. Disponível em: https://pt.weatherspark.com/. Acesso em: 11 nov. 2023.

WILSON, Edward O. *Biophilia*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.

ANÁLISE COMPARATIVA DA RESISTÊNCIA DE MINHOCAS NATIVAS DA MATA ATLÂNTICA E CALIFORNIANAS DE CATIVEIRO

Ananda Araújo Pinto[1]

Bruna Tavares Macêdo[2]

Herbert Henrique Ferreira Santos[3]

Islan Brandão Oliveira[4]

João Henrique De Oliveira Silva[5]

Eder Carvalho da Silva[6]

RESUMO

A sustentabilidade ambiental está diretamente ligada ao funcionamento adequado do solo, sendo este essencial para a manutenção dos ecossistemas por meio da ciclagem de nutrientes e do suporte ao crescimento vegetal. Dentre os organismos que contribuem para a saúde do solo, destacam-se as minhocas, cuja ação na decomposição da matéria orgânica favorece a fertilidade e estruturação do solo, além da produção de húmus e sumo com potencial uso como biofertilizantes. O presente trabalho teve como objetivo avaliar e comparar a resistência e adaptação em cativeiro de minhocas nativas e californianas. O experimento foi conduzido no Parque Ecológico Universitário da Universidade Católica de Salvador, onde foram acondicionadas em recipientes com terra dentro de laboratório com temperatura e umidade controladas às minhocas de ambas as espécies. Foram coletados 125 espécimes

[1] Cursando graduação de Ciências Biológicas na Universidade Católica de Salvador - UCSal; atual estagiária voluntária de Iniciação Científica (IC) do Centro de Ecologia e Conservação Animal - ECOA, na área da Herpetologia, vinculado ao Projeto Calango do Abaeté e ao Projeto Herpetofauna do Litoral Norte da Bahia - HLNB; Ananda.pinto@ucsal.edu.br.

[1] Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo Centro de Ecologia e Conservação Animal da Universidade Católica do Salvador (ECOA/UCSAL); bruna.macedo@ucsal.edu.br.

Cursando graduação de Ciências Biológicas na Universidade Católica de Salvador - UCSal; atual estagiária voluntária de Iniciação Científica (IC) do Centro de Ecologia e Conservação Animal - ECOA, na área da Herpetologia, vinculado ao Projeto Calango do Abaeté e ao Projeto Herpetofauna do Litoral Norte da Bahia - HLNB; Ananda.pinto@ucsal.edu.br.

[2] Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo Centro de Ecologia e Conservação Animal da Universidade Católica do Salvador (ECOA/UCSAL); bruna.macedo@ucsal.edu.br.

[3] Graduando de Ciências Biológicas na Universidade Católica de Salvador - UCSal; bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo Centro de Ecologia e Conservação Animal da Universidade Católica do Salvador, Atuando como diretor científico na Liga Acadêmica de Biodiversidade e Conservação - LABIC, herberthenrique.santos@ucsal.edu.br.

[4] Graduando em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Bahia. Técnico em Meio ambiente pelo SENAI CIMATEC. Voluntário de Iniciação Científica (IC) vinculado ao Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA), Islan.oliveira@ucsal.edu.br.

[5] Graduando em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL) Voluntário de Iniciação Científica (IC) vinculado ao Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA), na área da Herpetologia, diretor científico da liga acadêmica de ecologia e urbanização sustentável (LAEUS); joaohenriqueoliveira.silva@ucsal.edu.br.

[6] Doutor em Ecologia, Docente da Universidade Católica do Salvador (UCSal), Coordenador do Núcleo Integrado de Estudos em Zoologia - NIEZ; eder.silva@pro.ucsal.br.

nativos e adquiridos 150 indivíduos de E. fetida, mantidos em cativeiro sob as mesmas condições. Após 24 horas em ambiente fechado, observou-se mortalidade total (100%) entre os espécimes nativos, enquanto não houve perdas entre os indivíduos de E. fetida. Os resultados evidenciam maior resistência fisiológica e adaptativa da espécie exótica, o que corrobora sua aplicação consolidada em processos de manejo de resíduos orgânicos. E, em contrapartida, as minhocas nativas demonstraram elevada sensibilidade, apontando limitações para seu uso em cativeiro e ressaltando a necessidade de estratégias específicas de manejo e conservação.

Palavras-chave: Annelida. Lumbriculida. Resistência adaptativa. Vermicompostagem.

1 INTRODUÇÃO

A fauna edáfica exerce papel fundamental na manutenção da qualidade e funcionalidade dos solos, influenciando diretamente processos como a decomposição da matéria orgânica, a ciclagem de nutrientes e a formação estrutural do solo. Entre os organismos que compõem essa fauna, as minhocas correspondem a um dos principais grupos de organismos edáficos atuantes nos processos de movimentação de partículas e ciclagem de nutrientes (Steffen *et al*., 2013), contribuindo significativamente para a sustentabilidade dos ecossistemas. Na Mata Atlântica, bioma reconhecido por sua elevada diversidade biológica, existem diversas espécies nativas de minhocas com funções ecológicas específicas, cuja fisiologia e comportamento ainda são pouco explorados cientificamente. A criação de minhoca em cativeiro para diversos fins tem levantado interesse pois demanda pouco investimento financeiro e infraestrutura na qual gera grandes possibilidades de retorno (Martinez, 1995).

Nesse contexto as minhocas se destacam como engenheiras do ecossistema, desempenhando um papel essencial na decomposição da matéria orgânica, na aeração e na melhoria da qualidade do solo, realizando diversos serviços ambientais, como a decomposição da matéria orgânica, a ciclagem de nutrientes e a formação e agregação do solo (Cesar *et al*., 2022). Sua atividade biológica impulsiona a ciclagem de nutrientes, tornando-os mais disponíveis para as plantas e contribuindo para sistemas agrícolas mais sustentáveis (Paiva, 2013).

A introdução de minhocas em processos de compostagem, como na vermicompostagem, tem sido amplamente utilizada para aumentar a produtividade agrícola e promover práticas sustentáveis. Apesar do amplo uso de minhocas exóticas como a *Eisenia fetida* (Savigny, 1826) na vermicompostagem devido à sua alta adaptabilidade, o potencial das espécies nativas ainda é pouco explorado em

ambientes controlados. A escassez de dados sobre sua sobrevivência e comportamento em cativeiro levanta questionamentos sobre sua viabilidade nesses sistemas. Considerando sua relevância ecológica nos ecossistemas naturais, torna-se essencial investigar sua resistência e capacidade de adaptação frente às condições artificiais, especialmente em comparação com espécies já consolidadas na prática da compostagem.

Dessa forma, torna-se relevante um estudo comparativo entre a resistência de minhocas californianas e nativas em cativeiro, a fim de identificar limitações e potenciais de cada grupo, contribuindo para estratégias mais eficazes de manejo, conservação e possível utilização sustentável de espécies nativas nos processos de reciclagem de resíduos orgânicos. Tal abordagem também pode fornecer subsídios para práticas de conservação da biodiversidade edáfica e fortalecimento de ecossistemas locais (Edwards; Bohlen, 1996).

Este estudo visa avaliar e comparar a resistência fisiológica e capacidade de adaptação de minhocas nativas da fauna edáfica da Mata Atlântica em relação à espécies exótica *Eisenia fetida* visando avaliar seu potencial de sobrevivência em condições ambientais adversas e justificar o uso de *E. fetida* em sistemas sustentáveis de manejo residual.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 ÁREA DE ESTUDO

O Parque Ecológico Universitário - PEU (12°56'53.5"S 38°24'45.0"W), é um espaço de área verde particular com aproximadamente 40ha, pertencente à Universidade Católica do Salvador - UCSAL e, está inserido na área do Parque Metropolitano de Pituaçu (Figura 1), está localizado em uma região de fragmento da Mata Atlântica (Lira, 2016). Foi intitulado como um Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica da UNESCO, dentro da área urbana da região Metropolitana do Salvador, possuindo vegetação ombrófila densa (Conceição; Pereira, 1998) e clima tropical chuvoso de floresta do tipo Equatorial Af (Köppen, 1948).

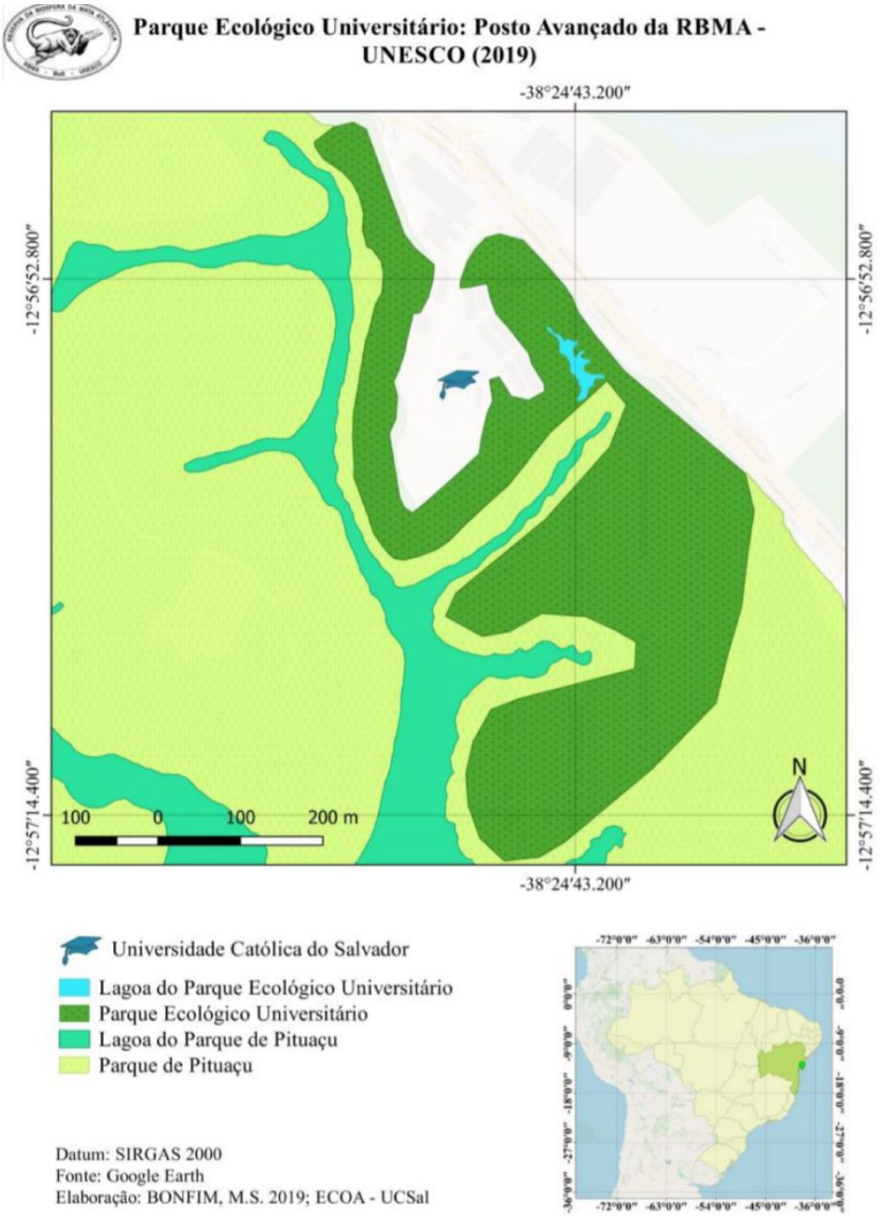


Figura 1. Mapa evidenciando a localização geográfica do Parque Ecológico Universitário, Salvador, Bahia, Brasil. Fonte: Mateus S. Bonfim (2019).

2.2. AMOSTRAGEM

2.2.1. Coleta de material sedimentar e orgânico

A coleta foi realizada na área da Lagoa do Parque Ecológico Universitário, em um período de seca, que por sua vez, estava em baixo nível (figura 2), porém mantendo o solo encharcado. Foram utilizadas pás cortantes, cavadores e pás de jardinagem para auxiliar na coleta. O solo coletado foi acondicionado em potes de 15 litros junto a matéria orgânica.



Figura 2: Lago do Parque Ecológico Universitário em período de seca durante a coleta. Fonte: Arquivo pessoal.

2.2.2. Minhocas

O solo foi triado de maneira manual, utilizando luvas cirúrgicas e pinças, no qual as porções foram fragmentadas com as mãos para a procura e retirada das minhocas nativas, condicionando-as em baldes separados, 15L cada, com o mesmo solo nativo da região, contabilizando-as no processo. Os indivíduos de *Eisenia fetida* foram adquiridos de terceiros. Ambos os grupos foram acondicionados em recipientes plásticos de mesma tipologia e volume, respeitando a origem edáfica. Os exemplares nativos foram mantidos no solo de coleta original, enquanto os indivíduos de *E. fetida*

foram introduzidos em substrato correspondente ao solo de transporte no qual foram adquiridos.

2.3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram coletados 125 espécimes de oligoquetas pertencentes à fauna edáfica nativa da Mata Atlântica e adquiridos aproximadamente 150 indivíduos da espécie *Eisenia fetida*, ambos mantidos em cativeiro sob as mesmas condições ambientais. Após 24 horas de confinamento em ambiente controlado, observou-se mortalidade total (100%) das minhocas nativas, enquanto não se registrou nenhuma baixa entre os indivíduos de *E. fetida*. Esse resultado demonstra de forma clara um contraste na resistência fisiológica e adaptativa entre as espécies, apontando para diferenças em suas respostas ao estresse ambiental.

A elevada tolerância das minhocas californianas ao confinamento e às possíveis alterações microambientais — como depleção de oxigênio, mudanças na umidade e na composição físico-química do substrato — está em consonância com diversos estudos que destacam a plasticidade fisiológica dessa espécie (Tripathi; Bhardwaj, 2004; Wu *et al.*, 2019). *E. fetida* apresenta características que favorecem sua sobrevivência em ambientes artificiais, como rápido ajuste metabólico, maior eficiência na regulação osmótica e capacidade de ativar respostas antioxidantes frente ao estresse (Yan *et al.*, 2024). Essa plasticidade é um dos fatores que explicam seu uso consolidado em sistemas de vermicompostagem, onde é exposta a grandes variações de pH, temperatura e carga microbiana sem perda significativa de desempenho.

A mortalidade total das espécies nativas em apenas 24 horas sugere que essas minhocas são altamente sensíveis ao confinamento e a mudanças bruscas em seu micro-habitat. Possivelmente, fatores como a compactação do solo, o estresse hídrico ou a menor aeração nos recipientes comprometeram seu metabolismo. Essa baixa resiliência pode estar ligada ao fato de que muitas espécies nativas apresentam nichos ecológicos mais restritos e dependem de microclimas específicos para sobrevivência, o que as torna vulneráveis em ambientes artificialmente controlados (Korasaki; Brown; Pasini, 2008).

Além disso, é relevante considerar que a coleta ocorreu em período de seca, o que pode ter gerado um viés de seleção de indivíduos já submetidos a estresse

ambiental. Tal condição pode ter reduzido a vitalidade das minhocas no momento da triagem, potencializando o impacto do confinamento. Pesquisas futuras poderiam incluir testes com solo mais aerado, diferentes níveis de umidade e suplementação de matéria orgânica fresca, a fim de avaliar se a taxa de sobrevivência das espécies nativas pode ser aumentada com ajustes no manejo.

Esses achados reforçam a importância de estratégias de conservação da fauna edáfica nativa, uma vez que a sensibilidade dessas espécies pode comprometer sua manutenção ex-situ. Em contrapartida, confirmam que *E. fetida* é um recurso biológico robusto e confiável para programas de manejo de resíduos orgânicos e produção de biofertilizantes, sendo capaz de manter sua atividade biológica mesmo em condições adversas. No entanto, a dependência excessiva de espécies exóticas para esses sistemas levanta questões ecológicas de longo prazo, como o risco de competição com minhocas nativas em áreas de escape e possíveis impactos sobre a biodiversidade do solo (Lavelle *et al.*, 2006).

Portanto, os resultados deste estudo não apenas validam o uso da *E. fetida* em vermicompostagem, mas também indicam que o desenvolvimento de protocolos específicos para a aclimatação de minhocas nativas seria fundamental para explorar seu potencial em projetos de manejo sustentável e para ampliar o conhecimento sobre sua biologia. A integração desses protocolos poderia contribuir para a conservação da biodiversidade do solo, alinhando práticas agroecológicas às metas de preservação de ecossistemas locais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciaram uma maior resistência das minhocas californianas ao confinamento e às variações ambientais típicas de ambientes artificiais, o que reforça sua já consolidada aplicação em práticas como a vermicompostagem e o manejo de resíduos orgânicos. Em contrapartida, as espécies nativas demonstraram sensibilidade acentuada às condições de cativeiro, indicando limitações relevantes para sua manutenção e uso produtivo fora de seu habitat natural. Esses achados ressaltam a importância de considerar as especificidades ecológicas das espécies nativas em estratégias de manejo, conservação ou aproveitamento econômico.

Apesar das dificuldades, o trabalho em si contribui para o entendimento inicial de manter espécies nativas em cativeiro, tema este ainda pouco explorado. Além disso, reforça a necessidade de novas pesquisas que investiguem formas mais adequadas de manejo, levando em conta as particularidades ecológicas dessas espécies.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Católica do Salvador e ao grupo de pesquisa ECOA por tornar tudo possível.

REFERÊNCIAS

CESAR, R. G. *et al.* Poluição por metais pesados em depósitos fluviais impactados pelo rompimento de barragem de mineração na Bacia do Rio Doce (MG): minhocas como bioindicadores. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 15, p. 414–428, 2022.

CONCEIÇÃO, A.; PEREIRA, A. D. **Flora do Parque Metropolitano de Pituaçu, Salvador-BA, Brasil – gênero Stylosanthes Sw. (Fabaceae)**. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 49., 1998, Salvador. Anais. Salvador: 1998. p. 365.

CROSSLEY JR., D. A.; COLEMAN, D. C.; HENDRIX, P. F. The importance of the fauna in agricultural soils: research approaches and perspectives. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, v. 27, p. 47-55, 1989.

DE GÓES, G. B. *et al.* Utilização de húmus de minhoca como substrato na produção de mudas de tamarindeiro. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável,** v. 6, n. 4, p. 21, 2011.

EDWARDS, C. A.; BOHLEN, P. J. **Biology and Ecology of Earthworms**. 3. ed. Londres: Chapman & Hall, 1996.

GAETE, H. *et al*. Evaluación de la toxicidad de cobre en suelos a través de biomarcadores de estrés oxidativo en Eisenia foetida. **Química Nova**, v. 33, n. 3, p. 567-574, 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-40422010000300014.

KORASAKI, V.; BROWN, G. G.; PASINI, A. Biodiversidade e populações de minhocas em três fragmentos de Mata Atlântica com diferentes níveis de perturbação em Londrina, Paraná, Brasil. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 32, p. 1499-1507, 2008.

LARSON, W. E.; PIERCE, F. J. The dynamics of soil quality as a measure of sustainable management. *In*: DORAN, J. W. *et al*. (ed.). **Defining soil quality for a sustainable environment. Madison**: Soil Science Society of America, 1994. p. 37–51. (SSSA Special Publication, 35).

LAVELLE, P. *et al*. Soil invertebrates and ecosystem services. **European Journal of Soil Biology,** v. 42, p. S3–S15, 2006.

MARTINEZ, E. **A grande e poderosa minhoca** – manual prático do minhocultor. Guaíba: Agropecuária, 1995.

PAIVA, R. S. Quantificação de coprólitos de minhocas nativas em Latossolo Amarelo cultivado com braquiárias na ausência e presença de adubação mineral. 2013. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – **Centro de Ciências Agrárias,** Universidade Federal da Paraíba, Areia, 2013.

SOUZA, J. L.; RESENDE, P. **Manual de horticultura orgânica.** 2. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2006.

STEFFEN, G. P. K. *et al*. Importância ecológica e ambiental das minhocas. **Revista de Ciências Agrárias,** v. 36, n. 2, p. 137-147, 2013.

TRIPATHI, G.; BHARDWAJ, P. Comparative studies on biomass production, life cycles and composting efficiency of *Eisenia fetida* (Savigny) and Lampito mauritii (Kinberg). **Bioresource Technology,** v. 92, n. 3, p. 275-283, 2004. DOI: https://doi.org/10.1016/j.biortech.2003.09.005.

WU, J. *et al*. Effects of soil acid stress on the survival, growth, reproduction, antioxidant enzyme activities, and protein contents in earthworm (*Eisenia fetida*). **Environmental Science and Pollution Research,** v. 27, p. 33419-33428, 2020. DOI: https://doi.org/10.1007/s11356-019-04643-y.

YAN, Y. *et al.* Response and Defense Mechanisms of the Earthworms *Eisenia fetida* to Natural Saline Soil Stress. **Science of The Total Environment**, v. 951, 175480, 2024. DOI: https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2024.175480.

ANÁLISE DA PRESENÇA DE NEMATÓIDES NO MUCO DE *ACHATINA FULICA* (BOWDICH, 1822) (MOLLUSCA: GASTROPODA) ENCONTRADOS NO BAIRRO DE VALÉRIA, SALVADOR – BAHIA

Letícia Marques Moraes Oliveira[1]

Fernanda Silva Souza Vilas Boas[1]

Iasmin Sousa Santos[1]

Grazielle Santana da Costa[1]

Gabriel Branco Dantas[1]

Josafá Malaquias da Silva Neto[1]

Eder Carvalho da Silva[2]

RESUMO

O caramujo africano, *Achatina fulica*, é um molusco gastrópode pulmonado terrestre originário da África, que foi trazido para o Brasil por volta da década de 1980. Nas áreas onde foi introduzido, tornou-se um grave problema ambiental e de saúde pública, por ser o hospedeiro intermediário de nematóides causadores da angiostrongilíase abdominal e meningite eosinofílica. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo investigar a presença de nematódeos no muco de *Achatina fulica* coletados no bairro de Valéria, Salvador - Bahia. A coleta ocorreu de forma manual durante duas semanas, em que foram extraídas amostras do muco de 20 caramujos, sendo analisadas em laboratório cinco lâminas por amostra. Todos os dados obtidos foram submetidos a análises estatísticas descritivas simples por meio do cálculo das frequências absolutas e relativas. A análise dos caramujos revelou que 20% dos indivíduos estavam parasitados por nematóides. Esses achados ressaltam a importância do monitoramento contínuo da espécie e suas implicações em relação à saúde pública, possuindo assim, potencial de subsidiar ações de vigilância sanitária e contribuir para a conscientização da população quanto aos riscos associados à presença desse molusco em áreas urbanas.

Palavras-chave: Caramujo africano; Parasitas; Saúde Pública.

1 INTRODUÇÃO

Conhecido como caramujo africano ou caramujo-gigante-africano, *Achatina fulica* (Bowdich, 1822) é um molusco pulmonado terrestre, classe Gastropoda, originário do leste da África (Aquino, 2013). Essa espécie é hermafrodita, capaz de depositar de

[1] Graduandos em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador. Avenida Prof. Pinto de Aguiar, 2589, Pituaçu, 41740-090 - Salvador-BA; leticia.moliveira@ucsal.edu.br
[2] Doutor em Ecologia, Docente da Universidade Católica do Salvador. Avenida Prof. Pinto de Aguiar, 2589, Pituaçu, 41740-090 - Salvador-BA; eder.silva@pro.ucsal.br

50 a 400 ovos, quatro vezes ao ano, sendo resistente à seca e frio intenso. Possui atividade durante as estações chuvosas, tem hábito herbívoro generalista, mas pode predar indivíduos de sua própria espécie (Piovezan *et al*., 2018).

Além disso, seu habitat compreende bordas de mata, margens de brejos, capoeiras, hortas e pomares, plantações abandonadas, terrenos baldios urbanos, quintais e jardins (Dive, 2017). Com isso, a espécie é considerada uma das 100 piores espécies exóticas invasoras do planeta (Lowe; Browne; Boudjelas, 2004), tendo em vista sua facilidade de se adaptar a diferentes ambientes e a falta de predadores naturais fora do seu local de origem.

A invasão ambiental da espécie *Achatina fulica* no Brasil teve início em 1988 com o contrabando de exemplares levados para uma exposição agropecuária realizada em Curitiba, no estado do Paraná. A proposta era incentivar a criação do molusco como alternativa econômica para pequenos produtores, promovendo seu abate e consumo como substituto do escargot tradicional do gênero *Helix*, assim como na Europa, onde o consumo de caramujos terrestres preparados cozidos ou em conserva é culturalmente difundido (Teles; Fontes, 2002).

Devido à competição por recursos essenciais como alimento e espaço com espécies nativas, *Achatina fulica* tornou-se um sério problema ambiental (Queiroz; Terán; Queiroz, 2014). Sua presença também causou impactos negativos significativos na agricultura, afetando diretamente diversos cultivos e comprometendo a produtividade em áreas infestadas. Além disso, a espécie também representa riscos à saúde pública, pois pode atuar como vetores de nematoides responsáveis pela angiostrongilíase em humanos. Sua principal forma de disseminação ocorre por meio da dispersão passiva, seja de maneira intencional ou acidental (Brasil, 2008).

Os parasitas são considerados um componente importante da biodiversidade, sendo os helmintos o grupo mais diverso de parasitas metazoários de vertebrados. *Angiostrongylus cantonensis* (Chen, 1935) e *Angiostrongylus costaricensis* (Morera; Cespedes, 1971) são nematoides parasitas responsáveis, respectivamente, pela meningite eosinofílica - condição neurológica grave provocada pela migração das larvas do parasita para o sistema nervoso central - e pela angiostrongilíase abdominal, que afeta o trato gastrointestinal humano. Esses parasitas utilizam roedores como hospedeiros definitivos e os moluscos terrestres como hospedeiros intermediários, como o caramujo-gigante-africano (Rodrigues *et al*., 2025; Cardoso *et al*., 2020).

Tendo em vista o potencial zoonótico de parasitas veiculados pelo caramujo africano, este estudo teve como principal objetivo investigar a presença de nematoides no muco de *Achatina fulica* coletados no bairro de Valéria, em Salvador – Bahia. A relevância da pesquisa reside na necessidade de compreender o papel desse molusco na transmissão de agentes patogênicos, contribuindo com dados relevantes para ações de vigilância em saúde e para a conscientização da população quanto aos riscos associados ao seu manuseio inadequado.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 ÁREA DE COLETA

O estudo foi realizado no bairro de Valéria, localizado no município de Salvador, capital da Bahia, nas coordenadas geográficas 12°51'55"S e 38°26'17"W e ocupa uma área de cerca de 12,17 km² (Prefeitura Municipal de Salvador, 2025) (Figura 1).

A área selecionada para a coleta dos caramujos corresponde a um trecho de área urbana do bairro de Valéria, em Salvador – BA, onde há relatos frequentes de ocorrência do molusco. A coleta foi realizada de forma aleatória ao longo de uma rua residencial, no período noturno, horário em que os caramujos apresentam maior atividade devido à maior umidade e menor incidência de luz, o que favorece seu deslocamento.

Figura 1 - Área correspondente ao bairro de Valéria, Salvador, Bahia.



Fonte: Reprodução/Google Earth, 2025.

2.2 DELINEAMENTO AMOSTRAL

Os caramujos foram coletados manualmente com o auxílio de luvas de proteção descartáveis e foram acondicionados em recipientes plásticos com tampa ventilada e devidamente identificados. Para a coleta dos caramujos não foi considerado nenhum critério de tamanho ou ciclo de vida.

2.3 ESTRATÉGIAS DE AMOSTRAGEM

Os caramujos coletados foram encaminhados ao laboratório da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), onde foi realizada a extração do muco por meio da estimulação manual, descrito por Lorenzi (2006). No entanto, o autor descreve o método de maneira breve, deixando de explicar informações cruciais sobre o caramujo se retrair ao ser tocado, não permitindo a estimulação em sua parte inferior (pé).

Neste caso, a alternativa encontrada foi massagear a parte lateral que se encontrava exposta na concha, utilizando um palito de madeira, como forma adaptativa ao método descrito (Figura 2). O muco foi disposto em béquer de 100ml individualmente para cada caramujo (Figura 3).

A coleta foi realizada em quatro dias, 07 e 11 de maio e 16 e 17 de junho, sendo 5 caramujos por dia, totalizando 20 indivíduos. A análise do muco se deu nos dias seguintes a cada coleta, em que foram analisadas cinco lâminas por amostra através da microscopia óptica, com auxílio da pipeta Pasteur 5mL e lâmina de vidro sobreposta por uma lamínula, totalizando 100 lâminas.

Figura 2 – Método de extração do muco *Achatina fulica*.



Fonte: Compilado/Autoria própria, 2025.

Figura 3 - Separação de béqueres para cada caramujo



Fonte: Autoria própria, 2025.

2.4 ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS DADOS

Todos os dados obtidos foram submetidos a análises estatísticas descritivas simples, utilizando o software Microsoft Excel, que auxiliou na organização de planilhas e elaboração de tabelas.

A relação entre o número total de caramujos coletados e aqueles contaminados por nematódeos foi avaliado por meio do cálculo de frequência absoluta (número de casos observados) e frequência relativa (porcentagem em relação ao total de amostras).

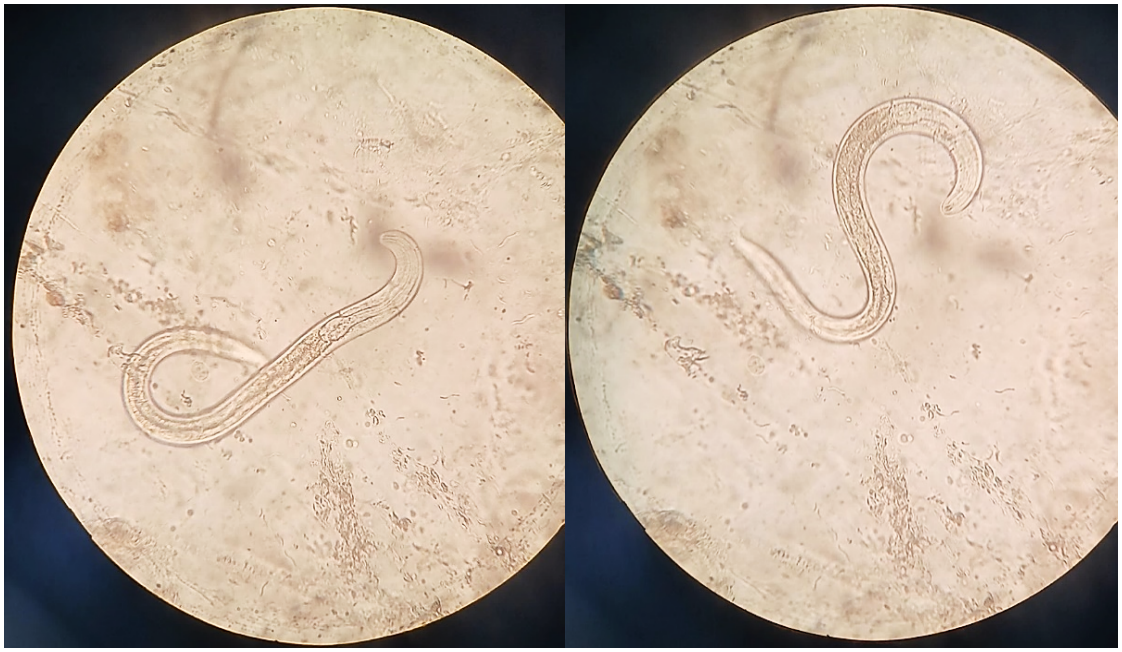
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O método adotado para a coleta do muco dos caramujos demonstrou ser eficaz, apresentando-se como uma técnica simples, rápida e que não ocasiona danos aparentes aos animais, preservando sua integridade física.

Observou-se, contudo, que a quantidade de muco varia conforme o tamanho dos indivíduos. Nos caramujos de menor porte, a produção de muco foi visivelmente reduzida, o que exigiu múltiplas extrações para se obter uma amostra suficiente para análise. Já nos exemplares adultos, o processo foi mais simples, sendo possível coletar uma quantidade satisfatória de muco em uma única aplicação do método.

Dos 20 indivíduos analisados, quatro apresentaram nematoides em suas amostras (Figura 4), representando uma taxa de contaminação de 20% (Tabela 1). Essa frequência relativa sugere uma possibilidade de que os nematoides encontrados sejam parasitas com potencial zoonótico.

Figura 4 – Nematoides encontrados no muco de *Achatina fulica*.



Fonte: Compilado/Autoria própria, 2025.

Tabela 1. Resultado da análise do muco de *Achatina fulica* coletados no Bairro de Valéria, Salvador Bahia

Situação do muco	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Contaminados	4	20%
Não contaminados	16	80%
Total	**20**	**100%**

Fonte: Autoria própria, 2025.

Diante da análise e verificação da presença de nematódeos no muco, o estudo evidenciou que esses animais contaminados representam uma ameaça significativa à saúde pública, especialmente para a população residente no bairro de Valéria.

Isso se deve ao elevado potencial de transmissão do nematoide *Angiostrongylus cantonensis*, agente causador da meningite eosinofílica. A doença pode causar sintomas como dor de cabeça intensa, dor abdominal e cervical, náusea, rigidez e dor na nuca e paralisia dos membros (Morassutti *et al*., 2014). Além deste, outro parasita que pode ser transmitido é o *Angiostrongylus costaricensis*, responsável pela angiostrongilíase abdominal, que causa dores abdominais na fossa ilíaca e no flanco direito, febre e calafrios (Moreira, 1988).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da presença de nematoides no muco de *Achatina fulica* coletados no bairro de Valéria evidenciou o potencial risco à saúde pública associado a essa espécie. Tais dados reforçam a importância de ações preventivas, como o controle populacional da espécie, campanhas de conscientização e monitoramento contínuo, especialmente em áreas urbanas.

Para o controle da infestação, é fundamental a adoção de medidas eficazes de combate. A catação manual, realizada com o uso de luvas de proteção, destaca-se como uma das práticas mais comuns e recomendadas, por sua eficácia na remoção direta dos indivíduos do ambiente.

Ademais, conforme orientações oficiais estabelecidas pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2022), a eliminação correta dos caramujos coletados deve seguir procedimentos específicos. Recomenda-se que os moluscos sejam esmagados (quebra das conchas), com algum objeto ou pisoteados, e enterrados em valas de 80cm à 15m de profundidade. É importante que a vala seja longe de lençóis freáticos e revestida por uma camada de cal virgem para impermeabilização do solo. Outra opção adotada é a incineração em locais apropriados para esta finalidade.

Durante a realização do estudo, observou-se que a técnica de extração do muco é mais eficiente quando aplicada em caramujos de maior porte, preferencialmente adultos, visto que esses apresentam maior volume de secreção. Dessa forma, recomenda-se a padronização do tamanho dos espécimes em coletas futuras, o que pode aumentar a eficácia e reprodutibilidade da metodologia.

Além disso, foram encontradas dificuldades em momentos em que os caramujos se retraíam completamente, impossibilitando a continuidade da massagem manual necessária para a extração do muco.

A execução do trabalho foi considerada relevante, tendo em vista a sua importância para a sociedade. Como sugestão para pesquisas futuras, propõe-se a investigação de novos métodos de coleta do muco, buscando alternativas mais eficazes e menos suscetíveis à retração dos animais. Além disso, seria pertinente realizar a identificação específica dos nematóides encontrados, a fim de avaliar seu real potencial patogênico e sua importância para a saúde humana e animal.

REFERÊNCIAS

AQUINO, M. C. **Caracterização química do caracol africano (*Achatina (Lissachatina) fulica* (Bowdich, 1822) e avaliação dos efeitos do muco cutâneo em úlceras de córnea em coelhos (*Oryctolagus cuniculus*)**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde), Instituto de Ciências Biológicas e de Saúde, Universidade Federal de Alagoas, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Técnica nº 30/2022 - CGZV/DEIDT/SVS/MS. **Orientações quanto ao correto manejo, descarte e controle do molusco gastrópode, terrestre, exótico-invasor *Achatina fulica* no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2022/nota-tecnica-no-30-2022-cgzv-deidt-svs-ms-manejo-do-molusco-gastropode.pdf. Acesso em: 19 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Vigilância e Controle de Moluscos de Importância Epidemiológica.** 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 33 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigilancia_controle_ moluscos _import_ epidemio_2ed.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.

CARDOSO, C. V. *et al*. **Prevalence of *Angiostrongylus cantonensis* and *Angiostrongylus costaricensis* in *Achatina fulica* snails in the municipality of São Bernardo do Campo (SP, Brazil)**. Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia, v. 72, n. 01, p. 273-276, 2020.

DIVE. Diretoria de Vigilância Epidemiológica de Santa Catarina. **Informe Técnico para o Controle do *Achatina fulica***. Secretaria de Estado de Saúde de Santa Catarina, 2017. Disponível em: https://www.dive.sc.gov.br/index.php/component /phocadownload /category/90-angiostrongilose?download=340:informe-tecnicopara-o-controle-da-achatina-fulica. Acesso em: 04 abr. 2025.

LORENZI, A. T. **Estudo colorimétrico e espectroscópico do muco de caracóis *Achatina sp* alimentados com rações acrescidas de plantas medicinais**. 2006,

107 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Veterinária) – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, Pirassununga, 2006.

LOWE, S.; BROWNE, M.; BOUDJELAS, S. **100 Of the word´s worst invasive alien species. A selection from the global invasive species database**. Invasive Species Specialist Group (ISSG). p. 10. nov. 2004. Disponível em: https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2000-126.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

MORASSUTTI, A. L. *et al*. **Eosinophilic meningitis caused by *Angiostrongylus cantonensis*:** An emergent disease in Brazil. Memorias do Instituto Oswaldo Cruz, v.109, n. 4, p. 399–407, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mioc/a/7XbSHY9q7xJY3z3GCDCGDZB/?format=pdf&lang=e. Acesso em: 18 mai. 2025.

MOREIRA, P. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 21, n. 2, p. 81–83, abr./jun. 1988. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsbmt/a/xDSDrqmdhsqHjxDvsQWNXxP/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 19 mai. 2025.

OLIVEIRA, C. M. G. *et al*. Nematoides. *In*: BRANDÃO FILHO, J. U. T.; FREITAS, P. S. L.; BERIAN, L. O. S.; GOTO, R. (org.). **Hortaliças-fruto** [recurso eletrônico]. Maringá: EDUEM, 2018. p. 315–338. ISBN 978-65-86383-01-0. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9786586383010.0011. Acesso em: 9 abr. 2025.

PIOVEZAN, U. *et al*. **Estudos para o controle do caramujo africano *(Achatina fulica*, Bowdich 1822) na APA Baia Negra, Ladário, MS.** Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, N° 1, jul. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Prefeituras-Bairro**. 2022. Disponível em: https://dados.salvador.ba.gov.br/pages/bairros-de-salvador/. Acesso em: 07 abr. 2025.

QUEIROZ, R. M. DE; TERÁN, A. F.; QUEIROZ, A. G. DE. **O caramujo africano (*Achatina fulica*), perigos para a saúde e o meio ambiente:** uma proposta de alfabetização ecológica. Ensino, Saúde e Ambiente, v. 7, n. 1, 14 jul. 2014. DOI: https://doi.org/10.22409/resa2014.v7i1.a21179

RODRIGUES, P. S. *et al*. **Surveillance of land molluscs infected by *Angiostrongylus cantonensis* (Nematoda) reveals risk areas for zoonotic eosinophilic meningitis in the State of Rio de Janeiro, Brazil**. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, v. 120, 2025.

TELES, H.M.S.; FONTES, L.R. **Implicações da introdução e dispersão de *Achatina fulica* Bowdich, 1822 no Brasil**. Boletim do Instituto Adolfo Lutz, v. 12, n. 1, p. 3-5. 2002.

ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA, MICROBIOLÓGICA E PERCEPÇÃO SOCIAL DO DIQUE DE CAMPINAS, SALVADOR (BA)

Bruna de Santa Bárbara Barbosa[1]

Eder Carvalho da Silva[2]

Karine Lena Meneghetti[3]

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a qualidade da água do Dique de Campinas, em Salvador (BA), considerando parâmetros físico-químicos, microbiológicos e a percepção social da população do entorno. Para tanto, foram coletadas amostras em oito pontos distintos, avaliando-se temperatura, pH, oxigênio dissolvido, amônia, ferro, nitrito e coliformes. Os dados foram comparados aos limites estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357/2005 para águas doces de Classe III. A análise físico-química revelou conformidade no pH e ferro, mas identificou níveis críticos de oxigênio dissolvido, amônia tóxica e nitrito em alguns pontos, indicando contaminação orgânica. A avaliação microbiológica evidenciou a presença de coliformes totais e termotolerantes em todas as amostras, incluindo detecção de *Escherichia coli*, confirmando poluição fecal. Além disso, a aplicação de questionário à população local demonstrou que, embora o uso direto da água seja limitado, moradores relatam incômodos e associam o manancial a problemas de saúde. Esses resultados reforçam a necessidade de políticas públicas integradas voltadas ao saneamento, à educação ambiental e à preservação do ecossistema. Conclui-se que o estudo contribui para o diagnóstico socioambiental e para a formulação de ações de gestão dos recursos hídricos urbanos.

Palavras-chave: Qualidade da água. Poluição fecal. Saneamento. Percepção ambiental. Coliformes.

1 INTRODUÇÃO

A água é a substância mais abundante na matéria viva e está diretamente envolvida em funções vitais, como a regulação da temperatura corporal, a manutenção da homeostase e o suporte às reações metabólicas. Por isso, o seu consumo é indispensável para a sobrevivência das espécies, especialmente a humana. No entanto, para que seja considerada própria ao consumo, a água deve apresentar características físico-químicas e microbiológicas que garantam a segurança sanitária do usuário (SILVA et al., 2024).

[1] Mestre em Ciências Farmacêuticas, Universidade Federal da Bahia, brunabarbosa@ufba.br.

[2] Doutor em Ecologia, Universidade Católica do Salvador, eder.silva@pro.ucsal.br.

[3] Doutora em Microbiologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, karinemeneghetti@gmail.com.

Fontes hídricas contaminadas por microrganismos patogênicos (como bactérias, fungos, parasitas e vírus) e substâncias químicas (como amônia, nitrito e ferro) podem se tornar veículos de doenças, como diarreias, hemocromatose e certos tipos de câncer (NÓBREGA et al., 2015; NOVICKI; CAMPOS, 2016; ROMEIRO; FORTUNA, 2016). No Brasil, a veiculação hídrica de doenças é uma realidade preocupante. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 80% dos casos de diarreia aguda em países em desenvolvimento, em 2011, estavam associados ao consumo de água contaminada.

Esse cenário se agrava quando se considera que apenas cerca de 30% da população mundial tem acesso à água tratada; os demais 70% dependem de fontes alternativas, muitas vezes impróprias para consumo humano. Fatores como a expansão urbana desordenada, o crescimento industrial, a ausência de saneamento ambiental e o descarte inadequado de resíduos sólidos e esgoto contribuem para a degradação de recursos hídricos superficiais e subterrâneos (BUZANELLO et al., 2008; CUNHA et al., 2012; YAMAGUCHI et al., 2013; BRILHANTE et al., 2016).

Nesse contexto, torna-se essencial a realização de estudos de monitoramento da qualidade da água, com base em parâmetros físico-químicos e microbiológicos definidos por órgãos reguladores como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e o Ministério da Saúde, os quais estabelecem padrões de potabilidade e limites aceitáveis de substâncias conforme o uso da água (ALVES et al., 2016; MAIA et al., 2016; PIRATOBA et al., 2017; RIBEIRO; ROLIM, 2017).

O Dique de Campinas, também conhecido como Dique do Alto do Cabrito, está situado na parte alta da bacia hidrográfica do rio Camarajipe, no Subúrbio Ferroviário de Salvador (BA). Apesar de sua importância ambiental e social para os bairros do entorno, o dique tem sido alvo de degradação ambiental. Um estudo desenvolvido na Universidade Federal da Bahia, em 2006, por meio do Sistema de Indicadores do Dique (SID), revelou condições urbano-ambientais críticas, especialmente no que se refere à qualidade da água, evidenciando a necessidade de ações por parte do poder público e da população local (MORAES et al., 2006).

Diante desse cenário, este estudo teve como objetivo analisar a qualidade da água do Dique de Campinas, em Salvador (BA), por meio da avaliação de parâmetros físico-químicos e microbiológicos, verificando sua conformidade com os padrões legais e suas implicações para a saúde humana e ambiental. Além disso, foi aplicado um

questionário aos moradores do entorno com o intuito de compreender a percepção social sobre a situação do manancial, responsabilidades envolvidas e sugestões para melhorias.

2 METODOLOGIA

2.1 ÁREA DE ESTUDO E COLETA DE AMOSTRAS

Este é um estudo experimental, observacional e analítico de corte transversal, realizado no Dique de Campinas, também conhecido como Dique do Cabrito, localizado na parte superior da bacia hidrográfica do rio Camarajipe, na divisa entre os bairros de Marechal Rondon e Campinas de Pirajá, em Salvador, Bahia. A região abriga, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), aproximadamente 55 mil habitantes distribuídos entre os bairros Alto do Cabrito, Boa Vista do Lobato, Bela Vista do Lobato, Campinas de Pirajá e Marechal Rondon.

O manancial possui duas bacias, totalizando uma área aproximada de 74.000 m². As coletas foram realizadas em oito pontos previamente estabelecidos: quatro na primeira bacia (pontos A, B, C e D) e quatro na segunda bacia (pontos E, F, G e H). As amostras de água foram coletadas no dia 5 de janeiro de 2020, às 5h, durante o verão, seguindo as orientações da Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011).

2.2 ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS

Foram analisados os seguintes parâmetros físico-químicos: temperatura (°C), pH, oxigênio dissolvido (mg/L), amônia (mg/L), ferro (mg/L) e nitrito (mg/L). A temperatura foi aferida in loco com termômetro digital, enquanto os demais parâmetros foram analisados com kits colorimétricos da marca Labcon Test, conforme instruções do fabricante. Os resultados foram comparados com os limites estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357/2005 para corpos hídricos de classe III (BRASIL, 2005), conforme demonstrado na Tabela 1.

Parâmetro	Valor de Referência
pH	6,0 – 9,0
Ferro (mg/L)	5,0
Amônia (mg/L)	0,02
Oxigênio dissolvido (mg/L)	≥ 4,0
Nitrito (mg/L)	1,0

Tabela 1. Valores máximos permitidos para parâmetros físico-químicos em águas doces de classe III, segundo a Resolução CONAMA nº 357/2005. Fonte: próprio autor, 2020.

2.3 ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS

Para a análise microbiológica, foram utilizadas alíquotas de 100 mL de cada amostra para determinação do Número Mais Provável (NMP) de coliformes totais e termotolerantes, utilizando a técnica dos tubos múltiplos, conforme descrito pelo *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater* (APHA, 2005).

O teste presuntivo foi realizado com diluições sucessivas (0,1; 0,01; 0,001) em solução salina a 0,1%. Foram inoculados 1 mL de cada diluição em três tubos com 10 mL de Caldo Lauril Sulfato Triptose (LST) contendo tubos de Durham, incubados a 35 °C por 24 h. A produção de gás e a turvação indicam resultado positivo para coliformes totais.

Para o teste confirmatório, amostras positivas no LST foram inoculadas em Caldo Verde Brilhante 2% (VB) com tubos de Durham, incubadas a 37 °C por 48 h. A formação de gás confirmou a presença de coliformes totais. Simultaneamente, para coliformes termotolerantes, foi utilizada alíquota de tubos LST positivos em Caldo EC, incubado a 45 °C por 48 h. A presença de gás indicou positividade. A quantificação seguiu a tabela do NMP.

Para confirmação de *Escherichia coli*, as amostras positivas em EC foram semeadas por esgotamento em Ágar Eosin Methylene Blue (EMB) e incubadas a 37 °C por 24 h. A presença de colônias com brilho verde metálico e centro escuro foi considerada característica de *E. coli*. Os resultados foram comparados aos padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357/2005.

2.4 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO

Foi aplicado um questionário estruturado por meio da plataforma Google Forms, a 73 moradores dos bairros adjacentes ao Dique de Campinas. A entrevista foi dividida em três seções: (i) caracterização sociodemográfica (idade, gênero, bairro); (ii) percepção e contato da população com o dique; (iii) disposição para colaborar com melhorias e sugestões de ações. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal, conforme Resolução CNS nº 466/2012, sob parecer nº 3.704.478 (CAAE 25500919.4.0000.5628).

2.5 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados laboratoriais foram tabulados e apresentados em gráficos e tabelas, com comparação aos valores de referência da Resolução CONAMA nº 357/2005. Os resultados microbiológicos foram avaliados segundo a tabela estatística do NMP. Os dados dos questionários foram sistematizados e analisados de forma descritiva, sendo os principais resultados representados graficamente para facilitar a compreensão.

3 RESULTADOS

Com base nas atuais atividades realizadas na água do Dique de Campinas, o manancial foi classificado como Classe III. Dessa forma, os resultados das análises foram comparados com os padrões estabelecidos para essa categoria, conforme a Resolução CONAMA nº 357/2005.

3.1 ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS

As análises físico-químicas das amostras de água do Dique de Campinas indicaram variações discretas no pH e na temperatura. A temperatura oscilou entre 23,4 °C e 27,7 °C, com média de 25,4 °C, considerada adequada para o período de coleta. O pH variou de 7,0 a 7,5, estando todas as amostras dentro dos padrões estabelecidos pela referida resolução.

Outras variáveis apresentaram resultados fora dos limites preconizados (Tabela 2). Apenas os pontos E e F apresentaram concentrações de oxigênio dissolvido (OD)

dentro do valor mínimo exigido (≥ 4,0 mg/L). As concentrações de ferro permaneceram dentro do limite permitido (até 5,0 mg/L), sem variações significativas entre os pontos.

Amostra	OD (mg/L)	Fe (mg/L)	pH	NH_3 (mg/L)	NO_2^- (mg/L)	Temp. (°C)
Ponto A	2,0	1,0	7,0	0,037	0,25	25,8
Ponto B	3,0	0,5	7,0	0,044	0,0	27,7
Ponto C	1,0	1,0	7,0	0,037	0,0	26,9
Ponto D	1,0	1,0	7,2	0,073	0,08	27,2
Ponto E	8,0	2,0	7,5	0,078	1,75	24,2
Ponto F	8,0	1,0	7,5	0,040	0,05	23,7
Ponto G	2,0	2,0	7,5	0,047	0,25	23,4
Ponto H	1,0	2,0	7,2	0,059	0,0	24,8

Tabela 2. Resultados das análises físico-químicas das amostras de água do Dique de Campinas (Salvador-BA), com destaque para valores fora dos padrões da Resolução CONAMA nº 357/2005 (em negrito). OD: Oxigênio Dissolvido; Fe: Ferro; NH_3: Amônia; NO_2^-: Nitrito.

Em relação à amônia tóxica (NH_3), nenhuma das amostras apresentou conformidade com o limite máximo permitido de 0,02 mg/L. Para o nitrito (NO_2^-), apenas o ponto E ultrapassou o limite estabelecido (0,10 mg/L). Nos pontos B, C e H foram encontradas valores de 0,0 mg/L, indicando níveis não detectáveis ou insignificantes da substância.

3.2 ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS

Todos os oito pontos de coleta apresentaram contaminação por coliformes totais, com valores superiores a $1,1 \times 10^5$ NMP/100 mL. Já os coliformes termotolerantes variaram de $<3,0 \times 10^2$ a $1,1 \times 10^5$ NMP/100 mL (Tabela 3).

Considerando os critérios da Resolução CONAMA nº 357/2005 para águas doces de Classe III, cinco pontos (B, D, E, G e H) apresentaram-se impróprios para dessedentação de animais (limite de 1.000 CF/100 mL em 80% das amostras). Para contato secundário (limite de 2.500 CF/100 mL), apenas os pontos A, C e F foram considerados próprios. Em relação aos demais usos (limite de 4.000 CF/100 mL), os pontos B, E e H estiveram em desacordo com a legislação vigente.

Pontos de Coleta	Coliformes Totais (NMP/100 mL)	Coliformes Termotolerantes (NMP/100 mL)	Enquadramento Classe III
A	>1,1 × 10^5	<3,0 × 10^2	Própria
B	>1,1 × 10^5	1,1 × 10^5	Imprópria
C	>1,1 × 10^5	<3,0 × 10^2	Própria
D	>1,1 × 10^5	3,5 × 10^3	Imprópria
E	>1,1 × 10^5	1,1 × 10^5	Imprópria
F	>1,1 × 10^5	1,1 × 10^2	Própria
G	>1,1 × 10^5	3,8 × 10^3	Imprópria
H	>1,1 × 10^5	1,1 × 10^5	Imprópria

Tabela 3. Coliformes totais e termotolerantes nas amostras de água do Dique de Campinas (Salvador-BA) e enquadramento conforme a Resolução CONAMA nº 357/2005

Também foi detectada a presença de *Escherichia coli* em alguns pontos. Amostras dos pontos C, D, E e F apresentaram crescimento característico da bactéria em meios de cultura EMB, indicando possível contaminação fecal recente.

3.3 PERCEPÇÃO SOCIAL E A INTERAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL COM O DIQUE DE CAMPINAS

Foram entrevistadas 73 pessoas residentes nas proximidades do Dique de Campinas. Do total, 50 (68,5%) eram do sexo feminino e 23 (31,5%) do sexo masculino. A faixa etária predominante foi de 18 a 25 anos, representando 74% dos entrevistados. A maioria (76,7%) declarou residir nas imediações do manancial, enquanto apenas 17 participantes (23,3%) não moravam próximos ao local. Os bairros com maior representatividade foram Alto do Cabrito (38 entrevistados, 52,1%) e Boa Vista do Lobato (30 entrevistados, 41,1%).

Apenas 13 pessoas (17,8%) relataram contato direto com a água do Dique. No entanto, 64 entrevistados (87,7%) apontaram algum tipo de incômodo relacionado à presença do manancial, sendo os principais fatores citados: presença de mosquitos (37

respostas, 52,9%), mau cheiro (25 respostas, 35,7%) e proliferação de animais peçonhentos, como ratos, baratas e cobras (25 respostas, 35,7%).

Em relação ao uso da água, 6 entrevistados (25%) afirmaram utilizá-la para consumo; 3 (12,5%) para recreação; 4 (16,6%) para pesca amadora ou banho; 7 (29,1%) não mantinham qualquer contato; e 4 (16,8%) relataram outros tipos de uso, como contato visual, proximidade de canais de drenagem ou quando bolas de futebol caem na água. Do total de participantes, 22 (30,1%) relataram sintomas ou doenças que atribuem ao contato com a água do Dique, sendo as mais citadas: dengue (9 casos), zika (9 casos), chikungunya (2 casos) e tontura (1 caso). Por outro lado, 13,7% dos entrevistados não relacionaram a água do manancial a nenhuma patologia. Quanto à responsabilidade pela conservação do Dique, 50 entrevistados (68,5%) consideram que ela deve ser compartilhada por todos os cidadãos, enquanto 17 (23,3%) atribuíram essa responsabilidade exclusivamente ao poder público.

4 DISCUSSÃO

O monitoramento da qualidade da água é fundamental para assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos, proteger a biodiversidade aquática e preservar a saúde humana. Neste estudo, a análise integrada dos parâmetros físico-químicos, microbiológicos e da percepção da população local em relação ao Dique de Campinas permite avaliar a real condição ambiental do manancial e os riscos associados ao seu uso.

Os resultados físico-químicos evidenciaram estabilidade nos valores de pH (7,0–7,5) e variações moderadas de temperatura (23,4 °C a 27,7 °C), com média considerada aceitável para o período de coleta. Essas condições são compatíveis com a Resolução CONAMA nº 357/2005 para águas doces de Classe III, embora fatores sazonais, como a incidência de chuvas anteriores à coleta, possam ter influenciado ligeiramente esses parâmetros, como descrito por Piratoba et al. (2017) e Pontes et al. (2012).

Por outro lado, os teores de oxigênio dissolvido (OD) foram críticos em seis dos oito pontos amostrados, indicando comprometimento da capacidade autodepurativa do ecossistema aquático. A baixa concentração de OD está diretamente associada à carga orgânica elevada, frequentemente oriunda do lançamento de esgoto doméstico não

tratado, conforme já observado em estudos semelhantes (WANG et al., 2020; FERREIRA et al., 2015). A relação inversa entre temperatura e solubilidade de oxigênio também se confirmou neste estudo, reforçando a influência de fatores físico-químicos sobre o equilíbrio ecológico.

Quanto à presença de ferro, todos os valores observados estavam dentro dos limites legais, embora os pontos E, G e H tenham apresentado concentrações mais elevadas. Apesar de não ultrapassarem os padrões da Resolução CONAMA, o monitoramento contínuo desse elemento é essencial devido à sua influência nas características sensoriais da água e aos possíveis efeitos cumulativos na saúde humana, como a hemocromatose (SCORSAFAVA et al., 2010).

As análises de nitrogênio amoniacal revelaram um quadro preocupante: nenhuma das amostras atendeu ao limite de 0,02 mg/L estabelecido para a forma tóxica de amônia (NH_3). Ainda que os valores tenham sido baixos, sua presença constante sugere fontes persistentes de contaminação orgânica. Adicionalmente, a forma tóxica da amônia pode ser favorecida por temperaturas e pH mais elevados — condições que, se intensificadas, poderão agravar o quadro de toxicidade no ecossistema (PEREIRA; MERCANTE, 2005).

O ponto E apresentou valor elevado de nitrito (1,75 mg/L), acima do limite estabelecido (0,10 mg/L), reforçando a hipótese de poluição recente, possivelmente relacionada à descarga de efluentes urbanos ou industriais. A ingestão de nitrito pode representar sérios riscos à saúde, especialmente em populações vulneráveis, como crianças e gestantes, sendo associada à síndrome do bebê azul e a diversos tipos de câncer (HENTGES et al., 2016; LI et al., 2015). Esses achados evidenciam falhas no saneamento básico da região e a necessidade urgente de intervenção.

A contaminação microbiológica observada foi generalizada. Todos os pontos apresentaram níveis elevados de coliformes totais e, em cinco deles, os coliformes termotolerantes excederam os limites para os usos definidos na Classe III. A presença confirmada de *Escherichia coli* em algumas amostras indica poluição fecal recente, intensificando os riscos sanitários para a população. A persistência desses indicadores de contaminação microbiológica corrobora estudos realizados em corpos hídricos urbanos degradados (SILVA et al., 2011; COSTA et al., 2016).

A percepção da comunidade local também revelou aspectos relevantes: apesar do uso limitado da água para consumo ou recreação, a maioria dos entrevistados relatou incômodos associados ao Dique, como proliferação de mosquitos, mau cheiro e animais peçonhentos — fatores diretamente relacionados à qualidade ambiental e à ausência de políticas públicas efetivas. Além disso, 30,1% dos participantes relataram problemas de saúde que atribuem ao contato com a água, como dengue, zika e chikungunya, doenças associadas à presença de vetores favorecidos por ambientes aquáticos mal conservados.

Esse conjunto de dados evidencia não apenas a degradação ambiental do Dique de Campinas, mas também a vulnerabilidade socioambiental da população residente em seu entorno. A ausência de ações integradas de saneamento, manejo ambiental e educação sanitária agrava esse cenário, comprometendo não só os ecossistemas aquáticos, mas também a saúde pública local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise conjunta dos dados físico-químicos, microbiológicos e da percepção social revela um cenário de condições ambientais críticas no Dique de Campinas, Salvador (BA), especialmente no que se refere à qualidade microbiológica da água. Apesar de alguns parâmetros físico-químicos estarem dentro dos padrões estabelecidos para águas doces de Classe III, a presença de baixos níveis de oxigênio dissolvido, concentrações elevadas de nitrito e amônia tóxica, além da contaminação por coliformes fecais, evidencia um quadro de poluição difusa, provavelmente decorrente da ausência de tratamento adequado de esgoto doméstico.

A análise da percepção da população reforça a importância do monitoramento ambiental como ferramenta não apenas técnica, mas também social, revelando os impactos da degradação ambiental na saúde e qualidade de vida das comunidades próximas ao manancial. Diante desse cenário, é urgente a implementação de políticas públicas integradas que promovam a despoluição do Dique, aliadas a ações de educação ambiental, fiscalização do uso do solo, controle da ocupação irregular e ampliação do sistema de coleta e tratamento de esgoto. Tais medidas são fundamentais para a recuperação da qualidade ambiental do manancial e para a promoção da saúde coletiva e da justiça socioambiental na região.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Católica do Salvador - Pituaçu, por ter cedido o Laboratório de Microbiologia bem como os materiais necessários para realização das análises microbiológicas.

REFERÊNCIAS

ALABURDA, J.; NISHIHARA, L. Presença de compostos de nitrogênio em águas de poços. *Revista de Saúde Pública*, v. 32, n. 2, p. 160-165, 1998. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-89101998000200009

ALMEIDA, A. B. B.; SILVA, P. B. A.; LIMA, M. R. P.; SANTOS, Y. T. C.; MOREIRA, Y. W. N. Concentration of iron and manganese in water supply in the municipality of Crato, Ceará: characterization and proposal of treatment. *Águas Subterrâneas – Seção Estudos de Caso e Notas Técnicas*, 2019. DOI: https://doi.org/10.14295/ras.v33i2.29520

ALVES, H. M. A.; ALMEIDA, A. R.; MONTEIRO, T. M. S.; SANT'ANNA, J. C.; MOREIRA, A. U.; MARTINS, D. S.; GARCIA, R. J. L.; LIMA, C. E.; CONCEIÇÃO, E. K. S. Avaliação da qualidade das águas das principais fontes públicas de Salvador-BA. *Saúde e Ambiente*, v. 5, n. 1, p. 65-80, 2016. DOI: https://doi.org/10.17564/2316-3798.2016v5n1p65-80

ALVES, J. P. H.; FONSECA, L. C.; CHIELLE, R. S. A.; MACEDO, L. C. B. Monitoring water quality of the Sergipe River basin: an evaluation using multivariate data analysis. *Brazilian Journal of Water Resources*, v. 23, n. 27, p. 1-12, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/2318-0331.231820170124

AMARAL, A. A.; FILHO, A. N.; JUNIOR, O. D. R.; FERREIRA, F. L. A.; BARROS, L. S. S. Água de consumo humano como fator de risco à saúde em propriedades rurais. *Revista de Saúde Pública*, v. 37, n. 4, p. 510-514, 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-89102003000400017

APHA (American Public Health Association). *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater*. 21. ed. Washington: APHA, 2005.

BARTUCCA, M. L.; MIMMO, T.; CESCO, S.; BUONO, D. D. Nitrate removal from polluted water by using a vegetated floating system. *Science of the Total Environment*, v. 542(A), p. 803-808, 2016. DOI: https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2015.10.156

BORTOLETTO, E. C.; SILVA, H. A.; BONIFÁCIO, C. M.; CÉLIA, R. G. T. Water quality monitoring of the Pirapó River watershed, Paraná, Brazil. *Brazilian Journal of Biology*, v. 75, n. 4, p. 148-157, 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/1519-6984.00313suppl

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011. Brasília, DF, 2011.

BRILHANTE, S. C.; SANTOS, E. A.; MARTINS, W. S.; LEITE, C. M. F.; SILVA, T. P. C.; SOUSA, R. A.; MARACAJÁ, P. B. Análise microbiológica e físico-química da água de bebedouros utilizados em escolas públicas na cidade de Coremas-PB. *Intensa*, v. 10, n. 1, p. 5-8, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/Barbosa/Downloads/4030-13367-1-PB.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

BUZANELLO, E. B.; MARTINHAGO, M. W.; ALMEIDA, M. M.; PINTO, F. G. S. Determinação de coliformes totais e termotolerantes na água do Lago Municipal de Cascavel, Paraná. *Revista Brasileira de Biociências*, v. 6, n. 1, p. 59-60, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/Barbosa/Downloads/1087-3808-1-PB.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

CAMPOS, S. V.; NASCIMENTO, E. S.; UMBUZEIRO, G. A. Water quality criteria for livestock watering – a comparison among different regulations. *Acta Scientiarum. Animal Sciences*, v. 36, n. 1, p. 1-10, 2014. DOI: https://doi.org/10.4025/actascianimsci.v36i1.21853

CENSO DEMOGRÁFICO 2010 – Aglomerados Subnormais: primeiros resultados. IBGE, 2010. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html. Acesso em: 10 maio 2025.

CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Resolução nº 357, de 12 de dezembro de 2005. Brasília, DF, 2005.

COSTA, D. D.; KEMPKA, A. P.; SKORONSKI, E. The contamination of fresh water by nitrate: the background of the problem in Brazil, the consequences and the emerging solutions. *Revista Eletrônica do PRODEMA*, v. 10, n. 2, p. 49-61, 2016. DOI: https://doi.org/10.22411/rede2016.1002.04

COSTA, T. G. A.; CLEMENTINO, G. L. S.; SERPA, L. N.; LEOPOLDO, N. C. M.; COELHO, J. V.; ROCHA, I. L. Qualidade do sistema de abastecimento de água do bairro Olaria, Município de Corrente, Piauí (Nordeste do Brasil). *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 3, n. 4, p. 53-59, 2016. DOI: https://doi.org/10.21438/rbgas.030405

CUNHA, H. F. A.; LIMA, D. C. I.; BRITO, P. N. F.; CUNHA, A. C.; JUNIOR, A. M. S.; BRITO, D. C. Qualidade físico-química e microbiológica de água mineral e padrões da legislação. *Revista Ambiente & Água*, v. 7, n. 3, p. 155-165, 2012. DOI: https://doi.org/10.4136/1980-993X

DRUMOND, S. N.; SANTIAGO, A. F.; MOREIRA, M.; LANNA, M. C. S.; ROESER, H. M. P. Identificação molecular de *Escherichia coli* diarreiogênica na Bacia Hidrográfica do Rio Xopotó na região do Alto Rio Doce. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 23, n. 3, p. 579-590, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-41522018165696

FERREIRA, D. C.; UTSUMI, A. G.; SILVA, M. C.; BEGNINI, M. L. Avaliação da potabilidade de água subterrânea destinada ao consumo humano. *Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer*, v. 11, n. 2, p. 29-35, 2015. DOI: http://dx.doi.org/10.18677/Enciclopedia_Biosfera_2015_012

HENTGES, D.; ZART, N.; MARMITT, L. G.; OLIVEIRA, E. C.; ADAMI, F. S. Nitrite and nitrate levels in sausages. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 29, n. 1, p. 27-33, 2016. DOI: https://doi.org/10.5020/18061230.2016.p27

JANZEN, J. G.; SCHULZ, H. E.; LAMON, A. W. Measurements of dissolved oxygen concentration at water surface. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 13, n. 3, p. 278-283, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/esa/v13n3/a06v13n3.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

JUNG, H.; SENF, C.; JORDAN, P.; KRUEGER, T. Métodos de inferência de benchmarking para monitoramento da qualidade da água e classificação de status. *Environmental Monitoring and Assessment*, v. 192, n. 4, p. 261, 2020. DOI: https://doi.org/10.1007/s10661-020-8223-4

LI, B.; PAN, X.; ZHANG, D.; LEE, D.; AL-MISNED, F. A.; MORTUZA, M. G. Anaerobic nitrate reduction with oxidation of Fe(II) by *Citrobacter freundii* strain PXL1 – a potential candidate for simultaneous removal of As and nitrate from groundwater. *Ecological Engineering*, v. 77, p. 196-201, 2015. DOI: https://doi.org/10.1016/j.ecoleng.2015.01.027

MAIA, D.; FERNANDES, L. L.; TEIXEIRA, L. G. Diagnóstico do abastecimento e consumo de água segundo a percepção do usuário em duas áreas residenciais no Estado do Pará. *Revista Gestão Sustentável Ambiental*, v. 4, n. 2, p. 105-115, 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.19177/rgsa.v4e22015105-115

MARTINS, G. A. F.; OLIVEIRA, J. M. S.; MORAES, M. R. B.; BAFFI, M. A. Estudo epidemiológico e da qualidade da água em uma escola de ensino fundamental do município de Uberlândia, MG: aspectos ambientais e sociais. *Revista em Extensão*, v. 14, n. 2, p. 104-121, 2016. DOI: https://doi.org/10.14393/REE-v14n22015_art05

MENEZES, J. P. C.; BERTOSSI, A. P. A. Percepção ambiental dos produtores agrícolas e qualidade da água em propriedades rurais. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 27, p. 1517-1256, 2011. DOI: https://doi.org/10.14295/remea.v27i0.3189

MILANEZ, T. V.; SOUZA, A.; BERNARDO, P. E. M. Nitrato e nitrito em água mineral envasada comercializada na cidade de São Paulo. *Boletim do Instituto Adolfo Lutz*, v. 25, n. 1, p. 12-14, 2015. Disponível em: http://www.ial.sp.gov.br/resources/insituto-adolfo%20lutz/publicacoes/bial/bial_251/artigosseparados/artigo4.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

MORAES, L. R. S.; SANTOS, M. E. P.; SAMPAIO, R. M. Indicadores da qualidade ambiental urbana: a experiência do Dique de Campinas em Salvador, Bahia. *Revista Urbanismo e Arquitetura*, v. 7, n. 1, p. 79-87, 2006. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3156/2268. Acesso em: 10 maio 2025.

MORGI, M.; ABIDAR, F.; SOUDANI, A.; ZERBET, M.; CHIBAN, M.; KABLI, H.; SINAN, F. Removal of nitrate ions from aqueous solution using chitin as natural adsorbent. *International Journal of Research in Environmental Studies*, v. 2, p. 8-20, 2015.

Disponível em: http://www.bluepenjournals.org/ijres/pdf/2015/April/Morghi_et_al.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

MÜLLER, T.; GRANADA, C. E.; SPEROTTO, R. A. Qualidade da água de três locais com potenciais fontes de contaminação no Rio Taquari, RS. *Revista Ambiente & Água*, v. 11, n. 1, p. 75-84, 2016. DOI: https://doi.org/10.4136/1980-993X

NETO, R. R. M.; SANTOS, F. K. G.; LEITE, R. H. L.; NÓBREGA, G. A. S.; RIOS, R. B. Nitrate removal from water using cashew bagasse chemically modified. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, v. 8, n. 4, p. 8-16, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/15271309/Remo%C3%A7%C3%A3o_de_nitrato_da_%C3%A1gua_utilizando_baga%C3%A7o_de_caju_quimicamente_modificado. Acesso em: 10 maio 2025.

NÓBREGA, M. D. A. C.; SILVA, N. Q.; FÉLIX, T. S.; NÓBREGA, J. Y. L.; SILVA, G. S.; SOARES, C. M.; COELHO, D. C. Análise físico-química e bacteriológica da água de abastecimento da cidade de São Domingos. *Intesa*, v. 9, n. 1, p. 10, 2015. Disponível em: https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/INTESA/article/view/3195. Acesso em: 10 maio 2025.

NOVICKI, C.; CAMPOS, R. F. F. Análise da potabilidade das águas de fontes naturais, junto ao município de Fraiburgo-SC. *Revista Monografias Ambientais*, v. 15, n. 1, p. 323-336, 2016. DOI: https://doi.org/10.5902/22361308

PEREIRA, E. R.; PATERNANI, J. E. S.; DEMARCHI, J. J. A. A. A importância da qualidade da água de dessedentação de animal. *BioEng*, v. 3, n. 3, p. 227-235, 2009. https://doi.org/10.18011/bioeng2009v3n3p227-235

PEREIRA, L. P. F.; MERCANTE, C. T. J. A amônia nos sistemas de criação de peixes e seus efeitos sobre a qualidade da água: uma revisão. *Boletim do Instituto de Pesca*, v. 31, n. 1, p. 81-88, 2005. Disponível em: https://www.pesca.sp.gov.br/Pereira_31_1.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

PIAZI, J.; LOPES, F. A.; AZEVEDO, U. R. Qualidade das águas e outorgas superficiais no médio Rio das Velhas, Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Geografia*, v. 28, n. 55, p. 828-..., 2018. https://doi.org/10.5752/p.2318-2962.2018v28n55p828

PIEDRAS, S. R. N.; MORAES, P. R. R.; OLIVEIRA, J. L. R.; BAGER, A. Acute toxicity of un-ionized ammonia and nitrite in *Cichlasoma facetum* (Jenyns, 1842) fingerling. *Ciência e Agrotecnologia*, v. 30, n. 5, p. 1008-1012, 2006. https://doi.org/10.1590/S1413-70542006000500027

PIRATOBA, A. R. A.; RIBEIRO, H. M. C.; MORALES, G. P.; GONÇALVES, W. G. Caracterização de parâmetros de qualidade da água na área portuária de Barcarena, PA, Brasil. *Revista Ambiente & Água*, v. 12, n. 3, p. ..., 2017. https://doi.org/10.4136/ambi-agua.1910

PONTES, P. P.; MARQUES, R. A.; MARQUES, F. G. Efeito do uso e ocupação do solo na qualidade da água na microbacia do Córrego Banguelo – Contagem. *Revista Ambiente & Água*, v. 7, n. 3, p. 183-194, 2012. https://doi.org/10.4136/1980-993X

RIBEIRO, L. G. G.; ROLIM, N. D. Planeta água de quem e para quem: uma análise de água doce como direito fundamental e sua valorização mercadológica. *Revista de Direito Ambiental e Sociedade*, v. 7, n. 1, p. 7-33, 2017. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/4149/2912. Acesso em: 10 maio 2025.

ROCHA, C. M. B. M.; RODRIGUES, L. S.; COSTA, C. C.; OLIVEIRA, P. R.; SILVA, I. J.; JESUS, E. F. M.; ROLIM, R. G. Avaliação da qualidade da água e percepção higiênico-sanitária na área rural de Lavras, MG. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 22, n. 9, p. 1967-1978, 2006. https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000900028

ROMEIRO, S. S.; FORTUNA, J. L. Pesquisa de coliformes e análises físico-químicas da água do Córrego Água Limpa em Medeiro Neto-BA. *Revista de Estudos Ambientais*, v. 18, n. 2, p. 35-51, 2016. https://doi.org/10.7867/1983-1501.2016v18n2p35-51

SANTOS, A. G. S.; MORAES, L. R. S.; NASCIMENTO, S. A. M. Qualidade da água subterrânea e necrochorume no entorno do cemitério do Campo Santo em Salvador-BA. *Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais*, v. 3, n. 1, p. 39-60, 2015. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/gesta/article/view/12456. Acesso em: 10 maio 2025.

SCORSAFAVA, M. A.; SOUZA, A.; STOFER, M.; NUNCAS, C. A.; MILANEZ, T. V. Physico-chemical evaluation of drinking water quality from wells and springs for human consumption. *Revista do Instituto Adolfo Lutz*, v. 69, n. 2, 2010. Disponível em: http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0073-98552010000200013&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 maio 2025.

SILVA, M. J.; GARCIA, K. S.; CELINO, J. J.; PINHEIRO, L. B.; PALMEIRA, J. B. A. Indicadores primários da qualidade da água do Dique do Tororó, Salvador, Bahia. *Cadernos de Geociências*, v. 8, n. 2, p. ..., 2011. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgeoc/article/view/5545/4039. Acesso em: 10 maio 2025.

SINGH, P. K.; BANERJEE, S.; SRIVASTAVA, A. L.; SHARMA, Y. C. Kinetic and equilibrium modeling for removal of nitrate from aqueous solutions and drinking water by a potential adsorbent, hydrous bismuth oxide. *RSC Advances*, v. 5, p. 35365-35376, 2015. Disponível em: https://pubs.rsc.org/en/content/articlelanding/2015/RA/C4RA11213J#!divAbstract. Acesso em: 10 maio 2025.

SOARES, A. M. C. Cidade revelada: pobreza urbana em Salvador-BA. *Geografias*, v. 5, n. 1, p. 83-96, 2009. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13265. Acesso em: 10 maio 2025.

SOUZA, K. R.; SANTOS, M. L. R.; GUIMARÃES, I. C. S.; RIBEIRO, G. S.; SILVA, L. K. Knowledge and practices in *Aedes aegypti* control among different social subjects in Salvador, Bahia State, Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 5, 2018. https://doi.org/10.1590/0102-311X00078017

WANG, Z.; WANG, T.; LIU, X.; HU, S.; MA, L.; SUN, X. Water level decline in a reservoir: implications for water quality variation and pollution source identification. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 17, n. 7, p. 2400, 2020. https://doi.org/10.3390/ijerph17072400

XAVIER, R. P.; VITAL, F. A. C.; SIQUEIRA, L. P.; ROCHA, F. J. S. Microbiological quality of drinking rainwater in the inland region of Pajeú, Pernambuco, Northeast Brazil. *Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo*, v. 53, n. 3, p. 121-124, 2011. https://doi.org/10.1590/S0036-46652011000300001

YAMAGUCHI, M. U.; CORTEZ, L. E. R.; OTTONI, L. C. C.; OYAMA, J. Qualidade microbiológica da água para consumo humano em instituição de ensino de Maringá-PR. *Mundo da Saúde*, v. 37, n. 3, p. 312-320, 2013. Disponível em: http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/106/1827.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

ZARA, A. L. S. A.; SANTOS, S. M.; OLIVEIRA, E. S. F.; CARVALHO, R. G.; COELHO, G. E. Aedes aegypti control strategies: a review. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 25, n. 2, p. 391-404, 2016. https://doi.org/10.5123/S1679-49742016000200017

ARMADILLIDIUM VULGARE (ISOPODA: ARMADILLIDIIDAE): FATORES QUE INFLUENCIAM SUA ABUNDÂNCIA NA BORDA E CENTRO DO PARQUE ECOLÓGICO UNIVERSITÁRIO - UCSAL: DADOS PRELIMINARES

Pedro Eduardo Santos da Conceição[1]

Vanessa de Oliveira Araújo[2]

Vitor Santos da Silva Novais[3]

Ananda Araújo Pinto[4]

Kátia Regina Benati[5]

RESUMO

A Mata Atlântica, terceiro maior bioma do Brasil, possui alta produção de serapilheira, sendo fundamental para a alimentação de muitos animais, como os isópodes. O *Armadillidium vulgare*, conhecido popularmente como tatuzinho-de-jardim, é considerado um excelente bioindicador, podendo auxiliar no monitoramento de uma determinada área. Esse crustáceo terrestre é um macrodecompositor, no qual auxilia na decomposição de nutrientes para o solo, mostrando-se importante no que se refere ao seu papel ecológico. Outrora, sua abundância é um bom sinal, evidenciando que o solo está rico em matéria orgânica. Ademais, o estudo objetivou analisar a abundância do Tatuzinho-de-Jardim na borda e centro do PEU. A coleta ocorreu no Parque Ecológico Universitário PEU - UCSAL, em 4 áreas, sendo duas áreas de borda e duas mais centrais, utilizando o método de coleta com Pitfall-trap. Foram selecionados 3 transectos em cada região, totalizando 6 transectos, sendo colocadas 3 armadilhas em cada transecto, com distância de 5m de cada armadilha, totalizando 15m. Foram coletados 18 indivíduos da espécie, todos em apenas um ponto da borda. O ponto onde foi encontrado, tinha elevada concentração de serapilheira, pois se encontrava em um local de possível descarte de matéria orgânica, oriundos do Campus, como: galhos, frutas em decomposição e aparas de gramas. Nos demais pontos amostrados não foi encontrado nenhum *A. vulgar,* indicando que a área encontra-se empobrecida em relação a serapilheira, o que pode afetar a presença de animais sensíveis à perda dessa camada. Reforçamos que são necessários mais estudos na área para fortalecer nossa hipótese.

Palavras-chave: 1.Tatuzinho-de-Jardim. 2.Bioindicadores. 3.Macrodecompositores

[1] . Estudante de graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador. pedro.santosconceicao@ucsal.edu.br

[2] Estudante de graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador. vanessaoliveira.araujo@ucsal.edu.br

[3] Estudante de graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador. vitornovais@ucsal.edu.br

[4] Estudante de graduação do curso de Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador. Estagiária voluntária de Iniciação Científica do Centro de Ecologia e Conservação Animal - ECOA. ananda.pinto@ucsal.edu.br

[5] Docente da graduação e do Programa de Pós-graduação em Território Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador Líder e Coordenadora do Centro de Ecologia e Conservação Animal ECOA/UCSal. katiabenati@pro.ucsal.br

1. INTRODUÇÃO

A Mata Atlântica é um bioma brasileiro onde o clima tropical úmido predomina. Sua extensão original é de cerca de 1.360.000 Km², se estendendo desde o litoral do Nordeste até o Rio Grande do Sul, passando por 17 Estados. Ela é composta por vários ecossistemas florestais e não-florestais. Pesquisas apontam que a Mata Atlântica tem função controladora do fluxo dos mananciais hídricos, regula o equilíbrio climático, previne deslizamentos de encostas nas regiões serranas. A Mata Atlântica é o terceiro maior bioma brasileiro e ajuda a manter a fertilidade do solo (Cardoso, 2016). Além disso, um estudo confirma a produção dos nutrientes da serapilheira estimado em área de Mata Atlântica, tendo uma produção contínua ao longo de um ano, sem a manifestação de efeitos de sazonalidade.(Braz, 1997). A serrapilheira é formada principalmente por vegetais de características decíduas como folhas, gravetos, sementes, flores, cascas e galhos componentes importantes, pois formam uma camada de proteção para o solo impedindo a compactação e permitindo aração (Souto et al; 2013).

Nesse sentido, *a espécie Armadillidium Vulgare*, conhecida popularmente como Tatuzinho-de-jardim, pertence ao filo Arthropoda; subfilo Crustacea, classe Malacostraca, da ordem Isopoda (subordem Oniscidea), à família Armadillidiidae e ao gênero *Armadillidium* , sendo um crustáceo terrestre amplamente encontrado em áreas ricas em matéria orgânica (Pires, 2023). Possuem em média 5 e 15 mm, e uma coloração mal definida, geralmente acinzentada (Matrangolo, et al. 2009). Estes participam ativamente no processo de ciclagem dos nutrientes que são absorvidos pelas plantas, já que são animais detritívoros e macro-decompositores, ou seja, fragmentam e aceleram o processo de decomposição (Araujo, 1999; Quadros, 2009). São saprófagos, portanto atuam na quebra da matéria vegetal, promovendo a sua fragmentação (Caseiro, et al., 2000; Correia, et al. 2008). Todavia, possuem dificuldades na quebra de moléculas abundantes na serapilheira, como a lignina e a celulose, logo a interação com microrganismos é favorável para decomposição dessas moléculas (Pires, 2023). Não são adaptados para cavar, o que destaca um papel irrelevante para estruturação do solo (Caseiro, et al., 2000; Correia, et al. 2008). O habitat natural mais comum dos isópodes é nas áreas de serrapilheira, ou neste ambiente em decorrência da alimentação dos isópodes terrestres a ação microbiana no solo foi estimulada

positivamente aumentando a biomassa presente além de, maior disponibilização de grandes nutrientes (Macronutrientes) e maior taxa de respiração microbiana, possuem ainda uma excelente resposta com a oferta de mais matéria orgânica colonizando muito rapidamente pilhas de alimento, madeira e esterco (Pires, 2023). Além disso, mostram-se como animais altamente sensíveis a quaisquer mudanças gerais, como temperatura, desmatamento e contaminação do solo.

Esses animais são considerados bioindicadores, visto que possuem a habilidade de acumular metais pesados através da alimentação e de sobreviver em áreas poluídas por resíduos industriais, sendo úteis em estudos de ecotoxicologia terrestre (Schultheiz, 2010).

Na área de floresta a borda tende a sofrer mais os impactos causados pela fragmentação florestal, tornando essa área mais suscetível à maior incidência de luz solar, maior velocidade do vento, temperaturas mais extremas e umidade reduzida (Murcia,1995). Ademais, borda refere-se a parte que se encontra mais próxima da sociedade, isto é, perto do fragmento daquela área, enquanto o centro é determinado onde a área daquele habitat é mais estável, semelhante a de ecossistemas contínuos e não fragmentados.

Com base no exposto, o estudo visa demonstrar a abundância do Tatuzinho-de-Jardim na borda e centro do Parque Ecológico de Pituaçu.

2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

2.1.1 Área de estudo

O Parque Ecológico Universitário (PEU) é um fragmento de mata atlântica pertencente à Universidade Católica do Salvador com 30 hectares de mata atlântica e tem como objetivo promover a conservação da área verde que circunda o campus (Lira, 2016; Viana, et al., 2021).

Figura 1 – Imagem de satélite retirada do Google Earth do Parque Ecológico Universitário (PEU)



Fonte: Google Earth 2025

2.1.2 Delineamento amostral

Foram delimitados quatro transectos, com 5 metros de distância entre si e com 3 pontos cada, totalizando 12 armadilhas, cada transecto ficou com um total 10 metros, sendo dois transectos em áreas de borda e dois em área de centro. Além disso, foi determinado um intervalo de 5 dias para a remoção das armadilhas, após esse tempo, foram coletadas e seu conteúdo foi analisado em laboratório de forma macroscópica, em seguida, a quantidade de indivíduos foi quantificada. O método de transecto possibilitou que ambas as áreas fossem bem aproveitadas, garantindo assim uma maior facilidade para a coleta dos tatuzinhos-de-jardim.

2.1.3 Estratégias de amostragem

Para a coleta dos animais, foi utilizada a armadilha do tipo Pitfall trap. Foram utilizados copos de 500ml para a confecção das armadilhas, com 14 cm de comprimento e 10 cm de diâmetro de abertura do copo. O copo foi enterrado no solo e preenchido com terra ao redor até a borda. Após isso, foi colocada uma solução hipersalina, 150ml, (água, sal e um pouco de detergente) no copo, sendo o sal responsável pela conservação dos animais, e o detergente pela quebra da tensão superficial da água, impedindo que os animais escapassem. Para um intervalo de tempo curto, recomenda-se essa solução (Sutherland, 1996; Almeida et al., 2003). Após colocar os copos com a mistura em seus pontos, um prato foi posicionado acima dos copos com o auxílio de três espetos para proporcionar sustentação, criando uma proteção contra o excesso de água da chuva e folhas secas que possam cair dentro da

armadilha. Para a realização da pesquisa, o tempo de intervalo para todos os transectos serem coletados foi de 5 dias.

2.1.4 Acondicionamento do material biológico

O material coletado foi triado e identificado no Laboratório da UCSAL. O acondicionamento dos exemplares foi feito em potes plásticos de 500 ml, sem a conservação de qualquer tipo de álcool, mas acondicionado em baixa temperatura, na geladeira do ECOA para desacelerar o processo natural de decomposição das amostras (Loris, 2025).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram coletados 18 indivíduos da espécie *Armadillidium Vulgare*, todos encontrados em apenas um ponto da borda, onde havia a maior concentração de matéria orgânica depositada acima do solo, e a serapilheira no local possuía uma maior altura em relação às outras devido a intervenções humanas, sendo a menor com altura de 7cm, e a maior, com a medida de pouco mais de 30cm (Tabela 1). Entretanto, vale reforçar que o ponto onde foi encontrado, provavelmente, recebe o descarte de galhos, folhas, aparas de grama e frutas em decomposição oriundos do descarte desses componentes na limpeza realizada no Campus.

TABELA 1- Tamanho máximo e mínimo da serrapilheira em diferentes transectos na borda e centro do Parque Ecológico Universitário - UCSAL.

TABELA DE PROFUNDIDADE DA SERAPILHEIRA		
TRANSECTO;	**MÍNIMA;**	**MÁXIMA;**
Borda 1	7cm	18cm
Borda 2	18cm	30cm
Centro 1	4cm	12cm
Centro 2	6 cm	10cm

Não foi encontrado nenhum indivíduo na região mais central do PEU, e como são animais que dependem da abundância de matéria orgânica em decomposição, temperaturas moderadas, baixa iluminação e umidade moderada a alta, possuem grande relevância na influência desses artrópodes no ambiente (Holland, A., 2014), o que pode ter afetado sua ocorrência, reforçando que a área apresenta-se como uma borda em sua extensão avaliada e que é necessário a realização de mais coletas em diferentes pontos, visto que, em áreas muito úmidas ou muito secas, e com pouca ou nenhuma presença de matéria orgânica, não foi possível encontrar os tatuzinhos-de-jardim no solo.

4. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos, pôde-se concluir que a quantidade de matéria orgânica e serrapilheira estão diretamente ligados à presença dessa espécie. Para futuras pesquisas é aconselhável medir o ph e composição do solo, para obter informações mais completas e possibilitar uma melhor compreensão dos fatores que possibilitam a presença e o aumento do Tatuzinho-deJardim.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos incessantemente a Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e ao ECOA pelo suporte técnico, disponibilização de equipamentos, e, acima de tudo, pela permissão para utilização do Parque Ecológico Universitário (PEU).

REFERÊNCIAS

AQUINO, A. M. D., MENEZES, E.; QUEIROZ, J. M. Recomendações para coleta de artrópodes terrestres por armadilha de queda ("pitfall-traps").**ResearchGate**, Rio de Janeiro, Dez. 2006

BRAZ, J. Produção de serapilheira e retorno de nutrientes em um trecho de Mata Atlântica secundária, na Reserva Biológica de Paranapiacaba, SP. **Brazilian Journal of Botany**, São Paulo, Jun. 1997.

CARDOSO, J. T. A Mata Atlântica e sua conservação. **Revista Encontros Teológicos**, *[S. l.]*, v. 31, n. 3, 2016. DOI: 10.46525/ret.v31i3.509. Disponível em: https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/509. Acesso em: 20 set. 2025.

Holland, A.. "Armadillidium vulgare" (On-line), **Animal Diversity Web**. 21 Set 2014 Acessado em 20 de setembro de 2025 em: https://animaldiversity.org/accounts/Armadillidium_vulgare/

LACHAT, T., Attignon, S., Djego, J. *et al.* Diversidade de Artrópodes na Reserva Florestal de Lama (Benin do Sul), um Mosaico de Florestas Naturais, Degradadas e Plantadas. **Biodivers Conserv** 15 , 3–23 (2006). https://doi.org/10.1007/s10531-004-1234-6

LORIS CONSERVATION RESEARCH UNIT. Sample collection and preservation. Loris Conservation, 2025.

MATRANGOLO,W. J. R. et al. Tatu-Bolinha (Artrópodo, gênero Armadillium) como ferramenta de ecoalfabetização. **Embrapa**, p. 2. 2009.

MURCIA, C. Edge effects in fragmented forests: implications for conservation. *Trends in Ecology & Evolution*. **ResearchGate**, Oxford, v. 10, n. 2, p. 58-62, Feb. 1995.

PENILLTON et al. Impact of cutting and sheep grazing on ground-active spiders and carabids in intertidal salt marshes (Western France). **ResearchGate**, Dez. 2007.

PIRES, S. R. Caracterização e importância dos tatuzinhos-de-jardim (Oniscidea: Crustacea) mediante revisão bibliográfica. **UNISA Universidade Santo Amaro**, São Paulo, 2023.

SANTOS, C. P. S. D.; BARROS, R. P. de.; SILVA, D. M. M. N. .; MOURA, S. K. dos S. .; SANTOS, D. R. Levantamento da diversidade da macrofauna do solo no bosque das arapiracas. **Revista Ambientale**, *[S. l.]*, v. 13, n. 2, p. 23–30, 2021. DOI: 10.48180/ambientale.v13i2.286. Disponível em:

https://periodicosuneal.emnuvens.com.br/ambientale/article/view/286. Acesso em: 20 set. 2025

SANTOS, M. C. V.; ALENCAR, A. L.; JANSEN, G, R et al., 2021) COMPARAÇÃO DA ARANEOFAUNA EM DOIS ESTRATOS DE FLORESTA NO PARQUE ECOLÓGICO UNIVERSITÁRIO, UCSAL: ANÁLISE PRELIMINAR. **ResearchGate**, Salvador-BA, Jan. 2023

SUTO, P. C.; SOUTO, J. S.; SANTOS, R. V. BAKKE, I. A., SALES, F. C. V., & SOUZA, B. V. (2013). Taxa de decomposição da serapilheira e atividade microbiana em área de Caatinga. **CERNE**,19(4), Dez. 2013.

CIRCULARIDADE NA MODA: PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS E EDUCATIVAS EM PROL DO MEIO AMBIENTE

Aline Veiga Moita[1]

Cristina Marchi[2]

RESUMO

A indústria da moda é um dos setores mais impactantes em termos ambientais, especialmente em razão da intensificação do modelo linear de produção e consumo, marcado pelo ciclo de "extrair, produzir e descartar". O crescimento do fast fashion ampliou a geração de resíduos têxteis, contribuindo para a pressão sobre recursos naturais e para o aumento da poluição. Diante desse cenário, a economia circular surge como uma alternativa estratégica, ao propor práticas que estendem o ciclo de vida dos produtos, reduzem desperdícios e favorecem a sustentabilidade. Este estudo tem como objetivo geral compreender como as ações que contribuem para uma economia circular podem ser aplicadas na moda para minimização dos resíduos têxteis pós-consumo no meio ambiente. Especificamente, busca-se relacionar as ações de circularidade passíveis de adoção por estilistas, consumidores e prestadores de serviço, destacando seu papel na redução dos impactos ambientais. A pesquisa caracteriza-se como revisão bibliográfica e documental, de natureza qualitativa e caráter exploratório, utilizando descritores como "economia circular", "moda" e "resíduos têxteis" em bases de dados acadêmicas e documentos institucionais publicados entre 2021 e 2025. A análise de conteúdo permitiu identificar estratégias de circularidade relacionadas ao design de produtos, ao consumo consciente, à reutilização, ao upcycling, à revenda e à reciclagem. Os resultados evidenciam que a adoção conjunta dessas práticas pelos diferentes atores pode contribuir para transformar a moda em um setor mais sustentável e alinhado aos princípios da economia circular.

Palavras-chave: Economia circular, moda, resíduos têxteis, educação

1 INTRODUÇÃO

A indústria da moda é um dos setores que mais evidenciam os limites do modelo linear de produção e consumo, baseado em extrair, produzir e descartar (Núñez-Tabales; Del Amor-Collado; Rey-Carmona, 2021). Esse modelo se intensificou com o avanço do *fast fashion*, que estimula a obsolescência rápida das peças e a compra impulsiva, gerando elevados volumes de resíduos têxteis pós-consumo e comprometendo recursos naturais como água e energia. Além dos impactos ambientais, esse sistema acarreta também implicações sociais e econômicas, uma vez

[1] Mestra em Ciências aplicadas a Dinâmicas Territoriais, de Ambiente e Sociedade, Universidade Católica do Salvador - UCSAL, aline.moita@ucsal.edu.br.
[2] Doutorado, Universidade Católica do Salvador- UCSAL, cristina.marchi@pro.ucsal.br.

que negligencia práticas de reparo, reaproveitamento e reutilização de materiais que poderiam prolongar a vida útil das roupas.

Como resposta a essa problemática, emergem movimentos como o *slow fashion* e a economia circular, que propõem novas lógicas de produção e consumo pautadas na sustentabilidade e na redução do desperdício (Carrillo González; Pomar Fernández, 2021). No entanto, sua implementação encontra obstáculos: a baixa adesão cultural a serviços de compartilhamento ou feiras de troca, a pouca valorização do mercado de segunda mão, o elevado custo relativo dos serviços de reparo em comparação com a aquisição de novos produtos e a limitada oferta de prestadores voltados ao *upcycling*, que carece ainda de maior atratividade junto aos consumidores (Troiani; Sehnem; Carvalho, 2022).

Nesse sentido, discutir como diferentes atores podem atuar de forma integrada é fundamental para avançar na construção de soluções. Iniciativas que envolvem estilistas, consumidores e prestadores de serviços podem contribuir para prolongar o ciclo de vida das peças e reduzir a geração de resíduos, mas demandam articulação entre inovação, políticas de incentivo e transformação cultural (Pérez; Abelenda; Deza, 2023). Assim, este artigo tem como objetivo geral compreender como as ações que contribuem para uma economia circular, aliadas a práticas educativas, podem ser aplicadas na moda para a minimização dos resíduos têxteis pós-consumo no meio ambiente. Como objetivo específico, busca-se relacionar as ações de circularidade passíveis de adoção por estilistas, consumidores e prestadores de serviço, de modo a contribuir para a minimização dos resíduos têxteis pós-consumo.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com finalidade exploratória, uma vez que busca ampliar a compreensão acerca da aplicação dos princípios da economia circular no setor da moda, particularmente no que tange à minimização dos resíduos têxteis pós-consumo.

Quanto aos procedimentos técnicos, a investigação adotou a pesquisa bibliográfica e documental. Para a etapa bibliográfica, foram selecionados artigos científicos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, por meio da combinação dos descritores: economia circular, moda e resíduos têxteis. A busca delimitou-se ao período

de 2021 a 2025, a fim de contemplar produções científicas recentes que reflitam o debate atualizado sobre o tema.

Na etapa documental, foram considerados relatórios, normativas, diretrizes e outros documentos institucionais publicados no mesmo recorte temporal, com relevância para o campo da sustentabilidade na moda e a gestão de resíduos têxteis.

O universo da pesquisa foi composto por artigos científicos e documentos que atenderam aos critérios de inclusão: pertinência temática em relação aos descritores, disponibilidade integral do texto e publicação no período delimitado. Os materiais duplicados ou que não apresentaram aderência direta ao objeto de estudo foram excluídos.

Para o tratamento dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo (Brasileiro, 2022), organizada em três etapas: (i) pré-análise, com leitura exploratória e seleção do material; (ii) exploração do material, com categorização dos conteúdos em fichamentos; e (iii) tratamento e interpretação, buscando identificar convergências, lacunas e tendências no debate científico e documental sobre economia circular, moda, educação e resíduos têxteis.

Assim, a metodologia adotada permitiu integrar produções acadêmicas e documentos institucionais recentes, oferecendo uma visão crítica e sistematizada sobre as ações de circularidade aplicáveis ao setor da moda.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 ECONOMIA CIRCULAR

A indústria da moda é historicamente estruturada no modelo linear de “extrair, produzir e descartar”, responsável por impactos ambientais, sociais e econômicos significativos, como o elevado consumo de água, a emissão de gases de efeito estufa e a geração massiva de resíduos têxteis (Núñez-Tabales; Del Amor-Collado; Rey-Carmona, 2021). Esse cenário tem impulsionado o surgimento de alternativas mais sustentáveis, destacando-se o movimento *slow fashion* e a adoção de princípios da economia circular. Fletcher (2011) conceitua o *slow fashion* como uma mudança estrutural que busca conciliar estética, prazer e responsabilidade socioambiental,

propondo uma lógica distinta do *fast fashion*, baseada em valores de durabilidade e consumo consciente.

A economia circular (EC), conforme definida pela norma ABNT ISO 59004 (ABNT, 2024), representa um sistema econômico de abordagem sistêmica voltado para a circularidade de recursos, ao recuperar, reter ou agregar valor aos materiais, seja em ciclos técnicos (remanufatura, reparo, reciclagem) ou biológicos (compostagem, regeneração). Essa normatização fornece terminologia e princípios aplicáveis às organizações, estabelecendo diretrizes para a gestão sustentável de recursos ao longo do ciclo de vida dos produtos.

No contexto brasileiro, o Plano Estratégico de Economia Circular (Brasil, 2024) busca alinhar o país às metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), propondo diretrizes para inovação industrial, logística reversa, estímulos econômicos e políticas educacionais voltadas à transição circular. A integração entre normatização internacional e políticas públicas nacionais constitui, portanto, um referencial institucional para as práticas de circularidade no setor da moda.

3.2 EDUCAR PARA A CIRCULARIDADE NA MODA

As mudanças no comportamento do consumidor, que podem ser classificadas como ações de apoio à transição para um modelo circular, estão diretamente ligadas à educação, que orienta sobre os impactos das escolhas individuais e estimula práticas de consumo mais responsáveis.

Nesse sentido, chama-se a atenção para o reconhecimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) sobre a importância da Educação Ambiental (EA) e para os programas e as ações ambientais. A EA pode colaborar para a sensibilização e correto manejo dos resíduos, já que chama atenção para a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem dos resíduos visando à sustentabilidade e à conservação dos recursos naturais (Brasil, 2010).

Troiani, Sehnem e Carvalho (2022) destacam que cursos de design de moda no Brasil têm incorporado práticas pedagógicas voltadas à sustentabilidade e à circularidade, preparando profissionais capazes de difundir boas práticas no mercado. Essa dimensão educativa é estratégica, pois sensibiliza futuros estilistas e consumidores para escolhas mais responsáveis.

> Assim como os nichos da natureza tem relação simbiótica com ecossistema mais amplo, também essa incubação de comportamentos alternativos por parte do designer, do produtor e do consumidor influencia o metabolismo de toda a nossa indústria (Fletcher, Grose, 2011, p.77).

Marchi, Pimentel & Nascimento (2022) enunciam que o consumo responsável relaciona-se ao discurso ambiental promovido pela educação, permitindo ao indivíduo refletir sobre seus desejos de consumo diante dos conflitos ambientais. A EA vai além da sensibilização, buscando aprendizagens contínuas voltadas à mudança de hábitos e à melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, a EA cria oportunidades para repensar práticas sociais, como o consumo consciente, e desenvolver conhecimentos que fornecem bases sólidas para a compreensão dos desafios ambientais. Assim, contribui para a preservação do meio ambiente em escala local e global, ao estimular escolhas mais críticas e responsáveis

3.3 AÇÕES DE CIRCULARIDADE NA MODA

A literatura aponta pilares centrais para a transição circular na indústria têxtil: uso de fibras sustentáveis, adoção de energias renováveis nos processos produtivos, prolongamento do ciclo de uso das peças e gestão adequada dos resíduos por meio de reuso, reparo, reciclagem e *upcycling* (Núñez-Tabales; Del Amor-Collado; Rey-Carmona, 2021). Fletcher e Grose (2011) complementam esse entendimento ao defenderem o design para durabilidade, modularidade e desmontagem, além da valorização do cuidado com a peça como prática cultural essencial para reduzir a geração de resíduos.

O design para circularidade agrega valor à cadeia ao permitir que o ciclo de vida das peças seja estendido ou que estas apresentem alta durabilidade. Entre as estratégias de redução pautadas no *ecodesign*, destacam-se: roupas confeccionadas com tecidos duráveis e de alta qualidade; peças com design adaptável; uso de materiais biodegradáveis e de baixo impacto ambiental, como linho, cânhamo ou tecidos reciclados como o liocel; desenvolvimento de peças com corte zero ou modelagem otimizada; e produtos planejados para facilitar a separação dos materiais ao final de seu ciclo de vida.

Para manter a circularidade desses produtos, também é necessária a oferta de serviços de reparo, que prolongam o ciclo de vida dos vestuários. No entanto, com o barateamento das roupas, a procura por esse tipo de serviço caiu devido ao custo

relativamente elevado. Além disso, é necessário capacitação profissional e criatividade para transformar peças inservíveis em novos produtos. Entre as práticas de reaproveitamento destacam-se: o *upcycling*, que consiste em transformar roupas usadas ou danificadas em produtos de maior valor agregado; o artesanato têxtil, que utiliza sobras de tecidos na confecção de objetos; o reprocessamento industrial, que envolve a trituração de materiais têxteis para produção de enchimentos ou compostos para isolamento térmico e acústico; e o design regenerativo.

O papel dos consumidores é igualmente decisivo. Pesquisas indicam que as gerações mais jovens, fortemente influenciadas por narrativas ambientais e pelas redes sociais, tendem a adotar estilos de vida mais sustentáveis, demandando produtos e serviços alinhados à economia circular (González; Fernández, 2021). Esse movimento pressiona as empresas a inovarem em seus modelos de negócio, incorporando práticas como aluguel de roupas, plataformas digitais de revenda e serviços de reparo. Nesse sentido, a moda circular resulta não apenas da oferta empresarial, mas também da demanda social por alternativas éticas e sustentáveis.

Entretanto, é necessária uma mudança de comportamento do consumidor ao avaliar as decisões de compra. Produtos de *upcycling* e de segunda mão ainda enfrentam resistência no mercado. Como Salcedo (2014, p. 106) observa: "*La cultura de la donación no viene acompañada de una cultura de la reutilización*". A compra de produtos de segunda mão ainda é limitada por questionamentos sobre a origem e a qualidade das peças, enquanto produtos de *upcycling* podem ser percebidos como artesanais de baixo valor agregado, como se fossem apenas restos de outros produtos.

Por isso, as mudanças no comportamento do consumidor podem ser entendidas como ações de apoio à transição para um modelo circular (ABNT, 2024). Como mencionado anteriormente, a Educação Ambiental exerce papel fundamental nesse processo, ao promover reflexões, informar sobre os impactos das escolhas individuais e coletivas.

Outro aspecto relevante refere-se aos instrumentos fiscais e incentivos econômicos. A experiência europeia demonstra que a utilização de políticas fiscais, como a redução de tributos para setores intensivos em mão de obra — a exemplo de oficinas de reparo, remanufatura e revenda — pode acelerar a transição para a EC (Pérez; Abelenda; Deza, 2023). Tais medidas reduzem custos, fortalecem cadeias de valor circulares e geram empregos em setores sustentáveis. Embora ainda incipiente

no Brasil, a integração entre instrumentos econômicos e políticas ambientais prevista no Plano Estratégico de EC representa uma oportunidade de avanço para a moda sustentável.

Em síntese, a economia circular aplicada à moda envolve múltiplos atores e níveis de ação. Estilistas podem adotar estratégias de design atemporal e uso de fibras renováveis; consumidores podem prolongar o uso das peças e participar de mercados de segunda mão; e prestadores de serviço, como brechós e oficinas, podem viabilizar práticas de reuso, reparo e reciclagem. A articulação entre normas técnicas, políticas públicas, instrumentos econômicos e práticas culturais oferece um arcabouço robusto para compreender e operacionalizar ações que contribuam para a minimização dos resíduos têxteis pós-consumo. Como destacam Troiani, Sehnem e Carvalho (2022, p. 73), “a popularidade das práticas circulares no segmento de moda sustentável tende a se disseminar de modo acelerado se grandes *players* do setor aderirem a elas”.

Portanto, com a adoção dessas práticas, roupas inservíveis que antes seriam destinadas a aterros sanitários ganham um novo ciclo de vida, seja por meio de *upcycling* ou reparos. Essas ações apresentam menor impacto ambiental em comparação à reciclagem, que é uma das estratégias para recuperação de valor (ABNT, 2024). Da mesma forma, roupas ainda em condições de serem reutilizadas por outras pessoas deixam de ser consideradas resíduos têxteis pós-consumo, permanecendo no mercado e contribuindo economicamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidencia que a transição da moda para um modelo circular constitui um desafio complexo, mas também uma oportunidade estratégica para reduzir os impactos ambientais, sociais e econômicos associados ao descarte têxtil pós-consumo. A partir da revisão bibliográfica e documental realizada, o presente artigo buscou como objetivo geral compreender como as ações que contribuem para uma economia circular, aliadas a práticas educativas, podem ser aplicadas na moda para minimização dos resíduos têxteis pós-consumo no meio ambiente. Como objetivo específico, buscou relacionar as ações de circularidade passíveis de adoção por estilistas, consumidores e prestadores de serviço, de modo a contribuir para a minimização dos resíduos têxteis pós-consumo.

No percurso desta pesquisa verificou-se que a economia circular oferece um conjunto de princípios e práticas, inclusive de caráter educativo, capazes de orientar estilistas, consumidores e prestadores de serviços na construção de soluções integradas que prolonguem o ciclo de vida das peças e minimizem a geração de resíduos.

As ações de circularidade identificadas — como o design para durabilidade, o uso de fibras sustentáveis, a valorização do reparo, o *upcycling*, o reuso e a revenda — revelam-se complementares e interdependentes. Contudo, sua efetividade depende de mudanças culturais no comportamento de consumo, de políticas públicas que incentivem a inovação e a redução de custos em serviços de reparo e reaproveitamento, bem como de estratégias empresariais que ampliem a atratividade dos modelos circulares. Nesse sentido, a articulação entre normas técnicas, diretrizes governamentais, práticas educativas e instrumentos econômicos mostra-se essencial para fortalecer a moda sustentável no Brasil.

Conclui-se, portanto, que a economia circular aplicada à moda não deve ser compreendida apenas como uma alternativa de gestão de resíduos, mas como um caminho sistêmico de transformação que demanda engajamento coletivo. Ao promover a colaboração entre diferentes atores da cadeia produtiva, cria-se um ecossistema mais resiliente, capaz de alinhar inovação, sustentabilidade e responsabilidade social. Ainda que persistam barreiras estruturais e culturais, os resultados apontam para a relevância de ampliar pesquisas, políticas e práticas que consolidem a circularidade como paradigma central para o futuro da moda.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 59004**: Economia Circular - Vocabulário, princípios e orientações para implementação.. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.305**, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm . Acesso em: 18 jun. 2023.

BRASIL. **PNEC** - Plano Nacional Estratégico de Economia Circular. Brasília: Governo Federal, 2024.

BRASILEIRO, A. M. M. **Como produzir textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Contexto, 2022.

FLETCHER, Kate; GROSE, Lynda. **Moda & Sustentabilidade**: Design para mudança. São Paulo: Editora SENAC, 2011.

GONZÁLEZ, G. C.; FERNÁNDEZ, S. P.. La economía circular en los nuevos modelos de negocio. **Entreciencias**, v. 9, n. 23, p. 1-16, 2021. DOI: https://doi.org/10.22201/enesl.20078064e.2021.23.79933.

MARCHI, C. M. D. F.; PIMENTEL, P. C. B.; NASCIMENTO, M. C. P.. Solid Waste in the Context of Environmental Education, the Mangrove Ecosystem, and Photography. **Ambiente & Sociedade,** v. 25, p. e01022, 2022.

NÚÑEZ-TABALES, J. M.; DEL AMOR-COLLADO, E.; REY-CARMONA, F. J. Economía circular en la industria de la moda: pilares básicos del modelo. **Revista de Ciencias Sociales**, v. XXVII, n. esp. 4, p. 162-176, 2021.

PÉREZ, S. J. L.; ABELENDA, A. T.; DEZA, X. V.. La fiscalidad y la economía circular en España: situación actual y potencialidades del uso de los beneficios fiscales. **Revista Galega de Economía**, v. 32, n. 1, p. 1-23, 2023. DOI: https://doi.org/10.15304/rge.32.1.8613.

SALCEDO, E. **Moda ética**: Guía para empresas de moda sostenibles. Barcelona: Gustavo Gili, 2014. E-book.

TROIANI, L.; SEHNEM, S.; CARVALHO, L. Moda sustentável: uma análise sob a perspectiva do ensino de boas práticas de sustentabilidade e economia circular. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 20, n. 1, p. 62-76, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1679-395120200214.

DENSIDADE POPULACIONAL DE EMERITA BRASILIENSIS (FAMÍLIA:HIPPIDAE ORDEM:DECAPODA) COMO INDICADOR DA SAÚDE DAS PRAIAS DE SALVADOR: DADOS PRELIMINARES

Jonas Henrique Falcão Teixeira Santos

Ananda Silva da Silveira

Giovanni Brito de Jesus

Roger Gabriel da Silva Oliveira

Katia Regina Benati

RESUMO

Este estudo teve como objetivo avaliar a densidade populacional de *Emerita brasiliensis* em praias urbanas de Salvador, Bahia, associando sua ocorrência a parâmetros ambientais como umidade, granulometria e matéria orgânica do sedimento, além do pH e salinidade da água. A pesquisa foi realizada em quatro praias, sendo duas classificadas como próprias para banho (Itapuã e Stella Maris) e duas impróprias (Barra e Boca do Rio). A amostragem foi conduzida em transectos de 50 metros, com coletas a cada 5 metros durante a maré baixa, utilizando um corer para a extração do substrato e peneira para separação do mesmo. Os resultados mostraram que *E. brasiliensis* estava ausente em Porto da Barra e Boca do Rio, evidenciando o impacto negativo da urbanização e poluição, enquanto foram encontrados 2 e 4 indivíduos nas praias próprias. A análise dos parâmetros ambientais revelou que as condições mais favoráveis à espécie estão associadas a menores níveis de poluição. Os achados confirmam a eficácia de *E. brasiliensis* como bioindicador da qualidade ambiental em praias arenosas, sublinhando sua vulnerabilidade a alterações ambientais. O estudo ressalta a importância do monitoramento da macrofauna bentônica para a gestão e conservação dos ecossistemas costeiros.

Palavras-chave: Tatuí. Bioindicador. Qualidade ambiental. Praias urbanas. Biodiversidade.

1 INTRODUÇÃO

Os ambientes costeiros, especialmente em áreas urbanizadas, vêm sendo progressivamente impactados por ações antrópicas como ocupação desordenada, poluição e turismo intenso, o que compromete diretamente a qualidade ecológica desses ecossistemas (Martinez et al., 2024). Um dos grupos mais afetados por essas alterações é a biodiversidade bentônica, composta por organismos que vivem sobre ou enterrados no sedimento, como moluscos, poliquetas e crustáceos, cuja presença está diretamente relacionada à saúde ambiental e à estabilidade funcional das praias (Coutinho; Bernardino, 2017). Esses organismos, geralmente com baixa mobilidade e alta dependência das características físico-químicas do ambiente, respondem

rapidamente a mudanças em parâmetros como granulometria, temperatura, umidade e composição do sedimento, o que os torna sensíveis e eficientes como indicadores ecológicos(Santos; Silva, 2017)

Nesse contexto, destaca-se o Tatuí, popularmente conhecido como tatuí, um crustáceo escavador que vive enterrado na zona de rebentação ou zona de espraiamento — faixa entre-marés onde as ondas quebram e o sedimento é constantemente remobilizado. — Essa espécie necessita de sedimentos bem oxigenados, pouco compactados e com granulometria adequada para realizar suas atividades vitais, tornando-se altamente vulnerável a alterações ambientais causadas por urbanização e poluição (Rojas; Gomes; Souza, 2017). Por sua alta sensibilidade ecológica e ampla distribuição, *E. brasiliensis* tem sido reconhecido como um bioindicador promissor da qualidade ambiental de praias arenosas (Silva et al., 2018)

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo avaliar a densidade populacional de *Emerita brasiliensis* em praias com diferentes níveis de urbanização em Salvador (BA), associando sua ocorrência a parâmetros ambientais como temperatura, umidade, granulometria e matéria orgânica do sedimento, bem como pH, a fim de testar sua aplicabilidade como ferramenta de monitoramento ambiental costeiro.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi conduzido em quatro praias urbanas de Salvador (BA), selecionadas com base em diferentes níveis de urbanização e uso recreativo: Itapuã (12°57′13″S, 38°21′45″O), Stella Maris (12°56′09″S, 38°19′34″O), Porto da Barra (13°00′12″S, 38°32′00″O) e Boca do Rio (12°58′36″S, 38°25′37″O). A caracterização das áreas inclui parâmetros físico-químicos do sedimento e condições ambientais que influenciam diretamente a presença de *E. brasiliensis*, tornando essas praias adequadas para avaliar seu potencial como bioindicador da saúde ambiental costeira.

2.2 MATERIAL E MÉTODOS

Foram realizadas duas campanhas (agosto e setembro de 2025). A amostragem da espécie foi realizada em um transecto de 50 metros, a 2 metros da zona de espraiamento, com 10 coletas a cada 5 metros. As coletas foram realizadas durante o período de maré baixa, previamente consultados na tábua de maré (TIDESCHART).

Para a medição do pH da areia e água foram utilizadas fitas de pH juntamente com água destilada para a neutralidade do pH. A coleta dos indivíduos, utilizou-se um corer de 15x15 cm, que possibilita a extração do substrato de forma eficaz. Para a medição dos indivíduos foi utilizado um paquímetro, ferramenta que possibilita haver maior precisão de medidas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total, foram registrados seis indivíduos de *Emerita brasiliensis* nas quatro praias amostradas. No Porto da Barra e na Boca do Rio não houve ocorrência da espécie, enquanto em Stella Maris foram observados dois indivíduos: um avistado na primeira campanha e um coletado na segunda. Já em Itapuã, registraram-se quatro indivíduos, sendo dois indivíduos coletados na primeira campanha e um avistamento na segunda. Esses resultados indicam diferenças claras na abundância da espécie entre as áreas avaliadas (Gráfico 1), sugerindo que fatores relacionados à urbanização e à poluição como pH da água (Gráfico 2) e pH da areia (Gráfico 3) podem ter influenciado a ausência em Porto da Barra e Boca do Rio, como já discutido em trabalhos anteriores que destacam a sensibilidade de *E. brasiliensis* a ambientes impactados (Zanon; Campos; Lopes, 2015).

Os dados coletados demonstraram uma possível relação entre a densidade de *E. brasiliensis* e as condições ambientais. As praias classificadas como impróprias para banho (Porto da Barra e Boca do Rio) (Martinez et al., 2024) apresentaram ausência significativa da espécie, corroborando a hipótese de que a urbanização e a poluição impactam negativamente a biodiversidade bentônica (Martinez et al. 2024) .

Esses resultados sugerem a eficácia de *Emerita brasiliensis* como bioindicador da qualidade ambiental em praias arenosas, alinhando-se com as conclusões de Silva et al. (2018) que que destacam que a presença de lixo está entre os principais fatores de rejeição das praias pelos banhistas. A pesquisa valida a sensibilidade da espécie a

variações ambientais e sublinha a importância de sua utilização no monitoramento da saúde ecológica dos ecossistemas costeiros.

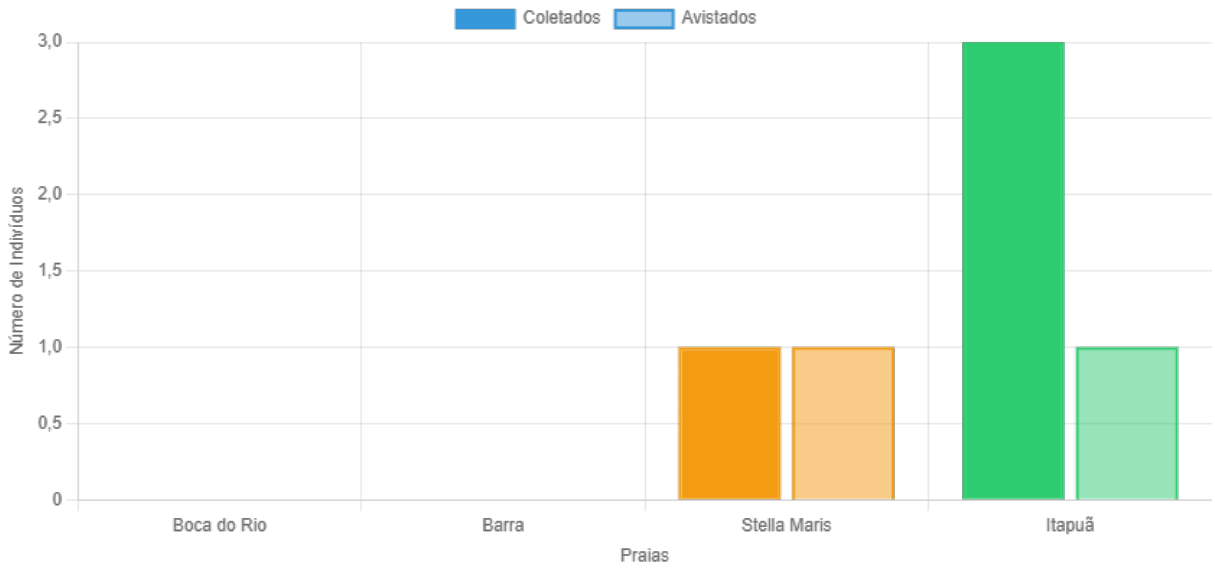


Gráfico 1– Abundância de *Emerita brasiliensis* nas quatro praias amostradas. Observa-se ausência da espécie nas praias com maior impacto urbano.

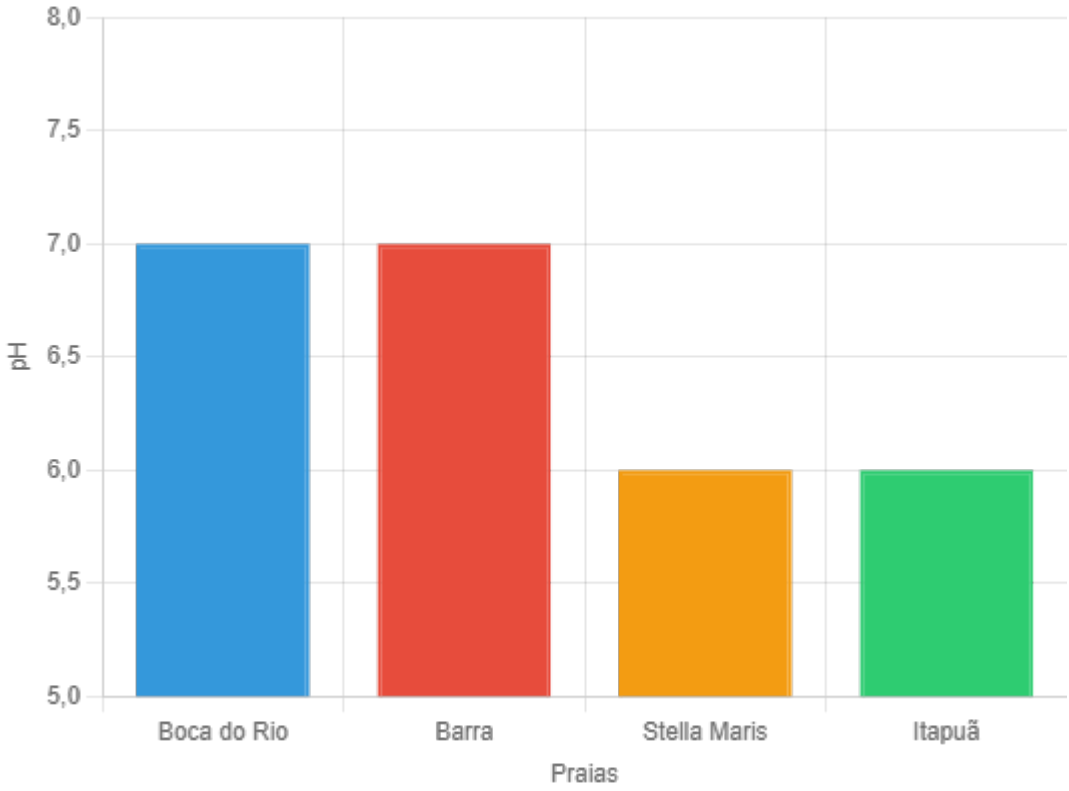


Gráfico 2 – Valores de pH da água medidos nas quatro praias de Salvador durante as campanhas de coleta.

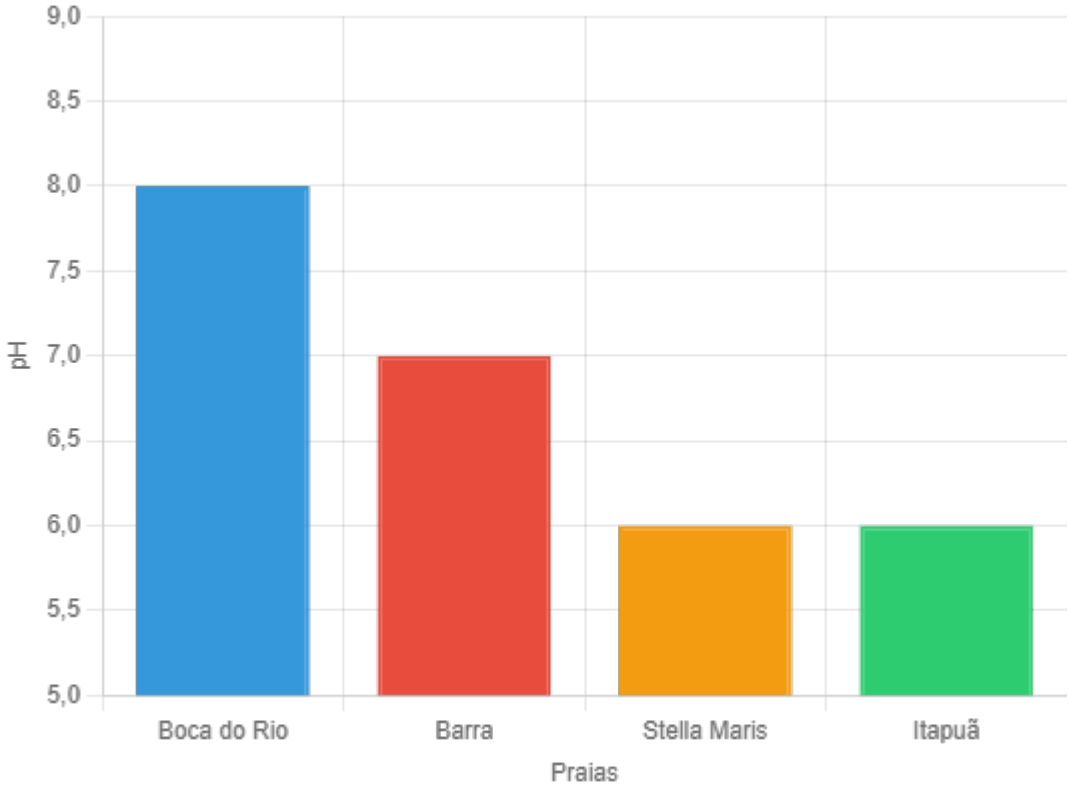


Gráfico 3 – Valores de pH do sedimento (areia) nas quatro praias amostradas. A espécie Emerita brasiliensis esteve ausente em praias com pH da areia mais ácido ou alterado

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo avaliou a densidade populacional de *Emerita brasiliensis* em quatro praias urbanas de Salvador, associando sua ocorrência a parâmetros ambientais como pH e granulometria do sedimento. Os resultados mostraram que a espécie esteve ausente em praias classificadas como impróprias para banho (Porto da Barra e Boca do Rio), enquanto esteve presente, ainda que em menor número, em praias próprias para banho (Itapuã e Stella Maris). Esses achados sugerem que fatores como poluição e alterações físico-químicas do ambiente impactam diretamente a distribuição e abundância de *E. brasiliensis*.

Assim, os dados sugerem a sensibilidade da espécie a mudanças ambientais, reforçando seu potencial como bioindicador da qualidade ecológica de praias arenosas. A pesquisa evidencia que a *E. brasiliensis* pode ser utilizada como ferramenta para monitoramento ambiental e apoiar políticas de conservação e manejo sustentável de ecossistemas costeiros frente às pressões antrópicas.

AGRADECIMENTOS

Nossa equipe agradece grandemente o apoio dos professores Kátia Benati E Éder Carvalho, que contribuíram com a formação do artigo, também agradecemos ao nosso Orientador Roger Gabriel pela orientação.

REFERÊNCIAS

ABUDE, Rayane Romao Saad; MOREIRA, Daniel Andrade; HAJDU, Gisele Lôbo; CABRINI, Tatiana Medeiros Barbosa. Sumiço dos tatuís volta a preocupar cientistas no Brasil e no mundo. *The Conversation Brasil*, 2025.

BARBOZA, Fernando; DEFEO, Omar. The role of benthic macrofauna in the coastal ecosystem. *Journal of Coastal Research*, 2015.

BARRIOS, M. J.; DEFEO, O. Impacto da poluição nas praias urbanas. *Revista Brasileira de Geografia Física*, 2018.

CARVALHO, L. P.; SILVA, M. C. Influência do pH na fauna bentônica. *Marine Environmental Research*, 2018.

COSTA, L. A. et al. Sensibilidade ecológica de *Emerita brasiliensis*. *Zoologia*, 2018.

COSTA, M. R. et al. Alterações na abundância da macrofauna. *Ecological Indicators*, 2019.

CORDEIRO, L. A. et al. Efeitos da urbanização na biodiversidade. *Biodiversity and Conservation*, 2022.

DEFEO, O. et al. A importância ecológica das praias. *Marine Ecology Progress Series*, 2017.

FRASCETTI, I. et al. Serviços ecossistêmicos em praias arenosas. *Coastal Management*, 2021.

HEWITT, J. E. et al. A macrofauna como bioindicador em ecossistemas costeiros. *Estuarine, Coastal and Shelf Science*, 2017.

INEMA. Boletins de balneabilidade. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2025.

LERCARI, D. et al. Bioindicadores em ambientes costeiros urbanizados. *Journal of Coastal Conservation*, 2018.

MAGALHÃES, P. et al. Crustáceos como bioindicadores. *Revista Brasileira de Zoologia*, 2020.

McLACHLAN, A.; DEFEO, O. Conservação de praias: desafios e oportunidades. *Ocean & Coastal Management*, 2018.

OCANA, P.; DEFEO, O. Condições ambientais e *Emerita brasiliensis*. *Marine Biology Research*, 2021.

SANTOS, J. A. et al. Monitoramento da qualidade das praias. *Environmental Monitoring and Assessment*, 2021.

SHORT, F. T. et al. Erosão costeira e suas implicações. *Estuarine, Coastal and Shelf Science*, 2016.

SILVA, C. R. et al. Temperaturas e capturabilidade de *E. brasiliensis*. *Marine Ecology Progress Series*, 2023.

TURRA, A. et al. Impactos da urbanização nas praias. *Biodiversity and Conservation*, 2020.

TIDESCHART. Tábua de maré em Salvador, Bahia.

VELSO, A.; CARDOSO, J. E. A. Importância dos crustáceos na zona intertidal. *Brazilian Journal of Oceanography*, 2017.

WEISSER, W. W. et al. Estrutura de comunidades bentônicas. *Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems*, 2020.

ESTUDO COMPARATIVO: NORMAS DE SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL PÚBLICA EM SALVADOR (BRASIL) E BOLONHA (ITÁLIA)

Cristina Marchi[1]

Gilciana de Jesus[2]

RESUMO

A sustentabilidade na construção civil representa um desafio global, devido ao elevado consumo de recursos naturais e à geração de resíduos sólidos urbanos, impactando sobretudo populações vulneráveis. Este estudo comparou a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD) em obras públicas nas cidades de Salvador e Bolonha, considerando seus diferentes contextos climáticos, econômicos e regulatórios. A pesquisa foi de natureza qualitativa, bibliográfica, documental e de campo, com entrevistas semiestruturadas e observação in loco. Os resultados indicam que, em Salvador, não há práticas sistematizadas de sustentabilidade nem normas consolidadas para o manejo de RCD, enquanto Bolonha segue diretrizes europeias estabelecidas. A análise evidencia lacunas na política pública e na implementação de práticas sustentáveis em Salvador, reforçando a necessidade de regulamentação e de programas de incentivo à reciclagem e ao reuso de materiais. As lições extraídas podem orientar a adoção de estratégias eficazes de sustentabilidade em obras públicas no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Resíduos da construção e demolição. Tecnologias sustentáveis. Estudo de casos.

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade na construção civil constitui um dos maiores desafios contemporâneos, dado o peso global do setor no consumo de recursos naturais e nas emissões de CO2. A cadeia produtiva da construção é a principal consumidora de insumos do planeta e, simultaneamente, a maior geradora de resíduos sólidos urbanos, impactando de forma desproporcional as populações mais vulneráveis das grandes cidades (FERNANDEZ, 2017).

No Brasil, embora a construção civil desempenhe papel estratégico na geração de emprego e renda, também se destaca como maior responsável pela produção de resíduos urbanos. O manejo inadequado desses resíduos gera sérios problemas, como

[1] Doutora; Programa de Posgraduação Territorio, Ambiente e Sociedade,Universidade Católica do Salvador; cristina.marchi@pro.ucsal.br

[2] Arquiteta, Mestre em Projeto Sustentável pela Alma Mater Universidade de Bologna, Mestre em Melhoria sísmica, restauração e consolidação de edifícios históricos e monumentais pela Universidade degli Studi di Ferrara, gilciana.dejesus@unibo.it.

o descarte irregular em áreas impróprias, o esgotamento de locais destinados a grandes volumes e a deposição em áreas naturais — várzeas e baixadas — comprometendo a drenagem e agravando enchentes em centros urbanos.

Nesse contexto, as obras públicas assumem relevância particular por seu potencial de induzir práticas construtivas sustentáveis. Escolas, hospitais, habitações sociais e equipamentos urbanos podem tornar-se vetores estratégicos de transformação, conciliando desenvolvimento e sustentabilidade.

A escolha de Salvador e Bolonha como objetos de estudo justifica-se pela diversidade de seus contextos climáticos, econômicos e regulatórios, além do mais recente Staff Training entre a Universidade Católica do Salvador (UCSal) e a Universidade de Bolonha. Essa parceria permitiu investigar como os resíduos da construção e demolição (RCD) oriundos de obras públicas são descartados e tratados em cada realidade.

Assim, este artigo apresenta dois estudos de caso com o objetivo de comparar normas e práticas de sustentabilidade aplicadas às obras públicas nessas cidades, identificando lições e boas práticas.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica, documental e de campo, utilizando roteiro semiestruturado. A etapa bibliográfica e documental, realizada entre os meses de junho e setembro de 2025, teve como base publicações acadêmicas, legislações, normas, relatórios técnicos e estudos de caso brasileiros e italianos relacionados à sustentabilidade no manejo dos resíduos sólidos da construção e demolição.

O objetivo da pesquisa de campo foi validar a hipótese levantada no estudo documental, a qual indicou a inexistência de normas e procedimentos voltados à sustentabilidade no descarte e no tratamento dos RCD em obras públicas e privadas no município de Salvador. Em contrapartida, no município de Bolonha, normas e regulações europeias impõem ao poder público local maior responsabilidade no tratamento dos RCD. Esse contraste contribui para responder ao objetivo geral deste estudo: comparar normas e práticas de sustentabilidade aplicadas às obras públicas nas duas cidades, de modo a identificar lições e boas práticas.

O locus da pesquisa em Salvador foi uma obra pública de requalificação de dois prédios que fazem parte do Complexo Cultural da Cidade da Música da Bahia, no Centro Antigo de Salvador. Em Bolonha o locus da pesquisa se deu no Museu de Geologia Giovanni Capellini da Universidade de Bolonha, na obra para a realização uma mostra imersiva que ocupa três salas do Museu, financiada pelo PNRR (Piano Nazionale di Ripresa e Resilienza) que representa um plano italiano estratégico que tem por objetivo incentivar a economia após pandemia di COVID-19.

A escolha metodológica fundamenta-se na relevância da inter-relação, das experiências cotidianas e da linguagem do senso comum durante as entrevistas, elementos indispensáveis para o êxito da pesquisa qualitativa (GASKEL, 2014; MINAYO, 2011).

As técnicas de coleta de dados para a obra em Salvador, envolveram inicialmente a aplicação de entrevista semiestruturada com um gestor de obras, realizada por meio eletrônico (WhatsApp), cujo entrevistado foi preparado antecipadamente para a mesma. Outro registro, além do fotográfico, foi um questionário aplicado durante visita de campo, que aconteceu no dia 15 de setembro de 2025, junto ao gerente de compras da empresa contratada.

Com o intuito de compatibilizar a pesquisa realizada em Salvador, definiu-se como locus de investigação, em Bolonha, uma obra pública de significativo valor histórico e arquitetônico: o Museu de Geologia Giovanni Capellini, pertencente à Universidade de Bolonha. A pesquisadora, arquiteta e responsável pela fiscalização da obra, procedeu à coleta de dados a partir da análise das fichas técnicas dos materiais empregados no canteiro. O estudo concentrou-se no sistema de forro desmontável das salas, cujo material aprovado foi o gesso acartonado, cuja substituição demandava cuidados adicionais de manejo, em conformidade com as exigências de sustentabilidade e de conservação patrimonial inerentes a um edifício público de relevância histórica e cultural na Itália.

Essa escolha metodológica permitiu correlacionar as informações técnicas dos materiais com práticas sustentáveis aplicáveis ao contexto da intervenção, subsidiando a análise desenvolvida no estudo de caso do município de Bolonha.

3 OBRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS EM SALVADOR (BRASIL)

O estudo de Paiva e Schalch (2016) evidencia que a gestão dos resíduos da construção civil (RCC) no Brasil ainda é ineficiente, sobretudo no que se refere à reciclagem e à minimização de impactos ambientais. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) estabelece uma hierarquia obrigatória para a gestão: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final adequada. No entanto, grande parte dos municípios ainda não a implementa de forma efetiva. Nesse cenário, destacam-se iniciativas como a do município de Jundiaí (SP), que, por meio do programa Centro de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (GERESOL) busca alinhar práticas locais à PNRS, representando um exemplo de política pública mais estruturada para o setor.

Por outro lado, o poder público municipal de Salvador, ainda não demonstra, em suas normas e legislações, esforço efetivo para incentivar o manejo sustentável dos resíduos sólidos. Não há dispositivos que tratem de forma clara do descarte adequado, nem da obrigatoriedade de utilização de um percentual mínimo de materiais reciclados, reutilizados ou ambientalmente certificados nas obras públicas. Essa ausência fragiliza práticas sustentáveis voltadas para a gestão dos resíduos da construção e demolição e coloca Salvador em descompasso com condutas já adotadas em outros contextos, como o do município de Jundiaí.

A Lei nº 9.281/2017, que trata da execução de obras e serviços em Salvador, traz alguns pontos ligados à sustentabilidade. Nos princípios gerais (art. 1º, incisos VI e VII), ela incentiva medidas voltadas à sustentabilidade ambiental e climática e para assegurar condições de higiene, conforto ambiental e segurança. Entretanto, a Lei não especifica quais medidas poderiam proporcionar a sustentabilidade pretendida. Já para o licenciamento das obras, a Lei trata sobre o Programa de Certificação Sustentável, denominado IPTU Verde (art. 12, § 2º e art. 16, XVIII), que concede descontos no IPTU para construções ou reformas que adotem práticas sustentáveis.

Apesar disso, a lei não estabelece sanções ou proibições quanto ao descarte inadequado de resíduos sólidos da construção civil. E mesmo a legislação municipal mais recente, a Lei nº 9.774/2023, que altera a Lei nº 9.148/2016, Lei do Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador (LOUOS), também não trata desse ponto. Ela tampouco menciona a reutilização de materiais ambientalmente adequados em obras públicas, como já acontece em países como a Itália, onde a

legislação exige esse tipo de cuidado para proteger tutelar os recursos naturais e reduzir impactos ambientais.

Quanto ao IPTU Verde, O Programa de Certificação Sustentável IPTU Verde, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 36.288/2022, surgiu com a proposta de oferecer benefícios fiscais para empreendimentos e edificações que adotem práticas sustentáveis em Salvador. Entre os seus objetivos (art. 2º), destacam-se: incentivar a inclusão de critérios sustentáveis em obras novas e existentes; fomentar a redução do consumo de recursos naturais por meio da gestão da água, energia e resíduos; implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas; promover qualidade de vida urbana; ampliar áreas verdes; e estimular soluções baseadas em ecossistemas (AbE).

Na prática, o programa contempla 82 itens avaliativos distribuídos em eixos como gestão sustentável das águas, eficiência energética, projeto sustentável, qualidade urbana e gestão de resíduos, dentre outras categorias. Contudo, quando se trata especificamente dos resíduos da construção civil, o programa revela grande fragilidade. O único item 44, incentiva a reutilização de materiais, mas prevê apenas a aplicação de 4% a 5% de elementos recuperados em áreas comuns, de forma pontual e simbólica. Além disso, as exigências relacionadas à gestão de resíduos restringem-se a práticas básicas, como espaços ventilados para armazenamento de resíduos, compactadores, trituradores ou parcerias com cooperativas. Estas medidas, em muitos casos, apenas deslocam o problema, sem estimular o aproveitamento real dos resíduos como recurso. Não há exigência de separação obrigatória dos resíduos gerados, o que limita a efetividade das ações sustentáveis no setor da construção civil, um dos que mais gera impactos ambientais. Infere-se que este Programa mostra-se incompleto e tímido no que se refere ao reuso de materiais e à reciclagem dos resíduos da construção civil. A ausência de obrigatoriedade e de metas mais ambiciosas distancia Salvador de práticas consolidadas em outros municípios brasileiros e internacionais.

4 ESTUDO DE CASO - SALVADOR

Para ilustrar a realidade do município de Salvador no que se refere ao tratamento sustentável dos resíduos da construção e demolição (RCD) em obras públicas, tomou-

se como estudo de caso a edificação destinada à futura Escola de Artes e Tecnologia, localizada no bairro do Comércio.

Na entrevista realizada com o engenheiro responsável pela obra, constatou-se a ausência de práticas efetivas de sustentabilidade no gerenciamento dos resíduos. Embora tenha sido mencionado que, antes da paralisação da obra em abril, havia alguma separação de resíduos, essa prática era realizada de forma pontual e sem qualquer sistematização (Figuras 1 e 2).

Figura 1 Contraste entre inovação arquitetônica e manejo inadequado de RCD. Escola de Artes e Tecnologia, Comércio/Salvador



Fonte: Marchi (2025)

Não há destinação de recicláveis para cooperativas locais, tampouco ações relacionadas à preparação do empreendimento para certificações ambientais, como IPTU Verde.

Figura 2 Solução arquitetônica contemporânea marcada pela não observância de práticas sustentáveis. Escola de Artes e Tecnologia, Comércio/Salvador



Fonte: Marchi (2025)

Também não são realizados monitoramentos de consumo de água e energia, nem do volume de resíduos gerados ao longo da obra. A empresa responsável não possui certificações de qualidade, como ISO 9001 ou PBQP-H, e igualmente não adota procedimentos específicos de sustentabilidade. As respostas do responsável pela compra de materiais seguiram a mesma direção, confirmando que a gestão da obra não contempla critérios de sustentabilidade em seus processos.

Esse cenário evidencia a inexistência de práticas estruturadas de gestão ambiental na obra analisada, confirmando a hipótese deste estudo de que Salvador carece de normas, procedimentos e políticas consistentes voltadas ao tratamento sustentável dos RCD em suas construções públicas.

5 OBRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS EM BOLONHA (ITÁLIA)

Segundo Altamura (2015), o uso de materiais na construção civil acarreta elevados custos ambientais, decorrentes do consumo de solo e de matérias-primas, da

emissão de CO2 e da produção massiva de resíduos. Esses impactos somente podem ser mitigados mediante a adoção de um ciclo fechado de recursos, abrangendo todas as fases do processo construtivo. Nesse contexto, a prevenção e a reciclagem de resíduos de construção e demolição, assim como de outras cadeias produtivas, constituem elementos essenciais para a eficiência ambiental das edificações, que não pode mais ser aferida unicamente com base na eficiência energética durante a fase de uso.

Em nível europeu, as Diretrizes da União Europeia aplicáveis obrigatoriamente às obras públicas, a *Green Public Procurement (GPP)*, por meio dos Critérios Ambientais Mínimos (CAM), dedicam seção específica às obras de construção civil. Suas principais fontes normativas incluem a Lei n.º 221/2015 (*Green Economy*), que tornou obrigatória a observância dos CAM nas obras públicas; o Decreto Legislativo n.º 36/2023, que institui o novo Código de Licitações; e os subsequentes Decretos Ministeriais editados pelo Ministério do Meio Ambiente e da Segurança Energética (MASE), como o de 23 de junho de 2022 e o mais recente, de 5 de agosto de 2024, aplicável às infra estruturas rodoviárias. A exigibilidade dos CAM é ainda reforçada pela legislação europeia, notadamente pela Diretiva 2014/24/UE, que promove a sustentabilidade nas obras públicas.

Na região da Emília-Romanha, onde se localiza Bolonha, a sustentabilidade é regulada por diversas leis regionais. Dentre as principais, destacam-se a **Lei** Regional n.º 27/2009 – institui o Sistema Regional de Informação e Educação para a Sustentabilidade (INFEAS) e o respectivo Programa Regional, promovendo a criação de Centros de Educação para a Sustentabilidade (CEAS) e de redes escolares voltadas à educação ambiental; a Lei Regional n.º 24/2017 – dispõe sobre Planejamento Urbano e Regeneração Urbana, incentivando a recuperação de áreas já edificadas, a reutilização de solos urbanos para conter o consumo de novas áreas e a adoção de protocolos energético-ambientais como instrumentos de qualificação dos assentamentos e melhoria da eficiência energética e ambiental das edificações; a Lei Regional n.º 5/2022 – disciplina as Comunidades de Energia, fomentando a geração renovável e o autoconsumo coletivo, além de instituir um cadastro regional de comunidades energéticas e uma comissão técnica permanente para acompanhamento do setor; a Lei Regional n.º 14/2023 – regulamenta os Distritos Orgânicos, fortalecendo a cadeia de suprimentos de produtos orgânicos, desde a produção até a

comercialização, com apoio a atividades correlatas, como o agroturismo e o turismo rural. A norma também promove a biodiversidade, a conservação da paisagem e a adoção de medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e o desperdício de recursos.

Por fim, a Agenda 2.0 da Cidade Metropolitana de Bolonha constitui o principal instrumento local de alinhamento às metas da Agenda 2030 da ONU, traduzindo os *Sustainable Development Goals (SDGs)* para a realidade urbana e territorial da região.

6 ESTUDO DE CASO - BOLONHA

A cidade de Bolonha, reconhecida por sua tradição acadêmica e inovação tecnológica, tem se destacado na implementação de práticas sustentáveis em obras públicas, especialmente no tratamento dos resíduos da construção e demolição (RCD). Como exemplo, apresenta-se o caso da transformação das salas do Museu de Geologia Giovanni Capellini, pertencente à Universidade de Bolonha. O projeto tem como objetivo a criação de uma exposição imersiva, integrando tecnologias digitais e sistemas de iluminação especializados.

A obra é financiada pelo Piano Nazionale di Ripresa e Resilienza (PNRR), que estabelece diretrizes rigorosas para a sustentabilidade ambiental. Entre os critérios obrigatórios, destacam-se em Critérios Ambientais Mínimos (CAM) parâmetros técnicos que orientam a seleção de materiais, métodos construtivos e processos de gestão de resíduos, com foco em reduzir impactos ambientais; em DNSH – Do Not Significant Harm: princípio que garante que nenhuma atividade financiada cause danos ambientais significativos, em conformidade com as políticas europeias de sustentabilidade. Enfim, durante a obra é exigido da empresa uma certificação do tipo EPD – Environmental Product Declaration, certificação internacional que assegura a rastreabilidade e o desempenho ambiental dos materiais de construção, baseada em normas ISO.

Durante a fase de concepção, todos os documentos técnicos e relatórios de projeto foram estruturados de modo a prever o uso de materiais compatíveis com os CAM e certificados pelo sistema EPD ou similar.

Um dos pontos centrais da intervenção foi a necessidade de instalação de um forro desmontável, que, além de atender aos requisitos de desempenho funcional e estético, deveria possuir certificação ambiental.

O fluxo de aprovação e validação dos materiais seguiu as etapas de especificação em projeto, o arquiteto responsável registrou, nos memoriais e relatórios técnicos, a obrigatoriedade de utilização de materiais certificados EPD. Logo em seguida a verificação no canteiro de obras, o gerente de compras da construtora teve de obter uma autorização formal atestando a compatibilidade do material com os CAM, antes da aquisição. Para isso, a empresa precisou fornecer a ficha técnica do gesso cartonado, acompanhada da certificação EPD emitida por laboratório acreditado. Somente dessa forma, mediante a conformidade comprovada com as normas da União Europeia, o gestor autorizou a aquisição e execução do serviço.

O processo garantiu que a intervenção fosse totalmente alinhada com as exigências normativas do PNRR; certificada quanto ao uso de materiais ambientalmente sustentáveis; habilitada para a liberação do financiamento; e exemplar no cumprimento do princípio DNSH, servindo como referência para futuras obras públicas de caráter sustentável.

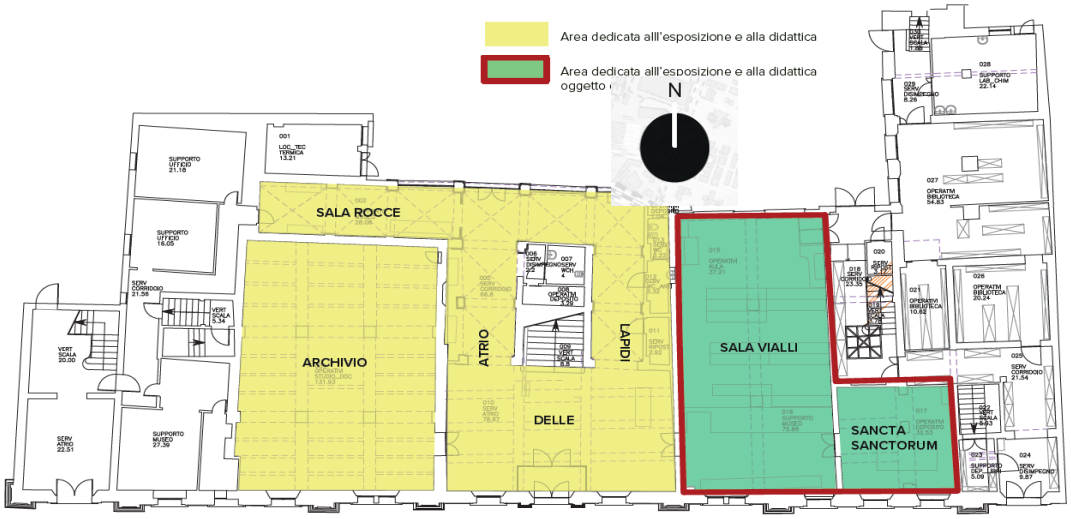
O estudo de caso evidencia como a integração entre planejamento arquitetônico, requisitos normativos e gestão de obra é essencial para assegurar a sustentabilidade no setor da construção civil. A experiência da Universidade de Bolonha, aplicada no Museu Giovanni Capellini, demonstra que o cumprimento rigoroso de critérios ambientais não apenas viabiliza o acesso a recursos financeiros internacionais, mas também contribui para a consolidação de práticas construtivas alinhadas às metas europeias de transição ecológica. (Figuras 3 e 4)

Figura 3 - Montagem fotográfica do projeto executivo



Fonte: Michele Bossio (arquiteta) - julho/2025

Figura 4- Planta baixa das salas para exposição imersiva (projeto executivo)



Fonte: Michele Bossio (arquiteta) - julho/2025

7 RESULTADOS DA ANÁLISE COMPARATIVA

De modo geral, conforme apresentado nos dois estudos de caso, a comparação revela um descompasso entre os estágios de implementação das normas de sustentabilidade: enquanto Salvador se encontra em processo de construção e consolidação de instrumentos regulatórios, Bolonha já apresenta práticas institucionalizadas, que impactam diretamente a gestão de materiais, resíduos e processos em obras públicas (Quadro 1).

Quadro 1 - Dados comparativos das Normas de Sustentabilidade em Obras Públicas de Salvador e Bolonha

Aspecto	Salvador (Brasil)	Bolonha (Itália)
Legislação aplicável	Lei nº 9.281/2017, trata da execução de obras e serviços em Salvador; Programa de Certificação Sustentável IPTU Verde, DM nº 36.288/2022	Diretrizes da União Europeia (Green Public Procurement – GPP), legislações nacionais italianas, regulamentos regionais da Emilia-Romagna e normas municipais de Bolonha.
Critérios de licitação	Critérios de sustentabilidade ainda pouco aplicados; exigências ambientais podem ser inseridas, mas não são padronizadas.	Obrigatoriedade de critérios de eficiência energética, uso de materiais recicláveis e de baixo impacto ambiental nas licitações públicas.
Certificações e padrões	Pouca exigência formal; iniciativas pontuais de adoção de certificações como o IPTU Verde em obras privadas, sem obrigatoriedade nas obras públicas.	Aplicação de certificações reconhecidas como parte do processo de validação de obras públicas. Exemplo
Exemplos de tratamento de RCD em obras públicas	Escola de Arte e Tecnologia, Comércio/Salvador	Prédio de um museu da Universidade de Bolonha.

Fonte: autoras, 2025

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou dois estudos de caso – Salvador e Bolonha – com o objetivo de comparar normas e práticas de sustentabilidade aplicadas às obras públicas nessas cidades, identificando lições e boas práticas. A análise revelou que, embora Salvador disponha de iniciativas relevantes, estas ainda se encontram em estágio inicial e carecem de padronização. Já Bolonha apresenta um arcabouço normativo consolidado, sustentado por diretrizes europeias e legislações regionais, o que resulta

na obrigatoriedade de critérios ambientais em licitações e na adoção sistemática de certificações.

Essa comparação evidencia o descompasso entre os contextos, mas também aponta oportunidades para que Salvador avance no fortalecimento de políticas públicas e incorpore experiências internacionais bem-sucedidas, adequando-as às suas especificidades locais. Nesse processo, destaca-se a educação ambiental como elemento essencial para consolidar tais oportunidades, pois contribui para sensibilizar gestores, técnicos e a sociedade sobre a relevância da sustentabilidade, promovendo mudanças de comportamento e fortalecendo a implementação de práticas inovadoras.

Finalmente, considerando a oportunidade que este estudo proporcionou para aproximar diferentes visões sobre a sustentabilidade em obras públicas, recomenda-se que, em pesquisas futuras, seja investigada a efetividade de programas locais, na cidade de Salvador, como o IPTU Verde, de modo a avaliar seu potencial de expansão e seu impacto direto na gestão e execução de obras públicas.

REFERENCIAS

ALTAMURA PAOLA. Struttura e modalità di applicazione dei CAM in edilizia: un caso studio dal progetto al cantiere. Seminario #SmallTalk #LivingLab Innovazione Urbana Spazio Attivo Lazio Innova Colleferro, 2019.

EUROPEAN UNION. Diretiva 2014/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 , relativa aos contratos públicos e que revoga a Diretiva 2004/18/CE Texto relevante para efeitos do EEE. Disponivel em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32014L0024

FERNANDEZ, J. L. B. *Resíduos Sólidos da Construção Civil: análise do gerenciamento dos resíduos sólidos da construção civil em obras de reforma, micro e pequeno porte*. 133 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2017.

PAIVA, Rodrigo Ladeira; SCHALCH, Valdir. Estudo sobre a gestão e gerenciamento de resíduos da construção civil: estudo de caso Jundiaí-SP. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016. Disponível em: https://bdta.abcd.usp.br/item/003172253

SALVADOR (Município). Decreto nº 36.288, de 17 de novembro de 2022. Regulamenta o art. 5º da Lei nº 8.474, de 02 de outubro de 2013, e institui o Programa de Certificação Sustentável IPTU VERDE em edificações no Município de Salvador, que estabelece benefícios fiscais aos participantes do programa. Salvador, 2022.

SALVADOR (Município). Lei nº 9.281, de 28 de setembro de 2017. Institui normas relativas à execução de obras e serviços do Município do Salvador, e dá outras providências. Salvador, 2017. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/codigo-de-obras-salvador-ba

GESTÃO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E COMPOSTAGEM: PERSPECTIVAS EDUCATIVAS

Jose Jorge da Cruz Santos[1]

Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi[2]

Patrícia Carla Barbosa Pimentel[3]

RESUMO

A gestão dos resíduos orgânicos constitui um desafio ambiental crescente, sobretudo em ambientes urbanos, onde a destinação predominante ainda é o aterro sanitário. Nesse contexto, a compostagem desponta como alternativa sustentável capaz de reduzir impactos socioambientais, reinserir nutrientes no solo e fortalecer a economia circular. O presente artigo analisa a prática da compostagem no ambiente escolar, ressaltando seu potencial como estratégia de Educação Ambiental. A pesquisa combinou revisão bibliográfica e estudo de caso, realizado no Colégio Estadual Dantas Júnior, em Salvador/BA, ao longo de 60 dias consecutivos. Foram analisados três eixos: a produção de resíduos orgânicos da merenda escolar, a implementação e funcionamento de uma composteira doméstica e a percepção da comunidade escolar sobre o processo. Os resultados evidenciaram que, além da eficiência técnica — com desvio de resíduos de aterros e produção de biofertilizante líquido — a prática fomentou curiosidade, diálogo e aprendizagens espontâneas, mesmo sem a participação direta dos alunos no manejo. Conclui-se que a compostagem escolar contribui simultaneamente para a gestão sustentável dos resíduos orgânicos e para a formação crítica e participativa da comunidade escolar, consolidando-se como prática pedagógica e socioambiental de elevado potencial transformador.

Palavras-chave: Compostagem escolar. Gestão de resíduos orgânicos. Educação Ambiental. Economía circular e Biofertilizante.

RESUMEN

La gestión de los residuos orgánicos constituye un desafío ambiental creciente, especialmente en los contextos urbanos, donde la disposición predominante sigue siendo el relleno sanitario. En este escenario, el compostaje se presenta como una alternativa sostenible capaz de reducir los impactos socioambientales, reincorporar nutrientes al suelo y fortalecer la economía circular. El presente artículo analiza la práctica del compostaje en el ámbito escolar, destacando su potencial como estrategia de Educación Ambiental. La investigación combinó revisión bibliográfica y estudio de caso, realizado en el Colegio Estadual Dantas Júnior, en Salvador/BA, a lo largo de 60 días consecutivos. Se analizaron tres ejes: la producción de residuos orgánicos del comedor escolar, la implementación y funcionamiento de una compostera doméstica y la percepción de la comunidad escolar sobre el proceso. Los resultados evidenciaron que, además de la eficiencia técnica —con desvío de residuos de los rellenos y producción de biofertilizante líquido—, la práctica fomentó curiosidad, diálogo y aprendizajes espontáneos, incluso sin la participación directa de los estudiantes en el manejo.

[1] Mestre, Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica de Salvador (UCSAL) prof.josejorgecruzsantos@gmail.com

[2] Pós-Doutora, Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica de Salvador (UCSAL), cristina.marchi@pro.ucsal.br

[3] Doutora, Gestão Ambiental e Desenvolvimento de Empreendimentos Sociais – GamDes/UCSAL patriciacbp@gmail.com

Se ve que el compostaje en la escuela ayuda a manejar bien los desechos orgánicos al mismo tiempo que enseña a los estudiantes a pensar por sí mismos y a trabajar juntos, convirtiéndose en una forma de enseñar y cuidar el medio ambiente que puede hacer muchos cambios buenos.

Palabras clave: Compostaje escolar; Residuos orgánicos; Economía circular; Educación ambiental; Sostenibilidad.

1 INTRODUÇÃO

A gestão dos resíduos sólidos é um dos desafios mais urgentes das sociedades contemporâneas, sobretudo em contextos urbanos, onde a geração e o descarte são intensos e diversificados. No Brasil, grande parte desses resíduos é composta por matéria orgânica, realidade já reconhecida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Brasil, 2010).

Dados recentes do Ministério do Meio Ambiente com base em relatório da Abrema (2024), os resíduos orgânicos representam 45,3% do total de resíduos sólidos gerados no Brasil, parcela que em grande medida continua sendo destinada a aterros sanitários. Quando mal gerenciados, esses resíduos acarretam impactos ambientais severos, como a emissão de metano (CH_4), um dos gases de efeito estufa com maior potencial de aquecimento global.

A falta de estratégias eficazes para o manejo fração orgânica, acima referenciada, aprofunda o problema, representando não apenas um risco ambiental, mas também a perda de recursos que poderiam ser reaproveitados de maneira sustentável. Nesse cenário, a compostagem pode ser utilizada, como alternativa viável, pois trata-se de um processo biológico controlado, capaz de transformar resíduos em insumos produtivos e reintegrá-los ao ciclo socioeconômico. Além do aspecto técnico, a compostagem tem potencial educativo, por conseguir estimular valores de sustentabilidade e responsabilidade ambiental no espaço escolar.

Este artigo tem como objetivo analisar a gestão de resíduos orgânicos a partir da prática da compostagem, ressaltando suas perspectivas educativas em contexto escolar. Para tanto, toma como referência revisão bibliográfica e um estudo de caso realizado no Colégio Estadual Dantas Júnior, em Salvador/BA, buscando responder ao questionamento da pesquisa: como a prática da compostagem no ambiente escolar pode contribuir para a gestão sustentável dos resíduos orgânicos e, ao mesmo tempo,

constituir-se em ferramenta pedagógica de Educação Ambiental? Trilhando esse caminho, pretende-se evidenciar a contribuição da compostagem como estratégia inovadora de Educação Ambiental, integrando dimensões técnicas e pedagógicas e oferecendo subsídios para reflexões acadêmicas e para o fortalecimento de políticas públicas.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada combinou revisão bibliográfica e estudo de caso. Caracterizou-se como aplicada, com abordagem qualitativa, com apoio de dados quantitativos.

A etapa bibliográfica buscou autores que discutem a educação, a gestão de resíduos orgânicos, a compostagem e suas relações com a Educação Ambiental. Entre eles, destacam-se Ferreira, Borba e Wizniewsky (2013), que recuperam a historicidade da compostagem; Leff (2011) e Loureiro (2007), que relacionam a prática à formação de consciência crítica; e Freire (2011), cuja pedagogia do diálogo inspira práticas educativas emancipatórias.

O estudo de caso teve natureza exploratória e descritiva, realizado no Colégio Estadual Dantas Júnior**,** em Salvador/BA, ao longo de 60 dias consecutivos, divididos em duas fases de 30 dias. Foram analisados três eixos principais**:** (a) a produção de resíduos orgânicos da merenda escolar; (b) a implementação e funcionamento de uma composteira doméstica; e (c) a percepção da comunidade escolar sobre o processo.

Para a implementação, foi instalada uma composteira doméstica, construída com caixas plásticas transparentes, foram sobrepostas em estrutura de madeira e posicionada em área de grande circulação da escola, a fim de possibilitar a observação diária do processo pela comunidade escolar.

A coleta dos resíduos acompanhou a variação do cardápio da merenda escolar. Antes do acondicionamento na composteira, os resíduos foram fragmentados em pedaços de 3 a 4 cm e, no momento do depósito, receberam cobertura de maravalha (resíduo de serraria, composto por pequenas lascas e pó de madeira), utilizada como material estruturante para favorecer a aeração, manter a umidade adequada e prevenir a presença de insetos. Todos os resíduos foram pesados em balança digital

previamente à inserção na composteira, e durante o processo registrou-se também o volume de biofertilizante líquido produzido.

Durante a implementação da pesquisa. Foram observados aspectos técnicos (adequação estrutural, controle de umidade e aeração, proporção carbono/nitrogênio, massa de resíduos compostados e volume de biofertilizante obtido), e aspectos pedagógicos, relacionados às interações espontâneas de alunos e servidores em torno da composteira. Também, foi aplicado questionário estruturado à gestão escolar, visando captar percepções sobre os impactos ambientais e educativos da prática. Ressalta-se que não houve participação direta de estudantes no manejo, razão pela qual a pesquisa obteve dispensa de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (SANTOS, 2025).

3 A GESTÃO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E A COMPOSTAGEM

A compostagem não é uma prática recente. Segundo Ferreira, Borba e Wizniewsky (2013, p. 307-317), trata-se de uma técnica milenar, já utilizada pelos chineses há mais de cinco mil anos.

Na contemporaneidade, a compostagem pode assumir papel estratégico diante da crise ambiental, marcada pelo aumento da geração de resíduos sólidos urbanos que sobrecarrega os sistemas de coleta e destinação final. A predominância do envio desses resíduos para aterros sanitários intensifica a emissão de metano (CH_4), um dos gases de efeito estufa de maior impacto no aquecimento global. Acrescido ao uso intensivo de recursos naturais, como a água e o solo, e a forte dependência de fertilizantes químicos na agricultura.

Esses fatores, reforçam a urgência de adotar modelos mais sustentáveis de manejo da matéria orgânica. E a compostagem, por ser um processo aeróbico, evita a emissão do metano, e pode ser usada como alternativa ambientalmente eficaz (MONTEIRO, 2016). Além disso, no ambiente escolar, pode ser ressignificada como prática educativa, contribuindo para a formação de valores socioambientais e para a promoção da Educação Ambiental crítica (LEFF, 2011).

No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) estabelece uma hierarquia que prioriza a redução, a reutilização e a reciclagem e reconhece a compostagem como alternativa capaz de transformar a matéria orgânica

em insumo produtivo. A relevância dessa prática cresce quando se considera que cerca de 45,3 % dos resíduos sólidos urbanos produzido em solo brasileiro, são orgânicos, e ainda é destinada a aterros sanitários, e contribui para a emissão de metano e agravar o aquecimento global.

Segundo Monteiro (2016), ao contrário do que ocorre em aterros sanitários, onde a decomposição anaeróbica da fração orgânica libera metano (CH_4), a compostagem, por ser um processo aeróbico, contribui diretamente para a redução das mudanças climáticas. E, quando realizada de forma descentralizada, como em ambientes escolares, reduz os custos operacionais da coleta pública, prolonga a vida útil dos aterros sanitários e minimiza os riscos de poluição do solo, da água e do ar.

A compostagem integra-se ao conceito de economia circular ao reinserir nutrientes no solo, reduzir a pressão sobre os aterros, diminuir a dependência de fertilizantes químicos e favorecer práticas agrícolas mais sustentáveis (AGUSTINI ET AL., 2013). E, conecta-se a compromissos internacionais como a Agenda 2030 da ONU, em especial o Objetivo 11, que propõe tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, e o Objetivo 12, voltado a assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Nos últimos anos, instrumentos normativos reforçaram sua importância, a exemplo do Decreto nº 11.700/2023, que institui a agricultura urbana e periurbana, e o Edital MMA nº 01/2023, voltado ao incentivo de projetos de compostagem em escala local. Essas iniciativas sinalizam um movimento de valorização das práticas descentralizadas de gestão de resíduos, capazes de articular benefícios ambientais, sociais e educativos.

No âmbito escolar, a compostagem assume também uma dimensão pedagógica, funcionando como estratégia pedagógica de sensibilização ambiental e construção de valores éticos e sociais. (SANTOS,2025). O estudo de caso desenvolvido no Colégio Estadual Dantas Júnior, em Salvador/BA, reforça essa perspectiva ao utilizar como insumo os resíduos orgânicos da merenda escolar. Para a experiência, foi utilizada uma composteira doméstica no espaço escolar, posicionada em área de grande circulação, o que permitiu tanto a eficiência técnica quanto a observação do processo pela comunidade escolar.

Quadro 1- Resultados técnicos da compostagem escolar no Colégio Estadual Dantas Júnior

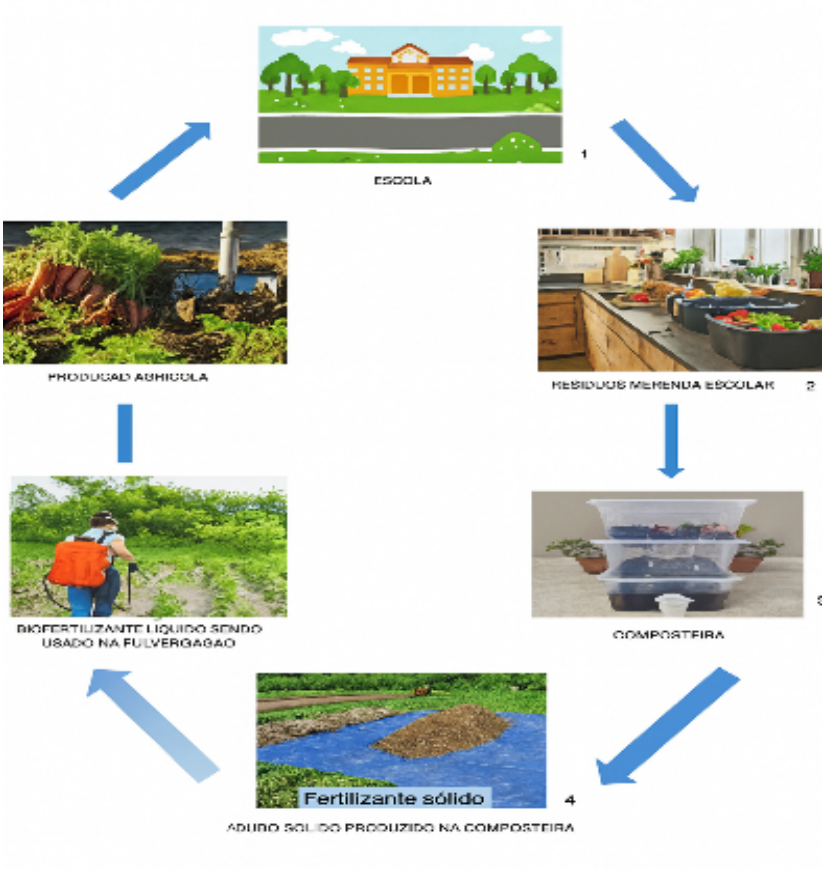
INDICADOR OBSERVADO	RESULTADO	MÉDIA	OBSERVAÇÕES
Período de monitoramento	60 dias	30 dias	Dividido em duas fases de 30 dias cada
Resíduos orgânicos desviados	70,99 kg	35,5	Coletados da merenda escolar
Biofertilizante líquido produzido	40,2 L	20,1	Obtido durante o processo de compostagem

Fonte: (Santos, 2025)

A análise do Quadro 1 demonstra que a compostagem apresentou regularidade no processo, com resultados consistentes ao longo das fases de monitoramento. A constância, evidencia tanto a viabilidade técnica da prática, quanto seu potencial pedagógico, ao tornar perceptível para a comunidade escolar a transformação dos resíduos em insumos reaproveitáveis. O período de monitoramento, dividido em duas fases, possibilitou acompanhar não apenas os resultados obtidos, mas também a dinâmica da experiência e suas implicações educativas. O processo ocorreu sem odores desagradáveis e com adequação estrutural da composteira às condições técnicas, como controle de umidade, aeração e equilíbrio entre carbono e nitrogênio, e ao espaço escolar, que favoreceu a observação e o engajamento da comunidade escolar no trabalho de pesquisa. Esses fatores demonstraram a viabilidade técnica, a eficácia ambiental e o potencial de replicabilidade em outros contextos urbanos e educacionais. Além disso, a divisão em fases permitiu prever a periodicidade da produção, avaliar o potencial de aproveitamento dos produtos gerados e fornecer subsídios para o planejamento e a análise da viabilidade da compostagem em maior escala (SANTOS, 2025).

A redução dos resíduos destinados a aterros e a transformação da matéria orgânica em composto e biofertilizante líquido configuram-se como contribuições diretas para a sustentabilidade. De um lado, evitam a emissão de gases de efeito estufa, associado à decomposição anaeróbia em aterros; de outro, promovem o reaproveitamento de nutrientes, diminuindo a dependência de fertilizantes químicos na agricultura. Esse duplo resultado evidencia que a compostagem escolar não apenas mitiga impactos ambientais, mas também fortalece práticas alinhadas à economia circular e ao uso racional dos recursos naturais (EMBRAPA, 2009).

Figura 1 - Fluxo da economia circular aplicado à compostagem de resíduos da merenda escolar.



Fonte: acervo do autor (2025)

A figura 1, apresenta o percurso da economia circular implementada no Colégio Estadual Dantas Júnior, evidenciando como os resíduos da merenda escolar podem ser reinseridos em um ciclo sustentável. O processo inicia-se na escola (1), onde são gerados os resíduos orgânicos da merenda (2). Esses resíduos são encaminhados para a composteira (3), na qual passam pelo processo de decomposição aeróbia, resultando na produção de dois subprodutos: o fertilizante sólido (4), obtido a partir do composto estabilizado, e o biofertilizante líquido (5**)**, coletado durante o processo de degradação. Ambos os produtos retornaram ao espaço escolar para utilização na jardinagem, ou horta que venha ser estruturada no colégio (6), contribuindo para a produção de hortaliças que reforçam a educação alimentar, a sustentabilidade e a sensibilização socioambiental.

Além dos benefícios ambientais, esse ciclo reduz o custo de produção agrícola, ao substituir fertilizantes químicos por insumos orgânicos de baixo custo, e melhora a qualidade nutricional dos alimentos cultivados, uma vez que o uso de fertilizantes orgânicos favorece solos mais equilibrados e resilientes. Assim, a compostagem escolar

contribui não apenas para a redução de resíduos destinados a aterros e redução das emissões de gases de efeito estufa, mas também para a produção de alimentos mais saudáveis e acessíveis, consolidando-se como prática sustentável e pedagógica de elevado potencial transformador (SANTOS, 2025).

Em síntese, os resultados do estudo de caso demonstram que, no contexto analisado, a compostagem escolar operou como estratégia efetiva de gestão dos resíduos orgânicos, reduzindo a destinação a aterros, gerando insumos e mantendo adequação técnica (SANTOS, 2025).

4 PERSPECTIVAS EDUCATIVAS

A compostagem, além de sua dimensão técnica, assume papel pedagógico fundamental. Ao ser incorporada no ambiente escolar, torna-se uma prática educativa que integra teoria e vivência, contribuindo para a formação de valores éticos, sociais e ambientais. Essa prática dialoga com os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997), que orientam a Educação Ambiental como tema transversal, reforçando sua importância para o desenvolvimento da responsabilidade socioambiental em todas as etapas da Educação Básica (SANTOS, 2025)

Segundo Leff (2011), a Educação Ambiental deve fomentar consciência crítica e participação social. Loureiro (2007) reforça que ela não pode se restringir a práticas pontuais, mas precisa articular justiça social, sustentabilidade e transformação cultural. Nesse sentido, a experiência relatada por Santos (2025) ocorrida no Colégio Estadual Dantas Júnior, demonstrou, como a instalação de uma composteira, pode se converter em recurso pedagógico concreto para estimular reflexões sobre consumo, cidadania e sustentabilidade.

Embora os estudantes não tenham participado diretamente do manejo da composteira, observaram o processo, formularam perguntas e dialogaram espontaneamente com os professores, com servidores e com o pesquisador. Essas interações, relatadas também pela gestão escolar, mostraram que a curiosidade e o engajamento surgem naturalmente quando práticas ambientais estão presentes no cotidiano. A percepção da comunidade escolar como um todo evidenciou que a compostagem, mesmo em sua forma observacional, foi capaz de despertar interesse, promover diálogo e gerar aprendizagens significativas**.**

A observação cotidiana do equipamento, funcionou como espaço educativo não formal, criando condições para aprendizagens significativas, como defende Guimarães (2004). Essa visão dialoga com a crítica de Freire (2011) à “educação bancária”, ao propor uma pedagogia centrada na problematização e na liberdade.

A gestão escolar, por sua vez, destacou a relevância de consolidar iniciativas como a compostagem no Projeto Político Pedagógico, ampliando o envolvimento da comunidade escolar e garantindo continuidade. Além disso, sinalizou que projetos futuros devem incluir mais diretamente professores, alunos e funcionários, potencializando o alcance educativo da prática. Esse direcionamento dialoga com a compreensão de que a compostagem pode contribuir como uma estratégia de transversalidade para alicerçar e estimular o trabalho com Educação Ambiental.

O estudo de Oliveira e Amaral (2024) reforça a percepção da gestão escolar ao afirmar que a Educação Ambiental não deve se restringir a atividades pontuais ou a datas comemorativas, mas precisa estar incorporada ao Projeto Político Pedagógico (PPP) como prática permanente e estruturante. Nessa perspectiva, a transversalidade da Educação Ambiental, quando vivenciada por meio da compostagem, amplia o alcance da prática ao promover aprendizagens que ultrapassam conteúdos disciplinares e se conectam ao cotidiano. Nesse processo, a escola não apenas discute conceitos ambientais, mas também forma cidadãos conscientes de seu papel social, fortalecendo valores de corresponsabilidade e solidariedade diante dos desafios socioambientais contemporâneos.

Assim, a compostagem escolar extrapola o caráter técnico e se torna ferramenta de sensibilização e transformação, contribuindo para os alunos refletirem a relação sociedade/natureza, o consumo consciente e a sustentabilidade. Ao mesmo tempo, constitui experiência replicável em outras instituições, desde que apoiada por planejamento, suporte técnico e articulação pedagógica, fortalecendo a escola como espaço de formação crítica e de construção de uma cultura institucional voltada à sustentabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de resíduos orgânicos configura-se como um desafio ambiental e, ao mesmo tempo, como uma oportunidade pedagógica. A experiência de compostagem

desenvolvida no Colégio Estadual Dantas Júnior, demonstrou que resíduos da merenda escolar podem ser convertidos em insumos úteis, como composto sólido e biofertilizante líquido, evidenciando a viabilidade técnica da prática e sua contribuição para a sustentabilidade.

Os resultados mostraram que a compostagem escolar contribui diretamente para a redução da quantidade de resíduos destinados a aterros, para a mitigação de gases de efeito estufa e para o fortalecimento de práticas alinhadas à economia circular. No âmbito pedagógico, a iniciativa despertou curiosidade, promoveu diálogos espontâneos e favoreceu aprendizagens significativas, mesmo sem a participação direta dos estudantes no manejo da composteira.

Também foi constatado que a compostagem pode ser compreendida como prática educativa, por conseguir integrar dimensões ambientais, sociais e pedagógicas, e favorece a corresponsabilidade pelos resíduos produzidos, como previsto na Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) que estabelece a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

A experiência também aponta que o modelo utilizado no Colégio Estadual Dantas Júnior pode ser adaptado e replicado em outras escolas urbanas, objetivando o fortalecimento de políticas públicas voltadas à gestão sustentável de resíduos e à Educação Ambiental.

Recomenda-se que projetos futuros ampliem a participação de professores, alunos e funcionários, de forma a contribuir para consolidar a Educação Ambiental como eixo transversal da prática escolar e potencializar o alcance formativo e comunitário.

REFERÊNCIAS

ABREMA – Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente. **Panorama dos resíduos sólidos**. 2024.

AGUSTINI, Márcia Antonia Bartolomeu; RECH, Angela Laufer; CASARIN, Juliana; SANTOS, Bruna Souza; GONÇALVES JÚNIOR, Affonso Celso. Uso de composto de resíduo sólido urbano na agricultura. **Cultivando o Saber**, Cascavel, v. 6, n. 2, p. 157-171, 2013.

BING IMAGES. Contentores/depositório de resíduos orgânicos [imagem]. Disponível em: https://tse2.mm.bing.net/th/id/OIP.PfI8_Vm1svpKLduFo61-2gHaE8?r=0&rs=1&pid=ImgDetMain&o=7&rm=3. Acesso em: 25 ago. 2025.

BING IMAGES. *Leira* ou pilha de compostagem ao ar livre [imagem]. Disponível em: https://tse4.mm.bing.net/th/id/OIP.-pJ4n5h-6_lQx7wgQOi_SgHaJ4?r=0&rs=1&pid=ImgDetMain&o=7&rm=3. Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Meio Ambiente e Saúde. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.

DREAMSTIME. Agricultora pulverizando plantas em horta com pulverizador *mochila* [imagem]. Disponível em: https://thumbs.dreamstime.com/b/agricultora-pulverizando-batata-em-horta-pulveriza-plantas-de-no-jardim-vegetal-usando-pulverizador-mochilas-protegendo-e-cuidando-209918865.jpg. Acesso em: 25 ago. 2025.

ESCOLAWEB. Sua escola é uma empresa [imagem]. Disponível em: https://shre.ink/SiAy. Acesso em: 18 jun. 2025.

ESCOLAWEB. Sua escola é uma empresa [imagem]. Março 2024. Disponível em: https://escolaweb.com.br/wp-content/uploads/2024/03/sua-escola-e-uma-empresa-1536x963.jpg. Acesso em: 25 ago. 2025.

FERREIRA, Flávio; BORBA, Rodrigo; WIZNIEWSKY, Cláudio. **A compostagem como prática milenar**. 2013.

FREEPIK. Cozinha com contentores de compostagem para resíduos orgânicos [imagem]. Disponível em: https://img.freepik.com/fotos-premium/uma-cozinha-com-contentores-de-compostagem-para-residuos-organicos_964444-14373.jpg?w=2000. Acesso em: 25 ago. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental: da prática pedagógica à política educacional**. Campinas: Papirus, 2004.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTEIRO, Jucinei. Benefícios da compostagem doméstica de resíduos orgânicos**. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambienta**l, v. 20, n. 2, p. 658-670, 2016.

OLIVEIRA, Terezinha Marisa Ribeiro de; AMARAL, Carmem Lúcia Costa. Oficina sobre compostagem: estudo de caso sobre a educação ambiental em uma escola

estadual de São Paulo. **Boletim de Conjuntura – BOCA**, Boa Vista, ano VI, v. 17, n. 51, p. 151–168, 2024.

PLANTANDO VIDA. *Leira de composto orgânico ao ar livre* [imagem]. Disponível em: https://plantandovida.files.wordpress.com/2013/12/dsc01064.jpg?w=1280. Acesso em: 25 ago. 2025

SANTOS, José Jorge da Cruz. **Compostagem urbana e merenda escolar: sustentabilidade e educação ambiental na gestão de resíduos orgânicos**. 2025. Dissertação (Mestrado em Território, Ambiente e Sociedade) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2025.

O TRABALHO DOS CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO CARNAVAL DE SALVADOR: PRÁTICAS DE CUIDADO COM O MEIO AMBIENTE

Joilson Santos Santana[1]

Ana Carine Oliveira do Nascimento[2]

RESUMO

Este estudo destaca a relevância da atuação de catadores e catadoras de materiais recicláveis em contextos de grandes eventos, com ênfase no Carnaval de Salvador de 2025. O objetivo é analisar os impactos socioambientais gerados por essa atuação, especialmente no que se refere às contribuições para o cuidado com o meio ambiente, por meio da coleta seletiva e educação ambiental. A pesquisa baseia-se em observações diretas realizadas pelos autores durante a elaboração e execução de projetos socioambientais desenvolvidos ao longo do evento, bem como na análise de dados fornecidos pelo CAMA (Centro de Arte e Meio Ambiente) e em referências bibliográficas e documentais. Os resultados evidenciam o papel fundamental desses trabalhadores na gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos (RSU) e na mitigação das emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Palavras-chave: Catadores e Catadoras. Meio Ambiente. Carnaval de Salvador.

1 INTRODUÇÃO

Até 2050, cerca de 70% da população mundial viverá em espaços urbanos; até 2040, cerca de 2 bilhões de pessoas podem enfrentar um aumento, no mínimo, de 0,5°C na temperatura global (Nações Unidas, 2024). Esse cenário aponta para uma crescente procura por recursos naturais, em uma sociedade com intensificação das atividades industriais e elevação da liberação de gases de efeito estufa, que têm afetado de forma significativa a qualidade de vida nas cidades e ameaçando a biosfera.

Os atuais padrões de produção e consumo têm contribuído significativamente para o agravamento da crise ambiental global, gerando impactos socioambientais expressivos nas cidades brasileiras. Nesse contexto, destaca-se o aumento expressivo na geração de resíduos sólidos e a disposição ambientalmente inadequada de rejeitos, configurando-se como uma das principais problemáticas socioambientais contemporâneas e um dos maiores desafios enfrentados pelos governos municipais

[1] Doutor em Território, Ambiente e Sociedade - PPGTAS/UCSAL, Universidade Católica do Salvador (UCSAL), joilson.santana@ucsal.edu.br.
[2] Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social -PPGDGS/UFBA. Universidade Federal da Bahia (UFBA), anacarinenascimento@gmail.com.

(SANTANA, 2022). Sendo que a educação ambiental é ferramenta essencial nesse processo, pois possibilita uma visão holística sobre o sistema, ao mesmo tempo que correlaciona diferentes temas visando a uma maior compreensão (Cristina Caldas Almeida *et al.*, 2019, p. 484).

Esse cenário tende a se intensificar durante a realização de grandes eventos urbanos, como é o caso do Carnaval de Salvador. Conforme apontado por Machado (2016), trata-se de uma celebração de grandes proporções, caracterizada por expressiva participação popular, com milhares de pessoas nas ruas durante alguns dias de festividade. Em 2025, segundo dados da Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB), foram coletadas cerca de 2,3 mil toneladas de resíduos sólidos durante o evento (VIEIRA, 2025).

Vale ressaltar que a gestão e a regulação dos resíduos sólidos avançaram com a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Brasil, [2025]). Contudo, passados quinze anos desde a sua aprovação, os resultados ainda são limitados: menos de 2% dos resíduos recicláveis são efetivamente recuperados no país, conforme dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA, 2023). Diante desse panorama, torna-se imperativo assegurar uma gestão eficiente dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e educação ambiental. Marchi, Pimentel e Nascimento (2022, p. 9), destacam o reconhecimento da PNRS sobre a importância da Educação Ambiental (EA) e para os programas e as ações ambientais.

É importante destacar a coleta seletiva como um serviço público essencial à população, inclusive durante os grandes eventos. Pois contribui para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos, desempenhando papel central na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Para Ziglio e Ambrizzi (2024, p. 2), as mudanças climáticas estão relacionadas a vários fatores, mas principalmente as emissões de gases de efeito estufa. Os autores acrescentam que elas estão associadas a diversas consequências em escala global, como o aquecimento das águas oceânicas, o derretimento das calotas polares, o aumento das regiões semi áridas e desérticas, entre outros fenômenos.

Deste modo é importante também destacar a atuação dos catadores e catadoras de materiais recicláveis como fundamental para a promoção da coleta seletiva e da reciclagem no carnaval de Salvador. Nesse sentido, o presente trabalho tem como

objetivo analisar os impactos da atuação desses profissionais envolvidos no Carnaval de Salvador 2025, com foco nas contribuições para o cuidado com o meio ambiente. A análise baseia-se nas experiências e vivências dos autores durante o acompanhamento da elaboração e execução de projetos ambientais realizados ao longo do evento. Por meio da análise de dados disponibilizados pela Organização da Sociedade Civil (OSC) Centro de Arte e Meio Ambiente - CAMA e referência bibliográfica.

2 DISCUSSÃO E RESULTADOS

2.1 GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM SALVADOR

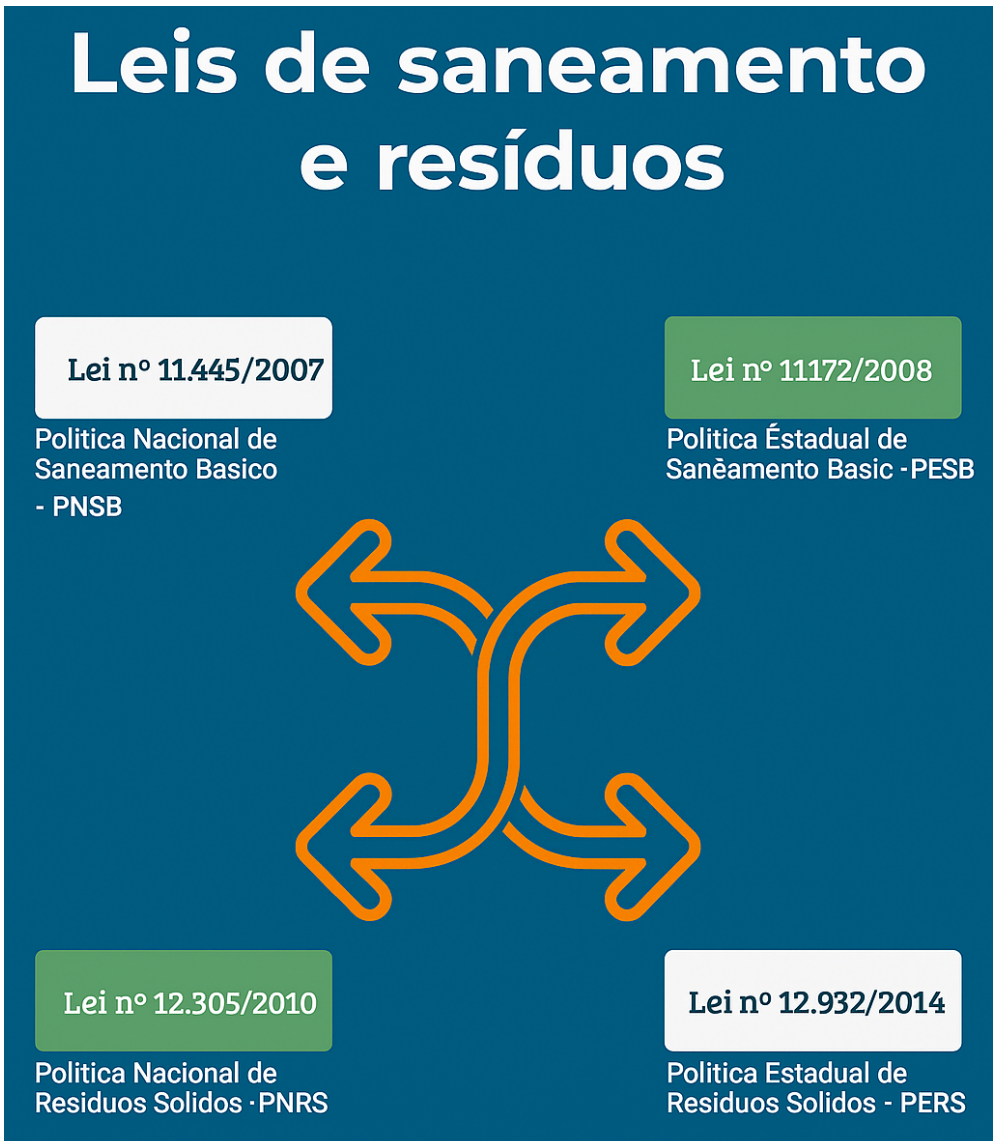
A geração e gestão inadequada de resíduos sólidos urbanos têm causado impactos negativos nos espaços urbanos. Segundo Manzi, Santana e Marchi (2022, p. 2), a produção e o consumo em massa intensificaram o desafio do gerenciamento desses resíduos para os governos municipais em todo o mundo. Os RSU representam uma ameaça constante aos sistemas de saneamento urbano, à saúde e ao bem-estar humano e ambiental, pois, provenientes de atividades domésticas, de varrição, da limpeza de logradouros e vias públicas, além de outros serviços de limpeza urbana, corroboram com o cenário de poluição e de destruição da natureza (Santiago; Dias, 2012). Desta forma, cabe ressaltar a necessidade do desenvolvimento de ações e políticas públicas relacionadas à promoção da coleta seletiva e educação ambiental.

Segundo Dias (2004), a Educação Ambiental é um processo permanente pelo qual os indivíduos e as comunidades adquirem novos valores e experiências, habilitando-os a agir e resolver problemas presentes e futuros. Para Marchi, Pimentel e Nascimento (2022, p. 9), a educação ambiental pode colaborar para a sensibilização e correto manejo dos resíduos, já que chama atenção para a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem dos resíduos visando à sustentabilidade e à conservação dos recursos naturais.

Vale ressaltar que, em grande parte das cidades brasileiras, há desafios significativos na garantia de uma gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos. A cidade de Salvador com 2.417.678 habitantes (IBGE, 2025), coletou, em 2023, segundo dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), um total de 1.493.201,9 toneladas de resíduos sólidos urbanos (Brasil, 2025a). Apesar do grande volume produzido, a cidade apresenta uma taxa de reciclagem de apenas

1,05% (Salvador, 2023). Essa taxa de destinação dos RSU para a reciclagem, ainda que muito baixa, mas é importante destacar que é resultado da atuação de catadores e catadoras.

Figura 1 — Leis de Saneamento e Resíduos



Fonte: elaborado pelos autores.

É de suma importância frisar que a coleta seletiva e a educação ambiental são componentes cruciais para a eficiente gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). E encontram-se expressamente previstas nas diretrizes estabelecidas pelas políticas de âmbito nacional e estadual referentes ao saneamento básico e aos resíduos sólidos. Tais políticas, que estruturam e conferem legitimidade às ações no setor, foram formalmente instituídas por meio das legislações especificamente indicadas na Figura

1, o que reforça o caráter essencial deste serviço para a sustentabilidade ambiental e a saúde pública.

2.2 IMPACTO DA ATUAÇÃO DOS CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO CARNAVAL DE SALVADOR 2025

A coleta seletiva e a educação ambiental configuram-se como atividades de relevância estratégica no processo de gestão dos resíduos sólidos durante grandes eventos, a exemplo do Carnaval de Salvador — reconhecido como o maior carnaval de rua com trios elétricos do mundo (GUINNESS WORLD RECORDS, 2025). Vale ressaltar que durante o evento aumenta a geração de resíduos, demandando das autoridades públicas e da iniciativa privada, estratégias e ações para lidar com esse cenário, para evitar impactos ambientais.

Nesse contexto, inserem-se os catadores e catadoras de materiais recicláveis, cuja atuação contribui de forma significativa para a manutenção da limpeza urbana e preservação do meio ambiente durante a realização do carnaval de Salvador, por meio da coleta de resíduos sólidos. Esses trabalhadores e trabalhadoras identificam nessas ocasiões uma oportunidade de ampliar sua renda, especialmente com a coleta e a comercialização de materiais recicláveis de maior valor de mercado, como as latas de alumínio.

Todavia, apesar da relevância de sua atividade, enfrentam recorrentes violações de direitos e situações de exploração por parte de atravessadores, além de não receberem o devido reconhecimento social e institucional, em contraste com outros profissionais envolvidos nesse processo. Ressalte-se que a profissão de catador(a) de materiais recicláveis foi oficialmente reconhecida no ano de 2002, por meio de sua inclusão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

De acordo com informações do G1 (2025) no carnaval de 2025, 200 toneladas de latinhas de alumínio, garrafas plásticas, vidro e papelão foram retiradas dos principais circuitos da folia na capital baiana. Esses materiais desviados do aterro sanitário foram coletados por catadores e catadoras de materiais recicláveis, atuando tanto de forma autônoma quanto por meio de associações e cooperativas, no âmbito de projetos organizados por essas entidades. Segundo o Centro de Arte e Meio Ambiente - CAMA, foram destinados à reciclagem mais de 107 toneladas de resíduos

recicláveis, distribuídos em latas de alumínio, garrafas PET e de embalagens plásticas, apresentadas na Figura 2, durante a festa deste ano. Esse resultado evidencia a relevância socioambiental do trabalho desempenhado pelos catadores e catadoras, que, por meio de sua atuação, contribuem de maneira expressiva para a redução do volume de resíduos enviados aos aterros sanitários e para a dinamização da cadeia da reciclagem (CAMA, 2025a).

Figura 2 — Quantidade (Kg) de materiais recicláveis coletados no Carnaval de Salvador 2025 pelos catadores(as)



Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados do CAMA (2025a).

Destaca-se que esses profissionais contaram com o suporte de sete centrais de apoio ao catador(a), estrategicamente instaladas nos dois principais circuitos da festa. Além disso, receberam uniformes, equipamentos de proteção individual, bonificação pela coleta de plásticos e assistência logística para a realização das atividades de coleta e comercialização dos resíduos sólidos. Tais ações contribuíram para o fortalecimento da economia circular inclusiva, por meio da execução de quatro projetos específicos, apresentados no Quadro 1 (CAMA, 2025a).

Quadro 1 — Projetos desenvolvidos pelas associações e cooperativas no carnaval de Salvador 2025

Projetos	**Instituições responsáveis**	**Número de catadores e catadoras de materiais recicláveis envolvidos**	**Quantidade e localização das centrais de apoio ao Catador(a)**
ECO FOLIA SOLIDÁRIA – O Trabalho Decente Preserva o Meio Ambiente	CAMAPET, COOPERES, CANORE, COLETA CIDADÃ, e a ONG CAMA.	370 catadores(as) de materiais recicláveis autônomos e cooperativados	Duas centrais, localizadas no Politeama e Forte de São Pedro.
CARNAVAL COOPREDE	COOPERBARI, CRUN, COOCREJA, COOPCICLA, junto com a COOPERBRAVA e a ONG CAMA.	Cerca de 400 catadores(as) de materiais recicláveis autônomos e cooperativados	Três centrais, localizadas na Barra na Rua Miguel Burnier e na Rua Marques de Leão. Além de outra na Ladeira da Montanha.
COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA NO CARNAVAL DE SALVADOR	CAEC, COOPERLIX e a ONG CAMA.	300 trabalhadores(as) que foram apoiados.	Uma central localizada na Barra.
CARNAVAL SOLIDÁRIO	COOPERGUARY e a ONG CAMA.	Beneficiando 600 profissionais.	Uma central de apoio ao catador(a), localizada na Barra.

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados do CAMA (2025a).

Os quatro projetos beneficiaram aproximadamente 1.670 catadores e catadoras de materiais recicláveis, abrangendo tanto trabalhadores autônomos quanto cooperativados. Essas iniciativas contaram com o apoio institucional do Governo do Estado da Bahia, da Prefeitura Municipal de Salvador, da AMBEV, do Ministério Público do Trabalho da Bahia (MPT-BA), do Ministério Público da Bahia (MPBA), da Carbongreen e da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB). Ressalta-se, ainda, que as 11 cooperativas participantes, juntamente com a ONG CAMA, integram o Fórum Estadual Lixo e Cidadania da Bahia, espaço de articulação voltado à promoção

de políticas públicas de inclusão social e gestão sustentável dos resíduos sólidos (CAMA, 2025a).

De acordo com dados do CAMA, as ações desenvolvidas pelos catadores e catadoras de materiais recicláveis no carnaval de Salvador do ano de 2025, resultaram na redução da geração de 348 toneladas de CO2, o equivalente a mais de 50.000 carros circulando em um único dia. Na economia de 1,2 milhão de litros de água, suficientes para abastecer 10.000 pessoas por um dia inteiro. Em 560 metros cúbicos de espaço poupados nos aterros sanitários, evitando a expansão de aterros e preservando o solo. Cerca de 3,4 milhões de kWh de energia poupadas, suficientes para abastecer 2.000 casas por um ano. 43.000 litros de petróleo, impactando positivamente na redução da extração de petróleo (CAMA, 2025b). Contribuindo diretamente para a preservação do meio ambiente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da magnitude dos grandes eventos, como o Carnaval de Salvador, uma das maiores manifestações culturais de rua do mundo, torna-se evidente a necessidade de uma gestão eficiente dos resíduos sólidos. O aumento expressivo na geração de resíduos durante esse período exige ações estruturadas e contínuas.

Nesse contexto, destaca-se a importância do fortalecimento de políticas públicas voltadas à coleta seletiva e à educação ambiental, como estratégias fundamentais para a promoção da sustentabilidade, a redução dos impactos ambientais e o engajamento da sociedade na preservação do meio ambiente.

Por fim, é fundamental reconhecer o papel essencial desempenhado pelos catadores e catadoras de materiais recicláveis, tanto autônomos quanto vinculados a associações e cooperativas, durante o Carnaval de Salvador de 2025. Esses profissionais contribuíram de forma significativa para a gestão ambiental do evento, viabilizando o desvio de mais de 107 toneladas de resíduos recicláveis do aterro sanitário. Essa atuação não apenas garantiu a reinserção desses materiais na cadeia produtiva da reciclagem, mas também gerou impactos positivos para a preservação dos recursos naturais, reforçando a importância da valorização do trabalho desses agentes na construção de práticas sustentáveis em grandes eventos e no cuidado com o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF: **Presidência da República**, [2025]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 11 set. 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Relatório dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos: **SINISA 2024**: ano de referência 2023. Brasília, DF: SNSA, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/sinisa/resultados-sinisa/RELATORIO_SINISA_RESIDUOS_SOLIDOS_2024.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

CAMA – Centro de Arte e Meio Ambiente. Cooperativas de catadores(as) e a ONG CAMA reciclam mais 107 toneladas de resíduos sólidos no Carnaval de Salvador 2025a. Salvador: **CAMA**, 6 mar. 2025. Disponível em: https://cama.org.br/cooperativas-de-catadoresas-e-a-ong-cama-reciclam-mais-107-toneladas-de-residuos-solidos-no-carnaval-de-salvador-2025/ . Acesso em: 19 set. 2025.

CAMA – Centro de Arte e Meio Ambiente.Eco Indicadores: Impacto Ambiental da Coleta Seletiva no Carnaval de Salvador 2025b.**Instagram**. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DG1plswpLMT/ . Acesso em: 18 set. 2025.

CRISTINA CALDAS ALMEIDA, N.; FERREIRA DOS SANTOS JUNIOR, C.; NUNES, A.; SOUZA MELO DE LIZ, M. Educação ambiental: a conscientização sobre o destino de resíduos sólidos, o desperdício de água e o de alimentos no município de Cametá/PA. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 100, n. 255, 12 ago. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i255.4007. Acesso em: 15 set. 2025.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Editora Gaia, 2004.

G1. “Em Salvador (BA), materiais descartados no Carnaval são transformados em chaveiros, brincos e até suportes para plantas”. **Jornal Nacional**, 10 mar. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/03/10/em-salvador-ba-materiais-descartados-no-carnaval-sao-transformados-em-chaveiros-brincos-e-ate-suportes-para-plantas.ghtml . Acesso em: 19 set. 2025.

Guinness World Records. Most musical acts performed on electric trios in a street carnival. Disponível em: https://www.guinnessworldrecords.com.br/world-records/770656-most-musical-acts-performed-on-electric-trios-in-a-street-carnival . Acesso em: 15 set. 2025.

IBGE. Cidades e Estados: Salvador. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/salvador.html. Acesso em: 18 set. 2025.

MACHADO, A.F.M. O carnaval vai passar ...: dinâmica social e transformações na folia de Salvador. Tese (doutorado) - **Universidade Federal de Minas Gerais**, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2016.Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AR8NGR. Acesso em: 12 set. 2025.

MANZI, Maya; SANTANA, Joilson Santos; MARCHI, Cristina Maria Dacach Fernandez. 'Accumulation by appropriation': The integration of recyclable-waste collector cooperatives in Salvador, Brazil, and the right to the city. Environment and Planning D: **Society and Space**, [s. l.], v. 40, n. 4, p. 683-705, 2022. DOI: https://doi.org/10.1177/02637758221110882.Acesso em: 12 set. 2025.

MARCHI, C. M. D. F.; PIMENTEL, P. C. B.; NASCIMENTO, M. C. P.. Solid Waste in the Context of Environmental Education, the Mangrove Ecosystem, and Photography. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, p. e01022, 2022. Disponível em:https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210102r2L5AO. Acesso em: 15 set. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. ONU: Cidades devem se preparar para mudança climática e rápida urbanização. **ONU News**: Perspectiva Global Reportagens Humanas, [s. l.], 5 nov. 2024. Clima e Meio Ambiente. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2024/11/1840226. Acesso em: 20 set. 2025.

SANTANA, Joilson Santos. Gestão de Resíduos Sólidos com Inclusão Socioeconômica de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis no Carnaval de Salvador. **Revista Temática da Defensoria Pública da Bahia**, Salvador, v. 3, p. 62-66, 2022. Direitos Humanos de catadoras e catadores e a ineficiência da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2024/12/sanitize_191222-080406.pdf. Acesso em: 09 set. 2025.

SANTIAGO, Leila Santos; DIAS, Sandra Maria Furiam. Matriz de indicadores de sustentabilidade para a gestão de resíduos sólidos urbanos. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 203-212, abr./jun. 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-41522012000200010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/esa/a/HkLj9SJQVjtjZ4hcTnHDCCC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 7 set. 2025.

VIEIRA, Camila. Equipes da Limpurb recolhem 2,3 mil toneladas de resíduos durante Carnaval 2025. **Agência de Notícias Salvador**. Disponível em: https://agenciadenoticias.salvador.ba.gov.br/index.php/pt-br/releases-2/geral/27075-equipes-da-limpurb-recolhem-2-3-mil-toneladas-de-residuos-durante-carnaval-2025 . Acesso em: 15 set. 2025.

ZIGLIO, Luciana; TERCIO AMBRIZZI , Tercio Ambrizzi. OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: interfaces Red Latinoamericana de Recicladores e Universidade de São Paulo . **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 46, 2024. DOI: 10.12957/geouerj.2024.86276. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/86276. Acesso em: 10 set. 2025.

PERCEPÇÃO SOCIAL DE JOVENS SOBRE A INVISIBILIDADE DE COMUNIDADES INDÍGENAS NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Bruna Tavares Macêdo[1]

Raphael de Sant'Ana Lima[2]

Alessandra Carvalho da Cruz[3]

RESUMO

A trajetória histórica do Brasil é marcada por processos de colonização e imposição cultural que resultaram na marginalização e invisibilidade dos povos indígenas, comprometendo o reconhecimento de seus saberes e do papel que exercem na preservação socioambiental. Nesse contexto, buscou-se compreender como jovens brasileiros percebem essas questões, a partir de 82 respostas coletadas em questionário online, de participantes com idades entre 18 e 27 anos. O estudo teve como objetivo analisar a percepção de jovens brasileiros sobre a marginalização e invisibilidade social dos povos indígenas, bem como compreender como esses jovens avaliam os saberes tradicionais e o papel socioambiental dessas comunidades. A pesquisa foi conduzida por meio de amostra não probabilística por conveniência, aplicada a indivíduos de 18 a 29 anos, com questões fechadas e abertas que possibilitaram análises quantitativas e qualitativas acerca de conhecimento, experiências de contato, fontes de informação e percepção crítica do reconhecimento social e político dos povos indígenas. Os resultados apontaram que, embora haja valorização dos saberes indígenas, o conhecimento sobre a diversidade de povos e práticas tradicionais ainda se apresenta de forma superficial, revelando lacunas educacionais e sociais. A maioria dos participantes destacou o papel estratégico dos povos indígenas na preservação ambiental, reconhecendo a importância de seus territórios como espaços de conservação da biodiversidade e de transmissão intergeracional de saberes. Observou-se também que a invisibilidade histórica desses grupos impacta diretamente a percepção social, limitando a compreensão das contribuições culturais, políticas e ambientais desses povos para a sociedade brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Cultura. Justiça ambiental. Saberes tradicionais. Territórios naturais.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória histórica do Brasil é marcada por intensos processos de colonização e imposição cultural que contribuíram significativamente para o enfraquecimento das identidades indígenas do país (Baniwa, 2025), substituídas, ao longo do tempo, por narrativas alinhadas aos interesses governamentais. Embora a constituição reconheça os direitos dos povos nativos, sua organização social, como costumes, línguas, crenças

[1] Graduanda em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador (UCSal). Aluna-pesquisadora do Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA); brunatvrs.m@gmail.com.
[2] Bacharel em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador (UCSal). Colaborador do Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA); rsl.hapro@gmail.com.
[3] Mestre em História Social, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente da Universidade Católica do Salvador (UCSal); alessandra.cruz@pro.ucsal.br.

e tradições, e tenha estabelecido a obrigatoriedade do ensino da cultura indígena (Brasil, 1988; Leivas; Rios; Schäfer, 2014), Estudos recentes indicam a persistência de conflitos constantes, marginalizando essas populações nos meios de comunicação, políticas públicas e no imaginário social (Neves; Machado, 2017; Rangel, 2024).

No âmbito urbano, a migração crescente de povos indígenas para as cidades expõe desafios adicionais, como a negação de políticas públicas específicas e a persistência de um paradigma assimilacionista que indica a presença indígena como uma “perda de identidade” (Castellitti, 2023). Ao mesmo tempo, meios de comunicação e redes sociais tendem a reproduzir estereótipos folclóricos, mas também abrindo espaço para o net-ativismo indígena, destacado como forma de resistência digital (Kaingang, 2023; Rothberg *et al*., 2021).

Existe um grande desconhecimento geral a respeito dos saberes dessas comunidades tão historicamente marginalizadas, situação essa que acaba por contribuir para a manutenção de estigmas, preconceitos e negligências com as necessidades que sofrem (Luna; Paladino; Cyrino, 2024). Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar a percepção social de jovens sobre a invisibilidade das comunidades indígenas no Brasil, buscando compreender o conhecimento e as interpretações sobre o tratamento associado a essas comunidades, observando a valorização atribuída aos saberes indígenas, sobretudo no campo socioambiental.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 COLETA DE DADOS

A pesquisa foi desenvolvida por meio de um questionário online elaborado na plataforma Google Formulários, escolhida por sua acessibilidade, baixo custo e capacidade de alcance, facilitando a curadoria e organização dos dados coletados (Quadro 1). A estratégia de amostragem adotada foi não probabilística por conveniência, associada à participação voluntária, onde inicialmente o questionário foi compartilhado com contatos próximos, como amigos e colegas, e simultaneamente, divulgado em redes sociais (WhatsApp e Instagram) e canais institucionais, visando ampliar o alcance da pesquisa. A amostra por conveniência é caracterizada pela seleção de participantes a partir da acessibilidade e disponibilidade de respostas, o que, segundo Freitag (2018), embora seja uma prática amplamente utilizada em diferentes

estudos, implica limitações quanto à representatividade e à possibilidade de generalização dos resultados. Nesse sentido, a divulgação em redes sociais com adesão voluntária introduziu uma dimensão adicional ao processo de amostragem, relacionada principalmente ao engajamento espontâneo dos participantes (Cavalcante, 2013). Dessa forma, a combinação dessas estratégias contribuiu para ampliar o alcance e a diversidade dos participantes dentro do prazo estabelecido para a coleta.

ITEM	DESCRIÇÃO
Instrumento	Questionário online (Google Forms)
Estrutura	13 perguntas (10 fechadas + três abertas)
Período	25/05/25 à 02/06/25
Critérios	Jovens, 18–29 anos, residentes do Brasil
Divulgação	WhatsApp, Instagram, canais institucionais

Quadro 1. Síntese das condições utilizadas para a coleta de dados. Fonte: Autores (2025).

O questionário foi composto por 13 perguntas (10 fechadas e três abertas, permitindo conciliar análises qualitativas e quantitativas), e organizado em dois Blocos Temáticos (BT), conforme o Apêndice A. O primeiro (BT1) teve como finalidade levantar informações de perfil sociodemográfico dos participantes, incluindo idade, local de residência (urbano ou rural) e autodeclaração étnico-racial. O segundo bloco (BT2) concentrou-se na percepção e conhecimento a respeito dos povos indígenas, explorando temas como as fontes de informação utilizadas, experiências prévias de contato direto ou indireto, opiniões sobre o respeito social das comunidades, reconhecimento do papel socioambiental, entre outros.

2.2 PÚBLICO-ALVO

O público-alvo escolhido corresponde a jovens entre 18 e 29 anos, recorte definido conforme o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013; Brasil, 2013), que

reconhece como “jovens” pessoas com faixa etária de 15 a 29 anos. A escolha por iniciar o recorte a partir dos 18 anos justifica-se pelo marco da maioridade civil, quando o indivíduo passa a deter plena capacidade para o exercício de direitos e deveres (Neto, 2003), ainda que permaneça vinculado ao conjunto das políticas públicas voltadas à juventude. Esse intervalo etário, marcado por processos de transição significativos, como a conclusão da formação básica e a busca por autonomia social e financeira, torna estratégico para compreender percepções coletivas. De acordo com Castro e Macedo (2019), essa ação reforça ainda mais o reconhecimento da juventude como categoria social, marcada pelo elevado potencial de participação cultural, política e cidadã.

2.3 IMPLICAÇÕES ÉTICAS

A pesquisa foi conduzida em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que garante a privacidade e a confidencialidade das informações dos participantes durante todas as etapas de desenvolvimento (Quinaglia Silva; Portela, 2017). Todos os participantes foram previamente informados sobre os objetivos e procedimentos do estudo por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esse documento foi elaborado em linguagem clara e acessível, sendo comunicada a natureza acadêmica do estudo, os direitos dos participantes, o contato para eventuais dúvidas e o compromisso ético dos pesquisadores (ver Apêndice B). O prosseguimento no preenchimento do questionário só foi possível mediante a aceitação explícita desse termo, registrada pela opção “Sim, concordo em participar”.

O questionário foi estruturado e aplicado de forma a não solicitar dados pessoais identificáveis (como nome, CPF, e-mail ou endereço). Essa medida reduziu riscos possíveis e assegurou que todas as respostas fossem anônimas e tratadas com sigilo, utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Ressaltou-se ainda a natureza voluntária da participação, sem custo ou benefício financeiro direto/indireto, bem como a possibilidade de desistência a qualquer momento, sem prejuízo aos participantes. Além disso, a pesquisa atendeu integralmente às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), reforçando a segurança e a transparência no uso das informações. Como esta é uma etapa inicial, os resultados aqui apresentados têm caráter preliminar e exploratório, compondo um processo mais

amplo, que prevê a ampliação da amostra e o aprofundamento das análises para dar maior consistência às conclusões.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados analisados correspondem a 82 respostas obtidas por meio do formulário online aplicado entre 25/05/2025 e 02/06/2025 (uma semana). No que tange à caracterização do bloco sociodemográfico, o perfil dos participantes mostrou uma concentração etária entre 19 e 20 anos, confirmando a adequação da amostra ao público-alvo do estudo (Figura 1). A maioria dos participantes declarou residir em áreas urbanas (Figura 2A), com uma parcela significativamente menor proveniente do meio rural; bem como a maior parte não se autodeclara como indígena (Figura 2B).

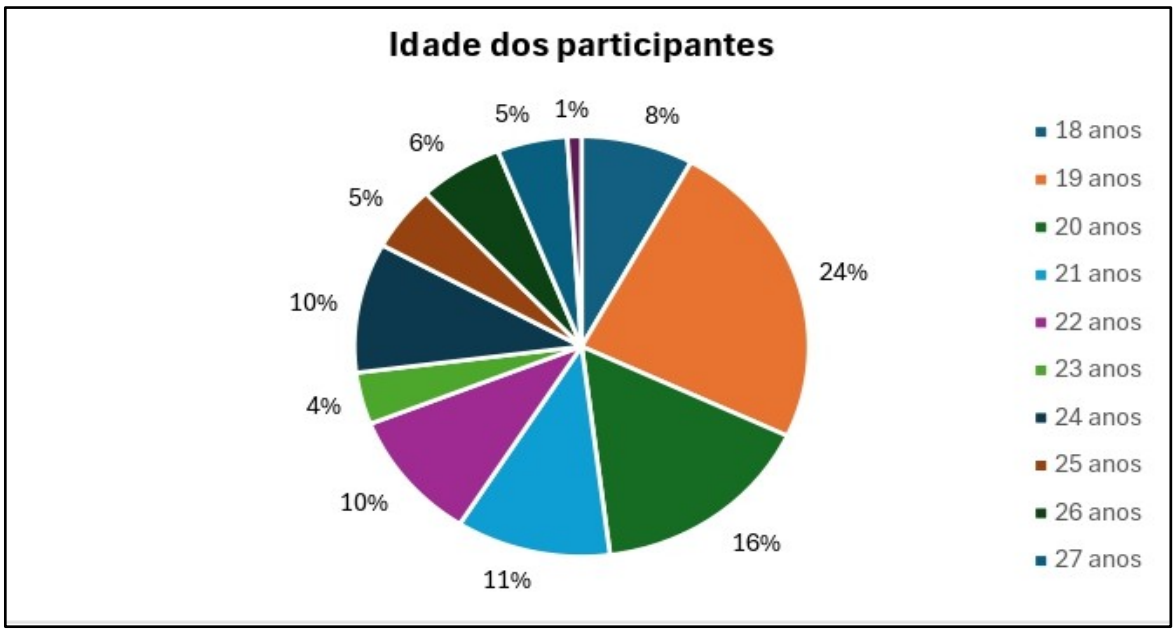


Figura 1. Distribuição de idade dos participantes (faixa etária entre 18 e 27 anos). Fonte: Autores (2025).



Figura 2. Percepção dos participantes quanto ao ensino (2A), convivência (2B) e respeito (2C; 2D) às comunidades indígenas. Fonte: Autores (2025).

Ao serem convidados a citar nomes de povos indígenas específicos, a maior parte dos participantes apresentou dificuldades, recorrendo a respostas genéricas como “tupi” ou admitindo não saber. Apenas alguns mencionaram nomes concretos, como Pataxó, Guarani, Ticuna, Tupinambá, Kariri-Xocó, Wassu Cocal e Kaimbé. Esse dado revela uma invisibilidade persistente dos povos indígenas, indicando falta de familiaridade da população com a diversidade cultural e histórica que compõem o cenário indígena nacional. De acordo com o Censo 2022 do IBGE, o Brasil possui cerca de 1,7 milhão de indígenas, representando 0,83% da população total, distribuídos principalmente nas regiões Norte e Nordeste (Simoni; Guimarães; Santos, 2022; Funai, 2023).

Quanto à percepção social e política, os entrevistados demonstraram uma visão crítica em relação ao tratamento dado às comunidades indígenas no Brasil. A maioria considera que esses povos ainda sofrem marginalização e não recebem a devida valorização, refletindo um descontentamento coletivo diante da forma como a sociedade brasileira os reconhece e os trata.

Nas perguntas de conhecimento socioambiental (Figura 3), os resultados evidenciam que os jovens reconhecem a importância das comunidades indígenas na

preservação da natureza. Foi consenso entre os participantes que os povos indígenas exercem papel fundamental na conservação da biodiversidade, já que suas terras funcionam, na prática, como verdadeiras unidades de conservação que protegem a fauna, flora e recursos hídricos.

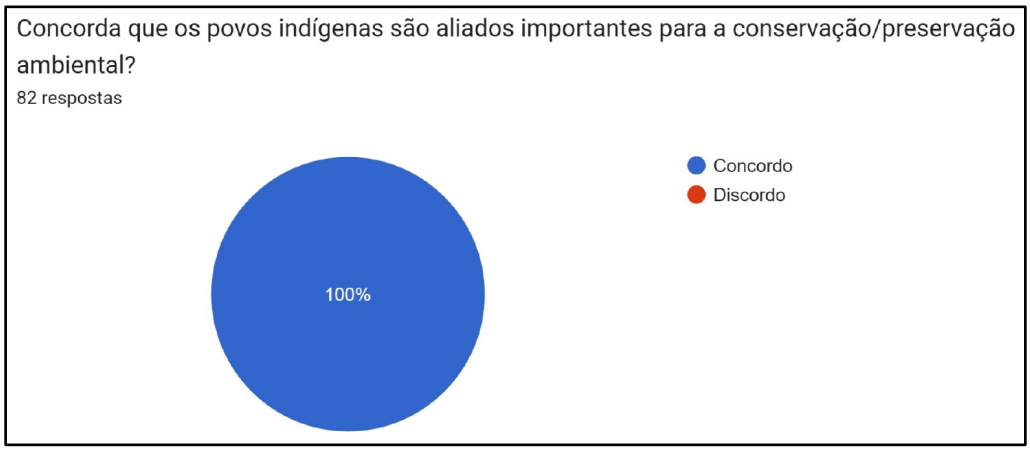


Figura 3. Percepção dos participantes (n = 82) sobre a importância dos povos indígenas para a conservação e preservação ambiental. Fonte: Autores (2025).

Essa unanimidade pode estar relacionada ao perfil dos respondentes, composto majoritariamente por pessoas com ensino superior em andamento ou concluído, o que favorece uma percepção mais crítica e informada sobre justiça socioambiental e saberes tradicionais. Será preciso mais um período de coletas com público mais amplo para que possamos especular com mais precisão as diferenças de respostas do público do meio acadêmico e o popular.

Quanto ao conhecimento sobre o conceito de comunidades indígenas tradicionais (Figura 4A; 4B), a maioria relatou possuir ao menos uma ideia básica, embora poucos afirmem ter conhecimento aprofundado. Esse nível de familiaridade sem aprofundamento se alinha com resultados de estudos que identificaram abordagens limitadas da cultura indígena nas escolas, mesmo após a promulgação da Lei 11.645/2008, que exige o ensino da história e cultura indígena (ver Polidoro; De Oliveira, 2023). As fontes de informação mencionadas (escola, redes sociais, TV/jornal, família, etc.), mostram que embora haja diferentes canais, o contato acadêmico ou deliberado ainda é menos frequente. Esse achado também dialoga com os desafios significativos na implementação do ensino da história e cultura indígena, pois segundo

Oliveira e Almeida (2023) tanto em capacitação docente quanto em acesso a material didático adequado, o alcance se torna limitado no conhecimento entre estudantes.

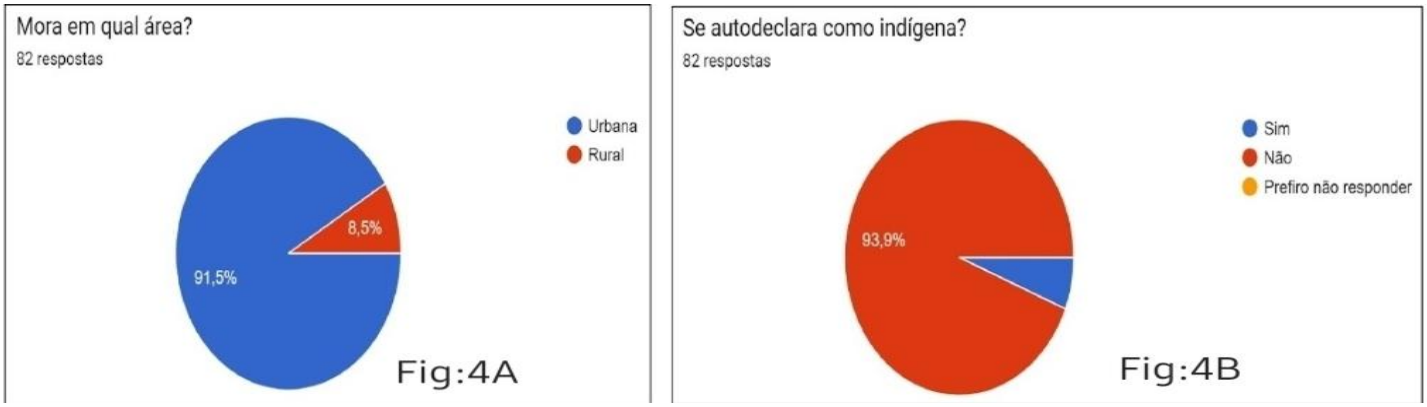


Figura 4. Caracterização dos participantes quanto à área de residência (urbana ou rural; 4A) e à autodeclaração como indígena (4B). Fonte: Autores (2025).

Nas respostas abertas, destacou-se a valorização dos saberes indígenas como práticas ancestrais transmitidas entre gerações. Foram mencionados exemplos de uso sustentável de plantas medicinais, manejo adequado do solo e proteção das florestas, além da ideia de que os territórios indígenas se mantém entre as áreas mais preservadas do Brasil, como indicado na figura 3, essas áreas atuariam como barreiras contra o desmatamento e a degradação ambiental. Essa percepção reflete um reconhecimento coletivo de que os povos indígenas são aliados estratégicos na preservação ambiental e na luta por um futuro mais justo e sustentável.

Estudos apontam que a conservação da biodiversidade está intimamente ligada ao diálogo entre os saberes tradicionais e a ciência, revelando que práticas ancestrais, como as desenvolvidas por povos indígenas, desempenham papel essencial na manutenção dos ecossistemas e no uso sustentável dos recursos naturais (BANIWA, *op. cit.)*. O que rompe com a visão que comunidades tradicionais atrasam o desenvolvimento e abre margem para uma via de cooperação entre saberes tradicionais e o desenvolvimento.

Reforça-se, portanto, a necessidade de iniciativas de disseminação do conhecimento a respeito dos povos indígenas, que devem ser divulgadas e repassadas com veracidade e em consonância com suas histórias e tradições, visto que existe uma

valorização social por isso, ainda que com lacunas de conhecimento a serem preenchidas.

Nesse sentido, ações recentes do governo, como a entrega de 249 escolas indígenas e quilombolas em 2025 (MEC, 2025), demonstram esforços institucionais para fortalecer a inclusão educacional e cultural desses povos.

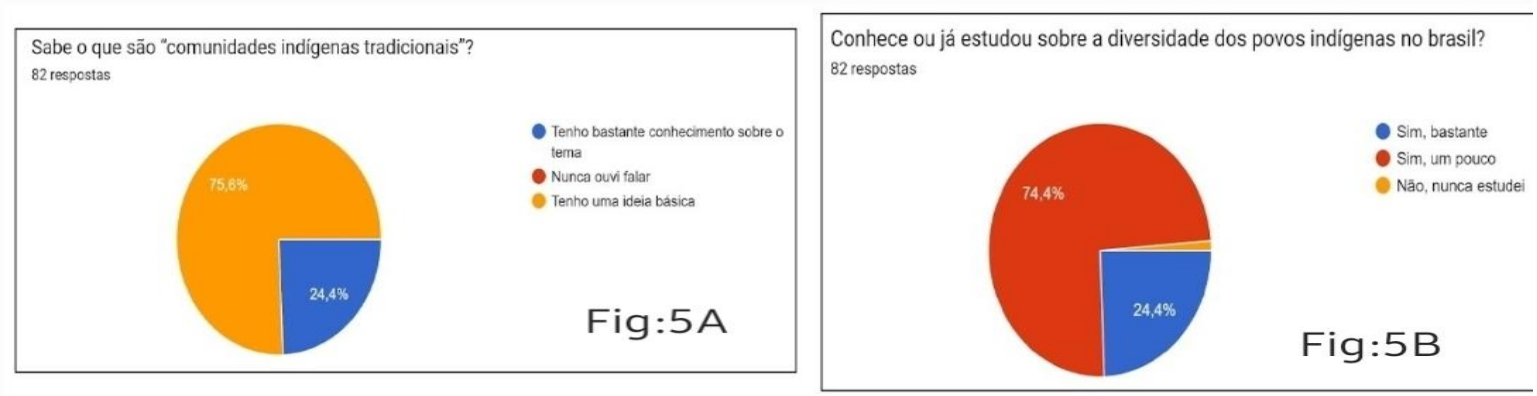


Figura 5. Percepção dos participantes sobre o conhecimento a respeito de comunidades indígenas tradicionais (5A) e da diversidade dos povos indígenas no Brasil (5B). Fonte: Autores (2025).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que, embora haja uma valorização social dos povos indígenas, ainda existem lacunas significativas de conhecimento sobre sua diversidade cultural, histórica e socioambiental. A dificuldade dos jovens em mencionar nomes específicos de povos indígenas revela a persistência de invisibilidade histórica, refletindo a necessidade de maior divulgação e valorização dessas comunidades na sociedade. Ao mesmo tempo, os participantes demonstraram percepção crítica quanto à marginalização desses povos e reconheceram seu papel estratégico na conservação e preservação ambiental.

Esses resultados reforçam a importância de ampliar iniciativas educativas e sociais que promovam a disseminação de informações sobre os povos indígenas, fortalecendo a valorização de seus saberes e práticas de forma respeitosa e alinhada às suas histórias e tradições. A percepção da juventude é um indicador relevante para avaliar o impacto de políticas públicas e programas educacionais, contribuindo para o enfrentamento de preconceitos e da invisibilidade social dessas comunidades.

REFERÊNCIAS

BANIWA, G. L. Saberes indígenas e lutas territoriais: utopias e retomadas que inspiram vidas resistentes. **História & Ensino**, v. 25, n. 1, e710602, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9983e710602.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 02 jul. 2025.

CASTELLITTI, C. A invisibilidade e a constância do racismo contra povos indígenas no Brasil [*online*]. **SciELO em Perspectiva: Humanas**, 2023. Disponível em: https://humanas.blog.scielo.org/blog/2023/01/19/a-invisibilidade-e-a-constancia-do-racismo-contra-povos-indigenas-no-brasil/. Acesso em: 20 de abril de 2025.

CASTRO, E.G.; MACEDO, S.C. Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 2, p. 1214-1238, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40670.

CAVALCANTE, C. E. Motivação no trabalho voluntário: delineamento de estudos no Brasil. **Estudos do CEPE**, v. 38, p. 161-182, 2014. DOI: https://doi.org/10.17058/cepe.v0i46.7872.

FREITAG, R. M. K. Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência?. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n.2, 667-686, 2018. DOI: https://doi.org/10.17851/2237-2083.26.2.667-686.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas. Brasília: Funai, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas. Acesso em: 21 set. 2025.

KAINGANG, T. T. D. Estudos decoloniais: participação da juventude indígena nas mídias digitais e no contexto da história social. **Convergências: estudos em Humanidades Digitais**, v. 1, n. 2, p. 112-128, 2023. DOI: https://doi.org/10.59616/cehd.v1i2.190.

LEIVAS, P. G. C.; RIOS, R. R.; SCHÄFER, G. Educação escolar indígena no direito brasileiro: do paradigma integracionista ao paradigma do direito à uma educação diferenciada. **Revista da AJURIS**, v. 41, n. 136, p. 371-384, 2014

LUNA, W. F.; PALADINO, M.; CYRINO, E. G. Outsiders at Medical School: Indigenous experiencies in medical courses at Brazilian federal universities. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 12. e14582023, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-812320242912.14582023EN.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Política do MEC fortalece a educação escolar indígena. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/agosto/politica-do-mec-fortalece-a-educacao-escolar-indigena. Acesso em: 20 set. 2025.

NETO, J. H. A maioridade civil e seus reflexos penais. **Revista da Esmafe**, v. 5, p. 253-256, 2003.

NEVES, M. B. C., MACHADO, M. A. C. Nationalising indigenous peoples, legalising indigenous lands: a (post)colonial critique of the land demarcation process in Brazil by the analysis of the Guarani-Mbyá case. **Postcolonial Studies**, v. 20, n. 2, p. 163-175, 2017. DOI: https://doi.org/10.1080/13688790.2017.1360723.

OLIVEIRA, A. R.; ALMEIDA, B. R. D. P. Práticas pedagógicas interculturais sobre a temática indígena em uma escola do Distrito Federal. **Educação e Pesquisa**, v. 49, e258073, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349258073.

POLIDORO, M.; DE OLIVEIRA, D; C. Mapa da violência contra os povos indígenas no Brasil (2016-2022). **Espaço Ameríndio**, v. 17, n. 3, p. 19-33, 2023. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-6524.135546.

QUINAGLIA SILVA, É.; PORTELA, S. C. O. Ética em pesquisa: análise das (in)adequações do atual sistema de revisão ética concernentes à pesquisa social. **Revista Mundaú**, v. 2, p. 38-53, 2017. DOI: https://doi.org/10.28998/rm.2017.n.2.2929.

RANGEL, Juliana. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2023**. Conselho Indigenista Missionário. 21.ed. - Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2024.

ROTHBERG, Rothberg, D.; Barbeta, N. B.; Silva, A. B. G. C.; Barion, T. A. M. O poder criativo do net-ativismo de povos originários no Brasil. Intercom – **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 45, e2022121, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1809-58442022121pt.

SIMONI, A. T.; GUIMARÃES, B. N.; SANTOS, R. V. “Nunca mais o Brasil sem nós”: povos indígenas no Censo Demográfico 2022. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 4, e00232223, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311XPT232223.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA

BT1 - Caracterização sociodemográfica

1. QUAL A SUA IDADE?

_____ (pergunta aberta)

2. MORA EM QUAL ÁREA?

Urbana

Rural

3. SE AUTODECLARA COMO INDÍGENA?

Sim

Não

Prefiro não responder

BT2 - Percepção e conhecimento sobre povos indígenas

4. SABE O QUE SÃO “COMUNIDADES INDÍGENAS TRADICIONAIS”?

Tenho bastante conhecimento sobre o tema

Nunca ouvi falar

Tenho uma ideia básica

5. CONHECE OU JÁ ESTUDOU SOBRE A DIVERSIDADE DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL?

Sim, bastante

Sim, um pouco

Não, nunca estudei

6. ONDE COSTUMA OUVIR FALAR SOBRE COMUNIDADES INDÍGENAS?

Escola

TV/jornal

Redes sociais

Nunca tive contato com esse tema

Pesquisa deliberada

Minha família

Podcasts, YouTube

Centros religiosos

Livros didáticos

Instituição de Ensino Superior

Pré-vestibular

Outro: _____

7. JÁ TEVE ALGUMA AULA NA ESCOLA (ENSINO BÁSICO) SOBRE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA?

Sim

Não

8. NA SUA OPINIÃO, TODAS AS COMUNIDADES INDÍGENAS VIVEM EM ALDEIAS ISOLADAS?

Sim

Não

9. JÁ VISITOU ALGUMA COMUNIDADE INDÍGENA?

Sim

Não

10. COMO AVALIA O RESPEITO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS?

Muito respeitadas

Pouco respeitadas

Nada respeitadas

11. PODERIA CITAR O NOME DE ALGUM POVO INDÍGENA BRASILEIRO QUE CONHEÇA? CASO NÃO SAIBA, DIGITE “NÃO SEI”.

_____ (pergunta aberta)

12. CONCORDA QUE OS POVOS INDÍGENAS SÃO ALIADOS IMPORTANTES PARA A CONSERVAÇÃO/PRESERVAÇÃO AMBIENTAL?

Concordo

Discordo

13. COMO ACREDITA QUE OS CONHECIMENTOS E PRÁTICAS DOS POVOS INDÍGENAS CONTRIBUEM PARA A CONSERVAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS BRASILEIROS?

_____ (pergunta aberta)

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Percepção Social de Jovens Brasileiros sobre a Invisibilidade de Comunidades Indígenas”, desenvolvida como parte de um estudo acadêmico. Este termo tem como objetivo esclarecer a natureza da pesquisa e registrar seu consentimento livre e informado.

1. Objetivo geral

O estudo busca compreender a percepção de jovens brasileiros acerca da realidade de invisibilidade social vivida pelas comunidades indígenas no Brasil.

2. Procedimentos

A coleta de dados será realizada por meio de formulário online, composto por questões em sua maioria objetivas. O preenchimento é voluntário, leva em média de 3 a 5 minutos e não gera qualquer custo ou benefício financeiro direto ao participante.

3. Confidencialidade

O questionário não coleta informações pessoais identificáveis (como nome, CPF, e-mail ou endereço). As respostas serão analisadas de forma anônima e sigilosa, sendo utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. A pesquisa respeita integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e os princípios dos direitos humanos, garantindo que nenhuma resposta seja utilizada para discriminar, constranger ou expor os participantes.

4. Participação voluntária

A participação é totalmente voluntária, podendo recusar-se a responder ou desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal.

5. Dúvidas e esclarecimentos

Em caso de dúvidas ou informações adicionais, entre em contato: brunatvrs.m@gmail.com

---

DECLARO QUE LI AS INFORMAÇÕES E, AO ESCOLHER “SIM, CONCORDO EM PARTICIPAR”, AUTORIZO MINHA PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA NA PESQUISA.

Sim, concordo em participar.

Não concordo em participar.

PODER TRADICIONAL AFRICANO E A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Nicandro Oquete Indi

RESUMO

Este artigo visa analisar o papel das autoridades tradicionais africanas na conservação ambiental, considerando a interligação entre espiritualidade, conhecimento ancestral e práticas consuetudinárias. As lideranças tradicionais atuam como guardiãs de territórios e recursos, usando normas socioculturais para proteger o meio ambiente. Com base em autores africanos e estudos antropológicos, discutem-se os mecanismos de proteção ambiental utilizados tradicionalmente e os desafios enfrentados no contexto contemporâneo. A pesquisa é de natureza qualitativa, com base em revisão bibliográfica de autores africanos e afro-diaspóricos, além de estudos etnográficos e relatórios institucionais que abordam a interface entre poder tradicional e conservação ambiental. A abordagem é interdisciplinar, articulando antropologia, ecologia, filosofia africana e ciência política.

Palavras-chave: Autoridade tradicional; África; espiritualidade ecológica; conservação ambiental; saberes ancestrais.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre as comunidades africanas tradicionais e a natureza é marcada por um profundo senso de interdependência espiritual, social e ecológica. Diferente das concepções ocidentais que tendem a dissociar o humano do meio ambiente, a cosmovisão africana compreende a natureza como parte integral do tecido social e sagrado das comunidades. Nesse contexto, as autoridades tradicionais — como reis, chefes e anciãos — desempenham um papel essencial na regulação do uso dos recursos naturais e na conservação dos ecossistemas locais.

O problema central que norteia esta investigação consiste em compreender como os sistemas de autoridade tradicional africana contribuem para a conservação da natureza e quais os desafios que enfrentam no contexto contemporâneo, marcado pela globalização, urbanização e políticas estatais frequentemente distantes dos saberes locais.

O objetivo geral deste trabalho é analisar o papel das autoridades tradicionais africanas na preservação ambiental, destacando os fundamentos cosmológicos, os mecanismos tradicionais de conservação e os desafios atuais para sua efetividade. A relevância deste estudo está na valorização dos saberes ancestrais como formas legítimas de governança ecológica. Ao reconhecer o potencial das práticas tradicionais,

o presente artigo contribui para o debate sobre sustentabilidade com base em epistemologias do Sul, ampliando as possibilidades de diálogo entre ciência moderna e conhecimento tradicional, como propõe Boaventura de Sousa Santos (2010).

Quanto ao método, a pesquisa é de natureza qualitativa, com base em revisão bibliográfica de autores africanos e afro-diaspóricos, além de estudos etnográficos e relatórios institucionais que abordam a interface entre poder tradicional e conservação ambiental. A abordagem é interdisciplinar, articulando antropologia, ecologia, filosofia africana e ciência política.

O artigo está estruturado em quatro capítulos principais. O primeiro capítulo aborda a figura da autoridade tradicional no contexto africano, apresentando sua legitimidade sociopolítica e seu papel como mediador entre comunidade e natureza. O segundo capítulo explora a cosmovisão africana e sua lógica espiritual de sustentabilidade, mostrando como crenças, mitos e símbolos fundamentam práticas ecológicas. O terceiro capítulo analisa os mecanismos tradicionais de conservação utilizados pelas comunidades, como tabus, rituais, áreas sagradas e saberes orais. Por fim, o quarto capítulo discute os desafios enfrentados por essas autoridades no cenário atual e propõe perspectivas para a valorização e integração dos saberes tradicionais às políticas ambientais contemporâneas.

2 AUTORIDADE TRADICIONAL E LEGITIMIDADE ECOLÓGICA

A autoridade tradicional africana tem raízes profundas na organização social, religiosa e territorial de diversos povos do continente. Tais autoridades são reconhecidas por sua ligação com os ancestrais e com o sagrado, sendo vistas como mediadoras entre o mundo espiritual e o mundo terreno (MBITI, 1990). Os ancestrais orientam os régulos de maneira inequívoca como proceder a justiça e desenvolvimento comunitário. Por isso, em todos os tronos onde têm o regula, é evidente que exista uma representação do poder ancestral, quer através de “testos”, quer por meio de um objeto simbólico.

Em diversas regiões, como na África Ocidental, o chefe tradicional é a figura central na tomada de decisões sobre o uso dos recursos naturais, fundamentando suas orientações em normas orais transmitidas entre gerações (KI-ZERBO, 2006). a tomada d a decisão do regulo sobre recursos naturais tem explicação filosófica imprimida na

cosmovisão africana, visto que estes recursos não são apenas uma flora, mas sim uma representação ancestral ou um ser.

Segundo Mveng (1992), o poder tradicional africano é inseparável da cosmologia. Para os povos africanos, o chefe não apenas governa, mas também cuida da terra, que é considerada um ser vivo. Independentemente de a considerar como um ser vivo, é também uma propriedade coletiva de um clã ou uma comunidade “filosofia ubuntu”. Além de funções administrativas, as lideranças tradicionais exercem papel judicial e moral, regulando as relações entre os membros da comunidade e seu entorno natural. A terra, nesse sentido, é entendida como herança ancestral coletiva.

A sabedoria tradicional sobre manejo do ambiente inclui o conhecimento de épocas de plantio e colheita, práticas de rotação de culturas e áreas de pousio, evitando o esgotamento dos solos (OKOT p’BITEK, 1971). a soberania tradicional diz respeito ao poder de controle de terras e recursos naturais de uma comunidade, em que o regulo, ou seja, líder tem direito de manter a influência juntamente com a comunidade.

Em muitas culturas, as florestas são territórios consagrados aos espíritos e aos ancestrais, e cabe aos líderes protegerem esses espaços de invasões ou destruição. Isso reforça o vínculo entre espiritualidade e ecologia. Estudos como o de Agrawal (1995) mostram que comunidades com forte liderança tradicional tendem a manter práticas sustentáveis mais estáveis, graças ao respeito e à autoridade desses líderes.

A oralidade como forma de transmissão de normas ambientais reforça a legitimidade do saber ancestral, isso remete a ideia de etnoecologia. “A palavra do ancião é lei” — afirmação comum em várias línguas africanas, como o akan e o yorùbá. Em países como Moçambique, Zimbábue e Uganda, a colaboração entre governos e chefes tradicionais na gestão florestal e hídrica tem mostrado resultados promissores na preservação ambiental (NHIRA et al., 1998).

A autoridade tradicional também promove rituais de renovação da terra, por meio de festas e cerimônias de fertilidade, nas quais são feitas oferendas aos espíritos da natureza. Essa oferenda é feita porque na época de cultivo, os régulos dão culto aos ancestrais, pedindo-lhes que a agricultura seja produtiva, e assim na colheita sai uma parte da lavoura oferendar aos espíritos.

Tais práticas são acompanhadas de interditos sociais que proíbem determinadas atividades em períodos específicos do ano, como a pesca em época de reprodução ou o corte de árvores jovens.

Por fim, é fundamental reconhecer que, na perspectiva africana, a autoridade tradicional não é uma figura isolada, mas parte de uma rede simbólica que articula natureza, espiritualidade, comunidade e ancestralidade. E é uma autoridade que milita para o bem viver e estar de todos na comunidade, respeitando e resguardando costumes para futuras gerações.

3 COSMOVISÃO AFRICANA E ÉTICA ECOLÓGICA

A cosmovisão[1] africana estabelece uma relação simbiótica entre o ser humano e a natureza, onde a terra não é apenas fonte de sustento, mas também entidade espiritual com a qual se deve manter equilíbrio. Como afirma Tempels (1959), “a vida está em tudo, e tudo está interligado”. isso quer dizer que, a natureza é um ser e parceiro no homem para resto da vida.

Essa conceção holística da vida gera práticas ecológicas profundamente enraizadas no cotidiano das comunidades africanas. A espiritualidade[2], longe de ser uma abstração, manifesta-se na forma como se colhe, se planta, se caça e se habita o território (MBITI, 1990). Portanto, todas atividades da comunidade são feitas com base nas orientações vindas dos ancestrais.

Entretanto, na tradição[3] dos povos iorubás, por exemplo, entidades divinas como Òsun, Ògún e Ọ̀rúnmìlà estão ligadas à água, aos metais e ao conhecimento, o que implica uma ética de respeito aos recursos naturais (VERGER, 1997). esse simbolismo/representação divinas de entidades correspondes à natureza significa

[1] Cosmovisao - “A cosmovisão africana é centrada em uma noção de circularidade, de interdependência entre todos os seres e elementos do universo. Nessa perspetiva, não há uma separação rígida entre o sagrado e o profano, entre o visível e o invisível, pois tudo está interligado em uma grande rede de significados espirituais, históricos e sociais que dão sentido à vida coletiva” (SODRÉ, 2017, p. 45)

[2] Esperitualidade - A espiritualidade africana não se limita à prática religiosa. Ela é um modo de ser no mundo, uma forma de se relacionar com o universo visível e invisível, com os antepassados e com os outros seres humanos. Essa espiritualidade está presente nos gestos cotidianos, nas expressões culturais, nos rituais e na maneira como se compreende a vida e a morte”(MUNANGA, 2006, p. 112).

[3]Tradiçao - Na África, a tradição é como um rio que nunca seca. Ela flui de geração em geração, carregando os ensinamentos dos ancestrais, os códigos morais, os costumes e os saberes acumulados ao longo dos séculos. Ela é viva, dinâmica, adaptável, mas jamais desconectada das raízes profundas que a sustentam”(HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p. 78).

uma educação da comunidade para com a natureza. Sendo cada um está intrinsecamente ligada com cada uma destas divindades.

Portanto, os mitos de criação africanos frequentemente narram a origem da humanidade a partir da terra, da água ou das árvores, indicando que o meio ambiente é um elemento fundador da existência, não um recurso separado do humano (ZAHONERO, 2009). As florestas sagradas são exemplos emblemáticos da conservação espiritualizada. Segundo Gockel (2011), essas áreas são protegidas por normas espirituais que impedem a extração de madeira, a caça e até mesmo a entrada de pessoas não autorizadas.

A ecologia espiritual africana se expressa por meio dos interditos e tabus que regulam o uso dos elementos naturais. Em muitas culturas, determinadas espécies animais ou vegetais são totêmicas, e sua preservação é obrigação moral e religiosa (KUPER, 1993). a preservação da natureza faz parte das leis de convivência, não precisa de intenção sensibilização, pois cada indivíduo que nasce já se familiariza com a lógica intrínseca da relação entre homem e a natureza na perspectiva tradicional africana.

Além disso, o tempo sagrado africano é cíclico e orientado por rituais. Os calendários agrícolas são baseados em sinais da natureza — como o voo de pássaros ou a floração de determinadas plantas — e marcam períodos de semeadura ou repouso da terra (VANSINA, 1985). o procedimento agrícola é orientado por regulo, alongando os períodos como forma de respeitar o tempo de cada ritual. Cada período do tempo tem seu ritual, e cada ritual corresponde a uma perspectiva indissociável das ações comunitárias.

A crença na presença dos ancestrais nos elementos naturais cria uma vigilância espiritual permanente sobre o uso dos recursos. Desobedecer a essas normas pode provocar desequilíbrios como secas, doenças ou infertilidade da terra (ABIODUN, 1994). na tradição África, não existe a coerção como acontece com Estados modernos, existe uma consequência quando a comunidade desrespeita o tempo e mau uso da natureza. Acontece que os ancestrais provam um ciclo de desespero como forma de chamar atenção a comunidade.

Essa lógica de equilíbrio e reciprocidade sustenta uma cultura de sustentabilidade antes mesmo da formalização do conceito pela ciência ocidental.

Como afirma Hountondji (2002), os saberes africanos não são folclore, mas epistemologias legítimas. Embora marginalizadas pelas políticas ambientais modernas, essas práticas representam formas autênticas de conservação, adaptadas ao território e à cultura local. A ONU reconhece que o conhecimento indígena e local é vital para a agenda climática (UNEP, 2021). mas só que não basta apenas reconhecer, mas sim, é preciso integrar estes conhecimentos no cenário propicio e os validar.

A resiliência dessas práticas diante de séculos de colonização e globalização demonstra sua eficácia e sua relevância atual. Mesmo diante da urbanização, muitos africanos continuam consultando líderes espirituais para decisões ambientais. Concluir este momento implica reforçar que a cosmovisão africana é uma fonte profunda de sabedoria ecológica. Integrar essa visão às políticas de conservação não é apenas justo, mas necessário para o futuro sustentável do continente africano.

4 MECANISMOS TRADICIONAIS DE CONSERVAÇÃO

Os mecanismos tradicionais de conservação ambiental nas comunidades africanas são guiados por normas consuetudinárias, ritos[4], tabus e instituições sociais que asseguram o uso sustentável dos recursos naturais. Esses mecanismos são mais do que pragmáticos — são espirituais, éticos e comunitários (AGRAWAL, 1995).

Um dos elementos centrais desses mecanismos é o uso de interditos. Em várias comunidades, certas árvores, rios e montanhas são considerados sagrados e intocáveis. Essas proibições não apenas conservam a natureza, mas reforçam a identidade espiritual coletiva (BERKES, 2008). O, interdito destas arvores não significa também criação de espanto para quem porventura pretendo as explorar, mas representa para gerações futuras como lugares históricos e de tratativas ancestral (tipo um museu) onde vai servir para exposição ritos e cultos.

[4] Ritos - Os ritos são uma linguagem da alma africana. Eles servem para lembrar ao indivíduo seu lugar no universo e seu papel na comunidade. Cada rito é um momento de reencontro com os ancestrais, com o sagrado e com a sabedoria ancestral. Sem os ritos, a vida perde seu ritmo, sua direção e sua profundidade espiritual”(SOMÉ, 2002, p. 56)

Os tabus[5] ecológicos funcionam como reguladores sociais. Segundo Colding e Folke (2001), os tabus são ferramentas informais de manejo ambiental que funcionam eficazmente em comunidades com forte coesão social e respeito à tradição.

O conhecimento tradicional é repassado por meio de histórias, provérbios, canções e práticas comunitárias. Como afirma Vansina (1985), a oralidade é a base da memória ecológica africana, armazenando séculos de observações da natureza. Em regiões do Malaui, por exemplo, existem “árvores da chefia” que não podem ser cortadas. A destruição desses símbolos naturais equivale a uma afronta à ordem social e espiritual do clã (KAYAMBA, 2012).

A criação de áreas protegidas informais, como as florestas sagradas e as zonas de caça interditada, permite a regeneração natural da fauna e da flora. Estudos de Gockel (2011) mostraram que essas áreas apresentam maior biodiversidade do que os parques nacionais oficiais em alguns casos. Ainda demonstra a potencialidade de segurança e cuidado que autoridades tradicionais possuem, e que serviria como exemplos para que os Estados modernos possam adotá-los.

As práticas agrícolas tradicionais também promovem a conservação. A técnica de “agricultura itinerante”, quando bem aplicada, respeita o tempo de recuperação do solo e evita o esgotamento da terra (OKOLO, 1999). por isso, é necessário o respeito pela orientação ancestral como formar de permitir com que a terra continue fértil para agricultura. A água, sendo um recurso vital, também é objeto de controle tradicional. Há rios e nascentes que são protegidos por rituais e só podem ser acessados por pessoas iniciadas, o que evita a contaminação e a superexploração (NDLOVU, 2015).

As autoridades tradicionais muitas vezes estabelecem “dias de silêncio” — em que nenhuma atividade agrícola ou de coleta é permitida — para permitir o descanso dos ecossistemas. Essa prática está presente entre os povos akan, shona e mandinga (MWIRIGI, 2010).

As punições para quem viola os tabus variam entre multas, exclusão social ou rituais de purificação. Essas sanções, mesmo simbólicas, têm grande eficácia, pois atuam no campo da moral coletiva (BOAMAH & GYASI, 2014). as penas morais não

[5] Tabus - Os tabus, nas culturas africanas, não são apenas proibições arbitrárias, mas caminhos sagrados traçados pelos ancestrais para manter a ordem do mundo. Respeitá-los é garantir a paz com os vivos e com os mortos, com os espíritos da terra e com os elementos da natureza. Transgredi-los é romper o elo que sustenta a existência”(DIOP, 1997, p. 39)

são monetárias, porém ocorrem consequências vitais para permitir o respeito para com a natureza.

A integração entre o mundo espiritual e o ecológico faz com que a autoridade tradicional seja vista não apenas como gestora, mas como guardiã da ordem cósmica. “Ofender a natureza é ofender os ancestrais”, diz um provérbio dos povos makua (MUCHANGA, 2004).

Em suma, os mecanismos tradicionais de conservação são sistemas complexos e eficazes. Incorporar esses saberes às políticas públicas pode fortalecer a gestão participativa dos recursos naturais e garantir a sustentabilidade ecológica e cultural das comunidades africanas.

5 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Apesar da relevância dos sistemas tradicionais na conservação ambiental, as autoridades tradicionais africanas enfrentam atualmente inúmeros desafios que comprometem sua atuação. Entre os principais estão a marginalização político-institucional, a degradação cultural e a perda de territórios (NDLOVU, 2015).

O avanço do modelo de desenvolvimento ocidental, com foco na exploração intensiva de recursos, tem entrado em conflito direto com os princípios ecológicos das comunidades tradicionais. Como observa Shiva (2005), o paradigma dominante vê a natureza como mercadoria, em contraste com a visão relacional dos povos indígenas. Este fenômeno dicotômico e antagônico persiste rigorosamente impossibilitando a relação harmoniosa entre ambos. O próprio Estado de nação sucumbiu a realidade tradicional, permitindo ascensão do modelo ocidental dominante.

A deslegitimação das instituições tradicionais por parte dos Estados africanos pós-coloniais reduziu o alcance das lideranças locais nas políticas ambientais. Muitos governos priorizaram modelos centralizados de gestão, excluindo o saber ancestral da tomada de decisões (MAMDANI, 1996). Esse distanciamento, ou seja, afastamento do poder tradicional na mediação de conflitos ou na aplicação de conhecimento endógeno para questões tanto do ambiente assim como da posse de terra, tem sido um fenômeno conflituoso (INDI, 2025).

Além disso, a juventude africana, cada vez mais urbanizada e conectada às tecnologias globais, tem se distanciado das práticas culturais de seus antepassados, o que enfraquece a transmissão dos valores ecológicos tradicionais (NGUGI WA THIONG'O, 2009). O nível de alienação muitas das vezes consiste na participação de jovens nos fóruns internacionais, lugares onde se formaram e influência da modernidade.

A pressão de grandes projetos de mineração, agronegócio e infraestrutura também compromete áreas sagradas e territórios protegidos por autoridades tradicionais. Como aponta GRAIN (2014), o land grabbing tem afetado severamente povos que ainda dependem da natureza para viver. A construção das fabricas como ambição de desenvolvimento nos espaços sagrados pelo governo é a maneira de confirmar com veemência o nível supérfluo da colonialidade. Isto porque, a colonização tem tido um obstáculo para as tradições.

Outro fator de tensão é o conflito entre normas tradicionais e legislações ambientais estatais. Em alguns países, as florestas sagradas são classificadas como áreas improdutivas, desconsiderando seu valor espiritual e ecológico (OUEDRAOGO, 2013). As vezes pode-se encontrar uma floresta com maior recurso ecológico cultural, onde a comunidade assenta suas ritualidades, porém o poder estatal através das suas leis ambientais pode os enxergar como inútil, o que pode provocar conflito ao tentar acabar com a floresta.

No entanto, iniciativas de integração entre saberes tradicionais e ciência moderna têm surgido como alternativa promissora. Em Gana, por exemplo, programas de cogestão ambiental incluem líderes tradicionais na administração de reservas naturais (YARO & KASANGA, 2008).

A valorização do conhecimento local é cada vez mais reconhecida por organismos internacionais, porém o problema se reside na práxis. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) defende o direito das comunidades tradicionais à gestão de seus territórios e práticas culturais (CBD, 2010). A título de exemplo, em Moçambique, a Lei de Terras (Lei nº 19/97) reconhece oficialmente os direitos comunitários sobre a terra com base no costume, o que fortalece o papel dos líderes tradicionais na proteção ambiental (JUNOD, 2006). Mas, ainda as leis de terras, como mecanismo alternativo de incluir as autoridades tradicionais na gestão comunitária,

mesmo assim, as legislações continuam tendo espirito hegemônico e carrega a civilização ocidental, colocando Estado como dono das terras.

Movimentos sociais e organizações de base têm atuado para revitalizar práticas tradicionais e fortalecer a juventude no conhecimento ancestral, promovendo oficinas, festivais culturais e ações educativas em áreas rurais e urbanas (TANDON, 2002). A construção de políticas ambientais eficazes na África requer o reconhecimento pleno da autoridade tradicional como agente legítimo de governança ecológica. Sem isso, corre-se o risco de políticas descoladas da realidade e ineficazes no longo prazo (MOYO, 2017).

Em síntese, o futuro da conservação ambiental na África está diretamente ligado à capacidade de articular tradição e modernidade. Reintegrar os saberes ancestrais à governança ambiental não é apenas um ato de justiça histórica, mas uma estratégia vital para a sustentabilidade do continente. É possível conciliar as duas realidades para preservar a natureza, porém o estatal precisa entender e valorizar o conhecimento e cuidado que o poder tradicional tem para com a natureza.

6 METODOLOGIA

A abordagem metodológica adotada neste estudo parte de uma perspectiva qualitativa, orientada pela busca de compreensão profunda dos significados atribuídos pelas comunidades africanas à relação entre autoridade tradicional e conservação da natureza. Essa escolha metodológica se justifica pela necessidade de acessar dimensões simbólicas, espirituais e culturais que não podem ser mensuradas por instrumentos quantitativos. O fenômeno investigado requer uma escuta sensível aos saberes locais, o que exige métodos compatíveis com a complexidade dos sistemas tradicionais de gestão ambiental.

O método de pesquisa baseia-se na revisão bibliográfica exploratória, com foco em obras de autores africanos, afro-diaspóricos e pesquisadores decoloniais que discutem o papel da autoridade tradicional na organização social e na proteção dos ecossistemas. Essa revisão permite compreender as bases filosóficas, cosmológicas e políticas do poder tradicional africano, bem como suas implicações práticas para a sustentabilidade ambiental. Foram privilegiados autores como Ki-Zerbo (2010), Mbiti

(1991), Santos (2010) e outros que articulam o pensamento africano às questões socioambientais contemporâneas.

Além da revisão teórica, utilizam-se referências etnográficas e relatos de experiências documentadas por organismos internacionais e ONGs atuantes no continente africano. Essas fontes ajudam a ilustrar casos concretos de atuação de líderes tradicionais em projetos de proteção ambiental, como o uso de florestas sagradas, dias de silêncio ecológico, e práticas consuetudinárias de uso sustentável dos recursos naturais. Assim, o método adotado também se aproxima da perspectiva de pesquisa aplicada, voltada à solução de problemas práticos com base no reconhecimento dos saberes locais.

O desdobramento metodológico também contempla uma abordagem interdisciplinar, que integra elementos da antropologia, filosofia africana, ecologia política e ciências sociais. Essa integração é fundamental para compreender o poder tradicional não apenas como instituição cultural, mas como um sistema político-jurídico que regula normas de conduta em relação à terra, aos rios, aos animais e às florestas. Essa compreensão exige articulações teóricas entre o campo simbólico e a materialidade ecológica.

Considerando a complexidade do tema, adota-se uma epistemologia crítica e decolonial, que desafia a hegemonia do conhecimento científico eurocentrado e valoriza as cosmologias africanas como formas legítimas de produção de saber. Essa opção metodológica dialoga com os pressupostos das “epistemologias do Sul” formuladas por Boaventura de Sousa Santos (2010), que defendem a ampliação dos horizontes do conhecimento por meio da valorização dos saberes historicamente marginalizados.

Por fim, este estudo reconhece as limitações de uma abordagem exclusivamente bibliográfica e propõe, como desdobramento futuro, a realização de pesquisas de campo com comunidades africanas, a fim de coletar depoimentos orais, observar rituais ecológicos e analisar diretamente os modos de gestão ambiental praticados pelas autoridades tradicionais. A inclusão da voz das próprias comunidades é essencial para uma compreensão mais fiel da complexidade e riqueza dessas práticas de conservação.

7 CONCLUSÃO

A relação entre autoridade tradicional africana e a conservação da natureza revela um modelo de gestão ambiental profundamente enraizado na espiritualidade, na coletividade e no respeito à ancestralidade. Ao longo deste artigo, demonstrou-se que, longe de ser uma estrutura meramente simbólica, o poder tradicional possui mecanismos concretos e eficazes de controle e proteção dos recursos naturais.

O primeiro capítulo destacou a legitimidade das lideranças tradicionais como guardiãs da terra e da ordem sociocosmológica, evidenciando seu papel histórico como mediadoras entre o mundo visível e invisível. O segundo capítulo aprofundou a análise sobre a cosmovisão africana, revelando uma ética ecológica que transcende a racionalidade moderna e se ancora no equilíbrio entre os seres humanos, a natureza e os ancestrais.

No terceiro capítulo, foram apresentados os mecanismos tradicionais de conservação — como tabus, florestas sagradas, dias de silêncio e normas consuetudinárias — que demonstram como o conhecimento ancestral é aplicado de forma prática na preservação do meio ambiente. Essas práticas, transmitidas oralmente ao longo das gerações, formam sistemas sofisticados de manejo ecológico.

O quarto capítulo abordou os desafios contemporâneos enfrentados por essas formas de autoridade. O avanço da urbanização, o enfraquecimento das tradições culturais, a pressão do capital sobre as terras e a marginalização política das autoridades tradicionais comprometem a eficácia de suas ações. Ainda assim, exemplos de integração entre saberes tradicionais e políticas públicas mostram caminhos possíveis para fortalecer essas práticas no século XXI.

Conclui-se que a autoridade tradicional africana representa uma alternativa sustentável e culturalmente legítima de gestão ambiental. Reconhecer e integrar esses saberes às estratégias de conservação não é apenas uma ação de justiça epistêmica, mas também uma necessidade frente à crise ecológica global. Como afirmam Santos e Meneses (2010), é fundamental escutar outras epistemologias e valorizar os conhecimentos que brotam das margens.

Por fim, recomenda-se que os formuladores de políticas públicas ambientais considerem os sistemas tradicionais não como obstáculos, mas como parceiros estratégicos na construção de um futuro sustentável. É preciso dialogar com a tradição, não apenas para preservá-la, mas para aprender com ela.

REFERÊNCIAS

ABIODUN, Rowland. A África e a arte. Lisboa: Texto Editores, 1994.

AGRAWAL, Arun. Conhecimento indígena e científico: alguns comentários críticos. Monitor de Conhecimento Indígena e Desenvolvimento, v. 3, n. 3, p. 3-6, 1995.

BERKES, Fikret. Ecologia Sagrada. 2. ed. Nova York: Routledge, 2008.

BOAMAH, Nathan; GYASI, Edwin. Sanções tradicionais e conservação ambiental em Gana. Revista Africana de Desenvolvimento Sustentável, v. 5, n. 2, p. 88-103, 2014.

CBD – Convenção sobre Diversidade Biológica. Conhecimento tradicional e a Convenção sobre Diversidade Biológica. Montreal: Secretaria da CDB, 2010.

COLDING, Johan; FOLKE, Carl. Tabus sociais: sistemas “invisíveis” de manejo local de recursos e conservação biológica. Aplicações Ecológicas, v. 11, n. 2, p. 584-600, 2001.

DIOP, Birago. Contos e Lendas da África Negra. São Paulo: Ática, 1997

GOCKEL, Katharina. Áreas sagradas e conservação: lições de florestas africanas. Revista Internacional de Ecologia Cultural, v. 9, p. 122-135, 2011.

GRAIN. Apropriação de terras para biocombustíveis deve parar. Barcelona: GRAIN, 2014. Disponível em: https://grain.org. Acesso em: 20 abr. 2025.

HOUNTONDJI, Paulin. Saber indígena e ciência: da crítica do etnocentrismo à crítica do etnossaber. São Paulo: Perspectiva, 2002.

JUNOD, Henri-Alexandre. Usos e costumes dos Bantu. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2006.

KAYAMBA, B. Propriedade tradicional da terra e conservação florestal no Malaui. Revista Africana de Políticas Ambientais, v. 7, p. 65-78, 2012.

KI-ZERBO, Joseph. Para quando a África?. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2006.

KUPER, Adam. Antropologia e antropólogos: história de uma disciplina. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.

MBITI, John S. Religiões africanas e filosofia. Lisboa: Edições 70, 1990.

MBITI, John S. Religiões africanas e filosofia. Lisboa: Edições 70, 1990.

MOYO, Sam. Liderança indígena e governança ambiental. Revista de Estudos Africanos, v. 42, n. 1, p. 101-118, 2017.

MOYO, Sam. Liderança indígena e governança ambiental. Revista de Estudos Africanos, v. 42, n. 1, p. 101-118, 2017.

MUCHANGA, João. Tradição e conservação ambiental entre os Makua. Revista de Antropologia Moçambicana, v. 12, p. 73-89, 2004.

MUCHANGA, João. Tradição e conservação ambiental entre os Makua. Revista de Antropologia Moçambicana, v. 12, p. 73-89, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2006.

MVENG, Engelbert. Elementos de uma antropologia africana. Lisboa: Edições Paulinas, 1992.

MVENG, Engelbert. Elementos de uma antropologia africana. Lisboa: Edições Paulinas, 1992.

MWIRIGI, David. Tradição oral e manejo de recursos naturais no Quênia. Revista Africana de Cultura Popular, v. 6, p. 50-62, 2010.

MWIRIGI, David. Tradição oral e manejo de recursos naturais no Quênia. Revista Africana de Cultura Popular, v. 6, p. 50-62, 2010.

NDLOVU, Thandeka. O papel das autoridades consuetudinárias no desenvolvimento sustentável. Revista Africana de Ecologia, v. 53, p. 15-27, 2015.

NDLOVU, Thandeka. O papel das autoridades consuetudinárias no desenvolvimento sustentável. Revista Africana de Ecologia, v. 53, p. 15-27, 2015.

NGUGI WA THIONG’O. Descolonizar a mente. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NGUGI WA THIONG’O. Descolonizar a mente. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OKOLO, Charles B. Agricultura tradicional e fertilidade do solo. Revista de Ciências Sociais Africanas, v. 11, n. 1, p. 45-59, 1999.

OKOT p’BITEK. Song of Lawino. Nairobi: East African Publishing House, 1971. [Obra sem tradução para o português; título mantido no original]

OUEDRAOGO, Hama. O papel das instituições tradicionais na gestão ambiental. Revista de Ecologia da África Ocidental, v. 22, p. 43-59, 2013.

SHIVA, Vandana. Democracia da Terra: justiça, sustentabilidade e paz. São Paulo: Palas Athena, 2005.

SODRÉ, Muniz. Pensar Nagô: ensaio sobre comunicação e epistemologia. Petrópolis: Vozes, 2017.

SOMÉ, Sobonfu. O Espírito da Intimidade: ensinamentos africanos sobre o amor e os relacionamentos. São Paulo: Cultrix, 2002.

TANDON, Rajesh. Revivendo o saber local: uma agenda dos povos para o século XXI. Revista Desenvolvimento, v. 45, n. 2, p. 36-40, 2002.

TEMPELS, Placide. A filosofia bantu. Lisboa: Editorial Estampa, 1959.

VANSINA, Jan. A tradição oral: como se estuda a história oral africana. São Paulo: Editora da USP, 1985.

VERGER, Pierre. Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo. Salvador: Corrupio, 1997.

YARO, Joseph; KASANGA, Kasim. Posse consuetudinária da terra e manejo de recursos florestais em Gana. Política de Uso da Terra, v. 25, n. 1, p. 56-65, 2008.

ZAHONERO, Javier. O mito africano da criação: terra, água e ancestralidade. Revista de Estudos Africanos, v. 14, p. 23-40, 2009.

POLUIÇÃO NAS PRAIAS DE SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA: IMPLICAÇÕES PARA A PRESENÇA DE OURIÇOS-DO-MAR (ECHINOIDEA)

Giovanna da Silva Grave[1]

Letícia Purificação de Jesus[2]

Melissa Vitória Reis Santos Barbosa[3]

Paula Melissa Leite de Jesus[4]

Katia Regina Benati[5]

RESUMO

Os Echinoidea, conhecidos popularmente como ouriços-do-mar ou pinaúnas (Labbé, 2013), são equinodermos de grande relevância ecológica, atuando como importantes elos nas cadeias tróficas marinhas. Sua presença e abundância são frequentemente utilizadas como bioindicadores da qualidade ambiental, uma vez que são sensíveis a alterações nas condições do meio. Este estudo de pesquisa investiga, de forma preliminar, os impactos da poluição nas praias de Salvador e região metropolitana sobre o ecossistema marinho, com ênfase nas populações de ouriços-do-mar. Parte-se da hipótese de que a diminuição desses organismos se relaciona à poluição, destruição de habitats, aumento do tráfego de embarcações e sobrepesca. O estudo também analisa como fatores ambientais de marés pouco frequentadas, como temperatura, salinidade e oxigenação da água, influenciam a sobrevivência e o comportamento dos ouriços-do-mar em contraste com as condições das praias urbanas. O objetivo deste estudo foi investigar a redução na abundância de ouriços-do-mar nas praias de Salvador e Região Metropolitana. A pesquisa se baseou na percepção de banhistas e pescadores locais, buscando identificar possíveis fatores ambientais, como a urbanização e a poluição, que podem estar influenciando a presença dessa espécie ao longo dos anos. Para a coleta de dados, foram selecionadas praias com alto fluxo de pessoas e atividade turística, como o Farol da Barra, Itapuã e Ribeira, em Salvador, e a praia de Arembepe, em Camaçari, para fins comparativos. A metodologia incluiu a aplicação de um questionário quantitativo para coletar as opiniões dos frequentadores. Em seguida, os dados foram quantificados e organizados em gráficos e tabelas para análise. De modo geral, os resultados indicaram que a presença de ouriços-do-mar é cada vez mais rara nas praias mais movimentadas e urbanizadas, como o Farol da Barra, Ribeira e Itapuã. Em contraste, em Arembepe, os entrevistados afirmaram avistar os ouriços com mais frequência. Nossa pesquisa conseguiu validar a hipótese de que a degradação ambiental nas praias mais urbanizadas de Salvador está diretamente ligada à diminuição desses organismos. Isso sugere uma relação entre o aumento da urbanização e os impactos ecológicos na quantidade de ouriços-do-mar na região. Com base nos dados obtidos, o trabalho busca fornecer subsídios para o desenvolvimento de estratégias de conservação e manejo ambiental que

[1] Graduanda em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador, giovanna.grave@ucsal.edu.br

[2] Graduanda em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador, leticiapurificacao.jesus@ucsal.edu.br

[3] Graduanda em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador, melissavitoria.barbosa@ucsal.edu.br.

[4] Graduanda em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador, paulamelissa.jesus@ucsal.edu.br.

[5] Doutora em Ecologia, Docente do Curso de Ciências Biológicas (UCSAL). Pesquisadora do Centro de Ecologia e Conservação Animal)ECOA/UCSAL), Bahia, Brasil, katia.benati@pro.ucsal.br.

favoreçam a recuperação das populações de ouriços-do-mar e promovam a preservação dos ecossistemas costeiros de Salvador e áreas adjacentes.

Palavras-chave: Equinodermos. Poluição. Pesca. Litoral.

1 INTRODUÇÃO

Os Echinoidea, conhecidos popularmente como ouriços-do-mar ou pinaúnas (Labbé, 2013), são equinodermos de grande relevância ecológica, atuando como importantes elos nas cadeias tróficas marinhas. Esses organismos herbívoros alimentam-se de algas, controlando sua proliferação e, assim, promovendo a saúde e a diversidade dos recifes de corais e outros habitats costeiros onde vivem. Os organismos desta espécie ocorrem geralmente em águas rasas, até 10 metros, entre o médio e o infralitoral (Hendler et al., 1995). Embora sejam predominantemente herbívoros, podem apresentar hábitos alimentares mais amplos, sendo considerados também como onívoros quando se alimentam de animais, tais como esponjas, microcrustáceos e corais (Carneiro & Cerqueira, 2005). Sua presença e abundância são frequentemente utilizadas como bioindicadores da qualidade ambiental, uma vez que são sensíveis a alterações nas condições do meio.

O presente estudo parte da ideia de analisar como a crescente urbanização das praias tem alterado o ecossistema marinho de diversas maneiras, influenciando a biodiversidade local no que diz respeito aos Echinoidea, conhecidos popularmente como ouriços-do-mar ou pinaúnas (Labbé, 2013). Acredita-se que a possível diminuição dos ouriços-do-mar nessas áreas pode ser atribuída à poluição, à destruição de habitats naturais, ao aumento do tráfego de embarcações e à sobrepesca, que afeta suas populações de forma semestral, além disso, demonstrar como as marés pouco frequentadas podem apresentar condições diferentes de temperatura, salinidade e oxigenação da água (Costa, 2015), fatores que influenciam diretamente a sobrevivência e o comportamento dos ouriços.

As praias de Salvador e região metropolitana servem como lar natural desses e de outros organismos marinhos. Simultaneamente, esses litorais são espaços vitais de lazer, cultura e subsistência para a população local e os turistas. Contudo, o crescente crescimento populacional, acompanhado pela urbanização desordenada, tem levado a um aumento significativo da poluição. Os ouriços-do-mar, como muitos outros

organismos marinhos, são extremamente sensíveis às alterações ambientais causadas pela poluição. Estudos demonstram que a exposição à água contaminada por microplásticos pode causar deformidades graves nos embriões desses seres. Pesquisadores da Universidade de Exeter observaram que produtos químicos liberados por plásticos presentes no oceano provocam anomalias no sistema nervoso e no esqueleto desses organismos em desenvolvimento. O descarte inadequado de resíduos sólidos, o lançamento de esgoto sem tratamento e o intenso tráfego de embarcações alteram drasticamente o ambiente costeiro, gerando impactos negativos diretos na vida marinha.

Além disso, nota-se uma escassez de informações acerca do tema, especialmente no contexto local, o que enfraquece a educação ambiental e dificulta o engajamento da sociedade em práticas de preservação de forma geral (De Toni, 2023). A conservação desses ambientes costeiros é essencial para garantir a sobrevivência da espécie e a saúde dos ecossistemas marinhos como um todo. Diante disso, este estudo busca contribuir para preencher essa lacuna, promovendo conhecimento, reflexão e incentivo a estratégias mais conscientes de conservação marinha.

As praias urbanas, frequentemente mais poluídas e com maior impacto humano, podem ser menos adequadas para o desenvolvimento saudável dos ouriços, considerando que eles vivem no fundo do mar e dependem de substratos limpos e estáveis para se alimentar e se reproduzir, ao passo que as marés pouco frequentadas, geralmente em locais menos afetados pela atividade humana, podem oferecer um ambiente mais estável e propício à sobrevivência desses organismos (Macedo, 2011). Além disso, pesquisas recentes têm demonstrado que a presença de micro plásticos e fibras têxteis no ambiente marinho compromete o desenvolvimento embrionário e larval dos ouriços do mar, ocasionando anomalias morfológicas e redução na taxa de sobrevivência desses organismos (Ciclo Vivo, 2023). Soma-se isso a acidificação dos oceanos, intensificada pela absorção de dióxido de carbono, que dificulta a formação do esqueleto calcário, prejudicando o crescimento e a reprodução da espécie (Monteiro, 2021). Ressalta-se ainda que os ouriços se configuram como bioindicadores sensíveis da população costeira, uma vez que refletem alterações na qualidade ambiental marinha e possibilitam monitoramento mais preciso dos impactos antrópicos (Anjos et al., 2024). Portanto, evidencia-se que a preservação das praias e demais ambientes costeiros é condição essencial não apenas para assegurar o equilíbrio ecológico, mas

também para manter a função reguladora desempenhada pelos ouriços nos recifes e fundo do mar. Dessa forma, esse material de pesquisa busca entender prováveis justificativas a partir de opiniões públicas com frequentadores regulares das praias de Salvador e região metropolitana, de forma que os resultados auxiliem a incentivar e desenvolver estratégias de conservação e manejo, garantindo a recuperação das populações de ouriços-do-mar e a preservação dos ecossistemas marinhos.

O método inclui o desenvolvimento de um questionário de cunho quantitativo, para que o mesmo demonstre por meio de opiniões de banhistas da capital baiana e adjacências evidências e razões para uma possível redução da presença dessa espécie. Em seguida, quantificar e organizar os dados coletados, de maneira que o sejam apresentados por meio de gráficos e tabelas (Deslauriers,2023) que afirmam ou negam a relação da degradação do ecossistema marinho movido pela baixa preservação pública com o declínio desses echinodermatas.

O objetivo geral deste artigo busca avaliar a abundância de ouriços-do-mar ao longo dos anos nas praias de Salvador e da Região Metropolitana, com base na percepção de banhistas e pescadores locais. Busca-se compreender se a possível diminuição desses organismos marinhos está relacionada ao aumento dos níveis de poluição nas áreas costeiras, utilizando o conhecimento tradicional das comunidades litorâneas de acordo com opiniões e vivências dos banhistas como ferramenta principal para a produção do artigo científico em questão. A partir disso, pretende-se contribuir para o entendimento dos impactos ambientais causados pela atividade humana sobre a biodiversidade marinha, especialmente sobre espécies com potencial bioindicador da qualidade ambiental.

De forma mais específica, o estudo visa identificar possíveis fatores ambientais que venham a influenciar a presença e abundância dos ouriços-do-mar, ademais, propõe-se analisar interferências humanas, como o descarte inadequado de lixo, o despejo de esgoto, o consumo predatório e práticas pesqueiras que estejam impactando diretamente os ecossistemas marinhos. Por fim, busca-se contribuir para a conscientização da população e da geração de dados que possam orientar políticas públicas voltadas à proteção da biodiversidade e à sustentabilidade marinha na comunidade científica e popular.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 METODOLOGIA

2.1.1 Área de Estudo

O estudo foi realizado em quatro praias do litoral de Salvador e região metropolitana, selecionadas com base em seu grau de urbanização e intensidade de interferência humana. Essa abordagem permitiu uma análise comparativa entre ambientes costeiros com diferentes níveis de impacto ambiental.

Foram selecionadas praias com alto grau de fluxo de pessoas, como, Farol da Barra, Itapuã e Ribeira, que possuem alta atividade turística. E para fins comparativos, a pesquisa incluiu a praia de Arembepe, presente no município de Camaçari. Arembepe está localizada a cerca de 35 km de Salvador e é caracterizada por sua Área de Proteção Ambiental (APA) e menor grau de urbanização (Oliveira, 2012). A escolha desse local visa permitir uma análise contrastiva entre ambientes costeiros com diferentes níveis de urbanização e conservação, desenvolvendo a escolha das praias por conveniência.

Em Salvador, a pesquisa foi conduzida nas praias do Farol da Barra, Itapuã e Ribeira.



Figura 1, 2, 3 e 4: Pontos de coleta nas praias da Ribeira, Farol da Barra, Itapuã e Arembepe respectivamente.

Fonte: SEFAZ, 2017.

A Praia do Farol da Barra, localizada na extremidade da Avenida Oceânica, a aproximadamente 6,5 km do centro histórico da cidade (Secad, 2016), é uma das mais visitadas por turistas, com alto grau de urbanização e intenso tráfego de embarcações. Faz parte do Parque Natural Municipal Marinho da Barra, uma unidade de conservação de proteção integral, indicada pelo art. 247, inciso I da Lei Municipal nº 9.069, de 30 de julho de 2016. A cerca de 22 km do centro de Salvador (Secad, 2016), é conhecida pelas formações recifais e pela presença de comércio e turismo intensos. A Praia da Ribeira, a cerca de 7 km do centro, apresenta águas calmas em uma enseada da Península de Itapagipe, sendo bastante frequentada por banhistas (Lopes, 2007), mas com visíveis sinais de degradação ambiental apresentando altos índices de descarga de efluentes domésticos, os quais podem influenciar diretamente na distribuição dos organismos locais. (Barbosa, 2016). A praia de Itapuã, localizada na Orla Atlântica de Salvador com cerca de 1,5 km de extensão (Silva, 2009), se encontra a aproximadamente 20 km do centro. Além das pedras, as águas são um elemento fundamental nos modos de vinculação territorial de Itapuã, bem como as matas e as dunas de restinga. Sendo um ecossistema de transição entre o oceano e o continente (Fuente, 2011).

2.1.2 Delineamento Amostral

O presente estudo utilizou uma abordagem metodológica que combinou observação direta e pesquisa de opinião, com o objetivo de compreender a percepção de banhistas e pescadores acerca da presença de ouriços-do-mar e dos impactos da poluição marinha. A investigação adotou um delineamento quantitativo, utilizando como principal ferramenta um questionário estruturado aplicado a uma amostragem não probabilística por conveniência, na qual os participantes foram abordados nos locais de estudo por estarem acessíveis no momento da coleta de dados, o trabalho de campo foi realizado entre abril e maio de 2025.

As praias selecionadas como áreas de estudo foram escolhidas com base no grau de urbanização, intensidade de uso e fluxo populacional, de modo a contemplar diferentes níveis de impacto antrópico. Foram investigadas quatro praias do litoral de Salvador e Região Metropolitana: Farol da Barra, caracterizada por urbanização intensa, grande fluxo de turistas e alta pressão antrópica; Itapuã, também marcada por forte presença turística e atividades comerciais; Ribeira, localizada em área

densamente ocupada e fortemente impactada por esgoto doméstico e uso intensivo; e Arembepe, situada na Região Metropolitana, com menor urbanização e fluxo moderado de visitantes, representando um contexto de impacto mais brando. Assim, as praias foram categorizadas em dois níveis: alto impacto (Farol da Barra, Itapuã e Ribeira) e impacto moderado (Arembepe).

A aplicação ocorreu em pontos estratégicos de cada praia, priorizando áreas com maior concentração de banhistas e locais de atividade pesqueira frequente. Antes do início de cada entrevista, os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e assegurados quanto ao anonimato das respostas, garantindo a voluntariedade da participação. Essa categorização por níveis de impacto possibilitou comparar contextos distintos de urbanização e poluição, permitindo avaliar em que medida as pressões antrópicas influenciam a percepção da população acerca da presença de ouriços-do-mar nas áreas estudadas

O presente estudo adotou uma abordagem metodológica que combina pesquisa de opinião e observação direta para compreender a percepção de banhistas e pescadores sobre a presença de ouriços-do-mar e os impactos da poluição. A pesquisa é de cunho quantitativo, baseada em um questionário de opinião, e utiliza uma amostragem não probabilística por conveniência, isso significa que os participantes foram abordados nos locais de estudo por estarem acessíveis no momento da coleta de dados.

2.1.3 Estratégia de Amostragem

A coleta de dados foi realizada por meio de observação direta e aplicação de questionários, configurando as principais estratégias metodológicas do estudo. Tais procedimentos tiveram como objetivo compreender a percepção da população local — especificamente banhistas e pescadores — acerca da presença de ouriços-do-mar em praias urbanizadas, em contraste com a percepção verificada em uma praia com menor grau de urbanização. Além disso, buscou-se identificar potenciais impactos decorrentes da intensificação das atividades humanas nesses ecossistemas costeiros; A observação direta foi conduzida nas áreas selecionadas durante o período de 60 dias com o registro sistemático da presença de banhistas e pescadores artesanais ao longo da faixa costeira.

O instrumento contou com 7 questões, sendo todas estas de natureza fechada. Os itens abordam, de forma estruturada, três eixos principais: (I) percepção da presença de ouriços-do-mar, (II) percepção da poluição no ambiente marinho e (III) frequência de uso e interação dos entrevistados com a praia, dentre o total, 3 questões foram específicas para banhistas e 4 direcionadas a pescadores.

As entrevistas foram conduzidas individualmente, após esclarecimento prévio dos objetivos da pesquisa e garantia de anonimato, mediante aceite dos participantes, de maneira que o procedimento assegurou a voluntariedade das respostas e a confiabilidade dos dados obtidos. A contagem direta dos usuários da praia foi integrada à análise comparativa com as respostas dos questionários, utilizando a plataforma Google Form para registro e sistematização, que possibilitou maior precisão na organização dos dados.

Os resultados numéricos foram posteriormente convertidos em gráficos de colunas, recurso que auxiliou a interpretação e visualização das informações. A combinação entre dados quantitativos e percepções subjetivas enriqueceu a análise proposta, permitindo avaliar a qualidade ambiental das áreas investigadas sob múltiplas perspectivas.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a finalização das entrevistas e contabilização dos resultados dos dois questionários propostos na metodologia, foram obtidos um total de 240 entrevistados, sendo 120 de cada público-alvo — banhistas e pescadores —. Foi possível perceber alguns padrões importantes na forma como essas pessoas observam a presença (ou ausência) dos ouriços-do-mar e os possíveis impactos causados pelo avanço da urbanização e crescente da poluição nas regiões costeiras litorâneas.

Os questionários foram estruturados com perguntas objetivas e fechadas, voltadas para banhistas e pescadores que estariam frequentando ou atuando nas regiões costeiras selecionadas no momento de campo. Dentre os questionamentos abordados, destacam-se: a frequência de contato com ouriços-do-mar e a comparação com que esses avistamentos ocorreram em anos anteriores.

De modo geral, os relatos indicaram que nas praias mais movimentadas e urbanizadas, como Farol da Barra e Itapuã, a presença desses organismos é cada vez

mais rara. Entre 16 e 25 pessoas perceberam a diminuição, e entre 7 e 9 pessoas em cada pesquisa comentaram que costumavam vê-los com mais frequência no passado, mas isso mudou nos últimos anos. Já em locais como Arembepe, foi o contrário: os entrevistados afirmaram que ainda avistam ouriços com frequência, em especial nas áreas mais preservadas.

Essas falas reforçam a hipótese levantada no início da pesquisa: que a poluição intensa proveniente da urbanização pode estar contribuindo para a diminuição dos ouriços-do-mar. Estudos anteriores já apontaram que o aumento da presença humana nas zonas costeiras pode levar à degradação de habitats marinhos, principalmente devido à poluição, alterações físicas no ambiente e perturbações causadas por atividades recreativas (Araújo & Costa, 2014; Ribeiro et al., 2018). Além disso, Labbé (2013) destacou que a presença de equinodermos como os ouriços-do-mar está fortemente associada à qualidade dos recifes e substratos rochosos, elementos sensíveis à ocupação urbana e à construção de infraestruturas litorâneas.

5.2.1 Respostas do Questionário Para os Banhistas

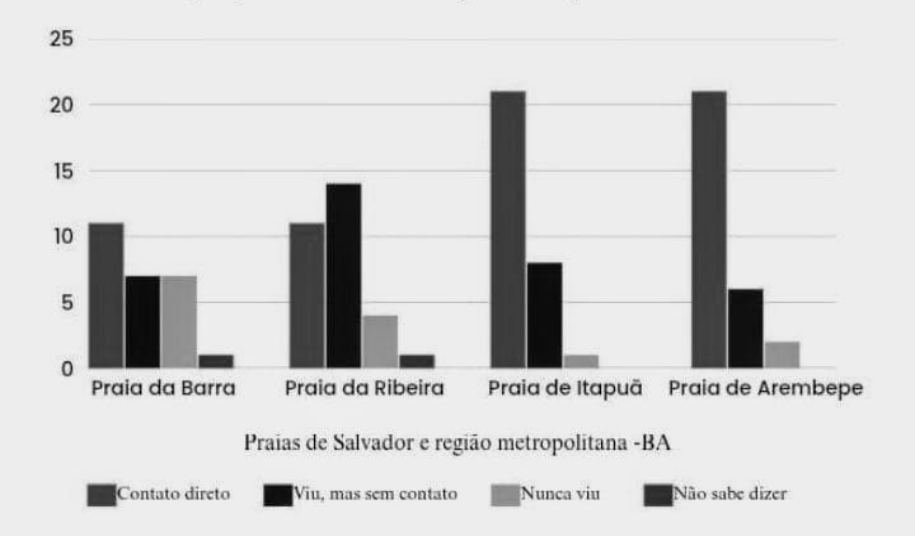


Figura 5: Contato e visualização de ouriços-do-mar por praias de Salvador e Região Metropolitana.

Fonte: Autoria própria (2025).

A análise do gráfico evidencia que as quatro praias investigadas apresentam condições favoráveis à ocorrência das pinaúnas, uma vez que a maioria dos banhistas relatou tê-las observado, tanto no presente quanto em experiências passadas. Esses

relatos demonstram que os ouriços-do-mar estão ou estiveram presentes nesses ambientes, reforçando a adequação dos pontos de coleta para a apuração dos dados. Assim, a confirmação de sua ocorrência, ainda que por meio da percepção dos usuários locais, contribui para a validação dos ouriços como bioindicadores ambientais e estabelece subsídios para comparações futuras.

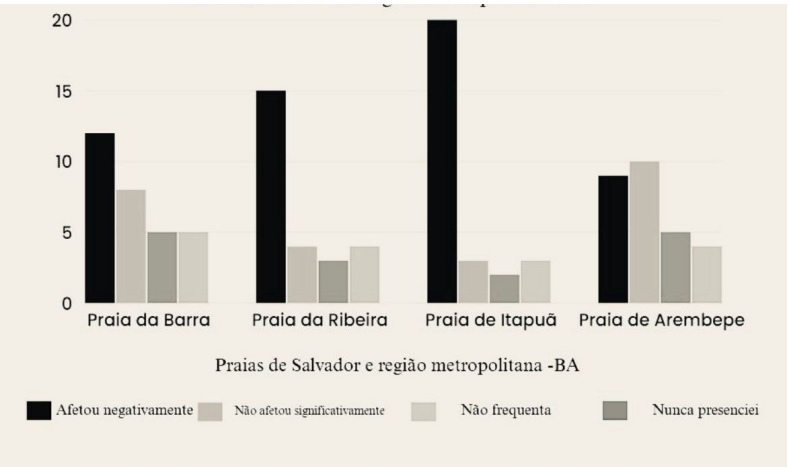


Figura 6: Percepção da situação de poluição nas praias de Salvador e Região Metropolitana.

Fonte: Autoria própria (2025).

A segunda questão verificou se os banhistas observam sinais de poluição ambiental, como esgoto, lixo ou degradação visível, durante suas visitas às praias, de maneira que venha auxiliar a relacionar a degradação ambiental à possível redução da fauna marinha, em específico, a redução dos ouriços-do-mar. A opinião do público entrevistado nesta pergunta que obteve 61 resposta correspondente a maneira como a presença de lixo nas praias afetou a experiência na visita as praias, não somente reforça a tese principal deste estudo de que a poluição está presente nas praias e pode estar alterando a abundância desses indivíduos, como também demonstra a importância da educação ambiental e a necessidade de políticas públicas que venham auxiliar a população a viver em equilíbrio com o ecossistema marinho; pois a saúde do oceano está diretamente ligada à nossa qualidade de vida, desde a identificação de irregularidade por meio de organismos bioindicadores, até nos momentos de lazer em que a presença de poluição afeta as experiências de descontração.

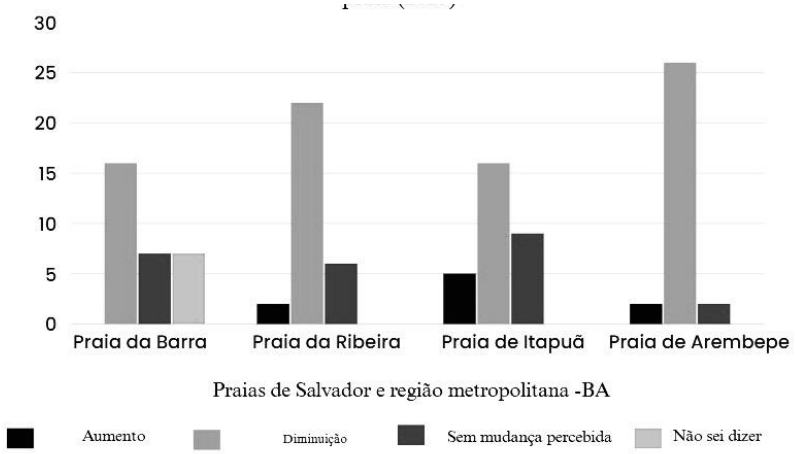


Figura 7: Percepção da situação de mudanças no índice de ouriços-do-mar nas praias de Salvador e Região Metropolitana.

Fonte: Autoria própria (2025).

A terceira questão aborda o questionamento central desta pesquisa: averiguar se houve alterações na presença de ouriços-do-mar nas regiões costeiras, buscando detectar se há uma percepção de declínio ou crescimento da fauna marinha ao longo dos anos. O gráfico reforça a importância de considerar a percepção local como ferramenta complementar à ciência.

De maneira geral, a percepção de diminuição da vida marinha é dominante em todas as praias estudadas, especialmente nas mais urbanizadas como Farol da Barra, Itapuã e Ribeira. Isso está alinhado com a hipótese da pesquisa, de que a urbanização desordenada e a degradação ambiental estão impactando negativamente a biodiversidade costeira, incluindo espécies como os ouriços-do-mar (Echinoidea).

Arembepe é a única praia onde houve um número relativamente significativo de respostas indicando aumento na vida marinha. Além disso, o número de pessoas que não souberam dizer ou que não perceberam mudanças é menor em praias com menor grau de urbanização, sugerindo que a conexão dos entrevistados com o ambiente natural pode influenciar sua percepção. Ele mostra que os pescadores e frequentadores das praias conseguem identificar mudanças ambientais relevantes, o que pode contribuir significativamente para a formulação de políticas públicas voltadas à conservação marinha e ao uso sustentável do litoral.

2.2.2 Respostas do Questionário Para os Pescadores

Os pescadores artesanais têm um conhecimento profundo do mar, percebendo mudanças ambientais muitas vezes antes mesmo dos estudos científicos. Por isso, suas experiências foram fundamentais para entender o que está acontecendo nos ecossistemas costeiros. As perguntas feitas aos pescadores buscavam identificar se os ouriços-do-mar ainda são comuns nas áreas de pesca ou se estão desaparecendo, além de investigar possíveis causas, como poluição, turismo ou comercialização da espécie. A ideia é unir o saber tradicional ao científico para compreender melhor os impactos das ações humanas sobre a vida marinha.

De maneira semelhante às respostas dadas por banhistas no primeiro questionamento sobre o contato com os ouriços-do-mar, 112 de 120 pescadores entrevistados afirmaram ter tido contato direto com esses organismos, a grande maioria dos trabalhadores alegaram que estas praias se apresentavam propícias para a ambientação das pinaúnas, ou até então seriam, visto que ao longo dos resultados dos questionamentos essa frequência se modificou ao longo dos anos.

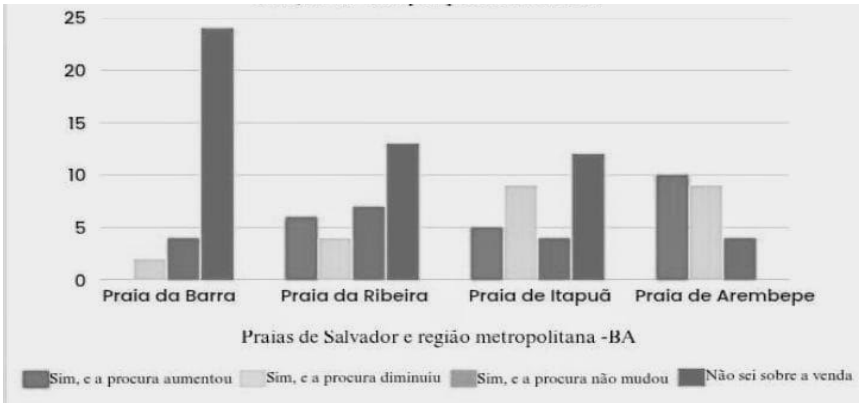


Figura 8: Conhecimento sobre a venda e procura de ouriços-do-mar nas praias de Salvador e Região Metropolitana.

Fonte: Autoria própria (2025).

A segunda questão do questionário dos pescadores investigou a existência de pressão de mercado sobre os ouriços-do-mar, buscando entender se esses animais estão sendo coletados para fins comerciais, o que pode representar um fator adicional de impacto sobre suas populações naturais. A análise dessa percepção é essencial, pois a exploração comercial pode intensificar a vulnerabilidade da espécie, especialmente em áreas já afetadas por degradação ambiental.

De modo geral, a maior parte dos entrevistados afirmou desconhecer a venda de ouriços-do-mar nas regiões estudadas. No entanto, em algumas praias como Itapuã e Ribeira, surgiram menções pontuais à coleta para venda, o que sugere a possibilidade de uma atividade informal e pouco regulamentada, seja para consumo alimentício ou para aquários decorativos como foi citado durante o momento de contato dos entrevistadores- entrevistados. Esse resultado pode indicar que a comercialização, caso exista, ocorre de forma pontual ou discreta, dificultando a percepção por parte da população local.

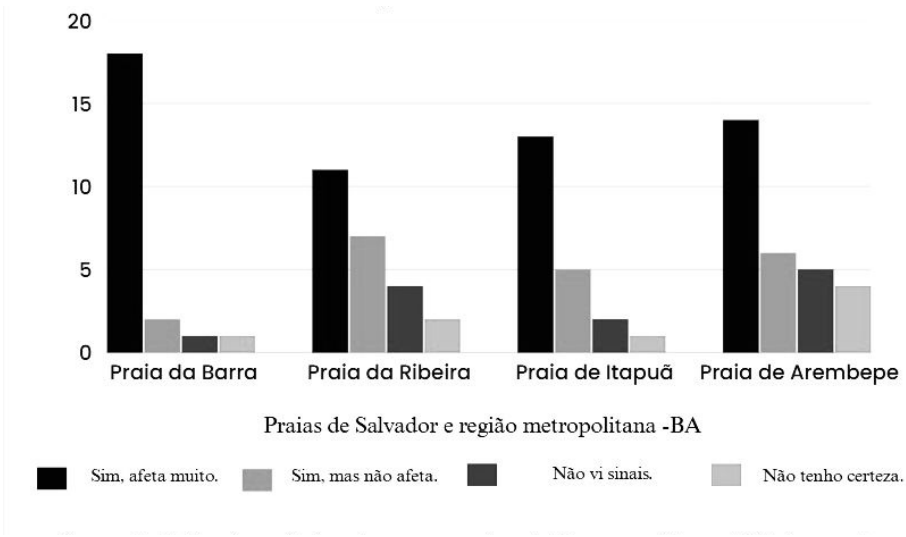


Figura 9: Presença de poluição e como afeta a atividade pesqueira nas praias de Salvador e Região Metropolitana.

Fonte: Autoria própria (2025).

Como resultado, a maioria dos entrevistados relatou perceber a presença significativa da poluição, sendo mais intensa em praias urbanizadas como Farol da Barra, onde a presença de lixo, esgoto e outros poluentes é frequentemente citada como fator limitante para a pesca e coleta de mariscos. Pescadores dessas regiões relataram dificuldades crescentes para exercer sua atividade, tanto pela redução da fauna marinha quanto pela contaminação dos recursos, tornando-os impróprios para consumo.

Esses dados reforçam a necessidade de medidas urgentes de gestão ambiental, com foco tanto na redução das fontes de poluição quanto na proteção dos meios de subsistência das comunidades costeiras.

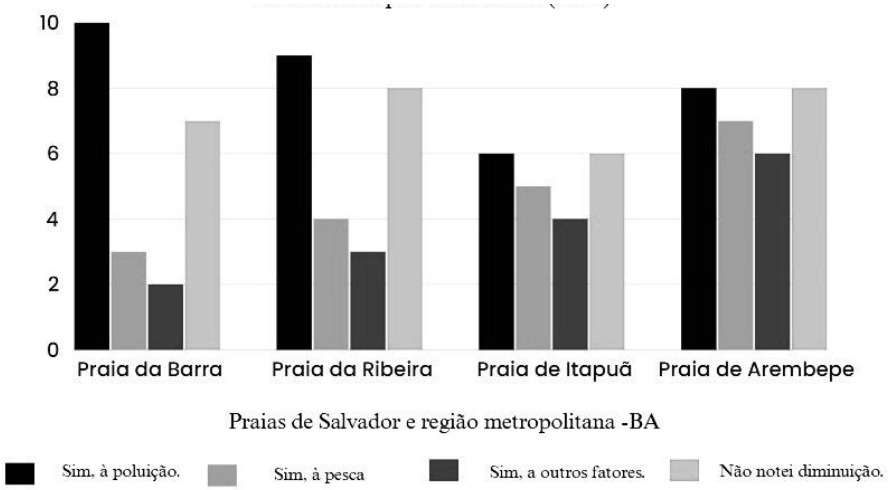


Figura 10: Percepção de mudanças no índice de ouriços-do-mar nas praias de Salvador e Região Metropolitana.

Fonte: Autoria própria (2025).

Os dados acima revelam que, entre os entrevistados que relataram uma percepção de diminuição da presença de ouriços-do-mar e de outras formas de vida marinha, os motivos mais frequentemente apontados foram a poluição ambiental e, em segundo lugar, “outros fatores”, como citado durante o momento de entrevista, mudanças climáticas e espécies invasoras.

Além da interferência humana também é importante ressaltar que existem outros fatores que podem contribuir para a diminuição de certas espécies, como alterações climáticas em larga escala, ou até mesmo a dominância de uma espécie invasora que podem estar influenciando as populações de ouriços juntamente com a poluição. Tendo como exemplo a espécie de crustáceo decápode *Charybdis hellerii* (A. Milne-Edwards, 1867) que está totalmente inserida na Praia da Ribeira, em Salvador, Bahia (Fernandes, 2019). E também podem estar interferindo na população de ouriços-do-mar, não por relações interespecíficas como a predação, e sim, como disputa por recursos, como foi citado fortemente pelos pescadores entrevistados nessa mesma região.

A coexistência desses dois fatores na percepção popular — a degradação causada pelo ser humano e as variações naturais — revela uma visão complexa e multifatorial sobre as transformações no ambiente costeiro. Essa percepção ampliada, construída a partir da vivência direta com o mar, é essencial para desenvolver políticas

públicas que considerem tanto a mitigação de impactos antrópicos quanto a adaptação às dinâmicas naturais dos ecossistemas.

Quanto maior a presença de poluentes, menos ouriços as pessoas disseram ver. Esse dado reforça a relação entre impacto antrópico e redução da fauna marinha bentônica, como também apontado por Santos et al. (2016) em estudos semelhantes realizados no litoral nordestino.

Esses dados mostram que o olhar da comunidade local é um recurso valioso para compreender o que está acontecendo no ambiente costeiro. O conhecimento de quem vive e frequenta essas praias todos os dias pode, e deve, caminhar junto com a ciência para nos ajudar a proteger nossos ecossistemas. Fica evidente a importância de pensar em políticas públicas que aliem conservação ambiental com o uso responsável das praias, além de ações educativas voltadas para turistas e moradores locais.

6 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo buscou relacionar impactos ecológicos com o aumento da urbanização das praias de Salvador e região metropolitana e sua ligação com a quantidade de ouriços-do-mar. Com nossos resultados conseguimos validar a hipótese de que a degradação ambiental nas praias mais urbanizadas de Salvador, está diretamente ligada à diminuição desses organismos.

É importante ressaltar que a metodologia proposta se baseia na percepção dos entrevistados, a amostragem por conveniência limita a generalização dos resultados, sugerindo que, para uma validação mais robusta da correlação, estudos futuros poderiam incluir métodos de amostragem mais abrangentes e sistemáticos, como contagem por hectares e estudo do trato digestivo das pinaúnas.

Por fim, esperamos que as informações obtidas contribuam para o desenvolvimento de estratégias de conservação e manejo ambiental que favoreçam a recuperação das populações de ouriços-do-mar e a preservação dos ecossistemas costeiros de Salvador e áreas adjacentes.

REFERÊNCIAS

AGUIAR JUNIOR, T. R.; DIAS, E. J. R. Comunidades litorâneas afetadas pela pesca com explosivos na Baía de Todos os Santos–BA: uma análise da condição sócio-econômico-ambiental. 2007.

ANDRADE, L. G. A. de. O espaço público da praia: reflexões sobre práticas cotidianas e democracia no Porto da Barra em Salvador. 2016.

ARAÚJO, J. L.; MORAIS, C.; PAIVA, J. C. A ciência cidadã na promoção da consciencialização químico-ambiental dos alunos, no contexto da poluição marinha por microplásticos. Revista Electrónica Educare, v. 27, n. 1, p. 21-41, 2023.

AZEVEDO, R.R. Dinâmica populacional de Charybdis hellerii e Callinectes danae (Decapoda; Portunidae) em um trecho litorâneo da Praia do Araçagy, São José de Ribamar,

BARBOSA, F. M. F.; COUTO, B. M. C.; PINHO, S. J. C. DE; SOUZA, G. B. G. DE. Utilização do Anfioxo Branchiostoma caribaeum como indicador de contaminação por efluentes domésticos na praia da Ribeira (Salvador - BA). IV Congresso Baiano de Engenharia Sanitária e Ambiental (IV COBESA), Cruz das Almas, Bahia, 2016.

BEVERARI, I. Avaliação ecotoxicológica dos inibidores de corrosão biológicos: Gluconato de Sódio (SG) e Nitrito de Sódio (NO_2), em suas formas livres e nanoencapsuladas, sobre embriões de ouriço-do-mar (Echinometra lucunter). 2023.

BRASIL. Salvador. Decreto nº 30.953, de 2019. Cria e delimita o Parque Natural Municipal. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2019/3096/30953/decreto-n-30953-2019-cria-e-delimita-o-parque-natural-municipal. Acesso em: 15 set. 2025.

CARLTON, J.T. Transoceanic and interoceanic dispersal of coastal marine organisms: The biology of Ballast Water. Oceanography Marine Biology Annual Review, 23: 313-371, 1985.

CARNEIRO LS & WRP CERQUEIRA. 2005. Análise do conteúdo intestinal do ouriço Echinometra lucunter, na praia de Mont Serrat,Baía de Todos os Santos, Salvador, Bahia. In:SIMPÓSIO DE BIOLOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, 6. Resumos…

CARNEIRO, L. S. CERQUEIRA, W. R. P. Informações sobre o ouriço-do-mar Echinometra lucunter (Linnaeus, 1758) (Echinodermata: Echinoidea) para o litoral de Salvador e adjacências. Sitientibus – Série Ciências Biológicas, Feira de Santana, v. 8, n. 2, p. 168-171, 2008.

COSTA, M. F. et al. Poluição marinha. Clube de Autores, 2015.

DA PAIXÃO LOPES, C.; CERQUEIRA, W. R. P. Crescimento e aspectos da biologia reprodutiva de Lytechinus variegatus Lamarck, 1816 (Echinodermata: Echinoidea) na praia da Ribeira, Salvador, Bahia, Brasil. Sitientibus – Série Ciências Biológicas, Feira de Santana, v. 7, n. 4, p. 370-376, 2007.

DA SILVA, P. M. L. Crescimento do ouriço-do-mar Paracentrotus lividus em viveiro na zona costeira da Ericeira, Portugal. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências do Mar) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

DE OLIVEIRA, M. A.; MARTINS, L. Análise microbiológica da água das praias de Arembepe e Guarajuba, Camaçari-BA. Candombá – Revista Virtual de Ciências, Salvador, v. 8, n. 1, p. 19-25, 2012.

DE TONI, K. R. et al. O espaço escolar e seu potencial de desenvolvimento da Educação Ambiental marinha e costeira: a visão da supervisão escolar. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 18, n. 4, p. 438-460, 2023.

DOS ANJOS, U.P.C. Aplicações práticas de sistemas embarcados para a ... Revista Ouricuri, 2024. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/ouricuri/article/view/22036/14932. Acesso em: 02 set. 2025.

FERNANDES, G. G. et al. Monitoramento do siri invasor Charybdis hellerii (A. Milne Edwards, 1867) (Crustacea; Portunidae) em três praias de Salvador, Bahia, Brasil. SEMOC Semana de Mobilização Científica, 2019.

Figueiredo, Débora Alvares Leite, e Pedro Ismael da Silva Junior. "Caracterização e avaliação da atividade biológica de peptídeos antimicrobianos de ouriços-do-mar Lytechinus variegatus." (2020).

FUENTE, Rodolfo Ribeiro de la. Regime Jurídico Aplicável às Restingas - Ecossistema Associado à Mata Atlântica. Peculiaridades. Conteudo Juridico, Brasilia-DF: 02 fev. 2011. Disponível em: http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.31060.

HENDLER G, JE MILLER, D PAWSON & PM KIER. 1995. Sea stars, sea urchins, and allies: echinoderms of Florida and theCaribbean. Washington: Smithsonian Institution Press.

LABBÉ-BELLAS, R. Assembleias de ouriços-do-mar e relações como habitat em diferentes recifes brasileiros. 2013.

LUÍZ CP. Ouriço do Mar: Fascínio e Ecologia do Mar. Natureza Incomum, 10 jun. 2025. Disponível em: https://naturezaincomum.com.br/ourico-do-mar/. Acesso em: 02 set. 2025.

MA. Anais do IX Congresso de Ecologia do Brasil, v. 1, p. 1-3, 2009.

MACEDO, G. R. et al. Ingestão de resíduos antropogênicos por tartarugas marinhas no litoral norte do estado da Bahia, Brasil. Ciência Rural, Santa Maria, v. 41, p. 1938-1941, 2011.

Mamede, Nuno Miguel Guerreiro. Relações Ecológicas Entre Ouriços-do-Mar e os Seus Predadores e Presas no Sudoeste de Portugal Continental. MS thesis. Universidade de Évora (Portugal), 2014.

MENDES, D. C. Atividade acústica do ouriço do mar, Lytechinus variegatus (Lamarck, 1816): caracterização e sua relação com a temperatura da água. 2019.

MONTEIRO, Bárbara Segato. Acidificação oceânica: impactos e mecanismos de mudança. Monografia (Especialização em Análise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável) – Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, Centro Universitário de Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/16059. Acesso em: 02 set. 2025.

SANTOS, R. C. Serviços ecossistêmicos e capacidade de carga das praias do município de Camaçari, Litoral Norte do Estado da Bahia. 2017.

SILVA, I. R. et al. 2009. Avaliação da capacidade de suporte das praias do bairro de Itapuã, Salvador, Bahia. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina – Caminando em uma América Latina em transformación, 12., 2009, Montevideo. Anais do XII EGAL, Montevideo

SILVA, Lucas Damásio da et al. Análise do conteúdo estomacal do bioinvasor charybdis hellerii e sua problemática nas praias de Salvador-Ba. 2021.

SILVA, V. A. et al. Análise das gônadas femininas de ouriços do mar antárticos Sterechinus neumayeri expostos à fração solúvel do petróleo (FSA). Atas de Saúde Ambiental – ASA, Salvador, v. 2, n. 2, p. 12-20, 2014.

SISTEMA CARTOGRÁFICO E CADASTRAL DO MUNICÍPIO. SECAD. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2017.

SOUSA, Á. Coeficiente de correlação de Pearson e coeficiente de correlação de Spearman: o que medem e em que situações devem ser utilizados? Correio dos Açores, 2019, p. 19.

TASSIGNY, M.; ROCHA, R.; MOTA, A.B., A. B. M. G. POLUIÇÃO MARINHA E DIREITO DOS DESASTRES: ANÁLISE DO INCIDENTE DE DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO LITORAL DO NORDESTE BRASILEIRO SOB A PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO DE RISCO. Novos Estudos Jurídicos, v. 29, n. 3, p. 591-616, 2024.

RESÍDUOS PLÁSTICOS: IMPACTOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

João Paulo Barbosa[1]

Cristina Marchi[2]

RESUMO

O meio ambiente é essencial para o desenvolvimento humano e econômico, mas sofre pressões crescentes devido ao consumo excessivo de recursos naturais. Entre os principais problemas atuais destacam-se os resíduos plásticos, derivados de fontes não renováveis, de alta durabilidade e impacto significativo quando descartados de forma inadequada. Este estudo, de caráter descritivo, baseia-se em revisão narrativa de literatura e tem como objetivo discutir os impactos ambientais decorrentes do descarte inadequado de resíduos plásticos e analisar o papel da educação ambiental como estratégia de enfrentamento a essa problemática, alinhada às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Os resultados evidenciam que a poluição gerada compromete ecossistemas, biodiversidade e saúde humana, agravada por deficiências no saneamento básico e pela ausência de tecnologias de reúso. Observa-se, entretanto, que a educação ambiental constitui ferramenta estratégica para mitigar esses impactos, promovendo mudanças culturais, sociais e de consumo

Palavras-chave: Resíduos Plásticos; Impactos ambientais; Educação

1 INTRODUÇÃO

Para Anin e Mancini (2009), nas últimas três décadas o avanço do conhecimento acerca da interação entre o ser humano e a natureza, a capacidade limitada dos recursos materiais e energéticos do planeta, o crescimento do volume de resíduos e sua destinação, a transformação do meio físico e as perspectivas de crises energética e hídrica, entre outros aspectos, proporcionaram uma nova compreensão dos problemas que relacionam os resíduos ao meio ambiente. Os autores ressaltam ainda que cabe ao Poder Público a responsabilidade pela preservação, fiscalização e policiamento, bem como pela definição de espaços territoriais que demandem proteção especial e pela promoção da educação ambiental.

O meio ambiente é essencial para o desenvolvimento das atividades econômicas, razão pela qual sua preservação é necessária. Afinal, os recursos naturais são limitados, enquanto as necessidades humanas são ilimitadas.

O problema dos resíduos plásticos, material proveniente principalmente de recursos naturais não renováveis, como petróleo e gás natural, é um dos mais

[1] Mestrado PPGTAS, Universidade Catolica do Salvador- UCSAL, joaopbs25@gmail.com.
[2] Doutorado, Universidade Catolica do Salvador- UCSAL, cristina.marchi@pro.ucsal.br.

preocupantes no contexto atual, uma vez que tais resíduos apresentam alta durabilidade, são produzidos em larga escala e, quando descartados inadequadamente, acarretam consequências severas para os ecossistemas e para a saúde humana.

O presente artigo tem como objetivo discutir os impactos ambientais decorrentes do descarte inadequado de resíduos plásticos e analisar o papel da educação ambiental como estratégia de enfrentamento a essa problemática, alinhada às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo através de uma revisão narrativa de literatura. A busca bibliográfica foi desenvolvida por meio de informações em bibliotecas virtuais, principalmente no portal da Scientific Eletronic Library Online (SCIELO). Essa busca procedeu-se entre janeiro a janeiro a abril de 2024, utilizando os seguintes descritores: política nacional de resíduos sólidos; resíduos plásticos; impactos dos resíduos plásticos no solo, na água e no ar; educação ambiental como ferramenta de mitigação, reciclagem.

Foram incluídas publicações como artigos científicos, dissertações, reportagens e documentos online, que abordam a temática sobre Resíduos Sólidos Plasticos, publicados no idioma Português. Produções não disponíveis gratuitamente na íntegra e de forma virtual foram excluídas. Para acesso ao texto completo, foram usados os seguintes recursos: link disponível diretamente nas bases de dados, busca no portal do periódico ou site em que o artigo, dissertação ou reportagem foi publicado, busca no portal CAPES e buscador Google.

A análise das informações foi realizada por meio de leitura exploratória e analítica do material encontrado.

3 IMPACTOS DOS RESÍDUOS PLÁSTICOS

Nas últimas décadas, o padrão de comportamento da sociedade vem sendo modificado em razão da crise ambiental vivenciada no mundo. O aumento da poluição e a utilização predatória das riquezas naturais têm causado a destruição e poluição de

florestas e rios. Entre as práticas mais recorrentes estão o saneamento básico inadequado e a ausência de novas tecnologias para o reúso dos resíduos sólidos (Silva; Marchi, 2024).

De acordo com Duarte (2022), o meio ambiente é essencial ao desenvolvimento das atividades econômicas e sociais, razão pela qual sua preservação deve ser prioridade. Afinal, os recursos naturais são limitados, ao passo que as necessidades humanas se mostram ilimitadas. Assim, compreender o conceito de meio ambiente torna-se condição indispensável para a formulação de políticas públicas e medidas protetivas capazes de reduzir os impactos ambientais.

Nesse contexto, Dulley (2004) contribui com uma reflexão conceitual importante: compreender a natureza, o ambiente e o meio ambiente como categorias distintas, porém interligadas. A natureza, segundo o autor, é fruto da percepção humana; o ambiente, o conjunto de condições dinâmicas que sustentam a vida; e o meio ambiente, a soma de fatores físicos, químicos e biológicos que possibilitam a existência de organismos. Essa concepção demonstra que a degradação ambiental afeta não apenas a paisagem ou os recursos, mas a base de sustentação da vida na Terra.

A relevância do meio ambiente foi consagrada pela Constituição Federal de 1988, que em seu art. 225 assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1998). Esse dispositivo reforça a dignidade da pessoa humana como fundamento central, uma vez que sem meio ambiente não há vida, saúde ou bem-estar possíveis (Duarte, 2022).

Nessa linha, Borba, Luz & Marchi (2021) destaca princípios fundamentais relacionados à gestão dos resíduos sólidos, como o direito ao meio ambiente equilibrado, a responsabilidade por danos ambientais, a função social da propriedade e a política urbana sustentável. Esses princípios deram origem a marcos regulatórios posteriores, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que estabeleceu diretrizes para a reciclagem, reutilização e destinação adequada dos resíduos .

Contudo, os impactos ambientais continuam desafiadores. O modelo de produção e consumo capitalista gera volumes cada vez maiores de rejeitos, especialmente de plásticos descartáveis. A NBR 10004/1987 já classificava os resíduos sólidos como materiais resultantes das atividades humanas que, se não tratados,

podem comprometer ar, solo e água (ABNT, 1987). A destinação incorreta desses resíduos tem gerado consequências severas, conforme destacam Marchi (2015) e Mota (2009), afetando a biodiversidade, o equilíbrio ecológico e a saúde humana.

Os resíduos plásticos, em particular, têm impactos profundos. Produzidos em escala crescente, eles incluem desde embalagens e sacolas até fragmentos microscópicos (microplásticos), que contaminam solos, rios e oceanos (World Economic Forum, 2019; Harper et al., 2019). A decomposição lenta, que pode levar séculos, agrava a situação, pois durante esse período o material é ingerido por animais marinhos, comprometendo cadeias alimentares e chegando ao consumo humano.

Além da contaminação hídrica, os plásticos liberam substâncias químicas tóxicas no solo e na água subterrânea, afetando a fertilidade dos solos, a biodiversidade e a saúde de comunidades que dependem dessas fontes (Harper et al., 2019). No ar, sua incineração libera gases de efeito estufa e poluentes, contribuindo para o aquecimento global e para doenças respiratórias (Mota, 2009).

Dessa forma, os resíduos plásticos afetam diretamente três esferas fundamentais:

- ambiental – com a degradação de ecossistemas terrestres e aquáticos;
- social – ao comprometer a saúde pública e a qualidade de vida das populações;
- econômica – ao gerar custos elevados de gestão, tratamento e mitigação dos impactos.

Frente a esse cenário, a minimização dos impactos deve começar na origem, por meio da mudança de hábitos de consumo, da intensificação da coleta seletiva e da valorização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis (Marchi, 2015). Apesar disso, os índices de reciclagem de plásticos no Brasil ainda são baixos: apenas 23,1% do material produzido foi reciclado em 2020 (IBGE, 2022). Isso revela a necessidade urgente de políticas públicas eficazes, parcerias com a iniciativa privada e participação ativa da sociedade.

A criação da PNRS (Lei nº 12.305/2010) e sua regulamentação pelo Decreto nº 10.936/2022 representam avanços normativos importantes, ao estabelecer a responsabilidade compartilhada entre fabricantes, comerciantes, consumidores e poder público, bem como a obrigatoriedade da logística reversa (Brasil, 2022). No entanto,

tais instrumentos precisam ser efetivamente implementados, acompanhados e fiscalizados, de modo a transformar diretrizes em práticas concretas de redução, reutilização e reciclagem.

Assim, os impactos dos resíduos plásticos revelam-se não apenas como um problema ambiental, mas como um desafio civilizatório, que exige mudanças estruturais no modo de produção, consumo e descarte, orientadas pelos princípios da sustentabilidade e pela responsabilidade compartilhada.

4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO REDUÇÃO DOS IMPACTOS

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) estabelece a responsabilidade compartilhada entre Estado, setor privado e cidadãos no gerenciamento de resíduos. Essa responsabilidade é reforçada pelo Decreto nº 7.404/2010, cujo artigo 77 dedica-se exclusivamente à educação ambiental, estabelecendo como objetivo o aperfeiçoamento de conhecimentos, valores, comportamentos e estilos de vida relacionados à gestão adequada dos resíduos.

Nesse contexto, a educação ambiental é compreendida como ferramenta essencial para estimular mudanças de comportamento, promovendo a separação de resíduos na fonte, o incentivo à coleta seletiva, a redução do consumo e o reaproveitamento de materiais.

De acordo com Marchi (2015), a minimização da degradação ambiental só será possível a partir da mudança cultural, que exige a intensificação da coleta seletiva e a inclusão de catadores no processo. Assim, a educação ambiental contribui para conscientizar a sociedade e fortalecer práticas sustentáveis.

Ao sensibilizar cidadãos, gestores públicos e o setor produtivo, a educação ambiental pode reduzir significativamente os impactos dos resíduos plásticos, alinhando-se aos princípios do desenvolvimento sustentável discutidos por Duarte e Baiardi (2024).

De acordo com Rodrigues et al. (2020, p. 38), “A Educação Ambiental é, portanto, campo de investigação e atuação pedagógica, não possui uma única identidade e plano de ação, mas se caracteriza pela pluralidade de concepções que estão atreladas às formas como os diversos atores sociais percebem a natureza dos problemas e

apropriam-se do discurso ambiental". Essa perspectiva reforça que a educação ambiental não deve ser vista de maneira homogênea, mas sim como um espaço plural, no qual diferentes olhares, práticas e metodologias se complementam na busca por soluções sustentáveis.

Livro publicado por Zanin & Mancini (2009) que trata de resíduos plásticos e reciclagem destaca a necessidade de fortalecer a educação ambiental como ferramenta estratégica para o manejo adequado dos resíduos. Tal educação deve promover o consumo racional, a reutilização sempre que possível e o descarte seletivo, além de estimular a implementação da coleta seletiva e a formação de cooperativas de catadores. Ademais, a atuação educativa se estende ao mercado consumidor, incentivando a demanda por produtos reciclados e criando um ciclo sustentável que articula produção, consumo e reaproveitamento de materiais. Assim, a educação ambiental se configura como elemento central para reduzir impactos ambientais, minimizar desperdícios e consolidar práticas colaborativas com a preservação ambiental.

5 RESULTADOS

A análise do contexto legal, social e ambiental evidencia que, embora haja avanços normativos — como a PNRS e a regulamentação de 2022 —, os resultados ainda são limitados diante da magnitude do problema. No Brasil, apenas 23,1% dos resíduos plásticos foram reciclados em 2020 (IBGE, 2022), o que demonstra uma lacuna entre a previsão legal e a realidade prática.

Entre os resultados positivos, observa-se o fortalecimento de cooperativas de catadores, que desempenham papel essencial na cadeia de reciclagem. Além disso, há crescente engajamento de empresas em programas de logística reversa e inovação em embalagens biodegradáveis ou reutilizáveis. Tais iniciativas sinalizam um movimento em direção à economia circular, ainda que incipiente.

Por outro lado, os desafios para uma gestão eficaz dos resíduos permanecem significativos. Em primeiro lugar, a baixa infraestrutura de coleta seletiva nos municípios compromete o aproveitamento de materiais recicláveis e dificulta a consolidação de uma política de manejo sustentável. Soma-se a isso a falta de integração entre o poder público e o setor privado, que limita a criação de parcerias e iniciativas conjuntas

capazes de ampliar a eficiência do sistema. Outro ponto crítico é a insuficiência de campanhas de educação ambiental contínuas, o que faz com que a sensibilização da sociedade se restrinja a ações pontuais, sem gerar mudanças duradouras nos hábitos de consumo e descarte. Por fim, a desigualdade social agrava ainda mais o cenário, pois os maiores impactos do acúmulo e da destinação inadequada dos residuos recaem sobre as populações mais vulneráveis, que convivem diariamente com riscos ambientais e de saúde.

Dessa forma, os resultados demonstram que políticas públicas isoladas não bastam. É necessário integrá-las a estratégias de educação, inovação tecnológica e participação social, fortalecendo um dos mais importantes instrumentos destacados no inciso VIII, do artigo 8o, no Capítulo III da Política Nacional de Resíduos Sólidos: a educação ambiental (Brasil, 2010).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resíduos plásticos configuram um dos maiores desafios ambientais da atualidade, com impactos diretos e indiretos sobre o meio ambiente, a biodiversidade e a saúde humana. Sua gestão inadequada compromete a qualidade de vida das pessoas.

No entanto, ao lado de marcos regulatórios como a PNRS, a educação ambiental se apresenta como ferramenta estratégica para mitigar esses impactos. Mais do que ações técnicas, trata-se de promover mudanças culturais e sociais, sensibilizando a população para práticas de consumo e descarte responsáveis.

A redução dos impactos dos resíduos plásticos, portanto, exige integração entre legislação, políticas públicas e educação ambiental, reafirmando que a gestão dos serviços de resíduos sólidos com maior eficiência depende de escolhas conscientes e da corresponsabilidade de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

BORBA, Laila Machado; LUZ, Laíze Lantyer; MARCHI, Cristina Maria Dacach Fernandez.. A Política Nacional de Resíduos Sólidos: eficácia jurídica e social das diretrizes impostas às atividades de reciclagem na Cidade de Salvador. 2021.

Universidade Católica do Salvado. Anais da 24ª Semana de Mobilização Científica – SEMOC.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, em 03 de agosto de 2010.

DUARTE, I. G.; BAIARDI, A. Desenvolvimento sustentável: controvérsias e aplicações no direito brasileiro. Observatório de la Economía Latinoamericana, v. 22, n. 7, p. e5852, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n7-188.

DUARTE, J. Resultado das Eleições para a Câmara dos Representantes, Distrito 13 da Califórnia. Ballotpedia, 2022.

DULLEY, R. Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais. Agric. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004.

HARPER, Gavin et al. Recycling lithium-ion batteries from electric vehicles. Nature, v. 575, p. 75–86, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE 2022.

MARCHI, Cristina Maria Dacach Fernandez. Novas perspectivas na gestão do saneamento: apresentação de um modelo de destinação final de resíduos sólidos urbanos. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 7, p. 91-105, 2015.

MOTA, R. et al. Skin Adhesive versus Subcuticular Suture for Episiotomy Repair: A Randomized Controlled Trial. Journal of Maternal-Fetal & Neonatal Medicine, v. 22, n. 8, p. 681-687, 2009.

RODRIGUES, A. S. et al. Educação ambiental e capital social: contribuições à promoção da sustentabilidade na agricultura familiar. In: Educação Ambiental: a sustentabilidade dos ambientes rurais e urbanos. SEABRA G. (Org.). Ituiutaba: Barlavento, 2020. p 34-45.

SILVA, João Paulo Barbosa da; MARCHI, Cristina Maria Dacach Fernandez. Novas tecnologias dos RS plásticos: cuidados para o alcance do desenvolvimento sustentável. In: SEMOC – SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA DA UCSAL, 2024, Salvador. Anais [...]. Salvador: UCSAL, 2024.

WORLD ECONOMIC FORUM. The New Plastics Economy: Rethinking the future of plastics. Geneva: WEF, 2016.

ZANIN, M., and MANCINI, S. D. Resíduos plásticos e reciclagem: aspectos gerais e tecnologia [online]. São Carlos: EdUFSCar, 2009, 144 p. ISBN 978-85-7600-360-1. https://doi.org/10.7476/9788576003601.

VULNERABILIDADES, RISCOS URBANÍSTICOS E A EDUCAÇÃO: A APROPRIAÇÃO DE RESÍDUOS DE DESASTRES COMO ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL

Maria das Graças Borja Gondim dos Santos Pereira[1]

Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi[2]

RESUMO

O artigo discute as vulnerabilidades e riscos urbanísticos associados às ocupações precárias, à crise ambiental, às mudanças climáticas, argumentando que uma estratégia preventiva no plano urbano sustentável pode atacar o problema enquanto ainda caracterizado como risco de desastre, antecipando situações de gestão de resíduos no pós-desastre, com ações de fortalecimento da resiliência comunitária no próprio processo de requalificação das cidades, em consonância com as orientações das agências Internacionais (UNISDR) e outros referenciais (Marco Sendai, 2015). A proposta metodológica Urbetopia, aplicada em Salvador, exemplifica intervenções antecipatórias que articulam remoção de áreas críticas, de risco potencial, para reurbanização e reaproveitamento dos resíduos para novos usos urbanos. Nesse processo, a educação desempenha papel de apoio ao manejo adequado dos resíduos, favorecendo práticas sustentáveis no contexto pós-desastre. Conclui-se que integrar a gestão de resíduos de desastres às políticas públicas é fundamental para reduzir riscos, promover economia circular e construir cidades mais seguras, inclusivas e sustentáveis.

Palavras-chave: Vulnerabilidade urbana, Risco de desastres, Resíduos de desastres, Planejamento urbano sustentável, Resiliência

1 INTRODUÇÃO

Algumas considerações preliminares sobre o foco da abordagem deste artigo são necessárias. Aqui a argumentação sobre a gestão dos resíduos de desastres privilegia o planejamento e a gestão urbana, uma análise ex-ante do desastre, mais que o fato consumado do desastre e as consequências da gestão dos resíduos de desastres. Neste sentido entende o planejamento urbano e a gestão sustentável das cidades como instrumentos preventivos, fundamentais para conter a exacerbação do resíduo oriundo de desastres, seja decorrente de fatores socioeconômicos, ambientais, climáticos ou outros.

Esta abordagem está alinhada com autores que, como estratégia para gestão dos resíduos de desastres, valorizam a construção de resiliência das comunidades

[1] Professor da Universidade Federal da Bahia - FAUFBA, PhD, e-mail: mariagbgsp@ufa.br
[2] Professor da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, PhD, e-mail: cristina.marchi@pro.ucsal.br

frente aos riscos de desastres e implementação de ações/intervenções antecipadas, depurando as áreas francamente em situação de insegurança, prevenindo o desastre.

Justificando, pensar exclusivamente no problema do resíduo de desastres, situado no final da linha de um processo, desconsidera que há alguma condição de manejo que lhe preceda. Significa apenas acreditar na remediação, centrar em lidar com o destino final desse tipo de resíduo cuja tendência é se avolumar, se ações de resiliência não sejam tomadas: desmoronamento de edificações, equipamentos que se tornam imprestáveis para recuperação de uso, desmonte de infraestruturas urbanas, de cobertura vegetal de variado porte, movimento de massas, material contaminante, dentre outros.

2 DESASTRES, UMA ATUALIZAÇÃO

Na conceituação de desastre pela *United Nations Office for Disaster Risk Reduction* (UNDRR/UNISDR) estão sinalizados os tipos de perdas e impactos: materiais, econômicos, ambientais e sociais, vidas. Desastre como, "[...] uma séria interrupção no funcionamento de uma comunidade ou sociedade que ocasiona grande quantidade de mortes, perdas e impactos materiais, econômicos e ambientais que excedem a capacidade da comunidade ou sociedade afetada para enfrentar a situação" (UNISDR, 2009).

A ideia de redução do risco contida na denominação desta agência internacional está em sintonia com a argumentação aqui desenvolvida. A gestão do resíduo de desastre deve começar com a revisão dos elementos de origem, ser compreendido como um produto social, como consequência da ação sistêmica da sociedade que vem produzindo e construído cidades, com uma serie de posturas equivocadas e descasos, que acarretou nas crises ambiental e climática: o ambiente usado como suporte para as inscrições capitalistas em diversas escalas, do local ao global, nos colocou nesse patamar de perigo, característico da sociedade contemporânea, cunhada por BECK (2002) como sociedade de risco.

Não há como desconectar risco do encadeamento de modos de produção e de consumo da civilização. Intensificado desde a Revolução Industrial, perpassa pela sequência de revoluções, períodos e transformações históricas, tecnológicas e sociais chegando na fase atual do capitalismo e da modernidade, entre o final do século XX e o início do XXI, marcada por riscos globais que a própria modernização industrial e

tecnológica criou.[3] Embora que os riscos tenham passado a ser transnacionais, difusos e imprevisíveis, os efeitos localizados estão na esfera do planejamento e da gestão local, territorial. Nesse contexto, torna-se essencial a inserção de políticas de educação, especialmente a educação ambiental voltada para o correto descarte e para o tratamento dos resíduos sólidos urbanos, como instrumento de apoio à prevenção e à mitigação desses impactos.

O distanciamento paulatino da relação com o ambiente natural, a fragilização da relação Sociedade-Natureza, e a precarização dos serviços ecossistêmicos no ambiente construído, urbano, está a exigir reconhecimentos de responsabilização, pois que resultou no atual *status quo* da condição urbanístico-ambiental, elevado em potência destrutiva pelos efeitos das mudanças climáticas.

O primeiro reconhecimento, na dimensão econômica, é de ordem conjuntural. O modo capitalista de produção gera a urbanização como processo subsidiário e os excedentes deste modo de produção não estão direcionados a cobrir as externalidades que lhe são intrínsecas: migrações, exclusões e pobreza, conduzindo as cidades ao enfrentamento de quadros lamentáveis de desigualdade estrutural e socioespacial. (Oliveira, 1972).

O segundo, na dimensão ambiental e ecológica, fora ignorado as perdas de cobertura vegetal e os serviços ecossistêmicos, fluxos hídricos naturais foram interceptados, as condições geotécnicas para ocupações urbanas foram desconsideradas, e o consumo orientado ao descarte, enfim, a crise ambiental, quando o foco se amplia para além das questões urbanas, firmou um ponto de inflexão no processo civilizatório, o do limiar para a vida no planeta. A “flecha do aquecimento global já foi disparada”[4], os consequentes efeitos climáticos, já acusam ocorrências em novo padrão de intensidade e frequência, e estão a justificar as recentes adjetivações de injustiça e racismo ambiental e climático. Na verdade, são resultantes, consequência de processos socioeconômicos estruturais, históricos, que levam à distribuição desigual do risco no espaço geográfico.

[3] Perpassa a 2ª. Revolução Industrial (eletricidade, combustão petróleo), a 3ª Revolução Industrial (tecnocientífica, 1950 em diante), quando os avanços científicos e tecnológicos começam a gerar novos tipos de riscos globais. Ligada à globalização e à 4ª Revolução Industrial, pois os riscos deixam de ser locais e passam a ser transnacionais, difusos e imprevisíveis.

[4] Expressão recorrente usada sem identificação autoral, associada a expressão “a flecha do tempo” de Fritjof, Capra. O Ponto de Mutação. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 2006.

O terceiro, na dimensão sociocultural, refere-se à sistemática produção do espaço que cria situações de vulnerabilidades e riscos urbanísticos. Condição que levou o tema ser pautado dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030 da ONU, ODS 11, que visa “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. Riscos que provém do quadro de desigualdades que se cristalizam nas cidades, nas áreas precárias, como ocupações situadas em ambientes frágeis, ambientes naturais valorosos (mata ciliar, margens de mananciais, áreas de recarga de aquíferos etc.), que se constituem nos espaços acessíveis onde parcelas da população privilegiam se acomodar, ainda que precariamente, buscando, na medida do possível, se instalar o mais próximo das amenidades/vantagens que o ambiente urbano oferece, apesar do risco.

As metas do ODS 11, estão todas, direta ou indiretamente, relacionadas ao tema resíduos de desastres, correspondem a:

> [...] dar acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas; aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países; proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo; reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade; reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros; apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento; 2020 aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis; Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais (Agenda 2030, 2015) (grifo nosso).

Neste cenário de desconexão entre meio ambiente e modos de produção e consumo, a questão dos resíduos sólidos é atualizada, destacando-se os resíduos provenientes de desastres como uma peculiaridade da crise climática e ambiental, que já contabiliza eventos de proporções inusitadas. Esse contexto amplia a pauta da gestão do saneamento ambiental ao incorporar a dimensão dos resíduos sólidos de desastres e evidencia a importância da educação ambiental como instrumento de

conscientização da população para o adequado descarte, fortalecendo práticas preventivas.

O Marco de Sendai[5], igualmente, não centra na gestão ex-post do resíduo de desastres, mas na redução do risco de desastres propriamente dito, propondo ações que priorizem: a compreensão do risco de desastres; o fortalecimento da governança do risco de desastres para gerenciar o risco de desastres; investir na redução do risco de desastres para a resiliência; melhorar a preparação para desastres a fim de providenciar uma resposta eficaz e para "Reconstruir Melhor" em recuperação, reabilitação e reconstrução (Marco de Sendai, p. 9).

3 VULNERABILIDADE, RISCO E DESASTRE

Vulnerabilidade, risco e desastre compõem um trinômio relacionado às ameaças que pairam sobre a realidade urbana contemporânea, acentuadas com os efeitos da crise climática. Envolvem consequências materiais, desorganização do bem-estar social, e desestabilizam as comunidades submetidas a tais estresses.

No histórico da cidade de Salvador, são inúmeras as ocorrências de eventos considerados desastres, mas, destas quantas podem ser atribuídas aos efeitos das mudanças climáticas ou são ocorrências do histórico modo de ocupação e de construção das habitações? De fato, esta questão não nos leva ao cerne do problema. Importa para o planejamento e planos de ação de resiliência, nas cidades, bem compreender os conceitos de vulnerabilidade, risco e desastre, e que estes concorram para uma classificação que venha a orientar um planejamento preventivo do desastre, hierarquizando intervenções, que visem preservar a população do perigo, minimizando as perdas envolvidas de patrimônio, do ambiente natural, e de uma reinserção compulsória em novas áreas da cidade, remoção para outras periferias da cidade.

A aproximação destes conceitos será feita percorrendo o trabalho de Cerqueira, 2019[6]. Vulnerabilidade, conforme Cerqueira é um conceito polissêmico e multidimensional, está relacionado à capacidade de resposta a uma dada situação de

[5] Marco Sendai, adotado na Terceira Conferência Mundial sobre a Redução do Risco de Desastres, realizada de 14-18 março de 2015, em Sendai, Miyagi, no Japão.
[6] Tese de Doutorado: Vulnerabilidade socioambiental na cidade do Salvador – Bahia: Análise espacial das situações de risco e ações de resiliência. Disponível em:< http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31931>.

risco, portanto, é desigual quanto ao risco e quanto ao perfil socioeconômico. Vulnerabilidade como resultado da exposição ao risco, infere sobre a capacidade de lidar com riscos. Por esta razão a vulnerabilidade geralmente está adjetivada, referindo à incapacidade de reação num dado sentido: vulnerabilidade social, vulnerabilidade ambiental, vulnerabilidade econômica etc.

Risco e perigo são interligados: risco significa uma possibilidade de ocorrência de eventos perigosos e/ou a percepção da possibilidade de evento perigoso ocorrer. São eventos não constantes e não determinados, estão ligados à previsibilidade/potencialidade em razão da frequência de ocorrência de eventos perigosos, como caracterizado a seguir:

> [...] um processo potencialmente perigoso pode ser definido como risco para as populações afetadas a partir do momento em se torna previsível, seja porque o perigo (*a aléa*) emite sinais prévios, ou seja, em razão sinais de repetição do processo que permite o estabelecimento de uma frequência." (Veyert 2007, p.30 apud Cerqueira, 2019).

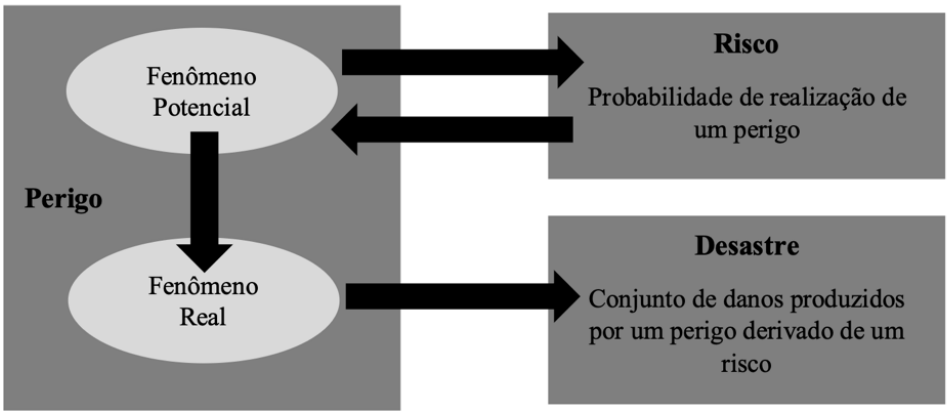
Vale considerar a distinção conceitual entre risco e perigo: risco é probabilístico, situação futura que traz incerteza e insegurança, assim estar em risco é estar suscetível a ocorrência de um perigo; perigo é ameaça potencial, risco a probabilidade de ocorrência de um perigo, assim, não existe risco sem perigo!

Os riscos podem ser agrupados em grandes grupos: riscos ambientais, naturais e naturais agravados pela ação antrópica; riscos tecnológicos; riscos econômicos, geopolíticos e sociais; outros riscos, maiores (Chernobyl, Katrina etc.) e riscos urbanos[7], conforme, Almeida, 2012, apud Cerqueira, 2019).

Dado que a intersecção entre os conceitos de risco, perigo e desastre estabelecem sombreamentos, motiva trazer de modo esquemático a distinção dos conceitos, Figura 01.

[7] Relacionado à territorialização do risco, em razão da complexidade e multidimensionalidade atores e variáveis envolvidas.

Figura 1. Relações entre os conceitos de risco, perigo e desastre



Fonte: Aneas de Castro, 2000, apud Cerqueira, 2019)

Apoiada em amplo levantamento das ocorrências de eventos na cidade do Salvador, historicamente, os riscos mais recorrentes apurados por Cerqueira são: deslizamento de encostas, desabamento de imóveis, alagamentos e deficiência da infraestrutura. Riscos característicos de áreas habitacionais e revelam a precariedade das zonas residenciais, muitas delas enquadradas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). O que não quer dizer que à medida do agravamento dos efeitos climáticos não passemos a lidar com outras situações como a formação de ilhas de calor, elevação do nível do mar, dentre outros.

O Censo do IBGE, 2018, apontava Salvador como a cidade com maior população situada em área de risco, aproximadamente 45,5%. O Censo de 2022 não fornece uma classificação direta de cidades por população em áreas de risco, mas em reportagem de Folha de São Paulo, de novembro 2024, foi noticiada a posição de Salvador com 34,9% da sua população vivendo em favelas, uma das maiores proporções do país.

Embora favelas e área de risco não sejam objetos idênticos de análise, ambos os indicadores exaltam que os índices distinguem Salvador dentre as cidades brasileiras com as maiores precariedades de áreas habitacionais, seja pela condição de risco das implantações, seja pela precariedade construtiva das própria das habitações.

São recorrentes as notícias que apontam desabamentos, desmontes de encostas, alagamentos de extensas áreas urbanas, infraestruturas que se desestabilizam com os volumes e intensidades dos eventos climáticos etc. O problema enseja reflexão aprofundada, fatores de escalas distintas conectam, qualificam e dão a dimensão do problema que justifica a mobilização técnica para a solução do resíduo de desastre.

A hipótese do planejador urbano, que compreende que a sociedade não tem motivação e talvez até mesmo recursos para requalificação de grandes áreas habitacionais, no sentido de reverter com a reconstrução de Zonas de Especiais de Interesse Social, é de que uma estratégia metodológica, antecipatória do desastre pode ser implementada.

4 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Elaborada a partir de reflexões sobre sustentabilidade, resiliência, e inclusão socioeconômica e cultural, a proposta urbanística, que inspira a estratégia metodológica que contempla a postura de intervenção preventiva para o desastre, foi concebida e apresentada no âmbito do Concurso Nacional de Ideias de Arquitetura e Urbanismo, Edital IAB - 001/2014, Programa Bairro da Gente, São Gonçalo do Retiro, Baixinha de Santo Antônio, Salvador, Bahia.

A idealização da estratégia metodológica pretendida resultou numa organização de passos metodológicos, aplicável em planos de requalificação/renovação de áreas precárias urbanas, denominado de Urbetopia (urbe/cidade, topos, lugar)[8]. O termo “flerta” com a sonoridade da palavra utopia, apenas para associar à busca por algo melhor qualificado, mas, plausível, na construção do lugar, no sentido do espaço ao qual se pertence e no qual se funda a marca identitária de uma comunidade.

Os valores privilegiados na Urbetopia, desdobraram-se num elenco de 13 premissas projetuais a partir das quais a foram tomadas as decisões que orientaram o

- [8] SANTOS PEREIRA, M. G. B. G. Urbetopia: sistema teórico-conceitual e metodológico para intervenções sustentáveis em áreas precárias. Estudo de caso: Baixinha de Santo Antônio, São Gonçalo do Retiro. ANDRADE, C; VENTURA, A. **Inovação para sustentabilidade.** In: Secretaria de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (Org.); Deutsche Gesellschat fur Internationale Zusammenarbeit (Org.) Cadernos Temáticos. Salvador, 2020, p. 10-12. Disponível em: http://sustentabilidade.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020-/03/PAINEL_DE_MUDANCAS_CLIMATICAS-ONLINE.pdf. p. 391- 408. ISBN: 978-65-99067-00-6.

partido arquitetônico e urbanístico da intervenção, dentre estas decisões se encontra a postura projetual diretamente relacionada ao tema dos resíduos de desastres, (grifo nosso):

- a liberdade de normas de uma ZEIS (PDDU 2008);
- as áreas críticas de habitação indicadas à remoção e reurbanização, priorizadas por insalubridade, alagamento ou instabilidade do solo;
- os espaços disponíveis para implantação de equipamentos públicos;
- a implantação de rota acessível a meia encosta, visando melhores condições de mobilidade e acessibilidade;
- a equidade e reequilíbrio na oferta de espaços infraestruturados e equipados para reverter a discriminação identificada entre os residentes da cumeada e da baixada;
- a melhoria da circulação de veículos, transporte público e pedestres, com introdução de circulação vertical - planos inclinados;
- a valorização dos fragmentos verdes residuais, articulando-os, viabilizando atividades coletivas e inserção de vegetação de médio porte, amenizando a dominância do construído na paisagem;
- identificação de espaços para a agricultura urbana – espaços residuais e parques;
- ordenamento do espaço para oferecer/ampliar a ofertar de área de lazer para caminhadas, exercícios físicos, esporte, área infantil - parques;
- intervenções no sentido de melhor apropriação de valores ambientais - a cobertura vegetal e as surpreendentes visuais de amplitude.

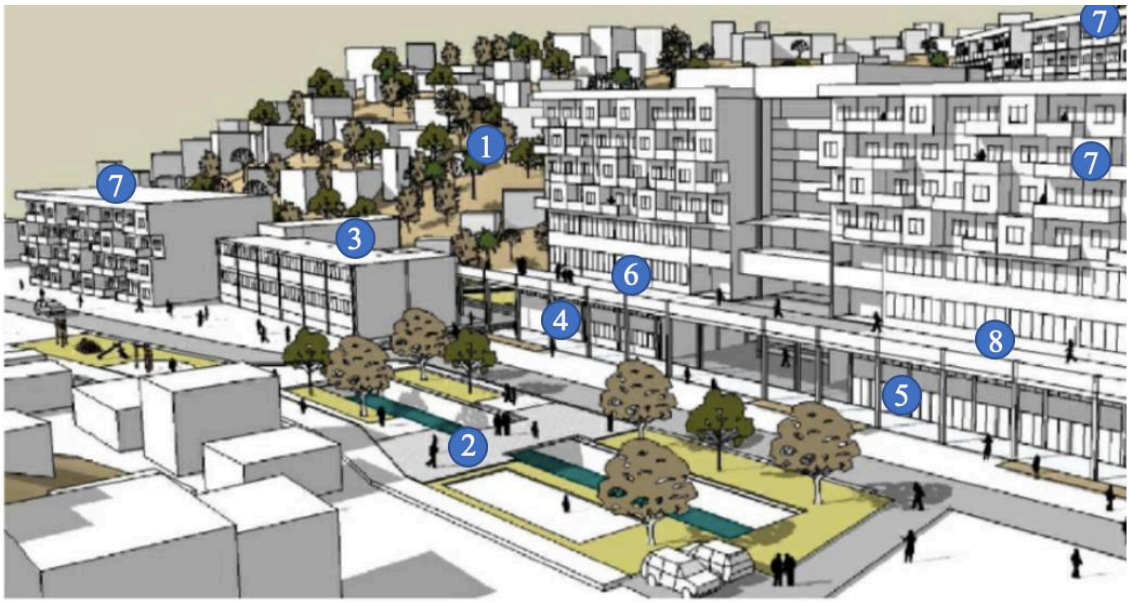
O primeiro olhar, estratégico, sobre o bairro para definir o partido arquitetônico e urbanístico para a intervenção focalizou exatamente as áreas críticas de habitação indicadas à remoção e reurbanização, priorizadas por insalubridade, alagamento ou instabilidade do solo;

Como nos estudos foram valorizados os diferenciais do conhecimento técnico pormenorizado: do meio físico, estudos de hipsometria, domínios geológicos e geotécnicos, hidrografia, cobertura vegetal, uso do solo, tipologia das edificações, infraestrutura urbana, da leitura e interpretação do espaço, captando o que este expressa enquanto possibilidade organizacional e inspiração ao partido arquitetônico e

urbanístico foram mapeadas as áreas que por condições de instabilidade e situadas em áreas de alagamento, deveriam ser removidas e acomodadas o mesmo bairro.

A prevenção do desastre indicando a demolição de toda uma quadra e parcela de encosta, produziu material, entulho selecionado para viabilizar a remodelagem do espaço, criando praça aterrada e abrindo área onde houve a demolição a preparação do terreno para implantação de parque para produção de agricultura, o Parque Vida Verde, Figura 02.

Figura 02 – Imagem proposta baseada na postura preventiva de desastres.



Fonte: proposta concurso nacional IAB, 2014.

A imagem da Figura 2 representa a maior intervenção da proposta: remoção de parte das habitações na encosta onde é definido o Parque Vida Verde (1) para implantação de canteiros coletivos, espaço para a agricultura urbana; remoção de toda uma quadra residencial na planície de alagamento, onde definiu-se um espaço de praça (2) para convivência, realização de feira livre da produção do cultivo local, espaço infantil, e quadra, com resgate da presença do corpo hídricos no trecho da praça, viabilizado por aterro qualificado oriundo das demolições; o programa do CUCA (Centro de Cultura e Cidadania Ativa) centra na dimensão educacional e oferece espaços para usos diversificados: escola (3), creche (4), biblioteca (6), galeria comercial (5), oficinas digitais, salas de desenvolvimento de atividades diversas e espaços de suporte para

politicas públicas, ONGs, associativismo, artesanato (8). Os novos edifícios residenciais (7) abrigam a população residente no bairro, aqueles que foram removidos.

5 CONCLUSÕES

A análise desenvolvida evidencia que os desastres não podem ser compreendidos apenas como eventos fortuitos ou naturais, mas como fenômenos resultantes de processos históricos de urbanização precária, desigualdade socioespacial e modos de produção insustentáveis que fragilizam o equilíbrio entre sociedade e natureza. Nesse contexto, a gestão dos resíduos de desastres deve ser incorporada ao planejamento urbano preventivo, não apenas como resposta emergencial, mas como parte de uma estratégia de resiliência e sustentabilidade.

A proposta metodológica aqui apresentada, inspirada no conceito de Urbetopia, reforça a necessidade de intervir de forma antecipatória nas áreas críticas, articulando requalificação urbanística, inclusão social e reaproveitamento dos resíduos como insumos para novas dinâmicas produtivas e ambientais. Os resíduos de desastres, frequentemente tratados como passivos, podem ser convertidos em recursos estratégicos para a reconstrução, contribuindo para a redução do consumo de matérias-primas virgens, mitigação das emissões de carbono e promoção da economia circular.

Portanto, repensar a relação entre vulnerabilidade urbana, risco de desastres e gestão de resíduos é fundamental para consolidar cidades mais seguras, inclusivas e resilientes. Ao assumir os resíduos como parte de um ciclo produtivo e ao planejar intervenções que reduzam vulnerabilidades estruturais, abre-se caminho para um modelo de urbanismo que reconhece o valor dos recursos disponíveis e que prioriza a prevenção, a justiça socioambiental e o futuro sustentável das cidades. Nesse processo, a educação ambiental desempenha papel relevante na conscientização da população para o adequado descarte e para a minimização dos efeitos nocivos dos resíduos de desastres, fortalecendo políticas de prevenção e adaptação.

Os resultados esperados do Marco de Sendai ainda estão por serem alcançados, mas imprime uma direção, estabelece um horizonte e motiva perseguir “a redução substancial do risco de desastres, expressamente colocando a exigência de exige perseverança e persistência, com foco mais explícito nas pessoas, em sua saúde e

seus meios de subsistência, com acompanhamento regular" (Marco de Sendai, 2015, p.6).

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **Risk Society: toward a new modernity**. Londres. Sage Publications,1992

BRINGHENTI, J. R et al. Proposta de gerenciamento de resíduos de desastres: caso das chuvas intensas no Espírito Santo (Brasil), 2020. In: **Cadernos Técnicos Engenharia Sanitária e Ambiental** | v.3 n.1 | 2023 | 75-85.

CERQUEIRA, Erika. **Vulnerabilidade socioambiental na cidade do Salvador – Bahia: Análise espacial das situações de risco e ações de resiliência**. Tese de Doutorado: PPG/AU-UFBA, 2019.Disponível em:< http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31931>

Folha de São Paulo. **Brasil tem 16,4 milhões vivendo em favelas, diz Censo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br › cotidiano › 2024/11>.

JALLOUL, Hiba at.al. **Disaster Debris into Sustainable Construction Research and Practice**. In: J. Constr. Eng. Manage. 2024, 150(1): 02523001

Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015- 2030. A/CONF.224/CRP.1. Disponível em: <https://defesacivil.rs.gov.br/upload/arquivos/202312/29094818-marco-de-sendai.pdf>

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. In: Estudos CEBRAP, 2, 1972.

Organização das Nações Unidas (ONU Brasil). "Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11.

SANTOS PEREIRA, M. G. B. G. Urbetopia: sistema teórico-conceitual e metodológico para intervenções sustentáveis em áreas precárias. Estudo de caso: Baixinha de Santo Antônio, São Gonçalo do Retiro. ANDRADE, C; VENTURA, A. **Inovação para sustentabilidade.** In: Secretaria de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (Org.); Deutsche Gesellschat fur Internationale Zusammenarbeit (Org.) Cadernos Temáticos. Salvador, 2020, p. 10-12. Disponível em: http://sustentabilidade.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020-/03/PAINEL_DE_MUDANCAS_CLIMATICAS-ONLINE.pdf. p. 391- 408. ISBN: 978-65-99067-00-6.

United Nations Office for Disaster Risk reduction (UNDRR). **2009 UNISDR terminology on disaster risk reduction. Disponível em:** https://www.preventionweb.net/publication/2009-unisdr-terminology-disaster-risk-reduction-non-un-language--translations. Disponível em 15/09/2025.

A SENCIÊNCIA COMO PRINCÍPIO DO DIREITO ANIMAL: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS DO BRASIL

Mariana Oliveira de Vasconcelos[1]

Thiago Pires-Oliveira[2]

RESUMO

O presente artigo científico, evidenciou que o reconhecimento da senciência animal no direito brasileiro representa avanço significativo para a proteção jurídica dos animais, rompendo com o paradigma antropocêntrico tradicional. A análise da jurisprudência dos TRFs demonstra a crescente valorização da sensibilidade animal e do vínculo afetivo, ainda que haja obstáculos normativos e culturais a serem superados. Assim, a consolidação do princípio da senciência como parâmetro jurídico vinculante é fundamental para garantir proteção integral e ética aos animais, promovendo uma mudança cultural indispensável para o Direito Animal.

Palavras-chave: Senciência. Princípios Jurídicos. Direito Animal.

1. INTRODUÇÃO

A senciência é a aptidão que os animais possuem para perceber e sentir o ambiente ao seu redor. Esta aptidão permite aos animais experimentarem sensações físicas, tais como a dor e o prazer, além de emoções como o medo, a alegria e o sofrimento.

No contexto do direito brasileiro, em que os animais historicamente foram concebidos como coisas ou bens, o reconhecimento da sua condição de seres sencientes representa uma ruptura significativa com a tradição antropocêntrica, abrindo espaço para a formação de um estatuto jurídico próprio. Nesse cenário, a Justiça Federal, por meio de seus Tribunais Regionais Federais (TRF's), assume papel central, na medida em que suas decisões não apenas refletem, mas também impulsionam, o avanço da proteção jurídica dos animais, incorporando o princípio da senciência como norma e vetor interpretativo.

Este artigo pretende analisar como a jurisprudência federal tem tratado a questão, verificando em que medida a senciência vem sendo considerada como

1 Graduanda em Direito, Universidade Católica do Salvador, e-mail: mariana.vasconcelos@ucsal.edu.br

2 Doutor em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo (USP), Universidade Católica do Salvador (UCSal), e-mail: thiago.oliveira@pro.ucsal.br.

princípio orientador e quais impactos essa perspectiva pode gerar na consolidação do direito animal no Brasil.

2. OS PRINCÍPIOS DO DIREITO ANIMAL E A SENCIÊNCIA

A tutela jurídica dos animais no Brasil percorreu, historicamente, os caminhos do direito ambiental. A Constituição Federal de 1988 foi responsável por uma mudança significativa no tratamento jurídico conferido aos animais.

Afirma-se isto pelo fato de que foi, a partir dessa norma suprema que fundamenta o ordenamento jurídico, que os animais passaram a ser implicitamente reconhecidos como seres sensíveis a partir da regra constitucional que veda a crueldade contra os animais, segundo o seu art. 225, § 1º, inc. VII.

Em que pese esse comando constitucional estar explicitamente contido no texto dessa norma fundamental estruturante do ordenamento jurídico, as normas que compõem um sistema jurídico não se restringem a regras constitucionais ou infraconstitucionais, mas também a princípios.

Neste momento, importa abordar a teoria dos princípios para o estabelecimento de premissas teóricas visando compreender os próprios princípios aplicados ao campo do Direito Animal.

2.1. OS PRINCÍPIOS JURÍDICOS COMO DIREITO PRESSUPOSTO

A Constituição da República Federativa do Brasil constitui aquilo que Eros Roberto Grau (2008) chama de “direito posto”, pois se trata de um documento que reúne um conjunto de enunciados reconhecidos pelo Estado como direito positivo e que seriam portadores de uma natureza constitucional.

Sucede que os fenômenos jurídicos não se esgotam no direito posto, ou direito subjetivo. Haveria ainda o direito pressuposto que, ainda nas palavras de Eros Grau (2008) seria um produto cultural resultante da sociedade que condiciona a elaboração do próprio direito posto e que seria o local onde se encontrariam os princípios jurídicos.

Neste sentido, afirma o referido jurista: “É que afirmar que o modo de produção da vida social determina o direito é afirmar que o direito pressuposto é um produto

cultural. Cada modo de produção produz a sua cultura e o direito pressuposto nasce como elemento dessa cultura" (GRAU, 2008, p. 64).

Portanto, os princípios jurídicos são fruto do dinamismo que caracteriza a vida social, sujeita a constantes mudanças resultantes dos diferentes fatores econômicos, políticos e culturais que vão interferindo nela. Eles não são criados *ex nihilo* ("do nada"), mas são construções teóricas fruto de uma descoberta doutrinária ou jurisprudencialmente efetuada no interior do ordenamento jurídico.

Corroborando o exposto acima, Eros Grau (2008, p. 70-71) enuncia que:

> Os princípios jurídicos, princípios de direito, não são resgatados fora do ordenamento jurídico, porém descobertos no seu interior. (...) Pois bem: os princípios gerais de um determinado direito são encontrados no direito pressuposto que a ele corresponda. Neste direito pressuposto os encontramos ou não os encontramos; de lá os resgatamos, se nele preexistirem.

Estas premissas doutrinárias de Teoria do Direito se fazem necessárias para que se possa compreender a importância de um princípio jurídico para um ramo do direito. E isso se percebe especialmente em novos direitos, como são os casos do Direito Animal (BRITO; GORDILHO, 2018), do Biodireito (LORENZO, 2019, p. 19) ou do Direito Digital (COSTA, 2023, p. 73), que estão se consolidando como um campo jurídico cada vez mais em distintas sociedades ao redor do Planeta, como é o caso da brasileira.

No caso específico, do Direito Animal, deve ser frisado que constitui uma disciplina autônoma do direito, conforme os parâmetros traçados pelo jurista italiano Alfredo Rocco (1934, p. 72) na primeira metade do século XX. Segundo o citado jurista:

> É que a autonomia duma sciência não deve confundir-se com a sua independência, ou melhor, com o seu isolamento. Para que um corpo de doutrinas tenha razão de existir e de ser considerado como sciência autônoma é necessário e suficiente : i.° que êle seja bastante vasto a ponto de merecer um estudo adequado e particular; 2.° que êle contenha doutrinas homogêneas, dominadas por conceitos gerais comuns e distintos dos conceitos gerais informadores doutras disciplinas; 3.° que possua um método próprio, isto é, que empregue processos especiais para o conhecimento das verdades que constituem o objecto das suas investigações. (ROCCO, 1934, p. 72).

O direito animal seria estudado como um campo jurídico especializado que possui objeto e princípios próprios, o que permite ela ser estudada e compreendida por uma comunidade de juristas especializados na temática como um ramo próprio (PIRES-OLIVEIRA, 2022).

Enquanto o objeto do direito animal é o estudo das relações jurídicas entre os seres humanos e os demais seres integrantes do Reino biológico Metazoa, levando-se em consideração os seus interesses, a compreensão dos princípios desse novo ramo jurídico implica na observância da construção doutrinária que está por traz desse processo de descoberta.

2.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONSOLIDAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO ANIMAL

Pode ser verificado a iniciação deste processo em 2001 com a publicação do livro “Direito dos animais” pelo jurista paulista Diomar Ackel Filho, juiz de direito aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Nesta obra, o referido jurista identifica a existência de três princípios jurídicos: subsistência, respeito integral e representação adequada.

Em meados da década de 2000, o promotor de justiça baiano Luciano Rocha Santana em conjunto com Thiago Pires-Oliveira (2004; 2006) defenderam a proteção da dignidade animal como um dos fins de toda legislação aplicada aos animais.

Nessa mesma época, o professor universitário e promotor de justiça baiano Heron Santana Gordilho (2006) defendeu a tese de doutorado “Abolicionismo Animal” na Universidade Federal de Pernambuco, na qual ele menciona os princípios da não-violência e da dignidade animal como princípios aplicáveis para a proteção dos animais e o combate À sua exploração.

A tese acima referida se converteu em livro cuja segunda edição, publicada doze anos depois, recebeu o título de “Abolicionismo Animal: Habeas Corpus para Grandes Primatas”, no qual ele reafirma a defesa dos princípios da não-violência e da dignidade animal como princípios do direito animal (GORDILHO, 2017).

Essa construção avançou depois com o advogado e professor universitário baiano Tagore Trajano de Almeida Silva defendeu tese de doutorado na Universidade Federal da Bahia em 2013 que se converteu no livro “Direito animal e ensino jurídico: formação e autonomia de um saber pós-humanista”.

No livro retromencionado, Tagore Trajano propõe quatro princípios para o direito animal: dignidade animal, não-violência, antiespecismo, e veganismo. Esta posição seria reafirmada em um artigo no ano seguinte (SILVA, 2014; SILVA, 2015).

Em meados da década de 2010, o promotor de justiça paulista Laerte Fernando Levai (2016) sustentou a defesa do princípio da senciência para o Direito Animal em um artigo publicado na Revista Diversitas, vinculada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Na virada da década de 2010 para 2020, o professor universitário e juiz federal paranaense Vicente de Paula Ataíde Junior (2018; 2020) propôs os seguintes quatro princípios exclusivos para o Direito Animal: dignidade animal; universalidade; primazia da liberdade natural; e educação animalista.

Nesta década de 2020, o Município de São José dos Pinhais, situado no estado do Paraná, aprovou a Lei municipal nº 3.917, de 20 de dezembro de 2021, na qual se instituiu a Política Municipal de Proteção e Atendimento aos Direitos Animais. No seu art. 2º, estão previstos cinco princípios que fundamentam essa política pública: dignidade animal, participação comunitária, educação animalista, cidadania animal e substituição.

Observa-se que o atual estágio do direito brasileiro permite constatar o reconhecimento, nos planos doutrinário e legislativo, de princípios autônomos para o direito animal, os quais tendem a ser exclusivos e distintos dos princípios jurídico-ambientais tradicionais, como os da precaução, da prevenção, da participação popular e da reparação.

Embora os princípios jus-ambientalistas sejam relevantes para a tutela ecológica e também contemplem várias dimensões da proteção da fauna silvestre, tais princípios se mostram insuficientes para responder a demandas específicas pertinentes à dignidade animal.

Essa insuficiência se mostra evidente principalmente quando esses seres deveriam ser tratados como individualidades portadoras de um valor intrínseco condizente com o reconhecimento da afetividade já existente na vida social brasileira, como ocorre normalmente com os animais de companhia (ex.: cães e gatos).

Diante disso e considerando os objetivos delineados acima, este trabalho gostaria de abordar doravante com maior detalhamento um dos princípios do Direito Animal descobertos no ordenamento jurídico: o princípio da senciência.

2.3. PRINCÍPIO JUS-ANIMALISTA DA SENCIÊNCIA

A aptidão dos animais para sentir dor e prazer é algo identificado por filósofos e pensadores de diversas sociedades em diversas épocas, a exemplo do grego Pitágoras, do grego Empédocles, do grego-romano Plutarco, do egipto-romano Plotino e o fenício-romano Porfírio de Tiro, filósofos da Antiguidade Clássica que consideravam moralmente errado maltratar animais para atender a meros interesses humanos (GORDILHO, 2006; GORDILHO, 2017).

Contudo, na Modernidade, seria a partir da Grã-Bretanha, durante a segunda metade do século XVIII, que se identifica o surgimento de diversos pensadores, filósofos, reformadores sociais e teólogos que passaram a defender uma proteção dos animais em face do sofrimento causado por práticas culturais comuns naquele período.

Um dos pioneiros dessa onda foi o teólogo britânico Humphrey Primatt que em seus escritos morais abordava a questão, porém, será o filósofo e jurista britânico Jeremy Bentham (1823) que colocará em evidência a questão do sofrimento animal no âmbito do direito positivo, ao questionar se eles não seriam capazes de sofrer. Essa pergunta continua a ser o norte para a ética animal, desafiando-nos a estender nosso círculo de consideração moral a todos os seres sencientes.

O reconhecimento jurídico do princípio da senciência constitui um elemento importante para o enfrentamento da cultura de crueldade animal. Esta se encontra vinculada à coisificação de seres sensíveis que não se encontram incluídos na comunidade moral e jurídica pelo fato do atual direito positivado pelo Código Civil de 2002 conferir o tratamento dos animais como bens semoventes, de acordo com o art. 82 do referido Código.

Esta exclusão jurídica envolve desde barreiras político-ideológicas, ex. o especismo, até mesmo obstáculos jurídico-institucionalizados, por exemplo: legislação ou decisões judiciais que toleram ou amparam a prática da crueldade contra os animais.

Como vem sendo exposto até aqui, o Direito Animal possui ferramentas que permitem intervir na cultura humana, pois seu instrumental ao ser dotado dos elementos axiológicos e normativos influenciam os mais distintos padrões comportamentais.

Consequentemente, caso ainda persista a cultura da crueldade contra os animais, é de se perquirir sobre o papel desempenhado pela omissão dos operadores do direito em enfrentar adequadamente o problema.

Laerte Levai (2016) adverte que o exame de diplomas legais a exemplo da Lei de Crimes Ambientais (Lei federal 9.605/98), da Lei Arouca (Lei federal 11.794/08) e da Lei do Abate Humanitário em São Paulo (Lei estadual 7.705/92, com alterações da Lei estadual 10.470/99), evidencia um paradoxo normativo: ao tempo em que reconhecem implicitamente a sensibilidade dos animais ao prever medidas como insensibilização prévia, morte humanitária ou eutanásia em casos de sofrimento intenso, também admitem e legitimam práticas cruéis em nome de costumes, da alimentação e do progresso científico.

Esse cenário reforça a necessidade de consolidação do princípio da senciência, entendido como parâmetro jurídico capaz de orientar a interpretação normativa de forma a garantir a consideração moral e a proteção efetiva dos animais enquanto sujeitos de direito (LEVAI, 2016).

A aplicação da senciência como um critério válido para a produção de normas que impactam na relação humano-animal ganharam um novo fundamento, a partir da década de 2010, com a proclamação da Declaração de Cambridge sobre a Consciência Animal, escrita pelo neurocientista canadense Philip Low e proclamada por um grupo de cientistas reunidos em Cambridge (Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte), em 7 de julho de 2012, na Conferência Memorial Francis Crick sobre a Consciência em animais humanos e não-humanos, realizada no Churchill College da Universidade de Cambridge.

Segundo a Declaração de Cambridge de 2012:

> A ausência de um neocórtex não parece impedir que um organismo experimente estados afetivos. Evidências convergentes indicam que os animais não humanos têm os substratos neuroanatômicos, neuroquímicos e neurofisiológicos de estados de consciência juntamente como a capacidade de exibir comportamentos intencionais. Consequentemente, o peso das evidências indica que os humanos não são os únicos a possuir os substratos neurológicos que geram a consciência. Animais não humanos, incluindo todos os mamíferos e as aves, e muitas outras criaturas, incluindo polvos, também possuem esses substratos neurológicos.

A Declaração de Cambridge de 2012 tem sido um documento importante, pois ele fornece uma base científica consistente para afirmar que animais, em especial todos os cordados da classe dos mamíferos e das aves, além de outras espécies, incluindo alguns invertebrados, como os polvos que compõe a ordem O*ctopoda*, possuem substratos neurológicos que lhes permitem vivenciar dor, prazer e estados afetivos complexos.

A conjugação desse reconhecimento científico efetuado pela Declaração de Cambridge em 2012 com a regra constitucional que proíbe a crueldade contra os animais contida no art. 225, § 1º, inc. VII, oferece um importante alicerce para a consagração da ideia de que a senciência seria um princípio jurídico existente no ordenamento jurídico brasileiro.

De acordo com o jurista paraibano Arthur H.P. Régis (2018), a senciência animal norteia a ordem jurídica nacional, ainda que implicitamente e/ou de forma reflexa, visto que há a vedação e a tipificação da prática de maus-tratos aos animais como como crime. Logo, o Estado brasileiro recepciona o referido conceito, ainda que a natureza jurídica dos animais até aquela época ainda se encontrasse sob a égide da coisificação.

Essa realidade se encontra em mutação, principalmente quando se leva em conta que atualmente tramita no Congresso Nacional a reforma do Código Civil vigente, cujo anteprojeto de lei, apresentado pela Comissão de Juristas, presidida por Luis Felipe Salomão, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e instituída pelo Senado Federal, por meio do Ato nº 11/2023, do presidente daquela Casa Legislativa, faz menção explícita à senciência no artigo que trata da natureza jurídica dos animais.

De acordo com o referido Anteprojeto, foi proposta a criação da Seção VI, específica para tratar dos animais, a ser inserida no atual Código Civil, a qual acrescentaria também o artigo 91-A, com a seguinte redação:

> Seção VI
> Dos Animais
> Art. 91-A. Os animais são seres vivos sencientes e passíveis de proteção jurídica própria, em virtude da sua natureza especial.
> § 1º A proteção jurídica prevista no *caput* será regulada por lei especial, a qual disporá sobre o tratamento físico e ético adequado aos animais.
> § 2º Até que sobrevenha lei especial, são aplicáveis, subsidiariamente, aos animais as disposições relativas aos bens, desde que não seja incompatíveis com a sua natureza, considerando a sua sensibilidade. (sublinhados nossos)

Levando em consideração o atual estágio do conhecimento científico, das normas já positivadas no direito do Brasil e da doutrina jurídica, pode-se observar que já existiriam fundamentos para a elevação do critério da senciência à condição de princípio jurídico vinculante.

Neste sentido, a compreensão do Direito Animal como um campo jurídico consolidado possui um papel significativo, especialmente para efeitos de cumprimento de sua finalidade epistemológica que consiste em estudar as relações entre seres humanos e animais visando a proteção destes últimos.

3. O RECONHECIMENTO DA SENCIÊNCIA EM DECISÕES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

Os princípios jurídicos, tais como a senciência, constituem elementos estruturantes do ordenamento jurídico que são frequentemente aplicados pelo Poder Judiciário em seu papel de intérprete e aplicador do Direito.

Neste aspecto, considerando que o princípio da senciência configura uma realidade existente no ordenamento jurídico e não uma mera construção intelectual individualizada, passa-se a uma análise de julgados produzidos por tribunais vinculados à Justiça Federal do Brasil.

A Organização Judiciária do Brasil é composta por diversos tribunais que exercem diversas competências jurisdicionais dentro do que foi estabelecido pelo Poder Constituinte originário de 1988. Neste sentido, o art. 92 da Constituição Federal é hialino em expor a estrutura do Judiciário brasileiro:

> Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:
> I - o Supremo Tribunal Federal;
> I-A o Conselho Nacional de Justiça; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
> II - o Superior Tribunal de Justiça;
> II-A - o Tribunal Superior do Trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 92, de 2016)
> III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;
> IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;
> V - os Tribunais e Juízes Eleitorais;
> VI - os Tribunais e Juízes Militares;
> VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

Considerando os estreitos limites deste trabalho, optou-se por fazer um recorte de um tipo específico de jurisprudência: as decisões proferidas pelos Tribunais Regionais Federais, referidos no art. 92, inc. III, da Constituição Federal.

Utilizando a ferramenta da jurisprudência

A análise jurisprudencial dos Tribunais Regionais Federais (TRFs) brasileiros indica que a senciência animal tem, progressivamente, influenciado decisões judiciais do Tribunal estudado, no caso o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Veja-se:

> E M E N T A PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM. TUTELA ANTECIPADA. ANIMAL SILVESTRE. GUARDA DOMÉSTICA PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. Agravo de instrumento interposto contra r. decisão que, em ação pelo procedimento comum, deferiu antecipação de tutela "para conceder a guarda/posse provisória do animal silvestre papagaio (Amazona aestiva) de nome "Juca" à autora, nomeando a autora como depositária do mesmo, até o julgamento final da lide". II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Discute-se a possibilidade de concessão de guarda provisória doméstica de animal silvestre, diante da alegada ausência de interesse de agir, da ilegitimidade passiva do IBAMA e da inexistência de prova da impossibilidade de reinserção do animal na natureza. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O Supremo Tribunal Federal declarou, em repercussão geral, ser inconstitucional a existência de prévia postulação administrativa como condição de procedibilidade de ação previdenciária quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado (Tema 350). 4. Em atenção aos princípios da razoabilidade e do acesso à Justiça, entendo aplicável o entendimento na esfera administrativa ambiental, em especial porque é notório que a Administração se opõe à pretensão do particular, como se observa das razões recursais. 5. Afasto a preliminar de ilegitimidade, dado que o artigo 8º, XIX, da LC nº. 140/11 atribui competência aos Estados para aprovação de criadouros da fauna silvestre. No caso concreto, contudo, objetiva-se a regularização da posse provisória de uma única ave. 6. O Superior Tribunal de Justiça admite a manutenção de animal silvestre em ambiente doméstico, quando adaptado ao cativeiro por muitos anos e, especialmente, quando não é recomendável o seu retorno ao habitat natural (AgInt no AREsp 668.359/RS). Precedentes recentes desta Corte Regional no mesmo sentido. 7. No caso concreto, consta da petição inicial que a parte autora está com o papagaio desde 2006. Não há qualquer notícia nos autos acerca de maus-tratos - pelo contrário, as imagens e vídeo demonstram vínculo entre a parte autora e o animal. Quanto à possibilidade de reinserção, trata-se de matéria de fato a ser esclarecida ao longo da instrução, em contraditório. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Agravo de instrumento desprovido. 9. Tese de julgamento: é possível a concessão de tutela antecipada para guarda doméstica de animal silvestre adaptado ao convívio humano, observadas as peculiaridades do caso concreto. _____ Dispositivos relevantes citados: LC nº. 140/11, art. 8º, XIX. Jurisprudência relevante citada: Tema 350 - STF, RE 631240, Tribunal Pleno, julgado em 03-09-2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-220 DIVULG 07-11-2014 PUBLIC 10-11-2014 RTJ VOL-00234-01 PP-00220, Rel. Min. ROBERTO BARROSO; STJ, 1ª Turma, AgInt no AREsp n. 668.359/RS, j. 28/11/2017, DJe de 05/12/2017, rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO; TRF-3, 6ª Turma, ApCiv 5030807-57.2022.4.03.6100, j. 25/10/2024, Intimação via sistema DATA: 29/10/2024, Rel. Des. Fed. LUIZ ALBERTO DE SOUZA RIBEIRO; TRF-3, 6ª Turma, ApCiv 5004422-

> 33.2023.4.03.6328, j. 27/09/2024, Intimação via sistema DATA: 04/10/2024, Rel. Des. Fed. MAIRAN GONCALVES MAIA JUNIOR; TRF-3, 4ª Turma, ApCiv 5007028-24.2023.4.03.6105, j. 23/09/2024, DJEN DATA: 01/10/2024, Rel. Des. Fed. MARCELO MESQUITA SARAIVA.(AGRAVO DE INSTRUMENTO ..SIGLA_CLASSE: AI 5000068-63.2025.4.03.0000 ..PROCESSO_ANTIGO: ..PROCESSO_ANTIGO_FORMATADO:, Desembargadora Federal GISELLE DE AMARO E FRANCA, TRF3 - 6ª Turma, DJEN DATA: 12/06/2025 ..FONTE_PUBLICACAO1: ..FONTE_PUBLICACAO2: ..FONTE_PUBLICACAO3:.)

O agravo de instrumento analisado trata da concessão de guarda provisória doméstica a um papagaio silvestre adaptado ao convívio humano, decisão que reflete avanços relevantes na proteção jurídica dos animais no Brasil.

O TRF da 3ª Região reconheceu a legitimidade da tutela antecipada com base na adaptação do animal e no vínculo afetivo com a guardiã, dando cumprimento ao princípio da senciência ao valorizar a sensibilidade do animal e a necessidade de evitar sofrimento.

Além disso, afastou barreiras burocráticas com fundamento no acesso à Justiça e princípios de razoabilidade, fortalecendo a efetividade da proteção animal. Entretanto, esta decisão evidencia limites e desafios persistentes no ordenamento jurídico brasileiro.

De modo que, por um lado, embora admita a guarda provisória em situações de convivência prolongada e ausência de maus - tratos, ainda deixa claro que a reinserção do animal ao habitat natural deve ser objeto de avaliação técnica durante a instrução , o que pode de fato prolongar indefinições sobre a situação do animal.

Por outro lado, há uma lacuna normativa quanto à guarda definitiva, gerando insegurança jurídica para tutores que, na prática , assumem a responsabilidade permanente sobre animais silvestres adaptados.

Além disso, a rejeição da preliminar de ilegitimidade do IBAMA demonstra o emaranhado federativo na gestão ambiental, o que pode dificultar a atuação coordenada e a efetividade da proteção animal.

Assim, embora a decisão seja adequada e justa no caso concreto, ela expõe a necessidade de avanços legislativos e administrativos que contemplem com mais clareza as situações de guarda de animais silvestres domesticados, garantindo proteção efetiva ao animal e segurança jurídica ao guardião.

O Poder Judiciário cumpre papel fundamental na proteção desses direitos, entretanto, a estabilidade e efetividade do regime dependem de modernização normativa e alinhamento das políticas públicas ambientais com as realidades sociais e afetivas envolvidas.

Diante do exposto, a decisão do TRF-3 é positiva e demonstra evolução na jurisprudência, mas também abre espaço para debate sobre os desafios legais ainda existentes na proteção de animais silvestres mantidos em domicílio, demarcando a urgência de ajustes legais e de aprimoramento dos critérios técnicos para a guarda, reinserção e proteção definitivas desses animais.

> E M E N T A APELAÇÃO. DIREITO ADMINISTRATIVO. AVE SILVESTRE. PAPAGAIO (AMAZONA AESTIVA). DOMESTICADO. CONVIVÊNCIA POR 27 ANOS. AUSÊNCIA DE MAUS TRATOS. MANUTENÇÃO DA GUARDA. POSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO. - No caso dos autos, o convívio da autora com os três jabutis em questão é longo, pois, de acordo com a exordial, os animais foram adquiridos pela genitora da demandante há mais de 52 (cinquenta e dois) anos. -Portanto, muito razoável supor que uma possível separação, máxime abrupta, traga sofrimento para os animais. Como vimos, senciente que são, sentem fome (podem ter o hábito de ser alimentado pela dona), sentem frio, sentem dor. Compreendo que não é razoável a interrupção desse convívio. - No caso em exame, o IBAMA não trouxe aos autos nenhum documento que demonstre estarem os animais sofrendo maus-tratos. Alega apenas vagamente que "não consta, nos presentes autos, nenhum Laudo Veterinário ou fotografia dos animais, portanto, não é possível opinar sobre a alegação que os animais são bem tratados pela autora" (ID 295830399). -Relatórios Médicos (IDs 269464523), emitidos em 12/11/2022 e firmados pela veterinária Dra. Rosana M. Périgo (CRMV/SP n. 24781) para cada um dos três jabutis, "atesto que o paciente acima descrito, encontra-se com os parâmetros vitais dentro da normalidade, estando devidamente saudável e nutrido através do manejo impecável da tutora acima descrita". -Mantida, portanto, a decisão agravada. Precedentes -Agravo Interno desprovido (APELAÇÃO CÍVEL ..SIGLA_CLASSE: ApCiv 5030807-57.2022.4.03.6100 ..PROCESSO_ANTIGO: ..PROCESSO_ANTIGO_FORMATADO:, Desembargador Federal LUIZ ALBERTO DE SOUZA RIBEIRO, TRF3 - 6ª Turma, Intimação via sistema DATA: 29/10/2024 ..FONTE_PUBLICACAO1: ..FONTE_PUBLICACAO2: ..FONTE_PUBLICACAO3:.)

A apelação analisada reafirma a possibilidade de manutenção da guarda de animal silvestre e jabutis que convivem com a tutora há décadas, com base no reconhecimento da senciência e do vínculo afetivo estabelecido. A decisão valoriza relatórios médicos veterinários que comprovam o bom estado de saúde dos animais, descartando alegações genéricas de maus-tratos. O Judiciário tem valorizado o vínculo afetivo entre o animal e seus tutores, considerando que a reinserção abrupta na natureza pode prejudicar o bem-estar do animal. Apesar disso, a legislação ambiental brasileira não prevê a guarda definitiva desses animais, gerando insegurança jurídica e

conflitos entre proteção ambiental e direitos dos guardiões. É importante salientar que as decisões tentam equilibrar esses interesses com base no princípio da razoabilidade, mas dependem do convencimento judicial. Esse entendimento traz avanços na proteção animal e na consideração das relações afetivas, contudo, expõe limitações normativas e desafios para a conservação ambiental, evidenciando a necessidade de atualização legal que harmonize proteção ambiental, bem estar animal e direitos sociais.

4. CONCLUSÃO

A análise realizada demonstra que o reconhecimento da senciência animal representa um marco essencial para a superação do paradigma antropocêntrico que historicamente reduziu os animais à condição de objetos de direito.

A jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais estudados, no caso o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, evidencia avanços significativos ao incorporar a sensibilidade e o vínculo afetivo na apreciação de demandas envolvendo animais, sinalizando uma progressiva consolidação do Direito Animal como ramo autônomo no ordenamento jurídico brasileiro.

Contudo, os precedentes analisados também revelam contradições e limitações, sobretudo pela permanência de um modelo normativo que, ainda que reconheça a sensibilidade dos animais, admite práticas que perpetuam a sua coisificação.

Essa tensão demonstra a necessidade de afirmação explícita do princípio da senciência como parâmetro jurídico vinculante, capaz de orientar de forma consistente a hermenêutica judicial e garantir a proteção integral dos animais enquanto subjetividades que eles são, portadoras de interesses e direitos em termos morais conforme o ética patocêntrica ou senciocentrismo.

A consolidação do princípio da senciência no campo jurídico não implica apenas uma mudança normativa, mas sobretudo cultural e ética, que exige do Poder Judiciário, do legislador e da comunidade jurídica um compromisso efetivo com a dignidade animal.

Somente assim será possível construir um sistema jurídico de proteção coerente e justa, que seja capaz de assegurar aos animais o reconhecimento devido como integrantes de uma comunidade moral e jurídica plural e inclusiva.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Núcleo Tangre Paranhos de Investigação e Extensão em Justiça Ambiental, Ecologia Decolonial e Crítica da Sustentabilidade do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica do Salvador pelo apoio a esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ACKEL FILHO, Diomar. **Direito dos animais**. São Paulo: Themis, 2001.

ATAÍDE JÚNIOR, Vicente de Paula. Introdução ao direito animal brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 13, n. 3, 2018.

ATAÍDE JÚNIOR, Vicente de Paula. Princípios do direito animal brasileiro. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA**, Salvador, v. 30, n. 1, 2020.

BENTHAM, Jeremy. **An introduction to the principles of morals and legislation**. London: W. Pickering, Linconln´s inn fields; E. Wilson, Royal Exchange, 1823, v. 2.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. **Agravo de Instrumento n. 5000068-63.2025.4.03.0000**. Rel.: Des. Fed. Giselle de Amaro e França, 6ª Turma. Data de julgamento: 03 jun. 2025.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. **Apelação Cível nº 5030807-57.2022.4.03.6100**. Rel.: Des. Fed. Luiz Alberto de Souza Ribeiro. 6ª Turma. Data de Julgamento: 25 out. 2024.

BRITO, Fernando de Azevedo Alves; GORDILHO, Heron José de Santana. As Dimensões da Autonomia do Direito Animal: em direção a uma nova disciplina jurídica no Brasil. In.: ARAÚJO, Ana Thereza Meireles; AGUIAR DA SILVA, Monica Neves; GORDILHO, Heron José de Santana (orgs.). **Biodireito e direitos dos animais: Anais do XXVII Encontro Nacional do CONPEDI**. Florianópolis: CONPEDI, 2018.

COSTA, Aline Moerbeck. **Juventudes e direitos humanos: redes, violências e representações na era digital**. Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador, Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Salvador, 2019.

Declaração de Cambridge sobre a Consciência Animal. Cambridge, 7 jul. 2012. Disponível em: https://labea.ufpr.br/portal/wp-

content/uploads/2014/05/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Cambridge-sobre-Consci%C3%AAncia-Animal.pdf. Acesso em: 21 set. 2025.

GORDILHO, Heron José de Santana. **Abolicionismo animal**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Direito, Recife, 2006.

GORDILHO, Heron José de Santana. **Abolicionismo animal: Habeas Corpus para Grandes Primatas**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2017.

GRAU, Eros Roberto. **O direito posto e o direito pressuposto**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

LEVAI, Laerte Fernando. Direito animal: uma questão de princípios. **Revista Diversitas**, São Paulo, a. 4, n. 5, 2016.

LORENZO, Deivid Carvalho. **Pais e filhos sob o domínio da biotecnologia: reprodução assistida e alteridade na família contemporânea**. Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador, Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Salvador, 2019.

PIRES-OLIVEIRA, Thiago. Direito Animal: Uma Introdução Crítica. In: MARQUES, Letícia Yumi; VAITEKUNAS, Tiago Cardoso (orgs.). **Tutela dos animais no direito ambiental e no direito animal**. São Paulo: Letras Jurídicas, 2022.

ROCCO, Alfredo. **Princípios de direito comercial**. Trad.: Cabral de Moncada. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1934.

RÉGIS, Arthur H. P. (2018). Recepção da senciência animal pelo estado brasileiro. **Revista Latino-Americana de Direitos da Natureza e dos Animais**, v. 1, n. 2, 2018.

SANTANA, Luciano Rocha; SOUZA, Mariângela Freitas de Almeida; MCGREGOR, Elizabeth; PIRES-OLIVEIRA, Thiago. Posse Responsável e Dignidade dos Animais. In BENJAMIN, Antônio Herman V. (org.). **Anais do 8º Congresso Internacional em Direito Ambiental, de 31 de maio a 03 de junho de 2004: Fauna, Políticas Públicas e Instrumentos Legais**. São Paulo: IMESP, 2004.

SANTANA, Luciano Rocha; PIRES-OLIVEIRA, Thiago. Guarda responsável e dignidade dos animais. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 1, n. 1, 2006.

SANTANA, Luciano Rocha; PIRES-OLIVEIRA, Thiago. **Direito da Saúde Animal**. Curitiba: Juruá, 2019.

SILVA, Tagore Trajano de Almeida. **Direito animal e ensino jurídico: formação e autonomia de um saber pós-humanista**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Direito, Salvador, 2013.

SILVA, Tagore Trajano de Almeida. **Direito animal e ensino jurídico: formação e autonomia de um saber pós-humanista**. Salvador: Evolução, 2014.

SILVA, Tagore Trajano de Almeida. Princípios de proteção animal na Constituição de 1988. **Revista de Direito Brasileira**, v. 11, n. 5, 2015.

EIXO 6

ESPERANÇA E JUSTIÇA SOCIAL

“A DONA DO TERREIRO”: RELATOS DE ANCESTRALIDADE COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DA SUBJETIVIDADE

Maísa Santos de Oliveira[1]

Isael de Jesus Sena[2]

RESUMO

A construção da subjetividade dentro de um recorte de gênero diferencia-se de acordo com os contextos sócio-históricos que regem as interações entre indivíduos. No Brasil patriarcal e intolerante, as características femininas valorizadas tendem a ser reprodutoras de estereótipos limitantes. Nessa perspectiva, o presente trabalho busca entender as ramificações sobre as mulheres de Candomblé, sua visão de mundo, de si mesmas e de sua ancestralidade, com o objetivo de compreender sua construção de subjetividade em meio ao funcionamento hierárquico e sagrado no que tange a participação feminina na religião. Trata-se de um estudo documental a partir da análise de relatos presentes no documentário “A dona do terreiro”, no qual expõe-se a importância dos dogmas religiosos, suas linhas de construção de universo e dos fazeres cotidianos dentro dos terreiros como aspectos estruturantes na formação dessas mulheres e no fortalecimento de características empoderadoras como herança intergeracional.

Palavras-chave: Mulheres. Candomblé. Subjetividade. Ancestralidade.

1 INTRODUÇÃO

Pensar nos conceitos da psicologia e seus objetos de estudo é também embarcar na compreensão do ser humano envolto dos aspectos de constituição da subjetividade. Apesar de encarada majoritariamente como aquilo que compreende o interior do indivíduo e sua psiquê de forma estritamente individual, Prado Filho e Martins (2007) trazem uma perspectiva histórico-cultural ao determinar a subjetividade enquanto uma construção atravessada também pelos processos externos ao sujeito e como esse as internaliza, salientando, inclusive, a dinâmica das relações de poder e saber na ótica social. Tomando esse conceito como ponto de partida, ao longo dos séculos, o olhar social acerca de distintos aspectos constroem e desconstroem variáveis lentes que determinam modelos de funcionamento de um grupo em um espaço geográfico, definindo normas, ideologias e comportamentos para a vivência entre pares. Nas esferas que trazem à tona o discurso de gênero, essas determinações sociais dispõem de uma série de padrões comportamentais esperados e condicionados às lógicas hegemônicas que regem a sociedade e a molda. É a partir desse contexto,

[1] Bacharel, Universidade Católica do Salvador, maisa.oliveira@ucsal.edu.br.
[2] Doutor, Universidade Católica do Salvador, isael.sena@pro.ucsal.br.

no Brasil e em grande parte do mundo, que as perspectivas sociais são construídas através de um raciocínio patriarcal e dicotômico que atravessa o cotidiano de mulheres nos mais diversos âmbitos de suas vidas. A construção da subjetividade feminina até os dias atuais encontra-se, nessas sociedades, cercada de um passado histórico que impõe papeis sociais de gênero e delimitam seu o “estar no mundo” baseados em valores centrados, complementares e submissos à figura masculina, afastando a concepção do conceito de “ser mulher” de funções consideradas superiores com a justificativa de diferenças biológicas e predisposições naturais (VANALI, KOMINEK, BOBER, 2023; GABATZ, 2016). Para Vasconcelos (2005), o entendimento sobre ser mulher no contexto social pode ser exemplificado pelo reforço da dualidade de conceitos religiosos atribuídos a figuras femininas marcantes. Justamente por isso, as esferas sociais, de gênero e religiosas impactam diretamente na construção da subjetividade e perspectivas de mundo dessas mulheres.

Dessa maneira, através da compreensão acerca da influência religiosa como produtora de grande impacto nas construções sociais, as religiões de matriz africana retratam um entendimento que diverge dos culturalmente demarcados. Segundo Passos (2021), a manutenção e adaptação gradual do Candomblé enquanto religião brasileira ocorre de maneira heterogênea, promove uma resistência oral entre gerações, distingue-se na diversidade de cultos e estabelece uma relação social e política. Nesse sentido, o Candomblé concebe uma noção distinta ao diminuir algumas limitações binárias em suas funcionalidades, partindo de uma cosmovisão ancestral de sobrevivência, tomando como foco o que Stoliar e Miranda (2022) denominam de “cosmogonia afro-diaspórica iorubá”. É nesse contexto que insere-se as nomenclaturas na composição da pirâmide hierárquica religiosa. A palavra Iyalorixá é traduzida como a ‘mãe-de-santo’, principal figura na tomada de decisões, comandos e guia dos filhos da casa, com maior domínio dos dogmas e autoridade entre os membros participantes, assim como pode-se citar as Ekedis, Ebomis, Iaôs e Abiãs, perpassando toda a hierarquia feminina religiosa. Além disso, as divindades femininas, Yabás, constituem uma diversidade de manifestações simbólicas com cada entidade possuindo características específicas, além de cores e elementos (Figura 1). Cada membro iniciado no Candomblé, tendo seu orixá definido, toma esse como um modelo a ser seguido, reforçando o ser, agir e estar no mundo. Para as mulheres, compreender essas possibilidades na hierarquia e com representações de diferentes personalidades as

quais passam a identificar-se ou reproduzir, é também ir de encontro aos limites sócio-historicamente definidos acerca de seus comportamentos e construção de identidade, ao ponto de explorar suas próprias interpretações e sentidos sobre si e sobre o mundo.

FIGURA 1 - REPRESENTAÇÃO DAS YABÁS OXUM, IEMANJA, IANSA/OYA, NANÃ



Fonte: LOESER, 2023

Dessa forma, entendendo que a lacuna de visibilidade e de estudos causam um déficit sobre esse universo e seus impactos na vida dessas mulheres, o artigo norteia-se a partir do objetivo geral de entender como as mulheres de candomblé constroem suas subjetividades na religião, bem como analisar os relatos e vivências de mulheres no Candomblé, entender as funções dessas mulheres na prática religiosa de Candomblé, analisar os efeitos da hierarquia religiosa na subjetividade de mulheres candomblecistas e compreender como a construção religiosa do Candomblé impacta na perspectiva de mulheres dentro da religião. Para isso, nas seguintes seções, os resultados serão analisados a partir de três categorias. Na primeira seção abordaremos “a estrutura hierárquica dos terreiros”, como segundo ponto “a compreensão do “ser mulher””, e, por fim “a construção da subjetividade atrelada ao candomblé”. Enquanto metodologia, trata-se de um trabalho de pesquisa documental com abordagem qualitativa, tomando como base a análise de conteúdos dos relatos de mulheres de terreiros presentes no documentário “A Dona do Terreiro”, de 2016, disponível e acessado pela plataforma Youtube. O documentário foi produzido por Deisy Anunciação como parte dos requisitos avaliativos de Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Jornalismo pelo Centro Universitário FIAM-FAAM, São Paulo, contando com entrevistas em terreiros localizados na Bahia e São Paulo. Assim, a pesquisa documental tem como foco a investigação com fonte por meio de documentos acerca de questões e problemáticas específicas (SA-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009), baseando-se na metodologia de estudo coletivo aprofundado dos casos ao explorar pontos de vistas distintos que trazem à tona um cenário contextualizado sobre o tema. Ob jetiva uma análise mais aprofundada acerca do objeto estudado, com

fundamentação em seus aspectos unitários e as variáveis surgidas através dos relatos do sujeito que vivencia essas realidades. Assim, a utilização desse delineamento torna-se fundamental ao acesso dessas distintas perspectivas ao serem comparadas a teoria, através da ampliação dos sentidos da pesquisa em abordagem qualitativa, caracterizada pelo foco no contexto ao retratar a realidade sob diferentes pontos de vista (VENTURA, 2007; SERRALTA, NUNES, EIZIRIK, 2011). Como trajetória de pesquisa para escolha documental, inicialmente foi realizada a pesquisa de documentos, mídias físicas e digitais, analisando possíveis fontes que relataram a experiência necessária aos objetivos do trabalho, encontradas através das palavras chaves “relatos mulheres de candomblé acervo documental” na categoria Maps, Fotos e Vídeos da ferramenta de buscas “Google”. Enquanto requisitos de escolha, buscou-se uma abordagem representante da realidade de mulheres praticantes do Candomblé, com relatos que retratam acerca do lugar ocupado pela mulher na religião, dos aspectos hierárquicos e do aspectos religiosos que cercam o feminino, de forma a ter acesso as vozes que vivenciam ativamente a tradição religiosa em terreiros de Candomblé. Não foram escolhidos documentos que retratam a experiência religiosa e histórica de modo geral, a fim de preservar o recorte de gênero. Além disso, também foram descartados documentos com um único relato, fonte única, com o intuito de trazer falas de mulheres distintas, tendo como ponto inicial a análise da diversidade presente nos discursos, ainda que em concordância.

Para análise dos dados, foram escolhidas e transcritas relatos condizentes com os principais aspectos propostos no presente trabalho, delimitando e agrupando os tópicos trazidos no documentário em dois pontos: questões hierárquicas e estruturais da vivência religiosa, e perspectiva acerca da atuação e papel social das mulheres de Candomblé, transpassando a religião. Em cada categoria, serão expostas as principais falas para a composição da proposta de análise e tomando como base a importância que cada uma possui para compreender a subjetividade dessas mulheres. A partir disso, foi realizada a sistematização de conteúdos a fim de compreender a perspectiva das mulheres entrevistadas no documentário em comparação ao observado na pesquisa bibliográfica, utilizando-se da psicologia na concepção subjetiva e de estudos sócio-religiosos. De maneira descritiva baseada nos relatos selecionados, seguindo a pesquisa qualitativa, a análise de conteúdo tem como base a experiência dos participantes condizentes com distintas realidades em uma perspectiva ampla com o

objetivo de obter indícios que sustentem inferências relacionadas à teoria, passando pela pré análise e separação de material, chegando na análise tendo como unidade de registro o tema das falas como agrupamentos dos sentidos, compreendendo e explorando a subjetividade a partir do fenômeno. (CARDOSO, OLIVEIRA, GHELLI, 2021; DALLA VALLE, FERREIRA, 2024; MENDES, MISKULIN, 2017).

Nesse contexto sócio-histórico e religioso brasileiro, o Candomblé exerce uma função de construção identitária a medida que lida com o apagamento e demonização de seus cultos, representando a resistência e mantendo viva a noção social de povos afro-brasileiros a partir do destaque do feminino dentro da hierarquia e passagem de informações geracionais sobre as Yabás, divindades femininas simbólicas. Assim, tendo como base a necessidade de entender a importância da construção de subjetividade feminina nesse cenário, o presente trabalho pretende contribuir com o resgate dos aspectos religiosos afro-brasileiros como ponto de compreensão das perspectivas sobre si e sobre o outro para mulheres de Candomblé, favorecendo a pesquisa e disseminação de informações dentro da temática na psicologia.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 A ESTRUTURA HIERÁRQUICA DOS TERREIROS

Dentre os relatos transcritos e analisados através do documentário “A dona do terreiro”, a construção de uma liderança feminina mostra-se enaltecida dentre as casas religiosas, sendo um elemento reforçado a partir da determinação dos Orixás, através do jogo de búzios. Assim, a linhagem ancestral resguardada pelas divindades conduz os caminhos das lideranças de terreiro.

> “A hierarquia do Candomblé, para começar, é determinada pelo jogo de búzios. Então o papel da mulher está determinado a partir do cargo que ela ocupa. Muitas vezes, se o jogo de búzios designa de ela ser a líder, a Ialorixá, então é o cargo máximo” - Mãe Pequena Sandra de Iemanjá, Terreiro Oxumaré (Bahia, 2016).
> “Essa casa é regida por mulher. A sucessão não tem homem. Porque, assim Matamba Iansa Oya que escolheu o ser mulher desde a Matamba de Mãe Manundê” - Maria Pulquéria Albuquerque, Nação Angola, Terreiro Santa Bárbara (São Paulo, 2016).

Os terreiros de Candomblé aqui representados, disseminam a ideia de composição familiar tanto no ordenamento das funções quanto no amparo dos membros, ao engrandecer e destacar principalmente os grupos que, fora da casa, socialmente são feridos pelas cicatrizes do racismo e descriminação. A religião constitui-

se para todos e resgata a família que não era compreendida como direito a essas pessoas, o que corrobora com Simões (2006), partindo da definição que denomina as funções dentro da estrutura religiosa é possível guiar a compreensão por meio da ideia familiar e de uma grande comunidade, criando laços entre os membros e com os santos cultuados, à medida que ocupa posições de maior ou menor liderança, conhecimentos e gerência da instituição. Nessa perspectiva, a estrutura hierárquica na construção da casa de Candomblé é diferenciada do contexto sócio-histórico ocidental, delegando poder, liderança e respeito as mulheres não de acordo com determinações de gênero, mas sim atrelado a posição ocupada (SIMÕES, 2006).

> "O terreiro construiu uma lógica onde ninguém ficasse de fora. Onde todas as pessoas, homens e mulheres negros, escravizados e depois sequelados, marcados pelo racismo, pudessem ter em algum momento uma proeminência. Uma certeza de que ali eles seriam vistos" - Lindinalva Barbosa, CECAO/UNEB (Bahia, 2016).
> "Foi através da religiosidade, do Candomblé, que a gente resgatou uma família que foi esfacelada e que a gente não tinha direito de ter a família. Então a mãe de santo era a mãe dos filhos que ela paría, quando paría, e dos filhos que ela não paría mas que era mãe espiritual, e todos se sentiam irmãos" - Makota Valdina Oliveira, Nação Angola, Terreiro Unzó Onimboya (Bahia, 2016).

Nessa perspectiva, o protagonismo feminino dentro do Candomblé norteia a figura maternal consoante as simbologias sociais de cuidado, orientação e proteção ligadas ao ser mãe ao mesmo tempo que é inserida as concepções de liderança e mentoria da instituição religiosa que destaca uma importância dentro do percurso histórico da religião, bem como na sua representatividade atual.

> "As mulheres têm sim um poder. Mesmo os terreiros que são liderados por pais de santo, as mulheres têm um lugar de preponderância. A não ser que esses pais estejam distorcendo a tradicionalidade do Candomblé [...] porque no Candomblé você tem funções para homem, você tem funções para mulher" - Makota Valdina Oliveira, Nação Angola, Terreiro Unzó Onimboya (Bahia, 2016).
> "A mídia tradicional dá um enfoque secundário para o povo de terreiro, e, em particular, para as mulheres que fazem esse terreiro, que são de suma importância na guarda dos saberes e fazeres ancestrais. Elas sempre saem com destaque quando há um acontecimento de forma sensacionalista. E isso mostra que essa mídia, ela tem um papel discriminador, opressor. Não dão a verdadeira importância ao que essas mulheres têm" - Tata Nkisi Katuvanjesi, Terreiro Nzo Tumbansi (São Paulo, 2016).

Como ressaltado, mesmo em casas que existe uma liderança masculina, com o Babalorixá, a presença e funções femininas são respeitadas como parte da doutrina religiosa. Dentro do pequeno espaço que fura a grande bolha da intolerância e racismo religioso na ótica social, as mulheres conduzem a ponte comunicativa entre religião e sociedade, ainda que reduzam sua verdadeira relevância. Por fim, pensar em uma

definição matriarcal para o Candomblé ainda gera discussões dentre os relatos e referenciais teóricos, não sendo determinada essa categorização da religião. Entretanto, há uma concordância em relação ao comando, influência e a potência feminina na atividade religiosa, no interior dos muros do terreiro e no reconhecimento sociocultural, pois essa perspectiva está enraizada na cosmovisão e historicidade da religião e dos seus membros.

> "A única religião onde as mulheres tiveram poder, onde elas tiveram régua e elas deram régua e compasso, e dão. Única religião estruturada e organizada, onde as mulheres foram e são liderança. Isso não é atoa." - Lindinalva Barbosa, CECAO/UNEB (Bahia, 2016).
> "A questão de ser matriarcal ou patriarcal é mais de uma raiz social de vivência histórica. Eu não diria nem que ela é matriarcal nem que ela é patriarcal, ela simplesmente é" - Mãe Pequena Sandra de Iemanjá, Terreiro Oxumaré (Bahia, 2016).

Através dessa seção, torna-se fundamental ter atenção aos movimentos hierárquicos dentro da religião, que concede em sua crença modos de reafirmar a relevância das mulheres em seus ritos e a equidade de funções nas práticas religiosas, sendo um lugar valoroso e de impacto nas auto percepções e subjetividades. Por conta disso, a organização hierárquica do Candomblé e religiões de matriz africana é pautada em maior igualdade entre os papeis de gênero, encontrando a mulher em espaços diferentes dos esperados na base da lógica social brasileira, com possibilidade de exercício em cargos de liderança dentro dos terreiros e equivalência entre posições. Apesar de mulheres ainda serem vistas em posições maternas e de cuidado dentro da religião, tendo funções específicas atribuídas para cargos femininos e masculinos, há um afastamento do lugar de submissão e centralização da figura masculina, assumindo papeis de administração e disseminação dos valores culturais e espirituais, dos ritos e tradições enquanto designação das divindades (STOLIAR, MIRANDA, 2022; ROCHA, DA ROCHA, OLIVEIRA, 2016).

2.2 A COMPREENSÃO DO "SER MULHER"

Para além dos aspectos de hierarquia e representação social dentro dos papeis cumpridos por instituições religiosas, da relação dessas mulheres com a iniciação religiosa e das histórias dos Orixás que contemplam a percepção das Yabás e suas características distintas dos valores sociais patriarcais, a religião tem contribuição na concepção do "ser mulher" (NUNES, 2007; ROCHA, DA ROCHA, OLIVEIRA, 2016). As mulheres consideram a força e resistência dada às dificuldades diárias que enfrentam,

de forma a criar hierárquica e simbolicamente a influência dentro da comunidade religiosa ou fora dela. Esses aspectos constituem também uma perspectiva sobre suas próprias capacidades para além da religião, sendo uma relação frente ao espelho considerada a continuação de uma herança dotada de poder. Através de um ponto de vista acadêmico, os relatos trazem também o empoderamento pautado nas lutas sociais, que unem pela busca por direitos e que são integradas nos entrelaços da religião, dentre as nuances das funções religiosas.

> "A mulher teve a raça de segurar o babado, né?! Teve raça e tomou conta da sua família. [...] foi se formando uma hierarquia sem nenhuma pretensão. Nós tomamos conta e, queira-se ou não, fora de vaidade, a mulher nasceu para líder. Líder não é quem senta em uma cadeira de presidência não, líder é quem sabe mandar." - Mãe Stella de Oxóssi, Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá (Bahia, 2016).
> "O empoderamento da mulher passa por uma tomada de consciência dela mesmo enquanto ser de direito e defender esses direitos enquanto cidadão. Nós não podemos esquecer as outras mulheres que não estão nos papéis hierárquicos do terreiro [...] A luta da mulher eu acho que é uma luta única, é uma luta por moradia, é uma luta por educação, é uma luta por respeito, é a luta também por mercado de trabalho, é a luta por se assumir enquanto mulher e puder caminhar, andar, ir e vir sem que seja cercada no seu caminhar só porque é bonita ou feia" - Mãe Pequena Sandra de Iemanjá, Terreiro Oxumaré (Bahia, 2016).

Consonante a isso, os relatos integram a esfera do fazer político, dos esforços e contribuições sociais dessas mulheres, interseccionando gênero, raça e religião. Aqui, a partir desses relatos, ampliamos o olhar frente a conceito de 'ser mulher' fundamentado na religião do Candomblé, compreendendo que essas, ainda que na marginalização social, fora de meios formais e acadêmicos, são políticas, independentes e influentes, com funções sociais para além dos papeis limitantes. As mulheres e suas antepassadas estabelecem uma relação social de empoderamento e protagonismo erguidos em si mesmas e de maneira mútua, determinando seu próprio lugar.

> "Essas mulheres que não cursavam Universidade, que não eram escritoras, que não eram isso e não eram aquilo que todas as mulheres hoje, negras, podem ser, mas que lavando roupa, passando roupa, engomando roupa, com sua gamela na cabeça, vendendo fato[3], vendendo coisa ou na sua quitanda fazendo quitute, vendendo acarajé [...] quanto que essas mulheres fizeram? [...] O que é isso? Não é empoderamento? O que é isso? Sem estudo, sem nada. Não é uma consciência que vem? Entende? [...] As coisas não caem de paraquedas, para muitas mulheres serem empoderadas hoje, nós precisamos da forma de empoderamento das mulheres negras do passado" - Makota Valdina Oliveira, Nação Angola, Terreiro Unzó Onimboya (Bahia, 2016).
> "Acho que o Brasil vive até hoje ainda sobre essa áurea, malévola, terrível da escravidão, do colonialismo e do patriarcalismo. O Brasil não se livrou disso

[3] Vísceras do boi

> ainda. Hoje a história já traz muitos dados de mulheres que conseguiram se tornar prósperas, mulheres que conseguiram dinheiro a partir do comércio, do acúmulo de imóveis, a partir do ganho. E esse ganho foi administrado de forma tal que concedeu para muitas delas a capacidade de se auto alforriar. Tudo isso promoveu e capacitou algumas mulheres em empoderamento isso ainda em pleno exercício da escravidão" - Lindinalva Barbosa, CECAO/UNEB, (Bahia, 2016).

Nessa perspectiva, essas e outras afirmações contribuem para a construção de uma autoimagem enquanto indivíduos de coragem na luta por si e por outras mulheres. A partir disso, nessa seção é possível perceber os impactos dos ordenamentos religiosos no olhar para si, indo de encontro às violências sociais e servindo como ponto de fortalecimento. Na religião, a relação entre os indivíduos e seus Orixás é explorada por meio da identificação de traços subjetivos em comum, denotando a herança ancestral dos símbolos que permeiam as práticas religiosas e a abertura para uma diversidade dentre as especificidades de gênero (NUNES, 2007). Pavei e Geraldes Junior (2021), trazem um paralelo acerca da teoria dos arquétipos de Carl Gustav Jung como forma de elucidar a relação entre as personalidades das Yabás, acessadas através de seus mitos, e a construção de subjetividade de suas medidas, tendo grande importância para as religiões de matriz africana no que tange suas histórias e criação desse universo. Ao deparar-se com essas divindades e suas multiplicidades há uma quebra de um ideal identitário voltados aos padrões de comportamentos esperados das mulheres, estabelecendo um "estar no mundo" através de outras possibilidades (ROCHA, DA ROCHA, OLIVEIRA, 2016). As Yabás e outras entidades demonstram a complexidade das representações e da imagem feminina desse ponto de vista religioso, ao serem ligadas a domínios da natureza, poder de vida e morte, riquezas, serem vistas como guerreiras, ideais de força, beleza, inteligência e habilidade e construindo modelos identitários para além da submissão ao lar e ao homem.

2.3 A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE ATRELADA AO CANDOMBLÉ

Tomando como pilar as narrativas manifestas nas seções acima, é delineado um caminho desde as premissas espirituais até as ações dos sujeitos que corroboram com uma hierarquia direcionada a igualdade de gênero como um dos modelos de funcionamento ancestral. Os relatos trazem um teor prático as noções expostas por Silva (2010) e Santos e Machado (2020), ao investigar a presença do poder feminino em posições políticas na comunidade étnica-religiosa, que impactam a formação de

identidades naquele espaço, pontuadas pelas autoras enquanto a ideia de identificação e pertencimento em grupos, e que atribuem valorização ao lugar da mulher.

Salienta-se, também, os aspectos políticos dos terreiros pelas vias interpessoais, inter-étnicas e econômicas, na prestação de serviços, resgatados nas falas do documentário como fator de empoderamento feminino. A forte presença da mulher na religião acaba por não ter uma origem vazia, assim como ressaltado também nas falas analisadas, Silva (2010) destaca a democracia advinda da lógica que funda a religião e os Ilês[4], agregando e ascendendo distintas minorias sociais ao mesmo tempo em que criam laços familiares e resistências, principalmente de mulheres negras que, complementarmente a isso, assumem o papel maternal para muito além das possibilidades biológicas.

> "Tem esse lugar de protagonismo e de comando dessa organização, dessa forma de organizar, comunitária e agregária do Candomblé, de uma forma distinta do que a sociedade que é fundamentada no cristianismo" - Ndembwemi dia Nzambi, Terreiro Maganza Nzo Tumbansi (2016).
> "A mulher sobreviver hoje nessa sociedade é um ato de coragem" - Mãe Pequena Sandra de Iemanjá, Terreiro Oxumaré (Bahia, 2016).

Ainda segundo Silva (2010), a fundação das casas-de-santo no Brasil teve participação feminina em altos cargos em todas as etapas, sendo quem "lançou a semente, germinou e pariu a reinvenção da religiosidade africana em continente brasileiro" (p. 131). Ao falar dessas mulheres faz-se relevante construir um contexto social que abarca também modos de sobrevivência em meio a precarização. Falar acerca das divergências religiosas, é também poder refletir sobre as vivências de machismo, vulnerabilidade e racismo, e, nesse contexto, exalta-se a massiva presença das mulheres no cenário econômico, tanto nos contextos africanos de origem, quanto na sociedade brasileira de Candomblé, seguindo a tradição iorubá. Denota-se os esforços contras as desigualdades, preconceitos e adversidades, influenciando em uma subjetividade de valorização e autopercepção da sua força, emancipação, potência, sabedoria, competência, entre outros elementos adquiridos como uma herança.

> "As mulheres de Candomblé não estavam ocupando espaço como ocupam hoje. Que são pequenos espaços, mas são avanços que a gente tem conquistado. Entretanto, essas mulheres sempre fizeram política, ao meu ver, porque quantas, naquela época, quantas insurreições, quantas coisas eram articuladas no fundo, no quintal de um terreiro? Muitas. A gente sempre fez política. Negro nunca deixou de fazer política nesse país. De formas diferenciadas, mas a gente sempre fez! E a mulher estava lá, sempre esteve." - Makota Valdina Oliveira, Nação Angola, Terreiro Unzó Onimboya, (Bahia, 2016).

[4] Casa de Candomblé; Terreiro

São nessas representações femininas, segundo Santos (2020), no interior das comunidades, na ação política-social, na religiosidade, no movimento econômico, no enfrentamento e no amparo, que a subjetividade é componente, formada e direcionada aos grupos sociais determinados. Não há consenso tanto entre os relatos quanto entre os estudiosos e pesquisadores acerca da existência de uma centralização feminina na religião, indo de encontro, nesse aspecto, com as definições de Silva (2010) ao pautarem um matriarcado afro-brasileiro pelas articulações históricas como sacerdotisas. Entretanto, é notório a ênfase do feminino em que a mulher tem um papel muito importante na sustentação e preservação religiosa. Assim, Barboza (2017) complementa a ideia ao utilizar do termo “individuação” como característica identitária relevante em que novos membros guiam-se pela historicidade e ancestralidade, contribuindo para uma subjetividade pautada no “arquétipo da guerreira” envolto dos simbolismos presentes nas circunstâncias descritas neste trabalho. De maneira conclusiva, todos os elementos citados acabam por serem constitutivos de uma subjetividade feminina atrelada à natureza da religião, demonstrando motivação para lidar com as adversidades da vida e extraindo sua força e características do Orixá, do ancestral e da memória e reafirmação positiva dos aprendizados geracionais dentro do pertencimento grupal. As entidades, hierarquia e cosmovisão iorubá permitem uma abertura de possibilidades para as mulheres se constituírem enquanto se valorizam e são valorizadas, afastando-se da cultura dominante e repressora. Portanto, o Candomblé fortifica novas estratégias para uma construção subjetiva fortalecedora dessas mulheres e para a liberdade de ser no mundo, de maneira a impulsioná-las acerca da autonomia, autopercepção e percepção sobre outras mulheres.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como proposta elucidar as formas de construção das distintas subjetividades de mulheres candomblecistas, compreendendo os impactos históricos, ancestrais e religiosos nas possibilidades de ser e estar no mundo, dentro e fora dos muros do terreiro. Aqui, a subjetividade conecta-se à religiosidade e se transforma em uma nova perspectiva baseada na cosmovisão advinda das tradições iorubás africanas, desenrolando nas tradições brasileiras em hierarquia, representações míticas e ação social. As mulheres de Candomblé demonstram uma trajetória de resistência que constituem os âmbitos religiosos, interpessoais e políticos,

de modo a influenciar na formação positiva da subjetividade de cada geração, conduzindo os caminhos valorativos de exaltação do feminino. Ademais, como alerta Chimamanda Ngozi Adichie em sua palestra “O perigo de uma história única” (2009, p. 14 e 16), o aprendizado pautado em apenas uma história ou sob um único ponto de vista tem como consequência um apagamento proposital de outras identidades, seus modos de funcionar e as identificações resultantes dessas, furtando todo um povo. Dadas as condições limitantes de um único estudo, restam brechas a serem pesquisadas mais profundamente sobre os recorte racial inerente a essa conjuntura, os impactos da perspectiva masculina nesse cenário, além dos demais aspectos políticos e sociais, fora do escopo religioso, que contribuem para esses resultados. Assim, os estudos acerca da temática não findam-se com a última linha deste trabalho. É essencial o debruçar-se das áreas da psicologia acerca dos estudos religiosos, raciais e de gênero de forma a sanar ou, ao menos, minimizar as lacunas de referenciais teóricos, humanizando e amplificando as vozes de mulheres, das negritudes, religiosas e das demais minorias sociais, equiparando quantitativamente e qualitativamente aos estudos das culturas dominantes, para que, assim, comecemos a tratar das multiplicidades complexas das vivências culturais humanas.

REFERÊNCIAS

A DONA DO TERREIRO. Direção: Deisy Anunciação. Produção de Deisy Anunciação. Brasil: YouTube, 2016. Youtube. Disponível em <https://youtu.be/6wP1Tg8MF2I?si=xl-5lT7z63xvKq0C>;

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019;

BARBOZA, Larissa Fernandes Caldas. A imagem arquetípica da guerreira: um diálogo com as mulheres empoderadas no candomblé. Diversidade Religiosa, v. 7, n. 1, p. 260-284, 2017;

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. Cadernos da Fucamp, v. 20, n.43, p.98-111, 2021;

DALLA VALLE, Paulo Roberto; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: Contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. SciELO Preprints, 2024. DOI:<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7697>;

GABATZ, Celso. As mulheres nas igrejas neopentecostais: a busca pelo protagonismo em meio a tradições hegemônicas. Sociedade e cultura, v. 19, n. 2, 95-103, 2016;

LOESER, Breno. Coleção Festa de Orixá. Ilustração, 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CzbhV8wuFHX/?igsh=MXN6czR4NDhod3FvbA==>;

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. A análise de conteúdo como uma metodologia. Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 165, 1044-1066, 2017;

NUNES, Mônica de Oliveira. Referentes identificatório e jogos identitários no candomblé. Ciências Sociais e Religião, v. 9, n. 9, p. 91-116, 2007;

PASSOS, Almerson Cerqueira. Quando uma categoria analítica entra no xirê: pensando gênero a partir do candomblé. Periodicus, v. 1, n. 14, 09-33, 2021;

PAVEI, Maria Antônia Lima; GERALDES JUNIOR, Gutemberg Alves. As características arquetípicas e suas ressonâncias nos Orixás da Umbanda. Revista de Letras, Artes e Comunicação, v. 15, n. 2, p. 153-173, 2021;

PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). Psicologia e Sociedade; v. 19, n. 3, p. 14-19, 2007;

ROCHA, Alessandro Rodrigues da; DA ROCHA, José Geraldo; OLIVEIRA, Roseane Cristina. O protagonismo feminino nas religiões de matrizes africanas. Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades, v. 2, n. 42, 38-53, 2016;

SA-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n. 1, 2009;

SANTOS, Beatriz Ricarte; MACHADO, Adilbênia Freire. Trajetórias política e religiosa de mulheres de terreiro: saberes ancestrais femininos e a filosofia das religiões de matriz africana. Revista Espaço Acadêmico, n. 225, p. 72-81, 2020;

SANTOS, Larissa Ramos dos. As matriarcas do axé: representações femininas no Candomblé a partir das fotografias de Pierre Verger. Revista Relicário, v. 7, n. 13, p. 202-213, 2020;

SERRALTA, Fernanda Barcellos; NUNES, Maria Lúcia Tiellet; EIZIRIK, Cláudio Laks. Considerações metodológicas sobre o estudo de caso na pesquisa em psicoterapia. Estudos de Psicologia, v. 28, n. 4, 501-510, 2011;

SILVA, Marlise Vinagre. Gênero e religião: o exercício do poder feminino na tradição etinico-religiosa iorubá no Brasil. Revista de Psicologia da UNESP, v. 9, n. 2, p. 128-137, 2010;

SIMÕES, Paulo Everton Mota. Ilê axé: considerações sobre poder e hierarquia em um terreiro de candomblé de São Francisco do Conde - BA. Cadernos do Sep. Adm., v. 1, n. 3, 2006;

STOLIAR, Mariana Oliveira; MIRANDA, João Irineu de Resende. Noivas de cristo e mães de santo: análise comparativa do papel feminino na estrutura sacerdotal da

igreja católica apostólica romana e na estrutura das religiões de matriz africana. Revista África e Africanidades, v. 41, 99-113, 2022;

VANALI, Ana Crhistina; KOMINEK, Andrea Maila Voss; BOBER, Vanessa. Ser mulher na sociedade brasileira. Cadernos de Gênero e Tecnologia, v. 16, n. 47, 276-288, 2023;

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. Visões sobre as mulheres na sociedade ocidental. Revista Ártemis, v. 1, n. 3, 2005;

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. Revista SOCERJ, v.20, n. 5, 383-386, 2007.

A DOR INVISÍVEL VIROU CRIME: O QUE DIZ O DIREITO PENAL SOBRE A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Ana Verena de Jesus Oliveira Costa

Maria Clara Reis Barretto de Araújo

RESUMO

As dores causadas pela violência psicológica não deixam marcas visíveis no corpo, mas geram sequelas tão danosas quanto a violência física e violam o direito da mulher. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a situação em que se encontra o crime de violência psicológica contra a mulher e como este é tratado efetivamente, sob a ótica da influência que o sistema patriarcal exerceu e exerce sobre a lei brasileira através de pesquisas apoiadas em legislação, doutrinas, artigos e bibliografia de grandes autores. A criminalização ainda recente da violação enfrenta desafios para alcançar sua aplicação ideal.

Palavras-chave: Violência psicológica. Direito penal. Violência de gênero.

1 INTRODUÇÃO

A violência psicológica contra a mulher sempre existiu, mas nem sempre foi percebida como crime. É fato que uma violência que não deixa marcas se torna mais "invisível" a olho nu, tornando-se, portanto, mais imperceptível. No entanto, esse tipo de violência ainda fere o direito da mulher e deixa sequelas tanto quanto ou ainda mais danosas que a violência física. Nesse sentido, a discussão sobre esse tipo de violência traz em si mesma questões a ser respondidas: como tipificar um crime de tamanha peculiaridade e, sobretudo, como provar a existência desse crime; como lidar com as vítimas e por quê há a naturalização dessa violação, apesar da sua frequência e impacto.

A necessidade de uma lei que trate com mais tato a violência sofrida pela mulher – sobretudo a psicológica – se dá principalmente pela forma peculiar do fato. O crime de violência contra a mulher se difere dos outros tipificados no Código Penal principalmente pela relação entre a vítima e seu agressor. É necessário então um olhar especial sobre o silêncio da vítima, bem como sobre os casos em si – a alegação de "falta de provas" é tão somente um empecilho para o acesso à justiça, visto que esse padrão é perceptível. "Ao contrário do que acontece na violência comum, das ruas, a violência contra mulheres não é um fato isolado na vida da vítima. É uma violência contínua que mina aos poucos a possibilidade de resistência" ensina Scarance. A

violência psicológica – principalmente – não se trata apenas de um simples abuso verbal ou uma conduta isolada, mas de uma imposição de controle sobre a vítima que abre portas para outros tipos de violências. Ironicamente, ao mesmo tempo que é a violência mais difícil de ser notada, a mais naturalizada e “escondida”, é também a mais perigosa e mais comum.

Apesar da severidade da pauta, a justiça ainda falha com as vítimas de violência. A lei existe e tutela a mulher, mas há grandes enfrentamentos até a sua real efetividade. Existem fatores históricos, sociais e culturais que explicam como e por que a eficácia da proteção da mulher se torna algo desafiador. Diferente dos outros tipos penais, o crime de violência contra a mulher não vem de um desconhecido à vítima ou alguém que abertamente lhe parece ter más intenções, mas sim de alguém com quem nutre vínculo afetivo – mesmo que esse afeto seja apenas ilusório. É também na recepção às vítimas que a justiça falha, não sendo incomum a descredibilização destas – fator que pode ser explicado pela cultura machista que se encontra infiltrada na sociedade.

Com base na relevância que traz o tema, o presente artigo traz uma pesquisa que utiliza o método dedutivo e é de caráter qualitativo e bibliográfico, apoiando-se em doutrina, legislação (com ênfase na Lei nº 11.340/2006 — Lei Maria da Penha — e em dispositivos do Código Penal), artigos acadêmicos e decisões judiciais selecionadas. Realiza-se análise de conteúdo e interpretação hermenêutica da norma e da jurisprudência, complementadas por contribuições da sociologia e da psicologia a fim de compreender a naturalização social da violência psicológica.

2 A CONTRIBUIÇÃO DA CULTURA MACHISTA PARA A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

À luz do pensamento de Valeria Scarance em seu texto “Violência contra a mulher no Brasil e no mundo”, escrever sobre os direitos da mulher implica diretamente em escrever sobre a luta para a conquista desses direitos e sobre a posição que a mulher ocupava na sociedade e na lei brasileira. É certo que para entender o propósito de uma norma ou de um conjunto normativo é necessário primeiro analisar a própria sociedade, e com as leis que ditam sobre a tutela jurídica da mulher não seria diferente. É possível então entender a partir disso que por trás dessa necessidade de tutela jurídica haja um padrão social que leve a mulher a ser uma vítima frequente de violência;

como afirma a desembargadora Nágila Brito (2024, pag. 68) “a violência, e em especial a violência contra a mulher, deve ser compreendida como um fenômeno complexo e diversificado a partir de fatores sociais, históricos, culturais e subjetivos, sem, contudo, ser limitado nenhum deles.”

Em uma análise da história da legislação brasileira, é possível expor esses fatores sociais e culturais que acabaram contribuindo para que a mulher ocupasse o papel de vítima de violência. Os direitos das mulheres ainda são recentes – a própria Lei Maria da Penha só entrou em vigor em agosto de 2006 e as estatísticas mostram que o número de casos de violência contra a mulher não diminuiu, apesar de sua existência. Anteriormente, a mulher era vista – até mesmo pela legislação – como subalterna ao homem, tendo menos direitos e sendo tratada de forma desigual em diversos âmbitos da esfera civil. No entanto, as leis mostram apenas uma parte dos fatores sociais que contribuem para a violência. A real importância está em como as leis são reflexo da sociedade que regem, e – neste caso – a legislação mostra de maneira indiscutível o reflexo de uma sociedade machista. A cultura de enxergar a mulher como inferior e subalterna é raiz do maior problema para enfrentar a violência, porque reforça a conduta, a tomando como natural.

Em seu texto “Direito e a violência de gênero”, Nágila Brito disserta sobre a visão de pensadores antigos sobre a mulher – sempre como um ser inferior – e como o seu menosprezo respinga também na legislação e influencia o pensar moderno, bem como incentiva a violência doméstica. Nomes como Platão, Aristóteles e Schopenhauer são exemplos de propagação dos pensamentos misóginos que vieram mais tarde se desenvolver em uma sociedade estruturalmente machista por todos os lados. Os exemplos de filósofos escancaram a grande verdade: este costume que se tornou o machismo estrutural é mais que um simples preconceito e a luta pelos direitos femininas é muito mais antiga do que se imagina à primeira instância.

A situação da mulher no ordenamento jurídico brasileiro era diferente anteriormente em muitas esferas. No código civil de 1916, a mulher tornava-se relativamente incapaz com o matrimônio, dependendo de seu marido para realizar atos comuns da vida civil, como a administração de bens ou a possibilidade de trabalhar. As mulheres casadas não podiam sequer aceitar herança sem a autorização de seu cônjuge, ou ajuizar demanda judicial. É claro que o Código era totalmente baseado na

ideia patriarcal de que a mulher deve ser submissa ao homem e, portanto, a colocava na posição de dependência e inferioridade. Nágila Brito traz em seu texto:

> Por longos períodos as mulheres foram historicamente oprimidas pelos homens em geral, e especialmente pelos legisladores, com base no mito da superioridade masculina em termos biológicos, psicológicos e jurídicos. Isso criou a figura padrão do homem como pai/protetor e herói/guerreiro, enquanto a mulher era vista como submissa e abnegada.

É lógico o entendimento de que essa cultura que se solidificou ao longo da história também cumpre um papel na naturalização da violência contra a mulher. Ora, se o homem era tido como superior, chefe de família e até mesmo responsável pelas decisões da mulher, o controle exercido sobre ela não poderia ser visto como uma forma de abuso. Nas palavras de Scarance, “o homem que agride a mulher se julga seu dono e senhor.” A falta de uma lei que protegesse de fato a mulher especialmente – como hoje existe a lei Maria da Penha – revela ainda mais o olhar de naturalidade que era dado à violência doméstica e respinga até os dias de hoje.

Não raro, ao escutar que uma mulher foi vítima de violência doméstica, as pessoas dispõem-se a indagar o que ela – a própria vítima – fez para que aquilo acontecesse, o que não acontece quando se trata de outros crimes, como a violência comum. Ao ouvir relatos do que se enquadra como violência psicológica, a reação majoritária é não entender como – de fato – uma violência, mas algo corriqueiro, ou no máximo um pequeno descontrole. É essa naturalização da violência, fomentada pelo machismo estrutural da sociedade, que torna fértil o espaço para que essa violência cresça. Ao mesmo tempo que oprime a vítima, fechando os olhos onde deveria haver intervenção e a empurrando para o seu silêncio, também endossa o comportamento do agressor, criando um ambiente confortável para que ele continue a praticar a violência.

3 A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E SEU IMPACTO

A violência, em sentido amplo, pode ser entendida como toda ação ou omissão capaz de gerar sofrimento físico, psicológico, sexual, moral ou patrimonial, atingindo diretamente a dignidade e a liberdade da vítima. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) reconhece essas cinco modalidades de violência doméstica e familiar, ressaltando que nenhuma delas pode ser hierarquizada ou considerada menos grave que as demais. Embora a violência física seja a mais visível, não é a única que causa danos profundos. Como observam Rosana Andrade e Tania Cunha em “A violência

psicológica sofrida pelas mulheres: invisibilidade e memória), trata-se de uma violência silenciosa que, pouco a pouco, vai destruindo o bem-estar e a autoestima da vítima, sendo de difícil reconhecimento justamente por não deixar marcas visíveis no corpo. A violência psicológica, por exemplo, deixa marcas invisíveis, mas igualmente devastadoras, corroendo a autoestima e fragilizando a autonomia da mulher.

A violência psicológica, prevista expressamente na Lei Maria da Penha, caracteriza-se por condutas que causem danos emocionais, diminuição da autoestima e prejuízos ao pleno desenvolvimento da vítima. Trata-se de uma agressão muitas vezes silenciosa, mas de grande impacto, que pode ocorrer por meio de ameaças, humilhações, constrangimentos, manipulações, chantagens e práticas de controle, isolamento, chantagem, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir.

Esse tipo de violência distingue-se das demais justamente por sua sutileza. Diferente da agressão física, que deixa marcas visíveis, a violência psicológica se infiltra de maneira cotidiana, corroendo de forma silenciosa a autoestima e a autonomia da vítima. Muitas vezes, ela se apresenta mascarada sob a forma de ciúmes excessivos, manipulação emocional ou vigilância constante, atitudes que acabam sendo naturalizadas no convívio social e afetivo. Nesse sentido, Brito (2024, p. 15) observa que é “fundamental identificar as diversas modalidades de violência doméstica, mas a violência psicológica é ainda mais comum”.

As sequelas deixadas pela violência psicológica são intensas e prolongadas. As vítimas frequentemente desenvolvem distúrbios emocionais, como ansiedade, depressão, síndrome do pânico e estresse crônico, comprometendo não apenas sua vida pessoal, mas também sua vida social e profissional. As sequelas da violência são, então, até mesmo maiores do que na violência física, quando se trata do prejuízo emocional:

> [...] mulheres que vivem nessas situações tendem a produzir menos, em virtude de terem que lidar com os distúrbios emocionais decorrentes da própria violência sofrida, além de suportarem a pressão e, muitas vezes, serem obrigadas a abandonar seus empregos devido à perseguição constante dos agressores. (Nágila Brito, p. 16)

Outro aspecto relevante é que a violência psicológica frequentemente funciona como porta de entrada para outras formas de violência. Em muitos casos, o ciclo de agressões inicia-se com insultos, humilhações e chantagens emocionais, mas tende a

evoluir para formas mais graves, como a violência física, patrimonial e até sexual. Essa escalada demonstra que a violência psicológica não deve ser tratada como algo menor ou passageiro, mas como um sinal de alerta para situações de risco cada vez mais graves. O controle é um dos elementos centrais da violência psicológica. Conforme destacado:

> [...] iniciando-se um processo de controle pelo homem da mulher, que não identifica a situação de violência. Pequenas atitudes como 'orientar' a vítima quanto aos seus gestos, modo de falar, roupas, amigos, contato com a família e horário parecem uma atenção especial por parte do homem, mas evoluem gradativamente para uma situação em que o agente domina a vida da vítima. A seguir, há o rebaixamento moral – em casa ou publicamente – com palavras vulgares e se inicia o processo de culpabilização da vítima. (Nágila Brito, p. 15)

Esse processo de dominação psicológica está intimamente relacionado ao ciclo da violência, fenômeno descrito em três fases: a tensão, a explosão e a chamada "lua de mel". Na primeira fase, há um clima de instabilidade, acusações e humilhações, em que o homem inverte a culpa e a mulher, fragilizada, acredita ser responsável pelo descontrole do parceiro. Na segunda fase, ocorre a explosão: agressões verbais, ameaças e até delitos graves, em que a vítima, tomada pelo medo, sente-se impotente e incapaz de reagir. Já na terceira fase, após a agressão, o agressor demonstra arrependimento, pede perdão, faz promessas e convence a vítima de que irá mudar. Esse aparente arrependimento, no entanto, é apenas temporário, e a mulher, iludida, tende a se retratar e inocentar o agressor, acreditando que sua dedicação será capaz de transformá-lo.

Esse ciclo revela como a violência psicológica sustenta e perpetua a violência doméstica. Diferente da violência das ruas, em que vítima e agressor não mantêm vínculos, a violência doméstica é contínua, repetitiva e mina aos poucos a capacidade de resistência da mulher. A inversão da culpa, o isolamento social, a manipulação emocional e o medo de represálias constroem uma teia de dependência difícil de romper. Como destaca Yeda Portela em "Violência psicológica: dificuldade em romper o vínculo afetivo em uma relação conjugal violenta", muitas mulheres não têm clareza sobre a violência que sofrem e permanecem em relações abusivas, ainda que isso comprometa gravemente sua autonomia e autoestima. A naturalização dessa violência dentro das famílias também contribui para esse cenário e o ciclo de violência que se inicia a partir dele.

> A naturalização da violência intrafamiliar faz com que as pessoas acreditem que o conflito violento é parte do relacionamento afetivo como forma de

> educação e de estruturação familiar: o marido bate na esposa, a mãe bate nos filhos, os irmãos mais velhos batem nos mais novos e estes batem em seus primos e colegas, saindo do espaço privado da família para o público. (Portela, p. 55)

Não se trata, portanto, de um fenômeno isolado no Brasil. Estudos apontam que a violência contra a mulher apresenta padrões semelhantes em diferentes culturas e sociedades. Conforme ressaltado, “apesar da diversidade cultural entre os países, as dificuldades de enfrentamento se assemelham” (Scarance, p. 53). A prática de mutilações, por exemplo, em diversos países da África, Ásia e Europa, é uma das formas mais brutais de violência de gênero, sendo combatida por legislações específicas, como a italiana, que tipificou o crime de mutilação genital em 2006, com pena de 4 a 12 anos de prisão.

Esse panorama internacional demonstra que a violência psicológica e demais formas de violência de gênero estão enraizadas em estruturas patriarcais e culturais que, de modo explícito ou velado, legitimam práticas de dominação. Mesmo em países com legislações avançadas, muitas vezes mulheres que denunciam violência são revitimizadas por autoridades, desacreditadas ou pressionadas a se reconciliar com seus agressores.

Combater a violência psicológica vai além de uma questão individual: trata-se de um desafio social e jurídico. É fundamental criar mecanismos que encorajem as vítimas a romper o silêncio, reconhecendo que a violência psicológica não é menos grave que outras formas de agressão. Como lembra Brito (2024, p. 15), “é crucial dar voz às vítimas para que rompam o ciclo de violência e, principalmente, incentivá-las a denunciar os agressores, o que representa um passo essencial em busca de justiça, e dar um basta a essa banalização da violência”.

4 A TUTELA JURÍDICA

O Direito Penal, ao longo de sua evolução, tem buscado adaptar-se às necessidades sociais e às novas compreensões sobre os direitos fundamentais. Nesse contexto, a proteção da saúde mental emerge como uma prioridade, reconhecendo que danos psicológicos podem ser tão devastadores quanto os danos físicos, comprometendo a dignidade e o pleno desenvolvimento da pessoa humana.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a saúde como estado de completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença ou enfermidade. Ao tratar de saúde enquanto um direito fundamental, deve-se interpretar seu conceito de maneira abrangente e não restringindo-se apenas à saúde física. A integridade mental e emocional é tão importante quanto a saúde física, e ambas estão intimamente entrelaçadas uma na outra. Afinal, quando uma está comprometida, a outra pode ser consequentemente afetada também.

O princípio da proteção da pessoa humana, portanto, orienta que a lei penal deve resguardar não apenas a integridade física, mas também o equilíbrio psíquico e emocional da pessoa humana. Nesse sentido, condutas que provoquem sofrimento psicológico — como humilhações, ameaças constantes ou isolamento social — podem gerar danos tão graves quanto aqueles causados por agressões físicas, como diz Bruna Freitas em “A (des)valorização da violência psicológica sob a ótica do crime de revenge porn” (2020, pag. 12) “embora a violência física deixe rastros aparentes, a violência psicológica pode deixar marcas indeléveis”, justificando a intervenção do Estado.

A saúde mental, portanto, é um bem jurídico protegido, pois seu comprometimento interfere diretamente na vida social, familiar e profissional da vítima. Reconhecer a saúde mental como bem jurídico é admitir que o sofrimento psicológico e emocional não é menos relevante que o dano físico; pelo contrário, ele pode ter impactos duradouros e profundos na vida da pessoa.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal já destacou que a proteção diferenciada conferida pela Lei Maria da Penha é compatível com a Constituição, justamente por considerar as desigualdades históricas e culturais enfrentadas pelas mulheres. A violência psicológica, portanto, não pode ser desconsiderada, pois está inserida em um contexto de vulnerabilidade que atinge diretamente a dignidade e a saúde mental da mulher.

A ausência de resposta estatal célere pode agravar ainda mais os danos emocionais, já que, como lembra Brito (2023, p. 118), “justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”. Assim, a efetividade da tutela penal e das medidas de proteção é essencial para impedir que a violência psicológica perpetue efeitos nocivos e duradouros.

Além disso, a própria Constituição Federal de 1988 elevou a igualdade entre homens e mulheres a um princípio fundamental, expresso no artigo 5º, inciso I, estabelecendo que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Esse marco constitucional representou um divisor de águas na proteção da dignidade feminina, mas sua efetividade ainda enfrenta desafios diante da persistência de práticas discriminatórias e violências invisíveis, como a psicológica.

Brito (2023, p. 46) lembra que igualdade formal nem sempre significa justiça, pois tratar os desiguais de forma idêntica pode perpetuar desigualdades. Esse raciocínio reforça a necessidade de proteção especial às mulheres vítimas de violência psicológica, uma vez que estão em posição de vulnerabilidade historicamente construída.

A obra também evidencia que a conquista de direitos pelas mulheres foi fruto de lutas históricas, como o movimento sufragista e a pressão por participação política (BRITO, 2023, p. 46-47). Essa construção histórica ajuda a compreender que o reconhecimento da saúde mental como bem jurídico não é isolado, mas parte de um processo contínuo de afirmação da dignidade da mulher frente a estruturas de opressão.

Portanto, a tipificação da violência psicológica no artigo 147-B do Código Penal não deve ser vista apenas como inovação legislativa, mas como resposta a um contexto histórico de desigualdade e como concretização do princípio da dignidade da pessoa humana. Ao criminalizar condutas que afetam a saúde mental da vítima, o Direito Penal reafirma que a proteção integral da mulher abrange tanto sua saúde física quanto psicológica.

5 A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA COMO CRIME

Tendo em vista a necessidade da tutela especial da mulher no âmbito legislativo, surge então a maior especificidade da violência contra a mulher na sua forma mais recorrente, a violência psicológica. Diferente dos outros tipos de violência, a psicológica não é uma agressão ou um abuso que deixa marcas físicas na vítima. Trata-se do controle que o agente exerce na mulher, deixando sequelas com apenas palavras que fazem ruir a sua autoestima e confiança – às vezes até mesmo causando danos psíquicos.

A lei n° 14.188/2021 (lei Maria da Penha) foi a primeira tipificação da violência psicológica, a reconhecendo como uma das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher disposta no art. 7°, inciso II, in verbis:

> [...] a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação

Enquanto a lei Maria da Penha ampara as vítimas da violência de natureza psicológica, não é só nela que se encontra respaldo legal para esta atualmente. Anteriormente, mesmo com a entrada em vigor da lei, não havia tipo penal que correspondesse à violência na forma psicológica como exposta no inciso II do art. 7°. Consequente a isso, a violência psicológica – tecnicamente – ainda não era um crime, ou sequer contravenção penal.

> Era contraditório constar expressamente essa forma de violência em uma das leis mais conhecidas e importantes do país, que a define como uma "violação dos direitos humanos" (art. 6º) e, ao mesmo tempo, a conduta correspondente não configurar necessariamente um ilícito penal. Diversas condutas consistentes em violência psicológica – como manipulação, humilhação, ridicularização, rebaixamento, vigilância, isolamento – não configuravam, na imensa maioria dos casos, infração penal. Apesar de serem ilícitos civis, não configuravam crime. Não raras vezes, vítimas compareciam perante autoridades para registrar boletins de ocorrência por violência psicológica e eram informadas de que a conduta não configurava infração penal (sequer contravenção). (Scarance, p. 7)

Foi com a introdução do artigo 147-B do Código Penal, pela Lei nº 14.188/2021, que a violência psicológica passou a ser tipificada como crime autônomo, com punição específica.

> Art. 147-B. Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação

A pena para o crime é de seis meses a dois anos e multa, se a conduta não constituir crime mais grave e admite as medidas de proteção aplicáveis à violência doméstica como exposta na lei Maria da Penha. O artigo preencheu a lacuna que existia quanto à tipificação penal da violência psicológica, significando um grande avanço quanto à defesa dos direitos das mulheres e à luta contra a violência. Esse processo legislativo reflete não apenas uma evolução normativa, mas também uma resposta à

longa tradição histórica de invisibilização da violência contra a mulher, como observa Brito (2024, p. 153), “essa violência encontra raízes profundas em uma cultura patriarcal que reforçou desigualdades de gênero e naturalizou práticas de subjugação feminina, incluindo formas de agressão não físicas”.

6 DECISÃO E PROCESSO JUDICIAL

Mesmo com os avanços no meio judiciário para combater a violência contra a mulher, o cenário atual ainda está muito longe de ser o ideal. O surgimento da lei Maria da Penha, a tipificação da violência psicológica como crime no Código Penal e o entendimento de que a violência psicológica pode até mesmo configurar crime de lesão corporal foram saltos evolutivos no direito, imprescindíveis para que o amparo às vítimas crescesse e encontrasse respaldo na legislação, mas a dificuldade de efetivar as garantias das mulheres – sobretudo nesse âmbito – ultrapassa o aspecto legislativo.

Como leciona Nágila Brito (2023, pag. 68) “a violência contra a mulher deve ser compreendida como um fenômeno complexo e diversificado, a partir de fatores sociais, históricos, culturais e subjetivos sem, contudo, ser limitado a nenhum deles.” Nesse aspecto, é necessário pontuar mais uma vez a peculiaridade da violência psicológica, porque é isso que torna a sua punibilidade tão árdua.

Em primeira instância, a própria denúncia é algo dificultoso. A proximidade da vítima com seu agressor é apenas um e o mais óbvio fator que impede que a denúncia do crime sequer chegue a ser feita na maioria dos casos. Nas palavras de Nágila Brito, “a violência dentro do ambiente doméstico não apenas ameaça a integridade física e psicológica das mulheres, mas também perpetua um ciclo de medo e submissão que dificulta a busca por justiça.” Existe um vínculo de afeto, mesmo que construído por meio de manipulação, entre a mulher e o parceiro que comete a violência psicológica, agravando ainda mais a sensação claustrofóbica de estar sem saída. A violência psicológica ainda é difícil de ser identificada até mesmo pela própria vítima, e isso faz com que ela não procure ajuda, aumentando a severidade das consequências da violência:

> As mulheres, por não reconhecerem a violência psicológica, ou por confundirem as agressões, sofrem em silêncio e não relatam suas experiências para a rede de proteção existente. Assim, a falta de relato, muita das vezes, faz crescer no íntimo uma ideação suicida, uma das

> consequências mais comuns que a violência psicológica acarreta. (Bruna Ramos Freitas, p. 8)

A descredibilização das vítimas, muitas vezes consequência direta de uma sociedade patriarcal pautada no machismo, é outro fator que barra o acesso à justiça. Essa descredibilização nem sempre vem de estranhos, muitas vezes surge em pessoas próximas, amigos, família e até mesmo nas próprias autoridades. A falta de acolhimento é o fator que mata o devido processo legal e a ajuda à vítima em seu estado embrionário – antes mesmo de uma denúncia formal.

Há ainda a dificuldade de comprovar a materialidade do fato, afinal os danos causados pela violência psicológica são “invisíveis a olho nu”. Em uma conduta que é difícil de ser percebida até mesmo pela vítima, também há dificuldade em provar que ela existiu – e isso consequentemente dificulta o processo. Seria então o único meio de comprovar a violência submeter a vítima a um laudo pericial? A hipótese de necessidade inafastável de um laudo pericial para comprovação seria um atraso e entraria em conflito com o propósito dos direitos e medidas especiais para o crime de violência psicológica. Apesar de ser “invisível”, a violência psicológica pode ser percebida, mesmo que com mais dificuldade. O ataque à saúde psicológica da mulher deixa sequelas que refletem no seu comportamento, no seu modo de pensar, agir e sentir-se.

Pensando na melhor maneira facilitar o acesso à justiça para mulheres vítimas de violência psicológica, o Grupo Pandora elaborou o Instrumento de Avaliação de Violência Psicológica (IAVP). Dispensando a necessidade de um laudo pericial, o IAVP se trata de um formulário a ser preenchido pela vítima a fim de detectar condutas de violência psicológica e dimensionar os danos por ela causados. A solução, além de evitar revitimização, também se torna um facilitador no acesso à justiça e consequentemente uma âncora na proteção às vítimas de uma violência tão danosa e infelizmente recorrente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência psicológica contra a mulher não é um fenômeno marginal ou episódico: trata-se de uma estratégia de poder que se exerce por meio do invisível e do cotidiano, corroendo progressivamente a autonomia, a capacidade de decisão e a autoestima da vítima. Este trabalho demonstrou que, embora muitas condutas degradantes não deixem marcas físicas, seus efeitos são reais, duradouros e

frequentemente precedem formas mais graves de violência. Compreender essa dinâmica exige olhar simultâneo para a história das normas, para as práticas institucionais e para os arranjos culturais que naturalizam o controle e desacreditam quem sofre.

A evolução normativa — em particular o reconhecimento da violência psicológica pela Lei Maria da Penha e a tipificação no art. 147-B — configura um avanço essencial, porque insere no ordenamento jurídico a possibilidade de tutela específica. Porém, a transformação da norma em proteção efetiva encontra obstáculos práticos: procedimentos de apuração que desconsideram indicadores comportamentais; cultura institucional que revitimizam; insuficiência de instrumentos padronizados de identificação; e dificuldades probatórias que levam à subvaloração de relatos e informações não físicas. Essas fragilidades mostram que a lei, por si só, não opera milagrosamente; ela precisa ser acompanhada de práticas e instituições capacitadas para enxergar o invisível.

Da análise emergem direções concretas e interdependentes. Instrumentos de avaliação validados (como IAVP ou ferramentas equivalentes) devem ser incorporados e padronizados nas delegacias, unidades de saúde e varas especializadas para que relatos e sinais comportamentais entrem formalmente no processo de proteção; a capacitação contínua e obrigatória de magistrados, promotores, policiais e equipes de acolhimento é crucial para garantir escuta qualificada, recepção não revitimizante e valoração sensível de provas indiciárias; protocolos que permitam a valoração robusta de elementos comportamentais — mensagens, padrões de isolamento, registros de controle — precisam ser adotados sem transformar o laudo pericial em condição de sobrevivência da ação protetiva; e estruturas multiprofissionais com monitoramento de risco e articulação interinstitucional são necessárias para respostas céleres e sustentadas. Essas medidas não apenas facilitam o acesso à justiça, mas sinalizam socialmente que o dano psicológico tem gravidade e merece resposta imediata.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Civil (1916).** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm Acesso em 20 set. 2025

BRASIL. **Código Penal.** Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 20 set. 2025

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em 20 set. 2025

BRITO, Nágila. **Dialogando sobre o direito e a violência de gênero.** Edição de 2025.

FREITAS, Bruna Ramos. **A (des)valorização da violência psicológica sob a ótica do crime de revenge porn**. 2020.

GRUPO PANDORA. **Instrumento de Avaliação de Violência Psicológica (IAVP).** [s.l.], [s.d.].

PORTELA, Yeda. **Violência psicológica: dificuldade em romper o vínculo afetivo em uma relação conjugal violenta.** 2021.

QUEIROS, Rosana Ataide de; CUNHA, Tania Andrade Rocha. **A violência psicológica sofrida pelas mulheres: invisibilidade e memória**. 2018.

SCARANCE, Valéria Diez; ÁVILA, Thiago Pierobom de; CUNHA, Rogério Sanches. **Violência psicológica contra a mulher: comentários à Lei n. 14.188/2021.** 2021.

SCARANCE, Valéria Diez. **Violência contra a mulher no Brasil e no mundo.** 2014.

A EDUCAÇÃO COMO AUXÍLIO NO COMBATE AS MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Renan Alcantara Motta Coelho[1]

RESUMO

Este artigo analisa os reflexos da masculinidade tóxica na violência de gênero, destacando a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) como instrumento de proteção às mulheres. A pesquisa, de caráter exploratório e bibliográfico, investiga como a construção social da masculinidade contribui para a perpetuação da violência doméstica e a normalização de comportamentos abusivos. Apesar dos avanços legais, a má implementação da lei e a cultura machista ainda dificultam a efetiva proteção das vítimas. O estudo defende a necessidade de ações preventivas, mudanças na educação e maior compromisso do Estado para promover a igualdade de gênero e reduzir os índices de violência.

Palavras-chave: violência de gênero; masculinidade tóxica; Lei Maria da Penha; políticas públicas.

ABSTRACT

This article analyzes the effects of toxic masculinity on gender-based violence, highlighting the Maria da Penha Law (Law No. 11,340/2006) as an instrument for the protection of women. The research, which is exploratory and bibliographic in nature, investigates how the social construction of masculinity contributes to the perpetuation of domestic violence and the normalization of abusive behavior. Despite legal advancements, poor implementation of the law and a prevailing machista culture still hinder the effective protection of victims. The study advocates for the need for preventive actions, changes in education, and a greater commitment from the State to promote gender equality and reduce violence rates.

Keywords: gender-based violence; toxic masculinity; Maria da Penha Law; public policies.

1 INTRODUÇÃO

Como já é notório, a Lei Maria da Penha é um marco na busca pela segurança e dignidade das mulheres na luta contra a violência doméstica, trazendo meios não só para reprimir, mas também para prevenir.

Entretanto, cada vez mais se fala de violência doméstica e feminicídio no Brasil, demonstrando que está ocorrendo uma falha na prevenção.

[1] Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador; Especialista em Ciências Criminais pela Universidade Estácio de Sá; Especialista em Direito Constitucional Aplicado pela Faculdade Legale; Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Salvador; Advogado; renanalcantar.adv@gmail.com.

O artigo analisa como a masculinidade tóxica contribui para os altos índices de violência contra a mulher na sociedade ocidental, especialmente no Brasil.

A pesquisa aponta que, desde o nascimento, meninos são ensinados a reprimir emoções e diferenciar-se do gênero feminino, o que pode gerar homens emocionalmente instáveis. Isso contribui para a formação de relações desiguais e violentas, frequentemente reproduzidas em gerações futuras. A violência doméstica é, muitas vezes, naturalizada no ambiente familiar e social.

O trabalho faz uma análise histórica e teórica sobre o desenvolvimento das masculinidades, os tipos de violência de gênero tipificados no Brasil, e o impacto de políticas públicas, utilizando da metodologia exploratória e bibliográfica, mostrando que embora existam leis protetivas, a mudança efetiva depende de ações educativas, especialmente desde a infância, com maior participação do Estado.

2 BREVE HISTÓRICO DAS MASCULINIDADES NO OCIDENTE

Tentar definir de forma fixa e definitiva o que é masculinidade ou o que representa ser homem na sociedade tem se mostrado um desafio constante, mesmo diante de tantas normas e expectativas sociais impostas.

Desde o início, é importante entender que a ideia de masculinidade não é única ou universal. Não é possível afirmar que todas as sociedades ao longo da história compartilhem a mesma visão sobre o que significa ser masculino, nem que aquelas que reconhecem essa noção a compreendam da mesma maneira.

Em seu livro *Masculinidades*, Connell (2003) apresenta uma análise crítica e detalhada sobre as diversas maneiras de se conceber a masculinidade, incentivando uma reflexão sobre suas limitações e variações de acordo com a cultura. A autora contesta a visão de que a masculinidade seja um conceito uniforme e válido em todos os contextos sociais.

Dessa forma, Connell (2003) nos propõe pensar sobre como as construções de gênero – como a masculinidade – são moldadas por contextos específicos, influenciando diretamente os papéis sociais, as dinâmicas de poder e as identidades individuais.

Michael S. Kimmel (1998, pg. 105), nos dá outros contornos apontando que as masculinidades:

> (1) variam de cultura a cultura, (2) variam em qualquer cultura no transcorrer de um certo período de tempo, (3) variam em qualquer cultura através de um conjunto de outras variáveis, outros lugares potenciais de identidade e (4) variam no decorrer da vida de qualquer homem individual.

Ele reconhece que a masculinidade não pode ser entendida como algo fixo ou definido por um único aspecto, como o biológico ou o espiritual. Para ele, trata-se de uma construção complexa e em constante transformação, moldada por múltiplos fatores que ultrapassam explicações tradicionais.

No século XIX, conforme apontado por Kimmel (1998), surgiu o ideal do "homem que se faz por si mesmo" *(Self-Made Man*), no qual os homens buscavam reconhecimento e sucesso através do trabalho, muitas vezes em detrimento da vida doméstica e afetiva. Segundo o autor, essa imagem gerava um sentimento contínuo de insegurança, exigindo dos homens provas constantes de sua masculinidade e competência. Isso os levava a utilizar o corpo como forma de demonstração de força e poder, transformando-o em símbolo de valor pessoal. Essa mudança afetou profundamente as dinâmicas de poder e identidade masculina, impactando não apenas os próprios homens, mas também suas relações com outras formas de masculinidade e com as mulheres, contribuindo para a manutenção de desigualdades sociais.

De acordo com Macías-Gonzáles (2017), os estudos sobre masculinidades começaram a ganhar força entre as décadas de 1960 e 1970, principalmente em países anglo-saxões, em resposta à segunda onda do feminismo. Esses estudos foram impulsionados pelo declínio das teorias funcionalistas, pelo fortalecimento das pautas feministas e pela inclusão de discussões sobre minorias nos círculos acadêmicos, promovendo uma compreensão mais diversa e multicultural da realidade.

Macías-Gonzáles (2017) critica as abordagens terapêuticas por focarem apenas nas questões masculinas, criando espaços exclusivos para homens e deixando as mulheres de fora desses debates. Já Oliveira (2004) destaca que o Movimento Mitopoético dos Homens, com sua perspectiva psicoespiritual, se aproxima da sociobiologia — uma visão que considera o gênero como algo essencial e imutável. Esse movimento busca associar arquétipos da psicologia junguiana, entendidos como imagens simbólicas universais do inconsciente coletivo, aos papéis sexuais tradicionais defendidos por teorias conservadoras e funcionalistas (OLIVEIRA, 2004, p. 162). A partir

dessas análises, tanto Macías-Gonzáles quanto Oliveira demonstram como esse movimento tende a reforçar uma ideia de masculinidade como algo natural, profundo e desvinculado de contextos históricos e sociais.

Por outro lado, há estudiosos que argumentam que o gênero deve ser interpretado exclusivamente como uma construção cultural e histórica, sem vínculo com o aspecto biológico. Butler (2021) avança nessa discussão ao interpretar a célebre frase de Beauvoir — de que "ninguém nasce mulher, torna-se mulher" — como uma afirmação de que o corpo é sempre atravessado por significados culturais. Assim, o sexo não pode ser visto apenas como um dado anatômico, pois ele está constantemente sujeito a interpretações culturais.

> Não se pode dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior à marca do seu gênero; e emerge então a questão: em que medida pode o corpo vir a existir na(s) marca(s) do gênero e por meio delas? Como conceber novamente o corpo, não mais como um meio ou instrumento passivo à espera da capacidade vivificadora de uma vontade caracteristicamente imaterial? (BUTLER, 2021, p. 30).

Dentro desse contexto, conforme analisado por Oliveira (2004), é possível observar estudos que tratam do Movimento Mitopoético dos Homens. Esse movimento, originado nos Estados Unidos durante a década de 1980, foi um dos responsáveis por difundir o termo “masculinidade tóxica”. Seus integrantes entendiam que a masculinidade passava por uma crise e, como resposta a isso, promoviam encontros exclusivamente masculinos, nos quais realizavam rituais de passagem com a intenção de recuperar uma masculinidade vista como primitiva ou essencial.

A realização de rituais de iniciação em meio à natureza como forma de afirmação da masculinidade é uma prática presente em diversas culturas. Segundo Badinter (1993), esses ritos costumam apresentar três elementos principais: a necessidade de atravessar um momento decisivo, a ausência da figura paterna e o enfrentamento de provas desafiadoras.

Um exemplo citado pela autora é o dos Sambia, povo da Nova Guiné. Nessa cultura, os meninos são afastados das mães, sofrem ferimentos simbólicos para eliminar traços femininos e recebem ensinamentos secretos que não podem ser compartilhados com mulheres. Esses rituais representam o rompimento com os vínculos maternos e a superação de obstáculos como caminho para a construção da identidade masculina.

Tais rituais não se restringem às culturas tradicionais, estando também presentes em sociedades contemporâneas. Nos Estados Unidos, nos anos 1980, o movimento mitopoético promovia essas práticas, e no Brasil, grupos como o de Desenvolvimento Pessoal utilizam abordagens semelhantes em meio à natureza, buscando desenvolver valores e competências entre os participantes.

Esses exemplos evidenciam como uma sociedade marcada por traços de machismo pode contribuir para o desequilíbrio emocional de muitos homens, ao ponto de se tornar difícil imaginar que aceitariam que suas próprias mães fossem vítimas dos tipos de violência doméstica que, infelizmente, muitos acabam praticando contra suas parceiras.

3 BREVE HISTÓRICO DA DESIGUALDADE DE GÊNEROS NO OCIDENTE

Observando as epistemologias feministas, atravessando uma análise sociocultural e histórica de alguns contextos e estruturas a partir de uma perspectiva colonizadora hegemônica, pode-se refletir sobre lógica imperialista que se instaurou, do qual, segundo Aníbal Quijano (2005) a “colonialidade de poder”, criou o conceito de raça, numa concepção, até então, inexistente.

> A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a idéia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, consequentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico (QUIJANO, 2005, p. 117).

As diferenças impostas na sociedade, transmutadas em desigualdades, produziram e produzem subalternizações e sobreposições de privilégios e violências, perpetradas e sofridas, inclusive nos dias atuais.

> Ao constituir essa classificação social, a colonialidade permeia todos os aspectos da existência social e permite o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais (Quijano, 2000b:342). "América" e "Europa" estão entre essas novas identidades geoculturais. "Europeu", "índio", "africano" se encontram entre as identidades "raciais". Esta classificação é "a expressão mais profunda e duradoura da dominação colonial" (2001-2002:1). Com a expansão do colonialismo europeu, a classificação foi imposta sobre a população do planeta. Desde então, permeia todas e cada uma das áreas da

> existência social, constituindo a forma mais eficaz da dominação social tanto material como intersubjetiva (LUGONES, 2008, p. 79).

Durante a Idade Média, de acordo com Nogueira (2004), as funções atribuídas às mulheres variavam conforme seu estado civil: enquanto as solteiras eram responsáveis por tarefas como lavar roupas e fiar tecidos, as casadas se ocupavam principalmente da criação dos filhos. Esse período histórico também foi marcado pela chamada “caça às bruxas”, um movimento no qual milhares de mulheres foram perseguidas, torturadas e executadas — muitas vezes queimadas vivas — tanto na Europa quanto nas Américas. Essas ações visavam manter a supremacia masculina, uma vez que mulheres que detinham conhecimentos ou habilidades fora do controle dos homens eram rotuladas como bruxas.

Esse cenário está diretamente relacionado a um dos alicerces da masculinidade tóxica: o machismo. Este se refere a um conjunto de crenças e comportamentos que colocam o homem em posição de superioridade dentro da sociedade, desvalorizando a mulher e negando a igualdade de direitos entre os gêneros.

Com base nisso, observa-se que, ao longo da história, o papel da mulher foi sendo constantemente desmerecido por meio da misoginia — termo abordado por Cunha (2007), de origem grega: *miséō* (ódio) e *gyné* (mulher). Ou seja, trata-se do sentimento de aversão, desprezo ou hostilidade direcionado ao gênero feminino e às características associadas a ele. Essa postura está intimamente ligada aos casos de violência contra a mulher, sendo o feminicídio e a falta de punições justas exemplos crescentes dessa realidade.

A defesa dos direitos das mulheres começou a se fortalecer a partir da internacionalização dos Direitos Humanos, especialmente com a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Após os horrores da Segunda Guerra Mundial, tornou-se urgente estabelecer mecanismos que garantissem a proteção desses direitos, inclusive os das mulheres. Nesse contexto, surgiu a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), adotada pela ONU em 1979.

Entretanto, em razão de fatores culturais enraizados, muitas mulheres ainda viviam em relacionamentos abusivos, o que levou à necessidade de uma legislação específica no Brasil para protegê-las contra a violência doméstica.

Apesar do reconhecimento dos direitos humanos das mulheres pelo Estado brasileiro já há décadas, foi apenas em 2006 que uma lei específica foi criada para resguardar esses direitos. A Lei Maria da Penha representou um avanço significativo na legislação do país, pois alterou a forma como a violência doméstica passou a ser tratada. A norma não só intensificou a punição dos agressores, mas também passou a oferecer suporte, acolhimento e medidas preventivas às vítimas.

A definição de violência faz parte do corpo da Lei Maria da Penha em seu artigo 5º:

> Violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica [...] ou em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (BRASIL, 2006).

Heleieth I. B. Saffioti (1987), afirma que a desigualdade de gênero ainda é uma realidade em todos os setores da sociedade. Tanto em regiões urbanas quanto rurais, a violência dentro do lar é uma constante, afetando mulheres de todas as classes sociais, que seguem sendo as maiores vítimas desse tipo de agressão.

Assim, para que posicionamentos preconceituosos mudem, não é suficiente apenas a vontade do legislativo. A mudança tem que existir desde a cultura, desde a educação em casa, para todos perceberem a tamanha seriedade que é tratar de casos como a da violência doméstica. Dessa forma, os futuros membros das instituições de Justiça e Segurança terão novos posicionamentos, assim como aqueles que já fazem parte dessas instituições devem dar mais atenção a violência contra as mulheres e colocar como uma questão séria de segurança humana.

7 O MACHISMO ESTRUTURAL NA SEGURANÇA PÚBLICA

Conforme apontam Vasconcelos e Augusto (2015), a revitimização da mulher acontece quando não há uma atuação efetiva e articulada dos serviços destinados ao atendimento das vítimas de violência. Nessa perspectiva, o Estado se mostra negligente e, somado à ineficiência das políticas públicas e à falta de qualificação dos profissionais que integram a rede de apoio, há um agravamento das situações de agressão, resultando em um processo de revitimização da mulher. Essa revitimização configura-se como uma violência de natureza secundária, agora praticada pelo próprio Estado.

Isso pode levar à perda de confiança no sistema judiciário, desencadeando diversos impactos psicológicos.

Para atender as mulheres, existem as redes de apoio especializadas, aquelas que têm como público alvo as mulheres que foram vítimas da violência que a *Rede de Enfrentamento: a Violência contra as Mulheres: Secretaria de Política para as Mulheres* (BRASIL, 2011, pg. 27) as define como:

> Serviços que atendem exclusivamente a mulheres e que possuem expertíssimo tema da violência contra as mulheres. Inclui os seguintes serviços: Centros Especializados de Atendimento à Mulher em situação de violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência,Centros Integrados da Mulher), Serviços de Abrigamento (Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório/Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Na prática, observa-se que, com frequência, a mulher que procura apoio acaba sendo submetida a atitudes desrespeitosas e humilhantes, que a colocam no papel de culpada, como se fosse responsável pela violência que sofreu. Dessa forma, além do trauma causado pelo agressor, ela enfrenta um novo sofrimento, agora imposto pelas etapas que precisa percorrer dentro da rede de atendimento. Esse fenômeno passou a ser identificado como revitimização, pois a vítima é novamente exposta a situações constrangedoras e a julgamentos morais por parte de profissionais que deveriam garantir sua proteção, algo que ocorre desde o atendimento nas delegacias até o processo no próprio sistema Judiciário. Segundo Costa, Zucatti, e Dell'aglio (2011, pg. 220):

> A partir da criação das delegacias especializadas, a mulher passou a ter um “ponto de partida” na busca de apoio e acesso à rede pública e privada. Segundo Brandão (2004), para que as delegacias funcionem com eficácia, precisam operar de forma integrada e oferecer um atendimento qualificado, evitando a revitimização da mulher que chega até ali. Pasinato (2006) salienta a importância do primeiro atendimento dado à mulher e do papel que esse momento passar a ter sobre as decisões que ela tomará quanto a permanecer na relação violenta ou buscar novas saídas para sua vida.

O tema discutido também se relaciona com as reflexões de Reis (2007) e dialoga com o que foi apontado por outros autores, ao evidenciar que as desigualdades culturais profundamente enraizadas na sociedade brasileira dificultam a efetivação da igualdade de direitos. Isso porque as camadas mais vulneráveis da população frequentemente enfrentam obstáculos maiores para acessar seus direitos, especialmente quando comparadas àqueles que ocupam posições de poder e influência social.

> Como indivíduos, embora cidadãos, somos uma espécie de joão ninguém, submetidos ao mundo público (rua), ao universo abstrato da lei, das regras gerais, impessoais e universais; como pessoas, adentramos um universo relacional (casa), de sujeitos concretos que se vêem envolvidos em situações concretas e que se valem de suas amizades e do 'capital' que acumularam em termos de contatos e de influência. Aqui entra em cena o "você sabe com quem está falando", a malandragem ou o famoso 'jeitinho brasileiro'. O resultado é a presença de uma cidadania prejudicada, ambígua, determinada por hierarquias e redes de relações pessoais, dependente, portanto, de quem está implicado na situação, e, nesse caso, bem pouco próxima de qualquer regra moderna de equivalência igualitária, com princípios abstratos e universalmente válidos. Como salienta DaMatta, "no Brasil é muito mais importante conhecer a pessoa implicada, do que a lei que governa uma dada situação" (1992, prefácio, 1979) (REIS, 2007, p. 27).

O caso de Maria Fernanda (Nome fictício), apresentado no site da BBC (MENDONÇA, 2015), ilustra o problema. Ela resolveu denunciar o namorado após ter sofrido agressões por dois anos e meio. Mas a experiência que teve na delegacia a traumatizou.

> "Vocês vêm aqui todo dia por causa dessas 'coisas de mulher' e depois fica tudo bem", foi a primeira coisa que o delegado disse ao ouvir o início do depoimento de Maria Fernanda – e ele passou a meia hora seguinte fazendo de tudo para convencê-la de que seria um erro denunciar o namorado agressor. "Eles tentam de todas as formas fazer você desistir. No meu caso, conseguiram. Saí de lá humilhada (MENDONÇA, 2015).

Falta capacitação dos profissionais e assim como nesse caso, a reclamação mais comum e recorrente entre as mulheres é sobre a forma como são tratadas nas delegacias.

> "Você tem certeza que vai fazer isso (denunciar)? Essas marcas aí? Estão tão fraquinhas...até você chegar no IML (para fazer exame de corpo de delito), já vão ter desaparecido. Se você denunciar, vai acabar com a vida dele. Ele vai perder o emprego e não vai adiantar nada, porque vai ficar alguns dias preso, depois vai pagar fiança e vai sair ainda mais bravo com você", dizia o delegado à Maria Fernanda (MENDONÇA, 2015).

De acordo com Oliveira (2014), a revitimização da mulher ocorre, em muitos casos, devido à negligência em lidar adequadamente com os aspectos coletivos, jurídicos e psicológicos relacionados à violência doméstica. As políticas públicas, nesse contexto, não devem se limitar apenas à garantia da integridade física da vítima, mas também precisam promover o fortalecimento das instituições de atendimento à mulher. Isso inclui incentivar a capacitação dos profissionais que atuam nesse acolhimento, de modo a evitar que mulheres em busca de proteção acabem enfrentando novas formas de violência ao longo do processo.

Em entrevista concedida à BBC, Silvia Chakian, promotora de justiça, destacou que a revitimização representa um dos principais obstáculos à eficácia da Lei Maria da

Penha (MENDONÇA, 2015). Segundo ela, mesmo quando a mulher consegue romper barreiras e denunciar seu agressor, ainda enfrenta outro desafio: o de provar que o crime realmente ocorreu. Isso se torna ainda mais difícil em casos de violência que não deixam marcas visíveis, como a violência psicológica.

"Os agentes públicos – da polícia e até do judiciário – são membros de uma sociedade machista, reproduzindo esses estereótipos às vezes no atendimento dessas mulheres. Falta uma capacitação desses agentes", afirmou a promotora de justiça Silvia Chakian:

> "Muitas vezes, eles fazem perguntas absurdas de busca de detalhes que é impossível elas recordarem. É um tipo de violência que há um mecanismo psicológico de querer esquecer, querer apagar. E eles tratam essa mulher como se ela não fosse digna de crédito. Ela acaba tendo a responsabilidade de provar que não está ali mentindo." (MENDONÇA, 2015).

O mal atendimento num momento de tamanha vulnerabilidade para uma mulher, pode ser fatal, como ocorreu no caso da jornalista Vanessa Ricarte, assassinada pelo seu ex-noivo, horas depois de sair da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, na cidade de Campo Grande – MS. De acordo com mensagens de áudio enviadas pela vítima para uma amiga e apresentado ao site G1 (MOREIRA, 2025), Vanessa reclamou do atendimento da delegada:

> "Eu to bem impactada com o atendimento da Casa da Mulher Brasileira. Eu que tenho toda instrução, escolaridade, fui tratada dessa maneira, imagine uma mulher vulnerável, sem ter uma rede de apoio nenhuma. Essas que são mortas, essas que vão para estatística do feminicídio" [...] “Fui falar com a delegada, fui tentar explicar toda a situação, ela me tratou bem prolixa, bem fria, seca. Toda hora me cortava” [...] “Falei que precisava ir pra minha casa, faz dois dias que eu não tomo banho, não troco de roupa. Aí ela: então vai pra sua casa. Você já avisou ele? manda mensagem falando pra ele deixar a casa. Eles não entendem a dimensão do negócio” [...] “Eu estou esgotada mentalmente falando, perdida. Sabe quando você está decepcionada? Me sentindo culpada porque eu fui registrar o BO hoje de madrugada”. (MOREIRA, 2025)

O delegado-geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul informou que um processo será iniciado para investigar o atendimento recebido por Vanessa Ricarte e por meio de uma nota, o Ministério das Mulheres comunicou que enviou um ofício à Corregedoria da Polícia Civil do estado, requisitando a abertura de uma investigação sobre o serviço prestado a Vanessa, além de encaminhar o caso ao Ministério Público para que as ações necessárias sejam tomadas.

Se atendimento desastrosos como esse não existissem, vidas como a de Vanessa poderiam ser salvas pela ajuda do Estado.

A capacitação dos profissionais da segurança pública é essencial para que vítimas se sintam acolhidas num momento de fragilidade após as agressões e não com medo de sofrerem ainda mais com os pré-julgamentos realizados por aqueles que deveriam protege-las e garantir a ordem pública.

A capacitação desses profissionais é necessária, pois muitos durante sua infância também foram “alimentados” com informações e presenciaram situações de violência em sua família, o que aumenta também a chance de se replicar este ato, como é um risco de ocorrer com qualquer ser humano.

5 DOS FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO NAS MASCULINIDADES

É importante a atuação efetiva do Estado, como um terceiro com um poder maior, o quanto antes, pois para Norwood (2011), em famílias disfuncionais, há uma recusa em reconhecer a realidade. Quando alguém tenta confrontar essa verdade, os demais membros costumam rejeitar, zombando ou marginalizando quem a aponta.

> Em uma família disfuncional sempre há uma negação da realidade partilhada. Independentemente da seriedade dos problemas, a família não se torna disfuncional, a menos que haja negação. Além disso, se um membro da família tentar pôr fim a essa negação, por exemplo, descrevendo a situação familiar em termos exatos, em geral o resto da família resistirá fortemente a essa percepção. Com frequência farão uso de ridicularização para realinhar essa pessoa ou, se isso falhar, o membro da família renegado será excluído do círculo de aceitação, afeição e atividade. (NORWOOD, 2011, p. 161)

Na psicologia, compreender os fatores de risco e proteção ligados ao surgimento de psicopatologias em crianças e adolescentes é essencial para o desenvolvimento de estratégias preventivas e ações voltadas à promoção da saúde. Dentro desse contexto, destaca-se o conceito de resiliência, entendido como a capacidade do indivíduo de responder de forma positiva e seguir se desenvolvendo mesmo diante de adversidades, estresse ou traumas (NORONHA et al., 2009; RUTTER, 1987).

Esse conceito torna-se ainda mais relevante quando se trata de prevenir a exclusão social de pessoas com histórico de violência doméstica. O avanço das investigações sobre comportamentos e características resilientes, aliado ao aprofundamento no conhecimento sobre fatores protetores e formas de incentivar a resiliência, transforma essa noção em um recurso valioso para a formulação de ações preventivas em contextos vulneráveis (KOTLIARENCO et al., 1997).

A resiliência pode ser interpretada sob diferentes perspectivas: como um conjunto de capacidades e habilidades pessoais moldadas por traços de personalidade e influências do meio, ou como a habilidade de se ajustar de maneira construtiva diante de situações difíceis. Também pode ser entendida como o equilíbrio entre elementos protetores e de risco nos níveis individual e coletivo (SOUZA; CERVENY, 2006).

As autoras reforçam que a resiliência deve ser encarada como um processo contínuo de crescimento e ressignificação das experiências vividas. Por isso, é importante analisá-la de forma ampla, levando em conta não apenas a dimensão individual, mas também os aspectos familiares e comunitários, já que esse conceito está profundamente entrelaçado com fatores históricos, sociais e culturais.

Segundo Costa e Bigras (2007), crianças e adolescentes desenvolvem certas competências que podem indicar a presença de resiliência, como a habilidade para solucionar problemas, a criatividade para lidar com desafios cognitivos e sociais, a empatia, a comunicação eficaz e a capacidade de elaborar e perseguir projetos de vida.

Para Kotliarenco et al. (1997), nascer em contextos de carência social e psicológica representa um risco significativo para a saúde física e mental. Nessa linha, o conceito de resiliência é revisto com o objetivo de identificar condições que favoreçam um desenvolvimento mais positivo e saudável.

Rutter (1985) e Werner (1989) argumentam que os fatores de risco e proteção influenciam diretamente na forma como os indivíduos respondem às adversidades. Enquanto os riscos podem comprometer o desenvolvimento em diversas áreas, os fatores protetores têm o potencial de minimizar esses efeitos. Esses dois conjuntos de fatores são interdependentes e variam de acordo com o contexto de vulnerabilidade. Traços pessoais como autoestima, inteligência e sociabilidade, assim como elementos externos como vínculos familiares fortes, apoio emocional e redes de suporte, podem influenciar positiva ou negativamente a forma como se enfrenta a adversidade.

Noronha et al. (2009) reforçam que os fatores protetores podem reduzir os impactos negativos associados aos riscos. Muitas vezes, esses riscos se acumulam e colocam o indivíduo em uma trajetória de crescente vulnerabilidade, especialmente quando não há intervenções adequadas ou mecanismos de proteção disponíveis.

Dessa forma, o conceito de resiliência se mostra essencial na formulação de iniciativas que promovam a interação entre as características individuais e os contextos familiar, social e cultural nos quais a pessoa está inserida.

6 O GATO DE SCHRÖDINGER VERSUS MÉTODOS EDUCATIVOS CONTRA A MASCULINIDADE TÓXICA

Conforme já discutido ao longo deste trabalho, na sociedade ocidental, por muitos anos foi historicamente consolidada e ainda hoje, muitas vezes, disfarçada a ideia de que os homens ocupam uma posição superior na hierarquia social. Autoras como Lerner (2019, p. 261-262) apontam que essa realidade é fruto de um longo processo histórico que contribuiu para a construção e consolidação do patriarcado histórico, formado por homens e mulheres.

Uma contribuição importante destacada por Segato (2012), já mencionada no início deste trabalho, diz respeito a certas sociedades pré-coloniais que possuíam formas de organização de gênero marcadas por uma distribuição mais equilibrada de poder entre homens e mulheres. Com a chegada da colonização, porém, houve uma transição para estruturas sociais baseadas no binarismo de gênero. Esse conceito é aprofundado por Judith Butler (2019, 2021), especialmente ao tratar das performances de gênero, evidenciando como a colonização impôs às populações locais suas próprias normas, valores e formas de viver.

Ao relacionar essa análise ao cenário atual, é possível observar que o principal desafio na intersecção entre o patriarcado e a colonialidade de gênero no âmbito do que se convencionou chamar de “sistema moderno/colonial de gênero”, o qual amplia a teoria da “colonialidade do poder” reside no fato de que, no Brasil, essa dinâmica, somada às desigualdades de gênero e raça, resulta em uma incidência alarmante de violência doméstica e feminicídio contra mulheres negras (QUIJANO, 2005; LUGONES, 2012).

Esse panorama evidencia como as desigualdades estruturais são perpetuadas de geração em geração, com início, muitas vezes, na infância, dentro do próprio lar, espaço que deveria ser de proteção e cuidado, mas que, para grande parte da

população brasileira, torna-se o primeiro ambiente de reprodução da violência e da opressão.

Diante disso, surge uma questão fundamental: como romper com essas influências nocivas de uma cultura machista e patriarcal que molda os futuros membros da sociedade ocidental?

Para refletir sobre isso, é possível estabelecer uma analogia entre o papel da educação e o famoso experimento mental do Gato de Schrödinger, proposto por Erwin Schrödinger em 1935. A experiência foi concebida para ilustrar as particularidades da mecânica quântica, em especial o conceito de superposição de estados e a ideia de que a observação altera o sistema observado.

De acordo com Fischer (2020), o experimento imaginava um gato trancado em uma caixa, junto a um mecanismo contendo uma partícula radioativa, um contador Geiger, um frasco de veneno e um martelo. Caso a partícula se desintegre — algo aleatório — o contador aciona o martelo, quebrando o frasco e matando o gato. Caso contrário, o gato permanece vivo. Enquanto a caixa não for aberta, o gato está, teoricamente, em um estado de superposição: simultaneamente vivo e morto.

Essa proposta, embora teórica, levanta questões filosóficas profundas sobre a natureza da realidade, sugerindo que os objetos não possuem um estado definido até que sejam observados.

Ao transpor essa metáfora para o contexto social e educacional, podemos imaginar, no lugar do gato, uma criança, e, no lugar da caixa, o ambiente familiar contaminado por padrões de masculinidade tóxica. Dentro dessa "caixa", não sabemos quando — ou se — essa criança será impactada diretamente por esses comportamentos, mas o risco está sempre presente, latente.

A pergunta então se transforma: em que momento essa criança será “afetada” por essa masculinidade tóxica? Não há uma resposta precisa. Enquanto nenhuma intervenção ocorrer — seja por meio da educação, acolhimento ou políticas públicas, a criança crescerá em um ambiente permeado por violência simbólica (e muitas vezes física), assimilando tais comportamentos como naturais e reproduzindo-os futuramente nas suas relações.

Essa analogia, portanto, reforça a urgência de ações preventivas e educativas desde os primeiros anos de vida, voltadas à construção de uma cultura de equidade,

respeito e não violência. Intervir precocemente nesse "sistema fechado" é o que pode evitar que a superposição se colapse em um único estado trágico: a reprodução cega e contínua do ciclo da opressão.

Isso porque, segundo a terapeuta norte-americana Norwood (2011, pg. 160), é muito comum na fase da infância quando se presencia situações familiares consideradas tóxicas.

> Essa necessidade de controlar os outros se origina em uma infância na qual muitas emoções opressivas frequentemente são experimentadas: medo, raiva, tensão insuportável, culpa, vergonha, pena dos outros e de si mesma. Uma criança que cresce em um ambiente desses pode ser devastada por essas emoções a ponto de só conseguir funcionar desenvolvendo modos de se autoproteger. Suas ferramentas de autoproteção sempre incluem um mecanismo de defesa poderoso, a negação, e uma motivação subconsciente igualmente poderosa, o controle.

Há ainda a possibilidade de que essa criança, já profundamente imersa em um ambiente marcado por comportamentos tóxicos, chegue à adolescência reproduzindo os mesmos padrões que presenciou em casa. Isso pode resultar na formação de um jovem que, ao se tornar adulto, perpetua atos violentos, seja como um homem que agride, seja como uma mulher que acredita ser normal suportar tais situações.

Diante disso, surge a pergunta: quem pode abrir essa "caixa", ou melhor, intervir nesse ambiente doméstico antes que o “veneno” da masculinidade tóxica contamine essa criança de forma definitiva? A resposta é: o Estado.

Este trabalho buscará apresentar formas de atuação estatal que priorizem o bem-estar coletivo, especialmente quando a necessidade de muitos se sobrepõe à de poucos. Embora o direito à propriedade privada seja assegurado pela Constituição Federal de 1988 (art. 5º, XXII, e art. 170, II), existem situações excepcionais em que o Estado pode intervir nesse direito para proteger interesses públicos. Essa atuação é conhecida como intervenção estatal na propriedade privada.

Nesse contexto, destaca-se a limitação administrativa, uma modalidade de intervenção indireta que impõe restrições de caráter geral, não direcionadas a um imóvel específico, mas aplicáveis a todos os que se enquadrem nas condições previstas pela norma. Essa limitação decorre do poder de polícia do Estado, que permite restringir o uso de propriedades privadas para garantir sua adequação às necessidades coletivas. Isso representa uma mitigação do caráter absoluto da propriedade privada,

reforçando o princípio da função social da propriedade, previsto nos artigos 5.º, XXIII, e 170, III, da Constituição Federal.

Embora as limitações administrativas não sejam expressamente mencionadas na Constituição, elas se fundamentam em dois princípios essenciais: a supremacia do interesse público e a própria função social da propriedade. Com base nisso, o Poder Público pode impor obrigações positivas, negativas ou permissivas a proprietários não individualizados, com o objetivo de assegurar que esses espaços atendam às demandas sociais.

No combate à cultura machista, uma das principais ferramentas do Estado é a educação. Segundo Freire (2018), a educação tem o poder de transformar o indivíduo, e é justamente a transformação do indivíduo que conduz à mudança social.

7 PROJETOS EDUCACIONAIS DA LEI MARIA DA PENHA

Um projeto que vem ganhando destaque em diversos estados e municípios brasileiros é a inserção da Lei Maria da Penha no ambiente escolar. Por meio da distribuição de materiais pedagógicos e da realização de atividades educativas, busca-se conscientizar crianças e adolescentes sobre a desigualdade de gênero e a violência doméstica. Essa iniciativa representa um investimento de longo prazo: ao educar os jovens hoje, o Estado tenta prevenir que, no futuro, esses mesmos indivíduos sejam influenciados negativamente por uma sociedade ainda marcada por traços machistas, muitas vezes ensinados dentro do próprio ambiente familiar.

Segundo Stein (2006, p. 15):

> Compreender os mecanismos gerais do processo político e do processo de formulação de políticas em cada país, com sua trajetória histórica específica, constitui um pré-requisito primordial para a formulação de propostas adequadas de reforma política e de reformas institucionais.

Em algumas regiões do Brasil, a inclusão de temas relacionados à igualdade de gênero na educação já é uma realidade. Conforme destacado em reportagem publicada no site *Nova Escola* (MONTEIRO, 2017), no Distrito Federal, a professora Gina Vieira Ponte, da rede pública de ensino, recebeu reconhecimento do Ministério da Educação por meio do prêmio Professores do Brasil. O destaque se deu por um projeto pedagógico voltado à temática de gênero, no qual a docente trabalhava com seus alunos biografias de mulheres inspiradoras, como Anne Frank, Malala Yousafzai e

Madre Teresa de Calcutá. Além disso, ela incentivava os estudantes a escreverem sobre as histórias de vida de suas próprias mães e avós, valorizando as narrativas femininas presentes em seu cotidiano.

A professora Gina defende que questões de gênero — como a desigualdade entre homens e mulheres e a violência doméstica — devem ser abordadas desde a Educação Infantil, de forma transversal, permeando todo o processo de ensino-aprendizagem, e não tratadas como conteúdos isolados. Em suas palavras, “esse assunto é inegociável e deve ser tratado nas escolas, mas muitos professores ainda não têm coragem, porque acham que não existe amparo para isso”. Ela também sugere que documentos como as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos sejam utilizados como base e apoio para o trabalho com os alunos em sala de aula.

Gina explica que faz exercícios com as biografias, sendo extremamente importantes, inclusive, para atrair o interesse dos meninos: “Quando falamos sobre o assunto, parece que é um tema só para as mulheres. Muitos meninos se esquivam assim que usamos palavras como ‘feminismo’. Então, temos que ter uma alternativa” (MONTEIRO, 2017).

Também é dito por Gina que é essencial as escolas se perguntarem, antes de tudo, se os meninos e as meninas têm as mesmas possibilidades e oportunidades de se desenvolver.

> O que a direção faz quando as meninas são xingadas ou assediadas pelos colegas? Elas são incentivadas a montar Lego, a gostarem de exatas? Defendo que as escolas criem um ambiente saudável onde meninos e meninas sejam plenos para fazer o que quiserem (MONTEIRO, 2017)

Piscitelli (2002, p. 1) afirma que: “[...] entre os acadêmicos que dialogam com as discussões feministas, o conceito de gênero foi abraçado com entusiasmos, uma vez que foi considerado um avanço significativo em relação às possibilidades analíticas oferecidas pela categoria mulher”.

Para Freire (2018), a educação jamais é neutra; ela está sempre inserida em um contexto social, cultural e político, podendo servir tanto à perpetuação da opressão quanto à sua superação. Nesse sentido, iniciativas educacionais comprometidas com a transformação social assumem um papel essencial na promoção dos direitos humanos e na prevenção da violência de gênero.

Um exemplo prático dessa abordagem transformadora ocorre no estado do Rio de Janeiro, onde o governo estadual, por meio da Secretaria de Estado de Educação, firmou uma parceria com o Ministério Público, através do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Violência Doméstica e Familiar. Essa colaboração possibilitou a continuidade do projeto “Conversando sobre a Lei Maria da Penha nas Escolas”.

Segundo matéria do portal *Compromisso e Atitude* (MAGALHÃES, 2016), a ação tem como objetivo principal conscientizar crianças e adolescentes sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, utilizando como material de apoio o Dossiê Mulher 2015, que reúne dados e análises sobre a violência de gênero no estado.

O projeto prevê a realização de palestras educativas para estudantes do Ensino Médio e servidores da rede estadual, especialmente em escolas situadas em regiões com altos índices de violência contra a mulher — conforme dados do Instituto de Segurança Pública (ISP). As ações se concentram, principalmente, nas unidades escolares localizadas na Zona Oeste e no Centro do Rio de Janeiro, áreas identificadas como prioritárias.

A promotora de Justiça, Alexandra Feres, que também exerce função de subcoordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Violência Doméstica Contra a Mulher, esclarece que a ideia é proporcionar o raciocínio e conquistar a maior quantidade de jovens:

> Nosso objeto é trabalhar de forma preventiva. Buscamos esclarecer os jovens quanto à Lei Maria da Penha, além de orientar os educadores sobre como a escola pode ajudar em situações de violência doméstica. É importante que os promotores nos outros municípios também façam parte desse projeto e que a gente consiga ampliar essa sensibilização para todo o estado (MAGALHÃES, 2016).

Seguindo essa mesma direção, a Câmara Municipal de Salvador aprovou, em 2015, os Projetos de Indicação nº 96 e 97/2015, de autoria do vereador e então presidente da Casa, Paulo Câmara, conforme noticiado pelo portal *BNews* (2015). Os projetos visam à inserção da Lei Maria da Penha no currículo escolar, sendo direcionados tanto à Prefeitura de Salvador quanto ao Governo do Estado da Bahia.

Iniciativas como essa são fundamentais para estimular o interesse dos estudantes por temas ligados aos Direitos Humanos, sobretudo no que diz respeito ao enfrentamento da violência contra a mulher. A proposta inclui a produção de materiais

didáticos e ações pedagógicas lúdicas, que abordem de forma acessível e integrada ao ambiente escolar a problemática da violência doméstica.

O objetivo é fomentar, por meio de atividades educativas, reflexão crítica e engajamento estudantil no enfrentamento da violência de gênero, inspirando-se em experiências exitosas como o projeto implantado nas escolas estaduais de Minas Gerais. Nesta referência, a iniciativa foi desenvolvida em parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e a Secretaria de Educação, buscando promover a conscientização e a transformação cultural por meio da educação formal.

Passaram-se 10 anos da aprovação desse projeto, mas ao que parece ele não foi colocado em prática. O que mais chegou perto foi a Lei Ordinária nº 9245/2017, do qual a redação ficou da seguinte forma:

> Art. 1º Fica instituída, no âmbito desta Capital, a "Semana de Mobilização e Conscientização dos Alunos do Ensino Fundamental sobre a importância e aplicabilidade da Lei Maria da Penha", em concordância com o disposto no art. 8º, V, da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006:
> § 1º Poderão ocorrer nas esferas públicas e privadas debates dentro das escolas de nível fundamental, com o objetivo de informar, debater e propiciar a conscientização dos alunos a respeito da importância e aplicabilidade prática da Lei Maria da Penha.
> § 2º A Secretaria Municipal de Educação e órgãos correlatos poderão disponibilizar em seus sítios informações relativas às estatísticas sobre os casos nos últimos anos, bem como informações a respeito dos avanços jurídicos diretamente relacionados à Lei Maria da Penha.
> Art. 2º Fica estabelecida a primeira semana do mês de agosto como a "Semana Municipal de Mobilização e Conscientização dos Alunos do Ensino Fundamental sobre a importância e aplicabilidade da Lei Maria da Penha".
> Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação poderá, em concordância com a Lei de diretrizes e Bases da Educação, incluir no calendário escolar a "Semana Municipal de Conscientização dos Alunos do Ensino Fundamental sobre a importância e aplicabilidade da Lei Maria da Penha". [...] (SALVADOR, 2017)

Como se observa, é instituído apenas o mês de agosto para tratar de um tema tão relevante, que deveria ser discutido ao longo de todo o ano. Por isso, mais uma vez, o legislativo soteropolitano busca avançar com projetos relacionados à Lei Maria da Penha nas escolas. Conforme divulgado no site oficial da Câmara Municipal de Salvador (2020), o Projeto de Indicação nº 28/2020, elaborado pela vereadora Ireuda Silva (Republicanos), está em tramitação e propõe a criação de um Programa de Combate à Violência Contra a Mulher nas instituições de ensino.

A proposta tem como objetivo iniciar a conscientização desde a infância, visando prevenir o surgimento de futuros agressores e fortalecer a defesa dos direitos das

mulheres. O programa incluiria ações educativas e culturais direcionadas não apenas aos estudantes, mas também a pais e responsáveis.

A vereadora ressalta que a violência contra a mulher é consequência direta do machismo estrutural presente na sociedade e acredita que a promoção de debates e a disseminação de informações são ferramentas essenciais para a redução desse problema. Ela também chama atenção para o fato de que muitos casos de violência doméstica não são denunciados pelas vítimas, que sofrem ameaças físicas ou psicológicas de seus agressores (SALVADOR, 2020).

Nesse contexto, a educação libertadora ou problematizadora desempenha um papel fundamental ao estimular a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, incentivando-os a questionar o mundo ao seu redor. Na prática, o professor promove o diálogo e o debate, aproximando o conhecimento teórico das experiências cotidianas dos estudantes, caracterizando o que se denomina “educação ativa”.

Para Paulo Freire (2018), a Educação Problematizadora busca despertar nos alunos a capacidade de refletir criticamente sobre a realidade, encontrar soluções e se reconhecer como agentes sociais, evitando a aceitação passiva do status quo. Ao desenvolver o pensamento crítico, os indivíduos deixam de ser meros espectadores e passam a atuar de forma consciente em sua transformação social., pois, como alerta Freire (2018, p. 67): “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor”.

Esse cenário evidencia a importância do serviço público em sua atuação social, reforçando que os agentes públicos também têm o dever de combater a masculinidade tóxica, tema que será aprofundado nas seções seguintes.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo realiza uma análise crítica e multidimensional das construções sociais das masculinidades e das desigualdades de gênero, evidenciando sua complexidade e fluidez ao longo da história e nos diversos contextos culturais. Ressalta que a masculinidade não deve ser entendida como um conceito estático ou homogêneo, mas

sim como um fenômeno atravessado por múltiplas influências culturais, políticas e históricas que moldam as relações de poder e as dinâmicas sociais. Nesse sentido, o artigo destaca a persistência do machismo estrutural e das desigualdades de gênero, particularmente em instituições como a segurança pública, onde se observa uma revitimização sistemática das mulheres vítimas de violência, apontando para falhas significativas no atendimento e na capacitação dos profissionais.

Para enfrentar tais desafios, é enfatizado a necessidade de uma transformação cultural e estrutural profunda, que envolva a implementação de políticas públicas efetivas, ações educativas contínuas e o comprometimento dos agentes sociais. Essa transformação é fundamental para assegurar o respeito aos direitos, a proteção das vítimas e a promoção da igualdade de gênero, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e plural, na qual as identidades de gênero sejam reconhecidas em sua diversidade e as mulheres possam viver livres de violência e discriminação.

O trabalho também aborda a importância da compreensão dos fatores de risco e proteção relacionados às masculinidades, sublinhando a complexidade das dinâmicas familiares e sociais que influenciam o desenvolvimento psicológico de crianças e adolescentes. Destaca a atuação precoce do Estado como elemento crucial para romper ciclos intergeracionais de negação e disfunção familiar, promovendo ambientes mais saudáveis e acolhedores. Nesse contexto, o conceito de resiliência é apresentado como uma capacidade fundamental dos indivíduos para superar adversidades e desenvolver-se positivamente, sendo um processo contínuo moldado tanto por características pessoais quanto por influências do meio familiar, social e cultural.

Adicionalmente, o artigo problematiza as estruturas históricas do patriarcado e da colonialidade de gênero, as quais configuram um sistema de desigualdades e violências, especialmente direcionadas às mulheres negras no Brasil contemporâneo. Evidencia como essas relações binárias e hierárquicas são reproduzidas desde a infância em contextos familiares marcados por masculinidades tóxicas e violências simbólicas e físicas, utilizando a metáfora do experimento do Gato de Schrödinger para ilustrar a urgência da intervenção precoce, evitando a perpetuação desses ciclos danosos.

Frente a esse cenário, é reafirmado o papel imprescindível do Estado por meio da educação e de políticas públicas que assegurem a função social da propriedade e coíbam práticas que reforcem as desigualdades de gênero. Aponta que somente por

meio da transformação educacional e da responsabilidade coletiva será possível desconstruir as bases do patriarcado e promover uma cultura pautada no respeito, na equidade e na não violência, assegurando um futuro mais justo e humanizado para as próximas gerações.

Por fim, o artigo destaca a relevância da inserção da Lei Maria da Penha no ambiente escolar como estratégia indispensável para a promoção da igualdade de gênero e o enfrentamento da violência doméstica no Brasil. Ressalta que a educação voltada aos direitos humanos e ao respeito mútuo é fundamental para formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de romper com os ciclos históricos de opressão e machismo estrutural, demonstrando que a solução para um ato criminal pode ser encontrado da prevenção e não na repressão.

Apesar dos avanços, observa que a implementação dessas iniciativas ainda é desigual e fragmentada, demandando maior empenho dos gestores públicos e da sociedade civil para consolidar uma educação libertadora e transformadora, que contribua para mudanças sociais duradouras, possivelmente influenciará na queda dos números de crimes de gênero.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. XY: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARROS, M. N. Alvim de. As Deusas, as Bruxas e a Igreja: Séculos de Perseguição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2001.

BNEWS. Câmara aprova projeto "Maria da Penha vai às escolas". BNews, 2015. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/politica/113239-camara-aprova-projeto-maria-da-penha-vai-as-escolas.html>. Acesso em 20 de janeiro de 2025

BRASIL. Código Penal Brasileiro (1940). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em 01 de dezembro de 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 2007.

BRASIL. Presidência da Republica. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Redes de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Norma Técnica de Padronização das delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres. Brasília, DF, 2010.

BUTLER, Judith Pamela. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 213-230.

CONNELL, Raewyn William. Masculinidades. [S.l.]: UNAM-PUEG, 2003.

CONSELHO SOCIAL E ECONÔMICO, NAÇÕES UNIDAS, 1992.

COSTA, Lila Maria Gadoni; ZUCATTI, Ana Paula Noronha; DELL'AGLIO, Debora Dalbosco. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. Estudos de psicologia (Campinas). Vol. 28, n. 2 (abr./jun. 2011), p. 219-227., 2011.

COSTA, Maria Conceição Oliveira; BIGRAS, Marc. Mecanismos pessoais e coletivos de proteção e promoção da qualidade de vida para a infância e adolescência. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 12, núm. 5, setembro-outubro, 2007, pp. 1101-1109 Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva Rio de Janeiro, Brasil.

CUNHA, Antônio Geraldo da. Lexicon: Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 2007.

DECLARAÇÃO sobre princípios fundamentais de justiça para as vítimas de direitos e abusos de poder adotada pela Resolução 40/34 de 28/11/1985. Março de 2007. Disponível em <https://nacoesunidas.org>. Acesso em 31 de dezembro de 2024.

FISCHER, Carlos. Mecânica Quântica e suas Interpretações. São Paulo: Editora XYZ, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

KIMMEL, Michael Scott. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

KOTLIARENCO, María Angélica; CÁCERES, Irma; FONTECILLA, Marcelo. Estado de Arte en Resiliencia. Organización Panamericana de la Salud - Oficina Sanitaria Panamericana, Oficina Regional de la Organización Mundial de la Salud, Fundación W.K. Kellogg, Autoridad Sueca para el Desarrollo Internacional (ASDI) e CEANIM Centro de Estudios y Atención del Niño y la Mujer; 1997.

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. Trad. Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUGONES, María. Colonialidad y género. Tábula Rasa. Bogotá/Colombia. n.9, p. 73-101, julio-diciembre, 2008

MACÍAS-GONZÁLEZ, Víctor Manuel. Apuntes sobre la historiografía de la

masculinidad y sus usos para los estudios históricos de género en México. Revista Navegando, v. 5, n. 7, p. 55-68, out. 2017.

MAGALHÃES, Ana Sílvia. Conversando sobre a Lei Maria da Penha nas escolas. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.compromissoeatitude.org.br/conversando-sobre-a-lei-maria-da-penha-nas-escolas-gov-rj-03022016/>. Acesso em 30 de janeiro de 2025.

MENDONÇA, Renata. Violência doméstica: 5 obstáculos que mulheres enfrentam para denunciar. São Paulo, 2015. BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151209_obstaculos_violencia_mulher_rm>. Acesso em 20 de outubro de 2024.

MONTEIRO, Caroline. Maria da Penha na sala de aula: da Educação Infantil ao EJA. Nova Escola. 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/5341/maria-da-penha-na-sala-de-aula-da-educacao-infantil-ao-eja>. Acesso em 25 de janeiro de 2025.

MOREIRA, Rafaela. Jornalista relata descaso ao procurar DEAM para denunciar o ex-noivo, horas antes de ser morta; ouça áudio. G1 - Mato Grosso do Sul, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2025/02/15/jornalista-relata-descaso-ao-procurar-deam-para-denunciar-o-ex-noivo-horas-antes-de-ser-morta-ouca-audio.ghtml>. Acesso em 16 de fevereiro de 2025.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004.

NORONHA, Maria Glícia Rocha da Costa e Silva; CARDOSO, Paloma Sodré; MORAES, Tatiana Nemoto Piccoli; CENTA, Maria de Lourdes. Resiliência: nova perspectiva na promoção da saúde da família? Ciência & Saúde Coletiva, 14(2), 497–50.

NORWOOD, Robin. Mulheres que amam demais: quando você continua a desejar e esperar que ele mude. Tradução de Maria Clara de Biase. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

OLIVEIRA, Aline Arêdes de. "Violência doméstica patrimonial: a revitimização da mulher." (2014). Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. A construção social da masculinidade. Belo Horizonte: Editora UFRG, 2004.

QUIJANO, o. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005, p. 107-130

REIS, José Roberto Franco. Cultura de Direitos e Estado: Cultura de Direitos e Estado: os caminhos (in)certos da cidadania no Brasil. Sociedade, Estado e Direito à

Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007. (Coleção Educação Profissional e Docência em Saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde, 2). Rio de Janeiro, p. 15-61, 2007

RUTTER, Michael Llewellyn. Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. BJP, v. 147, n. 6, 1985, p. 598-611.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. O poder do Macho. São Paulo: Moderna LTDA, 1987.

SALVADOR, Câmara Municipal de. Programa de combate à violência contra a mulher nas escolas. Câmara Municipal de Salvador. Salvador, 2020. Disponível em: <https://www.cms.ba.gov.br/noticias/01-09-2020-programa-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher-nas-escolas>. Acesso em 20 de janeiro de 2025

SALVADOR. Lei Ordinária nº 9.245, de 2017. Institui a Semana de Mobilização e Conscientização dos Alunos do Ensino Fundamental sobre a Importância e Aplicabilidade da Lei Maria da Penha e da Outras Providências. Leis Municipais. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2017/925/9245/lei-ordinaria-n-9245-2017-institui-a-semana-de-mobilizacao-e-conscientizacao-dos-alunos-do-ensino-fundamental-sobre-a-importancia-e-aplicabilidade-da-lei-maria-da-penha-e-da-outras-providencias>. Acesso em 20 de janeiro de 2025.

SCHRÖDINGER, Erwin. Die gegenwärtige Situation in der Quantenmechanik. Naturwissenschaften, v. 23, n. 48, p. 807-812, 1935.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E-cadernos CES(Online) 18, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 11 de novembro de 2022.

SOUZA, Maria Tereza Silva de Souza; CERVENY, Ceneide Maria Oliveira. Resiliência: introdução à compreensão do conceito e suas implicações no campo da psicologia. Rev. ciênc. hum. Taubaté, v. 12, n. 2, 2006, p. 21-29.

SOUZA, Sérgio Ricardo de. Comentários à Lei de Combate à Violência Contra a Mulher. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2008.

STEIN, Ernesto. A política das Políticas Públicas. Harvard University, Elsevier, 2006.

VASCONCELOS, Maria Eduarda Mantovani; AUGUSTO, Cristiane Brandão. Práticas Institucionais: revitimização e lógica familista nos JVDFMs. Direito em Movimento, Rio de Janeiro, v. 23, p. 47-100, 2º sem. 2015.

WERNER, Emmy E. High-Risk children in Young adulthood: A Longitudinal study from birth to 32 years. Am J Orthopsychiatry. Davis: University of California. 1989.

A EFETIVIDADE DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NÍVEL III NO AMBIENTE EDUCACIONAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DO DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO

Mateus Mozart Dórea de Jesus[1]

RESUMO

O presente artigo científico analisa a efetividade da inclusão de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nível 3 no ambiente educacional brasileiro, sob a perspectiva constitucional do direito social à educação. Embora a Constituição Federal de 1988 e legislações infraconstitucionais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Lei nº 12.764/2012 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, garanta formalmente a inclusão escolar, na prática ainda se observam barreiras estruturais, pedagógicas e sociais. Utilizando o método dedutivo, com base em pesquisa bibliográfica e documental, o estudo examina a correlação entre a norma jurídica e sua concretização, destacando o princípio da dignidade da pessoa humana e da igualdade material. A análise demonstra que a efetividade do direito depende não apenas da legislação, mas da implementação de políticas públicas intersetoriais e da atuação cooperativa entre Estado, família e sociedade.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Autismo nível 3. Direito Constitucional.

1 INTRODUÇÃO

O direito à educação figura entre os direitos sociais fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), estabelecido no artigo 6º. Trata-se de prerrogativa indissociável da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF/88) e da construção de uma sociedade justa e solidária (art. 3º, I, CF/88). Entretanto, quando se analisa a situação das crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nível 3, percebe-se que a efetividade desse direito encontra entraves. O presente artigo busca refletir sobre a inclusão escolar de crianças com TEA nível 3 sob a perspectiva constitucional e legal, questionando se tal inclusão é efetiva na prática ou se permanece apenas no plano normativo.

O autismo por sua vez entende-se cientificamente como uma síndrome comportamental em que é manifestada desde o nascimento. Quem primeiro abordou tal assunto foi o médico psiquiatra Leo Kanner no ano de 1943. O diagnóstico foi se

[1] Bacharel em Direito pela Ucsal, Pós-graduado em Direito de Família e Sucessões, Advogado, Assessor Jurídico, professor, mateusmozart.adv@gmail.com.

aprimorando e tem-se como uma desordem neurobiológica com prejuízos na coordenação comunicativa, social e com padrões repetitivos de comportamentos.

Por muito tempo, essas crianças ficaram invisíveis à sociedade ou até mesmo isoladas. Legislação cabível e igualdade principalmente no âmbito educacional, eram vistos como negação para a realidade em questão. Os desafios eram tidos como maiores para com a aplicabilidade constitucional à essas pessoas.

A Constituição por sua vez trouxe a partir de sua promulgação em 1988, o direito à educação para todos, sem distinção. Consequentemente pelo Estatuto da Criança e Adolescente, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação como também de demais leis que, com coragem, abraçaram a causa e fizeram valer a aplicação.

Abordar-se-á a aplicação para com crianças do espectro autista nível 3, nível esse que é o máximo em diagnóstico e que traz para o seio familiar e educacional desafios à serem enfrentados e, ao mesmo tempo, superados para que essa população não seja desassistida ou até mesmo sofra com a evasão escolar por não terem o apoio e acompanhamento necessário.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AUTISMO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

O TEA, segundo o DSM-5 (2013), é caracterizado por déficits persistentes na comunicação social e padrões de comportamento restritos e repetitivos. O nível 3 corresponde ao quadro mais severo, exigindo apoio substancial e permanente. Já a educação inclusiva baseia-se na ideia de que todos têm direito de aprender em ambientes comuns, independentemente de suas condições. A Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2009) consolidaram a inclusão escolar como direito humano.

Quando se fala em inclusão, é essencial compreender que não se trata apenas de acesso físico à escola, mas de uma transformação pedagógica e cultural. O foco é a valorização da diversidade, rompendo com práticas segregacionistas e reforçando a ideia de que a diferença é parte constitutiva da condição humana. No caso do autismo, essa perspectiva é ainda mais relevante, visto que as necessidades educacionais específicas exigem adaptações didáticas e metodológicas que permitam a plena participação do aluno.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por desafios na comunicação, interação social e por padrões de comportamento repetitivos ou restritivos. O espectro é amplo, o que significa que cada indivíduo com autismo apresenta características únicas, que podem variar de manifestações leves até formas que exigem maior apoio. Essa diversidade reforça a importância de um olhar individualizado dentro da escola.

A educação inclusiva aplicada ao autismo pressupõe que a escola desenvolva estratégias de ensino diferenciadas, que considerem o estilo de aprendizagem do estudante. Recursos como comunicação alternativa, uso de tecnologias assistivas, rotinas estruturadas e apoio de profissionais especializados, como o acompanhante terapêutico ou o mediador escolar, podem ser determinantes para o desenvolvimento acadêmico e social do aluno com TEA.

Outro aspecto central está na formação dos professores. A preparação docente é indispensável para que o processo inclusivo seja eficaz. Muitos educadores ainda enfrentam dificuldades em compreender as especificidades do autismo e, consequentemente, em aplicar práticas pedagógicas adequadas. Investir em capacitação contínua, bem como em uma rede de apoio dentro da escola, é um passo essencial para que a inclusão não fique apenas no plano normativo, mas se torne realidade.

A parceria entre família e escola também desempenha um papel crucial. O diálogo constante permite alinhar expectativas, compartilhar estratégias e garantir a continuidade de intervenções entre os contextos escolar e doméstico. A família não deve ser vista apenas como colaboradora, mas como protagonista na defesa dos direitos da criança ou do adolescente autista. Essa colaboração fortalece tanto o vínculo escolar quanto o desenvolvimento integral do estudante.

Do ponto de vista legal e social, a inclusão de pessoas com autismo na educação regular é um direito inalienável. A Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e assegura acesso à educação e à inclusão social. Dessa forma, negar matrícula ou não oferecer adaptações necessárias constitui violação de direitos humanos.

Em síntese, a educação inclusiva e o autismo se entrelaçam em um desafio contemporâneo: transformar a escola em um espaço verdadeiramente democrático, onde a diversidade seja vista como riqueza e não como obstáculo. O caminho passa pela sensibilização da comunidade escolar, pelo compromisso das políticas públicas e pelo engajamento da sociedade. Somente assim será possível garantir que alunos com TEA tenham acesso não apenas ao ensino, mas também à cidadania plena, participando de maneira ativa e digna em todos os espaços sociais.

3 MARCO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL

A Constituição Federal de 1988 consagra a educação como um direito social fundamental, previsto em seu artigo 6º, e como dever do Estado e da família, nos termos do artigo 205. Além disso, em seu artigo 208, inciso III, assegura o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Essa previsão constitucional reforça a centralidade da educação inclusiva como instrumento de cidadania e igualdade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) avança nessa perspectiva ao garantir, em seu artigo 53, o direito à educação com vistas ao pleno desenvolvimento da criança e do adolescente. Esse dispositivo reafirma que a educação deve ser compreendida não apenas como acesso ao conhecimento formal, mas como ferramenta essencial para a formação integral e a inserção social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) complementa esse arcabouço normativo ao estabelecer, em seu artigo 59, que os sistemas de ensino devem assegurar currículos, métodos, técnicas e recursos educativos capazes de atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. Esse ponto é fundamental, pois reconhece que a inclusão não se restringe ao acesso, mas envolve adaptações e flexibilizações para garantir a aprendizagem efetiva.

A Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, representa um marco ao reconhecer a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. Entre suas garantias, está a matrícula compulsória em classes comuns do ensino regular, afastando qualquer possibilidade de segregação e assegurando a participação plena desse público no ambiente escolar.

Por fim, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) consolida o princípio da inclusão plena, ao vedar práticas discriminatórias como a cobrança de valores adicionais por parte das escolas particulares para o atendimento de estudantes com deficiência. Dessa forma, o conjunto normativo brasileiro estabelece bases sólidas para a promoção da educação inclusiva, reafirmando que o acesso e a permanência de todos na escola são condições inegociáveis para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

4 DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO

A legislação brasileira é considerada avançada em matéria de inclusão escolar, especialmente ao garantir, de forma expressa, o direito de crianças com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista (TEA) à educação em classes comuns do ensino regular. Contudo, quando se trata de alunos com TEA nível 3, que apresentam maiores demandas de apoio, a efetivação desses direitos enfrenta obstáculos significativos. O abismo entre a norma e a realidade evidencia que a previsão legal, por si só, não assegura a inclusão plena.

Um dos principais desafios está na ausência de profissionais de apoio escolar, como mediadores e cuidadores, indispensáveis para garantir a participação do estudante com TEA nível 3 nas atividades pedagógicas. A escassez desses profissionais, somada à falta de formação adequada, compromete o processo de ensino-aprendizagem e sobrecarrega o professor regente, que muitas vezes não dispõe dos recursos necessários para atender às demandas específicas do aluno.

Outro fator limitante é a deficiência da estrutura física e pedagógica das instituições de ensino. Muitas escolas ainda não estão adaptadas para oferecer um ambiente acessível, seguro e estimulante, o que gera barreiras tanto físicas quanto atitudinais. Além disso, a resistência de alguns professores em lidar com a diversidade demonstra que a inclusão não depende apenas de normas jurídicas, mas também de mudanças culturais e da valorização da diversidade como parte essencial da prática pedagógica.

Em razão dessas dificuldades, torna-se comum a necessidade de judicialização para assegurar o cumprimento dos direitos já garantidos em lei. Famílias recorrem ao

Poder Judiciário para obter desde a presença de profissionais de apoio até a adaptação de materiais pedagógicos, evidenciando a incapacidade do Estado de cumprir, de forma espontânea e universal, suas obrigações constitucionais. Esse processo, embora assegure direitos individuais, reforça desigualdades, já que nem todas as famílias possuem condições de acessar a via judicial.

Tais desafios nascem a cada ano por intermédio das garantias supramencionadas. Conforme o Censo Escolar de 2024, as matrículas na educação básica de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA), aumentaram 44,4%, entre 2023 e 2024. O número saltou de 636.202 para 918.877 nesse período, resultando 282.675 a mais. Surgindo um novo desafio nesse contexto: os dados públicos não especificam por níveis essa população do espectro autista (TEA). Não existe publicação de Censo que determine a quantidade por nível dessa população inserida no contexto educacional do Brasil, condição necessária para uma aplicação de políticas públicas e efetivação de direitos de forma célere e mais atuante possível.

8 CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste artigo demonstra que, embora o ordenamento jurídico brasileiro assegure formalmente a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nível 3, a realidade educacional ainda está distante da plena efetivação desse direito. A Constituição Federal de 1988 e as legislações infraconstitucionais estabeleceram um arcabouço robusto, mas a simples existência de normas não é suficiente para eliminar as barreiras práticas que persistem no cotidiano escolar.

Os desafios identificados, como a ausência de profissionais de apoio, a carência de estrutura física adequada e a resistência de parte do corpo docente, evidenciam que a inclusão depende de mais do que garantias formais: exige investimentos concretos em políticas públicas educacionais. Essa discrepância entre a norma e sua aplicação cotidiana reforça a necessidade de o Estado assumir de forma efetiva seu papel na promoção da igualdade material, conforme previsto no próprio texto constitucional.

O crescimento expressivo no número de matrículas de estudantes com TEA nos últimos anos, revelado pelo Censo Escolar, reforça a urgência de medidas que contemplem a diversidade dessa população. Entretanto, a ausência de dados

específicos por nível do espectro constitui um entrave à formulação de políticas públicas mais direcionadas, especialmente para crianças com TEA nível 3, que demandam apoio substancial e permanente. Sem esse detalhamento, há o risco de que as estratégias de inclusão permaneçam genéricas e ineficazes.

Também ficou evidente que a judicialização tem se tornado um recurso frequente para a garantia de direitos, o que demonstra fragilidades na implementação espontânea das políticas públicas. Embora o Poder Judiciário desempenhe um papel relevante na defesa da cidadania, não pode ser a via principal de acesso a direitos sociais, sob pena de reforçar desigualdades entre famílias que conseguem ou não recorrer à justiça. A efetividade da inclusão escolar deve ser resultado de ações preventivas e estruturais, e não apenas de demandas judiciais pontuais.

Diante do exposto, conclui-se que a inclusão escolar de crianças com TEA nível 3 só será verdadeiramente efetiva quando houver um esforço conjunto entre Estado, família e sociedade, pautado no princípio da dignidade da pessoa humana. A legislação avançada deve ser acompanhada de políticas públicas intersetoriais, formação docente continuada, adequação da infraestrutura escolar e monitoramento específico dessa população. Apenas assim será possível transformar a promessa constitucional em realidade, assegurando não apenas o direito à educação, mas também a plena participação social dessas crianças.

REFERÊNCIAS

AQUINO, M. Aumento de 44% de alunos com TEA no país preocupa educação básica — Portal da Câmara Municipal de Curitiba. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/aumento-de-44-de-alunos-com-tea-no-pais-preocupa-educacao-basica-de-curitiba>. Acesso em: 08 set. 2025.

BRASIL. Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>.

BRASIL. LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>.

BRASIL. LEI No 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>.

BRASIL. LEI No 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.

BRITES, L. DSM-5 e o diagnóstico no TEA - Instituto NeuroSaber. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/artigos/dsm-5-e-o-diagnostico-no-tea/>.

Crescem matrículas de alunos com transtorno do espectro autista. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/04/crescem-matriculas-de-alunos-com-transtorno-do-espectro-autista>.

A LUCIDEZ DE MACHADO DE ASSIS: NOTAS SOBRE ALIENAÇÃO E SOBERANIA NACIONAL

Elisana Dais Borges[1]

RESUMO

O objetivo deste trabalho é, a partir da obra de Machado de Assis, entender melhor como os processos históricos do Brasil organizaram e seguem organizando ainda hoje não apenas as estruturas sociais do país como também a subjetividade daqueles e daquelas que o habitam. A escolha do autor se deve à centralidade da alienação ao longo de toda a sua produção literária, introduzindo, inclusive – ainda que sem o rigor da ciência –, algumas das categorias psíquicas que só seriam realmente estruturadas pela psicanálise a partir de Sigmund Freud. Crítico do discurso cientificista, Machado parece entender a alienação sobretudo como sintoma de um tempo de rupturas e de um país que pretendeu figurar na Modernidade, lançando mão das mais atrasadas práticas. Tais escolhas, verificadas ainda atualmente, têm reflexos no conjunto da sociedade, que, em larga medida, desidentificada com o país, abre mão da luta pela própria (e real) soberania, repetindo seus governantes. Mas a história tem suas reviravoltas e, de repente, tudo pode mudar.

Palavras-Chave: Machado de Assis; Alienação; Soberania nacional.

ABSTRACT

The main goal of this article, based on the work of Machado de Assis, is to understand better how Brazil's historical processes organized, and continue to organize nowadays, not only the country's social structures but also the subjectivity of its inhabitants. The author's choice stems from the centrality of alienation throughout his literary production, even introducing—albeit without the rigor of science—some of the psychic categories that would only be truly structured by psychoanalysis from Sigmund Freud. Critical of scientific discourse, Machado seems to understand alienation mainly as a symptom of a time of ruptures and of a country that sought to fit into Modernity, making use of the most backward practices. Such choices, still evident today, have repercussions on society as a whole, which, largely disidentified with the country, gives up the fight for its own (and real) sovereignty, echoing its rulers. But history has its twists and turns and suddenly everything can change.

Keywords: Machado de Assis; Alienation; Nacional sovereignty.

1 INTRODUÇÃO

Quando Machado de Assis expirou em 29 de setembro de 1908, não foram poucas as homenagens rendidas a ele. Intelectuais de toda parte, jornais brasileiros e de fora, representantes dos mais diversos institutos e associações logo se apressaram em saudar uma vez mais a vida e a obra do grande literato, fundador e presidente da

[1] Graduada em Comunicação Social – Cinema (PUC-Rio) e Mestre em Teoria Literária (UFRJ), atualmente é também graduanda do curso de Direito (UCSal). E-mail: elisana.borges@ucsal.edu.br.

Academia Brasileira de Letras. Um deles foi o deputado Alcindo Guanabara, representante do Distrito Federal e membro da ABL. No dia seguinte à morte de nosso autor, o político e acadêmico subiu à tribuna da Câmara a fim de fazer um discurso, que vale o registro – ao menos de um trecho dele – porque já ali lançava um olhar sobre a literatura machadiana um bocado destoante da maioria de seus contemporâneos e só compartilhado pela crítica muito mais tarde:

> Ninguém como ele afirmou, na obra literária, a sua individualidade e a nossa nacionalidade. Antes dele, contemporaneamente com ele, Gonçalves Dias e José de Alencar, de quem, aliás, ele mesmo dizia que encarnou, como ninguém, a alma brasileira, falaram do Brasil, mas do Brasil que nós não conhecemos [...]. O seu campo de atividade foi a sociedade em que vivemos. Não tinha imaginação, ou antes não se servia dela. Falava como filósofo, como anotador, como crítico. Assim, sua ação é dupla: mental e social. [...]. Ele era calmo, um retraído, um tímido e, não obstante, foi considerável e intensa a sua influência sobre as classes cultas da sociedade. De fato, basta percorrer as obras que deixou, para se sentir que nenhum fenômeno social se produziu sem que ele o artista houvesse contribuído, direta ou indiretamente, ativa ou passivamente, na crônica ou no romance. [...] (apud MAGALHÃES JÚNIOR, 2008, vol. 4, pp. 400-401).

A agudeza da observação e o sentido crítico celebrados por Guanabara eram – e aqui já nos repetimos –, com efeito, traços de Machado, que o acompanhariam até o fim, sem que com isso dispensasse a imaginação, como acreditava o orador. Era lançando mão de seu repertório imaginativo, afinal, que o bruxo do Cosme Velho transpunha para seu texto, fosse ele romance, conto, artigo ou crônica, os temas mais candentes da sociedade no momento mesmo de sua escritura. “O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”, recomendara ele próprio, ainda em 1873, num artigo intitulado “Instinto de nacionalidade” (*OC*, vol. 3, p. 1179). E assim o fazia. É o que se vê, por exemplo, em *Memorial Aires*, seu derradeiro romance, publicado naquele mesmo ano de sua morte. No texto em forma de diário, que compreende o período entre 9 de janeiro de 1888 e provavelmente setembro de 1889 – não há anotação de data na última entrada, sendo a anterior do dia 30 de agosto –, o conselheiro Aires, personagem já conhecida de *Esaú e Jacó* (romance sobre o qual ainda falaremos), conta a certa altura da reação dos ex-escravizados da fazenda Santa-Pia, quando Fidélia, herdeira da propriedade, revela sua intenção de vendê-la. Segundo o velho diplomata – Aires é diplomata de carreira –, os pretos, alforriados, diga-se, às portas da abolição, pelo pai da rica senhora, que imaginava poder mantê-los no lugar à força de gratidão, “pediram-lhe [a ela] que não, que a não vendesse, ou que os trouxesse [para a Corte] a todos consigo”, atitude que,

ainda de acordo com Aires, demostra “o que é ser formosa e *ter o dom de cativar.* Desse outro cativeiro não há cartas nem leis que libertem; são vínculos perpétuos e divinos” (*OC*, vol. 1, p. 1236, grifo nosso). A razão do pedido, note-se, é atribuída pelo próprio Aires, que na entrada de 14 de maio de 1888, fazendo referência à festa que tinha tomado as ruas desde o dia anterior, e, como para justificar o fato de ter preferido ir a uma recepção em casa de amigos em vez de se juntar ao festejo popular, escreve que “não há alegria pública que valha uma alegria particular” (*Ibidem*, p. 1216), deixando ver certa indiferença quanto a sorte dos recém-libertos. Mas se o apaixonado conselheiro sente medo de perder a convivência com a formosura de Fidélia, cuja distância o aborrece deveras, não é por essa razão que os ex-cativos temem a venda da dita fazenda. Eles sabem que seu destino está atrelado à manutenção da propriedade, que, àquela altura, nas mãos de outro dono, poderia significar seu desalojamento em prol da mão de obra europeia.

Para todos os efeitos, o desfecho dos trabalhadores de Santa-Pia, embora pouco provável, parece coincidir com a visão que Machado tinha da lei Áurea, passadas duas décadas de sua promulgação. Não por acaso, depois de registrar a decisão de Fidélia de doar a fazenda a eles, Aires anota dali a alguns dias: “lá se foi Santa-Pia para os libertos, que a receberão provavelmente com danças e com lágrimas; mas também pode ser que esta responsabilidade nova ou primeira...” (*Ibidem*, p. 1286). Entregues à própria sorte, assim como os novos proprietários de Santa-Pia, os beneficiários da lei de 1888, adentraram o século XX ainda às margens da sociedade. Mas é preciso dizer que, embora fossem a maioria, eles não eram os únicos no país alijados do direito à cidadania, que a promulgação da lei podia fazer supor. Da mesma forma que acontecia desde meados do XIX, muitos daqueles que chegavam aqui à procura de uma vida melhor – boa parte dos quais pleiteando um lugar na lavoura – seguiam igualmente fora dos marcos civilizatórios, com o que se mantinham na mira tanto da polícia como da psiquiatria locais. É para o que chama a atenção no romance *O cemitério dos vivos*, baseado na própria experiência de internamento, o escritor Lima Barreto, que, aliás, contava exatos sete anos – nascera a 13 de maio de 1881 –, quando da assinatura da Áurea:

> A polícia, não sei como e por quê, adquiriu a mania das generalizações, e as mais infantis. Suspeita de todo o sujeito estrangeiro com nome arrevesado; assim os russos, polacos, romaicos são para ela forçosamente caftens; todo cidadão de cor há de ser por força um malandro; e todos os loucos hão de

> ser por força furiosos e só transportáveis em carros blindados (BARRETO, 2017, pp. 143-144).

Portador de "estigmas de degeneração física", como teria registrado um dos médicos que o consultaram (apud ENGEL, 2001, p. 93), Lima era então alvo de um alienismo tributário das teorias evolucionistas, muito em voga no país a partir sobretudo da década de 1870. À diferença de Heloisa Starling, para quem a República inaugurada *em 1889* "não tinha nenhuma intenção de assegurar pela lei o compromisso com a concepção de liberdade" (STARLING, 2018, p. 276)[2], Lilia Moritz Schwarcz observa que "no Brasil, enquanto no corpo da lei se preparava a sociedade para o exercício da liberdade e da igualdade, a ciência parecia mostrar o oposto: os indivíduos não nasciam iguais, e não se poderia prever a igualdade entre, por exemplo, negros e brancos" (SCHWARCZ, 2017, p. 52).

Longe de terem nascido com Charles Darwin, que, segundo Eric Hobsbawm, "ao trazer o próprio homem para dentro do esquema da evolução biológica, abolia a linha divisória entre ciências naturais, humanas ou sociais" (HOBSBAWM, 2017, p. 390), as teorias que confundiam *diferenças* com *desigualdades* datavam do século anterior e bebiam do pensamento humanista, desvirtuado com o passar dos anos. Como informa novamente Schwarcz, a partir de Buffon, conde e naturalista francês do XVIII, o "paraíso rousseauniano" deu lugar a uma caracterização do continente americano marcada pelo "signo da carência". Mas mais do que isso, explica a antropóloga: "o pequeno porte dos animais, o escasso povoamento, a ausência de pelos nos homens, a proliferação de espécies pequenas, de répteis e insetos, tudo parecia corroborar a tese de debilidade e imaturidade dessa terra" (SCHWARCZ, 1993, p. 61).

Visões etnocêntricas, como a de Buffon, espalhadas aos quatro ventos, abriam as portas para toda sorte de ideias supremacistas, que tanto serviam para justificar o domínio de alguns povos por outros, como para explicar a fortuna dos ricos em detrimento dos pobres. A boa acolhida que tais ideias encontraram por aqui tinha sua razão. Como afirmou o médico José Pereira Rego, num discurso proferido na Academia Imperial de Medicina em 1878, "o movimento crescente da população, e o choque de interesses sociais tão variados" faziam "crescer o número das moléstias mentais" (apud ENGEL, 2001, p. 134). A confusão entre *pobre* e *pobreza* e entre *pobreza* e *loucura*,

[2] Para a historiadora, realização da liberdade "requer, por um lado, a efetiva participação dos indivíduos no processo de autogoverno de sua comunidade política e, por outro, que todos os membros dessa comunidade desfrutem direitos iguais (STARLING, 2018, p. 276).

que remontava, na Europa, ao século XVIII[3], vigorou por aqui ao longo de todo o XIX, de sorte que, como ensina Magali Engel, a alienação era entendida como "um espetáculo perceptível aos olhos de qualquer um. O vestuário 'grotesco' ou 'exótico', ou as 'palavras sem nexo nem seguimento', ou ainda o delírio, faziam do louco uma presença explícita e inconfundível nas ruas da cidade" (*Ibidem*, p. 122). Isso no momento mesmo em que crescia a quantidade de *vagamundos* – andarilhos urbanos, sem destino certo, fossem cativos de ganho, recém-libertos, ou europeus dispensados da louvara por não se adaptarem às condições degradantes de trabalho sob o escravismo, que estendia a eles o tratamento dispensado à mão de obra escravizada. É verdade que situação dos imigrantes mudaria às portas da década de 1880, quando o governo brasileiro passou a intervir nas contratações. Mas então já era enorme o contingente humano sem lugar claro na disposição social.

2 CARACTERES E SINTOMAS: A FORMAÇÃO DO BRASIL

Embora desde os idos de 1830 a Sociedade de Medicina viesse reclamando da forma como os ditos alienados eram tratados na Santa Casa de Misericórdia, para onde, quando não iam presos, eram levados aqueles que perturbavam a ordem pública, apenas em 1841 seria assinado o decreto autorizando a construção do Hospício de Pedro II, inaugurado pouco mais de uma década depois, em 1852. A inauguração do sanatório, no qual Machado se inspiraria para criar a Casa Verde – instituição fundada por Simão Bacamarte, personagem-título de *O alienista* – teve lugar no momento mesmo em que, promulgada a lei Eusébio de Queirós, os imigrantes começavam a chegar em grandes quantidades e as cartas de alforria se multiplicavam. Coincidência ou não, fato é que os problemas do país não podiam ser todos resolvidos pela psiquiatria local, pois que tinham raízes muito mais profundas do que a aparente alienação daqueles que comprometiam o ordenamento urbano. A falta de ocupação fixa e mesmo de moradia resultava de um arranjo social difícil de ser sustentado no contexto de modernização do mundo ocidental. A velocidade com que o Brasil buscava sua inscrição na Modernidade deixava de fora dos marcos civilizatórios uma parcela cada vez maior de sua população, que crescia depressa. E a *loucura* era a expressão mais

[3] Segundo Foucault, "na economia mercantilista, não sendo nem produtor nem consumidor, o Pobre não tinha lugar: ocioso, vagabundo, desempregado, sua esfera era a do internamento, medida com a qual era exilado e como que abstraído da sociedade. Com a indústria nascente, que tem necessidade de braços, faz parte novamente do corpo da nação" (FOUCAULT, 2017, p. 405).

visível da falta de cidadania. O próprio Machado, segundo afirma Christian Dunker, a tratava como “experiência progressiva da perda de alma e de ruptura do pacto social, com seus típicos sintomas da socialização fracassada: isolamento, solidão, exílio e apatia” e não como “objeto intrusivo e perigoso” tal qual a via a psiquiatria, que ignorava “a alienação da alma e a perda da unidade experiencial do sofrimento” (DUNKER, 2015, p. 122).

Para todos os efeitos, a “cura” estava longe e nem o fim do cativeiro daria conta de amenizar as dores de um povo tão sofrido. A lei de 1888, claro, era bem-vinda, mas não apenas não fez dos libertos efetivos cidadãos como também não cumpriu a promessa de deixar completamente para trás o *status* colonial do país em prol do modelo burguês, com o que, ao menos juridicamente, a igualdade ficava assegurada. Acontece que a sociedade brasileira seguiria ainda bastante estratificada e o “exílio” forçado, para repetirmos Dunker, daqueles que não participavam do restrito mundo da abastança aburguesada logo deu lugar a “apatia”, registrada por nosso atentíssimo autor cinco anos depois da abolição.

Na crônica de 14 de maio de 1893, publicada em sua coluna “A semana”, pela *Gazeta de Notícias*, ele comentou o aniversário da promulgação da lei Áurea, ocorrido no dia anterior, com certa amargura. Tinha chovido na véspera e, embora houvesse festejos previstos para a data, as salvas de tiros vindas das fortalezas e dos navios tinham sido toda a comemoração. As ruas ficaram vazias. Muito diferente do que ele tinha presenciado em 1888. Lá atrás, apesar de todas as evidências em contrário, tinha havido, ainda que por um breve instante, genuína esperança de um futuro melhor. Naquele 1893, no entanto, se confirmava o óbvio: não havia muito o que comemorar; e nosso autor se ressentia do contraste:

> Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o Senado votou a lei, que a regente sancionou, e todos saímos à rua. Sim, também eu saí à rua, eu o mais encolhido dos caramujos, também eu entrei no préstito, em carruagem aberta, se me fazem favor, hóspede de um gordo amigo ausente; todos respiravam felicidade, tudo era delírio. Verdadeiramente, foi o único dia de delírio público que me lembra ter visto. Essas memórias atravessavam-me o espírito, enquanto os pássaros trinavam os nomes dos grandes batalhadores e vencedores, que receberam ontem nesta mesma coluna da *Gazeta* a merecida glorificação. No meio de tudo, porém, uma tristeza indefinível. A ausência do sol coincidia com o povo? O espírito público tornaria à sanidade habitual? (*OC*, vol. 4, p. 918).

O grande sonho de liberdade, que tinha feito com que abolicionistas, pretos ou não, se descolassem da realidade, entregando-se ao mais puro delírio, durara pouco.

Nos dias 10 e 13, quando da aprovação da lei na Câmara e no Senado, respectivamente, todos saíram às ruas. No dia 14, a *Gazeta de Notícias* trazia na manchete: “Brasil livre”. No dia 17, a missa campal encheu São Cristóvão. Mas no dia 21, a publicação do número especial da *Imprensa Fluminense*[4], feita justamente para comemorar a promulgação da lei Áurea, do qual participaram importantes jornalistas dos mais diversos veículos, entre eles Machado de Assis com uma coluna de sua série de crônicas “Bons Dias!” (única fora da *Gazeta*)[5], trazia qualquer coisa de dissonante. A imagem da capa era uma referência inconteste à “Liberdade guiando o povo”, de Eugène Delacroix: uma mulher, com um dos seios à mostra, segurava com a mão esquerda uma bandeira e com a outra empunhava um pergaminho no qual se lia “13 de maio de 1888”, a data da abolição. É notável, porém, que, à diferença do quadro do pintor francês, a imagem do jornal não trazia nem vestígio de povo. A liberdade era tratada como uma concessão. Tratamento interessante, levando-se em conta as inúmeras objeções interpostas a sua aprovação até o último momento. Basta citar, para ficarmos num único exemplo, o discurso do deputado Lourenço Albuquerque, responsável, segundo a edição de 11 de maio de 1888 da *Gazeta de Notícias*, por falar a favor da emancipação no dia anterior, quando o texto da lei foi homologado pela Câmara. Embora tivesse declarado que “nenhum abolicionista aqui ou fora desta casa tem mais horror à escravidão do que eu: sempre considerei-a como uma das maiores infelicidades, senão a maior calamidade do nosso país”, o político alagoano, alegando não poder seguir somente os impulsos do seu coração, já que não estava “em uma assembleia de filantropia, mas política”, fez questão de dizer que sempre se opôs à “ideia abolicionista” e seguiria sendo seu “adversário intransigente” se porventura “houvesse possibilidade de atalhar-lhe os passos”.

Aquele que, de acordo com o periódico, deveria defender a lei, não hesitou em deixar claro, no dia de sua votação, que era “propriamente um vencido”[6]. Nada disso, por óbvio, constava da matéria da *Gazeta*, que preferiu afirmar em sua primeira página que “ninguém se considerava vencido nem vencedor, desapareciam as resistências à

[4] *Imprensa Fluminense*, 21 de maio de 1888. Acervo digital da Biblioteca Nacional.
[5] Série publicada na *Gazeta de Notícias* e cuja crônica de estreia data de 5 de abril de 1888. As crônicas da série, que só duraria até o ano seguinte, têm como eu lírico “um pobre relojoeiro que, cansado de ver que os relógios deste mundo não marcam a mesma hora, descr[ê] do ofício” (*OC*, vol. 4, p. 748)
[6] A ata da sessão do dia 10 de maio de 1888 da Câmara Federal, na qual os deputados votaram a favor da abolição da escravidão, fazendo, assim, o texto seguir para o Senado, pode ser encontrada em 1888 – A Abolição da Escravatura — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br).

luz da consciência do dever cumprido"[7]. O primeiro movimento social de dimensões nacionais da nossa história, como afirma Angela Alonso (ALONSO, 2015, p. 352), já começava a ser apagado. O passo inicial da emancipação – o texto ainda precisava passar pelo Senado, para então ser assinado pela princesa Isabel –, afinal, era apresentado, contrariando a realidade, como resultado da mais pura vontade de nossos nobres parlamentares, cônscios de seu dever.

Tais fatos não passaram despercebidos por Machado. Se na crônica de 1893, ele tratou ironicamente do "espírito público" (sem público) como uma volta à "sanidade habitual", na crônica de "Bons Dias!" publicada no dia 19 de maio de 1888 – a primeira escrita depois da promulgação da lei Áurea e talvez a mais famosa da série –, nosso autor já tinha dado uma boa medida da tentativa de apagamento das batalhas travadas pela população para que a escravatura fosse enfim exterminada. Passando-se por dono de um cativo, o cronista contava, orgulhoso, que na segunda-feira da semana anterior – portanto, no dia 7 de maio –, antes mesmo de os debates terem sido iniciados (o texto chegaria à Câmara no dia seguinte), ele tinha alforriado "o molecote" de sua propriedade. E felicitava-se num jantar em que pretendia convencer seus asseclas – e dali a "nação inteira" – a fazerem o mesmo que ele tão benevolentemente tinha feito a seu Pancrácio, o tal "molecote" (*OC*, vol. 4, p. 757). Afinal, "a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado". A coisa toda, claro, não passava de *blague*, o que o próprio autor não escondia ao iniciar o texto afirmando que "eu pertenço a uma família de profetas *après coup*, *post factum*, depois do gato *morto*, ou como melhor nome tenha em holandês. Por isso digo, e juro se necessário for, que toda a história dessa lei de 13 de Maio estava por mim prevista" (*Ibidem*, p. 757, grifo do autor).

A benevolência, que tem lá seu limite, não livrava o "molecote" de levar um peteleco ou outro, como dizia seu ex-senhor, "por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade". O peteleco certamente não vinha por mal, era força do hábito, "um impulso natural, [que] não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei". Mas o que a palavra dizia também contradizia. É possível que se parasse por aí, o leitor de boa vontade fizesse vista grossa ao mau hábito persistente. O abolicionista de última hora, entretanto, seguia falando: "ele continuava livre, eu, de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos" (*Ibidem*, p. 758). A liberdade dos ex-escravizados,

[7] *Gazeta de Notícias*, 11 de maio de 1888. Acervo digital da Biblioteca Nacional.

mostrava galhofeiramente Machado, não somente era um direito de nascença (natural), do qual eles finalmente poderiam desfrutar – ao menos na teoria –, como nada tinha de concessão e doía deveras nos proprietários. Mas mais do que isso: ela resultava de um longo processo.

Se a lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, tinha conferido renovado fôlego a esse processo, como bem sabia Machado[8], ao final da década de 1880, nosso autor entendia (e ele não estava sozinho), que seu início datava de longe. Claro, era preciso conhecer a história para chegar a essa conclusão. Afinal, se os ecos da Revolução francesa tinham chegado aqui ainda no final do século XVIII – ensejando tanto a Inconfidência Mineira (1789), quanto a Conjura Baiana (1798), essa última inspirada também pela Revolução do Haiti (1791) –, os arranjos das elites agrárias do Brasil, apesar de seu claro descontentamento com a metrópole portuguesa, a cobrar tributos cada vez mais pesados da colônia, tinham possibilitado que anos depois a Independência fosse feita sem que a separação ocorresse de todo. O Brasil seguia sendo uma monarquia, a única das Américas, e boa parte da população permanecia cativa[9]. A emancipação não tinha sido completa. Sessenta e quatro anos depois, o povo preto estava livre, ao menos em termos legais, mas o Brasil não era uma República. A ordem dos fatores podia ter mudado; a conta, porém, era a mesma e permanecia em aberto. Acontece que a maneira como a abolição tinha ocorrido parece ter alertado nosso mui atento autor, que não acreditava que a troca de regime traria efetiva mudança para o conjunto da sociedade, como evidenciaria anos depois.

Não há seguramente um só leitor da obra machadiana que não se lembre do capítulo “Tabuleta nova”, do romance *Esaú e Jacó* (1894), no qual Custódio, pequeno comerciante, se vê às voltas com o nome que vai na tabuleta fixada na porta de seu estabelecimento, por longos anos chamado de “Confeitaria do Império”. Isso porque ele tinha mandado reformar a placa às vésperas da mudança do regime, ocorrida positivamente da noite para o dia. Atordoado com a notícia a tal ponto que cogita liquidar

[8] Como ensina Sidney Chalhoub, nosso autor era funcionário do Ministério da Agricultura desde 1873 e, “a partir de meados de 1876, passou a chefiar a seção desse ministério encarregada de estudar e acompanhar a aplicação da lei”, que, a rigor, emancipava o ventre das cativas, tornando livres os filhos que porventura tivessem a partir de 1871 (CHALHOUB, 2003, p. 138).

[9] De acordo com Angela Alonso, aproveitando-se do fato de que os membros do Congresso de Viena (1815) se tinham decidido pela ilegalidade do comércio internacional de escravizados, ao longo da década seguinte, Peru, Chile, Costa Rica, Panamá, Honduras, Guatemala, Bolívia e México poriam fim a um só tempo a sua condição de colônia, emancipando-se da Espanha, e ao instituto da escravidão (ALONSO, 2015, p. 27).

o negócio, Custódio não sabe se mantém o nome ou se manda suspender a pintura da placa. Mantendo o nome, teme comprar briga com os republicanos, agora no poder; trocando-o para “Confeitaria da República”, não apenas corre o risco de ficar mal com os monarquistas, como nada o assegura, raciocina consigo, que, numa nova reviravolta, esses últimos retomem o poder, forçando-o a novos gastos com uma nova mudança de tabuleta, afinal, “as revoluções trazem sempre despesas” (*OC*, vol. 1, p. 1130). Ao seu socorro vem o conselheiro Aires, que primeiro lhe sugere, para não perder o costume da diplomacia, rebatizar a casa como “Confeitaria do Governo”, depois como “Confeitaria do Catete” e, por fim, propõe que a chame de “Confeitaria do Custódio”. Mas note-se que *da Monarquia* ou *da República*, *do Governo* ou *de Custódio*, nada muda no serviço da confeitaria. Troca-se apenas a fachada, todo o resto segue como antes. Na mudança de regime, um ou outro membro podia ser trocado, mas o governo continuava, por assim dizer, sob a mesma direção.

A manutenção do poder nas mãos de uma mesma e exígua burguesia, entretanto, não se dava sem conflitos. Já no final do século XIX, as tensões – responsáveis, aliás, por derrubar dois presidentes em menos de dez anos – eram tamanhas, que a *loucura* parecia ter tomado todo o país. Não à toa, numa crônica de “A semana”, publicada em 31 de maio de 1896, aproveitando-se da “fuga dos doidos do hospício” ocorrida dias antes, Machado, que se perguntava onde encontrar “um método para distinguir um louco de um homem de juízo”, afirmava sem rodeios que “o juízo passou a ser uma probabilidade, uma eventualidade, uma hipótese” (*OC*, vol. 4, p. 1198). A clara falta de lugar para os diversos brasis – que ao menos desde as primeiras sedições (Confidência Minera e Conjura Baiana) ameaçavam vir à tona – era um problema que, sem resolução, ia se acumulando como uma espécie de resíduo, gerando um eterno mal-estar[10].

Com efeito, “a preservação e o fortalecimento de relações, instituições e estruturas coloniais” tinham constituído, como ensina Florestan Fernandes, “pré-condição” para que a modernização fosse possível (FERNANDES, 2008, p. 47). Mas

[10] Refletindo sobre a talvez mais comentada obra freudiana, Christian Dunker analisa o termo “mal-estar” [*Unbehagen*] e observa que, embora *Un* constitua partícula de negação de *behagen* [agradável], levando-se em consideração que esse último sintagma deriva de *Hag* [clareira], espaço de acomodação, por assim dizer, em meio a mata fechada, o “mal-estar” percebido “na civilização” [*in der Kultur*] – que facilmente se opõe à ideia de floresta – pode fazer referência à falta de acomodação que a clareira sugere. Dito de outra forma: o “mal-estar”, para além de antônimo de “bem-estar”, descreve uma certa falta de lugar, um sentimento de não pertença que o ser civilizado experimenta constantemente na vida em civilização (DUNKER, 2015, p. 192).

se tais instituições e estruturas já davam inequívocos sinais de crise, o pragmatismo das classes abastadas, que, novamente segundo Fernandes, confunde “seus interesses particularistas” com os “interesses da nação” (*Ibidem*, p. 52), não permitia fazer dessa crise impulso para uma efetiva superação da condição colonial. Num país de economia dependente como o Brasil, a busca da modernidade a qualquer custo, concorria com arcaísmos, que não surgiam como simples *desvio* no contrafluxo da *norma*; eles eram antes, como tinha acontecido até ali, a condição mesma de sua existência. Um povo subjugado, apesar da abolição; um país sem cidadãos, apesar de republicano. Guiado pela institucionalidade vazia, o Brasil pegava a trilha da chamada ordem civilizada, embora estivesse cada vez mais distante de alcançá-la, pois que negava suas especificidades na tentativa de se fazer universal.

3 DA CONCLUSÃO – OU O COMEÇO DA CURA

Naquele conturbado fin-de-siècle, o Brasil discutia questões fundamentais que diziam respeito não àquele momento estritamente, mas aos rumos mesmos do próprio país e sua formação. E Machado, que, como sublinha Roberto Schwarz, deixa ver em sua obra as contradições nacionais (SCHWARZ, 1987, p. 170), sabia que parte delas resultava do descompasso entre nós e os demais países, ao menos entre aqueles que compunham o centro do capitalismo. E mais: estava plenamente ciente de que a noção desse descompasso não vinha só ao socorro dos progressistas, que a tomavam como uma espécie de autopenitencia por atestar o óbvio: as mudanças eram urgentes se não quiséssemos ficar ainda mais para trás. A imagem do atraso do Brasil servia também aos conservadores, que se valiam dela tanto para justificar certas posturas suas como para mostrar – ou assim pretendiam – a necessidade de alguma tutela. O “bovarismo dos países periféricos”, diz Maria Rita Kehl, tomando de empréstimo a expressão cunhada pelo filósofo e psicólogo francês Jules de Gaultier, em alusão à Emma Bovary (personagem mais emblemática de Gustave Flaubert), “não favoreceu sua modernização; pelo contrário, sempre inibiu e obscureceu a busca de caminhos próprios, emancipatórios, capazes de resolver as contradições próprias de sua posição no cenário internacional – a começar pela dependência em relação aos países ricos” (KEHL, 2018, pp. 30-31).

A vontade de ser Outro (ou a desidentificação com o *si mesmo*) – traço pressuposto pelo bovarismo – e o ressentimento por não alcançar a alteridade desejada

fazia ainda com que muitos, minimizando sua responsabilidade (quando não se desresponsabilizando de todo) em relação aos rumos do Brasil, defendessem que o atraso era próprio e definitivo de um país como o nosso: geopoliticamente mal localizado e majoritariamente mestiço. Motivo pelo qual jamais vislumbraram um Brasil soberano. Para os tributários do pensamento colonialista, malgrado a pretensão modernizante, tudo o que nos restava era seguir a gramática imposta pelo centro capitalista, ignorando, assim, as nossas próprias especificidades. Era mister, portanto, seguir em frente o mais depressa possível, esquecendo as mazelas de nossa própria história. E as de nosso povo. Motivo pelo qual o hino composto para celebrar a proclamação da República bradava que "Somos todos iguais". Nada que cause estranheza, levando-se em consideração que nesse mesmo hino, composto em 1890 – portanto, dois anos depois do fim do cativeiro – há versos a afirmar que "Nós nem cremos que escravos outrora/ Tenha havido em tão nobre país". Os acontecimentos recentes eram tratados como um passado longínquo, que devia ser deixado para trás. As feridas, no entanto, continuavam abertas. E sangrando.

Mas o passado mal resolvido insiste sempre em bater à porta e não por acaso a república brasileira propiciou a emergência de uma sucessão de governos autoritários. Com boa parte do povo ainda longe de desfrutar de condições mínimas de dignidade, o país viu com alguma frequência sua potência ser reprimida. Acontece que, como ensina a psicanálise freudiana, há no mínimo duas saídas possíveis para a potência frustrada: a sublimação ou a regressão narcísica[11]. Transcorrido mais de um século desde a inauguração da República, não se pode dizer que não tenhamos avançado. Avançamos e muito. Mas o fizemos a despeito dessa omissão com o passado, o que nos tem custado caro. Em dívida como aquilo que nos antecedeu (via de regra, não conhecido, pois que apagado à força da memória coletiva), temos sempre a impressão de estar recomeçando. Infantilizados e profundamente melancólicos, dificilmente nos percebemos como verdadeiros sujeitos de transformação, preferindo delegar poderes àqueles que se nos apresentam como autoridade (não raro com traço paternal e mesmo autoritário). Mas justamente porque de tempos em tempos o passado mal resolvido bate

[11] Grosso modo, de acordo com a psicanálise freudiana, pode-se dizer que a regressão narcísica é uma espécie de exacerbação da autocrítica, marcada pela ideia infundada de inferioridade moral, o que não raro resulta na demanda por uma figura de autoridade.

à porta, sempre há chance de sanar as feridas. Esse parece ser o caso do momento presente.

Quando, afinal, à diferença do que ocorreu nos estertores da ditadura civil-militar, o povo grita “sem anistia”, referindo-se àqueles que engendraram uma nova tentativa de golpe no país, ou quando aplaude o governo que não se dobra às chantagens tarifárias impostas pelo maior expoente do Imperialismo no mundo contemporâneo, fica patente o cansaço da população brasileira em relação às próprias mazelas. A condenação do golpismo e a altivez governista frente ao trumpismo, contudo, são insuficientes para responder as demandas do povo brasileiro, que ainda segue, em larga medida, vivendo sob condições precárias.

O reconhecimento das próprias chagas e a necessidade de curá-las, claro, é um bom começo. É preciso, no entanto, que essa cura seja de fato coletiva e isso implica uma escuta atenta. Ou – para usarmos outro termo psicanalítico também caro a Machado de Assis –, é preciso que o Brasil se olhe no *espelho* para que, percebendo toda a diversidade e a exuberância de sua gente, se ponha finalmente não no lugar daquele Outro que uma certa burguesia brasileira há muito deseja ser, mas um lugar ainda a ser imaginado, um lugar digno de seu povo. Afinal, um país realmente soberano só é possível com um povo soberano.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas:** o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BARRETO, Lima. **Diário do Hospício; O cemitério dos vivos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis:** historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma:** uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão:** médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930) Rio de janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura:** na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 2017.

FREUD, Sigmund. **Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929).** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital,** 1848-1875. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

KEHL, Maria Rita. **O bovarismo brasileiro:** ensaios. São Paulo: Boitempo, 2018.

MACHADO DE ASSIS. **Obra Completa.** São Paulo: Editora Nova Aguilar, 2015, 4 volumes.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Vida e obra de Machado de Assis.** Rio de Janeiro: Record, 2008, 4 volumes.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto:** triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 - 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. “Duas notas sobre Machado de Assis”. In: ____. **Que horas são?:** ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

STARLING, Heloisa Murgel. **Ser republicano no Brasil Colônia:** a história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

DESAFIOS JURÍDICOS DA INSEMINAÇÃO CASEIRA: FILIAÇÃO E O DIREITO BRASILEIRO

Thamires Pereira Queiroz

Deivid Carvalho Lorenzo

RESUMO

O presente artigo discute os desafios jurídicos da inseminação caseira no Brasil, especialmente em famílias homoafetivas femininas. Destaca a ausência de regulamentação específica, o que gera insegurança jurídica em questões de filiação, guarda e direitos das crianças. Embora a Constituição de 1988 tenha ampliado o reconhecimento de diferentes arranjos familiares, há falta de normas claras que resultam em judicializações, como no caso do Recurso Especial nº 2137415/SP. O estudo conclui que é essencial regulamentar a prática para garantir segurança jurídica, proteger direitos fundamentais e refletir as transformações sociais no Direito de Família.

Palavras-chave: Inseminação Caseira, Filiação, Afetividade

1 INTRODUÇÃO

A família é definida como a base da sociedade segundo a Constituição de 1988 no seu artigo 226, e desde sua promulgação, os novos arranjos familiares passaram a ter seu reconhecimento jurídico, fugindo assim do pensamento tradicional onde a família era constituída por homem e mulher casados e com filhos, garantindo a todos o direito de constituir família.

Partindo desse avanço normativo, novos moldes de família passaram a existir, principalmente as famílias homoafetivas, que reforçam o entendimento da afetividade como base de uma relação familiar, ressignificaram o conceito de maternidade e paternidade além da relação de consanguinidade e demonstram outras vias de se ter filhos.

Com a evolução da tecnologia e da medicina, surgiu a reprodução assistida que consiste em um conjunto de técnicas, utilizadas por médicos especializados, que tem por finalidade facilitar ou viabilizar a procriação por homens e mulheres estéreis ou inférteis (SOUZA, 2010). Contudo, a prática não se restringiu apenas à solução para a infertilidade dos indivíduos, passando a ser, também, uma alternativa para que casais homoafetivos e mulheres solteiras pudessem constituir família.

A reprodução assistida não tem previsão legal, mas é regulamentada pelo Conselho Federal de Medicina, que, em sua última atualização, publicou a Resolução n° 2.294 de 27 de maio de 2021.

A prática possibilitou que inúmeras pessoas realizassem o desejo da filiação, contudo por se demandar alto nível técnico e tecnológico, além de diversos profissionais e equipamentos especializados, a reprodução assistida acaba por ser um procedimento de alto custo, podendo variar entre R$ 5.000,00 e R$ 30.000,00, a depender do nível de complexidade de cada caso. O alto custo faz com que seja um dos principais fatores para que famílias, especialmente de mulheres lésbicas, que desejam realizar o procedimento não o realizem, e busquem seus próprios caminhos, que nem sempre são os clínicos, ou elas os abandonam depois de algumas investidas.

Além da concepção biológica, reprodução assistida e adoção, outro método para constituir família que vem sendo utilizado, principalmente por casais homoafetivos de mulheres, é a inseminação caseira.

A prática envolve basicamente a coleta do sêmen de um doador e sua inseminação imediata em uma mulher com uso de seringa ou outros instrumentos, como cateter (ANVISA, 2018) e ocorre em ambientes domésticos ou em hotéis, longe do ambiente hospitalar. A falta dos agentes de saúde no processo traz preocupação com a saúde dos envolvidos, pois, não há fiscalização da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), assim, o principal risco para as mulheres é a possibilidade de transmissão de doenças graves que poderão afetar a saúde da mãe e do bebê,

A prática da inseminação caseira não tem previsão legal que a regulamente, nem previsão legal que a proíba, sendo alvo de críticas pela comunidade médica, o que traz implicações sobre questões que perpassam o Direito Médico e da Saúde e o Direito das Famílias. A doação de material germinativo é permitida, posto não estar vedada por nenhuma legislação ordinária e estar disciplinada deontologicamente nos termos da Resolução nº 2.294 de 27 de Maio de 2021 do Conselho Federal de Medicina (CFM), e o reconhecimento do uso do recurso da gestação por substituição está condicionado por normativa do Conselho Federal de Medicina a procedimentos assistidos de reprodução e não devem englobar projetos parentais acordados verbalmente realizados como inseminações domésticas (ARAÚJO, 2020).

Diante da ausência de legislação específica e regulamentação do CFM, além do aumento da judicialização sobre o tema, torna-se necessário analisar criticamente as implicações jurídicas do planejamento familiar por meio da inseminação artificial caseira. A prática desse procedimento tem se tornado comum, revelando riscos e consequências legais importantes para os envolvidos, como a impossibilidade do registro; a falta de segurança jurídica nas questões envolvendo alimentos e guarda, dentre outros problemas que possam surgir da prática.

No intuito de atingir os objetivos citados, foi utilizada a pesquisa básica para discorrer sobre os conhecimentos que versam sobre o tema, e o método indutivo com análise jurisprudencial para estabelecer o posicionamento da doutrina e jurisprudência da inseminação caseira, expondo assim as implicações jurídicas da prática

A pesquisa parte da definição de família para o ordenamento jurídico, com ênfase na família homoafetiva e no afeto como base da família. Vencendo tal etapa, foi analisado o posicionamento do Conselho Federal de Medicina acerca da inseminação assistida de acordo com a resolução 2.294 de 27 de Maio de 2021, e acerca da inseminação caseira, fazendo um comparativo de preço e acesso da população.

Portanto, o objetivo do presente artigo foi analisar as implicações jurídicas decorrentes da inseminação caseira diante da ausência legislativa, apontando como a jurisprudência brasileira se posiciona acerca do tema, para garantir o pleno direito dos agentes envolvidos e manter a segurança jurídica na sociedade atual.

Para a realização desta pesquisa, foi elencado a seguinte problemática:qual a natureza jurídica que impossibilita o uso da inseminação caseira como método de planejamento familiar entre um casal homoafetivo de duas mulheres? Nesse sentido, o trabalho acadêmico analisará os empecilhos de quem opta por este método de reprodução assistida e a necessidade do registro da filiação destes sujeitos homoafetivos na garantia dos direitos da família que assegurem as maternidades.

Assim, por meio desta questão norteadora, o presente estudo propôs compreender essa relação jurídica em torno de discussões sociais que possam garantir a legalidade para estas famílias com o intuito de ter a segurança jurídica através da normatização que as assegurem deste direito para o registro de filiação. Deste modo, o que motivou a realização desta pesquisa foi a procura do uso do método de reprodução

assistida por parte de casais lésbicos e a impossibilidade do registro filial entre as envolvidos

2 A FAMÍLIA PARA O ORDENAMENTO JURÍDICO

A constituição de 1988 rompeu com a visão patriarcal e patrimonial da família, deixando de enxergar apenas família constituída pelo pai, mãe e filhos proveniente do casamento, passando a enxergar assim as demais famílias que fugiam desse modelo. Foi dada autonomia à esfera privada, sem uma intervenção estatal tão presente, deixando livre para o cidadão escolher a melhor maneira para se relacionar em família.

O capítulo oitavo da Constituição foi dedicado à família e aos membros que a ela possam integrar, e afirma que todo núcleo familiar é merecedor de especial proteção estatal, cujo conceito é plural e indeterminado. Nessa visão, a família passou a se firmar na dignidade da pessoa humana e como um ponto central para a busca da felicidade devido ao afeto, sendo esses alguns dos princípios norteadores do direito das famílias. Os princípios jurídicos, inclusive os constitucionais, são expressos ou implícitos. Estes últimos podem derivar da interpretação do sistema constitucional adotado ou podem brotar da interpretação harmonizadora de normas constitucionais específicas (LÔBO, 2024). Devido à fluidez do direito das famílias, alguns princípios implícitos passaram a emergir no sistema jurídico brasileiro desfrutam de autonomia.

Após séculos de tratamento assimétrico, o direito evoluiu, mas muito há de percorrer para que se converta em prática social constante, consolidando a comunhão de vida, de amor e de afeto, no plano da efetivação desses princípios (LÔBO, 2024), que presidem as relações de família em nossa sociedade moderna. A Constituição de 1988 tem como princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana e a solidariedade social, que perpassam todo o ordenamento jurídico. No direito das famílias, tais princípios são notórios e explícitos, servindo de guia para os princípios gerais do direito das famílias, sendo eles, na visão do doutrinador Paulo Lôbo na obra “Direito Civil- Famílias,2024” os princípios da igualdade familiar; da liberdade familiar; da responsabilidade familiar; da afetividade; da convivência familiar e do melhor interesse da criança.

2.1 O PRINCÍPIO DA IGUALDADE FAMILIAR

O princípio da igualdade introduzido pela Constituição Federal de 1988 revolucionou o direito de família no Brasil, promovendo a igualdade entre homens e mulheres, filhos de todas as origens e diferentes formas de constituição familiar, não fazendo distinção entre os filhos e a formação da família.

2.2 O PRINCÍPIO DA LIBERDADE FAMILIAR

O princípio da liberdade no direito de família assegura a autonomia para a constituição, manutenção e dissolução de entidades familiares, permitindo escolhas livres sobre procriação, administração do patrimônio, planejamento familiar, modelos educacionais, valores culturais e religiosos, além de decisões relacionadas ao regime de bens e à instituição de bens de família, sempre respeitando a dignidade humana e os limites legais. Essa liberdade se realiza, em grande parte, no espaço privado, onde os indivíduos podem buscar sua felicidade de forma autônoma, sem interferências externas da sociedade, do Estado ou de outros membros da família.

2.3 O PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA

O princípio do melhor interesse da criança, reconhecido pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança, estabelece que os interesses da criança e do adolescente devem ser prioridade absoluta para o Estado, a sociedade e a família, tanto na formulação quanto na aplicação de direitos. Esse princípio reflete a visão da criança como sujeito de direitos e pessoa em desenvolvimento, o que contrasta com a antiga abordagem legal que tratava menores como objetos de intervenção, conforme Luiz Edson Fachin, o princípio é um critério decisivo na aplicação da lei, e, não exclui outros interesses, mas deve prevalecer como uma consideração primordial.

2.4 O PRINCÍPIO DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR

A convivência familiar é uma relação afetiva duradoura que une os membros de um grupo familiar, seja por laços biológicos ou socioafetivos, em um ambiente comum, físico ou simbólico. Embora tradicionalmente associada à casa ou ao lar, não depende necessariamente de compartilhamento físico, mas sim de vínculos de acolhimento, é o ninho no qual as pessoas se sentem recíprocas e solidariamente acolhidas e

protegidas, especialmente as crianças (LÔBO, 2024). O direito à convivência familiar é recíproco entre pais, filhos e outros familiares, como avós, sendo protegido por legislações específicas, como a Lei no 12.398/2011. Esse direito transcende a família nuclear e se aplica a todas as pessoas com as quais a criança ou adolescente possui vínculos afetivos, sempre em conformidade com seus melhores interesses.

2.5 O PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE

O princípio da afetividade fundamenta o direito de família ao valorizar a estabilidade das relações socioafetivas e a comunhão de vida, refletindo uma evolução cultural que destaca a dimensão não exclusivamente biológica da família. Essa transformação foi impulsionada pelos valores da Constituição Federal de 1988, que reconhece a família como um espaço de convivência baseado em vínculos afetivos. A igualdade entre filhos biológicos e não biológicos e a valorização da adoção como escolha afetiva são exemplos concretos desse avanço, demonstrando a prioridade da convivência familiar sobre a origem biológica. A socioafetividade passou a ser uma relação reconhecida pelos tribunais, o que acompanhou a visão da sociedade, pois como afirma Ricardo Calderón, a socioafetividade é o reconhecimento no meio social de uma dada manifestação de afetividade, percepção por uma dada coletividade de uma relação afetiva.

2.6 DA FAMÍLIA HOMOAFETIVA

A comunidade homoafetiva sempre esteve nas sociedades independente do momento,contudo, devido a amarras sociais e religiosas foram colocadas na marginalidade e até mesmo como crime, apesar de que na sociedade brasileira a discriminação da homoafetividade ainda seja presente, tal pensamento não foi refletido na legislação, visto que não há proibição legal. O artigo 226 da CF traz uma abrangência familiar, não relatando qual seria o modelo de família aceito pelo ordenamento jurídico, aceitos apenas poderia ser excepcionada se houvesse outra norma de exclusão explícita de tutela dessas uniões (LÔBO, 2024).

O entendimento supracitado, levou tempo para ser apreciado pela jurisprudência e doutrina, havendo discussões acerca do tema, parte acreditava que a união homoafetiva não era entidade familiar, no qual os interesses seriam resolvidos à luz do

direito das obrigações e parte acreditava que a união homoafetiva cabia aplicação por analogia da união estável. Entretanto, em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu um importante passo na consolidação dos direitos fundamentais dos homossexuais ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277, proposta pela Procuradoria-Geral da República, com o objetivo de reconhecer a união entre pessoas do mesmo sexo como núcleo familiar. Essa decisão estendeu às uniões homoafetivas os direitos e deveres aplicáveis às uniões estáveis,

anteriormente reguladas apenas pelo direito das obrigações. No mesmo contexto, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, interposta pelo Governador do Rio de Janeiro devido à omissão do Poder Público em disciplinar essas uniões, o STF equiparou-as às uniões estáveis. A Corte constitucional reafirmou que a orientação sexual não pode excluir quaisquer garantias fundamentais nas relações entre pessoas do mesmo sexo, eliminado qualquer interpretação discriminatória do art. 1.723 do Código Civil, assegurando o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar.

Portanto, união homoafetiva é entidade familiar quando preencher os requisitos de afetividade, estabilidade e ostensibilidade e tiver escopo de constituição de família (LÔBO,2024), envolve adultos, capazes de manifestar os seus interesses e não pode o Estado vedar o exercício legítimo da autonomia pessoal de cidadãos igualmente livres e iguais (BARROSO,2014).

Além do reconhecimento da relação homoafetiva como entidade familiar, há também o direito de parentalidade dos casais homoafetivos, que pode ser exercido tanto por meio da adoção quanto por procedimentos de reprodução assistida. Ainda há obscuridade em relação a outro método utilizado pelas famílias homoafetivas principalmente por casais lésbicos, sendo este a inseminação que é uma via para constituir família sem a burocracia e demora da adoção e sem enfrentar os valores altos da reprodução assistida.

3 DA RESOLUÇÃO Nº 2.320, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

A Resolução traça um limite ético na R.A a partir do momento que não podem ser aplicadas com a intenção de selecionar o sexo ou qualquer outra característica biológica da criança, exceto para evitar doenças no possível descendente. Além de ser

proibida a fecundação de oócitos humanos com qualquer outra finalidade que não a procriação humana (BRASIL, 2022). É delimitada a quantidade de embriões transferidos de acordo com a idade da mulher, sendo proibida a utilização de procedimentos que visem a redução embrionária

Todas as pessoas capazes que tenham solicitado o procedimento e que a indicação não se afaste dos limites da referida resolução podem ser receptoras das técnicas de reprodução assistida. Além disso, dispõe essa norma que é plenamente permitido o uso das técnicas de rerpodução assistida para heterossexuais, homoafetivos e transgêneros, além de ser permitida também a gestação compartilhada em união homoafetiva feminina. Gestação na qual o embrião obtido a partir da fecundação do(s) ócito(s) de uma mulher é transferido para o útero de sua parceira (BRASIL, 2022).

Por fim, destaca-se também que a referida resolução dispõe que será indispensável, para fins de registro e de emissão da certidão de nascimento, a apresentação da declaração de nascido vivo (DNV), a declaração com firma reconhecida, do diretor técnico da clínica, centro ou serviço de reprodução humana em que foi realizada a reprodução assistida, indicando que a criança foi gerada por reprodução assistida heteróloga, assim como o nome dos beneficiários e a certidão de casamento, certidão de conversão de união estável em casamento, escritura pública de união estável ou sentença em que foi reconhecida a união estável do casal (BRASIL, 2022).

Tais exigências são uma barreira para quem opta pela inseminação caseira, pois o registro da criança com o nome das duas mães só é possível através de processo judicial. É necessário que dentro da resolução haja um dispositivo que preveja a possibilidade do registro da criança com o nome das duas mães que optaram pela inseminação caseira, afinal cabe ao Estado vedar uma criança de estar dentro de um ambiente familiar apenas por ter sido concebida por meio da inseminação caseira?

4 IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DECORRENTES DA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL CASEIRA.

É importante esclarecer em que consiste a inseminação caseira, sendo ela a prática que envolve basicamente a coleta do sêmen de um doador e sua inseminação

imediata em uma mulher com uso de seringa ou outros instrumentos, como cateter (ANVISA, 20218). O método não tem previsão legal devido tanto pela recente utilização, como também pelos riscos atrelados à prática. Em decorrência, contudo, do aumento de casos, o Judiciário vem enfrentando transtornos, a exemplo da quantidade de processos que discutem questões como a impossibilidade de registro, regulamentação de guarda e alimentos da criança fruto da inseminação.

A inseminação caseira é adotada devido ao alto custo da reprodução assistida convencional, ao contrário da inseminação caseira, em que o custo envolve apenas os materiais utilizados e, às vezes, a locomoção, estada e exames do doador. Por outro lado, o resultado de ambos gera o mesmo resultado: Um filho, se tornando assim uma via alternativa para casais homossexuais, que naturalmente demandariam uma doação de gametas para execução de um projeto parental gestacional (ARAÚJO, 2O2O).

O início da jornada com a inseminação caseira não oferece grandes empecilhos, visto que, nesta etapa, não há impedimentos legais, contudo, quando a criança nasce, os pais, na sua maioria casal de mulheres, enfrentam logo a dificuldade de registro, tanto por ser necessária a apresentação da declaração de nascido vivo (DNV), a declaração com firma reconhecida, do diretor técnico da clínica, centro ou serviço de reprodução humana em que foi realizada a reprodução assistida como determina o Conselho Federal de Medicina, além da impossibilidade de registro da criança com o nome das duas mães e do doador.

No mais, sem o devido registro com o nome dos envolvidos, acaba por privar a criança de um convívio familiar pleno, regulamentação de guarda e alimentos, bem como fragiliza a relação paterno-filial.

4.1 O REGISTRO DA FILIAÇÃO

Antes da Constituição de 1988, o Código Civil de 1916 disciplinava o matrimônio e a filiação, reconhecendo apenas o casamento civil como conferidor de efeitos jurídicos em relação à legitimidade da filiação. Embora mencionasse uniões informais, estas não garantiam os mesmos direitos. Após a promulgação da Constituição de 1988, em seu artigo 227, parágrafo 6º, houve uma importante mudança com o reconhecimento de que todos os filhos, "havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os

mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação" (BRASIL, 1988).

Destaca Madaleno que o princípio da igualdade na filiação, incluindo filhos de relações não formalizadas e a importância do vínculo socioafetivo. Segundo o autor, "a filiação consanguínea deveria coexistir com o vínculo afetivo, pois com ele se completa a relação parental" (MADALENO, 2022, p.274). Assim, a combinação entre filiação biológica e socioafetiva fortalece a estruturação dos laços parentais. No entanto, não é possível dissociar completamente a filiação biológica do vínculo afetivo. O registro civil e o reconhecimento da filiação são direitos fundamentais de todos os indivíduos desde o nascimento, assegurados por lei e pelo sistema jurídico brasileiro.

Além da concepção natural e formal, há outros métodos de formação de família sendo elas a adoção e a reprodução assistida, onde em ambas já tem previsão normativa para o registro, contudo o casal de mulheres que optam pela inseminação caseira acaba sendo impossibilitado de registrar a criança devido a ausência dos requisitos determinados pelo Conselho Nacional de Justiça e Conselho Federal de Medicina. Obriga assim os casais homoafetivos femininos a recorrerem ao Judiciário para obter o registro de dupla maternidade.

Na inseminação caseira, o registro inicial é feito apenas no nome da mãe biológica, que consta na Declaração de Nascido Vivo. Para o reconhecimento de dupla maternidade, as famílias precisam ajuizar ações judiciais, seja para obter um alvará ou para o reconhecimento da maternidade socioafetiva. Esse processo é oneroso e contrário à desjudicialização, conforme destacado por Daniela Braga Paiano, que critica o tratamento jurídico diferenciado, afirmando que ele “fere a autonomia reprodutiva e o livre planejamento familiar” (PAIANO, 2023, p.9).

A ausência de regulamentação para inseminação caseira acentua desigualdades sociais, já que apenas famílias com recursos financeiros para clínicas especializadas conseguem registrar a dupla maternidade de forma célere. O direito de família tem como papel fundamental ir acompanhando a sociedade, se adequando e garantindo os direitos dos envolvidos.

O debate sobre a regulamentação dessa prática divide opiniões. O Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) defende a revogação da exigência de declaração clínica para o registro, argumentando que isso amplia o acesso ao

planejamento familiar. Por outro lado, a Associação de Direito de Família e das Sucessões (ADFAS) sustenta que a inseminação caseira deve ser tratada como exceção, pois sua simplificação pode incentivar práticas que representem riscos à saúde coletiva. A presidente da ADFAS, Regina Beatriz Tavares da Silva, afirma que o registro dessas crianças deve permanecer sob análise judicial para garantir cautela e segurança jurídica.

Apesar dos riscos levantados, o registrador civil não deve interferir em questões sanitárias ou na análise da origem da concepção. Ela destaca que o registro de nascimento deve “refletir imparcialmente a realidade dos fatos” (RODRIGUES, 2023), sem discriminação contra casais homoafetivos.

No entanto, a jurisprudência ainda é inconsistente. Há casos em que o registro de dupla maternidade é negado, alegando que a inseminação caseira não está regulamentada.

Esse cenário demonstra que a falta de regulamentação específica perpetua desigualdades e dificulta o acesso ao registro de dupla maternidade, especialmente para famílias em situação de vulnerabilidade econômica. Como destacado pela decisão do STF na ADPF nº 132/RJ e na ADI nº 4.277/DF, é inconstitucional qualquer distinção entre direitos de casais hétero e homoafetivos. Garantir o registro de dupla maternidade para todos os métodos de concepção é essencial para respeitar os princípios de igualdade e dignidade familiar previstos na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988)

4.2 DA SOCIOAFETIVIDADE COMO FATOR DETERMINANTE

A família é socioafetiva por ser a base da sociedade, unida por laços de convivência afetiva. A afetividade, como categoria jurídica, emerge da transformação de fatos psicossociais em fatos jurídicos que geram efeitos legais. No Brasil, a socioafetividade é comumente associada às relações de parentesco não biológico, como parentalidade e filiação, especialmente em situações de conflito com vínculos biológicos.

O afeto, embora seja um fenômeno social e psicológico, só interessa ao direito quando associado a condutas que podem ser reguladas por normas jurídicas. O termo "socioafetividade" ganhou destaque no Brasil por unir o fato social e o normativo, com

o princípio jurídico da afetividade fundamentando a incidência da norma. Assim, as relações familiares e de parentesco são socioafetivas, combinando fatores sociais e normativos.

Em casos de relações homoafetivas, os vínculos multiparentais e socioafetivos são fundamentais, especialmente em situações onde só um dos parceiros tem laços biológicos com a criança. Por exemplo, em uma união entre duas mulheres, a parceira da mãe biológica pode ser reconhecida como mãe apenas pelo vínculo afetivo construído no convívio familiar. Se o nascimento ocorrer durante o casamento, é essencial registrar civilmente a criança para documentar a união parental.

Em 2019, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) regulamentou a filiação socioafetiva por meio do Provimento nº 83. Este estabelece que o reconhecimento voluntário de paternidade ou maternidade socioafetiva de pessoas acima de 12 anos pode ser realizado perante o cartório de registro civil, desde que homologado pelo Ministério Público. Contudo, o artigo 14, §1º, do Provimento limita a inclusão de apenas um ascendente socioafetivo, paterno ou materno, gerando dúvidas sobre como tratar múltiplos registros de pais ou mães socioafetivos em novas configurações familiares.

Com a possibilidade da inclusão, muitas mulheres utilizam a inseminação caseira como método de planejamento familiar para que realizem o desejo de serem mães, principalmente ao lado de duas companheiras, afinal são duas pessoas capazes, com desejo de proporcionar um lar para uma criança.

5 ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DO RESP 2137415 / SP

O instituto da família no Brasil passou por significativas transformações, sendo protegido pelo Estado e assegurando com a constituição de 1988, direitos fundamentais como igualdade, liberdade e o direito ao planejamento familiar. Contudo, as técnicas de reprodução assistida regulamentadas são de alto custo e inacessíveis para muitas famílias, especialmente homoafetivas, que recorrem à inseminação artificial caseira, prática sem regulamentação legal.

A ausência de norma específica gera controvérsias jurídicas, como no Recurso Especial nº 2137415-SP, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), cujo tema central foi o pedido de registro de dupla maternidade de uma criança gerada por inseminação caseira. As autoras, em união estável, buscaram autorização judicial para

constar ambas como mães na certidão de nascimento. O pedido foi negado em 1ª e 2ª instâncias por falta de amparo legal, conforme a Resolução 2.294/2021 do CFM e o Provimento 63/2017 do CNJ.

No Recurso Especial, alegou-se violação ao direito ao planejamento familiar, ao melhor interesse da criança e à presunção de filiação prevista no art. 1.597, V, do Código Civil. A ministra Nancy Andrighi, relatora, destacou que a ausência de previsão legal específica não pode impedir a proteção dos direitos da criança e da família, utilizando como base o REsp 1.878.043/SP.

O voto reconheceu o esforço das requerentes para planejar a maternidade, a convivência familiar da criança com ambas e a analogia com o art. 1.597, V, mesmo sem a exigência formal da autorização escrita do cônjuge, que pode ser tácita ou verbal. Também considerou que, embora o Provimento 149/2023 do CNJ exija documento de clínica especializada para registro, não há vedação expressa ao registro de crianças nascidas por inseminação caseira.

Diante disso, o STJ deu provimento ao recurso, autorizando o registro da criança com o nome das duas mães, sem a exigência do documento da clínica, reconhecendo a união estável, o planejamento familiar e o melhor interesse da criança.

A decisão proferida enfatiza a problemática de não se ter uma regulamentação acerca do tema, o que faz com que os envolvidos recorram ao judiciário para que o registro ocorra. No acórdão é possível notar um desejo pela preservação dos princípios constitucionais e do direito das famílias, mantendo o princípio do melhor interesse da criança, presunção da filiação e do planejamento familiar.

9 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar as implicações jurídicas decorrentes da prática da inseminação caseira, especialmente no contexto de registro de filiação e reconhecimento da parentalidade em casais homoafetivos. Observou-se que a ausência de regulamentação específica para essa prática tem gerado insegurança jurídica, afetando o pleno exercício de direitos fundamentais, como o direito ao planejamento familiar e a igualdade nas relações familiares.

A análise demonstrou que, embora existam normativas voltadas à reprodução assistida convencional, os altos custos desse procedimento levam muitas famílias a optar pela inseminação caseira, que, por sua vez, enfrenta barreiras institucionais, como a exigência de documentação específica para o registro de dupla maternidade. Tal situação perpetua desigualdades sociais e dificulta o acesso a direitos básicos por famílias em situação de vulnerabilidade econômica.

O Recurso Especial nº 2137415/SP evidencia a necessidade de um posicionamento mais uniforme do Poder Judiciário e de uma regulamentação específica que contemple essa prática. A aplicação de princípios constitucionais, como o melhor interesse da criança, a igualdade e a dignidade, deve orientar o enfrentamento das lacunas legislativas, garantindo proteção a todas as formas de família, independentemente do método de concepção adotado.

Portanto, é imperativo que o ordenamento jurídico brasileiro avance na regulamentação da inseminação caseira, promovendo segurança jurídica e assegurando o respeito aos direitos dos envolvidos, em especial das crianças, enquanto sujeitos prioritários de proteção. Esse esforço legislativo e interpretativo é essencial para acompanhar as transformações sociais e preservar os valores fundamentais do direito das famílias no Brasil

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ana Thereza Meireles. **Projetos parentais por meio de inseminações caseiras**: uma análise Bioético-jurídica, 2019.

BRANDÃO, Ana Claudia. **Dupla maternidade e inseminação caseira: desafios e perspectivas.** Folha de Pernambuco, 22 jul. 2023. Disponível em: https://www.folhape.com.br/colunistas/direito-e-saude/dupla-maternidade-e-inseminacao-caseira-desafios-e-perspectivas/38658/. Acesso em: 9 set. 2024.

BRASIL. **Código Civil Brasileiro**. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Brasília, DF: [s.n.], 2002.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Resolução CFM nº 2.320, de 29 de agosto de 2022.** Aprova a regulamentação do uso de técnicas de reprodução assistida no Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 2022. Seção 1, p. 70-71.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Provimento nº 83, de 13 de agosto de 2019**. Dispõe sobre o registro de nascimento de filho nascido de inseminação artificial homóloga e heteróloga. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 13 ago. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Brasília, DF: [s.n.], 1988.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Recurso Especial nº 2137415, São Paulo (REsp 2137415 / SP). Relatora: Min. Nancy Andrighi. Brasília, DF, 15 out. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277, do Distrito Federal (ADI 4.277/DF). Relator: Min. Ayres Britto. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 4 maio 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132, do Estado do Rio de Janeiro (ADPF 132/RJ). Relator: Min. Carlos Ayres Britto. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 26 mar. 2009.

C. D. V. CORRÊA, Marilena; LOYOLA, Maria Andréa. **Reprodução e bioética**. A regulação da reprodução assistida no Brasil. *Caderno CRH*, vol. 18, núm. 43, enero-abril, 2005, pp. 103-112. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 14. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2021. 1056 p.

FACHIN, Luiz Edson. **Direito de família**: elementos críticos à luz do novo Código Civil brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

FIGUEIRÓ, Lucas Woltmann. **As "famílias que escolhemos" pelo Facebook**: notas sobre inseminação caseira, tentantes e doadores. *CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, n. 34, p. 1-22, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM). **CNJ pede manifestação do CFM e ANVISA sobre pedido de providências do IBDFAM que afeta inseminação caseira**. IBDFAM, 27 jul. 2023. Disponível em: https://ibdfam.org.br/noticias/11017/CNJ+pede+manifesta%C3%A7%C3%A3o+do+CFM+e+ANVISA+sobre+pedido+de+provid%C3%AAncias+do+IBDFAM+que+afeta+insemina%C3%A7%C3%A3o+caseira. Acesso em: 23 set. 2024.

LIMA, Luziene Silva; JÚNIOR, Marcondes da Silva Figueiredo. **Inseminação artificial caseira:** direito da mulher ou crime? *JNT - Facit Business and Technology Journal*, QUALIS B1. Fluxo Contínuo, julho/2022, ed. 38, v. 1, p. 400-410. ISSN: 2526-4281. Disponível em: http://revistas.faculdadefacit.edu.br.

LOBO, Paulo Luiz Neto. **Direito Civil – Volume 5 – Famílias**. 14. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. ePUB.

MADALENO, Rolf. **Manual de direito de família**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

MENEZES, Joyceane Bezerra de; DE CICCO, Maria Cristina; BODIN DE MORAES, Maria Celina. **Constituição da República de 1988:** elementos para uma teoria constitucional da família. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 13, n. 3, 2024. Disponível em: https://civilistica.emnuvens.com.br. Data de acesso: 04/11/2024.

MOURA, Marisa Decat de; SOUZA, Maria do Carmo Borges de; SCHEFFER, Bruno Brum. **Reprodução assistida**: um pouco de história. *Revista SBPH*, v. 12, n. 2, p. 20, Rio de Janeiro, dez. 2009.

PAIANO, Daniela Braga. **Reprodução assistida**: autoinseminação e suas implicações jurídicas e as alterações trazidas pela Resolução n. 2294/2021 do Conselho Federal de Medicina. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 11, n. 1, 2022. Disponível em: https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/download/732/606/1729. Data de acesso: 19/10/2024.

RODRIGUES, Thaís Coelho. **A impossibilidade do registro de nascimento das crianças geradas por inseminação caseira nos cartórios**: um obstáculo ao exercício da cidadania. IBDFAM, 27 set. 2023. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/2045/A+impossibilidade+do+registro+de+nascimento+das+crian%C3%A7as+gera. Acesso em: 07 ago. 2024.

SOUZA, Ludmilla. **SUS pode ser esperança para mulheres que sonham ser mães**. Agência Brasil, São Paulo, 14 maio 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-05/sus-pode-ser-esperanca-para-mulheres-que-sonham-ser-maes. Acesso em: 17 out. 2024.

SOUZA, Marise Cunha de. As técnicas de reprodução assistida. A barriga de aluguel. A definição da maternidade e da paternidade. Bioética. Revista da EMERJ, v. 13, n. 50, p.348-350,2010.Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista50/Revista50_348.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

TARTUCE, Flávio. Direito civil: direito de família. 19. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2024. 736 p. (Direito civil; 5) https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista50/Revista50_348.pdf

DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO. UMA ANÁLISE DO RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2013 À 2016.

Gabriel Antonio Pereira Santos[1]

RESUMO

O presente artigo faz uma análise do papel das Comissões da Verdade Nacional e do Estado da Bahia, observando o cunho histórico desempenhado por elas para a concretização da justiça de transição no Brasil, o trabalho observa as legislações anteriores a elas e como o judiciário foi provocado a se manifestar sobre o assunto político da ditadura civil-militar brasileira, com isso, se observa como a política interfere no judiciário e como o judiciário responde a política, no caso em tele, a justiça de transição; surgiram reinvindicações dos grupos sociais antagônicos envolvidos, entre eles, os sobreviventes da repressão e seus familiares, do outro lado, os agentes que serviram o governo ditatorial e os defensores da ditadura, vale ressaltar, que o Brasil, foi o último país do cone sul a fazer uma Comissão Nacional da Verdade e é o único que não alcançou o pilar da justiça de transição que diz respeito a punição dos perpetradores de crimes de lesa humanidade, além disso o Brasil desrespeitou recomendações da Corte Interamericana de Direitos Humanos que aponta a inaplicabilidade da Lei n°6.683/79, já que a considera como auto anistia, ou seja, contrária ao direito internacional e aos direitos humanos, mas o Supremo Tribunal Federal, em resposta a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de n°153 ADPF 153, decidiu que a Lei n°6.683/79, deveria permanecer no ordenamento jurídico nacional, pois foi um acordo entre os grupos sociais rivais no final da ditadura e que a lei servia para pacificar a sociedade, só que os últimos acontecimentos, como, por exemplo, o 8 de janeiro de 2023, prova o contrário, demonstrando que a sociedade brasileira não está pacificada, porque, não enfrentou o caso da justiça de transição, sobretudo, sem processar e julgar os prepostos da ditadura que cometeram crimes contra a dignidade humana, este artigo, se debruçou sobre as especificidades locais da Bahia, observando o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade do Estado da Bahia, CEV-BA, para fazer este trabalho se utilizou como método a micro história, partindo dos Relatórios Finais das Comissões para o macro social para melhor observar as vivências cotidianas de como o Estado Autoritário interveio nas vidas humanas, como teoria se utilizou o conceito da legalidade autoritária, no intuito de entender como o direito autoritário da ditadura influenciou de cima para baixo na vida das pessoas. Nesta investigação se quer demonstrar a relevância dos depoimentos dos atingidos para a denúncia dos crimes ditatoriais e a concretização da justiça de transição.

Palavras Chaves: Direito, política, verdade, memória, justiça de transição.

ABSTRACT

This article analyzes the role of the National Truth Commission and the State of Bahia, observing the historical role they played in the implementation of transitional justice in Brazil. The work observes the legislation that preceded them and how the judiciary was provoked to speak out on the political issue of the Brazilian civil-military dictatorship. Thus, it is observed how politics interferes in the judiciary and how the judiciary responds to politics, in this case,

[1] Doutorando em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador UCSal, Mestre em Direito pela UCSal 2024, Bacharel em Direito pela UCSal 2022, Especialista em História Social e Econômica do Brasil pela Faculdade do Mosteiro São Bento da Bahia 2016, Bacharel e Licenciado em História pela UCSal 2012. Trabalho Apresentado na Disciplina Judicialização da Política, Ativismo e Efetivação dos Direitos Sociais, ministrada pelo Professor Doutor Dirley da Cunha Jr.

transitional justice; demands arose from the antagonistic social groups involved, among them, the survivors of the repression and their families, on the other side, the agents who served the dictatorial government and the defenders of the dictatorship. It is worth mentioning that Brazil was the last country in the Southern Cone to create a National Truth Commission and is the only one that did not achieve the pillar of transitional justice that concerns the punishment of perpetrators of crimes against humanity. In addition, Brazil disregarded recommendations from the Inter-American Court of Human Rights, which points out the inapplicability of Law No. 6,683/79, since it considers it as self-amnesty, that is, contrary to international law and human rights. However, the Supreme Federal Court, in response to the Claim of Non-Compliance with a Fundamental Precept No. 153 ADPF 153, decided that Law No. 6,683/79 should remain in the national legal system, since it was an agreement between the rival social groups at the end of the dictatorship and that the law served to pacify society, only that recent events, such as January 8, 2023, prove the opposite, demonstrating that Brazilian society is not at peace, because it has not faced the case of transitional justice, above all, without prosecuting and judging the dictatorship's agents who committed crimes against human dignity. This article focused on the local specificities of Bahia, observing the Final Report of the State Truth Commission of the State of Bahia, CEV-BA. To carry out this work, microhistory was used as a method, starting from the Final Reports of the Commissions for the macro social to better observe the daily experiences of how the Authoritarian State intervened in human lives. As a theory, the concept of authoritarian legality was used, in order to understand how the authoritarian law of the dictatorship influenced people's lives from top to bottom. This investigation aims to demonstrate the relevance of the testimonies of those affected for the denunciation of dictatorial crimes and the implementation of transitional justice.

Keywords: Law, politics, truth, memory, transitional justice.

1 INTRODUÇÃO

Com esse artigo, não se quer repetir à mesma limitação do passado, ou seja, escrever uma história do direito com os olhos voltados somente para as classes dominantes, pois se pretende estudar sujeitos subalternizados, isto é, expondo suas ideias e as confrontando com a cultura jurídica autoritária da época, de modo que se tem a preocupação de identificar as iniciativas das classes subalternas, ou grupos subalternos, ou subterrâneos.

Pretende analisar os idos da legalidade autoritária no Brasil, a partir dessas memórias subterrâneas, ou seja, este método contribui para a escrita da nova história do direito que parte da vida material com novas fontes e atores e com abordagem crítica renovada, sobretudo, fundamentada na revolução historiográfica da Escola dos Annales.

O quadro teórico, versa sobre os teóricos da ditadura civil-militar, da memória e da história, especificamente o cientista político Anthony Pereira e, o conceito de legalidade autoritária, isto é, o Estado Brasileiro, lançou mãe de um verniz de legalidade autoritária para se manter no poder por 21 anos, mascarando, portanto, seus atos contrários aos direitos fundamentais.

Antônio Wolkmer aponta que para que a história do direito se distancie de uma história que registre, apenas, as ideias das classes hegemônicas, segundo ele história positivista e imaginativa, deve passar a ser uma história do direito concreta incluindo aqueles que foram excluídos do processo histórico, por isso, invoca a ampliação das fontes, métodos e interpretações destacando o sujeito na história.

Por isso, o professor e pesquisador propõe um modelo baseado na experiência humana, isto é, a partir do paradigma histórico-crítico da cultura jurídica brasileira, ou seja, para além do que nomeou de direito liberal burguês e, consequentemente, das barreiras impostas pelos reflexos da colonização.

A doutrina de Lima Lopes demonstra que a história é una, por isso, não existe história do direito e sim o direito na história, ou seja, dentro do processo histórico, por isso, assim como os autores citados, também se chama a atenção para o cotidiano dos sujeitos comuns, já que para fazer história do direito renovada é preciso abordar os novos paradigmas metodológicos.

Lima Lopes propõe uma arqueologia do cotidiano baseado na revolução historiográfica da Escola dos Annales, diversidade e ampliação dos sujeitos e fontes históricas que desaguam na criatividade do fazer investigativo do historiador, de forma que segundo o autor o movimento conhecido como Nova História, também deve ser compreendido como a Nova História do Direito, por isso, utilizasse aqui como método a micro história, partindo do micro social, ou seja, um acontecimento, no caso em tela, a publicação do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, para o macro social que são as relações sociais que o relatório trata, sobretudo, no que diz respeito às políticas de memória e a responsabilização do Estado Brasileiro, a teoria utilizada é diz respeito a legalidade autoritária, conceito desenvolvido pelo cientista político Anthony Pereira.

O artigo está dividido em quatro partes a primeira parte desenha o contexto histórico que apareceu a CNV, inclusive, demonstrando o percurso de pressão que os movimentos sociais fizeram para os Poderes Legislativos e Judiciário, segue a trajetória, das criações de legislações para a justiça de transição.

No segundo tópico, se disserta, sobre a ADPF de n° 153, como o sistema político dialoga com o jurídico e como o jurídico precisa responder dando resposta sobre o

tema, aborda sobre a decisão do STF, que se diga de passagem, contrariou recomendação da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Em seguimento, o terceiro ponto, cuida da relevância do Relatório Final da CNV, todavia, porque, é um documento oficial que registra o reconhecimento do Estado, a respeito dos crimes de lesa humanidade que foram cometidos no governo ditatorial, uma prova contra o negacionaismo e o começo do pedido do perdão difícil.

Quarto assunto, se parte para o retrato local da repressão, analisando de perto uma memória de uma pessoa comum, militante que não figura a memória dos renomados, mas que traz para o estudo a relevância da memória extraída pela narrativa oral, a narrativa do oprimido, as narrativas da resistência que confrontam as narrativas oficiais.

2 O SURGIMENTO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE CNV.

A CNV, nasceu com os clamores populares que buscavam políticas públicas de memória no intuito de trazer à tona para o Brasil, a verdade histórica sobre o passado recente. Passado de autoritarismo, mas revestido de legalidade, sobretudo, essa foi a principal diferença da ditadura brasileira diante das outras do Cone Sul, embora, isso não queira dizer que tenha sido branda ou menos incisiva contra a sociedade civil (PEREIRA, 2010). A CNV, corresponde a uma Política Pública de memória, verdade e justiça, promovida pelo Estado Brasileiro, essas políticas públicas de memória surgiram primeiro com o marco legal da Lei n° 9.140/95, a Lei dos Mortos e Desaparecidos.

Primeira vez que os Estado Brasileiro pressionado pelos movimentos sociais, compostos por familiares de mortos e desaparecidos, reconheceram os crimes perpetrados pela ditadura, também acontece nesse momento a intervenção do político no jurídico e o jurídico no político tendo, portanto, que o jurídico responda os anseios do político em prol da pacificação social e da concretização aos direitos fundamentais à memória e à verdade (ABRAÃO; GENRO, 2012; DA CUNHA JR, 2011).

Impulsionadas pela vontade de memória da população brasileira, inclusive, observando o envolvimentos de diversos grupos geracionais, foi criado no Brasil, o sentimento de vontade de memória e de verdade, a busca da verdade histórica, sobre o que de fato aconteceu no país, durante os 21 anos de silêncio provocados pela ditadura, trazendo, inclusive, para os olhos da sociedade brasileiras outras narrativas

que iam além das narrativas oficializadas pela ditadura (ABRAÃO; GENRO, 2012, PEREIRA, 2010),

> “2. Em dezembro de 2009, por ocasião da 11a Conferência Nacional de Direitos Humanos, reuniram-se em Brasília cerca de 1.200 delegados de conferências estaduais, convocadas pela Secretaria de Direitos Humanos na gestão do ministro Paulo de Tarso Vannuchi, para revisar e atualizar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). A conferência recomendou a criação da CNV, com a tarefa de promover o esclarecimento público das violações de direitos humanos por agentes do Estado na repressão aos opositores. Aprovado nessa ocasião, o 3o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3) representou mais um passo no processo histórico de consolidação das orientações de promoção dos direitos humanos marcado pelo PNDH I, de 1996, com ênfase na garantia dos direitos civis e políticos, e pelo PNDH II, de 2002, que ampliou o debate ao incorporar os direitos econômicos, sociais e culturais. Reações na sociedade e no âmbito do próprio governo federal conduziram à revisão do PNDH-3 nos temas que provocaram maior tensão, inclusive algumas diretrizes do eixo orientador “Direito à memória e à verdade”. (CNV V.1, 2014:20)

O PNDH-3, disciplina o tema dos direitos à memória e à verdade, ou seja, dois direitos fundamentais diferentes, o primeiro busca com que a sociedade tenha direito de dizer para a comunidade nacional o que se passou em tempos ditatoriais, o segundo é o direito de tanto os atingido quanto o cidadão comum buscara a verdade história daquilo que de fato aconteceu no país, sobretudo, tendo acesso a documentos que esclareçam o tema. (ABRAÃO; GENRO, 2012, SANTOS; SOARES, 2012). Por isso, o PNDH-3, foi um marco no início da justiça de transição nacional, pois se iniciou a concretização desses direitos, (SANTOS, 2016).

A decisão de se criar uma CNV, foi para que se esclarecessem os crimes perpetrados pelo Estado Brasileiro, assim como para responsabilizar os agentes, trazer à tona a verdade dos fatos e, criar cultura de educação em direitos humanos promovendo, políticas públicas de memória. O intuito era que com esse passo a sociedade pudesse se ver diante do espelho, ou seja, revisitando um passado recente e considerado incômodo, a CNV, foi o início da concretização do pedido de perdão do Estado Brasileiro que se iniciou com a Lei n° 9.140/95 (RICOUR, 2014).

O segundo marco legal que deu continuidade ao pedido de perdão foi a Lei n° 10.559/2002, estipulando o pagamento de indenizações para as vítimas ou familiares da ditadura colocando em prática, portanto o Art. 8° dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias ADCT’ s. Esse foi o segundo passo do Estado em busca de reparar os seus crimes, melhor dizendo, essa foi a segunda política pública de reparação diante daquelas pessoas afetadas pelo arbítrio autoritário, foi a continuidade

do pedido de perdão oficial tendo como meta revisitar o passado para que não voltasse a acontecer no seio da sociedade (RICOUR, 2014).

O terceiro passo de concretude dessa política pública de memória foi a instauração da CNV, que investigou diversos setores da sociedade, em todos os Estados da Federação, recolhendo depoimentos, arquivos institucionais e pessoais para consequentemente, se transformar, em um Relatório Final, ou seja, na busca da comprovação oficial de que existiram crimes contrários aos fundamentos da dignidade da pessoa humana, que esses crimes foram praticados pelos agentes do Estado e que o Brasil, tinha como necessidade para sua unidade e pacificação nacional, assumir a responsabilidade deles, furando, conseguintemente, a bolha do “silenciamento” que sufocavam as vozes que até aquele momento eram subterrâneas, melhor dizendo, ainda estavam a margem da história oficial, só que os 3 volumes do Relatório Final da CNV, deu luz para aquelas narrativas que até em tão estavam lançadas na marginalidade da história, (POLLAK, 1989),

É possível observar que a história das políticas públicas de memória no Brasil, se confundem com a redemocratização nacional, posto que as legislações que as fundamentam percorrem o curso dos governos democráticos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Governos, portanto, comprometidos com o amadurecimento da educação em direitos humanos, preocupados com os direitos fundamentais e com o valores democráticos, em um período pós ditadura, mas que ainda estava vivenciando a sombra da ditadura, de fato que os crimes cometidos pelo regime ainda estão em pune, tornando inconclusa a justiça de transição no Brasil, por isso, a CNV, que teve o Relatório Final, entregue no Governo Dilma Rousseff, no ano de 2014, tinha como natureza o reencontro com a história e, conseguintemente, a pacificação nacional, só que contemplando os eixos da memória da verdade e da justiça, isto é, propondo a nação um novo pacto social promovido pelo esclarecimento dos acontecimentos (ABRAÃO; GENRO, 2012).

3 A ADPF 153 E O POSICIONAMENTO CNV.

O posicionamento da CNV, no Relatório Final, apresentado no ano de 2014, está de acordo com a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, posto que no Caso Gomes Lund e Outros X República Federativa do Brasil, responsabilizou o Brasil

pelos crimes cometidos na Guerrilha do Araguaia e, discorda da decisão do Supremo Tribunal Federal STF, ano de 2010, interpretou que a Lei n° 6.683/79, marco legal para a pacificação nacional acordado pelos diversos grupos no final da ditadura, contrariando os críticos, pois entendem que esse instrumento legal deve ser interpretado como uma chave para a justiça de transição e não para o esquecimentos, em outros termos, deve ser interpretado como uma iniciativa legal que buscou em 1979, a libertação da população da ditadura e não uma legislação que emudece as lutas sociais por memória, verdade e justiça de transição (ABRAÃO; TORELLY, 2012).

A decisão da Suprema Corte, sobretudo, o voto do então ministro Eros Grau, discorreu que a Lei n° 6.683/1979, foi um pacto de pacificação nacional, abarcando, inclusive, os perpetradores de crimes de lesa humanidade, ou seja, os torturadores e, aqueles que resistiram a ditadura militar de 1964, contrariando, portanto, as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em jurisprudências, sobretudo em outros casos, interpretou que leis como a Lei n°6.683/79, é uma auto anistia, por isso, recomendou que o Brasil, fizesse uma reinterpretação da legislação,

> “14. Para a fundamentação de sua posição, a CNV considerou que, desde meados do século XX, em decorrência da investigação e do julgamento de violações cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, ocorreu a crescente internacionalização dos direitos humanos, com a consolidação de parâmetros de proteção mínimos voltados à proteção da dignidade humana. A jurisprudência e a doutrina internacionalistas são unânimes em reconhecer que os crimes contra a humanidade constituem violação ao costume internacional e mesmo de tratados sobre direitos humanos. A elevada relevância do bem jurídico protegido – nas hipóteses de crimes contra a humanidade, a abranger as práticas de detenções ilegais e arbitrárias, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres – requer dos Estados o cumprimento da obrigação jurídica de prevenir, investigar, processar, punir e reparar graves violações a direitos. A importância do bem protegido justifica o regime jurídico da imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade e da impossibilidade de anistia, determinado pela ordem internacional e decorrente da proteção à dignidade da pessoa humana e da prevalência dos direitos humanos, previstas pela Constituição brasileira (artigos 1o, III, e 4o, II), bem como da abertura desta ao direito internacional dos direitos humanos (artigo 5o, parágrafos 2o e 3o).” (CNV V.1, 2014: 965).

Segundo o posicionamento da CNV, a decisão do STF, em resposta a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153, ADPF 153, vai contra a jurisprudência internacional sobre os direitos humanos, inclusive, sobre os princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, CRFB/88, sobretudo, o princípio da dignidade humana, que permeia toda a carta magna e que deve mediar a sociedade brasileira, a dignidade humana é direito fundamental concreto que deve ser construído durante o processo histórico para Sarlet: “Mesmo assim, não

restam dúvidas de que a dignidade é algo real, algo vivenciado concretamente por cada ser humano, já que não se verifica maior dificuldade em identificar claramente muitas das situações em que é espezinhada e agredida (...)", (SARLET, 2007:4), o Relatório Final da CNV, registrou diversos crimes que feriram a dignidade da pessoa humana, sobretudo, porque retiraram a autonomia física e moral das vítimas (WEBER, 2009).

Essa dignidade material foi violada segundo o Relatório Final da CNV, por isso, foi cabível a ADPF 153, já que a Lei n° 6.683/79 é considerada auto anistia que corrobora com a violação aos direitos fundamentais a dignidade humana, ao direito à verdade e à memória, estes foram os argumentos levantados para que não continuasse prosperando no ordenamento pátrio (ABRAÃO; GENRO, 2012),

> "15. (...), considerando a extrema gravidade dos crimes a jurisprudência internacional endossa a total impossibilidade de lei interna afastar a obrigação jurídica do Estado de investigar, processar, punir e reparar tais crimes, ofendendo normas peremptórias de direitos humanos. A proibição da tortura, das execuções, dos desaparecimentos forçados e da ocultação de cadáveres é absoluta e inderrogável. Na qualidade de preceito de jus cogens, não pode sofrer nenhuma exceção, suspensão ou derrogação: nenhuma circunstância excepcional – seja estado de guerra ou ameaça de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública – poderá ser invocada como justificativa para a prática de tortura, desaparecimento forçado ou homicídio. Prevalece o dever jurídico do Estado de prevenir, processar, punir e reparar os crimes contra a humanidade, de modo a assegurar o direito à justiça e à prestação jurisdicional efetiva, de modo a assegurar o direito à justiça e à prestação jurisdicional efetiva. A esse dever correspondem os direitos à justiça e à verdade, os quais abrangem o direito a uma investigação rápida, séria, imparcial e efetiva, e a que sejam instaurados processos voltados à responsabilização dos autores das violações, inclusive na esfera criminal, bem como o direito das vítimas e seus familiares à obtenção de reparação." (CNV V.1, 2014: 966).

A CNV, seguiu a linha jurisprudencial adotada pela Corte IDH, que primeiro considera as leis forjadas em finais de ditaduras pelos seus dirigentes, como auto anistia, por isso, a Corte recomenda que essas leis sofram novas interpretações, além dessa primeira premissa, a CNV, também, adotou a postura de que crimes de lesa humanidade são imprescritíveis e independem de auto anistias para serem julgados, de maneira que se afronta os direitos de toda comunidade humana e o direito internacional, isto é, o crime de lesa humanidade causa impacto social intervindo na coletividade, por isso, é imprescritível (DE CARVALHO, 2013).

O Relatório Final da CNV, ainda aponta que essas práticas não estão de acordo com a concepção de direitos humanos internacional, posto que se atenta contra a dignidade da pessoa humana (SARLET, 2007), isto é, a CNV, seguiu as recomendações da Corte Interamericana de Direitos Humanos, inclusive, no caso em que o Brasil se

tornou réu sendo, posteriormente condenado na Corte IDH, no caso Lund Gomes e Outros X Brasil, segue o Relatório da CNV:

> "16. Em 24 de novembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) responsabilizou o Brasil pelo desaparecimento de participantes da Guerrilha do Araguaia durante as operações militares da década de 1970 (caso Gomes Lund e outros vs. Brasil). Sustentou que as disposições da Lei de Anistia de 1979 são manifestamente incompatíveis com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação de graves violações de direitos humanos, nem para a identificação e punição dos responsáveis. Respaldou sua argumentação em sólida jurisprudência internacional, destacando também emblemáticas decisões judiciais que invalidaram leis de anistia na América Latina." (CNV V.1, 2014: 966).

O caso Lund Gomes e Outros X Brasil, é um caso emblemático na jurisprudência latino americana, sobretudo, no que diz respeito às violações dos direitos humanos durante as ditaduras nesta parte do Continente Americano, porque, fez repensar a Lei de Anistia de 1979, que segundo, por exemplo, os pensadores do tema Abraão e Genro (2012), é necessário compreender esse marco legal como justiça e não esquecimento, inclusive, é possível reinterpretá-lo, trazendo a concretização da justiça de transição, colocando em prática, consequentemente, as reparações civis, com os pagamentos de indenizações e, também, na esfera criminal, com o julgamento e condenação daquelas que atentaram contra a dignidade humana durante o regime ditatorial.

Ressalta-se o cabimento da ADPF 153, demonstrando seu cabimento constitucional já que uma auto anistia, provocada por um governo ditatorial, não pode conviver com o ordenamento jurídico pós a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 CRFB/88, por isso, o cabimento do conteúdo da interposição da ADPF 153, feita pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (ABRAÃO; GENRO, 2012:125,), de modo que a interposição dessa ADPF, suscitou debate nacional, provocando a Suprema Corte Federal, decidir juridicamente sobre um tema altamente político, motivando, consequentemente, posicionamento ativo de seus ministros (CUNHA JR, 2010), sobretudo, do Ministro Eros Grau, que votou com o entendimento de que a Lei 6.683/79, deveria anistiar todos os envolvidos na arena política da ditadura, pois seguiu o entendimento do esquecimento e de uma suposta conciliação nacional, contrariando, evidentemente, os grupos sociais que reivindicavam a reinterpretação da lei (ABRAÃO; GENRO, 2012:76), a Corte IDH, possui jurisprudência condenando o que classificou como leis que promovem a auto anistia,

melhor dizendo o auto perdão sem concretizar, conseguintemente, os direitos à verdade e à justiça (RICOUER, 2014),

> "17. A decisão reitera a relevante jurisprudência da Corte IDH sobre a matéria. No caso Barrios Altos *vs.* Peru (2001), a Corte considerou que leis de auto anistia perpetuam a impunidade, obstruem o esclarecimento dos fatos, propiciam uma injustiça continuada, impedem às vítimas e a seus familiares o acesso à justiça e o direito de conhecer a verdade e de receber a reparação correspondente, o que constituiria uma afronta direta à Convenção Americana. Dessa maneira, as leis de auto anistia configurariam um ilícito internacional e sua revogação, uma forma de reparação não pecuniária. No mesmo sentido, no caso Almonacid Arellano *vs.* Chile (2006), a Corte decidiu pela invalidade de decreto-lei do período ditatorial, por implicar a denegação de justiça às vítimas e por afrontar os deveres do Estado de investigar, processar, punir e reparar graves violações de direitos humanos. No caso La Cantuta *vs.* Peru (2006), ao voltar a manifestar-se sobre as leis de anistia peruanas, a Corte sustentou que "o aparato estatal foi indevidamente utilizado para cometer crimes de Estado, para, depois, encobrir tais crimes e manter seus agentes impunes. (...), (CNV V.1, 2014:966).

Decidiu a Corte IDH, seguindo precedentes anteriores que diziam que leis anteriores a redemocratização de seus respectivos países, eram leis que impediam os julgamentos reparatórios, ou seja, legislações que impedem a concretização da justiça de transição, isto é, processar e julgar os violadores dos direitos humanos impedindo a renovação democrática e o novo contrato social (ABRAÃO; GENRO, 2012, SANTOS, 2016). Por isso, o Relatório Final CNV, segue a linha da Corte IDH, apontando que a Lei de Anistia de 1979, é considerada pela jurisprudência internacional como auto anistia, instrumento legal que não colabora com o perdão difícil que o Estado Brasileiro precisa fazer para aqueles que sofreram com a repressão, seus parentes e a sociedade como um todo, (RICOUR, 2014).

Diante das Cortes dos países vizinhos o STF, conservou o status quo da Lei n° 6.683/79, sobretudo, no que diz respeito a injustiça, de modo que se optou pelo esquecimento ao invés da memória, verdade e justiça, já que a justiça de transição que é composta por IV pilares: "I reparação, II fornecimento da verdade e construção da memória, III a regularização da justiça e reestabelecimento da igualdade perante a lei e IV a reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos" (ABRAÃO; GENRO, 2012: 59).

A justiça de transição se encontra inconclusa tornando, portanto, inalcançável o pedido do perdão difícil pelo Estado e a doação do perdão pelos vitimados (RICOUER, 2014), sem completude não se alcança a pacificação social, isto é, se torna inconcluso o novo pacto social e a democracia, já que "democracia é um processo de transição" (ABRAÃO; GENRO, 2012: 47).

Esse trecho do Relatório Final da CNV, também, demonstra como a América Latina foi assolada por ditaduras, que independente de números, foram feridas nos direitos fundamentais, como, por exemplo, as práticas de torturas, sequestros, assassinatos, ocultação de corpos, estupros, posto que a América Latina, foi atravessada de cima para baixo, pela legalidade autoritária, promovida por governos militares apoiadas por setores da sociedade civil. O Relatório, retrata o que chamou de injustiça continuada, ou seja, injustiça que perpassa os anos, deixando “feridas abertas” na sociedade brasileira, sobretudo, deixando inconcluso o pedido de perdão, as reparações, a pacificação social e a reforma das instituições, práticas necessárias para que se supere a mácula da cultura autoritária nacional (PEREIRA, 2010),

> “4. O Informe da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep), da Argentina (1984), o Informe Rettig da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação, do Chile (1991), os trabalhos da Comissão da Verdade e Justiça, do Paraguai (2003), e a Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos (2008), do Uruguai, fizeram referência à coordenação repressiva interestatal durante a década de 1970. Ao examinar essa repressão interestatal, a CNV o faz em momento posterior à publicação das mencionadas sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos e à caracterização da Operação Condor como uma organização interestatal complexa com fins criminosos, na qual se verificou a “instrumentalização do poder estatal como meio e recurso para cometer violações de direitos”, em clara situação de terrorismo de Estado.” (CNV V.1, 2014:220).

O Brasil foi o país com a ditadura de maior duração do cone sul, antecipou as suas bases na América Latina e exportou o modelo autoritário para os países vizinhos, posto que foi em terras brasileiras que se criou a ideologia da doutrina de segurança nacional, baseada, principalmente do General Golbery, onde se disseminava para os países latino americanos que o inimigo não estava nos territórios vizinhos, mas sim em território nacional, incrustrado na cultura nacional, era o subversivo, o inimigo interno, o comunista, o inimigo do direito penal nacional essa ideologia foi repassada para os outros lugares que estavam explodindo em ditaduras militares apoiadas por civis, se vivenciava o contexto histórico da divisão mundial entre a disputa política entre socialistas e capitalista, era a guerra fria, o radicalismo político e a era dos extremos, a CNV, coloca a Operação Condor como terrorismo de estado, interestados, onde se usava de informações para se praticar crises de lesa humanidade contra opositores, (BORGES, 2003; MOTTA, 2002; HOBSBAWM, 1995; PEREIRA, 2010, SILVA FILHO, 2011).

Para o Relatório Final da CNV, a Lei de n° 6.683/79, é uma auto anistia, pois foi forjada, dentro do contexto autoritário, posto que impede o Estado Brasileiro, investigar

e julgar os crimes ditatoriais, processando, julgando e punindo os seus responsáveis, esse papel do Estado, acaba deixando margens para o autoritarismo das instituições que não foram reformadas pós ditadura, inclusive, fortalecendo a impunidade delas. Deixando margem para que novos infratores da democracia pratiquem atos, como, por exemplo, o 8 de janeiro de 2023, onde manifestantes, apoiadores do candidato derrotado e, defensor da ditadura, Jair Messias Bolsonaro, depredaram Brasília, os símbolos da República, disputa no campo da memória nacional (LEE GOFF, 1990; THOMPSON, 1998), que não foi pacificada devido à justiça de transição inconclusa, fortalecendo a cultura autoritária do Brasil (PEREIRA, 2010),

> "9. A CNV, ao examinar o cenário de graves violações de direitos humanos correspondente ao período por ela investigado, pôde constatar que ele persiste nos dias atuais. Embora não ocorra em um contexto de repressão política – como ocorreu na ditadura militar, a prática de detenções ilegais e arbitrárias, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e mesmo ocultação de cadáveres não é estranha à realidade brasileira contemporânea. Relativamente à atuação dos órgãos de segurança pública, multiplicam-se, por exemplo, as denúncias de tortura, o que levou à recente aprovação da Lei no 12.847/2013, destinada justamente à implementação de medidas para prevenção e combate a esse tipo de crime. É entendimento da CNV que esse quadro resulta em grande parte do fato de que o cometimento de graves violações de direitos humanos verificado no passado não foi adequadamente denunciado, nem seus autores responsabilizados, criando-se as condições para sua perpetuação." (CNV V.1, 2014: 964).

No próprio Relatório da CNV, destacando o fato de ser um documento oficial, se reconhece que ao não se fazer a justiça de transição, o Brasil, continua ferindo os direitos fundamentais deixando as marcas do autoritarismo nas sucessivas gerações que vieram após o regime, de maneira que é um caminho perigoso prevalece a cultura do autoritarismo e da não punição daqueles que violam os direitos fundamentais no Estado de Direito, criando, conseguintemente, terreno fértil para renovação de violação de direitos, se fortalece a cultura do esquecimento e da impunidade.

Quando se deveria buscar a pacificação social com o esclarecimento dos acontecimentos e com o pedido de desculpas oficial do Estado, de modo que a tortura, principal método de extração de confissões na ditadura de 1964, ainda é prática comum nos porões das instituições que não se reformularam no pós ditadura, por isso, a criação de uma Lei como a de n° 12.847/2013, são necessárias além do Art. 5°, inc. XLIII, da CRFB/1988, que considera a tortura como crime inafiançável e fora do alcance de graça ou anistia. (BETO, 2018; PEREIRA, 2010, RICOUER, 2014).

Quando se interpreta a Lei n° 6.683/79, como a lei do esquecimento, as mágoas que cercam os grupos sociais permanecem minando a democracia e o ressentimento,

sobretudo, daqueles que foram vitimados pela violência do Estado, mas que foram julgados e presos em um Estado de Exceção, por outro lado, se encontra a negação do outro grupo, que afirma que não existiu ditadura, que existiu uma Revolução, ou uma contra revolução, que a violência foi necessária pelo perigo de subversão do Estado, mas já se sabe que os militares deram um Golpe.

Orquestrados com forças nacionais e internacionais, interessados em travarem as políticas sociais e promessas de reformas, que então seriam promovidas pelo trabalhista João Goulart, foi a conquista do Estado e, foi um Golpe Civil-Militar, da burguesia e para a burguesia, apoiados por setores conservadores da Igreja Católica, da classe média e de empresários, não foi revolução, pois, nada se revolucionou, melhor dizendo, se transformou uma sociedade já conservado em uma sociedade reacionária para defender o (ALVES, 1989; DREIFUSS, 1981).

Juridicamente, também, se tem notícias de que aquele levante armado, que colocou tanques de guerra na rua, não foi Revolução, mas sim um Golpe de Estado, já que se criou insegurança jurídica, principalmente, pelos Atos Institucionais que retirou o Poder Constituinte das mãos do Povo, perseguiu opositores políticos e instalando a doutrina de Segurança Nacional no Brasil.

Governo dos Atos Institucionais, usurpou o Poder Constituinte das mãos do Povo, utilizando do conceito de Revolução, usado de forma inapropriada, pois como já foi dito, nada revolucionou (BONAVIDES, 2015, PAIXÃO, 2014, 2020), cinquenta anos após o golpe civil-militar, é entregue a sociedade o Relatório Final da CNV, pois se tentava suprir a vontade de memória daquela época, vontade de conhecer a história recente do país, vontade daqueles que vivenciaram aquele momento, como, também, das novas gerações que desejavam conhecê-la (PEREIRA, 2010),

> “6. As ações da CNV visaram ao fortalecimento das instituições democráticas, procurando beneficiar, em um primeiro plano, toda a sociedade, composta inclusive por 82 milhões de brasileiros que nasceram já sob o regime democrático. No contexto da passagem do cinquentenário do golpe de Estado que destituiu o governo constitucional do presidente João Goulart, a CNV atuou com a convicção de que o esclarecimento circunstanciado dos casos de detenção ilegal, tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, bem como a identificação de sua autoria e dos locais e instituições relacionados à prática dessas graves violações de direitos humanos, constitui dever elementar da solidariedade social e imperativo da decência, reclamados pela dignidade do país, conforme a “Nota da CNV sobre os 50 anos do golpe de 1964”.(CNV V.1, 2014:21).

4 O TRABALHO DA CNV E O RELATÓRIO FINAL.

Entregue 50 anos após ao Golpe Civil-Militar de 1964, em 2004, a CNV, se encontra com as diferentes gerações, isto é aquele que experimentou a repressão e a resistência e que ansiava em contar a sua memória e a verdade histórica e as gerações posteriores que possuíam o que Pereira, (2010), classificou como vontade de memória, isto é, vontade de informações sonegadas pelo Estado e somente com o Relatório Final da CNV, passam a ser narrativas validadas, narrativas da resistência e a partir desse momento foram reconhecidas produzindo mudanças na interpretação do período, isto é, as narrativas marginalizadas passam a ser narrativas oficiais com fé pública e são os pilares da verdade sendo edificadas pelo trabalho da Comissão Nacional da Verdade (ABRAÃO; GENRO, 2012; BAGGIO, 2013; THOMPSON, 1998).

O Relatório, entregue em 2014, resgata o acontecimento do Golpe Civil-Militar de 1964, civil-militar, pois é necessário observar a memória histórica do acontecimento que teve ampla participação de setores conservadores da população, sendo, contudo, um golpe de classes (ALVES, 1989). O Golpe Civil-Militar de 1964, contudo é lembrado para que a história se ancore no acontecimento histórico e para estimular a memória crítica das novas gerações, haja vista que é de suma importância que estejam envolvidas no processo de transição e refundação da nação, isto é, como se estivesse tratando de uma ferida. (BAGGIO, 2012: 112).

Trata da importância dos lugares de memórias para que o passado não seja esquecido e nem repetido, pois se a história se ancora nos acontecimentos, a memória se ancora nos lugares, de forma que não existe mais memória com o avançar do tempo devido a violação do tempo causada pela revolução industrial e com a morte das comunidades memórias, sobretudo, as rurais. As sociedades contemporâneas, portanto, necessitam de lugares de memória para saciar a vontade de memória dos grupos sociais, esses lugares estão representados, por exemplo, em clubes de ex - combatentes, círculos de conversas com os sobreviventes da repressão, em museus, monumentos, arquivos, ou seja, lugares onde se pode revisitar os acontecimentos para se fazer história que é sempre crítica e rompe com a memória que é sempre sacralizada (NORA, 1993).

A história torna a memória laica, em outros termos, livre das amarras das emoções e compromissos individuais, a memória que pertence ao indivíduo e a seu grupo social, passa a ser de uma nação confrontando com a memória oficializada, após passar pelo crivo da história, justamente, contudo, não existe mais memória, a história

destruiu a memória com a sua necessidade de representar o real e o cotidiano de forma crítica, posto que é sabido que toda memória é ao mesmo tempo coletiva e individual, mas necessita do labor do historiador para que deixe de ser memória e se torne história, é a necessidade contemporânea de guardar, preservar e deixar para as próximas gerações o vivido, os vestígios, as marcas de um povo e as diversas identidades de uma comunidade (HALBWACHS, 1990; NORA, 1993).

O direito a memória, também, cobre o direito ao sepultamento, mas ditadura rompeu o a dignidade humana do morto, de seu corpo, dos seus restos mortais e, obviamente, dos parente e amigos, pois, os agentes infratores, impediram que o corpo, fosse sepultado, isto é, impedindo uma tradição do ocidental, rito de passagem pelo qual o Brasil, faz parte devido a formação judaico-cristã, portanto, quando esse ritual não é encerrado as pessoas que ficam, permanecem com a sensação de morte continuada, em outras palavras, sensação de um sofrimento sem fim (SOUZA, 2015). Além disso o direito ao luto e ao sepultamento é inerente ao humano justamente pelo ato de rememorar e, por essa natureza, um direito fundamental, por isso, é um dos eixos a serem alcançados pela justiça de transição no Brasil, (SANTOS; SOARES, 2012: 287).

O desaparecimento dos corpos das pessoas insurgentes a ditadura, era prática desenvolvida pelo Estado naquele momento histórico, já que se sequestrava, se torturava e se desaparecia com os restos mortais para que não fossem comprovados os crimes da ditadura, mas é preciso ressaltar que a ditadura brasileira se revestiu de legalidade negando a sua identidade violenta, o segredo e a sonegação da verdade eram práticas para se manter o verniz de legalidade, quando se ocultava um corpo, também, se escondia uma história de violência e as provas da verdadeira natureza do regime ditatorial (PEREIRA, 2010; SOUZA, 2015),

> “(...), A recusa do Estado em prestar informações sobre a vítima retira do indivíduo a proteção legal que lhe é devida, inserindo-o em uma grave situação de indeterminação jurídica, na qual o exercício de qualquer direito em defesa da vítima torna-se impossível. O desaparecimento forçado opera, nesse sentido, “à margem do império da lei”, oculta possíveis provas e evidências, impede a investigação e a sanção dos responsáveis, bem como impossibilita a proteção efetiva dos direitos humanos.” (CNV V1, 2014: 292).

Outra vez o Relatório Final da CNV, segue o entendimento da Corte IDH, no que diz respeito os desaparecimentos forçados e a desproporcionalidade utilizada na aplicação do direito penal da ditadura militar que elegia inimigos, isto é, as pessoas que

não estavam de acordo com o regime e que rompiam com o silêncio e medo promovido por ele (ARAÚJO, 2009; ZAFFARONI, 2007).

Crime pluri ofensivo, atingindo, portanto, diferentes esferas da dignidade humana, se ressalta que o Estado Brasileiro, infringiu princípios de direitos humanos, por isso, couberam intervenções do direito internacional para avaliar as suas condutas, sobretudo, porque o Brasil é signatário de pactos internacionais de direitos humanos, como, por exemplo, Pacto São José da Costa Rica e o Tratado de Roma de 1998 que instituiu o Tribunal Penal Internacional TPI (SILVA FILHO, 2011: 53). No TPI se julgam crimes perpetrados contra a humanidade e práticas observadas em casos da ditadura, como, por exemplo, o caso Lund Gomes X Brasil, onde se encontra a prática sistemática de assassinatos visando extinguir um grupo social, ou seja, genocídio provocado pelo organizado Terrorismo de Estado (SILVA FILHO, 2011:54).

O direito a verdade desvela essas práticas, haja vista que diz respeito ao direito da sociedade civil conhecer o seu passado recente, a história recente é o direito que o povo tem de conhecer a verdade histórica que não foi abordada pela história oficial por um período nos submundos da repressão, com a negação da ditadura e com a sonegação dos documentos pelos agentes repressores, com isso, se tornam relevantes os direitos fundamentais à verdade e à memória para esclarecer a verdade histórica (ABRAÃO; GENRO, 2012; CLAIZ; SOARES, 2012: 273).

> “9. Foi determinante, para os trabalhos da CNV, que o processo legislativo que produziu a Lei n° 12.528/2011 tenha se dado simultaneamente àquele que conduziu à aprovação da Lei n° 12.527/2011, de Acesso à Informação (LAI). A edição de uma lei de acesso à informação de interesse público garantiu maior transparência à administração pública, restringindo a possibilidade da classificação de informações, o que beneficiou o trabalho da CNV. Com efeito, o dispositivo da LAI que veda a restrição de acesso a informações ou documentos versando sobre violações de direitos humanos, praticadas por agentes públicos, foi, por vezes, utilizado pela CNV. Cite-se, a título de exemplo, que, após resistência inicial das Forças Armadas em permitir o acesso às folhas de alterações de militares, a CNV fez prevalecer a interpretação conjunta das duas leis para caracterizar tais informações como de caráter administrativo, sendo-lhe autorizado, pelo Ministério da Defesa, o acesso aos dados da vida funcional de mais de uma centena de oficiais. A vigência da LAI permitirá a continuidade, em momento posterior ao encerramento dos trabalhos da CNV, da busca da efetivação do direito à memória e à verdade histórica, possibilitando seu exercício por pessoas ou entidades, públicas e privadas, desejosas do acesso irrestrito a informações ou documentos que versem sobre violações de direitos humanos.” (CNV V.2, 2014:22).

A Lei de Acesso a Informação, Lei n°12.527/11, disciplinou a busca pela implementação do direito a verdade democratizando o direito à informação,

concretizando, portanto, o Art. 5°, inc. XXXIII, da CRFB/88, obrigando instituições públicas ou privadas a fornecerem informações de caráter público, essas medidas retiraram o Brasil do limbo da desinformação e da cultura do sigilo e do esquecimento e foi mais uma iniciativa que teve importância para a criação da CNV e materialização dos direitos à verdade e à memória (PEREIRA, 2010; SANTOS, 2016).

A CNV, seguiu a leva das Comissões no cone sul e das orientações da Organização das Nações Unidas, sobretudo, no que tangem as orientações para os direitos humanos, no Brasil, gozou e liberdade para trabalhar escutando testemunhas das pessoas que sobreviveram ao regime, mas que até aquele momento permaneciam com as memórias nas sombras do passado, ou melhor, permaneciam escondidas por trás das narrativas oficias que impediam que os direitos à memória e a verdade estivesse em livre acesso,

> “41. A referência ao trabalho de apenas algumas comissões da verdade não diminui a importância de outras que, em vários lugares do mundo, contribuíram para o esforço de rever e superar o legado de graves violações de direitos humanos. Conhecer o trabalho de dezenas de comissões anteriores possibilitou à CNV nutrir-se de suas experiências, sempre contextualizadas nas realidades nacionais. Um denominador comum a reconhecer-se entre todas as comissões é que as expectativas das vítimas, dos familiares e da sociedade foram mais amplas que os resulta dos obtidos. Outro elemento comum a ser mencionado é a centralidade da vítima, determinada por intermédio do seu testemunho. Além disso, as comissões da verdade têm sido consideradas instituições de caráter oficial e temporário – o que as distingue de iniciativas da sociedade civil–, viabilizando de maneira mais efetiva a revelação e o registro da violência causada por agentes estatais, ou com a sua aquiescência, desautorizando falsas versões ou a negação dessa violência.” (CNV VOL.2, 2014:33).

A CNV, aprendeu com as experiências das Comissões de outros países que a antecederam, mas no Brasil surgiu um fenômeno, nomeado por Hollanda (2018), como comissionismo, eram diversas comissões auto organizadas em diferentes lugares do território nacional, funcionando de forma autônoma, mas que tinha um ponto em comum entre todas elas que era revelação dos direitos à memória e à verdade, foi uma catarse de depoimentos de vozes que por muitos anos foram silenciadas, colocando, por isso, no centro os depoimentos orais, vozes vindas de baixo, fora da estrutura estatal, mas que traziam riqueza em detalhes, novos fatos e novos lugares de memória para o conhecimento da sociedade (ABRAÃO; TORELLY; CRUZ, 2012; BENJAMIN, 1975; POLLAK, 1989; PORTELLI, 1997; NORA, 1993),

> “45. No caso brasileiro, ao propor ao Congresso Nacional a criação da CNV, o Poder Executivo apresentou uma proposta em sintonia com a experiência internacional de comissões da verdade, bem como com referências normativas gestadas pela ONU. Deve-se ressaltar, também, que a CNV

> gozou de amplos poderes para a condução de seus trabalhos, sem a interferência do Poder Executivo, em sintonia com as melhores experiências advindas de outras comissões. Não prevista pelo legislador brasileiro foi a profícua disseminação de comissões da verdade em todo o país. Reitere-se que a cooperação com comissões estaduais, municipais, universitárias e setoriais possibilitou a multiplicação de esforços em um país com a dimensão do Brasil, potencializando grandemente o alcance da atuação da CNV. É razoável presumir, portanto, que, em um futuro próximo, a história sobre comissões da verdade irá considerar que o Brasil tanto apreendeu como contribuiu na consolidação da experiência das comissões da verdade. (CNV V.2, 2014: 33-34).”

O comissionismo suscitou o debate nacional a respeito do tema, posto que a verdade histórica começou a ser perseguida obrigando o poder público seja ele da esfera nacional, estadual, federal a se manifestarem, como, também, essa busca pela verdade histórica alcançou lugares como universidades e sindicatos que colheram depoimentos que vivenciaram os fatos no momento da ditadura, mas que se disponibilizaram a contribui com os direitos à memória e à verdade no esclarecimento do vivido suprindo portanto a vontade coletiva de memória (PEREIRA, 2010). A CNV tocou no passado recente nacional onde as memórias estão em constantes disputas, ou seja, disputando qual memória se tornará oficial (THOMPSON, 1998).

5 COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO ESTADO DA BAHIA CEV-BA.

A CEV-BA, segue o que Hollanda (2018), classificou como comissionismo, tendo autonomia e mandato próprio, obviamente, carrega o espírito regional e as especificidades do lugar (NORA, 1992), por isso, a relevância de seu estudo, pois se conhece os lugares, os acontecimentos e as personagens. Seguindo o padrão da CNV, se escutou os testemunhos das vítimas e se colocou elas na centralidade da comprovação dos fatos, em busca da verdade histórica (SANTOS; SOARES, 2012), por isso, neste momento do artigo se dará foco para essas novas narrativas, as narrativas da resistência (ABRAÃO; GENRO, 2012), sobretudo, porque logo no preâmbulo do Tomo 2, da CEV-BA, se destaca a perseguição por essa contribuição, isto é, a construção da memória,

> “A CEV-BA procurou reconstituir, objetivamente, as violações ocorridas na Bahia, e com os baianos presos, torturados e mortos fora do estado. Ao reconstituir as violações dos direitos humanos, feitas pelo regime militar, contribuímos para reconstruir ou construir a memória e a verdadeira história da Bahia e do Brasil, a história que sofremos, a história que mudamos, a história que aqui e agora estamos fazendo.” (CEV, V2, 2016: 7)

Segundo Relatório Final a CEV-BA, se comprometeu a trazer a luz as violações dos direitos humanos ocorridas em território baiano e nacional dos baianos que ousaram resistir ao regime ditatorial e chama a atenção a intenção de contribuir com a construção da memória da resistência na Bahia. A equipe da Comissão continua trazendo o perfil dos depoentes e quais a intenção em ouvi-los,

> "(...), eminentemente representativas do atingidos pela repressão na Bahia: intelectuais, sindicalistas, estudantes, artistas, operários, exilados, familiares de vítimas. Pessoas que continuaram lutando até hoje contra a ditadura, pela democracia e pelas transformações sociais. Seus depoimentos, aqui transcritos, ajudarão a esclarecer o que ocorreu na ditadura civil-militar trazendo à luz informações que a censura, à época, não deixou passar. Com a escuta e a divulgação dos depoimentos cumprimos uma tríplice função libertadora. A primeira é: libertar as vítimas e os familiares da sua busca pelo esclarecimento dos fatos e pelo reconhecimento social de sua luta; a segunda: libertar as instituições, inclusive as militares de se sentirem na obrigação de manter versões que hoje sabemos serem falsas e de tentarem negar as evidências e a terceira função: libertar a sociedade e o povo brasileiro do medo de enfrentar temas e pessoas "que seriam perigosas", coisas que deveriam ser mantidas na ignorância do povo, fora da sua memória e da sua identidade. A identidade nacional se faz com memórias, memórias que precisam ser conhecidas, para que nunca se esqueçam e nunca mais aconteçam." (CEV-BA, 2016:7).

Se descreve o perfil dos depoentes demonstrando a diversidade entre eles e os diferentes campos de atuação, se chama atenção, também, para o que os comissionados chamaram de tríplice ação libertadora, melhor dizendo, a libertação dos atingidos e familiares com a liberação da memória e esclarecimento dos fatos, portando, direito à memória e à verdade, a segunda libertar as instituições das falsas narrativas e a terceira é era alcançar a sociedade que segundo a Comissão foi libertada das sombras da ignorância. Conforme, abordado na introdução deste trabalho, se opta pelas narrativas daqueles que forma excluídos da história, por isso, se pretende fazer uma história do direito vista de baixo, por isso, se resgata aqui personagens comuns e desconhecidos, mas que oferecem dados de como eram o período repressivo na Bahia e no Brasil colaborando, sobretudo, com a identidade da resistência baiana e nacional como pretendeu a CEV-BA, (BURKE, 1992; GINZBURG, 1998; LIMA LOPES, 2011; PEREIRA, 2010; PERROT, 2017, THOMPSON, 2004;WOLKMER, 2015),

> "Teódulo Portugal, conhecido como Teté, trabalhava como alfaiate e era empresário da área de confecções, na época do golpe militar. Idealista, foi preso três vezes, acusado de receber dinheiro de todas as potências socialistas, e chamado algumas vezes para prestar esclarecimentos. Chegou a ser levado para o 19º BC e também para a Matriz. Sofreu muitos constrangimentos na prisão. Nunca foi ouvido, mas também não foi vítima de tortura física. Foi prejudicado financeiramente e economicamente e, depois de ter sido preso, não conseguiu mais exercer a função de alfaiate. Sua

> família também sofreu. Seus filhos eram excluídos e muitas vezes “xingados” de comunistas.” (CEV-BA, 2016: 225)

Essa é a qualificação do narrador que será tratado nesse artigo, natural de Feira de Santana, era do Partido Comunista Brasileiro, conhecido como partidão, agremiação que tinha profundidade na classe trabalhadora, sobretudo, com lastro entre os trabalhadores manuais como alfaiates que é o caso do Sr. Teódulo Portugal e de sapateiros, pessoas comuns que vivenciaram o cotidiano da cultura repressiva (AUDE, 2006; HOBSBAWM, 2008; PEREIRA, 2012, SANTOS, 2011; THOMPSON, 2004),

> “(...), a primeira vez que fui preso. Aí, chegando lá, encontrei doutor Celso, Chico Pinto, a turma toda. Chico Pinto disse: “Oh, Portugal, nós estamos fazendo história, hein?”; e eu: “Oh! O senhor, doutor, está fazendo história. Porque eu, operário, semianalfabeto...” Adianto o seguinte: idealista, eu sou. Idealista. Eu nasci assim, não foi meu pai, não foi minha mãe, não foi ninguém, nasci assim. Tenho aquela coisa assim, aquela preocupação: “vão matar um em tal lugar”, “oh, minha mulher, já falaram com o Papa, já pediram ao Papa?” Nunca vi esse homem, mas nasci com essa natureza de defender. Se eu estivesse na era de Cristo, na hora que foram crucificar Cristo, eu saltava na frente e [dizia] “esse homem é inocente!”. No entanto, os religiosos se omitiram, ficaram calados, com medo do rei.” (CEV V2, 2016: 226).

A o ser detido pela primeira vez encontrou com o advogado e parlamentar Chico Pinto que atuou na política feirense durante o regime militar, atuou em um grupo do Movimento Democrático Brasileiro MDB, conhecido como os autênticos, ou seja, que faziam de fato frente a ditadura e, em consequência, atuando verdadeiramente como partido de oposição (SOUZA, 2013). Expõe o caráter solidário da personalidade preocupado com o próximo sem medo do rei, no seu caso sem medo da ditadura,

> “Primeiro. Meus filhos na escola, parecia que tinham uma doença que pegava nos outros. Chegou a professor chamar minha mulher e disse “Olha, eu peço pra você retirar os meninos da escola porque os pais estão reclamando dos filhos dos comunistas aqui”. Parecia que eles tinham uma doença. E eu, analfabeto, comia figo de criança, não era fígado, não. Era figo.” (CEV-BA V2, 2016: 228).

Segundo o depoente, a perseguição política se estendeu para os seus filhos em âmbito social atrapalhando atividades básicas como estudar contrariando direito fundamental a educação e, em decorrência disso ferindo a dignidade humana do depoente e da família, brinca com o imaginário popular que dizia que comunista comia criancinhas, no caso dele, por ser analfabeto comia figo, ao invés de fígado. Retrato do anticomunismo que pairava durante o regime, todavia, porque era disseminado que o comunismo deveria ser combatido pela sociedade, pois, correspondia perigo para a formação judaico cristã, era o inimigo interno da doutrina de segurança nacional que deveria ser combatido (MOTTA, 2002), se recorda os fatos o filho Silvio Portugal,

> “Porque meu pai apesar de ser um alfaiate, era também um empresário da área de confecções, ele tinha condições financeiras. Ele contratou um dos melhores advogados da Bahia, que foi Raul Chaves, que o defendeu. Alguns companheiros tomaram tapa, foram torturados, muitas vezes injustamente, mas também porque não tinham condições de pagar um advogado e porque também a OAB declinou, muitas pessoas da OAB declinara em defender, tiveram medo, e poucos tiveram essa coragem de defender comunista na época. Para completar, a família sofreu consequência, eu passei no concurso da Coelba, depois não fui chamado por ser comunista; na empresa privada, fui fazer um trabalho e fizeram uma coisa ao percebe que eu era comunista. Então, houve todo um bullying que sofremos na escola. As pessoas me “xingavam” de comunista, mas alguns tinham medo, outros xingavam, e eu dizia” meu pai é comunista o seu é ladrão!” E eu era do tipo t e m p e r a m e n t a l e s o u temperamental, igual a meu pai. Sou do tipo que respeita todo mundo, mas sou cagado de cuspido (desculpem a expressão) meu pai aqui, só que um pouco mais polido, mas o temperamento, a têmpera minha é pior que a dele.” (CEV-BA, 2016: 230).

No relato prosseguem as injúrias sofridas pelos grupos oposicionistas da ditadura que estavam naquele momento histórico fora da legalidade autoritária (PEREIRA, 2010), contudo, nesta fala observa que a postura de quem a relata é uma postura de enfrentamento, sublinha, também a presença dos advogados de presos políticos que na Bahia e no Brasil, romperam com o medo advogando em defesa do Direito e do Estado Democrático de Direito, prova contundente disso é o Projeto Brasil Nunca Mais, que reúnem Inquéritos de presos políticos denunciando diversos tipos de torturas sofridas por eles (ARNS, 1985), retoma a palavra o Sr. Teódulo Portugal,

> “Bem, necessária porque nesse caso a gente sofria tudo isso e ficaria calado – quem cala consente. Vou reclamar eternamente, meus netos vão reclamar, estão preparados para reclamar. Essa semana mesmo, teve a semana da poesia, meus netos recitaram poesias que eu fiz para minha mulher na cadeia, poesia que ela respondeu. Então, eu perpetuei, dentro da espécie humana, os meus ideais. Toda a minha família continua pelo meu procedimento. Os meus netos não acreditam o que eles dizem de mim. Acreditam, sim, que eles têm despeito de mim.” (CEV-BA, 2016: 233).

O silêncio obrigatório imposto pelo Estado Ditatorial, aparece nas memórias, nesta passagem quando diz que naquele momento não se podia dizer o que se estava pensando e sentindo, mas que agora pode revelar a sua poesia contrária a prisão e a falta de liberdade, inclusive, com a nova geração, portanto, encontro geracional que é um dos pulares dos direitos à memória e à verdade sendo alcançados, no pós ditadura, ou seja, poder se expressar em família fazendo com que os netos se orgulhem do avô conhecendo a trajetória de vida e de luta, isto é, de pessoa do povo semianalfabeto, mas com pertencimento de classe e sensibilidade para ler o mundo, provavelmente, pelo contato com o PCB, que servia como escola não formal para os militantes, além das habilidades pessoais do alfaiate (AUED, 2006; BAGGIO, 2012; HOBSBAWM, 2008; SANTOS, 2011; THOMPSON, 2004), perguntado se tinha arrependimentos por seus

combates políticos terem acarretado problemas para ele e sua família, respondeu assim,

> "– Ah, jamais! Eu me arrependo daquilo que eu não fiz, mas do que fiz, não me arrependo nunca! Eu sou um homem idealista, não foi padre, não foi freira, não foi crente, não foi espiritista, vovó, não foi papai, não foi mamãe. Eu nasci um cara socialista. (...)" (CEV-BA, 2016: 233).

Este é um estrato social do tipo de homem do pós-segunda grande guerra, associado a um grupo de trabalhadores manuais como os alfaiates e sapateiros, onde se vivenciavam a consciência de classe no fazer do trabalho, no dia a dia, no cotidiano experimentando as experiência políticas que chegavam através do jornal impresso da grande mídia, mas também do partido político, assim, como, assistiram o período da explosão do rádio e o início da comunicação de massa, eram trabalhadores urbanos que tomavam partido das coisas que estavam acontecendo no lugar em que estavam inseridos, conjuntamente com o mundo, o planeta estava dividido em duas ideologias a capitalista e socialista, respiraram os ares da Revolução Russa de 1917, que como toda Revolução, teve problemas, mas mudou o curso da história, sobretudo, o "breve século XX" (AUED, 2006; HOBSBAWM, 1995; SANTOS, 2011).

Cita que era alfaiate bem sucedido, costura para a elite feirense, mas depois de detenções ilegais e perseguições políticas sofreu dificuldade financeiras e morais, "– Fui prejudicado financeiramente, economicamente" (CEV-BA, 2016: 233), questionado sobre torturas psicológicas e ameaças de morte de seus familiares relata,

> "Minha família está em primeiro lugar em todos os sentidos da vida, para o cidadão. Então, eu acho que todo homem, todas as pessoas devem amar a família porque a família é que nos conduz à sociedade. Daí vem o respeito, a sociedade, a família, e vem o resto das coisas, os ideais, tudo tem como base a família. Sem família, nada." (CEV-BA, 2016: 234).

A análise deste trecho entra na pesquisa, pois se quer confrontar o senso comum divulgado no período de que o comunismo veio para acabar com a tradição da família brasileira trazendo ideologia exógenas da nação. Não parece que o Sr. Teódolo Portugal, queria desfazer dos valores sociais da família, haja vista que segundo a sua memória eram pilares que preservava para si e acreditava que era melhor para a comunidade, por isso, a miudeza das micro análises fazem questionar ideias professadas que não condizem com a realidade, se fez questão de trazer narrativas de um excluídos da história para comprovar que todas as pessoas podem contribuir com a narrativa da resistência à ditadura, gozando dos direitos à verdade e à memória (BURKE, 1992; GINZBURG, 1998; PERROT, 2017).

6 EM CONCLUSÃO

A CNV-BA, possui limitações sobretudo a atuação e perseguição da população negra pelo regime militar, talvez, isso se dê pela formação do marxismo clássico e universalista que formavam as organizações, outro ponto diz respeito a formação do militante político das organizações revolucionárias formadas majoritariamente por homens, brancos e de classe média, só que grupos que dialogavam com a luta antirracista que surgiram na América do Norte, preocuparam e ligaram o sinal de alerta do sistema ditatorial, já que esses movimentos que empunhavam a bandeira da negritude iam em contra o ideário da democracia racial que era um dos pilares da ditadura, os movimentos de negritude, eram acusados de disseminação do ódio racial e divisão social, mas os militares estavam preocupados mesmo era com a emancipação do povo negro que estava em plena ditadura, se orgulhando e seus cabelos, roupas e músicas, isto é, de sua cultura, se travava a contra hegemonia da democracia racial.

Por outro lado tanto a Comissão Nacional quanto a da Bahia, foram marcos para a sociedade civil brasileira, já que provocou debates tirando, conseguintemente, do absoluto silêncio as violências cometidas na ditadura civil-militar brasileira. Ao longo dos 21 anos da ditadura as pessoas não podiam denunciar os crimes cometidos por agentes públicos, com exceção, de alguns militantes que denunciavam as torturas dentro dos julgamentos no Supremo Tribunal Militar, mas a grande mídia ou estava censurada, ou estava financiada pelo grande capital nacional e internacional. Foram os primeiros passos para a justiça de transição, sobretudo, pelas provocações feitas pelos movimentos social, fazendo com que o judiciário se manifestasse sobre um período que ainda estava escondido pelos agentes repressores e suas instituições, sonegando as informações, isto é, os documentos necessários para que os pesquisadores desvelassem o silêncio forçado.

A ADPF 153, foi acolhida a apreciação pelo STF, pois, a Lei n° 6.683/1979, afronta os princípios fundamentais da CRFB/1988, que como é sabido é uma Constituição pós ditadura, sem falar que a prática da auto anistia já foi tema enfrentado pela Corte IDH, por isso, é uma legislação que não pacifica a sociedade, haja vista que o esquecimento causa impunidade, em outras palavras, não se concretiza, justiça de transição, sociedade traumatizadas que não fizeram o pedido do perdão e nem deram o perdão difícil pelos atingidos, a prova disso são os últimos acontecimentos, como, por exemplo, o 8 de janeiro de 2023, onde a Praça e os Prédios dos Três Poderes foram

depredados, se destaca novamente que é uma ferida aberta que não foi devidamente cuidada para ser cicatrizada.

A disputa no campo da memória, que é um campo de batalhas, onde se disputa poder e lugares de narrativas estão se enfrentando e ganham força na medida em que a impunidade diante dos fatos cometidos na ditadura não foram apreciados e julgados, como, também, não foram reconhecidos plenamente pelos setores militares surge, portanto, a narrativa da negação da história recente do país.

A justiça novamente se politiza, pois entra no debate político constitucional, posto que os movimentos sociais reivindicam uma nova interpretação da Lei n° 6.683/1979, com o argumento de que não compactuam com o esquecimento e sim com a justiça para se chegar no estágio da justiça de transição em território nacional, pois no Brasil se começou a alcançar o direito à memória com o reconhecimento dos lugares de memórias e a escuta das testemunhas oculares dos fatos, ou de seus familiares, se começou a alcançar o direito à verdade histórica com a abertura de arquivos através da Lei n° 12.528/11, o reconhecimento oficial do Estado dos crimes perpetrados pela ditadura, mas não se alcançou a justiça de transição com a punição dos agentes públicos que cometeram crimes de lesa humanidade, especificamente, torturas.

Assim como não reformou as instituições que abrigaram e que seus prepostos cometeram crimes contra a dignidade humana, a educação em direitos humanos não foi amplamente concretizada sendo, inclusive, esvaziada após o Governo Dilma Rousseff e ascensão do Governo Jair Messias Bolsonaro, mas sim a CNV e a CEV-BA e seus Relatórios Finais, contribuíram e contribuirá com o avanço dos direitos à verdade, à memória e a justiça, já que foram formadas por órgãos oficiais que produziram documentos oficiais reconhecendo a atuação autoritária do Estado Brasileiro na Ditadura.

REFERÊNCIAS

ARAÃO, Paulo; et al. **As caravanas da anistia:** Um mecanismo privilegiado da justiça de transição brasileira. São Paulo: USP, 2010.

_____; TORELLY, Marcelo; CRUZ, Rosane Cavalheiro. Memória como reparação: contribuições da história oral para a reconstrução da memória e da verdade sobre a ditadura no Brasil. In: **Marcas da memória:** história oral da anistia

no Brasil. Orgs: Antonio T. Montenegro, Carla S. Rodeghero, Maria Paula Araújo. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

_____. Mutações do Conceito de Anistia na Justiça de Transição Brasileira: a terceira fase da luta pela anistia. In: **Justiça de Transição Direito à Justiça, à Memória e à Verdade**. TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; TORLLY, Marcelo D.; ABRÃO, Paulo (Orgs). João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

_____ ; GENRO, Tarso. **Os direitos da transição e a democracia no Brasil**: Estudos sobre Justiça de Teoria da Democracia. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). 5 ed, Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Os Arquivos das Polícias Políticas**: reflexos de nossa história contemporânea. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, FAPERJ, 1996.

ARAÚJO, Fábio Roque da Silva. **O Princípio da Proporcionalidade Aplicado ao Direito Penal:** Fundamentação Constitucional da Legitimidade e Limitação do Poder de Punir. Revista da EMERJ, Salvador, v 12, n°45, 2009.

ARNS. Dom Paulo Evaristo. Arquidiocese de São Paulo. **Brasil:** Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 13ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

Assembleia Geral da ONU. (1948). "**Declaração Universal dos Direitos Humanos**" (217 [III] A). Paris. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acessado em:02 fev 2021.

AUED, Bernadete Wrublevski. **O Sapateiro Militante Jose Peba Pereira dos Santos**. Paraíba: EDUEP, 2006.

BAGGIO, Roberta Camineiro. **Marcas da Memória**: a atuação da Comissão de Anistia no campo das políticas públicas de transição no Brasil. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 48, N. 2, p. 111-118, mai/ago 2012.

BAHIA. **Grupo Tortura Nunca Mais.** Construindo a memória: a luta pela anistia na Bahia. Salvador, 2006, 286p. Organizadoras: Ana Guedes; Lucimar Silva Cunha Mendonça.

BAHIA. **Comissão Estadual da Verdade.** Relatório de Atividades agosto de 2013/abril de 2016 VOLUME I Resgatando Nossa História, 2016.

BARCELLOS, Ana. **Acesso À Informação**: Os Princípios Da Lei N° 12.527/2011 (Access to Information: The Principles of the Law Nº 12.527/2011). Quaestio Iuris, v. 8, n. 03, p. 1741-1759, 2015.

BENJAMIN, Walter. **"O Narrador"**. In: Textos de Walter Benjamin. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

BETTO. Frei. **Batismo de Sangue** Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1987.

_____. Frei. **Tortura, Retrato em Branco e Preto.** Revista Transversos. “Dossiê: Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro: três décadas de Resistência”. Rio de Janeiro, nº. 12, pp. 168-172, Ano 05. abr. 2018.

BICUDO, Hélio. **Lei de Segurança Nacional**. Leitura Crítica. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. Malheiros Editores: São Paulo, 30ed, 2015.

BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA Marieta Moraes Orgs. **Usos e Abusos da História Oral.** 8ed Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BORGES, Nilson. A Doutrina da Segurança Nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves organizadores Orgs. **O Brasil Republicano O tempo da ditadura**. Regime militar e movimentos sociais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. **Ato Institucional N°1** (1964). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64>. Acessado em 15 mar 2019.

BRASIL. **Ato Institucional Nº 2** (1965). Brasília, DF: Presidência da República, 27 de outubro de 1965.Ato Atos Institucionais. Disponível em:<https://www.bn.gov.br/tags/ditadura-militar>. Acessado em: 10 fev 2021.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. 2014

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. v. 1.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. v. 2.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. v. 3.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa do Brasil**, de 17 de outubro de 1967. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67>.Acessado em: 10 jan 2021.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil**, DF, 1988.

BRASIL. **Decreto Lei N°314**, 13 de março de 1967. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0314> Acessado em: 10 jan 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 4.388**, de 25 de setembro de 2002. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388>. Acessado em: 01 mai 2020.

BRASIL. **Lei Nº 10.559/2002**, que regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002> Acessado em: 20 mar 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.528**, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011- 2014/2011/lei>. Acesso em 03 set. 1999.

BRASIL. **lei nº 6.683**, de 28 de agosto de 1979. Concede a anistia e dá outras providências. Planalto, Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.>Acesso em: 01 mai 2020.

BURKE, Peter. **A Escrita da História** Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CABRAL. Rafael Loreno. **Nos Rastros de um Processo: Trabalho, Conflito e uma Experiência de Micro – História**. 2016. 421p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito, Estado e Constituição). Faculdade de Direito da UNB. Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da Memória:** Defensores e Críticos da Ditadura (1964-1985). Cruz das Almas: Editora UFRB, 2012.

CARVALHO, Alexandre Zaidan Douglas de. **Entre o Dever da Toga e o Apoio à Farda**: Independência judicial e imparcialidade no STF durante o regime militar. Revista Brasileira de Ciências Sociais, RBCS Vol. 32 nº 94 junho/2017.

DA CUNHA JÚNIOR, Dirley. **Ativismo Judicial e Concretização dos Direitos Fundamentais**. Revista Baiana de Direito, n. 5, Jan./Jun. 2011.

DE OLIVEIRA, Iris Agatha. **Black Rio 40 anos**: o movimento negro na ditadura militar. Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social, v. 9, n. 16, p. 44-59, 2016.

DIAS, José Alves. **A consumação do golpe e o movimento estudantil baiano contra a ditadura**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 55, mar, 2014.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 02 fev 2021.

DREIFUSS, René Armand. **1964 A Conquista do Estado**. Ação Política, Poder e Golpe de Classe, Petrópolis: Vozes, 1981.

FALCÓN, Gustavo. **Do Reformismo a Luta Armada:** A Trajetória Política de Mário Alves 1923-1970. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Pádua. **Movimentos sociais e segurança nacional**: notas sobre contestação e vigilância na ditadura militar no Brasil. *Panóptica*, vol.11, n.2, pp. 502-533,jul/ dez. 2016.

FICO, Carlos. **Como eles Agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Recorde, 2001.

FREITAS, Carlos Eduardo Soares de. **A Repressão de Estado aos Sindicatos e Sindicalistas Baianos na Ditadura de 1964**: os casos dos petroleiros e bancários. Revista Continentes (UFRJ), ano 9, n.16, 2020.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes** O Cotidiano e as Ideias de Um Moleiro Perseguido Pela Inquisição. 10ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas** A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armadas. São Paulo: Ática, 1987.

GRIN, Monica. **Reflexões sobre o direito ao ressentimento**. In: Violência na História memória, trauma e reparação. Carlos Fico; Maria Paula Araujo; Monica Grin (Orgs). Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

GUSMÃO, Renata Silva. **Trabalhadores, obras públicas e Justiça do Trabalho no "milagre econômico" em Alagoas***. Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 12 p. 1-19, 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice. Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

HOBSBAWM, Eric. ***Era dos Extremos****: o breve século XX (1914-1991).* São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1995.

_____, Eric. **O Sapateiro Militante** In: Mundos do Trabalho. Novos Estudos sobre História Operária. 5ed, São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Direitos humanos e democracia: a experiência das comissões da verdade no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 33, 2018.

JOSÉ, Emiliano. **Ditadura**: cerco, prisões, torturas e mortes na Bahia. Revista Perseu Abramo, Ano 8, 2014.

LEE GOFF. Jacques. **História e Memória**. São Paulo: UNICAMP, 1990.

LIMA LOPES. José Reinaldo de. **O Direito na História**. Lições Introdutórias. 3ed, São Paulo: Atlas, 2011.

LIMA. Danilo Pereira. **Legalidade e Autoritarismo:** O Papel dos Juristas na Consolidação da Ditadura Militar de 1964. 286p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos). UNISINOS, São Leopoldo, 2018.

MCCRUDDEN, Christopher. **Human Dignity and Judicial Interpretation of Human Rights**. The European Journal of International Law Vol. 19 no. 4 © EJIL 2008; all rights reserved.

MEYER. Victor A. **O LABIRINTO**. Encontros Clandestinos Entre a Vida e a Morte e Outras Narrativas. Rio de Janeiro: Edite, 2021.

MIRANDA, Orlando. **Fragmento de Memória da Polop na Bahia**. In. JOSÉ, Emiliano, Galeria F Lembranças do Mar Cinzento Terceira Parte. Victor Meyer um Revolucionário. São Paulo: Caros Amigos Editora, 2008.

MISI, Márcia Costa. **Direitos Humanos e Memórias em Disputa no Brasil**: Uma Análise da Interpretação do Stf Sobre a Lei de Anistia (Lei 6.683 de 1979). 424p. Tese. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

MOREIRA, Angela. **Ditadura militar e segurança nacional**: o restabelecimento da pena de morte em 1969. Militares e Política, n. º 6, 2010.

MOREIRA, Thiago Oliveira; DE CARVALHO, Juliana Santos. **Os crimes de lesa-humanidade imprescritíveis da ditadura militar**. Revista Transgressões, v. 1, n. 2, p. 140-163, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

NORA, Pierre. **"Entre Memória e História**: A Problemática dos Lugares", IN Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduandos em História do Departamento de História do Departamento de História da PUC/SP. 1981/1993, n.10. História e Cultura. Trad. Yara Aun Khoury.

NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. Orgs. **Carlos Marighella O Homem por Trás do Mito**. São Paulo: Unesp, 1999.

OLIVEIRA, Joelma Alves de. **POLOP** As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967). Araraquara, 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista UNESP, Campos de Araraquara.

PAIXÃO, Cristiano. **Autonomia, democracia e poder constituinte: disputas conceituais na experiência constitucional brasileira (1964-2014).** Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno, Florença, v. 43, p. 415-460, 2014.

_____. **Entre regra e exceção Normas constitucionais e atos institucionais na ditadura militar brasileira (1964-1985)**. História do Direito: RHD. Curitiba, v.1, n.1, p. 227-241, jul-dez de 2020.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. **Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

PEREIRA, A.W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil,

no Chile e na Argentina. São Paulo, Paz e Terra, 2010.

PERROTE, Michelle. **OS EXCLUÍDOS DA HISTÓRIA.** Operários, Mulheres e Prisioneiros. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra, 2017.

POLLAK, Michel. **"Memória, esquecimento e silêncio"** In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Rev. História, São Paulo (14), fev. 1997.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____, Daniel Aarão. **Classe operária, partido de quadros e revolução socialista**. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986). In: Revolução e democracia. Orgs. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICOUR. Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2014.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. **Esquerdas revolucionárias e luta armada**. **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Org. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SANTOS, Claiz Maria Pereira dos; SOARES, Ricardo Maurício Freire. **As Funções do Direito à Verdade e à Memória**. In: Revista Brasileira de Direito Constitucional. RBDC, N° 19 jan /jun. 2012.

_____, Claiz Maria Pereira dos. **Comissão da Verdade no Brasil e Justiça de Transição:** Direito à Verdade e à Memória. Curitiba: Juruá, 2016.

SANTOS, G. A. P. **Memórias de militantes da organização revolucionária marxista política operária orm-polop entre 1968-1970 em Salvador/Ba**. Monografia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas UCSal. Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2011.

_____, G. A. P. **Prisão e Tortura da Família Costa Cunha em Salvador, Bahia** (1969). In: CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa. (Org.). Ditaduras: Memória, Violência e Silenciamento. Salvador: EDUFBA, 2017.

_____, G. A. P.; ARAÚJO; Fábio Roque da Silva. D**ireito, história e memória o bem viver indígena atravessado pelo poder punitivo da ditadura civil-militar:** UMA ANÁLISE DO CASO CONCRETO DO RELATÓRIO FIGUEIREDO, BRASIL/1967. Revista Brasileira de História do Direito, v. 9, n. 1, p. 91 – 107, Jan/Jul, 2023.

_____, G. A. P. **Direito, história e memória:** as memórias do líder Osvaldão e o genocídio do Araguaia narradas pelas militantes: Diva Santana e Ana Guedes, Salvador-Bahia, 2022. VI Encontro Virtual do CONPEDI: história do direito. Florianópolis: 2023.

SAFATLE, Vladimir. **Do uso da violência contra o Estado ilegal**. In: O que resta da ditadura. TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs). São Paulo : Boitempo, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. As Dimensões da Dignidade da Pessoa Humana: Construindo uma Compreensão Jurídico Constitucional Necessária e Possível. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC n. 09 – jan./jun. 2007.

SOUSA, Flávia Amorim. **Chico Pinto e os *Autênticos* do MDB:** atuação no *campo político* brasileiro (1971- 1982). Dissertação de Mestrado Apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana: 2013**.**

SOUZA, Mayara Paiva de. Luto e Memória Das Vitimas da Ditadura Militar no Brasil: O Caso de Frederico Mayr. Fênix – **Revista de História e Estudos Culturais Janeiro** – Junho de 2015.

SILVA. José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. Malheiros: São Paulo, 41ed, 2017.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. **O Terrorismo de Estado e a Ditadura Civil – Militar de no Brasil**: Direito de Resistência não é Terrorismo. In: The Third Session of The International Forum on Crime and Criminal Law in The Global Era, Beijing. Artigo, Rio Grande do Sul, PUC: Rio Grande do Sul, 2011.

THOMPSON, Alistair. **Quando a memória é um campo de batalha**: envolvimentos pessoais e políticos com o passado do exército nacional. Rev. História, São Paulo (16), fev. 1998.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa I**. A Árvore da Liberdade. 4ed, São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros** um crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editoras, 1978.

THOMPSON, P. **A voz do passado** – História Oral. 2. ed, São Paulo: Paz e Terra,1998.

TRAJANO, Tagore; BELCHIOR, Germana Parente Neiva; BRITO, Álvaro de Azevedo Alves. **A complexização do direito animal e após humanização do direito ambiental**: proposta de um diálogo. Revista Argumentum, Marília/SP, V. 22, N. 3, p. 1533-1557, Set.-Dez. 2021.

TPI. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388>. Acesso em: 10 jul. 2022.

VENTURA, Zuenir. **1968 O Ano que não Terminou**. 3ed, São Paulo: Planeta, 2008.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 9ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

WEBER, Thadeu. **Autonomia e Dignidade da Pessoa Humana**. Direitos Fundamentais e Justiça Nº 9 – Out./Dez. 2009.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **O inimigo no direito penal**. 3ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. **Em busca das penas perdidas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2021.

EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO NA BAHIA: ESPERANÇA E JUSTIÇA SOCIAL PARA JOVENS EM CONFLITO COM A LEI

Cailane Aparecida Medeiros Moreira[1]

Ana Beatriz Lisboa Pereira Melo[2]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a educação como instrumento de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei na realidade baiana. Parte-se da compreensão de que a educação é direito fundamental, previsto na Constituição Federal de 1988 e reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e, portanto, as medidas socioeducativas devem ter caráter educacional e pedagógico e não meramente punitivo. Para tanto, busca-se investigar o perfil socioeconômico e racial dos adolescentes inseridos no sistema socioeducativo, identificar os obstáculos à efetivação do direito à educação e examinar a aplicação das medidas previstas pelo ECA e demais legislações relacionadas. A metodologia adotada fundamenta-se em análise bibliográfica e documental, contemplando legislações, artigos acadêmicos, relatórios institucionais e dados estatísticos. Os resultados apontam que, embora haja avanços normativos e iniciativas institucionais, a distância entre a previsão legal e a realidade prática ainda compromete a efetividade das medidas socioeducativas. Problemas como superlotação das unidades, precariedade das condições de acolhimento e fragilidade das políticas educacionais dificultam o pleno exercício do direito à educação. Conclui-se, assim, que a efetivação da escolarização e de oportunidades formativas é condição indispensável para a promoção da cidadania e para a construção de uma justiça social voltada à inclusão, rompendo com o ciclo de exclusão e criminalização juvenil.

Palavras-chave: Socioeducativo. Educação. Justiça Social.

ABSTRACT

This paper aims to analyze education as a tool for the resocialization of adolescents in conflict with the law in Bahia. It is based on the understanding that education is a fundamental right provided for in the 1988 Federal Constitution and reinforced by the Child and Adolescent Statute (ECA), to guarantee that socio-educational measures have an educational and pedagogical nature, not merely punitive ones. To this end, we seek to investigate the socioeconomic and racial profile of adolescents in the socio-educational system, identify obstacles to the realization of the right to education, and examine the application of the measures provided for by the ECA and other related legislation. The methodology adopted is based on bibliographic and documentary analysis, encompassing legislation, academic articles, institutional reports, and statistical data. The results indicate that, although there have been regulatory advances and institutional initiatives, the gap between legal provisions and practical reality still compromises the effectiveness of socio-educational measures. Problems such as overcrowding, precarious housing conditions, and weak educational policies hinder the full exercise of the right to education. It can be concluded, therefore, that effective schooling

[1] Graduanda em Direito, Universidade do Estado da Bahia, kailanemedeiros@gmail.com.
[2] Mestra em Direito, Universidade Federal da Bahia, anablpereira@gmail.coml.

and educational opportunities are essential for promoting citizenship and building social justice focused on inclusion, breaking the cycle of exclusion and criminalization of young people.

Keywords: Socio-educational. Education. Social Justice.

1 INTRODUÇÃO

O direito à educação, assegurado pela Constituição Federal de 1988, configura-se como um direito social fundamental. Compete ao Estado, à família e à sociedade garantir sua efetividade, de modo a promover o pleno desenvolvimento da pessoa, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Mais do que o simples acesso formal à escola, a educação constitui um pilar essencial para a construção da cidadania, a inclusão social e a promoção da justiça social.

No Brasil, um marco decisivo para a regulação e proteção dos direitos da criança e do adolescente foi a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, conhecido como ECA, pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Esse diploma legal consolidou o princípio da proteção integral e estabeleceu que as medidas aplicadas a jovens em conflito com a lei devem ter caráter essencialmente socioeducativo e pedagógico, e não meramente punitivo.

Tal diretriz assume relevância especial em um país de formação miscigenada, como o Brasil, historicamente marcado pela herança da escravidão e por estruturas de exclusão social, cujas práticas de castigo e violência ainda ecoam em discursos e políticas que naturalizam a punição, em detrimento da educação e da inclusão.

Na Bahia, esse quadro adquire contornos ainda mais significativos diante dos altos índices de pobreza, desigualdade social e violência, que atingem, de forma desproporcional, jovens negros e moradores das periferias. Essas condições não apenas comprometem a qualidade de vida da população, mas também fragilizam o acesso a direitos básicos, como a educação, com reflexo direto no perfil dos adolescentes que ingressam no sistema socioeducativo.

Assim, apesar dos avanços normativos ligados à proteção da criança e do adolescente, persiste na sociedade brasileira uma tensão entre o modelo legal e a prática social. Em meio a discursos punitivistas, frequentemente traduzidos em expressões como “bandido bom é bandido morto” ou “tem que sofrer”, evidencia-se uma crise de efetividade dos direitos humanos.

A sociedade contemporânea, marcada por desigualdades estruturais, ainda tende a enxergar o jovem em conflito com a lei mais como objeto de punição do que como sujeito de direitos.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a educação como instrumento de ressocialização de adolescentes autores de atos infracionais na realidade baiana, tomando como base o ECA e demais institutos voltados à proteção da criança e do adolescente. Busca-se, com isso, identificar os entraves ao acesso pleno aos direitos fundamentais, que ainda atingem essa parcela da população e ressaltar a importância da efetivação do direito à educação.

A metodologia adotada fundamenta-se na análise bibliográfica e documental, abrangendo livros, artigos acadêmicos, legislações e dados estatísticos. Esses materiais permitem compreender a problemática investigada e oferecem embasamento teórico para a construção e sustentação da tese aqui desenvolvida.

Especificamente, pretende-se: investigar o perfil socioeconômico e racial dos adolescentes inseridos no sistema socioeducativo baiano; identificar os principais obstáculos à efetivação do direito à educação nesse contexto; examinar a implementação das medidas socioeducativas regulamentada pelo SINASE e sua relação com a ressocialização; avaliar o impacto da educação na promoção da inclusão social e na redução de práticas punitivas.

Por fim, busca-se confrontar as diretrizes normativas com a realidade prática enfrentada pelos adolescentes, apontando possíveis lacunas e oportunidades de melhoria.

2 CONTEXTO EDUCACIONAL NA BAHIA

A realidade educacional na Bahia encontra-se intrinsecamente marcada pelas desigualdades históricas, sociais e econômicas, que ainda atravessam o país.

Apesar de avanços institucionais e de políticas públicas voltadas à universalização do ensino, o Estado ainda enfrenta graves desafios. Segundo dados divulgados em 2023, pela Iniciativa Educação Já, a Bahia permanece entre os estados

com os piores indicadores educacionais do Brasil, revelando um quadro que exige atenção especial.[3]

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o Estado alcançou, em 2019, um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 4,9, ocupando apenas a 22ª posição no ranking nacional. A situação se agrava nos anos finais (3,8) e no Ensino Médio (3,2), etapa em que o índice se encontra praticamente estagnado há mais de uma década (em 2009 era de 3,1). Embora a taxa de escolarização de crianças de 4 a 5 anos seja relativamente positiva, atingindo 97,3% em 2019, percentual superior à média nacional (94,2%), o acesso à creche ainda é bastante restrito: apenas 32,6% das crianças de 0 a 3 anos estavam matriculadas, número inferior à média brasileira de 37,9%.

As dificuldades de acesso à educação tornam-se ainda mais evidentes nos anos do Ensino Médio. Em 2022, apenas 7,8% das matrículas estavam em escolas de tempo integral, frente a 17,7% da média nacional. Além disso, somente 57,8% dos jovens de 19 anos haviam concluído essa etapa, colocando novamente a Bahia na 22ª posição do país. O baixo desempenho também se reflete nos indicadores de aprendizagem: em 2019, apenas 26,5% dos concluintes apresentaram proficiência adequada em Língua Portuguesa (contra 37,1% no Brasil) e 6,1% em Matemática (frente a 10,3% no país).

Esse cenário é mais alarmante quando se observa a realidade dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. De acordo com relatório da Defensoria Pública do Estado da Bahia, de 2020, 87,8% dos meninos e 70,4% das meninas não haviam concluído o ensino fundamental ou eram apenas alfabetizados e/ou em processo de alfabetização. Ademais, 71,8% dos adolescentes não estavam matriculados em instituições de ensino no momento em que foram apreendidos, percentual que entre as meninas foi de 65,4%.[4]

Depoimentos colhidos pela DPE-BA reforçam esse panorama: muitos jovens relataram que apenas tiveram contato efetivo com a escolarização ou aprenderam a ler após ingressarem nas unidades de acolhimento. Realidade que expõe a negação

[3] A Iniciativa Educação Já é um movimento suprapartidário liderado pelo Todos Pela Educação, que reúne especialistas e organizações da sociedade civil com o objetivo de formular diagnósticos e recomendações de políticas públicas, baseadas em evidências, para a melhoria da educação básica no Brasil.

[4] DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA. Relatório sobre o perfil dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas nas CASES Salvador – BA. 1. ed. Salvador: ESDEP, 2020.

histórica do direito à educação e evidencia o impacto da exclusão escolar na marginalização juvenil, retroalimentando o ciclo de vulnerabilidade, criminalização e punição.

3 DESENVOLVIMENTO HUMANO: FASE DA ADOLESCÊNCIA E MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

A adolescência é compreendida como uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, marcada por mudanças físicas, psicológicas, emocionais e sociais. Nesse período, os jovens constroem sua identidade e, frequentemente, enfrentam desafios relacionados à inserção social e ao estabelecimento de vínculos com o mundo adulto.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência corresponde ao período entre 10 e 19 anos, enquanto a juventude se estende dos 15 aos 24 anos. Sob a perspectiva normativa, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define como criança a pessoa com até 12 anos de idade incompletos e como adolescente aquele que se encontra entre 12 e 18 anos.

Além disso, estudiosos da psicologia ressaltam que não existe apenas uma adolescência, mas várias. Enquanto a puberdade diz respeito às transformações orgânicas que conduzem à maturação biológica adulta, a adolescência envolve também processos de adaptação às novas condições físicas, psicológicas e sociais.

Nesse sentido, de acordo com Silvares et al. (2010), a vivência da adolescência é influenciada tanto pelas características individuais quanto pelo contexto histórico e social. Assim, um jovem de classe média urbana experimenta desafios distintos daqueles enfrentados por adolescentes em situação de vulnerabilidade, moradores de periferias ou integrantes de comunidades tradicionais.

Essa perspectiva é fundamental para analisar o perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, cuja trajetória é profundamente atravessada por desigualdades estruturais.

No âmbito jurídico, incluem-se no sistema socioeducativo os adolescentes que praticam atos infracionais. O ECA, em seu art. 103, define como ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal quando praticada por pessoa

menor de 18 anos. Entre esses comportamentos, destacam-se o tráfico de drogas, as ameaças, os homicídios, as lesões corporais e os furtos.

Nesses casos, a responsabilização ocorre mediante a aplicação de medidas socioeducativas que, embora decorram da prática de um ilícito, têm como finalidade principal a educação e a reintegração social do adolescente, afastando-se de uma concepção meramente punitiva.

4 PERFIL DOS JOVENS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO E O REFLEXO DA DESIGUALDADE

Na Bahia, o perfil predominante dos adolescentes inseridos no sistema socioeducativo é marcado pela juventude negra e oriunda de periferias.

Relatórios recentes da Defensoria Pública do Estado da Bahia (2020 e 2021) evidenciam essa realidade: no de 2020, havia um percentual de 96,6% de adolescentes negros cumprindo medidas socioeducativas. O dado torna-se ainda mais expressivo no relatório de 2021, que constatou que 100% dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na CASE Juiz Melo Matos, em Feira de Santana, eram negros.[5]

Os números acima não representam apenas uma estatística, mas traduzem o reflexo das desigualdades históricas e estruturais que vinculam, de forma seletiva, a juventude negra à experiência da institucionalização, sobretudo no contexto baiano.

Os dados do relatório indicam que o ambiente social, político e cultural em que esses jovens estão inseridos contribui para a conformação desse perfil. Provenientes de comunidades marcadas pela presença do tráfico de drogas e de facções criminosas, muitos adolescentes convivem cotidianamente com a violência. A esse cenário somam-se fatores estruturais como o processo de favelização, a marginalização histórica, o racismo estrutural, a ausência de educação de qualidade, a escassez de espaços de lazer e a insuficiência de políticas públicas voltadas à juventude em situação de vulnerabilidade.

Esses elementos, combinados, configuram determinantes que favorecem a inserção de adolescentes em práticas infracionais. Nesse sentido:

[5] DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA. Relatório Adolescente em MSEI. 1. ed. Salvador: ESDEP, 2021.

> A prática de atos infracionais está relacionada com aspectos que constituem expressões da questão social, decorrentes da sociedade capitalista, que não assegura igualdade de oportunidades e de condições favoráveis ao desenvolvimento, tais como o acesso a alimentação, moradia, educação, vestimenta e lazer, entre outros, expondo a população infanto-juvenil das classes pobres a situações de desproteção social, como a violência, o afastamento da escola e da família, o acesso a drogas, ao trabalho infantil e à prática de atos infracionais, o que contribui para os processos de exclusão e criminalização dessa população. (BAUER et al.; BERETTA; SARTÓRIO; ROSA; SILVA; OLIVEIRA, apud SILVA, ALBERTO, COSTA, 2022, p.2).

Paralelamente, segundo dados do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), constantes no Plano Plurianual 2012–2015, o Estado passou a figurar entre os dez mais violentos do país, ocupando a 8ª posição. Entre 2000 e 2009, a taxa de homicídios na Bahia cresceu, em média, 7% ao ano, superando tanto a média regional do Nordeste (4,5%) quanto a nacional (-1,7%).[6] Esse contraste evidencia que, enquanto o país experimentava tendência de redução da violência letal, a Bahia seguia em direção oposta, com aumento acelerado dos homicídios – revelando falhas estruturais nas políticas públicas de segurança e prevenção da violência.

Em 2023, a Bahia registrou o maior número absoluto de homicídios do Brasil, com 6.616 mortes, segundo o Atlas da Violência[7]. Embora esse total represente o maior entre os estados brasileiros, indica uma leve redução em relação aos anos anteriores (7.206 em 2021 e 6.776 em 2022), sinalizando uma desaceleração na violência letal.

No entanto, apesar dessa queda relativa, a Bahia continua ocupando posição de destaque no ranking nacional, não apenas em números absolutos, mas também em taxa de homicídios por 100 mil habitantes (43,9), ficando atrás apenas do Amapá (57,4).

O Atlas da Violência 2024 revelou ainda que 46.409 pessoas foram assassinadas no Brasil em 2022; deste total, 76,5% eram pessoas pretas e pardas. Esse cenário revela que, mesmo diante de sinais de redução, a violência permanece intensa, impactando de forma desproporcional jovens negros e moradores das periferias.

[6] TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA. Relatório de Auditoria Operacional: compromisso governamental de reinserção na sociedade dos adolescentes em conflito com a lei, com a qualificação do atendimento socioeducativo nos municípios prioritários das áreas integradas de segurança pública – AISP. Salvador: TCE/BA, 2013.

[7] O Atlas da Violência consiste em uma iniciativa conjunta do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Criado em 2016, tal iniciativa sistematiza dados nacionais sobre criminalidade e violência, disponibilizando, de forma periódica, estatísticas e análises por ano, região e variáveis – como raça/cor, sexo, faixa etária –,em tabelas, mapas e infográficos, voltadas ao apoio de pesquisadores, gestores, jornalistas e demais interessados em segurança pública no Brasil.

Além disso, depoimentos dos próprios adolescentes ajudam a compreender a dimensão subjetiva dessa realidade. No relatório da Defensoria Pública do Estado da Bahia (2020), os jovens relataram o cenário de violência e marginalização em que viviam. Ressalta-se que, em respeito ao disposto no art. 247 do ECA a identidade dos adolescentes deve ser preservada.

Entre os relatos, destaca-se: “O que não falta no bairro onde morava é criminalidade, tiro, roubo. Várias facções criminosas atuando. Fazia parte de uma. Quando fui ver já estava dentro. Na ideia dos parceiros, olha aí onde estou hoje.” (DPE/BA, 2020, p. 61).

Desse modo, narrativas como essa evidenciam que a análise do perfil e da trajetória dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas não pode ser dissociada das condições sociais, ambientais e econômicas que os atravessam. O predomínio de jovens negros institucionalizados, em um Estado com elevados índices de violência letal, demonstra que o sistema socioeducativo, longe de se constituir apenas como espaço pedagógico, reflete e reproduz a lógica social excludente e estigmatizante que restringe oportunidades, reforça ciclos de vulnerabilidade e consolida a seletividade penal brasileira.

5 EDUCAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO

Importa destacar que antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, já existiam tentativas de regulamentar a situação dos adolescentes em conflito com a lei. Um exemplo foi o Código de Menores, instituído pela Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, durante o regime militar, período marcado pelo forte controle estatal. Essa normativa refletia uma concepção autoritária, na qual não se priorizava a inclusão dos jovens em processos educativos participativos e emancipatórios, mas sim moldá-los e readequá-los aos padrões sociais vigentes, muitas das vezes por meio de práticas punitivas e de institucionalização, sem considerar a dimensão educativa e ressocializadora das medidas.

Com a promulgação do ECA e, posteriormente, com a instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamentado pela Lei nº 12.594/2012, consolidou-se o caráter essencialmente pedagógico das medidas socioeducativas, afastando-se da perspectiva meramente punitiva.

O SINASE estabelece princípios orientadores para a execução dessas medidas, que devem observar a legalidade, o devido processo legal, a excepcionalidade e a brevidade da privação de liberdade, além do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Assim, o adolescente é reconhecido como sujeito de direitos e de deveres, cuja responsabilização deve sempre estar vinculada à promoção de sua cidadania e reintegração social.

Além disso, o art. 112 do ECA prevê as espécies de medidas socioeducativas aplicáveis aos jovens autores de ato infracional. Sendo elas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação.

As quatro primeiras são classificadas como medidas em meio aberto. A advertência consiste em repreensão verbal feita pelo juiz, de caráter orientador. A obrigação de reparar o dano é aplicada quando há prejuízo à vítima ou ao patrimônio, determinando restituição ou compensação. A prestação de serviços à comunidade envolve a realização de tarefas gratuitas de interesse coletivo, por até seis meses, sem prejuízo da frequência escolar ou da atividade laboral, caso o adolescente trabalhe. Já a liberdade assistida, com duração mínima de seis meses, tem caráter de acompanhamento e orientação, visando o fortalecimento dos vínculos familiares, escolares e comunitários, além de exigir matrícula e frequência escolar e estimular a profissionalização.

As medidas em meio fechado compreendem a semiliberdade e a internação. A primeira permite ao adolescente realizar atividades externas, como estudo e trabalho, e manter contato familiar nos fins de semana, podendo ser aplicada desde o início ou como transição para o meio aberto. A internação, por sua vez, é a medida mais gravosa, implicando privação de liberdade em estabelecimento específico. Embora não tenha prazo fixo, deve ser reavaliada a cada seis meses, não podendo ultrapassar três anos e, obrigatoriamente, encerrada aos 21 anos. Apesar de restritiva, a internação deve assegurar escolarização, formação profissional e acompanhamento psicossocial, preservando sua finalidade ressocializadora.

Nota-se que o ECA, em conjunto com demais legislações voltadas à proteção infantojuvenil, ressalta, no processo socioeducativo, a importância da escolarização e da elaboração de um Plano Individual de Atendimento (PIA) para cada adolescente,

com previsão de cursos profissionalizantes, como forma de fomentar a reintegração social e a inserção desses jovens no mercado de trabalho.

Assim, o referido Estatuto introduziu uma perspectiva essencialmente garantista, substituindo o ultrapassado Código de Menores, de caráter punitivo e ressaltando o viés educacional e pedagógico das medidas socioeducativas. Com isso, afasta-se a lógica repressiva, consolidando um sistema orientado pela proteção integral e pelo respeito à condição peculiar de desenvolvimento do adolescente.

Na Bahia, o sistema socioeducativo conta com diversas Comunidades de Atendimento Socioeducativo (Cases), criadas em diferentes períodos para ampliar e regionalizar o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei.

A primeira delas fundada em 1978, ainda como Centro de Recepção e Triagem da Bahia (CRT), estava inicialmente voltada ao acolhimento de crianças e adolescentes considerados em “erro social” e atendidos, à época, pela Fundação de Assistência ao Menor do Estado da Bahia (Fameb). Em 1991, foi transformada em Case Salvador, passando a se dedicar ao cumprimento de medidas de internação e internação provisória.

Com o tempo, surgiu a necessidade de separar os acolhidos por gênero, o que levou à criação da Case Feminina Salvador, primeira unidade da Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac) planejada para atender exclusivamente adolescentes do sexo feminino em regime de internação e internação provisória.

Posteriormente, foram inauguradas outras unidades: a Case CIA, em 1998, destinada a ampliar o atendimento na Região Metropolitana de Salvador; a Case Zilda Arns, em Feira de Santana, em 2011; a Case Irmã Dulce, em 2014, em Camaçari; a Case Juiz Mello Mattos, reinaugurada em 2018 em Feira de Santana, com proposta de regionalizar o atendimento dos adolescentes oriundos do Portal do Sertão e localidades vizinhas; e, mais recentemente, em 2022, a Case Professor Wanderlino Nogueira Neto, em Vitória da Conquista, consolidando o processo de descentralização e interiorização do sistema socioeducativo.

Nessas comunidades, a Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac), em conformidade com o ECA e o SINASE, desenvolve ações voltadas ao desenvolvimento integral dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, destacando-se o acesso à escolarização – assegurado por escolas e anexos que funcionam nas

próprias unidades, mediante convênios com as secretarias municipal e estadual de educação –, além de atividades de arte-educação, profissionalização, esporte, lazer e cultura, consideradas fundamentais no processo de ressocialização.

Entretanto, a distância entre o arcabouço jurídico e a realidade prática ainda constitui um desafio. Desde 2017, denúncias documentam as condições insalubres e desumanas enfrentadas por adolescentes em unidades socioeducativas da Bahia, como na CASE de Salvador, onde a ala masculina com capacidade para 150 internos chegou a abrigar 354, comprometendo questões de higiene, bem-estar e o objetivo ressocializador das medidas.

Situação semelhante foi constatada na CASE CIA – atualmente em reforma – alvo de relatórios da Auditoria Operacional do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), em 2013, que apontaram graves problemas estruturais, como superlotação e precárias condições de higiene e habitabilidade nos dormitórios, reforçando a contradição entre as diretrizes normativas e a realidade vivenciada pelos adolescentes.

No relatório realizado pela Defensoria Pública da Bahia, em 2020, os adolescentes relataram as precariedades enfrentadas em suas experiências anteriores, sobretudo a falta de acesso à escola, ressaltando o oferecimento de educação no socioeducativo como possibilidade de transformação e de futuro.

Entre os relatos, destaca-se: “Não estudava. Quando saí de casa com 8 anos já não estudava, nunca fui à escola. Não sabia escrever, aprendi aqui” (DPE/BA, 2020, p. 72).

Outro jovem afirmou: “Quero concluir os meus estudos, primeiramente. Ficar ao lado de minha família e puder reconquistar tudo que deixei pra trás. Quero me formar em Direito. Eu gosto muito de literatura, ler e escrever” (DPE/BA, 2021, p. 67).

A educação configura-se como eixo estruturante da ressocialização, na medida em que possibilita ao adolescente em conflito com a lei reconstruir projetos de vida, ressignificar experiências passadas e vislumbrar novas oportunidades de futuro.

O acesso à escolarização não deve ser visto apenas como cumprimento legal, mas como instrumento de esperança e justiça social, capaz de reduzir desigualdades históricas e abrir caminhos para a reintegração desses jovens na sociedade.

O ideal é que esse direito seja assegurado antes mesmo da inserção no sistema socioeducativo, pois, se efetivado na realidade prática, pode representar não apenas um mecanismo de inclusão, mas também uma estratégia de prevenção e transformação social. Cabe, portanto, ao Estado fomentar esse direito por meio de políticas públicas eficazes que garantam sua implementação e caso o adolescente já esteja em cumprimento de medida socioeducativa, a oferta educacional assume caráter ainda mais urgente e indispensável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Portanto, a análise da realidade socioeducativa na Bahia evidencia um profundo descompasso entre o arcabouço normativo garantista do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e a efetividade prática de sua aplicação. Embora as legislações assegurem a centralidade da educação como instrumento de ressocialização, as condições concretas das unidades revelam violações sistemáticas, como superlotação e precariedade estrutural.

Os dados apresentados, aliados aos depoimentos dos próprios adolescentes, demonstram que a juventude atendida no sistema socioeducativo é majoritariamente negra e periférica, refletindo desigualdades históricas e estruturais que atravessam a sociedade brasileira.

Nesse sentido, a responsabilização juvenil, em vez de se constituir em oportunidade de inclusão, acaba por reproduzir práticas punitivas e excludentes, em desacordo com os princípios da proteção integral e da justiça social.

Desse modo, a efetivação do direito à educação, articulada a políticas públicas integradas de cultura, esporte, lazer e profissionalização, é condição indispensável para romper o ciclo de vulnerabilidade e criminalização que marca a trajetória desses jovens. Mais do que reformar estruturas físicas, é preciso garantir meios para que o sistema socioeducativo cumpra sua função educacional e pedagógica, reconhecendo os adolescentes como sujeitos de direitos e promovendo sua plena cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Atlas da Violência 2024 / IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: IPEA; FBSP, 2024. Disponível em:

https://planejamento.es.gov.br/Media/Sep/estadopresente/publicacao/Atlas%20da%20Viol%C3%AAncia%202024.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Levantamento SINASE 2023. Brasília: Ministério da Cidadania, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoSINASE2023.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Levantamento Nacional de Dados do SINASE – 2023. Brasília: MDHC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoSINASE2023.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025

BRITO, Magno. Análise comparativa entre o Código de Menores de 1927 e o Código de Menores de 1979: aspectos políticos, sociais e jurídicos. JusBrasil, 2024. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/analise-comparativa-entre-o-codigo-de-menores-de-1927-e-o-codigo-de-menores-de-1979-aspectos-politicos-sociais-e-juridicos/2352366660.Acesso em: 20 de ago. 2025.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA. Relatório sobre o perfil dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa nas CASES de Camaçari, Feira de Santana e Salvador (CIA) – Ano 2021. Salvador: ESDEP, 2021. Disponível em: https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2024/12/sanitize_241121-074642.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA. Relatório sobre o perfil dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa nas CASES de Salvador/BA. Salvador: ESDEP, 2020. Disponível em: https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2020/03/relatorio-cases.pdf. Acesso em: 20 de ago. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da Violência. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Ipea. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia/. Acesso em: 20 de ago. 2025.

FUNDAÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA DO ESTADO DA BAHIA (FUNDAC). Página institucional. Salvador: FUNDAC, [s.d.]. Disponível em: http://www.fundac.ba.gov.br/?page_id=197. Acesso em: 20 ago. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da Violência: Sobre. Brasília: Ipea. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/quem/3/sobre. Acesso em: 20 de ago. 2025.

PIRES, Ana Clara. Atlas da Violência 2025: Bahia registra o maior número de homicídios do Brasil; número é o menor desde 2020. *Bahia Notícias*, Salvador, 12 maio 2025. Disponível em: https://www.bahianoticias.com.br/noticia/304608-atlas-da-violencia-2025-bahia-registra-o-maior-numero-de-homicidios-do-brasil-numero-e-o-menor-desde-2020. Acesso em: 20 ago. 2025.

SALVADOR (Município). Artigo – Sistema socioeducativo baiano: uma reflexão para o futuro. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 25 ago. 2017. Disponível em:

https://www.cms.ba.gov.br/noticias/artigo-sistema-socioeducativo-baiano-uma-reflexao-para-o-futuro. Acesso em: 20 ago. 2025.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Adolescência através dos séculos. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 291-308, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/MxhVZGYbrsWtCsN55nSXszh/?format=html&lang=pt. Acesso em: 20 ago. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Panorama da Educação Básica – Bahia. Iniciativa Educação Já!. São Paulo: Todos Pela Educação, jan. 2023. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/01/panorama-bahia-2023.pdf . Acesso em: 20 ago. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Retrospectiva 2018: o que houve na educação do Brasil em 10 pontos. São Paulo: Todos Pela Educação, 2018. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/retrospectiva-2018-o-que-houve-na-educacao-do-brasil-em-10-pontos/. Acesso em: 20 de ago. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA. Auditoria de monitoramento: Resolução nº 35/2014 TCE/BA – Compromisso governamental de reinserção na sociedade dos adolescentes em conflito com a lei. Salvador: TCE/BA, ago. 2018. Disponível em: https://www.tce.ba.gov.br/images/relatorio_6387_2018.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

VELOSO, Valdenir Batista. O jovem em conflito com a lei e o direito à educação básica. ANPED Sul, 2015. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo4_VALDENIR-BATISTA-VELOSO.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

FAMILIAS DESANCORADAS E A BUSCA POR JUSTIÇA SOCIAL: DESAFIOS DO RECONHECIMENTO JURÍDICO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Afraédille de Carvalho Ribeiro[1]

Ananda Ellen de Carvalho Ribeiro[2]

RESUMO

O artigo analisa a interconexão entre marginalização espacial, estigmatização social e ausência de esperança política na produção e perpetuação da invisibilidade das “famílias desancoradas”, famílias em situação de rua, caracterizadas pela ausência de vínculos estáveis de pertencimento social, territorial e jurídico. Discute-se como essa tríade de exclusão dificulta o reconhecimento de direitos e a efetivação da justiça social. Trata-se de uma narrativa da literatura, fundamentada em bibliografia e documentos. A análise utiliza as contribuições de Goffman, sobre estigma e identidade deteriorada; Milton Santos, que trata o espaço como instância social e produto de relações de poder e Paulo Freire, com a esperança como categoria política e o “inédito viável”. Para validação empírica do conceito de desancoramento, são mobilizadas teses e dissertações sobre população de rua no Brasil, além de documentos oficiais, como o Projeto Axé (2023) e o Plano Nacional da População em Situação de Rua. A conclusão demonstra que o desancoramento corresponde a um triplo fracasso do reconhecimento. O estigma da identidade deteriorada (Goffman) manifesta-se no Brasil pela ruptura de vínculos familiares (Engelmann, 2019), vetor central de vulnerabilidade. A desqualificação social é replicada pelo Estado por meio da invisibilidade estatística (Holanda, 2017), já que os sistemas oficiais só registram quem possui documentos e acesso, perpetuando o desancoramento jurídico. O espaço urbano, enquanto produto das relações de poder (Santos, 2006), materializa essa rejeição no “circuito inferior”. A justiça social exige superar o fatalismo, transformar espaço e estigma, buscando, com Freire, o “inédito viável” pelo pleno reconhecimento da dignidade dessas famílias.

Palavras-chave: Famílias Desancoradas. Justiça Social. Invisibilidade social. Reconhecimento jurídico. Famílias em situação de rua.

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno das famílias em situação de rua no Brasil, que neste artigo denominamos "famílias desancoradas", é um tema de crescente relevância social e jurídica, marcado por complexos processos de ruptura de vínculos e ampliação da vulnerabilização e invisibilidade social, jurídica e socioeconômica. Esta nomenclatura, cuidadosamente eleita, remete à ausência profunda de vínculos estáveis que lhes

[1] Advogada e Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea pela UCSAL. Email: afraedille.ribeiro@ucsal.edu.br

[2] Advogada e Pós Graduada em Direito Médico e da Saúde (UCSAL). Email: anandaribeiro18@gmail.com

garantam pertencimento social, territorial e jurídico. Mais do que uma simples categorização, o termo "desancoradas" busca evocar a precariedade da vida nas ruas, na qual a falta de um lar e de laços sociais e jurídicos estáveis se traduz em uma identidade social sistematicamente deteriorada.

A urgência de compreender essa realidade é reforçada por dados alarmantes. O relatório do Governo Federal (BRASIL, 2023), publicado em 2023, mas abrangendo o período de 2015 a 2022, reúne informações sobre o quantitativo de pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único, seu perfil socioeconômico, os episódios de violência que enfrentam, bem como dados referentes ao acesso a serviços de saúde e de assistência social, entre outros aspectos. A finalidade do documento é oferecer subsídios para a atuação integrada do governo federal na formulação e execução de políticas públicas voltadas a essa população, onde aponta para a existência de 236.400 pessoas em situação de rua no país, significando que "1 em cada 1.000 pessoas no Brasil estava vivendo em situação de rua" (BRASIL, 2023, p. 5).

No contexto da cidade de Salvador, estudos locais, como o Censo da População em Situação de Rua em Salvador, realizado pelo Projeto Axé em 2023, corroboram essa tendência, destacando a presença de "famílias inteiras nas ruas de Salvador, esmolando em sinaleiras com crianças e bebês" (VEZEDEK et al., 2023, p. 24). O Projeto Axé também identificou um "novo perfil" de vulnerabilidade pós-pandemia, com motivações relacionadas a despejos, desemprego e o aumento da vulnerabilidade social.

Contudo, é crucial sublinhar que esses dados, embora alarmantes, sofrem com a invisibilidade dos dados oficiais e, embora o relatório de 2023 reúna informações valiosas sobre a população em situação de rua registrada no Cadastro Único entre 2015 e 2022, junto com o Projeto Axé (2023), é preciso reconhecer que esses números não abrangem a totalidade dessa realidade. Os dados contemplam apenas aqueles que conseguiram acessar os sistemas do governo federal, o que depende, em grande medida, da apresentação de documentação civil, do vínculo com equipamentos de assistência social ou do contato com políticas públicas específicas. Contudo, há um contingente expressivo de pessoas em situação de rua que permanece invisível às estatísticas: indivíduos sem registro civil, aqueles que perderam ou nunca tiveram documentos, pessoas que evitam os serviços públicos por desconfiança ou estigmatização (HOLANDA, 2017), além daquelas que circulam entre municípios sem

estabelecer vínculos institucionais. Como aponta Natalino (2016), a ausência de documentação e a dificuldade de acesso ao Cadastro Único resultam em uma subcontagem sistemática, de modo que a realidade concreta tende a ser ainda mais grave e numericamente superior ao que os relatórios oficiais conseguem captar (IPEA, 2023).

A problemática central que emerge dessa realidade é a invisibilidade social deliberada e sistemática a que essas famílias são submetidas perante o Estado e a sociedade. Essa invisibilidade se traduz em uma constante negação de direitos fundamentais e na ausência de políticas públicas eficazes e estruturantes, conforme apontam os dados trazidos do próprio governo, ao apontar que o estudo foi realizado apenas com os usuários do sistema. O estigma atribuído a essas famílias, frequentemente rotuladas pejorativamente, não apenas justifica práticas discriminatórias, mas também a negligência institucional (BRASIL,2023).

Nesse contexto, este artigo pretende refletir sobre como a marginalização espacial, tensionada por Milton Santos, a estigmatização social, trazida por Erving Goffman, com sua teoria do estigma e da identidade deteriorada, bem como a ausência de esperança política, trazida por Paulo Freire, que discute a esperança como categoria política de transformação, interligam-se para produzir e perpetuar a situação de rua e a invisibilidade das "famílias desancoradas", discutindo os desafios para o pleno reconhecimento de seus direitos e a efetivação da justiça social (SANTOS,2000; GOFFMAN, 1988; FREIRE, 1992).

O artigo será desenvolvido a partir de uma pesquisa qualitativa e exploratória, de cunho bibliográfico e documental, buscando compreender as múltiplas dimensões do problema, refletindo os caminhos para a superação da invisibilidade e a garantia de uma vida digna e respeitosa para essas famílias.

2 A CONDIÇÃO DE DESANCORAMENTO: TRÍADE DE EXCLUSÃO E OS DESAFIOS DO RECONHECIMENTO

2.1 O ESTIGMA DA RUPTURA E A INCLUSÃO SELETIVA

A condição das "famílias desancoradas", definida pela ausência de vínculos estáveis de pertencimento social, territorial e jurídico é profundamente enraizada na estigmatização social, que informa a lógica da intervenção estatal. Erving Goffman

(1988) define estigma como a situação do indivíduo que é inabilitado para a aceitação social plena. A vida na rua e a consequente quebra de laços familiares (desancoramento) configuram esse atributo depreciativo, transformando a família em uma unidade social "estragada e diminuída" (GOFFMAN, 1988, p.6).

Essa desqualificação social justifica, no plano institucional, a invisibilidade estatística. Os sistemas governamentais, como o Cadastro Único, só contabilizam quem já tem acesso mínimo a documentos e serviços (IPEA, 2023). Assim, as políticas públicas tendem a somente contabilizar os dados de quem faz parte do seu sistema (VEZEDEK et al. 2023)., excluindo o segmento mais vulnerável. Em Decisão Liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976, de 2023 (BRASIL, 2023d), o órgão afirmou que exclusão seletiva, que negligencia aquela que sequer tem documentos de identificação, é a manifestação prática do estigma na máquina burocrática: o Estado não se mobiliza para registrar e incluir aqueles cujo atributo (a "desancoragem") já os coloca fora do círculo da aceitação social plena.

Magni (2006 apud HOLANDA, 2017, p. 11), traz a necessidade de abordar para a complexidade do ato de nomear essa população. Ele problematiza a construção da "figura essencializada do morador de rua" que o define unicamente como sujeito de "despossessão e carência". Essa visão estereotipada e negativa é exatamente aquela que o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) critica por não atentar para a "criatividade e agência política" dos sujeitos. A não inclusão das demais famílias nos dados oficiais, portanto, não é apenas um lapso metodológico, ela é a consequência lógica do estigma, que desqualifica a família em situação de rua como objeto de política pública integral, reduzindo-a a um alvo de "medidas coercitivas ou pontos de apoio para um desenvolvimento mais amplo de nossas liberdades", no limite da caridade e da gestão de risco (BERGER, 1964, pp. 249-250 apud SANTOS, 2006, p. 130).

Essa gestão, ao invés de buscar a raiz do problema (a crise de pertencimento), foca no controle. O dispositivo institucional atua para transformar a população de rua em um problema de gestão e segurança, frequentemente ampliando um novo e inusitado quadro de dependência institucional (DE LUCCA, 2007).

2.2 O DESANCORAMENTO FAMILIAR COMO CHAVE DA EXCLUSÃO NO

ESPAÇO

O estigma da desancoragem é tão potente no Brasil porque atinge o próprio núcleo da identidade social. Engelmann (2019) corrobora que, no contexto brasileiro, a fragilização e as rupturas dos vínculos familiares adquirem relevância preponderante no conjunto de vulnerabilidades. Conforme Escorel (1999, p. 264), em nossa sociedade, onde "a família e a casa constituem a unidade de pertencimento preponderante," ficar "sem lugar... é ficar sem família".

Essa desvinculação é o fator que intensifica o estigma Goffmaniano e impõe a essas famílias uma vida de "contatos mistos" marcados pela ansiedade e pela discriminação, onde a família é vista como moralmente falha (SILVA, 2012). A família desancorada é a unidade que perdeu seu principal fundo sólido e suporte simbólico. Conforme Goffman (1988), os estigmatizados compartilham uma "carreira moral" semelhante, internalizando o ponto de vista dos "normais" e experimentando a vergonha de ter ficado abaixo do que realmente deveria ser. O desancoramento familiar é a própria materialização dessa "identidade deteriorada" (SILVA, 2012; GOFFMAN, 1988)

No plano espacial, a ausência de vínculos fixos joga essas famílias em um território que reforça a exclusão. Milton Santos, em A Natureza do Espaço (2006), define o espaço como a síntese de sistemas de objetos e sistemas de ações, produto de relações sociais e de poder. O espaço urbano não é neutro, mas organizado para reforçar desigualdades. O desancoramento territorial das famílias resulta da implantação seletiva das técnicas e da infraestrutura, onde a porção mais excluída se vê privada de acesso a documentos (invisibilidade jurídica) e a moradias dignas, sendo empurrada para as parcelas do espaço geográfico que escapam "aos rigores das normas rígidas", como o circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 2006)

Santos (1978) insiste que esses sujeitos são "rejeitados," "explorados" e "reprimidos," e não meramente "marginais". Essa rejeição no espaço é sentida pelas famílias desancoradas, que sofrem repressão institucional, como ser "barrado(a) por estar descalço e/ ou usando roupas rasgadas e/ou sujas", evidenciando a materialidade do estigma no território (VEZEDEK et al. 2023).

2.3 A RESISTÊNCIA DA AGÊNCIA E A INCLUSÃO COMO PROJETO DE

ESPERANÇA

Apesar do estigma de Goffman, da rejeição espacial de Santos e da aparente ausência de políticas públicas inclusivas, as famílias em situação de rua, principalmente as que não estão nos dados do governo e das organizações não governamentais, demonstram uma capacidade inventiva de resistir e criar novos pontos de ancoragem. Holanda (2017) em Fortaleza e Lemões da Silva (2012) em Pelotas detalham a "viração" como a tática de sobrevivência que abre o universo da rua para a "agência, inventividade, atividade", em contraste com o estereótipo de inatividade e carência. Essa agência se manifesta na "circulação relacional", onde as famílias, mesmo desancoradas, reconstituem vínculos temporários e redes de ajuda, demonstrando que a exclusão não é uma dualidade, mas uma "interação excludente" (SILVA, 2012, p. 15).

A ineficácia das políticas em dialogar com essa agência e em atacar o estigma (GOFFMAN) e a rejeição (SANTOS) visa perpetuar o fatalismo. É aqui que se insere a crítica de Paulo Freire (1992): a negação da esperança é o mecanismo político que "nos imobiliza e nos faz sucumbir no fatalismo" (FREIRE, 1992, p.5). O desancoramento, ao impor a miséria e a violência, tenta impedir as famílias de divisarem o "inédito viável", defendido por ele. (GOFFMAN, 1988; SANTOS, 2000, 2006, 2009; FREIRE, 1992)

A luta das "famílias desancoradas" pelo pleno reconhecimento jurídico é, portanto, a práxis libertadora freiriana. Ao politizar a experiência da rua e ao exigir o direito de ter um lar e ser sujeito de sua própria história, elas transformam a "situação-limite" em um desafio superável. A verdadeira inclusão, que não pode ser alcançada pela lógica de gestão que apenas contabiliza e controla, deve ser um projeto de esperança, para modificar a "fraqueza dos oprimidos em força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza" (FREIRE, 1992, p.64). O reconhecimento dos vínculos preexistentes e a valorização da agência dessas famílias são o único caminho para reverter o estigma e a marginalização inscritos no espaço e na identidade social.

3 CONCLUSÃO: O IMPERATIVO DO RECONHECIMENTO JURÍDICO E A REANCOMENTO DAS FAMÍLIAS

O presente artigo se propôs a refletir sobre a interconexão entre a marginalização espacial, a estigmatização social e a ausência de esperança política na produção e perpetuação da invisibilidade das "famílias desancoradas," discutindo, em última

instância, os desafios para o pleno reconhecimento de seus direitos e a efetivação da justiça social. As inferências explanadas, alicerçadas no rigor teórico de Goffman, Santos e Freire, e na profundidade etnográfica de Holanda e Engelmann, comprovam que a condição de desancoramento é um fracasso triplo do reconhecimento social e institucional, cuja superação exige uma intervenção que transcenda o mero assistencialismo

Em primeiro lugar, a investigação demonstrou que o desancoramento jurídico é um produto direto de uma invisibilidade estatística seletiva. O sistema de gestão governamental não consegue contabilizar a totalidade da população em situação de rua por operar sob a lógica do estigma: só é registrado o indivíduo que, minimamente, possui documentos ou faz uso de serviços. Essa prática burocrática negligencia a porção mais vulnerável e não reconhece a família como um sujeito político com vínculos preexistentes. Dessa forma, o dispositivo institucional, ao usar sistemas que focam nas fraquezas e as incapacidades, transforma a população em um objeto de gestão e segurança. Essa falha metodológica alinha-se à crítica de Milton Santos de que a elaboração das estatísticas obedece a uma transferência de conceitos externos, gerando uma "cegueira" estatal que ignora as dinâmicas locais e falha em prover a teoria válida necessária para a compreensão da realidade.

Em segundo lugar, conforme demonstrado, o desancoramento sociofamiliar é o vetor primordial da vulnerabilidade no contexto brasileiro. A condição de "família desancorada", com a quebra dos laços de pertencimento é o atributo que desencadeia o estigma goffmaniano, pois atinge, o que Engelmann identificou como a unidade de pertencimento preponderante no Brasil: a família e a casa. A família é marcada pelo estigma de Goffman como uma unidade "estragada e diminuída" o que, por definição, "reduz suas chances de vida". Entretanto, como foi apontado, essa ruptura não implica a total "desestruturação" moral, mas sim a reconfiguração de laços sob a dinâmica da "circulação relacional", onde a persistência do valor família atua como um "fundo sólido" de sentido.

Em terceiro lugar, a marginalização espacial foi comprovada como a materialização do estigma e da exploração. Milton Santos é fundamental ao inferir que o espaço não é neutro, mas um produto de relações de poder que se materializam em objetos e ações. A exclusão das famílias desancoradas é a consequência de uma organização territorial que as insere no circuito inferior da economia urbana, onde são

"rejeitados, explorados e reprimidos". Contudo, a resistência à opressão se manifesta na agência local e no "se virar," que, conforme Holanda, abre o universo da rua para a "inventividade, atividade". Essa capacidade de transformar o espaço hostil em território temporário de agência impede que os sujeitos definam suas vidas "pelo viés da falta e da carência".

Por fim, a interligação desses fatores culmina na negação da esperança. O estigma, a rejeição espacial e a falha institucional buscam impor o fatalismo, que "nos imobiliza e nos faz sucumbir". A resposta ao objetivo do artigo reside em que o reconhecimento jurídico e a justiça social são, na visão de Freire, a própria práxis libertadora. A luta pelo direito a um lar e à documentação é o meio para as famílias desancoradas descobrirem o "inédito viável".

Conclui-se que o desafio para o Direito não é apenas prover assistência, mas desmantelar a máquina seletiva do estigma, percebendo a família em situação de rua muito além de números cadastrais, mas como protagonistas de suas vidas e vínculos. O pleno reconhecimento exige uma radicalidade ética e histórica que abandone a lógica gerencial de "contar o visível" em favor da escuta ativa. Somente ao valorizar a agência e os vínculos dessas famílias, combatendo o estigma que as impede de se constituírem plenamente no espaço e na sociedade, a justiça social poderá transformar a força da exclusão em fraqueza, permitindo o reancoramento desses sujeitos à cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **SUAS e População em Situação de Rua: Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop**. Brasília: MDS, 2011b. Disponível em:https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf.Acesso em: 18 de Setembro de 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 976**. Distrito Federal. 2023d.

DE LUCCA, Daniel**. A rua em movimento – experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua.** 241 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007

ENGELMANN, Franciele. **Processos de constituição de vínculos familiares em pessoas adultas que vivenciaram a situação de rua, membros da comunidade da Trindade**. 2019. 204 f. Tese (Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea) — Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2019.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: Trajetórias de Exclusão Social.** Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Tradução de MárciaBandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.

HOLANDA, Jorge Garcia de. **O sistema da rua em ação: uma etnografia com moradores de rua em Fortaleza(CE).** Orientador: Patrice Schuch. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2017.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Elementos para uma estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana.** 3ª ed. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2009, 136p.

SANTOS, Milton. ***Por uma outra globalização: do pensamento. Único à consciência universal***. Rio de Janeiro, 3ª ed, Ed. Record, 2000, 174p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção.** 4ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2006, 85p.

SILVA, Tiago Lemões da. **Família, rua e afeto: etnografia das relações familiares, sociais e afetivos de homens e mulheres em situação de rua.** 2012. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pelotas (169p.), Programa de pós graduação em ciências sociais.

VEZEDEK, Lucas; SANTANA, Juliana Prates; FRAGA, Larissa dos Santos; BRITO, Patrícia Lustosa. **Sumário executivo de pesquisa: mapeamento, contagem e caracterização da população em situação de rua em Salvador**. Centro Projeto Axé, 2023.

FREGUESIA DE SÃO BARTOLOMEU DE PIRAJÁ, SÉCULO XIX: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS[1]

Felix Souza Santos[2]

RESUMO

É um estudo de História Social elaborado a partir da análise e síntese críticas das fontes coligidas. Prioriza as relações dialéticas do trabalho com o capital e o Estado. O objeto de análise é a formação histórica e o desenvolvimento socioeconômico da freguesia de São Bartolomeu de Pirajá com sua ênfase no século XIX. Registra os marcos históricos da sua formação social e os fundamentos da sua estrutura fundiária e socioeconômica. Acompanha o surgimento e a permanência das lavouras e/ou roças de mandioca, o cultivo e o processamento da cana-de-açúcar e os seus engenhos de açúcar. Averigua os eventos políticos relacionados ao 2 de julho de 1823 e as transformações socioeconômicas ocorridas nesta freguesia no final do século XIX. Registra a presença do capital financeiro e a sua participação na instalação de fábricas têxteis, seguida da decadência da estrutura açucareira. Contribui na compreensão crítica da formação histórica e do desenvolvimento socioeconômico da região de São Bartolomeu de Pirajá, componente do subúrbio ferroviário da cidade do Salvador.

Palavras-chave: Pirajá. História socioeconômica. Século XIX.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a estrutura socioeconômica da freguesia de São Bartolomeu de Pirajá no século XIX[3]. Nos seus aspectos teóricos e metodológicos privilegia a análise das contradições dialéticas da associação de interesses políticos e econômicos

[1] Artigo apresentado como pré-requisito para obtenção do certificado de conclusão do curso latu sensu Pós-Graduação em História da Bahia: aspectos da sua riqueza cultural, social e cidadania. Universidade Católica do Salvador 2025. Orientadora: Professora Alessandra Carvalho da Cruz.

[2] Estudante/concluinte do curso de Pós-Graduação (Latu Sensu) História da Bahia: aspectos da sua riqueza cultural, social e cidadania. Universidade Católica do Salvador, 2024/2025. É Doutor e Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL), 2018; 2013. Bacharel e Licenciado em História (UFBA (1997/1998). Nasceu, vive e trabalha em São Felipe. Dedica-se aos estudos sobre a formação histórica e o desenvolvimento socioeconômico do município de São Felipe, no Recôncavo Baiano. É autor dos livros: Município de São Felipe, Recôncavo baiano: formação histórica e desenvolvimento socioeconômico 1678-1950. Salvador: Memória e Arte, 2021. 520p. E, Município de São Felipe, Recôncavo da Bahia: história, contradições políticas e permanências socioeconômicas 1950-2000. Salvador: Memória e Arte, 2024. 420p. Outras especializações: Faculdade São Bento da Bahia, 2009; Faculdade Cairu, 2007; e UNEB, 2002. Professor de História vinculado à Secretaria de Estado da Educação do Governo do Estado da Bahia (SEC-BA) e Secretaria Municipal de Educação de São Felipe. Mora e trabalha em São Felipe, Recôncavo Baiano. Integra o grupo de pesquisa Desenvolvimento Sociedade e Natureza (DSN) coordenado pela professora Cristina Maria Macêdo de Alencar (UCSAL); e, grupo de pesquisa Salvador: transformações e permanências, coordenado pelo professor Pedro de Almeida Vasconcelos (UFBA-UCSAL). Lattes: http://lattes.cnpq.br/6008777499674763. Email: < felixsantosss@gmail.com>.

[3] O toponímico Pirajá tem a sua origem nos falares tupinambá, deriva de pirajaguar, por abreviatura se diz Pirajá, significando chuva tempestuosa, tromba d'água e/ou tufões que atingiam as águas da baía de Todos os Santos e os mares próximos. O Monitor (23 de fev. de 1878, p. 1).

realizados entre o trabalho, o capital e o Estado no período da conquista militar e colonização socioeconômica da região conhecida como São Bartolomeu de Pirajá, componente da área suburbana da cidade do Salvador, Bahia. As categorias de análise se concentram nas relações dialéticas entre trabalho, capital e Estado. As fontes de pesquisa são constituídas de duas bases: documental/primária e bibliográfica/secundária. A base documental compõe-se de textos manuscritos e impressos disponíveis através de meios físicos e/ou digitais, destacando-se os documentos acessíveis através da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, com sua sede no Rio de Janeiro; complementa-se com a bibliografia composta de livros, teses e artigos acadêmicos devidamente citados nas referências deste artigo. Consistindo nas metodologias de abordagem e procedimentos de pesquisa na análise e síntese das fontes coligidas. Portanto, os resultados das interpretações das fontes são apresentados através de análises e sínteses críticas materializadas na forma de narrativa historiográfica.

A matriz teórico-metodológica que ampara os resultados da pesquisa é proveniente da História Social. Consistindo em um estudo disciplinar inserido no âmbito da História Social, agrega contribuições da história econômica, história política e da geografia histórica. Dentre as referências teóricas destaca-se a questão da extração da renda da terra, como analisada por Marx no livro III de O Capital (1986). Assim como, as relações: trabalho, capital e Estado, analisadas por Mészáros (2011). A síntese teórica considera que a produção socialmente realizada, o transporte/distribuição, a troca/comercialização e o consumo social compõem as bases da existência material dessa sociedade historicamente constituída.

A freguesia de São Bartolomeu de Pirajá teve e tem a sua localização no Recôncavo da Baía de Todos os Santos e subúrbios da cidade do Salvador. Essa freguesia foi constituída a partir da fundação dessa cidade de São Salvador da Baía de Todos os Santos ocorrida em 29 de março de 1549. No século XVI essas terras eram ocupadas pelo povo originário (povo indígena) Tupinambá. Após a conquista militar do território e a cooptação política e socioeconômica dos indígenas, seguida da submissão, escravização, expulsão e/ou extermínio do povo Tupinambá dessas terras de Pirajá, foi iniciada a ocupação política desse Recôncavo e praticadas as atividades socioeconômicas direcionadas a produção de víveres para o consumo alimentar cotidiano e a produção de mercadorias exportáveis. No atendimento à demanda

alimentar dos conquistadores ficou destacado o cultivo da mandioca e a manufatura da farinha de mandioca, produto que há cerca de quatro mil anos era a base alimentar dos povos indígenas do Brasil, sendo o consumo alimentar da farinha e outros alimentos derivados da mandioca, também adotado pelos conquistadores. O cultivo e a manufatura dos derivados da mandioca, juntamente com a criação de bovinos que, após abatidos, atendiam ao consumo alimentar de carne e produção de couros, tornaram-se as duas atividades socioeconômicas fundamentais para o mercado interno. Ficando a lavoura da cana, a produção do açúcar e o cultivo de fumo/tabaco como os dois produtos centrais destinados ao mercado externo. A força de trabalho social foi extraída dos povos indígenas e/ou africanos submetidos à escravização.

Desde o passado colonial da cidade do Salvador e do Recôncavo baiano, até o presente, estamos todos, historicamente, concernidos a uma herança escravista, seja como pessoas que tiveram a sua força de trabalho explorada na condição social e política de trabalhadores escravizados, seja como pessoas exploradoras dessa força de trabalho. O período da colonização mercantil desse território atina-se ao contexto histórico da acumulação primitiva do capital, tendo como bases a propriedade privada dos meios de produção, o escravismo mercantil e a extração social de renda da terra. Nesse sentido, a formação socioeconômica da freguesia de São Bartolomeu de Pirajá está imbricada nos pressupostos da apropriação privada dos meios de produção, distribuição, troca e consumo do capital socialmente produzido.

Após 1549, com o estabelecimento dos primeiros moradores nesta cidade, foi adotada a designação de freguesia como critério político de repartição e identificação socioespacial do território. O conjunto do território da Capitania da Bahia, com a sua sede na cidade do Salvador, era politicamente localizado como: urbano, suburbano, Recôncavo e Sertão. O território da cidade do Salvador era composto pelas suas freguesias urbanas e suburbanas. Nessa identificação a localidade de Pirajá constou nos séculos XVI e XVII como freguesia do Recôncavo, enquanto nos séculos XVIII e XIX era identificada como freguesia suburbana. A primeira referência à ocupação social feita pelo conquistador e/ou colonizador em Pirajá referiu-se a concessão dessas terras como sesmaria subordinada à Capitania da Bahia à época do seu capitão donatário Francisco Pereira Coutinho, que concedeu em 1545 as terras em Pirajá ao sesmeiro João de Velosa, obrigando-o a plantar canas e fazer açúcar, porém, teve as suas roças e engenhoca destruídas pelos indígenas (OTT, 1996, p. 5). Após a compra desta

capitania por parte da Coroa portuguesa para servir à fundação da cidade do Salvador e sede do governo geral do Brasil, foram feitas novas concessões de sesmarias, constando em 1560 a existência do engenho de açúcar identificado como Engenho Real de Pirajá e/ou Engenho D'El-Rei de Pirajá, indicando a presença de moradores, trabalhadores e atividades socioeconômicas nessa localidade.

Cabia ao Estado, representado pela Coroa e/ou monarquia portuguesa, a prerrogativa política do domínio e regulação socioeconômica do território conquistado. Essa regulação atendia aos interesses políticos e mercantis do Estado, em associação com os interesses políticos da igreja católica e do estamento formado pelos mercadores de grosso trato. Nesse sentido, a conquista política e a ocupação socioeconômica desse território atenderam aos interesses de três estamentos associados: a Coroa/nobreza, a igreja/clero e a proto-burguesia mercantil portuguesa. Essa associação de interesses corporativos e privados resultaram na conquista territorial, extermínio e/ou subordinação dos povos originários e escravização de povos africanos. Formando-se a tríade histórica para a compreensão crítica da formação política e socioeconômicas desse território.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS NA FORMAÇÃO SOCIAL DE SÃO BARTOLOMEU DE PIRAJÁ

A formação social de S. Bartolomeu de Pirajá está relacionada à povoação de Nossa Senhora do Ó de Paripe, sendo essas duas povoações os marcos iniciais da ocupação social desse território que ficou conhecido como subúrbio ferroviário de Salvador, por isso, faz-se um preambulo da formação sócio-histórica desse subúrbio, em seguida, concentram-se as análises especificamente na freguesia de São Bartolomeu de Pirajá[4]. Ott (1996) indicou que as terras situadas entre Paripe e Pirajá estiveram ocupadas pelo povo indígena Tupinambá muito antes da chegada dos portugueses à Bahia em 1500. Após essa data, ocorreu a visita de Américo Vespúcio que em 1º de janeiro de 1501 identificou essa baía como o seu topônimo de Baía de Todos os Santos. Era costume os portugueses identificar e/ou renomear os lugares avistados com nomes de santos cultuados na sua crença cristã católica. No aspecto

[4] Para evitar as frequentes repetições, em muitos momentos do texto será usada a denominação Freguesia de Pirajá como referência a Freguesia de São Bartolomeu de Pirajá.

socioeconômico da conquista, cediam as terras à proprietários privados através do sistema de capitanias hereditárias, cabendo aos capitães donatários a prerrogativa de partilhar as terras da sua capitania através da concessão de sesmarias. Assim, ao tomar posse da sua Capitania da Bahia de Todos os Santos em 1534 o seu donatário Francisco Pereira Coutinho, utilizando-se de forais e cartas de doação conformados pela Coroa, concedeu sesmarias de terras nas localidades identificadas com os nomes de Paripe e Pirajá, ficando o sesmeiro na obrigação de pagar o dízimo a Ordem de Cavalaria do Nosso Senhor Jesus Cristo, conforme estabelecia o padroado, que dava a Coroa o direito de recolher os dízimos pagos a deus através dessa ordem de cavalaria. Ficando o sesmeiro com o direito de explorar as riquezas das suas terras, incluindo-se o corte das madeiras, colheita dos frutos, resultados das suas lavouras, fazendas, criações, fábricas, gamboas de pescas e pescarias.

Conforme Ott (1996, p. 5) a ocupação e povoação de Paripe antecedeu em três anos a povoação de São Bartolomeu de Pirajá. As terras componentes da sesmaria de Paripe foram doadas em 1542 a Afonso de Torres, nessa data instalou o seu engenho denominado Santa Cruz e Torres[5]. Porém, na luta política pela defesa das suas terras os indígenas queimaram esse engenho em 1545, obrigando o sesmeiro a abrigar-se na povoação erguida por Pereira Coutinho, depois, identificada como Vila Velha do Pereira, localizada nas imediações da Ladeira do Porto da Barra. Depois da chegada de Tomé de Souza à sede da Capitania da Bahia em 1549 seguiu-se um breve período de pacificação das relações políticas dos conquistadores portugueses com o povo Tupinambá que habitava o entorno da Baía de Todos os Santos, a trégua durou poucos meses, conforme determinava o Regimento de Tomé de Souza de 1548 esse governador iniciou as guerras de conquistas das terras que circundavam essa Baía. Essas guerras foram continuadas pelos governadores que lhe sucedeu, resultando no genocídio dos povos indígenas que povoavam o Recôncavo. Tavares (1987, p. 88) registrou: “Depois que os dois primeiros governadores-gerais dizimaram os tupinambás aldeados nos arredores da cidade do Salvador (existiam 47 aldeias), a expansão dos colonos continuou em direção ao Iguape”. Durante o Governo de Tomé de Souza (1549-1553) o sesmeiro Afonso de Torres recuperou o domínio das terras de Paripe, refez o

[5] Conforme Ott (1996, p. 9) constou que desde os anos de 1520 esse sesmeiro Afonso de Torres dedicava-se ao comércio de pessoas compradas na Costa da Guiné e comercializadas em Portugal e Cabo Verde ou direcionando essas pessoas aos portos do Mediterrâneo europeu. Os portugueses participavam desse comércio desde meados do século XV, após sua conquista de Ceuta em 1415.

seu engenho e mandou erguer uma capela dedicada à adoração da Santa Cruz. As terras dessa sesmaria e engenho da Santa Cruz e Torres ficaram conhecidas como Fazenda Jacurutu abrangendo de Paripe à Aratu. Afonso de Torres faleceu na cidade de Salvador em 1560. Por ter sido, antes, um comerciante de pessoas escravizadas, é possível que tenha exercido essa atividade, pessoalmente ou através de prepostos, durante o período que viveu nessa cidade.

A povoação da sesmaria de Afonso de Torres foi favorecida pela sua elevação política à condição de Freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paripe, criada em 1556. Sendo essa a segunda freguesia componente da jurisdição eclesiástica da cidade do Salvador. Ficando a freguesia da Graça, estabelecida nas terras doadas a Catarina Paraguaçu, como a primeira das freguesias criadas na Bahia. O reconhecimento da freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paripe favoreceu na ocupação social das terras situadas entre Paripe e Pirajá, sendo instalados engenhos de açúcar, olarias, engenhos de moer cascas de ostras para obtenção da cal de ostras, empregada na argamassa utilizada nas edificações, também atraiu trabalhadores roceiros e pescadores. Seguiram-se a construção de outros engenhos de açúcar. Tavares (1987, p. 89) e Ott (1996) registraram engenhos instalados nos arredores dessa cidade no século XVII, existindo em Paripe o engenho pertencente a Vasco Rodrigues Lobato e outro engenho que ficava no alto de São Tomé de Paripe. Assim como, engenhos instalados nas localidades de Tubarão, Coutos e Periperi, também, Rio Vermelho, Federação e Água de Meninos. Segundo Ott (1996) os dois engenhos de Paripe estiveram ativos até os anos de 1850. Entre Paripe e São Bartolomeu existiram outros engenhos, como o Santo Antônio da Olaria de Coutos que pertenceu a Vitorino de Argolo Menezes. Esse engenho se tornou a vapor em 1834 e utilizava à queima do bagaço da cana como combustível para as suas fornalhas, porque isso reduzia o consumo de lenhas. Essa prática de queimar o bagaço da cana em complemento a queima de lenha foi uma das alternativas usadas para compensar os custos na aquisição da lenha que, em muitos casos, encontrava-se distante dos engenhos. Esse engenho de Coutos também ficou ativo até os anos de 1850, dispunha de um viveiro e Gambôa de criar peixes[6]. Conforme Ott (1996, p. 5-6) os vestígios desse viveiro de peixes ainda existiam nos anos de 1950. Também, dispôs de sobrado de pedra e cal como moradia do seu senhor, tinha as suas

[6] Gamboa é uma saliência natural ou artificial existente ou feita nos rios e áreas marinhas para facilitar a pesca de peixes que buscam abrigo nesses lugares.

senzalas construídas de taipa e palha. No ano de 1850 esse engenho dispunha de 40 trabalhadores escravizados, 32 bois de engenho, roças de cana-de-açúcar e matas para extração de madeiras e lenhas. Em 1858 esse engenho de Coutos possuía 988 tarefas de terras próprias, equivalendo a cerca de 400 hectares, tinha os seus limites com as terras do engenho Santa Cruz de Torres e com a Fazenda Pituba. Muitos dos engenhos situados nessa faixa litorânea entre Paripe e Pirajá tinham seu porto no mar da Baía de Todos os Santos. Entraram em decadência na segunda metade do século XIX quando foi restringido o comércio de trabalhadores africanos escravizados[7]. Isso impôs à economia açucareira a adoção de inovações técnicas e tecnológicas, muitos engenhos converteram-se em engenhos centrais e/ou usinas de açúcar. Os demais que não suportaram o fim do trabalho escravizado entraram em declínio econômico, poucos chegaram ativos nos anos 1900. Ficando o aproveitamento das suas terras para pequenas roças de mandioca, pastagens e cultivo de gêneros de consumo cotidiano.

A povoação de Escada foi destacada na historiografia baiana por se encontrar nessa localidade uma capela construída pelos padres jesuítas como atrativo para cristianizar e/ou escravizar os indígenas. Constando que em 1576 já se encontrava erguida essa igreja/capela dedicada à Nossa Senhora de Escada. Após eliminada a resistência política dos indígenas dessa localidade, essa capela passou a servir de lugar de repouso aos padres jesuítas. Após o Marquês de Pombal ter decretado a expulsão dos jesuítas em 1759. Essa capela passou a abrigar outra instituição religiosa identificada como Irmandade de Nossa Senhora da Mãe de Deus de Escada, subordinada à Freguesia de S. Bartolomeu de Pirajá. Essa povoação de Escada ficou localizada entre as povoações de Praia Grande e São Braz, mais tarde, nas terras contíguas a São Braz foi formada a povoação de São João da Plataforma, como a sua expansão, formou-se a povoação de São João do Cabrito. Após a presença dos holandeses nesta cidade do Salvador em 1624, 1627 e 1638 houve necessidade política da construção de fortalezas militares para guarnecer a cidade, sendo construída as baterias de tiro de São João da Plataforma, também mencionada como Plataforma de São Braz. Essa plataforma de tiro de artilharia confrontava com a plataforma de tiro de Itapagipe, também identificada como Fortim de Itapagipe, que ficava na Ribeira de

[7] Lei nº 581, de 4 de setembro, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, lei que pôs fim ao tráfico negreiro no Brasil. Essa lei pode ser vista como uma das etapas do processo que culminou na Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, seguida da Lei 3.270 de 28 de setembro de 1885, também conhecida como lei Saraiva-Cotegipe e a Lei 3.353 de 13 de maio de 1888. Vistas conjuntamente, essas leis compuseram o processo político-jurídico que pôs fim à prática do escravismo no Brasil em1888.

Itapagipe, pertencente à freguesia de Nossa Senhora da Penha. A essas duas plataformas militares foi acrescentado o fortim de São Bartolomeu de Pirajá e/ou Forte de São Bartolomeu da Passagem, tinham a serventia de fazer fogo cruzado e impedir a entrada de embarcações hostis que se utilizassem dessa Enseada de Itapagipe para chegar a Pirajá. Caldas (2015, p. 251) registrou que esse forte tinha a sua construção em formato de estrela e estava situado na margem da marinha da mesma enseada e no lugar onde o rio Pirajá deságua no mar. Essas plataformas não chegaram a ser testadas em combate. E a existência deste forte foi confirmada por Vilhena (1969, p. 223) “Dentro do rio Pirajá, e próximo à povoação de Itapagipe de Cima, pelo Leste, fica o Forte de S. Bartolomeu da Passagem, por passar ali uma das estradas, que de todos os sertões vêm entrar na Bahia, sempre por terra”. Segundo Oliveira (2004, p. 235) o Forte de São Bartolomeu de Pirajá já existia em 1660, sendo possível que antes dessa data, existisse no mesmo lugar uma plataforma de tiro, porque na época da invasão dessa cidade por Nassau (1638), se teve notícias de combates ocorridos nessa enseada. Oliveira enfatizou que a sua construção de pedra e cal foi feita em terreno alagadiço, isso exigia-lhe constantes reparos e reformas. Ficava posicionado de forma isolada das demais fortalezas que guarneciam a Cidade Baixa, isso tornava a sua posição estratégica vulnerável. O Forte foi ocupado por Madeira de Melo nos embates políticos e militares de 1822/1823. Também foi ocupado pelos revoltosos da Sabinada em 1837. Foi reconstruído no final do século XVIII devido aos receios de uma invasão napoleônica à Baía de Todos os Santos[8]. Não tendo serventia militar no final do século XIX, foi autorizada a sua demolição em 1903.

Seguindo-se com as povoações estabelecidas nas terras que ficavam no sentido de Paripe a São Bartolomeu, tem-se a povoação de Periperi, Praia Grande, Itacaranha e Escada, destacadas pela existência dos engenhos de cal de ostra, olarias, lavouras de subsistência, engenhocas e engenhos de açúcar. Em 1836 existiu na Fazenda Praia Grande a engenhoca pertencente a Luiz Antônio Pereira da Cunha. Nessa mesma década existiu em Itacaranha o engenho pertencente a Manoel de Brito Vasconcelos. Do mesmo modo, Periperi também teve o seu engenho que em 1859 pertenceu ao Barão de Pirajá. Como se encontra nos relatórios do governo da província da Bahia, referentes ao ano de 1875, esse barão foi o proprietário do palacete no qual ficou instalado o Liceu de Artes e Ofícios, na Rua do Saldanha. A aquisição deste palácio foi

[8] Essas plataformas não foram testadas em combates, sendo desativadas nos anos 1920.

feita pelo Governo da Bahia no ano de 1875 pelo valor de 26:168$906 (vinte e seis contos, cento e sessenta e oito mil, novecentos e seis reis). Neste ano esse engenho dispunha de 64 escravizados e 42 bois, suas terras perfaziam em 1912 tarefas, nas quais também se encontrava a Fazenda Ilha Amarela. Em 1959 foi feita a desapropriação de uma parcela dessas terras para no seu lugar ser construída a estação ferroviária de Periperi. No ano de 1829 o jornal Supplemento ao Bahiano publicou um aviso sobre a fuga de um dos trabalhadores escravizados pertencentes ao Visconde de Pirajá, proprietário do Engenho Periperi. O anúncio descrevia o escravizado como sendo “um moleque, de nome Rodrigo, nação nagô, idade de 16 anos, cor bem preta, lanhos na face e fala inquieta”. Recompensava em 20$000rs a quem o devolvesse ao seu dono. *Supplemento ao Bahiano* (21 de maio de 1828, p. 4). As fugas continuaram, meio século depois o jornal O Guarany publicou que no dia 19 de março de 1885 ‘ocorrera a fuga de nove ou dez escravos pertencentes ao mesmo engenho Cabrito”. *O Guarany* (1º de abr. de 1885, p. 1). Também havia engenho de moer cana com o seu alambique de fazer aguardente de cana na fazenda denominada Plataforma de São Braz, segundo Ott (1996) essas terras de Plataforma e São Braz pertenciam a uma só fazenda que em 1810 pertenceu ao Visconde da Torre. Nesse ano de 1810 essa fazenda, com seu engenho e alambique, possuía uma extensão de 640 tarefas de terras, dispunha de 54 escravizados e 24 trabalhadores livres. Nas demais terras se encontrava roças de mantimentos e crias de quintal.

3 A FREGUESIA DE SÃO BARTOLOMEU DE PIRAJÁ NO SÉCULO XIX

Os indígenas designavam como o nome de Pirajá o principal rio que percorre essas terras na qual foi instalada a freguesia de S. B de Pirajá. Os portugueses mantiveram a toponímia Pirajá para designar o rio e as terras do seu entorno, acrescentando-lhes a patronímica do santo Bartolomeu. Assim, desde o século XVI a povoação de São Bartolomeu de Pirajá teve a sua localização nas terras componentes da Enseada de São Bartolomeu de Pirajá. Era costumeiro os portugueses demarcarem os lugares conquistados e ocupados fixando uma cruz, erigindo uma capela ou um forte militar, seguindo-se à exploração socioeconômica das pessoas e do território. A fixação desses objetos físicos com a sua simbologia religiosa utilizados como marcos para a exploração socioeconômica do território evidenciava as alianças políticas entre o Estado a Igreja e o capital mercantil. Depois da apropriação dessas terras, um dos seus

primeiros marcos históricos foi a instalação do Engenho de Sua Majestade, também identificado como Engenho Real ou Engenho D'El-Rei. Segundo Ott (1996, p. 5) esse engenho esteve em funcionamento no ano de 1560. Nas suas proximidades foram erigidas as capelas de Nossa Senhora da Escada e a capela de S. Bartolomeu de Pirajá. As terras serviram às lavouras e engenhos, a enseada serviu de porto e prática de pescarias. Souza (2000) informou que em 1580 encalharam no Rio Pirajá duas baleias, após sacrificadas, renderam muitas barricas de "azeite", e/ou óleo de baleia. Enquanto Tavares (1987, p. 87) ao identificar os fortes militares que ficavam no entorno dessa cidade registrou: "Na foz do rio Pirajá ficava o de São Bartolomeu". Portanto, ambos se referem ao rio com o seu nome de Pirajá. Enquanto a enseada integrou e integra a Península de Itapagipe, ambas, componentes da Baía de Todos os Santos.

As primeiras informações historiográficas sobre formação da povoação, depois, freguesia e bairro de São Bartolomeu de Pirajá remontam à construção desse Engenho Real em 1560, representando uma intervenção do Estrado e do capital mercantil nesse território. "Como estrutura de comando político abrangente do sistema do capital, o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis (Mészáros, 2011, p. 114). O primeiro sesmeiro dessas terras de S. B. de Pirajá foi João de Velosa que em 1545 construiu seu engenho de moer cana e fazer açúcar. Esse engenho foi queimado pelos indígenas, resultando na fuga de João de Velosa e o abandono dessas suas terras. Em 1555 a Coroa Portuguesa retomou essas terras e mandou que Gonçalo Rodrigues fizesse um engenho de açúcar que recebeu o nome de Engenho d'El Rei de São Bartolomeu de Pirajá. Em 1580 esse engenho produzira 650 arrobas de açúcar, Ott (1996) informou que essa produção era superior aos demais engenhos instalados no entorno dessa cidade.

Houve crescimento socioeconômico dessa povoação, pois Schwartz (1995, p. 81) registrou o reconhecimento da Freguesia de São Bartolomeu de Pirajá no ano de 1578. Também nesse ano já havia registro da sua igreja matriz, tendo a confirmação da sua paróquia no ano de 1608. Essa matriz foi construída nas proximidades do lugar no qual existiu a Cruz de Pirajá, depois conhecido como Largo de Pirajá. Ao auxiliar os portugueses nas suas conquistas territoriais os religiosos jesuítas costumavam fixar uma cruz nos lugares onde pretendiam atrair os indígenas para convertê-los ao credo cristão, por isso, antes da construção de capelas e igrejas era costumeiro a fixação de

uma cruz/cruzeiro como forma de sinalizar a presença dos conquistadores. Essa igreja matriz de S. B. de Pirajá foi refeita no começo dos anos de 1700, quando ganhou o formato piramidal da sua torre, outras reformas resultaram na sua feição contemporânea. Schwartz (1995, p. 81) indicou que em 1624 essa freguesia possuía não mais que mil moradores. A base da sua estrutura socioeconômica permanecia nos cultivos da cana e da mandioca. Os livros do tombo do Mosteiro de São Bento registram esses cultivos nas suas terras pertencentes a essa freguesia de S. B. de Pirajá.

Como constou na escritura pública de transação amigável feita em 20 de dezembro de 1653 por Dona Maria Tenório Albuquerque, e suas irmãs, que cederam as terras herdadas por falecimento do seu irmão, Diogo Rocha de Albuquerque, ao Reverendo Dom Abade do Mosteiro de São Bento da Bahia. Nessa escritura registrou-se o cultivo da mandioca nas terras do lugar, Buraco do Tatu, da Freguesia de São Bartolomeu de Pirajá[9]. (LOSE; PAIXÃO, 2016, v. 3. p. 196). O mesmo documento de escritura registrou os escravizados da Guiné: Antônio, Agostinho, Simão, Francisco Lacaio, Joaquim; e Antônio Cairo, e três negras, duas das ditas casadas e uma viúva. Diogo Rocha de Albuquerque deixou o usufruto dessa fazenda de mandioca, os acessórios e escravizados às suas irmãs e herdeiras: Dona Mariana Tenório de Albuquerque, Dona Izabel Tenório de Albuquerque e Dona Maria Tenório de Albuquerque, que cederam seus direitos de propriedade ao referido mosteiro. Diogo Rocha Albuquerque, declarou outra fazenda situada em Itapuã na qual possuía roças de mandioca, engenhoca de fazer farinha e dez escravos. (LOSE; PAIXÃO, 2016, v. 3, p. 308-309). Salientando que uma engenhoca de fazer farinha e/ou engenho de farinha eram termos empregados para se referir à casa de fazer farinha, conforme se encontra em Pita (1976, p. 27).

Até o ano de 1750 permaneciam apenas duas freguesias nesse subúrbio: A Freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paripe e a Freguesia de S. Bartolomeu de Pirajá. Nas notícias sobre a Freguesia de Santo Antônio além do Carmo da Cidade da Bahia, pelo respectivo Vigário Balthazar Rodrigues dos Reis constava que em 1757 essa freguesia dispunha de 3.200 almas de confissão e comunhão, residiam em 450 fogos. (ALMEIDA, v. 31, 1909, p. 185). Enquanto Ott (1996) informou que em 1750 essa

[9] O Buraco do Tatu se encontra nas imediações dos lugares atualmente identificados como Pedra de Xangô e Rótula da Feirinha, componentes dos Bairros Fazenda Grande I, II, III e IV. A designação Buraco do Tatu também foi empregada para identificar o quilombo que desde 1743 existiu nessa localidade.

freguesia dispunha de 156 moradias/fogos/casas. Essas moradias abrigavam 897 almas. A denominação “almas” era a forma como se designava as pessoas com idades a partir de 7 anos. Conforme os *Annaes* (1909, p. 217) em 1757 essa freguesia possuía cinco capelas filiais e outras duas pertencentes aos religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo, sendo essas: a capela de Santa Luzia, na ilha do mesmo nome, São Caetano, São Braz, São João e Nossa Senhora da Escada, sendo Francisco Batista da Silva o vigário encarregado dessa matriz. José Antônio Caldas deu notícias da Capitania da Bahia no ano de 1759 e informou que essa freguesia dispunha de 5.684 moradores que habitavam em 886 fogos. (CALDAS, 2015, p. 75). Enquanto, para os Annaes (1909, p. 217), nessa época a freguesia possuía 900 pessoas de comunhão, vivendo os seus moradores de pequenas roças. No final do século XVIII a povoação dessa freguesia estava estabelecida nos lugares conhecidos como: Itacaranha, Praia Grande, Fragoso, São Caetano, Ilha de Lucas Pinto, São Braz, N. Senhora da Escada, Campos de Lamarão, Jaqueira, São Braz Velho, Cachoeira, Cangurungun, Guiga, Estrada Geral do Sertão, Terra Nova, Conceição, Pedras Pretas, Buraco do Tatu, Mangueiras, Terras de São Bento, Pituaçu, Barreiras, Cajazeiras, Dendezeiro, Campina, Camorogipe. Os seus rios eram conhecidos como: Enforca Mentiras, Pituaçu, Camorogipe, Cangurungun, Dendezeiro, Rio Pirajá, Jaguaripe, Peripitumba e Riacho Cabrito[10]. No ano de 1750 o engenho de S. Bartolomeu de Pirajá passou a ser denominado Engenho Cabrito, essa nova denominação também pode significar uma nova construção erguida nas proximidades do antigo engenho d’El Rei. Esse Engenho Cabrito foi dos mais destacados dessas terras entre Paripe e Pirajá, um dos seus proprietários foi Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, depois, pela sua proeminência política e econômica, foi agraciado com o título de Visconde de Pirajá.

Os cronistas e viajantes que escreveram sobre a cidade da Bahia nos séculos XVIII e XIX enfatizaram a descrição das freguesias urbanas dessa cidade, não dando muitas descrições sobre as freguesias suburbanas. Vilhena (1969, v. 1, p. 49) informou que a freguesia de S. B. de Pirajá tinha os seus limites pela parte do Sul com a Freguesia de Nossa Senhora da Penha e pelo Norte com a Freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paripe. Enquanto Almeida (*Annais*, v. 1, 1909, p. 216) informou que a divisa das freguesias de N. S. do Ó de Paripe com a freguesia de S. B. de Pirajá se

[10] Essas referências toponímicas do meado do século XVIII são relevantes porque auxiliam, no presente, na identificação dos lugares com as suas antigas e/ou novas designações.

dava no rio Peripitumba, que percorria meia légua entre a sua nascente e o lugar no qual desaguava no mar[11].

Segundo Vilhena (1969) a extensão desta freguesia era de uma légua e meia (cerca de nove km²); enquanto Almeida (Annaes,1909, p. 217) registrou a sua extensão em duas léguas. As suas divisas pela borda do mar eram desde Periperi até as proximidades de São Caetano, na sua extensão, seguia de Pirajá em direção ao Cabula abrangendo as terras nas quais se encontravam as fazendas Águas Claras e Pedra Preta. Essas fazendas mencionadas não possuíam engenhos, mas plantavam cana-de-açúcar que eram moídas nos engenhos mencionados.

4 AS LUTAS POLÍTICAS PELA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA E O 2 DE JULHO DE 1823

O processo histórico do povoamento da cidade do Salvador fez dessa localidade de Pirajá um lugar estratégico para a defesa militar dessa cidade. Isso ficou demonstrado durante a ocupação desta cidade pelos holandeses em 1624, 1627 e 1638 também durante a guerra de libertação da Bahia ocorrida nos anos de 1822/23[12]. Assim como, lugar estratégico nos eventos políticos da Sabinada, movimento político-militar ocorrido nessa cidade da Bahia em 1837, teve entre as suas lideranças o médico Cipriano José Barata de Almeida[13].

A localidade de Pirajá foi um dos lugares do desfecho da guerra de independência da Bahia ocorrida entre o final do ano de 1822 até 2 de julho de 1823, culminando com a vitória militar dos baianos contra os portugueses. Um dos líderes dessa campanha militar foi o francês General Pedro Labatut que se destacou por ter oferecido aos trabalhadores escravizados, após a anuência do seu senhor, a possibilidade de libertar-se da condição de escravizados aos que fossem incorporados

[11] Esse rio Peripitumba ou Peripetumba pode ser o riacho que na atualidade percorre o lugar denominado Rua da Glória, em Periperi e desagua próximo à estação ferroviária de Periperi.
[12] Os jornais que circularam nessa capital no século XIX também a denominavam: Guerra Santa da Independência.
[13] Cipriano José Barata de Almeida era baiano, dispôs de títulos honoríficos como Benemérito da Pátria e Dignatário da Imperial Ordem do Cruzeiro, que equivalia a oficial-general brigadeiro. Na Bahia, Cipriano Barata fazia oposição política aos grupos políticos conservadores, identificados como Caramurus, Marotos e Pedristas. Essa oposição custou-lhe perseguições e prisões em vários momentos da sua vida, quando contava 70 anos de idade fora, outra vez, condenado a 10 anos de prisão com trabalhos. Morreu em 1838.

às fileiras militares[14]. Finalizada a guerra patriótica, como também ficou conhecida, foram os seus comandantes militares condecorados com honrarias e fidalguias, a exemplo de Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque que recebeu o título de Visconde de Pirajá. Essa e outras honrarias também foram concedidas a outros familiares e seus sucessores que possuíram e/ou herdaram o sobrenome Pires de Carvalho e Albuquerque, a exemplo de Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, primeiro Visconde da Torre de Garcia d'Ávila e primeiro barão desse mesmo título. Mais tarde, José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque também foi agraciado com o título de Visconde de Pirajá, depois, Barão de Pirajá.

Em 1852 os jornais que circulavam na cidade da Bahias patrocinaram uma campanha publicitária solicitando que as pessoas fizessem doações em dinheiro para a aquisição de um túmulo de mármore que seria depositado na Igreja de Pirajá e no qual fosse guardado os restos mortais do general Pedro Labatut, isso era necessário para preservar na memória social a sua contribuição à luta pela independência do Brasil na Bahia em 2 de julho de 1823. Assim, José Marcelino dos Santos, testamenteiro de Pedro Labatut, publicou no jornal O noticiador Católico, na data de 4 de setembro de 1853 que os restos mortais do General Labatut foram transladados da igreja do Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade e depositados na igreja matriz de Pirajá. Sendo a urna transportada a partir desse mosteiro até Arsenal da Marinha e, desse ponto, levada até a localidade de Escada, seguindo-se em cortejo solene composto por autoridades políticas, judiciárias, pessoas do clero, comandantes e oficiais militares. Foram todos conduzidas pelo vapor de nome Progresso, e outras embarcações, estando todas as autoridades trajando casacas e vestidos de preto, seguidos pelo povo, até a referida matriz, conforme registrou o jornal *O Noticiador Católico* (4 de set. de 1853, p. 112).

Durante a guerra patriótica o exército de libertação da Bahia foi composto por combatentes remanescentes da sua condição política de trabalhadores escravizados, homens pretos livres, indígenas e mulheres, porém, as honrarias militares referentes ao

[14] O general/marechal de campo Pierre (Pedro) Labatut, de nacionalidade francesa, comandou as forças militares do exército baiano no período de 27 de outubro de 1822 até 21 de maio de 1823. Tendo sido destacada a sua atuação no comando da tropa que combateu em Pirajá na data de 8 de novembro de 1822 e em Itaparica 7 em de janeiro de 1823. Também comandou tropas no Ceará em 1832 e no Rio Grande do Sul em 1840/1841. Faleceu na cidade do Salvador em 4 de setembro de 1849. Tendo sido sepultado em uma catacumba no Mosteiro da Piedade. Constando, porém, o seu desejo, em vida, de ser sepultado em Pirajá. (O Guaycuru, 16 de set. de 1850, p. 3). O Pantheon em memória dos combatentes do 2 de julho de 1823 foi construído na praça da igreja matriz de Pirajá e inaugurado em 26 de julho de 1914.

2 de julho de 1823 foram concedidas aos homens brancos e comandantes de tropas. Os jornais que circularam nessa cidade no século XIX, fizeram poucas referências aos soldados pretos, livres ou escravizados, que sobreviveram a essa guerra. Mas os jornais publicaram notícias sobre a existência de reuniões e aglomerações de pretos livres e/ou escravizados que ocorriam nas matas de Pirajá após o 2 de julho de 1823. Informaram que muitos dos ex-combatentes, receosos de retornarem aos seus senhores e serem novamente escravizados, optaram por viver na cidade do Salvador como trabalhadores ao ganho e/ou nas lavouras existentes nas proximidades dessa cidade. Os jornais atribuíam a essas pessoas a condição política de escravos fugidos e temiam que pudessem organizar levantes armados contra a cidade. Assim o fez o jornal Diário Constitucional, publicando que os moradores das localidades de Pirajá, Cabula, São Bento, Barreiras e Bate Folha cobravam providências do governo para conter os ajuntamentos de negros armados, inclusive mulheres, que nos dias de domingo e feriados realizavam reuniões com batuques nessas localidades. *Diário Constitucional* (19 de fev. de 1822, p. 4). No século XIX havia quilombos formados nas terras próximas a essa cidade, a exemplo do quilombo do Urubu que abrangia São João do Cabrito, São Bartolomeu, Campinas de Pirajá e Barreiras. Também o quilombo do Cabula, outro no Buraco do Tatu e Coqueirinho de Itapuã. Essas aglomerações eram facilitadas pela existência de matas, favorecendo na obtenção de caças para a subsistência alimentar, rios e enseadas que propiciavam pesca e coleta de mariscos, também engenhos de açúcar e pequenas lavouras que podiam aproveitar essa força de trabalho.

Nos anos de 1830 o engenho Cabrito permanecia dos mais proeminentes dessa freguesia, dispunha de alambique e servia de pousio aos tropeiros que percorriam a Estrada das Boiadas em direção à Salvador e/ou sertões. Porém, em 1855 após o respectivo processo de inventário *post-mortem* uma parte das terras do engenho Cabrito foi vendida para sanar dívidas financeiras com os seus credores, permanecendo como patrimônio do engenho Cabrito as terras da Fazenda São Braz e Fazenda Boa Vista, mantidas sob a posse do seu herdeiro Francisco Ferreira de Souza. Conforme Ott (1996) em 1858 esse engenho possuía 3.000 tarefas de terras e dispunha de 80 bois do serviço do engenho, 600 dessas tarefas de terras eram ocupadas com plantio de canas. O restante das terras compunha-se de pastagens e matas para a extração de madeiras e lenhas. Nessa mesma época, possuía 50 trabalhadores escravizados e produzia 2.100 arrobas de açúcar/ano. Salientando-se que além da produção de açúcar

deve-se acrescer a produção de melaço de cana para suprir a demanda do seu alambique, no qual era manufaturada a aguardente de cana, que além do seu consumo no mercado local da cidade da Bahia, era mercadoria relevante, juntamente com o tabaco, para a aquisição de trabalhadores escravizados. O alambique também podia ser alugado a terceiros, constou em anúncio do Correio Mercantil o aluguel de um desses alambiques de Pirajá: “O tenente-coronel Seabra aluga a sua propriedade de alambique com toda a fábrica precisa para destilar três pipas de aguardente diariamente[15]. Também vende uma lancha de boca aberta com 55 palmos de quilha” *Correio Mercantil* (26 de jan. 1841, p. 3). Isso mostra formas de produção e transporte, evidenciando a relevância que teve a Baía de Todos os Santos e a navegação na manutenção socioeconômica dessa freguesia.

Teve-se outro anúncio: “Vende-se ou aluga-se, por preço cômodo, uma grande fazenda bem plantada e com fábrica de fazer farinha, denominada Outeiro, antes de chegar a Pirajá: quem a pretender pode dirigir-se ao seu dono à Rua dos Coqueiros d’Água de Meninos, casa n. 39” *Correio Mercantil* (11 de fev. de 1847, p. 3). Assim como:

“Quem quiser comprar uma fazenda denominada Ilha Amarela, no distrito de Pirajá, entrando pela estrada até o porto do mar para um desembarque, contendo de um lado duas léguas de extensão com uma grande cachoeira no centro, que desagua para os rios e vão ter ao mar, e de outro lado com mais de léguas em terras próprias, com todos os arvoredos precisos e estimáveis; e finalmente uma grande mata de todo e qualquer madeira, dirija-se a Rua de Baixo de São Bento, casa n. 49, que achara com quem tratar”. *Correio Mercantil* (29 de set. de 1848, p. 4).

É possível que esse anúncio trate da venda das terras onde se encontrava e ainda se encontra a cachoeira do Rio Pirajá e/ou Cachoeira de São Bartolomeu. A indicação da existência de arvoredos precisos e estimáveis refere-se a árvores de frutos, podendo ser jaqueiras, mangueiras e outros.

5 A ESTRADA DE FERRO DE SÃO FRANCISCO E NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS

[15] Uma pipa equivalia a 420 litros.

No século XIX a Revolução Industrial originária da Europa Ocidental impôs novas formas de produção e reprodução social do capital tendo como referências o aproveitamento do minério de ferro para a produção de estruturas metálicas, ferramentas e meios de transportes. Desde 1830 existiu na freguesia de São Bartolomeu de Pirajá uma fundição de cobre, que ficava na Fazenda Cabrito, produzia caldeiras, tachos e outros utensílios empregados nos engenhos. Em 1851 o fazendeiro Almeida Brandão construiu em Plataforma uma usina/fundição de cobre e ferro. E no ano de 1875 a família Martins Catharino adquiriu uma parte das terras do engenho Cabrito e construiu a sua Fábrica Têxtil na localidade de Plataforma. Seguindo-se a instalação da Fábrica dos Fiais localizada no Largo do Tanque[16]. A revolução Industrial também favoreceu na transição dos engenhos movidos pela força motriz de animais - bois de moenda - para máquinas a vapor, seguidos dos engenhos centrais e usinas de açúcar. Assim como, a implantação do transporte ferroviário que teve o seu ramal na freguesia de S. B. de Pirajá. A primeira referência a essa ferrovia se encontrou na Lei Provincial n. 450 de 21 de junho de 1852, resultante de acordos políticos feitos entre a Assembleia Provincial e o Vice-Presidente da Província da Bahia, Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima, governou na transição entre os presidentes da Província, Francisco Gonçalves Martins (Visconde de São Lourenço) 1848-1852; e o seu sucessor, João Maurício Vanderley (Barão de Cotegipe) 1852-1855.

A concessão da licença para construção e operação desta ferrovia foi concedida ao grupo de investidores componentes da Junta da Lavoura, e outros proprietários, que pleitearam o privilégio exclusivo de explorar essa ferrovia por um período de 40 anos, findo o qual seria repassada ao governo provincial, podendo a mesma companhia ser recompensada pelos investimentos feitos. No seu percurso deveria partir do caminho da Jiquitaia, na capital desta província e seguir até a vila de Juazeiro. Assim como, dispor do transporte feito por embarcações que operassem a navegação a partir da Cachoeira de Paulo Afonso e seguindo o curso do Rio de São Francisco. O prazo estipulado para a conclusão da construção da ferrovia foi de 10 anos. Ficando o governo

[16] Muitas dessas fábricas funcionaram até o final do século XX. Após a instalação do Centro Industrial de Aratu (CIA) em 1950 foram incentivadas a saírem da cidade e se instalarem no CIA. Outras permaneceram até os anos de 1970/1980 a exemplo da FAGIP, no Largo do Papagaio; a Toster, a fábrica de linhas Corrente e a Companhia de Cigarros Souza Cruz, que ficavam no Bonfim; a Chadler, no Uruguai, fabricava chocolates; a fábrica de doces e balas Sabor e a fábrica Café Cravo, no Caminho de Areia, a Companhia Industrial de Vidros (CIV) no Jardim Cruzeiro, dentre outras, funcionaram até os anos 1980/1990.

provincial encarregado de remunerar a companhia na quantia de 20 contos de réis para cada légua da estrada construída. Assim como, emitir apólices para obtenção de créditos para suprir os compromissos financeiros acordados. Ficando a companhia na obrigação de abrir uma estrada pública paralela à ferrovia, assim como, construir pontes, fontes de água, tanques e poços para servir às pessoas que transitassem nessa estrada comum. (*O Paiz*, 15 de abr. de 1854, p. 2). Entretanto, essa lei e respectiva concessão contrariou os interesses políticos do Presidente da Província, o Barão de Cotegipe, defendendo que a concessão fosse feita pelo Governo Imperial. Assim, Maurício Wanderley não acatou a Lei 450 de 21 de junho de 1852 e postergou a construção da via ferroviária. Isso gerou descontentamentos políticos dos representantes da Junta da Lavoura que através dos jornais manifestaram o seu desagrado pela recusa do governo Wanderely em autorizar o início das suas obras[17]. Para justificar a sua recusa o Governo Provincial editou em abril de 1854 um concurso público com validade de um ano para o recebimento de propostas para a construção desse 'caminho de ferro' expressão também usada pelos jornais em referência a essa estrada. Decorridos sete anos da Lei Provincial n. 450 de 21 de junho de 1852, foi iniciada em 1859 a desapropriação de uma faixa de terras com a sua extensão de 13 km que se iniciava na localidade da Calçada do Bonfim e findava em Paripe, compreendia as terras que ficavam à beira-mar, no seu lugar foram instalados os trilhos dos trens pertencentes a companhia Estrada de Ferro do São Francisco, com o seu percurso partindo da Bahia e seguindo em direção à Minas Gerais.

O funcionamento socioeconômico desta freguesia também pode ser averiguado através do recenseamento geral do Brasil de 1872, constou que a freguesia de S. B. de Pirajá era composta de 574 fogos/moradias nas quais residiam 2.863 almas/moradores. Desse total de pessoas, havia 1.246 homens e 1.290 mulheres livres. Enquanto outros 172 homens e 155 mulheres viviam na condição política e socioeconômica de pessoas escravizadas. Na descrição das suas ocupações constou 1974 pessoas sem profissão, outras 396 se ocupavam da lavoura, 99 se declararam criados e/ou jornaleiros, os serviços domésticos ocupavam 70 pessoas (IBGE, 1872, v. 3, p. 38-40). Enquanto o

[17] A Junta da Lavoura era uma associação dos grandes proprietários de terras, dentre os quais, a Vice Condessa da Torre de Garcia d'Ávila, Visconde de Pedra Branca, o Barão de Pirajá, Barão de São Francisco, Barão do Rio de Contas, Barão de Cajaíba, Joaquim Ignácio de Aragão Bulcão, Francisco Vicente Vianna, Justino Nunes de Santo Sá, João Vaz de Carvalho, José Bettencourt Berenguer Cezar, Luiz Manoel de Oliveira Mendes, Luiz Antônio de Meireles, Simão Gomes Ferreira Veloso, vigário Antônio José Teixeira (*O País*, 19 de abr. de 1854, p. 4).

recenseamento de 1890 registrou a população dessa freguesia com 2.390 homens e 2.698 mulheres, totalizando em 5.088 pessoas (IBGE, 1890, p. 24). No começo do ano de 1881 a freguesia de S. Bartolomeu de Pirajá dispunha de 2.863 moradores.

A estrutura socioeconômica dessa freguesia também pode ser averiguada através dos jornais impressos em Salvador no século XIX, publicavam avisos de compra e/ou venda de terrenos: “Quem quiser comprar uma fazenda com casas de morar e de fazer farinha, com todos os seus utensílios, e muitos arvoredos frutíferos em terras foreiras ao Mosteiro de São Bento, situado no lugar chamado Muriçoca, freguesia de S. B. de Pirajá dirija-se a esse periódico”. *A Verdadeira Marmota* (4 de jun. de 1851, p. 4). Também, no anúncio de leilão da fazenda Campinas, com terras próprias, casa de morada, currais, enseada de brejo e rio. Suas divisas principiavam pela parte esquerda do rio Camorogipe[18] seguindo pela Estrada das Boiadas, divisando com o brejo desse rio e com os caminhos que iam para as Barreiras e Engomadeira. *Correio da Bahia* (20 de out de 1877, p. 3).

Enquanto os Anais da Assembleia Provincial da Bahia publicaram em 3 de agosto de 1880 que em atendimento ao Projeto n. 295, confirmado na Lei 2.080, de 14 de agosto de 1880, o governo provincial procedeu na mudança da sede dessa Freguesia de Pirajá para a capela filial de N. S. de Escada (*Annaes*, 1880, p. 25). Por isso, algumas vezes, se encontrou referências à Freguesia de Nossa Senhora da Escada de Pirajá e/ou Paróquia de Nossa Senhora de Escada de Pirajá. Essa mudança ocorreu em face das reformas e manutenção procedidas na igreja matriz. Após a instalação da linha férrea houve crescimento populacional de Periperi resultando, inclusive, na existência de uma representação do Centro Operário. Nesse ano o governo aprovou a realização de três loterias para amealhar recursos financeiros para a reforma da igreja de Periperi. A estrutura agrícola dessa freguesia de Pirajá também passou a contar com roças e cultivo do cafeeiro, somando-se à mandioca, cana, dendezeiros, jaqueiras e cajueiros. Enquanto os engenhos de açúcar iniciavam seu período de crise econômica.

O Barão de Pirajá era o proprietário do Engenho Cabrito, tinha dívidas a saldar junto ao Banco Mercantil e a Caixa Sociedade e Comércio, por isso, alguns dos seus

[18] Camorogipe era a forma gráfica como se descrevia no século XVIII o rio que nasce nas divisas entre a Capelinha de São Caetano e a Boa Vista de São Caetano, no seu percurso desagua no mar, através do Rio Vermelho.

bens de raiz foram à hasta pública, a exemplo da sua Fábrica 2 de Julho que tinha as suas terras nas divisas com o Engenho Cabrito, estrada de Pirajá e engenho do Cobre. Os respectivos bens consistiam em: um engenho de açúcar com os seus acessórios, terras próprias, terrenos com matas, fontes, tanques, porto com estrada de ferro com 1.200 palmos de trilhos para embarque de mercadorias, guindaste de ferro no cais, outro portátil, dois barcos, uma lancha, um saveiro, um bote, três canoas e lanchas. Assim como, o trapiche, a casa do fabrico de açúcar com 212 palmos de comprimento e 125 de largura, constituída de três corpos, sendo o primeiro com três andares e o segundo e o terceiro térreos. Dentre os acessórios possuía cinco tachas de cobre, cinco caixas forradas de cobre, uma prensa de ferro, uma caldeira com os seus pertences, grandes bicas e diversos tubos de ferro, madeiras, alvenaria, capacidade para produção de 30 mil canadas. Possuía ainda, diversos aparelhos mecânicos, seis moinhos, três caldeiras multitubulares, duas máquinas a vapor, três bombas de repuxo, oito filtros, dez turbinas, 750 catalisadores, peneira de arame, duas estufas, sete balcões, sete fornalhas, um torno grande com os seus pertences. Dispunha ainda, de quatro casas nas quais se encontravam a ferraria, forja, bigorna, tornos, a casa na qual morava o maquinista e um armazém junto à mesma casa, constando de quatro dornas de madeira, uma casa de alambique na qual se encontrava dois alambiques de cobre, um tanque para 49 pipas de vinho, dois ditos menores, 60 dornas de 200 a 300 canadas cada uma[19], quatro bombas, quatro tanques para depósito de mel de cana, uma roda de ferro toda cubada que serve como motora de transmissão, medindo 50 palmos de diâmetro, diversos tubos, encanamentos e objetos sobressalentes. Possuía ainda, três balanças grandes, 3.500 sacas de algodão aniagem, barricas, caixas, pipas, tonéis, carros e rodas. Também, a casa de residência da família, com os seus móveis, casas de banho e estrebarias. Assim como, as dívidas que somavam 6:602$537rs. Ainda, moveis e outros objetos que se encontravam no escritório da Companhia 2 de Julho, localizado na Praça do Riachuelo, nessa cidade. *Gazeta da Bahia* (28 de jan. de 1880, p. 2). O referido leilão foi feito em um só lote, mas os bens foram divididos em duas ofertas distintas, a primeira constituída de terrenos e casas, o segundo pelas máquinas e utensílios da produção. Dentre os bens ofertados não foram incluídos os trabalhadores escravizados, esses totalizaram a quantia de 3:200$000rs. Indicando que

[19] Canada era uma antiga medida de capacidade de líquidos. Equivalia à 2.622 litros.

o capital imobilizado nessa força de trabalho equivalia a cerca de metade do total da dívida em apreço.

Os bens descritos mostram que no final do século XIX prevalecia a existência de engenhos de açúcar nessa freguesia. E mostra que os acessórios componentes desse engenho correspondiam às inovações técnicas aplicadas à produção açucareira baiana. Mostra ainda a relevância que teve a produção de aguardente como subsidiária ao açúcar. Até 1850 a aguardente serviu como moeda de troca na Costa da África[20]. Também mostra o capital financeiro e casas bancárias presentes no financiamento da produção açucareira nessa freguesia. O Barão de Pirajá possuía outros engenhos em Santo Amaro, exercia funções públicas e negociava com o capital financeiro na praça desta cidade da Bahia.

As transformações socioeconômicas e a presença do capital industrial nesta freguesia contribuíram na construção da Fábrica Têxtil São Braz, instalada em 1875 no Arraial da Plataforma sob representação da Brandão Júnior e Companhia. Em 1882 seu proprietário era Antônio Francisco Brandão, o seu capital foi declarado em 2:000$000rs. Possuía máquinas à vapor e empregava 111 operários sendo 40 homens, 60 mulheres e 11 trabalhadores menores de idade. Essa fábrica têxtil ficou conhecida como Burgo Industrial da Plataforma e/ou Fábrica São Braz de Plataforma, fabricava tecidos diversos como brins, tecidos para camisas, meias e tecidos rústicos para sacaria, sua produção destinava-se ao mercado local da Bahia, também exportava para o norte do Império. Pertenceu ao comendador Manoel Francisco de Almeida Brandão. Essa fábrica foi ampliada e tornou-se um complexo fabril, como constou em 2 de abril de 1891 no anúncio da criação da Companhia Progresso Industrial, pertencente ao comendador Bernardo Martins Catarino, dedicava-se a explorar os recursos naturais existentes nas terras da Fazenda Brandão, instalar uma fábrica de calçados, outra de sabão, velas e ceras, ampliar a fábrica de tecidos, instalar uma fábrica de camisas, outra de chapéus de feltro; construir na Fazenda Cabrito outra fábrica de tecidos com 150 teares com motor hidráulico para produzir algodão azul tipo americano, construir um curtume para a produção de couros para servir à fábrica de calçados e instalar uma fábrica de papelão para servir de caixaria aos produtos dessa companhia industrial. Cabendo ao Banco Emissor da Bahia o financiamento de 10.000 contos de réis para

[20] Nessa época também existiram alambiques na Cidade Baixa, como o alambique que pertenceu Lourenço Soares de Pinho, que ficava no porto do Papagaio.

arcar com as despesas de instalação desse empreendimento industrial (*Jornal de Notícias*, 9 de abr. de 1891, p. 4). Dessa forma se vê como o capital mercantil migrou para o setor industrial e como o Estado, os bancos e o capital financeiro participaram dessa transição na Bahia no final do século XIX.

Em 7 de agosto desse de ano 1880 a Assembléia Provincial autorizou o governo provincial a despender 20 contos de réis para construir na igreja de São Bartolomeu de Pirajá um monumento no qual fossem guardados os restos mortais das pessoas que tombaram em Pirajá na luta pela independência da Bahia em 1822/1823. Essa autorização resultou na construção do mausoléu no qual repousou os restos mortais de Pierre Labatut. Mas o Pantheon em sua memória foi inaugurado em 26 de julho de 1914. Sua construção ocorreu por iniciativa da Liga Bahiana de Educação Cívica, recursos financeiros do Conselho Municipal e doações feitas por particulares. Ficando a sua guarda compartilhada pelo Arquivo Público da Bahia (APEB) e Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). (*Bahia Ilustrada*, 1919, p. 8).

Nesse final de século XIX a Sociedade Bahiana de Imigração, juntamente com a Junta da Lavoura, solicitou ao Governo Provincial uma visita a essa freguesia com o propósito de desapropriar terras para nelas serem abrigados colonos estrangeiros, para isso, o governo destinou recursos no valor de 4:000$000rs (quatro contos de réis), primeiro o governo averiguou a desapropriação das terras onde se encontrava o Engenho da Conceição, em Pirajá, depois, tentou adquirir terras no Cabula. A Junta da Lavoura era dirigida por pessoas com títulos honoríficos de comendadores, barões, condes e viscondes, destacando-se os conselheiros Almeida Couto e Leovigildo Filgueiras, o barão Muniz de Aragão, barão de São Francisco, Dr. Severino dos Santos Vieira, dentre outros que conduziam a transição política e socioeconômica da Bahia no final do século XIX e começo do século XX. Essas duas associações de proprietários de terras, capital e negócios políticos, realizavam as suas reuniões no Palácio do Governo da Bahia, como se encontra na nota seguinte: “Imigração: anteontem, às 3 horas da tarde, teve lugar no palácio do governo uma reunião da Sociedade Bahiana de Imigração, a que assistiram representantes da imprensa desta capital” Diário da Bahia (17 de jan. de 1889, p. 1)

Nas mensagens de 1893 do Governador da Bahia à Assembleia Legislativa se encontram os registros de terras das freguesias dessa cidade, constou que a Freguesia de Pirajá dispunha de 56 propriedades de terras registradas. Paripe possuía 67

propriedades, Itapuã 27, Brotas 140, Vitória 179. Mesmo considerando-se a existência de terras não registradas, esse número indica elevada concentração fundiária e um baixo percentual de urbanização, note-se que, nesse ano, já se encontrava em funcionamento o cemitério de Pirajá, mas eram sepultados, anualmente, apenas cerca 20 corpos. Do mesmo modo, funcionava o cemitério anexo à capela de N. Senhora da Escada. Esse cemitério de Escada foi contemplado com a Lei n. 1889, de 26 de junho de 1879, na qual o governo provincial autorizou a realização de três loterias, e com os lucros auferidos, fossem custeadas as suas reformas. A realização de loterias para custear obras de construção ou reforma de igrejas, capelas e cemitérios foi uma prática comum até 1889, quando foi extinto o padroado e efetivada a separação das relações políticas entre a Igreja e o Estado[21].

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessas considerações finais ficam ressaltadas a estrutura agrária mercantil dessa freguesia de São Bartolomeu de Pirajá por todo o período desde a sua fundação no século XVI, e assim permanecendo, até o final da primeira metade do século XIX, produzia para atender à subsistência alimentar dos seus moradores e da cidade do Salvador, também ao mercado externo à Colônia, destacando-se os cultivos da mandioca e da cana. Notando-se que após 1850 o litoral desta freguesia passou a receber investimentos e construção de unidades fabris condizentes com a expansão da Revolução Industrial nesta cidade do Salvador, notadamente, pela instalação de indústrias do ramo têxtil, fundição de cobre, engenhos de açúcar movidos por máquinas à vapor e instalação de trilhos de ferro para servirem ao transporte ferroviário ligando a cidade do Salvador à localidade de Paripe, contemplando a periferia marítima desta freguesia. Assim como, após 1850 foi iniciado o seu desmembramento territorial para a formação de novas povoações, notadamente, em direção à Fazenda Pedra Preta e a localidade do Cabula. Do mesmo modo, após 1850 os jornais que circulavam nesta

[21] O cemitério de Plataforma foi inaugurado em 16 de março de 1915 em terreno cedido pela companhia Progresso Industrial da Bahia. Antes, os defuntos de Plataforma eram sepultados no cemitério de Pirajá, que distava 9 km dessa povoação. Esse novo cemitério ocupava uma área de 14.414 m². Tinha capacidade para 3.236 covas e 800 enterramentos por ano. Possuía capela, ossuário, ruas e quadras, áreas destinadas ao sepultamento de pessoas adultas, crianças e leprosos. Foi construído sob responsabilidade do engenheiro Antônio Lopes da Silva Lima e inaugurado durante a gestão política do diretor de saúde pública municipal Gonçalo Muniz e inspetor de higiene Amaral Muniz. A Notícia. (17 de mar. de 1915, p. 3).

cidade de Salvador passaram a publicar anúncios da fuga de trabalhadores escravizados que pertenciam a senhores escravistas proprietários das terras e engenhos nessa freguesia. Isso demonstra a transição socioeconômica ocorrida com o fim do comércio de pessoas escravizadas, concomitantemente com as novas formas de reprodução social do capital verificadas nessa cidade do Salvador na segunda metade do século XIX. As fontes indicaram que esse avanço do capital industrial no território dessa freguesia permaneceu em expansão nas três primeiras décadas do século XX, porém, a análise dessas três décadas não foi procedida porque esteve fora do escopo inicial deste artigo, que na sua proposição inicial ficou atinente apenas ao século XIX.

Ressaltando que este estudo não pretendeu esgotar as possibilidades de interpretação historiográfica do objeto analisado. Oferece fontes, bases teóricas e metodológicas que podem auxiliar na continuidade das análises sobre a formação histórica e o desenvolvimento socioeconômico dessa freguesia de São Bartolomeu de Pirajá. No contexto dessas considerações finais cabe destacar que, no final do século XIX, após o fim do escravismo, muitos trabalhadores, com as suas famílias, passaram a ocupar as terras do Bom Gosto da Calçada do Bonfim e as terras alagadiças atrás da Igreja dos Mares. Viviam da mariscagem e vendiam a sua força de trabalho no Porto e feira de Água de Meninos, nos trabalhos urbanos e nas lavouras e/ou roças de Pirajá. Nos avanços da ocupação dessas terras alagadiças formou-se, depois, os bairros do Uruguai, Jardim Cruzeiro e os Alagados.

Fica indicada a possibilidade de continuidade deste estudo. Por isso, faz-se aqui, nessas considerações finais, um breve avanço na cronologia estabelecida neste texto para indicar *a priori,* as transformações socioeconômicas ocorridas nessa freguesia no começo do século XX. Após os anos de 1940 essa região de S. B. de Pirajá passou por uma série de transformações socioeconômicas fomentadas pelo Estado. Teve-se a construção da Base Naval de Aratu, localizada após Paripe, a base naval Backer, estabelecida no bairro do Comércio e o Aeroporto da Estrada da Velha ou Aeroporto da Pitanguinha. Essas obras foram feitas no contexto das alianças políticas do Brasil durante a II Guerra Mundial (1939-1945). Passada a Guerra, o Governo baiano criou um grupo de estudos dedicado ao Planejamento para o Desenvolvimento Industrial da Bahia (PLANDEB). O PLANDEB resultou no Centro Industrial de Aratu (CIA). A estrada feita para ligar o CIA a cidade do Salvador foi identificada como Avenida Afrânio Peixoto,

mais conhecida como Avenida Suburbana. A construção do CIA também se vinculou à descoberta de petróleo em São Braz (Lobato) e na necessidade de construção na Bahia de uma refinaria de petróleo que ficou instalada em São Sebastião do Passé, isso foi necessário para o aproveitamento local da extração de petróleo que ocorria no Recôncavo. Após decorridos 20 anos da instalação do CIA teve-se o início do planejamento e construção do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), subsidiário à RELAN. Seguida da instalação da Companhia Química do Recôncavo (CQR) na localidade de São Braz. Essas intervenções política do capital e do Estado nesse território resultou na fragmentação das fazendas e roças que existiam nessa freguesia de Pirajá. Após os anos de 1960 o Estado da Bahia iniciou uma série de desapropriação dessas terras e as cedeu ao capital imobiliário facilitando o seu aproveitamento para moradias populares financiadas e/ou coordenados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER) e outras empresas associadas. Desse modo, foram construídas moradias populares em Paripe, Periperi, Coutos e Ilha Amarela. Enquanto no decorrer dos anos de 1960/1970 os movimentos sociais que lutavam por moradias incentivaram a ocupação de terras devolutas existentes no Subúrbio Ferroviário. Assim foram surgindo ocupações sociais nas terras abrangidas de Paripe à Pirajá. Nesse ínterim, os movimentos sociais iniciaram campanhas políticas para expulsão da CQR. Essa companhia despejava resíduos industriais nas águas da Enseada de São Bartolomeu, contaminava as águas e restringia, notadamente, a pesca da sardinha e a coleta de mariscos. Na luta dos movimentos sociais também ocorreu o fim das moradias sob palafitas que existia no entorno do Lobato, Uruguai, Jardim Cruzeiro e Massaranduba. No presente, a luta política ocorre em defesa das águas e remanescentes das florestas da Área de Preservação Ambiental (APA) componente do território no qual se encontra o Parque de São Bartolomeu de Pirajá.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eduardo de Castro e (Org**.). Inventário** dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, 1801-1807. Annaes da Biblioteca Nacional (ABN), Rio de Janeiro, v. 31, 32, 34, 36, 37, 1909-1915. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/anais-biblioteca-nacional/402630>. Acesso em: 21de abr. 2025.

ANNAES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DA BAHIA. **Annaes**. Sessões do ano 1873 a 1887. 77ª sessão ordinária em 4 de agosto de 1880. (Presidência do Sr. João Dantas). Tipografia do Diário da Bahia, 1880, p. 25.

A NOTÍCIA. Cemitério de Plataforma. **A Notícia**, ano 1. nº 147. Salvador/Bahia, 15 de mar. de 1915, p. 3. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/720160/920>. Acesso em: 16 de mar. 2025.

ARAÚJO, Tatiana Brito. **Engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano: 1875-1909.** Salvador, FIEB, 2002.

A VERDADEIRA MARMOTA. **Anúncios**. A Verdadeira Marmota, ano 1851. nº 44. Salvador/Bahia, 4 de jun. de 1851, p. 4. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/815756/96>. Acesso em: 6 de jan. 2025.

BAHIA ILUSTRADA. **Uma relíquia da Independência**. Bahia Ilustrada. Ano 3. n. 20-21. Salvador/BA, jul./ago. de 1919, p. 8-9. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/066940/1257>. Acesso em: 30 de mar. de 2025.

BARICKMAN, Bert Jude. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.** Trad. de Maria Luíza X. de Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDAS, José Antônio. **Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759**. Salvador: Memória e Arte, 2015.

_____. Notícia sobre a Freguesia de Santo Antônio além do Carmo da Cidade da Bahia, pelo respectivo Vigário Balthazar Rodrigues dos Reis, 1757. In. ALMEIDA, Eduardo de Castro e. **Inventário dos documentos manuscritos avulsos da Capitania da Bahia.** Annaes da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1909, v. 31, p. 181. Doc. 2.670 Disponível em: <https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/402630/per402630_1909_00031.pdf >. Acesso em: 21 de abr. 2025.

_____. Notícia sobre a Freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paripe, pelo Vigário Domingos Gonçalves da Silva, 1737. In. ALMEIDA, Eduardo de Castro e. **Inventário dos documentos manuscritos avulsos da Capitania da Bahia.** Annaes da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1909, v. 31, p. 216. Doc. 2.702. Disponível em: <https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/402630/per402630_1909_00031.pdf >. Acesso em: 21 de abr. de 2025.

CORREIO DA BAHIA. Editais. **Correio da Bahia**, ano 7. nº 171. Salvador/Bahia, 20 de out. de 1877, p. 3. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/303488/1141>. Acesso em: 6 de jan. 2025.

CORREIO MERCANTIL. Anúncios. **Correio Mercantil**, ano 8. nº 10. Salvador/Bahia, 26 de jan. de 1841, p. 3. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/186244/3097>. Acesso em: 10 de abr. 2025.

CORREIO MERCANTIL. Anúncios. **Correio Mercantil**, ano 14. nº 33. Salvador/Bahia, 11 de fev. de 1847, p. 3. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/186244/69>. Acesso em: 16 de abr. 2025.

CORREIO MERCANTIL. Anúncios. **Correio Mercantil**, ano 15. nº 218. Salvador/Bahia, 29 de set. de 1848, p. 4. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/186244/69>. Acesso em: 16 de abr. 2025.

DIÁRIO CONSTITUCIONAL. **Governo civil**. Diário Constitucional, Salvador/BA. Ano 1822, n. 10. 19 de fev. de 1822, p. 4. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/749648/40>. Acesso em: 3 de mar. de 2025.

DIÁRIO DA BAHIA. **Noticiário**. Diário da Bahia, Salvador/BA. Ano 35, s/n. 17 de jan. de 1829, p. i1. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/749648/40>. Acesso em: 3 de mar. de 2025.

GAZETA DA BAHIA. **Importante emprego de capital**. Gazeta da Bahia, ano 2. nº 25. Salvador/Bahia, 28 de jan. de 1880, p. 2. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/213454/1066>. Acesso em: 20 de abr. 2025.

GAZETA DE NOTÍCIAS**. Em Pirajá**, **inauguração solene do Pantheon dos heróis de 1823**. Gazeta de Notícias, Salvador/Bahia, ano 4 n. 25027 de jun. de 1914, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/721026/2237>. Acesso em 1 de jun. de 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil - 1872**. Rio de Janeiro, 1872. Disponível em: < file:///C:/Users/Felix/Downloads/liv25477_v3_ba.pdf>. Acesso em: 24 de abr. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do recenseamento Geral do Brasil - 1890**. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25490.pdf>. Acesso em: 24 de abr. 2025.

JORNAL DE NOTÍCIAS. **Anúncios**. Jornal de Notícias, Salvador/BA. Ano 12, s/n. 9 de abr. de 1891, p. 4. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/749648/40>. Acesso em: 3 de mar. de 2025.

LOSE, Alícia Duhá; PAIXÃO, Dom Gregório. Orgs. **Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento**: editando 430 anos de história. Salvador: Memória e Arte, 2016, 5v.

_____. Orgs. **Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento**: editando 430 anos de história. Salvador: Memória e Arte, 2016, v. 3.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 2v.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf?1350933922. Acesso em: 25 mar. 2021.

O GUARANY. **Noticiário.** O Guarany. Salvador/BA, ano VIII, n. 196, p. 1. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/231991/496>. Acesso em: 04 de mar. de 2025.

O GUAYCURU. **O aniversário da morte do general Labatut.** O Guaycuru. Salvador/BA, ano VII, n. 8, p. 3. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/709794/781>. Acesso em: 28 de mar. de 2025.

O MONITOR. **Folhetim.** O Monitor. Salvador/Ba. Ano II, n. 220, 23 de fev. de 1878, p, 1. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/704008/1995>. Acesso em 19 de abr. de 2025.

O NOTICIADOR CATÓLICO. **Anúncio.** O Noticiador Católico. Salvador/Ba. Ano VI, n. 14, 3 de set. de 1853 p, 112. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/709786/1668 >. Acesso em 5 de mar. de 2025.

O PAÍS. **Questão da estrada de ferro.** O País. Salvador/BA, ano I, n. (ilegível), 15 de abr. de 1954, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/815802/2>. Acesso em: 27 de mar. de 2025.

_____ . **A estrada de ferro, a Assembleia Provincial e o governo.** O País. Salvador/BA, ano I, n. (ilegível), 19 de abr. de 1954, p. 4. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/815802/9>. Acesso em: 27 de mar. de 2025.

OTT, Carlos. **Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos 1536-1888**, v. I. Ed. Bigraf: Salvador, 1996.

PITA. Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1976.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo presidente da Província, o desembargador Ambrósio Leitão da Cunha. Bahia. **Relatórios**. Tipografia de Tourinho & Companhia, 1867. Disponível em: http://memoria.
bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&PagFis=3581&Pesq=Felippe.
Acesso em: 14 de maio de 2025.

_____. **Relatório** apresentado a Assembleia Legislativa da Bahia pelo presidente da mesma província, Francisco Gonçalves Martins em 6 de março de 1870. Bahia, Tip. do Jornal da Bahia, 1870. Disponível em: www.apps.crl.edu/brasil/ provincial/bahia. Acesso em: 14 maio de 2025.

SANTOS, F. S. **Município de São Felipe**, Recôncavo Baiano: formação histórica e desenvolvimento socioeconômico 1678-1950. Salvador: Memória e Arte, 2021.

SANTOS, F. S. **O pão nosso de cada dia**: a farinha de mandioca na cidade da Bahia e sua produção no Vale do Cupioba no Recôncavo Baiano. 2018, 329 f. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador, 2018. Disponível em: http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/499/1/TESEFELIXSANTOS.pdf. Acesso em 25 de set. 2019.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: EDUSP, 2000.

SUPLEMENTO AO BAIANO. **Avisos**. Supplemento ao Bahiano. Salvador/BA. Ano 1, n. 28. 28 de maio de 1828, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/749770/77. Acesso em 3 de mar. de 2025.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969. 3 v.

HOMESCHOOLING E VULNERABILIDADE: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO JURÍDICO DE 113 DECISÕES JUDICIAIS (2015 - 2025)

Paula Figueiredo Campos Lellis[1]

RESUMO

Este artigo analisa o discurso jurídico brasileiro sobre o *homeschooling* com base em 113 decisões judiciais proferidas entre 2015 e 2025. Utilizando Linguística de *Corpus* e Análise Crítica do Discurso, a pesquisa revela a predominância de uma lógica que associa o direito à educação à escolarização obrigatória, com forte criminalização simbólica das famílias *homeschoolers*. Silenciam-se tratados internacionais e os riscos reais à segurança física, emocional e digital nas escolas. Mesmo nas decisões favoráveis, o discurso jurídico segue marcado por exigências de controle estatal. À luz dos recentes pronunciamentos da relatora especial para a Educação da ONU sobre segurança na educação e pluralismo educacional, o estudo revela a necessidade de uma revisão interpretativa do direito à educação no Brasil, que reconheça o pluralismo educacional e a possibilidade de optar por modalidades alternativas ao sistema escolar, como o *homeschooling*, assim como sugeriu a relatora especial em seu relatório mais recente sobre o direito à educação, como forma legítima de resposta aos problemas de segurança não resolvidos pelo sistema educacional formal.

Palavras-chave: *Homeschooling*. Direito à segurança na educação. Pluralismo educacional. Linguística de *Corpus*. Análise Crítica do Discurso.

1. INTRODUÇÃO

Garantir às crianças o direito de aprender em um ambiente seguro é hoje um dos maiores desafios das sociedades contemporâneas. Em seu “Relatório sobre o direito à educação” de 2025, a Relatora Especial da ONU sobre o Direito à Educação chama atenção para uma crise silenciosa que afeta milhões de estudantes em todo o mundo: a violência cotidiana vivida no sistema escolar. A partir de relatos de crianças e adolescentes de diferentes países, o documento (A/HRC/59/33)[2] aponta que experiências de medo, exclusão, coerção ideológica e negligência institucional não são exceções, mas componentes recorrentes de sistemas educacionais que falham em proteger a segurança física, emocional e digital dos seus membros. Tal relatório, publicado em maio de 2025, reafirma que o dever dos Estados não é apenas o de

[1] PPG em Família na Sociedade Contemporânea, UCSAL - paula.lellis@ucsal.edu.br

[2] Embora os relatórios de relatores especiais não representem posições oficiais dos Estados-membros da ONU, tratam-se de interpretações autorizadas produzidas por especialistas independentes designados pelo Conselho de Direitos Humanos. No âmbito do direito internacional dos direitos humanos, esses relatórios exercem crescente influência normativa, oferecendo diretrizes interpretativas relevantes sobre a aplicação de tratados como o PIDESC.

garantir acesso formal à escola, mas assegurar o direito pleno à educação: um direito que implica segurança e apoio a alternativas escolares diversas do modelo estatal. Para argumentar nesse sentido, a Relatora Especial Farida Shaheed, retoma a distinção expressa no artigo 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), segundo o qual a educação primária deve ser obrigatória, mas não a escolarização. O relatório reconhece que escolarização e educação não são conceitos equivalentes, e que formas alternativas de instrução, como o *homeschooling,* têm sido adotadas por motivações legítimas que devem ser reconhecidas e amparadas pelos governos dos países membros da ONU, como o Brasil. Neste texto, a autora reconhece expressamente que o *homeschooling* pode constituir uma alternativa legítima e compatível com os direitos humanos. A relatora destaca que, diante dos graves problemas de segurança identificados por todo o mundo nos sistemas formais de educação, o *homeschooling* tem sido adotado como alternativa legítima para garantir o exercício do direito à educação com segurança, e as famílias devem, por isso, receber supervisão baseada na comunidade (e não repressão ou criminalização por sua opção), o que contradiz frontalmente o que tem acontecido no Brasil. O documento pontua que os governos têm a responsabilidade de estabelecer mecanismos de diálogo e acompanhamento de famílias que optam pela modalidade, trata-se do reconhecimento de que, segundo a normativa internacional de direitos humanos, é legítima a opção pelo *homeschooling* feita pelas famílias brasileiras judicializadas. Em seu pronunciamento público a respeito do relatório, feito logo após a sua publicação, Shaheed declarou: “O financiamento público deve priorizar o acesso equitativo à educação de qualidade para todos, respeitando a liberdade dos pais para escolher opções que não sejam as escolas públicas tradicionais". Ao enfatizar que a segurança é uma condição necessária para o exercício de todos os outros direitos educacionais, a relatora da ONU posiciona a proteção contra a violência como elemento central do direito à educação. Segundo ela, iniciativas familiares que visem construir espaços educativos mais seguros e personalizados, incluindo o *homeschooling*, devem ser reconhecidas como respostas legítimas e socialmente relevantes para responder aos desafios contemporâneos da segurança na escolarização tradicional.

Diante da relevância do tema, renovada por tal posicionamento, este estudo procura investigar como se estrutura o discurso jurídico brasileiro diante da opção pela adoção do *homeschooling* no país, particularmente em 113 decisões judiciais sobre a

prática, proferidas entre 2015 e 2025 no Judiciário brasileiro. Utilizando uma abordagem qualitativa fundamentada na análise crítica do discurso com apoio da Linguística de *Corpus,* através da ferramenta WMatrix (Rayson, 2003), a investigação pretende compreender de que modo o Poder Judiciário tem interpretado e limitado o exercício legítimo do dever parental de educar quando eles optam pelo *homeschooling*. Tal recorte de pesquisa ganha relevância diante da atualidade da preocupação com contextos de insegurança escolar na contemporaneidade e a dificuldade que muitas escolas enfrentam para atender à necessidade das crianças de serem educadas em um ambiente seguro e a negação do Poder Judiciário de legitimar as alternativas encontradas pelas famílias para garantir educação segura e de qualidade para seus filhos. Ao evidenciar as tensões entre o formalismo jurídico e as vivências das famílias *homeschoolers*, o estudo busca contribuir para debater o tema de modo mais plural, informado e comprometido com a segurança na educação, ampliando a noção presente sobre a democratização do direito à educação.

A estrutura do artigo está organizada da seguinte forma: primeiro, serão apresentados os dados empíricos sobre a violência escolar, evidências internacionais sobre os resultados do *homeschooling* e os marcos normativos internacionais que consagram o pluralismo educacional como direito humano. Em seguida, será descrito o processo de coleta e análise das decisões judiciais, com detalhamento do *corpus* e das ferramentas utilizadas para o mapeamento lexical. Logo depois, a análise dos dados será dividida em dois blocos: um dedicado às 108 decisões contrárias à prática do *homeschooling*, outro às 5 decisões favoráveis, com destaque para os padrões lexicais, polarizações e silenciamentos identificados. A seção seguinte, buscará articular os achados empíricos à luz da teoria crítica do discurso (Fairclough, 2003) e da normativa internacional de direitos humanos. Por fim, será apresentada uma síntese dos principais resultados à luz do conceito de pluralismo educacional e da segurança na educação como proposta pela relatora especial da ONU em seu relatório recente, como fundamento para a efetivação do direito à educação para todos.

2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 DIAGNÓSTICO DA CRISE DE SEGURANÇA NAS ESCOLAS

A violência nas escolas brasileiras tem se intensificado nas últimas décadas, assumindo dimensões físicas, psicológicas e digitais, e afetando diretamente o direito à segurança na educação de crianças e adolescentes no país. Relatório do Instituto Sou da Paz (2023) identificou mais de 6 mil ocorrências de violência escolar grave no Brasil em um único ano, incluindo agressões físicas, ameaças com armas, e casos de bullying sistemático. A pesquisa “Violências nas Escolas” (IPEA, 2022) aponta que 70% dos alunos do ensino fundamental relataram ter sofrido algum tipo de violência no ambiente escolar. Além disso, o estudo do UNICEF (2021) revela o impacto das violências digitais, como cyberbullying e exposição indevida de imagens, agravando quadros de ansiedade e evasão escolar. Teóricos como Abramovay (2015), Sposito e Galvão (2021) e Nery (2023) indicam que essas violências não são casos isolados, mas expressão de uma crise estrutural do modelo escolar hegemônico, que falha em garantir um ambiente seguro, inclusivo e respeitoso.

No Brasil, o *homeschooling*, que carece de regulamentação federal, tem sido adotado como uma resposta a essa crise. Há crescente adesão; segundo a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), o número de famílias praticantes da modalidade saltou de cerca de 1.000 em 2010 para mais de 35.000 em 2025. Diante dessa realidade, o *homeschooling* tem emergido como uma alternativa encontrada por famílias preocupadas em resolver os problemas de segurança física, emocional e digital aos quais os seus filhos estão expostos no sistema escolar formal. Já regulamentado em países como Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, o *homeschooling* tem sido objeto de estudos empíricos que indicam bons resultados em termos acadêmicos e sociais (Ray, 2023; Kunzman & Gaither, 2020). A literatura aponta que a eficácia do *homeschooling* está relacionada ao engajamento parental, à personalização pedagógica e ao respeito ao ritmo da criança, características vistas por muitas famílias como formas de proteção frente ao ambiente escolar inseguro e violento.

Paradoxalmente, essas mesmas famílias têm sido objeto de judicialização, enfrentando ações civis e medidas tutelares sob a alegação de abandono intelectual e evasão escolar. A jurisprudência brasileira ainda é amplamente desfavorável, impondo, em muitos casos, a matrícula compulsória em instituições formais, mesmo diante de denúncias de violência ou quadros de sofrimento psíquico das crianças. Tal silenciamento sobre os contextos de vulnerabilidade vividos pelas crianças no ambiente escolar revela mais do que uma omissão: trata-se de uma forma de criminalização

simbólica de escolha familiar legítima e não raro necessária, cujo efeito discursivo é consolidar o modelo escolar como única alternativa válida de educação, contradizendo as recentes indicações da relatora especial da ONU.

A judicialização crescente de famílias *homeschoolers* revela que o discurso jurídico exerce uma função normativa sobre o conceito de educação, desautorizando práticas alternativas válidas e ancoradas em princípios constitucionais e compromissos internacionais de direitos humanos. Há uma ausência de escuta às motivações das famílias, o que traduz uma epistemologia em que o saber jurídico se fecha à pluralidade de modos legítimos de educar, mesmo quando motivados por razões graves, reconhecidas socialmente, de insegurança física, emocional e digital presentes no sistema escolar. Esse movimento revela uma tendência estatal de controle e punição, desconsiderando motivações legítimas de cuidado e responsabilidade parental. Em vez de ser analisado caso a caso, a opção pelo *homeschooling* tem sido sumariamente desqualificada, evidenciando uma lógica jurídica pouco propensa ao reconhecimento da opção pelo *homeschooling* como modo de exercício do direito à segurança na educação.

Reconhecer o *homeschooling* como uma possibilidade legítima não é apenas um gesto jurídico, mas uma redefinição das fronteiras epistemológicas do que se entende por direito à educação em contextos democráticos e plurais. Argumenta-se que reconhecer a legitimidade da opção pelo *homeschooling* não representa um afastamento dos marcos legais, mas sim uma atualização interpretativa necessária diante das transformações sociais e dos desafios de segurança na educação vividos por crianças e adolescentes brasileiros dentro das escolas. No atual contexto, negar às famílias o direito de buscar alternativas protetivas é ignorar as dimensões humanas e éticas que sustentam a educação como direito fundamental. O *homeschooling*, longe de ser uma ameaça à ordem jurídica, pode constituir uma expressão legítima de corresponsabilidade, coerente com os princípios constitucionais e com os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro no campo dos direitos humanos.

2.2. EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, articulando procedimentos da Linguística de *Corpus* (LdC) e da Análise Crítica do Discurso (ACD), com base em Fairclough (2001), Van Dijk (2008), Wodak e Meyer (2009), Sinclair (1991), Stubbs (1996) e Biber (1998). Para garantir rigor analítico, também foram incorporadas contribuições recentes sobre análise de *corpora* (Biber, Egbert e Larsson, 2020) que enfatizam a integração entre métodos quantitativos e qualitativos. O *corpus* é composto por 113 decisões judiciais brasileiras sobre *homeschooling*, extraídas da plataforma JusBrasil entre 2015 e 2025. Destas, 108 são contrárias à prática e 5 favoráveis à possibilidade de legitimação. Tais decisões são oriundas de diferentes instâncias, incluindo o STF, tribunais estaduais e varas da infância e juventude de diferentes municípios brasileiros. A pesquisa foi conduzida em três etapas complementares: (1) análise das decisões contrárias, com foco na identificação de padrões linguísticos recorrentes; (2) análise das decisões favoráveis, voltada à detecção de possíveis deslocamentos discursivos; e (3) discussão comparativa entre os dois grupos, destacando continuidades e contrastes discursivos. Utilizou-se o software *WMatrix* (Rayson, 2003) para mapear palavras-chave e suas colocações, orientando a análise qualitativa. Para viabilizar a comparação proporcional entre os *corpora* — com 17.250 palavras nas decisões contrárias e 5.726 nas favoráveis —, adotou-se a frequência relativa normalizada por mil palavras (*tokens*), conforme convenção metodológica da Linguística de *Corpus* para *corpora* de tamanhos distintos (Biber, 1998; Sinclair, 1991). As palavras-chave identificadas foram analisadas qualitativamente à luz da ACD, considerando seus usos nos acórdãos. A análise discursiva concentrou-se em quatro categorias principais: (1) escolhas lexicais; (2) modalizações; (3) silenciamentos; e (4) polarizações entre Estado e família. A escolha dessas quatro categorias analíticas fundamenta-se em sua capacidade de revelar os modos como o discurso jurídico estrutura significados, atribui autoridade e silencia determinadas vozes. As escolhas lexicais evidenciam os traços ideológicos da linguagem jurídica; as modalizações revelam o grau de certeza, dúvida ou imposição normativa; os silenciamentos expõem ausências discursivas relevantes, como motivações parentais ou contextos de violência; e as representações sobre o Estado, a família e a infância permitem identificar os enquadramentos hegemônicos e os deslocamentos possíveis dentro da narrativa judicial. Juntas, essas categorias possibilitam compreender de forma crítica como se constrói a legitimidade (ou ilegitimidade) da educação domiciliar no campo jurídico. As análises foram interpretadas à luz da ACD e das normativas internacionais de direitos

humanos, com ênfase no pluralismo educacional e na segurança como dimensões intrínsecas do direito à educação.

2.3. ANÁLISE DAS DECISÕES CONTRÁRIAS À LEGITIMIDADE DA ESCOLHA PELO HOMESCHOOLING NO BRASIL

A análise das 108 decisões contrárias ao *homeschooling* revela a predominância de um discurso jurídico que naturaliza a escolarização obrigatória como única via legítima de efetivação do direito à educação. Quatro dos termos mais frequentes — “educação” (2,71), “ensino” (2,23), “Estado” (1,68) e “direito” (1,61) — estruturam um campo semântico centrado na imposição da matrícula escolar como dever inquestionável: do Estado, de fornecer; das famílias, de matricular. Expressões como “direito à educação” e “obrigação de garantir a educação” aparecem vinculadas exclusivamente à frequência escolar. O termo “ensino” é quase sempre usado em referência à escolarização formal, enquanto “Estado” é retratado como agente protetor e fiscalizador. O “direito” é mobilizado não para ampliar liberdades, mas para justificar obrigações. As modalizações reforçam essa lógica normativa, com fórmulas como “é dever do Estado”, “é obrigatória a matrícula” e “não há autorização legal”. O tom é de imposição categórica, sem espaço para dúvida ou flexibilização interpretativa. Além disso, há silenciamentos sistemáticos. Nenhuma decisão menciona tratados internacionais de direitos humanos, como o PIDESC, que postula que a educação é obrigatória e não a escolarização, nem reconhece as múltiplas formas de violência escolar documentadas na literatura especializada. O discurso se mostra polarizado: o Estado é apresentado como guardião da proteção infantil e do interesse público; as famílias *homeschoolers*, como negligentes ou infratoras. Não há qualquer reconhecimento do direito das famílias à escolha educacional alternativa e nem interesse ou consideração por suas motivações ao adotá-la, mesmo em face de conhecida insegurança no ambiente escolar. A palavra “segurança” (0,24), por exemplo, aparece de forma residual e totalmente descolada da noção de segurança educacional proposta por Shaheed (2025). Suas ocorrências se restringem ao uso técnico em expressões como “mandado de segurança”, sem qualquer referência às condições de bem-estar físico, emocional ou digital dos estudantes. O apagamento desse debate revela um silenciamento discursivo significativo. Os termos “família” (0,49), “famílias” (0,09) e “familiar” (0,39) ocorrem predominantemente em contextos de

responsabilização, vinculados a expressões como “dever solidário do Estado e da família” ou “descumprimento do dever familiar”. A ideia de “poder familiar” é mobilizada como fundamento jurídico para reforçar a inadimplência das famílias, alinhando-se à crítica de Moreira (2022), que acusa uma redução formalista do direito à educação. O termo *“homeschooling”* (0,667) aparece frequentemente com marcas de negação e desqualificação, em construções como “não regulamentado”, “impossibilidade jurídica”, “violação de deveres” e “ausência de previsão legal”. A prática é representada de forma majoritariamente negativa, reforçando sua criminalização simbólica. Por fim, “internacionais” (0,11) surge apenas em contextos que negam a existência de respaldo jurídico global à educação domiciliar. As decisões omitem tratados como o PIDESC e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ignorando que tais referências poderiam sustentar a legitimidade do *homeschooling*. Essa seletividade revela uma matriz argumentativa restritiva, que desconsidera princípios de pluralismo educacional e segurança como componentes do direito humano à educação. O conjunto das decisões confirma, assim, um padrão discursivo normativamente fechado, centrado na imposição da matrícula escolar obrigatória e no silenciamento da legitimidade do exercício do direito à educação fora do sistema escolar, especialmente em face dos problemas de segurança persistentes na escola.

2.4. ANÁLISE DAS DECISÕES FAVORÁVEIS À LEGITIMIDADE DA ESCOLHA PELO HOMESCHOOLING NO BRASIL

Nas decisões favoráveis à legitimidade - ou abertas ao debate sobre a possibilidade do reconhecimento - do *homeschooling*, emerge um discurso minoritário que, embora sinalize deslocamentos em relação à hegemonia escolarizante, ainda opera sob os referenciais normativos da escolarização obrigatória. Entre as palavras mais frequentes: “ensino” (3,67), “educação” (3,14), “domiciliar” (2,97) e “poder” (2,45) indicam um reconhecimento pontual de percursos não tradicionais, condicionado à comprovação de qualidade, avaliação estatal e adequação aos padrões da escola formal. Modalizações como “desde que comprovado” e “mediante avaliação da autoridade competente” reiteram permissões restritas. Não há, nesse conjunto, uma defesa explícita do pluralismo educacional ou do direito das famílias de escolher modalidades alternativas por razões de segurança física, emocional ou digital. A análise qualitativa da palavra “domiciliar” revela uma presença significativa, concentrada na

expressão “educação domiciliar”, mobilizada como categoria jurídica em construção. A partir da Análise Crítica do Discurso (ACD), observa-se sua associação a valores como liberdade de ensino, autonomia familiar e proteção de direitos fundamentais. As decisões empregam a expressão afirmativamente, reconhecendo o direito das famílias à via alternativa para o exercício do direito à educação, mesmo sem regulamentação específica. Em uma delas, por exemplo, afirma-se que “os pais que optaram pela educação domiciliar conseguiram provar o quão eficiente o modelo se mostra”, associando a prática à eficácia e à expectativa de futura normatização. O campo semântico em torno de “família” (0,87), “famílias” (0,87) e “familiar(es)” (1,74) reforça essa tendência. Sempre que aparecem, os termos reconhecem a função educativa da família, sua autonomia decisória e sua capacidade organizativa. Expressões como “Associação de Famílias e Educadores” e menções ao crescimento do *homeschooling* no Brasil indicam o reconhecimento de uma realidade social em expansão. A referência à “educação familiar” reforça a legitimidade da família como sujeito educativo, alinhada às diretrizes internacionais de personalização e pluralismo educacional. A palavra “filhos” (1,4) aparece em contextos que valorizam o cuidado, o desenvolvimento e a responsabilidade parental, com menções à Declaração Universal dos Direitos Humanos, que garante aos pais o direito de escolher a modalidade educacional a ser ministrada aos filhos. Esse tratamento contrasta com o tom punitivo das decisões contrárias, onde os filhos são frequentemente vinculados ao risco de “abandono intelectual”. O termo “genitores” (1,75) também reflete nuances distintas. Ainda que permeado por elementos de controle, é usado em contextos que reconhecem a escolha consciente das famílias pelo *homeschooling*, sem associação à negligência. Em algumas decisões, o Judiciário demonstra preocupação em evitar medidas desproporcionais, como sanções pecuniárias excessivas, sinalizando uma postura menos intervencionista. As palavras “modalidade” (0,87) e “possibilidade” (0,87), embora minoritárias, indicam um esforço inicial de categorização jurídica do *homeschooling*. Expressões como “modalidade de ensino domiciliar” e referências à possibilidade de regulamentação legislativa mostram o reconhecimento de um fenômeno social que exige respostas institucionais mais adequadas. O termo “apoio” (0,7), ausente nas decisões contrárias, surge minoritariamente no *corpus* favorável, vinculado a profissionais especializados, redes de suporte mútuo e associações de pais. Embora discretas, essas referências rompem com a imagem de isolamento atribuída às famílias *homeschoolers*, aproximando o discurso judicial brasileiro, ainda que

timidamente, das recomendações da relatora especial da ONU (Shaheed, 2025) que sugere que os governos ofereçam políticas de apoio e supervisão comunitária aos homeschoolers. Em conjunto, o *corpus* favorável revela um discurso emergente que, embora limitado por marcos normativos estritos, começa a reconhecer a legitimidade e a diversidade dos percursos educativos a ser oferecidos às famílias para o exercício do dever educacional em solidariedade com o Estado. Esses deslocamentos, ainda que quantitativamente minoritários, oferecem subsídios importantes para qualificar o debate público sobre o *homeschooling* no Brasil. Tal diagnóstico reforça a urgência da aprovação do PL 1338/2022, que propõe regulamentação nacional específica, com base no reconhecimento da legitimidade da prática e na oferta de estruturas de apoio e supervisão comunitária, em consonância com os compromissos internacionais de proteção ao direito à educação com segurança.

2.5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados sugerem um padrão argumentativo consolidado nas decisões judiciais brasileiras sobre *homeschooling*, marcado pela defesa da escolarização obrigatória como única via legítima de cumprimento do direito à educação. Essa constatação corrobora o diagnóstico de Moreira (2022) sobre a redução formalista do direito à educação no Brasil. Confrontados com o relatório da Relatora Especial da ONU (Shaheed, 2025), os achados descritos acima evidenciam um grave descompasso entre o discurso jurídico nacional e as diretrizes internacionais de direitos humanos. O relatório de Shaheed (2025), primeiro documento oficial a reconhecer expressamente o *homeschooling* como resposta legítima a contextos de insegurança educacional, destaca que garantir o acesso à escola não basta: é essencial assegurar um ambiente seguro, que respeite a integridade física, emocional e moral dos alunos. Esse reconhecimento torna ainda mais urgente uma revisão interpretativa do Judiciário brasileiro.

As listas de frequência lexical reforçam esse entendimento. Nas decisões favoráveis, os termos “ensino”, “domiciliar” e “genitores” aparecem com 3,67, 2,97 e 1,75 ocorrências por mil palavras, respectivamente. Além disso, “educação” registra 3,14 e “filhos” 1,40. Já nas decisões contrárias, “educação” figura com 2,71, “ensino” com 2,23, “Estado” com 1,69, “Direito” com 1,61 e “*Homeschooling*” com 0,67 ocorrências por mil palavras. O termo “segurança”, quando presente, está dissociado

da proteção educacional, restrito a expressões processuais como "mandado de segurança".

À luz da Análise Crítica do Discurso, observa-se que as decisões contrárias exibem homogeneidade argumentativa, configurando o que van Dijk (2008) denomina modelo mental compartilhado: um conjunto tácito de pressupostos sobre o que é "normal" ou "aceitável" no campo jurídico-educacional. Fairclough (2003) enfatiza que a repetição de expressões como “abandono intelectual” e “violação do direito à educação” contribui para a naturalização de um único paradigma educativo, em flagrante oposição ao pluralismo educacional reconhecido como direito humano por Shaheed (2025). Em contraste, as decisões favoráveis, embora numericamente minoritárias, apresentam maior diversidade argumentativa. Expressões como “poder familiar”, “modalidade de ensino”, “apoio institucional” e “possibilidade de acompanhamento pedagógico” sugerem uma recontextualização discursiva que reposiciona a família como núcleo legítimo de decisão educativa. A judicialização do *homeschooling*, portanto, não reflete apenas disputas normativas, mas embates sobre quem detém a responsabilidade primária na formação intelectual, moral e afetiva de crianças e adolescentes e negação da agência familiar sobre a escolha do percurso educacional mais adequado a ser adotado com os seus filhos, a não ser quando tal escolha significa matrícula escolar.

O relatório da ONU reconhece a opção das famílias *homeschoolers* como respostas legítimas à crise global de segurança educacional, convocando os Estados a apoiá-las. O discurso jurídico brasileiro presente nas 113 decisões analisadas, em contradição com tal recomendação, apresenta um afastamento preocupante dos compromissos com as normas internacionais de direitos humanos. Nenhuma decisão do *corpus* considera os riscos reais de violência nas escolas, física, emocional ou digital, ignorando evidências amplamente documentadas na literatura científica brasileira (Abramovay, 2003, 2021; Assis et al., 2010; Divino, 2024). Ao responsabilizar as famílias por pretensas violações ao direito à educação, as decisões ignoram que é o próprio Estado, ao inviabilizar o *homeschooling* como alternativa legítima do exercício do direito à educação, que ameaça o direito à educação das crianças e adolescentes expostos à insegurança presente no ambiente escolar. Esse silenciamento se insere na lógica da violência burocrática, conforme delineada por Arendt (1985): uma dominação impessoal na qual normas administrativas aplicadas sem responsabilização, se tornam

instrumento de opressão. Ao ignorar as necessidades particulares que levam as famílias a optar pelo *homeschooling* e ao silenciar sobre os compromissos internacionais que garantem a agência familiar na educação como direito humano, o Estado perpetua uma lógica tecnocrática que, em vez de proteger, compromete o direito à educação.

Como citado anteriormente, o relatório de Shaheed (2025) distingue entre educação e escolarização, firmada no Artigo 13 do PIDESC: afirma que o que é compulsório é a educação, não a matrícula escolar. Ignorar essa distinção, como fazem sistematicamente as decisões analisadas, constitui violação dos compromissos internacionais. Tal postura também afronta o artigo 26, §3º, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que assegura aos pais prioridade na escolha do tipo de educação a ser ministrada aos filhos. Esses dispositivos internacionais legitimam o *homeschooling* como expressão válida do direito à educação com liberdade e segurança. Além disso, a relatora recomenda a adoção de modelos de supervisão comunitária e políticas de apoio, elementos ausentes nas decisões analisadas, o que reafirma o viés punitivo do discurso jurídico dominante. As 108 decisões contrárias analisadas estão marcadas por léxico de imposição e controle: “obrigação”, “violação”, “abandono”, “descumprimento”. O termo “segurança”, quando presente, aparece apenas em contextos processuais, sem qualquer vínculo com a proteção dos estudantes. Já nas decisões favoráveis, o léxico revela abertura: “apoio”, “família”, “filhos”, “genitores”, “possibilidade”, “modalidade” constroem um campo semântico que legitima o *homeschooling*. O contraste lexical revela uma batalha simbólica: quem define o que é educação, quem pode promovê-la, e sob quais condições. Enquanto o vocabulário das decisões contrárias reforça um modelo estatal centralizador, o das favoráveis, ainda que incipiente, alinha-se aos princípios internacionais de pluralismo e segurança educacional. Assim o é porque se esconde atrás da legalidade formal para legitimar práticas que, na essência, produzem exclusão, silenciamento e a negação de direitos fundamentais. Como aponta Moreira (2022), tal postura estatal perpetua o sofrimento e reforça práticas jurídicas descoladas das condições materiais e reais das crianças e adolescentes *homeschoolers* do Brasil.

Do ponto de vista da Análise Crítica do Discurso, essa clivagem lexical entre os dois blocos de decisões confirma o diagnóstico de hegemonia discursiva da escolarização obrigatória, mas também aponta para a existência de fissuras no discurso

jurídico, que podem ser exploradas por futuras ações políticas, legislativas e judiciais em defesa da liberdade educacional. Reconhecer essas fissuras e investir na ampliação de um campo léxico mais inclusivo e plural pode representar um passo decisivo para a construção de uma narrativa democrática e plural que contemple o *homeschooling* como modalidade legítima de exercício do direito à educação, em conformidade com os tratados internacionais de direitos humanos e com o direito à segurança na educação. Como demonstram o pronunciamento e o relatório de Shaheed (2025), o direito à educação deve incluir percursos que respeitem o direito das crianças de estar seguros na educação, inclusive fora do modelo escolar tradicional. Nesse sentido, a análise do *corpus* permite afirmar que a judicialização do *homeschooling* no Brasil opera majoritariamente dentro de uma racionalidade disciplinar e formalista. Tais resultados indicam a necessidade da construção de um novo paradigma jurídico, comprometido com o pluralismo educacional e a proteção efetiva do direito à segurança na educação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das 113 decisões judiciais sobre *homeschooling* (2015–2025) revela um discurso jurídico majoritariamente formalista e punitivo, que reafirma a escolarização obrigatória como única via legítima do direito à educação. Invisibilizam-se contextos de violência escolar, silenciam-se tratados internacionais e criminaliza-se simbolicamente a prática familiar. Os dados aqui apresentados contribuem para reposicionar o debate, ampliando o horizonte interpretativo do Judiciário e subsidiando a regulamentação legislativa. Diante do descompasso entre o discurso jurídico brasileiro e os parâmetros internacionais, impõe-se uma mudança: reconhecer o *homeschooling* como expressão legítima do direito à educação, especialmente quando a escola falha em garantir o direito humano de estar seguro na educação. A omissão já não é neutra — ela compromete vidas, direitos e o futuro de muitos. Nesse sentido, torna-se urgente o debate sobre modelos alternativos de supervisão e acompanhamento educacional baseados na comunidade. Tais modelos devem reconhecer que a efetivação do direito à educação não se resume à escolarização formal, mas envolve o diálogo com práticas locais, familiares e não estatais que contribuem para a educação de crianças e adolescentes. Em vez de impor uma lógica de vigilância verticalizada e punitiva, o Estado poderia fomentar redes de apoio pedagógico, cultural e emocional, respeitando os saberes das famílias e das comunidades e incentivando a corresponsabilidade na

formação integral dos educandos, sem a imposição de um modelo educacional único baseado na matrícula escolar. Embora não exista um modelo pronto a ser replicado, experiências internacionais e iniciativas locais sugerem que é possível construir formas colaborativas, sensíveis às diversidades, para assegurar o direito a uma educação segura, significativa e plural, que legitime a solução encontrada pelas famílias e comunidades para a efetivação do direito à segurança na educação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. Violências nas escolas: versão resumida. Brasília: UNESCO, 2003.

ABRAMOVAY, Miriam. Violências nas escolas. 2. ed. Brasília: FLACSO Brasil, 2021.

ARENDT, Hannah. Da violência. Tradução de Maria Claudia Drummond. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Andréa Santos. Impactos da violência na escola: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

BIBER, Douglas; EGBERT, Jesse; LARSSON, Tove. *Doing Linguistics with a Corpus: Methodological Considerations for the Everyday User*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

BIBER, Douglas. *Corpus* Linguistics: Investigating Language Structure and Use. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CASANOVA, Letícia Veiga; FERREIRA, Valéria Silva. Os discursos da Associação Nacional de Educação Domiciliar do Brasil. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2014771, 2020.

DIVINO, Andréia Silva. A violência dos alunos contra professores: um estudo a partir da escola e da sociedade. Revista Científica FESA, v. 2, n. 24, 2024.

DONNELLY, Michael. *Data or ideology: What is driving homeschooling policy around the world, and why? Journal of School Choice*, v. 18, n. 4, p. 683–696, 2024. DOI: 10.1080/15582159.2024.2422251

FAIRCLOUGH, Norman; WODAK, Ruth. *Análisis crítico del discurso: una descripción preliminar.* In: WODAK, Ruth (Ed.). *El discurso como estructura y proceso*. Barcelona: Gedisa, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora UnB, 2003.

KUNZMAN, Robert; GAITHER, Milton. Homeschooling: An Updated Comprehensive Survey of the Research. Other Education: The Journal of Educational Alternatives, v. 9, n. 1, p. 1–60, 2020.

MOREIRA, Alexandre Magno Fernandes. Direito à educação: fundamento e prática. Brasília: Monergismo, 2022.

RAY, Brian D. Research facts on homeschooling. National Home Education Research Institute, 2023. Disponível em: https://www.nheri.org/research-facts-on-homeschooling. Acesso em: 16 abr. 2025.

RAYSON, Paul Edward. Matrix: A statistical method and software tool for linguistic analysis through corpus comparison. 2002. Ph.D Thesis – Lancaster University, Lancaster, 2003.

SINCLAIR, John. *Corpus, Concordance, Collocation*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

STUBBS, Michael. *On Sinclair and Meaning: Corpus Linguistics and Meaning Construction*. In: LUBBERS QUADEKERS, E.; de HAAN, P. (Eds.). *Explorations in Corpus Linguistics*. Amsterdam: Rodopi, 1994.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. Statement by the Special Rapporteur on the right to education, Farida Shaheed, on the right to be safe in education. Geneva: United Nations, 2025. Available at: https://webtv.un.org/en/asset/k17/k17b30rfap. Acesso em: 31 July 2025.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. The right to be safe in education: report of the Special Rapporteur on the right to education, Farida Shaheed. Geneva: United Nations, 2025. (UN Doc. A/HRC/59/41). Available at: https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/ahrc5941-right-be-safe-education-report-special-rapporteur-right. Accessed on: 31 July 2025.

VAN DIJK, Teun A. Discurso e poder. São Paulo: Contexto, 2008.

JUSTIÇA RESTAURATIVA: ESPERANÇA E JUSTIÇA SOCIAL NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Luiza Maria Freitas Gomes Correia[1]

Teresa Cristina Ferreira de Oliveira[2]

RESUMO

Em contraste ao modelo punitivo tradicional, a justiça restaurativa se fundamenta em princípios de diálogo, corresponsabilidade e restauração de vínculos, configurando-se como uma alternativa viável para a promoção da justiça social. O presente trabalho busca analisar a justiça restaurativa como prática, compreendida como um ato de esperança voltado à transformação social. Para tanto, por meio de pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, foi feita uma análise sistemática de artigos científicos, livros e legislação. Por fim, verificou-se que a justiça restaurativa não se limita a técnicas de resolução de conflitos, mas representa uma forma de educar para a paz, para a dignidade humana e para o fortalecimento da cidadania.

Palavras-chave: Justiça restaurativa. esperança. justiça social. Direitos Humanos.

1 INTRODUÇÃO

O Direito é um campo complexo que envolve pessoas, relações, valores e normas, assim como a justiça, a qual é atravessada por concepções, pela cultura, bem como pelo contexto social. Sendo assim, a noção de justiça varia conforme o tempo e as percepções, com contribuições desde os pensadores da Grécia antiga, estudiosos da modernidade, até os teóricos da contemporaneidade, o que influência diretamente no campo jurídico.

Nessa linha intelectiva, vale perceber que o sistema de justiça brasileiro tem sido marcado por uma lógica retributiva e punitivista, o qual prioriza a exclusão social e se baseia em um conjunto de ideias e práticas que enfatizam a punição. Esse paradigma, contudo, ainda que importante para a manutenção da ordem jurídica, apresenta limites evidentes, uma vez que não tem se mostrado eficaz para reduzir a violência, tampouco para promover a inclusão e a pacificação social.

[1] Graduanda de Direito, Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Graduanda em Jornalismo, Universidade Federal da Bahia (UFBA), lu.iza.mariia0109@gmail.com

[2] Doutora e Mestre em Família na Sociedade Contemporânea(UCSAL) , Mediadora Extrajudicial. Coordenadora da Pós-Graduação em Psicologia Jurídica e Mediação de Conflitos pela Universidade Católica do Salvador, (UCSAL), teresa.oliveira@pro.ucsal.br.

Diante disso, a consequência é, justamente, a perpetuação de ciclos de violência e exclusão, que reforçam desigualdades estruturais e fragilizam a confiança social na justiça. Nesse contexto, a justiça restaurativa emerge como uma proposta inovadora, pautada no diálogo, na reparação e na responsabilização, permitindo que vítimas, ofensores e comunidade participem ativamente da construção de soluções (Keppen, 2025, p.15).

Portanto, compreender a justiça restaurativa como prática educativa é reconhecer seu potencial de se tornar um ato de esperança, no sentido de oferecer à sociedade novas possibilidades de convivência e de justiça. Destarte, por meio de pesquisa qualitativa e bibliográfica e documental, baseada em artigos científicos, doutrina e legislação, o presente estudo objetiva discutir a Justiça Restaurativa como uma prática transformadora na resolução de conflitos, destacando seu potencial para promover a esperança, o diálogo e a justiça social nas relações interpessoais e comunitárias.

2 SISTEMA PUNITIVISTA E JUSTIÇA RETRIBUTIVA

Mendonça (2025), afirma que a Justiça retributiva é centrada na regra e tem por foco o Estado e a inflição de dor, sendo separada da misericórdia e sem dar espaço para a percepção das pessoas.

Nesse sentido, observa-se que o modelo retributivo concentra-se na punição como resposta imediata ao delito, mas pouco contribui para a compreensão do conflito e de suas causas profundas. Sendo assim, é possível considerar que:

> O grande problema reside no fato de que as sentenças punem os infratores, não os tornam responsáveis, o que se entende como a causa que os leva a transgredir novamente, pois, quando uma punição é imposta a uma pessoa responsável, esta reage com responsabilidade. Mas se ela for considerada irresponsável, tal ato a tornará mais irresponsável (Gimenez e Spengler, 2018).

Dessa maneira, a ausência de diálogo e de responsabilização efetiva fragiliza o papel educativo da justiça, reduzindo-a a um instrumento de repressão. Assim, a centralidade do Estado e a desconsideração das pessoas envolvidas acabam por limitar o potencial transformador da resposta jurídica. Por conta disso, ainda que seja importante o sistema de penas para a ordem jurídica, é válido perceber que:

> Esse tipo de justiça, porém, nem sempre é eficaz e apresenta várias questões que precisam ser revistas, como os longos processos, a falta de celeridade,

> a reincidência, o esquecimento da vítima, entre outras (Munhoz e Ávila, 2024).

Diante desses desafios, surge a necessidade de explorar alternativas que promovam não apenas a punição, mas também a responsabilização consciente, a reparação dos danos e a restauração das relações afetadas pelo conflito.

Com isso, a justiça restaurativa é compreendida como um movimento da sociedade, caracterizado por sua grande diversidade, cujo objetivo é promover a transformação na forma como as sociedades contemporâneas percebem e respondem aos delitos e outros comportamentos complexos (Dias et.al, 2025).

3 JUSTIÇA RESTAURATIVA

Justiça Restaurativa é ainda um conceito em contínuo desenvolvimento. Segundo Silva (2022), a expressão “justiça restaurativa” foi introduzida por Albert Eglash, em 1977, com o propósito de se contrapor a dois modelos de justiça no âmbito penal: o retributivo e o distributivo.

Para o autor, tais paradigmas desconsideram a atuação efetiva da vítima no procedimento e limitam, de forma significativa, a participação do infrator, ao privá-lo da chance de expor sua versão dos acontecimentos.

Nesse sentido, é possível considerar que:

> (...) a Justiça Restaurativa pretende fazer emergir o senso comunitário prejudicado com o individualismo contemporâneo, a partir da premissa de que a vida em sociedade implica na compreensão de que os indivíduos estão interligados, independentemente da vontade, e que o crime seria o rompimento de um vínculo que precisa ser trabalhado sob pena de prejudicar a comunidade como um todo - senso de desequilíbrio natural (Flores e Fialho, 2022).

A Resolução nº 12/2002 da Organização das Nações Unidas (ONU), marco normativo internacional da Justiça Restaurativa, apresenta princípios e diretrizes para o desenvolvimento de programas restaurativos. Assim, no art.2º dispõe que:

> Art. 2º São princípios que orientam a Justiça Restaurativa: a corresponsabilidade, a reparação dos danos, o atendimento às necessidades de todos os envolvidos, a informalidade, a voluntariedade, a imparcialidade, a participação, o empoderamento, a consensualidade, a confidencialidade, a celeridade e a urbanidade.

Diante disso, a justiça restaurativa parte do reconhecimento do conflito como oportunidade de transformação. Tal noção se torna evidente, justamente, por seus

princípios fundamentais incluírem a corresponsabilidade, a reparação do dano e o empoderamento.

Apesar disso, conforme Lucena e Oliveira (2019), a Justiça Restaurativa, não resolve todas as questões, não substitui o processo penal, nem mesmo se apresenta como substituto ao formato que impõe a privação de liberdade. Diante disso, as autoras apontam que, em verdade, o que esse modelo de justiça visa é: "(…) um equilíbrio na maneira como se vivencia a justiça. O objetivo principal da Justiça Restaurativa não é o perdão, nem tão pouco a reconciliação, apenas oferece um contexto propício para que um ou outro ocorra".

Conforme ainda análise das autoras, a abordagem restaurativa não é mediação, uma vez que as partes num conflito mediado atuam num mesmo nível ético, compartilhando responsabilidades e na maioria dos crimes isso não ocorre.

Com isso, a Justiça Restaurativa não deve ser vista apenas como uma alternativa ao sistema penal, mas como uma oportunidade para uma reflexão profunda sobre a forma como a sociedade lida com o delito e suas consequências (Dias et.al, 2025).

3.1 LEGISLAÇÃO

A Resolução CNJ nº 225/2016 instituiu a Política Nacional de Justiça Restaurativa, e a Resolução CNJ nº 300/2019 acrescentou diretrizes para a implementação das políticas estaduais. No art.1º, da Resolução do CNJ nº 225/2016, A Justiça Restaurativa é conceituada como sendo: "(...) um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência".

A Resolução nº 225/2016 entende a Justiça Restaurativa não apenas como um conjunto de métodos para resolução de conflitos, mas como um verdadeiro instrumento de transformação social, ao buscar a conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais que contribuem para a violência e a transgressão, envolvendo a sociedade como um todo na assunção de responsabilidades (Keppen,2025, p.18).

Além disso, é importante destacar a Resolução 288/2019 do CNJ, que marcou o início de uma nova fase na execução penal, promovendo a aplicação de alternativas penais com enfoque restaurativo como substitutas às penas privativas de liberdade.

Em que pese, a utilização da justiça restaurativa no Brasil se fundamentar em diversos dispositivos legais, conforme expõe Hespanhol e Costa, 2025:

> Ainda não temos uma lei federal que regulamente a JR no Brasil. Mas desde o ano de 2006, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 7.006/2006. Em 09/07/2019, o projeto foi apensado ao Projeto de Lei n. 8.045/2010, que trata da reforma do Código de Processo Penal.

Essa lacuna legislativa, contudo, não tem impedido a disseminação e a consolidação de práticas restaurativas em diversas esferas do sistema de justiça e em contextos comunitários. Diante disso, tais iniciativas demonstram o reconhecimento crescente do potencial da Justiça Restaurativa como ferramenta eficaz na transformação das relações sociais e na superação de modelos meramente punitivos.

3.2 APLICAÇÃO

A aplicação da justiça restaurativa tem se expandido em diferentes contextos, justamente por oferecer alternativas mais humanizadas e eficazes na resolução de conflitos. No que concerne a quando pode ser aplicada, cabe perceber que é possível estar presente: “(…) Nas mais variadas etapas do processo judicial. (…) na anterior ao ajuizamento da ação penal, no decorrer do processo e também após trânsito julgado de sentença penal condenatória” (Silva e Oliveira, 2023).

De acordo com o art. 1º, II, da Resolução n.225/2016, os responsáveis por aplicar as práticas relativas a justiça restaurativa, são chamados de facilitadores:

> Art. 1º - II-as práticas restaurativas serão coordenadas por facilitadores restaurativos capacitados em técnicas autocompositivas e consensuais de solução de conflitos próprias da Justiça Restaurativa, podendo ser servidor do tribunal, agente público, voluntário ou indicado por entidades parceiras;

Todavia, é importante destacar que existem limites ao facilitador restaurativo, conforme o art. 15, desta mesma resolução:

> Art. 15. É vedado ao facilitador restaurativo:
> I – impor determinada decisão, antecipar decisão de magistrado, julgar, aconselhar, diagnosticar ou simpatizar durante os trabalhos restaurativos;
> II – prestar testemunho em juízo acerca das informações obtidas no procedimento restaurativo;
> III – relatar ao juiz, ao promotor de justiça, aos advogados ou a qualquer autoridade do Sistema de Justiça, sem motivação legal, o conteúdo das

> declarações prestadas por qualquer dos envolvidos nos trabalhos restaurativos, sob as penas previstas no art. 154 do Código Penal.

Conforme Dias et.al (2025), os facilitadores precisam garantir que o processo seja conduzido com respeito, inclusão e atenção às necessidades das vítimas, buscando soluções que não sejam estigmatizantes. Essa complexidade reflete a diversidade de abordagens e a subjetividade na aplicação das práticas restaurativas, o que torna impossível chegar a conclusões uniformes sobre sua eficácia.

Dessa forma, a Justiça Restaurativa, ao equilibrar a participação colaborativa com parâmetros legais claros, reforça seu potencial transformador na promoção da reparação, responsabilização e reconstrução dos vínculos sociais.

3.2.1 Em casos de Violência Doméstica

A violência doméstica contra as mulheres configura-se como um problema de alcance global, marcado pela violação de direitos humanos e pela manifestação da violência de gênero. Essa forma de agressão está profundamente vinculada a estruturas sociais patriarcais que sustentam relações desiguais de poder entre os gêneros, legitimando comportamentos de controle e dominação sobre as mulheres (Godim e Lima, 2025).

Diante desse cenário de violência estrutural, torna-se evidente a necessidade de abordagens que não apenas punam o agressor, mas que também promovam a transformação das dinâmicas sociais que sustentam tais comportamentos.

Vale destacar assim, um movimento inovador que a própria Lei Maria da Penha, nº11.340/06, propôs:

> Inobstante a carência de políticas direcionadas a pacificação dos conflitos e a interrupção dos ciclos de violência, a Lei 11.340/06, em seu artigo 35, inciso V, foi prodigiosa ao imputar ao Estado o dever de criar e promover centros de reabilitação para os agressores. No sentido de estimular a reeducação e conscientização do ofensor com o fito de pacificar o conflito e diminuir os casos de reincidência (Barreto e Macêdo, 2017).

Portanto, é possível reconhecer que a Justiça Restaurativa surge como uma modelo que tem como proposta a responsabilização do ofensor por meio do diálogo, da escuta ativa e da reparação dos danos causados à vítima e à comunidade. Essa abordagem busca não apenas interromper o ciclo da violência, mas também restaurar

os vínculos sociais fragilizados, promovendo a conscientização, a empatia e a mudança de atitudes como caminhos para a efetiva justiça social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Justiça Restaurativa, quando compreendida como prática educativa, vai além de um método alternativo de resolução de conflitos. Ela se apresenta como ato de esperança, pois possibilita enxergar nos conflitos oportunidades de aprendizagem, reconciliação e transformação social.

Ao articular diálogo, empatia e corresponsabilidade, a justiça restaurativa contribui para a construção de uma justiça social inclusiva, voltada não apenas à resolução de litígios, mas à promoção da dignidade e da cidadania. Assim, educar para restaurar é também educar para a esperança: uma esperança ativa, que busca reinventar a justiça e fortalecer os vínculos que sustentam a vida em comunidade.

Portanto, a justiça restaurativa deve ser compreendida como caminho para o fortalecimento da justiça social, capaz de ressignificar relações e prevenir a violência Para tanto, faz-se necessário estudos mais aprofundados sobre a sua implementação no contexto brasileiro, a fim de que as vantagens do seu uso corroborem para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Mayra Dias Damasceno; MACÊDO, Sóstenes Jesus dos Santos. Violência doméstica, amor líquido e justiça restaurativa: é possível solidificar as relações a partir dos pensamentos de Zygmunt Bauman?, **XIII Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea,** 2017. Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/download/16938/4149

DE OLIVEIRA HESPANHOL, Liliane Cristina; COSTA, Volneida. Noções gerais sobre a Justiça Restaurativa. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 17, n. 4, p. e7895-e7895, 2025.

DIAS, José Wanderley Dallas Rei et al. A justiça restaurativa como ferramenta de ampliação do acesso à justiça: o abolicionismo penal. Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 18, n. 2, p. 130, 2025.

FLORES, Andréa; FIALHO, Melyna Machado. A JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM NOVO PARADIGMA NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. Revista de Direito Brasileira, v. 31, n. 12, p. 19-32, 2022.

GONDIM, Christine de Avellar; LIMA, Renata Dayanne Peixoto de. DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ANÁLISE CRÍTICA. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, *[S. l.]*, p. 16–206, 2025. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/20308. Acesso em: 15 set.

LUCENA, F. L. ; OLIVEIRA, T. C. F. . JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM PROGRAMA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS. In: II Convenção Americana de Justiça Restaurativa, 2019, Fortaleza. PROGRAMAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NA AMÉRICA LATINA E NO MUNDO, 2019.

MACEDO, Frederico Alberto Barbosa; ALMEIDA, Bruno Rotta. Justiça restaurativa: perspectivas críticas e potencialidades no contexto brasileiro. Humanidades & Inovação, v. 9, n. 17, p. 96-120, 2022.

MENDONÇA, Katia Marly Leite. Direito e Literatura: um diálogo com a Justiça Restaurativa a partir de Dostoievski e de Tolstói. Revista Direito e Práxis, v. 16, n. 02, p. e81846, 2025.

MUNHOZ, Verena Dias Barboza. ANÁLISE ENTRE A JUSTIÇA RESTAURATIVA E A JUSTIÇA RETRIBUTIVA: O ACESSO À JUSTIÇA COMO INSTRUMENTO ASSEGURADOR DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos, v. 10, n. 1, 2024.

SILVA, Fernanda Carvalho Dias de O. A experiência e o saber da experiência da justiça restaurativa no Brasil. São Paulo: Editora Blucher, 2022. E-book. p.72. ISBN 9786555501582. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555501582/. Acesso em: 15 set. 2025.

SILVA, Tatiane Jesus; OLIVEIRA, Teresa Cristina Ferreira de. Justiça Restaurativa : caminho para jovens em conflito com a lei, 2023. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/justica-restaurativa-caminho-para-jovens-em-conflito-com-a-lei/2001575666?msockid=06e94cddd1466df628d05ab5d0586c61 Acesso em: 15 de set, 2025.

TOMASI KEPPEN, LUIZ FERNANDO. JUSTIÇA RESTAURATIVA E SUA REGULAÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO: CAMINHOS PARA UMA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS HUMANIZADA E FRATERNA. REVISTA JURÍDICA - DIREITO, JUSTIÇA, FRATERNIDADE & SOCIEDADE, *[S. l.]*, v. 1, n. 3, p. 7–24, 2025. Disponível em: https://www.revista.sentencadozero.com/index.php/rjsdz/article/view/311. Acesso em: 16 set. 2025.

JUSTIÇA SOCIAL, VULNERABILIDADE E ENVELHECIMENTO: INTERSEÇÕES ENTRE O ESTATUTO DA PESSOA IDOSA E O DIREITO DAS FAMÍLIAS

Luiza Maria Freitas Gomes Correia[1]

Rita Simões Bonelli[2]

RESUMO

A sociedade brasileira vivencia uma mudança demográfica expressiva, com o crescimento da população idosa. No Brasil, esta população é marcada por estigmas, desigualdades e vulnerabilidades, assim, aumentam as demandas por cuidado e proteção jurídica. Dessa forma, o presente trabalho objetiva investigar como o Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741/2003, dialoga com os princípios do Direito de Família e com o ideal de justiça social consagrado no art. 193 da Constituição Federal de 1988, a fim de compreender de que modo a família, o Estado e a sociedade podem articular-se na promoção de um envelhecimento digno. Para tanto, por meio de pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, foi feita uma análise sistemática de artigos científicos, doutrina e legislação. Por fim, destaca-se que, apesar de o Estatuto da Pessoa Idosa representar importante marco normativo, sua efetividade depende da articulação entre políticas públicas consistentes, fortalecimento das relações familiares e comunitárias e do reconhecimento das múltiplas vulnerabilidades que atravessam o envelhecimento.

Palavras-chave: Justiça social. vulnerabilidade. Estatuto da Pessoa Idosa. Direito das Famílias. envelhecimento.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional brasileiro tem se intensificado nas últimas décadas. Segundo o Censo 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas com 65 anos ou mais cresceu 57,4% em apenas doze anos, revelando não apenas transformações demográficas, mas também sociais e jurídicas. O aumento da longevidade demanda maior atenção às vulnerabilidades que acometem a pessoa idosa, tanto em relação à saúde e à renda, quanto no âmbito das relações familiares.

[1] Graduanda em Direito, Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e Graduanda em Jornalismo, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Integrante do Grupo de Pesquisa em Família e Direito na Contemporaneidade lu.iza.mariia0109@gmail.com

[2] Doutora em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL). Mestre em Direito Econômico (UFBA), bacharela em Direito (UCSAL) e em Comunicação (UFBA), coordenadora da Pós-Graduação Lato Sensu em Direito das Famílias e Sucessões (UCSAL), coordenadora científica do IBDFAM-BA, Integrante do Grupo de Pesquisa em Família e Direito na Contemporaneidade, rita.bonelli@pro.ucsal.br

A Constituição Federal de 1988, no artigo 193, estabelece que “a ordem social tem como base o trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais”. Esse comando normativo revela a centralidade da dignidade da pessoa humana e a necessidade de proteção especial àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Dentre grupos vulneráveis, destaca-se a população idosa, cuja condição de maior vulnerabilidade tanto física, econômica quanto social exige a formulação de instrumentos normativos específicos, como é o caso do Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741/2003, o qual é voltado a assegurar direitos e garantir o envelhecimento digno.

É possível considerar ainda, que o Direito de Família ocupa papel essencial nesse debate, uma vez que a família é, simultaneamente, espaço de cuidado, afeto e solidariedade, mas também um ambiente de potenciais conflitos e violações. Cabe ressaltar que o dever de amparo aos ascendentes, previsto na legislação civil e reforçado pelo Estatuto da Pessoa Idosa, reafirma a corresponsabilidade entre Estado, sociedade e núcleo familiar na proteção desse grupo.

Por conta disso, o presente trabalho demonstra-se relevante, uma vez que refletir sobre a justiça social e a vulnerabilidade da pessoa idosa é também discutir a efetividade dos dispositivos legais, buscando caminhos para fortalecer o papel da família como espaço de cuidado, solidariedade e esperança.

Dessa maneira, a pesquisa adota metodologia de caráter qualitativo, de revisão bibliográfica e análise documental da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Pessoa Idosa, do Código Civil de 2002 e Projeto de Lei nº4/2025, além de doutrina e artigos científicos.

Destarte, pretende investigar como o Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741/2003, dialoga com os princípios do Direito de Família e com o ideal de justiça social consagrado no art. 193 da Constituição Federal de 1988, com o intuito de compreender de que modo a família, o Estado e a sociedade podem articular-se na promoção de um envelhecimento digno.

2 JUSTIÇA SOCIAL, CUIDADO E VULNERABILIDADES

O bem-estar e a justiça social configuram-se como pilares do novo constitucionalismo brasileiro, especialmente a partir da promulgação da Constituição de 1988, que surgiu em um contexto de forte demanda por proteção social e redução das desigualdades. Diante disso, a Carta Magna dedica o Título VIII à Ordem Social, estabelecendo normas que abrangem a seguridade social, incluindo saúde, assistência e previdência, além de áreas como educação, cultura e esporte. (Silva de Lima e Araújo Neto, 2025, p.05 e 15).

Desse modo, é possível entender que a justiça social, enquanto princípio fundamental para a construção de sociedades mais equitativas, está diretamente relacionada à promoção do cuidado e à atenção às diversas formas de vulnerabilidade existentes no tecido social.

Maria do Céu Patrão Neves (2006) defende que a vulnerabilidade, quando usada como adjetivo, aparece inicialmente como um fato, em um plano descritivo. No entanto, não pode ser vista de forma neutra, pois carrega consigo a expressão de valores, direcionando-se também para um plano prescritivo. Ao qualificar indivíduos e grupos como vulneráveis, há uma imposição ética de protegê-los.

O conceito de vulnerabilidade, no campo da gerontologia, é amplamente discutido, sendo compreendido como uma condição em que o indivíduo, embora não esteja fadado a sofrer danos, encontra-se mais exposto a riscos devido a desvantagens relevantes, especialmente no que diz respeito à qualidade de vida. Essa condição vulnerável não se limita ao nível individual, mas está profundamente relacionada aos contextos sociais e coletivos nos quais o sujeito está inserido (Barbosa, Oliveira e Fernandes, 2019).

Diante disso, no que tange a pessoa idosa, a vulnerabilidade é resultado de múltiplas condições inter relacionadas, envolvendo fatores de natureza biológica, social e programática. Esses elementos, quando combinados, contribuem para aumentar os riscos aos quais esse grupo está exposto, exigindo uma abordagem integrada nas políticas de cuidado e proteção (Barbosa, Oliveira e Fernandes, 2019).

Para Schumacher, Puttini e Nojimoto (2013), a partir da década de 1950, passou-se a revisar a concepção reducionista do envelhecimento, que até então o considerava como um processo exclusivamente natural e inevitável, associado apenas a alterações físicas, mentais e sociais. Desde então, consideram que:

> (...) predomina, pelo lado do envolvimento com as instituições sociais e da perspectiva da construção do conhecimento sobre a condição da pessoa idosa, nítida tendência a pressupor, nas explicações e propostas de políticas públicas, que se está lidando com indivíduos isolados.

Sendo assim, entendem esses autores que as políticas públicas voltadas à população idosa, em grande medida, foram estruturadas sob uma lógica individualista, que desconsidera a dimensão coletiva do envelhecimento. A concepção de autonomia foi reduzida à ideia de independência do idoso em relação ao seu entorno social, como se a proteção de seus direitos se resumisse a torná-lo autossuficiente. Nessa perspectiva, a família e a comunidade aparecem de forma secundária, e o Estado tende a adotar medidas que reforçam o isolamento.

Corrobora para isso o fato de que, em que pese Silva de Lima e Araújo Neto (2025) exponham que a Constituição Federal de 1988 dedica o Título VIII à Ordem Social, estando a justiça social e o bem-estar formalmente presentes na doutrina e na norma jurídica brasileira, os mesmo autores apontam que ambas, parecem distante da realidade teleológica de seus conceitos.

Dessa maneira, a realidade da pessoa idosa, marcada por vulnerabilidades múltiplas e interligadas, evidencia a necessidade urgente de políticas públicas que transcendam o discurso normativo e alcancem efetividade prática. Ainda que a Constituição de 1988 reconheça a justiça social e o bem-estar como fundamentos da ordem social, tais princípios permanecem, muitas vezes, distantes da vivência cotidiana dos idosos.

3 PESSOA IDOSA E LEI Nº 10.741/2003

O Estatuto da Pessoa Idosa, instituído pela Lei nº 10.741/2003, representa um marco na consolidação dos direitos das pessoas idosas. Dentre seus dispositivos, o art. 8º destaca-se ao reconhecer o envelhecimento como um direito personalíssimo e a sua proteção como um direito social, reafirmando a dignidade da pessoa idosa como valor central.

É importante destacar que cada país estabelece seus próprios critérios legais para definir quem é considerado pessoa idosa, baseando-se nas particularidades sociais e demográficas de sua população. No caso brasileiro, adota-se exclusivamente o critério etário, sem necessidade de avaliação de outros aspectos subjetivos. Conforme

previsto no artigo 1º do Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741/2003, são consideradas idosas as pessoas com 60 anos ou mais, mesma definição adotada pela Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842/1994 (Witzel e Alvarenga, 2013, p.02).

O envelhecimento populacional global é uma realidade consolidada, resultado tanto dos avanços da medicina, que elevaram a expectativa de vida e reduziram a mortalidade precoce, quanto da queda nas taxas de natalidade em escala mundial (Santin, 2012).

Por conta disso, conforme expõe Torres e Vieira Júnior (2025):

> (...) a proteção dos direitos dos idosos torna-se uma prioridade essencial. À medida que envelhecem, os idosos frequentemente enfrentam desafios específicos, como discriminação e preconceito. O etarismo, ou preconceito contra pessoas idosas, é uma forma comum de discriminação que pode ocorrer no mercado de trabalho, nos serviços de saúde e em outras áreas da vida social.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível superar visões negativas sobre a velhice e atitudes de negligência em relação à pessoa idosa, sob o risco de marginalizar um segmento crescente da população nos debates sobre direitos fundamentais (Santin, 2012).

No contexto nacional, o envelhecimento populacional tem ocorrido em meio a profundas desigualdades sociais. A população idosa atual, em grande parte, enfrentou condições socioeconômicas e demográficas menos favoráveis ao longo da vida, o que a coloca em uma posição de vulnerabilidade. Isso impõe desafios significativos tanto para os próprios idosos quanto para suas famílias e para o Estado (Bonfim, Silva e Camargos, 2022).

Dessa maneira, a abordagem dos direitos da pessoa idosa no ordenamento jurídico brasileiro é essencial, considerando-se as múltiplas vulnerabilidades que acometem essa parcela da população. É necessário garantir que sua dignidade humana seja plenamente respeitada e efetivada (Corrêa e Silva, 2024).

Portanto, é mister considerar que o Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741/2003, consolidou a proteção jurídica desse grupo etário, afirmando direitos fundamentais em áreas como saúde, assistência social, convivência familiar e dignidade. Assim, somado à Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842/1994, e à recente Lei nº 15.069/2024, que institui a Política Nacional de Cuidados, forma-se um conjunto normativo que reconhece a centralidade do cuidado na promoção de direitos.

Todavia, em que pese o Estatuto da Pessoa Idosa e a recente Política Nacional de Cuidados representem avanços normativos significativos, ainda carecem de mecanismos eficazes de implementação que assegurem de fato a redução das vulnerabilidades e a promoção da justiça social.

4 DIREITO DAS FAMÍLIAS E SOLIDARIEDADE

No âmbito familiar, a Constituição Federal em seu art. 229, estabelece que os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. O Código Civil, em seus arts. 1.694 e 1.696, prevê a obrigação alimentar como expressão jurídica da solidariedade familiar.

Além disso, o princípio do melhor interesse da pessoa idosa está consolidado como um direito fundamental que deve ser priorizado por toda a sociedade, sendo a família a principal responsável por assegurar sua proteção, garantir seus direitos e prestar o devido cuidado em qualquer circunstância (Tome Pina et al., 2017, p.36).

Contudo, na vida contemporânea, observa-se uma fragilidade nas relações familiares, em grande parte devido à falta de tempo para encontros entre as pessoas, o que resulta em relações superficiais e instáveis. Isso dificulta a manutenção de padrões estabelecidos e torna as experiências cotidianas, bem como as relações afetivas e familiares, cada vez mais complexas e desafiadoras (Freitas e Noronha, 2012, p.188).

Assim, é comum que, à medida que os pais envelhecem e passam a demandar cuidados no ambiente, surjam conflitos dentro do núcleo familiar, revelando tensões relacionadas à responsabilidade pelo cuidado e à reorganização das dinâmicas familiares (Tome Pina et al., 2017).

Nesse sentido, destaca-se a relevância de discutir o tipo de cuidado esperado pelos idosos, compreendendo-o não apenas como uma responsabilidade familiar e institucional, mas também como um ato de solidariedade por parte dos familiares. De acordo com a legislação vigente, o Estado reconhece que é dever da família zelar e atender às necessidades que surgem com a velhice. No entanto, no cenário atual, parece inviável atribuir exclusivamente às famílias a responsabilidade de cuidar (Freitas e Noronha, 2010).

É fundamental que exista uma rede de apoio integrada entre o Estado, a família e a sociedade, para que o cuidado não se restrinja a uma ação pontual ou técnica. A colaboração dessas esferas, cada uma dentro de suas competências, certamente contribuiria para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e das relações intergeracionais (Freitas e Noronha, 2010).

Dessa forma, a família, embora prevista em lei como núcleo de solidariedade intergeracional, muitas vezes se mostra insuficiente para garantir a dignidade da pessoa idosa, seja pela sobrecarga no cuidado, seja pela ocorrência de situações de negligência e violência. Isso reforça a necessidade de compreender a proteção à pessoa idosa como responsabilidade compartilhada entre família, Estado e sociedade.

Diante disso, é indispensável que as políticas públicas assumam um papel ativo não apenas como suporte, mas como agentes formadores de consciência e corresponsabilidade social, uma vez que:

> (…) as políticas sociais não apenas complementam a ação da família, mas também influenciam suas práticas e percepções sobre o cuidado com a pessoa idosa. Para evitar o abandono afetivo, é essencial que haja um esforço contínuo para fortalecer os vínculos familiares e garantir que os princípios do Estado Democrático de Direito sejam respeitados (Gimenes e Dacie, 2025, p.08).

Nesse contexto, o fortalecimento dos vínculos familiares deve ser acompanhado por estratégias estatais que promovam o cuidado digno, prevenindo situações de negligência e exclusão. A justiça social, nesse sentido, manifesta-se na construção de redes de apoio que assegurem à pessoa idosa o pleno exercício de sua cidadania e a vivência da velhice com dignidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da proposta de investigar como o Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741/2003, dialoga com o Direito de Família e com o ideal de justiça social previsto no artigo 193 da Constituição Federal de 1988, evidencia-se que o envelhecimento não pode ser compreendido apenas como um fenômeno biológico, mas como questão social e jurídica que envolve múltiplas dimensões da vida humana.

Assim, a condição de vulnerabilidade das pessoas idosas, atravessada por questões socioeconômicas exige políticas públicas eficazes, atuação estatal comprometida e fortalecimento dos laços comunitários e familiares. Nesse cenário, o

Direito de Família revela-se espaço essencial de proteção e cuidado, mas também de desafios.

Destarte, o Estatuto da Pessoa Idosa é um marco fundamental de promoção da dignidade humana, mas sua eficácia depende de uma leitura crítica e interseccional que considere as diferentes formas de vulnerabilidade e promova medidas concretas de inclusão.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Keylla Talitha Fernandes; OLIVEIRA, Fabiana Maria Rodrigues Lopes de; FERNANDES, Maria das Graças Melo. Vulnerabilidade da pessoa idosa: análise conceitual. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 72, p. 337-344, 2019.

BOMFIM, Wanderson Costa; SILVA, Mariane Coimbra da; CAMARGOS, Mirela Castro Santos. Estatuto do Idoso: análise dos fatores associados ao seu conhecimento pela população idosa brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 11, p. 4277-4288, 2022.

BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Agência IBGE de Notícias, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos. Acesso: 16 set. 2025.

BRASIL**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Código Civil. Texto compilado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL**. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Estatuto da Pessoa Idosa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024.** Institui a Política Nacional de Cuidados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L15069.htm. Acesso em: 17 set.2025.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

CORRÊA, João Mário Alves; SILVA, Odi Alexander Rocha da. OS DESDOBRAMENTOS DO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA NO BRASIL (LEI 10.741 DE 2003). **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, *[S. l.]*, v. 10, n. 4, p. 1211–1222, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i4.13513. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13513. Acesso em: 17 set. 2025.

FIOREZE, Cristina; HENRICH, Giovana; TOAZZA, Daniela Luiza. O familismo na ciranda da violência contra idosos. **Serviço Social em Revista**, v. 26, n. 1, p. 101-120, 2023..

FREITAS, A. V. S. ; NORONHA, Ceci Vilar . Idosos em instituições de longa permanência: falando de cuidado. Interface. Comunicação, Saúde e Educação , v. 14, p. 359-369, 2010.

FREITAS, A. V. S. ; NORONHA, Ceci Vilar . Idosos vivendo em instituição de longa permanência: o paradoxo da proteção e dos maus-tratos. In: Ceci Avelar Noronha, Andrija Oliveira .. (Org.). Violências intencionais contra grupos vulneráveis: crianças, adolescentes, jovens, mulheres e idosos. 01ed.Salvador: EDUFBA, 2012, v. 01, p. 171-189

GIMENES, Éder Rodrigo; DACIE, Milton Cesar. ENVELHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DO SERVIÇO SOCIAL NA GARANTIA DOS DIREITOS DOS IDOSOS. **Revista DCS**, *[S. l.]*, v. 22, n. 80, p. e2998, 2025. DOI: 10.54899/dcs.v22i80.2998. Disponível em: https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/2998. Acesso em: 16 set. 2025.

NEVES, Maria do Céu Patrão. Sentidos da vulnerabilidade: característica, condição, princípio. **Revista brasileira de bioética**, v. 2, n. 2, p. 157-172, 2006.

SANTIN, Janaína Rigo. O princípio da dignidade humana e os direitos sociais dos idosos no Brasil: uma análise a partir da constituição de 1988 e do estatuto do idoso. **RIDB, Ano**, v. 1, nº7, 2012.

SCHUMACHER, Aluisio Almeida; PUTTINI, Rodolfo Franco; NOJIMOTO, Toshio. Vulnerabilidade, reconhecimento e saúde da pessoa idosa: autonomia intersubjetiva e justiça social. **Saúde em debate**, v. 37, p. 281-293, 2013.

SILVA DE LIMA, David Williams; LOPES DE ARAÚJO NETO, Raul. O bem-estar e a justiça social como pretensão de eficácia da força normativa da Constituição. Revista do Curso de Direito do UNIFOR, *[S. l.]*, v. 16, n. 1, p. e252082, 2025. DOI: 10.24862/rcdu.v16i1.2082. Disponível em: https://revistas.uniformg.edu.br/cursodireitouniformg/article/view/2082. Acesso em: 17 set. 2025.

TOME PINA, Selma Cristina Tomé; COELHO, Ana Paula de Fátima; TORRES, Juliana Castro; TEIXEIRA, Andressa Braga. O papel da família e do Estado na proteção do idoso. Ciência ET Praxis, *[S. l.]*, v. 9, n. 18, p. 35–40, 2017. Disponível em: https://revista.uemg.br/praxys/article/view/2532. Acesso em: 17 set. 2025.

TORRES, Juliana Castro; JUNIOR, Isaías Vieira. A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS NO BRASIL:: desafios e oportunidades de inclusão social. **Revista dos Seminários de Iniciação Cientifica**, v. 7, n. 3, 2025.

WITZEL, Ana Claudia Paes; ALVARENGA, Maria Amália De Figueiredo Pereira. Breves considerações sobre a proteção do idoso no âmbito da família. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, v. 7, n. 1, 2013.

O POVO XAVANTE E OS DESAFIOS PARA A EFETIVIDADE DA CIDADANIA.

Mariana Miyke de Faveri [1]

Maria Gorete Borges Figueirêdo [2]

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo pontuar os obstáculos de acesso a direitos fundamentais encontrados pela população indígena Xavante. São diversos desafios para garantia do acesso a direitos sociais básicos que tem culminado em um alto índice de mortalidade infantil na população que habita as Terras Indígenas de São Marcos, Sangradouro, Parabubure e Marechal Rondon, na região leste do estado de Mato Grosso. A análise dos dados apresentados pela Coordenação Regional Xavante, órgão descentralizado da FUNAI em Barra do Garças/MT, contribuem para expor a atual realidade, e situar o leitor acerca das barreiras enfrentadas pelos indígenas Xavante. Destaca-se as previsões legais acerca da autonomia dos povos indígenas enquanto cidadãos, bem como o vínculo com as previsões contidas no Título II da Constituição Federal (1988). O artigo objetiva apresentar a realidade enfrentada atualmente pelo povo Xavante, na tentativa de assegurar o direito à cidadania. Há uma conexão existente entre obstáculos básicos, que envolvem desde a limitação à locomoção entre aldeias e centros urbanos, até os desafios tecnológicos da atualidade, e como isso se relaciona com o direito à vida, à saúde e à cidadania, o que afeta diretamente o alto índice de mortalidade infantil na etnia. A análise feita é prévia e não se exaure neste artigo, de modo que o leitor também é convidado a refletir acerca da atual situação destes povos que foram – e continuam sendo – massacrados pelas forças colonizadoras.

Palavras-chave: Cidadania; Povos indígenas; FUNAI; Vulnerabilidade social.

1 INTRODUÇÃO

A população indígena Xavante está presente e concentrada no estado do Mato Grosso, um contingente populacional de aproximadamente 18.000 indígenas, espalhados em aproximadamente 300 aldeias. Em área territorial, são aproximadamente 670.000 hectares de terras demarcadas.

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), é um órgão do Governo Brasileiro criado em 1967 para promover e proteger os direitos dos povos indígenas, incluindo a demarcação de terras, o acesso a direitos sociais, e o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas. Ela se faz presente através da Coordenação

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania – UCSAL; Servidora Pública da FUNAI– MT; e-mail: mariana.faveri@ucsal.edu.br

[2] Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social; Professora Permanente do Programa de Políticas Sociais e Cidadania – UCSal, Assistente Social e Pedagoga, e-mail: maria.gorete@ucsal.br.

Regional Xavante (CR-XAV), órgão descentralizado que possui sede em Barra do Garças/MT.

A CR-XAV é o ente responsável pela política indigenista da região, sua jurisdição contempla única e exclusivamente a população Xavante, especificamente das Terras Indígenas Sangradouro, São Marcos, Parabubure e Marechal Rondon.

O contato entre o waradzu[3] e a população indígena Xavante não completou nem mesmo um século, e graves problemas de acesso a direitos e garantias fundamentais têm sido observados. A vivência na Coordenação Regional Xavante, na condição de servidora pública (Indigenista) há quase quatorze anos, apresenta dados suficientes para constatar que existem inúmeros obstáculos no caminho de tentar assegurar direitos constitucionais básicos à essa população.

Apesar de juridicamente não existir uma hierarquia entre os direitos fundamentais, é possível afirmar que o direito mais importante de todos tem sido o mais afetado: o direito fundamental à vida. Sem vida, não há que se falar em obstáculos à saúde, à previdência, à liberdade de locomoção, ou qualquer outro direito social. A vida precede todos eles, e é neste aspecto que este direito é apresentado neste grau de importância - apenas por questões didáticas.

A análise realizada neste artigo compila uma breve retomada conceitual acerca dos direitos fundamentais garantidos aos povos indígenas enquanto cidadãos, na Constituição Federal, bem como tece rápidos comentários acerca dos desafios jurídicos na interpretação das legislações que se referem ao tema. Na sequência, apresenta informações relevantes advindas da prática da atividade indigenista, com foco nas questões que afetam diretamente os direitos fundamentais da população Xavante.

O objetivo deste estudo é apresentar a realidade enfrentada atualmente pelo povo Xavante, na tentativa de assegurar o direito à cidadania, entre outros direitos constitucionais. Além disso, também foram elencados diversos obstáculos que interferem direta ou indiretamente na plena efetivação dos direitos fundamentais desses cidadãos. Não há nenhuma forma de exaurir o assunto neste artigo, pois são problemáticas que exigem a atuação interinstitucional de diversos órgãos que atuam com a política indigenista em todos os âmbitos, seja fiscalizando, regulando, executando, tanto em nível municipal, estadual, quanto federal. Aqui reúne informações

[3] Palavra do idioma Xavante que significa “não indígena”

para chamar atenção aos problemas ora relatados, bem como tentar instigar o leitor a contribuir de alguma forma para a mudança dessa realidade, tão triste e devastadora, que os povos originários ainda sofrem como consequência do processo de colonização.

2 DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS POVOS INDÍGENAS NA CONTEMPORANEIDADE

A Constituição Federal Brasileira (1988) 4 elenca os direitos fundamentais logo no início de seu texto, no Título II, que trata "Dos Direitos e Garantias Fundamentais", compreendendo os artigos 5º ao 17. Suas diretrizes correspondem a um conjunto de

direitos e garantias essenciais que visam proteger a dignidade da pessoa humana, garantindo a liberdade, igualdade e justiça para todos os cidadãos brasileiros. É cediço que a Constituição Federal (CF) de 1988 deu um grande salto na proteção dos direitos indígenas no Brasil, marcando um avanço significativo no reconhecimento de sua autonomia e da sua relação com o território. Os dispositivos incluídos na atual versão do texto constitucional foram fundamentais para garantir o direito à existência e à cultura dos povos indígenas, ainda que sua implementação enfrente desafios significativos devido a interesses econômicos e disputas territoriais:

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (Brasil, 1988)

A garantia ao território é o primeiro ponto a se considerar na busca de assegurar os direitos fundamentais dos povos indígenas. É a partir da garantia plena e tranquila de seu território que os povos indígenas poderão exercer demais direitos, como por exemplo os que encontramos elencados no artigo 5º da Constituição: direito à liberdade, à vida, à segurança, à igualdade, à propriedade, à privacidade, à inviolabilidade do domicílio, entre outros que caracterizam a cidadania plena. Neste mesmo sentido, os direitos sociais dos povos indígenas são direitos fundamentais que devem ser respeitados. O acesso a condições mínimas de vida digna - buscando o acesso à educação, saúde, trabalho, locomoção, moradia, lazer, previdência social, proteção à maternidade e à infância -, demandam atenção estatal, especialmente para assegurar o cumprimento destes, respeitando todas as peculiaridades culturais de cada povo. Ainda que existam diversas discussões hermenêuticas acerca da capacidade civil destes povos - especialmente no que diz respeito artigo 9º do Estatuto do Índio5 (Lei

6.001/1973) e do parágrafo único do artigo 4º do Código Civil -, é indiscutível que aos indígenas devem ser garantidos irrestritamente todos os direitos fundamentais previstos na Carta Magna. O artigo 232 da Constituição Federal 6 é um destes dispositivos em que observamos o avanço na proteção dos direitos destes povos: “Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”. (Brasil, 1988)

Apesar da garantia legal, na prática nem sempre se dá conforme a teoria. A vivência profissional junto ao povo Xavante, enquanto servidora pública lotada no cargo de Especialista em Indigenismo na Coordenação Regional Xavante da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) em Barra do Garças - Mato Grosso (MT), revela a existência de diversos obstáculos de acesso direitos sociais mais básicos dos indígenas.

É importante contextualizar que a Coordenação Regional Xavante (CR-XAV) é o órgão descentralizado da FUNAI em Barra do Garças - MT, responsável pela articulação e implementação da política indigenista na região. É uma das poucas unidades descentralizadas que atua apenas com uma etnia (Xavante), de forma exclusiva. A população atendida pela unidade conta com aproximadamente 18.000 indígenas, espalhados em 300 aldeias, localizadas em uma área total de quase 670.000 hectares (ha), subdivididas nas seguintes Terras Indígenas7: São Marcos (173.039,34 ha), Sangradouro (103.045,46 ha), Parabubure (290.070,64 ha) e Marechal Rondon (100.533,49 ha).

Apesar da larga extensão territorial e localização geográfica, os indígenas da etnia vivem de forma bastante similar, e, infelizmente, precária. Há grande dependência do estado na busca da efetivação dos direitos sociais mais básicos, mesmo entre aqueles que possuem conhecimento da língua portuguesa - que não é o idioma nativo destes. É possível afirmar que os indígenas da etnia Xavante atendidos pela Coordenação Regional Xavante vivem numa situação de extrema vulnerabilidade social. São muitos os obstáculos que estes quase 18.000 indígenas Xavante enfrentam na sua lida diária. A existência deste povo vem sendo pautada pela busca diuturna por alcançar seus direitos sociais mais básicos - aqueles contidos no artigo 6º da Constituição Federal:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
> Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária. (Brasil, 1988)

Os direitos sociais que estes indígenas buscam são os essenciais para a garantia da dignidade da vida e da existência humana. Porém, existem inúmeros obstáculos que impedem a efetividade da cidadania, com destaque à dificuldade de acesso à saúde, à previdência, à locomoção, à proteção à maternidade e à infância, e à vida - enquanto bem maior tutelado pelo Estado.

O contexto atual das comunidades Xavante indica que o problema mais grave enfrentado pela população é a insegurança alimentar. A consequência mais terrível deste cenário é a altíssima taxa de mortalidade infantil. Nos últimos anos a população Xavante tem enfrentado uma situação catastrófica: de acordo com reportagem da Revista Carta Capital, publicada em março/2023, somente no ano de 2022 foram registrados 70 (setenta) óbitos de crianças Xavantes, dentre 966 crianças nascidas; comparada à média brasileira, a média Xavante é 5 vezes maior (13 mortes para cada mil crianças nascidas).

Desde de 2010, a etnia Xavante apresenta índices alarmantes comparados às demais comunidades indígenas brasileiras. Segundo a informação repassada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena à revista, "entre 2002 e 2012, a taxa média anual de mortalidade infantil dos Xavante era ainda maior, com 94 óbitos por mil nascidos vivos(...). Este problema é causado pela combinação de um quadro de escassez de alimentos (situação de fome) e alto consumo de alimentos de baixo valor nutricional. Além disso, a precarização do planejamento familiar, a dificuldade de acesso à água potável e a precariedade sanitária (cerca de 20% das aldeias atendidas pela CR-XAV não dispõem de acesso à água potável), são fatores que potencializam a mortalidade infantil da etnia Xavante. Em adultos, há um número alarmante de diabetes, que é o sintoma mais agudo dessa situação. Em atuação conjunta da Coordenação Regional Xavante com a saúde indígena, por intermédio do Distrito Sanitário Especial Indígena Xavante (DSEI-XAV) foi identificado que a situação de penúria econômica dos Xavante é tão severa, que muitas famílias acabam consumindo as fórmulas alimentares fornecidas pelo DSEIXAV, destinadas às crianças que estão em tratamento nutricional.

Além disso, a falta de água potável e saneamento básico nas aldeias, agrava a situação, pois a higiene das mamadeiras fica prejudicada, proporcionando um ambiente de proliferação de bactérias, potenciais causadores de doenças nas crianças – já tão fragilizadas. Como resultado trágico, as crianças não conseguem consumir a quantidade de alimento estipulada pelos nutricionistas, acabam entrando em estado de inanição, e, nos piores casos, vindo a falecer. Portanto, há uma relação direta entre mortalidade infantil e desnutrição.

Os dados obtidos pela Coordenação Regional Xavante – FUNAI no desenvolvimento de seus trabalhos, apontam que, apesar da larga extensão territorial, a produção alimentar Xavante é ínfima, irrisória e muito aquém das necessidades reais de subsistência. A insuficiente produção alimentar, quando ocorre, se divide na produção de milho, milho Xavante, banana, abóbora, melancia, arroz, feijão xavante, mandioca, entre outros. De acordo com dados levantados pelo Serviço de Direitos Sociais e Cidadania (SEDISC) da Coordenação Regional Xavante em 2023, seria necessário aumentar em mais de 200% a produção alimentar que atualmente vem sendo praticada pelos indígenas de modo a estabelecer condições mínimas para superação das necessidades alimentares das comunidades.

A limitação dos territórios, que foi imposta pelo processo de expropriação de terras por parte das forças colonizadoras, e consolidada pelo processo de demarcação de terras. Um movimento histórico e social que afetou/afeta direta e negativamente as estruturas da economia tradicional Xavante, que tinham como base o nomadismo para obtenção de caça e coleta.

Como consequência, o que se observa são as imensas dificuldades que as comunidades indígenas têm enfrentado para se adaptar pois, ao longo de praticamente oito décadas de contato, não tiveram nenhum tipo de capacitação por parte dos órgãos governamentais que possibilitasse a organização e execução de um trabalho agrícola adequado (quantitativa e qualitativamente) às suas atuais condições: território limitado, aumento populacional, escassez de recursos naturais (caça e coleta), e necessidades culturais e alimentares.

O trabalho agrícola realizado nas aldeias ainda é muito semelhante à agricultura tradicional desenvolvida antes do contato, ou seja, pequenas roças familiares rústicas que servem apenas para tentar complementar a alimentação advinda substancialmente da caça e coleta de frutos e raízes cerrado.

O Povo Xavante é um povo tradicionalmente caçador. A caça de animais silvestres é, historicamente, a principal forma de adquirir proteína, e os animais mais apreciados pelos indígenas são catitus, tatus, tamanduás, antas e veados. Atualmente, as caçadas são realizadas quase que exclusivamente nas épocas dos rituais, principalmente no Danhonõ (iniciação da vida adulta) e Wai'arini (iniciação espiritual dos homens).

Com orçamentos das Coordenações Regionais apresentam números ínfimos, que precisam ser gerenciados de forma criteriosa e desafiadora e de acordo com estimativas realizadas pela CR-XAV, as necessidades alimentares das comunidades são supridas quase que em sua totalidade por alimentos industrializados. Diante disso, podemos afirmar que as comunidades indígenas vêm enfrentando problemas alimentares de duas ordens: a primeira, é a situação de escassez de alimentos saudáveis na Terra Indígena, sejam eles naturais e/ou cultivados; a segunda, e mais preocupante, advém do aumento do consumo de alimentos industrializados (refrigerante, açúcar, sal, arroz, etc.) que reforçam a dependência dos indígenas em relação à sociedade envolvente e contribuem com o aumento de doenças crônicas advindas do alto consumo de sal e açúcar, como o diabetes e a hipertensão.

Pesquisas apontam que os Xavantes enfrentam uma grave epidemia de doenças crônicas oriundas dos seus novos (e forçados) hábitos alimentares, como obesidade, diabetes e hipertensão. O trabalho agrícola realizado nas aldeias ainda é muito semelhante à agricultura tradicional desenvolvida antes do contato, ou seja, pequenas roças familiares rústicas que servem apenas para tentar complementar a alimentação advinda substancialmente da caça e coleta de frutos e raízes cerrado. O Povo Xavante é um povo tradicionalmente caçador, e a caça de animais silvestres é, historicamente, a principal forma de adquirir proteína.

Porém, a limitação do território Xavante, a intensa ocupação não-indígena na região, e a degradação ambiental das áreas do entorno às Terras Indígenas tem reduzido drasticamente a oferta de animais silvestres. Atualmente, as caçadas são realizadas quase que exclusivamente nas épocas dos rituais, principalmente no Danhonõ (iniciação da vida adulta) e Wai'arini (iniciação espiritual dos homens).

Outro fator bastante significativo que dificulta a vida das comunidades indígenas é a falta de assistência técnica por parte da FUNAI, bem como a ausência de insumos

agrícolas. Os orçamentos das Coordenações Regionais apresentam números ínfimos, que precisam ser gerenciados de forma criteriosa e desafiadora.

Pode-se afirmar que as comunidades indígenas vêm enfrentando problemas alimentares de duas ordens: a primeira, é a situação de escassez de alimentos saudáveis na Terra Indígena, sejam eles naturais e/ou cultivados; a segunda, e mais preocupante, advém do aumento do consumo de alimentos industrializados (refrigerante, açúcar, sal, arroz, etc.) que reforçam a dependência dos indígenas em relação à sociedade envolvente e contribuem com o aumento de doenças crônicas advindas do alto consumo de sal e açúcar, como o diabetes e a hipertensão.

Pesquisas apontam que os Xavantes enfrentam uma grave epidemia de doenças crônicas oriundas dos seus novos (e forçados) hábitos alimentares, como obesidade, diabetes e hipertensão. Segundo SOARES et. al. (2015), 66% da população Xavante das Terras Indígenas São Marcos e Sangradouro apresentam vulnerabilidade social. Apesar de a FUNAI ser o órgão responsável pela execução da política indigenista - o que inclui a formalização do acesso aos direitos sociais aos quais os Xavante têm direito, a pandemia impactou profundamente a atuação da instituição no atendimento dessas demandas.

Diante do Estado de Calamidade Pública decretado no Brasil em março de 2020, a Procuradoria da República em Barra do Garças protocolou uma Ação Civil Pública (ACP) em face da União e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), com o objetivo de determinar que ambos promovessem o abastecimento de cestas básicas mensais ao povo indígena Xavante, visando evitar o deslocamento aos centros urbanos para aquisição de alimentos, e assim reduzir ao máximo o risco de contaminação.

O Regimento Interno da FUNAI apresenta em seu Anexo I toda a regulamentação acerca da função do órgão. No artigo 2º, II, alínea f, é possível identificar que uma das finalidades da FUNAI é a “garantia da promoção de direitos sociais, econômicos e culturais aos povos indígenas”. Nas unidades descentralizadas (Coordenações Regionais - CRs), todos os planejamentos acerca dessa temática são executados pelo SEDISC. A execução finalística, por sua vez, compete às Coordenações Técnicas Locais; é às CTLs que cabe realizar o atendimento e a triagem das demandas das comunidades, repassando às CRs para, em conjunto, atingirem o objetivo pretendido. Mas, isso vem sendo cada vez mais difícil de ser efetivado,

resultando num total afastamento do Estado no cuidado com os indígenas nas demandas por benefícios sociais junto ao INSS.

Nessa lacuna, profissionais autônomos e advogados começaram a atuar nas demandas previdenciárias do povo Xavante, que se encontrava desassistido. Conforme levantamento realizado pela CR-XAV, há informações de que os profissionais entravam nos Territórios, e em se tratando de profissionais liberais e autônomos, existe o custo financeiro das contratações. Apesar de não existir registros formais dos valores pagos e da modalidade de contratação feita entre tais profissionais e os indígenas contratantes, no contexto de vulnerabilidade em que a população vive, é preocupante que os mesmos estejam à mercê de ter que destinar qualquer quantia, por menor que seja, ao pagamento de profissionais que executam funções que a FUNAI deveria estar executando a título não-oneroso.

Sem se eximir da sua responsabilidade frente a essa realidade, a CRXAV tem buscado providências junto às Diretorias superiores da FUNAI, para lidar com essa problemática, traçando estratégias para retomada do protagonismo da FUNAI junto às comunidades no que diz respeito à prestação de serviços de assessoria em requerimentos de benefícios sociais. Há que se pontuar que a capacidade civil do indígena Xavante é plena e, a FUNAI também deve respeitar a autonomia de cada cidadão contratar seu próprio representante/procurador legal de forma particular.

Eventual vício de consentimento deve ser investigado no caso concreto. Isso é traduzido em um grande desafio para os servidores da instituição, pois apesar de existir um contexto histórico de tutela aos indígenas, desde a Constituição Federal de 1988, não podemos mais considerar digno que tais pensamentos protecionistas permaneçam vigentes junto à atuação profissional. O que cabe à FUNAI é atuar no cumprimento de seus deveres regimentais, para tentar reverter a situação de vulnerabilidade social e financeira do povo Xavante

Outro obstáculo que é observado nas instituições que lidam com alguma das etapas de acesso a benefícios sociais (FUNAI, Centros de Referência de Assistência Social dos municípios, INSS, bancos, etc.), é a questão da grafia do nome Xavante. Existem divergências encontradas entre os nomes registrados em documentos oficiais, e no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), que travam toda a progressão de cadastramento de demandas, pelo uso de sinais gráficos que não são suportados pelos sistemas das instituições.

Tomemos como exemplo o nome do atual Coordenador Regional da CR-XAV, *Michael Rã'wa Tsa'e'omo'wa*; existem quatro sinais gráficos de apóstrofes, que em muitos sistemas, como o do próprio Cadastro de Pessoas Físicas, não são reconhecidos e são substituídos por espaços, passando a serem grafados da seguinte forma: *Michael Rã wa Tsa e omo wa*.

O CadÚnico apresenta outra problemática, que é o bloqueio de cadastros que possuem uma letra isolada. Na tentativa de driblar este bloqueio sistêmico, alguns municípios tem apostado na tentativa de incluir a letra “h” em nomes de indígenas, em substituição aos sinais gráficos de apóstrofes. Neste contexto, o nome apresentado como exemplo passaria a ser escrito *Michael Rãhwa Tsahehomohwa*, alterando substancialmente a grafia original.

Não há embasamento para a substituição do sinal gráfico de apóstrofe, pela letra “h”, e este ainda é um problema que não possui solução, e que demandaria atuação a nível federal para alteração deste status que tanto dificulta a vida desse povo, pois tem sido considerado significativa e negativamente impactante.

Os indígenas que, apesar de todas as dificuldades elencadas até então, conseguem deferimento de seus benefícios sociais e previdenciários, ainda têm de lidar com um novo obstáculo: **os aplicativos virtuais**. Atualmente é praticamente impossível que qualquer cidadão brasileiro acesse seus benefícios sem um celular em mãos, e isso não é diferente para o povo Xavante; cada dia mais, é exigido que todos tenham acesso a algum aparelho eletrônico conectado à internet, que detenha acesso à plataforma governamental gov.br.

Atualmente, a plataforma gov.br tem unificado os acessos e autenticações a qualquer tipo de serviço ou cadastro oferecido/gerenciado pelo governo federal. Em uma instituição como a FUNAI, os servidores (ativos e aposentados) que nela estão lotados, precisam ter os acessos devidamente configurados e atualizados, para as mais básicas operações: marcação de férias, consulta de contracheques, realização de prova de vida, entre outros. Para a criação do cadastro na plataforma, é necessário ter um e-mail ativo, um celular com uma boa configuração de memória e uma câmera razoável, acesso à internet, e, o maior desafio aos Xavante: a prática de manejo dos aplicativos virtuais.

Os obstáculos criados por esse formato unificado e totalmente virtual de acesso a plataformas essenciais para manutenção de benefícios, não se dão apenas pelas limitações de acompanhamento das tecnologias; a análise que é feita parte do princípio de que esses servidores aposentados, que trabalharam em suas comunidades durante quase toda a vida, permanecem naqueles locais, que em sua imensa maioria não detém acesso à internet.

Apesar de ser difícil de vislumbrar para quem reside nos centros urbanos, essa é uma realidade que existe nos tempos atuais, e que tem se tornado cada vez mais desafiadora aos que resistem e persistem em resguardar sua cultura e seu estilo de vida afastado à realidade waradzu.

3 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988 é um marco jurídico na segurança à autonomia dos povos indígenas, e é ferramenta essencial para a garantia da justiça e proteção das mais diversas comunidades e etnias que existem no Brasil. No entanto, a efetividade da cidadania com o acesso aos direitos fundamentais depende de esforços contínuos para superar inúmeros obstáculos que impedem garantias ainda muito básicas, como o próprio direito à saúde, à vida, à locomoção e à dignidade.

O problema alimentar Xavante é tão complexo, que não apresenta condições de ser resolvido unicamente por uma só instituição; ele exige um conjunto de ações que perpassam a atuação dos diversos órgãos da política indigenista. Além disso, é impossível não demandar o protagonismo das próprias comunidades Xavante, para que haja uma mudança neste estado de crise humanitária que estão vivenciando, pois toda a população, aproximadamente 18 mil pessoas, enfrenta dificuldades relacionadas à satisfação de suas necessidades de subsistência.

É urgente que o povo Xavante se aproprie dos conhecimentos técnicos oferecidos pela sociedade envolvente e para se tornarem protagonistas no desenvolvimento dessas ações. Cabe às prefeituras criarem condições favoráveis para atrair interessados na prestação do serviço, começando, por exemplo, pela otimização do tráfego nas estradas das Terras Indígenas.

A implementação de transportes públicos - não necessariamente gratuitos, mas com preço justo - entre cidade e terra indígena é uma alternativa viável e possível.

O caminho para a efetividade da cidadania do povo Xavante é complexo e certamente não será desvendado com a ação e o empenho de apenas um órgão específico. Apesar de permanecer no imaginário social de que somente a FUNAI é responsável por todas as frentes, as problemáticas da mortalidade infantil, da obesidade, da epidemia de doenças crônicas (diabetes e hipertensão), da falta de produção de alimentos saudáveis e da dependência dos alimentos industriais, integram um universo complexo de crises que se correlacionam e se agravam mutuamente.

A vivência indigenista demonstra que não há nenhuma forma de superar os problemas críticos sem a atuação de outros órgãos que, ainda que indiretamente, também possuem responsabilidade de atuar nesse contexto político. É necessária a atuação entre todos os entes públicos envolvidos, em todos os poderes (executivo, legislativo e judiciário), em todos os níveis de abrangência (municipal, estadual e federal), incluindo também setores da iniciativa privada, lideranças indígenas e, claro, a FUNAI (como principal responsável pela execução da política indigenista no país), para que haja a elaboração de projetos que efetivamente tragam uma mudança para o povo Xavante.

Não há dúvidas de é urgente que os holofotes se voltem para as questões enfrentadas pelo povo Xavante, assim como foi feito com relação à comunidade Yanomami, até em razão dos números serem muito próximos. Não é aceitável que uma população que foi tão massacrada, dominada, violentada e dizimada ao longo da história do Brasil, siga enfrentando tantos obstáculos para a conquista de um direito fundamental tão básico como o direito à vida visto sua cidadania não ser reconhecida e efetivada.

REFERÊNCIAS

ALISSON, Elton. **Xavantes vivem epidemia de diabete, aponta estudo**. Jornal da USP. São Paulo, 19 out. 2020. Disponível em: https://jornal.usp.br/ciencias/indiosxavantes-vivem-epidemia-de-diabetes-aponta-estudo/ . Acesso em 2 dez. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 dez. 2024.

BRASIL. **Lei 5.371, de 5 de dezembro de 1967**. Autoriza a instituição da “Fundação Nacional do Índio” e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5371.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.371%2C%20DE%205%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201967.&text=Autoriza%20a%20institui%C3%A7%C3%A3o%20da%20%22Funda%C3%A7%C3%A3o,Art.. Acesso em: 30 nov. 2024. 20

BRASIL. **Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 29 nov. 2024.

BRASIL. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 666/PRES de 17 de julho de 2017. Aprova o Regimento Interno da Fundação Nacional do Índio – Funai**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/coplam/2017/portaria-presidencia666-2017-regimento-interno.pdf. Acesso em 8 dez. 2024.

POMAR, Marcos Hermanson. **Mortalidade infantil entre indígenas da etnia Xavante é cinco vezes a média nacional e se aproxima dos Yanomami.** Carta Capital. São Paulo, 28 mar. 2023. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/o-joio-e-o-trigo/mortalidade-infantil-entreindigenas-da-etnia-xavante-e-cinco-vezes-a-media-nacional-e-se-aproxima-dosyanomami/. Acesso em 30 nov. 2024.

SOARES, L.P., Fabbro, A.L.D., Silva, A.S. et al. **Prevalence of metabolic syndrome in the Brazilian Xavante indigenous population.** Diabetol Metab Syndr 7, 105 (2015). Disponível em: https://doi.org/10.1186/s13098-015-0100-x e https://agencia.fapesp.br/66-dos-indios-em-reserva-xavante-sofrem-de-obesidadediabetes-e-doencacoronariana/22504#:~:text=Entre%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20total%20d e,ocorrem%20em%20um%20mesmo%20indiv%C3%ADduo. Acesso em 28 nov. 2024.

O PROGRAMA DE APOIO E ACOMPANHAMENTO AOS ADOLESCENTES E JOVENS EGRESSOS NA CIDADE DE SALVADOR

Evandro Luís Santos de Jesus[1]

Maria de Fátima Pessôa Lepikson[2]

RESUMO

Busca-se por meio do presente artigo enfrentar, de maneira sintética, a situação fático-jurídica em que se desenvolve o Programa de Apoio e Acompanhamento aos adolescentes e jovens egressos de medidas socioeducativas privativas de liberdade nas Comunidades de Atendimento Socioeducativo (CASE) no município de Salvador. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quanti e qualitativa, do tipo exploratório, em que se pretendeu como resultado compreender os fenômenos sociais estudados, notadamente a partir da apreciação dos dados contidos em documentos do Ministério Público do Estado da Bahia (4.ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, 2.º Promotor de Justiça da Capital). Verificou-se a fragilidade do atendimento e que outras alternativas existem para a garantia dos direitos dos adolescentes e jovens tanto durante o cumprimento das medidas socioeducativas privativas de liberdade como após o seu desligamento, as quais podem ser implementadas para a criação de possibilidades de terem novos caminhos.

Palavras-chave: adolescência; vulnerabilidade; egressos.

1 INTRODUÇÃO

Percebe-se o incremento das pesquisas sobre o envolvimento de adolescentes e jovens com práticas de atos infracionais, bem assim sobre a eficácia da responsabilização pela via das medidas socioeducativas que vem proporcionando discussões dentro e fora do mundo acadêmico. Todavia, verifica-se que existem poucas

[1] Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador. Graduado em Direito. Professor do Curso de Direito da Universidade do Estado da Bahia e Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia. Especialista em Operacionalização do Sistema Socioeducativo (FACIBA) e em Direito Administrativo (UFBA). Aperfeiçoamento em Direito (EPAM-Ba). Instrutor e Facilitador de Práticas Restaurativas. Email: elsj7557@gmail.com/evandro.jesus@ucsal.edu.br. Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/9484616253627669. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2684-0561.

[2] Assistente Social formada pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador / UCSAL (1978); possui doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2014), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998) e especialização em Metodologia do Ensino Superior pelas Faculdades Olga Mettig. Assumiu a função de coordenadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador -UCSAL de janeiro de 2018 a junho de 2020; atualmente é membro do corpo docente deste PPG; é líder do Grupo de Pesquisa Questão Social, Estado e Sociedade Civil. Presidiu o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da cidade do Salvador / Bahia (por duas gestões 2004/2006 e 2006/200; email: maria.lepikcons@ucsal.br. Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/7702914755827440. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4952-8768.

pesquisas direcionadas aos egressos de medidas socioeducativas e aos seus familiares com o fito de investigar como se configura a realidade do Programa de Apoio e Acompanhamento ao Egresso (PAEG) em um contexto social de vulnerabilidade, tomando-se como referência a não reiteração da prática de atos infracionais ou crimes e a viabilização de alterações das condições de uma vida digna, o que indica a necessidade de se pensar sobre alternativas que concedam esperança e justiça social a tal segmento humano.

Constitui a pergunta-problema a ser analisada nesta pesquisa: como se configura a realidade do PAEG na cidade de Salvador, em um contexto social de vulnerabilidade em que o público alvo está inserto, tomando como referência a não reiteração de atos infracionais ou crimes e a viabilização de alterações das condições de uma vida digna.

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo foi analisar em que medida as ações direcionadas aos adolescentes e jovens realizadas pelo PAEG na cidade de Salvador contribuem para que eles tenham condições de serem reinseridos no cenário social de forma digna, podendo realizar tarefas e ocupações com posição adequada ao padrão de consumo aceitável social e economicamente, de modo a não reiterarem na prática de atos infracionais ou de crimes.

Os objetivos específicos, por sua vez, foram edificados a partir dos elementos contidos nos documentos públicos que dão conta da realidade dos egressos, sendo eles: a) apreciar a questão da adolescência a partir de sua condição de vida; b) identificar diferentes concepções sobre os adolescentes em circunstâncias de prática de ato infracional e a sua responsabilização pela via da medida socioeducativa; c) levantar programas e ações desenvolvidos pelo PAEG, no período pós-medida, realizadas no estado da Bahia e mais especificamente em Salvador; d) identificar avanços e dificuldades enfrentadas pelo PAEG no desenvolvimento das suas atividades, em face das funções públicas que lhes são direcionadas; e) analisar os documentos públicos que envolvem adolescentes e jovens egressos de medidas socioeducativas para verificar como estava sendo desenvolvido o PAEG no estado da Bahia e quais os impactos da medida socioeducativa adotada na vida dos egressos; f) analisar o impacto do PAEG especialmente quanto à reiteração de prática de atos infracionais e/ou criminais de adolescentes e jovens egressos de medidas socioeducativas.

A primeira hipótes apreciada diz respeito ao funcionamento das instituições no sentido de que deveriam desenvolver os Programas de Apoio aos Adolescentes e Jovens Egressos de Medidas Socioeducativas na Capital baiana não cumprem as suas ações e programas que lhes são devidos, na realidade do Município de Salvador e por fazê-lo de forma burocrática, fragmentada e sem desenvolver todas as práticas educativas e de inserção social, na realidade do Estado, pela sua Fundação, encarregada do desenvolvimento do aludido Programa, qual seja a FUNDAC.

A segunda hipótese apreciada, guarda relação com o fato de que o PAEG, desenvolvido pelo Estado da Bahia e que não está sendo desenvolvido pelo Município de Salvador, por força do quanto preconizado na Lei do SINASE (art. 11, V), afeta sobremaneira a vida do segmento social ao qual se destina, com prejuízo para a inserção social almejada e delineada no texto de lei citado, bem assim contribui para que reiterem em práticas de atos infracionais e/ou criminais.

Considera-se relevante esta pesquisa pelo fato de versar sobre o enfrentamento do problema voltado para as questões direcionadas às possíveis dificuldades de inserção social de adolescentes e jovens, durante o processo de desligamento da medida aplicada, na condição de egressos, identificando os resultados quantitativos e qualitativos, e os possíveis ganhos alcançados.

O tema é atual e justifica-se também pelas novas reflexões sobre as alternativas ao sistema punitivo que permitam a responsabilização do indivíduo praticante do ato infracional, ouvindo-o e considerando, com seu contexto socioeconômico, sobre as suas necessidades e potencialidades, e sobre as possibilidades que lhes são apresentadas, com o propósito de viabilizar uma nova vivência que vá além dos atos infracionais.

Conclui-se, por conseguinte, que a pesquisa será direcionada a tema inédito e atual, bem como proporcionará maior notoriedade à efetividade do Programa de Apoio e Acompanhamento aos Egressos do sistema socioeducativo restritivo e privativo de liberdade da capital do Estado da Bahia, contribuindo, desta forma, para o debate em sociedade, com viabilidade técnica, financeira e política para a sua realização, tudo isso com a criatividade, habilidade intelectiva e conhecimentos teóricos necessários.

No estudo em apreço, buscou-se compreender o desenvolvimento do Programa de Apoio e Acompanhamento ao Egresso (PAEG) e as suas repercussões na vida dos

adolescentes, jovens e suas famílias. Foi necessário compreender a realidade estrutural do serviço público prestado pelo Estado da Bahia quanto ao programa em questão entre os anos de 2016 e 2022. Para tanto, foram analisados documentos públicos constantes de procedimentos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, especificamente da 4.ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, do 2.º Promotor de Justiça, que acompanham o desenvolvimento do aludido programa.

Tal necessidade de conhecimento acerca da potencialidade do PAEG dá-se em virtude de sua importância como instrumento de política pública estadual com direcionamento específico para garantir a inserção social do adolescente e/ou jovem após o cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade, em condições tais que possa voltar a conviver em sociedade e não mais reiterar em práticas de atos infracionais e/ou criminosos.

Pretendeu-se, a partir deste trabalho, contribuir para que as instâncias de proteção e atendimento socioeducativo revejam as suas práticas, posto que se encontram em dissonância com a necessidade de inclusão social de adolescentes e jovens que cumpriram medidas socioeducativas privativas de liberdade.

Dessa maneira, a pesquisa teve como foco principal analisar o tema da política de proteção especial dos adolescentes em período posterior ao cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade nas produções acadêmicas e científicas nacionais, com ênfase no Programa de Apoio e Acompanhamento aos Egressos.

Os sujeitos da pesquisa são os adolescentes e os jovens egressos da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC), oriundos das unidades privativas/restritivas de liberdade, bem como os seus familiares e os agentes públicos dessa instituição.

O passo inicial para a realização deste estudo exploratório foi a investigação do universo a ser pesquisado. Em seguida, a partir das pesquisas bibliográfica e documental, centrou-se o ensaio sobre a situação específica do cenário do PAEG em um contexto de vulnerabilidade social do público que apoia e acompanha. Nesse contexto, investigou-se também o que tem sido feito para viabilizar as transformações das condições sociais daqueles destinatários do programa a fim de que tenham uma vida que permita uma convivência digna em sociedade, assegurando que o ingresso no mundo infracional não seja mais uma alternativa.

Quanto ao seu objetivo geral, a pesquisa tem o caráter exploratório, na medida em que busca proporcionar maior familiaridade com o problema para torná-lo explícito e construir hipóteses (Gil, 2014).

Utilizou-se a abordagem de natureza qualitativa na medida em que a pesquisa permitiu a análise global do Programa de Apoio e Acompanhamento ao Egresso no estado da Bahia e a sua relação dinâmica com o contexto social na perspectiva de implementação das políticas de proteção especial em favor dos adolescentes e jovens, viabilizando sua inclusão social desses sujeitos.

A pesquisa qualitativa permitiu a compreensão dos fenômenos sociais em torno do tema. Para Godoi *et al*. (2010), “dados qualitativos são representações dos atos e das expressões humanas”, pois, como afirmam Minayo e Sanches (1993), a pesquisa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões.

O conhecimento que se pretendeu produzir é histórica e geograficamente situado, posto que contemporâneo, realizado na Bahia e com elementos da política de proteção especial visualizados em tal estado, especialmente em sua capital.

As fontes de dados da pesquisa foram documentos públicos inseridos na base de dados da 4.ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, 2.º Promotor de Justiça, do Ministério Público do Estado da Bahia, aos quais o pesquisador teve acesso por sua condição de Promotor de Justiça. Esses dados estão preservados e assegurados pela Lei de Proteção à Informação e foram rigorosamente tratados, preservando-se os sujeitos, que no caso são os adolescentes, os jovens, seus familiares e demais agentes do Sistema Socioeducativo e do PAEG, pois o interesse do pesquisador fora analisar os elementos procedimentais que configuram as investigações contidas nos procedimentos administrativos de acompanhamento de políticas públicas realizados pelo Ministério Público.

Nesse sentido, o Ministério Público, nos termos do art. 127 da Constituição Federal pátria, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Brasil, [2018]). É, pois, uma instituição permanente, cuja função é defender e fiscalizar a aplicação das leis, representando os interesses da sociedade; zelar pelo respeito aos direitos constitucionais por parte dos poderes

públicos e pela garantia dos serviços de relevância pública garantidos na Constituição, tendo entre as suas funções institucionais a de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

Do mesmo modo, a Lei Orgânica do Ministério Público da Bahia (Lei Complementar n.º 11, de 18 de janeiro de 1996) estabelece em seu art. 72, IV, “c”, que, dentre as funções institucionais, nos termos da legislação aplicável, está a de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas, ao consumidor e aos portadores de deficiência (Bahia, 1996).

A Resolução n.º 21, de 23 de novembro de 2020, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público da Bahia, em seu art. 1º, inciso LXII, atribuiu à 4.ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, 2.º Promotor de Justiça, a defesa dos direitos difusos e coletivos na área infracional, atuando judicial e extrajudicialmente, e a fiscalização das unidades socioeducativas (em meio aberto e privativas/restritivas de liberdade) e da Delegacia Especializada e Atendimento ao Público (Bahia, 2020).

Cabe enfatizar que o pesquisador integra a 4.ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Salvador como 2.º Promotor de Justiça, dispondo das atribuições relativas à atuação extrajudicial no acompanhamento das Unidades de Internação, Semiliberdade e Central de Medidas em Meio Aberto da Capital. Logo, conduz os procedimentos administrativos em questão, que geralmente são públicos e em razão disso possibilita acesso a tais documentos, além disso, recebeu autorização interna para utilização dos dados com finalidade científica, motivo pelo qual se entende não ser necessária autorização de outra autoridade para a utilização desses documentos. Por outro lado, uma vez que a modalidade de pesquisa se pautou nesses documentos de caráter público, não houve submissão ao Comitê de Ética da Universidade Católica do Salvador, instituição de ensino a qual se submeteu a versão original do presente ensaio.

Considerando o teor da pesquisa, foram compulsados quatro procedimentos administrativos no âmbito do Ministério Público Estadual.

Assim, com o intuito de compreender a problemática contida na pesquisa, realizou-se um estudo sobre o PAEG e os efeitos da política pública de proteção especial que se pretende implementar nas vidas de adolescentes e jovens em situação de risco pessoal e social. Voltou-se o olhar para a realidade do cumprimento do programa, durante o período noticiado, analisando-se as oitivas daqueles adolescentes, jovens e familiares que compareceram perante a 4.ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude e responderam aos questionamentos, dando conta da realidade do apoio ao egresso e sua repercussão de inclusão social na vida de cada um deles nos eixos de educação, profissionalização, encaminhamento ao trabalho, saúde, esporte e lazer, sem deixar de mencionar a não reiteração de prática de ato infracional e/ou crime nesse estágio da vida.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

O Programa de Apoio e Acompanhamento ao Egresso (PAEG) é o responsável, no interior da estrutura da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC), por apoiar e acompanhar os adolescentes egressos das medidas socioeducativas privativas de liberdade.

Verifica-se que apenas os jovens entre 15 e 23 anos são atendidos pelo programa, o que indica uma certa fragilidade do serviço em relação aos adolescentes. Viu-se anteriormente que a maioria dos egressos são pardos e negros.

A análise do desenvolvimento das atividades do PAEG com os egressos demonstra pouca efetividade no que diz respeito à inserção social, com condição de terem uma vida digna e não reiterarem na prática de ato infracional ou ingressarem no mundo do crime.

O PAEG falha no quesito da inserção dos egressos na rede regular de ensino, na medida em que 75% não estava estudando no momento da pesquisa, assim como a maioria (87,5%) não tinha conseguido concluir o ensino médio em idade que já deveria ter acontecido.

O PAEG falha igualmente no quesito de viabilizar o acesso a direitos básicos, pois, segundo os egressos, nesse apoio que deveria ser em parceria com as múltiplas instituições não possuíam a satisfação de políticas básicas concernentes à educação, saúde, trabalho, moradia, cultura e lazer. Ainda em tal sentido, os egressos informaram

que a maioria não estava sendo acompanhado pela rede de atendimento, isto é, algo em torno de 50%.

Os egressos informaram, no patamar de 87,5%, que o PAEG não realizou visitas às suas famílias, o que demonstrou a falta de apoio a pessoas que carecem deles, tendo em vista o estado de vulnerabilidade e o fortalecimento de vínculos que precisam ocorrer entre os egressos e os seus familiares.

Além disso, o PAEG falha também no sentido de que 85,71% dos egressos informaram que não eram realizadas atividades do aludido programa que os apoiavam, fato notório diante das necessidades reinantes nessa fase de desligamento da medida socioeducativa privativa de liberdade.

O PAEG falha ainda no que diz respeito à satisfação dos eixos profissionalização e trabalho, na medida em que 62,5% dos pesquisados atestaram que não foram encaminhados para cursos profissionalizantes, enquanto 87,5% noticiaram que não foram encaminhados para o mercado de trabalho, e 37,5% informaram que não estavam trabalhando. Ademais, viu-se que os egressos que estavam trabalhando informaram que não estavam com emprego e carteira assinada, ao revés ilustraram que estavam em subempregos.

Os egressos evidenciaram também que gostariam que as medidas socioeducativas permitissem que tivessem acesso a direitos como saúde, educação, trabalho, moradia etc., algo que não tinham, o que bem demonstra o mundo desigual em que viviam e vivem.

O PAEG falha na formação dos vínculos com os egressos e os familiares, na medida em que 75% dos atendimentos são mantidos apenas pela via indireta e fria do telefone, algo que fragiliza o desenvolvimento de ações em conjunto.

Por falar em fragilidade na formação dos vínculos, o PAEG, segundo os egressos, fazia a maioria dos contatos com os socioeducandos na fase final da medida (75%), quando já estavam de saída, fato que inviabiliza uma maior aderência ao programa. Não fosse isso bastante, 87,5% dos egressos informaram que não recebiam visitas presenciais pelos agentes do PAEG durante o período pós-medida.

Por outro lado, também pelo relato dos egressos, 87,5% informaram que não foram encaminhados para a realização de atividades culturais, esportivas e de lazer, o

que demonstra mais uma falha na garantia de direitos dos adolescentes e jovens que estão se desligando da medida socioeducativa privativa de liberdade.

A situação não é diferente no eixo saúde, na medida em que 100% dos egressos informaram que não foram encaminhados pelo PAEG para a rede de atendimento à saúde e/ou tiveram facilitado tal atendimento, mormente considerando todos os malefícios à saúde mental que a privação da liberdade acarreta.

Os dados colacionados no Procedimento Administrativo n.º 2 demonstram que 51,61% praticaram crimes durante tal período e ingressaram no sistema criminal. De igual forma, 12,9% dos egressos reiteraram em prática de ato infracional.

Os dados demonstram também que o cotejar dos anos de 2016 a 2022 permitiu a constatação de que 93 adolescentes ou jovens foram acompanhados pelo PAEG, sendo que desse total 52 deles incidiram em reiteração de prática de atos infracionais ou crimes, analisados de forma cumulativa, o que corresponde a 55,91% do universo de egressos, demonstrando a fragilidade do apoio e acompanhamento do programa.

Outra notícia depõe contra o programa em questão: 7 jovens desse universo de egressos do PAEG ainda se encontravam presos em cadeia pública ou em conjunto penal no período pesquisado, ou se encontram em regime aberto, o que representa 7,52% do quantitativo.

Do universo de 93 egressos, 6 deles receberam alvará de soltura durante esse período de 2016 a 2022, o que representa 6,45% do total.

Por outro lado, desse universo de egressos, consta o falecimento de 23 deles, o que implica 24,73% de óbito do universo que era acompanhado pelo PAEG, indicando a falibilidade significativa da atuação das políticas intersetoriais em favor desses adolescentes e jovens, bem assim o acréscimo de sofrimento a suas famílias pela ausência do Estado quando eles mais precisavam.

Outro ponto alarmante é que em todas as listas enviadas pelo PAEG, ano a ano, não coincidiam os nomes dos egressos, o que sugere que a cada ano novos participantes eram inseridos, não havendo continuidade com os do ano anterior. Algo que merece ser investigado.

Cumpre, por conseguinte, apreciar a efetividade do Programa de Apoio e Acompanhamento ao Egresso (PAEG) em face do que preconiza o Sistema Nacional

de Atendimento Socioeducativo (Sinase), em sintonia com os ditames da Constituição Federal pátria, da Lei do Sinase (Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, em relação aos parâmetros da gestão pedagógica, aos acompanhamentos técnicos e aos parâmetros socioeducativos (2006 b), nos moldes estabelecidos pela Resolução n. 119/2006, do CONANDA (2006a), estabelece o seguinte:

> 6. PARÂMETROS DA GESTÃO PEDAGÓGICA NO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
> [...]
> 6.2.4. Acompanhamento técnico
> [...] Os programas de atendimento socioeducativo deverão facilitar o acesso e oferecer – assessorados ou dirigidos pelo corpo técnico – atendimento psicossocial individual e com frequência regular, atendimento grupal, atendimento familiar, atividades de restabelecimento e manutenção dos vínculos familiares, acesso à assistência jurídica ao adolescente e sua família dentro do Sistema de Garantia de Direitos e acompanhamento opcional para egressos da internação (Brasil, 2006b, p. 53).
> 6.3. Parâmetros socioeducativos
> Os parâmetros da ação socioeducativa estão organizados pelos seguintes eixos estratégicos: suporte institucional e pedagógico; diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual; cultura, esporte e lazer; saúde; escola; profissionalização/trabalho/previdência; família e comunidade e segurança. Sendo assim, no detalhamento desses parâmetros será descrito, inicialmente, aqueles comuns a todas as entidades e/ou programas que executam as medidas socioeducativas e a internação provisória e em seguida aqueles específicos de cada modalidade de atendimento socioeducativo (Brasil, 2006b, p. 54).

Ofertados os parâmetros da gestão pedagógica, passa-se a apreciar, a satisfação de tais requisitos, considerando o caráter da medida socioeducativa.

Os documentos contidos no Procedimento Administrativo n.º 1 permitiram a conclusão de que os adolescentes e jovens estavam cumprindo medidas socioeducativas entre as faixas etárias de 13 a 20 anos de idade. Portanto, iniciaram nesse mundo infracional em tenra idade, sendo poucos deles beneficiados com o apoio e acompanhamento do PAEG.

Já o Procedimento Administrativo n.º 2 esclareceu que os jovens entre 15 e 23 anos de idade tiveram acesso ao PAEG, tomando por base a relação enviada pela Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC) em outubro de 2022. Essa constatação demonstra a disparidade entre aqueles adolescentes abaixo de 17 anos ao não exercerem a faculdade do aludido apoio e acompanhamento, na medida em que apenas 1 adolescente de 15 anos, 3 de 16 anos e 4 de 17 anos, de um total de 93 que participaram do PAEG, foram acompanhados pelo programa.

Observou-se que a maioria dos que estavam cumprindo medidas socioeducativas privativas de liberdade e dos egressos era composta de pardos ou pretos. Também a maioria dos socioeducandos que cumpriam medidas socioeducativas privativas de liberdade nos anos de 2019 e 2022 não havia concluído o ensino fundamental 2. Já em relação aos egressos, eles estavam no ensino médio, sem conclusão. Viu-se, então, que tanto os socioeducandos, em período anterior ao cumprimento das medidas privativas/restritivas de liberdade, como os egressos, no período pós-medida, estavam fora da escola. Todos os adolescentes e jovens entrevistados, por sua vez, foram de nacionalidade brasileira.

3 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada com os egressos das medidas socioeducativas privativas/restritivas de liberdade em face do desenvolvimento das atividades de apoio e acompanhamento realizado pelo PAEG da FUNDAC mostrou fragilidades na consecução da inserção social do público favorecido, qual seja adolescente e jovem desligados do aludido sistema, bem assim os seus familiares.

Em que se mensure tal aspecto, cumpre evidenciar que o quanto apreciado nos documentos contidos nos procedimentos administrativos do Ministério Público permitiu pontuar um diagnóstico da aludida problemática, com o precípuo interesse de que sejam suscitados questionamentos e se formem novas consciências políticas na resolução de tais demandas.

A investigação permitiu a demonstração do cumprimento dos objetivos, bem assim a confirmação das hipóteses e pressupostos do estudo, além de recomendações para estudos futuros com base nos resultados atingidos a partir das limitações do trabalho.

O estudo atingiu o seu objetivo geral na medida em que investigou se as ações direcionadas aos adolescentes e jovens pelo Programa de Apoio e Acompanhamento aos Egressos em Salvador estavam viabilizando transformações nas relações e na dinâmica de vida que contribuam (ou não) para a não reiteração de prática de atos infracionais e/ou crimes e possíveis avanços pós-desligamento institucional.

O itinerário percorrido com o propósito de alcançar o objetivo acima delineado igualmente foi alcançado, uma vez que a partir de uma pesquisa qualitativa: a)

apresentou concepções sobre os adolescentes em circunstância de prática de ato infracional, a sua responsabilização pela via da medida socioeducativa e o apoio no período pós-medida realizado no estado da Bahia; b) analisou os documentos públicos que envolviam os adolescentes e jovens egressos para verificar como estavam sendo desenvolvidos os Programas de Apoio e Acompanhamento no estado da Bahia, no que diz respeito ao processo socioeducativo implementado durante o período 2016 a 2022.

A primeira hipótese foi confirmada, na medida em que as análises dos dados e dos resultados demonstraram que o funcionamento das instituições que deveriam desenvolver o Programa de Apoio aos Adolescentes e Jovens Egressos de Medidas Socioeducativas na capital baiana não cumpriam as suas obrigações como deveriam, não as realizando na realidade do município de Salvador, e fazendo-o de forma burocrática, fragmentada e sem desenvolver todas as práticas educativas e de inserção social na realidade do estado, através de sua fundação encarregada do desenvolvimento do aludido programa, qual seja a FUNDAC.

A segunda hipótese foi igualmente comprovada sobre o fato de que o Programa de Apoio e Acompanhamento ao Adolescente e Jovem Egresso de Medidas Socioeducativas desenvolvido no estado da Bahia, e não desenvolvido no município de Salvador, afeta sobremaneira a vida do segmento social que se destina, com prejuízo para a inserção social almejada, delineada na legislação pátria, bem assim contribuindo para que reiterem de maneira acentuada em práticas de atos infracionais e/ou criminais.

Em relação aos eixos de concretização dos direitos, entende-se que devam ser realizados o apoio e o acompanhamento dos egressos com a maior efetividade possível, considerando os sujeitos envolvidos, as suas histórias, sonhos, necessidades e potencialidades, para que possam ser inseridos na escola, com ensino de qualidade e atrativo, por exemplo.

No que diz respeito ao quesito profissionalização, deve-se considerar o quanto afirmado pelo egresso e os seus familiares no Plano Individual de Atendimento para identificar qual o curso que mais atende àquele indivíduo, o que permitirá o seu ingresso no mercado de trabalho em formações de que o aludido mercado necessita.

O egresso carecerá de trabalho para poder ter acesso aos bens de consumo, razão pela qual o Estado deve firmar parcerias para que permitam a sua inserção no

mercado de trabalho, em condições de emprego dignas, com a precípua finalidade de que não precisem recorrer a subempregos ou ao mundo do crime.

Digno de destaque que a privação da liberdade acarreta prejuízos à saúde mental e/ou emocional dos egressos, fato que precisa ser considerado de perto pelo PAEG no sentido de que precisa formar parcerias, no contexto de incompletude institucional, com as mais variadas instituições, inclusive com os sistemas de saúde dos municípios, para que possam realizar os atendimentos desse segmento populacional e dos seus familiares de forma digna.

Assim, não se pode perder de vista os locais periféricos onde esses jovens moram e as habitações desumanas nas quais vivem, fato que precisa ser analisado caso a caso, com adoção de providências adequadas dos órgãos atuantes no apoio e acompanhamento para, em parceria com outros entes, extirpar esse mal terrível em que vivem os egressos e seus familiares.

Ademais, tem-se visto formação de “gangues” de jovens no contexto das comunidades, muito em razão das fragilizações das relações familiares, fato que carece de intervenções para cuidar do fortalecimento desses relacionamentos por intermédio, por exemplo, de práticas restaurativas, não apenas no que diz respeito aos que já iniciaram nos atos infracionais, senão também, e com maior ênfase, em relação àqueles ainda não começaram, o que poderá propiciar algumas novas perspectivas quanto à absorção de novos princípios e valores que permitirão uma melhor convivência familiar.

Entende-se ainda que devam ser realizadas atividades com as famílias para identificar as suas reais demandas e buscar apoio por intermédio de ações articuladas com os mais variados parceiros, públicos ou privados, para a satisfação de direitos humanos inegociáveis.

Vê-se, por conseguinte, que diversas ações precisam ser realizadas pelo PAEG para que se possa cumprir o seu mister, de forma que garanta a proteção integral de adolescentes e jovens egressos de medidas socioeducativas, privativas/restritivas de liberdade na capital baiana.

Diante de todo o exposto ao longo do estudo aqui realizado, acredita-se que não se deva encerrar por aqui. Pelo contrário, a sua dimensão e complexidade torna indispensável que sejam realizadas novas reflexões e abordagens sobre o egresso das medidas socioeducativas.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Lei Complementar n.º 11, de 18 de janeiro de 1996.** Institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Bahia e dá outras providências. Salvador: Assembleia Legislativa, 1996. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/gestao-administrativa/legislacao-e-normas/recursos_humanos/lei_complementar_11_1996_-_institui_a_lei_organica_do_ministerio_publico_do_estado_da_bahia_e_da_outras_providencias.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

BAHIA. Ministério Público do Estado da Bahia. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. Resolução n.º 21, de 23 de novembro de 2020. Redimensiona as Promotorias de Justiça da capital, redistribuindo entre estas todos os atuais cargos de Promotor de Justiça destinados à capital do Estado, fixando suas respectivas denominações e atribuições. [...]. **Diário da Justiça Eletrônico:** Cad. 1, Salvador, n. 2763, p. 1556, 18 dez. 2020. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/orgaos-colegiados/orgao-especial/resolucoes/2020/resolucao_no_021-2020_-_retificacao_dje_de_18.01.2021.pdf . Acesso em: 28 ago. 2025.

BAHIA. Ministério Público do Estado da Bahia. Procedimento Investigativo Ministerial n.º IDEA 003.9.76383/2018, p. 121-123. Salvador, MPE, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição Federal de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2022a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução n.º 119, de 11 de dezembro de 2006a.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Brasília: CONANDA, 2006a. Disponível em: https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Resolucao-no-119-de-2016-do-CONANDA-Aprova-o-Sistema-de-Atendimento-Socioeducativo-SINASE.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRASIL. Presidência de República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**: SINASE. Brasília – DF: CONANDA, 2006 b.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.

GODOI, Christiane Kleinubing *et al*. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou contemporaneidade? **Cadernos de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 1993.

O PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO COMO INSTRUMENTO DE ESPERANÇA NO DIREITO DAS FAMÍLIAS

Bruna Sales Moura[1]

RESUMO

Este artigo analisa a aplicação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça em 2023, como instrumento normativo e pedagógico capaz de promover justiça social no âmbito do Direito de Família. Parte-se da constatação de que os conflitos familiares, historicamente atravessados por desigualdades de gênero, evidenciam tanto a sobrecarga materna quanto a vulnerabilidade de mulheres e crianças em processos judiciais. A pesquisa, de natureza qualitativa, bibliográfica e documental, investiga o papel do Protocolo na efetivação da dignidade da pessoa humana, examinando sua inserção normativa, os desafios práticos de sua aplicação e seu potencial transformador. Os resultados indicam que o Protocolo, mais do que diretriz técnica, possui função pedagógica e formativa, convocando magistrados, advogados e operadores do Direito a reconfigurarem práticas decisórias e processuais à luz da alteridade e da equidade. Conclui-se que, compreendido como horizonte ético de esperança, o Protocolo contribui para a consolidação de uma cultura de justiça social, ressignificando o papel do Judiciário na proteção dos direitos fundamentais no espaço familiar.

Palavras-chave: Protocolo de Gênero. Direito de Família. Justiça social. Esperança. CNJ.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o Direito de Família figura como espaço privilegiado para a análise das tensões entre desigualdade estrutural e justiça social. É nele que emergem conflitos relativos a guarda, alimentos, divisão patrimonial e violência vicária, muitas vezes atravessados por padrões de gênero que atribuem à mulher a centralidade do cuidado e ao homem a posição de provedor (FEDERICI, 2017; FRASER, 2016; ZANELLO, 2018).Tais padrões, longe de serem neutros, influenciam a forma como demandas familiares são percebidas, conduzidas e julgadas no sistema de justiça.

Decisões que atribuem às mulheres a centralidade do cuidado e aos homens a posição de provedores revelam que estereótipos sociais ainda moldam a interpretação judicial, afetando diretamente a vida de mulheres e crianças. Tais padrões não apenas

[1] Mestra em Direito Público pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e advogada com atuação em Direito de Família com perspectiva de gênero. Pesquisa as interseções entre gênero, saúde mental e direitos humanos e sociais. Aluna especial no programa de doutorado em Familia na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica de Salvador (UCSAL). Vice-presidenta da Associação de Mulheres Advogadas de Alagoas (AMADA) e diretora da Caixa de Assistência da OAB/AL (2025-2028), email: brunasalesal@gmail.com.

naturalizam a sobrecarga materna, como também obscurecem a corresponsabilidade parental e produzem um cenário de injustiça.

Nesse contexto, o Conselho Nacional de Justiça instituiu, em 2023, o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero (Resolução CNJ nº 492/2023), destinado a orientar magistrados e magistradas na análise de casos em que desigualdades estruturais impactam a efetivação de direitos fundamentais. Embora de natureza normativa, o Protocolo revela também uma dimensão pedagógica, uma vez que busca reeducar práticas decisórias, desnaturalizando estereótipos e abrindo espaço para a efetivação da dignidade humana em sua integralidade, como eixo central.

É nesse sentido que o Protocolo pode ser compreendido como um instrumento de esperança. Esperança não como atitude ingênua, mas como força política e ética, capaz de inspirar novas formas de concretizar a justiça social no espaço familiar. Ao aplicar o Protocolo, o Judiciário não apenas responde a conflitos individuais, mas colabora para a formação de uma cultura jurídica que reconhece a alteridade e busca reduzir desigualdades estruturais.

Este artigo se propõe a investigar em que medida a aplicação do Protocolo do CNJ pode ser compreendida como instrumento de esperança no Direito de Família, na medida em que contribui para a promoção da justiça social e para a redução das desigualdades de gênero. Para tanto, parte-se de três objetivos específicos: (i) analisar o contexto de criação do Protocolo, situando-o como resposta institucional às desigualdades de gênero no sistema de justiça; (ii) examinar os desafios e possibilidades de sua aplicação nas varas de família; e (iii) avaliar sua dimensão pedagógica, compreendendo-o como horizonte ético de transformação social.

Assim, este trabalho adota uma metodologia qualitativa, bibliográfica e documental, com enfoque hermenêutico, a partir da análise da Constituição Federal de 1988 e da Resolução nº 492/2023 do CNJ. O referencial teórico conjuga autores clássicos do pensamento jurídico, como Dworkin (2002), Ferrajoli (2002), Alexy (2008) e Bobbio (2004), com abordagens críticas acerca dos direitos fundamentais e garantias constitucionais, que iluminam as desigualdades de gênero. Nesse ponto, destacam-se Bourdieu (2001), ao evidenciar os mecanismos de dominação simbólica; Gilligan (1982), ao propor uma ética do cuidado em contraste com a lógica da justiça abstrata; e Honneth (2003), ao ressaltar a luta por reconhecimento como motor dos conflitos sociais. Complementarmente, dialoga-se com aportes feministas e interdisciplinares:

Zanello (2018), ao analisar os dispositivos de gênero e seus impactos na subjetividade; Federici (2019), ao denunciar a invisibilização do trabalho de cuidado; e Del Priore (2013), ao contextualizar historicamente a construção dos papéis de gênero.

Esse conjunto de referências permite compreender o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero não apenas como inovação normativa, mas como instrumento pedagógico de transformação, capaz de educar o olhar jurídico para a igualdade e de oferecer um horizonte de esperança na construção da justiça social (FREIRE, 1996; HOOKS, 2017).

2 O PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: ORIGENS E FUNDAMENTOS

A criação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça em 2023 por meio da Resolução nº 492, insere-se em um movimento mais amplo de reconhecimento das desigualdades estruturais que atravessam o sistema de justiça brasileiro. Trata-se de um instrumento normativo cujo objetivo central é orientar a magistratura na análise de casos em que estereótipos e vieses discriminatórios possam comprometer a efetividade da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais.

O Protocolo dialoga diretamente com a Constituição Federal de 1988, especialmente com o artigo 193, que estabelece o bem-estar e a justiça sociais como objetivos da ordem social, e com o artigo 226, que reconhece a família como base da sociedade e impõe ao Estado o dever de protegê-la. Nesse sentido, pode ser interpretado como desdobramento da promessa constitucional de que a equidade não se esgota na igualdade formal, mas exige atenção às desigualdades concretas que afetam grupos historicamente vulnerabilizados.

O Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero pode ser lido, do ponto de vista hermenêutico, como uma resposta concreta àquilo que Dworkin (2002) defendia ao afirmar que os direitos devem ser levados a sério: não como comandos abstratos, mas como compromissos vivos com os princípios da dignidade e da igualdade. Nessa mesma linha, a proposta do protocolo é também assegurar a “lei do mais fraco”, voltado a garantir proteção efetiva justamente onde as desigualdades se manifestam com maior força (Ferrajoli, 2002).

Mas a relevância do Protocolo não se esgota em seu caráter normativo. Ele também possui uma dimensão simbólica e pedagógica, pois desafia a naturalização de práticas jurídicas que reforçam estereótipos de gênero. A dominação masculina se perpetua não apenas pela força ou pela economia, mas pela sutileza da reprodução simbólica, que faz parecer natural aquilo que é histórico e desigual como nos alerta Bourdieu (2001. Ao interpelar essa reprodução, o Protocolo chama o Judiciário a assumir papel ativo na desconstrução desses padrões.

Do ponto de vista ainda hermenêutico, a proposição do protocolo visa trazer efetividade a direitos e garantias constitucionais e podem funcionar como mandados de otimização (Alexy, 2008), segundo a qual, entende-se que não basta reconhecer direitos fundamentais, é preciso buscar sua máxima efetividade diante das condições fáticas e jurídicas disponíveis. O Protocolo, nesse sentido, funciona como guia para que juízes e juízas interpretem a lei não em neutralidade aparente, mas em compromisso com a transformação social.

Se Alexy (2008) nos lembra que os direitos fundamentais exigem a busca por sua máxima efetividade, o Protocolo acrescenta que essa efetividade só é autêntica quando incorpora as diferenças concretas da vida social. Nesse sentido, ele rompe com a ficção de uma justiça neutra, que trata de forma igual situações desiguais, e se aproxima da crítica formulada por Gilligan (1982). Ao propor uma ética do cuidado em contraste com a imparcialidade abstrata, Gilligan desloca o olhar para as relações, os contextos e as vulnerabilidades específicas, mostrando que a justiça ganha densidade quando reconhece a complexidade do humano.

Essa esperança, no entanto, não pode ser ingênua. Ela precisa reconhecer que as desigualdades que o Protocolo enfrenta não são recentes, mas se enraízam em uma longa tradição histórica. Como mostra Del Priore (2013), a construção dos papéis de gênero no Brasil legitimou, ao longo dos séculos, a centralidade da mulher no espaço doméstico e a autoridade masculina sobre os destinos da família. Esse passado explica, em parte, a resistência cultural ainda presente nas práticas judiciais, que muitas vezes reproduzem estereótipos em vez de desconstruí-los.

Ao lado desse olhar histórico, é preciso também enxergar as estruturas materiais que sustentam essas desigualdades. Federici (2019) evidencia que a invisibilidade do trabalho de cuidado e a divisão sexual do trabalho são pilares da exploração contemporânea. Quando o Direito ignora o valor desse trabalho reprodutivo, contribui

para perpetuar a sobrecarga materna. O Protocolo, nesse sentido, representa um avanço ao exigir que juízes e juízas considerem essas desigualdades concretas ao decidir sobre guarda, alimentos e divisão patrimonial — transformando o julgamento em espaço de reconhecimento e justiça social.

Mas essas desigualdades não afetam todas as mulheres da mesma forma. Raça, classe e gênero se entrelaçam, produzindo experiências diferenciadas de vulnerabilidade e exclusão. É por isso que o Protocolo, ao exigir julgamentos atentos à perspectiva de gênero, convoca também a magistratura a enfrentar os efeitos do racismo estrutural e das desigualdades sociais (DAVIS, 2016). Seu sentido, assim, não é apenas normativo: é educativo. Ele ensina que justiça social só se realiza quando se olha para a vida concreta, em toda a sua complexidade, e se decide a partir dela.

Assim, o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero deve ser compreendido não apenas como inovação normativa, mas como uma resposta institucional complexa: de um lado, reforça o compromisso constitucional com a justiça social; de outro, abre espaço para que o Judiciário assuma uma função pedagógica, reconhecendo a alteridade e desconstruindo práticas historicamente excludentes.

3 DIREITO DE FAMÍLIA E DESIGUALDADES DE GÊNERO

O Direito de Família constitui um dos espaços mais sensíveis do ordenamento jurídico, pois nele se decidem questões que atravessam a vida cotidiana das pessoas e que dizem respeito à intimidade, à afetividade e à organização dos laços de cuidado. Contudo, é também um dos ramos em que mais se revelam as desigualdades estruturais de gênero, em razão da persistência de estereótipos que naturalizam a sobrecarga feminina no âmbito doméstico e parental.

Essa naturalização se sustenta em uma visão da família como esfera privada, alheia às tensões sociais, quando na verdade a família é um fato social em permanente transformação, moldado por contextos econômicos, políticos e culturais (PETRINI, 2009). Ao tratá-la como instituição “natural”, o direito acaba por reforçar hierarquias e silenciar os conflitos que nela se manifestam. Assim, compreender a família como fenômeno social permite questionar a reprodução de papéis que atribuem às mulheres o cuidado e aos homens a provisão, colocando em evidência que tais arranjos resultam de construções históricas e não de essências imutáveis (DEL PRIORE, 2013).

Essa dimensão histórica conecta-se também à crítica à reprodução social feita por autoras feministas. A reflexão de Fraser, articulada no Brasil por autores como Decaux (2020), evidencia que as práticas de cuidado e reprodução da vida, embora essenciais à sociedade, são sistematicamente invisibilizadas pelo capitalismo e relegadas ao espaço doméstico. Esse mecanismo produz desigualdade material, uma vez que limita a autonomia econômica das mulheres, e desigualdade simbólica, ao associar seu valor social quase exclusivamente ao desempenho de funções maternas.

Silvia Federici (2019) lembra que o trabalho reprodutivo, historicamente invisibilizado, constitui a base da reprodução social, embora não seja reconhecido em sua dimensão econômica. A ausência desse reconhecimento se reflete diretamente em decisões judiciais que, ao ignorarem a desigualdade material entre as partes, acabam por reforçar a precarização das mulheres após a dissolução da união.

E como consequência acarreta na sobrecarga feminina e responsabilização exclusiva das mães, o que impacta diretamente no resultado dos processos judiciais, surtindo efeito, inclusive, na saúde mental. Ao discutir os dispositivos de gênero, a psicóloga Valeska Zanello (2018), evidencia como as mulheres são atravessadas por narrativas que associam seu valor ao desempenho de papéis maternos “perfeitos”, de modo que o fracasso nessa função se transforma em fonte de adoecimento psíquico. Esse dado é essencial para compreender como as práticas judiciais, ao desconsiderarem as condições concretas das mulheres, podem reforçar sentimento de culpa e isolamento, afastando qualquer perspectiva de justiça.

No contexto brasileiro, estudos publicados em periódicos como a *Revista Katálysis* confirmam que as transformações na estrutura familiar não eliminaram as desigualdades, mas as reconfiguraram, mantendo a concentração das responsabilidades domésticas sobre as mulheres, sobretudo negras e pobres (GOMES, 2016). Do mesmo modo, pesquisas divulgadas na *Revista Estudos Feministas* evidenciam que a violência de gênero se projeta sobre o sistema de justiça, revelando práticas institucionais que muitas vezes reforçam a exclusão em vez de interrompê-la (PEDRO et al., 2009).

Essa dicotomia, embora formalmente superada pela Constituição de 1988 e pela legislação infraconstitucional, ainda ecoa nas práticas sociais e judiciais, condicionando a interpretação das normas e a própria percepção das partes em conflito. Um exemplo emblemático desse fenômeno é a forma como a guarda dos filhos costuma ser

disputada nos processos de separação. Apesar do avanço representado pela guarda compartilhada, consagrada na Lei nº 13.058/2014, ainda é recorrente que às mães se atribua a responsabilidade cotidiana pelo cuidado, enquanto aos pais se reserva o papel de contribuição financeira.

Tal divisão, que se apresenta como “natural”, traduz, na verdade, a reprodução daquilo que Bourdieu (2001) denominou dominação simbólica, em que papéis sociais se perpetuam pela via da naturalização cultural. Como alerta Vaccaro (2015), esse fenômeno não é um desvio isolado, mas uma estratégia de manutenção da violência de gênero. Ao não reconhecer a lógica estrutural dessa prática, o Judiciário contribui para aprofundar a vulnerabilidade feminina.

Além disso, a assimetria de gênero no Direito de Família manifesta-se nas disputas patrimoniais e alimentares. Em muitos casos, a dedicação exclusiva das mulheres ao cuidado familiar implica perda de inserção no mercado de trabalho e redução significativa de sua autonomia econômica, o que as coloca em posição de vulnerabilidade no momento da ruptura conjugal.

Outro aspecto relevante refere-se à violência de gênero que atravessa os conflitos familiares. A chamada violência vicária — em que filhos são instrumentalizados para atingir a mãe — revela a forma como o espaço familiar pode se tornar palco de agressões simbólicas e materiais que vão muito além da ruptura conjugal. Nesses casos, a ausência de uma escuta qualificada por parte do Judiciário agrava a vulnerabilidade feminina, tornando urgente a aplicação de instrumentos como o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero.

Tudo isso, considerando um cenário isolado, e ainda dotado de privilégios, mas que perpassa pela necessidade de um olhar interseccional. A noção de interseccionalidade, formulada por Kimberlé Crenshaw (2002), é essencial para compreender, que para além de tudo que foi dito e considerado como atravessadores, diferentes sistemas de opressão se entrelaçam, produzindo vulnerabilidades específicas que não podem ser analisadas isoladamente. Ao evidenciar que gênero, raça e classe se cruzam na experiência concreta das mulheres, Crenshaw demonstra que soluções jurídicas baseadas em uma neutralidade abstrata tendem a invisibilizar essas desigualdades.

No contexto brasileiro, mulheres negras e de classes populares enfrentam barreiras adicionais no acesso à justiça, além de uma carga histórica de desigualdade que torna sua experiência ainda mais marcada pela precariedade. A justiça social, portanto, não pode ser compreendida em termos abstratos, mas exige o enfrentamento das múltiplas camadas de exclusão que estruturam a vida familiar.

Diante desse cenário, a atuação do Judiciário não pode se limitar à resolução técnica dos litígios. É preciso reconhecer que cada decisão em matéria de família tem efeitos pedagógicos, moldando não apenas a vida das partes envolvidas, mas também as representações sociais sobre os papéis de gênero. Por essa razão, o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero emerge como ferramenta de ressignificação: desloca o olhar jurídico do privatismo para a realidade social da família, inscrevendo a equidade de gênero como horizonte de justiça social.

4 O PAPEL PEDAGÓGICO DO PROTOCOLO: ESPERANÇA COMO HORIZONTE

A aplicação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero nas varas de família não pode ser compreendida apenas como cumprimento de uma obrigação normativa. Sua relevância ultrapassa a esfera técnica para assumir um caráter pedagógico, capaz de reconfigurar práticas jurídicas e de transformar a própria cultura institucional do sistema de justiça. O desafio de nosso tempo não é mais fundamentar a existência dos direitos, mas garantir sua efetividade e proteger para que eles se efetivem (Bobbio, 2004).

Nesse sentido, ele se apresenta como antídoto contra a hermenêutica em crise descrita por Streck (2017), que abre espaço para decisões arbitrárias travestidas de neutralidade. Ao convocar magistrados a identificar estereótipos e reconhecer desigualdades estruturais, o Protocolo afirma que o ato de julgar não é apenas técnico, mas também pedagógico: cada decisão contribui para formar uma consciência social mais sensível à equidade. Ao propor que magistrados identifiquem estereótipos e reconheçam desigualdades estruturais, o Protocolo afirma que o ato de julgar não é apenas técnico, mas também pedagógico: cada decisão contribui para formar uma consciência social mais sensível à equidade.

Essa função educativa se articula com a ética do cuidado proposta por Gilligan (1982), que desloca a justiça da imparcialidade abstrata para a atenção às relações e

vulnerabilidades concretas. Sob essa ótica, a esperança emerge como categoria central, pois julgar torna-se exercício de cuidado e não mera aplicação fria da lei. Nesse horizonte, a justiça não se limita a resolver litígios, mas busca criar condições para vidas dignas, reafirmando que a alteridade e o reconhecimento da diferença são fundamentos da justiça social (PAPA FRANCISCO, 2020).

Mas a pedagogia do Protocolo não se esgota no âmbito das decisões. Ao influenciar advogados, defensores e promotores, projeta-se sobre toda a comunidade jurídica, configurando o que Honneth (2003) denomina luta por reconhecimento. Decisões orientadas por essa perspectiva não apenas solucionam conflitos, mas produzem reconhecimento institucional a sujeitos historicamente marginalizados, afirmando a justiça como espaço de dignidade. Quando esse reconhecimento inclui o trabalho de cuidado, frequentemente invisibilizado, ele atua também como gesto pedagógico em favor da sociedade, como apontam Federici (2019) e Zanello (2018), ao denunciarem tanto a exploração econômica quanto os efeitos psíquicos da sobrecarga feminina.

Quando o Judiciário reconhece o valor desse cuidado em disputas sobre guarda, alimentos ou divisão patrimonial, não promove apenas reparação individual, mas um gesto pedagógico em favor da sociedade, ao afirmar que a justiça social passa pela redistribuição simbólica e material das responsabilidades.

Essa dimensão educativa remete ainda à pedagogia da esperança, tão central em Paulo Freire. Onde educar é sempre um ato de esperança voltado à transformação (FREIRE, 1996), e, nesse horizonte, pode ser compreendido como prática pedagógica que não se limita à instrução técnica, mas que emancipa, ao afirmar que vidas concretas — e não apenas normas abstratas — devem orientar a justiça. Nessa mesma direção, bell hooks (2017) lembra que ensinar é um ato de transgressão: questiona estruturas cristalizadas e abre caminhos para novas formas de convivência.

O Protocolo, ao romper com padrões jurídicos enraizados, realiza justamente esse movimento de transgressão pedagógica, convertendo o julgamento em prática de liberdade. Essa pedagogia da esperança, porém, não pode ser seletiva. Ao exigir atenção às intersecções entre gênero, raça e classe, o Protocolo incorpora uma leitura crítica das múltiplas camadas de exclusão que atravessam a experiência das mulheres (DAVIS, 2016; CRENSHAW, 2002). Esse olhar interseccional reforça que a esperança

mobilizada pelo ato de julgar deve ser horizonte coletivo, alcançando todas as subjetividades que tiveram seus direitos historicamente negados.

Portanto, a pedagogia do Protocolo não está apenas em suas orientações textuais, mas no modo como convoca o sistema de justiça a se repensar enquanto instituição. A cada decisão que aplica a perspectiva de gênero, abre-se a possibilidade de formar novos parâmetros sociais, capazes de romper com padrões discriminatórios enraizados. Nessa vereda, o Direito de Família deixa de ser espaço de reprodução da desigualdade e se torna campo de afirmação da esperança, em que a justiça social não é uma promessa distante, mas uma prática concreta e cotidiana.

3 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo partiu do problema de pesquisa: em que medida a aplicação do Protocolo do CNJ pode promover justiça social em conflitos familiares, contribuindo para a redução das desigualdades de gênero? Ao longo do trabalho, buscou-se demonstrar que o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero deve ser compreendido não apenas como inovação normativa, mas também como instrumento pedagógico e horizonte ético de esperança.

Constatou-se que os conflitos familiares permanecem atravessados por estereótipos de gênero, que naturalizam a sobrecarga feminina e obscurecem a corresponsabilidade parental. Ao intervir nesse cenário, o Protocolo busca reeducar o olhar jurídico, convocando magistrados e operadores do Direito a reconhecerem as desigualdades estruturais e a decidirem de forma sensível à alteridade.

Mais do que corrigir distorções históricas, o Protocolo contribui para a formação de uma cultura de equidade. Sua aplicação articula o compromisso constitucional com a dignidade humana à pedagogia da esperança (FREIRE, 1996), entendida como prática transformadora que mobiliza o direito a favor da vida concreta e das relações. Julgar com perspectiva de gênero, nesse sentido, é um ato de transgressão (HOOKS, 2017), pois rompe com padrões naturalizados e abre espaço para novos parâmetros de justiça social.

Conclui-se, portanto, que aplicar o Protocolo é mais do que cumprir uma exigência normativa: é praticar um ato de esperança ativa, que reconhece as vulnerabilidades, valoriza o cuidado e promove o reconhecimento. Ao fazê-lo, o Direito

de Família se converte em campo de afirmação da dignidade compartilhada, aproximando o sistema de justiça da sociedade e ressignificando seu papel na construção de uma vida coletiva mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2008.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 492, de 17 de março de 2023. Institui o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2013.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas*. São Paulo: Elefante, 2019.

FERAJJOLI, Luigi. *Direitos e garantias: a lei do mais fraco*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FRANCISCO, Papa. Mensagem-vídeo por ocasião do Encontro “Global Compact on Education. Together to look Beyond”. Vaticano, 15 out. 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/. Acesso em: 21 set. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GILLIGAN, Carol. *In a Different Voice: Psychological Theory and Women’s Development*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

GOMES, T. B. Dilemas e vicissitudes de famílias em situação de vulnerabilidade social no contexto hodierno da desinstitucionalização. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 26, n. 1, p. 271-287, 2016.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar; CAVALEIRO, Maria Luiza Heilborn. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos estudos feministas. *Revista Estudos Feministas*, v. 17, n. 3, p. 911-929, 2009.

STRECK, Lenio. *Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito*. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.

OS PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL NA OBRA OS MISERÁVEIS DE VICTOR HUGO: UMA REFLEXÃO SOBRE ESPERANÇA E JUSTIÇA SOCIAL

Marina Falcão Lessa da Anunciação[1]

Tatiane Brito Teixeira Leal[2]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal analisar a importância dos princípios fundamentais do Direito Penal – a Dignidade da Pessoa Humana, a Intervenção Mínima, a Proporcionalidade, a Bagatela e o *Non Bis In Idem* – através da obra "Os Miseráveis", de Victor Hugo, tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros e apresentação de Renato Janine Ribeiro (2017), preservando as particularidades do contexto histórico, político e social em que se insere. O romance, publicado pela primeira vez em 1862, evidencia a rigidez do Sistema Penal Francês do século XIX, no período pós-Revolução Francesa, e se apresenta como um valioso instrumento didático para refletir sobre a importância dos princípios penais enquanto alicerces que orientam a aplicação das leis penais em uma sociedade para a construção de um sistema de controle penal voltado à proteção dos Direitos Humanos. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e interdisciplinar, estabelecendo um diálogo entre Direito e Literatura para refletir sobre a aplicação das leis penais. O referencial teórico ancora-se na Constituição Federal de 1980, no Código Penal Brasileiro de 1940 e nas doutrinas de autores como Roxin, Sarlet, Nucci e Lopes. Conclui-se, assim, que a construção de um sistema penal justo e eficaz é indissociável da efetivação de direitos sociais, da educação e de políticas de inclusão que garantam a dignidade humana e a superação das desigualdades.

Palavras-chave: Direito Penal. Os Miseráveis. Literatura. Princípios Penais.

1 INTRODUÇÃO

A literatura, embora seja uma manifestação artística que necessariamente não tem compromisso com comprovações científicas, frequentemente oferece uma lente poderosa e com uma abordagem divergente para denunciar e examinar questões histórico-socais, políticas e jurídicas, permitindo reflexões profundas sobre os mais diversos assuntos, possibilitando a democratização do pensamento crítico e refletindo os valores, as tensões e as experiências de determinada época histórica. Nesse viés, na obra “Os Miseráveis”, o autor, Victor-Marie Hugo, utiliza da literatura para tratar de injustiças sociais e estimular a consciência crítica. Através da narrativa emocionante e transgressora de Hugo, que ultrapassa os limites da ficção para abordar questões

[1] Graduanda em Direito, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e-mail: falcaoma23@gmail.com.
[2] Mestre em Direito Público, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e-mail: tbtleal@uefs.br.

jurídicas, políticas e morais, é possível identificar dilemas do Direito Penal acerca de assuntos como justiça, punição, dignidade da pessoa humana e reinserção social. O texto literário se converte, assim, em espaço de diálogo interdisciplinar, em que a arte se encontra com o Direito.

O romance, *Les Misérables*, publicado originalmente em 1862, possui diversas traduções e adaptações ao redor do mundo, sendo a tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros e apresentação de Renato Janine Ribeiro (2017), editora Penguin Classics-Companhia das Letras, objeto de análise deste artigo. Dividido em cinco partes que acompanha personagens diferentes, que se encontram relacionados em algum momento, o livro se passa na França do século XIX, pós-Revolução Francesa, entre duas grandes batalhas – a Batalha de Waterloo, em 1815, e os motins de 1832 em Paris – e narra a comovente trajetória de Jean Valjean, um "ex-grilheta" condenado ao trabalho forçado por furtar um pedaço de pão para saciar a fome da sua família, perpassando pela desproporcionalidade de sua pena e, por fim, chegando às consequências que a condenação teve sobre ele e sobre a percepção que a sociedade e as instituições possuem sobre alguém que já foi condenado.

Após cumprir 19 anos de trabalhos forçados nas galés pelo furto tentado de um pão, com a finalidade de alimentar sua família, e pelas diversas tentativas de fuga, Valjean é libertado, mas enfrenta uma sociedade que o rejeita implacavelmente por seu passado. Apenas um padre, Bispo Myruel (ou Monsenhor Bienvenu), lhe estende a mão, oferecendo alimento e abrigo. A generosidade e simplicidade desse encontro transforma Valjean, que decide abandonar sua antiga vida e recomeçar sob uma nova identidade como Monsieur Madaleine. No entanto, sua busca por redenção é constantemente ameaçada pela perseguição implacável do inspetor fanático Javert, um homem obcecado em revelar sua real identidade e fazê-lo retorná-lo à prisão.

Dessa forma, a fim de entender a importância dos princípios fundamentais do Direito Penal na aplicabilidade da pena – notadamente o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, o Princípio da Intervenção Mínima, o Princípio da Proporcionalidade, o Princípio da Bagatela e o Princípio do *Non Bis In Idem* –, este artigo traz a intersecção entre Direito e Literatura para buscar relacionar a necessidade de alicerces morais e éticos que orientem a aplicação da lei penal no Brasil com a história de Jean Valjean, destacando como a literatura contribui para uma compreensão crítica da justiça, da

pena e da dignidade humana, e reforçando que a punição não pode se dissociar dos ideais de equidade e humanidade.

Com isso, o objetivo central deste estudo é refletir sobre os limites e as possibilidades de efetivação dos princípios penais na prática social, buscando compreender de que modo as lições de “Os Miseráveis” podem dialogar com os fundamentos constitucionais e penais brasileiros. Para alcançar tais objetivos, o estudo utiliza-se a metodologia de pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada na análise de obras doutrinárias, com ênfase nas contribuições de autores como Claus Roxin, Ingo Wolfgang Sarlet, Guilherme de Souza Nucci e Mauricio Antonio Ribeiro Lopes, dispositivos normativos, como a Constituição Federal de 1988 e o Código Penal Brasileiro de 1940, e da tradução de *Les Misérables* publicada em 2017 pela editora Penguin Classics-Companhia das Letras, com tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros e apresentação de Renato Janine Ribeiro, relacionando conceitos de modo a evidenciar como a ficção pode auxiliar na compreensão crítica da realidade normativa.

A justificativa encontra-se no eixo esperança e justiça social como horizontes éticos de transformação, em consonância com o artigo 193 da Constituição Federal de 1988, que estabelece o bem-estar e a justiça social como objetivos da ordem social. Ao relacionar Literatura e Direito Penal, busca-se fomentar reflexões sobre como o ordenamento jurídico pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A relevância deste estudo manifesta-se, portanto, no reconhecimento do Direito como fenômeno social, atravessado por valores e experiências históricas que também se refletem na arte. Nesse sentido, a obra de Hugo se mantém viva ao evidenciar desigualdades, preconceitos e elitismos que ainda permeiam as relações sociais.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Conforme se depreende das obras de Cezar Roberto Bitencourt (2025) e Guilherme de Souza Nucci (2025), o Direito Penal é um ramo do Direito Público que lida diretamente com o balanço entre o poder punitivo exercido pelo Estado e a responsabilidade social que cada indivíduo possui em relação às suas ações. Assim, objetiva a regulamentação do poder punitivo do Estado (*jus puniendi*) através da

interpretação e aplicação do conjunto de normas estabelecidas pelo legislador, que delimitam quais condutas são consideradas crimes, aplicando penalidades e as respectivas sanções, além de definir regras atinentes à sua aplicação.

Com o advento do Neoconstitucionalismo (ou o Constitucionalismo Contemporâneo), segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, concretizado no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, instaurou-se um novo paradigma jurídico: o Estado Constitucional de Direito. Este novo paradigma provocou diversas transformações que levaram à definição de um novo ordenamento jurídico baseado na Dignidade da Pessoa Humana, colocando o Princípio da Constitucionalidade como pilar central do sistema jurídico, em face do reconhecimento da força normativa da Constituição, que possui eficácia jurídica vinculante e obrigatória, além de supremacia material e intensa carga valorativa. Nesse contexto, o Direito Penal deve ser interpretado e aplicado à luz de princípios e valores constitucionais que caracterizam o Estado Democrático de Direito, reforçando a necessidade de uma atuação penal legítima, proporcional e alinhada aos direitos fundamentais. Segundo Maurício Antonio Ribeiro Lopes, mestre e doutor em Direito,

> Poderíamos, como o faz Bitencourt, chamar de princípios reguladores do Controle penal, princípios constitucionais fundamentais de garantia do cidadão, ou simplesmente de *Princípios Fundamentais de Direito Penal de um Estado Social e Democrático de Direito*. Todos esses princípios são de garantias do cidadão perante o poder punitivo estatal e estão amparados pelo novo texto constitucional de 1988 (art. 5º). Todos esses princípios, hoje insertos, explícita ou implicitamente, em nossa Constituição (art. 5), têm a função de orientar ao legislador ordinário para a adoção de um sistema de controle penal voltado para os direitos humanos, embasado em um Direito penal da culpabilidade, um *Direito Penal mínimo* e garantista (Lopes, 1999, p. 73)

Dessa forma, discutir os princípios penais é também considerar a importância de impor limites ao jus puniendi, pois

> [...] são vetores que se irradiam para elucidar as condutas tanto daqueles que elaboram as leis, quanto dos que devem aplicá-la. São, na verdade, valores fundamentais que informam esse ramo jurídico, situando-se em patamar superior às regras em geral. Também se prestam a nortear a interpretação e a integração do ordenamento jurídico vigente (Gomes, 2014, p. 3)

Isto posto, na ausência de princípios constitucionais que limitem esse direito de punir ao criar um tipo penal, interpretá-lo e aplicá-lo, o poder punitivo Estatal tende ao arbítrio, de maneira que nenhum outro mecanismo de controle social provoca tanta violência sob a justificação de combatê-la, operando como um mecanismo de dominação do grupo hegemônico. A obra “Os Miseráveis” questiona essa lógica do

sistema de justiça criminal, que muitas vezes institui penas desproporcionais e causa estigmas sociais que afetam a vida dos indivíduos condenados, violando princípios tidos como fundamentais. Ao abordar essas falhas do sistema, o livro chama atenção para a importância de um sistema mais justo e equilibrado, uma vez que

> Violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma. A desatenção aos princípios implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa a insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais (Lopes, 2000, p. 33)

Nesse víeis, em razão do Estado Democrático de Direito, modelo de Estado que se baseia na legalidade, na soberania popular e na garantia dos direitos humanos, o respeito à dignidade humana constitui princípio fundamental. Dessa forma, em razão dessa sua fundamentalidade, o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana é um dos pilares da República Federativa do Brasil, consoante o art. 1º, III da Constituição Federal de 1988, influenciado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos[3]. Entende-se como Dignidade da Pessoa Humana a qualidade intrínseca e própria do ser humano, que o torna merecedor de respeito e apreço tanto por parte do Estado quanto de seus semelhantes, garantindo proteção contra práticas desumanas ou degradantes e assegurando condições mínimas para uma existência digna.

> Por derradeiro, poderemos encerrar esta etapa do nosso estudo ousando formular proposta de conceituação (jurídica) da dignidade da pessoa humana que, além de reunir a dupla perspectiva ontológica e instrumental referida, procura destacar tanto a sua necessária faceta intersubjetiva e, portanto, relacional, quanto a sua dimensão simultaneamente negativa (defensiva) e positiva (prestacional). Assim sendo, temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável,91 além de propiciar e promover sua participação ativa e co-res-ponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (Sarlet, 2002, p. 62)

Na esfera penal, esse princípio proíbe expressamente na Constituição o trabalho forçado, em seu Art. 5º, XLVII (Brasil, 1988), que diz que "não haverá penas: a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; b) de caráter perpétuo; c) de trabalhos forçados; d) de banimento; e) cruéis".

[3] Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

> Este princípio sustenta que o poder punitivo estatal não pode aplicar sanções que atinjam a dignidade da pessoa humana ou que lesionem a constituição físico-psíquica dos condenados. [...] Apresenta-se como uma diretriz garantidora de ordem material e restritiva da lei penal, verdadeira salvaguarda da dignidade pessoal, relacionando-se de forma estreita com os princípios da culpabilidade e da igualdade (Lopes, 1999, p. 102)

Assim sendo, ao afastar práticas cruéis, degradantes ou desumanas, o ordenamento jurídico brasileiro reafirma que a resposta estatal ao crime deve observar limites éticos e jurídicos, assegurando ao condenado não apenas o respeito à sua condição humana, mas também a possibilidade de ressocialização e reintegração social. Essa perspectiva é frontalmente contrariada na obra de Victor Hugo, na qual a trajetória de Jean Valjean evidencia que a pena, quando reduzida a um mero instrumento de sofrimento, perpetua a exclusão e a marginalização. Todavia, ao ser acolhido e ter a chance de reconstruir sua vida, o personagem simboliza a possibilidade de transformação e reinserção social. De modo análogo, o Direito Penal contemporâneo, orientado pela Dignidade da Pessoa Humana, deve ir além da repressão, fomentando justiça social.

Sob essa tendência, a Dignidade da Pessoa Humana, ao orientar o sistema penal, demanda que a atuação punitiva do Estado deve ser sempre excepcional e proporcional. Esse direcionamento abre espaço para o princípio da Intervenção Mínima, que limita o alcance do Direito Penal, reservando-o apenas para situações em que outros ramos do direito não se mostram suficientes para a proteção dos bens jurídicos importantes. Segundo Claus Roxin (2018), a função primordial do Direito Penal é a proteção dos bens jurídicos mais relevantes e necessários para a vida em sociedade, de modo que a transgressão desses bens configure crime passível de punição pelo Estado. Com isso, procura-se impedir que o Direito Penal seja invocado por motivos banais, visando a questão principal do funcionalismo penal. Dessa forma, a aplicação da lei penal deve ser orientada por critérios de proporcionalidade e necessidade, a fim de evitar punições excessivas para condutas que possam ser consideradas de mínima relevância.

Diante disso, devido as consequências mais gravosas no ramo jurídico, o Direito Penal deve ser a *ultima ratio*, sendo acionado somente quando todos os demais ramos legais forem insuficientes para oferecer a devida proteção aos bens jurídicos. Trata-se de um caráter subsidiário trazido pelo Princípio Intervenção Mínima, que estabelece que

> [...] o Direito Penal só deve atuar na defesa dos bens jurídicos imprescindíveis à coexistência pacífica dos homens e que não podem ser eficazmente

> protegidos de forma menos gravosa. Desse modo, a lei penal só deverá intervir quando for absolutamente necessário para a sobrevivência da comunidade (Lopes, 1999, p. 92).

Assim, conforme Rogério Greco, mestre em ciências penais e doutor em direitos humanos e justiça penal, esse princípio atua como

> [...] limitador do poder punitivo do Estado, faz com que o legislador selecione, para fins de proteção pelo direito penal, os bens mais importantes existentes em nossa sociedade. Além disso, ainda no seu critério de seleção, ele deverá observar aquelas condutas que se consideram socialmente adequadas, para delas também manter afastado o direito penal. Assim, uma vez escolhidos os bens a serem tutelados, estes integrarão uma pequena parcela que irá merecer a atenção do Direito Penal, em virtude de seu caráter fragmentário (Greco, 2022, p. 225)

Na obra “Os Miseráveis”, Victor Hugo narra a vida de Jean Valjean, um homem que, após perder o emprego e não encontrar trabalho, se vê obrigado a subtrair um pão como último recurso para saciar a fome e alimentar sua família.

> Quando chegava a época em que se podavam as árvores, ganhava vinte e quatro soldos por dia; depois, empregava-se como segador, servente de pedreiro, ou ia trabalhar nos estábulos como jornaleiro ou carregador. Fazia o que lhe era possível. A irmã, por sua vez, também trabalhava; mas o que podia fazer com sete filhos? Era uma pobre família que a miséria envolvia e pouco a pouco apertava em seus braços. Aconteceu, porém, um inverno mais rigoroso que os demais. Jean não encontrou trabalho. A família não tinha o que comer. Sete crianças completamente sem pão! Um domingo à noite, Maubert Isabeau, dono de uma padaria na praça da matriz de Faverolles, já se preparava para dormir quando escutou um violento golpe na vitrina que dava para a rua. Chegou justamente em tempo para ver um braço que se introduzia, através da grade de proteção, por um buraco do vidro quebrado a socos. O braço pegou um pão e o carregou. Isabeau saiu a toda a pressa; o ladrão já ia longe, mas conseguiu alcançá-lo e o segurou; o ladrão já havia jogado o pão, tendo porém o braço ensanguentado. Era Jean Valjean (Hugo, 2017, p. 143-144).

Ante o exposto, observa-se a clara violação desse princípio, uma vez que, em razão disso, Jean Valjean é condenado a longos anos de prisão, ignorando todas as alternativas administrativas e legais possíveis que devem ser consideradas antes da aplicação de sanções penais sobre um ato específico.

> Isso aconteceu em 1795. Jean Valjean foi levado diante dos tribunais daquele tempo "por roubo[4] e arrombamento durante a noite numa casa habitada". [...] Jean Valjean foi declarado culpado. Os termos do código eram categóricos. Nossa civilização tem momentos terríveis, são os momentos em que uma sentença anuncia um naufrágio. Que minuto fúnebre esse em que a

[4] Na obra em análise, o termo utilizado para descrever a ação delituosa praticada por Jean Valjean foi traduzida como "roubo". Contudo, é importante salientar que, em termos legais, ao analisarmos à luz da legislação penal brasileira, entende-se que tal ato se configura como furto (art. 155 do Código Penal de 1940), uma vez que não demonstrado o emprego da grave ameaça ou da violência à pessoa, ou, após a subtração da coisa móvel alheia, para si ou para outrem, redução da vítima à impossibilidade de resistência, elementos que são essenciais para a caracterização do crime de roubo (art. 157 do Código Penal de 1940). Dessa forma, apesar de a obra descrever o ato de Jean Valjean como "roubo", a prática não reúne os elementos desse tipo penal.

> sociedade se afasta e relega ao mais completo abandono um ser que raciocina! Jean Valjean foi condenado a cinco anos de trabalhos forçados nas galés (Hugo, 2017, p. 144).

Diante do uso exacerbado e injusto do aparato penal, contraria-se a ideia de que o Direito Penal deve ser reservado apenas para a tutela de bens jurídicos de maior relevância. Tal cenário evidencia que a ausência de limites na intervenção estatal pode perpetuar exclusões sociais e aprofundar injustiças históricas.

A lógica da intervenção mínima conduz naturalmente à aplicação do Princípio da Bagatela, visto que, se o Direito Penal deve ser acionado apenas em situações de maior relevância social, torna-se incompatível a criminalização de condutas que gerem danos ínfimos ou irrelevantes. Nesse contexto, o Princípio da Bagatela (ou da Insignificância), introduzido em 1964 no Sistema Penal por Claus Roxin, tendo em vista sua utilidade na realização dos objetivos sociais traçados pela moderna política criminal (Capez, 2011, p. 29), incide quando se avalia que a conduta não possui gravidade suficiente para justificar a intervenção do Direito Penal. Logo, aponta que um indivíduo não deve ser penalizado por praticar uma conduta ilegal cujo resultado implique em dano insignificante ao bem jurídico afetado, afastando a tipicidade material da conduta. Desse modo, conforme resgatado em julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, com base na obra de Maurício Antônio Ribeiro Lopes, “Princípios Políticos do Direito Penal” (2ª ed. São Paulo; RT, 1999, p. 89-90), esse princípio foi delineado nos seguintes termos:

> [...] O princípio da insignificância foi cunhado pela primeira vez por Claus Roxin em 1964, que voltou a repeti-lo partindo do velho adágio latino *minima no curat praetor*, como manifestação contrária ao uso excessivo da sanção criminal. Por ele, devem ser tidas como atípicas as ações ou omissões que afetam muito infimamente a um bem jurídico-penal. A irrelevante lesão do bem jurídico protegido não justifica a imposição de uma pena, devendo excluir-se a tipicidade em caso de danos de pouca importância [...] Ainda aqui, porém, convém advertir para a sua grande imprecisão, o que pode atingir gravemente a segurança jurídica. [...] Assim, a irrelevância ou insignificância de determinada conduta deve ser aferida não apenas em relação à importância do bem juridicamente atingido, mas especialmente em relação ao grau de sua intensidade, isto é, pela extensão da lesão produzida [...] (Extraído do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Sétima Câmara Criminal/Apelação Nº. 70031327448/Rel. Desembargador Marcelo Bandeira Pereira/Julgado em 22.04.2010).

Essa acepção evidencia, precipuamente, que a análise da incidência da insignificância não é meramente subjetiva, mas exige uma avaliação concreta da extensão do dano. Em outras palavras, a mera violação formal da norma não é suficiente para a caracterização do crime, logo, é indispensável que a conduta resulte em uma lesão materialmente significativa, capaz de justificar a mobilização de todo o

aparato punitivo do Estado. É nesse sentido que o Supremo Tribunal Federal (STF), a partir do julgamento do *Habeas Corpus* nº 84.412/SP, de relatoria do Ministro Celso de Mello, passou a adotar o entendimento de que o princípio da insignificância tem como vetores cumulativos para a sua incidência: a) a Mínima ofensividade da conduta; b) a Ausência de periculosidade social da ação; c) o Reduzido grau de reprovabilidade do contemporâneo; e d) a Inexpressividade da lesão jurídica.

Assim sendo, a narrativa de Os Miseráveis, de Victor Hugo, ilustra de forma emblemática a essência do princípio da Bagatela. A prisão de Jean Valjean pela subtração de um pão, para saciar a fome, revela uma conduta de mínima ofensividade, desprovida de qualquer periculosidade social, praticada em contexto de extrema necessidade e, portanto, de reduzidíssimo grau de reprovabilidade. Além disso, a lesão jurídica decorrente da ação mostrou-se inexpressiva, incapaz de justificar a aplicação de uma pena severa.

Nessa perspectiva, a conduta de Valjean é caracterizada como uma conduta atípica[5], visto que não há lesividade significativa ao bem jurídico. Entretanto, o sistema penal da época ignorou essa realidade e impôs uma pena excessiva, condenando Valjean a cinco anos de prisão. A criminalização de um ato motivado pela fome revela um sistema punitivo que não faz distinção entre condutas de alta periculosidade daquelas impulsionadas pelo Estado de Necessidade.

Outrossim, como preceitua Eugênio Zaffaroni, a essência do Princípio da Bagatela reside na proporcionalidade, segundo a qual a aplicação de uma sanção penal não se justifica diante da insignificância da lesão causada ao bem jurídico. Tal princípio preceitua que a pena deve ser proporcional ao ato cometido. Em síntese, a gravidade do ato determina a severidade da pena; quanto mais grave a conduta, maior será a pena, quanto menor o poder lesivo da conduta, menor será a pena. Essa relação de proporcionalidade precisa ser respeitada abstratamente como também no plano concreto.

> De acordo com o princípio da proporcionalidade (*poena debet commensurari delicto*), deve existir sempre uma medida de justo equilíbrio – abstrata (legislador) e concreta (juiz) – entre a gravidade do fato praticado e a sanção imposta. Em suma, a pena deve estar proporcionada ou adequada à magnitude de lesão ao bem jurídico representada pelo delito e a medida de segurança à perigosidade criminal do agente (Lopes, 1999, p. 91)

[5] O fato insignificante (em razão da exiguidade penal da conduta ou do resultado) é formalmente típico, mas não materialmente. (Gomes, 2013, p. 4).

Jean Valjean é condenado a cinco anos de trabalho forçado nas galés, onde enfrenta condições desumanas, sendo acorrentado, com uma corrente até mesmo presa ao pescoço.

> Nessa história toda, o erro era só dele? Era igualmente grave o fato de ele, trabalhador, não ter trabalho; ele, trabalhador, não ter pão. Depois de a falta ter sido cometida e confessada, o castigo não foi por demais feroz e excessivo? Onde haveria mais abuso: da parte da lei, na pena, ou da parte do culpado, no crime? Não haveria excesso de peso em um dos pratos da balança, justamente naquele em que está a expiação? Será que o exagero da pena não apagava completamente o crime, quase que invertendo a situação, fazendo do culpado vítima, do devedor credor, pondo definitivamente o direito justamente do lado de quem cometeu o furto? Essa pena, aumentada e agravada pelas sucessivas tentativas de fuga, não era, por acaso, uma espécie de atentado do mais forte contra o mais fraco, um crime da sociedade contra o indivíduo, um crime que todos os dias se renovava, um crime que se estendeu por dezenove anos? (Hugo, 2017, p. 149).

O tratamento cruel a que é submetido deixa marcas profundas não apenas em sua integridade física, mas também em sua saúde mental, perdendo tudo o que constituía sua identidade ao deixar de ser Jean Valjean para se tornar apenas o prisioneiro 24.601.

> Um antigo carcereiro da prisão, atualmente com quase noventa anos, lembra-se ainda perfeitamente desse infeliz, ligado à extremidade da quarta corrente, no ângulo norte da prisão. Estava sentado no chão, como todos os outros. Parecia nada compreender de sua situação, a não ser que era horrível. Talvez sua imaginação, de homem completamente sem cultura, percebesse também o exagero da pena que lhe fora imposta. Enquanto, a golpes de martelo, rebitavam a cavilha de sua gargalheira, ele chorava; as lágrimas o sufocavam, impedindo-o de falar. De tempos em tempos, conseguia dizer somente isto: — *Eu era podador em Faverolles*. — Depois, soluçando ainda, levantava e abaixava a mão direita sete vezes seguidas, como quem toca sucessivamente sete cabeças de altura desigual, e com esse gesto podia-se adivinhar que, qualquer que tivesse sido o seu crime, ele o cometera para vestir e dar de comer a sete pobres crianças. Partiu depois para Toulon. Aí chegou após uma viagem de 27 dias, numa carroça, com a corrente ao pescoço. Em Toulon, vestiram-no com um macacão vermelho. Desvaneceu-se tudo o que havia constituído a sua vida, até o seu próprio nome. Seu número era 24601 (Hugo, 2017, p. 145).

Após várias tentativas de fuga, a pena passa para dezenove anos servindo como prisioneiro.

> Dezenove anos! Em outubro de 1815, foi posto em liberdade; havia entrado em 1796 por ter partido um vidro e roubado um pão. Façamos um pequeno parêntese. É esta a segunda vez em que, nos seus estudos sobre a questão penal e a condenação pela lei, ao autor deste livro se depara o furto de um pão como ponto de partida para o desastre de toda uma existência. Claude Gueux havia roubado um pão, como Jean Valjean. Uma estatística inglesa constata que, em Londres, de cinco roubos, quatro têm como causa imediata a fome. Jean Valjean entrara para as galés soluçando e gemendo; saiu completamente impassível. Entrou cheio de desespero, saiu sombrio e taciturno. Que se terá passado no íntimo dessa alma? (Hugo, 2017, p. 147-148).

Diante disso, pôde-se observar a completa ausência de aplicação de tal princípio, uma vez que a desproporção da condenação a longos anos de prisão evidencia o desrespeito aos ideários consagrados pelo dogma da proporcionalidade, resultando no afastamento da finalidade do Direito Penal, que deveria tutelar bens jurídicos relevantes de forma equilibrada. A pena aplicada, exagerada e injusta, contrapõe-se às bases do Estado Democrático de Direito, revelando como a falta de moderação punitiva compromete tanto a dignidade do indivíduo quanto a legitimidade do sistema penal.

A observância do princípio da Proporcionalidade encontra desdobramentos diretos na garantia do *Non Bis in Idem*, pois a limitação do poder punitivo estatal não se restringe apenas à gravidade da pena, mas também à proteção do indivíduo contra múltiplas punições pelo mesmo fato. Portanto, esse importante princípio assegura que uma pessoa não possa ser punida mais de uma vez por um mesmo fato dentro de um mesmo ramo do Direito.

> Quer dizer que ninguém deve ser processado e punido duas vezes pela prática da mesma infração penal. Tal garantia está prevista, implicitamente, na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (art. 8.º, n. 4). Se não há possibilidade de processar novamente quem já foi absolvido, ainda que surjam novas provas (princípio processual da vedação do duplo processo pelo mesmo fato), é lógico não ser admissível punir o agente outra vez pelo mesmo delito. Esse princípio encontra cenário para a sua fiel observância quando da aplicação da pena. Existindo vários estágios e fases para fixar a sanção penal, é preciso atenção por parte do julgador, a fim de não considerar o mesmo fato mais de uma vez para provocar o aumento da pena. Ilustrando, se o agente possui um antecedente criminal, ele somente pode ser considerado uma vez: ou como agravante da reincidência ou como circunstância judicial do art. 59 do CP (Nucci, 2014, p. 69).

Na obra, Jean Valjean é submetido a múltiplas consequências penais e sociais por um único ato de necessidade — a subtração de um pão. Ao cumprir a pena que lhe foi imposta e, finalmente, deixar a prisão, Valjean é obrigado a portar um “passaporte amarelo”, que registra seu passado “criminoso”, onde quer que vá, levando os outros a manter uma certa distância, como se, devido ao seu delito, ele não fosse mais digno de um tratamento dado a um ser humano. Por isso, Valjean é rejeitado e deixado à margem da sociedade. Além disso, Javert, o policial, continua a perseguir incessantemente Jean Valjean para prendê-lo novamente. Nesse contexto, o seu “passaporte amarelo” — uma representação do rótulo sobre ele colocado — e a perseguição incansável de Javert funcionam como uma espécie de prolongamento da pena, impedindo a reintegração de Valjean, configurando, na prática, uma pena perpétua, já que a exclusão social persiste mesmo após o cumprimento da punição. Com isso, verifica-se a violação dos Princípios da Dignidade da Pessoa Humana e do Non Bis In Idem, pois o indivíduo sofre

repetidamente punições pelo mesmo fato, ora na forma de longa prisão, ora através do estigma social que lhe acompanha.

> Quando chegou a hora de sair das galés, quando Jean Valjean ouviu estas estranhas palavras: — *Está livre!* —, o momento inaudito pareceu-lhe mentira, e um raio de luz, da verdadeira luz dos vivos, penetrou-lhe a alma. Este não tardou, porém, a perder a intensidade. A ideia de se tornar livre o havia deslumbrado. Acreditou numa vida nova. Mas bem depressa compreendeu em que consiste a liberdade a quem davam um passaporte amarelo. [...] Liberdade não é estar solto. Sai-se das galés, mas a condenação continua (Hugo, 2017, p. 158-160).

O protagonista, como é demonstrado no desenvolvimento do romance, cumpriu a pena imposta, mas continuou sendo penalizado socialmente e moralmente por meio do “passaporte amarelo” que o rotula permanentemente como criminoso. No trecho supracitado, é possível identificar como Valjean percebe que sua punição vai além do seu cumprimento nas Galés, dos trabalhos forçados e da restrição de sua liberdade. Uma vez rotulado como condenado, ele nunca mais será visto de outra forma pela sociedade. A narrativa ilustra, assim, como a ausência dessa proteção gera injustiça e reforça o caráter desproporcional do tratamento penal, contrariando a função do Direito Penal de tutelar bens jurídicos de forma equilibrada e compatível com a dignidade da pessoa humana.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Literatura desempenha um papel fundamental ao propor novas perspectivas sobre a realidade, as transformações sociais e a maneira como os operadores do Direito interpretam e aplicam as leis, além do que consideram como “Justiça”. Nesse sentido, a obra “Os Miseráveis” de Victor Hugo não é apenas um retrato das falhas do Sistema Penal Francês do século XIX, mas também uma poderosa ferramenta de crítica social e jurídica que permanece relevante até hoje, mostrando-se extremamente relevante para analisar a importância dos princípios fundamentais do Direito Penal, tais como a Dignidade da Pessoa Humana, a Intervenção Mínima, a Proporcionalidade, a Insignificância (ou Bagatela) e o *Non Bis In Idem*.

A trajetória de Jean Valjean, evidencia a distância entre a aplicação histórica do Direito Penal e os princípios fundamentais consagrados pelo Estado Democrático de Direito brasileiro ao ilustrar, de maneira intensa e sensível, a dura realidade e muitas vezes cruel de um sistema penal que, historicamente, falha em promover a Justiça,

sendo indiferente à realidade social do indivíduo e voltado mais à repressão do que à ressocialização, demonstrando como a criminalização da pobreza e a aplicação de penas desproporcionais violam princípios fundamentais.

Nesse sentido, Victor Hugo notabiliza que a repressão penal sem contextualização social não apenas falha em prevenir delitos, mas reforça desigualdades estruturais. A esperança, personificada no esforço de Valjean para reconstruir sua vida, emerge como força ética e política capaz de contrabalançar o caráter opressivo do sistema penal, indicando que a efetiva justiça requer ações que considerem a situação social, econômica e cultural do indivíduo. A narrativa literária demonstra que a marginalização e o estigma prolongam a punição além do cumprimento formal da pena, tornando evidente que apenas a punição penal não produz transformação social. À vista disso, intervenções que garantam acesso a direitos básicos — educação, trabalho, moradia, saúde e alimentação — são essenciais para romper ciclos de exclusão e criminalidade vinculada à pobreza, uma vez que a justiça social, articulada à educação e a políticas públicas inclusivas, mostra-se condição imprescindível para a concretização da cidadania.

Assim, a comparação entre o sistema penal representado por Hugo e o atual ordenamento jurídico brasileiro demonstra que o Direito Penal contemporâneo deve se pautar não pelo rigor da retribuição, mas pela função protetiva e ressocializadora, em consonância com a dignidade humana. Ademais, destaca-se que a ausência de medidas educativas, sociais e preventivas transforma o castigo em instrumento de opressão e perpetuação da desigualdade, enquanto a esperança e a solidariedade surgem como mecanismos capazes de promover reintegração e equidade.

Diante disso, este estudo buscou evidenciar não apenas a rigidez das estruturas legais, mas também o desafio que o Direito Penal enfrenta ao lidar com a complexidade da condição humana, especialmente quando ignora fatores sociais, históricos e morais, enfatizando a importância de princípios éticos como orientadores na aplicação de uma sanção penal. Por fim, a reflexão crítica permitiu concluir que a efetivação de direitos sociais, a educação e a promoção da esperança são inseparáveis da construção de um sistema penal legítimo e compatível com a justiça social. Políticas integradas de inclusão e oportunidades concretas possibilitam a reconstrução da dignidade, a redução da desigualdade e a concretização de uma sociedade mais solidária e equitativa.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 13. ed. rev. e amp. São Paulo: Malheiros, 2012.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte geral. 31. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. 1 v.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 fev. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 18 fev. 2025.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1.

CHAMON JÚNIOR, Lúcio Antônio. **Teoria Constitucional do Direito Penal**: contribuições a uma reconstrução da dogmática penal 100 anos depois. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**: volume 1: parte geral: arts. 1º ao 120 do Código Penal. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

HUGO, Victor. **Os miseráveis**. Tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros. Apresentação de Renato Janine Ribeiro. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2017.

LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. **Princípio da insignificância no direito penal**: análise à luz das leis 9.099/95 (juizados especiais criminais), 9.503/97 (código de trânsito brasileiro) e da jurisprudência atual. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. **Princípios políticos do Direito Penal**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. 10. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ROXIN, Claus. **A proteção de bens jurídicos como função do direito penal**. Organização e tradução de André Luis Callegari e Nereu José Giacomolli. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SEMER, Marcelo. Princípios penais no Estado democrático. *In*: SEMER, Marcelo; FELIPPE, Marcio Sortelo (org.). **Princípios penais no Estado democrático**. São Paulo: Estúdio editores.com, 2014. (Coleção para entender direito).

PROPOSTA DE SINAIS-TERMO PARA A ATIVIDADE FÍSICA CROSSFIT UMA INTERFACE ENTRE LETRAS E EDUCAÇÃO FÍSICA

João Lipe Nogueira Reis

Neemias Gimes Santana

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo propor a criação de sinais-termo específicos para a prática do Crossfit em Língua Brasileira de Sinais (Libras), considerando a necessidade de acessibilidade linguística para pessoas surdas praticantes de atividades físicas e estudantes da área de Educação Física. A pesquisa fundamenta-se na interface entre os campos de Letras, com foco na Terminologia e Lexicologia das línguas de sinais, e Educação Física, ao abordar os aspectos técnicos e práticos do Crossfit. Metodologicamente, a investigação baseia-se na observação das práticas de treino, levantamento de termos técnicos utilizados na modalidade e análise de sua adequação ao contexto visual-espacial da Libras. A partir de critérios linguísticos, como iconicidade e clareza, foram propostas representações sinalizadas para movimentos característicos, tais como burpee, box jump, snatch e AMRAP. Os resultados indicam que a ausência de sinais consolidados para esses termos compromete a inclusão efetiva de praticantes surdos e a mediação pedagógica em ambientes acadêmicos e de treinamento. Conclui-se que a criação e validação dos sinais-termo apresentados constituem uma contribuição relevante para a acessibilidade, ensino-aprendizagem e prática profissional no campo da Educação Física, além de fortalecer a pesquisa em linguística aplicada às línguas de sinais.

Palavras-chave: Sinais-termo. Libras. Crossfit. Educação Física. Terminologia.

1 INTRODUÇÃO

A difusão do Crossfit no Brasil trouxe à tona uma multiplicidade de termos técnicos importados do inglês, os quais passaram a compor a linguagem cotidiana de praticantes, treinadores e estudantes da área de Educação Física. Entretanto, observa-se que tais termos ainda carecem de representações adequadas em Língua Brasileira de Sinais (Libras), dificultando a participação de pessoas surdas em contextos de treinamento e formação acadêmica. Diante disso, este artigo propõe um diálogo interdisciplinar entre as áreas de Letras, especificamente os estudos linguísticos voltados à terminologia em línguas de sinais, e a Educação Física, com vistas à criação de sinais-termo específicos para o Crossfit.

O objetivo central desta pesquisa é elaborar propostas de sinais-termo que possibilitem a inclusão efetiva de surdos no universo do Crossfit, promovendo a acessibilidade linguística e pedagógica em ambientes esportivos e acadêmicos. Para tanto, fundamentamo-nos em referenciais teóricos da Linguística das Línguas de Sinais, bem como em literatura especializada em Educação Física, com foco nos fundamentos

e práticas do Crossfit. A relevância do estudo justifica-se pela necessidade de suprir a lacuna existente no léxico da Libras, ao mesmo tempo em que oferece subsídios para a prática docente, a atuação de intérpretes de Libras e a experiência inclusiva de alunos surdos.

Neste artigo, apresentamos os pressupostos teóricos e metodológicos que orientaram a pesquisa, bem como as propostas de sinais-termo elaboradas e sua possível aplicabilidade em contextos pedagógicos e esportivos.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Libras, como língua de modalidade visual-espacial, apresenta recursos próprios para a criação lexical, sustentados nos parâmetros fonológicos de configuração das mãos, movimento, ponto de articulação, orientação das mãos e expressões não manuais. Esses elementos tornam possível a elaboração de sinais que, ao mesmo tempo, respeitam a gramática da língua e se conectam com a experiência visual e corporal dos sujeitos surdos. No contexto da Terminologia, tais sinais, quando associados a conceitos técnicos e científicos, configuram-se como **sinais-termo,** elementos fundamentais para a ampliação do léxico e para o fortalecimento da inclusão em áreas especializadas (FAULSTICH, 2014; CASTRO JR., 2014).

Os sinais-termo têm papel duplo: por um lado, organizam e sistematizam o vocabulário técnico em Libras, possibilitando maior precisão semântica e clareza comunicativa; por outro, funcionam como ferramenta pedagógica e de democratização do acesso ao conhecimento, sobretudo em áreas que lidam com terminologias estrangeiras ou de difícil tradução. Autores como Abbade (2008) e Quadros (2003) reforçam que o estudo lexicológico em línguas de sinais deve considerar não apenas os aspectos linguísticos, mas também os fatores culturais, históricos e pragmáticos que influenciam a formação e a circulação dos sinais.

No campo da Educação Física, a necessidade de uma terminologia especializada em Libras torna-se ainda mais evidente. A prática do **Crossfit** ilustra esse desafio: trata-se de uma modalidade marcada por estrangeirismos, siglas e termos técnicos — como *WOD* (*Workout of the Day*), *AMRAP* (*As Many Rounds as Possible*), *burpee*, *snatch* e *box jump* — que são amplamente difundidos entre praticantes, mas

ainda não possuem correspondência consolidada em Libras. Essa lacuna linguística compromete o engajamento de surdos tanto em academias quanto em cursos de graduação em Educação Física, na medida em que impede a plena compreensão dos conteúdos e dificulta a atuação dos intérpretes de Libras nesses espaços.

A interface entre Letras e Educação Física, portanto, mostra-se indispensável. Do ponto de vista linguístico, o desenvolvimento de sinais-termo para o Crossfit deve observar princípios como **iconicidade,** para aproximar o sinal do movimento corporal correspondente; **arbitrariedade controlada,** quando não há possibilidade de representação visual direta; e **composição**, em casos de termos compostos ou siglas. Do ponto de vista da Educação Física, é necessário compreender a natureza dos movimentos, sua nomenclatura técnica e sua importância no treinamento funcional, de modo que os sinais representem não apenas a forma do exercício, mas também o conceito que ele carrega no contexto esportivo.

Inspirando-se em pesquisas anteriores na área de **terminologia em saúde e atividade física para surdos** (como a proposta de léxico bilíngue sobre recomendações da OMS em atividade física, percebe-se que a ausência de vocabulário acessível impacta diretamente a qualidade da inclusão. Assim, a criação de um glossário bilíngue Libras–Português voltado ao Crossfit não deve ser entendida apenas como um recurso técnico, mas como um instrumento de **acessibilidade linguística, promoção da saúde e valorização cultural** da comunidade surda.

O caráter interdisciplinar dessa proposta fortalece a relevância do estudo, ao conjugar a Linguística — responsável por fornecer as bases teóricas para a formação e validação dos sinais-termo — e a Educação Física — que oferece o repertório técnico da modalidade. Tal articulação não apenas amplia o léxico da Libras em uma área emergente, mas também contribui para que surdos tenham acesso qualificado à prática esportiva e à formação acadêmica.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo baseou-se em um conjunto de etapas articuladas entre os campos da Linguística e da Educação Física, garantindo a consistência científica e a relevância prática da pesquisa. Em linhas gerais, o percurso metodológico pode ser dividido em três momentos: **(i)** observação sistemática de treinos

de Crossfit e levantamento dos principais termos técnicos empregados por instrutores e praticantes; **(ii)** análise linguística desses termos, com base em critérios de iconicidade, clareza, economia linguística e adequação à estrutura da Libras; e **(iii)** proposição de sinais-termo acompanhada de discussão preliminar com intérpretes de Libras e praticantes surdos.

Na primeira etapa, foram realizadas observações em academias de Crossfit situadas em centros urbanos, com registro dos movimentos e vocabulário utilizado em diferentes situações: instruções de treino, feedback dos treinadores e comunicação entre praticantes. A presença de alunos surdos e ouvintes nesses ambientes possibilitou identificar não apenas a terminologia mais recorrente, mas também as barreiras comunicacionais enfrentadas pelos surdos diante da ausência de sinais específicos.

Na segunda etapa, procedeu-se a uma análise linguística pautada nos cinco parâmetros fonológicos da Libras (configuração das mãos, movimento, ponto de articulação, orientação e expressões não manuais), a fim de propor sinais que fossem adequados tanto do ponto de vista formal quanto do ponto de vista da iconicidade. Essa análise foi ancorada em referenciais da **lexicologia e terminologia** (CASTRO JR., 2014; FAULSTICH, 2014; QUADROS, 2004), articulando princípios da linguística aplicada às línguas de sinais com demandas específicas da Educação Física.

Na terceira etapa, os sinais-termo propostos foram sistematizados em um **Léxico Bilíngue (Português–Libras),** acompanhado da descrição dos parâmetros utilizados na criação, da motivação do sinal e de sua aplicabilidade em contextos de ensino e prática esportiva. Esse glossário foi discutido de forma preliminar com intérpretes de Libras e praticantes surdos, buscando validar a pertinência e a funcionalidade das propostas.

Optou-se por um **enfoque qualitativo**, considerando que a pesquisa terminológica em línguas de sinais exige a análise contextualizada de usos e significados. A aproximação metodológica adotada aproxima-se de experiências anteriores voltadas para a construção de léxicos bilíngues em saúde e atividade, que também articularam observação empírica, análise linguística e validação comunitária.

Assim, a metodologia aqui delineada não se restringe a um processo técnico de criação de sinais, mas constitui um caminho participativo e interdisciplinar, no qual a

contribuição da comunidade surda e a experiência de especialistas em Educação Física são elementos fundamentais para a legitimidade dos sinais-termo propostos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos no presente estudo evidenciam a necessidade urgente de criação de sinais-termo que sejam capazes de refletir com precisão as especificidades do Crossfit, modalidade esportiva caracterizada por movimentos dinâmicos, intensidade elevada e diversidade de exercícios técnicos. A lacuna identificada no léxico da Libras relacionado a esta prática compromete a comunicação efetiva entre instrutores e praticantes surdos, tornando imperativa a proposição de sinais que se alinhem tanto à terminologia esportiva quanto à própria estrutura visual-espacial da língua de sinais.

Foram propostos sinais para os seguintes termos técnicos: **WOD, AMRAP, burpee, snatch, box jump, clean, jerk** e **kettlebell swing**. Na elaboração desses sinais, a escolha dos parâmetros fonológicos da Libras — incluindo configuração de mãos, localização, movimento e expressão facial — buscou privilegiar a **iconicidade**, de modo a criar uma relação direta entre o sinal e a execução física do exercício. Esse enfoque favorece não apenas a memorização dos termos, mas também a identificação imediata com a prática esportiva, promovendo uma comunicação mais natural e intuitiva.

Por exemplo, o sinal-termo proposto para **burpee** envolve um movimento descendente das mãos em direção ao chão, seguido de um impulso para cima, remetendo visualmente à sequência completa do exercício corporal. Já o sinal para **snatch** enfatiza a amplitude do movimento de levantamento de peso acima da cabeça, reforçando a clareza do conceito e mantendo a correspondência entre a ação física e sua representação em Libras. De maneira geral, a adoção de sinais motivados pela própria execução dos movimentos contribui para a naturalidade da comunicação, aumentando a compreensão e adesão dos praticantes surdos às instruções de treino.

O estudo também prevê a **divulgação dos sinais-termo propostos em formato audiovisual,** disponibilizados em vídeos no YouTube, que podem ser acessados por meio de link direto ou QR Code. Optou-se por esse tipo de divulgação por duas razões principais: (i) a **rede mundial de computadores** permite um acesso amplo e democrático, atingindo grande parte da população interessada, incluindo

instrutores, praticantes e pesquisadores; (ii) a Libras possui uma **modalidade visual-espacial**, na qual a observação do movimento corporal é essencial para a compreensão dos sinais, tornando o vídeo um recurso pedagógico eficaz para a aprendizagem e a memorização do léxico.

Inserir imagem exemplo sinal-termo Crossfit seu video



Fonte: Link do youtube.

Além disso, a elaboração de um **léxico alfabético bilíngue (Libras–Português)** preliminar constitui um ponto de partida significativo para futuras validações e ajustes, podendo ser implementado em academias de Crossfit por meio da interação direta com praticantes surdos. Esse processo permitirá observar a aceitação, compreensão e uso cotidiano dos sinais, fornecendo dados empíricos que subsidiem a consolidação do léxico. Entende-se que a difusão e validação desses sinais dependem não apenas da aceitação da **Comunidade Surda**, mas também da sua integração em ambientes formais e informais de prática e ensino de Educação Física, contribuindo para a construção de um repertório técnico acessível e padronizado.

Por fim, a pesquisa aponta para a relevância de iniciativas contínuas de desenvolvimento de **sinais-termo para modalidades esportivas**, reforçando a importância da interação entre linguística, educação física e acessibilidade, com vistas à promoção de uma prática esportiva inclusiva, comunicativa e tecnologicamente acessível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal **propor sinais-termo específicos para a prática do Crossfit em Libras,** articulando de maneira interdisciplinar os aportes teóricos da **Linguística**, da **Terminologia em Libras** e da **Educação Física**. Essa articulação permite não apenas o desenvolvimento de um léxico técnico acessível, mas também a compreensão dos mecanismos de criação de sinais motivados pela execução física dos exercícios, respeitando os princípios de **iconicidade, clareza e conforto linguístico** da Libras.

A **ausência de um repertório consolidado** voltado para a terminologia do Crossfit compromete significativamente a inclusão de pessoas surdas em academias, centros esportivos e contextos de formação acadêmica, tornando-se um desafio tanto para intérpretes quanto para professores e instrutores de Educação Física. Sem sinais específicos, a comunicação sobre técnicas, intensidade, sequências de exercícios e metas de treino torna-se limitada, afetando a participação ativa e a compreensão completa da prática esportiva.

A **elaboração dos sinais-termo propostos** representa, portanto, um avanço relevante para a promoção da **acessibilidade linguística**, contribuindo para a democratização do acesso ao conhecimento esportivo e fortalecendo a **experiência de surdos em práticas corporais**. Além de permitir uma comunicação mais eficiente, esses sinais estimulam o engajamento e a motivação dos praticantes, ao estabelecerem uma correspondência direta entre o movimento físico e sua representação em Libras.

Como parte da estratégia de divulgação e consolidação do léxico, os sinais-termo foram disponibilizados em **formato audiovisual**, por meio de vídeos publicados no YouTube, acessíveis via **link direto ou QR Code**. Essa abordagem reconhece a **modalidade visual-espacial da Libras**, permitindo que os usuários aprendam os sinais observando os movimentos corporais e suas nuances, além de aproveitar a ampla acessibilidade proporcionada pela rede mundial de computadores.

Entre as **perspectivas futuras**, destaca-se a necessidade de **validação participativa junto à comunidade surda,** envolvendo intérpretes, praticantes e pesquisadores, para assegurar que os sinais propostos sejam compreendidos, aceitos e incorporados à prática cotidiana. Ademais, recomenda-se a **expansão da pesquisa**

para outras modalidades esportivas, possibilitando a construção de um repertório técnico mais abrangente e sistematizado em Libras, contribuindo para a inclusão efetiva de surdos em contextos esportivos e acadêmicos de Educação Física, além de fortalecer a interdisciplinaridade entre linguística, terminologia e práticas corporais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n° 10436 de 22 de abril de 2002. Oficializa a LIBRAS.

_____. Decreto-lei n° 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10436 de 22/04/02 e o art. 18 da Lei 10.098 de 19/12/00.

BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

CARVALHO, Orlene Lúcia de Sabóia e MARINHO, Margot Latt. In: LIMA-SALLES, Heloisa Maria Moreira (Org.). Bilinguismo dos surdos: questões lingüísticas e educacionais. Goiânia: Cânone Editorial, 2007, p. 121.

CASTRO JÚNIOR. Gláucio de. Variação regional lexical na Língua de Sinais Brasileira: inteorizando a prática educativa. Projeto de iniciação científica desenvolvido na UnB. 2009.

_____. Variação Linguística em Língua de Sinais Brasileira – Foco no Léxico. Brasília, 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília.

_____. Projeto VARLIBRAS. Brasília, 2014. 259 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília.

CASTRO JÚNIOR. Gláucio de. PROMETI, Daniela. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 24, n. 44, p. 161-178, jul./dez. 2015.

FAULSTICH, Enilde L. J. Lexicologia: a linguagem do noticiário policial. Brasília: Horizonte, 1980.

_____. Base metodológica para pesquisa em socioterminologia: termo e Variação. Brasília: UnB, 1995

_____. Socioterminologia: mais que método de pesquisa, uma disciplina. Ciência da Informação, São Paulo, v. 24, n. 3, 1995.

_____. Modalidade oral-auditiva versus modalidade vísuo-espacial sob a perspectiva de dicionários na área da surdez. In: Salles, Heloisa M. M. L. (org.) Bilinguismo dos surdos: questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cânone, 2007, pp. 143-157.

QUADROS, Ronice M. Língua de sinais brasileira: Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 2004. 151

SANTANA, N. G.; REIS, J. L. N. (2022). Contribuição para o registro de sinais-termo na área de automação industrial. In: II Internellis.

TUXI, P. A Terminologia na Língua de Sinais Brasileira: Proposta de organização e de registro de termos técnicos e administrativos do meio acadêmico em glossário bilíngue. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/ handle/10482/23754

PROTEÇÃO DE IMIGRANTES CONTRA O TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS QUANTO À APLICAÇÃO DA CLT E DAS CONVENÇÕES DA OIT NA GARANTIA DE DIREITOS LABORAIS

Jéssica Hind Ribeiro Costa[1]

Clara Prado Novais Siqueira[2]

Samuel Santos Silva[3]

Racquel de Alcântara Almeida[4]

RESUMO

O estudo analisa a proteção de imigrantes contra o trabalho análogo à escravidão no Brasil, considerando a CLT e normas da OIT. A pesquisa, qualitativa, baseia-se em revisão bibliográfica e análise de legislação e relatórios internacionais. Identifica-se maior incidência de trabalho forçado em setores como construção civil, serviços domésticos e agroindústria, devido à vulnerabilidade dos trabalhadores. Apesar da legislação brasileira (art. 149 do Código Penal, CLT e Lei de Migração) oferecer instrumentos de proteção, sua efetividade é limitada por fiscalização insuficiente, informalidade e barreiras linguísticas e culturais. A integração com normas da OIT amplia a proteção, mas depende de políticas públicas eficazes e articulação institucional. Conclui-se que o combate ao trabalho escravo exige esforços conjuntos de organismos internacionais, governo, sociedade civil e trabalhadores, de modo a fortalecer a legislação trabalhista, os direitos humanos e a justiça social..

Palavras-chave: Trabalho análogo a escravidão. Imigrantes. Exploração

1 INTRODUÇÃO

Ainda que o Brasil seja reconhecido internacionalmente como referência no combate ao trabalho em condições análogas à escravidão, a persistência desse ciclo de exploração torna-se particularmente evidente diante do crescimento expressivo da migração para o país. Entre 2010 e agosto de 2024, o Brasil recebeu 1.700.686 migrantes, incluindo residentes permanentes, temporários e fronteiriços (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2024). No mesmo período, foram reconhecidas 146.109 pessoas como refugiadas, além de 450.752 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, evidenciando a complexidade e a magnitude dos desafios relacionados à proteção dos

[1] Pós-doutora, Universidade Católica do Salvador, jessica.costa@pro.ucsal.br
[2] Graduanda, Universidade Católica do Salvador, clara.pradon@gmail.com
[3] Graduando, Universidade Católica do Salvador, santoxsam17@gmail.com
[4] Graduanda, Universidade Católica do Salvador, racquel.almeida@ucsal.edu.br

direitos trabalhistas e humanos dessa população vulnerável (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2024).

Desse modo, adotando-se o método dedutivo de pesquisa e o procedimento monográfico, ambos subsidiados pela técnica de revisão bibliográfica e documental, o presente artigo busca analisar a proteção de imigrantes contra o trabalho em condições análogas à escravidão no Brasi. Para tanto, examina-se a aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como a relação dessas normas com a realidade de exploração enfrentada por trabalhadores migrantes em contextos de informalidade e vulnerabilidade social. Ademais, parte-se de uma perspectiva crítica, reconhecendo que a mera existência de normas jurídicas e tratados internacionais não tem sido suficiente para conter as práticas de superexploração, frequentemente legitimadas pelas estruturas do capitalismo contemporâneo.

2 MARCOS LEGAIS INTERNACIONAL E DOMÉSTICOS DO TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO DE IMIGRANTES.

A proteção de imigrantes contra o trabalho análogo à escravidão no Brasil se estrutura a partir de convenções internacionais, tratados de direitos humanos e legislações nacionais, como a CLT e a Lei de Migração. Esses instrumentos estabelecem parâmetros de dignidade laboral e orientam a atuação estatal na defesa dos direitos trabalhistas.

Sob uma perspectiva crítica, observa-se que tais normas, embora relevantes, frequentemente funcionam mais como resposta formal a pressões sociais e políticas do que como mecanismos efetivos de transformação da realidade laboral. O arcabouço jurídico muitas vezes se mostra incapaz de enfrentar a exploração estrutural imposta pelo capitalismo globalizado, que naturaliza a precarização e empurra os imigrantes para condições de vulnerabilidade. Assim, ao examinar os marcos legais internacionais e nacionais, é fundamental destacar tanto seus avanços quanto suas limitações diante da persistência da exploração contemporânea.

2.1 CONVENÇÕES DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO: BREVE

ESCOPO CONTEXTUALÍSTICO E O VIÉS ADOTADO NA CONCEITUAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO A ESCRAVIDÃO

A concepção de uma legislação internacional do trabalho emergiu no início do século XIX, impulsionada por preocupações morais e econômicas decorrentes da Revolução Industrial, período de intenso desenvolvimento tecnológico iniciado na Inglaterra e disseminado mundialmente, consolidando o capitalismo. A exploração da força de trabalho, antes direta e coercitiva, passou a se manifestar de forma menos explícita, mas igualmente expropriativa, subordinando o trabalhador às exigências do capital e às estruturas sociais restritivas (SILVA E COSTA, 2022; FILGUEIRAS, 2016b). Antecedentes dessa regulamentação incluem iniciativas de pensadores e sindicalistas como Robert Owen e Daniel Le Grand, que propuseram limitações de jornada, descanso dominical e restrições ao trabalho infantil (FRANCO FILHO, 2022). Contudo, tais ações individuais foram apenas fragmentos de um movimento amplo, marcado por lutas sociais, disputas políticas e transformações econômicas; como observa Coutinho, *"não existem direitos do trabalho dados por governos e patrões, revelando-se, assim, mito bastante frágil a ideia da outorga governamental movida pela sua generosidade ou longe das tensões e confrontos classistas"* (COUTINHO, 2020, p. 48).

O surgimento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919 formalizou esforços globais para proteger o trabalhador e promover justiça social, por meio de convenções internacionais vinculantes, como as Convenções nº 29/1930 e nº 105/1957, que proíbem trabalho forçado, e a nº 97/1949, garantindo direitos aos trabalhadores imigrantes (ALTMAN, 2022; MIZIARA, 2022; OIT, 1930, 1949, 1957). Apesar disso, Silva e Costa destacam que a definição de trabalho análogo à escravidão da OIT apresenta limitações frente à realidade brasileira, concentrando-se em coerção física direta, sem abarcar plenamente a exploração estrutural, jornadas exaustivas e condições degradantes, que configuram formas contemporâneas de subordinação laboral. Assim, mesmo com a ratificação das convenções, a efetividade prática depende de políticas públicas que enfrentem essas formas de exploração, especialmente para grupos vulneráveis como imigrantes, cuja inserção no mercado de trabalho ocorre frequentemente em condições precárias e subordinadas à lógica de maximização do capital (SILVA E COSTA, 2020, p. 208-209).

2.2 A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DE TRABALHO: O TRABALHISMO

BRASILEIRO DO SÉCULO XX E AS ATUAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO CONCEITO BRASILEIRO DE TRABALHO ANÁLOGO A ESCRAVIDÃO

A Constituição Federal de 1988 assegura igualdade a todos perante a lei, garantindo direitos também a imigrantes, como reforça a Lei de Migração de 2017 (BRASIL, 1988; BRASIL, 2017). A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, marcou a proteção jurídica das relações de trabalho no Brasil, unificando normas existentes e assegurando direitos como jornada limitada, férias, descanso semanal e proteção à saúde e segurança do trabalhador, estendendo-os também aos estrangeiros. Como enfatiza Grijalbo Coutinho, a CLT não foi concessão unilateral do Estado, mas resultado de intensos embates sociais e pressão de movimentos operários e sindicatos, evidenciando que direitos trabalhistas derivam da luta organizada e não da generosidade estatal (COUTINHO, 2020, p. 43-46). As lutas operárias entre o final do século XIX e as quatro primeiras décadas do século XX foram decisivas, envolvendo greves duramente reprimidas, reivindicações de liberdade sindical, salário mínimo, limitação da jornada e melhores condições laborais.

Apesar das garantias formais da Constituição e da CLT, muitos imigrantes enfrentam exploração devido a barreiras linguísticas, desconhecimento de direitos ou irregularidade documental, sendo forçados a aceitar jornadas extenuantes e condições degradantes (SILVA E GENTIL, 2022, p. 2). O artigo 149 do Código Penal tipifica o trabalho análogo à escravidão, abrangendo coerção física, jornadas exaustivas, condições degradantes e restrições à locomoção por dívidas, reconhecendo a exploração estrutural e social, em contraste com a abordagem mais restrita da OIT (SILVA E COSTA, 2022, p. 209).

O conceito legal vigente enfrenta ataques de setores políticos, agropecuários e jurídicos que tentam reduzir sua abrangência, ignorando a exploração sistêmica do capitalismo. Exemplo disso seria o PL nº 3.842/2012, que busca restringir o conceito de trabalho análogo ao de escravo ao excluir elementos como “jornada exaustiva” e “condições degradantes”, enfraquecendo a proteção contra essa forma de exploração.

Preservar elementos como jornada exaustiva e condições degradantes fortalece a atuação da Justiça do Trabalho e Federal, permite políticas públicas mais eficazes e protege trabalhadores vulneráveis, inclusive imigrantes. Dessa forma, a definição ampla do trabalho análogo à escravidão não só identifica práticas que atentam contra a integridade física e moral do trabalhador, mas também reconhece a complexidade das

formas contemporâneas de exploração laboral, reafirmando a centralidade da dignidade da pessoa humana no Estado democrático de direito (SILVA E COSTA, 2022, p. 213-218).

2.3 TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS APLICÁVEIS A IMIGRANTES

O Brasil é signatário de diversos tratados internacionais de direitos humanos que asseguram condições dignas de trabalho a todos os indivíduos sob sua jurisdição, incluindo imigrantes, como o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que garantem igualdade de remuneração, segurança, limitação de jornada e férias remuneradas (ONU, 1966; ONU, 1976). A Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 reforça o princípio da dignidade humana ao afirmar que *"todo o homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana*" (ONU, 1948), servindo de base para políticas públicas que protejam trabalhadores, inclusive migrantes. Complementam esse arcabouço a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias (1990), que estabelece direitos relativos à saúde, educação, segurança social e proteção contra exploração (ONU, 1990), e o Pacto de San José da Costa Rica (1969), que garante direitos fundamentais e proteção judicial efetiva a todos os indivíduos, reforçando a obrigação do Estado de prevenir abusos e assegurar igualdade de tratamento no contexto laboral (CIDH, 1969).

3 TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO BRASIL: HISTÓRIA COLONIAL, CONFLITOS DE CLASSE E A REALIDADE ATUAL DE EXPLORAÇÃO ESTRUTURAL E MIGRATÓRIA

A escravidão consiste em sujeitar um indivíduo à autoridade de outro, de modo que seu trabalho e sua vontade ficam subordinados ao senhor, obtidos por força ou meios coercitivos (PINSKY, p. 9-10). Estima-se que, globalmente, cerca de 50 milhões de pessoas vivam em condições de trabalho análogo à escravidão, equivalente a 1 em cada 150 indivíduos (OIT, 2022). Essa prática viola direitos humanos, justiça social e se traduz na antítese do desenvolvimento econômico, sendo ainda uma realidade no Brasil, menos de 150 anos após a abolição formal da escravidão, principalmente entre

trabalhadores vulneráveis submetidos a ambientes degradantes e à superexploração de mão de obra (OIT, 2022). Para compreender a escravidão moderna no país, é necessário analisar seu histórico, identificando agentes envolvidos, condições de vulnerabilidade, setores econômicos beneficiados e a influência de ideologias neoliberais no panorama atual.

3.1 ESCOPO E HERANÇAS HISTÓRICAS: DO PERÍODO COLONIAL À CONTEMPORANEIDADE.

A escravidão no Brasil teve início no período colonial, quando os portugueses introduziram práticas de exploração laboral extremas, além da mera exploração econômica descrita por Marx e Engels, sujeitando africanos sequestrados à total subordinação e transformando-os em propriedade de seus senhores (MOURA, 1988, p. 5-10). A economia colonial, voltada à exportação, dependia integralmente do trabalho escravo, com milhões de africanos transportados forçadamente durante os séculos XVII e XVIII, enfrentando condições desumanas e alta mortalidade tanto nas travessias quanto nos engenhos. O século XIX trouxe mudanças graduais: o movimento abolicionista ganhou força, a Lei Eusébio de Queirós (1850) proibiu o tráfico transatlântico, a Lei do Ventre Livre (1871) libertou legalmente crianças nascidas de mães escravizadas ainda sob tutela dos senhores, e a Lei dos Sexagenários (1885) concedeu liberdade a escravizados acima de 60 anos, mas de forma limitada, enquanto a Lei Áurea (1888) marcou o fim legal da escravidão sem assegurar inserção social ou condições de vida dignas aos libertos (MOURA, 1988, p. 5-10; GOLDSCHMIDT e BIROLO, 2024, p. 78).

O período abolicionista brasileiro também foi caracterizado pelo medo da burguesia frente ao potencial revolucionário dos escravizados, que eram a maioria demográfica. A classe senhorial via nos negros escravizados não apenas uma força de trabalho, mas uma propriedade fundamental para a manutenção de seu poder, legislando de forma repressiva e cruel, com castigos e torturas muitas vezes exagerados como exemplo para impedir rebeldias (MOURA, 1988, p. 7; GOLDSCHMIDT e BIROLO, 2024, p. 78).

Esse sistema criou desigualdades estruturais e consolidou a manutenção da classe dominante após a abolição, perpetuando conflitos de classes que se estendem

até hoje. A independência do Brasil não aboliu o trabalho escravo, e a abolição não desmontou o latifúndio, deixando como herança histórica tanto o poder da elite quanto os resquícios do trabalho compulsório, que moldaram uma sociedade marcada por desigualdade e exploração persistente (MOURA, 1988, p. 8; GOLDSCHMIDT e BIROLO, 2024, p. 4-5).

3.2 ALVOS DO TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO

Da mesma forma que a escravidão deixou marcas profundas na história e na estrutura social do Brasil, a migração também compõe a trajetória do país, tanto no período colonial quanto na contemporaneidade. Os agentes do trabalho análogo à escravidão seguem alvos pré-estabelecidos, de forma semelhante ao período colonial, mas no contexto atual, o sistema capitalista atua como facilitador, explorando lacunas legais e a precarização do trabalho (ANDRADE, p. 123).

A análise do fenômeno deve contemplar a vulnerabilidade específica dos imigrantes, que enfrentam barreiras diplomáticas, culturais, linguísticas e burocráticas, influenciando sua inserção no mercado de trabalho. Como aponta a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados: "*Quanto aos imigrantes, há ainda o agravante de se encontrarem em situação de ilegalidade, o que os torna ainda mais vulneráveis à ação dos exploradores*" (BRASIL, 2018).

Pesquisas de Marileide Alves e Laise Stefany demonstram que, no mercado informal, imigrantes estão expostos à exploração extrema, onde o capital extrai máxima produtividade com mínima responsabilidade, sem necessidade de coerção física direta, especialmente sobre corpos racializados e empobrecidos (SILVA e COSTA, p. 208-214). O mercado de trabalho naturaliza essa exploração, enquanto o Código Penal Brasileiro protege não apenas a liberdade física, mas também a dignidade da força de trabalho, rompendo com a visão restrita da OIT (SILVA e COSTA, p. 208-214).

O trabalho informal reflete as falhas estruturais do capitalismo, empurrando grande parte da população para atividades não regulamentadas, sem direitos trabalhistas ou proteção social. A instabilidade e a falta de direitos tornam-se a regra, não a exceção, alimentando um ciclo de precarização e desigualdade, tornando os trabalhadores peças descartáveis do sistema econômico (NEVES, p. 11-12). A OIT, na Recomendação nº 204, define o trabalho informal como atividades econômicas

insuficientemente cobertas por normas formais, excetuando-se atividades ilegais (OIT, 2015, p. 5).

A difícil inserção de imigrantes no mercado formal brasileiro evidencia vulnerabilidade e precarização. Barreiras como documentação irregular, reconhecimento de diplomas e ausência de redes de apoio os empurram para o setor informal, onde 62% atuam em condições precárias, com ausência de vínculos contratuais, pejotização e jornadas extenuantes (ADUS, 2025; ONG Visão Mundial, p. 14). A exploração se agrava devido à pressão por envio de recursos à família ou sobrevivência, transformando o trabalhador em meio de produção para maximizar o lucro.

Historicamente, o Estado contribuiu para essa vulnerabilidade. Durante a ditadura militar, políticas migratórias e o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980) trataram imigrantes como ameaças, perpetuando exploração e desproteção (SUZUKI; TERUEL; FAGUNDES, 2022, p. 1-5). A Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) representou avanço ao reconhecer a migração como direito humano e garantir igualdade de tratamento, incluindo autorização de residência para vítimas de trabalho escravo, por meio da Portaria nº 87/2020 (SUZUKI; TERUEL; FAGUNDES, 2022, p. 2-5).

Entretanto, apesar dos avanços normativos, persistem obstáculos significativos para sua efetiva aplicação. As exigências documentais excessivas e a burocracia estatal dificultam o acesso à regularização migratória e, por consequência, à proteção social. Além disso, a necessidade de colaboração das vítimas para responsabilização dos empregadores pode revitimizá-las, comprometendo sua segurança e dignidade. A falta de políticas públicas específicas, somada à ausência de dados sistematizados sobre o perfil das vítimas imigrantes, revela a negligência estrutural do Estado diante dos ciclos históricos de exclusão e exploração (CHAVES, 2023).

3.3 CASO DA BYD (2024)

Um caso emblemático recente evidencia essa fragilidade: entre dezembro de 2024 e maio de 2025, a Fiscalização do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho na Bahia (SRTE/BA) resgatou 163 trabalhadores chineses em condições análogas à escravidão em uma obra da montadora BYD, em Camaçari (BA). Ao todo,

471 trabalhadores foram trazidos irregularmente ao país, submetidos a jornadas exaustivas, em alojamentos precários e restrição e restrição de locomoção. Foram constatados indícios de tráfico internacional de pessoas e fraude migratória, com uso indevido de dispositivos do Decreto n° 9.199/2017 para mascarar a relação de emprego (MTE, 2025).

As investigações mostraram que, apesar de contratos formais com intermediárias, havia subordinação estrutural e poder de comando direto exercido pela própria montadora, em violação ao artigo 3° da CLT. A inspeção in loco revelou ainda condições degradantes nos alojamentos: camas sem colchões, falta de armários, alimentos armazenados junto a ferramentas de trabalho, banheiros insuficientes e cozinhas insalubres (MTE,2025)

4 TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL: SETORES ECONÔMICOS, CADEIAS PRODUTIVAS E CASOS EMBLEMÁTICOS DE EXPLORAÇÃO DE MIGRANTES

O relatório da OIT evidencia que a exploração de trabalhadores imigrantes em condições análogas à escravidão se concentra principalmente nos setores de serviços, manufatura, construção civil, agricultura e trabalho doméstico, todos majoritariamente vinculados ao setor privado, que responde por 86% dos casos de exploração, com migrantes desproporcionalmente afetados (OIT, 2022, p. 12). Na construção civil, trabalhadores enfrentam dívidas abusivas e recrutamento fraudulento, tornando-se reféns de intermediários, enquanto na agricultura, especialmente em cadeias de commodities e hortifrutis, os migrantes sazonais são submetidos a jornadas extenuantes e servidão por dívida (OIT, 2022, p. 40). O trabalho doméstico, por sua vez, agrava a vulnerabilidade devido ao isolamento, à ausência de proteção legal e à dependência de vistos vinculados a um único empregador, refletindo práticas históricas de subvalorização herdadas do período escravista (ILO, 2022, p. 31).

A persistência dessas práticas é estrutural, alimentada pela lógica do capitalismo globalizado, que prioriza redução de custos e maximização de lucros, enquanto políticas migratórias restritivas empurram trabalhadores para a informalidade e a exploração extrema (OIT, 2022, p. 104). A OIT reforça que a devida diligência empresarial é crucial, exigindo que empresas avaliem criticamente suas operações e cadeias de

fornecimento, promovam recrutamento justo de migrantes e adotem programas de renda digna para mitigar causas estruturais do trabalho forçado, colaborando com ações governamentais e sinergias público-privadas para combater a exploração de trabalhadores vulneráveis (OIT, 2022, p. 92-94).

4.1 CASO DA ZARA

Em verdade, observa-se que o caso Zara é um dos mais emblemáticos sobre trabalho análogo à escravidão envolvendo imigrantes no Brasil. Em 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) flagrou 15 trabalhadores bolivianos e peruanos em oficinas terceirizadas que produziam para a grife, submetidos a jornadas de até 20 horas diárias, em condições precárias de higiene e sob servidão por dívida. Após o flagrante, o Ministério Público do Trabalho (MPT) firmou com a empresa um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que obrigava a Zara a monitorar sua cadeia produtiva, implementar auditorias internas e prevenir novas violações.

Entretanto, auditorias realizadas pelo MTE entre 2015 e 2016 encontraram 433 novas infrações em 67 fornecedores, atingindo mais de sete mil trabalhadores. As irregularidades incluíam jornadas irregulares, atrasos salariais, ausência de registro em carteira, aumento de acidentes de trabalho e exclusão de imigrantes da produção, conduta considerada discriminatória pela fiscalização. Por esses fatos, a empresa foi novamente autuada, com proposta de multa superior a R$ 25 milhões pelo descumprimento do TAC e R$ 850 mil pela prática discriminatória, já que cerca de 157 migrantes foram desligados de 35 oficinas. De acordo com a Agência Brasil, a superintendência regional destacou que "*a empresa utilizou ferramentas privadas de fiscalização para identificar fornecedores de risco e simplesmente os retirou da cadeia produtiva, em vez de corrigir as violações e notificar as autoridades"* (AGÊNCIA BRASIL, 2015).

A análise do caso Zara revela mais do que o mero descumprimento de normas trabalhistas: evidencia como a lógica do capital organiza a cadeia produtiva global. No capitalismo contemporâneo, o trabalhador torna-se frequentemente invisível, transformado em um apêndice descartável do processo produtivo, enquanto o que se valoriza e se busca incessantemente é a acumulação de capital (MARX, 2004, p. 94-95). Nesse viés, a exclusão injusta dos migrantes da cadeia de produção, em vez da

correção das irregularidades, reforça o caráter utilitarista deste modelo: o trabalhador é aceito enquanto útil ao lucro, e descartado quando se torna risco jurídico ou reputacional.

4.2 CASO DAS OFICINAS DE COSTURA E OS IMIGRANTES BOLIVIANOS.

Adicionalmente, em 24 de setembro, uma ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), denominada Operação Libertad, resgatou 43 trabalhadores bolivianos em situação análoga à escravidão nas zonas leste e norte de São Paulo. A operação contou com a participação da Polícia Federal, da Defensoria Pública da União (DPU), do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI). Segundo os auditores fiscais vinculados ao Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM/SIT), os trabalhadores foram encontrados em quatro oficinas de costura, incluindo dois adolescentes, sendo que 26 estavam em situação migratória irregular. Todos laboravam na informalidade, sem registro em carteira, submetidos a jornadas exaustivas e condições degradantes, alojados nos próprios locais de trabalho, alguns acompanhados por seus filhos (AGÊNCIA BRASIL, 2025).

A inspeção abrangeu 17 oficinas, nas quais havia 158 trabalhadores ativos, dos quais apenas seis tinham vínculo formal, menos de 4% do total. Entre eles, 119 eram bolivianos, 17 brasileiros e 16 de outras nacionalidades, incluindo chineses, paraguaios e peruanos; 62 imigrantes estavam irregulares. As empresas foram notificadas para regularizar os vínculos de emprego, e os trabalhadores resgatados tiveram seus contratos rescindidos, com direito ao pagamento integral de verbas salariais e rescisórias, estimadas em aproximadamente R$ 600 mil, além da emissão de guias de seguro-desemprego especial. A fiscalização, em conjunto com a DPU e o CAMI, acompanha também a regularização migratória, conforme a Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração) (AGÊNCIA BRASIL, 2025).

Sob esses aspectos, mais do que um flagrante isolado, a operação revela a persistência de violações trabalhistas graves e como o capitalismo contemporâneo estrutura a exploração da força de trabalho. Novamente, o trabalhador imigrante é transformado em objeto descartável: sua utilidade é reconhecida enquanto gera valor. A informalidade generalizada e a precarização do emprego reforçam a invisibilidade desses sujeitos no processo produtivo, dificultando o acesso a direitos básicos. A

atuação do MTE, MPT, DPU e CAMI se torna essencial para restaurar direitos e proteger os trabalhadores, mas o caso evidencia que o próprio sistema capitalista cria condições estruturais que reduzem imigrantes a meros instrumentos de produção, reforçando uma lógica de exploração e objetificação social (AGÊNCIA BRASIL, 2025).

6 CONCLUSÕES

Desde os primórdios do capitalismo, a relação entre trabalho e capital se estabeleceu de forma desigual, com o trabalho humano sendo explorado como fonte de mais-valia, enquanto leis trabalhistas surgiam como resposta parcial a pressões sociais. Grijalbo Coutinho evidencia que direitos formais reconhecidos em tratados ou constituições raramente correspondiam à realidade do trabalhador, sendo constantemente contornados pelo capital (COUTINHO, 2020, p. 44). Historicamente, desde a Inglaterra e França dos séculos XIV a XVIII até a consolidação industrial do século XIX, o direito do trabalho buscou regular jornadas exaustivas, trabalho infantil e feminino e condições degradantes, mas sempre subordinado aos interesses da burguesia. Assim, mesmo com a formalização de direitos, sua efetividade sempre foi limitada, deixando grande parte da força de trabalho em informalidade, precarização e vulnerabilidade estrutural, situação ainda mais grave para migrantes, submetidos a jornadas extenuantes, condições análogas à escravidão e terceirizações que reduzem custos para o capital.

O setor privado emerge como principal beneficiário dessa estrutura, utilizando terceirização, subcontratação e fraude documental para maximizar lucros e manter a precarização do trabalho. Coutinho enfatiza que o capital organiza-se para preservar suas vantagens, pressionando o Estado por regimes regulatórios flexíveis e garantindo que a implementação de direitos sociais seja superficial. O Estado brasileiro, formalmente garantidor de direitos, sustenta na prática a política do capital Segundo Coutinho, a “justiça política do capital” se manifesta quando instituições jurídicas priorizam a estabilidade econômica e os interesses empresariais, deixando direitos sociais à mercê da resistência patronal. Assim, o cumprimento de direitos depende mais da pressão social e da organização coletiva que das normas formais. Nesse contexto, a mobilização para erradicar o trabalho análogo à escravidão requer fortalecimento de leis, instituições e jurisdição trabalhista, enfrentando os interesses da classe burguesa, lembrando que, nas palavras de Coutinho: *“O fator determinante da equação, relembre-*

se, decorre da relação inversamente proporcional entre aumento da riqueza material burguesa e ampliação de direitos ou oferecimento de melhores condições de trabalho à classe operária. Como regra geral, jornadas de trabalho contidas e menos intensas, além de outras conquistas sociais obreiras, impactam negativamente nas taxas de mais-valor auferidas pelo capital, sendo a força de trabalho miseravelmente remunerada o alimento imprescindível ao regime do lucro e da acumulação de riquezas, para somente assim se autovalorizar e mostrar a sua vitalidade como sistema econômico de produção" (COUTINHO, 2020, p. 46). Como reforçam os Racionais MC's, *"500 anos de Brasil e o Brasil aqui nada mudou"*, (RACIONAIS MC'S, 2002) evidenciando a persistência estrutural das desigualdades e da exploração da força de trabalho no país.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Laís Melo. *TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO: DISPUTA DO CONCEITO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO NO BRASIL*. Revista Linguagem, Ensino e Educação, Criciúma, v. 6, n. 1, p. 207-239, jan./jun. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4.831, de 2024: cria a Política Nacional de Apoio a Refugiados e Imigrantes Vulneráveis. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1145758-projeto-cria-politica-nacional-de-apoio-a-refugiados-e-imigrantes-vulneraveis/. Acesso em: 21 set. 2025.

CHAVES, João Freitas de Castro. *Curso sobre tráfico de pessoas do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC)*. Brasília, 24 jan. 2023.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). *Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica*. San José, 1969.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes. *O STF como justiça política do capital: a desconstrução do Direito do Trabalho por intermédio de decisões judiciais sintonizadas com os ímpetos do mercado neoliberal (2007-2020)*. Minas Gerais, 2025.

ENCICLOPÉDIA JURÍDICA DA PUC-SP. São Paulo: PUC-SP, [s.d.]. Disponível em: http://enciclopediajuridica.pucsp.br. Acesso em: 20 set. 2025.

GOLDSCHMIDT, Rodrigo; BIROLO, Swami Bez. O trabalho análogo ao de escravo e sua relação com a informalidade. *Revista [Nome da Revista]*, Brasília, n. 2, p. 74-89, jan./dez. 2024.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). [S.l.: ILO], [s.d.]. Disponível em: https://www.ilo.org/pt-pt/media/320141/download. Acesso em: 20 set. 2025.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). *50 milhões de pessoas vivem em condição de escravidão moderna no mundo*. Brasília: IOM, 2023. Disponível em: https://brazil.iom.int/pt-br/news/50-milhoes-de-pessoas-vivem-em-condicao-de-escravidao-moderna-no-mundo. Acesso em: 20 set. 2025.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP). *Boletim da Migração no Brasil: dados de 2010 a agosto de 2024*. Brasília: MJSP, 2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). *BYD é autuada por submeter trabalhadores chineses a condições análogas à escravidão na Bahia*. Brasília, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/junho/byd-e-autuada-por-submeter-trabalhadores-chineses-a-condicoes-analogas-a-escravidao-na-bahia. Acesso em: 20 set. 2025.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). *Fiscalização resgata 43 bolivianos em condições análogas à escravidão em São Paulo*. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Outubro/fiscalizacao-resgata-43-bolivianos-em-condicoes-analogas-a-escravidao-em-sao-paulo. Acesso em: 20 set. 2025.

MIZIARA, Raphael. *Breve história da OIT – Organização Internacional do Trabalho*. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://blog.grancursosonline.com.br/breve-historia-da-oit-organizacao-internacional-do-trabalho/. Acesso em: 20 set. 2025.

MOURA, Clóvis. Cem anos de Abolição do Escravismo no Brasil. *Revista Princípios*, n. 15, p. 5-10 , 1988.

NEVES, Daniela. A exploração do trabalho no Brasil contemporâneo. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 11-21, jan./abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris, 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos*. Nova York, 1966.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*. Nova York, 1976.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias*. Nova York, 1990.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Convenção nº 29 sobre Trabalho Forçado*. Genebra, 1930. Disponível em: https://www.trt2.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT_029.html. Acesso em: 19 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Convenção nº 97 sobre Trabalhadores Migrantes*. Genebra, 1949. Disponível em: https://www.trt2.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT_097.html. Acesso em: 19 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Convenção nº 105 sobre a Abolição do Trabalho Forçado*. Genebra, 1957. Disponível em: https://www.trt2.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT_105.html. Acesso em: 19 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Recomendação nº 204: sobre a transição da economia informal para a economia formal*. Genebra: OIT, 2015.

RACIONAIS MC's. *Nada como um dia após o outro dia* [CD]. São Paulo: Casa Nostra, 2002.

SILVA, Marileide; COSTA, Laise Stefany Santos. *Trabalho análogo ao de escravo: disputa do conceito e políticas públicas de enfrentamento no Brasil*. 1. ed. Campinas: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2021.

SILVA, Pamilhan Araújo Fortaleza da; GENTIL, Plinio A. B. A metamorfose da escravidão e gestão do conflito capital-trabalho. *Brazilian Journal of Development*, 2022. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/46525/pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

UNICEF. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Brasília: UNICEF, [s.d.]. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 20 set. 2025.

VISÃO MUNDIAL. *Projeto Integração: integração socioeconômica de migrantes e refugiados*. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://www.visaomundial.org.br/noticia/projeto-integraca. Acesso em: 21 set. 2025.

RESPONSABILIZAÇÃO DO SUJEITO COM TRANSTORNOS MENTAIS: DESAFIOS ÉTICOS E SOCIAIS

Renilde Maiara Santana Santos[1]

Isael de Jesus Sena[2]

RESUMO

O presente estudo pretende analisar a responsabilidade penal de indivíduos com transtornos mentais, utilizando como referência o caso emblemático do "Incidente de Ímola", ocorrido em 2000 na Itália, amplamente abordado no livro "O Crime Louco" pelos autores Ernesto Venturini, Domenico Casagrande e Lorenzo Toresini. A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, com um delineamento focado na análise documental. Para atingir os objetivos propostos, optou-se por realizar um estudo detalhado de um único caso, o que permite uma reflexão sobre a relação entre transtornos mentais e a responsabilização penal. A pesquisa evidenciou a complexidade que envolve essa responsabilização, demonstrando que abrange questões jurídicas, técnicas e éticas, e ressaltou o papel fundamental da avaliação psiquiátrica como instrumento de apoio à produção de provas periciais e à tomada de decisão judicial. Apesar de se restringir a um único caso, o estudo oferece contribuições relevantes para reflexão crítica, evidencia a necessidade de pesquisas mais amplas e aponta para a importância de políticas e práticas mais humanas e integradas no tratamento de indivíduos com transtornos mentais no contexto penal. Dessa forma, a pesquisa busca enriquecer o debate sobre justiça, loucura e responsabilidade, fornecendo subsídios para uma compreensão mais ampla e crítica do tema.

Palavras chaves: Transtornos mentais. Responsabilidade penal. (In)imputabilidade. Medida de segurança. Avaliação psiquiátrica.

1 INTRODUÇÃO

A interseção entre transtornos mentais e responsabilidade penal é um tema bastante discutido tanto na esfera do direito quanto no campo da psicologia. A responsabilidade penal parte do princípio da culpabilidade, o qual estabelece que a sanção penal somente deve incidir sobre aqueles que, no momento da conduta delituosa, apresentavam plena capacidade de compreender o caráter ilícito do ato e de agir conforme esse entendimento. Esse princípio estabelece, em sua essência, que nenhum crime pode existir sem culpabilidade (Bitencourt, 2003). Para que um sujeito possa ser penalmente responsabilizado, é imprescindível que seja considerado imputável, ou seja, que possua aptidão psíquica suficiente para que sua ação possa ser juridicamente atribuída a ele.

A imputabilidade, nesse sentido, compreende dois aspectos fundamentais: a capacidade de discernimento, de natureza intelectiva, e a capacidade de

autodeterminação, de ordem volitiva (Prado, 2010). Ambos são considerados essenciais para que um sujeito possa ser responsabilizado criminalmente por seus atos. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a capacidade de atribuir responsabilidade penal, caracterizando, portanto, a inimputabilidade do agente. No ordenamento jurídico brasileiro, o Código Penal, em seu artigo 26, dispõe sobre a isenção de pena para indivíduos que, em razão de doença mental ou de desenvolvimento mental incompleto ou retardado, sejam inteiramente incapazes de entender o caráter ilícito do fato ou de agir conforme esse entendimento no momento da ação (Machado JPS et al., 2019). Nessas circunstâncias, o agente é considerado inimputável e, por isso, não pode ser submetido às mesmas consequências penais reservadas a indivíduos plenamente capazes.

Entretanto, entre os pólos da imputabilidade e da inimputabilidade, encontra-se a categoria intermediária da semi-imputabilidade (Bitencourt, 2011). Esta ocorre quando se verifica uma redução significativa, mas não total, das capacidades de compreensão ou de autodeterminação do agente no momento do delito (Abdalla-Filho et al., 2016). Nesses casos, é possível considerar uma pena atenuada ou, alternativamente, a substituição por medida de segurança, conforme as particularidades do caso concreto, a gravidade do ato e o grau de periculosidade do indivíduo. Essa possibilidade reforça a importância de avaliações periciais criteriosas, que possam subsidiar decisões judiciais equilibradas entre responsabilização penal e necessidade de tratamento. No campo do direito penal, o conceito de periculosidade refere-se à probabilidade de um indivíduo voltar a incorrer na prática de atos criminosos.

Diante da temática aqui apresentada, foi definida como problema de pesquisa a seguinte pergunta: Como se dá a responsabilização penal de indivíduos diagnosticados com transtornos mentais?

Este presente estudo tem como objetivo geral: analisar a responsabilidade penal de sujeitos com transtornos mentais a partir de um estudo de caso conhecido como “Incidente de Ímola”. O caso, descrito na obra O Crime Louco, envolve G.M., indivíduo diagnosticado com esquizofrenia paranoide, autor de um homicídio qualificado, sendo utilizado como referência para a presente pesquisa. Este caso será tomado como ilustração de um recorte representativo da trajetória de pessoas institucionalizadas.

Os objetivos específicos foram os seguintes: pretende-se investigar a relação entre os transtornos mentais e a responsabilização penal, considerando as implicações

da avaliação psiquiátrica no processo judicial, e analisar os mecanismos legais de inimputabilidade no Brasil, identificando os critérios jurídicos aplicáveis aos sujeitos com transtornos mentais.

O caminho metodológico deste trabalho utilizou a abordagem qualitativa, por permitir uma análise aprofundada da temática proposta. Quanto aos objetivos, foi empregada a pesquisa documental. Em relação ao procedimento técnico, adotou-se o estudo de caso único.

O artigo está estruturado em cinco seções. A primeira corresponde à presente introdução, na qual são apresentados o objetivo central da pesquisa, a contextualização do tema e a justificativa do estudo. Na segunda seção, referente à metodologia, nessa mesma seção, também é apresentada a discussão. A seguir, a terceira seção, intitulada Responsabilidade penal e Transtornos Mentais: critérios e aplicações. Na quarta seção, Inimputabilidade Penal no Ordenamento Jurídico Brasileiro. E por fim, são apresentadas as considerações finais.

Diante do exposto, esta pesquisa busca contribuir para a compreensão dos principais aspectos envolvidos na responsabilização penal de indivíduos com transtornos mentais, bem como dos desafios enfrentados na implementação de políticas públicas que sejam, ao mesmo tempo, justas, eficazes e respeitosas aos direitos humanos. Ao analisar criticamente o atual panorama jurídico e social, pretende-se fomentar um debate mais qualificado sobre o tema, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a construção de políticas públicas que conciliem a proteção da coletividade com a garantia dos direitos fundamentais dessas pessoas.

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos que fundamentam a pesquisa, abrangendo a definição do tipo de pesquisa, a abordagem teórica adotada, as estratégias de investigação e as técnicas empregadas para alcançar os objetivos.

1.2 TIPO DA PESQUISA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, a qual, segundo Matias-Pereira (2016), destaca a interação entre a realidade empírica e as particularidades dos indivíduos, permitindo a interpretação dos fenômenos observados e a compreensão dos significados a eles atribuídos. Nesse sentido, de acordo com Bauer e Gaskell (2002), a abordagem qualitativa prioriza a interpretação dos fenômenos sociais em vez da quantificação de dados, sendo, portanto, um método essencial para a análise de documentos.

1.3 DELINEAMENTO

Conforme Gil (2008), o delineamento de pesquisa refere-se ao planejamento geral do estudo, abrangendo tanto sua estruturação quanto a definição dos procedimentos de análise e interpretação dos dados. Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, optou-se pela análise documental a partir de um único caso. Segundo Nielsen (2017), a escolha por um estudo de caso único é especialmente adequada quando se busca compreender, em profundidade, um fenômeno ou realidade específica. No que diz respeito ao método, a pesquisa documental apresenta importantes vantagens. Conforme aponta Gil (2002), trata-se de uma fonte rica, estável e acessível de dados, que não implica altos custos operacionais, dispensa o contato direto com os sujeitos da pesquisa e permite uma análise detalhada do material disponível.

1.4 CONTEXTO DA PESQUISA

Para o desenvolvimento deste estudo, foi utilizado como fonte principal o livro O crime louco, dos autores Ernesto Venturini, Domenico Casagrande e Lorenzo Toresini, editado em 2012 pelo Conselho Federal de Psicologia e pelo Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade. A busca da fonte foi feita através da plataforma Google.

2 O CASO ÍMOLA

O caso conhecido como Incidente de Ímola ocorreu em 24 de maio de 2000, na instituição psiquiátrica "Albatros", um estabelecimento destinado ao acolhimento e

tratamento de pessoas com transtornos psiquiátricos, localizado na cidade de Ímola, na Itália. O autor do crime, G. M., nascido em Faenza, em 23 de março de 1941, que possuía diagnóstico de esquizofrenia paranoide e um histórico de episódios de agressividade e violência, apresentava ideação delirante marcada por crenças de envenenamento e contaminação, frequentemente associadas à alimentação e aos medicamentos oferecidos na instituição.

G.M. era o filho mais velho e tinha duas irmãs, teve uma infância difícil, marcada por problemas de saúde, um pai autoritário e uma mãe ansiosa. Na adolescência, sofreu tuberculose óssea. Na juventude, enfrentou episódios psiquiátricos e problemas com a justiça. Aos 22 anos, apresenta um mal-estar agudo, inicialmente identificado como uma intoxicação de origem desconhecida. Entretanto, a natureza dos sintomas indica a possibilidade de um episódio psiquiátrico. No mesmo período, é condenado por furto pelo Tribunal de Ravenna. Com 29 anos, acabou sendo considerado inimputável em 1970 após um surto durante uma abordagem policial. Foi internado em um Hospital Psiquiátrico Judiciário e, ao longo dos anos, passou por várias transferências, sofrendo isolamento e tratamentos inadequados. Após anos de internação e crises, teve uma significativa melhora ao ser inserido em um ambiente menos restritivo. Em 1978, foi liberado para uma residência assistida, onde tenta reintegrar-se à sociedade. No entanto, dificuldades nos relacionamentos interpessoais, conflitos com vizinhos e resistências ao tratamento medicamentoso marcaram sua falta de adaptação social. Essas dificuldades culminaram em uma nova internação no Hospital Psiquiátrico.

Em 30 de dezembro de 1995, G recebe alta definitiva do Hospital Psiquiátrico com o diagnóstico de "Síndrome residual de psicose esquizofrênica" e passa a residir na instituição “Albatros”, localizada no centro de Ímola. O crime ocorreu nesta instituição psiquiátrica onde G. M. se encontrava internado. No dia do ocorrido, por volta das 8h45, G atacou o educador C.A. com uma faca, desferindo golpes fatais. A polícia foi acionada e, ao chegar ao local, constatou manchas de sangue no quarto de G. Além da faca utilizada no crime sobre o colchão de sua cama, foi notada também a presença de embalagens de medicamentos e registros de terapia espalhados pelo chão. Testemunhas relataram que G.M. apresentava comportamento agressivo há cerca de 15 dias. Após sua prisão em flagrante, G.M. passou por uma avaliação psiquiátrica, que concluiu que, no momento do crime, ele não possuía capacidade de entender e querer, sendo considerado inimputável. Contudo, devido ao nível de periculosidade social, foi

determinada sua internação compulsória no Hospital Psiquiátrico Judiciário (HPJ) de Montelupo Fiorentino. Em fevereiro de 2003, foi transferido para o HPJ de Nápoles, permanecendo lá até abril do mesmo ano. Em 23 de setembro de 2003, Giovanni faleceu aos 62 anos, vítima de um choque hemorrágico.

3 DISCUSSÃO

O desfecho do caso evidencia a problemática da responsabilização penal de indivíduos com transtornos mentais graves e a dificuldade do sistema de justiça em oferecer alternativas que conciliam segurança pública e tratamento psiquiátrico adequado, além de observar a reprodução de estereótipos clássicos que associam a loucura à periculosidade. Como ressalta Goffman (2022), o estigma transforma o sujeito em sua condição social total, apagando nuances de sua trajetória e reduzindo-o ao rótulo de “perigoso”. Assim, no momento do crime ocorrido na residência Albatros, espaço que deveria funcionar como alternativa ao hospital psiquiátrico. A conduta de G.M. foi prontamente enquadrada como um sinal da periculosidade do sujeito louco, sem considerar os contextos institucionais, afetivos e clínicos que atravessavam sua experiência.

4 RESPONSABILIDADE PENAL E TRANSTORNOS MENTAIS: CRITÉRIOS E APLICAÇÕES

No campo do Direito Penal, a responsabilidade penal parte da premissa de que o agente, no momento dos fatos, tenha plena capacidade de discernimento e de se autodeterminar quanto ao caráter ilícito de seus atos. No entanto, a presença de transtornos mentais introduz complexidades significativas nesse processo, pois coloca em questão a capacidade de compreensão da ilicitude do ato e de autodeterminação frente a ele.

4.1 A RESPONSABILIDADE PENAL SOB A PERSPECTIVA DA CULPABILIDADE

A responsabilidade penal, enquanto categoria jurídica, constitui a possibilidade de atribuir a um indivíduo as consequências penais decorrentes da prática de um fato típico, ilícito e culpável. Segundo Belo (2011), trata-se da condição daquele que pode

ser processado penalmente. Nessa perspectiva, ela pode ser compreendida como pressuposto da punibilidade, representando a possibilidade de imposição de sanção penal ao agente. Acrescentando essa lógica, Lalande (1997) define a responsabilidade como a condição de ser chamado a responder por um fato. Sob essa ótica, a responsabilização penal exige a presença de determinados requisitos subjetivos que validem a imputação do fato ao autor da conduta. Nesse contexto, a culpabilidade aparece como um componente fundamental do crime, representando o juízo de censura que recai sobre a conduta típica e ilícita. Como bem afirma Bitencourt (2003), não há crime sem culpabilidade, reforçando a centralidade desse conceito no âmbito da dogmática penal. Segundo Bitencourt (2015), a culpabilidade configura um juízo individualizado de valor sobre a conduta do agente, por meio do qual se estabelece a conexão entre o fato ilícito e seu autor, permitindo aferir a reprovabilidade da ação sob o ponto de vista jurídico.

A culpabilidade fundamenta-se em três pilares: a imputabilidade, a potencial consciência da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa (Masson, 2011). A imputabilidade refere-se à capacidade do agente de ser considerado culpável, e está ancorada em pressupostos de ordem biopsicológica, sendo, portanto, atributo exclusivo do ser humano. A consciência da ilicitude, por sua vez, diz respeito ao entendimento sobre a ação. Caso o indivíduo não possua essa consciência, ou seja, não tenha a capacidade de compreender a ilicitude de seu ato, não pode ser responsabilizado penalmente (Pimentel; Pinheiro, 2006). A exigibilidade de conduta diversa, por outro lado, envolve a expectativa social de que o agente adote uma postura diferente daquela que foi realizada e se aplica apenas quando, dadas as circunstâncias do ato, seria razoável que a sociedade pudesse esperar que o sujeito agisse de uma outra maneira (Capez, 2019).

Considerando tais fundamentos, a imputabilidade se estabelece como a condição preliminar para que se possa atribuir culpabilidade ao agente. A análise da imputabilidade exige a verificação da capacidade do sujeito de entendimento e autodeterminação no momento da conduta (Prado, 2010). Por outro lado, a imputabilidade pode ser desconsiderada quando o indivíduo, ao tempo da ação, não possuía a plena capacidade de entendimento em razão de um transtorno mental. Nessa perspectiva, os transtornos mentais configuram causas legais de inimputabilidade, à medida que podem comprometer de maneira substancial os processos cognitivos e

volitivos do indivíduo, elementos fundamentais à responsabilização penal. Contudo, é importante ressaltar que o fato de o indivíduo ter a presença do transtorno mental não é, por si só, suficiente para eliminar a imputabilidade. Torna-se necessário demonstrar que, no momento exato da conduta delitiva, o transtorno afetou de maneira decisiva a capacidade do agente de compreender o caráter ilícito do fato. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), um transtorno mental pode ser entendido como um conjunto de manifestações psicológicas ou comportamentais relevantes que se apresentam em um indivíduo. Esses quadros costumam estar associados a sofrimento significativo, prejuízos no funcionamento em áreas essenciais da vida.

A responsabilidade penal, portanto, não pode ser afastada de maneira simplista. Ela deve ser analisada à luz de uma compreensão holística do agente, considerando não apenas o diagnóstico, mas sua implicação no comportamento do indivíduo no momento da infração.

4.2 O PAPEL DA AVALIAÇÃO PSIQUIÁTRICA NO PROCESSO PENAL

A Psiquiatria Forense configura-se como um campo interdisciplinar que integra conhecimentos da psiquiatria e do direito, constituindo um recurso técnico voltado à verificação da integridade psíquica de indivíduos envolvidos e sobre qualquer dúvida que surja no processo criminal (Cordeiro, 2003). Seu objetivo é oferecer subsídios técnicos que orientem as decisões judiciais. Em um sistema jurídico que preza pela justiça e equidade, a análise das condições psíquicas do agente assume um papel crucial para assegurar que somente aqueles que possuíam discernimento suficiente sejam responsabilizados penalmente.

Atualmente, o Psiquiatra Forense se tornou o Perito Forense, que é responsável por entender, juntamente com psicólogos e neurocientistas, se a pessoa que será julgada por ter cometido um crime estava em gozo de suas plenas faculdades mentais, ou seja, se realmente sabia o que estava fazendo. Essa é uma etapa muito importante em qualquer investigação que envolva pessoas com qualquer tipo de transtorno psiquiátrico e que cometeu um delito, isso se dá para garantir que nenhuma ilegalidade e/ou injustiça aconteça com aquele que está sendo julgado (Silveira; Jankowitsch, 2025). Conforme destaca Cunha (2003), a investigação que ocorre nos estágios iniciais

de um processo penal tem papel determinante, pois é a partir dela que se estabelecem os fundamentos que irão nortear os desdobramentos jurídicos do caso.

A avaliação psiquiátrica surge como uma ferramenta técnica que contribui com a fase investigativa, sendo realizada de forma articulada com as diligências conduzidas pela equipe de perícia (Almeida, 2023). A solicitação da avaliação psiquiátrica ocorre sempre que surgem indícios de que o réu possa estar acometido por transtorno mental que comprometa sua responsabilidade penal. Segundo Rocha (2018), cabe ao juiz solicitar auxílio ao perito quando se tem dúvidas sobre o caso. Essa solicitação pode ser feita também pelo Ministério Público ou pela defesa, conforme estipulado no artigo 149 do Código de Processo Penal.

Ainda, conforme a cláusula (§ 1º e o § 2º, do art. 149), a avaliação da sanidade mental pode ser ordenada ainda durante a fase de inquérito policial, desde que haja representação formal da autoridade policial ao juiz competente. Nessa etapa, busca-se antecipar a verificação da condição psíquica do investigado, a fim de evitar a tramitação de um processo penal contra alguém que, eventualmente, seja inimputável. No contexto processual, a perícia psiquiátrica é conduzida por um médico psiquiatra nomeado pelo juiz, cuja atuação possui caráter técnico-científico e finalidade jurídica. O laudo produzido por ele possui grande peso na decisão judicial, podendo influenciar diretamente na determinação da condenação ou liberação do acusado ao final das investigações (Abdalla-Filho et al., 2016).

No exame pericial, todo elemento vinculado ao fato delituoso é analisado como possível evidência, com potencial de contribuir para o esclarecimento das circunstâncias e para a produção de prova material no processo penal (Sala, 2018). A realização da avaliação é feita com rigor, incorporando entrevistas clínicas, testes diagnósticos específicos e uma análise detalhada dos registros médicos, juntamente com a consideração de documentos legais aplicáveis ao caso (Abdalla-Filho et al., 2016).

Em relação a esse tópico que trabalhamos sobre a responsabilidade penal, partindo da noção da culpabilidade e do papel da avaliação psiquiátrica na determinação da responsabilização do sujeito com transtornos mentais, levando em conta o caso específico do Incidente de Imola, fica evidente que o sujeito foi tratado diante de sua condição mental, como alguém juridicamente considerado incapaz de

receber a censura penal, não sendo atribuída culpa pelo ato praticado. Apesar de o autor do fato ter cometido um ato tipificado como ilícito, a ausência de culpabilidade decorre da análise de sua capacidade de compreensão e de autodeterminação, aspectos essenciais para a configuração de uma responsabilidade penal plena, aspectos esses ausentes no caso em questão. No caso abordado, a avaliação psiquiátrica assumiu papel central não apenas para a compreensão do estado mental do autor do fato, mas também para a construção de uma narrativa jurídica que buscasse esclarecer a ausência de intencionalidade e autodeterminação.

5 INIMPUTABILIDADE PENAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A compreensão da inimputabilidade parte de uma construção histórica, pautada pelo aprimoramento do saber jurídico. Desde os primeiros sistemas jurídicos, a exemplo do Direito Romano, já havia a percepção de que determinados indivíduos, em razão de sua condição de insanidade, não poderiam ser responsabilizados de maneira ordinária pelos seus atos. A construção desse conceito jurídico encontra suas raízes no pensamento iluminista, época em que se difundiu a concepção do ser humano como um sujeito dotado de razão e liberdade, capaz de responder por suas próprias escolhas. Nesse sentido, o ato criminoso passou a ser compreendido como uma expressão da vontade individual. Todavia, sempre que essa autonomia estiver comprometida por fatores mentais que impeçam o discernimento ou a autodeterminação, torna-se inadequada a aplicação da pena sob a lógica retributiva, uma vez que se enfraquece o pressuposto da culpabilidade (Oliveira, 2021).

Com o desenvolvimento da teoria sobre a inimputabilidade, autores contemporâneos, como Bitencourt (2011), buscaram definir mais precisamente os limites da responsabilidade penal, e ele contribui para essa compreensão ao afirmar que a inimputabilidade consiste na exclusão da responsabilidade penal do agente que, no momento da ação ou omissão, era incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de agir conforme esse entendimento. De maneira semelhante, Capez (2020) afirma que a inimputabilidade se configura pela ausência de culpabilidade decorrente de perturbação psíquica que compromete a capacidade de compreensão e autodeterminação do indivíduo.

A lei brasileira considera pessoas inimputáveis em apenas duas situações. A primeira delas são indivíduos menores de 18 anos, sendo julgados pela legislação

vigente. A segunda situação para ser considerado inimputável são pessoas que possuem doenças mentais e que não estavam em plena consciência do que estava sendo realizado (Abdalla-Filho; Chalub & Telles, 2016). No Brasil, o artigo 26 do Código Penal prevê que não há pena para quem, por doença mental ou por desenvolvimento incompleto, era incapaz de compreender a ilicitude do ato ou de agir conforme essa compreensão (Brasil, 1940).

Entre a imputabilidade plena e a inimputabilidade absoluta, o Código Penal prevê ainda uma condição intermediária: a semi-imputabilidade. Essa categoria abrange os indivíduos que, embora preservem certa capacidade para discernir o caráter ilícito de suas ações, apresentam uma limitação em virtude de perturbações psíquicas. Conforme aponta Capez (2011), o semi-imputável é aquele que, mesmo possuindo noção parcial sobre o caráter ilícito do fato, atua com culpabilidade reduzida em razão de condições pessoais que restringem sua autonomia de forma relevante. Na redação do parágrafo único do artigo 26, estabelece-se que, dependendo do grau de comprometimento, a pena pode ser reduzida de um a dois terços ou a substituição da sanção por medida de segurança.

5.1 ELEMENTOS E CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA INIMPUTABILIDADE ADOTADOS PELO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

A aferição da inimputabilidade penal, conforme o Código Penal Brasileiro, baseia-se em três critérios fundamentais, direcionados à avaliação das faculdades mentais do agente.

5.1.1 Critério biológico

A aplicação do critério biológico fundamenta-se exclusivamente no estado de saúde mental do indivíduo, sendo este o principal fator considerado para a avaliação da inimputabilidade. Segundo Nucci (2008), neste critério, o agente é considerado inimputável caso seja diagnosticado com uma doença mental ou apresente desenvolvimento mental incompleto ou retardado. Jesus (2002), afirma que “leva-se em conta a causa e não o efeito. Condiciona a imputabilidade à inexistência de doença mental, de desenvolvimento mental deficiente e de transtornos psíquicos momentâneos”. Nesse caso, não se investiga a capacidade do indivíduo de entender o

fato cometido ou de agir de acordo com esse entendimento, sendo a verificação dessa condição realizada por meio de uma perícia médico-legal (Dotti, 2005).

5.1.2 Critério psicológico

O critério psicológico analisa a capacidade do agente de compreender o caráter ilícito do fato ou de agir conforme esse entendimento, levando em conta os efeitos dessa condição mental. Caso seja verificado que o indivíduo não tinha a capacidade de entender e querer, ele pode ser considerado inimputável (Dotti, 2005). Ao contrário do critério biológico que se preocupa em identificar a presença de uma condição que seja a causa para a inimputabilidade, sem levar em conta se o indivíduo tem a capacidade de compreensão, o critério psicológico analisa justamente a capacidade do agente de entender o caráter ilícito do ato e de agir conforme esse entendimento no momento da infração (Capez, 2011).

5.1.3 Critério biopsicológico

O critério biopsicológico, adotado pelo Código Penal Brasileiro, combina ambos os aspectos, ou seja, considera tanto a existência de um transtorno mental quanto a incapacidade do agente de entender a ilicitude do ato ou de se comportar de acordo com esse entendimento. No contexto jurídico, cabe ao perito avaliar a condição mental do réu no momento da prática delitiva, considerando sua capacidade de entendimento e controle sobre suas ações, e o juiz, por sua vez, exerce sua função com base no princípio do livre convencimento motivado, ou seja, ele é responsável por analisar todas as provas coletadas durante o processo e, a partir disso, avaliar se o acusado possuía plena consciência da ilicitude do fato e se poderia agir de acordo com essa percepção (Decaro, 2023).

Após realizar um apanhado teórico sobre a inimputabilidade penal e seus fundamentos jurídicos, torna-se possível estabelecer uma correlação com o caso abordado neste trabalho, evidenciando as nuances envolvidas na determinação da inimputabilidade de um sujeito. No caso específico de G.M., a exclusão da responsabilização penal foi fundamentada não apenas no diagnóstico psiquiátrico de esquizofrenia paranoide, mas também na gravidade do ato cometido, o homicídio de um educador da instituição em que estava internado. O diagnóstico psiquiátrico de

esquizofrenia paranoide, caracterizado por delírios persecutórios, com crenças de envenenamento e contaminação, demonstrou que o indivíduo estava completamente desprovido de controle sobre sua percepção da realidade e, consequentemente, sobre suas ações. Esses sintomas psicóticos afetaram de forma significativa sua capacidade de compreender a ilicitude de sua conduta e de se autodeterminar de acordo com esse entendimento.

O laudo pericial que consta nos autos à época do crime corroborou a gravidade do quadro clínico de G.M. e indicou que, no momento do crime, ele era totalmente incapaz de discernir o caráter ilícito de seu ato. Esse diagnóstico é fundamental para compreender a aplicação do critério biopsicológico adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro, que considera tanto os aspectos biológicos quanto os psicológicos do agente para a determinação de sua inimputabilidade. Sendo assim, o artigo 26 do Código Penal Brasileiro reforça a ideia central de que a inimputabilidade penal de G.M. se justifica pela ausência de condições mínimas de entendimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral analisar a responsabilização penal de sujeitos com transtornos mentais, utilizando como base a análise de um caso específico abordado nessa pesquisa. A partir dele, foi possível atingir os objetivos propostos neste estudo.

A pesquisa evidenciou a complexidade que envolve a responsabilização penal desses indivíduos, demonstrando que se trata de uma questão que exige uma abordagem jurídica, técnica e ética. O estudo reforçou que a responsabilização penal está diretamente vinculada ao conceito de culpabilidade, o qual pressupõe a imputabilidade do agente. Assim, a pena é destinada àqueles que, no momento da infração, possuem plena capacidade de autodeterminação ou, no caso dos semi-imputáveis, capacidade parcial. Isso coloca os sujeitos com transtornos mentais em uma posição particular dentro do direito penal. Nesse contexto, destaca-se o papel essencial da avaliação psiquiátrica como instrumento auxiliar na produção da prova pericial, oferecendo subsídios técnicos à decisão judicial.

Apesar da relevância teórica deste estudo, é importante reconhecer suas limitações. A escolha por um único caso, ainda que emblemático, restringe a amplitude

das análises e pode não refletir a diversidade de situações que envolvem a responsabilização penal de sujeitos com transtornos mentais. A singularidade do "Incidente de Ímola" oferece uma base rica para reflexão, mas não permite uma ampla visão sobre o sistema penal ou sobre os diferentes contextos sociais e jurídicos em que esses sujeitos estão inseridos. Essas limitações, contudo, não comprometem a relevância da contribuição oferecida por este trabalho. Pelo contrário, evidenciam a necessidade de investigações mais amplas que aprofundem o entendimento sobre o tema. Desse modo, esta pesquisa busca enriquecer o debate sobre justiça, loucura e responsabilidade, oferecendo subsídios para a construção de uma abordagem mais humana, crítica e integrada.

REFERÊNCIAS

Abdalla-Filho, Elias; CHALUB, Miguel; TELLES, Lisieux E. de Borba. Psiquiatria Forense de Taborda. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722005000300015>.

Almeida, Alberto Cabral de. Abordagens perícias psiquiátricas na avaliação de indivíduos envolvidos em investigação criminal: uma análise de homicidas e assassinos em série. 2023.

Associação Americana de Psiquiatria. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM. 5 ed. – Texto Revisado. Tradução Claudia Dornelles. Porto Alegre: Artes Médicas, 2013.

Bauer, M.w.; BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

Belo, Fábio. Todo Abuso É Sexual. **Anais Do**, 2013.

Bitencourt, Cezar Roberto. **Código Penal Comentado.** São Paulo, Saraiva, Ed. 9, 2015.

Bitencourt, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal, Parte Geral 1, 2ª Tir. **São Paulo: Saraiva,** 2011.

Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** Parte Geral. 8 Ed. São Paulo: Saraiva. Vol. 01, 2003.

Brasil. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1942]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso Em 06 De Abril De 2025.

_____. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.Brasília, 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm> Acesso em: 15 de abril de 2025

Capez, F. **Curso de Direito Penal.** 24. Ed. São Paulo: Saraiva Jur., 2020. **_____. Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988.** Disponível Em:<Http://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil_03/Constituicao/Constituicao.Htm> Acesso Em: 20 Abril. 2025.

Capez, Fernando. Curso de Direito Penal, Parte Especial, Volume 3. 2011.

Capez, Fernando. **Curso de Direito Penal, Volume 2, Parte Especial : Arts. 121 A 212. São Paulo: Saraiva Educação,** 2019.

Cordeiro, D. C. J. (2003). Psiquiatria Forense, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.

Cunha, J. A. **Fundamentos Do Psicodiagnóstico.** In: Cunha, J. A., E Cols .2000. Psicodiagnóstico-V. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Decaro, Dimitria. Medida De Segurança No Ordenamento Jurídico Brasileiro E Sua Inadequação Frente À Reforma Psiquiátrica. 2023.

Dotti, René Ariel. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**. Rio De Janeiro: Forense, 2005.

Gil, Antônio Carlos, Et Al. **Como Elaborar Projetos De Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos E Técnicas De Pesquisa Social**. 6. Ed. Editora Atlas Sa, 2008.

Goffman, Erving. Estigma: Notas Sobre Manipulação Da Identidade Deteriorada. Rio De Janeiro: Ltc, 2022.

Jesus. Damásio E. De. Direito Penal - Parte Geral. 25. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

Lalande, Vocabulaire Technique Et Critique De La Philosophie. 4a Ed. Paris : Puf, 1997.

Machado Jps, Et Al. Saúde Mental E Aplicação Penal: Destino De Presos Considerados Inimputáveis. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2019.

Masson, Cleber. Direito Penal Esquematizado – Parte Geral - Vol. 1. 7.Ed. Rev., Atual. E Ampl. – Rio De Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.

Matias-Pereira, José Et Al. **Manual De Metodologia Da Pesquisa Científica**. Grupo Gen-Atlas, 2016.

Nielsen, G. A. F.; Olivo, F. L. R.; Morilhas, J.L. Guia Prático Para Elaboração De 35 Monografias, Dissertações E Teses Em Administração. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Nucci, Guilherme De Souza. Leis Penais e Processuais Penais Comentadas. 3ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2008.

Oliveira, Larisse Pontes Aguiar. A Utilização Probatória Da Perícia Psiquiátrica E De Métodos Neurocientíficos Na Decisão Sobre A Inimputabilidade Penal. 2021.

Prado, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro: Volume 1. São Paulo: Ed. Revista Dos, 2010.

Rocha, Joice Carmelita Gonçalves Dos Santos. Cena Do Crime: Um Estudo Sobre A Perícia Criminal E Sua Atuação No Estado Da Paraíba. 2018.

Sala, Davi. A perícia criminal: evidências, profissional perito e nulidade pericial–uma revisão literária. **Revista Brasileira de Criminalística**, v. 7, n. 3, p. 28-31, 2018.

Silveira, F.; Jankowitsch, J. Psiquiatria Forense E Sistema Judicial: Os Desafios Da Atuação De Perito Psiquiatra. Brazilian Journal Of Development, Curitiba, V.11, N.2, P.01-43, 2025. Disponível Em <Doi:10.34117/Bjdv11n2-049>. Acesso Em 14 Abr. 2025.

Venturini, E. Et. Al. O Crime Louco. Publicação do Conselho Federal De Psicologia. Brasília, 2012. Disponível em: <Http://Site.Cfp.Org.Br/Wp-Content/Uploads/2013/04/O-Crime-Louco_cfp.Pdf>. Acesso Em: Fevereiro 2025.

EIXO 7

EDUCAÇÃO, CIDADANIA E TERRITÓRIO: APRENDER PARA TRANSFORMAR A REALIDADE

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO RECÔNCAVO DA BAHIA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Tarcisio Valter Cunha Nery

Débora Carol Luz da Porciuncula

Albany Mendonça Silva

Daiana dos Santos Ferreira

RESUMO

O estudo tem como objetivo examinar os desafios contemporâneos da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), no território de identidade do Recôncavo, considerando o contexto das transformações econômicas recentes, analisando a atuação da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), desde sua criação em 2015 e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Deste modo, este estudo respalda-se numa pesquisa de caráter qualitativo, pautada na pesquisa documental, levantamento bibliográfico sobre o tema e na observação participante. Como resultados, o estudo revelou uma disputa societária entre diferentes modelos de desenvolvimento rural em vigor no Recôncavo e as contradições entre o atual modelo descentralizado da ATER, via Chamadas Públicas e, as demandas territoriais reais, em que se evidenciam desigualdades no acesso aos serviços desta política, especialmente para as comunidades tradicionais e agricultores familiares. Simultaneamente, destacam-se as experiências exitosas de agroecologia apoiadas pela ATER, que demonstram o seu potencial como instrumento de desenvolvimento rural sustentável e de justiça socioambiental.

Palavras-chave: Extensão rural. Assistência técnica rural. Desenvolvimento territorial.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo busca analisar a importância e os limites da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o desenvolvimento territorial sustentável, no Território de Identidade do Recôncavo da Bahia, com foco especial na vulnerabilidade institucional desta Política. O conceito de desenvolvimento territorial sustentável, aqui utilizado, integra as dimensões social, econômica, ambiental e política, que se articulam a partir de dinâmicas locais e participativas (Saquet, 2018).

Segundo o autor, esse modelo de desenvolvimento pressupõe uma abordagem dialógica, ecológica e cultural, para qual o território é componente principal para o desenvolvimento de base local, cultural e ecológica, sendo compreendido como um campo de relações de poder, de identidades e, também, de resistências. Neste sentido,

o território contém as relações sociais e as relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza, definidoras de territorialidades; as conexões e as redes, os significados plurais, além da produção econômica, da apropriação, da identidade e do patrimônio cultural e histórico (Saquet, 2018). Partindo dessa perspectiva, o artigo investiga como a ATER, ainda que potencialmente alinhada a esses princípios, enfrenta o desafio constante da possibilidade de descontinuidade da sua política, que ameaça sua eficácia e perpetuação como política de estado e como instrumento de transformação socioeconômica no Recôncavo da Bahia.

A concepção de desenvolvimento territorial sustentável que orientou a elaboração deste texto fundamenta-se também nos pilares considerados essenciais que reconfiguram as relações de sociedade e espaço, de acordo com Saquet (2018). O primeiro pilar destaca-se pela centralidade da participação popular e da autonomia decisória, princípio que coloca as comunidades locais como agentes ativos no processo de planejamento e gestão de seus territórios. Essa abordagem democrática contrasta radicalmente com modelos tecnocráticos de desenvolvimento, impostos de forma verticalizada.

O segundo pilar, estruturante da formulação dessa concepção, reside na valorização das práticas agroecológicas e das redes curtas de produção, estratégia que busca romper com a dependência dos mercados globais e fortalecer as economias locais. Esta dimensão produtiva articula-se com o terceiro pilar, que se constitui de um componente fundamental: a consciência de classe e de lugar, compreendida como um processo político-pedagógico que vincula identidades territoriais às lutas por justiça socioambiental (Saquet, 2018).

Essa perspectiva se opõe aos modelos hegemônicos de desenvolvimento rural baseados na exploração predatória dos elementos da natureza, na tomada de territórios tradicionais e na produção de desigualdade social, que se expressa na realidade sob análise, através da distribuição desigual de recursos e oportunidades para a agricultura familiar.

O processo de modernização da agricultura brasileira foi doloroso (Silva,1982), pois ao priorizar o complexo agroindustrial em larga escala, marginalizou e desestruturou os modos de vida e as práticas tradicionais da agricultura familiar. Neste cenário, a ATER emergiu como uma Política Pública essencial para contrapor a essa lógica (Caporal, 2014; Borsatto et.al.,2022, Bergamasco, 2013; 2017).

De acordo com Santos (2012), a organização do território brasileiro reflete um campo de forças desiguais, onde a lógica econômica neoliberal se impõe colando em xeque a condição cidadã dos sujeitos no campo e na cidade. Será neste contexto, que a ATER se consolidou como um instrumento fundamental de apoio à agricultura familiar, na medida em que promove práticas agroecológicas, fortalecendo a organização comunitária e valorizando os saberes locais, constituindo, assim, uma força de resistência ao modelo hegemônico em curso.

Contudo, na atualidade, a sua atuação enfrenta obstáculos que limitam a sua eficácia e abrangência, condição que encontra conteúdo explicativo na própria estrutura desigual do desenvolvimento rural brasileiro. A ATER, enquanto Política Pública para a agricultura familiar, enfrenta desafios impostos por um cenário de globalização e neoliberalismo que prioriza modelos agroindustriais, formados por sistemas de produção em larga escala, baseados em monocultivos, na utilização de agrotóxicos e na dependência de insumos externos. Isto em detrimento das práticas tradicionais, dos conhecimentos ancestrais, do manejo sustentável da terra e dos cultivos diversificados, transmitidos entre gerações e; dos modos de vida rural, que se expressa, também, através de uma organização social e cultural que integram trabalho, natureza e comunidade, o associativismo e o cooperativismo, este apoiando-se nas premissas da economia solidária.

A política de ATER sofre com a redução constante de investimentos públicos, que submete a sua execução à lógica de editais pontuais e projetos de curto prazo. Essa instabilidade financeira e programática impede o planejamento de ações de longo prazo e de caráter estruturante, necessárias para promover mudanças sustentáveis nos sistemas produtivos e na organização social do campo. Um dos principais obstáculos reside na precarização dos serviços públicos, que se manifesta na insuficiência crônica de servidores extensionistas rurais para atender à demanda existente. Essa carência de profissionais qualificados e com vínculos estáveis impede um acompanhamento técnico contínuo e aprofundado junto às comunidades, fragilizando a consolidação das práticas propostas e tornando o serviço mais reativo do que transformador (Caporal, 2011; 2012; 2014).

Neste sentido, a efetividade da ATER é constantemente tensionada pela influência de agentes econômicos hegemônicos, representados pelas grandes corporações do agronegócio e do mercado de insumos. Através do amplo poder político

e económico que possuem, estes agentes frequentemente orientam as políticas públicas para atender aos seus interesses privados, dificultando o desenvolvimento das iniciativas para a agricultura familiar. Dessa forma, a ATER opera em um cenário de disputas assimétricas entre diferentes projetos societários, onde a sua ação contra-hegemônica é constantemente desafiada por forças que perpetuam a concentração de terra, renda e poder no espaço rural.

Contudo, esse tensionamento não é recente. Foi no contexto histórico da modernização conservadora da agricultura brasileira, implementada durante a ditadura militar (1964-1985), que a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) foi criada, em 1975. Sua extinção na década de 1990, sob a égide das políticas neoliberais, simboliza a volatilidade das políticas agrárias no país e levanta questões profundas sobre as dificuldades inerentes à operacionalização da participação popular na definição de políticas públicas duradouras no Brasil.

Será neste cenário de tensionamento entre o modelo hegemônico do agronegócio, herdeiro direto daquela modernização, e a resistência das práticas tradicionais amparadas pelos saberes locais, que transformam a agricultura familiar em categoria política, que emerge a pergunta norteadora deste estudo: a ATER, enquanto política pública, está fortalecida e é capaz de suportar as mudanças de governo e os interesses do capital, ou permanece vulnerável aos ciclos políticos e aos projetos societários em disputa?

Neste contexto, voltamos a nossa atenção para o Território de Identidade do Recôncavo da Bahia que, embora se configure enquanto um espaço da governança estadual (Fernandes, 2009), contendo diversos outros territórios sociohistoricamente constituídos, encontra-se marcado por profundas contradições entre os avanços da modernização agrícola e a resistência de práticas tradicionais e saberes locais, que juntos configuram um sistema complexo de conhecimentos herdados que se articulam entre gerações, com base na agricultura familiar.

Este artigo teve como objetivo analisar os potenciais limites e contradições da política de ATER para o desenvolvimento rural no Recôncavo Baiano. Buscou-se, especificamente, avaliar seus impactos positivos e suas contribuições para a autonomia dos agricultores familiares, bem como identificar os riscos e vulnerabilidades inerentes à sua instabilidade institucional, marcada pela descontinuidade administrativa e pela pressão de interesses do agronegócio.

A metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa, fundamentando-se na análise documental de planos governamentais, relatórios institucionais, a exemplo da BAHIATER e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além de documentos norteadores das políticas nacional e estadual de ATER. Essa abordagem é articulada a um referencial teórico crítico, com base nas contribuições de Saquet (2018) acerca do desenvolvimento territorial sustentável e popular; de Haesbaert (2004), sobre multiterritorialidades e reterritorialização e; de Abramovay (2003), em sua crítica ao produtivismo e à visão reducionista do rural, o que permite uma análise integrada das dimensões política, social e territorial da assistência técnica no Recôncavo Baiano.

Por fim, o estudo visou compreender como as estratégias locais de resistência e adaptação, apoiadas pela ATER, desafiam ou se articulam com esse cenário de precariedade política, evidenciando a tensão entre seu potencial transformador e sua condição de política não permanente.

2 A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO RECÔNCAVO

O Recôncavo consolidou-se como núcleo dinamizador da economia colonial baiana, notadamente através da produção açucareira e fumageira, atividades que conformaram uma estrutura social profundamente marcada pela escravidão e pela concentração fundiária (Almeida, 2020). Conforme dados do IBGE (2022), o Recôncavo é composto por 19 municípios, abrigando uma população de aproximadamente 580 mil habitantes, que corresponde a 4% da população baiana. A região apresenta taxa de urbanização de 71,5%, índice elevado quando considerada sua vocação agrícola histórica. O PIB per capita regional situa-se em R$ 14.320,00, valor que, entretanto, encobre significativas disparidades intramunicipais.

A estrutura produtiva do Recôncavo apresenta características que evidenciam transformações importantes nas últimas décadas. Observa-se uma predominância das atividades do setor terciário, acompanhada por uma participação menos expressiva da indústria e da agropecuária. Essa configuração está relacionada a um processo de desindustrialização precoce, associado à reconversão econômica regional, entendida como a adaptação das dinâmicas produtivas às novas condições e demandas do mercado e da sociedade. A produção agropecuária, apresenta hoje uma produção diversificada, porém com desafios estruturais que limitam seu pleno desenvolvimento.

Conforme dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE), a agricultura familiar predomina na região, representando 77,8% dos estabelecimentos rurais, com características que refletem tanto a riqueza cultural quanto as desigualdades socioeconômicas do território.

Apesar da diversidade, a produção enfrenta obstáculos significativos. A baixa adoção de tecnologias é evidente: apenas 11,8% dos estabelecimentos utilizam irrigação, e a mecanização é quase inexistente (2,7% possuem maquinário). Além disso, a falta de assistência técnica e extensão rural (apenas 9% dos agricultores recebem orientação) limita o acesso a práticas modernas e sustentáveis, como o manejo integrado de pragas ou a agricultura orgânica, que representa apenas 0,1% da produção (IBGE, 2017).

Outro desafio é a infraestrutura deficiente. Estradas precárias e a falta de armazenamento adequado dificultam a comercialização, enquanto a escassez de recursos hídricos em parte do território restringe a expansão de culturas mais rentáveis. Apesar disso, a região apresenta potencial para o turismo rural e a valorização de produtos tradicionais, como a produção artesanal de cachaça e doces, ainda pouco explorados, e quase não conhecidos do grande público.

Para superar esses desafios, políticas públicas focadas em infraestrutura, capacitação e acesso a mercados são essenciais. Programas de crédito rural, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), precisam ser ampliados (apenas 12,4% dos agricultores têm financiamento), assim como iniciativas de certificação de produtos orgânicos e de indicação geográfica, que agregariam valor à produção.

Em síntese, o Recôncavo Baiano possui uma base produtiva diversificada e culturalmente rica, mas necessita de investimentos em tecnologia, organização produtiva e políticas de inclusão social. A superação dessas limitações poderia transformar a região em um polo de agricultura sustentável e economia criativa, alinhando tradição e inovação.

Contudo, o modelo hegemônico de desenvolvimento rural, embora amparado pelo discurso da modernização e eficiência econômica, tem sistematicamente marginalizado comunidades tradicionais e agricultores familiares (Ferreira Lima, 2019). Esse modelo, que se vincula ao agronegócio exportador, caracteriza-se pela

monocultura em larga escala, dependência de insumos externos e concentração fundiária, gerando impactos socioambientais diversos, que ampliam e aprofundam as questões sociais na luta pelo território, pela terra e pela natureza.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o avanço técnico na agricultura deve ser compreendido não como a simples implementação de pacotes tecnológicos universais, mas como um processo de inovação adaptada ao contexto local, que integre os saberes das comunidades e responda às suas demandas específicas, fortalecendo sua autonomia e respeitando suas diversidades culturais e ambientais.

Neste sentido, se trata de promover avanços que respeitem a agrobiodiversidade, como os sistemas agroflorestais, e que fortaleçam a autonomia dos agricultores, em oposição à dependência de pacotes tecnológicos impostos pelo agronegócio. Já a justiça social no campo, conforme previsto na PNATER, exige que a assistência técnica priorize os grupos historicamente excluídos, reconheça e valorize a diversidade de saberes e promova a autonomia econômica e social dos agricultores familiares e povos tradicionais, em contraposição a um modelo que beneficia majoritariamente o agronegócio corporativo (BRASIL, 2010).

A ATER emerge como uma ferramenta estratégica nesse processo, ao facilitar a transição para um modelo que articule conhecimentos científicos e tradicionais. No entanto, a sua eficácia, conforme preconizada pela PNATER, está intrinsecamente ligada à garantia de investimentos públicos permanentes e à capacidade de resistir às pressões do capital neoliberal, que tende a converter o campo em um espaço de acumulação, subordinando a assistência técnica aos interesses do agronegócio em detrimento da agricultura familiar e da agroecologia (BRASIL, 2010). Assim, reforça-se a urgência, amplamente debatida por Sauer (2010), de que sejam adotadas abordagens de desenvolvimento rural contra-hegemônicas, pautadas na práxis territorial popular que integre equidade social, conservação da natureza e soberania alimentar.

Criada pela Lei nº 13.204/2014 e regulamentada pelo Decreto nº 15.175/2015, a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER) é um órgão em regime especial da Administração Pública Direta, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do Estado da Bahia. A sua estruturação representou uma reorientação estratégica na política de ATER no estado, substituindo o modelo

anteriormente executado pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), por um sistema baseado em chamadas públicas que credenciam entidades da sociedade civil organizada para a prestação dos serviços de ATER, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (BRASIL. 2010). Esta legislação estabelece em seu Art. 3º a obrigatoriedade de os estados e o Distrito Federal manterem "órgão ou entidade da administração direta ou indireta responsável pela coordenação e execução das ações de ATER" (BRASIL, 2010).

Este arranjo institucional inovador, contudo, opera em uma tensão permanente: se por um lado promove a descentralização e o fortalecimento da sociedade civil, por outro submete a política de ATER à lógica descontínua dos editais, criando uma fragilidade estrutural que contradiz a necessidade de permanência e estabilidade exigida pelos processos de desenvolvimento social. Quando a descontinuidade passa a figurar como parte deste processo perde-se a condição de garantir, dentre outras coisas, a segurança da própria organização sociocomunitaria dos grupos sociais atendidos pela política.

A BAHIATER configura-se como órgão executor de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, conforme estabelecido em seu regimento interno. Sua finalidade principal materializa-se através de três eixos complementares de atuação que redimensionam o tradicional conceito de extensão rural.

No eixo do fortalecimento da agricultura familiar, a instituição desenvolve ações estratégicas voltadas para a valorização das potencialidades territoriais, como a implantação de feiras de produtos da sociobiodiversidade, o fomento aos processos agroecológicos diversificados e o apoio a cooperativas que comercializam, por exemplo, queijos artesanais e mel de abelhas nativas. Tais iniciativas não apenas geram renda, mas reforçam a identidade cultural e a resiliência socioecológica das comunidades (BAHIA, 2015).

A dimensão da sustentabilidade socioambiental, por sua vez, revela a modernização conceitual da política de ATER implementada pela BAHIATER. Ao propor a implementação de sistemas produtivos sustentáveis (inciso VI) e a conservação dos recursos naturais (inciso V), a instituição supera a visão produtivista tradicional, incorporando a necessária integração entre conhecimento científico e saberes tradicionais como base para o desenvolvimento rural. Esta abordagem inovadora reflete

uma compreensão ampliada da relação entre produção agrícola e conservação ambiental.

Completando este tripé estratégico, a inclusão social e tecnológica representa o eixo transversal que articula as demais dimensões. A melhoria da renda e qualidade de vida dos agricultores familiares - objetivo previsto nos incisos III e VII - conjuga-se com o fomento ao associativismo e cooperativismo (inciso VIII) e com a fundamental articulação entre pesquisa, extensão e produção (inciso X). Esta integração revela a compreensão de que o desenvolvimento rural sustentável exige abordagens multidisciplinares e ações coordenadas entre diferentes atores institucionais.

A operacionalização das políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural se materializa através de quatro diretorias especializadas, cada qual com competências específicas e complementares. A Diretoria de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) assume a responsabilidade primordial pela implementação das políticas de ATER em todo o território baiano, desenvolvendo metodologias de intervenção rural adequadas às diferentes realidades regionais e supervisionando a execução dos contratos com as entidades executoras.

A efetiva participação popular na construção de políticas públicas de desenvolvimento rural esbarra em desafios profundos, como traduzir o princípio da territorialidade em ações concretas. Isso exige mais do que simples adaptações às peculiaridades de cada região baiana – do semiárido às zonas úmidas do litoral. Implica em criar mecanismos permanentes de escuta e diálogo que superem as assimetrias de poder e reconheçam, verdadeiramente, a diversidade dos agroecossistemas e culturas, substituindo não apenas soluções padronizadas, mas também relações verticalizadas por processos decisórios dialógicos e compartilhados.

Da mesma forma, a interdisciplinaridade como marco metodológico só se realiza plenamente com a inclusão dos saberes populares no processo. A perspectiva holística que articula dimensões produtivas, ambientais e sociais precisa, para ser genuína, integrar a comunidade, não como objeto, mas como sujeito da construção do conhecimento. A maior dificuldade, portanto, é operacionalizar uma mudança de paradigma: sair de uma lógica de intervenção contextualizada para uma de co-construção contextualizada, onde o poder de definir prioridades e estratégias seja efetivamente compartilhado com os territórios.

Contudo, essa transição paradigmática enfrenta desafios complexos. A tensão entre a escala necessária para atender os 593.411 estabelecimentos familiares (IBGE, 2017), na Bahia, e a qualidade dos serviços prestados permanece como dilema estrutural. A crescente demanda por especialização técnica em nichos como agroecologia e mercados institucionais exige permanente atualização das capacitações. Paralelamente, persiste a contradição entre a pressão por resultados quantitativos imediatos e os processos qualitativos de desenvolvimento rural, que exigem prazos mais dilatados para consolidar transformações sustentáveis.

Estes desafios revelam a complexidade inerente à construção de um modelo de ATER que seja ao mesmo tempo massivo em sua cobertura e preciso em suas intervenções, demonstrando a necessidade de contínuo aprimoramento dos mecanismos de gestão e avaliação. Primeiramente, a descentralização qualificada se manifesta na alocação diferenciada dos recursos conforme as vocações territoriais.

Em segundo lugar, os dados revelam uma governança multinível, onde as chamadas públicas funcionam como mecanismo de coordenação entre agentes institucionais diversos. Das 120 organizações habilitadas, 35% são associações de agricultores familiares, 45% cooperativas e 20% ONGs especializadas - proporção que demonstra o esforço de equilibrar representatividade local e capacidade técnica.

A implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei nº 12.188/2010) representou um marco importante para o fortalecimento das ações de ATER no Recôncavo, proporcionando uma ampliação significativa no número de famílias atendidas ao longo dos últimos anos. Entre meados da década de 2010 e o início da década seguinte, observou-se um crescimento expressivo da cobertura dos serviços de ATER, refletindo o esforço de consolidação de uma Política Pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. No entanto, como alertam Castro e Pereira (2017), "o acesso desigual aos serviços de extensão rural permanece como entrave ao desenvolvimento territorial equitativo", evidenciando que os avanços obtidos ainda convivem com desafios estruturais de inclusão e equidade.

Neste contexto, o Recôncavo Baiano configura-se como um território de contrastes, marco por contradições próprias do modelo capitalista, onde a riqueza cultural e produtiva convive com profundas desigualdades no acesso a políticas públicas de desenvolvimento rural. Os chamados "municípios polo" – centros urbanos que concentram serviços, infraestrutura e dinamismo econômico – exercem papel

central na distribuição de recursos, mas também aprofundam disparidades regionais, que refletem assimetrias nas relações de poder, desigualdades econômicas, sociais e infraestruturais (Santos,1997; Souto, 2017).

A atuação da ATER no Recôncavo ocorre em meio a tensões históricas entre modelos de desenvolvimento antagônicos. De um lado, persiste a pressão do agronegócio canavieiro, que ocupa 38% das terras agricultáveis (IBGE, 2022); e de outro, emergem experiências de transição agroecológica apoiadas por entidades executoras de ATER, vinculados a agricultura familiar. Sobre essa tensão, ressaltará Caporal (1991, p. 89), em estudo seminal, que "o extensionista público frequentemente se vê enredado na contradição entre servir aos interesses do capital agroindustrial ou fortalecer a agricultura familiar".

Tensiona-se a disputa pela apropriação da natureza entre o urbano-industrial, através de uma apropriação privada, representado pelas usinas de cana-de-açúcar e; o rural, representado pelas comunidades tradicionais, pequenos produtores vinculados a agricultura familiar, através de uma apropriação coletiva (PORCIUNCULA, 2017). Ademais, já é possível reconhecer a pressão do mercado imobiliário e industrial, como é o caso do Estaleiro Industrial Naval, em São Roque do Paraguaçu, município de Maragogipe-BA, sobre os territórios pesqueiros, afetando diretamente dinâmicas territoriais e territorialidades sociohistoricamente constituídas pelos pescadores artesanais e marisqueiras (Medeiros; Porciuncula et.al. 2024). Por fim, evidencia-se a dificuldade deste grupo social de acessar mercados para a comercialização dos produtos da sociobiodiversidade.

Nesse cenário, a abordagem freiriana da extensão rural como ato comunicativo oferece alternativas, uma vez que, nesta perspectiva, o diálogo de e entre os saberes é condição indispensável para uma prática extensionista libertadora (Freire, 1993). As metodologias ativas, qualitativas e participativas podem gerar soluções técnicas adaptadas às realidades das comunidades rurais do Recôncavo. Ademais, reconhece-se como desafios a serem superados a ampliação da comunicação e a apropriação de novas tecnologias digitais; a ampliação do diálogo e a troca entre territórios, de forma a se transformarem em territórios em rede, tendo como centralidade a agroecologia e o fortalecimento das diversas identidades territoriais vinculadas ao rural. Como defendem Caporal e Costabeber (2007, p. 112), "a agroecologia não se reduz a técnicas

alternativas, mas constitui um projeto político de transformação das relações sociedade-natureza".

Além disto, está reconhecido que as iniciativas de ATER no Recôncavo enfrentam desafios estruturais que comprometem a sua efetividade e continuidade. A fragilidade institucional se manifesta na alta rotatividade das entidades executoras, cuja permanência média nos projetos reduz a vigência de cada contrato assinado, dificultando a construção de vínculos duradouros com as comunidades rurais. Este cenário se agrava diante da pressão exercida pelo agronegócio, que através de práticas de concorrência desleal nos mercados locais, compromete as iniciativas da agricultura familiar. A estas dificuldades, soma-se a crônica limitação orçamentária, evidenciada pelo fato de que apenas 15% dos recursos da ATER no estado serem destinados à agroecologia, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2023).

As perspectivas para consolidação da ATER como instrumento de desenvolvimento rural sustentável no Recôncavo passam necessariamente pelo fortalecimento das parcerias estratégicas entre BAHIATER, Universidades, como a UFRB e organizações da sociedade civil organizada. Tal articulação poderia garantir maior estabilidade aos processos formativos e uma maior capilaridade das ações. Igualmente fundamental, é a priorização de editais para territórios do Recôncavo com maior vulnerabilidade socioambiental, onde os impactos da ATER poderiam ser potencializados. A adoção de indicadores qualitativos de avaliação, que complementem as tradicionais métricas quantitativas, emerge como outra recomendação crucial para captar os reais efeitos da extensão rural.

A política de desenvolvimento rural no Recôncavo baiano apresenta uma contradição fundamental: enquanto são destinados recursos para a transição agroecológica, ainda que limitados, constata-se que a alocação de vultuosos investimentos públicos e privados continuam a sustentar o modelo de desenvolvimento hegemônico, pautado nas monoculturas, especialmente o cultivo de eucalipto e cana-de-açúcar, que têm dominam vastas áreas do território. Essa dualidade revela uma disputa entre diferentes projetos societários, além da clássica disputa entre classes sociais: de um lado, iniciativas pontuais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia, financiadas por editais esparsos; de outro, um robusto aparato econômico e político que mantém a estrutura do agronegócio, se beneficiando de linhas de crédito privilegiadas, de isenções fiscais e de infraestrutura logística. Essa assimetria não apenas dificulta a

consolidação de alternativas sustentáveis, como também reproduz desigualdades históricas, em que os pequenos agricultores são compelidos a competirem em condições desiguais por terra, território, água e mercados.

Além disso, a ausência de um programa de Estado, e não apenas de governo, que defina e custeie a ATER como serviço contínuo e universal, faz com que a política oscile conforme as prioridades políticas momentâneas. A falta de institucionalização torna a assistência técnica refém da alternância de gestões, sujeita às preferências de dirigentes e à descontinuidade administrativa. Sem um marco legal que garanta orçamento regular e metas de longo prazo, os avanços conquistados ficam vulneráveis às mudanças de projetos políticos, comprometendo a transformação estrutural necessária para um desenvolvimento rural verdadeiramente sustentável, inclusivo e solidário. Essa fragilidade institucional reforça a necessidade de um pacto social e político que transcenda governos e assegure à ATER o caráter de política de Estado, com financiamento permanente e diretrizes claras que priorizem os territórios mais vulneráveis e as práticas agroecológicas.

3 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que a ATER, quando operacionalizada pelos princípios da PNATER e alinhada a uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável, é um instrumento poderoso de transformação social, de criação de redes de solidariedade, de valorização da sociobiodiversidade e do modo de vida rural. Ademais, é um Política capaz de ampliar a cobertura de serviços prestados, fortalecer os sistemas produtivos tradicionais e apoiar a transição agroecológica.

No entanto, este potencial esbarra numa fragilidade estrutural, como já discutido, uma vez que ATER ainda não é uma política de Estado, mas sim um programa de governo, logo vulnerável. A descontinuidade administrativa, a dependência de vontades políticas momentâneas e a submissão a ciclos orçamentários curtos, por meio de editais, criam uma instabilidade crônica. Este estudo confirmou que a efetividade da ATER é constantemente tensionada e a sua capacidade de suportar as mudanças de governo e os interesses do capital neoliberal, é limitada. Compreende-se que a consolidação da ATER como política de Estado eficaz e transformadora depende fundamentalmente da implementação de quatro pilares inter-relacionados: (i) um

financiamento permanente e adequado, imune à discricionariedade dos ciclos orçamentários anuais; (ii) a garantia de estabilidade para as equipes técnicas e entidades executoras, assegurando a continuidade e o aprofundamento das ações em andamento; (iii) o estabelecimento de diretrizes claras que priorizem intencionalmente os territórios vulneráveis e a agroecologia, criando uma blindagem contra interferências setoriais contraditórias e; (iv) o fortalecimento de mecanismos de controle social, para que a participação popular seja efetiva e decisória na governança da política, transcendendo a mera consulta.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo.** Rio de Janeiro: Ipea, 2003. (Texto para Discussão, n. 965).

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; THOMSON, Carolina Rios; BORSATTO, Ricardo Serra. Da extinção da Embrater à criação da Anater: os desafios da política de assistência técnica e extensão rural brasileira. In: DELGADO, Guilherme Costa;

BRASIL. Decreto nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a PNATER e o PRONATER.
DINIZ, R. F.; HESPANHOL, A. N. (2014). Da ABCAR à Anater: trajetória e desafios da extensão rural para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

BORSATTO, R. S.; THOMSON, C. R.; RIGA, H. L.; BERGAMASCO, S. M. P. P.. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): fim de um ciclo?. **Emancipação**, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 22, n. especial, p. 1–20, 2022. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.22.2220283.002. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/20283 . Acesso em: 13 set. 2025.

CAPORAL, Francisco Roberto. Lei de Ater: Exclusão da Agroecologia e outras armadilhas ater. Cadernos de Agroecologia, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1–7, 2011. a.

CAPORAL, Francisco Roberto. Lei de Ater: Exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, [S. l.], p. 23–33, 2011. b.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis.** Brasília, DF: [s.n.], 2014.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. **Extensão Rural e Agroecologia: Avanços e desafios para uma construção compartilhada do conhecimento**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 2, n. 2, p. 1250–1253, 2007.

CASTRO, César Nunes de; PEREIRA, Caroline Nascimento. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater.** In: BUAINAIN, Antônio Márcio; DEDECCA, Cláudio S.; CARDOSO, José Célio (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília, DF: Embrapa, 2017. p. 771-802.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. IN: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos** / T327 Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores) --1.ed.-- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. Disponível em: https://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/ Acesso em 18/07/2025.

FERREIRA LIMA, Maria Messias. **O debate paradigmático e o modelo hegemônico de desenvolvimento: do agrário para o rural**. Revista Campo-Território, Uberlândia, v. 13, n. 30 Ago., 2019. DOI: 10.14393/RCT133003. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/43307. Acesso em: 24 ago. 2025.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UNESP, 2021. 352 p. ISBN 978-65-5711-055-0.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Medeiros, B. C. de, Borges, L. S., Santos, L. da S., Porciuncula, D. C. L. da, Gonçalves, M. V. P., & Silva, A. M. (2024). Implantação, paralisação e novas perspectivas: um estudo de caso sobre a dimensão territorial dos impactos sócio-espaciais decorrentes da implementação do estaleiro naval da enseada do Paraguaçu, no município de Maragogipe/BA. *OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA*, *22*(10), e7218. https://doi.org/10.55905/oelv22n10-116

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

PORCIUNCULA, D. O fenômeno das águas doces na Região Metropolitana de Salvador: usos, alterações e abandono. Salvador, Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) -UCSAL, 2017.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2012.

SANTOS, Milton**. O território e o urbano no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1997.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e práticas socioespaciais: contribuições para o debate teórico-metodológico sobre desenvolvimento territorial**. In: SAQUET,

M. A.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 51–76.

SAQUET, Marcos Aurélio. **A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 479-505, set.-dez. 2018. DOI: https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n3p479.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Democracia e reforma agrária: por um projeto alternativo de desenvolvimento rural. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. M. de (Orgs.). **Territórios em disputa: caminhos para a reforma agrária e a justiça social no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2016.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/MWKqhnDFRzCwv9DKsFWZZhv/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 24/09/2025.

SOUTO, R. L. S. et al. Cidade, região, hierarquia de cidades e redes urbanas: uma proposta de revisão teórica. Revista de Desenvolvimento Econômico, vol. 2, n. 37, 2017.

OBRAS DE DEFESA COSTEIRA NA PRAIA DE CACHA-PREGO, NA ILHA DE ITAPARICA (BA): O OLHAR DOS MORADORES

Samanta Lorena Oliveira Silva

Fernando Barreto Nunes Filho

RESUMO

O trabalho investiga os impactos do avanço do mar no distrito de Cacha-Prego e analisa a eficácia de uma obra de defesa costeira construída no local. O principal objetivo é verificar se a intervenção foi suficiente para conter o avanço do mar e destacar a importância da engenharia civil para minimizar os efeitos das mudanças climáticas em áreas costeiras. A pesquisa, baseada em observações de campo e entrevistas com moradores, revela que o avanço do mar é uma realidade perceptível, afetando diretamente a vida da população local. A obra realizada trouxe benefícios, sendo aprovada pela maioria dos entrevistados, mas também recebeu críticas por não abranger toda a extensão da área afetada. O estudo conclui que a engenharia civil é fundamental na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas em áreas costeiras, mas destaca a necessidade de planejamento mais amplo, ações integradas e contínuas, e maior participação da comunidade nas decisões. A experiência de Cacha Pregos evidencia os desafios enfrentados por regiões litorâneas diante da elevação do nível do mar e reforça a importância de políticas públicas eficazes voltadas à adaptação climática e à proteção das populações costeiras

Palavras-chave: Defesa costeira. Inundações costeiras. Praia de Cacha-Prego (BA)

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas deixaram de ser uma possibilidade futura para se tornarem uma realidade incontestável, comprovada por estudos científicos e organismos internacionais. De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), tem-se observado um aumento da temperatura média global nas últimas décadas, impulsionado principalmente pela intensificação da emissão de gases de efeito estufa, em especial aqueles provenientes da queima de combustíveis fósseis, um processo que se acentuou a partir da Revolução Industrial.

O aquecimento global tem causado impactos significativos no meio ambiente em todo o mundo, e o Brasil não é exceção. Já é uma realidade que os municípios brasileiros enfrentarão, nas próximas décadas, os efeitos das alterações climáticas, como secas prolongadas, chuvas intensas e a elevação do nível do mar.

A elevação do nível do mar, portanto, é um fenômeno evidente cujos efeitos são percebidos diariamente em diversas regiões litorâneas ao redor do mundo. A erosão costeira e a inundação de propriedades tornaram-se parte da realidade cotidiana de

inúmeras comunidades, que vêm buscando, com urgência, soluções eficazes para enfrentar os desafios impostos por esse avanço contínuo das águas.

No Brasil, esse cenário é vivenciado pelos moradores do distrito de Cacha-Prego, pertencente ao município de Vera Cruz, na Bahia, situado no extremo sul da Ilha de Itaparica. A ocupação da faixa litorânea por parte da população local resultou na formação de áreas urbanas ao longo da costa, o que torna o avanço do mar uma ameaça significativa tanto à segurança da população quanto à preservação da infraestrutura urbana existente. Em 2024, a região foi contemplada com uma obra hidráulica de defesa costeira, executada em um trecho da orla, como parte das ações de enfrentamento aos efeitos do avanço do mar.

Este trabalho tem como objetivo investigar os impactos do avanço do mar no distrito de Cacha-Prego, ao mesmo tempo em que analisa a eficácia da obra de Defesa Costeira realizada no local. Verificando assim se a intervenção foi suficiente para proteger a orla de maneira duradoura e funcional. Para isso, foram realizadas observações de campo e entrevistas com moradores locais, que puderam compartilhar suas experiências, percepções e preocupações. Essa abordagem permite um olhar mais abrangente sobre o tema, considerando tanto os aspectos técnicos quanto os sociais.

2 MUDANÇAS CLIMÁTICAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

As mudanças climáticas, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), “são transformações a longo prazo nos padrões de temperatura e clima”. Segundo Franciscus (2023, p. 02) ao falarmos “de alteração climática, referimo-nos a uma realidade global – com variações locais constantes – que persiste por vários decénios”.

Para Marengo et al. (2007, p. 25) “a Terra já passou ao longo de sua história por ciclos naturais de aquecimento e de resfriamento”. Marengo et al. (2007, p. 25) destacam, por exemplo, que “períodos de intensa atividade geológica lançaram à superfície quantidades colossais de gases que formaram de tempos em tempos uma espécie de bolha gasosa sobre o planeta, criando um efeito estufa natural”. Entretanto, principalmente após a Revolução Industrial, as mudanças climáticas deixaram de ser

apenas uma variação natural e passaram a ser consequências também da ação antrópica.

Marengo et al. (2007, p. 26) destacam que “desde 1750 [...] a concentração atmosférica de carbono [...] aumentou 31%, e mais da metade desse crescimento ocorreu de cinquenta anos para cá”. Os gases de efeito estufa (GEE)

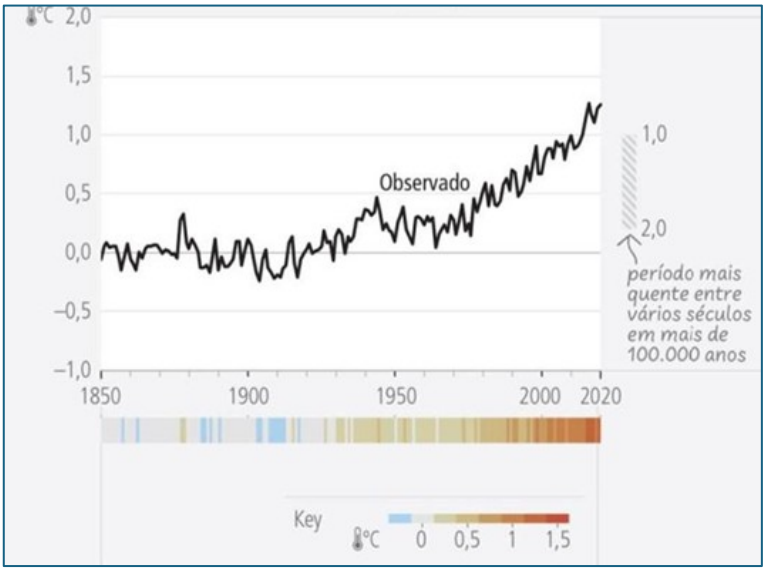
> [...] tiveram suas emissões ampliadas exponencialmente, desde 1750, derivadas inequivocamente de atividades humanas como: produção de energia, indústria, transportes e mudança no uso e cobertura da terra (por exemplo, o desmatamento, a agricultura, a urbanização, a drenagem de áreas úmidas, entre outros). A queima de combustíveis fósseis é o maior propulsor das alterações na atmosfera. (BRASIL, 2024, p. 11)

Atualmente, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) (2023, p. 21) reconhece que “a mudança do clima causada pelo homem já está afetando muitos extremos climáticos e meteorológicos em todas as regiões do mundo”. O IPCC (2023, p. 21) também ratifica que:

> [..] a influência humana aqueceu a atmosfera, o oceano e a terra. O nível médio global do mar aumentou em 0,20 [0,15 a 0,25] m entre 1901 e 2018. [...] A influência humana foi muito provavelmente o fator principal destes aumentos desde pelo menos 1971. As evidências das mudanças observadas em extremos como ondas de calor, precipitações intensas, secas e ciclones tropicais e, em particular, sua atribuição à influência humana, se fortaleceram ainda mais desde o AR5. (IPCC, 2023, p. 21)

Segundo o IPCC (2023, p. 20) “as atividades humanas [...] causaram o aquecimento global, com a temperatura da superfície global atingindo um valor 1,1ºC mais alto entre 2011-2020 do que no período de 1850-1900”. O IPCC (2023, p. 60) constata que o aquecimento é ocasionado “por gases de efeito estufa (GEE), dominado por CO_2 e metano (CH_4), parcialmente mascarado pelo resfriamento por aerossol”. A figura 1 mostra a variação da temperatura da superfície global entre os anos de 1850 a 2020.

Figura 1: Mudanças na temperatura da superfície global



Fonte: IPCC, 2023, p. 61.

Torna-se evidente a aceleração no aumento da temperatura média da superfície global ao longo dos últimos anos. Enquanto entre os anos de 1850 e 1900 o planeta levou aproximadamente meio século para registrar um aumento de cerca de 1,09ºC, nas duas primeiras décadas do século XXI esse valor já alcançou aproximadamente 1,1ºC. Essa intensificação do aquecimento global tem sido reconhecida em diferentes esferas. Conforme afirma o Papa Francisco na exortação apostólica *Laudate Deum:* "aquilo que agora estamos a assistir é uma aceleração insólita do aquecimento, com uma velocidade tal que basta uma única geração – e não séculos ou milênios – para nos darmos conta". (Franciscus, 2023, p. 02)

No que se diz respeito aos danos ocasionados pela mudança climática IPCC (2023, p. 21) relata que a "mudança do clima causada pelo ser humano já está afetando muitos extremos climáticos e meteorológicos em todas as regiões do mundo [...] como ondas de calor, precipitações intensas, secas e ciclones tropicais". Nesse mesmo contexto, o Papa Francisco adverte que alguns dos impactos da crise climática já são irreversíveis, ao menos por centenas de anos, destacando, entre eles:

> [...] o aumento da temperatura global dos oceanos, a acidificação e a redução do oxigénio. As águas dos oceanos possuem uma inércia térmica, sendo necessário séculos para normalizar a temperatura e a salinidade, com consequências para a sobrevivência de muitas espécies.
>
> [...] Quanto ao clima, há fatores que perduram durante longo tempo, independentemente dos eventos que os desencadearam. Por este motivo, já

> não podemos deter os danos enormes que causámos. Estamos a tempo apenas de evitar danos ainda mais dramáticos. (Franciscus, 2023, p. 04)

No Brasil, de acordo com o relatório de Estudo de Emergência Climática realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) (2024, p. 03) “no ano de 2023 a média da temperatura ficou 0,69ºC, repetindo mais uma alta acima da média histórica de 1991/2020, em virtude da ocorrência de ondas de calor que atingiram cerca de 2.207 Municípios brasileiros”. Ainda, segundo esse relatório, dentre as alterações climáticas mais comuns no Brasil destacam-se:

> As precipitações intensas e as secas prolongadas são os principais problemas identificados no país. [...] de janeiro de 2013 a fevereiro de 2023 foram contabilizados R$ 401,3 bilhões de prejuízos públicos e privados causados por desastres em todo o Brasil, sendo R$ 307,2 bilhões referentes a desastres provocados pela seca e R$ 79,3 bilhões relacionados à chuva. (CNM, 2024, p. 04

2.1 O AVANÇO DOS MARES E SEUS IMPACTOS NAS CIDADES COSTEIRAS

As zonas costeiras desempenham um importante papel na dinâmica ambiental e econômica de diversas regiões ao redor do mundo. No entanto, essas áreas, devido à sua localização geográfica, são particularmente suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas. É o que destaca Rocha (2023, p. 02), ao afirmar que:

> As zonas costeiras, de um modo geral, estão entre as áreas mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, entre os quais se destaca o aquecimento global. O grau de suscetibilidade dessas áreas, exatamente por conta da sua localização, as expõe aos riscos do aumento do nível médio do mar (NMM) e a eventos climáticos extremos.

A suscetibilidade das zonas costeiras aos riscos associados ao aumento do nível do mar é uma preocupação fundamentada, uma vez que esse fenômeno vem sendo comprovadamente observado ao longo das últimas décadas. De acordo com o Relatório Especial do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (2019, p. 15), essa elevação tem ocorrido, sobretudo “devido ao aumento das taxas de perda de gelo dos mantos de gelo da Groenlândia e da Antártida (confiança muito alta), bem como à perda contínua de massa das geleiras e expansão térmica do oceano”. O IPCC (2023, p. 35) prevê “a elevação média global do nível do mar acima da faixa provável - aproximando-se de 2 m em 2100 e acima de 15 m em 2300 sob o cenário de emissões de GEE muito altas”.

Segundo o IPCC (2019, p. 21) as “comunidades costeiras estão expostas a várias ameaças relacionadas ao clima, incluindo ciclones tropicais, níveis extremos do

mar e inundações, ondas de calor marinhas, perda de gelo marinho e degelo do *permafrost*". Para Rocha (2023, p. 334) a elevação do nível do mar nas regiões costeiras acarreta diversas consequências, entre as quais se destacam:

> 1) O aumento ou desencadeamento de erosão costeira de médio a longo período (praias, estuários e costões rochosos);
> 2) O aumento da frequência, intensidade e magnitude das inundações costeiras (ressacas);
> 3) O aumento da intrusão da cunha salina (subterrânea e superficial).
> 4) A elevação do nível do lençol freático;
> 5) As mudanças na dinâmica de circulação costeira, estuarina e lagunar de médio a longo período;
> 6) A migração vertical e lateral de ecossistemas dependentes das oscilações de maré (praias, manguezais e costões rochosos).
> (Rocha, 2023, p. 334)

O Relatório Especial do IPCC (2019, p. 36) destaca que, à medida que o nível do mar continua a se elevar, os desafios relacionados à proteção das zonas costeiras se intensificam, sendo mais agravados por barreiras econômicas, financeiras e sociais do que por limitações técnicas. O IPCC (2019, p. 36) também afirma que:

> [...] Onde o espaço é limitado e o valor dos ativos expostos é alto (p. ex., nas cidades), é provável que a construção de estruturas rígidas de proteção (p. ex., diques) seja uma opção de resposta custo-eficiente durante o século XXI, levando em consideração as especificidades do contexto (confiança alta), porém as áreas com recursos limitados podem não ser capazes de arcar com esses investimentos.

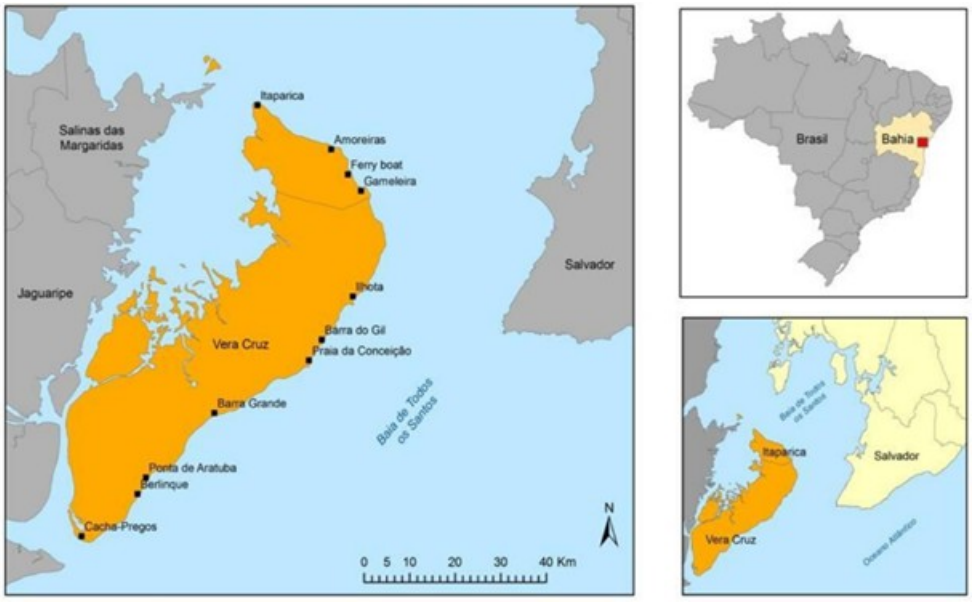
Para os níveis do mar atuais, o IPCC (2019, p. 39) afirma que algumas "medidas de acomodação na costa, como sistemas de alerta precoce e construções à prova de inundações, geralmente são de baixo e altamente custo-eficiente". Entretanto, também afirma que de acordo "com o aumento projetado do nível do mar e o aumento das ameaças costeiras, algumas dessas medidas se tornam menos efetivas, a menos que combinadas com outras medidas". Em determinados contextos, quando a comunidade afetada é de pequeno porte ou após a ocorrência de desastres, o IPCC (2019, p.39) sugere que "vale a pena considerar a redução do risco por realocações costeiras planejadas, se houver localidades alternativas seguras disponíveis. Essa realocação planejada pode ser social, cultural, financeira e politicamente limitada".

3 CACHA-PREGO: AVANÇO DO MAR E MEDIDAS DE CONTENÇÃO

A Ilha de Itaparica faz parte da Região de Metropolitana de Salvador, região que segundo a Lei Complementar Nº 14, de 8 de julho de 1973, engloba os municípios de Itaparica, Camaçari, Madre de Deus, Pojuca, Mata de São João, Vera Cruz, Salvador,

Candeias, Lauro de Freitas, Simões Filho, São Francisco do Conde; São Sebastião do Passé, e Dias d'Ávila. A Figura 2 apresenta, através de uma delimitação geográfica, a localização da ilha, evidenciando que seu território é constituído pelos municípios de Itaparica e Vera Cruz.

Figura 2: Mapa de localização da ilha de Itaparica



Fonte: Souza; Souza, 2017.

O Município de Vera Cruz, segundo o IBGE (2022), apresenta uma área de 297,537 Km² e possui uma população de 42.529 habitantes. A Lei Estadual nº 1.773, de 30 de julho de 1962, estabelece a divisão territorial do município, dispondo em seu Artigo 2º que "o município de Vera Cruz será constituído de quatro distritos: Mar Grande (sede), que passará a denominar-se Vera Cruz; Jeribatuba; Cacha-Prego; e Vera Cruz, que passará a denominar-se Mar Grande".

Cacha-Prego é, portanto, reconhecido como um distrito do município de Vera Cruz e está situado no extremo sul da Ilha de Itaparica. A Figura 3 apresenta um recorte territorial da região, no qual se observa que praticamente toda a faixa costeira do distrito encontra-se ocupada por edificações, evidenciando um processo de intensa ocupação antrópica na região.

Figura 3: Cacha-Prego, distrito de Vera Cruz (BA)



Fonte: Google Earth, 2025.

Observa-se também, na Figura 3, que o distrito está localizado em uma zona de estuário do rio Jaguaripe. De acordo com Bittencourt et al. (2001, apud Nascimento, 2023), “a vazão do rio Jaguaripe exerce pouco ou nenhum impacto na dinâmica costeira, uma vez que o prisma de maré do canal de Itaparica é aproximadamente 600 vezes superior à vazão média do rio”. Dessa forma, fica evidente que, em Cacha-Prego a dinâmica costeira é mais influenciada pelas variações da maré do que pelo volume de água que o rio transporta.

4 O PONTO DE VISTA DOS MORADORES SOBRE A CONTENÇÃO

O sistema de defesa costeira teve como principal objetivo conter o avanço do mar, proteger a orla e garantir maior segurança e qualidade de vida para os moradores. Diante da relevância da obra para o cotidiano da comunidade, foi realizada uma avaliação por meio de entrevistas com os moradores, buscando entender suas percepções sobre os impactos gerados.

A avaliação foi realizada com moradores diretamente beneficiados pela obra (residindo no trecho impactado) e com moradores não diretamente beneficiados, a fim de compreender como a intervenção é percebida sob diferentes pontos de vista, possibilitando assim uma análise mais abrangente.

A Moradora No 1, residente na Avenida Beira Mar, no trecho beneficiado pelo sistema de defesa costeira, afirmou, quando questionada sobre como a obra mudou sua realidade:

> Agora aqui, depois da obra de contenção, a maré nunca mais invadiu as casas, ela só “espalma” na barreira, mas nunca ultrapassou. É agradecer a Deus, porque eu nunca que ia ter dinheiro para fazer isso aqui. Melhorou bastante, bastante mesmo, ficou maravilhoso. A obra foi feita pelo Governo do Estado e dizem que vai continuar. Tem que ampliar pra lá, pra cá. Dizem que estão esperando o Governo assinar um papel aí, para dar continuidade. A população tem cobrado. A gente tem que se unir, a união que faz a força, porque se a maré ultrapassar aqui, derrubar as casas, vai para o outro lado, vai derrubar mais na frente e vai para o outro lado. Então as pessoas têm que reivindicar.

Portanto, para essa moradora, a obra realmente trouxe benefícios significativos à segurança e à qualidade de vida da comunidade. Ao mencionar que agora a maré apenas “espalma” na barreira construída, sem ultrapassá-la, ela evidencia que o sistema de defesa costeira cumpre seu papel de forma eficaz, uma vez que, em vez de invadir as residências, a maré atinge a estrutura física que absorve e dissipa a força das ondas. A Figura 4 ilustra o mar atingindo a contenção construída.

Essa mesma moradora também ressalta a expectativa da comunidade quanto à ampliação da obra de defesa costeira. Ela destaca a importância da união dos moradores para exercer pressão sobre as autoridades, a fim de garantir a continuidade do projeto. Além disso, alerta para as consequências adversas que poderão ocorrer caso a ampliação não seja realizada, evidenciando a necessidade de mobilização social para a preservação da segurança local.

Figura 4: Obra de Defesa Costeira



Fonte: Autoria Própria, 2025.

Ao afirmar que a obra precisa ser ampliada “pra lá, pra cá”, a moradora evidencia que o espaço se encontra, atualmente, dividido em três partes: o trecho central, já protegido pela intervenção, e dois segmentos laterais ainda não contemplados — o “lado de lá”, uma área adjacente à intervenção, e o “lado de cá”, situado no extremo oposto, igualmente desprovido de proteção.

Essa percepção também é reforçada pela fala da moradora No 2, residente da Avenida Beira Mar no trecho beneficiado pelo sistema de defesa costeira: “Aqui nessa região depois da obra melhorou muito, mas a parte de lá e a parte de cá ainda não. Com certeza tem que ampliar a obra.” A declaração dessa moradora revela uma compreensão clara sobre a desigualdade espacial na aplicação da intervenção, indicando que, embora o setor central tenha sido positivamente impactado, as áreas periféricas permanecem vulneráveis. A referência à “parte de lá” e à “parte de cá” sugere que os efeitos da obra não alcançaram as extremidades da faixa costeira, o que reforça a necessidade de sua ampliação para garantir proteção integral ao território.

A Figura 5 apresenta o trecho exato em que a obra foi finalizada, localizado em um dos lados ainda não contemplados pela intervenção. Essa imagem permite visualizar com maior clareza o limite físico da intervenção atual e a continuidade do espaço costeiro ainda exposto à ação das marés, reforçando as falas dos moradores sobre a urgência de ampliação das obras.

Figura 5: Trecho final da obra



Fonte: Autoria Própria, 2025.

Essa mesma preocupação é expressa pela Moradora No 3, residente da Avenida Beira Mar em um trecho ainda não beneficiado pela obra recente de contenção. Ela destaca que

> A obra de contenção trouxe melhorias para aquela região da orla sim, desde que foi feita o mar não invadiu mais nada. Mas a obra tem que avançar mais, aqui mesmo a água continua subindo. O pessoal coloca entulho, entulho, mas não resolve muito. Nesse trecho aqui a obra de contenção é antiga, tem uns 40 anos.

Essa moradora reconhece os benefícios proporcionados pela obra de defesa costeira, porém ressalta a desigualdade na abrangência da intervenção. Embora tenha havido melhorias em pontos específicos, ainda existem locais onde a “água continua subindo”, uma vez que a contenção nesses trechos possui mais de 40 anos. As Figuras 6 e 7 ilustram essa contenção antiga, evidenciando a erosão da estrutura, que já não suporta efetivamente o avanço do mar.

Figura 6: Trecho de contenção antiga



Fonte: Autoria Própria, 2025.

Figura 7:Trecho de contenção antiga



Fonte: Autoria Própria, 2025

O 5º morador entrevistado, um aposentado, afirma:

> A obra costeira foi muito boa, melhorou bastante a vida de quem mora lá, mas deveria ter sido feita em toda orla. Agora vai depender do Prefeito e do Governo ampliar. O que está faltando é isso. Eu acho que depois de feita a obra naquele trecho, piorou a situação na ponta de cá. Porque só foi feito um pedaço, né? Tem um rapaz dono de uma pousada que se chama Quatro Estações que contou que o seu muro foi derrubado. O pessoal começou a colocar pedra. Agora essa parte mais antiga desse cais aqui foi o Prefeito Aginoel quem fez em parceria com o Governo do Estado, que na época era ACM, isso tem uns 40 anos.

O 6º morador, vendedor de peixe, passou a residir na região há 20 anos, após casar-se, declara que “a obra trouxe sim melhorias, mas o trecho que foi feito é pequeno

demais. Acho sim que precisa ampliar. Essa contenção antiga não resolve mais o problema, quando cheguei aqui ela já existia, deve ter uns 40 ou 30 anos".

As declarações desses dois moradores reforçam que a obra beneficiou apenas um trecho da orla, trazendo melhorias exclusivamente para os moradores dessa área. Por outro lado, aqueles que residem fora do trecho contemplado continuam enfrentando os impactos do avanço do mar na região. Ambos também ressaltam que a estrutura antiga, há 40 anos sem reforço, contrasta com a nova obra, bem-sucedida, mas limitada espacialmente.

A 7ª entrevistada, moradora da região do Caiambá há mais de 20 anos, relata que:

> A obra do Governo do Estado solucionou bastante o problema no trecho construído, mas poderia fazer também pelo pessoal de cá né. Aqui na região tem pousada, tem comércio, infelizmente eles não deram opção, acham que a pessoa que mora aqui tem mais condição, mas isso não existe. A população tem cobrado muito, já foi documentado na Prefeitura, teve abaixo-assinado, mas eles não fazem nada, nem pela praia, nem pela população, a ilha em si abandonada.

A fala dessa moradora evidencia uma insatisfação quanto ao planejamento e à execução da obra de defesa costeira. Há, por parte dos moradores que residem fora da área beneficiada, uma clara percepção de injustiça e exclusão. Segundo o relato, não houve uma escuta ativa por parte do poder público em relação às demandas da comunidade local. Em resposta a população organizou mobilizações, incluindo a realização de um abaixo-assinado, com o objetivo de reivindicar a ampliação da obra para os trechos ainda desassistidos. No entanto, até o presente momento, tais reivindicações não resultaram em medidas concretas por parte da administração municipal.

Por isso, a importância de que intervenções como as de defesa costeira sejam planejadas de forma participativa e abrangente, levando em conta as especificidades de cada localidade e assegurando que todos os segmentos da população sejam devidamente contemplados nas ações de proteção e desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos dos moradores de Cacha-Prego evidenciam uma percepção consistente sobre o agravamento do avanço do mar na região. Embora o fenômeno

seja antigo e historicamente conhecido pela população local, observa-se uma intensificação nos últimos anos, deixando de ser sazonal para se tornar frequente e mais agressivo. A situação é especialmente crítica em áreas como o Caiambá, onde o avanço das águas resultou na destruição de moradias e estabelecimentos. Diante da ausência de ações efetivas por parte do poder público, muitos residentes têm assumido, por conta própria, medidas paliativas de contenção, na tentativa de proteger seus imóveis. Esse cenário indica que o município está despreparado para lidar com eventos climáticos extremos.

A análise das percepções dos moradores de Cacha- Prego em relação à obra de defesa costeira revela um consenso quanto à sua eficácia no trecho onde foi implantada. Tanto os residentes diretamente beneficiados quanto aqueles situados fora da área protegida reconhecem os impactos positivos da intervenção, sobretudo no que se refere à segurança das propriedades e à melhoria da qualidade de vida. Desde a execução da obra, não foram mais registradas invasões do mar nas residências localizadas nesse trecho, o que confirma a efetividade do sistema de contenção costeira adotado.

No entanto, os entrevistados também expressaram preocupação diante da limitação espacial da intervenção, que atualmente abrange apenas o trecho central da orla, deixando desprotegidas duas áreas adjacentes — popularmente conhecidas como “lado de lá” e “lado de cá”. A contenção antiga, ainda presente nesses setores, mostra-se ineficaz frente à intensificação da erosão marinha. Nesse contexto, os moradores têm se mobilizado por meio de ações coletivas, como a realização de um abaixo-assinado, para reivindicar a ampliação da obra e garantir a proteção integral da faixa costeira da comunidade.

Essa realidade aponta não apenas para a urgência de intervenções estruturais adequadas, mas também para a importância de serem feitas de forma participativa e abrangente. Destaca-se, ainda, a necessidade de que o município elabore um Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, de modo a orientar estratégias preventivas frente aos impactos decorrentes da intensificação de eventos climáticos extremos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Mudança do clima no Brasil**. [Brasília]. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/arquivos/Relatorio_Mudanca_Clima_Brasil.pdf. Acesso em: 06 set. 2025.

CNM. Confederação Nacional dos Municípios. **Estudo de Emergência Climática**. 2024. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202405_ET_MAMB_Emergencia_climatica_2024.pdf?_t=1716820898. Acesso em: 06 set. 2025.

FRANCISCUS. **Exortação Apostólica LAUDATE DEUM**; sobre a crise climática. 2023. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html. Acesso em: 06 set. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Vera Cruz – BA**: panorama. Cidades, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/vera-cruz.html. Acesso em: 06 set. 2025.

IPCC, 2019: **Relatório especial sobre o oceano e a criosfera em um clima em mudança**: Relatório Síntese. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/3/2020/11/SROCC_SPM_Portuguese.pdf. Acesso em: 06 set. 2025.

IPCC, 2023: **Mudança do Clima em 2023**: Relatório Síntese. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf . Acesso em: 06 set. 2025,

MARENGO, J. A. et al. **Caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2007. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/inventario-gee-sp/2007/05/09/caracterizacao-do-clima-atual-e-definicao-das-alteracoes-climaticas-para-o-territorio-brasileiro-ao-longo-do-seculo-xxi/. Acesso em: 06 set. 2025.

NASCIMENTO, Eduardo Afonso Nunes. **Dinâmica tempo-espacial da linha de costa associada a delta de maré vazante, Cacha Pregos e Ponta dos Garcez**, Bahia, Brasil. *2023*. UFS, CE, 2023. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/21594. Acesso em: 06 set. 2025.

ROCHA, Juliana Dalboni. **Adaptação das cidades costeiras brasileiras receptoras de impactos do aquecimento globa**l. 2023. IPEA, Brasília, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12726/7/LV_Fronteiras_Cap12_Adaptacao_das_cidades_consteiras_brasileiras_receptoras.pdf. Acesso em: 06 set. 2025.

SOUZA, Chelly C.; SOUZA, Regina C. de A. **Análise sobre o planejamento turístico na Bahia e seus reflexos na Ilha de Itaparica (BA***). Brasília, 2017.

PROCESSOS DE ARTICULAÇÃO TERRITORIAL ENTRE MÚLTIPLAS ORGANIZAÇÕES NO TERRITÓRIO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO DE JANEIRO, MUNICÍPIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA

Marcus Fabricio Gonçalves Oliveira

Kátia Regina Benati

RESUMO

Os conteúdos relacionados a territorialização, território e múltiplos atores sociais na dinâmica de construção social do desenvolvimento e interações com a socioeconomia. Autores como Carvalho (2004), Saquet (2021) e Haesbaert (2021) trazem contribuições significativas sobre essas temáticas acima mencionadas. Enquanto pontos de diálogos com o estudo de caso, principalmente quanto às problematizações, há elementos que se relacionam a temáticas como relações de conflitos, consensos e poder envolvidos com a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio de Janeiro, embrenhado no município de Luís Eduardo Magalhães, tendo como pano de fundo o espaço de conflito entre conservação ambiental e expansão do agronegócio. Atualmente vem sendo construído um processo de governança territorial compartilhada a partir da interação de múltiplos autores sociais na dinâmica de mediação entre relações comunitárias e desenvolvimento econômica na APA BRJ, Luís Eduardo Magalhães-BA. As contribuições dos diversos autores constituem-se como essencial para promover debates críticos acerca do desenvolvimento, tentativa de construção de caminhos possíveis de integração entre sujeitos sociais antagônicos e conflitos conceituais entre desenvolvimento e conservação da natureza em um cenário fortemente marcado pela expansão agrícola do monocultivo e compensação socioambiental.

Palavras chaves: Território; Governança territorial compartilhada; Permacultura

1 INTRODUÇÃO

As iniciativas locais trazem à tona uma série de mecanismos e práticas de interações com a natureza e evidenciando ações, projetos e negócios que tentam promover uma construção social mais aderente e integrada com a conservação ambiental e a geração de oportunidades com soluções baseadas na natureza.

Essas iniciativas estão envoltas de um processo de apropriação econômica perversa onde há uma tentativa de equilíbrio entre conservação ambiental e expansão da chamada fronteira agrícola à custa de um brutal desmatamento e usurpação de recursos hídricos, principalmente na Região Oeste da Bahia, objeto dessa análise onde se insere uma tentativa de relacionar via atuação de múltiplos atores sociais, a

construção de uma governança que promova uma interação entre conservação ambiental e mitigação de um impacto econômico, em um contexto complexo e com diversidades de interesses completamente antagônicos.

Enquanto elemento prático, o artigo se insere no desenvolvimento de um plano de trabalho desenvolvido na comunidade da Muriçoca, em Luís Eduardo Magalhães/BA, tendo como instituição executora o Instituto de Permacultura da Bahia – IPB, enquanto ente executante de um Termo de Compromisso e Compensação Ambiental (TCCA) n° 014/2021, firmado junto a empresa Agro Firma LTDA (atual Brasil Agro), via modalidade direta para a Área de Proteção Ambiental Bacia do Rio de Janeiro (APA BRJ) onde o INEMA é o órgão fiscalizador. O desenvolvimento do projeto envolve múltiplos atores sociais perpassando por uma Organização da Sociedade Civil, em caso o IPB, contando com suporte de uma empresa privada e uma universidade pública, enquanto assessoria técnica, em caso a Solidarius Consultoria nos aspectos de assistência técnica em gestão e governança e a Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB na cessão de técnicos extensionistas no desenvolvimento de uma assistência técnica e extensão rural integrada com princípios e práticas agroecológicas. O projeto conta com um Comitê Gestor composto por essas organizações, além de instituições atuantes com associações comunitárias, o INEMA e as instituições executoras, além da Associação Comunitária da Muriçoca.

O artigo está organizado nas seguintes sessões: a) aspectos sobre os conceitos de território, desenvolvimento e interação entre múltiplos atores sociais; b) apresentação do contexto do problema do estudo de caso, considerando contexto e elementos críticos e conceituais; c) considerações finais.

2 ABORDAGENS SOBRE TERRITÓRIO

Segundo Saquet (2020, p. 269), o território é definido a partir do senso comum e vinculado aos saberes dos grupos sociais. Evidencia-se, a partir disso, que é um conceito em disputa onde há processos de utilização de forma desenfreada e sem matrizes teóricas construídas. Ainda segundo o autor, o território é entendido como uma:

> [...] práxis territorial, de luta e enfrentamento, em diferentes processos de mobilização, (in)formação, substantivando-se, evidentemente, como práticas (i)materiais e, ao mesmo tempo, como ciência popular, na qual não há uma

> separação entre ciência/intelectualidade e senso comum (Saquet; Bozzano, 2020, p.269)

De acordo com o autor é fundamental encontrar caminhos, de forma dialógica e respeitosa entre as concepções acadêmicas e populares. A integração entre a academia e os movimentos sociais é fundamental como meio de reoxigenação do primeiro ente, sobretudo. Para os movimentos sociais, o conceito de território associa-se como uma ferramenta de luta e mobilização, especialmente para os grupos subalternos, como indígenas e comunidades urbanas periféricas.

Relacionando-se a leituras sobre território como categoria de práticas, Haesbert (2021), sendo definido a partir do senso comum vinculados aos saberes dos grupos sociais, como ferramenta de luta e categoria viva. O território também é relacionado como categoria normativa, como instrumento do estado para a construção de políticas públicas, principalmente no contexto que será abordado no tópico 3 do artigo, quando se relaciona a participação do Governo do Estado da Bahia na inter-relação com múltiplos atores sociais. A abordagem sobre território também perpassa como categoria de análise, partindo da reflexão acadêmica e intelectual.

Especificamente acerca de cada categoria, o território como categoria da prática, esmiuçado na concepção de território-corpo, essencial para os pensamentos indígenas e feministas, podendo ser expandido também, na perspectiva dos movimentos sociais, para comunidades quilombolas, principalmente quando se relaciona temas como direito à terra, mas também como "como corpo político, forjado na contradição das lutas, mas com autonomia para superar as forças que o exploram e o oprimem" (Soares, 2023, p. 236). Na ocasião, a autora tece análises sobre corpo-território na perspectiva das mulheres quilombolas na concepção de luta, resistência e na historicidade que se relaciona a exploração e na busca de "parcos recursos de programas assistenciais, a educação e a saúde para si e seus filhos; que chora com as marcas da violência patriarcal" (Soares, 2023, p. 236).

O território é apropriado como ferramenta política para grupos subalternos, partindo da defesa do território, como espaço de vida, em uma prática comunal, integrada e de mobilização para efetivação de direitos. Para Haesbert (2019), há uma diversidade de sujeitos, com distintas concepções e práticas cotidianas centradas no espaço de vida, realidades, enfrentamentos e processos historicamente construídos. Adiciona-se, uma outra perspectiva que se relaciona a visão de mundo e com quem

esses grupos sociais estão enfrentando, principalmente quando se relaciona a relação imbricada, em muitas situações entre a iniciativa privada e estado, na governança do território e atendimento a múltiplos interesses e relações de poder, correlacionando-se os grupos subalternizados como “joguetes” ou partes interessadas de uma dinâmica territorial conflituosa e imersa em interesses difusos.

Relacionando-se a categoria normativa de território, Haesbert (2019) e Saquet; Bozzano (2020) relacionam o território como parte das políticas territoriais do Estado, considerando a organização e regulação, associando-se a construção de programas e projetos políticos, a exemplo dos programas “Territórios da Cidadania” do Governo Federal e Territórios de Identidade como uma estratégia governamental do estado da Bahia. Segundo Haesbert (2019, p. 131), há um “sentido normativo hegemônico”, onde o planejamento estatal realiza cópias de concepções eurocêntricas, principalmente quando se relaciona o ordenamento territorial. Apesar de que nos últimos anos, a título de ilustração, o planejamento territorial

vem utilizando mecanismos mais democráticos e participativos[1] de construção de planos e projetos, fortalecendo processos com linguagem simples e acessível[2]

O território, enquanto categoria de análise, parte-se da reflexão acadêmico e intelectual. Partiu-se, considerando análise de Haesbert (2019) do protagonismo da geografia, sendo confundido com o conceito de espaço geográfico. Ao longo dos anos, o conceito de território vem sendo parte das análises de outras ciências sociais e até mesmo interagindo com as políticas públicas e pautas de movimentos e organizações da sociedade civil.

3 A ARTICULAÇÃO DE MÚLTIPLOS SUJEITOS SOCIAIS

[1] A título de ilustração, os governos com concepção mais de centro esquerda vêm desenvolvendo meios de construção de consensos possíveis quando se relaciona a construção de políticas públicas como o Plano Plurianual Participativo, como a Plataforma Brasil Participativo do Governo Federal (Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/ppa-participativo/noticias/brasil-participativo-recebe-consultas propostas-e-votos-das-conferencias-nacionais. Acesso em 25 jun 2025 e PPA Participativo do Governo da Bahia. Disponível em: https://servidores.rhbahia.ba.gov.br/noticias/2024-04-11/ppa-participativo-2024- 2027-governo-estadual-incorpora-gestao-de-riscos-com. Acesso em 25 jun 2025)

[2] Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/03/12/senado-aprova-uso-da linguagem-simples-em-orgaos-publicos. Aceso em: 26 jun 2025.

A articulação em redes de múltiplos atores sociais na construção de dinâmicas territoriais perpassa por uma série de elementos que se relacionam com relação a gestão do território, acesso a políticas públicas, enfrentamento aos grandes projetos geradores de impacto ambiental, potencialização de cadeias produtivas em biomas diversos entre outros arranjos geradores de conexão e construções. O modelo intersetorial de políticas públicas, esse segundo Pelinski e Bourguignon (2019) emerge como uma nova forma de gestão contrária à setorização e à especialização, propondo, de certa forma a integração, articulação de saberes e dos serviços ou mesmo a formação de redes de parcerias entre diversos sujeitos coletivos.

A caracterização da estrutura dessa articulação é, segundo Oliveira (2017, p. 209), pela horizontalidade e potencializada pela utilização de tecnologia. Ainda segundo o autor, os movimentos sociais em rede trouxeram pautas de natureza jurídica focadas nas exposições de pretensões voltadas à efetivação de direitos fundamentais.

Segundo Brito (2015), a ação em rede concreta de organização e ação social, está consubstanciada em:

> formas fundamentais de expressão dos interesses coletivos, expandindo-as na medida que se expandem à medida que as próprias redes criam e assumem metodologias específicas de ação em rede; conseguem legitimidade de suas demandas junto ao conjunto da sociedade, às forças políticas presentes no jogo político local e global; provocam mudanças significativas na realidade local e fortalecem os vínculos solidários na base social, constituindo, assim, um novo sujeito social e político, expressão do fortalecimento da sociedade civil

A construção em redes de colaboração está vinculada na atuação conjunta de organizações sociais no desenvolvimento de políticas públicas. O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, em seu artigo 35, aponta a “atuação em rede, por duas ou mais organizações da sociedade civil, mantida a integral responsabilidade da organização celebrante do termo de fomento ou de colaboração, desde que a organização da sociedade civil signatária do termo de fomento ou de colaboração possua”.

Um aspecto fundamental, quando se relaciona, a atuação das organizações e movimentos em um espaço de co-gestão está no estímulo governamental ao desenvolvimento de políticas públicas, assim como nos processos de formação de espaços de controle social como conselhos de direito e fóruns territoriais de participação social e incidência política, partindo de processos de articulação, ação coletiva e desenvolvimento de projetos, em formato de parcerias.

Para o tópico a seguir onde será esmiuçado no estudo de caso, a articulação em rede entre diversos sujeitos sociais, a relação de interesses, conflitos e a mediação como parte de uma governança territorial.

4 A COMUNIDADE DA MURIÇOCA E A ARTICULAÇÃO DE MÚLTIPLOS SUJEITOS SOCIAIS

4.1 LOCALIZAÇÃO E INTERAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

A Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio de Janeiro – APA BRJ está localizada no município de Luís Eduardo Magalhães. A comunidade Muriçoca, localizada no interior da APA Rio de Janeiro, assim como sua dinâmica social é fortemente influenciada pelo uso e

ocupação do solo, o que também teve grande influência na sua formação. Partindo de Luís Eduardo Magalhães, a comunidade distancia-se cerca de 30 minutos.

Figura 1- Paisagem geral do entorno da comunidade Muriçoca



Fonte: Google Earth, 2025.

A comunidade está localizada às margens do Rio de Janeiro, tendo a presença de um local com acesso às águas, tipo balneário, onde traz grandes oportunidades e desafios.

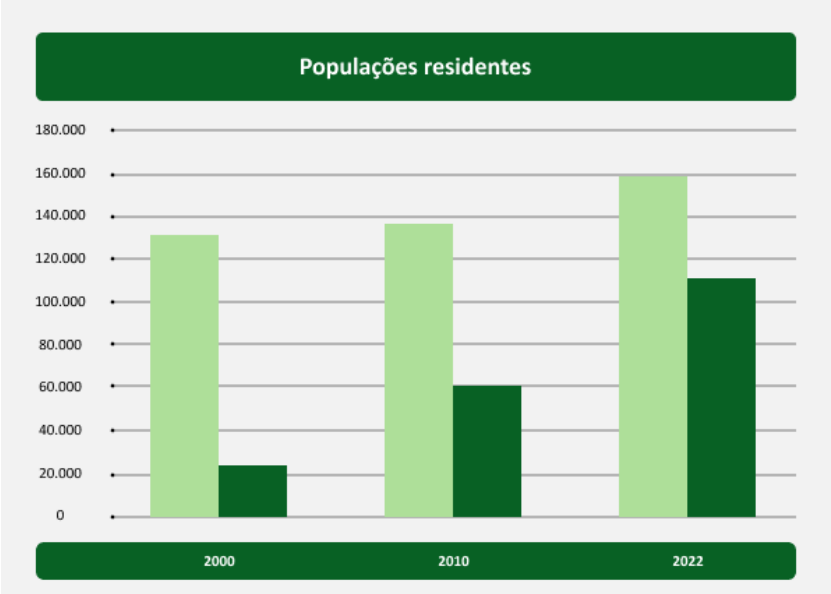
Figura 02 - Zoom da comunidade Muriçoca e seu entorno direto



Fonte: Google Earth, 2025.

A comunidade está inserida em um contexto de adensamento populacional do município de Luís Eduardo Magalhães, expansão da fronteira agrícola do monocultivo da soja, algodão e milho e forte especulação imobiliária. A título de ilustração, há um fluxo migratório em LEM. Nos últimos 12 anos, a população saltou de 60.105 habitantes para cerca de 107.909, aumento de 79,5% no número de moradores (IBGE, 2022).

Gráfico 01 – População residente



Fonte: IBGE, 2022

As pessoas vão em busca de oportunidades de trabalho para atuar também em outros setores que crescem de forma consorciada como serviços, comércio e indústria. Há uma tendência de os próximos anos o município superar Barreiras em termos populacionais, derivado dessas transformações socioeconômicas.

Coelho Neto e Santos (2021, p.5) reforçam que os aumentos dos fluxos migratórios e estando evidenciado na transformação da paisagem de Luís Eduardo Magalhães, incorrendo os fluxos migratórios:

> Em consequência do aumento dos serviços e da atividade industrial nas grandes cidades, ampliou-se a necessidade por força de trabalho, promovendo também a atração dos migrantes causada pela oferta de empregos, salários e pelas perspectivas de melhores oportunidades não disponíveis em seu local de origem.

Há uma tendência de crescimento urbano desordenado, que pressiona as áreas limítrofes do município e ocasiona impactos socioterritoriais, dentre os quais se destacam:

a) Aumento dos processos de compra e venda de terrenos na comunidade, transformando a comunidade em área de veraneio;

b) Desestruturação e quebra do tecido social comunitário ocasionado pelo processo de desterritorialização, a partir do deslocamento dos moradores da Muriçoca para áreas mais periféricas do município;

c) Há um processo de desconfiguração da comunidade que poderá incorrer em dificuldades para a consecução de fases sociocomunitárias.

A comunidade da Muriçoca tem a cultura de criação de pequenos animais (peixe – tambaqui e tilápia, galinha, porco), alguns cultivam hortaliças para comercialização e na maioria das casas, há um quintal produtivo com diversas plantas frutíferas, abóbora, mandioca etc. A articulação social ocorre via associação comunitária, com sede própria.

Muitas pessoas da comunidade, principalmente os homens das famílias, trabalham na cidade de Luís Eduardo Magalhães e retornam diariamente. Algumas casas permanecem fechadas durante a semana e somente nos finais de semana são ocupadas, evidenciando o caráter de veraneio de parte das habitações locais. O veraneio consiste em uma segunda residência que oferece uma relaxante e fresca moradia para viver durante os finais de semana, feriados ou férias.

Conforme consta do Plano de Manejo da APA do Rio de Janeiro: “A principal fonte de renda na comunidade é através de trabalho assalariado ou diarista nas fazendas próximas. “.... esta é a atividade mais rentável e segura disponível, embora seja mais restrita aos homens, sendo que as mulheres reclamaram que não tem vagas de empregos para elas e não há atividades viáveis para que trabalhem na comunidade, junto dos filhos e da família” (Plano de Manejo, p.62).

A comunidade possui uma sede associativa construída em 2022, uma área coletiva de três hectares (atualmente sem uso) e um trator com grade, disponível para os membros mediante pagamento de taxa.

Há alguns comércios que atendem a demanda local, como mercadinhos e bares, mas também empreendedores locais que comercializam alimentos preparados para a demanda dos visitantes no balneário. Para suprir demandas mais urgentes, as pessoas buscam a sede do município de Luís Eduardo Magalhães.

4.2 ASPECTOS RELACIONADOS A GOVERNANÇA TERRITORIAL

Há um contexto comunitário com forte potencial de integração entre múltiplos atores sociais. Como parte de um processo de compensação socioambiental impetrado pelo órgão ambiental do Estado da Bahia, o INEMA, via Termo de Compensação e Compromisso Ambiental – TCCA, está sendo executado um plano de trabalho com a participação de uma organização da sociedade civil, em caso o Instituto de Permacultura da Bahia – IPB[3], tendo em parceria de uma empresa privada, a Solidarius Consultoria, Projetos e Pesquisas LTDA[4] e a Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB[5] na comunidade da Muriçoca. Esse plano de trabalho tem por objetivo cumprir o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA nº 014/2021 do INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia, promovendo a sustentabilidade socioambiental por meio da capacitação de agricultores familiares em Sistemas Agroflorestais - SAF e manejo de produtos da sociobiodiversidade.

As ações desse plano de trabalho vêm sendo desenvolvida, ao longo do ano de 2025 e está sendo fomentada, como parte da compensação ambiental pela empresa

[3] Disponível em: https://permaculturabahia.blogspot.com/. Acesso em: 27 jun 2025.
[4] Disponível em: www.solidariusconsultoria.com.br. Acesso em: 27 jun. 2025
[5] Disponível em: www.ufob.edu.br. Disponível em: 27 jun. 2025.

Brasil Agro[6]e tem previsão de dois projetos comunitários a serem desenvolvidos até o ano de 2027. Compõe o controle externo do projeto o Conselho Gestor da APA RJ e como parte de um processo de governança compartilhada, o IPB implementou uma forma de controle social comunitário com múltiplas organizações em um espaço nomeado Comitê Gestor do projeto. Neste espaço, há a presença de instituições sociais como a Agência 10senvolvimento, a Cáritas Brasileira, o INEMA, a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus Barreiras e a Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Parte-se de uma análise do desenho organizativo e gerencial de funcionamento do Termo de Compensação e Compromisso Ambiental – TCCA a luz de conceitos como governança territorial compartilhada e tendo como pano de fundo a permacultura, a gestão compartilhada nos processos sociocomunitários. A perspectiva está em construir olhares a partir do processo de governança do projeto, mas também a interação entre múltiplos sujeitos sociais, correlacionando aspectos como relações de poder, mediação de conflitos e construção de consensos possíveis. A ideia é partir de uma linha de articulação interorganizacional na gestão compartilhada de um projeto e a integração destes em uma lógica de atuar colaborativamente em uma dinâmica territorial complexa e com múltiplos interesses político-econômicos em jogo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as abordagens territoriais apontadas pelos autores e partindo do contexto de desenvolvimento da tese, aponta-se que há uma relação de proximidade da aproximação do território como categoria prática, partindo da perspectiva de olhar dos movimentos sociais. No entanto, associa-se a categoria normativa, quando se relaciona a integração com o Governo do Estado da Bahia, em particular o INEMA, órgão ambiental que normatiza as ações na Área de Proteção Ambiental do Rio de Janeiro.

O Instituto de Permacultura da Bahia, por sua vez atua como articulador das ações, interagindo com múltiplos sujeitos sociais, tendo relação direta com os parceiros executores, leia-se a Solidarius e a UFOB, assim como demais partes interessadas

[6] Disponível em: https://ri.brasil-agro.com/. Acesso em: 27 jun 2025.

compostas por governos, iniciativa privada e sociedade civil em espaços de controle e participação social.

Alguns pontos críticos são fundamentais, a título de problematização. O formato organizativo do desenvolvimento do projeto e sua execução com múltiplos atores seria uma forma de amortecedor de tensões sociais existentes no contexto local de avanço da fronteira agrícola e uma tentativa de conciliação entre pontos antagônicos? Ou seria um formato de governança que tentaria conciliar interesses divergentes na tentativa de construção de um formato menos tensionado de desenvolvimento econômico local? O desenho metodológico permitirá a efetiva participação da comunidade no processo decisório ou esta é apenas parte passiva do processo de construção de uma articulação que envolve sujeitos sociais mais consolidados e com capacidade técnica de interagir formalmente?

Essas questões perpassarão as discussões do desenvolvimento da tese de doutorado, assim como a execução do próprio plano de trabalho e será fundamental analisar os elementos críticos relacionados a articulação de múltiplos atores na construção social do território como espaço de vida e relações de conflitos, interesses e poder.

REFERÊNCIAS

Bahia. PPA Participativo do Governo da Bahia. Disponível em: https://servidores.rhbahia.ba.gov.br/noticias/2024-04-11/ppa-participativo-2024-2027-governo-estadual-incorpora-gestao-de-riscos-com. Acesso em 25 jun 2025

_____.Plano de Manejo da APA da Bacia do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/wpcontent/files/Resumo_Executivo_PM_APA_Bacia_do_Rio_de_Janeiro_2021.pdf. Acesso em: 26 jun 2025.

Brasil Agro SA. Institucional. Disponível em: https://ri.brasil-agro.com/. Acesso em: 27 jun 2025.

Brasil. Plataforma Brasil Participativo do Governo Federal. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/ppa-participativo/noticias/brasil-participativo recebe-consultas-propostas-e-votos-das-conferencias-nacionais. Acesso em 25 jun 2025

BRITO, Paulo Afonso Barbosa. Redes como estratégia de ação e organização dos movimentos sociais contemporâneos. Revista Caderno de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Disponível em: https://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/570.

Acesso em: 25 jun 2025.

HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/(des)colonial na “América Latina”. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de PósGraduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210219014514/Territorio-decolonialidade.pdf. Acesso em: 11 ago. 2021.

Instituto de Permacultura da Bahia – IPB. Institucional. Disponível em: https://permaculturabahia.blogspot.com/. Acesso em: 27 jun 2025.

_____. Articulação, Planejamento e Estudo de Viabilidade Econômica: Comunidade Muriçoca, Luís Eduardo Magalhães. Relatório de projeto. Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/2/folders/16lhvv5OeCZ_lnYirEQWlwr4qVr1_mIyh. Acesso em: 25 jun. 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cidades e Estados. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/luis-eduardo-magalhaes.html. Acesso em: 26 jun 2025.

LEFF, Enrique. Discursos Sustentáveis. São Paulo: Cortez, 2010

NETO, Agripino Souza Coelho; SANTOS, Elton Andrade dos. Panorama dos fluxos migratórios na dinâmica de urbanização dos cerrados baianos: um olhar para as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/349555345_Panorama_dos_Fluxos_Migratorios_na_Dinamica_de_Urbanizacao_dos_Cerrados_Baianos_um_olhar_para_as_cidades_de_Barreiras_e_Luis_Eduardo_Magalhaes. Acesso em: 25 jun. 2025.

OLIVEIRA, Felipe Cardoso Moreira de. Movimentos sociais em rede, identificação do seu significado e aportes para um resgate de legitimidade. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7621. Acesso em: 27 jun 2025.

PELINSKI, Pamela; BOURGUIGNON, Jussara Alves. Reflexões sobre as articulações entre intersetorialidade, rede e território. Disponível em: https://cresspr.org.br/wp content/uploads/2022/07/REFLEXÕES-SOBRE-AS-ARTICULAÇÕES-ENTRE INTERSETORIALIDADE.pdf. Acesso em: 25 jun 2025.

SAQUET, Marcos Aurélio; BOZZANO, Horacio. Concepções e práxis de território na América Latina: aportes para o debate (I). Revista Continentes. n. 16, jan.-jun. 2020. Disponível em: https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/271. Acesso em: 25 jun 2025.

Solidarius Consultoria, Projetos e Pesquisas LTDA. Institucional. Disponível em: www.solidariusconsultoria.com.br. Acesso em: 27 jun. 2025.

Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. Disponível em: www.ufob.edu.br. Disponível em: 27 jun. 2025.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS O (DES)COMPASSO NA SUA CONSTRUÇÃO EM SALVADOR-BA.

Maria Gorete Borges Figueirêdo [237]

RESUMO

A educação é um direito humano fundamental que deve ser usufruído por todos, independentemente de sua origem ou condição social, em função de uma filosofia de ensino próprio e da multiculturalidade do Brasil, portanto deve ser aberta, flexível e adaptável à realidade de seus alunos. A proposta do currículo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) precisa estar pautada no referencial do trabalho docente. Traz como objetivo geral investigar em que medida os currículos e estratégias aplicados na Educação de Jovens e Adultos no município de Salvador garantam a permanência do aluno., o governo implementou várias políticas e programas para melhorar a qualidade da educação. A pesquisa da Educação de Jovens e Adultos (EJA), adotou deste estudo, o método de revisão bibliográfica e análise da literatura, por meio de estratégia de busca e seleção de sites, exame de artigos, livros, incluindo buscas na plataforma do Ministério da Educação da Cidade de Salvador, nos resultados de bancos de dados eletrônicos. Conclui-se que é necessário revisar e refletir os espaços curriculares da EJA na cidade de Salvador, assim como a implementação de políticas públicas que apoiem o acesso e a permanência, reafirmando a equidade de acesso formativo do cidadão.

Palavras-chave: Educação. EJA. Currículo. Permanência. Formação cidadã.

1 INTRODUÇÃO

A educação foi firmada como um direito social e fundamental do homem, e está registrada no Artigo 6.º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, regida pelos parâmetros estabelecidos no Capítulo III, artigos 205 a 214. Na garantia desses direitos alguns agentes são fundamentais, tais como: o estado, sociedade, e a família, reforçando na conscientização e obrigação de que todos merecem educação. E a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino multifacetada pois permeia medidas que ultrapassam a questão educacional.

A modalidade da EJA no município de Salvador, é uma garantia para os estudantes jovens e adultos, retornarem seus estudos e buscarem seus direitos e oportunidades, que estão assegurados na Constituição Federal e definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, não pode ser considerada como

[237] Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania. Pedagoga e Assistente Social. E-mail: maria.gorete@ucsal.br

oferta menos importante, mas sim como uma modalidade educativa, que exige um modo próprio às especificidades dos sujeitos envolvidos.

Para tanto, este estudo tem como objetivo geral investigar em que medida os currículos e estratégias aplicados na Educação de Jovens e Adultos no município de Salvador garantam a permanência do aluno, e como objetivos específicos: Verificar se as práticas docentes estão sendo reproduzidas de forma positiva ou negativamente. Identificar as principais causas da evasão desta modalidade.

A pesquisa utilizou-se enquanto caminho metodológico da revisão bibliográfica e análise documental através de estratégias de busca e seleção de sites, exames de artigos, livros, incluindo pesquisas em bases eletrônicas como o Google acadêmico, plataforma da Secretaria de Educação do Município de Salvador-Ba.

A educação ofertada na EJA, defronta com um conjunto de situações e dilemas historicamente já registrados, onde ainda travam questões relacionadas ao próprio contexto educacional do Brasil. Faz saber que, em se tratando de educação, nos deparamos com enormes entraves desde investimentos financeiros, poucas escolas, infraestrutura de má qualidade, a falta de formação continuada do docente, desvalorização do professor, e um currículo engessado que não atende mais às necessidades desses estudantes.

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil esteve acompanhada dos modelos políticos e econômicos vivenciados em cada época. As contribuições da Educação Popular para a EJA foram significativas, assim como as defendidas pelo educador Paulo Freire, por uma educação emancipatória, centralizada no aluno, onde o saber popular é valorizado promovendo a consciência crítica e libertadora.

Pensar em Educação de Jovens e Adultos é pensar em Paulo Freire, que a implementou com o pensamento libertador e humano, criando um homem novo, capaz de refletir e agir sobre ele, sem amarras que ditasse seu aprender, dentro de uma educação comprometida com consciência reflexiva e politizada.

Levando em consideração o estudo sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), e para a efetivação desta pesquisa, seguiu-se a abordagem do tipo revisão bibliográfica e análises documentais, através de estratégias de busca e seleção de sites, exames de artigos, livros, incluindo pesquisas em bases eletrônicas como o Google acadêmico, plataforma da Secretaria de Educação do Município de Salvador, e

aplicação de questionários qualitativos visando compreender o perfil dos estudantes que estão inseridos ou que paralisaram os estudos, ambos com o intuito de conhecer os desafios enfrentados por todos eles.

2 A EJA E A REALIDADE DO SEU CAMINHAR

A Educação de Jovens e Adultos, está voltada para os sujeitos que retratam as mesmas situações de vulnerabilidade, apresentam atraso da idade e de série, grandes diferenças regionais, étnico, gênero, religião, que colaboram de sobremaneira afetando todo o conhecimento educacional e de suas vidas.

É sabido que a EJA passou por várias configurações no decorrer da sua história no Brasil. A educação de jovens e adultos inicialmente surgiu através dos jesuítas, que se dedicavam a alfabetizar (catequizar) crianças, jovens, adultos e indígenas com o intuito de propagar o catolicismo. Inicialmente, esse modelo educativo esteve atrelado à erradicação do analfabetismo, com ações governamentais pontuais, desorganizadas, sem estruturação, e descontinuadas quando da mudança de gestão.

A Constituição de 1934 criou o Plano Nacional de Educação (PNE), onde manifestava a preocupação com a educação de adultos ser uma obrigação e dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos. Mas somente na década de 40, no governo de Getúlio Vargas, que a educação para jovens e adultos passou a ser vista como um sistema importante para a educação brasileira.

Em decorrência do alto índice de analfabetismo, em 1942, a taxa de analfabetismo no Brasil era de aproximadamente 56,7% para a população com 15 anos ou mais, não sabia ler e escrever, por isso criado o Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) e programas de ensino para adultos, na tentativa de combater o analfabetismo. O analfabeto, hoje o analfabeto funcional[238], ainda carrega estigma de ser um fardo para o Brasil, incansáveis e verdadeiros trabalhadores braçais, não conseguem marcar território de destaque na sociedade. Por conseguinte, com a necessidade de alfabetizar pessoas de idade maior do que a estipulada do período formativo educacional, que

[238] Pessoa "analfabeta funcional" tem dificuldade em compreender textos e realizar tarefas que exigem um nível mais complexo dessas habilidades, não conseguindo dar sentido ao que lê e escreve para atuar plenamente na sociedade.

existe desde dos jesuítas até hoje, surgiram alguns modelos que foram implementados, como o Serviço Nacional da Educação de Adultos (SNEA) em 1947, voltado ao ensino supletivo.

Os Centros de Ensino Supletivo (CES), foram muito importantes na inserção da EJA na escola, permitindo que esses indivíduos retornassem a frequentar as mesmas. Desta forma, o ensino supletivo, segundo Haddad e Di Pierro (2000): ”Se propunha a recuperar o atraso, reciclar o presente, formando uma mão-de-obra que contribuísse no esforço para o desenvolvimento nacional, através de um novo modelo de escola”. (Haddad e Di Pierro,2000, p. 117).

Logo após, em 1950, o governo da época sentiu necessidade de realizar uma campanha para erradicar o analfabetismo, então criou a CNEA - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, desenvolvendo nesse período a maior mobilização no campo da educação de adultos até antes nunca visto. De acordo com Paiva (2003):

> “A CNEA preocupava-se com a educação popular de crianças e adultos e com a contribuição potencial ao desenvolvimento econômico social. Sua programação, destinada a diversas faixas de idade, visava combater o analfabetismo em todas suas frentes”. “Resultados positivos e muitas de suas recomendações e conclusões chegaram efetivamente a influenciar a direção tomada pelos serviços educacionais em algumas partes do país”. (Paiva 2003, p. 241 a 247):

As contribuições produzidas por essa campanha foram relevantes no que se refere à sua função, chegando a influenciar outros programas de educação popular surgidos logo depois, mas acabou sendo extinta em 1961, por falta de financiamento. Posteriormente, a esta década - 1960, a partir do pensamento pedagógico de Paulo Freire, surgem novas propostas para a alfabetização de adultos, como o Movimento da Educação de Base (MEB). O Movimento da Educação de Base surgiu através da igreja católica, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas com o objetivo de alfabetizar pessoas jovens e adultas nas diversas regiões do País, principalmente, nas regiões do norte e nordeste, executando programa intensivo de alfabetização, formação moral e cívica, educação sanitária, iniciação profissional, sobretudo agrícola, e promoção social.

No final da década, surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em 1967, com o intuito de alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada. O ensino supletivo passou a se destacar pela Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDB) de 1971 e nos anos de 1980, o Ministério da Educação resolve apoiar financeiramente e tecnicamente às iniciativas de alfabetização existentes implantando a Fundação Educar - Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos sob o Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985.

No governo de Fernando Collor, a Fundação Educar teve as atividades interrompidas, implantou o enxugamento dos gastos públicos com a educação na intenção de controlar a inflação. Desenvolveu um Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) no campo da EJA com poucos recursos repassados para entidades públicas e privadas no desenvolvimento de projetos de alfabetização, obtendo resultados insatisfatórios na diminuição do analfabetismo, ficando o ensino da EJA mais uma vez comprometido.

Durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), houve várias mudanças na política nacional de educação. Juntamente aprovando o novo Guia Nacional de Educação e Lei de Bases (LDB) no Congresso Nacional em 1996, foi reafirmado com base nos princípios da constituição de 1988, a educação como direito, que devem ser oferecidos em igualdade de condições de acesso, posse, valorizando a liberdade de aprender, ensinar, a pluralidade de ideias e conceitos pedagógicos. Com o surgimento da nova LDB - Lei de Diretrizes e Bases de 1996, no seu art. nº 22 anuncia que a educação para esse público está prevista na modalidade EJA - Educação de Jovens e Adultos como partícipe da Educação Básica, reafirmando que seja pública e gratuita estabelecendo responsabilidades aos entes federados através da identificação e mobilização da demanda, com garantia ao acesso e permanência (BRASIL, 1996). A partir de então, o ensino para adultos ganharia amparo legal, ficando respaldado na lei educacional mais importante do país.

No que tange à organização curricular da EJA, surgiram preocupações na garantia da sua aplicabilidade e no ano de 2000 as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos (DCNEJA) são formuladas com a expectativa de construção de uma organização curricular nacional para a EJA. Conjuntamente com a LDB, essas diretrizes são as primeiras ações relevantes de construção da organização curricular do Brasil para essa educação. (FÁVERO, 2011, pp. 29 – 48).

Em 14 de agosto de 2002, foi instituído pela Portaria nº 2.270 do Ministério da Educação, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (**Encceja**), apresentado como um “instrumento de avaliação para aferição de

competências e habilidades de jovens e adultos em nível do ensino fundamental e do ensino médio” (Brasil. MEC, 2002).

O Encceja, trata-se de uma política formulada pelo governo federal para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com dois objetivos principais: ser uma alternativa aos exames supletivos aplicados nos Estados como forma de certificação de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio, colaborando para a correção do fluxo escolar, da Educação juntamente com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Contudo, após a edição piloto em 2002, o exame foi suspenso e ficou dois anos sem sua aplicabilidade no Brasil. Entretanto, em 2002 e 2009, o exame foi aplicado no exterior, inclusive no Japão, com a participação da Secretaria de Educação do Paraná, responsável pela aplicação das provas e pela certificação dos aprovados.

Em 2004, foi criado o Ministério da Educação; Educação Continuada; Alfabetização e Diversidade (Secad), que visa desenvolver a política nacional para a EJA, criado no mesmo ano. O Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) teve a participação de vários movimentos sociais afetando a reformulação desta política. Algumas propostas também participaram desse desenvolvimento educacional, em 2005, o PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária), o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), criado em 2005 e redefinido em 2006, promovendo a educação profissional e a qualificação social, a partir das demandas de diversas áreas da economia brasileira, oportunizando aos jovens o início da sua carreira profissional. Em 2007, a DACC (Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências) foi extinto e criado o Conselho de Avaliação da Educação Básica (Daeb), que inclui Enem, Saeb, Prova Brasil e Encceja. A mudança sistêmica está associada ao fato de que após o conflito existente entre o Inep, Secad e Presidência dos Opositores, o exame tenha sido frustrado. Em 2009, foi criado o PNLA (Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos), para garantir que as escolas e os sistemas públicos recebam livros didáticos de qualidade.

Em 2012, o Encceja completou dez anos de existência, mesmo assim, é uma política ainda pouco consolidada, pois sua execução foi marcada por grande inconstância no processo de organização e aplicação pelo Instituto Nacional de Estudos

e Pesquisas Educacionais (Inep). Apesar dessa incerteza de sua realização, em um quadro aparentemente contraditório, o exame assumiu uma importância crescente ao longo dos anos, com grande incremento do número de inscritos e de adesões por parte das secretarias de educação, contudo com o crescimento contínuo do Enem e o alto volume de avaliação realizado pelo Inep (Enade, Provinha Brasil, Prova Brasil, Saeb e Enem) impactou no Encceja ficando este em segundo plano.

Desta maneira, a modalidade educação de adultos tem sido marcada por três funções importantes: reparar, equalizar e qualificar. Na reparação como resgate da pessoa em retornar ao ensino, a ter o direito a uma escola de qualidade com igualdade e ao mesmo tempo compensatório por parte do poder público em relação à evasão e ao fracasso estudantil.

Evidentemente que a Educação de Jovens e Adultos, é atribuída àqueles que não contam com a oportunidade e com a continuidade de estudar nas fases do ensino fundamental e médio, cumprindo a idade correta. Nesse cenário as ações pertinentes que influenciaram as políticas dos currículos da EJA, foram as CONFINTEAS (Conferência Internacional de Educação de Adultos) principalmente a V CONFINTEA de 1997, realizada em Hamburgo, que afirmou o compromisso de luta mundial pelo direito à educação de Jovens e Adultos. Reforça em sua Declaração de Hamburgo, 1997, o seguinte texto:

> A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século 21; é, tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. (Declaração de Hamburgo, 1997 p.3).

Seu marco teve a participação de 170 nações participantes que assumiram o compromisso com a alfabetização ao mesmo tempo em que sinalizou para a ampliação da concepção da EJA sem intervalos. As CONFINTEAS, intercedeu na criação e intensificação de espaços próprios para EJA no mundo. Diante da V CONFINTEA, essa foi muito significativa na questão de ampliar os espaços e a produção das políticas de currículo da EJA mundialmente. Em relação a VI CONFINTEA, que foi realizada em 2009 - Belém do Pará, com objetivo principal combinar a aprendizagem e educação de adultos com outras agendas internacionais, reafirmando o compromisso político do

Estado brasileiro, para avançar na garantia do direito à educação para todos. VI CONFINTEA reconhece os obstáculos ainda existentes, comprometendo-se em:

> a) promover o reconhecimento da aprendizagem e educação de adultos como um elemento importante e fator que contribui para a aprendizagem ao longo da vida, sendo a alfabetização a sua fundação;
> b) enfatizar o papel crucial da educação e aprendizagem para a realização das atuais agendas internacionais de educação e desenvolvimento;
> c) renovar o 'momentum' e o compromisso político e desenvolver as ferramentas para a implementação, a fim de passar da retórica à ação. (BRASIL,2009)

Diante deste quadro, essa modalidade apresenta índices que precisam ser revertidos com a aplicação de uma educação planejada, contínua, contextualizada e com investimentos econômicos por parte do governo federal, estadual e municipal. É mister desenvolver uma Educação de Jovens e Adultos voltada para a criticidade, possibilitando a transformação social, onde o educador Paulo Freire, defende que a prática do ensino planejada inserido em um fazer social pode ser tido como prática transformadora, onde a aprendizagem do homem se amplia de acordo com a educação. Ao analisar a história da EJA, percebe-se que houve evolução em relação à educação brasileira, dando mais oportunidades para esse público através dessa modalidade, e essa evolução decorre de documentos oficiais voltados para melhoria da qualidade do ensino, sendo atos oficiais e têm funções de legalização e autorização. Portanto, a gestão escolar na educação básica deve estar atenta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. º 9.394/96), que no seu artigo 37, diz:

> A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Redação dada pela Lei nº n. º 9.394/96).

Além deste importante documento, existem elaborados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e por meio da Câmara de Educação Básica (CEB), que trazem informações e atualizações importantes sobre esta educação. Sendo os mais atuais:

> "A Resolução CNE/CEB nº1/2021 do Conselho Nacional de Educação, aprovada em 28 de maio de 2021, foi criada com a intenção de atualizar as diretrizes para orientar a organização, os currículos e a oferta da EJA alinhadas a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Lei nº 13.415/2017 A Resolução CNE/CP nº1 de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. " (CNE/CEB, 2021).

A Lei 13.005/2014 do PNE (Plano Nacional de Educação) que estará em vigor até 2024 e em seu art. 2. fala sobre as diretrizes que o PNE estabeleceu, sendo uma delas: II - universalização do atendimento escolar. Por conseguinte, os documentos

oficiais que instaurou a modalidade de ensino da EJA têm o compromisso de ofertar uma educação de qualidade para que todos possam concluir seus estudos, e garantem o compromisso do governo para com a sociedade. A concepção curricular da Educação de Jovens e Adultos, parte da necessidade de se levar em consideração **quem são** os alunos e **quais são as suas vivências**, para que **a partir desse ponto o currículo faça adaptação que tenha sentido e atenda aos seus anseios**. Com o intuito de proporcionar a EJA de forma igualitária, o currículo precisa atendê-los respeitando suas diferenças sociais quanto econômicas, na valorização de suas identidades culturais e regionais.

Todavia, nos ambientes de EJA, convivem distintos indivíduos em ambientes culturais, manifestações, dos quais cada um teve sua própria construção e tem seu objetivo, o que necessariamente significa dizer que essa convivência não acontece pacificamente e sem nenhuma tensão, logo, são questionamentos e necessidades contrários fazendo com que os contextos curriculares sejam aplicados diferentemente no sentido de atendê-los ampliando as possibilidades de conhecimento. Portanto a EJA, é um direito constituído e regulamentado a realização de exames, oferecendo o Ensino Fundamental a maiores de 15 anos e o Ensino Médio a maiores de 18 anos (BRASIL, 2000). O currículo da Educação de Jovens e Adultos passa por segmentos: 1º, 2º, e 3º que devem ser pensados articulando a formação geral e profissional. Portanto, correspondente ao 1º segmento o Ensino Fundamental, ou seja, os anos iniciais, atenderá os que não concluíram esta etapa da educação básica de forma presencial e tem como objetivo a alfabetização inicial e o desenvolvimento de leitura e escrita, como uma qualificação profissional inicial, a carga horária será definida pelos sistemas de ensino, devendo assegurar pelo menos 150 horas para contemplar os componentes essenciais da alfabetização e 150 horas para o ensino de noções básicas de matemática.

Em se tratando dos conteúdos neste 1º segmento, sua matriz contempla a Língua Portuguesa, Matemática, Estudos da Sociedade e da Natureza, Ensino Religioso, as habilidades científicas, desenvolvimento das linguagens, mundo do trabalho, cultura, tecnologia, produção artística, atividades desportivas e corporais, área da saúde e da cidadania, dos movimentos sociais, da cultura escolar, da experiência docente, do cotidiano dos alunos. O 2º segmento, correspondente ao Ensino Fundamental, os anos finais, que atenderá pessoas que não concluíram esta etapa da

educação básica, integra sua matriz curricular Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira, juntamente com questões importantes da sociedade brasileira, como Ética, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Saúde, Trabalho, Consumo, e Tecnologia, podendo ser ofertada presencialmente ou à distância com o objetivo de fortalecer a integração da formação geral por meio do aprofundamento dos conhecimentos da alfabetização e séries iniciais com a formação profissional, carga horária total mínima será de 1.600 horas. E por fim, o 3º segmento corresponde ao Ensino Médio, presencial ou a distância, que atenderá pessoas que não concluíram a educação básica, que deverá ser planejada e organizada ofertando caminhos de formação geral básica quanto técnico-profissionalizantes, com a carga horária total mínima de 1.200 horas. Seus componentes curriculares são Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Educação Física, Arte, Matemática, Física, Biologia, Química, História, Sociologia e Filosofia.

Os sistemas de ensino do Ensino Médio para os Jovens e Adultos poderão organizar os cinco itinerários formativos integrados, que devem ser organizados por meio da oferta de diferentes estruturas curriculares sendo que até 960 horas serão destinadas à BNCC e 240 horas para o itinerário formativo escolhido (Lei n.13.415/2017, Art.4º, § 3º). Ao tratar da etapa do Ensino Fundamental, a EJA tem a preocupação em aproximar o conteúdo trabalhado na aula à realidade do discente, como também trabalhar temas sociais importantes que permitam a construção e a capacidade de analisar criticamente, desenvolvendo o raciocínio na resolução de problemas relevantes, compreendendo os fatos e os fenômenos.

De acordo com o Conselho Municipal de Educação (CME) que é um órgão colegiado integrante da Administração Direta, vinculado à Secretaria Municipal da Educação (SMED) e tem por finalidade exercer as funções normativas, deliberativas e consultivas referentes à educação, na área de competência do Município do Salvador, de acordo com o Art. 187 da Lei Orgânica do Município, ratificado pelo Art.17 da Lei Municipal nº 4.304/91, com nova redação dada ao Parágrafo único desse artigo, pela Lei nº 7.068/2006. Nesse aspecto, o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME, no uso de suas atribuições legais expressas no seu Regimento Interno, estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos - EJA, considerando:

I - o direito fundamental de todos à educação ao longo da vida;

> II - a garantia do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, aos jovens e adultos que não tiveram acesso a ele na idade própria;
> III - a identidade própria dos cursos de Educação de Jovens e Adultos - EJA, como modalidade de ensino, adequada às condições de vida e trabalho do educando, garantindo aos mesmos o acesso e a permanência na escola;
> IV - que o ensino fundamental para jovens e adultos possa associar-se aos cursos de qualificação para o mundo do trabalho e de certificação de competências para o prosseguimento dos estudos.

Ao tratar da implantação da modalidade de Educação de Jovens e Adultos no sistema municipal de ensino de Salvador, foi regulamentada pela Resolução do Conselho Municipal de Educação (CME) nº 41 de 10 dezembro de 2013, a Instrução Normativa estabelecida pela portaria nº 003 de 07 de janeiro de 2014 e a matriz curricular da portaria nº 251 de 07 de julho de 2015, em atendimento a todos os jovens que buscam essa educação, a partir de posturas afirmativas, pois entende que a mesma não deve ser comparada a um simples modelo. Seguindo em conformidade com as orientações e diretrizes nacionais organizado da seguinte forma:

> I - EJA I - integraliza os anos iniciais do ensino fundamental com duração de 2.400 horas distribuídas em três anos formativos:
> a) Tempo de Aprendizagem I - com ênfase nos processos de alfabetização e letramento, devendo ser garantida aos educandos a progressão continuada para o Tempo de Aprendizagem II, baseada em estratégias pedagógicas que garantam um atendimento diferenciado no decorrer de todo o processo educativo;
> b) Tempo de Aprendizagem II - com promoção para o Tempo de Aprendizagem III ou escolaridade equivalente;
> c) Tempo de Aprendizagem III - com promoção para a EJA II ou escolaridade equivalente.
> II - EJA II - integraliza os anos finais do Ensino Fundamental com duração de 2.000 horas distribuídas em dois anos formativos:
> a) Tempo de Aprendizagem IV - com promoção para o Tempo de Aprendizagem V ou escolaridade equivalente;
> b) Tempo de Aprendizagem V - com promoção para o Ensino Médio ou escolaridade equivalente.
> Parágrafo Único. Em nenhuma hipótese poderá haver retenção do educando no Tempo de Aprendizagem I, devendo apresentar, no entanto, a frequência mínima exigida. Todos esses itens apresentam-se em consonância com a Resolução do CME Nº 041/2013.

As áreas apontadas pelo Conselho Municipal de Educação do Município de Salvador, segue sua fundamentação de acordo com o seu Art. 7º, amparados nos princípios vigentes desta modalidade de ensino, com a seguinte estrutura:

> I - EJA I - A base nacional comum do currículo compreendida pelos componentes curriculares Língua Portuguesa, Matemática, Arte, Educação Física e Estudos da Sociedade e da Natureza - equivalentes a Geografia, História e Ciências Naturais.
> II - EJA II - A base nacional comum do currículo estruturada por áreas do conhecimento:
> a) Área I - Linguagens, que compreende os conhecimentos relativos aos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte e Educação Física.

> b) Área II - Matemática, que compreende os conhecimentos relativos ao componente curricular da Matemática.
> c) Área III - Ciências da Natureza, que compreende os conhecimentos relativos ao componente curricular das Ciências.
> d) Área IV - Ciências Humanas, que compreende os conhecimentos relativos aos componentes curriculares História e Geografia. (p. 1-2 CME, 2013).

Em atendimento a essa modalidade, apresenta no seu Art. 8º, seu currículo deve abranger temáticas estabelecidas na legislação educacional que propiciem a integração dos componentes curriculares e a interdisciplinaridade como o Estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, ministrado nas áreas de Língua Portuguesa, Arte e História; A Educação Ambiental; Música; A Economia Solidária abordando os processos de produção e as relações de trabalho; Desenvolvimento Sustentável, promovendo o debate sobre recursos naturais; Informática, contemplando o acesso às novas tecnologias da informação associada às práticas sociais.

Nos eixos norteadores do Currículo de Salvador, também são previstos na organização curricular: trabalho, cultura e ambiente, ética e cidadania, democracia e poder, direitos humanos, gênero e etnia, visando formar cidadãos com domínio dos instrumentos básicos da leitura, da escrita e do cálculo matemático para interferir e agir criticamente sobre o mundo. O processo de avaliação, segue de maneira processual e contínua, integrada a todo processo educacional, será aprovado o educando que, ao fim do ano letivo, obtiver frequência igual ou superior a 75% do total de horas obrigatórias do período letivo ou média anual igual ou superior a 5,0 (cinco) em cada componente curricular.

Em 2020, segundo a Secretária Municipal da Educação, 117 escolas municipais ofertavam aulas para o EJA I – TAP I, II e III, que fazem a equivalência do 1º ao 5º ano. Já as aulas do EJA II - TAP IV e V, que vai do 6º ao 9º ano, em 88 colégios da rede municipal de Salvador. Atualmente, a quantidade de alunos matriculados por segmento EJA I totaliza em 2589 (dois mil quinhentos e oitenta e nove) alunos e no segmento EJA II somam 3434 (três mil quatrocentos e trinta e quatro) alunos na rede, ofertada no segmento I em 327 (trezentos e vinte e sete) escolas, e no segmento II em 172 (cento e setenta e duas) escolas.

A Secretaria Municipal de Educação de Salvador tem se empenhado em oferecer diferentes oportunidades para aqueles que precisam concluir seus estudos, o município de Salvador oferta a modalidade de ensino EJA em 499 escolas distribuídas em vários pontos da cidade. Embora muitos avanços tenham sido feitos, ainda há muito trabalho

para alcançar uma educação universal e de qualidade, garantindo a matrícula e a permanência dos alunos na escola.

3 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises apresentadas e aferidas, os desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos ainda perpassam por situações outrora, onde, os mesmos lutam pelo reconhecimento como cidadãos de modo a garantir seus direitos e as oportunidades iguais, direitos estes assegurados na Constituição Federal, definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, não pode ser considerada como oferta menos importante, mas sim como um mecanismo educativo, que exige um modo próprio às especificidades dos sujeitos envolvidos.

A partir do referencial teórico foi possível conhecer melhor a EJA, a sua historicidade, as leis e diretrizes que amparam esse modelo, faz-se necessário um olhar diferenciado da governança em garantir de fato essa prática, através de políticas públicas do município que estimulem e possibilitem o avanço desse ensino educativo, pensada na formação contínua e emancipadora desses indivíduos, com profissionais que tenha formação nesse eixo, persevera ainda o problema da evasão por vários motivos, como os registrados pelos discentes nos questionamentos da pesquisa.

O objetivo proposto foi alcançado sendo possível verificar que os currículos estão sendo aplicados, contudo não estão obtendo resultados positivos, gerando evidente insatisfação, já que os docentes que se encontram na sala de aula, ainda praticam um contexto tradicional não atendendo de maneira exemplar os educandos, devido às suas singularidades, implicando na desistência do alunado por falta de estímulos, sendo outro fato culminante da desistência é em razão de recursos financeiros para manutenção de suas necessidades.

Outro ponto que chama atenção para este afastamento é o aumento simultâneo da violência no município de Salvador-Ba que implica negativamente na eficácia da aplicação dos currículos, visto a aplicação está relacionada a múltiplos fatores que favorecem a estrutura educacional como formação docente específica, segurança pública e mobilidade garantidas, assim como vulnerabilidades sociais acompanhadas de políticas sociais vigentes.

Considerando a formação dos programas da Educação de Jovens e Adultos no município de Salvador-Ba fica evidente que ainda preza por antigas formas pedagógicas, tendo em conta que os docentes efetivados no contexto escolar não possuem uma capacitação para lidar com esta modalidade de educação o que contribuiu para o aumento da evasão, mesmo com o olhar particular para a valorização cultural, do mundo do trabalho, da economia solidária, do desenvolvimento sustentável, da Informática e das questões étnico raciais, ainda há a urgência necessária em procurar estratégias a fim de superar os desafios para a efetividade dos currículos de modo a garantir uma educação de qualidade e igualitária atendendo o propósito do programa que é educar, qualificar e equalizar.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Formar Educadoras e Educadores de Jovens e Adultos In: SOARES, Leôncio (Org). Formação de Educadores de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica/ SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

APPLE, Michael. Ideologia e Currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, C. R. A Educação Popular na escola, editora vozes Petrópolis, RJ 2006, p.10.

BRASIL. Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA). Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro. Brasília: SESI/UNESCO. 1999.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Identidades juvenis e escolas. In: UNESCO – Construção Coletiva: Contribuições à EJA - 2ª Ed: Coleção Educação para Todos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2008.

DEMO, P. Avaliação qualitativa. 7.ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

FÁVERO, Osmar. Políticas Públicas de educação de Jovens e Adultos no Brasil. *In.:* SOUZA, José dos Santos & SALES, Sandra Regina (orgs). Educação de Jovens e Adultos: políticas e práticas educativas. Rio de Janeiro: NAU Editora: EDUR, 2011, pp. 29 – 48.

FREIRE, Paulo Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996

PAIVA, Jane, MACHADO, Educação de Jovens e Adultos: direito, concepções e sentidos. (tese). Niterói: UFF, 2005, 482 f. Disponível em : http://educacao3.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/2016/04/RES-CME-041-2013-EJA.pdf . Acesso em: 06 ago 2024.

VELAME, Iris et all. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: propostas positivas e práticas negativas encontradas nos currículos do município de Salvador. UCSAL, 2023.

O TRABALHO INVISIBILIZADO E AS IMAGENS FABRICADAS: AMAS DE LEITE E MULHERES NEGRAS NA SALVADOR DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Giovana de Lima Ferreira

Alessandra Carvalho Cruz

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as permanências do período escravista nas relações de trabalho e representação social das mulheres negras em Salvador, no pós-abolição, com foco específico no ofício das amas de leite e trabalhadoras domésticas. Através do exame de documentos históricos, como regulamentos da Santa Casa de Misericórdia, anúncios de jornais baianos e registros fotográficos, evidenciou-se como, mesmo após o fim formal da escravidão, as mulheres negras seguiram submetidas a condições de exploração, subalternidade e violência. Os jornais de Salvador, como o *Diário da Bahia* e *A Tarde*, revelaram, através de anúncios e reportagens, o quanto o trabalho doméstico — em especial o de amas de leite — seguia sendo uma alternativa de sobrevivência para essas mulheres, ainda que marcado por jornadas exaustivas, baixos salários e frequentes episódios de abuso físico e sexual. Nos anúncios, as exigências sobre as amas e domésticas explicitavam o controle sobre seus corpos, hábitos e moralidade, exigências que reproduziam práticas coloniais e racistas, mesmo no contexto republicano. Complementarmente, a análise de registros fotográficos, em especial os cartões postais produzidos por Rodolpho Lindemann, demonstrou como a imagem das mulheres negras foi capturada, comercializada e manipulada para reforçar estereótipos folclóricos e exóticos, ocultando a realidade de exploração e apagando suas identidades individuais. As fotografias, ao mesmo tempo em que materializavam a presença dessas mulheres, negavam-lhes humanidade, reduzindo-as a símbolos do atraso e da servidão. Portanto, este estudo demonstrou que o fim da escravidão não significou, na prática, o rompimento com as estruturas de exploração, racismo e desigualdade herdadas do período imperial.

Palavras-chave: Amas de leite. Mulheres negras. Trabalho doméstico. Pós-abolição. Salvador.

1 INTRODUÇÃO

A história social brasileira é marcada por processos de exclusão, exploração e silenciamento de determinados grupos sociais, especialmente das mulheres negras e pobres. Desde o período colonial, esses grupos foram submetidos a condições de vulnerabilidade extrema, tendo seus corpos explorados e seus trabalhos desvalorizados. A Primeira República (1889–1930), embora promovesse discursos de modernização e progresso, não representou uma ruptura efetiva com as estruturas de desigualdade e opressão herdadas do passado escravista para grande parte da população marginalizada.

No contexto da cidade de Salvador, capital da Bahia, tais contradições tornam-se particularmente evidentes. Enquanto as elites locais projetavam uma imagem de civilidade e desenvolvimento, as práticas de exploração e desumanização continuavam a ser direcionadas às mulheres negras e pobres. O foco deste trabalho está no ofício das **amas de leite** e **trabalhadoras domésticas**, mulheres historicamente vinculadas ao cuidado e à amamentação de filhos alheios, que simbolizavam a permanência de relações de trabalho herdadas do período escravocrata.

Este trabalho tem como **objetivo** investigar a realidade social dessas mulheres em Salvador, entre os anos de **1914 e 1916**, período que evidencia a permanência de práticas coloniais no pós-abolição. Para isso, a **metodologia** utilizada consistiu na análise de diferentes fontes primárias. Serão examinados: **anúncios e notícias veiculadas em jornais baianos** da época, como o *Diário da Bahia* e *A Tarde*; **documentos da Santa Casa de Misericórdia de Salvador**, incluindo regulamentos e registros de pagamento; e **cartões postais**, com destaque para as imagens produzidas por **Rodolpho Lindemann**.

Ao analisar criticamente essas representações e as relações sociais em que as mulheres negras estavam inseridas, a pesquisa busca contribuir para o debate sobre a continuidade das práticas de exploração no período republicano, lançando luz sobre as **dinâmicas de exploração, desigualdade e resistência**. Assim, pretende-se compreender as contradições sociais e raciais que marcaram a cidade de Salvador no início do século XX, evidenciando a centralidade do trabalho feminino negro na sustentação das dinâmicas sociais e econômicas da época.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A análise do período pós-abolição em Salvador demonstra que as transformações políticas e institucionais, como a instauração da República, não significaram uma ruptura com as estruturas de desigualdade e opressão herdadas do regime escravista. A permanência de práticas coloniais manifestou-se de forma acentuada nas relações de trabalho e nas representações sociais impostas às mulheres negras, cujos corpos e trabalhos continuaram sendo explorados e subalternizados.

2.1 PAPEL SOCIAL E A LUTA POR CIVILIDADE: A CONDIÇÃO DAS MULHERES

NEGRAS E A MODERNIZAÇÃO EM SALVADOR

Para a compreensão da condição das mulheres negras em Salvador no início do século XX, é fundamental retomar os antecedentes históricos, visto que as configurações sociais estabelecidas em contextos anteriores perpetuam legados e práticas culturais. Durante o sistema escravista, o corpo da mulher negra era explorado triplamente: pela força de trabalho (como cozinheiras, lavadeiras, babás e amas de leite); pela capacidade reprodutiva, negando-se a maternidade dessas mulheres em favor do lucro do proprietário; e como objeto de prazer, configurando violência de gênero e raça.

Importa ressaltar que os valores de feminilidade, pureza e castidade atribuídos às mulheres brancas eram negados às mulheres negras, às quais era reservado o espaço da servidão e da exploração. Tais práticas e representações foram ressignificadas, mas prolongaram-se no período republicano, direcionando as mulheres negras, desde cedo, ao trabalho doméstico e ao cuidado de crianças.

Paralelamente, a cidade de Salvador, buscando afastar os traços coloniais e projetar uma imagem de modernidade e civilidade inspirada em modelos europeus, promoveu reformas urbanas. Contudo, esse projeto, carregado de bases ideológicas e morais, tinha como objetivo higienizar o espaço público e reorganizar a família e os costumes. Dentro desses ideais de modernidade, não havia espaço para a presença pública das mulheres negras e pobres. Elas eram frequentemente apontadas como símbolo do atraso da cidade, associadas às "chagas do passado colonial", vistas como um obstáculo à "marcha do progresso e da civilização".

A repressão materializou-se em regulamentações que restringiam o trabalho das mulheres negras e pobres, especialmente no comércio de rua — onde eram conhecidas como "mulheres do saião" — através de exigências como a autorização do marido ou a proibição de formas tradicionais de comercialização. O discurso sanitário, inclusive, associava as mulheres negras e os alimentos comercializados por elas ao risco à saúde pública. Assim, o trabalho feminino negro e suas práticas culturais eram sistematicamente excluídos dos ideais de modernidade.

2.2 AMAMENTAÇÃO E SUBALTERNIDADE: O TRABALHO DAS AMAS DE LEITE NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SALVADOR (PÓS-ABOLIÇÃO)

A continuidade das práticas herdadas do período colonial é particularmente evidente na institucionalização do trabalho das amas de leite na Santa Casa de Misericórdia de Salvador. Essa instituição, que administrava o Hospital da Caridade e o acolhimento de crianças abandonadas (os "expostos"), tornou-se fundamental para suprir as necessidades da população negra, pobre e recém-liberta, que enfrentava dificuldades de moradia e elevadas taxas de mortalidade.

O Regulamento do Asylo, datado de março de 1863, formalizou o trabalho das amas de leite, que podiam ser amas internas (morando na instituição) ou amas externas (residindo na cidade). As exigências para a admissão incluíam a apresentação de certificado de boa saúde e boa qualidade do leite.

A análise dos registros de pagamento da Santa Casa, datados dos primeiros anos do pós-abolição (a partir de 1901), comprova a permanência e a formalização desse trabalho. Nesses documentos, as mulheres, em sua maioria negras e pobres, eram frequentemente identificadas apenas pelo primeiro nome (como Tuledória, Anthonia, Camilla, Milervina, Paulina e Otavia, em setembro de 1901). Esse fato é um indício da limitação do registro civil e da vulnerabilidade social em que estavam inseridas.

O exercício da função de ama de leite pressupunha que a mulher estivesse em período de lactação. Muitas dessas mulheres, ao assumirem o trabalho na Santa Casa, precisaram interromper o aleitamento dos próprios filhos, reproduzindo, agora sob a lógica do trabalho assalariado, uma prática historicamente imposta durante o regime escravista. As fontes revelam que essas mulheres vendiam não apenas sua força de trabalho, mas também o alimento e o cuidado necessários à sobrevivência das crianças acolhidas, enquanto lhes era cerceado o direito à maternidade plena.

2.3 PROCURA-SE, PARA CUIDAR, LAVAR E COZINHAR: ANÚNCIOS DE JORNAIS E A REALIDADE DA EXPLORAÇÃO DOMÉSTICA EM SALVADOR (1914–1916)

A imprensa baiana, através de jornais como *Diário da Bahia* e *A Tarde*, desempenhou um papel central, veiculando discursos que reforçavam a subalternização da população negra, cuja presença era marcante nos classificados de emprego. O trabalho doméstico absorvia um grande contingente de mulheres negras e

pobres, mas as condições eram precárias, com jornadas de trabalho que duravam de 15 a 18 horas, quase ininterruptas.

Os anúncios publicados entre 1914 e 1916 revelam as exigências impostas e a realidade da exploração:

1. Exploração Múltipla: Havia uma intensa demanda por amas de leite que exercessem "dupla função", associando o aleitamento ao serviço doméstico geral. Um anúncio no *Diário da Bahia* de 05/03/1916, por exemplo, solicitava uma ama "para cosinha e que durma no aluguel".

2. Controle e Violência: Muitas trabalhadoras residiam no local de trabalho (o que era visto como uma "alternativa temporária de sobrevivência" diante da falta de moradia), mas esse ambiente era um espaço frequente de violência. Episódios de agressão física por parte dos patrões eram noticiados, assim como o abuso sexual, que resultava em gravidezes indesejadas e situações-limite (como o caso de Josepha Maria de Jesus, uma adolescente de 14 anos ameaçada pelo patrão).

3. Vigilância Moral: Havia um controle acirrado sobre o comportamento, sexualidade e mobilidade das amas, com o objetivo de evitar que "por maus hábitos, viessem a contaminar as crianças". O discurso médico-sanitário intensificou o controle sobre o "aleitamento mercenário".

4. Discriminação Racial Explícita: Os anúncios revelavam critérios discriminatórios, como a clara preferência por mulheres jovens, "asseadas", de "bons costumes". Em um anúncio específico encontrado no jornal *A Tarde* (26/01/1915), chamou atenção a exigência de que a ama deveria ser "de cor clara", além de dormir no emprego. Essa exigência demonstra a valorização da branquitude e a continuidade dos padrões discriminatórios herdados do escravismo, mesmo no contexto republicano.

5. Subcategorias: A busca por mulheres para o cuidado infantil também se estendia às "amas secas", aquelas que cuidavam de crianças desmamadas e desempenhavam todas as atividades domésticas, reafirmando o papel subalterno imposto às mulheres negras no mercado de trabalho.

2.4 IMAGENS MODELADAS: A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NOS CARTÕES POSTAIS DE SALVADOR

Além dos jornais, a fotografia consolidou-se como um instrumento crucial na construção e no reforço das hierarquias sociais e raciais em Salvador. O corpo da mulher negra foi um dos principais alvos dessa produção imagética, sendo frequentemente retratado como símbolo de um Brasil que explorava essas mulheres no campo simbólico.

Dentre os fotógrafos, destaca-se Rodolpho Lindemann e sua série *Cliché R. Lindemann* (1909), que retratava pessoas negras em trajes folclóricos. Essas imagens eram comercializadas em cartões postais, transformando os corpos negros em objetos de curiosidade e entretenimento. A representação criava uma imagem romantizada e falseada, que "sugeriam uma continuação do passado, fixando as pessoas negras em um imaginário folclórico e exótico", ocultando a exploração e a violência cotidiana.

No retrato das amas de leite, a manipulação imagética é ainda mais explícita:

• Apagamento Simbólico: Em diversas fotografias, o rosto das amas de leite é propositalmente apagado ou ocultado. Como notado por Stanik (2009), essa prática tinha o efeito estético de apagar a face, colocando a ama apenas como um acessório para cuidar das crianças, sem direito a uma representação digna.

• Contradição: O retrato da ama de leite sem face é um artefato que materializa as contradições da sociedade: a ambiguidade da proximidade física e afetiva entre a ama e o bebê, e a distância socioeconômica entre eles, fruto de relações sociais desiguais.

As imagens de Lindemann, ao mesmo tempo em que materializavam a presença dessas mulheres, negavam-lhes humanidade, reforçando a invisibilidade e o silenciamento das violências e das marcas profundas do racismo estrutural na sociedade baiana.

3 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida cumpriu seu objetivo de analisar as permanências do período escravista nas relações de trabalho e na representação social das mulheres negras em Salvador no pós-abolição, com foco nas amas de leite e trabalhadoras

domésticas. Evidenciou-se que, apesar do fim formal da escravidão e da instauração da República, as estruturas sociais, a exploração e as desigualdades herdadas do passado colonial permaneceram em grande medida. A análise de documentos institucionais, como os regulamentos da Santa Casa de Misericórdia, e dos anúncios em jornais baianos (*Diário da Bahia* e *A Tarde*), comprovou que as mulheres negras seguiam submetidas a condições de subalternidade, enfrentando jornadas exaustivas, baixos salários, e frequentes episódios de violência física e sexual. As exigências sobre os corpos, hábitos e moralidade dessas trabalhadoras, incluindo a clara preferência por amas "de cor clara", demonstravam a reprodução de práticas coloniais e racistas no contexto republicano. Complementarmente, a análise dos registros fotográficos, como os cartões postais de Rodolpho Lindemann, revelou que a imagem da mulher negra era capturada e manipulada para reforçar estereótipos folclóricos e exóticos, ocultando a dura realidade da exploração. O apagamento proposital do rosto das amas em algumas imagens simbolizava a negação de sua individualidade e humanidade, reduzindo-as a acessórios para o cuidado das crianças e símbolos de servidão. Portanto, este estudo demonstra que a abolição da escravidão não rompeu, na prática, com as estruturas de exploração, racismo e desigualdade herdadas do período imperial.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, Cibele. Imagens afro-atlânticas: usos e circuitos transnacionais da fotografia de populações negras nos tempos do colonialismo. Tempo (Niterói), Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 530–560, set.–dez. 2021.

COSTA FARIA, Joaquim José da. Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia. Salvador: Tipografia Beneditina, 1925.

COSTA, Paulo Segundo da. Ações Sociais da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. 2ª ed. Salvador: Editora Contexto & Arte Editorial LTDA, 2010.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937). Revista Afro-Ásia, Salvador, n. 21/22, p. 239-256, 1998/1999.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. DESAFRICANIZAR AS RUAS: ELITES LETRADAS, MULHERES POBRES E CULTURA POPULAR EM SALVADOR (1890-1937). 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. A Bahia civiliza-se...: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador, 1912-1916. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900/1950. 1998. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

SANTOS, Isis Freitas dos. Crioulas da Bahia: representações de mulheres negras em cartões postais de Lindemann (1880-1920). 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: [Endereço de acesso]. Acesso em: 20/06/2025.

SOJOURNER TRUTH. E não sou uma mulher? Discurso proferido em 1851, na Convenção pelos Direitos das Mulheres, Akron, Ohio. Tradução: Osmundo Pinho. Disponível em: [Site Geledés]. Acesso em: 08/01/2014.

STANCIK, Marco Antonio. A ama-de-leite e o bebê: reflexões em torno do apagamento de uma face. História, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 55-90, 2009.

VIANNA, Marisa. Vou para Bahia. Salvador: Bigraf, 2004.

EDUCAÇÃO CLIMÁTICA NO BRASIL: PRÁTICAS, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL

Romero de Albuquerque Maranhão [1]

RESUMO

A educação climática emerge como um pilar fundamental no enfrentamento da crise ambiental global. Este artigo analisa as práticas, experiências e desafios inerentes à implementação da educação climática no contexto brasileiro. Aborda a relevância do tema, as políticas públicas vigentes, as iniciativas de organizações e instituições em diversos níveis educacionais, incluindo o papel crucial das universidades, à luz de referenciais teóricos da educação ambiental e da sustentabilidade. Discute ainda os principais obstáculos, como a desigualdade social, a efetividade da implementação das políticas, o combate ao negacionismo e a integração curricular. Conclui-se que a educação climática é um processo contínuo e transformador, essencial para a construção de uma sociedade mais resiliente e engajada com a sustentabilidade.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Cidadania. Mudanças Climáticas. Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas representam um dos mais prementes e complexos desafios da contemporaneidade, com impactos socioeconômicos e ambientais de escala global. No Brasil, país de grande diversidade e particularmente vulnerável a eventos climáticos extremos, a Educação Climática posiciona-se como uma estratégia indispensável para fomentar a conscientização, o engajamento e a ação em prol da sustentabilidade e da resiliência (IPCC, 2023). A urgência imposta pela era do Antropoceno (Crutzen; Stoermer, 2000), onde a atividade humana se tornou uma força geológica dominante, demanda uma reorientação profunda de nossa relação com o planeta.

A educação climática transcende a mera transmissão de conhecimentos científicos sobre o clima; ela envolve o desenvolvimento de valores sociais, habilidades, atitudes e competências que capacitam indivíduos e coletividades a compreenderem as interconexões entre os sistemas naturais e sociais, a identificarem as causas e consequências da crise climática e a atuarem de forma transformadora. Busca-se, portanto, a formação de cidadãos aptos a participarem ativamente da construção de um futuro mais equitativo e sustentável, em consonância com a perspectiva de uma

[1] Pós Doutor pelo PPGTAS, UCSAL, romeroalbuquerque@bol.com.br

educação ambiental crítica e transformadora (Maranhão; Marchi, 2025), que, segundo Paulo Freire (1996), não se limita à neutralidade, mas se engaja na formação para a autonomia e a intervenção social.

Este artigo tem como objetivo analisar o cenário da educação climática no Brasil, explorando suas práticas e experiências consolidadas em diferentes níveis educacionais, com especial atenção ao papel das universidades, bem como os desafios persistentes que permeiam sua plena implementação. A discussão abordará as bases legais e políticas, as iniciativas de destaque e os projetos inovadores que ilustram o potencial da educação como ferramenta de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, buscando dialogar com as perspectivas teóricas da educação ambiental e da sustentabilidade.

2 METODOLOGIA

Este artigo foi elaborado com base em uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório e descritivo (Gil, 2008). A coleta de dados foi realizada por meio de consulta a fontes primárias e secundárias, abrangendo a legislação pertinente, documentos oficiais de órgãos governamentais, relatórios de organizações não governamentais (ONGs), periódicos científicos e materiais divulgados por instituições de ensino e pesquisa na Internet.

A estratégia de pesquisa incluiu:

- **Levantamento documental**: Análise de leis federais, como a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e suas atualizações recentes, bem como documentos e planos de ação relacionados à educação e mudanças climáticas no Brasil.
- **Revisão bibliográfica**: Busca por artigos científicos, livros e teses que abordassem os conceitos de educação climática, educação ambiental crítica, sustentabilidade e o papel da educação na sociedade. Priorizou-se a literatura que fundamenta teoricamente a compreensão da crise climática e as abordagens pedagógicas para seu enfrentamento.
- **Análise de experiências e iniciativas**: Levantamento de projetos e programas de educação climática desenvolvidos em diferentes níveis (educação básica, ensino superior) e por diversas instituições (universidades, ONGs, centros de

pesquisa), com foco na identificação de práticas, metodologias e resultados relevantes. Para isso, foram consultados sites institucionais, notícias e reportagens de veículos de comunicação confiáveis.

Os dados coletados foram analisados de forma qualitativa, buscando identificar padrões, tendências, convergências e lacunas nas práticas e políticas de educação climática no Brasil. A análise crítica permitiu contextualizar as experiências brasileiras dentro do cenário global das mudanças climáticas e das perspectivas teóricas da educação ambiental.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS PROPULSORAS DA EDUCAÇÃO CLIMÁTICA

A estrutura legal brasileira tem progressivamente incorporado a temática ambiental e climática. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), estabelecida pela Lei nº 9.795/1999, constitui o marco regulatório fundamental. Recentemente, a Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024, alterou a PNEA para assegurar a atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da educação ambiental. Esta atualização reforça a necessidade de transversalidade da educação climática em todos os níveis e modalidades do ensino, incluindo o ensino superior (Brasil, 1999; Brasil, 2024; Senado Federal, 2024).

Essas políticas dialogam com a visão de uma educação ambiental abrangente, como proposto por Genebaldo Freire Dias (2004), que não se restringe à sala de aula, mas se estende a todos os espaços sociais, fomentando a conscientização e a mudança de hábitos (Maranhão; Marchi, 2025).

Paralelamente às normativas legais, diversas instituições e organizações têm desenvolvido iniciativas estratégicas:

- ✓ A Coalizão Brasileira pela Educação Climática (CBEC), articulada pelo The Climate Reality Project Brasil, congrega mais de 70 organizações e indivíduos. Seu propósito é promover a educação sobre mudanças climáticas, visando sensibilizar a população e fortalecer a capacidade do país em lidar com as questões climáticas (The Climate Reality Project Brasil, [s.d.]a).

- ✓ O Cemaden Educação, programa do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), desenvolve projetos inovadores com estudantes em áreas de risco. Por meio da educação, o Cemaden busca fortalecer a resiliência comunitária, combater o negacionismo científico e promover a adaptação às mudanças climáticas, com a produção de materiais didáticos e mapas interativos (Cemaden Educação, [s.d.]).
- ✓ Organizações como o UNICEF e o Instituto Alana têm disponibilizado materiais e guias de apoio didático para escolas, com o intuito de reconectar crianças e adolescentes com a natureza e fomentar práticas que promovam o vínculo com o meio ambiente e a capacidade de adaptação à crise climática (Unicef; Instituto Alana, [s.d.]).

A existência de tais arcabouços legais e o dinamismo das iniciativas da sociedade civil e de instituições de pesquisa evidenciam um avanço na compreensão da educação climática como imperativo nacional.

4 EDUCAÇÃO CLIMÁTICA NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

As universidades brasileiras desempenham um papel multifacetado e crucial na educação climática, atuando como polos de ensino, pesquisa, extensão e laboratórios de gestão sustentável. Sua relevância reside na capacidade de produzir e disseminar conhecimento, formar profissionais capacitados e engajar a sociedade no enfrentamento das mudanças climáticas.

4.1 INCLUSÃO CURRICULAR E DISCIPLINAS ESPECÍFICAS

Com a recente alteração da PNEA pela Lei nº 14.926/2024, a atenção às mudanças do clima e à biodiversidade passa a ser uma diretriz explícita também para o ensino superior (BRASIL, 2024). Isso impulsiona as instituições a revisarem e adaptarem seus projetos pedagógicos. Muitas universidades já oferecem disciplinas específicas sobre mudanças climáticas, sustentabilidade, energias renováveis, gestão ambiental e direito ambiental. A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), por exemplo, está desenvolvendo uma disciplina inovadora sobre emergência climática com uma abordagem pautada pelos direitos humanos, desenhada para ser acessível a

estudantes de diversas áreas do conhecimento (Unicamp, 2025). Além disso, há um crescente debate sobre a necessidade de integrar conteúdos sobre mudanças climáticas e energia sustentável de forma transversal em todos os cursos, indo além das áreas tradicionalmente ligadas ao meio ambiente (Nexo Jornal, 2024). Essa abordagem transversal é fundamental para promover o pensamento complexo, defendido por Edgar Morin (2000), que preconiza a interconexão dos saberes para a compreensão de problemas globais como as mudanças climáticas.

4.2 PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão universitária é um pilar fundamental para a disseminação do conhecimento sobre as mudanças climáticas na sociedade, articulando ensino e pesquisa com a comunidade (De Oliveira; Zezzo; Coltri, 2023).

- O projeto **"Entrando no Clima"** da UNICAMP é um exemplo de iniciativa que busca a alfabetização em climatologia e mudanças climáticas por meio de uma pedagogia crítica e atividades lúdicas, incluindo visitas a estações meteorológicas (De Oliveira; Zezzo; Coltri, 2023).
- A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) criou o primeiro **Centro de Formação em Educação Climática de Minas Gerais**, uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Sediado no campus de Monte Carmelo, o centro promove atividades e trilhas ecológicas interpretativas com a participação de estudantes e docentes, incentivando o engajamento da comunidade e crianças no enfrentamento às mudanças climáticas (UFU, 2025a; UFU, 2025b).
- O **Projeto Educom & Clima** da Universidade de São Paulo (USP) foca na educomunicação para práticas de educação ambiental climática. Ele visa a criação de materiais paradidáticos que abordam temas relevantes, como racismo ambiental, e a produção de documentários científicos para engajar a comunidade (USP, 2025).
- Universidades como a Universidade Federal Fluminense (UFF) realizam **Semanas do Meio Ambiente** e outros eventos abertos ao público, com palestras, workshops e ações práticas (ex.: limpeza de praias), para discutir desafios ambientais contemporâneos (UFF, 2025).

Esses projetos materializam o conceito de ecopedagogia, que, segundo Gadotti (2000), propõe uma pedagogia da Terra, baseada na sustentabilidade e na responsabilidade socioambiental, ligando a teoria à prática transformadora.

4.3 PESQUISA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

As universidades são centros vitais de pesquisa sobre as mudanças climáticas. Elas desenvolvem estudos aprofundados sobre impactos, vulnerabilidades, estratégias de adaptação e mitigação, energias renováveis, modelagem climática e soluções baseadas na natureza. A produção científica universitária é crucial para subsidiar políticas públicas e inovações tecnológicas, sendo essencial para um futuro sustentável (Une, 2023). Há um estímulo à pesquisa interdisciplinar e aplicada, com o desenvolvimento de metodologias e indicadores para desempenho energético e monitoramento de emissões de carbono, visando fortalecer a resposta acadêmica à emergência climática (Nexo Jornal, 2024). Essa dimensão reflete a necessidade de uma ciência engajada, como discutido por Bruno Latour (2004), que compreende a interdependência entre os fatos científicos e os valores sociais na construção de soluções para crises complexas.

4.4 GESTÃO SUSTENTÁVEL DE CAMPI (GREEN CAMPI)

Muitas universidades têm adotado políticas de gestão ambiental em seus próprios campi, buscando reduzir sua pegada de carbono e servir como modelos de sustentabilidade. Essas iniciativas incluem a implementação de medidas de eficiência energética, investimento em energias renováveis, gestão integrada de água e resíduos, e programas de incentivo à participação de estudantes e funcionários em ações sustentáveis. Um exemplo é o Green Office da Universidade de Passo Fundo (UPF), que coordena projetos como o "Vai de Bike", incentivando o uso de bicicletas e contribuindo para a redução de emissões de CO2 (UPF, [s.d.]). Tais práticas demonstram o compromisso institucional com a sustentabilidade e a educação pelo exemplo.

5 PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS GERAIS NO BRASIL

Além das universidades, a educação climática ganha vida através de projetos diversos e inspiradores que demonstram seu impacto positivo em outros níveis de ensino e contextos comunitários:

- **Hortas Escolares:** A implementação de hortas em ambientes escolares tem se consolidado como uma ferramenta pedagógica multifacetada. Além de fomentar práticas agrícolas sustentáveis, as hortas servem como laboratórios vivos para ensinar sobre ciclos naturais, segurança alimentar e consumo consciente (Lunetas, 2021).
- **Protagonismo Jovem e Ação Comunitária:** Muitos projetos demonstram o potencial transformador do engajamento estudantil. Um caso é o projeto "Miguel Verde" do Colégio Estadual Miguel Couto, em Cabo Frio (RJ). Alunos desenvolveram ações como a criação de jardins de restinga, sementeiras para germinação de plantas nativas, viveiro e composteira com resíduos orgânicos, transformando o ambiente escolar em um espaço de aprendizagem e prática ambiental (CRIATIVOS DA ESCOLA, [s.d.]).
- **Gestão de Resíduos e Consumo Consciente:** Escolas e comunidades implementam programas de coleta seletiva de resíduos como óleo de cozinha, pilhas e eletrônicos, promovendo a conscientização sobre o descarte adequado e a importância da redução, reutilização e reciclagem.
- **Educação em Áreas de Risco:** As iniciativas do Cemaden Educação ilustram a capacidade da educação de ser um fator crítico na prevenção de desastres. Por meio da capacitação de comunidades vulneráveis, fomenta-se a identificação de riscos e a adoção de medidas preventivas, construindo resiliência local (Cemaden Educação, [s.d.]).
- **Microprojetos Sustentáveis:** O programa de microprojetos do The Climate Reality Project Brasil demonstra como ações de pequeno porte, como a criação de hortas comunitárias, minhocários e oficinas de artesanato com materiais reciclados, podem gerar impacto significativo e promover a sustentabilidade em nível local (The Climate Reality Project Brasil, [s.d.]b).

Essas experiências evidenciam a diversidade de abordagens e o potencial de replicação de modelos que aliam o conhecimento teórico à prática transformadora, engajando diferentes atores sociais.

6 DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO CLIMÁTICA NO BRASIL

Apesar dos avanços notáveis e das práticas bem-sucedidas em diversos níveis educacionais, a efetivação da educação climática no Brasil ainda enfrenta desafios complexos que necessitam de atenção e estratégias contínuas:

- **Vulnerabilidade e Desigualdade Social:** As comunidades mais vulneráveis são as primeiras a serem afetadas pelos impactos das mudanças climáticas (IPCC, 2023). A educação climática deve ser acessível e contextualizada para essas populações, abordando as profundas desigualdades socioeconômicas que exacerbam os riscos e garantindo que as soluções sejam inclusivas, reforçando a dimensão política e social da educação ambiental (Freire, 1996).
- **Efetividade da Implementação das Políticas:** A existência de leis e diretrizes não garante sua plena execução. Há uma necessidade premente de maior investimento em recursos humanos (formação continuada de professores e docentes universitários), financeiros e de infraestrutura para que a educação climática seja capilarizada por todas as escolas e comunidades, incluindo o ensino superior, de forma qualificada.
- **Combate ao Negacionismo Científico:** O negacionismo em relação à ciência climática e à urgência das mudanças climáticas ainda representa uma barreira significativa. A educação é crucial para disseminar informações baseadas em evidências científicas, promover o pensamento crítico e desconstruir narrativas desinformadoras, um papel fundamental para a ciência na sociedade contemporânea (Latour, 2004).
- **Integração Curricular Transversal:** A inserção da temática climática de forma transversal e interdisciplinar nos currículos, desde a educação básica até o ensino superior, é um desafio pedagógico. Requer a capacitação de educadores e o desenvolvimento de materiais didáticos que permitam abordar o tema de maneira contextualizada e engajadora, superando a fragmentação do conhecimento e promovendo uma visão sistêmica (Morin, 2000).
- **Engajamento Amplo da Sociedade:** Embora a conscientização esteja em ascensão, é fundamental ampliar o engajamento de todos os setores da sociedade – governo, setor privado, terceiro setor e cidadãos – para que a educação climática se torne uma prioridade nacional e um motor de transformação contínuo, demandando uma responsabilidade coletiva como

enfatizado por **Anthony Giddens** (2009) em suas discussões sobre a política das mudanças climáticas.

7 CONCLUSÃO

A educação climática no Brasil transcende uma simples disciplina; ela se configura como um processo indispensável para a construção de uma sociedade mais consciente, resiliente e engajada com os princípios da sustentabilidade. As políticas públicas, como a atualização da PNEA, fornecem o arcabouço legal, enquanto as inúmeras iniciativas de organizações e projetos exemplares em escolas, comunidades e, notadamente, nas universidades, demonstram o potencial transformador da educação.

As instituições de ensino superior, em particular, emergem como atores estratégicos, não apenas na formação de profissionais e na produção de pesquisa de ponta, mas também na extensão do conhecimento à sociedade e na gestão sustentável de seus próprios ambientes. Contudo, os desafios persistem, exigindo esforços contínuos e articulados para superar as barreiras da desigualdade social, da efetividade da implementação, do negacionismo e da integração curricular em todos os níveis de ensino, sempre sob a ótica de uma educação que liberta e transforma, como idealizado por Freire.

A educação climática, ao empoderar indivíduos com conhecimentos e habilidades para ação, é uma via fundamental para mitigar os impactos das mudanças climáticas e construir um futuro mais justo e equitativo para as próximas gerações. É um investimento estratégico para a sustentabilidade do planeta e o bem-estar da humanidade, alinhado aos princípios da ecopedagogia e do pensamento complexo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão aos integrantes do grupo de pesquisa GAMDES (Gestão Ambiental e Desenvolvimento de Empreendimentos Sociais) vinculado ao Programa de Pós-Graduação Território, Ambiente e Sociedade (PPGTAS) da UCSAL (Universidade Católica de Salvador) pelas valiosas discussões teóricas e metodológicas. Sem a colaboração de todos os participantes, esta pesquisa não seria tão rica e frutífera.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jul. 2024. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2014.926-2024&OpenDocument. Acesso em: 29 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm. Acesso em: 29 maio 2025.

CEMADEN EDUCAÇÃO. **Projetos**. São José dos Campos, [s.d.]. Disponível em: https://educacao.cemaden.gov.br/projeto/. Acesso em: 29 maio 2025.

CRIATIVOS DA ESCOLA. **Miguel Verde**. [s.d.]. Disponível em: https://criativosdaescola.com.br/historias/banco-de-projetos/projeto/?code=9424. Acesso em: 29 maio 2025.

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The “Anthropocene”. **Global Change Newsletter**, n. 41, p. 17-18, 2000.

DE OLIVEIRA, J. P.; ZEZzo, L. V.; COLTRI, P. P. Projeto de extensão Entrando no Clima: Pedagogia crítica para a alfabetização em climatologia e mudanças climáticas. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 14, n. 2, p. 99-112, 2023. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/download/13065/8913/. Acesso em: 29 maio 2025.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Editora e Livraria Cortez, 2000.

GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

IPCC. **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva, Switzerland, 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/. Acesso em: 29 maio 2025.

LATOUR, B. Why has critique run out of steam? From matters of fact to matters of concern. **Critical Inquiry**, v. 30, n. 2, p. 225-248, 2004.

LUNETAS. **13 projetos sobre meio ambiente criados por crianças e jovens**. 3 nov. 2021. Disponível em: https://lunetas.com.br/projetos-meio-ambiente-criancas-jovens/. Acesso em: 29 maio 2025.

MARANHÃO, R. A.; MARCHI, C. M. D. F. Cidadania e a sua importância para o correto manejo dos resíduos sólidos urbanos no contexto das mudanças climáticas. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 7, p. 01–18, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n7-092.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NEXO JORNAL. **Emergência climática e a universidade: o que é possível fazer nos próximos 5 anos**. Publicado em: 24 set. 2024. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2024/09/24/emergencia-climatica-e-a-universidade-o-que-e-possivel-fazer-nos-proximos-5-anos. Acesso em: 29 maio 2025.

SENADO FEDERAL. **Lei inclui mudança climática e biodiversidade na educação ambiental**. 18 jul. 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/07/18/lei-inclui-mudanca-climatica-e-biodiversidade-na-educacao-ambiental. Acesso em: 29 maio 2025.

THE CLIMATE REALITY PROJECT BRASIL. **Educação Climática**. [s.d.]a. Disponível em: https://www.climaterealityproject.org.br/about-5. Acesso em: 29 maio 2025.

THE CLIMATE REALITY PROJECT BRASIL. **Microprojetos - Turmas 1 a 12**. [s.d.]b. Disponível em: https://www.climaterealityproject.org.br/jornas-pelo-clima-microprojetos. Acesso em: 29 maio 2025.

UFF. **UFF realiza a 1ª Semana do Meio Ambiente no campus da Praia Vermelha**. 27 maio 2025. Disponível em: https://www.uff.br/27-05-2025/uff-realiza-a-1a-semana-do-meio-ambiente-no-campus-da-praia-vermelha/. Acesso em: 29 maio 2025.

UFU. **Aprovado em iniciativa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, UFU cria o primeiro Centro de Formação em Educação Climática de Minas Gerais**. 19 fev. 2025a. Disponível em: https://comunica.ufu.br/noticias/2025/02/aprovado-em-iniciativa-do-ministerio-do-meio-ambiente-e-mudanca-do-clima-ufu-cria. Acesso em: 29 maio 2025.

UFU. **Centro de Formação em Educação Climática promove atividades e trilhas ecológicas interpretativas**. 6 maio 2025b. Disponível em: https://comunica.ufu.br/noticias/2025/05/centro-de-formacao-em-educacao-climatica-promove-atividades-e-trilhas-ecologicas. Acesso em: 29 maio 2025.

UNE. **Artigo: A importância das universidades nas mudanças climáticas**. 16 mar. 2023. Disponível em: https://www.une.org.br/noticias/artigo-a-importancia-das-universidades-nas-mudancas-climaticas. Acesso em: 29 maio 2025.

UNICAMP. **Parceria entre Faculdade de Engenharia Mecânica e Cameja oferece disciplina inovadora sobre emergência climática**. 26 maio 2025. Disponível em: https://unicamp.br/noticias/2025/05/26/parceria-entre-faculdade-de-engenharia-mecanica-e-cameja-oferece-curso-inovador-sobre-emergencia-climatica/. Acesso em: 29 maio 2025.

UNICEF BRASIL; INSTITUTO ALANA. **Guia para a participação de estudantes no enfrentamento da crise climática**. [s.d.]. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/32416/file/Guia%20Entre%20no%20Clima_UNICEF%20_A4_v4.pdf.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

UPF. **Projetos desenvolvidos na UPF incentivam ações de sustentabilidade**. [s.d.]. Disponível em: https://www.upf.br/greenoffice/noticia/projetos-desenvolvidos-na-upf-incentivam-acoes-de-sustentabilidade. Acesso em: 29 maio 2025.

USP. **Projeto Educom & Clima é destaque no portal da ABPEducom**. 4 fev. 2025. Disponível em: https://sites.usp.br/educomeclima/projeto-educom-clima-e-destaque-no-portal-da-abpeducom/. Acesso em: 29 maio 2025.

COLONIALIDADE ALIMENTAR NO BRASIL: PERMANÊNCIA, APAGAMENTO E PERSPECTIVAS DECOLONIAIS.

César Mustafa Tanajura[1]

Cristina Maria Macedo Alencar[2]

RESUMO

Este artigo, intitulado “Colonialidade Alimentar no Brasil: Permanência, Apagamento e Perspectivas Decoloniais”, investiga como a alimentação foi e continua sendo utilizada como instrumento de dominação simbólica, apagamento cultural e controle social. O problema central consiste em compreender de que forma o colonialismo e sua permanência na forma de colonialidade moldaram os hábitos alimentares no Brasil, promovendo o apagamento de saberes tradicionais e a imposição de uma lógica eurocentrada. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica qualitativa, com seleção e análise de autores que abordam a colonialidade do poder, do saber e do ser, articulando suas contribuições à temática alimentar. O estudo se baseou em duas etapas: levantamento e sistematização teórica sobre colonialidade alimentar, seguido de análise crítica das práticas e discursos que evidenciam processos de imposição, apagamento e ressignificação de alimentos no contexto brasileiro. Os resultados indicam que a alimentação foi central no projeto colonizador, expressa tanto na renomeação de alimentos nativos e desvalorização de saberes culinários indígenas e africanos quanto na introdução de padrões alimentares eurocentrados. Essa violência epistêmica contribuiu para a invisibilidade de práticas locais e para a manutenção de desigualdades sociais e culturais. Em contrapartida, destacam-se as práticas de resistência e reexistência, que afirmam sistemas alimentares próprios e apontam caminhos decoloniais e contracoloniais para a soberania alimentar no Brasil.

Palavras-chave: Comida ancestral. Decolonialidade alimentar. Violência simbólica.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma análise crítica da colonialidade alimentar a que foi submetido o Brasil, compreendendo-a como um processo contínuo que ultrapassa o período colonial e que se manifesta na alimentação como forma de dominação simbólica, apagamento cultural e controle social. O problema central consiste em investigar de que maneira a colonialidade — enquanto matriz de poder (Quijano, 1999; 2005), violência simbólica (Bourdieu, 2001) e processo de deslegitimação de saberes locais (Achinte, 2011; Grosfoguel, 2007) — influenciou e ainda influencia os hábitos

[1] Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – Universidade do Estado Da Bahia e docente da Secretaria Estadual de Educação da Bahia. E-mail: cesartanajura@gmail.com

[2] Doutora em Ciências Sociais e Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade e Mestrado em Ciências do Desenvolvimento Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Docente da Universidade Católica do Salvador. E-Mail: cristina.alencar@pro.ucsal.br

alimentares no Brasil, promovendo a invisibilidade de memórias, práticas e produtos ancestrais.

A fundamentação teórica ancora-se em três eixos principais: a noção de colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, Grosfoguel, Haesbaert), que permite compreender como a imposição de padrões alimentares eurocentrados perpetuou hierarquias raciais e culturais); o conceito de violência simbólica (Bourdieu), aplicado à alimentação como instrumento de inferiorização das práticas indígenas e africanas); a crítica de autores como Josué de Castro e Elaine Azevedo, que relacionam alimentação, fome e desigualdade à estrutura socioeconômica derivada do colonialismo. Essas categorias — dominação, violência simbólica, apagamento de memórias, hábitos, saberes tradicionais e memória cultural — são tomadas como ferramentas analíticas para compreender a persistência da colonialidade alimentar.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e crítico. Foram selecionadas obras clássicas e contemporâneas que abordam alimentação sob perspectivas históricas, sociais e decoloniais. O levantamento considerou autores que publicaram entre meados do século XX (como Josué de Castro e Câmara Cascudo) e produções recentes sobre decolonialidade e soberania alimentar (como Achinte, Azevedo, Krenak, Marajoara). Foram incluídas publicações de origem latino-americana e brasileira, privilegiando análises que tratam a comida como fenômeno cultural e político, e excluídas aquelas de caráter exclusivamente técnico-nutricional. A bibliografia foi analisada de modo crítico, articulando conceitos teóricos à leitura de práticas e discursos sobre alimentação.

O artigo organiza-se em três momentos: inicialmente, apresenta a formação histórica da colonialidade alimentar no Brasil, desde os primeiros contatos coloniais até as formas atuais de invisibilização de saberes; em seguida, discute casos exemplares de renomeação e apropriação de alimentos nativos, relacionando-os à lógica eurocentrada de poder; por fim, analisa as práticas de resistência e reexistência, destacando caminhos decoloniais e contracoloniais que buscam restituir a soberania alimentar e a valorização dos saberes tradicionais.

2 A COLONIALIDADE DESDE O INÍCIO

> [...] tomou dois daqueles homens da terra que estavam numa almadia: mancebos e de bons corpos. Um deles trazia um arco, e seis ou sete setas. E na praia andavam muitos com seus arcos e setas; mas não os aproveitou. Logo, já de noite, levou-os à Capitaina, onde foram recebidos com muito prazer e festa.[...]
> Mostraram-lhes um papagaio pardo que o Capitão traz consigo; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como se os houvesse ali.
> Mostraram-lhes um carneiro; não fizeram caso dele.
> Mostraram-lhes uma galinha; quase tiveram medo dela, e não lhe queriam pôr a mão. Depois lhe pegaram, mas como espantados.
> Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, farteis, mel, figos passados. Não quiseram comer daquilo quase nada; e se provavam alguma coisa, logo a lançavam fora.
> Trouxeram-lhes vinho em uma taça; mal lhe puseram a boca; não gostaram dele nada, nem quiseram mais.
> Trouxeram-lhes água em uma albarrada, provaram cada um o seu bochecho, mas não beberam; apenas lavaram as bocas e lançaram-na fora. (Caminha, 1963, p.3)

Esse trecho da Carta de Pero Vaz de Caminha, escrita ao rei D. Manuel de Portugal no ano de 1500, é um dos documentos que marcam a fundação do que viria a se chamar de Brasil. Nele é possível perceber o primeiro contato estabelecido entre o homem da terra e o colonizador e o choque de cultura resultado desse “encontro”. Para além da violência descrita no texto, no ato de “tomar” dois homens e gerar um ato de aparência de generosidade portuguesa, que os recebeu com “prazer e festa” houve ali, naquele momento, uma imposição de saberes.

Esse seria o início de ações de violência simbólica e epistemológica, entre outras, às quais foram submetidos os povos originários nesse processo de colonização, o qual se mostrou contínuo ao longo da ocupação europeia no Brasil. A comida “oferecida” mostrou-se um poderoso instrumento de dominação cultural e de afirmação da superioridade civilizatória portuguesa.

Esse evento também marca o primeiro grande estranhamento entre portugueses e povos originários. A comida “oferecida”, era a comida do capitão, portanto a melhor da embarcação e mesmo assim os indígenas levados a nau a recusam ou cospem desagradando de tudo e marcando ali a diferença ou até mesmo um conflito cultural. Mas, que pela insistência dos portugueses, segundo o escrito, os alimentos rejeitados na sexta-feira, depois de inúmeros contatos feitos, foram aceitos na quarta-feira seguinte:

> [...]. E quando Sancho de Tovar recolheu à nau, queriam vir com ele, alguns; mas ele não admitiu senão dois mancebos, bem dispostos e homens de prol. Mandou pensar e curá-los mui bem essa noite. E comeram toda a ração que lhes deram, e mandou dar-lhes cama de lençóis, segundo ele disse. E dormiram e folgaram aquela noite. E não houve mais este dia que para escrever seja.

> Quinta-feira, derradeiro de abril, comemos logo, quase pela manhã, e fomos em terra por mais lenha e água. E em querendo o Capitão sair desta nau, chegou Sancho de Tovar com seus dois hóspedes. E por ele ainda não ter comido, puseram-lhe toalhas, e veio-lhe comida. E comeu. Os hóspedes, sentaram-no cada um em sua cadeira. E de tudo quanto lhes deram, comeram mui bem, especialmente lacão cozido frio, e arroz. Não lhes deram vinho por Sancho de Tovar dizer que o não bebiam bem.
> Andariam na praia, quando saímos, oito ou dez deles; [...]. Comiam conosco do que lhes dávamos, e alguns deles bebiam vinho, ao passo que outros o não podiam beber. Mas quer-me parecer que, se os acostumarem, o hão de beber de boa vontade! (Caminha, 1963, p.10)

O entendimento é que a comida oferecida pelos portugueses era uma forma de "amansar" os indígenas, mesmo que eles não percebessem sinais de fome nos povos nativos, já que a todo momento elogiavam os seus corpos bem feitos. Alimentação e conforto, que faltava a maioria dos marinheiros das naus, foram usados como ferramentas no processo de interação e controle e a aceitação destas marcavam que o empreendimento da conquista estava dando certo.

No mesmo texto citado anteriormente, o autor exibe com certo entusiasmo com o fato de os indígenas aceitarem qualquer tipo de comida que lhes fossem oferecidas e se, alguns ainda tinham resistência a bebida que lhes davam ele manifestava esperança que iriam se acostumar e que iam "beber de boa vontade", deixando marcado a percepção de superioridade da própria comida e inevitável subordinação através dela.

Ainda no documento escrito por Caminha descreve a percepção e observação dele sobre a dieta dos habitantes do Brasil:

[...] e que assim os encontraram; e que lhes deram de comer dos alimentos que tinham, a saber muito inhame, e outras sementes que na terra dá, que eles comem. (Caminha, 1963, p.10)

Em verdade, esse "inhame" a que o texto se refere é a mandioca, já que nesse período esse tubérculo ainda não havia chegado por aqui. Somente mais tarde com o intenso fluxo de navios negreiros, que comercializavam seres humanos africanos houve a implantação da sua cultura no Brasil. O escrivão faz ainda menção aos recursos da terra citando que comeram um tubarão e "muito bons palmitos" e sobre o que aqui sentiram falta:

> Eles não lavram nem criam. Nem há aqui boi ou vaca, cabra, ovelha ou galinha, ou qualquer outro animal que esteja acostumado ao viver do homem. E não comem senão deste inhame, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos. (Caminha, 1963, p.10)

E neste ponto da Carta ao Rei D. Manuel I, eles constatam que, mesmo com alimentação tão diferente e notando tantas ausências alimentares, os povos nativos exibem corpos saudáveis, limpos e de boa condição física, inclusive mais do que a dos portugueses que se acham bem alimentados. Sobre os corpos dos povos originários ele se refere por muitas outras vezes no decorrer da carta.

3 COLONIALISMO E COLONIALIDADE

O tema da colonização reverbera cotidianamente no presente, exercendo influência significativa em diversos aspectos das sociedades contemporâneas. Aníbal Quijano (2005) conceitua a colonialidade como uma matriz global de dominação, originada a partir da intervenção colonial nas Américas. A fim de estabelecer marcos conceituais, o autor distingue entre "colonização", que se refere ao processo histórico específico de ocupação e dominação, e "colonialidade", que diz respeito à persistência de estruturas e efeitos desse passado colonial nas dinâmicas sociais, culturais e econômicas atuais.

Haesbaert(2021,p.95), além de concordar com a diferenciação conceitual entre colonialidade e colonialismo, chama atenção da persistência dos efeitos e da necessidade do enfrentamento:

> O mais importante é o consenso em torno do conteúdo sócio-político, econômico e cultural a ser combatido, a colonialidade, muito mais abrangente que o colonialismo e ainda hoje enfática, mesmo em países há muito tempo administrativamente “descolonizados”, como no caso da maioria dos países latino-americanos, cuja independência, ao contrário do continente africano, ocorreu no século XIX.

E ao marcar que o processo de independência levou a descolonização de países latino-americanos, considera que a colonialidade ainda carrega consigo “herança do processo histórico de colonização” Haesbaert(2021,p.95), que afeta essas sociedades, e que por esse motivo deve sofrer com embates de caráter coletivo “decolonial” ou “anticolonial” a fim de minimizar esses efeitos nos grupos atingidos.

A permanência de elementos da colonialidade pode ser facilmente observada em diversos aspectos: na estrutura de poder local e global eurocentrado; no racialismo que classifica e hierarquiza lugares e papeis sociais da população mundial baseadas na experiência colonialista (Quijano, 2005); no controle do trabalho que usa a hierarquização racial para definir a valorização de cada atividade e a determinação de

concentração do capital; na produção do conhecimento estabelecendo uma hegemonia do saber em detrimento de outras culturas; nas relações de gênero, nas subjetividades religiosas, na historização , que também reproduzem lógicas coloniais.

É importante reforçar um dos aspectos centrais na teoria apresentada por Quijano que é a colonialidade do saber, que expropriou conhecimentos dos povos colonizados e definiu como padrão cognitivo aquele que é eurocentrado e que passa a ser hegemônico, colonizando e sobrepondo-se a outros saberes, especialmente dos povos originários das Américas e povos africanos.

Grosfoguel (2007) chama atenção que essa colonialidade é um processo continuo e que ela impregna profundamente as sociedades e o seu imaginário e como tal garante ação permanente de domínio e expropriação

> Não estaríamos, portanto, nem pós nem des-colonizando, e seria preferível falar de colonialidade do que de colonialismo, por duas razões:
> ... chamar a atenção para as continuidades históricas entre os tempos coloniais e os mal chamados tempos “pós-coloniais”; destacar que as relações coloniais de poder não se limitam apenas ao domínio econômico-político e jurídico-administrativo dos centros sobre as periferias, mas que possuem também uma dimensão epistêmica, isto é, cultural (Castro-Gómez e Grosfoguel, 2007, p. 19).

Assim como o autor citado, Quijano (2009, p. 73) afirma que a colonialidade é “mais profunda e durável que o colonialismo” e se impõe em diversas manifestações culturais e, portanto, também está presente nos hábitos alimentares, que é uma parte significativa da cultura de um povo e que Azevedo(2021) manifesta preocupação afirmando que “a comida é um patrimônio cultural imaterial e destruir essa cultura também é uma forma de enfraquecer o povo e dominá-lo. ”. Neste sentido, não é sem razão que o apagamento e invisibilidade dos saberes e práticas tradicionais locais se constituem desde sempre como ferramenta de domínio e controle por partes das elites.

4 A COMIDA COMO DOMÍNIO CULTURAL DE COLONIALIDADE

O colonialismo impôs padrões alimentares e de consumo que fragilizam a cultura local em detrimento da cultura do colonizador moldando hábitos que perpetuam a lógica da colonialidade. Ao interferir na formação dos “sistemas alimentares, que compreendem a produção de alimentos, sua obtenção, compra e a troca, os aspectos relacionados ao consumo, modos de preparar e de comer e ainda os processos de reconstituição ou descarte” (Franco e Souza, 2024) a colonialidade se faz presente no

cotidiano de uma população dada a centralidade da alimentação como necessidade diária.

Um dos principais pensadores sociais do Brasil do século XX, professor Josué de Castro, analisou em sua obra a questão da fome e atribuiu a esse evento não somente fatores naturais, mas também relacionados a cultura, ás relações sociais e principalmente às formas de organização de produção, deixando bem claro que a fome está relacionada ao fato de que a estrutura socioeconômica implantada inviabilizou o aproveitamento racional das possibilidades geográficas para nutrir a população. Com analisa Botelho, Helayel, Pimentel (2024, p.187):

> De acordo com Castro, o Brasil disporia de ampla variedade de “quadros climatobotânicos”, que possibilitaria nutrir a população de forma racional e abundante, porém fatores vinculados à nossa estrutura socioeconômica teriam inviabilizado recorrentemente o aproveitamento racionalizado das possibilidades geográficas do território. O país seria, na visão do médico e geógrafo, uma espécie de ponto de vista privilegiado para uma reflexão em torno do problema da fome, valendo-se da comparação como recurso fundamental para a construção de proposições mais gerais, uma vez que, a partir da pluralidade apresentada pelas diferentes regiões do Brasil, poder-se-ia formular “generalizações até certo ponto válidas para inúmeras outras regiões tropicais do mundo”.

A colonialidade alimentar acontece de muitas formas. Uma das mais comuns, que passa despercebida da maioria das pessoas, é a mudança do nome. Os alimentos que o colonizador não conseguiu desprezar e que começou a fazer parte da sua dieta, ele mudou o nome para que a origem da comida fosse apagada. Nego Bispo, escritor, pensador e liderança quilombola, em comunicação pessoal (Portal UOL,2023) diz que nominar é a arte de dominar.

E nesse sentido vários alimentos tiveram sua nomenclatura alterada como a batata, que segundo Da Silva e Lopes (2015), era cultivada pelos povos andinos desde 8000 a.C. e levada para Europa no século XVI e XVII e ganhou muita popularidade, principalmente entre os ingleses e escoceses ao ponto que no Brasil passou a ser conhecida pelo nome de batata inglesa, fazendo com que muitos acreditassem que esse tubérculo tinha origem europeia.

Outro alimento próprio da região andina é o jitomate (700 d. C.) (Oliveira, 2023), que no Brasil tornou-se tomate, mas foi apropriado de tal forma pela gastronomia do Mediterrâneo e virou pomodoro (fruto de ouro, traduzido do italiano) e hoje é possível encontrar nos mercados os tomates Débora, Caqui, Cereja, Italiano, Holandês, Carmen, Mamotaro, Sweet Grape... O tomate é base para maioria dos pratos desta que é uma

das mais famosas gastronomias do mundo, quer seja em massas, pizzas, carnes ou tomate ou seu molho está ali presente. Desta forma é quase impossível associar com a origem da América Central.

Na História do Brasil, costumamos usar as expressões “do reino”, “da costa” e “da terra” para designar origem ou pertencimento a um território. Inicialmente, Pe. Antônio Vieira utilizava em seus sermões os termos para fazer essa classificação de gente dando-lhes identidade e mais tarde com a popularização das expressões os termos passaram a designar tudo que era “da terra”, para referir-se às coisas da colônia; o que era “da costa” para referir-se ao litoral ocidental africano; e o que era “do reino” para referir-se a origem europeia. E sobre isso Raul Lody conclui: “As comidas apresentam tecnologias culinárias especiais, demonstrando também gênero, grupos étnicos e os ingredientes que atestam as grandes matrizes formadoras da gastronomia brasileira chamadas como da terra, do reino e da costa”. [3]

No caso da batata e da pimenta preta, vinda da Índia, a expressão “do reino” que as acompanha: “batata do reino”, “pimenta do reino”, colabora para confundir a origem desses insumos, fazendo acreditar que tem o continente europeu como ponto de partida e apagando do imaginário coletivo as origens americanas e asiáticas, respectivamente.

Um produto de relevância alimentar até os dias atuais é o milho, que é nativo da América Central, mas que já era cultivado pelos povos indígenas em terras brasileiras quando os europeus ocuparam esse território (Duarte; Mattoso e Garcia). Conhecidos pelos astecas com nome de *Teocintle* (grão divino) e pelos povos Guaranis por *abati* (aba- cabelo, tiá – dourado)[4]. Todos os indígenas gostavam do milho, mas na região brasileira, ele não chegou a constituir um alimento de base. Era mais uma gulodice ou passatempo (roer espigas assadas) do que uma refeição legítima não ocupava uma posição importante no sistema alimentar desses povos, mas era comum pelo seu poder de germinação, facilidade de cultivo, diversidade e poder alimentício.

Sobre o milho, Câmara Cascudo faz algumas observações em relação ao consumo por parte dos povos originários:

> O Milho era uma presença na alimentação indígena, mas não constituía determinante como a onipoderosa mandioca e a macaxeira (aipim), amável e

[3] https://www.ba.senac.br/museu/RaulLody/artigo/209?title=comidas-na-rua-o-tempo-do-carnaval
[4] http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto43/FO-CX-43-2739-2000.pdf

> fácil. Certo é que o plantavam comumente e o milharal é um documento do trabalho humano porque essa gramínea só se reproduz semeando-se.
> [...]
> No mais o milho continuava numa subalternidade visível; proveitoso para os escravos da Guiné e índios, cavalos, criação de aves, galinhas, patos, perus. Era proveitoso "porque se come assado e cozido e também em bolos, os quais são muito gostosos enquanto estão quentes, que se fazem dele, depois de feito em farinha". O bolo seria por mão portuguesa. Antes era uma espécie de angu, mingau espesso mais bebido que mastigado.
> [...]
> Os aproveitadores do milho foram os portuguêses (bolos, canjica, pudins) e os africanos (papas, angus, mungunzás). Gentes que o tiveram da mão indígena. (Cascudo,2011 p.108)

Se para os povos indígenas o milho não era prioritário, para os colonizadores portugueses ele teve importância estratégica, garantindo a segurança alimentar desses já que dele produzia farinha e seus derivados e garantia alimentação dos animais que haviam introduzido no ambiente brasileiro, bem como a dos seus escravizados.

Em matéria ao site ‘O joio e o trigo’, Ghirello, informa que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) dispõe estocado aproximadamente três mil variedades de sementes de milho que foram coletadas no Brasil, e que pelo menos 300 estão diretamente ligadas à cultura indígena marcando uma incrível diversidade. O milho, ao longo do tempo foi sendo apropriado pelo colonizador que o submeteu a cruzamento de espécies e melhoramento genético e que hoje essas variedades de sementes estão reduzidas a dúzias que são controladas por grandes corporações.

A colonialidade desse alimento não aparece somente nas interações e transformações que ocorreram com os povos no Brasil; nas adaptações culinárias que o transformaram em farinhas, bolos, pães e pudins ou mesmo no fato dele ser utilizado para alimentação de animais de corte e até mesmo, como ração para escravizados africanos. Como a colonização cessa, mas a colonialidade não esse alimento tornou-se *commoditie* da indústria agropecuária do Brasil atual.

No Brasil, a colonialidade foi celebrada e confundida por muitos autores como miscigenação, mistura de culturas, diversidade... como no mito das três raças, na obra Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre criando a ideia que ao fundir culturas distintas formaria o que chamamos de brasilidade. Em muitos casos não foi isso que aconteceu, algumas culturas, e no nosso caso comidas, desapareceram para que alimentos estranhos ao nosso território prevalecessem, gerando a ideia de que erámos desprovidos de uma cultura alimentar gerando uma invisibilidade ou até uma classificação negativa dos hábitos de comensalidade.

Um indício dessa invisibilidade alimentar está no fato de que mesmo sendo conhecido pela diversidade de frutas, o Brasil consome pouquíssimas de origem nativas de biomas brasileiros como demonstra a tabela abaixo:

Nome	Origem	Valores em real
Laranja	Ásia	19.976.319 Mil Reais
Banana	Sudeste Asiático	13.808.363 Mil Reais
Uva	Ásia, América do Norte e Europa	5.308.250 Mil Reais
Abacaxi	Brasil (cerrado)	3.898.778 Mil Reais
Manga	Ásia	3.231.963 Mil Reais
Maça	Ásia	2.931.988 Mil Reais
Mamão	América tropical	2.483.080 Mil Reais
Limão	Ásia	2.438.846 Mil Reais
Maracujá	Brasil	2.389.199 Mil Reais
Melancia	África	2.226.869 Mil Reais
Tangerina	Ásia	1.963.491 Mil Reais
Coco-da-baía	Sudeste Asiático Central	1.613.889 Mil Reais
Goiaba	Brasil	1.306.013 Mil Reais
Melão	Europa, África e Ásia	1.255.050 Mil Reais
Abacate	América Central	918.669 Mil Reais
Pêssego	Ásia	646.834 Mil Reais
Caqui	Ásia	517.140 Mil Reais
Figo	Ásia	128.050 Mil Reais
Pera	Europa	55.840 Mil Reais
Marmelo	Europa e Ásia	2.165 Mil Reais

Tabela 01: do autor, fonte de valores: IBGE

Das 20 frutas mais produzidas no Brasil, apenas três são orginalmente de biomas brasileiros e dois da América Central, todo o resto foram sendo introduzidas pelos colonizadores a partir de 1500. O consumo de frutas no Brasil é considerado baixo não atingindo os 400 gramas/dia recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e este consumo está mais localizado nas classes A e B segundo dados preliminares da

POF 2024/2025 (Pesquisa de Orçamento Familiar – IBGE), marcando o caráter elitista desse tipo de alimento.

E se as frutas mais consumidas não são nossas originalmente, os alimentos das Américas que ganharam importância no mundo, os colonizadores trataram de invisibilizar mudando seus nomes em uma explícita “violência epistêmica” (Castro-Gómez, 2005) e até mesmo maneiras de consumo para descaracterizar a sua origem e a restrição alimentar, como nos conta Achinte (2011, p12).

> Esta colonialidad, que se disemina por diversos aspectos de la vida cotidiana de los sujetos subalternados, puede rastrearse en los ejercicios de poder que los hacendados utilizaron con la alimentación para someter a los y las esclavizadas negros y negras. La negación de los alimentos fue uno de los tantos castigos que emplearon para escarmentar ante los intentos de fuga, la desobediencia o los levantamientos. De esta forma, el sujeto colonizado (indígena y afro) fue sometido a regímenes alimentarios que se constituyeron en formas de control de su subjetividad.

Percebendo a imensa interferência externa que se renovava constantemente, resultado dos 400 anos de colonialismo, Freyre (2007, p.198) demonstra preocupação e chama atenção para preservação das tradições e saberes culinários da região Nordeste do Brasil, que no final do século XIX e início do século XX, segundo ele, carregava heranças culturais e influências portuguesa, indígena e africana:

> [...] Com a europeização da mesa é que o brasileiro tornou-se um abstêmio de vegetais; e ficou tendo vergonha de suas mais características sobremesas - o mel ou melado com farinha, a canjica temperada com açúcar e maneira. Só se salvou o doce com queijo. É que a partir da Independência os livros franceses de receita e de bom-tom começaram o seu trabalho da verdadeira cozinha brasileira; começou o prestígio das negras africanas de forno e fogão a sofrer consideravelmente da influência europeia.

Na produção de alimentos no Brasil existe um sistema, fruto do colonialismo, que desde a invasão portuguesa, constrói e conserva uma colonialidade alimentar, baseada em na monocultura, na exploração da mão de obra e desgaste ambiental de grandes latifúndios que impõe uma cultura alimentar que não atende e respeita a soberania alimentar do território.

Um produto que gera grande impacto na cultura alimentar do Brasil é o trigo, mas especificamente um seu derivado, a farinha de trigo. Segundo Stempkowski et al.(2022), foi inicialmente cultivado na Capitania de São Vicente, em 1534, mas teve dificuldades na adaptação devido ao clima e só adquiriu importância econômica a partir do século XVII, quando cultivado no Rio Grande do Sul e São Paulo.

Mas é apenas na segunda metade do século XIX, com a chegada de imigrantes italianos, alemães e portugueses, em expressiva quantidade, estimulada pelo governo brasileiro, que percebia claros sinais do fim da escravidão africana e a necessidade de substituir mão de obra, o trigo ganhou mais importância e alterou hábitos alimentares com a introdução de alimentos à base da farinha de trigo, a exemplo do pão e do macarrão como nos relata Klein & Luna (2024).

E se na atualidade é praticamente impossível, em uma família padrão brasileira, pensar em passar um dia sem consumo do trigo e seus derivados, até a primeira metade do século XX, esse artigo só estava acessível para quem o produzia ou quem possuía uma situação financeira confortável para poder comprar.

4 TECENDO OS FIOS DA COLONIALIDADE NA MESA BRASILEIRA

É possível concluir reafirmando a colonialidade alimentar como um processo contínuo intencional e sistemático que vai além do período colonial e perpetua uma dominação simbólica (Bourdieu, 2001) exercendo influências do conhecimento, das crenças, valores e costumes, colaborando para o apagamento cultural e controle social por meio da alimentação, entre outras formas.

Fica então caracterizado a alimentação como ferramenta de poder e instrumento de dominação que é explicitado desde o primeiro momento de “choque cultural”, registrado na Carta de Caminha, passando pela nomeação e classificação dos alimentos e até mesmo a introdução e imposição de novos padrões alimentares eurocentrado.

É possível então perceber que por diversas formas, principalmente no apagamento e ressignificação (renomeação) de alimentos nativos brasileiros, foi viável impor uma violência epistêmica que concorreu para inferiorização de saberes tradicionais nativos impactando nas estruturas socioeconômicas e culturais permitindo a dominação nos mais amplos aspectos da colonização do Brasil.

É interessante perceber o aspecto prático e os impactos dessa estratégia que conecta a colonialidade alimentar à fome e à desigualdade (como analisado por Josué de Castro), e como ela moldou a produção de alimentos no Brasil (monocultura, exploração, commodities) estabelecendo vínculos de dependência entre o homem da terra e o colonizador e colaborando com o fim da soberania alimentar desses povos.

É importante lembrar que o próprio Josué de castro em suas obras desmitifica a fome como um fenômeno natural, afirmando que não estava ligada a escassez de alimentos ou da incapacidade produtiva. Ele atribui a fome a organização social e econômica imposta no Brasil.

A lógica colonial, que priorizava a exploração e a exportação em detrimento da segurança alimentar da população local, gerou um sistema agrário focado na monocultura. Grandes extensões de terra foram dedicadas a poucos produtos de interesse do mercado externo – como a cana-de-açúcar, o café e, mais tarde, a soja – em vez de promover a diversidade de cultivos e a autossuficiência alimentar.

Para além da lógica do *plantaition* instalado aqui como modelo de produção, a introdução de outros padrões alimentares negou a população brasileira o acesso a produtos da terra que eram fartos, de fácil aquisição e disponíveis. As sementes crioulas foram trocadas por sementes transgênicas que precisam ser adquiridas nos momentos de semeadura, gerando uma necessidade de possuir capital, nem sempre disponíveis para pequenos produtores.

A introdução de frutas e verduras que não fazem parte do território (terroir) necessitam de maiores cuidados como grande volume de água, suplemento artificial para nutrição do solo e ainda maior quantidade de agrotóxicos, já que não possuem defesa natural para as pragas existentes aqui na terra. Tudo isso gera uma maior dependência externa ao produtor que muitas vezes se percebe impedido de produzir.

O nutricionismo, denunciado por Michael Pollan (2008), que também é uma forma de promover a colonialidade da alimentação, por que reduz os alimentos aos seus componentes nutricionais e elege indistintamente o que é ou não saudável sem levar em consideração a comida como um fenômeno cultural, político e ecológico. Tudo isso deslegitima os saberes tradicionais atribuindo o padrão de “pobre” ou mesmo de “insalubre” as dietas indígenas, quilombolas, camponesas ou populares.

E na atualidade, esses alimentos que perderam seu sentido social, simbólico e cultural são substituídos por ultraprocessados “enriquecidos” de vitaminas e fibras que carregam no rotulo o título de saudável. E as raízes, frutas e verduras da terra, caças e subprodutos como a farinha, a puba, o tucupi são vistos como prejudiciais e até mesmo como perigosos, por exemplo a maniva, a folha da mandioca que faz a maniçoba.

Comer vira uma questão de cálculo e risco, e não de prazer, identidade ou relação com a terra. Um exemplo disso é uma fruta como o caju, em uma visão nutricionista, é reduzida a sua quantidade de vitamina C, fibras e açúcares naturais e ainda é “travoso”. Já numa visão mais holística, ele é alimento, cultura nordestina, identidade local, economia familiar e memória afetiva. Em algumas regiões do Nordeste Brasileiro o cultivo de cajueiros leva em conta apenas a castanha, que tem maior valor no mercado, sendo desprezada a fruta e seu sumo.

A tão celebrada miscigenação das “três raças”, exaltada no passado como símbolo de harmonia nacional, ocultou, na verdade um sistema perverso de dominação que reforçava hierarquias raciais e sociais, na qual a comida se tornou instrumento de exclusão e violência simbólica. A mesa brasileira, construída à força sobre o trabalho escravizado e a subordinação dos saberes indígenas e africanos, refletem não só a exclusão material, mas também uma violência simbólica, apagando conhecimentos ancestrais e impondo uma lógica nutricional e culinária eurocêntrica.

É verdade que a reversão completa dos danos impostos pela colonialidade, especialmente no que se refere à alimentação, é uma tarefa complexa, talvez até impossível no sentido de um "retorno ao puro" ou "original". A história nos mostra que as culturas são dinâmicas e absorvem novas influências constantemente, resultando em hibridismos que se tornam parte intrínseca de nossa identidade.

Mas se não é possível voltar no tempo e reverter os danos do colonialismo/colonialidade, algumas ações nos reconectam com esse “lugar de esquecimento” buscando uma reapropriação e revalorização do que foi marginalizado. Ailton Krenak (2024), em uma atitude mais radical, nos convida a ser contracoloniais, propondo uma resistência e uma alternativa a vida que se opõe diretamente a lógica colonial.

A contracolonialidade alimentar emerge como um caminho vital para subverter as lógicas de dominação que historicamente marginalizaram os saberes e sabores locais. Olhar para frente, sob essa ótica, significa mais do que lamentar as perdas; é construir ativamente alternativas que resgatem a soberania alimentar e a autonomia cultural.

A resistência a colonialidade alimentar passa por um processo que implica conhecer e reaproximar-se dos saberes e sabores que foram invisibilizados. Uma das

formas para que isso aconteça está ligada ao mapeamento de alimentos práticas, o resgate de receitas e técnicas de conservação em diálogo com comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caipiras...) registrando nomes, formas de cultivos, de preparo e de consumo.

A contracolonialidade também se estabelece quando ocorre o fortalecimento das comunidades tradicionais e a promoção da difusão dos seus saberes. Para tanto, se faz necessário apoiar projetos liderados pelas próprias comunidades no sentido de garantir a sua segurança, autonomia e valorização econômica para criar cadeias de valor justas para os produtos nativos, garantindo que as comunidades que os produzem sejam devidamente remuneradas.

Outra maneira, seria exigir e apoiar políticas públicas de incentivo a acesso a mercados e demarcação de terras. E ainda, estabelecer parcerias locais com entes governamentais ou não para conectar o que essas comunidades tradicionais produzem com as cidades criando alternativas de abastecimento que não tivessem como único ator as grandes ou pequenas redes de mercado, que oferecem para o cidadão apenas insumos de um comércio padrão.

A conexão com movimentos sociais ligados a alimentação; a *interface* com coletivos de combate a insegurança alimentar; a promoção de eventos acadêmicos que revistem histórias e culturas das comunidades tradicionais; a parceria com cozinhas solidárias que façam uso de 'PANC´S - plantas alimentícias não colonizadas' (Chef Tainá Marajoara, 2024 em comunicação oral)[5] e utilizem os alimentos na sua integralidade, todas ações de contracolonialidade.

Se a comida se configura como a própria essência da identidade de um povo, e a colonialidade atua como um processo contínuo de apagamento cultural e epistêmico, então a valorização e a manutenção da comida de verdade – aquela enraizada em nossos saberes ancestrais, em nossos territórios e em nossa biodiversidade – transcendem a mera nutrição. Ela se eleva a um ato fundamental de resistência decolonial, vital para a reconstrução da nossa soberania alimentar e cultural frente às lógicas dominantes.

[5] https://www.youtube.com/watch?v=PckLkF3w2RU

REFERÊNCIAS

ALBÁN ACHINTE, Adolfo. **Comida y colonialidad: tensiones entre el proyecto hegemónico moderno y las memorias del paladar**. Calle 14: revista de investigación en el campo del arte, Bogotá, v. 4, n. 5, p. 10–23, 2011. Disponível em: https://revistas.udistrital.edu.co/index.php/c14/article/view/1200. Acesso em: 13 jun. 2025.

AZEVEDO, Elaine. **A escravatura atual chama-se fome**. Le Monde Diplomatique Brasil, 10 dez. 2021. Disponível em: https://diplomatique.org.br/a-escravatura-atual-chama-se-fome/ Acesso em: 18 maio 2025.

BOTELHO, André; HELAYEL, Karim; PIMENTEL, Rennan (org.). **Sociologia Política do Nordeste**. BVPS Coleção, n. 004, 1. ed., nov. 2024. Rio de Janeiro: BVPS Coleção, 2024. ISBN 978-65-01-24042-8. Disponível em: https://blogbvps.com/wp-content/uploads/2024/11/bvps-colecao_v004_nordeste-4.pdf . Acesso em: 13 jun. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El-Rei D. Manuel**. Dominus: São Paulo, 1963. Texto proveniente de: A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro – A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo. Permitido o uso apenas para fins educacionais. Disponível em: https://portalabel.org.br/images/pdfs/carta-pero-vaz.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Global Editora, 2011.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. revista. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil). Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/473/o/CASTRO__Josu%C3%A9_de_-_Geografia_da_Fome.pdf . Acesso em: 13 jun. 2025.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Ciência, racismo e epistemologias do sul**. Ciencia, Educación y Cultura, v. 14, n. 14, 2005. Disponível em: https://revistas.udistrital.edu.co/index.php/c14/article/view/1200/1586 . Acesso em: 18 maio 2025.

EMBRAPA. Importância socioeconômica do milho. *Agência de Informação Tecnológica – Embrapa Cultivos*, 2025. Disponível em: https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/milho/pre-producao/socioeconomia/importancia-socioeconomica. Acesso em: 5 jun. 2025.

FERNANDES, Adalton Mazetti; REIS, Ailton; CARVALHO, Agnaldo Donizete Ferreira de; SORATTO, Rogério Peres; MAROUELLI, Waldir Aparecido. **Sistema de produção da batata.** 2. ed. Brasília, DF: Embrapa Hortaliças, 2015. 21 p. (Sistemas de Produção, 8). Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1028425/1/SistemadeProducaodaBatata.pdf . Acesso em: 5 jun. 2025.

FRANCO, Andressa; SOUZA, Karla. **Colonialismo alimentar atua na manutenção das desigualdades sociais através da fome e desnutrição**. Revista Afirmativa, 03 jul. 2024. Disponível em: https://revistaafirmativa.com.br/colonialismo-alimentar-atua-na-manutencao-das-desigualdades-sociais-atraves-da-fome-e-desnutricao . Acesso em: 23 maio 2025.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.* 48. ed. rev. e atual. São Paulo: Global Editora, 2007. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: https://gruponsepr.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/10/freyre_gilberto_casa_-_grande__senzala.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. Dicionário de Tupi-Guarani. Brasilia-DF:2000. Disponível em: http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto43/FO-CX-43-2739-2000.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.

GHIRELLO, Mariana. **O milho que você come não é o milho que você gostaria de comer.** O Joio e O Trigo, São Paulo, 3 nov. 2021. Disponível em: https://ojoioeotrigo.com.br/2021/11/o-milho-que-voce-come-nao-e-o-milho-que-voce-gostaria-de-comer/. Acesso em: 1 jun. 2025.

GROSFOGUEL, Ramón. **Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas.** In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (coords.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007. p. 63–77.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210219014514/Territorio-decolonialidade.pdf . Acesso em: 05.Jun.2025

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agropecuária: Uva.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/uva/br . Acesso em: 23 maio 2025.

INSTITUTO FOME ZERO (IFZ). **Das 20 frutas mais consumidas no Brasil, apenas 3 são nativas.** Publicado em 30 ago. 2024. Disponível em: https://ifz.org.br/das-20-frutas-mais-consumidas-no-brasil-apenas-3-sao-nativas/?utm_source=chatgpt.com . Acesso em: 23 maio 2025.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. **The Complex Evolution of Wheat Production in Brazil.** História Agraria, [S.l.], v. 93, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.26882/histagrar.093e06k . Acesso em: 5 jun. 2025.

LODY, Raul Geovanni da Motta. Comidas na rua. O tempo do Carnaval. *Museu de Gastronomia Baiana – Senac Bahia*, 3 fev. 2020. Disponível em: https://www.ba.senac.br/museu/RaulLody/artigo/209?title=comidas-na-rua-o-tempo-do-carnaval. Acesso em: 5 jun. 2025.

LODY, Raul. **Alimentação e Cultura no Brasil**. São Paulo: SENAC, 2004.

MARAJOARA, Tainá. **Cultura alimentar é muito mais do que gastronomia**. Youtube, publicado em 05.jul.2024. Tempo 14:57. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=PckLkF3w2RU . Acesso em 05.Jun.2025

MARAJOARA, Tainá. **Cultura alimentar é muito mais do que gastronomia**. Youtube, publicado em 05.jul.2024. Tempo 14:57. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=PckLkF3w2RU . Acesso em 05.Jun.2025

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. ***Qual é a origem do cacau? O fruto que é a base do chocolate***. Disponível em: https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2024/07/qual-e-a-origem-do-cacau-o-fruto-que-e-a-base-do-chocolate. Acesso em: 15 maio 2025

OLIVEIRA, Vinícius. **Tudo sobre tomate: sistemas de produção no Brasil**. Revista Coopercitrus, Bebedouro, SP, 2023. Disponível em: https://revistacoopercitrus.com.br/tudo-sobre-tomate/. Acesso em: 15 maio 2025.

OLIVEIRA, Vinícius. **Tudo sobre tomate: sistemas de produção no Brasil**. Revista Coopercitrus, Bebedouro, SP, 2023. Disponível em: https://revistacoopercitrus.com.br/tudo-sobre-tomate/ Acesso em: 15 maio 2025.

POLLAN, Michael. **Em Defesa da Comida**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

QUIJANO, Aníbal. C**olonialidade do poder, cultura e conhecimento na América Latina**. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; RIVERA, Oscar Guardiola (Eds.). Pensar (nos) interstícios: teoria e prática da crítica pós-colonial. Bogotá: Pontifícia Universidade Javeriana, 1999. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf . Acesso em: 5 jun. 2025.

SILVA, Leandro Melito. Incolonizável e afropindorâmico: quem é o quilombola Nêgo Bispo. *UOL Ecoa*, 13 ago. 2023. Disponível em: https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2023/08/13/incolonizavel-e-afropindoramico-quem-e-o-quilombola-nego-bispo.htm. Acesso em: 5 jun. 2025.

STEMPKOWSKI, Lucas Antonio; BERNARDON MAR, Talita; PEREIRA, Fernando Sartori; SANTOS, Ana Karoliny Alves; VALENTE, Juliana Borba; LAU, Douglas; CASA, Ricardo Trezzi; SILVA, Fábio Nascimento da. **Viroses em trigo no Brasil: uma visão histórica**. RAPP – Revisão Anual de Patologia de Plantas, Embrapa Trigo, Passo Fundo, 2017. Disponível em: https://scispace.com/pdf/viroses-em-trigo-no-brasil-uma-visao-historica-2n0kxh5p.pdf . Acesso em: 5 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Ailton Krenak: 'Não temos de fazer crítica decolonial, e sim contracolonial'**. **UFMG Notícias**, Belo Horizonte, 02 dezembro 2024. Disponível em: https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ailton-krenak-

nao-temos-de-fazer-critica-decolonial-e-sim-contracolonial#:~:text='Decoloniais%20ou%20bob%C3%B5es',Certo?%E2%80%9D. Acesso em: 5 jun. 2025.

A LITERATURA NA FORMAÇÃO DO(A) PROFESSOR(A) DE LÍNGUA PORTUGUESA: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS DECOLONIAIS NO PIBID

Juciara dos Santos [1]

Zélia de Jesus Assunção[2]

Liliane Vasconcelos [3]

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise sobre o papel da literatura como mediadora na formação do(a) professor(a) de Língua Portuguesa, com ênfase em um olhar decolonial. O estudo parte do reconhecimento de que a prática pedagógica precisa se afastar de modelos eurocêntricos e colonizadores, propondo um ensino que valorize as narrativas plurais, as vozes silenciadas e os saberes marginalizados. Este trabalho tem como objetivo analisar o papel da literatura decolonial na formação crítica de professores(as) de Língua Portuguesa e como isso se manifesta nas práticas pedagógicas de licenciandos(as) do PIBID da Universidade Católica do Salvador no período de 2024 a 2025. A pesquisa está fundamentada em teóricos, cujas obras possibilitam uma abordagem crítica sobre identidade, território, linguagem e poder. A metodologia adotada é de caráter qualitativo, exploratório e participativo, buscando compreender as percepções, interesses e necessidades dos estudantes em relação às práticas pedagógicas, associadas à leitura e mediação literária em escolas públicas. Os resultados permitem observar que a literatura, quando abordada de forma crítica e articulada a uma pedagogia decolonial, constitui-se em um potente instrumento de formação e transformação docente. Ela promove o reconhecimento de múltiplas identidades e saberes, atendendo plenamente aos anseios decoloniais e oferecendo subsídios para discussões profundas sobre os problemas emergentes da sociedade brasileira. Inserida nos processos de formação de professores, a literatura amplia o repertório docente, fortalece as relações pedagógicas e cria vínculos mais próximos entre professores e estudantes, seja no campo do aprendizado, seja no campo do respeito mútuo. Nesse sentido, a sala de aula se torna também um espaço de acolhimento e afetividade. Além disso, ao trazer as vozes de autores que narram as condições precárias, racistas e desumanas vividas por grande parte da população brasileira, a literatura revela os problemas sociais que atravessam a escola e que, inevitavelmente, estarão presentes no cotidiano docente.

Palavras-chave: Literatura decolonial. Formação docente. PIBID. Mediação literária.

1 INTRODUÇÃO

A formação docente, quando mediada pela literatura e orientada por uma perspectiva decolonial, representa um processo contínuo e desafiador, que exige

[1]Graduanda do Curso Letras Português da Universidade Católica de Salvador -BA, juciara.santos@ucsal.edu.br

[2]Graduanda do Curso Letras Português da Universidade Católica de Salvador - BA,zelia.asuncao@ucsal.edu.br

[3] Doutora em Literatura e Cultura, Universidade Católica do Salvador- UCSAL. E-mail: liliane.vasconcelos@pro.ucsal.br

reflexão crítica e comprometimento com práticas transformadoras. Esse processo busca desenvolver uma compreensão crítica e emancipadora do conhecimento que o docente transmite. Envolve o desenvolvimento de habilidades práticas, a construção da identidade docente e o engajamento crítico com a realidade social.

No entanto, muitos cursos de licenciatura ainda se apoiam em currículos formais, distantes do cotidiano das escolas públicas, desconsiderando os desafios sociais e culturais enfrentados no espaço educativo. Como destaca Pimenta (1999), é preciso conceber as instituições formadoras como espaços contra hegemônicos, capazes de romper com a lógica dominante e formar educadores críticos, comprometidos com os valores da liberdade e da democracia.

Nesse cenário, literatura ocupa um papel significativo na formação do(a) professor(a) de Língua Portuguesa, não apenas como conteúdo programático, mas como um recurso pedagógico de reflexão crítica, resistência e transformação social. Em particular, as narrativas decoloniais representam uma alternativa frente à tradição eurocentrada que ainda predomina nos currículos escolares. Ao dar visibilidade a vozes e experiências historicamente silenciadas, essas produções contribuem para a valorização dos saberes marginalizados e para o reconhecimento da diversidade cultural brasileira.

Diante dessa problematização, o trabalho tem como objetivo geral analisar a contribuição das produções literárias decoloniais na formação crítica de professores(as) de Língua Portuguesa, investigando como elas auxiliam na desconstrução de narrativas eurocêntricas e na valorização de experiências culturais marginalizadas. Busca-se, ainda, compreender como essas contribuições se materializam nas práticas pedagógicas de licenciandos(as) vinculados(as) ao Programa de Iniciação de Bolsa à Docência -PIBID da Universidade Católica do Salvador entre os anos de 2022 e 2023. Como objetivo específico, propõe-se discutir o papel dessas obras na trajetória formativa do(a) educador(a); (2) compreender como práticas pedagógicas decoloniais influenciam a formação da identidade profissional do(a) professor(a) e promovem ações mais inclusivas; (3) analisar as experiências e produções pedagógicas desenvolvidas pelos licenciandos(as) vinculadas ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação (PIBID) Letras Português e ao Programa de Residência Pedagógica com ênfase nas práticas decoloniais.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), junto a turmas do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola parceira. A metodologia adotada teve caráter qualitativo, exploratório e participativo, buscando compreender as percepções, interesses e necessidades dos estudantes em relação às práticas pedagógicas.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em análise de referenciais teóricos e das práticas pedagógicas desenvolvidas no campo do PIBID e do PRP da Universidade Católica do Salvador. O estudo se apoia teoricamente nos conceitos de colonialidade e decolonialidade, conforme propostos por Quijano (2005) e Mignolo (2010), nas contribuições de autoras e autores da literatura de resistência, como Carolina Maria de Jesus (2020), Eliana Potiguara (2004) e Itamar Vieira Junior (2019), além de autores voltados à formação docente crítica, como Arroyo (2012) e Pimenta (1999). O primeiro momento consistiu na apresentação do projeto PIBID às turmas, seguida da realização de uma escuta ativa com os estudantes, em colaboração com a professora Janaina Moitinho Werneck, coordenadora da escola. Nessa etapa, os discentes foram convidados a compartilhar sugestões de temáticas de interesse. Entre as contribuições mais recorrentes, destacaram-se: a valorização da história e cultura dos povos africanos e indígenas, a literatura negra e a promoção de debates sobre questões raciais.

Em seguida, procedeu-se a um processo de mapeamento do perfil das turmas, realizado ao longo do ano letivo de 2023. A observação sistemática permitiu identificar as especificidades de cada grupo, contemplando alunos do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio, bem como da EJA. Esse mapeamento possibilitou compreender as singularidades etárias, socioculturais e formativas dos estudantes, subsidiando a elaboração de atividades mais contextualizadas e alinhadas às identidades culturais e raciais presentes no espaço escolar. Dessa forma, a metodologia combinou escuta, observação, análise bibliográfica e documental, de modo a construir práticas pedagógicas significativas, em consonância com uma perspectiva crítica e decolonial de educação.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Maldonado-Torres (2007), a colonialidade não se encerrou com o término das colônias formais, mas continua a atuar como uma lógica de poder e conhecimento dentro dos sistemas educacionais e nas formas de interpretar o mundo.

Diante dessa realidade, a literatura decolonial emerge como possibilidade de ruptura e resistência. Ao valorizar vozes historicamente silenciadas — como as de Carolina Maria de Jesus (2020) Eliana Potiguara (2004) e Itamar Vieira Junior (2019), essa literatura oferece outros modos de pensar, sentir e narrar o mundo. Para Quijano (2005), a decolonialidade é um convite a reconfigurar as formas de conhecimento, desafiando a universalização do pensamento ocidental e abrindo espaço para a pluralidade epistêmica.

Nesse sentido, incorporação de narrativas decoloniais na formação docente constitui um gesto político que busca reconfigurar as práticas de ensino e aprendizagem, ao mesmo tempo em que prepara educadores para atuar de maneira crítica frente a um sistema educacional ainda excludente. Como argumenta Machado (2021), não basta garantir a inclusão formal nos documentos; é necessário construir práticas pedagógicas que efetivamente representem os sujeitos subalternizados como astros de sua história. Trata-se de preparar o educador para identificar os aprendizes em sua complexidade e diversidade, capacitando-os a atuar como agentes capazes de interpretar, agir e transformar a realidade (Freire, 2021; Arroyo, 2012; Hooks, 2017).

Dessa maneira, uma formação decolonial para professores de Língua Portuguesa mostra-se essencial para fortalecer práticas pedagógicas que desafiem a reprodução de silenciamentos e exclusões. Essa perspectiva possibilita ao docente implementar ações educativas que valorizem os saberes locais, as diversas formas de expressão e a riqueza dos múltiplos repertórios culturais, contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo, plural e reflexivo. Como apontam Mignolo (2010), Santos (2010) e Freire (2021), formar-se com esse olhar é também formar-se para o enfrentamento das desigualdades estruturais por meio da linguagem — instrumentos de resistência, expressão e transformação social.

Esse tipo de produção literária torna-se um dispositivo fundamental na formação de profissionais comprometidos com uma educação plural, reflexiva e orientada pela justiça social. Seu alcance vai além do ensino tradicional de conteúdos: promove o questionamento das epistemologias eurocêntricas, desafia a colonialidade do saber e incentiva práticas pedagógicas que reconhecem e legitimam conhecimentos

historicamente invisibilizados. Como aponta Mignolo (2010), a decolonialidade não se trata apenas de romper com a dominação colonial, mas de construir novos horizontes de sentido para as experiências humanas: “O decolonialismo não era europeu, mas uma resposta às consequências globais do projeto moderno/colonial” (Mignolo, 2010, p. 6).

Essa perspectiva crítica na formação de professores permite que educadores identifiquem os efeitos da colonialidade nos currículos e reflitam sobre suas práticas pedagógicas de maneira mais engajada e transformadora. A inclusão de produções literárias decoloniais nesse processo fomenta uma ressignificação tanto dos conteúdos escolares quanto da identidade docente, pautada na valorização das diversidades culturais e linguísticas presentes no Brasil (Mignolo, 2010; Walsh, 2009; Freire, 2021).

A literatura, nesse cenário, desempenha o papel de espaço de resistência e afirmação. Conforme Mignolo (2012), obras literárias da América Latina surgiram a partir de línguas transplantadas — o português e o espanhol —, impostas durante o período colonial. Contudo, ao longo do tempo, essas línguas passaram a incorporar características próprias das culturas locais. Uma análise crítica dessas produções permite ao educador compreender a complexidade linguística, histórica e identitária que atravessa a construção dos sujeitos latino-americanos, promovendo uma prática pedagógica enraizada e atenta à diversidade cultural da região.

Quijano (2005) reforça essa crítica ao lembrar que a própria noção de América Latina é uma construção europeia destinada à dominação, “a América Latina é uma criação europeia destinada a coordenar a exploração e a coerção” (QUIJANO, 2005, p. 123).

Essa constatação convida os docentes a refletirem sobre a importância de descolonizar suas práticas, reconhecendo a literatura como caminho para dar voz às subjetividades silenciadas e construir uma educação inclusiva e crítica. Nesse sentido, Potiguara (2018) e Conceição Evaristo (2020) tornam-se centrais em sua obra “Metade Cara, Metade Máscara”, denuncia as violências históricas contra os povos originários. Eliane Potiguara defende que a literatura indígena é um instrumento fundamental para recuperar a voz historicamente silenciada dos povos originários (Potiguara, 2018).

Sua escrita promove a reconstrução da memória coletiva e o fortalecimento das identidades indígenas, destacando o poder do discurso literário como instrumento de

denúncia e resistência. Já Conceição Evaristo (2020), com sua técnica da escrevi vencia, entrelaça memória, dor, ancestralidade e luta. Sua literatura não busca conforto, mas confronto, “a nossa escrevi vencia não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonhos injustos” (Evaristo, 2020, pg. 26). Essas autoras demonstram como essa perspectiva pode ser integrada à formação docente tanto como conteúdo de estudo quanto como estratégia metodológica. Por meio de seus trabalhos, é possível oferecer aos futuros professores subsídios para desenvolver uma consciência crítica, maior sensibilidade cultural e um compromisso com práticas educacionais que busquem transformar a realidade enfrentando questões como racismo, desigualdade e exclusão social.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência vivenciada nos programas PIBID da UCSAL possibilitou aos licenciandos não apenas a inserção na rotina escolar, mas sobretudo a construção de práticas pedagógicas críticas, fundamentadas em uma perspectiva decolonial. Os resultados indicam que a presença dos bolsistas nas escolas públicas da rede estadual de Salvador-Ba, em especial na Escola Estadual Góes Calmon, localizada na Av. Dom João VI, 131 - Brotas, Salvador - BA, 40000-990, representou um espaço de aprendizagem mútua, em que teoria e prática se articulam em prol da formação docente e da valorização das identidades culturais dos estudantes.

A escuta ativa realizada com as turmas do Ensino Médio e da EJA demonstrou o interesse dos estudantes em abordar temáticas relacionadas à história e à cultura dos povos africanos e indígenas, à literatura negra e às questões raciais. Esse movimento revelou o desejo de uma educação que dialogue com suas identidades culturais, confirmando o potencial dos programas de iniciação à docência como mediadores de uma formação sensível à diversidade e às demandas sociais. Durante o ano letivo de 2023, o mapeamento das turmas permitiu compreender melhor a heterogeneidade do público escolar. No Ensino Médio, observou-se uma maior abertura para o desenvolvimento de atividades de análise textual e debates sobre racismo estrutural. Já na EJA, composta majoritariamente por mulheres adultas, muitas delas chefes de família, destacou-se o engajamento e a disposição em relacionar os conteúdos à sua própria trajetória de vida. Essa diversidade se configurou como ponto de partida para a elaboração de intervenções pedagógicas contextualizadas e transformadoras. Entre as

ações desenvolvidas, destacaram-se atividades centradas em obras literárias que evidenciam perspectivas críticas e decoloniais. O trabalho com *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior, constituiu-se em uma experiência significativa ao promover discussões sobre racismo estrutural e cidadania. A partir de uma oficina de produção textual, os estudantes puderam refletir sobre a realidade retratada no livro e relacioná-la a situações contemporâneas, como os episódios de racismo vividos por Vinícius Júnior na Europa. Essa atividade não apenas fortaleceu competências linguísticas, como também promoveu a criticidade e o diálogo colaborativo. Outro destaque foi a valorização de autoras e autores historicamente marginalizados, como Carolina Maria de Jesus, cuja obra *Quarto de Despejo* permitiu à turma do EJA refletir sobre as desigualdades sociais e raciais a partir da experiência de uma mulher negra periférica.

Da mesma forma, o trabalho com o conto *As Mãos dos Pretos*, de Luís Bernardo Honwana, promoveu debates sobre identidade e valorização da cultura africana, contribuindo para o fortalecimento da autoestima dos estudantes e a desconstrução de estereótipos racistas. Essas experiências reforçam a relevância das práticas pedagógicas decoloniais, que reconhecem a centralidade da voz dos sujeitos historicamente silenciados. Como assinala Quijano (2005), a colonialidade do poder estrutura desigualdades raciais e sociais que a escola, muitas vezes, reproduz. Nesse sentido, as práticas realizadas no PIBID e no PRP caminharam na contramão dessa lógica, ao integrar literatura, história e representatividade como eixos formativos. Por fim, a pesquisa sobre a história do bairro Cosme de Farias e da trajetória de Major Cosme de Farias representou um exercício concreto de descolonização curricular, ao valorizar figuras negras e suas contribuições para a sociedade. A atividade não apenas aproximou os estudantes de sua realidade local, como também possibilitou novas formas de pensar o território e a identidade. Assim, os resultados evidenciam que os programas PIBID se constituem como espaços potentes de formação docente, capazes de articular teoria e prática, repensar os conteúdos escolares a partir de perspectivas decoloniais e contribuir para a construção de uma escola mais inclusiva, crítica e socialmente comprometida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a literatura, quando trabalhada sob a perspectiva decolonial, constitui-se em um recurso pedagógico fundamental para a formação de

professores de Língua Portuguesa. A reflexão proposta permitiu problematizar os currículos tradicionais dos cursos de Letras, apontando para a necessidade de incorporar saberes plurais e reconhecer a literatura como estratégia de resistência, crítica e emancipação docente.

Os objetivos delineados foram alcançados ao demonstrar que a formação do professor não pode se restringir à dimensão técnica, mas deve englobar a construção de uma postura sensível, ética e questionadora diante das estruturas de poder que atravessam a escola e a sociedade. As experiências vivenciadas pelas licenciandas nos programas PIBID reforça a relevância de práticas pedagógicas contextualizadas, capazes de dialogar com as identidades e demandas sociais dos estudantes. Tais vivências impactaram diretamente na formação docente, favorecendo maior compreensão da realidade escolar, aprimoramento metodológico e ampliação da criticidade frente aos desafios da educação pública. Conclui-se, portanto, que a literatura, aliada a uma pedagogia decolonial, não apenas amplia repertórios culturais e acadêmicos, mas também fomenta a construção de uma docência comprometida com a transformação social, a valorização da diversidade e o fortalecimento de práticas educativas inclusivas e emancipadoras.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda**. Filosofia da Educação**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

ARROYO, Miguel. **Imagens quebradas:** trajetórias e tempos de alunos e mestres. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRUNO, João Paulo da Silva. **Educação e práticas decoloniais:** diálogos e desafios na formação docente. Salvador: EDUFBA, 2018.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Formação de professores:** questões e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CAPES. **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).** Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/pibid. Acesso em: 27 maio 2025.

EVARISTO, Conceição. A Escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org**.). Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **O desafio da educação das relações étnico-raciais e da diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: LUZ, Madel (org.). **O lugar da mulher:** estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 87-104.

HONWANA, Luís Bernardo. As mãos dos pretos. In: BRAGANÇA, Albertino et al. **Contos africanos:** dos países de língua portuguesa. São Paulo: Ática, 2021. p. 20-144.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. Edição comemorativa de 60 anos. São Paulo: Ática, 2020.

MACHADO, Ana Maria de Oliveira. **Práticas pedagógicas e formação docente:** uma abordagem decolonial. São Paulo: Cortez, 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre a colonialidade do ser:** contribuições ao desenvolvimento de um conceito. In: CASTRO-GOMES, Bento (Org.). Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares. 1. ed. Lisboa: Edições Afrontamento, 2007. p. 71-106.

MIGNOLO, Walter. Epistemologias do Sul e pensamento decolonial. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 283-321.

MIGNOLO, Walter D. **Epistemologias do Sul e o futuro do pensamento crítico**. Curitiba: CRV, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido. **Didática e prática de ensino:** interfaces. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

POTIGUARA, Eliana. **Metade cara, metade máscara**. 3. ed. Rio de Janeiro: Global Editora, 2004.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Decolonialidade, 2005, p. 123.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Educação e desigualdade no Brasil:** limites e possibilidades da escola pública. São Paulo: Cortez, 2022.

ROCHA, Maria Aparecida Barbosa da. **A formação docente na perspectiva da diversidade cultural**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul. São Paulo:** Cortez, 2010. 637 p. Disponível em: repositorio.ufba.br/bitstream /ri/39111/1/Alex Oliveira do Lago. TCC - Tese de Doutorado.pdf. Acesso em: 28 mai. 2025

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73–102.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/download/13933/7924/48396. Acesso em: 26 mai. 2025

CORPO-TERRITÓRIO E DIREITO À CIDADE: A PARADA DO ORGULHO LGBTQIAPN+ NA CIDADE DE SALVADOR-BA COMO ESPAÇO DE CIDADANIA

Kelly Anne Conceição Santos Santana[248]

Liliane Vasconcelos[249]

RESUMO

O presente artigo analisa as intersecções existentes entre corpo-território e direito à cidade por meio de práticas corporais e simbólicas registradas através de imagens na Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de Salvador – Ba como espaço de cidadania. O trabalho parte do pressuposto de que o corpo dissidente, ao ocupar a cidade com gestos, movimentos, vestimentas e discursos, reivindica sua existência e seu direito à cidade, confrontando normas heterocisnormativas e as dinâmicas de exclusão dos espaços. A Parada é considerada uma prática performativa que celebra identidades estigmatizadas, além de criticar processos de marginalização desses corpos, emergindo assim uma discussão que fomenta a visibilidade da cidadania. Nesse sentido, a pesquisa tem uma abordagem qualitativa e bibliográfica, e elege as fotografias produzidas durante como objetos de análise, entendendo-as como aparatos visuais que abrangem performances e territorializações dos corpos LGBTQIAPN+ na cidade. Como resultado, percebe-se que como a comunidade LGBTQIAPN+ ressignifica o espaço urbano por meio de práticas performativas e disruptivas que reforçam a sua cidadania.

Palavras-chave: Corpo-território; Cidadania; Direito à cidade; Parada LGBTQIAPN+.

1 INTRODUÇÃO

A comunidade LGBTQIAPN+, que é composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não binários e demais identidades dissidentes de sexualidade e gênero possui um histórico abrangente de exclusão social. São vivências marginalizadas e violentadas.

São os corpos tidos como indóceis, que não performam o padrão vigente social, padrão esse que está arraigado a heteronormatividade, isto é, o modelo social que rege as normas de sociedade. O direito simbólico de estar e ocupar a cidade está embutido à lógica heteronormativa, que se estabelece como uma estrutura em que a heterossexualidade é imposta como regra, contribuindo assim com a naturalização de práticas excludentes e fomentando um padrão de comportamento que é considerado aceitável. Desse modo, a noção de cidadania é inserida no trabalho e pensada através

[248] Mestranda em território, ambiente e sociedade (UCSAL). E-mail: kelly.santana@ucsal.edu.br
[249] Doutora em Literatura e cultura (UFBA); Professora da pós-graduação em Território, ambiente e sociedade (UCSAL). e-mail: liliane.vasconcelos@pro.ucsal.edu.br

de uma perspectiva crítica, problematizando a possibilidade de sua aplicabilidade quando se tem um corpo que desafia as normas sociais, que vai além da sua dimensão jurídico-formal.

No espaço urbano a violência se multiplica na forma como os territórios são ocupados, vigiados e regulados. Longe de ser um espaço imparcial, a cidade se torna palco de disputas materiais e simbólicas, onde certos corpos são colocados sem uma espécie de autorização para circular, negado pelo *modus operandi* de um padrão de comportamento que foi moldado. O direito à cidade, nesse sentido, é atravessado pelo patriarcado, condicionando a acepção de habitar e existir, e outros corpos são constantemente marcados pela negação de direitos e pela ameaça, sendo assim lidos como “outros”.

Nesse aspecto, este artigo parte da noção de corpo-território proposto por Haesbaert (2020) para pensar como os corpos LGBTQIAPN+, historicamente excluídos, negligenciados e violentados, vivenciam a cidade de Salvador pelo viés da resistência, e reivindicam a sua cidadania e consequentemente o direito à cidade no dia da Parada do Orgulho LGBTQIAPN+, versando discussões sobre o território que recaem sobre os corpos que fogem à norma hegemônica citadina. A Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de Salvador é tomada como um evento performativo fundamental para esta análise, que já conta com a 22ª edição.

> No início dos anos 1980, a celebração do orgulho LGBT em Salvador era chamada de “Mareatas”, um evento pioneiro organizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) que envolvia barcos saindo do Mercado Modelo em direção ao Forte São Marcelo. Em 2000, o GGB realizou a primeira Parada Gay da Bahia, dando início a um movimento que, em duas décadas, já contou com 20 edições. (Grupo Gay da Bahia, 2024, p.1)

É evidente que esse evento se sustenta com muita força e luta de pessoas que buscam se afirmar em meio a um sistema que os oprime diariamente. O que percebemos é que o evento proporciona um momento em que esses corpos dissidentes ocupam a urbe de maneira positiva, política e festiva, subvertendo as normas de sexualidade e gênero dominantes, exercendo sua cidadania.

Como objeto de análise, o artigo utiliza fotografias registradas na Parada do Orgulho, vistas não apenas como documentação visual, mas como um receptáculo performativo que flagra experiências de resistência, afeto e estética, que marcam presença nesse espaço urbano. As imagens examinadas retratam como os corpos LGBTQIAPN+ criam rupturas, ressignificações e territorializações na cidade,

transformando as suas performances também em uma linguagem política que buscam por cidadania.

Nesse sentido, o artigo estabelece uma abordagem qualitativa, documental, fundamentada pelos estudos culturais, estudos *queers* e do direito à cidade, contando assim com uma pesquisa bibliográfica composta por autores como Judith Butler, Henri Lefebvre, Rogério Haesbaert, Michael Foucault, dentre outros. Através das análises advindas das fotografias, se pretende determinar como esses corpos, tanto corporalmente quanto visualmente exibidos, não estão apenas presentes, mas ocupam, apropriam-se e redefinem essa área ocupada pelas Parada do Orgulho, confrontando o sistema de controle e estabelecendo novas possibilidades de viver na cidade. Ademais, participar desse evento é também uma maneira de reivindicar o seu espaço como cidadão, no âmbito da prática social e política, existindo, circulando e sendo reconhecido.

Cabe mencionar que em dias comuns, em muitos espaços em que ocorrem o evento, esses corpos e toda a sua simbologia impressa são vigiados e vistas como algo pejorativo.

Sendo assim, o trabalho se faz necessário porque nem todos os corpos são vistos e colocados da mesma maneira na urbe, tampouco são vistos como cidadãos da cidade. Há aqueles que, apenas por estar, já demarcam um território vigiado, onde os olhares são verdadeiras miras e a violência os cercam a cada esquina. Um corpo que parece estar sempre à mercê do inesperado, da possibilidade do encontro com dor, com a violência, com a discriminação. Nesse sentido, se faz necessário lançar um olhar para essas pessoas constantemente estigmatizadas, pois seus corpos-territórios, de luta e resistência, muito tem a contribuir com a percepção de como a dissidência é sentida no espaço urbano.

Como resultado, foi possível observar como os corpos dissidentes ressignificam o espaço urbano por meio de práticas performativas e disruptivas por contrariar as convenções heteronormativas, e criam outras configurações de ser e existir na cidade. As fotografias analisadas mostram o poder simbólico e político desses corpos na cidade através das expressões que resistem às estruturas de controle, seja espacial ou corporal. Nesse sentido, a Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de Salvador é um ato de recuperação territorial onde os corpos dissidentes são os protagonistas da cena urbana, para além dos limites de exclusão e pleiteando uma existência que é aceita, bem como

exercendo sua cidadania. As imagens mostram não só a festa, mas também a resistência, o desafio e a invenção de um território possível, onde a cidade é reapropriada como um espaço de visibilidade.

2 CORPO-TERRITÓRIO E DISSIDÊNCIA: NOÇÕES BÁSICAS

As discussões de um trabalho podem começar pela simples definição de alguns conceitos e como determinadas categorias de análise se relacionam e se imbricam. Destarte, comecemos pensando o que é um território. Marcos Aurélio Saquet (2013) destaca que:

> (...) E nesse contexto que faço uma reflexão sobre as diferentes abordagens do conceito de território, considerando a territorialidade e evidenciando as dimensões sociais fundamentais de sua compreensão e constituição no real, ou seja, a economia (E), a política (P), a cultura (C) e as relações do homem vivendo em sociedade com sua natureza exterior (N); sobre os aspectos inerentes à base filosófica de cada abordagem; sobre o reconhecimento ou não dos tempos histórico e coexistente (multiescalaridade) ou da relação espaçotempo; sobre as mudanças (descontinuidades) e permanências (continuidades) e, a consideração ou não do movimento a partir da constituição de redes de circulação e comunicação, de relações de poder e da própria identidade (caráter simbólico-cultural). (2013, p.19)

Entende-se que o território é um espaço abastecido por poder, no qual se refletem os processos de dominação e resistência gerados pelas práticas de apropriação, simbólicas e políticas pelos sujeitos. Observa-se que o autor estabelece uma reflexão crítica sobre a noção de território e busca alternativas aos sentidos mais simplistas e abordagens puramente cartográficas, utilizando uma perspectiva geográfica crítica, que conecta território com poder, relações sociais e práticas espaciais.

Pensar o território através dos sujeitos que o ocupam e consequentemente o transformam é concebê-lo como um lugar marcado pela intencionalidade de disputas. Desse modo, o território não é apenas o lugar onde se vive, mas também o espaço simbólico, no qual a identidade, o pertencimento e a resistência das pessoas que o ocupam estão inscritas.

O território é também um dos espaços em que se luta pela cidadania que é frequentemente cerceada de diversas maneiras. Para pensar uma dentre várias, podemos pontuar a violência física, a marginalização, a falta de participação nas políticas públicas e visibilidade - que, por sinal, também é uma falta de direito à cidade, e, sobretudo, estigmatizações de suas identidades.

De mais a mais, o território se torna uma expansão dos indivíduos que o produzem e os experienciam, ou seja, ele é indissociável das relações de poder que o cercam e configuram.

Neste território estão as pessoas que o compõe. São homens, mulheres, cis ou trans; uma diversidade de população que forma e produz territorialidades na cidade apenas com seus modos de afirmação, sobretudo estéticos e comportamentais. São cidadãos, ainda que estejam inseridos em um sistema que tente negar isso. Com suas relações, memórias, histórias, sentidos de pertencimento, os citadinos emergem e se constituem, assim como deixam e constroem o que conhecemos como a urbe. Nesta confluência, é o corpo que se manifesta como um instrumento de luta (Haesbaert, 2020) e uma afirmação de si mesmo, de nossas subjetividades, produzindo assim noções de corporeidade.

Dessa maneira, pensar o enlace entre os corpos e os seus territórios nos levam ao conceito proposto por Haesbaert (2020), de que o corpo-território emerge como forma de reivindicação política. Para o referido autor, o território também deve ser compreendido como uma construção simbólica e material que articula poder, identidade e espaço. Ao perpassar essa lógica, entende-se que cada corpo, carregado de suas próprias singularidades construídas, sobretudo por suas lutas enfrentadas, marcam um território, como se ele fosse extensão de sua constituição física, o corpo. Desse modo, cabe pensar que são diferentes territorialidades produzidas para diferentes corpos, e nesse sentido, certamente, a vivência de uma pessoa que pertence a comunidade LGBTQIAPN+ se difere de um corpo que segue o padrão normativo imposto, principalmente, pelo gênero.

Logo, pensando nos corpos dissidentes250, é possível compreender como estes enfrentam um território contestado, que experienciam as mazelas em forma de controle e castração, mas também reivindicam um espaço de resistência e cidadania através de tudo o que performam. A ideia de que o corpo é um território socialmente marcado e regulado pela sociedade é essencial para compreender a dinâmica dos corpos LGBTQIAPN+ em Salvador. Nas palavras de Haesbaert (2020, p. 80): “Essa articulação entre corpo e território, de modo mais amplo, “coloca no centro o comunitário como forma de vida”, permitindo abordar o território em múltiplas escalas, ressaltando a

[250] Dissidência é um termo designado para os sujeitos que divergem das normas e padrões estabelecidos pela sociedade em termos de gênero, raça, capacidade, entre outros.

importância da ‘escala mais micro, mais íntima, que é o corpo’, ‘primeiro território de luta’”.

O referido autor, ao discutir sobre o corpo enquanto primeiro território de luta, transpõe a ideia de que é o corpo é onde a identidade, as práticas e os direitos se entrecruzam. Embora ele discuta em seu artigo esse corpo-território muito atrelado à luta das mulheres indígenas, podemos aplicar o conceito aos corpos LGBTQIAPN+ que faz do seu corpo um território de luta quando não se submete às imposições sociais de comportamento e identidade. Portanto, ao ser aquilo que se é e se apropriar de suas próprias identidades, o corpo resiste de modo subversivo à normatividade imposta pela sociedade, que renega a presença corpórea que de algum modo pode desestabilizá-la. Neste sentido, a cidadania e a noção de corpo-território se entrelaçam, pois existir publicamente já é exercer uma cidadania insurgente, ou seja, andar pela cidade, ocupar um território publicamente é também um gesto político.

Desse modo, é possível perceber que a ideia de corpo-território está relacionada à maneira como as pessoas vivenciam e incorporam o território ao seu corpo, fomentando assim uma relação entre a identidade do indivíduo e o território que o atravessa.

Neste sentido, os corpos LGBTQIAPN+ considerados dissidentes e vistos como “outros” são marcados e apontados somente por assim serem e existirem, tendo em seu corpo a extensão das agruras que atravessam as suas vivências, tornando os seus corpos um território socialmente construído, interpelados pelas experiências da discriminação.

Para Foucault (1975), o corpo está diretamente imerso em um campo político; as relações de poder têm um impacto direto sobre ele: elas o investem, o marcam, o domam, o torturam, o forçam a determinados trabalhos, o obrigam a cerimônias, exigem dele sinais, os insere em tradições que eles nem tiveram opção de escolher. Sob o comando do discurso dominante que está enraizado na sociedade no pese os padrões de gênero e sexualidade, os corpos LGBTQIAPN+ são submetidos a este poder biopolítico que permite o tráfego livre para alguns corpos e regulação para outros. Essas relações de poder são observadas por meio de representações difundidas por inúmeros anos (Hall, 2016), que criam ideias em imaginários coletivos que elegem a

heterossexualidade como paradigma normativo. Stuart Hall (2016) discute que a cultura é o campo de disputa em que as representações dos discursos que dominam a sociedade reproduzem pensamentos e concepções. Os corpos trans, gays, lésbicos e travestis na cidade desestabilizam formas fixas e construídas que perpetuam sobre a ideia patriarcal tradicional.

Judith Butler (2009), avança ainda mais nessa linha ao dizer que "Há vidas que não são vividas, e há vidas que não são reconhecíveis como vidas, e depois, ainda outras vidas, que não são apenas pranteáveis, mas imperceptíveis" (Butler, 2009, p. 15). A não inteligibilidade desses corpos na matriz heteronormativa os coloca em uma posição liminar, onde são constantemente ameaçados pelo apagamento físico e simbólico.

Como descreve Durkheim (1983), os fatos sociais agem sobre os indivíduos, determinando condutas e expectativas. No caso da LGBTQIAPN+fobia, essa coerção se materializa em normas sociais. O olhar enviesado do âmbito social para esses corpos que são tidos como “outros” tornam-se estreitos e negativos, impedindo a construção de relações saudáveis, promovendo a violência e isolamento. Dessa forma, a dinâmica complexa criada entre a heteronormatividade e a discriminação gera uma dupla marginalização, desafiando a construção das suas identidades, assim como o direito aos espaços para desenvolvimento e expressão, desencadeando assim um cenário cada vez maior de exclusão. E assim, essas tensões proferidas como fatos sociais estão na cidade, que é o espaço das relações, dos afetos, das experiências, mas também da discriminação, da exclusão, da homofobia, da transfobia, da hostilidade e do perigo. Desafiar o modelo hegemônico significa ter um cotidiano e uma vida regida por olhares, assédios, violência de diversas ordens, físicas e psicológicas.

Se essa comunidade vive sob olhares de julgamento e atitudes de exclusão, se faz pertinente elaborar se existe, de fato, um direito à cidade garantido para aqueles que são subversivos às normas impostas por ela. Tendo em vista que essas pessoas também produzem, constroem, habitam e vivem a urbe. No entanto, de certo modo, não há um espaço para a tomada de decisões sobre o funcionamento dessa cidade, do pertencer e do existir de maneira efetiva. É como se a todo momento essas pessoas estivessem sendo subrepresentadas, uma vez que não ocupam espaços de poder, por exemplo.

Dando maior enfoque ao direito à cidade, que se torna o cerne das discussões versadas neste artigo, percebemos ele como uma arena de disputas e afirmação de existência. Como afirma Henri Lefebvre (1968), o direito à cidade não é apenas receber o espaço da cidade para produção, mas também é o direito de se engajar plenamente no espaço produzido e utilizado da cidade, bem como na reprodução desse espaço, ou seja, um direito de apropriar-se e pertencer. Para corpos LGBTQIAPN+ que transitam em Salvador, esse direito tem sido negado ou retido por décadas, seja por desaparecimentos simbólicos ou violência tangível. Exemplificando, mais de 400 casos de homofobia foram registrados em Salvador entre 2023 e 2024, segundo o G1[251].

Todavia, como a referida comunidade pesquisada carrega em sua formação a resistência como modo de sobrevivência, além de toda luta articulada por meio de coletivos, grupos de estudo e locais de afirmação que se criam como uma maneira de insurgência, temos em diversos locais do Brasil e do mundo as Paradas do orgulho LGBTQIAPN+, popularmente conhecida como Parada Gay. Neste dia em especial, os corpos que tendem a ser escondidos, ocultos e camuflados vão às ruas para enfrentar a sociedade que o marginaliza, quanto para celebrar a sua resistência e o orgulho que diante de tantos dardos sobrevive

2.1 A PARADA DO ORGULHO LGBTQIAPN+ COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA: IMAGENS DO DIREITO À CIDADE

A cidade de Salvador é concebida também como um espaço simbólico e material onde as lutas urbanas são postas por meio da desigualdade de acesso, disputa de espaços e invisibilidade de algumas existências. No caso das pessoas LGBTQIAPN+, essas disputas assumem uma dimensão diferente, já que corpos dissidentes são perpetuamente desafiados por comportamentos que estão dentro da norma vigente.

Quando se reflete sobre Salvador como um espaço urbano alternativo de resistência, no qual grupos historicamente marginalizados apropriam a urbe para afirmar sua existência e produzir sociabilidade contra hegemônica frente a um apagamento, é imprescindível reivindicar o conceito de território como espaço vivido (Lefebvre, 1996) que transpassa o espaço físico e contém aspectos políticos, afetivos

[251] Mais de 400 casos de LGBTfobia foram registrados em Salvador nos últimos dois anos, diz MP-BA, segundo o site do G1. Fonte: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/05/17/mais-de-400-casos-de-lgbtfobia-foram-registrados-em-salvador-nos-ultimos-dois-anos-diz-mp-ba.ghtml

e simbólicos. O território, nesse sentido, é o que é ocupado, bem como o que é reivindicado. Assim, os corpos dissidentes dos indivíduos LGBTQIAPN+ que estão inseridos nesse espaço ocupam e desafiam as exigências que lhes são impostas para viver a cidade todos os dias.

No que tange os estudos culturais, que servem como aporte para interpretar as relações de disputa postas nesta pesquisa, cabe pontuar que a cultura não se limita apenas a um conjunto de manifestações tidas como eruditas, mas como um terreno de disputa simbólica onde se produzem sentidos multifacetados ao mundo. Para Hall (1997), a cultura é um campo de negociação de significados onde as identidades são permanentemente construídas, desconstruídas e reapropriadas.

Através da dimensão festiva como aparato de exercício da cidadania, a Parada do Orgulho é um espetáculo político que inverte o corpo colonizado como terreno simbólico e a rua como um local de visibilidade e resistência. Para Judith Butler (1990), ao pensar sobre a performatividade de gênero, é possível observar que os corpos são socialmente constituídos, e as normas de inteligibilidade funcionam ao determinar o que será ou não considerado uma vida viável. Através de gestos, sons, bandeiras, cores, danças, a cidade é reorganizada temporariamente no dia do Orgulho, durante a Parada. Não podemos perder de vista que o festejo faz parte do que prevê o direito à cidade.

Desse modo, a Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ em Salvador é uma prática cultural performativa e política que inscreve novas territorialidades no espaço urbano, territorialidades essas que são marcadas como ausentes. A rua se transforma em palco e o corpo em território.

Ademais, a Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ na cidade de Salvador é também espaço de cidadania, que neste contexto, ultrapassa a sua definição jurídico-formal, relacionado apenas aos direitos civis, políticos e sociais (Marshall, 1967), para se constituir assim então como uma prática cotidiana, que é experienciada e disputada nos territórios. Logo, ela se manifesta em corpos vistos como “o outro” que, ao ocuparem a cidade, reivindicam reconhecimento e pertencimento.

As fotografias da Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ em Salvador facilitam a visualização de como o direito à cidade é contestado em um plano simbólico. As imagens, por exemplo, mostram corpos de travestis vestindo roupas de performance na avenida. A documentação visual serve como peça de um diálogo no qual é possível

flagrar que esses corpos existem e constroem essa cidade. Outrossim, o direito à cidade é mais do que o direito de usar o espaço dentro da cidade, é também o direito de fazer e refazer esse espaço de formas coletivas, participativas e diversas.

Por este viés, a pesquisa conta com algumas imagens veiculadas em redes sociais que capturam o evento realizado em 2024, os participantes e tudo o que os envolve. Na primeira imagem, a cena apresenta uma multidão de pessoas, um palco para apresentações e discursos e, ao centro, uma bandeira enorme com as cores do arco-íris, um símbolo internacional do movimento LGBTQIAPN+.

Figura 1



Fonte: Instagram GGB

A fotografia acima foi realizada através de um dispositivo aéreo que captura o dia de protesto e celebração no bairro da Barra. Observamos uma multidão de pessoas, um palco para apresentações e discursos e, ao centro, uma bandeira enorme com as cores do arco-íris, um símbolo internacional do movimento LGBTQIAPN+.

Primeiramente, podemos pontuar o quão emblemático é ter a bandeira do orgulho estendida na rua. É tanto um marco territorial quanto político. Por este breve

momento, o território da Barra e sua longa história como uma zona de elitização e segregação, se caracterizando como um bairro de classe média, onde é possível visualizar o farol da barra, que é tido como cartão postal da cidade de Salvador é reconfigurado pela presença exercida por esses corpos.

Dessa forma, o território não é apenas um espaço físico, mas um espaço vivido e carregado politicamente, onde corpos historicamente invisíveis se tornam visíveis. Tanto a Barra quanto outras áreas tidas como “nobres” em Salvador representam a divisão, tanto de gênero quanto de raça. É perceptível que são áreas projetadas para pessoas brancas, heteras, de classe alta. Se inserir nesse espaço representa a ocupação dos corpos que não são bem-vindos.

Pensando através da perspectiva de direito à cidade postulada por Lefebvre (1968), esta ocupação pode ser vista como uma abertura para se exercer o direito à cidade. E a rua, que muitas vezes é lugar de exclusão, passa a ser vista como um local de aprazibilidade, celebração, protesto e cidadania. A Parada, portanto, incomoda a rotina da cidade e oferece uma forma diferente de vivenciar o espaço urbano.

Desse modo, a próxima imagem nos retrata uma *drag queen* se apresentando. O corpo adota uma estética de resistência, insistindo em sua presença no espaço público através da estética visual que provoca simbologia por meio do glitter, cores vibrantes, maquiagem, acessórios extravagantes e a sua corporeidade. Os adereços são utilizados como meio de expressão. A exuberância entra em confronto com a tentativa social de apagar esses corpos que neste dia, literalmente, brilham.

Figura 2



Fonte: Instagram GGB

Esse corpo pode ser compreendido como um território político cheio de cicatrizes de uma história de rejeição e uma luta por reconhecimento. Nas ruas de Salvador, a própria existência de um corpo dissidente assim materializa uma batalha simbólica e real pelo direito de existir, de circular e de festejar em lugares historicamente exclusivos.

A próxima imagem nos apresenta duas mulheres trans. Vemos duas lutas que se entrecruzam: a racial e a de gênero. São opressões múltiplas que se relacionam. A transfobia e o racismo são marcadores que podem influenciar a experiência urbana dessas mulheres. Como nos propõe Stuart Hall (2014), as identidades não são fixas. Como a vida social é dinâmica, os modos de se identificar também são. Ademais, para Hall, a cultura é um ponto crítico de intervenção social em que relações de poder são estabelecidas e potencialmente desestabilizadas. As velhas identidades que utilizaram o mundo social estão em declínio, ou seja, acentuando o surgimento de novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno que até então era visto como um sujeito unificado. Portanto, a identidade é ao mesmo tempo aquilo que a sociedade impõe, mas não se desvincula daqui que o sujeito, de modo individual, é.

Figura 3



Fonte: Instagram GGB

Percebemos também a autoconfiança com seus olhares diretos para a câmera que soa como um lembrete de que, mesmo diante às aversões e violências, esses corpos sustentam suas formas de existir. Sendo assim, o direito de ocupar a cidade é de fato um ato político, especialmente em um evento como a Parada LGBTQIAPN+.

Os corpos retratados são desfigurados dos ideais normativos, são corpos que projetam suas subjetividades. Sua visibilidade no espaço público é, portanto, um ato simbólico de confronto contra a exclusão social que são acometidas, que limitam nas práticas diárias o acesso dos seus corpos a certos territórios dentro da cidade.

Maria de Lourdes Novaes Schefler (2018) pontua que a territorialização das mulheres ocorre em espaços sociais, mas frequentemente sem reconhecimento político. Quando pautamos as vivências das mulheres trans é possível inferir como vivem uma territorialidade ainda mais precária e marcada por violências, pois na lógica cisnormativa e transfóbica que organiza o espaço urbano, a presença delas é vista como indesejada, desautorizada e frequentemente colocada à margem. Aqui, as relações de poder são facilmente observadas por representações que sustentam há

anos (Hall, 2016), que constroem imaginários coletivos de heterossexualidade e a cisgeneridade. E as discussões ganham mais dimensões ainda quando pensamos nas mulheres trans racializadas.

Portanto, as imagens veiculadas à Parada do orgulho servem como suporte para discutir as relações de gênero e sexualidade no espaço urbano e reforçar a cidadania desses sujeitos. Seus corpos, comportamentos, trejeitos e modos de afirmação vão em direção contrária ao esperado pelo sistema social soteropolitano e revela que o orgulho LGBTQIAPN+ é enraizado pela luta.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das práticas performativas que existem na Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de Salvador demonstra que a cidade não é um lugar neutro e acessível igualmente para todos. Os corpos dissidentes, particularmente os da comunidade LGBTQIAPN+ há muito foram tornados invisíveis, silenciados e sujeitos à violência nas arenas urbanas, tendo a sua cidadania cerceada, limitada.

A partir das imagens publicadas, é possível perceber que esses corpos enfrentam a cidade de maneiras estéticas, políticas e afetivas, e reterritorializam, assim, a cidade, reivindicando seu direito. Ao resistir à racionalidade heteronormativa e cisnormativa, as pessoas LGBTQIAPN+ demarcam sua presença, desafiando modos tradicionais de vida e produzindo novas territorializações.

Portanto, a Parada do Orgulho é uma celebração e gesto político de resistência, visibilidade e cidadania que passa a ser praticada coletivamente na rua, através das performances dos corpos tidos como dissidentes e que reivindicam o direito à cidade e, consequentemente, a existência. Nesse sentido, concretiza-se, mesmo que momentaneamente, a superação dessas ‘territorialidades ausentes’, transformando o espaço urbano em palco para a luta, exigindo reconhecimento e direito à cidade.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

desenvolvimento e empoderamento das mulheres. Salvador: EDUFBA, 2018

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Territorialidades.** 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva&. Guaciara Lopes Louro. Rio de. Janeiro: Lamparina, 2014

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Apicuri, 2016

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. (Original de 1968).

MARSHALL, T. H. **Cidadania**, **classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

RODRIGUES,Cristiano [et al.] (org**.). Territorialidades** : dimensões de gênero,

SAQUET**,** Marcos Aurélio**. Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SCHEFLER. Maria de Lourdes N. Território e Gênero: territorialidades ausentes. In:

RESÍDUOS SÓLIDOS EM OBRAS HOSPITALARES: REFORMA NO HOSPITAL SANTO AMARO, EM SALVADOR (BA)

Geldson Novais Ferreira[1]

Maria Luíza de Souza Campos Lé[2]

Fernando Barreto Nunes Filho[3]

RESUMO

O presente artigo analisa o gerenciamento de resíduos sólidos gerados pelas atividades de construção civil durante a reforma do Hospital Santo Amaro, localizado em Salvador (BA). O estudo tem como objetivo identificar as práticas adotadas para o fluxo dos resíduos sólidos até o destino final. A metodologia utilizada foi a análise de normas técnicas, legislações ambientais e planos de gestão de resíduos da construção civil, em paralelo à observação do caso específico da substituição dos reservatórios de água no hospital, o qual envolveu a demolição de estruturas e posteriormente a instalação de novos componentes em PVC. Os resultados indicam que a gestão dos resíduos sólidos é feita de forma segura em concordância com as normas e diretrizes.

Palavras-chave: Resíduos sólidos hospitalares. Resíduos sólidos da construção civil. Hospital S. Amaro.

1 INTRODUÇÃO

A construção civil é um dos principais geradores de resíduos sólidos urbanos. A Resolução CONAMA nº 307 (2002, p. 1) define resíduos da construção civil como "Os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, [...] comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha".

No caso de resíduos sólidos originados de obras de reforma e ampliação de unidades hospitalares, a garantia de um descarte correto torna-se fundamental devido ao diferencial do ambiente hospitalar, e aos impactos ambientais que podem estar associados ao descarte inadequado.

[1] Membro do GP Engenharia Sustentável; Graduando em Engenharia Civil (UCSAL). (e-mail: geldson.ferreira@ucsal.edu.br).

[2] Membro do GP Engenharia Sustentável; Graduanda em Engenharia Civil (UCSAL). (e-mail: marialuiza.le@ucsal.edu.br).

[3] Professor do curso em Engenharia Civil da Universidade Católica do Salvador, Engenheiro eletricista (UFBa), Mestre em Economia (UFBA), Doutor em Planejamento Territorial (UCSal), (e-mail: fernando.filho@pro.ucsal.br).

Em obras hospitalares, conforme Wada (2010), o processo construtivo “é ainda mais complexo e desafiador, pois existem pessoas se medicando e fazendo tratamento de doenças que muitas vezes não podem dar pausa nesse processo, e por outro lado os prazos de entrega para quem está executando a obra”. Essa complexidade exige o acompanhamento da obra por um profissional de engenharia clínica hospitalar. Ou seja, o planejamento e o acompanhamento da obra requer algumas etapas que não existem na maioria dos canteiros de obra: controle de infecções; instalações especiais; plano diretor hospitalar; normas técnicas exclusivas; vigilância sanitária; planejamento de manutenção; mobilidade.

O Hospital Santo Amaro (HSA), criado em 1988, está localizado na Ladeira do Campo Santo, no bairro da Federação, em Salvador (BA). É uma unidade de referência que atende em diferentes especialidades, com ênfase nas áreas de ginecologia. Este artigo tem como objeto de investigação e análise o fluxo dos resíduos sólidos gerados pelas atividades de construção civil, no contexto das obras de reforma realizadas no Hospital Santo Amaro, em consonância com as normas e planos de gerenciamento desses resíduos.

Estudar esse tema é fundamental para compreender as lacunas presentes na gestão dos resíduos gerados em reformas hospitalares, o que auxilia na criação de novas práticas de gestão sustentável visando cada vez mais a destinação adequada desses resíduos. Outrossim, investigar e compreender os métodos adotados e as adversidades enfrentadas na condução dos materiais descartados em uma reforma hospitalar.

Este artigo tem como objetivo analisar as práticas de gerenciamento de resíduos sólidos provenientes da reforma no Hospital Santo Amaro, com foco na identificação do método utilizado para manejo, separação, transporte e destino final desses materiais descartados. Foram selecionadas as principais atividades previstas na etapa de substituição de caixas d’água do Instituto Bahiano de Reabilitação (IBR), para a avaliação de riscos de contaminação na demolição dos reservatórios de concreto. Busca-se então, compreender se tais ações estão em conformidade com as diretrizes normativas e ambientais, além da sua eficácia, riscos ao meio ambiente e saúde pública e os cuidados necessários nessas operações.

A metodologia adotada neste estudo consistiu na análise documental, com direcionamento em normas técnicas, planos de gestão de resíduos sólidos da

construção civil e legislações ambientais, especialmente ao que se refere à aplicação em ambientes hospitalares. Essa análise foi desenvolvida em paralelo ao estudo de caso da reforma do Hospital Santo Amaro, em Salvador, permitindo uma abordagem comparativa entre os regulamentos e as medidas efetivamente implementadas.

Esse artigo está dividido em cinco partes de apresentação e análise dos resíduos sólidos gerados em reformas hospitalares e o fluxo desses resíduos no caso do Hospital Santo Amaro em Salvador (BA). O primeiro tópico trata dos aspectos introdutórios, a importância e o objetivo do estudo. Após isso, a segunda parte aborda as normas técnicas que devem ser seguidas durante o processo. No terceiro item faz-se uma apresentação sumária do Hospital Santo Amaro. A quarta seção desenvolve as informações e a discussão do assunto, com o fluxograma e a análise. Por fim, a quinta parte se trata das considerações finais.

2 RESÍDUOS SÓLIDOS

No ambiente de uma reforma hospitalar, onde há a presença de resíduos de construção civil (RCC) e de resíduos dos serviços de saúde (RSS), é fundamental que as organizações geradoras dos resíduos assegurem a conformidade às normas de classificação, segregação, armazenamento e descarte, a fim de mitigar os riscos de contaminação.

2.1 RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCC)

2.1.1 Classificação

Os resíduos sólidos da construção civil são classificados em:

> Classe A: Resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como; de construção, demolição, reformas e reparos [...];
> Classe B: Resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras e outros;
> Classe C: Resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem e recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso;
> Classe D: Resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros". (CONAMA, 2002, p. 3)

2.1.2 Segregação e armazenamento

A separação, o armazenamento e o descarte dos RCC devem ser feitos com a implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), instrumento que tem como objetivo estabelecer as etapas necessárias para a gestão e descarte adequado dos resíduos, visando a redução dos danos ambientais.

Nesse sentido, os resíduos RCC deverão ser acondicionados conforme sua classificação, sendo que “O acondicionamento inicial deverá acontecer o mais próximo possível dos locais de geração dos resíduos, dispondo-os de forma compatível com seu volume e preservando a boa organização dos espaços nos diversos setores da obra.” (PGRCC, 2018, p. 36)

a) restos de madeira, metal, papel, plástico e vidro em pequenas quantidades, utilizar bombonas, tambores ou mesmo coletores de lixo de tamanhos variados. [...] dispostos em cada área do canteiro de obras e/ou em locais estratégicos definidos no projeto do layout do canteiro de obras. [...];
b) resíduos volumosos e pesados (classe A) - utilizar baias fixas ou móveis ou mesmo caçambas estacionárias em locais de fácil retirada;
c) resíduos volumosos e leves (papéis, plásticos, etc.) – colocar em grandes caixas, abrigados em locais com cobertura e fácil acesso (PGRCC, 2018, p. 36)

2.1.3 Transporte

O deslocamento horizontal dos resíduos no canteiro de obras será realizado em carros-de-mão e giricas, enquanto o deslocamento vertical deverá ser realizado em tubos condutores de entulho. Caso o volume de resíduos seja muito grande, deverá ser usado uma grua para o transporte vertical. Esse transporte externo será executado por uma empresa devidamente autorizada e licenciada pela SEMA e pela Prefeitura de Salvador. (PGRCC, 2018, p. 43)

2.1.4 Descarte, reciclagem e riscos de contaminação

De acordo com a Resolução nº 448/12 do CONAMA "Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos sólidos urbanos, em áreas de

bota fora, em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei". Além disso, conforme o PGRCC, em obras com atividades de demolição, devem incluir “o compromisso com a prévia desmontagem seletiva dos componentes da construção, respeitadas as classes estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 307 visando à minimização dos resíduos serem gerados e a correta destinação". (PGRCC, 2018, p. 2)

Após a triagem, na fonte geradora, em áreas de transbordo e triagem, em aterros de resíduos da construção civil e resíduos inertes ou na própria área de reciclagem, os resíduos da construção civil terão as seguintes destinações:

> Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
> Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
> Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
> Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas. (BRASIL, 2002, p. 6)

Ou seja, somente podem ser aceitos na área de reciclagem os resíduos da construção civil classe A, sendo que todos os resíduos deverão identificar sua procedência e composição. No que se refere ao local utilizado para a implantação de área de reciclagem (apenas Classe A), conforme a NBR 15114, deve-se observar as seguintes determinações: “a) o impacto ambiental a ser causado pela instalação da área de reciclagem seja minimizado; b) a aceitação da instalação pela população seja maximizada; c) esteja de acordo com a legislação de uso do solo e legislação ambiental”. (ABNT, 2004, p. 3)

2.2 RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALARES (RSS)

Para tratamento e descarte adequado dos resíduos dos serviços de saúde, deve ser elaborado um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) em conformidade com as normas e leis em vigor. A gestão adequada dos RSS além de mitigar os impactos ambientais, previne a contaminação dos resíduos da construção em casos de reformas.

2.2.1 Classificação

Os resíduos de serviços de saúde são classificados em Grupo A, B, C, D ou E de acordo com o CONAMA:

> Grupo A: Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção;
> Grupo B: Resíduos contendo produtos químicos que apresentam periculosidade à saúde pública ou ao meio ambiente;
> Grupo C: Qualquer material que contenha radionuclídeo em quantidade superior aos níveis de dispensa especificados em norma da CNEN e para os quais a reutilização é imprópria ou não prevista;
> Grupo D: Resíduos que não apresentam risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares;
> Grupo E: Materiais perfurocortantes ou escarificantes. (BRASIL, 2005, p. 20)

2.2.2 Segregação e armazenamento

No que se refere a segregação e armazenamento dos RSS, a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC nº 222) da ANVISA estabelece que:

> Art. 11 Os RSS devem ser segregados no momento de sua geração, conforme classificação por Grupos, em função do risco presente.
> Art. 12 Quando, no momento da geração de RSS, não for possível a segregação de acordo com os diferentes grupos, os coletores e os sacos devem ter seu manejo com observância das regras relativas à classificação do Anexo I desta Resolução.
> Art. 13 Os RSS no estado sólido, quando não houver orientação específica, devem ser acondicionados em saco constituído de material resistente a ruptura, vazamento e impermeável". (ANVISA, 2018, p. 8)

Os resíduos segregados, de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC nº 222), devem ser “identificados, de forma clara e legível, utilizando-se símbolos e expressões descritos no Anexo II, cores e frases, e outras exigências relacionadas à identificação de conteúdo e à periculosidade específica de cada grupo de RSS" (ANVISA, 2018, p. 9)

A RDC nº 222/2018 detalha as exigências para o armazenamento temporário e o externo dos resíduos hospitalares desde a infraestrutura do local em que eles serão mantidos, até a necessidade de sinalização e identificação de cada tipo de resíduo. As exigências para os abrigos são as seguintes:

> ser provido de pisos e paredes revestidos de material resistente, lavável e impermeável; possuir ponto de iluminação artificial e de água, tomada elétrica alta e ralo sifonado com tampa; quando provido de área de ventilação, esta deve ser dotada de tela de proteção contra roedores e vetores; ter porta de largura compatível com as dimensões dos coletores; e estar identificado (ANVISA, 2018, p. 10)

Para o dimensionamento do abrigo externo, no caso de ausência de coleta regular, esse abrigo deve possuir uma capacidade de armazenagem mínima, e ainda observar as seguintes restrições construtivas:

a) coleta de cada grupo de RSS;
b) [...] ser identificado conforme os Grupos de RSS armazenados;
c) ser de acesso restrito às pessoas envolvidas no manejo de RSS;
d) possuir porta com abertura para fora, provida de proteção inferior contra roedores e vetores, com dimensões compatíveis com as dos coletores utilizados;
e) ter ponto de iluminação;
f) possuir canaletas para o escoamento dos efluentes de lavagem, direcionadas para a rede de esgoto, com ralo sifonado com tampa;
g) possuir área coberta para pesagem dos RSS, quando couber;
h) possuir área coberta, com ponto de saída de água, para higienização e limpeza dos coletores utilizados. (ANVISA, 2018, p. 11)

2.2.3 Transporte e coleta

Quanto ao transporte e coleta de RSS, a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28 de março de 2018, que regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, determina que, o transporte interno deve ser realizado atendendo “a rota e a horários previamente definidos, em coletor identificado [...] constituído de material liso, rígido, lavável, impermeável, provido de tampa articulada ao próprio corpo do equipamento, cantos e bordas arredondados". (ANVISA, 2018, p. 10)

Quanto ao transporte externo a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222 impede que esses veículos sejam dotados de sistema de compactação para evitar que danifiquem os sacos (exceto para os RSS do Grupo D). O transporte externo de rejeitos radioativos, deve seguir normas específicas, caso existam e as normas da CNEN. (ANVISA, 2018, p. 12)

2.2.4 Destinação

Quanto a destinação de RSS, a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28 de março de 2018, que regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, determina que:

> Art. 40 Os RSS que não apresentam risco biológico, químico ou radiológico podem ser encaminhados para reciclagem, recuperação, reutilização, compostagem, aproveitamento energético ou logística reversa.
> Art. 41 Os rejeitos que não apresentam risco biológico, químico ou radiológico devem ser encaminhados para disposição final ambientalmente adequada.
> Art. 42 As embalagens primárias vazias de medicamentos cujas classes farmacêuticas constem no Art. 59 desta Resolução devem ser descartadas como rejeitos e não precisam de tratamento prévio à sua destinação.
> Art. 43 Sempre que não houver indicação específica, o tratamento do RSS pode ser realizado dentro ou fora da unidade geradora. (ANVISA, 2018, p. 12)

3 HOSPITAL SANTO AMARO

O Hospital Santo Amaro (HSA), criado em 1988, está localizado na Ladeira do Campo Santo, no bairro da Federação, em Salvador (BA), sendo uma unidade de referência que atende em diferentes especialidades, com ênfase nas áreas de ginecologia, obstetrícia e neonatologia. Ou seja, trata-se de um Hospital geral que contempla diversas áreas, com destaque para a realização de cirurgias gerais de pequeno e médio portes, e atendimento especializado em serviços como o tratamento para obesidade, dentre outros. Para maior comodidade do paciente, disponibiliza uma estrutura de Hospital Dia, para procedimentos realizados com alta em menos de 24 horas. Conta, ainda, com um centro médico dotado de consultórios para atendimentos em diversas áreas médicas.

Figura 01: Hospital S. Amaro - Vista



Fonte: https://www.fjs.org.br/hospital-santo-amaro/.

Essa unidade hospitalar dispõe dos seguintes serviços: UCI Neonatal (para recém-nascidos); UCI Humanizada (para adultos), com a participação de profissionais de psicologia e serviço social, especializados no acompanhamento dos pacientes internados e no apoio aos seus familiares; tratamento da obesidade mórbida, através de cirurgias por videolaparoscopia; disponibilização de um Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), que presta assistência personalizada aos pacientes.

4 PRODUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA REFORMA DO HSA

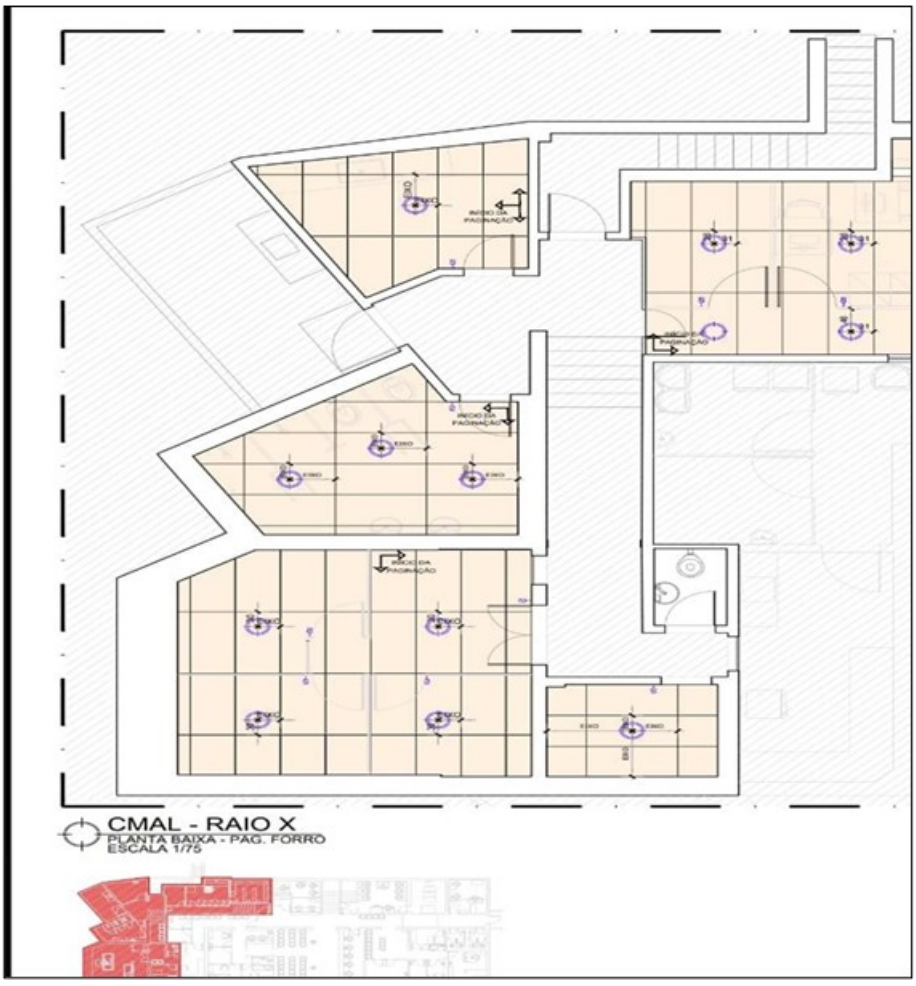
Produção de resíduos sólidos na reforma do HSA, similar as demais gerações de resíduos sólidos em obras de reforma hospitalar, representa um desafio significativo para a gestão ambiental, em razão das particularidades desse tipo de empreendimento. Durante as intervenções realizadas no Hospital Santo Antônio (HSA), esse desafio foi acrescido devido à diversidade de materiais descartados — que inclui entulhos de alvenaria, restos de forro, tintas, gesso, metais e resíduos com potencial risco biológico. Nesse caso específico, o tratamento dos RSS exige planejamento criterioso para segregação, acondicionamento e destinação final adequada.

4.1 REFORMA CMAL - RAIO X

Foi realizada a desmobilização da antiga sala de Raio X, localizada no Hospital Santo Amaro, pertencente à Fundação José Silveira. O ambiente, anteriormente destinado a exames de diagnóstico por imagem, foi readequado para uso administrativo, em conformidade com as necessidades operacionais da instituição.

A escolha do novo uso considerou fatores logísticos e de acessibilidade, uma vez que o espaço original apresentava acesso restrito e de difícil circulação, exigindo adaptações para o trânsito seguro de colaboradores e para a instalação de mobiliário e equipamentos administrativos.

Figura 02 Projeto executivo de forro no setor administrativo



Autor: Fundação José Silveira, 2025.

Na etapa de construção da reforma do novo setor administrativo foram identificadas três atividades principais como responsáveis pela maior geração de resíduos sólidos. Essas atividades exigiram planejamento diferenciado para garantir o manejo adequado dos materiais:

a) demolições de alvenaria;

b) remoção do forro;

c) Pintura.

4.2 PLANO DE PREVENÇÃO:

As reformas em ambientes hospitalares apresentam desafios singulares. Apesar do desconforto inerente às obras, o funcionamento do hospital não pode ser interrompido e, sobretudo, o descanso e a segurança dos pacientes devem ser preservados. Antes do início das atividades construtivas, uma das primeiras etapas indispensáveis, é a avaliação criteriosa do cronograma. Essa análise permite compatibilizar prazos, turnos de trabalho e etapas de execução com a rotina hospitalar, reduzindo impactos nas áreas assistenciais. Algumas medidas básicas iniciais podem ser tomadas para amenizar essas contaminações na construção tais como:

- Planejamento das atividades, em conjunto com a administração do hospital, contemplando a gestão de resíduos sólidos para evitar acúmulo e possíveis focos de contaminação.
- Palestras de conscientização para todos os funcionários do hospital e equipes de obra, abordando os riscos de infecção e a correta manipulação e descarte dos resíduos;
- Instalação de barreiras de isolamento em aberturas antes do início das demolições, reduzindo a dispersão de partículas e minimizando a entrada de resíduos sólidos e poeira em áreas assistenciais;
- Sinalização do local onde as atividades estiverem ocorrendo, incluindo avisos específicos sobre o perigo de contaminação por detritos e a necessidade de descarte adequado;
- Acesso restrito: somente pessoas autorizadas, com equipamentos de proteção individual, podem entrar na zona de construção, evitando o transporte acidental de resíduos para áreas limpas;
- Roupa de trabalho livre de detritos, com troca obrigatória ou uso de capas protetoras ao circular em áreas hospitalares, prevenindo a disseminação de partículas contaminantes;

- Umedecimento contínuo e jatos de água nas áreas de quebra ou corte, para reduzir a dispersão de poeira e fragmentos sólidos;
- Tapetes ou barreiras adesivas nas entradas do local de trabalho, capturando partículas e minimizando o rastreamento de resíduos sólidos para outras áreas do hospital;
- Áreas de armazenamento de materiais e entulho definidas o mais próximo possível da obra, com recipientes fechados e coleta regular para evitar acúmulo e contaminação ambiental;
- Criação de uma comissão mista, composta por representantes da saúde, infraestrutura, empreiteira e administração, responsável por fiscalizar a coleta, segregação, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da obra, garantindo conformidade com normas sanitárias.

A execução de reformas em ambientes hospitalares demanda planejamento rigoroso e integração entre equipes de saúde, engenharia e gestão de resíduos, a fim de manter a continuidade dos serviços assistenciais e proteger pacientes, profissionais e visitantes. As medidas preventivas apresentadas — desde o isolamento físico das áreas em obra até a capacitação dos trabalhadores e o monitoramento permanente da coleta e destinação dos resíduos sólidos.

4.3 PLANO DE DESCARTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

A gestão adequada dos resíduos em hospitais é fundamental para garantir a saúde pública, a segurança dos trabalhadores e a preservação ambiental. Para isso, realiza-se um inventário completo de todos os resíduos gerados, contemplando diferentes categorias: resíduos de manutenção, de obras, hospitalares, comuns e recicláveis.

Com base nesse levantamento, são projetados abrigos específicos para cada tipo de resíduo. Os resíduos de manutenção, hospitalares, comuns e recicláveis são destinados a espaços próprios, garantindo a segregação adequada e evitando contaminações cruzadas. Os resíduos de obra, por apresentarem volume e características distintas, não são armazenados em abrigos convencionais; em geral, permanecem em caçambas de aproximadamente cinco toneladas, localizadas em áreas separadas do restante do complexo hospitalar.

O processo de coleta é organizado em momentos programados para cada categoria. A equipe de higienização segue um cronograma que prevê a retirada de recicláveis, resíduos comuns e resíduos de serviços de saúde em horários distintos. Essa programação assegura eficiência na logística, reduz riscos de acidentes e mantém o ambiente hospitalar limpo e seguro.

Essa metodologia de segregação, armazenamento e coleta diferenciada demonstra a importância do planejamento na gestão de resíduos hospitalares, contribuindo para a conformidade com normas sanitárias e ambientais, além de reforçar o compromisso institucional com a sustentabilidade e a saúde coletiva.

4.4 DESCARTE DE RESÍDUO

A destinação adequada dos resíduos gerados em ambientes hospitalares exige um sistema de coleta especializado e rigorosamente controlado. Para cada categoria de resíduo, empresas distintas e devidamente credenciadas são responsáveis pelo transporte e tratamento: uma empresa é contratada para a remoção dos resíduos de saúde, uma cooperativa cuida dos recicláveis, outra empresa realiza a coleta dos resíduos de obra, e uma quarta equipe é encarregada dos resíduos comuns.

Antes da contratação, cada prestadora de serviço passa por uma avaliação criteriosa das prerrogativas legais, que inclui verificação de licenças ambientais, autorizações de transporte de resíduos e, quando aplicável, licença de operação de aterro. Todo material destinado a aterros deve ser encaminhado exclusivamente a locais devidamente licenciados e em conformidade com as normas ambientais vigentes.

Esse processo garante que nenhum resíduo seja descartado de forma incorreta, reforçando o compromisso institucional com a sustentabilidade e o cumprimento das legislações ambientais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidenciou que o gerenciamento dos resíduos sólidos provenientes da reforma no Hospital Santo Amaro, especialmente na substituição das caixas d’água do Instituto Bahiano de Reabilitação (IBR), segue práticas seguras e compatíveis com as exigências legais e ambientais. A separação, transporte e

destinação final dos materiais descartados são conduzidos por empresas distintas e devidamente credenciadas, o que reduz significativamente os riscos de contaminação e mescla dos resíduos, o que consequentemente minimiza os impactos ambientais e danos à saúde pública.

Constatou-se que o cumprimento das normas ambientais e sanitárias atrelado à cautela no processo de contratação e fiscalização das prestadoras de serviço, garante aos resíduos suas respectivas destinações. Tal conduta reforça o compromisso da instituição com a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental, além de ser um exemplo de prática de gestão em casos de reformas e manutenções hospitalares a ser seguida em todos os casos. Dessarte, conclui-se que as práticas adotadas se mostram eficazes e condizentes às diretrizes normativas, evidenciando conformidade legal e preocupação concreta com a preservação e segurança socioambiental.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222**, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Disponível em: http://antigo.anvisa.gov.br/documents/33868/2924190/RDC_222_2018_.pdf/10609311-b062-4b2a-8b83-8a303669c5e5. Acesso em: 20 set. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 15114**: Resíduos sólidos da construção civil: aterros de resíduos da construção civil classe A: diretrizes para projeto, implantação e operação. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **CONAMA nº 307**. Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **CONAMA nº 358**. Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005.

SALVADOR (BA). **Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil (PGRCC**). Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2018.

A IMPORTÂNCIA DA MANUTENÇÃO PREDIAL: IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA DO PRÉDIO DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA (SEFAZ-BA)

Gabriel Lins Melo de Oliveira [1]

Caique Carvalhal Maia [2]

Fernando Barreto Nunes Filho [3]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de impermeabilização da cobertura do prédio da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ-BA), destacando a importância da manutenção predial planejada e a aplicação da manta asfáltica como solução técnica de proteção. A pesquisa buscou demonstrar como a execução adequada da impermeabilização, aliada a um planejamento rigoroso, contribui para a preservação da edificação, prevenindo infiltrações e prolongando sua vida útil. A metodologia adotada envolveu pesquisa bibliográfica em normas técnicas, como a ABNT NBR 9574 e a NBR 9575, além da análise prática do estudo de caso realizado na cobertura do edifício público. Foram descritas as etapas construtivas, desde a preparação da superfície, a aplicação do primer e da manta asfáltica, até os testes de estanqueidade e a execução da proteção mecânica. Também foram abordados os aspectos logísticos da obra, como a organização do canteiro, o uso de equipamentos auxiliares e as soluções específicas para adequação das lajes dos condensadores e reservatórios. Os resultados evidenciam que a manta asfáltica, quando aplicada em conformidade com as normas e boas práticas de engenharia, apresenta alto desempenho em durabilidade, estanqueidade e resistência, mesmo em áreas críticas. Conclui-se que a impermeabilização da SEFAZ-BA representa um exemplo de obra complexa, mas bem-sucedida, demonstrando a relevância da manutenção predial criteriosa para garantir a funcionalidade e a longevidade das edificações.

Palavras-chave: Manutenção predial. Impermeabilização. Manta asfáltica.

1 INTRODUÇÃO

A manutenção predial é um dos pilares fundamentais para garantir a segurança, a funcionalidade e a longevidade das edificações. Ela envolve práticas preventivas e corretivas que visam conservar os sistemas construtivos, evitar falhas estruturais e reduzir custos com reparos emergenciais. Nesse contexto, as soluções de impermeabilização exercem papel estratégico, já que a infiltração de água é uma das

[1] Graduando em Engenharia Civil (UCSAL), (e-mail: gabriellins.oliveira@ucsal.edu.br)
[2] Graduando em Engenharia Civil (UCSAL), (e-mail: caique.maia@ucsal.edu.br)
[3] Professor do curso de Engenharia Civil (UCSAL), Doutor em Planejamento Territorial (UCSal), Mestre em Economia (UFBA), Engenheiro eletricista (UFBa), (e-mail: fernando.filho@pro.ucsal.br)

principais causas de deterioração em coberturas e lajes, comprometendo não apenas a estrutura, mas também o conforto e a saúde dos usuários.

Entre as diversas técnicas aplicadas à impermeabilização, algumas se mostram mais adequadas de acordo com as características da edificação e a natureza da intervenção necessária. A escolha do método correto deve considerar fatores como durabilidade, viabilidade econômica e condições de execução. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar um caso de manutenção predial voltado para a impermeabilização da cobertura e do terraço do prédio sede da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ-BA). O projeto buscou substituir a impermeabilização antiga, que não atendia mais às necessidades do edifício construído na década de 1970, destacando-se pela complexidade técnica e pelos desafios construtivos enfrentados.

A metodologia incluiu pesquisa bibliográfica em normas e especificações técnicas, bem como uma análise comparativa de resultados obtidos no estudo de caso. A proposta é avaliar a eficácia das soluções empregadas e contribuir para o aprimoramento das práticas de impermeabilização em manutenção predial. Ao final, espera-se oferecer subsídios técnicos e teóricos que reforcem a importância do planejamento criterioso e da execução adequada para preservar a integridade e prolongar a vida útil das construções.

2 MANUTENÇÃO PREDIAL

A manutenção predial é definida pela ABNT NBR 5674:2024 como um conjunto de ações técnicas e administrativas que visam “preservar as características originais da edificação e prevenir a perda de desempenho decorrente da degradação dos seus sistemas, elementos ou componentes” (ABNT, 2024, p. 1). Essa norma estabelece que a manutenção deve ser planejada, sistemática e contínua, sendo considerada um investimento na conservação do patrimônio. A abordagem improvisada ou esporádica é expressamente desaconselhada. A norma também orienta que a manutenção deve ser integrada à gestão da edificação, com registros, cronogramas e procedimentos definidos. Dessa forma, é possível garantir a funcionalidade, segurança e durabilidade dos sistemas construtivos ao longo do tempo. A Figura 1 ilustra as principais etapas para realização de uma inspeção predial:

Figura 1– Principais etapas para realização de uma inspeção predial

PRINCIPAIS ETAPAS PARA REALIZAÇÃO DE UMA INSPEÇÃO PREDIAL
1ª Etapa: Levantamento de dados e documentos da edificação: Administrativos, técnicos, de manutenção e operação (plano, relatórios, históricos, etc.).
2ª Etapa: Entrevista com gestor ou síndico para averiguação de informações sobre o uso da edificação, histórico de reforma e manutenção, dentre outras intervenções ocorridas.
3ª Etapa: Realização de vistorias na edificação, com equipe multidisciplinar ou não, dependendo do tipo de prédio e da complexidade das instalações existentes.
4ª Etapa: Classificação das deficiências constatadas nas vistorias, por sistema construtivo, conforme a origem das mesmas. **Estas podem ser classificadas em:** ▪ Anomalias construtivas ou endógenas (quando relacionadas aos problemas da construção ou projeto do prédio); ▪ Anomalias funcionais (quando relacionadas à perda de funcionalidade por final de vida útil – envelhecimento natural) ou; ▪ Falhas de uso e manutenção (quando relacionadas à perda precoce de desempenho por deficiências no uso e nas atividades de manutenção periódicas); Todas as deficiências são cadastradas por fotografias que devem constar no Laudo de Inspeção Predial.
5ª Etapa: Classificação dos problemas (anomalias e falhas), conforme estabelecido em norma.
6ª Etapa: Elaboração de lista de prioridades técnicas, organizando as prioridades em patamares de urgência, tendo em conta as recomendações apresentadas pelo inspetor predial.
7ª Etapa: Elaboração de recomendações técnicas para a solução dos problemas constatados. Estas orientações podem estar relacionadas à adequação do plano de manutenção ou à reparos e reformas para solução de anomalias.
8ª Etapa: Avaliação da qualidade de manutenção, conforme estabelecido em norma.

IBAPE, 2025, p. 13–14.

A ABNT NBR 15575-2:2013, que trata do desempenho dos sistemas estruturais, reforça que a manutenção é essencial para assegurar a vida útil de projeto. A norma estabelece que “as manutenções devem ser realizadas obedecendo-se ao manual de uso, operação e manutenção fornecido pelo incorporador ou construtora e às boas práticas, de acordo com a ABNT NBR 5674” (ABNT, 2013, p. 15). Isso implica que o desempenho da estrutura está diretamente vinculado à correta execução das ações de manutenção. O manual deve conter orientações específicas para cada sistema, considerando os requisitos técnicos e os prazos recomendados. A negligência na manutenção pode comprometer a segurança, a estabilidade e a funcionalidade da edificação, desta forma reduzindo sua vida útil.

A ABNT NBR 16747:2020 introduz a inspeção predial como ferramenta de avaliação das condições de uso e manutenção. A norma define que “a avaliação do estado de manutenção e condições de uso deve sempre ser fundamentada, considerando as condições do comportamento em uso dos sistemas, frente às constatações das falhas de uso, operação ou manutenção” (ABNT, 2020, p. 9).

A inspeção deve ser realizada por profissionais habilitados, com base em critérios técnicos e registros documentais. A norma propõe uma classificação do estado de conservação dos sistemas, que orienta a tomada de decisão quanto à necessidade de intervenções. A inspeção periódica permite identificar falhas precoces, planejar ações corretivas e garantir a conformidade com os requisitos de desempenho

O conceito de vida útil das edificações é abordado diretamente na ABNT NBR 16747:2020, que define como “o período em que um edifício ou seus sistemas se prestam às atividades para as quais foram projetados e construídos, com atendimento dos níveis de desempenho esperados, considerando a periodicidade e a correta execução dos processos de manutenção especificados” (ABNT, 2020, p. 4). A vida útil não depende apenas da qualidade dos materiais e da execução da obra, mas também da manutenção contínua e adequada. A norma estabelece que a manutenção é um dos principais fatores que influenciam a longevidade dos sistemas. Quando realizada conforme os parâmetros técnicos, pode prolongar a vida útil além do previsto. Por outro lado, a ausência ou inadequação da manutenção pode antecipar falhas e comprometer o desempenho.

A ABNT NBR 5674:2024 orienta que a gestão da manutenção predial deve incluir planejamento, controle e execução de atividades técnicas. A norma estabelece que “a gestão do sistema de manutenção deve incluir meios para preservar as características originais da edificação” (ABNT, 2024, p. 1). Isso exige a elaboração de planos de manutenção, cronogramas de inspeção, registros de intervenções e controle de custos. A gestão eficiente permite identificar prioridades, otimizar recursos e garantir a conformidade com as normas técnicas. Além disso, contribui para a valorização do imóvel e a satisfação dos usuários. O uso de tecnologias, como softwares de gestão predial, pode facilitar o monitoramento e a tomada de decisão. Dessa forma, a manutenção deixa de ser reativa e passa a ser estratégica.

Figura 2 – Documentos e registros necessários para a gestão da manutenção predial

MANUTENÇÃO GERAL	Manual de Uso, Operação e Manutenção ou Manual do Síndico ou Manual das Áreas Comuns
	Manual técnico de uso, operação e manutenção de equipamentos instalados
	Cadastro das máquinas e dos equipamentos instalados na edificação
	Contratos das empresas terceirizadas de manutenção
	Programa de manutenção por sistema ou modalidade (subdividido nos sistemas vistoriados: elétrica, geradores, spda, ar-condicionado, hidráulica, civil, automação)
	Lista resumida do número de colaboradores por área de manutenção, incluindo terceirizados, com quantidade, cargo / função e turno de trabalho por modalidade
	Relatórios mensais gerenciais sobre o cumprimento do programa de manutenção - 1 ano
	Certificado de desratização e desinsetização

Fonte: IBAPE, 2025, p. 24.

A manutenção predial pode ser classificada em preventiva, corretiva e preditiva, conforme a ABNT NBR 5674:2024. A preventiva visa evitar falhas por meio de inspeções e intervenções programadas. A corretiva é realizada após a ocorrência de falhas, buscando restaurar a funcionalidade dos sistemas. Já a preditiva utiliza dados e indicadores para antecipar problemas e planejar ações antes que ocorram. A norma recomenda a adoção dessas abordagens de forma integrada, conforme as características da edificação. A combinação dessas estratégias permite maior eficiência e redução de custos ao longo do ciclo de vida do imóvel. É importante que o plano de manutenção contemple todos os sistemas da edificação, respeitando os requisitos específicos de cada componente.

A responsabilidade pela manutenção predial é compartilhada entre projetistas, construtores, gestores e usuários, conforme as diretrizes da ABNT NBR 15575-2:2013. O projetista deve prever soluções que facilitem a manutenção e garantir a compatibilidade entre sistemas. O construtor deve entregar o manual de uso e manutenção, com orientações claras e acessíveis. O gestor predial é responsável por planejar e executar as ações de manutenção, conforme os requisitos técnicos e legais. Já o usuário deve seguir as orientações do manual e comunicar falhas ou irregularidades. A norma reforça que o desempenho da edificação depende da atuação conjunta desses agentes. A integração entre projeto, construção, uso e manutenção é essencial para garantir a durabilidade e funcionalidade da edificação.

A ABNT NBR 5674:2024 também destaca que a manutenção predial contribui para a sustentabilidade das edificações. A norma afirma que “a manutenção contribui para a sustentabilidade das edificações, ao reduzir o impacto ambiental das intervenções e prolongar a vida útil dos sistemas” (ABNT, 2024). A preservação dos

sistemas construtivos evita o desperdício de materiais, reduz o consumo de recursos naturais e prolonga o ciclo de vida dos componentes. Além disso, a manutenção adequada melhora o desempenho energético, a qualidade do ar interno e o conforto dos usuários. A gestão sustentável da manutenção envolve o uso de materiais duráveis, técnicas de baixo impacto e monitoramento contínuo. Dessa forma, a manutenção predial se alinha aos princípios da construção sustentável e da responsabilidade ambiental.

Por fim, a ABNT NBR 16747:2020 orienta que “a manutenção deve ser planejada com base em critérios técnicos, considerando os riscos, os custos e os benefícios das intervenções” (ABNT, 2020, p. 10). Isso exige uma abordagem profissional, com envolvimento de especialistas e uso de ferramentas adequadas. A manutenção predial não deve ser vista como um custo, mas como uma estratégia de preservação e valorização. Edificações bem conservadas oferecem maior segurança, conforto e funcionalidade.

3 SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ-BA) é uma das 24 secretarias que compõem o governo do Estado da Bahia e tem um papel importantíssimo no quesito de administração e do controle e aplicação dos recursos dos recursos financeiros que provém do pagamento de tributos dos cidadãos do estado, por isso, e não menos importante a secretaria tem função fundamental em viabilizar políticas públicas para orientar os cidadãos no que tangem aos aspectos ditos anteriormente.

Figura 3 Fachada do prédio sede da SEFAZ-BA



Fonte: Google Maps, 2025.

Na Figura 3, é possível visualizar a fachada do prédio o qual foi realizada toda a troca da impermeabilização existente na cobertura e arremates específicos, que foram necessários para executar um serviço de qualidade, que poderão ser vistos nos tópicos a seguir. Pelo fato de se tratar de uma obra de manutenção é importantíssimo retratar que a construção do prédio sede da SEFAZ-(BA) completou esse ano 50 anos.

Portanto, para compreender a magnitude desta obra, considerando sua relevância, é necessário entender que foi realizado a aplicação de uma nova impermeabilização com manta asfáltica em toda a cobertura que possui 1000m² e foi dividida basicamente em 4 lajes, a laje 1 que também é terraço pois está no mesmo pavimento da sala do secretário, laje 2 que atualmente é utilizada para deixar os condensadores das instalações de ar condicionado, além disso tem pilares que sustentam a passagem de dutos para instalação dos fios elétricos e algumas instalações de segurança em incêndio e por fim as lajes 3 e 4, que são duas lajes do reservatório de água. Na Figura 4 essas lajes podem ser identificadas.

Figura 4: Vista de cima da cobertura do prédio da SEFAZ-(BA)



Fonte: Google Maps, 2025.

4 MANUTENÇÃO PREDIAL: IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA

A impermeabilização da cobertura do prédio da SEFAZ-BA exigiu um planejamento minucioso, envolvendo desde a organização do canteiro de obras até a execução das etapas construtivas em conformidade com as normas técnicas. Este item apresenta as principais fases do processo, destacando os aspectos logísticos, os cuidados com a segurança, as estratégias adotadas para viabilizar os serviços em um prédio em funcionamento e a preparação necessária para garantir a eficiência do sistema de impermeabilização.

4.1 CANTEIRO DE OBRAS

A obra foi realizada com o prédio em pleno funcionamento, o que exigiu a execução integral pela área externa e uma organização estratégica do canteiro. Foram instalados elementos fundamentais para logística e segurança, como escada de fachada, passarela de acesso, condutor de entulhos e minigrua para içamento de materiais, agilizando as atividades. Também foram posicionados container e sanitário para suporte à equipe composta por seis profissionais.

No estado inicial, a cobertura apresentava contrapisos antigos e arremates comprometidos, especialmente nas lajes dos condensadores e reservatórios. Por isso,

a primeira etapa consistiu na demolição manual dos contrapisos, com duração de sete dias, incluindo ajustes na rede de águas pluviais e nivelamento das superfícies. Esse processo demandou atenção especial para evitar danos às instalações existentes e garantir a adequada preparação da base, condição indispensável para o sucesso da impermeabilização.

A Figura 5 mostra a demolição do piso da laje dos condensadores, onde também é possível observar pontos críticos que exigiriam arremates específicos para a adequada preparação da superfície.

Figura 5: Demolição da laje dos condensadores



Fonte: Pesquisa de campo, 2025

Na Laje 1, anteriormente utilizada como terraço, o processo construtivo foi diferenciado devido à sua dimensão. Ela foi subdividida em trechos, permitindo a execução simultânea das etapas, respeitando apenas o tempo de cura entre cada fase, desde a demolição até o acabamento final.

Já nas lajes dos reservatórios e dos condensadores, a demolição inicial ocorreu sem a retirada da manta existente, pois a cobertura permanecia exposta às chuvas. Essa decisão foi essencial para garantir a proteção imediata da estrutura e assegurar a continuidade do projeto em conformidade com a NBR 9574, preservando a qualidade da impermeabilização e a integridade da edificação.

4.2 ETAPAS CONSTRUTIVAS

Na obra analisada, as etapas construtivas do sistema de impermeabilização foram executadas com base em critérios técnicos e seguindo uma ordem lógica. A primeira fase consistiu na preparação da superfície, com a remoção de impurezas,

correção de desníveis e a garantia de uma base seca e coesa. Em seguida, procedeu-se à aplicação do primer, com o objetivo de melhorar a aderência da manta asfáltica à base. A instalação da manta foi realizada cuidadosamente, respeitando os alinhamentos, sobreposições e evitando a formação de bolhas. Após a aplicação, realizou-se o teste de estanqueidade, com a finalidade de verificar a ausência de vazamentos. Por fim, foi executada a proteção mecânica e o acabamento final, compatíveis com o uso da área, assegurando durabilidade e resistência ao sistema impermeabilizante.

4.2.1 Preparação da superfície

Este momento, de preparação da superfície, que abrangeu um período de vinte dias, foi de extrema importância para a continuidade do projeto, garantindo a conformidade com as normas de segurança e qualidade exigidas para a execução da impermeabilização e a integridade estrutural da edificação. Sendo assim, foi focado na preparação da superfície para a instalação de manta asfáltica, iniciada com a demolição e remoção de entulho, seguidas pela construção de arremates e ajustes necessários.

A primeira ação significativa a equipe precisou se atentar especialmente à região das claraboias, onde foram identificadas instalações não conformes para execução de uma nova impermeabilização. Por isso, foi necessário demolir toda a estrutura das claraboias. Após essa intervenção, uma nova estrutura foi projetada e executada para garantir maior eficiência e segurança.

Além das demolições, a construção de novas estruturas e ajustes nos arremates foi essencial para a adequação da superfície à instalação da impermeabilização. Neste período, a equipe de aplicação da manta asfáltica visitou o local para avaliar a base, em preparação para o início da aplicação da manta asfáltica. A visita teve como objetivo garantir que a superfície estivesse adequada para receber a manta, observando as condições da base.

Em seguida, os arremates foram iniciados com a construção das bases de apoio para as máquinas condensadoras. Em paralelo a isso foi realizado um trabalho com ajustes importantes na base dos pilares para que pudesse realizar o sistema de impermeabilização em conformidade com a norma. Também houve a necessidade da

instalação da tubulação de dreno das lajes dos reservatórios, visto que as condições encontradas não estavam em conformidade para evacuação das águas pluviais.

Ao longo dessa fase, diversos ajustes foram feitos para garantir que a estrutura estivesse pronta para as fases subsequentes do projeto. A montagem da minigrua, foi um avanço significativo para o processo de içamento de materiais e equipamentos. A fixação da minigrua foi autorizada pelo engenheiro de manutenção, que também determinou a realização de furos na laje para a fixação da estrutura, atrelado a uma impermeabilização deste furo.

Esta fase foi marcada por intensas atividades de preparação da superfície e construção de arremates estruturais. A intervenção nas claraboias e os ajustes na base para as máquinas condensadoras foram fundamentais para garantir que as superfícies estivessem adequadas para a instalação da manta asfáltica, atendendo aos rigorosos padrões de qualidade exigidos pela norma. A presença constante de profissionais qualificados e a capacidade de adaptação a imprevistos, foram cruciais para o sucesso dessa etapa.

4.2.2 Aplicação do primer e da manta asfáltica

A aplicação do primer constitui etapa fundamental do processo de impermeabilização, integrando-se à execução propriamente dita do sistema. Por essa razão, exige rigoroso controle técnico durante a operação, de modo a assegurar a correta aderência e a eficiência global do sistema. O primer tem como função principal promover a adesão entre o substrato e a manta asfáltica, e neste estudo de caso tal procedimento foi conduzido em conformidade com as boas práticas da engenharia.

Figura 6 Aplicação de primer em trecho da laje 1



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Devido à extensa área da laje a ser impermeabilizada, a imprimação foi realizada em fases sucessivas, respeitando o mesmo esquema de setorização previamente estabelecido. Destaca-se que foi empregado o PRIMER ECO VEDACIT – BD (18 kg), totalizando 13 baldes ao longo do processo. A Figura 6 ilustra a aplicação do primer em trecho da Laje 1, já com toda a superfície devidamente preparada.

Na sequência, foi executada a aplicação da manta asfáltica, igualmente em etapas, acompanhando o ritmo do processo construtivo. Essa fase foi conduzida em conformidade com as normas técnicas brasileiras NBR 9575 (Impermeabilização – Seleção e Projeto) e NBR 9574 (Execução de Impermeabilização), que estabelecem as diretrizes para o correto desempenho do sistema. No caso da obra de impermeabilização da cobertura do edifício sede da SEFAZ-BA, a aplicação integral da manta estendeu-se por aproximadamente 30 dias.

Figura 7: Aplicação da manta asfáltica em substrato



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

O material especificado foi a Manta Poliéster IIB 4PP – Vedacit Pro (espessura de 4 mm), adotada em todos os trechos da intervenção. No total, foram utilizados 130 rolos de manta (dimensões 1 m × 10 m cada). A Figura 7 apresenta a aplicação em ponto de aresta, destacando a necessidade de atenção redobrada no processo de soldagem, especialmente em áreas críticas, ao mesmo tempo em que evidencia a grande extensão já impermeabilizada.

Cabe destacar a atuação da equipe responsável, composta por dois profissionais especializados de empresa terceirizada, cuja atribuição concentrou-se exclusivamente na aplicação do primer e da manta asfáltica. O processo ocorreu de forma satisfatória,

sem ocorrência de intercorrências significativas, mesmo em regiões consideradas críticas. A área de maior complexidade foi a Laje 3 (laje dos condensadores), em razão da elevada quantidade de arestas e pontos vulneráveis à infiltração, exigindo maior cuidado técnico na execução.

4.2.3 Teste de estanqueidade

O teste de estanqueidade, previsto na NBR 9574, foi realizado em toda a cobertura após a cura completa do sistema de impermeabilização. Esse ensaio é fundamental para verificar a resistência da manta asfáltica à água e confirmar a eficácia do serviço executado.

Devido à dimensão e à projeção da laje, o procedimento foi dividido em nove etapas, totalizando nove testes distintos em diferentes setores da cobertura. A Figura 8 ilustra a Laje 1 (terraço) já com a lâmina d’água sobre a manta, condição necessária para a avaliação da estanqueidade.

Figura 8: Teste de Estanqueidade



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

O teste de estanqueidade é essencial para comprovar a eficácia da impermeabilização com manta asfáltica, garantindo que não ocorram infiltrações ou vazamentos. Conforme a NBR 9574, deve ser realizado após a aplicação e cura do sistema, mediante a lâmina d’água sobre a superfície para simular condições de chuva. Trata-se de uma etapa crucial para atestar a qualidade da execução, assegurando a durabilidade e o desempenho do sistema no longo prazo.

4.2.4 Proteção mecânica e acabamento final

A proteção mecânica corresponde à fase final do processo de impermeabilização e é fundamental para garantir a durabilidade do sistema. Sobre a manta asfáltica foi aplicado o traço de cimento previsto em norma, assegurando resistência e proteção contra danos mecânicos antes da execução do acabamento.

Após o período de cura, foi realizado o contrapiso em toda a cobertura, utilizando EPS e tela de aço, conforme previsto em contrato. Essa camada funciona como proteção adicional, preservando a manta das ações externas e contribuindo para a estabilidade estrutural e a vida útil do sistema impermeabilizante.

A laje dos condensadores exigiu maior cuidado devido à quantidade de pontos críticos, demandando execução detalhada para evitar falhas futuras. Finalizada essa etapa, o contrapiso passou a atuar como acabamento definitivo, consolidando a estanqueidade e a segurança da cobertura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou uma análise abrangente da impermeabilização com manta asfáltica, tomando como base o estudo de caso da cobertura do prédio da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ-BA). A investigação evidenciou não apenas a aplicação prática desse sistema, mas também a importância da manutenção predial planejada, conforme diretrizes das normas técnicas. Observou-se que a impermeabilização é parte integrante da preservação das edificações, desempenhando papel estratégico na proteção contra infiltrações e no prolongamento da vida útil dos sistemas construtivos.

A execução da obra demonstrou que a manta asfáltica, quando aplicada em conformidade com normas como a NBR 9574 e a NBR 9575, apresenta elevada eficiência técnica, destacando-se por sua durabilidade e estanqueidade. A preparação detalhada da superfície, a aplicação criteriosa do primer, a instalação em etapas e a realização de testes de estanqueidade foram determinantes para o sucesso do processo. Além disso, a obra exigiu soluções logísticas específicas, como a utilização de minigrua, passarelas e descarte controlado de resíduos, que asseguraram a continuidade do funcionamento do prédio durante os serviços.

Outro ponto relevante foi a necessidade de adaptação a pontos críticos, como as lajes dos condensadores e dos reservatórios, que demandaram maior atenção e execução de arremates específicos. A obra destacou, ainda, a importância de equipes especializadas e da supervisão técnica contínua, assegurando que cada fase fosse conduzida com rigor e em conformidade com as normas. Esse cuidado evitou retrabalhos e reforçou a compreensão de que a impermeabilização não se resume à aplicação da manta, mas envolve um conjunto articulado de etapas que se completam entre si.

Em síntese, o estudo reforça que a impermeabilização com manta asfáltica é uma solução técnica confiável, desde que associada a planejamento, fiscalização e execução qualificada. O caso da SEFAZ-BA exemplifica como a atenção aos detalhes, o cumprimento das normas e a integração entre teoria e prática são fundamentais para garantir a eficiência do sistema e a preservação da edificação. Assim, o trabalho contribui para consolidar a impermeabilização como elemento essencial da manutenção predial, reafirmando sua importância no campo da engenharia civil.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT **NBR 15575-2:2013** – Edificações habitacionais – Desempenho – Parte 2: Requisitos para os sistemas estruturais. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT **NBR 16747:2020** – Inspeção predial – Diretrizes, conceitos, terminologia e procedimentos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT **NBR 5674:2024** – Manutenção de edificações – Requisitos para o sistema de gestão da manutenção. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. **NBR 9574:2008** – Execução de impermeabilização. Rio de Janeiro, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. **NBR 9575:2010** – Impermeabilização – Seleção e projeto. Rio de Janeiro, 2010.

IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia. **Norma de Inspeção Predial IBAPE** – Nacional. São Paulo: IBAPE, 2025. Disponível em: https://biblioteca.ibape-nacional.com.br/wp-content/uploads/2025/06/norma-de-inspecao-predial-ibape-2025-2.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

IBAPE/SP – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo. **Inspeção Predial**: A Saúde dos Edifícios. 2. ed. São Paulo: IBAPE/SP, 2015. Disponível em: https://www.ibape-sp.org.br/adm/upload/uploads/1541781803-Cartilha-Inspecao_Predial_a_Saude_dos_Edificios.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

VEDACIT. **Manual técnico de impermeabilização de estruturas**. 4. ed. Disponível em: https://www.vedacit.com.br/. Acesso em: 29 out. 2024.

A EXTRATERRITORIALIDADE DAS LEIS E A LEI MAGNITSKY: IMPACTOS SOBRE A SOBERANIA NACIONAL E OS DIREITOS HUMANOS

Juliana Neimann da Cunha Ramos

Jéssica Hind Ribeiro Costa

RESUMO

Este artigo analisa a Lei Magnitsky (2012) e sua versão global (2016), destacando sua função extraterritorial no combate à corrupção e às violações de direitos humanos. Examina-se o caso Sergey Magnitsky, a expansão da lei para outros países e suas repercussões diplomáticas e comerciais. A partir da doutrina jurídica e das teorias das Relações Internacionais, discute-se a tensão entre soberania estatal e proteção internacional dos direitos humanos, apontando riscos e possibilidades de aplicação no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Lei Magnitsky. Direitos Humanos. Soberania.

ABSTRACT

This article analyzes the Magnitsky Act (2012) and its global version (2016), highlighting their extraterritorial function in combating corruption and human rights violations. It examines the Sergey Magnitsky case, the expansion of the law to other countries, and its diplomatic and commercial repercussions. Drawing on legal doctrine and International Relations theories, it discusses the tension between state sovereignty and the international protection of human rights, pointing out risks and possibilities of application in the Brazilian context.

Keywords: Magnitsky Act. Human Rights. Sovereignty.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar os impactos da aplicação de leis estrangeiras com efeitos transnacionais na soberania dos Estados e na proteção dos direitos humanos, tomando como estudo central a Lei Magnitsky. Essa legislação, aprovada nos Estados Unidos em 2012 e posteriormente ampliada pelo *Global Magnitsky Human Rights Accountability Act* em 2016, foi também adotada por Canadá, Reino Unido, Austrália e União Europeia, permitindo a imposição de sanções individuais contra agentes públicos ou privados acusados de corrupção ou violações de direitos humanos.

O problema central consiste em verificar até que ponto a extraterritorialidade de normas nacionais, como a Magnitsky, compromete a autonomia soberana dos Estados e, ao mesmo tempo, pode contribuir para a efetividade da proteção internacional dos direitos humanos. No caso brasileiro, a discussão revela-se particularmente relevante diante da inexistência de legislação equivalente e da forte dependência do país em relação a mercados internacionais.

A pesquisa tem como objetivos: (i) examinar o fenômeno da extraterritorialidade legislativa e seus reflexos na soberania; (ii) analisar a Lei Magnitsky como exemplo paradigmático; (iii) comparar seus efeitos a outras legislações com alcance transnacional, como o *Foreign Corrupt Practices Act* (EUA), o *UK Bribery Act* e a Lei Sapin II (França); e (iv) avaliar os potenciais impactos de sua adoção no Brasil.

Adota-se metodologia qualitativa, fundada em pesquisa bibliográfica e comparada. O artigo organiza-se em três seções: a primeira aborda a extraterritorialidade e seus fundamentos; a segunda examina a Lei Magnitsky e sua expansão; e a terceira analisa seus possíveis efeitos no contexto brasileiro. Por fim, as considerações finais retomam o problema central e sintetizam os principais achados.

2 EXTRATERRITORIALIDADE DAS LEIS

Ao vincular território, população, cultura e regramentos, aqueles que anteriormente eram elementos dispersos tornam-se algo novo e, ao mesmo tempo, possuidor de grande complexidade: o Estado-nação. Georg Jellinek, em sua *Teoria Geral do Estado*, sintetiza a formação estatal a partir de três pilares fundamentais: povo, território e poder soberano. Eric Hobsbawm (1990), por sua vez, observa que tradições culturais funcionam como reforço à coesão social necessária para a existência do Estado. Na contemporaneidade, a caracterização do indivíduo enquanto sujeito político e jurídico também depende de seu reconhecimento formal pelo ordenamento. Como destacam Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona (*Novo Curso de Direito Civil*), para ingressar plenamente na vida em sociedade não basta o nascimento biológico; é necessário o reconhecimento jurídico, expresso no registro civil, que confere existência formal perante o Estado.

Isto posto, no ordenamento jurídico brasileiro, a existência da pessoa é reconhecida a partir do nascimento com vida (art. 2º do Código Civil), mas é a certidão

de nascimento, regulada pela Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973), que a insere oficialmente na sociedade, atribuindo-lhe direitos (como a nacionalidade) e deveres (representados pela responsabilidade de seus genitores até a maioridade).

Os efeitos desses regramentos são tradicionalmente limitados a um espaço geográfico, sendo, portanto, territoriais. O princípio da territorialidade, como descreve Hans Kelsen em *Teoria Pura do Direito*, determina que a vigência da norma jurídica está circunscrita ao território do Estado que a edita. Em teoria, tudo aquilo que se estabelece fora dos domínios nacionais não produziria efeitos sobre estrangeiros que não estejam submetidos àquele ordenamento. Francisco Rezek (2021), em seu *Curso Elementar de Direito Internacional Público*, acrescenta que tal regra é verdadeira em princípio, salvo quando o próprio direito internacional ou tratados internacionais autorizarem a projeção da norma para além das fronteiras nacionais.

É nesse ponto que emerge o conceito de extraterritorialidade: a possibilidade de uma lei nacional produzir efeitos fora do território do Estado que a promulgou, alcançando pessoas, fatos ou situações localizadas em outros países. Embora excepcional, a extraterritorialidade se tornou um fenômeno cada vez mais frequente na ordem internacional contemporânea, especialmente em áreas sensíveis como a corrupção transnacional (*Foreign Corrupt Practices Act*, dos Estados Unidos), o suborno internacional (*UK Bribery Act*), o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro (*Lei Sapin II*, da França) e, mais recentemente, na imposição de sanções individuais por violações de direitos humanos (*Lei Magnitsky*).

Entretanto, ainda que partindo do princípio da eficácia caiba ao Estado cumprir as leis estabelecidas dentro do seu ordenamento jurídico, no âmbito das relações internacionais a dinâmica se dá em ambiente anárquico, como lembra Kenneth Waltz em *Theory of International Politics* (1979), no qual a ausência de uma autoridade central torna a interação entre os atores dependente de poder e influência. É nesse espaço que a extraterritorialidade adquire contornos geopolíticos: de instrumento jurídico, transforma-se também em mecanismo de pressão política, afetando diretamente a soberania dos Estados. A Lei Magnitsky, que ganhou espaço nos tabloides internacionais ao sancionar indivíduos de diferentes países acusados de corrupção ou violações de direitos humanos, ilustra de forma paradigmática essa tensão, tema que será aprofundado no próximo capítulo.

3 A LEI MAGNITSKY: ORIGEM, EXPANSÃO E EFEITOS PRÁTICOS

Sergey Magnitsky era um advogado russo que, em seu trabalho junto à Brother, descobriu um importante esquema de corrupção envolvendo grandes somas em dinheiro e autoridades russas em fraudes tributárias. Isso contrastava com um sentimento de grande sinceridade, de maneira que denunciar mostrava-se o caminho certo a seguir. Mal sabia ele que sua atitude o levaria à ruína.

Tempos após feita a denúncia, Sergey teve sua vida bastante vasculhada e, quando menos imaginava, recebeu a visita de oficiais russos, os quais o levaram de sua família sob o pretexto de que seria interrogado. Infelizmente, aquela seria a última vez que ele voltaria ao seu lar.

A denúncia apresentada por ele teria mudado de rumo quando, apesar de sua boa vontade em auxiliar, este teria se tornado o principal suspeito. Sua prisão, em 2008, indicou o início daquilo que se tornaria o verdadeiro calvário em sua vida, cuja duração se estendeu por longos onze meses e findou com seu falecimento em 16 de novembro de 2009, em uma prisão de Moscou.

Pesquisadores sobre o assunto apontam como motivos para a sua morte a negligência médica e os maus-tratos sofridos durante sua permanência no cárcere. Essa constatação tornou-se de suma importância aos olhos do mundo, muito em decorrência do descumprimento russo dos tratados universais da ONU, dos quais o país é signatário, a exemplo do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP, 1966), o qual, em seus artigos 7º e 10, aborda diretamente a proteção de presos contra a tortura e a garantia dos direitos humanos.

Não obstante, a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (CAT, 1984), firmada e ratificada pela URSS — da qual a Rússia é sucessora — protege os presos de maus-tratos e condições análogas às quais Sergey foi submetido, gerando grande espanto e repercussão.

Enquanto isso, fora da Rússia, Bill Browder, ex-chefe de Magnitsky, tornou-se o maior articulador político do caso após sua morte, refutando a narrativa de que o falecido seria o criminoso postulado pelo governo de seu país. Como o próprio Browder relata em *Red Notice* (2015), o episódio transformou-se em uma luta pessoal e política para responsabilizar autoridades russas e expor os mecanismos de corrupção que levaram à prisão e à morte de Magnitsky.

Deste modo, Browder atuou junto às organizações de direitos humanos, ONGs e congressistas norte-americanos, de modo a produzir, por parte dos EUA, sanções contra os envolvidos no caso.

Surpreendentemente, em 2013, a Rússia promoveu a condenação póstuma do advogado por fraude fiscal, o que teria sido recebido no estrangeiro como uma forma de legitimar o ocorrido. A negativa aos maus-tratos foi contundente e, diante das pressões estrangeiras, inspirou a promulgação, em 21 de dezembro de 2012, da Lei Dima Yakovlev, que proibia a adoção de crianças russas por cidadãos norte-americanos, como resposta à *Lex Magnitsky* promulgada nos Estados Unidos, como veremos a seguir.

O caso Magnitsky tornou-se amplamente acompanhado em nível internacional, como já mencionado, por seu ex-chefe Bill Browder, o qual, em constantes aproximações junto a estamentos do governo americano, impulsionou congressistas a aprovarem o *Sergei Magnitsky Rule of Law Accountability Act of 2012*[1]. Desde sua fundação, essa lei já trazia consigo os efeitos basilares para a função extraterritorial das retaliações impostas aos russos. Tal como observa Browder (2015), a morte de seu advogado transformou-se em símbolo de resistência contra a corrupção estatal e de defesa da dignidade humana.

Nesse sentido, apesar de sua validade em nível nacional, a legislação americana ultrapassaria o espaço geográfico, graças a atos que, embora formalmente não contemplassem a extraterritorialidade em seu positivismo, possibilitaram que, por meio desta, as sanções estabelecidas alcançassem efetividade. Essa percepção é confirmada por relatório da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (2014), que denunciou o descumprimento pela Rússia de normas mínimas de proteção a presos e de obrigações internacionais de direitos humanos.

Por meio desse ato, o governo americano estabeleceu pressões necessárias, e não belicosas, a fim de forçar indivíduos e/ou instituições a se adequarem às normas de direitos humanos e aos direitos fundamentais, sob pena de sofrerem as consequências da prática de violações.

No caso concreto, a *Magnitsky Act* visava, acima de tudo, impor sanções relacionadas ao congelamento de ativos financeiros, abrangendo: (i) bloqueio de bens e ativos nos Estados Unidos (contas bancárias, imóveis, investimentos, participações

em empresas e quaisquer recursos financeiros); (ii) proibição de transações com cidadãos e empresas norte-americanos; (iii) impossibilidade de realizar negócios com empresas sancionadas; (iv) restrição de vistos e entrada nos EUA; e (v) revogação de vistos existentes[2]. Como destacam Kartsonaki e Mikhail (2018), a grande inovação da lei foi a responsabilização direta de indivíduos, e não apenas de Estados, pelas violações de direitos humanos.

Importa salientar a delimitação apresentada pela *Magnitsky Act* original, sua abrangência e efeitos. O ato promulgado pelo presidente Barack Obama, em 2012, restringia-se aos cidadãos russos, em virtude do ocorrido, e aos efeitos intra territoriais das ampliações e limitações do direito americano.

Essa função tornou-se ainda mais relevante com a promulgação da *Global Magnitsky Human Rights Accountability Act*[3], em 2016, também pelas mãos do presidente Barack Obama. A nova lei permitia sancionar pessoas e/ou entidades de qualquer nacionalidade estrangeira, aplicando os mesmos instrumentos do ato original, que seguia vigente. Krasner (2017) ressalta que essa mudança representou um novo paradigma na política internacional, privilegiando sanções financeiras direcionadas em lugar de respostas militares tradicionais.

Assim, indivíduos, empresas ou autoridades governamentais estrangeiras que fossem constatadamente responsáveis por violações graves de direitos humanos ou por corrupção significativa poderiam ser sancionados, independentemente de terem afetado cidadãos americanos ou não.

A ampliação de seus efeitos foi crucial para consolidar a extraterritorialidade das sanções. A partir dela, legislações semelhantes foram promulgadas em países como Canadá (2017), Reino Unido (2018), Austrália (2021) e União Europeia (2020), de modo que as sanções emitidas pelos Estados Unidos poderiam resultar em efeito cascata em nível internacional, impossibilitando a presença dos sancionados em boa parte dos países mais ricos do mundo[4].

O caso Magnitsky tornou-se amplamente acompanhado em nível internacional, como já mencionado, por seu ex-chefe Bill Browder, o qual, em constantes aproximações junto a estamentos do governo americano, impulsionou congressistas a aprovarem o *Sergei Magnitsky Rule of Law Accountability Act of 2012*[1]. Desde sua fundação, essa lei já trazia consigo os efeitos basilares para a função extraterritorial das

retaliações impostas aos russos. Tal como observa Browder (2015), a morte de seu advogado transformou-se em símbolo de resistência contra a corrupção estatal e de defesa da dignidade humana.

Nesse sentido, apesar de sua validade em nível nacional, a legislação americana ultrapassaria o espaço geográfico, graças a atos que, embora formalmente não contemplassem a extraterritorialidade em seu positivismo, possibilitaram que, por meio desta, as sanções estabelecidas alcançassem efetividade. Essa percepção é confirmada por relatório da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (2014), que denunciou o descumprimento pela Rússia de normas mínimas de proteção a presos e de obrigações internacionais de direitos humanos.

Por meio desse ato, o governo americano estabeleceu pressões necessárias, e não belicosas, a fim de forçar indivíduos e/ou instituições a se adequarem às normas de direitos humanos e aos direitos fundamentais, sob pena de sofrerem as consequências da prática de violações.

No caso concreto, a *Magnitsky Act* visava, acima de tudo, impor sanções relacionadas ao congelamento de ativos financeiros, abrangendo: (i) bloqueio de bens e ativos nos Estados Unidos (contas bancárias, imóveis, investimentos, participações em empresas e quaisquer recursos financeiros); (ii) proibição de transações com cidadãos e empresas norte-americanos; (iii) impossibilidade de realizar negócios com empresas sancionadas; (iv) restrição de vistos e entrada nos EUA; e (v) revogação de vistos existentes[2]. Como destacam Kartsonaki e Mikhail (2018), a grande inovação da lei foi a responsabilização direta de indivíduos, e não apenas de Estados, pelas violações de direitos humanos.

Importa salientar a delimitação apresentada pela *Magnitsky Act* original, sua abrangência e efeitos. O ato promulgado pelo presidente Barack Obama, em 2012, restringia-se aos cidadãos russos, em virtude do ocorrido, e aos efeitos intra territoriais das ampliações e limitações do direito americano.

Essa função tornou-se ainda mais relevante com a promulgação da *Global Magnitsky Human Rights Accountability Act*[3], em 2016, também pelas mãos do presidente Barack Obama. A nova lei permitia sancionar pessoas e/ou entidades de qualquer nacionalidade estrangeira, aplicando os mesmos instrumentos do ato original, que seguia vigente. Krasner (2017) ressalta que essa mudança representou um novo

paradigma na política internacional, privilegiando sanções financeiras direcionadas em lugar de respostas militares tradicionais.

Assim, indivíduos, empresas ou autoridades governamentais estrangeiras que fossem constatadamente responsáveis por violações graves de direitos humanos ou por corrupção significativa poderiam ser sancionados, independentemente de terem afetado cidadãos americanos ou não.

A ampliação de seus efeitos foi crucial para consolidar a extraterritorialidade das sanções. A partir dela, legislações semelhantes foram promulgadas em países como Canadá (2017), Reino Unido (2018), Austrália (2021) e União Europeia (2020), de modo que as sanções emitidas pelos Estados Unidos poderiam resultar em efeito cascata em nível internacional, impossibilitando a presença dos sancionados em boa parte dos países mais ricos do mundo[4].

A aplicação da Lei Magnitsky, a partir de 2012, iniciou-se com a designação dos primeiros alvos, autoridades russas ligadas à morte de Sergey Magnitsky, cujos efeitos dentro do território americano foram instantâneos. A repercussão em nível internacional ocorreu em virtude do Sistema SWIFT e da utilização do dólar como moeda padrão das transações internacionais. Desse modo, a tese que sustentava a introdução da Lei Magnitsky como mecanismo punitivo contra violações aos direitos humanos resultou em grandes protestos das autoridades russas que, como já mencionado, responderam por meio da busca de alinhamento com países asiáticos, a exemplo da China, instituindo lista proibitiva de cidadãos americanos para entrar em seu território, incluindo políticos, ativistas e instituições promotoras do caso fora da Rússia.

Em 2016, com a promulgação da *Global Magnitsky Act*, seus efeitos extraterritoriais tornaram-se mais intensos e perceptíveis, atingindo alvos ligados não apenas à Rússia, mas também a Mianmar, à Arábia Saudita e à China. A imposição de sanções de cunho econômico e financeiro para a proteção dos refugiados demonstrou, em âmbito extraterritorial, importância imponente ao se analisar os casos implementados relacionados à *Global Magnitsky*. Dentre os exemplos de sancionados destacam-se Chen Quanguo, indivíduo chinês acusado de violações de direitos humanos contra a minoria uigur, impondo-a a condições de detenção e trabalhos forçados; Yahya Jammeh, da Gâmbia, acusado de abusos aos direitos humanos e de corrupção significativa durante seu governo; e Delyan Peevski, búlgaro, acusado de

corrupção, desvio de influência pública e tráfico de influência para obtenção de favorecimento em setores estratégicos.

Em todos os casos, a aplicação do congelamento de bens e ativos, a proibição de entrada e o bloqueio de transações bancárias, bem como a inclusão dos nomes na lista do OFAC, tornaram-se uma realidade. Do mesmo modo, a imposição de vultosas multas àqueles que descumpriram os regulamentos da Lei Global Magnitsky também se consolidou, a exemplo do ocorrido com o banqueiro suíço Bill Browder, acusado de violar as sanções comerciais ao realizar transações em dólares com países sob embargo, como Sudão, Irã e Cuba, em meados de 2014, anteriormente à instituição da *Global Magnitsky*.

Além disso, um indivíduo americano (*U.S. Person*) foi multado em US$ 45.179 por executar seis pagamentos, em janeiro de 2021, em favor de uma pessoa sancionada, com pleno conhecimento da nulidade dessas transações perante as autoridades americanas. Da mesma forma, um banco letão foi multado por envolvimento em lavagem de dinheiro relacionada ao caso Magnitsky, sendo obrigado a pagar a quantia de US$ 191.000,00 (cento e noventa e um mil dólares americanos).

A análise dos efeitos da *Magnitsky Act* e da *Global Magnitsky* evidencia que tais legislações transcendem a mera dimensão jurídica nacional, consolidando-se como instrumentos de política externa dotados de forte caráter extraterritorial. Ao vincularem o sistema financeiro internacional, sobretudo em razão da centralidade do dólar e da rede de compensação global, os Estados Unidos ampliaram o alcance de suas sanções, forçando indivíduos, empresas e até Estados estrangeiros a adequarem sua conduta sob pena de isolamento econômico e diplomático. Esse poder projetou-se também em alianças comerciais, uma vez que bancos e instituições financeiras ao redor do mundo passaram a adotar políticas de *compliance* mais rigorosas, para não incorrerem em penalizações semelhantes às impostas a casos emblemáticos.

Do ponto de vista diplomático, a resposta de países como Rússia e China deixou claro que a aplicação das sanções não apenas cria constrangimentos financeiros, mas também reconfigura relações bilaterais e blocos de poder, reforçando a percepção de que a *Magnitsky Act* e sua versão global se tornaram símbolos de uma nova forma de diplomacia coercitiva, cujo alcance internacional redefine a noção de soberania no campo dos direitos humanos.

4 SOBERANIA NACIONAL E A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

O conceito de soberania nacional tem origem na existência fática não apenas da constituição de um povo, formado por características peculiares e diversidade de símbolos que os definem e identificam interna e externamente (HOBSBAWM, 1990), mas também de sua permanência geográfica em posição de autodeterminação. Jean-Jacques Rousseau, em *O Contrato Social*, definiu tal autodeterminação como a capacidade de um povo de se autogovernar (ROUSSEAU, 1762), enquanto John Stuart Mill a concebia como o poder de decidir sobre si mesmo (MILL, 1859).

A partir dessa noção de independência manifesta, surge o sentido de proteção contra influxos domésticos e externos, abrangendo os bens jurídicos que compõem esse rol, os bens materiais e, acima de tudo, o território que os define. Ao longo da história, diversas fronteiras foram estabelecidas com base em marcos naturais de difícil acesso, como rios e montanhas (JELLINEK, 1900).

No Estado-nação moderno, o conceito de soberania é abordado, no campo jurídico, de modo relativizado. Para Hans Kelsen, a soberania nacional perde sua força absoluta quando a norma fundante nacional é refutada pelo direito internacional e seus instrumentos normativos (KELSEN, 1960). Norberto Bobbio, por sua vez, ressalta que, apesar das limitações do direito interno para resolver conflitos internacionais, a Declaração Universal de 1948 e os Pactos de 1966 passaram a ser reconhecidos como valores universais, devendo ser respeitados pelos Estados (BOBBIO, 1992).

Entretanto, ao se avaliar a realidade vigente, bem como os mecanismos coercitivos utilizados pelos países, percebe-se que, embora a norma jurídica trate a soberania como imprescindível, a teoria realista — especialmente em Hans Morgenthau — demonstra que a sobrevivência dos Estados está condicionada à sua capacidade de adaptação às pressões externas, estatais ou não (MORGENTHAU, 1948). Assim, o impacto das leis extraterritoriais evidencia que o poder estatal deve ser analisado não apenas em sua dimensão formal, mas sobretudo nas relações de interdependência entre as nações (WALTZ, 1979).

Essa perspectiva ganha relevo em contextos de sanções internacionais. Dois exemplos notórios são o embargo americano a Cuba, durante a vigência da União

Soviética, e as sanções impostas à Rússia após a anexação da Crimeia em 2014. No primeiro caso, como demonstra o documentário *Cuba and the Cameraman*, os impactos do embargo foram mitigados pelo apoio econômico e político da URSS. No segundo, mesmo diante da exclusão do Sistema Swift e da retirada de empresas americanas e europeias, a Rússia manteve sua economia ativa por meio do fortalecimento dos mercados locais, do alinhamento com os BRICS e do apoio chinês (GADDIS, 2005).

No que se refere à interdependência das nações, a Rússia conseguiu estruturar um bloco econômico paralelo ao dos países sancionadores, estabelecendo laços que lhe asseguraram sobrevida no cenário internacional. Contudo, até quando essa estrutura se sustentará é questão em aberto.

Já o caso Magnitsky, tanto na lei de 2012 quanto na Global Magnitsky de 2016, representa um enfoque distinto, por ter ampliado os efeitos extraterritoriais das sanções de forma individualizada. Nesse contexto, a negativa de cumprimento das medidas, seja por agentes públicos ou privados, pode resultar em multas e outras penalidades que atingem inclusive atores não diretamente sancionados (BROWDER, 2015).

Um exemplo hipotético seria a inclusão do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, na lista da OFAC. Essa situação implicaria, por parte das instituições financeiras brasileiras com atuação internacional, a obrigação de cumprir as medidas impostas pela Global Magnitsky, sob pena de prejuízos significativos. Tal hipótese demonstra como os efeitos extraterritoriais das sanções podem impactar diretamente a soberania nacional e, ao mesmo tempo, expor vulnerabilidades do sistema financeiro brasileiro em sua interdependência global.

Assim, o paradigma ingerência versus proteção, aplicado à realidade brasileira, assume contornos complexos. Considerando a interdependência internacional e a característica agroexportadora da economia nacional, é necessário avaliar se, em uma análise SWOT, o país deve privilegiar sua soberania nacional ou alinhar-se à proteção internacional dos direitos humanos. Tal escolha pode aproximar o Brasil de potências ocidentais, ao custo de aceitar ingerências externas, ou, alternativamente, de nações que priorizam seus próprios interesses, como a Rússia. Esse impasse projeta-se como questão central para a política externa brasileira: equilibrar a preservação da soberania com a afirmação de um compromisso efetivo com a proteção internacional dos direitos humanos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio da territorialidade, pelo qual se estabelece a concepção de que as soberanias vigoram apenas no espaço em que foram promulgadas ou, em caso de tratados internacionais, quando formalmente incorporados ao ordenamento jurídico nacional, tem sido constantemente desafiado. Esse desafio decorre da influência econômica e política das leis de caráter extraterritorial, que, mesmo assentadas na independência dos Estados, acabam por pressionar outros países a cumprirem suas deliberações, sob pena de sofrerem prejuízos significativos. Nesse sentido, Kelsen (1960) já apontava que a soberania é relativa e condicionada ao Direito Internacional, enquanto Bobbio (1992) ressaltava que os direitos humanos universais passaram a representar limites intransponíveis à soberania absoluta.

O caso Magnitsky — seja em sua versão nacional (*Magnitsky Act*) ou em sua ampliação global (*Global Magnitsky Act*) — evidencia esse fenômeno. Inspirada pelas graves violações de direitos humanos sofridas pelo advogado Sergey Magnitsky, a lei foi inicialmente concebida para punir seus algozes por meio de sanções estatais, promulgadas pelo Congresso norte-americano. Sua aplicação, primeiramente doméstica e voltada aos envolvidos russos, foi rebatida pelo governo da Rússia. Entretanto, com a promulgação da versão global, seus efeitos foram ampliados, alcançando indivíduos e instituições de diversos países, acusados de corrupção significativa e de violações sistemáticas aos direitos humanos. Essa lógica, como observa Morgenthau (1948), demonstra que a sobrevivência dos Estados depende de sua capacidade de responder a pressões externas, ainda que isso comprometa a concepção tradicional de soberania.

Essa expansão resultou em uma escalada de pressões capazes de afetar intensamente instituições e indivíduos cujas atividades mantêm vínculos, diretos ou indiretos, com os Estados Unidos. Assim, a aplicação da lei suscita debates relevantes no campo do Direito Internacional: de um lado, visa punir violações de direitos humanos; de outro, em casos de descumprimento — seja por atores privados ou estatais — pode gerar desgastes diplomáticos e punições econômicas que afetam significativamente as economias locais e, em última análise, comprometem a própria garantia dos direitos humanos nessas regiões. Tal tensão expressa o dilema apontado por Bobbio (1992), entre a ingerência externa e a proteção internacional de valores universais.

No que se refere ao caso brasileiro, a hipótese de inclusão do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, em listas de sanções internacionais levanta questões delicadas. Tal possibilidade implicaria restrições de entrada em determinados países, bem como repercussões no cumprimento das sanções por instituições financeiras brasileiras com vínculos externos. Esse cenário ilustra como medidas dessa natureza poderiam afetar a soberania nacional e projetar efeitos para além de seu objetivo inicial. Conforme Waltz (1979), em um sistema internacional marcado pela anarquia, a interdependência econômica torna os Estados vulneráveis às decisões tomadas pelas grandes potências, que projetam seu poder para além de suas fronteiras.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.

BROWDER, Bill. *Red Notice: a true story of high finance, murder, and one man's fight for justice*. New York: Simon & Schuster, 2015.

EUROPEAN UNION. *EU Global Human Rights Sanctions Regime*. Brussels: European Union, 2020.

GADDIS, John Lewis. *Surprise, security, and the American experience*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

JELLINEK, Georg. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1900.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KRASNER, Stephen D. *Power, the state, and sovereignty: essays on international relations*. London: Routledge, 2017.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

MILL, John Stuart. *On liberty*. London: Parker and Son, 1859.

MORGENTHAU, Hans J. *Politics among nations: the struggle for power and peace*. New York: Alfred A. Knopf, 1948.

REZEK, Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Martins Fontes, 1762.

STOLZE, Pablo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil*. 8. ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

UNITED STATES. *Magnitsky Act of 2012*. Washington, D.C.: Government Printing Office, 2012.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of international politics*. Reading: Addison-Wesley, 1979.

O CONSUMO DAS REDES SOCIAIS E A PRODUÇÃO DE LITERATURA NA FORMAÇÃO DO LEITOR CONTEMPORÂNEO.

Anna Catharina Maia Borges[1]

Liliane Vasconcelos[2]

RESUMO

A contemporaneidade tem nos colocado cada vez mais próximos da era digital, principalmente quando nos referimos à leitura. O presente estudo tem por objetivo analisar a inserção entre consumo das redes sociais e a produção de literatura no processo de formação do leitor. Com uma abordagem teórica interdisciplinar de abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo, a pesquisa recorreu à revisões bibliográficas de autores como Antonio Candido (2011), Paulo Freire (1968), Chartier (1999), Nicholas Carr (2011), Rildo Cosson (2006), além de análise exploratória de perfis literários no Instagram, TikTok, WhatsApp e Youtube analisados entre os anos de 2024 a 2025. Os resultados demonstraram que as redes sociais influenciam significativamente os hábitos de leitura, de maneira a democratizar o acesso e estimular novas formas de interação com o mundo literário. Para além disso, os resultados apontaram que essas plataformas, ao mesmo tempo em que despertam o interesse de novos leitores e constroem comunidades de leitura, questionam-se também sobre a profundidade pela qual a leitura é realizada.

Palavras-chave: Literatura contemporânea. Redes sociais. Leitura digital. Formação de leitores.

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, a contemporaneidade tem sido marcada pelo consumo massivo das redes sociais, o que vem promovendo mudanças extremamente significativas em todos os meios de cultura, pois a leitura, a formação de leitores e a literatura se relacionam. As novas tecnologias de smartphones, aparelhos de tablet e plataformas sociais para todos os gostos propiciaram um novo modo de leitura, no sentido de se questionar o que todas essas transformações permitem construir de leitores. Além disso, as plataformas literárias eram supostas entreter conversas ao incentivar a interação, mas, na atualidade, devido à pandemia, as plataformas literárias são vistas como instrumento para a literatura. Nessa perspectiva, a literatura passou a ocupar espaços relevantes dentro das redes sociais, circulando em múltiplos formatos, como as indicações de leituras, as resenhas, os fanfics, as performances de leituras e os vídeos curtos. Plataformas como Instagram, TikTok e WhatsApp tornaram-se um

[1] **Anna Catharina Maia Borges** – Graduanda em Letras Vernáculas- UCSAL .Bolsista PIBIC. E-mail: anna.borges@ucsal.edu.br

[2] **Liliane Vasconcelos** – Profª Orientadora PPGTAS/UCSAL. E-mail: liliane.vasconcelos@ucsal.br

espaço de difusão literária, nos quais a comunidade leitora e autores interagem de maneira dinâmica, fortalecendo comunidades de leitura e possibilitando que a literatura alcance públicos, que por muito tempo, encontravam-se afastados dos livros impressos.

O incentivo à leitura, historicamente, foi consolidado por meio de políticas públicas que democratizaram o acesso ao livro. O Programa Nacional Biblioteca da Escola (1997), reforçou o objetivo de fornecer obras paradidáticas e literárias às escolas públicas do Brasil, garantindo que crianças e adolescentes tivessem acesso à literatura de maneira sistemática.

Nesse olhar, a discussão sobre o papel das redes sociais como agentes de transformação da leitura é impactada pela questão central que visa responder esta pesquisa: as redes sociais influenciam a produção literária e formação de leitores?

De acordo com o relatório “O Brasil que Lê”, 2022, a maior parte dos projetos de incentivo à leitura está adaptado ao meio digital, evidenciando a importância das mídias digitais como ferramentas da mediação literária. O público jovem é alcançado por esse incentivo, mostrando a necessidade de discutir se a presença digital resulta efetivamente na formação de leitores críticos ou apenas em uma superficialidade do consumo imediato.

A forma como as pessoas se relacionam com o texto se tornou constantemente devido à navegação rápida do consumo de conteúdos gerado pela dinamicidade de compartilhamentos e visualizações. Plataformas como Youtube, TikTok têm perfis dedicados à promoção de livros , que circulam de maneira expansiva e geram um fortalecimento pela busca da leitura e conexão entre autores e leitores.

Nesses últimos anos, as redes sociais emergiram como um espaço relevante de mediação literária, ultrapassando o tradicionalismo presente nas escolas e nos livros impressos. Segundo Primo, 2021, os influenciadores digitais podem realizar sete dimensões de alcance: fama, influência, tecnologia, interação, profissionalização, alcance e finanças. Neste trabalho, destacam-se as habilidades de leituras multimodais compartilhadas pelos influenciadores em seus canais digitais, com dimensão tecnológica.

Pesquisas como a de Artenosul, 2022, ressaltam o papel das redes sociais como espaços de encontro para debates sobre literatura. As comunidades leitoras

emergentes nessas plataformas evidenciam a dinâmica e a interatividade, contribuindo para a compreensão da formação de leitores no cenário contemporâneo.

Pensando ainda na perspectiva da mediação literária, tradicionalmente associada ao espaço escolar e comunitário, blogs, vídeos e postagens literárias agora ampliam o acesso à leitura, mesmo para quem não se considera leitor. A convergência das mídias e a dinâmica de compartilhamento de conteúdos nas redes podem, se mediadas, amplificar a habilidade de ler criticamente.

As novas formas de leitura digital alinhadas com a BNCC – Base Nacional Comum Curricular que estabelece diretrizes para a formação de leitores críticos, possibilita a interpretação de diferentes fontes e formas de informação e linguagens no meio digital. Antônio Candido, em " O direito à literatura" defende que a literatura é um direito do ser humano na formação de sua consciência crítica e ética, ampliando a sua acessibilidade às tecnologias. Desta forma, este estudo de abordagem qualitativa, exploratório e descritivo, fundamentado teoricamente, visa analisar criticamente as relações entre redes sociais e a produção de literatura e suas implicações na formação de leitores, bem como possíveis interfaces e interações em situações pedagógicas.

Esse estudo, de abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo, fundamenta-se em bases teóricas para analisar criticamente a relação entre redes sociais e produção de literatura, refletindo sobre suas implicações na formação do leitor e possíveis interações em contextos pedagógicos. No primeiro momento, discutiremos a formação de leitores em comunidades digitais, destacando sua relevância na literatura e na vida do ser humano, como surgimento de novos suportes digitais e uma análise com perfil dos leitores. Logo em seguida, realizou-se uma análise documental e exploratória de perfis literários ativos em plataformas digitais como Instagram, TikTok, YouTube e WhatsApp no período de 2024 a 2025. Foram observados aspectos como estratégias de mediação de leitura, formas de engajamento com o público, conteúdos compartilhados e interações entre leitores e autores. Essa análise permitiu identificar práticas emergentes de circulação literária no ambiente digital, relacionando-as ao potencial de democratização do acesso à literatura e às novas dinâmicas de socialização da leitura.

O artigo encontra-se estruturado por sessões que articulam a literatura e o ambiente digital na formação do leitor contemporâneo. Inicialmente, apresenta-se uma visão histórica contextualizada com o sistema educacional de leitura no Brasil,

destacando políticas públicas, o papel das bibliotecas escolares e os desafios para promoção do hábito da leitura. Por seguinte, são discutidos os conceitos de letramento digital e em como essas novas tecnologias junto às plataformas digitais ampliam o acesso à literatura e promovem práticas de leitura multimodais. Posteriormente, são analisadas as redes sociais como espaço de mediação literária, com enfoque em comunidades leitores no Instagram, Tiktok, WhatsApp e expansão no Youtube, considerando suas dinâmicas de interações, engajamento e produção de conteúdo. Ao fim, a conclusão retoma as contribuições das práticas digitais e recursos digitais para a formação de leitores críticos, participativos e reflexivos.

2 OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO LEITOR NAS COMUNIDADES DIGITAIS.

A literatura, seja ela clássica, emergente ou digital, continua sendo um dos focos centrais para formação de leitores críticos, sensíveis e participativos do século XXI. Nesse cenário, torna-se imperativo não considerar apenas livros físicos, e deixar de lado a mediação cultural e tecnológica que molda a experiência da leitura, incluindo as redes sociais, plataformas de escrita colaborativa e mídias digitais. As transformações nos espaços de leitura exigem repensar o papel dos mediadores - os professores, bibliotecários e influenciadores digitais responsáveis - que despertaram o repertório literário, criticidade e envolvimento estético, não apenas o consumo rápido e superficial.

Quando se fala em formar leitores, temos que considerar que esse processo se refere não apenas à habilidade de leitura, pois o ser leitor carrega consigo a capacidade de compreender e interpretar as mais diversas tipologias textuais e também as expressões humanas. Isso também se adquire através da prática frequente de leitura literária (Zilberman, 2012, p. 19). Portanto, a literatura é a principal fonte de leitura capaz de formar leitores ativos e impulsionar nossa compreensão e criticidade.

As diretrizes da BNCC (2018) situam a leitura literária como eixo indispensável na área de Linguagens e suas Tecnologias, defendendo a formação integral dos alunos por meio de acesso a obras literárias diversas, apreciadas em sua dimensão estética, ética e cultural. Dados do Censo Escolar de 2020, apontam que metade das bibliotecas em escolas públicas estão sem funcionar, o que demonstra um pilar antagônico entre as propostas da Base Nacional Comum Curricular e as realidades escolares no Brasil. Nessa circunstância, as redes sociais e os ambientes digitais despontam como

possibilidades estratégicas para fazer convergir os objetivos normativos da regulação com práticas reais de leitura que dialoguem com os interesses dos jovens leitores, de maneira respeitosa, obtendo perfis culturais, suportes necessários e suas linguagens.

A leitura é fundamental para construção de um sujeito ativo e crítico na sociedade. O Programa Nacional Biblioteca da escola, é um exemplo das políticas públicas anotadas que visam garantir acesso a obras literárias de qualidade, mas não o simples acesso à garantia da leitura. Relatórios do TCU (2011) revelam que muitas bibliotecas escolares permanecem subutilizadas, evidenciando problemas infraestruturais e mediações dos docentes.

A literatura forma sujeitos críticos, ampliando sua percepção de mundo, como afirma Perrone-Moisés (1994). De acordo com Paulo Freire (1988, p.9), ler vai além de decodificações: é interpretar a realidade, unindo a leitura da palavra à leitura do mundo.

O letramento digital deve ser entendido como um processo dinâmico que envolve interações entre leitor e texto, mediado pelas práticas pedagógicas que favorecem a reflexão crítica, pensamento abrangido por Cosson, (2009). A perspectiva histórico-cultural da linguagem, sob olhar filosófico de Bakhtin, (1997), reconhece os múltiplos eventos da escrita e da leitura, ampliando a construção de sentidos e formação de sujeitos.

Segundo Zappone,(2008), os letramentos literários abrangem práticas que envolvem elementos ficcionais em diferentes linguagens, tais como: internet, cinema, televisão e histórias. O papel do educador encontra-se presente nessa óptica, potencializando a crítica dos alunos, utilizando as redes sociais e plataformas digitais como ferramentas de incentivo à leitura.

O censo escolar de 2020, aponta que cerca de 48% das escolas públicas não dispõem de bibliotecas em funcionamento, comprometendo o acesso à literatura e à leitura. São dados que revelam ainda mais os desafios da formação do leitor no Brasil e ressalta a urgência de se pensar em alternativas que dialoguem com a realidade dos estudos. Nesse contexto, as comunidades digitais tornam-se espaços de mediação possíveis, nos quais a leitura pode ser incentivada e ressignificada, contribuindo para suprir parte das lacunas deixadas pelas instituições tradicionais.

2.1 LER É DIGITAL: COMO O LETRAMENTO DIGITAL ESTÁ REDEFININDO O

LEITOR CONTEMPORÂNEO.

A leitura, em suas mais variadas formas, tem papel fundamental na formação do ser humano, de maneira a estimular o senso crítico, a imaginação e a capacidade de interpretação. É através dela que resgatamos lembranças das quais estão conectadas com cada momento de nossas vidas, seja por uma viagem inesquecível descrita sinteticamente em um livro de romance, ou a conhecer culturas, valores e lugares que carregam marcas históricas adentradas apenas pelo imaginário literário.

Por meio do pensamento de Castells (2018, p.26) em 1990, apontando a popularização da internet e a democratização do acesso à informação, transformou práticas sociais e culturais relacionadas à leitura, tornando-a possível de forma rápida e alcançável pela sua circulação. A leitura digital, contudo, apresenta desafios específicos como se problematiza: “A divisão da atenção exigida pela multimídia estressa ainda mais nossas capacidades cognitivas, diminuindo nossa aprendizagem e enfraquecendo a nossa compreensão” (Carr, 2011, p.26).

Através desse posicionamento nota-se a perda de um modelo de leitura antes aceito, redescobrindo que o letramento digital propõe que o leitor contemporâneo seja sujeito híbrido, imerso no mundo literário e nas infinidades de textos que seu próprio conhecimento pode dispor. Jenkins (2009, p.25) enfatiza que a cultura participativa incentiva a produção e compartilhamento de conteúdos tornando o indivíduo um sujeito ativista com o texto.

Nesse contexto, as redes sociais são mais que páginas simplórias de divulgações, elas emergem como ambientes dinâmicos de mediação e circulação de textos. Ao integrarem múltiplas linguagens como textos, imagens e vídeos ao mesmo tempo, essas plataformas impulsionam o desenvolvimento de um letramento digital multifacetado. Para além das exposições das obras, a pesquisa demonstra que esses espaços constroem comunidades de pertencimento, promovendo diálogo e compartilhamento de saberes.

O levantamento de dados desta pesquisa demonstra como a diversidade e o engajamento caminham para a construção formal do leitor. No Instagram, perfis como (@devaneios_livros) e (@grifeinumlivro) somam mais de 100 mil seguidores e 89,5 mil compartilhamentos diários, combinando resenhas, trechos marcantes e recomendações de leitura. Hashtags como “#leiamais, #reelsliterario, #booklover”

fortalecem o senso de pertencimento e a comunidade viral. No Youtube, canais como Literature-se, de domínio da (@MellFerraz e @JuCiqueira) oferecem vídeos mais longos dos quais encontrados no Bookstagram, e ampliam o debate para reflexão literária, somado ao TikTok. O Wattpad, aproxima os leitores da autoria e os instiga a participação e consumo consciente, dando voz e vez para também se tornarem autores.

Pensar em letramento digital e formação do leitor é, antes de tudo, notar como as redes sociais desempenham um papel significativo na área da Educação. Nos anos anteriores, durante a pandemia do Covid-19, professores e alunos precisaram reinventar suas práticas pedagógicas em meio ao isolamento. Com a suspensão das aulas presenciais em todo país, o ensino foi radicalmente modificado. Nesse sentido, o uso das mídias digitais, como o Youtube, TikTok, Instagram e WhatsApp tornou-se essencial para manter o contato com os alunos e garantir a continuidade da rotina pedagógica de maneira online. Dessa forma, plataformas como o Instagram não apenas ampliam o acesso à literatura, mas também favorecem a construção dessa comunidade leitora e mediada pelos conhecimentos virtuais.

2.2 AS REDES SOCIAIS E A FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES LEITORAS

As redes sociais se consolidam como espaços fundamentais para construção de comunidades leitoras, oferecendo novas formas de interação entre leitores e conteúdo literário. Plataformas como Instagram, TikTok, YouTube e WhatsApp possibilitam que os usuários compartilhem resenhas, citações e trechos de obras, fortalecendo laços de pertencimento a esse “mundo” literário.

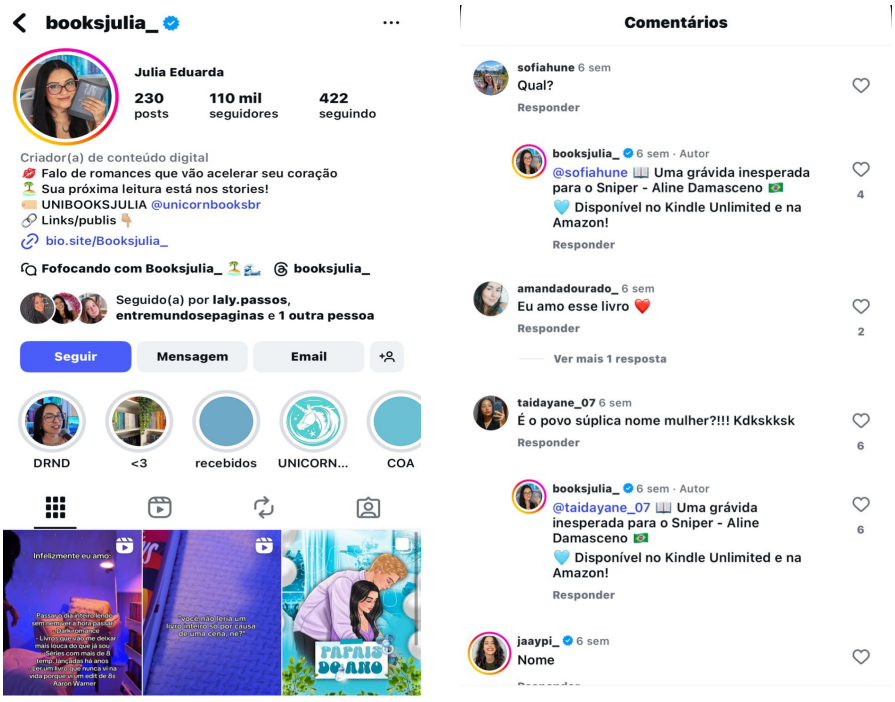
Nessa pesquisa, realizou-se uma análise documental e exploratória de perfis literários ativos nas redes sociais, nos respectivos períodos de 2024 e 2025, observando estratégias de mediação da leitura e interações entre leitores e autores. Essa análise permitiu que conteúdos fossem compartilhados e leitores e autores interagissem. Essa análise permitiu identificar práticas emergentes de circulação literária no ambiente digital, relacionando-as ao potencial de democratização do acesso à literatura e às novas dinâmicas sociais da leitura.

No Bookstagram - comunidade dentro do instagram em que as pessoas voltam seus “posts” para dialogar acerca de livros. os perfis analisados NumLivro (@grifeinumlivro), Júlia Eduarda (@booksjulia) e Pedro Pacífico (@bookter) se

destacam pelo engajamento e circulação de conteúdos literários que despertam interesse por diferentes gênero e autores. O perfil NumLivro, com aproximadamente 4,4 mil seguidores, pública vídeos semanais que destacam trechos e resenhas de obras literárias. As postagens alcançam entre 10.000 e 25.000 visualizações, com taxa de engajamento estimada entre 5% a 8%, evidenciando uma comunidade ativa que não apenas consome conteúdo, mas também comenta, compartilha e interpreta textos, configurando práticas de mediação da leitura digital.

A páginá (@booksjulia_), de autoria Júlia Eduarda, com 114 mil seguidores, divulga sobretudo romances e resenhas rápidas. As postagens recebem muitas curtidas e comentários, revelando a construção de uma comunidade leitora que comentou sobre as obras, dá dicas de outros livros e participa de enquetes e desafios literários. A interação, portanto, permite que o feed funcione como um ambiente de produção de sentidos, estendendo o espectro de experiência literária.

Figura 1 - Feed do perfil @booksjulia_, visualizado pelo dispositivo eletrônico.



Fonte: https://www.instagram.com/booksjulia_/.Acesso: 18/09/2025

O perfil (@bookster), cujo responsável é Pedro Pacífico, conta com 832 mil seguidores. O perfil faz publicações variadas que envolvem livros, listando resenhas, indicações, reflexões literárias, entre outros. Dessa forma, o alcance do perfil é bastante atingível, tendo em vista o alto número de alcance, fazendo com que as publicações

atinjam dezenas de milhares de visualizações e várias discussões entre os comentários; favorece, assim, a mediação da leitura e a circulação de obras entre diferentes pessoas.

Figura 2 - Feed do perfil @bookster, visualizado pelo dispositivo eletrônico.

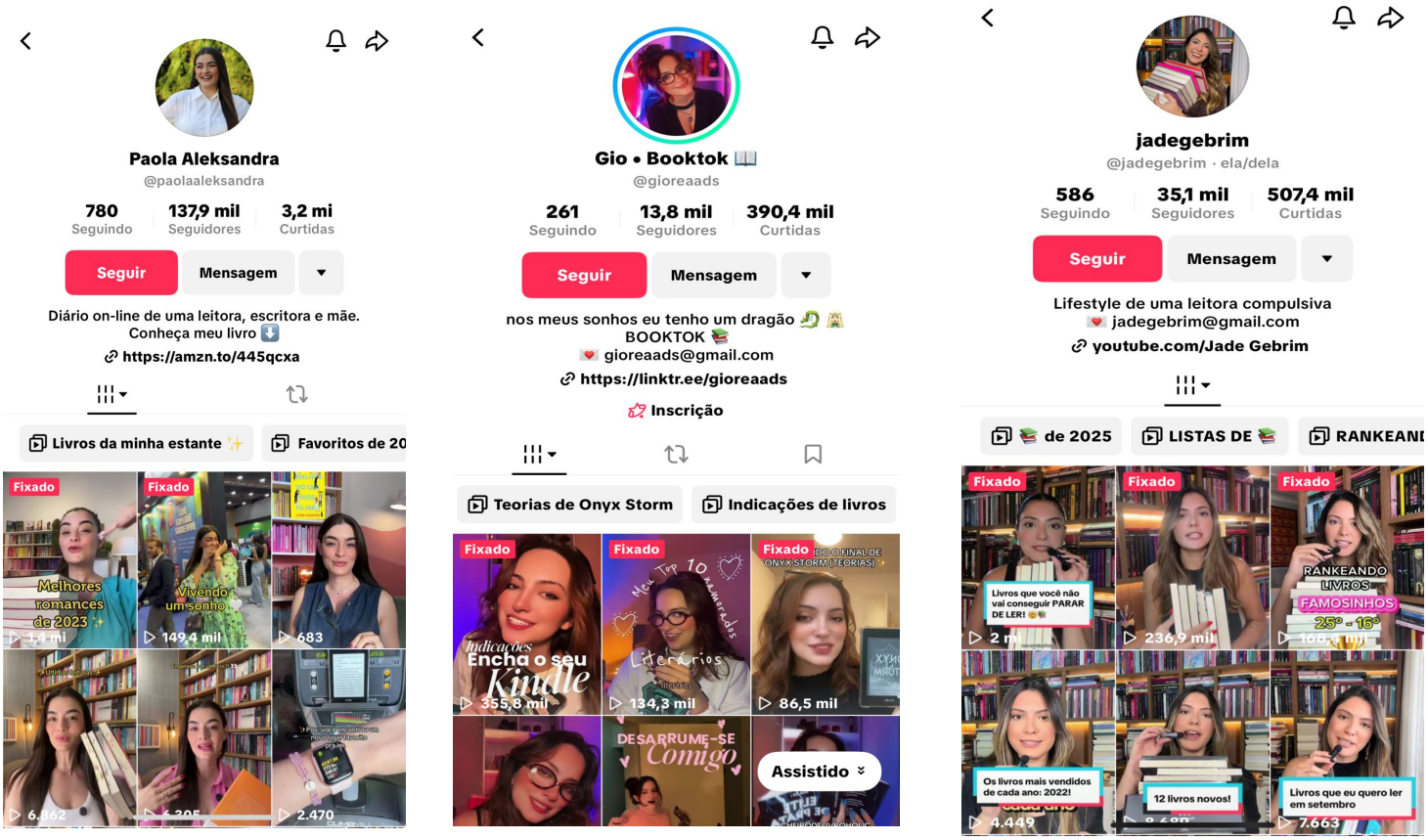


Fonte: https://www.instagram.com/bookster/.Acesso: 18/09/2025

No BookTok destacam-se Paola Aleksandra (@paolaalesksandra), Jade Gebrim (@jadegebrim) e Giorgia Reands (gioreaads) pela capacidade de engajamento e conteúdos criativos/interativos. Esses perfis compartilham resenhas, trechos de obras, leituras rápidas e recomendações de livros, estimulando o debate e reflexão crítica da literatura. Em média, essas páginas se destacam por alcançar entre 45% a 60% do público total de seguidores em visualização, com taxa de engajamento correspondente a 9% a 15% (com interação ativa e comentários relevantes). A dinamicidade na plataforma, baseada em vídeos curtos, permite que mesmo em perfis com baixo número de seguidores alcancem o público amplo, o que potencializa a circulação de obras e o interesse em diferentes gêneros literários. As interações com comentários e respostas em vídeos reforçam esse engajamento, aproximando os seguidores, autores

e as comunidades digitais de leitura. Embora os dados de compartilhamento/visualizações e seguidores variem, é evidente que esses perfis contribuem para a democratização do acesso à literatura e para o fortalecimento de práticas de mediação a leitura, circulação cultural discutidas na pesquisa.

Figuras 3 - Feed dos perfis @gioreaads, @paolaaleksandra e @jadegebrim visualizado pelo dispositivo eletrônico.



Fonte: https://www.tiktok.com/gioreaads/.Acesso: 18/09/2025

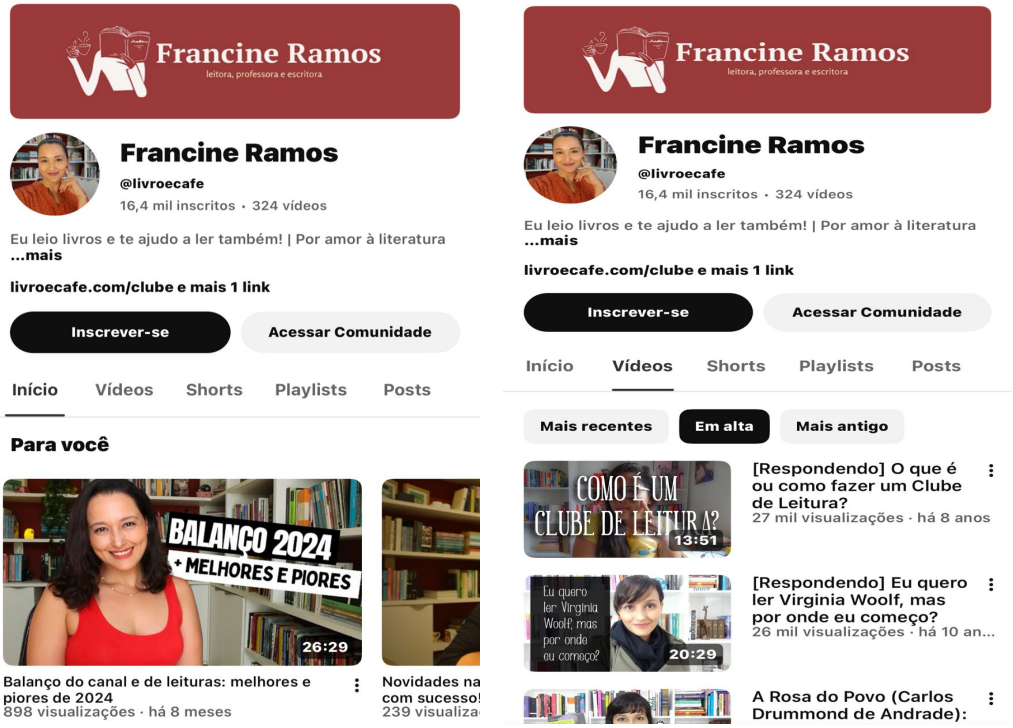
Fonte: https://www.tiktok.com/jadegebrim/.Acesso: 18/09/2025

Fonte: https://www.tiktok.com/booksjulia_/.Acesso: 18/09/2025

No Youtube, canais literários combinam resenhas, debates e conteúdos educativos, promovendo a mediação mais estruturada da leitura. Os vídeos são mais longos e até usados em suporte acadêmico para muitos leitores. Nele também encontramos comunidades acadêmicas que mediam a leitura e fomentam esse espaço crescente e estruturado virtual. Tem-se como referência o canal Livro No YouTube, canais literários combinam resenhas, debates e conteúdos educativos, promovendo

uma mediação mais estruturada da leitura. O canal de Francine Ramos e seu livro, chamado Livro & Café, com 16,4 mil inscritos e cerca de 324 vídeos, traz para o ambiente digital resenhas e discussões críticas de obras contemporâneas e clássicas. A recorrência das postagens, além das frequentes respostas aos comentários, sugere um processo de mediação acerca de literatura e sociedade, levando o público a uma percepção crítica da realidade para depois se lançar à compreensão do texto no mesmo sentido das ideias de Freire sobre leitura do mundo antes das palavras.

Figura 4 - Feed do perfil @bookster, visualizado pelo dispositivo eletrônico.



Fonte: https://www.youtube.com/francineramos/.Acesso: 18/09/2025

Os perfis funcionam como espaços ativos de mediação da leitura e circulação literária. Apesar dos diferentes formatos e alcance, todos os perfis analisados promovem interações, compartilhamentos de experiências e construção coletiva de sentidos, envolvendo seguidores de maneira participativa. Essas plataformas ampliam o acesso a obras e autores, fortalecendo comunidades leitoras e estimulam a reflexão crítica, mostrando que o engajamento digital vai além do consumo passivo, tornando-se um importante mecanismo de formação de leitores contemporâneos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo atual demonstrou que as redes sociais desempenham um papel transformador na formação de leitores, otimizando o acesso à literatura e proporcionando novas formas de interação com textos. Plataformas como Instagram, TikTok, WhatsApp não apenas atuam como facilitadores do consumo literário, mas também incentivam práticas de leitura colaborativa, reflexiva e criativa, que contribuem para construção de comunidades leitoras ativas e diversificadas.

O olhar para o digital, por si só, não garante o desenvolvimento de leitores críticos. A pesquisa reitera a importância das mediações, seja pelos professores, por influenciadores digitais responsáveis ou por projetos educativos. É essencial para o orientador, ao assumir o papel de mediador, orientar e interpretar, analisando e refletindo sobre o conteúdo consumido. Nesse sentido, as redes sociais funcionam como ferramentas complementares, que integraram às práticas pedagógicas e ampliaram as oportunidades de engajamento literário.

Outrossim, busca-se por meio deste estudo evidenciar que a convergência entre tecnologia digital e literatura não apenas redefine hábitos de leitura, mas também amplia o conceito de leitor contemporâneo, que navega entre as diferentes linguagens, suportes e formatos textuais. Dessa forma, o estudo reforça a importância de compreender as novas formas de leitura digital como elementos constitutivos do letramento literário na sociedade atual, oferecendo subsídios para políticas públicas, práticas educativas e iniciativas para promoção da leitura.

Conclui-se portanto que, quando bem mediadas, as redes sociais potencializam a formação de leitores críticos e participativos, capazes de interagir com o universo literário de maneira significativa, colaborativa e contextualizada, garantindo assim uma relação acessível ao meio digital e de forma relevante, reafirmando a literatura como direito, experiência e instrumento de formação cidadã no século XXI.

AGRADECIMENTOS

Expresso meu reconhecimento à Universidade Católica do Salvador, pelo apoio acadêmico e estrutural, fornecido durante a execução deste estudo, assim como sua referência institucional ao fomentar o compromisso com o estímulo à pesquisa científica, principalmente através do programa PIBIC. Minhas gratificações também se

estendem ao corpo docente universitário, uma vez que facilitaram o aprendizado até o presente momento, principalmente a professora Liliane Vasconcelos, cuja orientação e apoio foi crucial para o desenvolvimento deste projeto e a progressão desta apresentação.

REFERÊNCIAS

ARTENOSUL. Hábitos de consumo literário mudam durante a pandemia. 2022. Disponível em: https://www.artenosul.com.br/habitos-de-consumo-literario-mudam-durante-a-pandemia. Acesso em: 12 mar. 2024.

BAHIA NOTÍCIAS. *Dia do Livro: Conheça criadores de conteúdo baianos que impulsionam a cena literária nas redes sociais*. 2025. Disponível em: https://www.bahianoticias.com.br/bnhall/noticia/7884-dia-do-livro-conheca-criadores-de-conteudo-baianos-que-impulsionam-a-cena-literaria-nas-redes-sociais. Acesso em: 24 abr. 2025.,

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/censo-escolar. Acesso em: 06 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Brasília: MEC, 2023. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/biblioteca-escolar. Acesso em: 06 jul. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). Relatório de fiscalização sobre o ensino público no Brasil. Brasília: TCU, 2011. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital. Acesso em: 06 jul. 2025.

CANDIDO, Antonio. *O direito à literatura*. In: Vários Escritos. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ouro sobre Azul, 2011. p. 169–191.

CARR, Nicholas. *A geração superficial: o que a internet está fazendo com os nossos cérebros*. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

CARR, Nicholas. *A pequena máquina de atenção: como a internet está mudando a forma como pensamos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Unesp, 1999.

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2009.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1989.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Relatório Brasil no PISA 2021*. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/avaliacao-internacional/pisa-2021. Acesso em: 23 abr. 2025.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.

MOISÉS, Leila Perrone. *A forma difícil: ensaios sobre a modernidade literária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *PISA 2018 Results (Volume I): What Students Know and Can Do*. Paris: OECD Publishing, 2019. Disponível em: https://www.oecd.org/pisa/publications/pisa-2018-results.htm. Acesso em: 23 abr. 2025.

OLIVEIRA, Sara Mendonça Poubel de. Wattpad: leitura e escrita no âmbito da internet. *PontodeAcesso: Revista do Instituto de Ciência da Informação da UFBA*, v. 15, n. 1/2, p. 125–137, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.9771/rpa.v15i1/2.37642. Acesso em: 07 jul. 2025.

PRIMO, Luciana. *Dimensões para o estudo dos influenciadores digitais*. 2021.

PROLIVRO. *O Brasil que lê: Mapeamento e análise de projetos de formação de leitores no Brasil*. 2022. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2022/03/O_Brasil_Que_Le_-_Mapeamento_e_analise_de_projetos_de_formacao_de_leitores_no_Brasil.pdf. Acesso em: 2025.

PROLIVRO. *O Brasil que lê: relatório de leitura e mercado editorial*. 2022. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/. Acesso em: 07 jul. 2025.

RESENDE, Marisa; LIMA, Rafael. Marco Civil da Internet: uma análise da regulação da liberdade de expressão e da privacidade na rede. *Revista de Direito, Estado e Telecomunicações*, v. 8, n. 1, p. 93-112, 2016.

SILVA, A. C. P. da; SANTOS, J. P. OLIVEIRA, C. C. de. *Mediadores sociais de leitura: pontes para a experiência literária*. Revista ICI, Salvador, v. 9, n. 2, p. 167–179, jul./dez. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/11956/8600. Acesso em: 24 abr. 2025.

SOUSA, Roberto Acízelo de. *Teoria da literatura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

STATISTA. Número de usuários ativos no Instagram no Brasil. 2023. Disponível em: https://www.statista.com/. Acesso em: 07 jul. 2025.

ZANCANARO, Lílian; SILVA, Priscila. Literatura nas redes: práticas de leitura e mediação digital. *Revista Comunicação & Educação*, São Paulo, n. 25, p. 37-52, 2020.

ZAPPONE, Maria Elisa Siqueira. *Letramento literário e formação do leitor: o lugar da literatura infantil e juvenil na escola*. In: PAULINO, Graça; COSSON, Rildo (org.). *Letramento literário: teoria e prática*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 41–60.

O PAPA FRANCISCO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PROMOVENDO A ECOLOGIA INTEGRAL E CIDADÃ

Romero de Albuquerque Maranhão[1]

RESUMO

Este artigo explora as significativas contribuições do Papa Francisco para o campo da educação ambiental, com foco na sua visão de Ecologia Integral. Analisa-se como seus pronunciamentos, notadamente nas encíclicas Laudato Si' (2015) e na exortação apostólica Laudate Deum (2023), oferecem um arcabouço ético e pedagógico para enfrentar a crise socioambiental contemporânea. O texto argumenta que o conceito de Ecologia Integral do Papa vai além de uma perspectiva meramente ambientalista, ao conectar intrinsecamente a degradação da natureza com a injustiça social e a "cultura do descarte", desafiando o paradigma tecnocrático dominante. Para enriquecer a análise, estabelece-se um diálogo com diversos teóricos da ecologia social, da ética ambiental, da sociologia do consumo e da pedagogia crítica, que corroboram e aprofundam as ideias papais. A metodologia empregada baseia-se em pesquisa qualitativa, com análise documental dos textos papais e revisão bibliográfica para fundamentação teórica. O artigo discute as implicações pedagógicas dessa visão, propondo currículos transdisciplinares, metodologias ativas e o fomento de "virtudes ecológicas" para uma "conversão ecológica" efetiva. Finaliza-se apontando desafios e potencialidades para a implementação de uma educação ambiental inspirada na Ecologia Integral, que capacite indivíduos e comunidades a serem guardiões da "Casa Comum" e promotores de um futuro mais justo e sustentável.

Palavras-chave: Ecologia. Sustentabilidade. Educação Ambiental. Cidadania.

1 INTRODUÇÃO

A crise ambiental e climática contemporânea, caracterizada por fenômenos como as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a degradação dos ecossistemas, representa um dos maiores desafios para a humanidade no século XXI. Suas ramificações se estendem além do âmbito ecológico, impactando diretamente as esferas sociais, econômicas, políticas e éticas, acentuando desigualdades e ameaçando a sustentabilidade do planeta (IPCC, 2023). Diante dessa complexidade, torna-se imperativo buscar soluções que transcendam as abordagens meramente técnicas e políticas, englobando uma profunda transformação cultural e de valores.

Nesse cenário, a voz do Papa Francisco emergiu como um catalisador global, elevando a questão ambiental a um novo patamar de urgência moral e ética. Seus pronunciamentos, em especial a encíclica Laudato Si': Sobre o Cuidado da Casa Comum (2015) e a exortação apostólica Laudate Deum (2023), representam marcos

[1] Pós Doutor, PPGTAS/UCSAL, romeroalbuquerque@bol.com.br.

significativos. Neles, o Papa não apenas diagnostica os problemas ambientais, mas propõe uma visão holística e interconectada, a Ecologia Integral, que desafia paradigmas dominantes e convoca a uma "conversão ecológica" profunda. Essa perspectiva papal, que conecta indissociavelmente o clamor da Terra ao clamor dos pobres, oferece um arcabouço conceitual e ético de grande relevância para o desenvolvimento de uma educação ambiental transformadora.

Este artigo se propõe a analisar as contribuições do Papa Francisco para a educação ambiental a partir da lente da Ecologia Integral. Busca-se compreender como suas ideias podem fundamentar práticas pedagógicas mais amplas e engajadoras, que transcendam a mera transmissão de informações e promovam uma mudança de atitudes e estilos de vida. Para tanto, o estudo estabelecerá um diálogo crítico com diversos teóricos da ecologia social, da ética ambiental, da sociologia do consumo e da pedagogia, demonstrando as ressonâncias e aprofundamentos de suas propostas.

A metodologia empregada é de natureza qualitativa, pautada pela análise documental dos principais textos papais e por uma revisão bibliográfica aprofundada da literatura pertinente. O artigo estrutura-se, após esta introdução e a apresentação da metodologia, em seções que exploram a Ecologia Integral como um novo paradigma, suas implicações pedagógicas e metodológicas para a educação ambiental, culminando na discussão de desafios e potencialidades para a implementação dessa visão transformadora. O objetivo final é demonstrar que a perspectiva do Papa Francisco, ao integrar fé, ciência e justiça social, oferece um caminho robusto e inspirador para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis com a "Casa Comum".

2 ECOLOGIA INTEGRAL: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CRÍTICA DE UM NOVO PARADIGMA

O conceito de Ecologia Integral é o pilar da contribuição do Papa Francisco. Ele rompe com visões segmentadas da realidade, defendendo que a crise ambiental e a crise social não podem ser compreendidas separadamente. A degradação da natureza está intrinsecamente ligada à degradação humana e à injustiça social. Essa perspectiva desafia o paradigma tecnocrático dominante, que frequentemente prioriza o

crescimento econômico ilimitado e a dominação da natureza, sem considerar suas consequências éticas e sociais.

A Ecologia Integral baseia-se na ideia de que "tudo está interligado". Essa interconexão encontra ressonância em diversos campos do pensamento ambiental e social:

- ✓ **Interconexão de Sistemas**: Não existe uma crise ambiental isolada da crise econômica, política, social ou cultural. A poluição do ar, por exemplo, afeta desproporcionalmente as comunidades mais pobres, que vivem perto de indústrias poluentes. Essa perspectiva se alinha com a Ecologia Social de pensadores como Murray Bookchin, que argumentava que as raízes da crise ecológica residem nas hierarquias sociais e na dominação humana sobre a natureza, reflexos da dominação de seres humanos por outros (BOOKCHIN, 1980).
- ✓ **Crítica ao Antropocentrismo Exagerado e ao Paradigma Tecnocrático**: O Papa Francisco questiona um antropocentrismo desviado, que coloca o ser humano como dominador absoluto da natureza, esquecendo-se de sua condição de parte integrante e corresponsável pela criação. Ele propõe um antropocentrismo adequado, que reconhece a dignidade humana, mas também a responsabilidade para com as demais criaturas. Essa crítica ao domínio irrestrito da técnica sobre a vida ressoa com a filosofia de Hans Jonas e seu "Princípio Responsabilidade", que defende uma ética para a civilização tecnológica, baseada na precaução e na responsabilidade para com o futuro (JONAS, 2006). Da mesma forma, a crítica ao paradigma tecnocrático encontra ecos na obra de pensadores como Jacques Ellul, que já na metade do século XX alertava para a autonomia e o poder avassalador da técnica na sociedade moderna, tornando-a um fim em si mesma (ELLUL, 1964).
- ✓ **Diálogo entre Ciência e Ética**: A Laudato Si' integra dados científicos sobre as mudanças climáticas com reflexões éticas e espirituais, demonstrando que a fé pode e deve dialogar com a ciência para enfrentar os desafios contemporâneos. Essa busca por uma abordagem transdisciplinar do problema ecológico pode ser relacionada à proposta

de Edgar Morin e seu "pensamento complexo", que advoga a necessidade de interligar saberes para compreender as complexidades do mundo (MORIN, 2000).

- ✓ **Dívida Ecológica e Justiça Intergeracional**: O Papa destaca a "dívida ecológica" que os países desenvolvidos têm com os países em desenvolvimento, que sofrem mais os impactos da crise climática, apesar de historicamente terem contribuído menos para ela. Isso implica uma responsabilidade ética para com as gerações futuras, garantindo que o planeta seja habitável para elas. Essa preocupação com a justiça ambiental e intergeracional é central para teóricos como Robert Bullard, um dos pioneiros na justiça ambiental, que demonstra como as comunidades minoritárias e de baixa renda são desproporcionalmente afetadas pela poluição e pelos desastres ambientais (BULLARD, 1990).
- ✓ **A "Cultura do Descarte"**: O Papa Francisco cunha o termo "cultura do descarte" para descrever uma sociedade que não só descarta bens materiais rapidamente, mas também descarta pessoas – os idosos, os pobres, os migrantes – e a própria natureza. Essa crítica ao consumismo e à efemeridade das relações e dos objetos pode ser aproximada das análises de Zygmunt Bauman sobre a "modernidade líquida", onde as relações são fluidas e descartáveis, e o consumo se torna a principal forma de identidade e de pertencimento, levando a um ciclo de produção, consumo e descarte acelerado (BAUMAN, 2001).

3 IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS E METODOLÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A visão do Papa Francisco transcende o discurso e oferece um roteiro claro para a educação ambiental. Se o objetivo é a "conversão ecológica", as práticas pedagógicas devem ir além da mera transmissão de informações, buscando uma transformação de atitudes e valores.

As implicações pedagógicas da Ecologia Integral incluem:

- **Educação para a Cidadania Ecológica Global**: Mais do que formar indivíduos conscientes, a educação ambiental deve capacitar cidadãos engajados e

solidários. Isso implica o desenvolvimento de **virtudes ecológicas** como a gratidão, a generosidade, a compaixão e a simplicidade, que contrapõem a cultura do consumismo e do descarte. Essa perspectiva se alinha com a **Educação Ambiental Crítica**, defendida por autores como Carlos Frederico Loureiro, que argumenta que a educação ambiental não é neutra, mas um ato político voltado para a emancipação social e a transformação das relações de poder que geram a injustiça socioambiental (LOUREIRO, 2004). A busca por uma "cidadania ecológica" ressoa com a ideia de uma **cidadania planetária**, proposta por teóricos da Ecopedagogia.

- **Currículos Transdisciplinares e Interdisciplinares**: A complexidade da Ecologia Integral exige abordagens que integrem diversas áreas do conhecimento. Projetos que conectam ciências naturais, história, geografia, ética, sociologia, artes e até teologia podem enriquecer a compreensão dos alunos sobre as causas e consequências da crise ambiental e as possíveis soluções. A **Pedagogia da Terra**, de autores como Moacir Gadotti e Francisco Gutiérrez, é um exemplo de corrente que corrobora a necessidade de uma educação que reconheça o planeta como uma comunidade viva, onde tudo está interconectado, e que promova a aprendizagem do "sentido das coisas a partir da vida cotidiana" (GADOTTI; GUTIÉRREZ, 2006).
- **Metodologias Ativas e Experienciais**: Para promover a "conversão ecológica", a educação deve ser prática e envolvente. Isso inclui a implementação de hortas escolares, projetos de reciclagem e compostagem, visitas a ecossistemas locais, e o envolvimento em iniciativas comunitárias de sustentabilidade. Aprender fazendo e experimentando, como defendido por John Dewey em sua pedagogia da experiência, reforça o senso de pertencimento e responsabilidade (DEWEY, 1959).
- **O Papel da Família e da Comunidade**: A *Laudato Si'* enfatiza a família como o "primeiro lugar de educação" para o cuidado com a vida e o meio ambiente. A educação ambiental deve, portanto, buscar a parceria com as famílias e envolver as comunidades locais, valorizando o conhecimento tradicional e as práticas sustentáveis já existentes. Isso se alinha com a ideia de uma **educação dialógica** e **contextualizada**, defendida por Paulo Freire, onde o saber se constrói na interação entre os sujeitos e com o seu ambiente, levando à conscientização e à transformação da realidade (FREIRE, 1996).

- **Educação para a Esperança e a Ação**: Apesar da gravidade da crise, a mensagem do Papa não é de desespero, mas de esperança e de chamado à ação. A educação ambiental deve capacitar os estudantes a se tornarem agentes de mudança, inspirando-os a buscar soluções criativas e a participar ativamente na construção de um futuro mais justo e sustentável. Essa perspectiva de uma pedagogia que gera ação e transformação encontra eco em pensadores como Gustavo Gutierrez e a Teologia da Libertação, que enfatizam a necessidade de engajamento prático na luta por justiça (GUTIÉRREZ, 1972).

4 DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL INSPIRADA PELO PAPA FRANCISCO

Apesar da inegável riqueza da proposta do Papa Francisco para a educação ambiental, sua implementação efetiva no contexto pedagógico não está isenta de desafios, que exigem atenção e estratégias adequadas. Primeiramente, a resistência ao diálogo interdisciplinar pode ser um grande obstáculo. A rigidez dos currículos e a especialização acadêmica frequentemente dificultam a integração das diversas áreas do conhecimento, tal como proposto pela Ecologia Integral. Soma-se a isso a falta de formação docente específica, pois muitos educadores podem não estar familiarizados com a complexidade intrínseca da Ecologia Integral ou com as metodologias pedagógicas necessárias para abordá-la de forma eficaz em sala de aula.

Outro ponto crítico é o ceticismo e a polarização que ainda permeiam o tema das mudanças climáticas em diversas esferas sociais, o que pode dificultar a aceitação e a implementação de uma educação ambiental verdadeiramente abrangente e engajadora. Por fim, a limitação de recursos, tanto financeiros quanto logísticos, pode impactar a execução de projetos práticos e o envolvimento comunitário, essenciais para a concretização dessa visão transformadora.

Contudo, apesar desses desafios, as potencialidades de uma educação ambiental inspirada na Ecologia Integral são vastas e promissoras. A abordagem do Papa Francisco tem o potencial singular de mobilizar uma profunda dimensão ética e espiritual, que muitas vezes se mostra mais motivadora para a ação do que apenas a informação científica descontextualizada. Sua mensagem, por ressoar com um vasto

público – incluindo comunidades religiosas e não religiosas –, proporciona uma ampliação significativa do alcance da conscientização e do engajamento em prol do meio ambiente. Pedagogicamente, a necessidade de integrar diferentes saberes e de buscar soluções locais pode estimular a criatividade e a inovação no processo educacional, incentivando abordagens mais dinâmicas e contextuais.

Além disso, a ênfase na justiça socioambiental e na responsabilidade intergeracional tem a capacidade de fortalecer laços de solidariedade não apenas entre indivíduos, mas também entre diferentes culturas e nações, construindo uma verdadeira cidadania ecológica global.

4.1 DESAFIOS

- **Resistência ao Diálogo Interdisciplinar**: A rigidez dos currículos e a especialização acadêmica podem dificultar a integração de diferentes áreas do conhecimento, como proposto pela Ecologia Integral.
- **Falta de Formação Docente**: Muitos educadores podem não estar familiarizados com a complexidade da Ecologia Integral ou com as metodologias necessárias para abordá-la de forma eficaz.
- **Ceticismo e Polarização**: O tema das mudanças climáticas ainda enfrenta ceticismo e polarização em algumas esferas, o que pode dificultar a implementação de uma educação ambiental abrangente.
- **Recursos Limitados**: A implementação de projetos práticos e o envolvimento comunitário podem exigir recursos financeiros e logísticos que nem sempre estão disponíveis.

4.2 POTENCIALIDADES:

- **Mobilização de Valores e Ética**: A abordagem do Papa Francisco tem o potencial de mobilizar uma profunda dimensão ética e espiritual, que pode ser mais motivadora para a ação do que apenas a informação científica.
- **Ampliação do Público**: A mensagem do Papa ressoa com um vasto público, incluindo comunidades religiosas e não religiosas, abrindo portas para uma conscientização e engajamento mais amplos.

- **Estímulo à Criatividade e Inovação**: A necessidade de integrar diferentes saberes e de buscar soluções locais pode estimular a criatividade e a inovação pedagógica.
- **Fomento à Solidariedade Global**: A ênfase na justiça socioambiental e na responsabilidade intergeracional pode fortalecer os laços de solidariedade entre diferentes culturas e nações.

5 CONCLUSÃO

A visão do Papa Francisco sobre a Ecologia Integral representa uma contribuição inestimável para a educação ambiental. Ao propor uma abordagem que integra as dimensões humana, social, econômica e espiritual da crise planetária, ele oferece um caminho para uma transformação profunda de corações e mentes. Desafios de implementação existem, mas as potencialidades de uma educação ambiental inspirada nessa perspectiva são imensas, capacitando indivíduos e comunidades a serem guardiões ativos e conscientes da nossa "Casa Comum" para as gerações presentes e futuras. A colaboração entre educadores, formuladores de políticas e comunidades, ancorada nos princípios da Ecologia Integral e no diálogo com os teóricos aqui apresentados, é essencial para concretizar essa visão e construir um futuro mais justo e sustentável.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOOKCHIN, M. **Toward an ecological society**. Montreal: Black Rose Books, 1980.

BULLARD, R. D. **Dumping in Dixie: Race, class, and environmental quality**. Boulder: Westview Press, 1990.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

DEWEY, J. **Experience and education**. New York: Collier Books, 1959.

ELLUL, J. **The technological society**. New York: Alfred A. Knopf, 1964.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCISCO, Papa. **Laudate Deum**. Exortação Apostólica. Vaticano: Santa Sé, 2023.

FRANCISCO, Papa. **Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulus, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GUTIÉRREZ, G. **Teologia da libertação: perspectivas**. Petrópolis: Vozes, 1972.

IPCC. **Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Geneva: IPCC, 2023.

JONAS, H. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental crítica: um estudo de abordagens e concepções**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

IMPLANTAÇÃO DO VLT - SALVADOR: OS DESAFIOS CONSTRUTIVOS DA TRANSPOSIÇÃO DA BR-324 E DA DUPLICAÇÃO DA BA-528

Marcela Silva de Melo[1]

Fernando Barreto Nunes Filho [2]

RESUMO

Este artigo analisa os desafios construtivos na implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no Lote 2, em Salvador (BA), com foco na duplicação da rodovia BA-528 e na transposição da BR-324. A pesquisa foi desenvolvida por meio de análise documental, observações em campo e acompanhamento técnico durante estágio supervisionado na obra do VLT Lote 2. Os resultados evidenciaram a complexidade das intervenções em áreas urbanas consolidadas, com destaque para a execução de Obras de Arte Especiais (OAE) e a necessidade de compatibilização entre os modais ferroviário e rodoviário. O estudo teve como escopo abordar as soluções construtivas adotadas na implementação desse transporte público rápido, caracterizar o Desenvolvimento Orientado pelo Transporte (DOT), destacando o VLT como indutor de requalificação territorial, mobilidade sustentável e inclusão socioespacial.

Palavras-chave: Veículo Leve Sob Trilhos (VLT). Obras de Arte Especiais (OAE). Requalificação Urbana.

1 INTRODUÇÃO

Com a crescente transformação e urbanização acelerada das grandes cidades fazem-se necessárias soluções viáveis que acompanhem o fluxo de crescimento e modernização do tecido urbano. O Veículo Leve sob Trilhos (VLT) têm emergido com grande viabilidade para atender essas questões. Nesse contexto o transporte público entra como um indutor da integração urbana ligando pontos historicamente socio-economicamente vulneráveis trazendo equidade e mobilidade social plena, tornando-se um elemento estruturador da requalificação e reorganização do espaço urbano.

O projeto de materialização do Veículo Leve sob Trilhos (VLT) na cidade de Salvador (BA) iniciou suas obras em junho de 2024, totalizando quase 40 (quarenta) quilômetros de via permanente em três trechos, entregues a diferentes consórcios. O

[1] Bolsista FAPESB 2023/2024, Pesquisadora do GP Salvador: transformações e permanências e outros estudos, graduanda em Engenharia Civil (UCSAL), (e-mail: marcela.melo@ucsal.edu.br)
[2] Professor do curso em Engenharia Civil da Universidade Católica do Salvador, Engenheiro eletricista (UFBa), Mestre em Economia (UFBA), Doutor em Planejamento Territorial (UCSal), (e-mail: fernando.filho@pro.ucsal.br).

Lote 1, assumindo o traçado do antigo Trem do Subúrbio, faz a ligação entre a Ilha de São João e Calçada (16,6km) e entre Calçada e o bairro do Comércio (3,58km) somando 25 (vinte e cinco) estações. O Lote 2, compreendido entre os bairros de Paripe e Águas Claras, com 9,2 km de ferrovia, conta com 8 (oito) paradas e estabelecerá integração direta com a Estação de metrô Águas Claras e a nova Rodoviária de Salvador. O Lote 3, com 10,52 km de extensão e 9 paradas, conecta os bairros de Águas Claras e Piatã, desempenhando um papel estratégico na integração à Orla Atlântica de Salvador.

O trecho assumido pelo Consórcio VLT Lote 2 é notável quanto a sua complexidade devido a necessidade de execução de obras em um espaço urbano consolidado e de forte adensamento demográfico, com uma topografia acidentada e um intenso fluxo rodoviário. Nesse contexto, surgem as Obras de Arte Especiais (OAE) afim de mitigar o impacto direto com o sistema rodoviário, que ao longo do traçado, envolve aproximadamente 1.300 (mil e trezentas) desapropriações e serviços de supressão vegetal para acomodar o sistema ferroviário. Outro grande desafio é a duplicação da BA-528, com alto volume de terraplenagem a ser executado em uma rodovia já em operação, caracterizada pelo elevado tráfego de veículos pesados e leves ao longo de todo o dia.

O objetivo desse artigo é estudar os desafios construtivos na implantação do VLT, em Salvador (BA), especificamente a duplicação da BA-528 e a travessia sobre a BR-324. Busca-se compreender se esses desafios serão enfrentados considerando-se a eficácia dos processos da construção civil, os riscos ao meio ambiente, e os cuidados necessários nas operações que envolvem o fluxo de pessoas e veículos pesados. Adicionalmente, pretende-se analisar em que medida tais intervenções podem contribuir para a integração desse espaço urbano e a melhoria da mobilidade regional.

A metodologia adotada neste estudo consistiu na análise documental, com direcionamento em normas técnicas, construção civil e legislações ambientais, bem como observações em campo. Essa análise foi desenvolvida em paralelo com a realização de um estágio supervisionado na obra do VLT Lote 2, possibilitando o acompanhamento direto das frentes de serviço, registros fotográficos e a coleta de informações técnicas junto à equipe responsável. A integração dessas abordagens permitiu a identificação sistemática dos principais desafios construtivos e a avaliação

crítica das soluções adotadas na implementação desse modal nos bairros de Paripe à Águas-Claras.

2 VLT SALVADOR

O sistema de Veículo Leve sobre Trilhos se consolidou no Brasil como uma atualização dos Bondes Elétricos que deixaram de circular no século XX. Esse modal surge como alternativa para tornar eficiente a mobilidade urbana em centros metropolitanos nos quais a alta demanda de transporte público se justapõe a congestionamento excessivo na malha viária.

O projeto de materialização do Veículo Leve sob Trilhos (VLT) na cidade de Salvador teve concedida a autorização para iniciar suas as obras em junho de 2024 (Companhia de Transporte da Bahia, 2024). No entanto, o processo de implantação desse modal ferroviário em Salvador têm sido objeto de estudos técnicos pelos últimos 7 anos, conforme evidenciado em registros documentais da Secretaria de Desenvolvimento Urbano junto a Comissão Especial de Licitação em resposta as empresas concorrentes (SEDUR, 2018). Esse sistema busca promover a inclusão socioespacial de regiões historicamente segregadas frente a um cenário de modernização crescente no país. Na figura 1 têm-se um dos exemplares do VLT a ser implantado na capital baiana.

Figura 1 – Trem adquirido e atualizado pelo Governo da Bahia



Fonte: Imagem extraída do vídeo https://youtu.be/tw43OAgrgTM?feature=shared

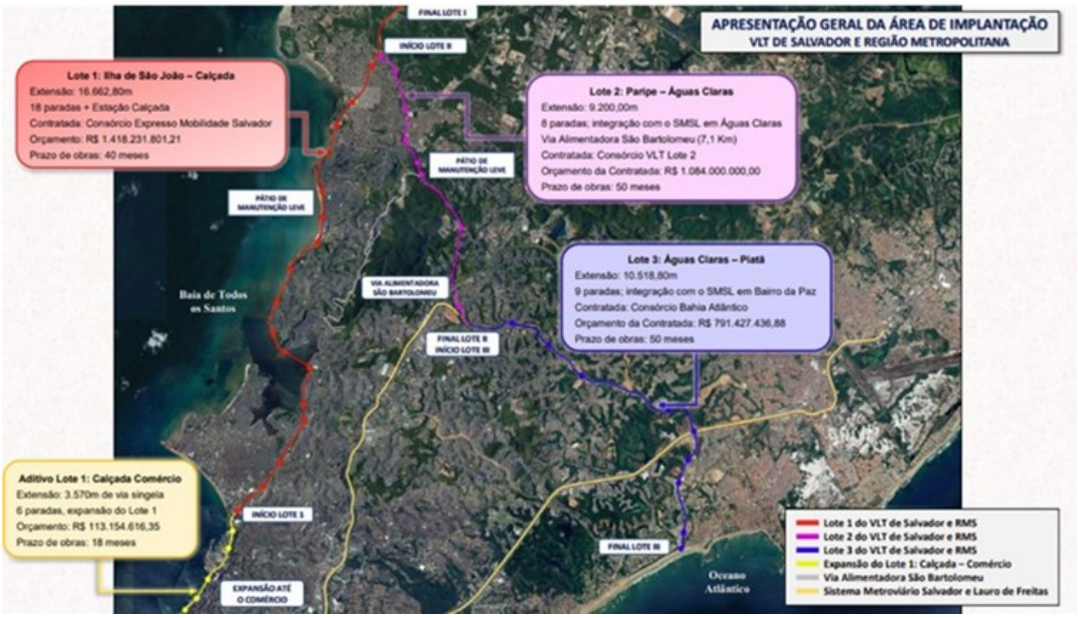
Em 2023 foram iniciadas as negociações para obtenção dos trens elétricos do VLT com o Governo do Mato Grosso. Mediado pelo Tribunal de Contas da União (TCU),

o acordo concedeu 40 trens do VLT ao Governo da Bahia, que após a revisão técnico-operacional das máquinas pela CAF, chegam à capital (Reprodução G1 Globo, 2024). Conforme evidenciado na figura anterior, os trens já passaram por processo de atualização e encontram-se em conformidade com os protocolos estabelecidos, de modo a atender aos testes operacionais previstos para outubro deste ano, no Lote 3.

A estratégia adotada para a implantação de quase 40 (quarenta) quilômetros de via permanente foi dividir a área de cobertura do VLT em trechos, entregues a diferentes consórcios vencedores da licitação divulgada em 2024. A área de implantação desse sistema foi estudada a fim de mitigar o tempo de deslocamento diário da população e conectar regiões historicamente segregadas com o centro da capital baiana, integrando-se ao sistema metroviário e ao Terminal Rodoviário.

O Veículo Leve sobre trilhos se apresenta, inicialmente, como um elemento de resgate do transporte de passageiros sobre trilhos em trechos subutilizados pelo transporte de carga (Santos; Silveira, Rodrigues, 2023), estimulando a valorização das áreas ferroviárias historicamente abandonadas pelo desuso. Como exposto no mapa da Figura 2, a seguir, é possível evidenciar os lotes 1, em vermelho, o lote 2, na cor roxa, e o lote 3 destacado em azul.

Figura 2 - Mapa de localização dos Lotes 1, 2 e 3



Fonte: CTB, 2024

O Lote 1 faz a ligação entre a Ilha de São João e Calçada em 16,6km de via permanente, e entre Calçada e o bairro do Comércio, com 3,58km somando 25 (vinte e cinco) estações (CTB, 2024). Esse trecho assume o traçado do antigo Trem do

Subúrbio, se tornando responsável por um processo maior de reaproveitamento das linhas existentes do trem, retomando o uso do transporte ferroviário com a modernização da infraestrutura

O Lote 2 conecta os bairros de Paripe e Águas Claras, com 9,2 km de ferrovia. O percurso conta com 8 (oito) paradas e estabelecerá integração direta tanto com a Estação de metrô Águas Claras quanto com a nova Rodoviária de Salvador, acompanhando o dinamismo urbano e o reordenamento da cidade com a mudança do atual Terminal Rodoviário de Salvador. Nesse contexto, o novo sistema de Veículo Leve se junta ao SMS garantindo um elo entre a região do Subúrbio com diferentes pontos da capital, incentivando o uso de transporte público e garantindo a revitalização do entorno.

O Lote 3, com 10,52 km de extensão e 9 paradas, conecta os bairros de Águas Claras e Piatã, desempenhando um papel estratégico na integração à Orla Atlântica de Salvador. A ligação direta com Piatã, um bairro em expansão e com forte vocação residencial e turística, fortalece o caráter multifuncional do VLT, permitindo que o sistema seja utilizado tanto para deslocamentos cotidianos quanto para o incentivo ao turismo local. Nesse trecho, o novo sistema de transportes se apresenta como vetor de valorização urbana, impulsionador do turismo e reestruturador do comércio.

3 DESAFIOS CONTRUTIVOS DO VLT (LOTE 2)

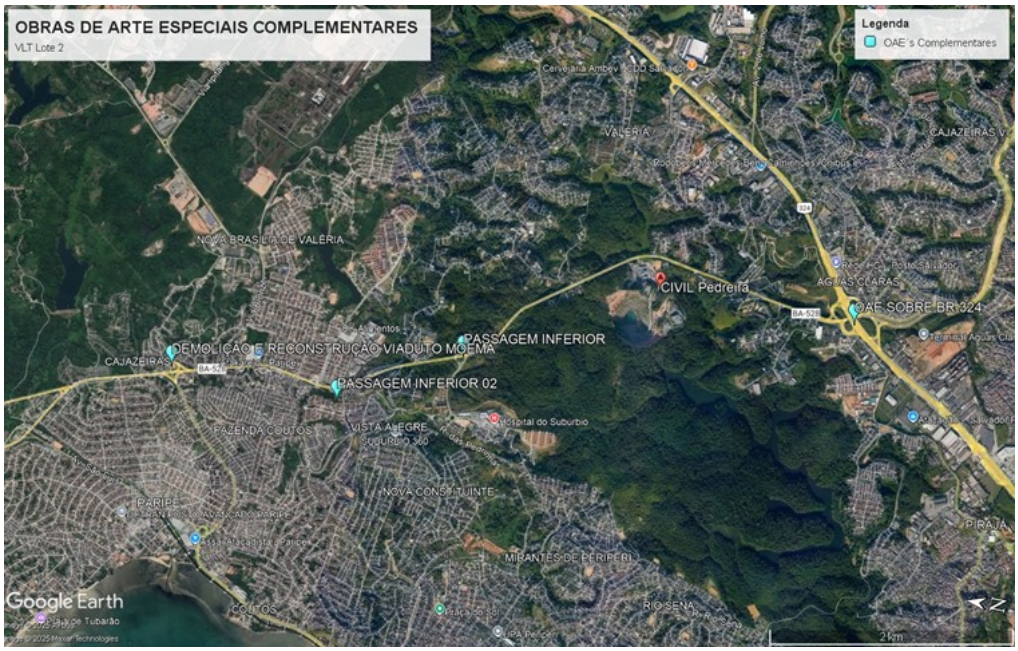
O trecho cedido ao Consórcio VLT Lote 2 se caracteriza pela sua complexidade quanto a execução de obras em uma área densamente urbanizada e de intenso fluxo rodoviário. Soma-se a esse cenário, uma topografia marcada por grandes vales, um tecido urbano consolidado com áreas residenciais e ocupações diversas ao longo do traçado, fatores que reforçam as discussões acerca dos desafios construtivos na implementação do modal.

Entre os principais desafios, destaca-se a necessidade de execução em sistema viário desenvolvido, condição que impõe uma série de restrições técnicas e logísticas. Ademais, segundo levantamento do Consórcio VLT Lote 2, esse cenário envolve aproximadamente 1.300 (mil e trezentas) propriedades a serem desapropriadas no entorno. De modo análogo, os serviços de supressão vegetal nativa e manejo da fauna configuram um elemento de atenção especial, conduzidos sob protocolos de QSMS e

vinculados a medidas de compensação ambiental, conforme concessão do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA).

Nesse contexto, evidencia-se a relevância das Obras de Arte Especiais complementares para a continuidade do traçado, uma vez que constituem intervenções críticas na superação das interferências viárias ao longo do Lote 2. A Figura 3 apresenta a distribuição dessas estruturas no trecho de implantação, que incluem duas passagens inferiores — uma situada nas imediações do Hospital do Subúrbio e outra na região de Moema —, bem como a demolição, reconstrução e ampliação do Viaduto Tamandaré, intervenção necessária para compatibilizar a infraestrutura existente ao traçado do VLT e adequá-la às Normas Técnicas Brasileiras vigentes. Há ainda a OAE que garantirá transposição do trem sobre a BR-324, assumindo papel como uma das intervenções críticas do projeto.

Figura 3 - Mapa de disposição das OAE´s complementares



Fonte: Google Earth (adaptado), 2025.

As Obras de Arte Especiais (OAE) dispostas no mapa anterior emergem ao longo do traçado como grandes desafios construtivos, assumindo como função primordial garantir a transposição em pontos críticos da malha viária existente. Entre as OAE´s, destaca-se a construção do viaduto ferroviário sobre a BR-324, considerada a intervenção de maior complexidade técnica e logística, em razão do intenso fluxo dessa rodovia federal. Representando um desafio singular pela conjugação entre exigências

técnicas de grande porte e a necessidade de manter a plena operacionalidade da rodovia federal durante a execução.

Há ainda intensa interferência com redes de serviços de concessionárias, fazendo-se necessário o devido remanejamento de redes energia elétrica de alta e média tensão, redes de abastecimento de gás e de telecomunicação. Outro grande desafio está na duplicação da BA-528, a ser executada em uma rodovia já em operação, caracterizada pelo elevado tráfego de veículos pesados e leves ao longo de todo o dia. Essa condição amplia a complexidade da obra, uma vez que requer soluções construtivas específicas para compatibilizar a expansão da via com a manutenção da trafegabilidade e a segurança operacional durante a execução.

Será necessário duplicar o sistema rodoviário para viabilizar a funcionabilidade e fluidez do sistema ferroviário. Essa intervenção na BA-528, possibilitará que os diferentes modais coexistam, de forma integrada, reduzindo congestionamento e garantindo maior eficiência à mobilidade urbana, além da requalificação da via, impulsionando melhoria no trajeto e maior segurança.

4 OAE SOBRE A BR-324: UM DESAFIO CONSTRUTIVO

Por definição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), obra de arte especial ferroviária é: “toda e qualquer estrutura como [...] viadutos ferroviários, passagens superiores e [...] projetadas em concreto armado, protendido ou em estruturas metálicas, cuja função principal é permitir a transposição de obstáculos físicos no traçado da ferrovia” (DNIT, 2015). Nesse conceito, é possível caracterizar o viaduto em execução na obra do VLT que irá transpor a BR-324 com a função de elevar a passagem desse modal ferroviário superando o meio urbano denso. A partir de critérios técnicos para o dimensionamento e a execução de viadutos no contexto de linhas férreas, incluindo a adoção de estruturas mistas e fundações profundas em áreas urbanas consolidadas, conforme definido pelo DNIT.

Além de sua função estrutural, viabilizando a passagem do VLT sobre a BR-324, o viaduto também se destaca pelo seu papel urbano e social, como vetor de indução social dos espaços compreendidos por seu traçado, impulsionando processos de requalificação e incentivando a reocupação ordenada de áreas antes desarticuladas do ponto de vista da mobilidade. O entroncamento com a Estação Águas Claras e com o

novo Terminal Rodoviário da cidade ao fim do traçado é de extrema relevância, consolidando um novo polo de convergência modal, permitindo que a população do historicamente afastada do subúrbio tenha acesso direto ao sistema metroviário da cidade e comunicação com a rodoviária nova, de forma rápida e acessível.

A escolha de uma passagem elevada no traçado que compreende o Lote 2 do projeto de implantação do Veículo Leve Sob Trilhos (VLT) na cidade de Salvador, dá-se pela grande complexidade da área urbana que é densamente ocupada, inviabilizando uma intervenção construtiva em mesmo nível. Nesse sentido, adotou-se como estratégia técnica a materialização de uma Obra de Arte Especial (OAE) que permitirá a passagem do trem, em via restrita, sobre a BR-324. Dessa forma, garantindo a fluidez do traçado visando mitigar as intervenções na malha viária existente. Trata-se de um desafio construtivo que combina diferentes soluções técnicas adotadas em função as características locais do trecho.

O viaduto ferroviário sobre a BR-324 é composto por 20 (vinte) apoios em concreto armado identificados na Figura 4, do primeiro ao vigésimo. Sob o viés de França (2011), a execução de intervenções em meio urbano leva a uma preocupação muito maior e a soluções mais complexas por conta dos desvios e fechamentos de trânsito, remanejamentos. Neste sentido, o traçado da OAE foi estruturado de forma a reduzir as interferências diretas do novo modal com a rodovia estadual. A execução da passagem elevada do modal em via restrita permitirá a transposição da BR-324, assegurando a continuidade do traçado.

Figura 4 – Apoios da Obra de Arte Especial sobre a BR-324



Fonte: Google Earth (adaptado), 2025.

A figura anterior dispõe o arranjo geral dos apoios do elevado. Á esquerda, o Apoio 01 antecede uma extensão de aproximadamente 270 (duzentos e setenta) metros de Terra Armada. A medida que avançamos em direção a Águas Claras, á direta do mapa, vão surgindo, em ordem crescente, os apoios. O Apoio 20 marca o fim da estrutura dos apoios e se iniciam quase 57 (cinquenta e sete) metros de Muro Armado, adjacente à Parada VLT Águas Claras e à estação de metrô de mesmo nome consolidando a conexão direta dos dois sistemas de transporte rápido.

Nesse interim, o geométrico na Figura 4, elude a disposição da OAE no conjunto viário existente atualmente e justifica a materialização desse tipo de estrutura, que se relaciona diretamente com as características do entorno. A presença de uma malha viária desenvolvida, espaço restrito, propriedades privadas, redes elétricas de alta tensão, redes de gás e ainda condições geotécnicas adversas como fatores a serem superados caracterizam essa obra como um dos grandes desafios construtivos para implementação do VLT no Lote 2.

A BR-324 é uma rodovia federal de alto volume de tráfego, fundamental para a malha logística da área metropolitana da Bahia. Segundo Roberto Alcântara, superintendente do DNIT na Bahia, em matéria publicada na SECOM (2025), cerca de 100 (cem) mil veículos trafegam diariamente nessa via. Dessa forma, a execução da OAE, sobretudo no trecho de travessia sobre a BR-324, impõe uma série de desafios construtivos, técnicos e operacionais, intensificados pela complexidade do contexto urbano e pela infraestrutura viária existente. A figura 5, dá evidência ao grande fluxo de

veículos pesados na rodovia federal, o que torna imprescindível um planejamento construtivo das atividades de modo a garantir a segurança da operação e a eficiência da obra de acordo com procedimentos estabelecidos pelo DNIT.

Figura 5 – Travessia BR-324



Fonte: Imagem cedida pelo Consórcio VLT Lote 2

Na figura anterior estão dispostos, em sequência, os apoios 11, 12 e 13. No trecho referente à transposição da BR-324, os apoios 11 e 12 definem um vão livre de aproximadamente 82 (oitenta e dois) metros, de eixo a eixo. Nesse sentido, foi premissado o uso de uma estrutura metálica composta por duas vigas em seção “caixão” com comprimento de 58 (cinquenta e oito) metros, que serão considerados apoiados juntos aos balanços em caixão em concreto armado, que avançam 12 (doze) metros dos eixos 11 e 12 em direção ao centro do vão. As vigas metálicas que atravessarão a rodovia federal serão apoiadas sobre aparelhos de apoio nos consoles de concreto armado e seguem especificações da ABNT NBR 16694/2020 que estabelece critérios determinantes para projetos de pontes rodoviárias em estruturas mistas.

Os processos construtivos que envolvem esse projeto foram desenvolvidos para atender às características e limitações urbanas, de forma a reduzir os impactos no sistema viário atual. Em razão disso, a execução das fundações dos apoios se deu por conjuntos de estacas do tipo raiz, que demonstram alta adaptabilidade em terrenos com maiores interferências, locados em grandes centros urbanos com acesso restrito e solos com baixa resistividade, conforme descreve a Norma Brasileira NBR: 6122/2019.

Ademais, “a utilização de equipamentos de pequeno porte e movidos a eletricidade favorecia o funcionamento em locais fechados, evitando barulho e fumaça de motores a explosão” (Moura; Machado; Coelho, 2005). Esses fatores foram levados em consideração nos estudos para definir a fundação.

As estacas do tipo raiz são caracterizadas pela NBR 6122/2019 como: “estaca armada e preenchida com argamassa de cimento e areia, moldada in loco executada por perfuração rotativa ou rotopercussiva, revestida integralmente, no trecho em solo, por um conjunto de tubos metálicos recuperáveis” (ABNT,2019). Sobre esse conjunto de estacas, são executados os blocos de fundação em concreto armado dimensionados de forma a atender a distribuição de carga garantindo a continuidade da estrutura de fundação. A partir dos blocos, surgem os pilares moldados “in loco”, com geometria compatível, definindo a mesoestrutura dos apoios.

Subsequente, como solução para as superestruturas foram estabelecidas em projeto as travessas e vigas pré-moldadas, visando redução no tempo de execução, maior controle de qualidade e minimizando os impactos na malha urbana, os elementos pré-moldados estão sendo fornecidos pela Civil Pré-fabricados. As vigas longitudinais de concreto armado são protendidas e lançadas com o apoio de guindastes e um plano de *rigging* rigoroso a ser seguido, como exibido na Figura 6. Ademais, as vigas funcionarão como apoio para o sistema das lajes e posteriormente, da via permanente.

Figura 6 – Lançamento de viga pré-moldada



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Na Figura 6 observa-se que há uma grande mobilização para o içamento e o posicionamento das vigas, nesse caso, no vão que compreende os apoios 19 e 20. A equipe previamente orientada e com os devidos equipamentos de segurança ficam a todo momento em comunicação com o operador do guindaste e com o encarregado responsável pela operação. Nesses casos, a adoção de peças pré-fabricadas tem se mostrado ser uma escolha estratégica, por reduz o número de intervenções em campo e permitir um melhor desempenho global da obra, tanto em prazo quanto em segurança operacional.

5 O DESAFIO DA DUPLICAÇÃO DA BA-528

O conceito de “travessia urbana” vem da necessidade de identificar áreas densamente povoadas ao longo do traçado de uma rodovia, como a BA-528. Nesse contexto, o corredor rodoviário deixa de ter apenas função de interligação estadual e assume um papel de via urbana, devido a expansão de áreas urbanizadas desenvolvidas ao longo do sistema viário. Dessa forma, a condição de “travessia urbana” implica novos desafios de mobilidade, uma vez que o congestionamento, a circulação intensa de pedestres e o uso crescente por ciclistas tornam-se parte da rotina do espaço viário. De modo a compatibilizar as demandas de um ambiente urbano consolidado ao longo da via, são exigidas adaptações de segurança que garantirão também a implementação do sistema ferroviário ao tecido rodoviário.

O Manual de Projeto Geométrico de Travessias Urbanas (DNIT, 2010) caracteriza travessias urbanas como trechos correspondentes às porções das rodovias que se sobrepõem ao espaço urbano e, por isso, demandam tratamento diferenciado para assegurar segurança, trafegabilidade e integração com o meio local. Orientando quanto a exigência de estruturar um conjunto de métodos, instruções e critérios técnicos que atendam as peculiaridades urbanísticas daquela região. Nessa ótica, a duplicação trará a requalificação da malha viária existente com novos dispositivos que garantam a mobilidade plena de pedestres e ciclistas e a coexistência com o modal do VLT.

Para tornar palpável a integração do modal ferroviário à malha rodoviária existente, foi necessário estudar a duplicação da rodovia estadual BA-528. A intervenção faz parte do escopo do projeto do VLT Lote 2, o traçado prevê a ampliação, com o objetivo de reforçar a capacidade viária, requalificando e adequando a malha

urbana de forma a comportar o geométrico da via permanente. Por conseguinte, em 2024 foi autorizado pelo INEMA a liberação da supressão vegetal e serviços de terraplenagem ao longo dos 7,5km de intervenção previstos, dando início as obras de duplicação da via. É possível observar o avanço na Figura 7, a seguir, de um dos trechos em processo de duplicação na Estrada do Derba.

Figura 7 – Estrada do Derba



Fonte: Imagem cedida pelo Consócio VLT Lote 2

A seção típica de projeto prevê acomodar duas pistas duplas segregadas pela via permanente, onde serão fixados os trilhos. Cada uma será acompanhada de passeio, e ao lado direito uma ciclovia de “mão dupla”, de modo a garantir mobilidade plena a população e o acesso às Estações do novo modal, seguindo critérios estabelecidos pela Norma Brasileira ABNT NBR 9050 (ABNT, 2020) que prevê os parâmetros de acessibilidade ao pedestre. Para viabilizar a duplicação da malha viária e permitir a implantação do eixo ferroviário no centro da via existente, foram mobilizadas frentes de serviço relacionadas a terraplenagem, remanejamento de interferências, supressão vegetal e drenagem.

Na imagem anterior, disponibilizada pelo Consórcio VLT Lote 2, observa-se, à direita, a execução de um trecho em corte de significativa relevância geotécnica, contraposto ao aterro já concluído à esquerda da via. A estabilidade desses elementos é assegurada por estudos específicos de taludes e dimensionamento geotécnico, garantindo a durabilidade da plataforma ferroviária. Além disso, identificam-se três novos sistemas de posteamento, devidamente remanejados e realocados conforme as diretrizes estabelecidas em projeto e autorização concedida pela COELBA, com o objetivo de mitigar potenciais interferências à implantação do sistema ferroviário e

assegurar a compatibilidade entre a infraestrutura existente e a nova configuração da rodovia BA-528.

Diante desse contexto, a duplicação da BA-528 configura-se como um dos desafios construtivos para a implantação do VLT no Lote 2, exigindo intervenções complexas de terraplenagem, remanejamento de interferências e adequações ambientais. Mais do que uma simples obra viária, essa intervenção transforma a rodovia em uma travessia urbana integrada, capaz de acomodar não apenas o fluxo rodoviário, mas também o traçado ferroviário do VLT, ciclovias e passeios. Com isso, a via assume uma nova função estratégica, garantindo acessibilidade ampliada à população e promovendo a integração modal como resposta às demandas crescentes de mobilidade urbana sustentável na região metropolitana de Salvador.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desse estudo foi caracterizar os desafios construtivos à implementação do Veículo Leve Sob Trilhos no Lote 2 do projeto, na região do subúrbio da cidade de Salvador, BA. A análise técnica de informações recolhidas e o acompanhamento em campo possibilitou destacar as intervenções de maior impacto e discorrer acerca das soluções adotadas. Além disso, configurar o novo modal como um instrumento de Desenvolvimento Orientado pelo Transporte (DOT).

A pesquisa abordou os desafios enfrentados pela equipe de engenharia não apenas no âmbito construtivo, mas também nos aspectos sociais e ambientais, refletindo a complexidade da implantação do VLT em áreas urbanas consolidadas. Constatou-se a incidência de grandes interferências ao longo do traçado com intersecção com eixos rodoviários desenvolvidos e de alta trafegabilidade como o caso da BA-528 e da BR-324. Observou-se os impactos à malha viária existente, expondo os recursos adotados para mitigar os efeitos das intervenções, garantindo a fluidez e a segurança no deslocamento de veículos, pedestres e maquinários pesados ao longo das rodovias afetadas.

Revelou-se uma oportunidade estratégica de reordenamento e reestruturação espacial orientada pelo transporte público rápido, promovendo a requalificação de áreas subutilizadas e retomando a comunicação direta dos bairros do Subúrbio com o restante da capital baiana. Nesse viés, o VLT no Lote 2 atua como indutor da integração entre

bairros, promovendo a conectividade urbana e incentivando o uso mais eficiente e estratégico do solo. Com isso, contribui para a redução da dependência do transporte individual motorizado, integrando-se a um modelo de planejamento urbano articulado entre transporte público, uso do solo e mobilidade ativa, com incentivo ao deslocamento de pedestres e ciclistas.

A partir das evidências levantadas neste estudo, é possível compreender os desafios a serem superados na efetivação de um modal de transporte coletivo estruturante no Lote 2. A duplicação da BA-528 e a interferência direta com a BR-324 exigiram estratégias técnicas integradas com políticas de QSMS que superariam essas intervenções. As ações adotadas para viabilizar a implantação do modal revelam não apenas a complexidade técnica envolvida, mas também o potencial transformador do projeto sobre o território. O VLT se insere em uma lógica de planejamento urbano integrado, promovendo o reordenamento do espaço público, a dinamização do uso do solo e a valorização das áreas adjacentes ao traçado.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT **NBR 16694/2020**: Infraestrutura de transporte: diretrizes para elaboração de projetos de sistemas de transporte sobre trilhos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. 34 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. **NBR 6122/2019**: Projeto e execução de fundações. Rio de Janeiro: ABNT, 2019. 112.p

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.161.p

CAPISTRANO, S. Governador e ministro dos Transportes acompanham de perto o início dos trabalhos do DNIT nas BRs-324 e 116, Bahia. **SECOM – Secretaria de Comunicação Social**, 19 julho 2025. Disponível em: https://www.ba.gov.br/comunicacao/noticias/2025-05/368855/governador-e-ministro-dos-transportes-acompanham-de-perto-o-inicio-dos. Acesso em: 05 ago. 2025.

COMPANHIA DE TRANSPORTE DA BAHIA. Mapa de localização dos Lotes do VLT. Salvador, 2024. Imagem. Disponível em: https://www.ba.gov.br/trilhos/890/vlt . Acesso em: 12 ago. 2025.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). **IPR-740:** Manual de projeto geométrico de travessias urbanas. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Rodoviárias, 2010. 392 p. Disponível em: https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/ipr/coletanea-de-

manuais/vigentes/ipr_740_manual_projetos_geometricos_travessias_urbanas.pdf Acesso em: 01 set. 2025.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). **ISF-216**: Projeto de obras de arte especiais. Brasília: DNIT, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/dnit/pt-br/ferrovias/instrucoes-e-procedimentos/instrucoes-de-servicos-ferroviarios/isf-216-projeto-de-oae.pdf . Acesso em: 01 set. 2025.

FRANÇA, Alda L. V**. Métodos executivos de obras de arte especiais**: Estudo de caso em construção em meio urbano. Repositório UFRJ, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em (Microsoft Word - Trabalho de Conclus\343o de Curso_Alda Luisa Fran\347a_R06B) . Acesso em: 17 jul. 2025

G1 BAHIA. Bahia assina acordo com o Mato Grosso e adquire 40 trens do VLT. Portal G1, Salvador, 3 jul. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/07/03/bahia-assina-acordo-com-mato-grosso-e-adquire-40-trens-do-vlt.ghtml . Acesso em: 05 ago. 2025.

MOURA, Alfran S.; MACHADO, Pedro P.; COELHO, Thiago B**.** Avaliação da aplicabilidade de estaca raiz como fundação de edifícios em Fortaleza – CE. **Revista Tecnologia**, Fortaleza, v. 26, n. 2, p. 155-162, 2005. Disponível em http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/56640. Acesso em: 30 jul. 2025.

SANTOS, Jefferson V.; SILVEIRA, Aldery J.; RODRIGUES, Sandro G**.** VLT como elemento inovador do transporte público brasileiro. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 14, n. 1 p. 662-680, 2023. Disponível em: VLT como elemento inovador do transporte público brasileiro | Revista de Gestão e Secretariado. Acesso em: 20 ago. 2025.

ZAC DES GROUES (GRANDE PARIS): INTEGRAÇÃO METROPOLITANA E REQUALIFICAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL

Letícia Bitencourt Neves[1]

Fernando Barreto Nunes Filho[2]

RESUMO

Este artigo analisa o projeto de requalificação urbana da ZAC *des Groues*, localizado em Nanterre, região metropolitana de Paris, com foco em sustentabilidade, mobilidade, multifuncionalidade e integração ambiental. Vinculada ao *Grand Paris Express*, a operação prevê até 2030 a transformação de um antigo bairro industrial em um polo urbano integrado, com mais de 4.000 moradias, escritórios, equipamentos públicos e infraestrutura verde. O plano incorpora princípios de densidade equilibrada, habitação mista, mobilidade ativa e certificações ambientais, alinhando-se às estratégias globais de enfrentamento às mudanças climáticas e de promoção de cidades resilientes. A iniciativa também busca reduzir desigualdades territoriais e favorecer a coesão social por meio de espaços públicos acessíveis, inovação econômica e inclusão habitacional. A análise parte de fontes técnicas, institucionais e acadêmicas, além de documentos oficiais da operação urbana, articulando reflexões críticas sobre o papel das requalificações na transição ecológica das cidades. Este estudo integra o projeto "Do Atlântico à Margem do Sena: uma análise da sustentabilidade climática entre Salvador e Paris", desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FAPESB), fortalecendo a formação científica em planejamento urbano sustentável

Palavras-chave: Integração metropolitana. Requalificação urbana. *ZAC des Groues* (França).

1 INTRODUÇÃO

O século XXI tem sido marcado por uma crescente preocupação com os impactos das mudanças climáticas sobre os sistemas urbanos. Eventos extremos, como enchentes, ondas de calor e escassez hídrica, revelam a urgência de repensar a forma como as cidades são planejadas e geridas.

Nesse contexto, o conceito de urbanismo sustentável ganha centralidade nas políticas públicas, especialmente em países que lideram agendas ambientais globais, como a França. Nas últimas décadas, a cidade tem sido protagonista de transformações urbanas vinculadas ao Grand Paris. O bairro *Les Groues*, situado ao lado de *La Défense*, é alvo de uma operação de integração metropolitana e requalificação urbana

[1] Bolsista FAPESB 2025/2026, Pesquisadora do GP Salvador: transformações e permanências e outros estudos, graduanda em Engenharia Civil (UCSAL), leticia.neves@ucsal.edu.br
[2] Professor do curso de Engenharia civil (UCSAL), Doutor em Planejamento Territorial (UCSAL), Mestre em Economia (UFBA), graduado em Engenharia Elétrica (UFBA); e-mail: fernando.filho@pro.ucsal.br

(*ZAC des Groues*) que prevê uma nova estação *do Grand Paris Express*, *a Nanterre La Folie*, juntamente com a criação de mais de 4.000 moradias, escritórios, espaços públicos.

O projeto da *ZAC des Groues* surge como uma tentativa de reverter esse quadro por meio de uma requalificação urbana sustentável e multifuncional. Iniciado em 2015, o plano prevê, até 2030, a transformação de um antigo bairro industrial de Nanterre em um novo polo urbano, articulado ao *Grand Paris Express* e às diretrizes do Plano Clima de Paris. A proposta se apoia em princípios de densidade equilibrada, mistura de usos, infraestrutura verde, mobilidade ativa e certificações ambientais, visando reduzir as desigualdades territoriais e os impactos ambientais da urbanização.

Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise aprofundada da *ZAC des Groues*, articulando seus dados técnicos com reflexões críticas sobre o papel das requalificações urbanas na transição ecológica das cidades. Para isso, utilizam-se como fontes os documentos oficiais da operação urbana (peças A, B e C), relatórios ambientais, referências acadêmicas e institucionais que abordam o urbanismo sustentável na França.

Este estudo integra o projeto “Do Atlântico à Margem do Sena: uma análise da sustentabilidade climática entre Salvador e Paris”, desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FAPESB) da Universidade Católica do Salvador. Vinculado ao grupo de pesquisa Salvador: transformações e permanências e outros estudos, o trabalho busca ampliar a compreensão sobre estratégias urbanas sustentáveis a partir de análises comparativas. Assim, a investigação da ZAC *des Groues* insere-se como estudo de caso que contribui tanto para a formação acadêmica quanto para a produção científica, ao relacionar práticas consolidadas de planejamento urbano em Paris com os desafios contemporâneos de cidades brasileiras, como Salvador.

2 *ZAC DES GROUES*: INTEGRAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO,

A história de Nanterre remonta à Antiguidade, quando tribos celtas se instalaram na região por volta do século IV a.C., aproveitando sua localização estratégica em uma curva do rio Sena. No período romano, a área já apresentava sinais de urbanização e comércio. No século V, nasceu em Nanterre a futura padroeira de Paris, *Sainte*

Geneviève, cuja história e milagres marcaram a identidade religiosa da cidade (SOCIÉTÉ D'HISTOIRE DE NANTERRE, 2025).

Durante a Idade Média, Nanterre esteve sob a influência da abadia de Sainte-Geneviève, o que marcou profundamente a organização religiosa e social do território. No século XVII, a cidade passou por reconstruções que modernizaram parte de suas estruturas, preservando, contudo, seu caráter agrícola e religioso. A chegada da linha férrea em 1837 transformou radicalmente a dinâmica local: indústrias começaram a se instalar ao longo do Sena, atraindo grande contingente de trabalhadores, o que levou ao crescimento acelerado de bairros populares e conjuntos habitacionais (SOCIÉTÉ D'HISTOIRE DE NANTERRE, 2025; VILLE DE NANTERRE, 2025).

Já no século XX, Nanterre consolidou-se como uma zona operária e de imigração, integrando trabalhadores franceses e estrangeiros em um tecido urbano marcado pela diversidade cultural. Em maio de 1968, sua universidade tornou-se o epicentro das manifestações estudantis que rapidamente se espalharam por toda a França, conferindo à cidade um papel central na história política contemporânea (SOCIÉTÉ D'HISTOIRE DE NANTERRE, 2025). A ideia de transformar Paris em uma metrópole moderna e conectada aos seus arredores remonta ao século XIX. Já sob o governo de Napoleão III, vislumbrava-se a ampliação da capital por meio da incorporação de comunas vizinhas, como *Passy* e *Auteuil*, articulando o espaço urbano para torná-lo comparável a outras grandes capitais europeias.

Figura 1 – Antigo mapa da Grande Paris datado em 14 de maio 1935



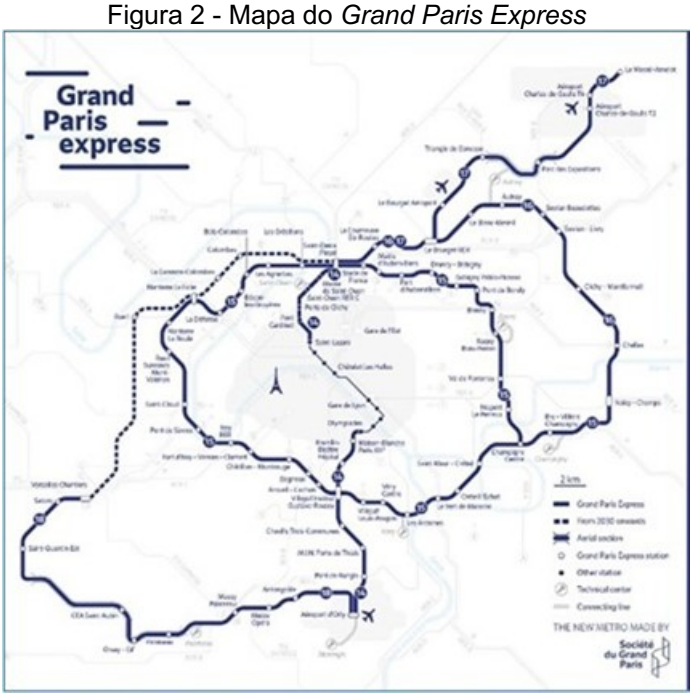
Fonte: ENLARGE YOUR PARIS, 2018.

O projeto ficou conhecido por sua materialização arquitetônica com as reformas conduzidas por Haussmann, mas a integração metropolitana plena só avançaria institucionalmente no século XXI.

2.1 INTEGRAÇÃO METROPOLITANA: GRAND PARIS EXPRESS,

A retomada contemporânea da ideia de “Grand Paris” teve início oficial em 17 de setembro de 2007, quando o presidente Nicolas Sarkozy, na inauguração da *Cité* de *l’architecture et du patrimoine*, anunciou a ambição de lançar um “projeto de desenvolvimento global para o Grand Paris” (LE MONITEUR, 2017) Logo em março de 2008, foi lançada a consulta internacional “Le Grand Pari(s)”, que reuniu dez equipes de arquitetos-urbanistas de destaque internacional, com seus projetos apresentados publicamente entre abril e novembro de 2009 (LE MONITEUR, 2017; RFI, 2009). A Lei nº 2010-597 de 3 de junho de 2010 consolidou legalmente o projeto do Grand Paris e previu um ambicioso sistema de transporte público interligando as periferias ao centro de Paris (LE MONITEUR, 2010; VIE PUBLIQUE, 2010).

Figura 2 - Mapa do *Grand Paris Express*



Fonte: MIC-HUB, 2025.

O debate em torno do Grand Paris também contou com a contribuição do renomado arquiteto e urbanista *François Ascher* (1946–2009), referência internacional no campo do urbanismo contemporâneo. Em entrevista concedida ao jornal Le Monde,

pouco antes de seu falecimento, *Ascher* afirmou que “as cidades se constroem sobre compromissos”. (LE MONDE, 2009). Ao propor o conceito de “metrópole pós-moderna”, *Ascher* defendia um modelo de cidade densa, diversa e flexível, capaz de responder aos desafios de sustentabilidade e competitividade global.

Em 2016, foi instituída a *Métropole du Grand Paris* (MGP), uma estrutura intercomunal de governança que integra 131 cidades da “*petite couronne*” e parte da *“grande couronne*”, além de Paris, sob o regime de um estabelecimento público com estatuto fiscal próprio (VIE PUBLIQUE, 2010) A MGP exerce competências em planejamento territorial, habitação, meio ambiente e desenvolvimento urbano e econômico, consolidando-se como o principal nível de coordenação metropolitana da capital francesa (CONSTRUCTION GRAND PARIS, 2024)

O *Grand Paris Express*, principal infraestrutura do plano, inclui 200 km de novas linhas de metrô automático e 68 estações, permitindo deslocamentos entre periferias sem a necessidade de passar pelo centro da cidade. A ampliação da linha 14, por exemplo, conectando *Saint-Denis* a *Orly*, foi inaugurada em 2024 e representa uma mudança histórica para a mobilidade da região.

Esse conjunto de ações visa reequilibrar as oportunidades urbanas, reduzir desigualdades territoriais, promover novos polos de centralidade fora do eixo histórico e integrar zonas urbanas há muito tempo negligenciadas (VIE PUBLIQUE, 2010; SOCIÉTÉ DU GRAND PARIS, 2025). O Grand Paris, nesse sentido, é tanto um projeto de infraestrutura — pois envolve a criação do Grand Paris Express, novas redes de mobilidade e equipamentos urbanos — quanto um projeto de identidade metropolitana, ao propor uma redefinição simbólica da relação entre Paris e suas periferias, buscando superar séculos de fragmentação territorial. Pretende-se estabelecer uma estratégia de construção de pertencimento e coesão social em escala metropolitana. A Figura 3 ilustra o aspecto da área de *Les Groues* antes da intervenção:

Figura 3 - *Les Groues* , antes da intervenção de 2015-2018



Fonte: NANTERREALITE.BLOGSPOT.FR, 2015.

O bairro *Les Groues*, situado ao lado de *La Défense*, é alvo de uma operação de integração metropolitana e requalificação urbana (*ZAC des Groues*) que prevê uma nova estação do Grand Paris Express, a *Nanterre La Folie*, juntamente com a criação de mais de 4.000 moradias, escritórios, espaços públicos.

Figura 4 - Foto aérea da área *de Les Groues*



Fonte: NANTERREALITE.BLOGSPOT.FR, 2015.

Entre os objetivos estratégicos do projeto, destaca-se a vontade de reconectar o território das *Groues* com *La Défense* e com o centro de *Nanterre*, atualmente

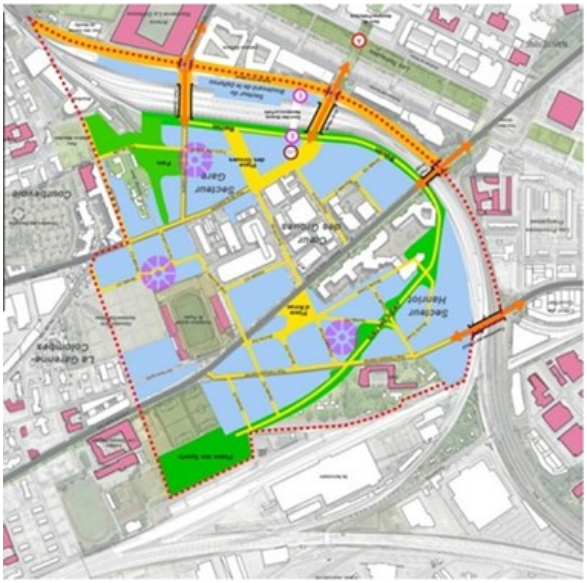
separados por barreiras físicas e sociais. Para isso, serão construídas passagens subterrâneas, novas vias urbanas, uma estação multimodal (*Nanterre-La Folie*) e espaços que favorecem a vida coletiva e a diversidade social.

A infraestrutura da *ZAC des Groues* foi planejada de forma integrada, com ênfase na mobilidade sustentável, conectividade territorial e resiliência urbana. Um dos pilares centrais do projeto é a intermodalidade, que se expressa na articulação entre a futura estação *Nanterre-La Folie*, as linhas do *Réseau Express Régional* (RER E), do metrô linha 15 e dos modais de superfície. Essa integração visa reduzir o uso do automóvel e incentivar o transporte coletivo de alta capacidade. Com isso, a ZAC deixará de ser um enclave isolado para tornar-se um polo conector entre La Défense, o centro de Nanterre e os bairros residenciais adjacentes.

2.2 REQUALIFICAÇÃO URBANA: *A ZAC DES GROUES*

Esse projeto abrange uma área total de aproximadamente 65 hectares e propõe a criação de um novo pedaço de cidade inteiramente integrado ao tecido urbano existente. De acordo com os documentos técnicos apresentados pela *Paris La Défense* (Peça A), o plano urbanístico prevê a construção de mais de 300 mil metros quadrados de edificações, distribuídas entre habitação, escritórios, comércios, equipamentos públicos e espaços verdes.

Figura 5 - Esquema do plano diretor, mostrando os eixos funcionais, ruas e edificações.



Fonte: PARIS LA DÉFENSE, 2019A.

A concepção da ZAC busca equilibrar densidade urbana com qualidade de vida, promovendo uma cidade compacta, acessível e ambientalmente responsável. O bairro será estruturado em torno de três eixos principais: eixo de habitação mista, eixo de inovação e atividades econômicas e eixo paisagístico central. Essa divisão funcional é complementada por uma malha viária adaptada à escala do pedestre e por uma rede integrada de espaços públicos.

O traçado viário foi reformulado para priorizar modos ativos, como a caminhada e o uso de bicicletas. Ciclovias seguras, faixas de pedestres ampliadas, calçadas com acessibilidade universal e áreas de convivência foram inseridas no plano diretor com o intuito de humanizar os deslocamentos. Além disso, foram reservadas faixas exclusivas para ônibus e pontos de conexão com sistemas de carona compartilhada e bicicletas públicas.

Em termos de infraestrutura subterrânea, a operação prevê o redesenho completo das redes de água, esgoto, eletricidade e telecomunicações. Segundo a *Peça B – Étude d'impact environnemental*, todas as redes serão modernizadas e alinhadas com os padrões ambientais mais exigentes, garantindo eficiência energética, gestão inteligente de recursos e resiliência diante de eventos climáticos extremos. A mobilidade também foi pensada sob a ótica da coesão territorial. O projeto estabelece passagens seguras sob as vias férreas que hoje fragmentam o bairro, criando continuidade entre os diferentes setores da cidade.

2.3 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E FUNÇÕES URBANAS

O projeto da *ZAC des Groues* adota uma abordagem multifuncional do espaço urbano, integrando diferentes usos e promovendo a convivência entre funções residenciais, econômicas, institucionais e recreativas. Essa lógica de cidade mista visa romper com a zonificação rígida herdada do urbanismo modernista e estimular a vitalidade dos bairros ao longo de todo o dia.

Figura 6 – Simulação dos espaços



Fonte: GGAU, 2016.

Entre os equipamentos públicos previstos destacam-se escolas, creches, centros de saúde, centros culturais, instalações esportivas e edifícios administrativos. Essas estruturas estão estrategicamente distribuídas pelo território da ZAC, de forma a garantir o acesso fácil e seguro a pé ou de bicicleta, especialmente para crianças, idosos e pessoas com mobilidade reduzida. De acordo com os mapas da Peça A, cada setor funcional da ZAC contará com pelo menos um equipamento público de referência.

É a transformação de antigos galpões industriais em espaços culturais polivalentes, destinados a exposições, eventos e ateliês (NANTERREALITE, 2015; SOCIÉTÉ D'HISTOIRE DE NANTERRE, 2025). Essa reutilização adaptativa preserva a memória do lugar e fortalece a identidade do novo bairro.

Do ponto de vista funcional, o projeto estimula a mistura de usos também nos edifícios, que muitas vezes combinam térreo comercial com andares superiores residenciais ou de serviços. Essa configuração incentiva a atividade urbana contínua e reduz a necessidade de deslocamentos longos. O comércio de proximidade, os mercados públicos e os cafés de esquina foram incorporados ao plano diretor como elementos fundamentais para a criação de uma vida urbana dinâmica e acolhedora.

3 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

3.1 DIMENSÃO AMBIENTAL

Segundo o site oficial da operação (MINISTÈRE DE LA TRANSITION ÉCOLOGIQUE, 2024), estima-se a criação de 10 mil novos empregos e o acolhimento de cerca de 15 mil moradores.

Outro aspecto relevante é o compromisso com a integração paisagística e ambiental. O *masterplan* inclui a preservação de árvores existentes, o plantio de novas espécies nativas, a criação de corredores ecológicos e a valorização de elementos naturais como o solo, o ar e a água. Essas diretrizes estão alinhadas com as recomendações da *Haute Qualité Environnementale* (HQE) e do *Building Research Establishment Environmental Assessment Method* (BREEAM), que são certificações ambientais adotadas no empreendimento.

A sustentabilidade ambiental está no cerne do projeto da *ZAC des Groues*, sendo transversal a todas as suas dimensões: da concepção urbanística às práticas construtivas. Isso demonstra que o projeto não se limita a atender exigências normativas, mas incorpora de forma integrada a perspectiva ecológica como fundamento da requalificação (PARIS LA DÉFENSE, 2020; CNRS, 2022). De acordo com *o Le Journal du CNRS*, os desafios da ville durable passam justamente pela capacidade das cidades em conciliar inovação, resiliência e inclusão, elementos que também estruturam a proposta da ZAC.

De acordo com a Peça C – *Loi sur l'eau*, foram desenvolvidas estratégias específicas para a gestão dos recursos hídricos, o combate às ilhas de calor e a proteção da biodiversidade local. Essas medidas revelam um esforço em alinhar o urbanismo local às agendas globais de adaptação climática, como aquelas promovidas pela ONU-Habitat, que defendem cidades resilientes e capazes de regenerar seus ecossistemas (ONU-HABITAT, 2020). O objetivo é assegurar que a requalificação urbana respeite os ciclos naturais e contribua para a resiliência climática da metrópole parisiense, reforçando a ideia de que empreendimentos urbanos só podem ser considerados inovadores quando conseguem conciliar crescimento econômico, justiça social e equilíbrio ambiental.

Um dos destaques é a criação de bacias de retenção de águas pluviais, que reduzem os riscos de alagamentos e permitem a infiltração da água no solo, contribuindo para a recarga dos lençóis freáticos. Além disso, o uso de pavimentos permeáveis e a vegetação urbana desempenham papel fundamental na absorção da

água da chuva. Essas práticas foram detalhadas nas peças B e C como parte das obrigações legais para obtenção das autorizações ambientais.

No campo energético, o projeto aposta em construções com alto desempenho térmico e energético. Os edifícios deverão seguir os padrões de certificação HQE e BREEAM, integrando soluções como painéis solares, ventilação natural, isolamento eficiente e materiais de baixo impacto ambiental. A meta é alcançar a neutralidade de carbono ao longo da operação da ZAC.

Outras ações relevantes envolvem a valorização da biodiversidade e a integração de espaços verdes multifuncionais. O plano paisagístico prevê corredores ecológicos que favorecem o deslocamento da fauna e conectam parques e jardins. A flora escolhida é adaptada ao clima local e pouco exigente em irrigação, o que reforça o compromisso com a economia de recursos. Além disso, as áreas verdes desempenham funções sociais, educativas e recreativas, promovendo bem-estar para os moradores.

3.2 DIMENSÃO SOCIAL E HABITAÇÃO MISTA

A dimensão social da ZAC *des Groues* é uma das vertentes centrais do projeto, que busca promover a inclusão, a diversidade e a coesão urbana. A proposta de habitação mista é estruturada de forma a oferecer diferentes tipologias e faixas de renda, de modo a garantir que o novo bairro seja acessível a diversos perfis de moradores. Essa estratégia visa combater a segregação socioespacial, um problema recorrente em regiões metropolitanas densas como a *Île-de-France*.

De acordo com os dados apresentados na Peça A do dossiê técnico, estão previstas aproximadamente 4.500 novas unidades habitacionais, das quais cerca de 40% serão destinadas à habitação social ou intermediária (*logement social et intermédiaire*). Isso corresponde à política pública francesa de *mixité sociale*, que exige uma distribuição equilibrada entre habitações de mercado e habitações subsidiadas. As unidades serão distribuídas em diferentes setores do bairro, com integração à malha urbana e aos equipamentos públicos.

Além da habitação, o projeto contempla a criação de escolas, creches, centros culturais e equipamentos de saúde, reforçando a dimensão do direito à cidade. O acesso equitativo a esses serviços é considerado essencial para a inclusão social dos

novos habitantes e para a integração com os moradores antigos da região. O desenho urbano busca criar espaços de encontro e convivência, como praças, pátios e ruas compartilhadas, que fomentem o vínculo comunitário.

Outro ponto relevante é o acolhimento de populações vulneráveis, como jovens em situação de precariedade, estudantes e famílias de baixa renda. Algumas parcelas do solo serão reservadas para iniciativas habitacionais inovadoras, como as "*résidences sociales*" e os "*logements étudiants*", em parceria com organizações civis e cooperativas. Dessa forma, o projeto pretende aliar densidade habitacional com justiça social e qualidade de vida.

Figura 7 - Edifício Flora.



Fonte: LITZIER, 2024.

Inaugurado em 8 de julho de 2024, como parte de um programa de uso misto e baixo carbono, o edifício Flora inclui habitação, escritórios, mas também lojas. Graças à sua programação mista, ao respeito pelas normas ambientais e à sua localização, é um dos edifícios emblemáticos do 11ᵉ Distrito de Nanterre. composto por 1.700 m^2 escritório, 700 m^2 de lojas e 88 unidades habitacionais. A entrega dos vários edifícios e espaços públicos continuará até 2031, quando o 11ºdistrito de Nanterre completará sua transformação.

Além de sua função urbana, o edifício Flora representa também um marco em termos de desempenho ambiental. Sua estrutura em madeira, que utiliza cerca de 1.600 m^3, demonstra uma aposta concreta na redução da pegada de carbono. O projeto foi concebido para atender às mais exigentes certificações, como E+C-, NF Habitat HQE, HQE Sustainable Building e BBCA, assegurando elevados padrões de sustentabilidade.

Com essas medidas, o edifício se antecipa às diretrizes da RE2020 e já cumpre, desde sua entrega, os limites de carbono previstos para 2028, confirmando sua posição como referência em inovação construtiva (PARIS LA DÉFENSE, 2019b; SEPTÉ, 2024; WESSLING, 2023).

Localizada no coração do novo bairro de *Groues*, conectada a *La Défense* e aos centros universitários, a Flora oferece um ambiente de vida único. A cidade de Nanterre é animada por uma grande variedade de lojas, diversidade cultural e esportiva com a nova Arena Paris *La Défense*, o centro de ópera e a Escola de Ballet da Ópera de Paris.

Com o *RER A* 10min* a pé e a nova estação "Nanterre – La Folie" permitindo que você chegue a *Saint-Lazare* em 12min*, Flora está perfeitamente conectada. O novo distrito de *Groues* abrigará lojas locais, um complexo escolar, uma creche, instalações esportivas, bem como instalações comerciais dentro da sede da Vinci.

A poucos passos da residência, o parque André Malraux desdobra seus 25 hectares de vegetação. A flora permite, assim, que você aproveite ao máximo os muitos ativos deste distrito verde em flor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do projeto da ZAC *des Groues* revela um modelo de requalificação urbana comprometido com a sustentabilidade ambiental, a justiça social e a inovação territorial. Combinando instrumentos técnicos avançados, certificações ambientais, participação cidadã e planejamento estratégico, a operação configura-se como uma referência no contexto francês de urbanismo ecológico e inclusivo.

Ao longo das páginas deste artigo, foram apresentados os principais aspectos do projeto, desde sua inserção histórica e urbana até os detalhes sobre mobilidade, habitação, infraestrutura e governança. O caso da ZAC *des Groues* mostra que é possível transformar áreas degradadas em espaços vibrantes, multifuncionais e resilientes, desde que haja vontade política, coordenação institucional e escuta ativa das comunidades envolvidas.

Para além dos números e metas, a ZAC representa uma mudança de paradigma na forma de conceber o desenvolvimento urbano. Ao invés de seguir lógicas de expansão desenfreada e fragmentação social, o projeto aposta na densidade

equilibrada, na diversidade de usos, na eficiência energética e na convivência harmônica entre o ambiente construído e os sistemas naturais. Tais princípios são essenciais para enfrentar os desafios do século XXI, como as mudanças climáticas, a desigualdade urbana e a crise habitacional.

Analisar exemplos como esse é fundamental para a formação de uma prática profissional ética, técnica e sensível às questões socioambientais. A experiência da ZAC *des Groues* evidencia que a engenharia pode e deve ser uma aliada da sustentabilidade, contribuindo para a construção de cidades mais justas, verdes e humanas. As perspectivas futuras do projeto dependerão da continuidade do envolvimento público, do acompanhamento técnico e da adaptação constante às transformações sociais e climáticas.

REFERÊNCIAS

CNRS. **Ville durable: comment bâtir l'avenir urbain**. Le Journal du CNRS, 2022. Disponível em: https://lejournal.cnrs.fr/articles/les-defis-de-la-ville-durable. Acesso em: 27 maio 2025.

CONSTRUCTION GRAND PARIS. **Les grandes étapes de la construction métropolitaine**. Document chronológico em PDF. Disponível em: https://www.calameo.com/read/0002150223a26840e5b89. Acesso em: 12 maio 2025.

ENLARGE YOUR PARIS**. Le Grand Paris raconté en 14 cartes de 1550 à 2018,** 2018. Disponível em: https://www.enlargeyourparis.fr/societe/le-grand-paris-raconte-en-14-cartes-de-1550-a-2018. Acesso em: 9 maio 2025.

GGAU - GÜLLER GÜLLER ARCHITECTURE URBANISM: **Le Plan Guide, la stratégie d'aménagement urbain des Groues**. Paris, 2016. Disponível em: http://www.ggau.net/html/GG131.html. Acesso em: 17 jul. 2025.

LE MONDE. **Les villes se construisent sur des compromis**. Le Monde, 14 maio 2009. Disponível em: https://www.lemonde.fr/planete/article/2009/05/14/les-villes-se-construisent-sur-des-compromis_1192950_3244.html. Acesso em: 06 ago. 2025.

LE MONITEUR. **Le Grand Paris**: dix ans déjà. Disponível em: https://www.lemoniteur.fr/article/le-grand-paris-dix-ans-deja.866789. Acesso em: 9 maio. 2025.

LITZIER, Jean-Bernard. **C'est ici que se dessine le Nanterre de demain**. **Figaro immobilier**, 10 maio 2024. Disponível em: https://immobilier.lefigaro.fr/article/c-est-ici-que-se-dessine-le-nanterre-de-demain_49e2c722-0e13-11ef-923e-3ffabc3e3b16/ . Acesso em: 05 julho 2025

MIC-HUB. **Grand Paris Express**, 2025. Disponível em: https://www.mic-hub.com/project/grand-paris-express/. Acesso em: 06 ago. 2025.

MINISTÈRE DE LA TRANSITION ÉCOLOGIQUE. **Fiche projet – ZAC des Groues,** 2024. Disponível em: https://www.projets-environnement.gouv.fr/page/fiche/?q=recordsid:20203173959. Acesso em: 28 maio 2025.

NANTERREALITE.BLOGSPOT.FR. ***Les Groues,*** 2015. Disponível em: https://nanterrealite.blogspot.com/2015/10/les-groues.html. Acesso em: 06 ago. 2025.

ONU-HABITAT. **World Cities Report 2020**: The Value of Sustainable Urbanization. Nairobi: UN-Habitat, 2020. Disponível em: https://unhabitat.org. Acesso em: 27 maio 2025.

PARIS LA DÉFENSE. DAE – **Pièce A**: Présentation du dossier de demande d'autorisation environnementale. Paris: Ministère de la Transition Écologique, 2019A. Acesso em: 05 jul. 2025.

PARIS LA DÉFENSE. DAE – **Pièce B**: Étude d'impact environnemental. Paris: Ministère de la Transition Écologique, 2019B. Acesso em: 05 jul. 2025.

PARIS LA DÉFENSE. DAE – **Pièce C**: Loi sur l'eau – pièces justificatives. Paris: Ministère de la Transition Écologique, 2020. Acesso em: 05 jul. 2025.

RFI. **Dix propositions pour le Grand Paris**. RFI, 14 out. 2009. Disponível em: https://www.rfi.fr/fr/contenu/20091014-dix-propositions-le-grand-paris. Acesso em: 9 de maio 2025.

SEPTÉ CERTIFICAÇÕES. **BREEAM**: Certificação de construção sustentável europeia. 2024. Disponível em: https://www.septe.com.br. Acesso em: 8 jun. 2025.

SOCIÉTÉ D'HISTOIRE DE NANTERRE. **Cartothèque numérique de la Société d'Histoire de Nanterre,** 2025. Disponível em: https://histoire-nanterre.org/cartotheque-de-la-societe-dhistoire-de-nanterre/. Acesso em: 10 maio 2025.

SOCIÉTÉ DES GRANDS PROJETS. ***Le Grand Paris, un grand projet est né***.. Disponível em: https://www.societedesgrandsprojets.fr/actualites/grand-paris-un-grand-projet-est-ne. Acesso em: 12 maio 2025.

SOCIÉTÉ DU GRAND PARIS. **L'essentiel du Grand Paris Express.** Société du Grand Paris, 2025. Disponível em: https://www.grandparisexpress.fr/gpe-essentiel.Acesso em: 12 maio 2025.

VIE PUBLIQUE. **Grand Paris**: un projet de développement pour une métropole de rang mondial. Atualizado em: 27 ago. 2024. Disponível em: https://www.vie-publique.fr/eclairage/19461-grand-paris-projet-de-developpement-dune-metropole-de-rang-mondial. Acesso em: 12 maio 2025.

VIE PUBLIQUE. **Loi n° 2010-597 du 3 juin 2010 relative au Grand Paris**. Disponível em: https://www.vie-publique.fr/loi/20575-grand-paris-projet-de-loi-paris-banlieue-parisienne-region-ile-de. Acesso em: 9 maio. 2025.

VILLE DE NANTERRE. **L'Histoire de la ville**. Site oficial da Prefeitura de Nanterre, atualizado em 3 abr. 2024. Disponível em: https://www.nanterre.fr/vie-citoyenne/presentation-de-la-ville/page-de-contenu/lhistoire-de-la-ville. Acesso em: 12 maio 2025.

WESSLING. **Certificação HQE** – Alta Qualidade Ambiental. 2023. Disponível em: https://www.wessling.fr. Acesso em: 8 jun. 2025.

AS EDIFICAÇÕES E OS FATORES CLIMÁTICOS: UMA ANÁLISE DO CONDOMÍNIO SECURITÁRIOS, EM SALVADOR (BA)

Ivana Souza Barbosa[1]

Fernando Barreto Nunes Filho[2]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as manifestações patológicas presentes nas fachadas do Condomínio Securitários, em Salvador (BA), considerando as exigências normativas e os fatores ambientais que influenciam a durabilidade das edificações. O estudo busca compreender os impactos da umidade, do salitre e da deposição de cloretos na degradação dos revestimentos, bem como propor medidas preventivas e corretivas que prolonguem a vida útil das estruturas. A metodologia utilizada baseou-se em pesquisa bibliográfica sobre normas técnicas, estudos anteriores sobre agressividade ambiental em Salvador e inspeção *in loco* das fachadas do condomínio. Foram realizados registros fotográficos e catalogação das principais patologias, como fissuras, eflorescências, manchas de umidade e descolamento de revestimentos, identificando suas origens e os fatores externos que as intensificam. Os resultados evidenciam que o ambiente litorâneo e úmido exerce forte influência na deterioração das fachadas, tornando indispensável a aplicação de planos de manutenção periódica conforme a NBR 5674/2012. Constatou-se que a ausência de manutenção adequada potencializa o surgimento de patologias, comprometendo a segurança, a estética e a valorização do imóvel. Conclui-se que a adoção de práticas preventivas, como impermeabilização, rejuntamento, pintura e inspeções regulares realizadas por profissionais habilitados, é essencial para reduzir custos futuros e garantir a durabilidade das edificações.

Palavras-chave: Patologias construtivas. Fatores climáticos. Condomínio Securitários.

1 INTRODUÇÃO

Salvador, por ser uma cidade litorânea, de clima quente e úmido durante a maior parte do ano, apresenta um ambiente bastante agressivo. Assim sendo, é comum encontrar nesta cidade estruturas que sofrem danos por processos corrosivos que atingem o aço utilizado em sua composição, o que compromete severamente a resistência e durabilidade destas estruturas.

Apesar das normas brasileiras definirem os requisitos de projeto e parâmetros construtivos a serem seguidos em cada classe de agressividade ambiental, ainda é muito difícil definir corretamente qual é a agressividade do ambiente no qual o concreto

[1] Graduanda em Engenharia Civil, Universidade Católica do Salvador, ivana.barbosa@ucsal.edu.br
[2] Professor do curso de Engenharia civil (UCSAL), Doutor em Planejamento Territorial (UCSAL), Mestre em Economia (UFBA), graduado em Engenharia Elétrica (UFBA); e-mail: fernando.filho@pro.ucsal.br

estará inserido. Espera-se que fachadas revestidas resistam por no mínimo 20 anos, já no caso da pintura da fachada o índice de desempenho mínimo é de 8 anos.

A norma NBR 5674/2012, sugere que uma manutenção na fachada deve ser feita a cada 3 anos pelo menos. Essa manutenção consiste em no mínimo uma lavagem completa, e a verificação da qualidade física da mesma. Em todos os casos, o mais recomendado é que um perito, como um engenheiro, faça a avaliação completa da fachada. Existem casos, inclusive, em que é indispensável que exista um laudo técnico para saber de forma detalhada o que deve ser corrigido, e a seriedade de todos os defeitos encontrados, garantindo assim a segurança de todos no prédio e a vida mais longa dele.

O Condomínio Securitários, localizado na Avenida Professor Pinto de Aguiar, no bairro de Pituaçu, em Salvador (BA), teve sua construção iniciada em 1979 e foi entregue em janeiro de 1982. Composto por 44 prédios, distribuídos em duas ruas interligadas por escadas e sem acesso para automóveis, o conjunto reúne 352 apartamentos. Cada edifício possui um síndico responsável por sua manutenção individual, enquanto as áreas comuns estão sob a gestão da síndica geral.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as manifestações patológicas identificadas nas fachadas do condomínio, resultantes fatores climáticos, da ação do tempo e da dificuldade de execução de manutenções adequadas. Busca-se, ainda, propor um plano de intervenção que assegure a segurança, a preservação da edificação e a qualidade do ambiente construído.

A metodologia adotada baseou-se em vistorias *in loco*, com registro fotográfico, medições e classificação das patologias observadas, além da proposição de medidas de correção e prevenção voltadas à manutenção predial.

2 AS EDIFICAÇÕES E OS FATORES CLIMÁTICOS

A umidade é um dos principais fatores que contribuem para o aparecimento de mofo, manchas, corrosão de armaduras, eflorescências, dentre outros. Podendo essa umidade surgir por diversos motivos como, ação da chuva, pelo solo por capilaridade, pela proximidade de fossas, entre outros.

A eflorescência popularmente conhecida como salitre, é uma manifestação patológica decorrente de depósitos salinos principalmente de sais de metais alcalinos e alcalino-terrosos presente na superfície de alvenarias, provenientes da migração de sais solúveis presentes nos materiais e/ou componentes da alvenaria.

Apesar das normas brasileiras definirem os requisitos de projeto e parâmetros construtivos a serem seguidos em cada classe de agressividade ambiental, ainda é muito difícil definir corretamente qual é a agressividade do ambiente no qual o concreto estará inserido. Em uma cidade como Salvador, dividida entre parte alta e baixa, com influência de respingos de maré em regiões marítimas e outras regiões inseridas dentro de uma baía protegida pelos obstáculos que a contornam, torna-se especialmente complexa a determinação da classe de agressividade a qual está sujeita cada estrutura. Estudos realizados por Vilasboas (2004) possibilitaram a realização de um mapa que classificava diferentes zonas de agressividade ambiental de Salvador (BA), apresentado por Vilasboas e Machado (2010). Este mapa, porém, foi baseado em dados empíricos e práticos, sem considerar dados teóricos ou experimentais. Os estudos de Vilasboas (2013) trazem novas contribuições que permitem atualizar e validar o mapa existente, a partir de dados experimentais de deposição de cloretos em diversos pontos da cidade.

Segundo a NBR 6118 (ABNT, 2014), a durabilidade de uma edificação está intimamente relacionada com a capacidade de sua estrutura em resistir às influências ambientais no qual está instalada, previstas e anteriormente definidas em conjunto pelo autor do projeto estrutural e o contratante no início dos trabalhos de elaboração do projeto.

Para atualizar o mapa de agressividade ambiental de Salvador foram utilizados dados da deposição de cloretos em diferentes estruturas de Salvador, determinados em 20 pontos distintos na cidade. Este trabalho, realizado pelo prof. Marcílio Vilasboas em sua tese de doutorado (Vilasboas, 2013), consiste em uma experimentação visando a calcular a taxa de deposição de cloretos inorgânicos existentes na atmosfera. Para esta análise, foram escolhidos pontos estratégicos, situados desde a orla até endereços com mais de 10 km de distância até o mar.

O professor Marcílio Vilasboas estudou a influência do cloreto na região próximo ao Condomínio Securitários, a estação E4 na tabela, a análise foi realizada na

Universidade Católica de Salvador (UCSAL) que fica cerca de 600 metros de distância do condomínio.

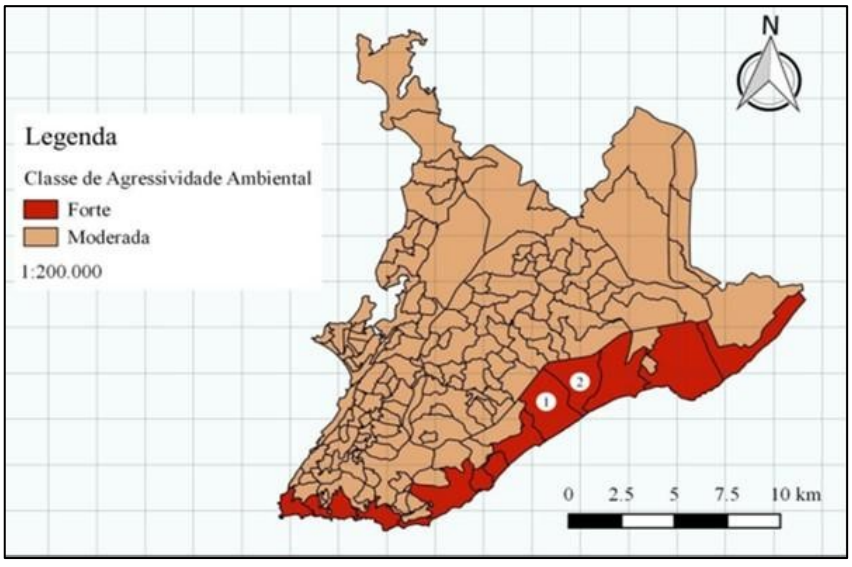
Figura 1- Localização dos pontos de medida de deposição do íon cloreto em Salvador

Estação	Coordenadas		Alti-tude	Distância ao mar	Local de exposição	Endereço	
	S	W	(m)	(m)		Logradouro	Bairro
E1	12°59'01.17"	38°28'04.92"	20	2848,47	CEPRED	AV. Antônio Carlos Magalhães, nº 122	Caminho das Arvores
E2	13°00'16.83"	38°30'32.53"	16	700	Escola de Medicina Veterinária UFBA	Rua Adhemar de Barros, n° 500	Ondina
E3	13°00'17.80"	38°30'01.77"	55	665,83	UCSAL	Avenida Cardeal da Silva, nº 205	Federação
E4	12°56'57.23"	38°24'46.02"	31	2111,4	UCSAL	Avenida Pinto de Aguiar, nº 2589	Pituaçu
E5	13°00'30.85"	38°30'43.25"	34	262,04	FAPESB	Colina de São Lázaro, n° 203	Federação
E6	12°59'58.26"	38°30'36.09"	71,4	1226,59	Escola Politécnica UFBA	Rua Professor Aristides Novis, n° 2	Federação

Fonte: Albuquerque, 2016

A eflorescência ocorre por causa do depósito de sais na estrutura. Destaca-se os sais de metais alcalinos e de metais alcalino-terrosos, que são provenientes dos materiais e componentes da própria estrutura. Quando ocasionada por esses sais muda a estética da superfície, podendo, ainda, causar desagregação profunda. O autor ainda afirma que a ocorrência da eflorescência depende do teor desses sais, da presença de água e, também, da pressão hidrostática. Portanto, a eflorescência só ocorrerá quando houver os três fatores citados.

Figura 2- Mapa de agressividade ambiental em Salvador



Fonte: Albuquerque, 2016

A partir do mapa apresentado por Vilasboas é possível verificar em qual faixa de contaminação por íons cloretos se encontra cada bairro de Salvador, de forma a verificar quais regiões são mais corrosivas aos metais, representando maior risco às estruturas em concreto armado. O mapa deixa clara a relação existente entre a deposição de cloretos e a distância ao mar, porém expõe também que esta relação é muito mais acentuada nos primeiros metros de distância à costa marítima, sendo praticamente irrelevante para os valores de deposição calculados após os primeiros 1000 metros.

Os bairros Pituaçu e Patamares identificados no mapa com os números 1 e 2, respectivamente, aparecem com grandes extensões mais ao centro da cidade, porém são representados com forte agressividade em toda sua superfície, mesmo a grandes distâncias do mar. Ao executar um projeto no litoral solicita uma atenção maior por causa da maresia. Assim, percebe-se a necessidade de uma intervenção nos problemas apresentados, tomando maior cuidado devido à maresia.

3 INFLUÊNCIA DOS FATORES CLIMÁTICOS NO CONDOMÍNIO SECURITÁRIOS

O Condomínio Securitários, objeto deste estudo, apresenta características construtivas e ambientais que justificam sua análise quanto ao estado de conservação das fachadas. Com mais de 40 anos de existência, os edifícios apresentam sinais característicos de desgaste natural, que se refletem em manifestações patológicas recorrentes nas fachadas. Nesse contexto, a investigação deste estudo organiza-se em três etapas principais: a caracterização física e urbanística do condomínio, a identificação e análise das principais patologias observadas e, por fim, a proposição de diretrizes para um plano de manutenção predial que auxilie na conservação, segurança e valorização do conjunto.

3.1 O CONDOMÍNIO SECURITÁRIOS

O Condomínio Securitários foi entregue em janeiro de 1982, e possui 352 apartamentos, sendo eles 96 com dois quartos, 176 com dois quartos e uma dependência e 80 com três quartos e uma dependência. Esses apartamentos são divididos em 44 prédios distribuídos em duas ruas (Rua A e Rua B), que são interligadas por uma escada. O condomínio possui duas portarias, uma quadra poliesportiva, um salão de festas, dois parquinhos e três praças.

Ele está localizado em Salvador (BA), na Avenida Professor Pinto de Aguiar, no bairro de Pituaçu. Próximo a ele há uma pequena área de comércio com restaurantes, bares, lanchonetes, que são bastante frequentados por moradores e por pessoas que frequentam a avenida, há também o Estádio de Pituaçu e a Estação Pituaçu (metrô). O imóvel é cercado por parte do Bioma da Mata Atlântica presente na metrópole, situada perto de uma unidade de conservação chamada Parque Metropolitano de Pituaçu.

Figura 3- Mapa de localização do Condomínio Securitários



Fonte: Google Earth (adaptado), 2025.

O Condomínio Securitário possui mais de 40 anos e seus edifícios foram construídos de modo geral com paredes de tijolos cerâmicos, revestidas com argamassas inorgânicas e pintadas ou revestidas com pastilhas cerâmicas. O estado de conservação de alguns prédios é razoável, apresentando manchas de sujeira, umidade ascensional, descolamento em placas, descoloração e fissuras.

Observando o cenário do condomínio, há um elevado grau de mancha, eflorescência e bolor, por se localizar próximo a orla. Manchas e eflorescências são provocadas pela umidade do ar, causando danificações na estrutura, reboco e alvenaria, ocasionando manchas produzidas pela umidade, bolor, microrganismos, algas, eflorescências, descolamento, desagregação e mudança de cor, essas ocorrências são geradas devido à absorção capilar superficial de água através condensação.

Sendo assim, o Condomínio Securitários presente no bairro de Pituaçu, possui uma classe de agressividade ambiental forte precisaria de cuidados especiais em suas

fases de projeto, construção e operação para que atenda as expectativas de desempenho e durabilidade, pois quanto mais forte a agressividade do meio, mais rápido e mais intenso é o processo de deterioração.

3.2 ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS ENCONTRADAS

Para o estudo das principais manifestações patológicas existentes em fachadas de edifícios no Condomínio Securitários foi definida a metodologia que se baseia em duas etapas. A primeira trata-se de uma análise “in locus”, para o estudo dos tipos de manifestações patológicas presentes nos edifícios através de registros fotográficos e análise detalhada das manifestações encontradas no local.

Em um sistema de revestimento, cada material ou componente constituinte deste, apresenta um comportamento particular, variando conforme suas funções e condições de exposição aos quais são submetidos. Desta forma, o surgimento de manifestações patológicas no revestimento, tanto pode ser originado por fatores externos, como também podem ser oriundos de problemas intrínsecos no material.

As patologias podem ser classificadas segundo sua origem, em congênitas, oriundas da fase de projeto e planejamento da obra, em que os problemas patológicos podem ocorrer pelo detalhamento insuficiente ou deficiente dos projetos. Construtivas, ocorrem na fase construtiva da obra, onde tornam-se comuns as falhas por incompatibilidade de projeto e execução, utilização de materiais inadequados ou de má qualidade, técnicas inadequadas de produção, controle da argamassa e mão de obra desqualificada. Adquiridas: surgem durante a vida útil do revestimento, devido à degradação dos materiais, seja por má utilização dos usuários, devido à ausência de manutenção prevista, e/ou exposição a agentes externos, de ordem natural. Acidentais: patologias oriundas de algum fenômeno atípico, de ordem natural ou humana, seja por ação de tremores, chuvas, ventos e incêndios com intensidade anormal, recalques estruturais, dentre outros.

O revestimento externo de uma edificação é um dos principais serviços da obra, pois além de contribuir para o aspecto visual, também protege a edificação como um todo, proporcionando maior durabilidade à construção. Ele deve apresentar um conjunto de propriedades que irão ajudar a conquistar o adequado comportamento das vedações e, consequentemente, do edifício como um todo. Destacam que, das

inúmeras anomalias existentes em revestimentos de fachadas, as de maior incidência no condomínio são as manchas de umidade e eflorescências.

Figura 4 -Manchas de umidade e eflorescências



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

No caso de revestimentos cerâmicos aderidos à fachada, pode ocorrer a eflorescência. As eflorescências são formações cristalinas de sais solúveis existentes nas argamassas que compõem o sistema de revestimento que, juntamente com água, emergem até a superfície. Essa patologia prejudica a fachada esteticamente. Além disso, nos casos mais graves pode acarretar a corrosão das argamassas interiores, resultando no descolamento do revestimento.

Outra patologia muito encontrada no local de análise foram as fissuras e trincas, dentre as manifestações patológicas que surgem nas edificações, tanto nas mais antigas, como naquelas em fase de execução, as fissuras, salvo as deformações mais acentuadas, são as que mais chamam a atenção de quem desconhece do assunto, pois elas são visíveis a olho nu.

Segundo a ABNT NBR 9575/2010 – Impermeabilização: Seleção e projeto, são consideradas fissuras, ou seja, as aberturas ocasionadas por ruptura de um material ou componente. As patologias podem ser classificadas como, microfissuras: abertura com espessura inferior a 0,05 mm, fissuras: espessura inferior ou igual 0,5 mm, trinca: abertura superior a 0,5 mm e inferior a 1 mm.

O surgimento de trincas e fissuras pode acarretar na manifestação de outras patologias, uma vez que, estas se constituem em caminhos propícios à penetração de agentes agressivos externos. Estes agentes, especialmente a água, podem induzir ao aparecimento de novas manifestações patológicas, como eflorescências, manchas de umidade, bolor ou mofo, corrosão de armaduras e descolamento de placas cerâmicas.

A catalogação das principais tipologias de patologias foi realizada no levantamento de imagens das fachadas dos edifícios do condomínio. A catalogação das patologias foi organizada conforme seu tipo, entre elas fissuras, manchas e descolamento.

Figura 5- Fissura



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Na imagem analisada as fissuras encontradas são ativas no revestimento em argamassa, de orientação inclinada e vertical, causadas pela ausência ou sub dimensionamento de vergas e contravergas e por ação da chuva, do vento, movimentos térmicos e umidade. Fissuração típica de movimentações atuantes durante a vida útil da edificação que não são totalmente absorvidas pelas contravergas, por serem subdimensionadas ou até mesmo ausentes nessa região, fazendo com que as fissuras, neste caso, se desenvolvam a partir dos vértices inferiores. Os cantos das aberturas consistem em pontos mais vulneráveis à fissuração, pois são regiões naturalmente enfraquecidas, ao nível do peitoril e dos vértices do caixilho, onde ocorre maior concentração de tensões devido à perturbação no andamento das isostáticas de compressão.

Figura 6 - Mancha de sujidade



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Na imagem analisada de manchas por sujidade possui outros fatores interligados como a umidade e a ação de microrganismos e são causadas pelo umedecimento contínuo da superfície além da presença de sais e a poluição. A umidade provoca condições favoráveis à fixação de sujidades e ao surgimento de fungos. A porosidade nos materiais que compõem a fachada (alvenaria, reboco, etc.), juntamente com as temperaturas adequadas e os nutrientes necessários disponíveis, provocam o desenvolvimento de microrganismos com diferentes intensidade, sendo que as regiões compostas por materiais mais úmidos, desenvolve-os de forma mais rápida e intensa do que as regiões menos úmidas. A falta de manutenção da fachada também é outro fator agravante, pois permite à instalação e progressão das condições favoráveis à degradação.

Figura 7- Descolamento



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

A figura anterior ilustra o descolamento em revestimento cerâmico causada por ações físicas e químicas, entre elas a chuva, a oxidação, sais e a poluição. Na imagem pode-se perceber pré-patologias como manchas e falha no rejunte. Descolamento decorrente da ação cíclica da temperatura atuando sob o revestimento e da instabilidade da base, agravado pela infiltração de água e ações de intempéries que degradam paulatinamente os materiais.

3.3 UMA PROPOSTA PARA UM PLANO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

A manutenção de fachada, mais do que uma questão de aparência, é uma tarefa importante, que deve ser executada por profissionais especializados dentro de um plano de manutenção predial. Existência de vícios construtivos que causam infiltrações e acabam comprometendo a estrutura e a estética. O gasto pela ausência de planejamento de manutenção periódica pode chegar a cerca de 10% do valor total da edificação. A despesa é muito menor quando a preservação é constante, além de prolongar a vida útil do prédio.

A falta de cuidado com a fachada dos edifícios pode causar acidentes, pois existem males escondidos que são encontrados apenas com um laudo técnico. Recomenda-se um prazo máximo de 5 anos entre uma manutenção e outra. Os imóveis são valorizados em até 20% quando têm fachadas atraentes. A aparência dos edifícios é um dos fatores relevantes na avaliação imobiliária. Outras vantagens de ter a inspeção de fachadas atualizada: segurança dos moradores e usuários; menor necessidade de reparos futuros.

A inspeção de fachadas deve ser feita regularmente e devem ser consideradas as condições de uso e exposição ambiental relevantes ao desempenho da edificação para se poder estimar o comportamento futuro da mesma e de seus componentes. Os relatórios devem descrever a deterioração de cada componente da edificação avaliar a perda do seu desempenho. O serviço de manutenção deve reduzir a necessidade de sucessivas intervenções.

No caso do condomínio, o síndico deve cuidar do reparo e da manutenção do condomínio, e reunir os moradores em assembleia para combinar e organizar as manutenções. Além da preservação e valorização do patrimônio, uma fachada em ordem é uma questão legal, o artigo 1.348 do Código Civil trata da responsabilidade do

síndico no sentido de “diligenciar a conservação e a guarda das partes comuns e zelar pela prestação dos serviços que interessem aos possuidores”. Ela deve passar por assembleia e a aprovação precisa do aval da maioria presente, o que representa 50% mais 1. Se a pintura incluir mudança de cor, por exemplo, será preciso ter a aprovação de 2/3 de todos os condôminos. O reparo de danos urgentes sem gastos excessivos pode ser autorizado pelo síndico sem votação em assembleia. No entanto, os moradores precisam estar cientes.

Antes de iniciar os reparos de manutenção é importante verificar se há fissuras ou rachaduras, pois isso pode demandar mais gastos e um trabalho bem específico. Depois será necessário solicitar orçamento com mais de uma empresa, a não ser que o condomínio já tenha estabelecido alguma de sua preferência e com o custo aprovado junto aos condôminos. Na sequência será preciso fazer o isolamento do local para evitar acidentes. É de suma importância que haja um planejamento de execução com estimativa de início e finalização dos reparos. Cabe ao síndico, a fiscalização do trabalho da empresa contratada e conferir se a mesma segue as normas vigentes de segurança, como o uso de equipamentos de proteção individual pelos funcionários que realizaram as reformas.

O primeiro passo para a manutenção das fachadas é a limpeza, os benefícios são de ordem higiênica e estética, uma vez que as faces externas dos prédios são expostas diretamente à poluição e às variações climáticas, como sol, chuva, calor e frio. A limpeza ainda evita prejuízos, evidenciando possíveis problemas estruturais antes que eles se agravem. Rachaduras e pouca impermeabilização, por exemplo, são mais simples e baratas de serem resolvidas quando identificadas precocemente. Para se determinar a periodicidade da limpeza, é necessário considerar alguns pontos característicos de cada imóvel, como: tipo de revestimento, grau de sujeira, altura do prédio, acessibilidade e produtos a serem utilizados.

O passo seguinte à limpeza é a pintura. Para a tinta aderir perfeitamente ao substrato, a fachada deve ter sido limpa anteriormente. A pintura deve ocorrer sempre que a fachada apresentar patologias, como infiltrações, descascamento, bolhas e descoloramento. Apesar da possibilidade da pintura da fachada ser um processo custoso para o Condomínio, ela é indispensável. Além de garantir um aspecto bonito e novo ao prédio, a pintura também evidencia possíveis problemas estruturais. A recomendação é que o gestor fique sempre atento ao estado de conservação da

fachada predial, realizando a pintura de acordo com a frequência estipulada em Lei. Assim, o síndico maximiza a durabilidade desse resultado, evitando ter que repintar em um curto espaço de tempo.

Para fachadas prediais que usam revestimento cerâmico é necessário o rejuntamento do revestimento. Questões climáticas, infiltrações, perfurações, mau uso e falta de manutenção são alguns fatores que danificam o rejuntamento, por isso, é necessário verificar com frequência a condição de preservação e no caso de falhas será preciso substituir a argamassa.

Outro passo essencial e imprescindível para o Condomínio Securitários é a impermeabilização da superfície ou a utilização de hidrofugante, produto desenvolvido para aplicação nas fachadas para prevenir danos causados pela água e umidade. Ao evitar a passagem de água ou umidade, quebra-se desde o início todo o processo de formação da patologia. Então, impermeabilizar, além de ser um procedimento muito simples, ajuda também na limpeza e conservação do material, mantendo a estética impecável e com baixa demanda de manutenção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse relatório pode-se observar que o Condomínio Securitários, apresenta muitas manifestações patológicas, dentre as diversas patologias o que mais predominava era a presença de salitre que está relacionada com a presença de umidade nas paredes. A manifestação patológica de eflorescência foi detectada em quase todos os edifícios analisados.

Outro ponto que podemos notar é a forte agressividade ambiental do local, por estar próximo ao mar ocorre um ataque às estruturas por depósito de cloreto, é importante ressaltar que a aplicação de um material impermeabilizante nas fachadas das edificações pode proteger o concreto armado de tais agressividades.

A análise patológica do condomínio percebeu que por ser um imóvel com mais de 40 anos de funcionamento e pela falta de manutenção possui algumas irregularidades nas fachadas, o que acarreta uma falta de segurança para os moradores e usuários, além de uma desvalorização do imóvel.

Sendo assim, é necessária uma manutenção periódica de no máximo 5 anos. Deve ser realizada uma impermeabilização, impedindo focos de infiltrações e vazamentos e uma limpeza programada, utilizando os materiais e produtos ideais para cada revestimento para evitar reparos futuros.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Flávia. Atualização do mapa de agressividade ambiental de Salvador – Ba **com dados de deposição de cloretos**. Universidade Federal Da Bahia, 2016. Disponível em: https://asec.eng.br/wp-content/uploads/2017/10/TCC-Fl%C3%A1via-Albuquerque-CORRIGIDO.pdf. Acesso em: 21 ago. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. **NBR 14643**: Corrosão atmosférica – Classificação da corrosividade de atmosferas. Rio de Janeiro, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. **NBR 15575-1**: Edificações habitacionais - Desempenho, Parte 1: requisitos gerais. Rio de Janeiro, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. **NBR 5674**. Manutenção de edificações — Requisitos para o sistema de gestão de manutenção. Rio de Janeiro. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. **NBR 6118**: Edificações habitacionais — Desempenho Parte 1: Requisitos gerais. Rio de Janeiro. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. **NBR 9575**. Impermeabilização: Seleção e projeto. Rio de Janeiro. 2010.

CHAVES, Margarida Vaz. A. **Patologia e reabilitação de revestimentos de fachadas**. 2009. 160 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Guimarães. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10764/1/Tese%20Final%20ana%20chaves.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SALVADOR PREFEITURA DE SALVADOR**. LEI Nº 5907/2001.** Dispõe sobre a manutenção preventiva e periódica das edificações e equipamentos públicos ou privados, no âmbito do município de salvador e dá outras providências**.** Salvador, 2001**.**

SANTOS, Mayara J. **Catalogação de patologias em fachadas de edifícios residenciais de Brasília**. Repositório UNB, p. 1-227, 17 mar. 2017. Disponível em: https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/24061/1/2017_MayaraJordanaBarrosOliveiraSantos.pdf. Acesso em: 25 ago. 2025.

SELF ENGENHARIA. **Manutenção de fachada:** quando, como e por que fazer. Disponível em: <https://selfengenharia.com.br/blog/manutencao-de-fachada-quando-como-e-por-que-fazer/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC. **Relatório de vistoria de patologias prediais**: CSE – Centro Socioeconômico Bloco C. Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://dfo.ufsc.br/files/2011/12/RELATORIO_CSE_C_V07.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

UNIVERSIDADE TRISUL. **Patologias em fachadas**: quais são os problemas mais comuns? Disponível em: <https://www.universidadetrisul.com.br/etapas-construtivas/patologias-em-fachadas-quais-sao-os-problemas-mais-comuns>. Acesso em: 21 ago. 2025.

VILASBOAS, J.M.L. **Durabilidade das edificações de concreto armado em Salvador**: uma contribuição para a implantação da NBR 6118:2003. Dissertação (Mestrado em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais no Processo Produtivo), Departamento de Engenharia Ambiental, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

VILASBOAS, J.M.L. Estudo dos mecanismos de transporte de cloretos no concreto, suas inter-relações e influência na durabilidade de edificações na cidade do Salvador (BA). Tese (Doutorado em Energia e Ambiente), Departamento de Engenharia Ambiental, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013

ESCOLAS CATÓLICAS EM SALVADOR (BA): HISTÓRICO E ESCOLHAS POR LOCALIZAÇÃO

Maiesse Pinto El Sayegh Nunes[1]

Silvana Sá de Carvalho[2]

RESUMO

A expansão das grandes cidades sofre influência dos diversos agentes e de fatores socioeconômicos, o que culmina por aumentar a complexidade da urbanização. Quando se trata de grandes cidades e metrópoles como Salvador, essas questões tornam-se ainda mais complexas. Salvador, uma cidade peninsular, é banhada pela Baía de Todos os Santos, a oeste, seu primeiro vetor de crescimento, e a leste pela Orla Atlântica, para onde a cidade passa a crescer a partir do século XX. Altera seu vetor de crescimento das rendas mais altas, os serviços acompanharam a direção do crescimento da cidade, entre eles as escolas, com isso uma breve análise da inserção das escolas católicas, que oferecem do ensino fundamental ao segundo grau, na extensão urbana dessa cidade. Muitas escolas se mantiveram em seus bairros tradicionais, mas a grande maioria acompanhou essa nova expansão, seja com abertura de filiais ou mudanças de localização; além, é claro, das que passam a existir nessas “novas” áreas.

Palavras-chave: Expansão urbana. Educação. Escolas católicas.

1 INTRODUÇÃO

As cidades existem para as pessoas, as quais residem e utilizam os serviços oferecidos, sejam financeiros, culturais e educacionais. Nos serviços consumidos nos estabelecimentos de ensino, seus habitantes tem acesso a formação básica e qualificação fundamentais ao desenvolvimento da sociedade.

Historicamente, as pessoas se deslocam do campo ou de pequenas cidades em direção aos grandes centros, a procura por melhores serviços de educação. As escolas católicas presentes na sociedade brasileira, com a evolução dos serviços na área de educação, ajustaram-se à nova realidade. Ao longo desse artigo, iremos mostrar um pouco dessas mudanças das escolas católicas em Salvador (BA).

A partir de questões como decisões de localização e vetores de crescimento, tomando como objeto a cidade de Salvador, esse artigo pretende fazer uma breve

[1] Doutora em Planejamento Territorial (UCSAL), Mestre em economia (UFBa), Economista (Centro Universitário Newton Paiva). (e-mail: mpfnunes@uol.com.br)

[2] Pós Doc Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL), Doutora em geografia (UFSE), Mestre em arquitetura e urbanismo (UFBA), graduação em arquitetura e urbanismo (UFBA) (e-mail: silvana.carvalho@ucsal.br)

análise da inserção das escolas católicas, na extensão urbana dessa cidade. Partindo de conceito de localização, será analisada a expansão da cidade e da rede de escolas ao longo das últimas décadas, considerando os novos estabelecimentos e os que permanecem em seus locais de origem.

2 ESCOLHAS POR LOCALIZAÇÃO

O espaço urbano é bastante complexo; ele é um lugar onde se observam os bens de consumo, concretos, e os bens culturais, abstratos e com significados e valores em função de sua localização. (Santos, 1996, p. 107).

Contudo, na gênese da sua urbanização existiram escolhas por localização individuais. O artigo *Geographie et urbanisme*, destaca que:

> [...] uma cidade não tem um sítio na sua fundação, mas um conjunto de sítios associados, sobrepostos, complementares e antagônicos de cada vez, tanto que o local atual é muitas vezes uma soma de sucessivos locais históricos projetados e operados em menor escala. (tradução livre da autora). (George, 1965, p. 648)

O desenrolar do processo de urbanização, cujo ritmo depende de forças econômicas e sociais que são ativadas a partir das escolhas por localização. Atualmente, conforme Castells (2000) observa: [...] esse ritmo de urbanização, cada vez mais acelerado, que exerce influência global, impactando fortemente as grandes metrópoles. Essas são conhecidas por serem polos de atração das pessoas, pois representam novas oportunidades, na cultura, no estudo ou no trabalho.

As escolhas por localização podem representar mudanças locais, regionais ou nacionais. No âmbito local, as “escolhas” por localização “representam os vetores para os quais a cidade poderá se expandir. Essas escolhas são motivadas através dos agentes públicos e privados que influenciam a malha do tecido urbano.” (Nunes, 2019, p. 44) Dessa forma, a partir de suas respectivas possibilidades financeiras, suas escolhas sejam elas residenciais ou por serviços escolhidos, sempre que possível, serão direcionadas para regiões que sejam as mais estruturadas, consequentemente mais valorizadas. Segundo Singer (1980, p. 79): “[...] a oferta de espaço não depende do preço corrente [...]. Como a demanda por solo urbano muda frequentemente, essa oferta dependendo [...] do próprio processo de ocupação do espaço pela expansão do tecido urbano.”

As cidades estão inseridas em um espaço composto por dois elementos que estão sempre interagindo:

> a) a configuração territorial, isto é, o conjunto de dados naturais, mais ou menos modificados pela ação consciente do homem;
> b) a dinâmica social ou o conjunto de relações que definem uma sociedade em um dado momento. A configuração territorial ou espacial é dada pelo arranjo sobre o território dos elementos naturais ou artificiais de uso social. A cada momento histórico, varia o arranjo desses objetos. (Santos, 1988, p. 111)

Ao longo do tempo, os espaços e arranjos territoriais irão se modificando e novas configurações territoriais e sociais irão compondo as cidades. Essas novas localizações terão influência na vida das pessoas nos espaços urbanos.

Acerca do espaço urbano, Villaça (2012, p. 32) explica: “Seu principal valor de uso, a localização, parece derivar de trabalho feito fora dela, fora de um determinado terreno ou lote.” Ainda, em Villaça (2012, p. 39), o preço da terra / localização “é, portanto, um preço composto [...] cujo peso relativo variará de localização para localização, dentro de uma mesma cidade.”

> No caso das metrópoles brasileiras, é necessário explicar por que as camadas de alta renda se localizam em áreas mais centrais, produzindo grande quantidade de edifícios de apartamentos. [...] Ao mesmo tempo é preciso entender as implicações e as consequências dessas localizações; em resumo, é preciso explicar as localizações intraurbanas. (Villaça, 2001, p. 24 - 25)

Villaça (2001) descreveu a localização em áreas mais centrais, isto é, o centro tradicional, como um local de acessibilidade para todas as classes sociais. Por outro lado, as metrópoles brasileiras, conforme Nunes (2019, p. 41), “não comportariam a existência de um único centro, seja por dificuldades de acesso, seja pela distância. Com isso, essas cidades passaram a ser compostas por vários centros.”

Para Pedrão (2002, p. 76), é necessário “[...] levar em conta a localização dos imóveis, o que indica de quais modos a valorização patrimonial de cada um deles corresponde à dos demais, reconhecendo-se que, em cada cidade, os preços dos imóveis refletem preferências por localização.”

A localização e a valorização imobiliária nas cidades conforme em Oliveira (2013, p. 85), seguem se modificando, bem como as condições que cada imóvel assume ao longo do tempo: “Essa demanda não seria pelo solo por si, [...] possui valor, preço e padrões expressos na sua localização. Fica evidenciado, portanto, a existência de movimento do valor na cidade”.

3 SALVADOR - EVOLUÇÃO URBANA

Salvador, a primeira capital do país, completou 476 anos no dia 29 de março de 2025, e foram muitas as transformações espaciais ocorridas ao longo dos séculos, especialmente nos séculos XX e XXI. Nesse item, são listados alguns aspectos dos movimentos de urbanização desse longo período: a) o movimento inicial, de ocupação; b) o novo centro Pituba-Iguatemi- Rodoviária; c) a urbanização conduzida pelo capital imobiliário, a partir dos anos 90.

Salvador, enquanto cidade litorânea, é classificada como uma cidade que possui 90 graus para expansão. Conforme Villaça (2001, p. 130-132): “uma metrópole litorânea pode ser reunida em dois grupos: as que têm um território para expansão de cerca de 180 ou 90 graus e aquelas que dispõem de 90 graus.”

Dessa forma, a cidade possui um território de expansão de 90º; o Farol da Barra, que se encontra na ponta da península, é o marco que delimita a orla oceânica e a orla da Baía de Todos os Santos. Um dos lados, traçado a partir do bairro da Barra, segue a beira do Oceânico Atlântico; o outro lado, em direção ao Centro Histórico e Subúrbio Ferroviário, a margem da orla da Baia de Todos os Santos.

Nesse sentido a expansão de 90º divide a cidade em uma “Cidade Baixa e uma Cidade Alta”. A Cidade Baixa, na região do Comércio, primeiro vetor de crescimento está localizada às margens da Baía de Todos os Santos. Nessa parte da cidade os bairros da Ribeira, Bonfim e Boa Viagem seriam bairros residenciais, caracterizados por casarões para a classe média. Atualmente, parte dessa área é ocupada por uma classe média tradicional, e pelas classes com menores rendas.

No início do século XX, “os transportes revolucionaram a acessibilidade, seja entre a Cidade Baixa e Alta, seja através de bondes elétricos.” (Vasconcelos, 2016, p. 350). Em decorrência, as classes de rendas mais altas se deslocaram no sentido Corredor da Vitória, Graça e Barra, preservando um “certo charme histórico” do Campo Grande, Canela e Garcia.

Em consequência, a partir da segunda metade do século XX, a expansão ocorreu na direção da orla Atlântica. Na década de 1970, foi implantado um moderno sistema viário, com novos acessos aos vales. Surgiram as avenidas Antônio Carlos Magalhães, Vale do Bonocô, Garibaldi, Luis Viana Filho, Juracy Magalhães, Magalhães

Neto e Reitor Miguel Calmon (Vale do Canela); como parte dessa expansão, a implantação do Centro Administrativo da Bahia (CAB).

A obra “Política Habitacional para Salvador” de 1985, coordenada por Fernando Pedrão, analisou o crescimento demográfico de Salvador período de forte expansão urbana, entre os anos 70/80. Esse estudo concluiu que houve uma migração de residentes da classe média e alta, de bairros tradicionais como Nazaré, Bonfim, Ribeira, Campo Grande e Federação, para os novos bairros na Orla Atlântica, como Pituba e STIEP.

Nesse sentido, o movimento de expansão ao longo da Orla Atlântica, a partir do ano 2000, resulta no lançamento de novos empreendimentos direcionados para rendas médias e altas, tais como: os condomínios Alphaville e Le Park, na avenida Paralela, e o GrenVille, na Avenida Pinto de Aguiar.

A partir de 2010, conforme Nunes (2019, p. 11), novas obras de mobilidade urbana que englobaram vários viadutos na Avenida Paralela, ruas e avenidas transversais: e “[...] a construção de dois corredores transversais de 12 km e 13 km cada, integrando a Orla Oceânica, a Avenida Paralela, a Rodoviária e a BR-324, e proporcionando uma ligação entre os bairros do Subúrbio, ‘Miolo’ e a Orla Oceânica”.

Em resumo, a valorização consolidou o Corredor da Vitória como um dos metros quadrados mais caros da cidade. Os bairros da região da Pituba - Itaigara – Iguatemi permanecem valorizados e compondo a demanda por moradia para os novos contingentes de rendas médias, o Horto Florestal, lançado na década de 1970, como um enclave em uma localização alta e arborizada. Em complemento, os condomínios implantados ao longo da Avenida Paralela e das Avenidas transversais no sentido Orla apresentam o terceiro metro quadrado mais caro de Salvador.

4 AS ESCOLAS CATÓLICAS: HISTÓRICO E ESCOLHAS POR LOCALIZAÇÃO

Nesse item, será feito um elo entre Salvador e as escolhas por localização realizadas pelas escolas católicas, no decorrer da sua expansão. Essas escolhas serão investigadas em três momentos: na primeira metade do século XX, em torno dos bairros centrais; em seguida, no sentido do vetor de crescimento Orla Atlântica, em um momento de expansão da classe média.

4.1 UM POUCO DE HISTÓRIA

A igreja Católica foi um importante agente de transformação da cidade no século XVI e XVII. A seguir no quadro 1, encontram-se as escolas católicas por ano de fundação. Em conformidade com essa presença na sociedade, as escolas católicas eram predominantes e englobavam atividades de educação, evangelização e assistência social. Essa presença se consolida no século XIX, e principalmente, na primeira metade do século XX. A partir de localização em bairros como o Bonfim, na Cidade Baixa, e nos bairros mais centrais da Cidade Alta. Ainda no início do século XX, as transformações urbanas da cidade ocorreram com a forte presença social da Igreja Católica.

No século XVIII, quando a cidade era composta principalmente da região do Comércio, expandindo as margens da Bahia de Todos os Santos, área Central, Canela, Vitória, nascem os colégios Católicos listados a seguir.

O Colégio Nossa Senhora das Mercês, fundado em 1897, pelas freiras ursulinas, na av. Sete. Em 1735, em um dos edifícios mais antigos de Salvador, nasce o convento das Irmãs Ursulinas, que viviam em clausura. Um pouco da história:

> Úrsula Luisa nasceu em Salvador, em 22 de outubro de 1700 e foi batizada com o nome da padroeira da Campanha fundada no século 16. Ainda noviça, fundou o Convento em 1735. As instalações com a atual área das Mercês passaram a ser habitadas pela comunidade em 1744. O educandário, com alunas internas, passou a funcionar no ano seguinte. [...] Em 1897 foi criado o colégio Nossa Senhora das Mercês funcionando também como externato. Em 1913, a parte frontal do Convento Mercês foi demolida para passagem da Avenida Sete de Setembro. [...] Construiu-se uma nova fachada com estilo neogótico.[3]

Atras da fachada neogótica, coexistiam a clausura das freiras ursulinas, isoladas do mundo exterior e o tradicional Colégio das Mercês. Em 2022, esse colégio fechou suas portas, e as 13 freiras que ali residiam partiram para outros conventos, tais como o da Soledade.

Quadro 1 Localizações das escolas

Colégios católicos	Ano	Bairro	Ordem religiosa	Observações
Colégio Nossa Senhora da Soledade	1739	Largo da Soledade	União Romana de Santa Úrsula – Ursulinas	

[3] http://www.colegiomerces.com.br/ursulinas/

Instituto Nossa Senhora do Salette	1858	Barris	Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo	
Colégio Nossa Senhora das Mercês	1897	Mercês	União Romana de Santa Úrsula – Ursulinas	Fechado - 2022
Colégio Salesiano do Salvador	1900	Nazaré	Salesiano Dom Bosco	
Liceu Salesiano do Salvador	1900	Nazaré	Sociedade de São Francisco de Sales – Salesianos	
Colégio São Bento	1905	Centro	Ordem de São Bento – Beneditinos	
Colégio Maristas	1906	Canela	Marista princípios de São Marcelino Champagnat.	Fechado 2009
Colégio Antônio Vieira	1911	Garcia (1930)	Companhia de Jesus (Jesuítas)	
Colégio São José	1926	Bonfim	Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição	
Colégio Santíssimo Sacramento	1928	Garcia	Religiosas do Santíssimo Sacramento – Sacramentinas	
Escola Medalha Milagrosa	1943	Rio Vermelho	Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo	
ISBA - Instituto Social da Bahia	1952	Ondina	Filhas do Coração de Maria	Fechado - 2020
Colégio Nossa Senhora da Conceição	1954	Brotas	Missionárias do Santíssimo Sacramento e Maria Imaculada	
Instituto Feminino	1955	Politeama	Ordem dos Carmelitas	Fecha 1985
Instituto Nossa Senhora da Assunção	1955	Barris	Franciscanas Imaculatinas	
Colégio Nossa Senhora da Luz	1958	Pituba	Mercedárias Missionárias do Brasil – Mercedárias	
Colégio Franciscano Santa Clara	1965	Nazaré	Franciscanas do Sagrado Coração de Jesus	
Colégio Senhor Bom Jesus dos Milagres	1966	Matatu de Brotas	Paróquia Senhor Bom Jesus dos Milagres	
Colegio Bom Pastor	1982	Brotas	Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor	
Escola Providência	1998	Sussuarana	Irmãs da Providência	

Escola Paroquial de Santana	2001	Nazaré	Paróquia Santíssimo Sacramento e Sant'Ana	
Colégio Maristas	2003	Patamares	Irmãos Maristas	Área de 30.000 m2
Colégio Salesiano Dom Bosco	2005	Av. Paralela	Sociedade de São Francisco de Sales – Salesianos	Ampla área verde.

Fonte: arquidiocese[4] Elaboração autoras

O Colégio Nossa Senhora da Soledade nasce com a fundação da Casa Nossa Senhora da Soledade, em 1739, que integra a União Romana da Ordem Santa Ursula, a mesma ordem do colégio das Mercês. No primeiro momento funcionou como um 'Recolhimento' para moças que queriam ingressar na vida religiosa. A fundação veio a se tornar o colégio. A história do colégio:

> A partir de 1901, a Casa foi dirigida pelas sucessivas superioras Ursulinas que se dedicaram à obra educativa. Inicialmente, com o curso primário (1896); posteriormente com o internato, até a década de 60. Em 1909, foi criada a classe 'Santa Ângela', mais tarde ''Escola Santa Ângela', gratuita para crianças carentes, que existiu durante 65 anos. [...] Em 1928, foi criado o Curso Fundamental; em 1931, o de Magistério; em 1938, o Ginasial e de 1959-1972 funcionou uma Escola Doméstica para atender as alunas carentes que, em turno oposto, aprendiam as atividades do lar e ajudavam nos trabalhos da Casa.[5]

Atualmente, o colégio Nossa Senhora da Soledade localizado na Ladeira da Soledade no bairro da Liberdade, oferece desde a educação infantil ao ensino médio. Destaca-se que os colégios Nossa Senhora das Mercês e Nossa Senhora da Soledade, que nascem ainda no século XVIII, fazem parte da mesma ordem religiosa as Ursulinas.

No século XIX, as escolas católicas continuam sua expansão na capital baiana, mantendo sua localização nos bairros mais próximos das áreas centrais.

O Instituto Nossa Senhora do Salette, de 1858, esta localizado na rua do Salete no bairro dos Barris. Essa instituição[6], com 167 anos, é dirigido pelas Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, com uma proposta pedagógica baseada nos valores vicentinos. Oferecendo serviços educacionais (...), possui os seguintes equipamentos:

[4]https://arquidiocesesalvador.org.br/colegios-catolicos/
[5] https://www.colegiosoledade.com.br/colegio-localizacao.php
[6] http://salette.com.br/historia/

laboratórios de ciência e tecnologia; sala de atividades corporais e balé; duas quadras; piscinas; um teatro para 800 pessoas.

O Colégio Salesiano do Salvador, inaugurado no último ano do século XIX, 1900, faz parte da Rede Salesiana de Escolas. “O ‘S’ em vermelho significa o caminho de Cristo, trilhado por Dom Bosco e Madre Mazzarello, [...].”[7] Um pouco da história:

> No começo de 1897, chega à Bahia o primeiro salesiano, O Padre Lourenço Giordano. Ele vem falar com o arcebispo sobre a nova fundação. Em setembro do mesmo ano, o General Dr. José Leôncio de Medeiros vai a Recife buscar o Pe. Giordano que deverá escolher o lugar. Ele percorre ruas e bairros, Nazaré foi o local escolhido. Efetuada a compra do terreno, inicia-se a construção do magnífico prédio.
> Em 05 de novembro de 1899, o Pe. Luiz Della Valle toma posse do novo estabelecimento e, em 11 de março de 1900, é inaugurado o Liceu Salesiano do Salvador.[8]

Na primeira metade do século XX, foram muitas as escolas católicas que foram fundadas.

A Escola Santa Maria Eufrásia, 1901, posteriormente adotou o nome de Colégio Bom Pastor e se transferiu do convento da Lapa para o bairro de Brotas: - um pouco da história:

> Fundado pelo Instituto Bom Pastor em 16/07/1901, inicialmente localizado no Convento da Lapa, foi transferido para Brotas em 1957. Desde sua fundação, a instituição tem sido uma referência filantrópica e cultural, dedicada à educação integral e assistência social para jovens carentes.[9]

Essa instituição, inicialmente voltada para a educação infantil, ao longo dos anos expandiu os demais níveis escolares, marcando sua busca por “modernidade e competitividade” no cenário educacional de Brotas. “A instituição se fortaleceu na comunidade com uma abordagem filosófica "evangélico-libertadora""[10]

O Colégio São Bento, fundado em 3 de fevereiro de 1905, mantido pelo Mosteiro de São Bento e sob orientação dos Monges Beneditinos, está situado na av. Sete de Setembro 231, Centro. Um pouco da história:

> Com a finalidade de fomentar e aprofundar o ensino religioso, além de se dedicar à formação moral e intelectual dos seus estudantes. Inspirados pelo exemplo de Jesus, o maior mestre que já existiu, os monges beneditinos do Mosteiro de São Bento, ao longo de mais de um século, dedicam-se plenamente à formação de crianças e jovens, contribuindo assim para o desenvolvimento da Bahia.[11]

[7] https://salesiano-ba.com.br/quem-somos/
[8] https://salesiano-ba.com.br/quem-somos/
[9] https://colegiobompastorsalvador.com.br/o-colegio-bom-pastor/
[10] https://colegiobompastorsalvador.com.br/o-colegio-bom-pastor/
[11] https://colegiosaobentosalvador.com.br/

O colégio Marista iniciou suas atividades em 1906, no bairro do Canela, atendendo a um público do sexo masculino no regime de internato e externato. Um pouco de sua história ao longo das décadas. Destaque-se que o colégio Marista do Canela encerrou suas atividades em 2008.

> Ao longo de sua existência, o Colégio sofreu diversas reformas físicas como consequência das reformas do ensino, que ocorriam a fim de se adequar às novas necessidades que surgiam em cada época. Em meados dos anos 1970, houve duas mudanças no regime de ensino do colégio: o fim do regime de internato, funcionando apenas o externato, e início do regime misto, no qual se admitia estudantes do sexo feminino.[12]

O Colégio Antônio Vieira foi fundado pela Companhia de Jesus em 15 de março de 1911, sendo batizado com o nome do padre Antônio Vieira. Um pouco de história: “Padre Antônio Vieira nasceu em Lisboa, em 1608, e veio para a Bahia, com apenas sete anos. Em 1623, entrou na Companhia de Jesus, sendo considerado destaque em sua missão evangelizadora e educacional”.[13]

Localizado inicialmente na rua do Sodré, em outubro de 1912, essa instituição foi transferida para a rua Coqueiros da Piedade sendo criado um internato; em 1926, ocorreu a aquisição da Fazenda Garcia para a construção de um novo prédio, em uma área de mais de 10.000m^2. Até 1967, esse colégio era estritamente masculino; em 1968, as alunas eram aceitas apenas para o terceiro ano e somente em 1973 o colégio se tornou misto.

O colégio São José, de 1926, se localizou inicialmente no largo de Roma. Por iniciativa da Madre Maria Rosa de Viterbo, em 1952, muda-se para a rua da Imperatriz 711, onde se mantém, ao longo dos seus 99 anos de existência. Escola tradicional, situada em um bairro tradicional. A partir de 1974 passa a aceitar alunos em todas as series. Um pouco da história:

> Em 26 de fevereiro de 1926, a CONFHIC (Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição) fundou, amparada pelos seus ideais, o COLÉGIO SÃO JOSÉ. Situado inicialmente na Avenida Luís Tarquínio, nº 18, destinava-se à educação feminina. Eram jovens provenientes da capital e do interior. Por isso mantinha-se um regime de internato. [14]

[12] ROCHA, Aline dos Santos, 2013 p. 29
[13] https://www.colegioantoniovieira.com.br/o-vieira/quem-somos/
[14] https://www.csjose.com.br/nossa-historia/

O colégio das Sacramentinas foi inaugurado no dia 3 de março de 1928, localizado na Av. Leovigildo Filgueiras no bairro Garcia. Um pouco da história:

> Segundo os registros históricos da época, as Irmãs Sacramentinas dispunham de duas casas em Salvador: Penha e São Raimundo, tendo como Superiora Geral Madre Marie Ernest, que desejava reunir essas casas em uma só.
> Providências legais foram tomadas e, espiritualmente, uniram-se em orações para encontrar um terreno adequado. Em 1926, no bairro do Garcia, em Salvador, a Congregação das Religiosas do SS. Sacramento adquiriu um terreno — uma verdadeira chácara — para a construção do Colégio e da Casa Regional.[15]

A Escola Medalha Milagrosa, da ordem das filhas de caridade de São Vicente de Paulo, situada no bairro do Rio Vermelho nasceu no dia 8 de abril de 1943.

> A Escola Medalha Milagrosa, foi fundada em 08/04/1943, com o nome Orfanato Vila Medalha Milagrosa, tendo por objetivo receber os filhos de combatentes, convocados para participarem da segunda guerra mundial, sendo em 01/07/1944, separada do Instituto Nossa Senhora da Salete.
> A casa que deu origem ao orfanato e depois a escola, foi adquirida pela igreja, com o objetivo de ser um lugar de retiro anual das irmãs.[16]

A partir da segunda metade do século XX, foram muitas as escolas católicas abertas, conforme descritas em seguida:

O colégio Nossa Senhora da Conceição, fundado em 1954, está situado na avenida principal de Brotas, av. Dom João VI, com ampla estrutura, ofertando da educação infantil ao ensino médio, além de cursos livres

O colégio Nossa Senhora da Assunção, no bairro dos Barris - “A nova casa foi canonicamente erguida aos 24 de setembro de 1954 e é onde funciona o colégio Nossa Senhora da Assunção.”[17] - Um pouco mais da história:

> Com o desenvolvimento das obras educacionais e sociais da Irmãs Franciscanas Imaculatinas houve a necessidade de ampliar as obras e divulgar a sua missão, em 15 de agosto de 1955, festa de Nossa Senhora da Assunção ocorreu a entrega das chaves o nosso colégio Assunção, o coração do INSA – Instituto Nossa Senhora da Assunção.[18]

A partir da segunda metade do século XX, acompanhando os vetores de crescimento da cidade, algumas escolas são inauguradas em novas áreas.

O colégio Nossa Senhora da Luz, inaugurado em 1958, faz parte da Congregação das Irmãs Mercedárias Missionárias do Brasil, que chegou ao Brasil em

[15] https://sacramentinassalvador.com.br/quem_somos
[16] https://escolamedalhamilagrosa.com.br/historia/
[17] https://colegioassuncao.com.br/colegio
[18] https://colegioassuncao.com.br/colegio

1938, com a Madre Lúcia Etchepare[19], nome faz parte de várias atividades institucionais como os Jogos Madre Lúcia. O colégio se localiza no Bairro Pituba, que começa a se estabelecer a partir da década de 1960, período de lançamento de empreendimentos como o Parque Nossa Senhora da Luz.

O colégio Franciscano Santa Clara, localizado no bairro de Nazaré, fundado em 1962, pelas irmãs Franciscanas do Sagrado Coração de Jesus. A direção do colégio é das Irmãs Franciscanas.

O Instituto Social da Bahia, (ISBA), nasceu em 1964, na rua Macapá no bairro de Ondina, e se expandiu ao longo de seus 56 anos de existência; além das suas instalações amplas com quadras, laboratórios, ainda possuía um teatro e veio a ter uma faculdade. Em 2020, a instituição fecha as portas.

O colégio Bom Jesus dos Milagres, no bairro Matatu de Brotas, foi inaugurado em 1966, e abrange os anos escolares de fundamental I e II. O Colégio confessional católico comunitário, sendo o seu nome uma homenagem a igreja matriz que leva o mesmo nome.[20]

A Escola da Providência, situada no bairro de Sussuarana, foi criada em 1988, devido a uma difícil realidade diagnosticada pelas Associação irmãs da Providência.

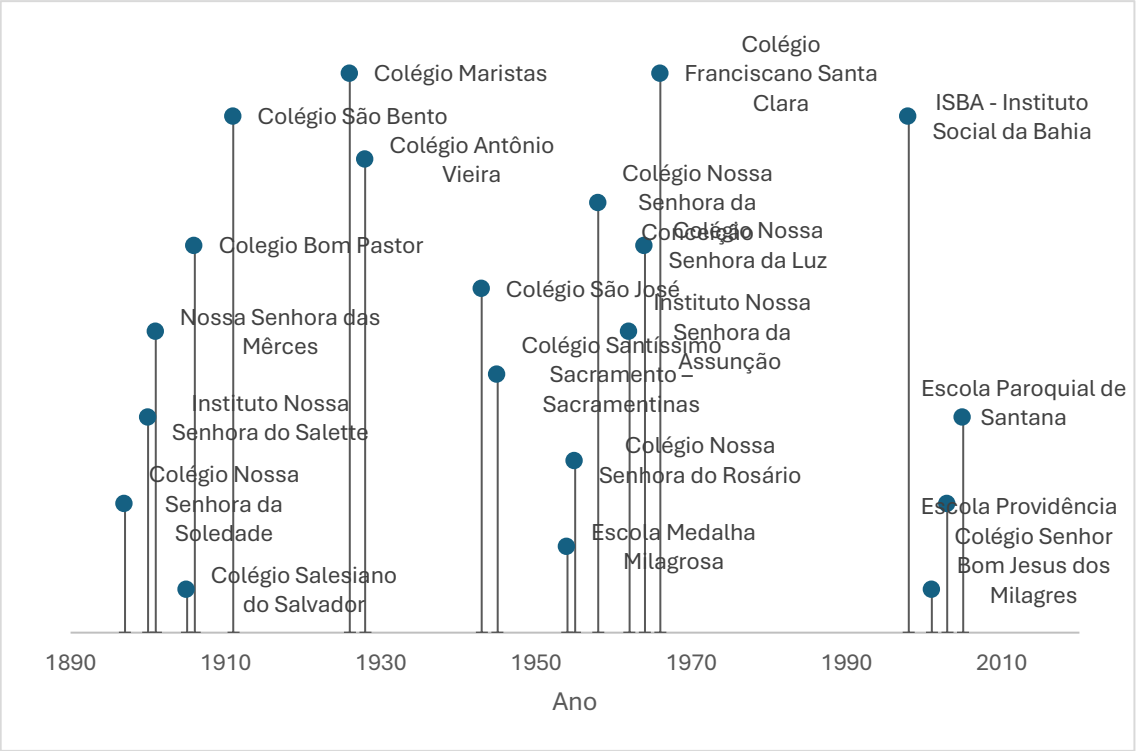
> Em visitas as famílias do bairro de Sussuarana – [...] detectou-se um grande número de crianças e adolescentes, em idade escolar, fora das escolas por falta de estabelecimentos de ensino nas proximidades.
> Diante deste cenário, as irmãs agregaram esforços, junto a matriz da Associação [...] e a comunidade local, [...] oferecendo-lhes, além da educação formal, complementação alimentar e atuando com o projeto “Adolescentes da Providência.”[21]

A Escola Paroquial de Santana, na Ladeira de Santana, no bairro de Nazaré, foi criada em 2001, oferecendo vagas de ensino de educação infantil.

A figura 1 mostra as datas do início de atividade das instituições de ensino, de mudança de endereço ou abertura de filiais, caso tenha havido, e de encerramento de atividades de algumas delas.

[19] https://www.cnsluz.com.br/historia
[20] https://www.cbjm.com.br/historia.php
[21] https://salvador.acessabrasil.com.br/nossa-escola/

Figura 1 – Ano de criação das Escolas



Fonte: arquidiocese[22] Elaboração das autoras, 2025

4.2 ESCOLHAS POR LOCALIZAÇÃO

No século XXI, buscando acompanhar os vetores de crescimento e atender a uma demanda crescente em novas áreas da cidade, algumas escolas abrem filiais em áreas distantes dos bairros centrais e em terrenos que eram chácaras das congregações.

O colégio Marista, em 2003, acompanhando o vetor de crescimento da cidade, aproveita a antiga chácara dos Maristas, para implementar o Marista Patamares, em uma área de 30.000 m^2,

> Fundado em 2003, o Colégio Marista Patamares surgiu a partir do sonho do Ir. Achylles Scapin de transformar o Lar Marista (antiga Chácara dos Maristas em Salvador/BA) em uma nova Unidade Educacional, com perspectiva de formação integral para crianças, adolescentes e jovens, baseada nos princípios de São Marcelino Champagnat. Logo, ganhou notoriedade pela qualidade pedagógica e imponente estrutura arquitetônica, erguida em meio às áreas privilegiadas da orla marítima da capital baiana.[23]

[22] https://arquidiocesesalvador.org.br/colegios-catolicos/
[23] https://marista.edu.br/patamares/nossa-historia/

O Salesiano Dom Bosco foi inaugurado em 31 de janeiro de 2005, na Avenida Luiz Viana Filho. Seguindo os passos do Padre Giordano que percorreu as ruas de Salvador para escolher o bairro de Nazaré como local para construção do Liceu Salesiano. o Salesiano Dom Bosco foi construído em um antigo sítio dos Salesianos.

Os colégios Salesiano e Maristas acompanharam os vetores de crescimentos da cidade e em chácaras que cada uma das suas ordens possuía fizeram novas unidades. O Salesiano manteve as duas unidades abertas e o Marista depois de algum tempo apenas uma das unidades.

Conforme foi apresentado, apesar de alguns colégios terem fechado, a grande maioria continua existindo até a atualidade, mesmo com mais de 100 anos de existência. Acompanhando o vetor de crescimento da cidade algumas escolas católicas mudaram e outras ampliaram abriram filiais atendendo as novas exigências de uma população que cresce em uma direção diferente da inicial. Contudo, outras mantiveram sua localização inicial atendendo a moradores locais e de bairros próximos. Além do apoio a comunidade local, preservaram. uma tradição comum as escolas católicas: os pais que estudaram nessas escolas tradicionais, muitas vezes querem que seus filhos também estudem nelas.

O bairro de Brotas, que abriga algumas das escolas católicas, foi uma antiga Freguesia de Brotas, fundada a pedido do Arcebispo Sebastião Monteiro. Com sua origem, é muito natural que algumas escolas católicas tenham escolhido esse bairro, tais como a Nossa Senhora da Assunção, o colégio Bom Pastor (a partir de 1957), entre outras.

A expansão da cidade em direção à Orla Atlântica acentuou-se a partir da década de 1970, e os serviços educacionais, naturalmente, acompanharam os residentes dos novos espaços ocupados.

Na década 1990, o movimento de expansão imobiliária continuou seguindo a Orla Atlântica, sendo lançados condomínios que necessitam de espaços amplos. O bairro de Patamares recebeu vários desses lançamentos. Nesse período, as escolas católicas continuaram acompanhando a tendência da expansão de Salvador rumo ao Norte, distanciando-se ainda mais da região de maior concentração inicial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os colégios católicos com suas diversas congregações, propagam desde sempre, o espírito evangélico da liberdade e da caridade, para auxiliar os adolescentes no desenvolvimento de sua personalidade. Elas são movidas por uma propostas comum: uma Comunidade Escolar inspirada nos princípios cristãos. A sua grande maioria possui espaços amplos, e além de salas, laboratórios, quadras e auditórios, possuem dentro de suas instalações capelas ou igrejas. Elas são escolas modernas, com as exigências atuais, dentro de um espirito cristão.

A trajetória de expansão urbana da cidade foi acompanhada de infraestrutura, produtos e serviços, sendo a educação um serviço essencial, para todos, do fundamental ao nível superior. As escolas particulares católicas, objeto do artigo, foram fundadas e se expandem em conformidade com os vetores de crescimento apresentados. As escolas além do projeto pedagógico, agora vão de encontro a globalização.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. tradução Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (2000). 590 p. (Pensamento Crítico, v. 48).

GEORGE, Pierre**.** Geographie et urbanisme. In: **Annales de Géographie,** n. 406, LXXIV année – Novembre–Décembre 1965. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1965_num_74_406_18397. Acesso em: 10 set. 2018.

NUNES, Maiesse Pinto El Sayegh Nunes. produção do espaço urbano pelo capital imobiliário: o caso do Horto Bela Vista Salvador-BA. Tese (doutorado) Universidade Católica do Salvador. Doutorado em Planejamento Social e Desenvolvimento Social. Salvador, 2019. 260 f.

OLIVEIRA, Margarete Rodrigues Neves. **A produção de escassez do espaço urbano:** um estudo sobre o boom imobiliário, uso de transcons e apropriação de mais-valia fundiária urbana em Salvador-BA (1968-2008**)** / Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. 275 f. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18174/1/TESE%20MARGARETE.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

PEDRÃO, Fernando. **A economia urbana**. Ilhéus: Editus, 2002. 288 p.

ROCHA, Aline dos Santos. Adaptação do Edifício do Antigo Colégio Marista à Sede da Reitoria do Ifba. 135f. il. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de PósGraduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21142

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988. 123 p.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. 152 p.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador Transformações e Permanências (1549-1999).** 2 ed. Ver. Ampl**.** Salvador: EDUFBA, 2016. 569 p.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 2001. 373 p.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 2012. 296 p.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA: IMPORTÂNCIA PARA O CORRETO MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Romero de Albuquerque Maranhão [1]

Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi [2]

RESUMO

A produção crescente de resíduos sólidos urbanos (RSU) é um dos desafios ambientais mais complexos da atualidade. Este artigo analisa a inter-relação entre a educação ambiental, o exercício da cidadania e a gestão eficaz dos RSU, com base em uma revisão de literatura. O estudo evidenciou que, apesar da existência de políticas como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no Brasil, a eficácia do manejo de resíduos é comprometida pela baixa adesão popular e pela fragilidade infraestrutural. Demonstrou-se que a educação ambiental, quando abordada de forma crítica, é a ferramenta primária para a conscientização, enquanto a cidadania ativa materializa essa consciência em ações transformadoras. Conclui-se que o sucesso de qualquer política de resíduos depende da superação de obstáculos culturais e da valorização da participação social como elemento central e não acessório da gestão.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Cidadania; Reciclagem; Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A produção crescente de resíduos sólidos urbanos (RSU) é um dos desafios ambientais mais complexos da contemporaneidade. Cidades em todo o mundo lidam com o esgotamento de aterros sanitários, a contaminação do solo e da água, e os impactos na saúde pública. Embora a gestão de resíduos seja tradicionalmente vista como uma responsabilidade do poder público, a eficácia das políticas e infraestruturas depende diretamente do comportamento da população.

Dados recentes da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABREMA) revelam que, em 2022, o Brasil gerou cerca de 77,1 milhões de toneladas de RSU, o que corresponde a uma média diária de 1,04 kg por habitante. Embora a taxa de coleta de resíduos seja alta (cerca de 93% em 2022), a situação da destinação final é alarmante: aproximadamente 39% do total de resíduos coletados ainda são despejados em locais inadequados, como lixões, que persistem em 47% dos municípios brasileiros (Santiago et. al., 2023).

[1] Pós Doutor pelo PPGTAS, UCSAL, romeroalbuquerque@bol.com.br
[2] Pos Doutora; UCSAL PPGTAS; Lider GP GAMDES, cristina.marchi@pro.ucsal.br.

De acordo com Maranhão e Marchi (2025), o volume de RSU tem aumentado nas últimas décadas, principalmente nas áreas urbanas, onde 87,4% da população brasileira reside. Esse aumento é uma consequência direta do incremento do consumo. Apesar de a sociedade ser responsável pela gestão e geração dos resíduos, ainda há uma carência de maior engajamento e envolvimento popular

Neste contexto, a legislação ambiental, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), já aponta para a importância da participação social (BRASIL, 2010). No entanto, a mera existência de normas não garante a mudança de comportamento. A transição de uma economia linear (produzir, usar, descartar) para uma circular (reduzir, reutilizar, reciclar) exige uma transformação cultural profunda.

Assim, a educação ambiental emerge como a ferramenta primária para conscientizar e a cidadania se manifesta como a ação prática que traduz essa consciência em atitudes sustentáveis. Este estudo busca preencher uma lacuna na compreensão de como esses dois pilares podem influenciar o êxito de programas de manejo de RSU.

Diante do exposto, o objetivo geral deste artigo é analisar a inter-relação entre a educação ambiental, o exercício da cidadania e a gestão eficaz dos resíduos sólidos urbanos. Para tal, os objetivos específicos são: (1) Revisar a literatura sobre os principais conceitos e modelos de educação ambiental aplicados à gestão de resíduos; (2) Discutir a importância da participação cidadã para a implementação de políticas públicas, como a coleta seletiva e a reciclagem; e (3) Evidenciar como a falta de conscientização e engajamento da população pode ser um obstáculo para o sucesso do manejo de resíduos.

Estudos recentes apontam que a participação cidadã é o caminho para o desenvolvimento e evolução de determinada sociedade, redução das desigualdades, resolução de problemas ambientais e ampliação das liberdades, demonstrando-se que isso só é possível por meio da educação em direitos e na execução de deveres (Lenzi, 2023; Silva, 2023; Braga et al., 2024; Dos Santos et al., 2024; Lucena et al., 2024; Santana, 2024; Maranhão; Marchi, 2025).

2 METODOLOGIA

Realizou-se uma pesquisa do tipo exploratória, na qual segundo Gil (2008), tem o objetivo de desenvolver, explicar ou modificar conceitos e ideias, a fim de formular um problema mais preciso ou hipóteses possíveis de serem pesquisadas em estudos no futuro.

A abordagem de pesquisa adotada é qualitativa, baseada na análise e interpretação de artigos científicos, livros, relatórios oficiais e dados estatísticos relevantes para o tema. O levantamento bibliográfico e documental incluiu pesquisas em bases de dados como Scielo, Google Scholar e repositórios acadêmicos, buscando estabelecer uma revisão atualizada e crítica sobre os conceitos de educação ambiental, cidadania e a PNRS no contexto brasileiro.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão apresentados aspectos e conceitos relacionados à Política Nacional de Resíduos Sólidos; educação ambiental; e cidadania.

3.1 A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS)

De acordo com Marchi et al. (2022) os resíduos sólidos se tornaram um problema devido ao avanço de produtos sintéticos não biodegradáveis, descartados de forma inadequada, causando contaminação e impactos ambientais. O alto consumo e o manejo incorreto desses resíduos agravam os efeitos negativos, incluindo as mudanças climáticas, dificultando um desenvolvimento mais sustentável e equilibrado.

Assim, os desafios da gestão de resíduos sólidos no século XXI vão desde a complexidade e custos dos processos (coleta, tratamento, destinação, dentre outros), aumento das quantidades, volumes e periculosidade dos resíduos sólidos gerados no país, bem como, nas ‘soluções’ de disposição final (Santiago et. al., 2023).

No Brasil, a gestão de resíduos sólidos passou a ser orientada por uma abordagem sistêmica a partir da promulgação da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a PNRS (BRASIL, 2010). Esta legislação representa um avanço significativo ao estabelecer a hierarquia de gestão de resíduos, priorizando a não-geração e a redução antes de soluções de descarte final, como os aterros sanitários. Um dos pilares da PNRS é o conceito de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de

vida dos produtos, que define o dever conjunto entre o setor produtivo, o poder público e, crucialmente, a sociedade civil. Esse princípio legalmente estabelecido fundamenta a necessidade de um engajamento social ativo, indo além de uma mera obrigação legal e transformando-o em um compromisso cívico.

Para Marchi e Almeida (2018), a PNRS traz em seu escopo definições importantes como a da gestão integrada e responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, deixando, de certa forma, definidas as responsabilidades dos agentes sociais – Governo, empresas privadas e sociedade civil – para o melhor gerenciamento dos resíduos.

De acordo com Marchi (2019) uma grande parte da legislação ligada à questão ambiental, “aponta para a importância do engajamento cívico, ou seja, o interesse que a sociedade deve ter para se envolver no processo político e nas questões coletivas, compartilhando e integrando ações públicas.” (Marchi, 2019, p.181).

A PNRS também reconhece explicitamente a educação ambiental como um instrumento estratégico para a sua efetivação (Machado, 2014). Ao incentivar programas educativos e campanhas de conscientização, a lei sinaliza que o sucesso de uma gestão de resíduos eficiente depende não apenas de soluções tecnológicas, mas, sobretudo, de uma mudança de comportamento e de uma maior participação da população.

3.2. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação ambiental é um processo de aprendizagem contínuo e permanente, que visa despertar a consciência sobre a relação intrínseca entre os seres humanos e o meio ambiente (JACOBI, 2003). Conforme a Declaração de Tbilisi (1977), ela não se restringe apenas à transmissão de informações, mas busca desenvolver a capacidade de atuar em prol da solução de problemas ambientais.

No contexto do manejo de resíduos, a educação ambiental transcende a simples instrução de como separar o lixo. Uma abordagem mais crítica e emancipatória questiona as raízes do problema, incentivando a reflexão sobre os padrões de consumo, a obsolescência programada e o modelo econômico que gera a produção excessiva de resíduos. Ao invés de apenas mitigar o problema do lixo, essa perspectiva busca evitar sua geração na fonte. Nesse sentido, a educação ambiental é um pilar para

a efetivação da PNRS, atuando na formação de cidadãos conscientes que, ao compreender a complexidade do ciclo de vida dos produtos, são incentivados a praticar a redução, a reutilização e a reciclagem como escolhas diárias, e não como imposições.

De acordo com Maranhão e Marchi (2025), há dois modelos de educação ambiental que podem transformar atitudes em ações:

- **Modelo de Educação Ambiental Transmissor-Conscientizador**

Modelo focado principalmente na transmissão de informações e na conscientização individual para a prática de ações específicas. Ele é mais comumente observado em campanhas pontuais e programas que buscam instruir a população sobre como separar o lixo para a reciclagem. A ênfase é na **mudança de atitude individual** e na adoção de comportamentos práticos, como o descarte correto de materiais recicláveis. O objetivo é sensibilizar as pessoas para a problemática ambiental e para a necessidade de um comportamento mais responsável (Maranhão; Marchi, 2025).

- **Modelo de Educação Ambiental Crítico-Emancipatório**

Este modelo vai além da mera conscientização e da ação individual. Ele busca uma **mudança de comportamento da sociedade** como um todo, questionando as raízes do problema. Essa abordagem incentiva a reflexão sobre os padrões de consumo, a obsolescência programada e o modelo econômico que gera a produção excessiva de resíduos. A educação ambiental crítica visa formar cidadãos capazes de atuar em prol da solução de problemas ambientais, compreendendo a complexidade do ciclo de vida dos produtos e se engajando na **redução**, **reutilização** e **reciclagem** como escolhas diárias e conscientes, e não como simples imposições (Maranhão; Marchi, 2025).

Cabe destacar que a Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999, e articulada com a PNRS torna a EA um instrumento estratégico para políticas públicas de gestão de resíduos sólidos. Nessa perspectiva, pretende-se provocar, no cotidiano das pessoas, ações e reflexões sobre o seu papel e a sua responsabilidade no que se refere ao consumo de mercadorias e ao seu descarte.

A PNEA, define EA como um processo em que os sujeitos: “[...] constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a

conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade".

Além disso, a importância da educação ambiental para a PNRS ainda é fortalecida no art. 77.do Decreto 7.404/2010 que regulamenta a PNRS, pois se trata de um artigo específico sobre a educação ambiental na gestão dos resíduos sólidos, definindo como seu objetivo o aperfeiçoamento do conhecimento, dos valores, dos comportamentos e do estilo de vida relativos à gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.

É importante destacar que a Constituição Federal de 1988 já faz menção à Educação Ambiental, no inciso VI do artigo 225, trazendo a necessidade de "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente" e conforme orientado pelo art. 2° da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA, no inciso X em que "educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente" que está relacionada com ações que visem a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico.

De acordo com Rodrigues e outros autores:

> A Educação Ambiental é, portanto, campo de investigação e atuação pedagógica, não possui uma única identidade e plano de ação, mas se caracteriza pela pluralidade de concepções que estão atreladas, as formas como os diversos atores sociais percebem a naturezados problemas e apropriam-se do discurso ambiental (RODRIGUES et. al, 2020, p.38).

3.3. A CIDADANIA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO

Se a educação ambiental é o processo que forma a consciência, a cidadania é a ação que materializa essa consciência (Sá; Vilagra, 2014). Para Costa e Ianni (2018), cidadania é o status daqueles que são membros de uma comunidade e são por ela reconhecidos. É, também, o conjunto de direitos e deveres que um indivíduo tem diante da sociedade da qual faz parte. A cidadania, para os autores, tem uma referência espacial, constituída da relação dos indivíduos com um dado território (organização sociopolítica do espaço). Ou seja, o exercício da cidadania está atrelado a determinada região geográfica (Lucena et al., 2024), consequentemente aos resíduos gerados por aquela localidade.

O cidadão, munido de conhecimento sobre os impactos de seus hábitos de consumo, passa de um mero gerador de resíduos a um agente ativo na sua gestão. A Cidadania Ativa, nesse contexto, vai além da simples separação de materiais para reciclagem. Ela se manifesta na participação em cooperativas de catadores (SILVA; PIMENTEL, 2019) e na fiscalização do serviço público de coleta.

O cidadão engajado cobra a implementação de infraestrutura adequada, participa de discussões em conselhos municipais e apoia iniciativas comunitárias de compostagem e redução de lixo. Portanto, a participação social não é apenas um complemento para a gestão de resíduos, mas um elemento essencial. O sucesso de programas de coleta seletiva e reciclagem, por exemplo, depende diretamente do grau de engajamento da população. A apatia ou a falta de informação podem comprometer até mesmo as mais bem planejadas políticas públicas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura sobre a gestão de resíduos revela uma dicotomia entre a teoria e a prática. Embora a PNRS represente um avanço legal, a sua aplicação ainda é desafiadora. A baixa adesão popular à coleta seletiva e a precariedade da infraestrutura são constantemente apontadas como as principais barreiras (SENADO FEDERAL, 2017), o que demonstra que a responsabilidade compartilhada é um princípio que ainda não se concretizou plenamente.

A educação ambiental, conforme evidenciado em estudos de caso, é um catalisador de mudanças. Programas bem-sucedidos que adotam uma abordagem crítica conseguem gerar um aumento na taxa de separação e uma redução do lixo produzido. Essa evidência reforça o argumento de que a falta de conscientização vai além da ausência de informação; ela reflete uma carência de uma educação que questione os hábitos de consumo na sua origem.

O protagonismo da cidadania ativa é outro achado crucial. O sucesso de iniciativas como cooperativas de catadores e projetos comunitários (SILVA; PIMENTEL, 2019) reforça a tese de que o engajamento social é o principal motor para a efetividade da gestão. A população, ao se organizar, não apenas preenche a lacuna deixada pelo poder público, mas também se empodera, transforma a realidade local e pressiona por soluções mais eficazes. A apatia é, portanto, o maior obstáculo a ser superado.

O exercício da cidadania na gestão de resíduos inclui:

- A **separação correta** dos resíduos em casa, facilitando o trabalho da coleta seletiva.
- O **descarte apropriado** de lixo eletrônico, pilhas e baterias em pontos de coleta específicos, evitando a contaminação do solo e da água por substâncias tóxicas.
- A **cobrança de políticas públicas** aos governos locais para que invistam em infraestrutura de coleta seletiva, reciclagem e tratamento de resíduos.
- O **engajamento em ações comunitárias**, como mutirões de limpeza e projetos de compostagem.

Quando a educação ambiental e a cidadania caminham juntas, a gestão de resíduos deixa de ser apenas uma responsabilidade do poder público e se torna um compromisso coletivo. Ações individuais, somadas, geram um impacto positivo em larga escala, contribuindo para cidades mais limpas, saudáveis e resilientes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar a inter-relação entre a educação ambiental, a cidadania e a gestão de resíduos sólidos urbanos, demonstrando que o sucesso de políticas como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) depende diretamente do engajamento social. A pesquisa bibliográfica evidenciou que, apesar dos avanços legais, a baixa adesão da população e a precariedade da infraestrutura persistem como desafios centrais.

A análise crítica revelou que a educação ambiental não pode se restringir a campanhas pontuais de reciclagem. Para ser eficaz, ela precisa ser um processo contínuo e reflexivo que questione os padrões de consumo e estimule a responsabilidade individual. Da mesma forma, a cidadania se mostra como o pilar que transforma a consciência em ação, sendo o verdadeiro motor para a superação de barreiras e para o fortalecimento de iniciativas, como as cooperativas de catadores e projetos comunitários.

Embora esta pesquisa tenha se baseado em uma revisão da literatura, suas conclusões estão limitadas ao arcabouço teórico disponível. Estudos futuros poderiam focar em trabalho de campo, analisando a implementação de programas de educação

ambiental em contextos específicos ou investigando o impacto econômico da participação cidadã na gestão de resíduos. Tais abordagens poderiam fornecer dados empíricos que complementariam as conclusões deste estudo.

REFERENCIAS

BRAGA, N. R. A. et al. Currículos Multiculturais e sua influência na formação para a Cidadania Global. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 5, p. e4279-e4279, 2024.

BRASIL. Decreto-lei n. 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1999.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 ago. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 16 set. 2025.

COSTA, M. I. S.; IANNI, A. M. Z. **O conceito de cidadania**. 2018.

DOS SANTOS, F. D. V. et al. Educação para a Cidadania Global (ECG): o papel da escola na formação de cidadãos críticos e engajados. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 9, p. e5856-e5856, 2024.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 33, n. 118, p. 211-225, 2003.

LENZI, C. L. Environmental citizenship: liberalism, cosmopolitanism and sustainability. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, v. 12, n. 5, p. 2190-2217, 2023.

LUCENA, R. et al. Educação para a Redução de Riscos e Desastres (ERRD): o papel da educação formal e não formal na sensibilização para formação da consciência cidadã. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 7, p. e5224-e5224, 2024.

MACHADO, P. R. **Educação ambiental e a gestão de resíduos sólidos urbanos: uma análise dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MARANHÃO, R. A.; MARCHI, C. M. D. F. Cidadania e a sua importância para o correto manejo dos resíduos sólidos urbanos no contexto das mudanças climáticas. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 7, p. 01–18, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n7-092.

MARCHI, C. M. D. F.; ALMEIDA, G. S. A atuação do Ministério Público na implantação de Ecopontos do município de Salvador, Bahia, Brasil. **REMOA**, Santa Maria,v.17, e1, p. 1-11, 2018.

MARCHI, C. M. D. F. Representação e Formação Cívica: apoio às políticas públicas do saneamento básico. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 47, p. 179-194, 2019.

MARCHI, C. M. D. F.; PIMENTEL, P. C. B.; NASCIMENTO, M. C. P. Solid Waste in the Context of Environmental Education, the Mangrove Ecosystem, and Photography. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, p. e01022, 2022.

RODRIGUES, A. S. et al. Educação ambiental e capital social: contribuições à promoção da sustentabilidade na agricultura familiar. In: **Educação Ambiental: a sustentabilidade dos ambientes rurais e urbanos**. SEABRA G. (Org.). Ituiutaba: Barlavento, 2020. p 34-45. Disponível em: <https://www.cnea.com.br/>. Acesso em: 11 de agosto de 2024.

SÁ, C. L. S. de; VILAGRA, M. E. A. O papel da educação ambiental e da participação social na gestão de resíduos sólidos. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 31, n. 2, p. 1-18, 2014.

SANTANA, J. S. Cidadania, normas e infraestrutura: Elementos que contribuem para o fortalecimento do trabalho de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. **Revista Sistemática**, v. 14, n. 4, p. 1084-1107, 2024.

SANTIAGO, C. D.; MAROTTI, A. C. B.; PUGLIESI, E.; GONÇALVES, J. C. Política Nacional de Resíduos Sólidos: perspectivas após um decênio de sua promulgação. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 62, p. 152-177, 2023.

SENADO FEDERAL. **Agenda Ambiental na Administração Pública: Coleta Seletiva Solidária e a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos**. Brasília, 2017. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/a-agenda-ambiental-na-administracao-publica/coleta-seletiva-solidaria-e-a-gestao-dos-residuos-solidos-urbanos. Acesso em: 16 set. 2025.

SILVA, C. A.; PIMENTEL, M. P. L. A atuação de cooperativas de catadores como promotoras de educação ambiental. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, p. 117-130, 2019.

CIDADE, IMAGEM E MORFOLOGIA: A REPRESENTAÇÃO FÍLMICA DA CIDADE DE SALVADOR (BA)

Fernando Barreto Nunes Filho[1]

RESUMO

A integração entre cidade e cinema é defendida pelo cineasta alemão Win Wenders, um diretor considerado por muitos estudiosos de cinema como um cineasta urbano, devido aos filmes realizados em Berlim, Lisboa, Tóquio e Havana. A imagem da cidade foi objeto de muitos pesquisadores, com destaque para David Lynch. A partir dessa contribuição, o professor Heliodoro Sampaio (UFBA) fez uma adaptação para a cidade de Salvador, definindo os seguintes elementos "estáveis" da morfologia urbana: sítio geográfico; o solo e seu parcelamento; as vias e os movimentos; o quarteirão, quadras e superquadras; a praça, largo e interseções; os monumentos. O objetivo desse trabalho foi investigar a representação cinematográfica da cidade do Salvador, através do reconhecimento de elementos morfológicos na composição das imagens de um conjunto de filmes que utilizou esta cidade como cenário. Os filmes analisados, todos eles representativos do cinema baiano, foram selecionados a partir da utilização da cidade como cenário, da identificação dos personagens com o espaço, e por sequencias que se tornaram uma referência fílmica. Essas sequências, evidenciaram a contribuição dos elementos morfológicos para o reconhecimento da cidade, uma vez que muitos dos seus pontos relevantes são facilmente identificáveis.

Palavras-chave: Cidade. Imagem. Morfologia urbana. Legibilidade.

1 INTRODUÇÃO

A integração entre cidade e cinema é defendida pelo cineasta alemão Win Wenders, um diretor considerado por muitos estudiosos de cinema como um cineasta urbano, devido aos filmes realizados em Berlim, Lisboa, Tóquio e Havana. Talvez, Wenders tenha pensados seus filmes em cenários urbanos, e para tal, produziu olhares sobre as cidades por ele filmadas. Nesse sentido, é interessante sua defesa do potencial do cinema em produzir uma visão sobre a cidade: "sendo capaz, como nenhuma outra [arte] de alcançar a essência do urbano, capturar a atmosfera e as tendências do seu tempo, e de expressar os temores, esperanças e desejos das populações ". (Wenders, 2010, p. 4-5)

Muitos pesquisadores elaboraram contribuições teóricas sobre a imagem da cidade, e buscaram definir os elementos morfológicos que compõem essa imagem, e permitem que a cidade, ou parte dela, seja reconhecida. Kevin Lynch (1999a, p. 11-14),

[1] Professor do curso em Engenharia Civil da Universidade Católica do Salvador, Doutor em Planejamento Territorial (UCSal), Mestre em Economia (UFBA), Engenheiro eletricista (UFBa), (e-mail: fernando.filho@pro.ucsal.br).

um dos pioneiros, defendia que [...] todo cidadão possui numerosas relações com algumas partes de sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações". Do ponto de vista morfológico, os elementos contidos na imagem da cidade foram agrupados por Lynch (1999a, p. 52-53) em cinco tipos: vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes.

Os elementos básicos propostos por Lynch foram objeto de análises e complementações de vários pesquisadores. Um deles, o professor de Arquitetura da UFBA Heliodoro Sampaio, elaborou uma proposta dos elementos "estáveis" da morfologia urbana, fazendo uma adaptação para a cidade de Salvador.

Muitos viajantes, remotos e atuais, nativos e estrangeiros, buscaram a proteção de sua ampla baía e a visão da escarpa que, de forma soberana, possibilita um amplo horizonte de visão. Ao longo da sua história, ocorreram muitas transformações urbanas. Em continuidade a uma cidade histórica, com dois andares, que permaneceu, conformou-se uma outra cidade, moderna, com as avenidas de vale e a valorização da orla oceânica; entranhada nessas duas faces, uma Salvador periférica e desigual.

O objetivo desse trabalho foi investigar a representação cinematográfica da cidade do Salvador, através do reconhecimento de elementos morfológicos na composição das imagens de um conjunto de filmes que utilizou esta cidade como cenário.

Os filmes escolhidos para ilustrar os conceitos definidos pelo Prof. Heliodoro Sampaio, representativos do cinema baiano, foram selecionados pela utilização da cidade como cenário, pela identificação dos personagens com o espaço, e por sequencias que, de uma forma ou de outra, estavam fixadas no acervo fílmico do autor do artigo.

2 MORFOLOGIA URBANA: ELEMENTOS ESTÁVEIS

Oriunda da psicologia, a linha de pesquisa percepção urbana trata da experiência urbana como atividade perceptiva e do processo de cognição como um momento vital para a compreensão e retenção das imagens estruturadas desta experiência; liderados por Kevin Lynch, com a presença de Appleyard, Bailly, Goodey, Canyer e Lee; [...] a análise mais fenomenológica de Norberg-Schultz e Tuan;

A investigação da qualidade da forma da cidade, defendida por Lynch (1999b, p. 52), deveria considerar ações que modificam o espaço: “a disposição espacial das pessoas a desenvolverem atividades, os fluxos espaciais resultantes de pessoas, produtos e informações, e as características físicas – padrão espacial dos objetos físicos permanentes: “[...] edifícios, ruas, colinas, rios, [...]”.

A decomposição da forma física pelos elementos morfológicos foi defendida por Sampaio (2015, p. 414): “permite operacionalizar a leitura do modo de organização da cidade a partir do arranjo espacial propriamente dito. Permite descrever fisicamente o objeto de estudo, mas sua explicação depende da análise histórica, já se disse”.

Lynch (1999b, p. 127) destacou a dimensão do “Sentido” como responsável pela interação entre o indivíduo e o aglomerado, através de conceitos e valores não espaciais: “[...] a clareza com que ele pode ser apreendido e identificado, e a facilidade com que os seus elementos podem ser ligados a outros acontecimentos e locais numa representação mental [...] os processos humanos de percepção e de cognição”.

Iniciando sua argumentação, Lynch (1999a, p. 3-4) reconheceu que os animais quando se deslocam precisam identificar os elementos do meio ambiente e decidir rapidamente o percurso. Neste sentido, existiriam na natureza uma variedade de técnicas e indicadores de orientação, tais como: “sensações visuais de cor, forma, movimento ou polarização da luz, além de outros sentidos, tais como o olfato a audição, cheiro, tato, a cinestesia, o sentido da gravidade, e talvez, dos campos elétricos ou magnéticos”.

Do ponto de vista morfológico, os elementos contidos na imagem da cidade foram agrupados por Lynch (1999a, p. 52-53) em cinco tipos: vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes:

> a) Vias, são os canais de circulação ao longo dos quais o observador se locomove de modo habitual, ocasional ou potencial. Podem ser ruas, alamedas, linhas de trânsito, canais, ferro-vias; (p. 52)
> b) limites Os limites são os elementos lineares não usados ou entendidos como vias pelo observador. São as fronteiras entre duas fazes, quebras de continuidade lineares, praias, margens de rios, lagos, etc., cortes de ferrovias, espaço em construção, murros e paredes, [...]; (p. 52)
> c) Pontos nodais – os pontos nodais são pontos, lugares estratégicos, de uma cidade através dos quais o observador pode entrar, são os focos intensivos para os quais ou a partir dos quais se locomove. Podem ser basicamente junções, locais de interrupção de transporte, um cruzamento ou uma convergência de vias, momentos de passagem de uma estrutura para outra, [...] meras concentrações que adquirem importância por serem a condensação de algum uso [...]; (p. 52-53)

> d) Marcos: [...] o observador não entra neles, são externos. Em geral são um objeto físico, definido de maneira muito simples: edifício, sinal, loja ou montanha. Seu uso implica a escolha de um elemento a partir de um conjunto de possibilidades; (p. 53)

Os elementos básicos propostos por Lynch foram objeto de análise e complementações de vários pesquisadores.; ao contemplar tão somente cidades norte americanas, seus resultados teriam uma forte relação com a morfologia específicas destas cidades. Nesse sentido, o professor de Arquitetura da UFBA Heliodorio Sampaio elaborou uma proposta dos elementos "estáveis" da morfologia urbana, fazendo uma adaptação para a cidade de Salvador, objeto de sua pesquisa. Sampaio (2015, p. 415) "ressaltou os "invariantes" como os elementos mais estáveis da morfologia urbana," na cidade-real ou mesmo cidade-ideal, de cujo arranjo espacial depende a comunicação e a leitura do espaço urbano nas dimensões estética, utilitária, funcional, das quais emana o "discurso urbano". Os elementos relacionados por este pesquisador foram os seguintes: sítio geográfico; o solo e seu parcelamento; as vias e os movimentos; o quarteirão, quadras e superquadras; a praça, largo e interseções; os monumentos; outros elementos.

Lynch (1999a, p. 3) estruturou o conceito de legibilidade: "A facilidade com que suas partes podem ser reconhecidas e organizadas num modelo coerente. Assim como essa página impressa, desde que, pode ser visualmente apreendida como um modelo correlato de símbolos identificáveis." Neste sentido, seria necessário estabelecer um sistema de referências para reconhecer e ler um ambiente. "Uma cidade legível seria aquela cujos bairros, marcos ou vias fossem facilmente reconhecíveis e agrupados em um modelo geral". (LYNCH,1999a, p. 3)

Na composição da imagem de uma determinada parte da cidade, segundo Lynch (1999a, p. 54), haveria uma série sequencial de elementos marcantes, uma vez que nenhum dos tipos de elementos existe isoladamente [...] A sobreposição e interpenetração ocorre regularmente."

A importância dos elementos e de uma sequência estruturada com pontos relevantes foi objeto de menção por parte de Tuan (1983, p. 20), que exemplificou através da experiência do indivíduo em um bairro: "Para o novo morador, o bairro é a princípio uma confusão de imagens; [...] Aprender a conhecer o bairro exige a identificação de locais significantes, como esquinas e referenciais arquitetônicos, dentro do espaço do bairro".

Além de uma sequência estruturada, vários pesquisadores destacaram a importância dos monumentos no reconhecimento do ambiente visual. Inicialmente, Claval (2012, p. 59), na sua pesquisa sobre os mitos, reforçou a associação entre o simbólico e o físico na produção de imagens mentais provocadas pela presença de um monumento:" [...] que recorde os grandes momentos do passado, ou que tão somente seja apreciado por seu valor estético, beleza, harmonia, o sublime [...] as 'torres isoladas, das cúpulas douradas, e colinas extensas' como pontos de referência (símbolos de direção) para as cidades".

3 A REPRESENTAÇÃO DA CIDADE NO CINEMA

Para a pesquisadora Maria Helena Braga Vaz da Costa (2013, p. 250) a cidade pode ser representada de forma "realista e objetiva de uma cidade real, [...] ou de modo ficcional com uma relação direta com o mundo real, isto é, o filme narra histórias de ficção locadas em cidades reais e reconhecidas".

Para Garcia Goméz e Pavés (2014, p. 10) existem três versões distintas de uma mesma cidade: "a) a real, que cresce e se desenvolve graças aos esforços de seus habitantes; b) a representada pelos cineastas em suas obras; c) a percebida pelo público com fusão das anteriores, na qual ambas se complementam". Portanto, são muitas a formas de representação da cidade no cinema.

No cinema, o conceito de cenário conforme Martin (2003, p. 62-63), "quer sejam interiores ou exteriores, podem ser reais (isto é, preexistir a rodagem do filme ou construídos em estúdio) no interior ou em suas dependências ao ar livre)". Ainda, segundo esse autor, "natural ou artificial, o cenário desempenha quase sempre um papel de contraponto com a tonalidade moral ou psicológica da ação".

Ao explicar o papel de contraponto, Martin apresenta um pequeno catálogo dos cenários e sua significação psicológica; por exemplo, numa praia, uma composição com o mar calmo produziria um sentimento de nostalgia, enquanto que "uma cena com ondas fortes do mar desperta sentimentos de 'volúpia, liberdade, exaltação". (Martin, 2003, p. 63)

A cidade vista na tela do cinema, conforme Camarero Gómez (2013, p. 5) "expressa determinadas formas de vida de seus habitantes ao mesmo tempo que contribui para definir o caráter, as circunstâncias e a diversidade que envolve cada um

deles. Pode ser transgressora, distinta, universal, cosmopolita [...]. Essa autora defende que a cidade teria dentro da narrativa um valor que vai além do descritivo: “Algumas vezes são exibidos seus edifícios, o comércio, os bairros mais conhecidos a modo de postais turísticos [...] Com frequência sua fisionomia muda conforme os comportamentos dos protagonistas. Atua como um personagem a mais dentro da trama”.

Desde a criação de determinadas vanguardas cinematográficas, os diretores tem associado sua produção a cidades como Paris, Roma, Berlim e Madri, para citar algumas, porém foi a concepção e o discurso iniciado com a exposição *Cités-ciudad: la represéntation de la ville dans le cinéma de fiction* que, inaugurada em Paris em Grande Halle de la Villette, e percorreu diversas capitais mundiais entre 1987 e 1990. (Camarero Gómez, 2013, p. 14)

Conforme Garcia Goméz e Pavés (2014, p. 10) “Há uma enorme distância entre a cidade real e aquela projetada pelo cinema. Através de um filme somente podemos alcançar uma visão fragmentada dos espaços urbanos onde se desenvolvem suas histórias. Visão parcial, produto do olhar subjetivo do cineasta e/ou de sua equipe”.

Desta forma, imagens cinematográficas tornaram-se representativas de várias cidades, ou de parte delas. A “legibilidade” da imagem urbana reproduzida na tela tem seu potencial imaginário ampliado pela presença de um elemento relevante, isto é, um marco urbano. Os elementos morfológicos mais utilizados, conforme Garcia

4 ELEMENTOS MORFOLÓGICOS DE SALVADOR NO CINEMA

A partir da contribuição de Lamas, o professor de Arquitetura da UFBA Heliodorio Sampaio elaborou uma proposta dos elementos “estáveis” da morfologia urbana, fazendo uma adaptação para a cidade de Salvador, objeto de sua pesquisa. Sampaio (2015, p. 415) “ressaltou os “invariantes” como os elementos mais estáveis da morfologia urbana,” na cidade-real ou mesmo cidade-ideal, de cujo arranjo espacial depende a comunicação e a leitura do espaço urbano nas dimensões estética, utilitária, funcional, das quais emana o “discurso urbano”. Os elementos relacionados por este pesquisador foram os seguintes: sítio geográfico; o solo e seu parcelamento; as vias e os movimentos; o quarteirão, quadras e superquadras; a praça, largo e interseções; os monumentos; outros elementos.

4.1 SÍTIO GEOGRÁFICO: A BAIA DE TODOS OS SANTOS

Na sua proposta de elementos “estáveis” da morfologia urbana, Sampaio (2015, p. 417-422) incluiu o sítio geográfico, “algo mais que a topografia e geomorfologia cujo contexto ampliado envolve a hidrografia, os tipos de solos e subsolos, o revestimento vegetal primário ou secundário, bem como aspectos geológicos e climáticos.” Trata-se de um elemento fundamental para o reconhecimento da cidade no filme, como Garcia Goméz e Pavés (2014, p. 12) destacam: “as colinas de Roma, Lisboa e São Francisco; as baias de Nápoles, São Sebastião, Rio de Janeiro e Hong Kong; as barreiras de areia de Miami; o cabo da Cidade do Cabo, ou o Chifre de ouro de Istambul”.

Emoldurada em uma tela de fundo azul, proporcionado pelas águas do oceano Atlântico e da baía de Todos os Santos, Salvador contribui para a legibilidade das narrativas cinematográficas desde as primeiras produções. Por exemplo, no filme “A grande feira (1961), embora em preto e branco, em uma das sequências iniciais vemos como pano de fundo o *sky line* da cidade: tendo o Elevador Lacerda, na função de ponto de referência; na parte superior, à esquerda, no alto; no espaço que corresponde à Praça Municipal, pode-se visualizar o antigo prédio da Biblioteca Pública, demolido posteriornente.

Figura 1 A Grande Feira ((1961)



Fonte: A GRANDE FEIRA, 1961.

Apesar do filme utilizar a Feira de Água de Meninos como cenário principal, nessa sequência o personagem o personagem Ricardo (Milton Gaúcho) compra um exemplar do cordel nas mãos de Cuíca de Santo Amaro, na parte baixa do Elevador Lacerda, atravessa a Praça Cairu, e entra em um barco na Rampa do Mercado, o filme apresenta nos seus créditos iniciais o trajeto por água, no ritmo da vela, toda a extensão dos armazens do Porto de Salvador. Ele poderia ter utilizado o bonde, mas a intenção

do diretor foi apresentar a interligação entre a cidade, a Baia de Todos os Santos e a Feira de Água de Meninos.

O filme *Tenda dos milagres* (1977), de Nelson Pereira dos Santos, também lança mão de um recurso similar. Em uma de suas sequências iniciais, pode-se visualizar a referida baia, reforçada pela presença do Forte de S. Marcelo no ponto central da imagem de uma conversa entre dois personagens (Ligeireza e o poeta Fausto Pena). O romance de Jorge Amado não contém essa conversa, e nem mesmo o personagem Ligeireza, o que evidencia sua função de tornar legível o reconhecimento da cidade.

Muitos outros filmes reproduzem a Baia e a escarpa que separa a Cidade Alta da Cidade Baixa. Contudo, em *Estranhos* (2009), o sítio geográfico de Salvador e a Baia de Todos os Santos são apresentados através da Península de Itapagipe, e das casas de palafitas que compõem suas margens. ente em que transitam ou moram, o qual perpassa pela Cidade Baixa, Alagados, Avenida Sete e Praça da Piedade.

4.2 AS VIAS E OS MOVIMENTOS

A importância do elemento morfológico “VIAS E OS MOVIMENTOS”, ou seja, percursos urbanos, na imagem da cidade, foi destacado por Sampaio (2015, p. 417): “[...], desempenha uma função imprescindível na lógica de produção e consumo dos espaços urbanos, interferindo sobremodo no valor do solo e no referencial simbólico dos lugares.”

No que refere à contribuição fílmica do elemento “percurso”, seja ele à pé ou na forma de um *travelling* em um carro ou num transporte público, trata-se de uma importante ferramenta da linguagem cinematográfica. Por exemplo, nos filmes do gênero romântico, que escolhem uma capital europeia como locação, os passeios turísticos dos personagens principais incluem uma passagem pelos principais marcos da cidade. Até mesmo o cultuado diretor francês Jean-Luc Godard, no seu filme “Acossado” (*À Bout de Souffle*) (1960), passeia com o personagem Michel Poiccard (Jean-Paul Belmondo) pelas avenidas de Paris.

Em muitos filmes que utilizaram Salvador como um cenário, suas principais ruas e avenidas foram percorridas nas movimentações cotidianas de seus personagens. Contudo, o longo percurso da Avenida Sete está naturalmente integrado ao personagem Feliz, do filme “Trampolim do Forte” (2010), de João Rodrigo Mattos. Com

sua caixa de picolé ele é atacado por três meninos na Praça Castro Alves, encontra pessoas sentadas na Praça do Campo Grande, outro ambulante vendendo balas, e um gari varrendo a rua. A cidade é apresentada através de seus moradores mais simples. Na figura 2, o personagem Feliz anda pelo calçadão ao lado da balaustrada da Praia do Porto da Barra, com o Forte de Santa Maria (o local do trampolim dos meninos) bem enquadrado.

Figura 2 O percurso de apresentação da cidade



Fonte: TRAMPOLIM DO FORTE, 2010.

Um referenciado percurso fílmico foi apresentado no filme “A Grande Feira (1961), quando a Grã-fina Ely (Helena Ignez) conduz em seu carro conversível o marinheiro sueco Ronny (Geraldo Del Rey) em um tour turístico pela Salvador dos anos 60. Num documento histórico-geográfico, são apresentadas a avenida Oceânica, em fase de construção, o Dique do Tororó, e a Ladeira da Montanha, no sentido da Praça Castro Alves até o Comércio.

Da mesma forma, no filme “Tenda dos milagres” (1977) há um passeio turístico no qual Pedro Archanjo (Jards Macalé) leva a sueca Kirsi (Liana Maria Graeff) para conhecer a cidade. Trata-se de uma pequena sequência de apenas 47 segundos; com um bom uso de câmera fixa, sem diálogos, sem explicações em off, e com cortes rápidos de uma locação para outra. O circuito inicia na Igreja da Penha, segue para a Igreja do Bonfim, que está próxima, e encerra no Solar do Unhão (Av. Contorno). Considerando-se que no livro de Jorge Amado esse passeio estava restrito as ruas do Pelourinho, sua inserção fílmica teve a função de garantir a legibilidade da narrativa.

4 3 O QUARTEIRÃO (TIPOLOGIAS DE EDIFICAÇÕES)

O elemento morfológico Quarteirão, que ressalta a tipologia das edificações, listado por Sampaio (2015, p. 418) “pode decorrer ‘espontaneamente’ da ocupação intersticial de vazios na malha urbana ou pelo uso intencional deste elemento básico da forma urbana”; Esse autor explica que incluiu o elemento Tipologia das edificações, necessário para o seu estudo sobre Salvador: “equivale a uma certa ‘família’ ou ‘grupo’ de edifícios de cujos traços, caracteres e atributos é possível reconhecer a classe à qual pertencem, ou seja, permite distingui-los geneticamente de outros edifícios”. (Sampaio, 2015)

No que refere à contribuição fílmica do elemento “Quarteirão, ou bairro, Goméz e Pavés (2014, p. 12) destacam: “a Acrópole (Atenas), a Cidade proibida (Pequim), o Eixo Monumental (Brasília), o bairro francês (Nova Orleans), Manhattan (Nova York), e as cidades de Veneza e Las Vegas.”

Em muitos filmes que utilizaram Salvador como um cenário, principalmente aqueles que adaptaram para o cinema as obras de Jorge Amado, a ambientação na área do Pelourinho é praticamente obrigatória. Embora menos cultuado do que o filme “Dona Flor e seus dois maridos”, o filme “Quincas Berro D'água” (2010), de Sérgio Machado traduz a atmosfera da área e do livro. Na Figura 3, o cadáver de Quincas (Paulo José), rei dos vagabundos, é conduzido pelos seus amigos Pastinha (Flávio Bauraquié), Martim (Irandhir Santos), Pé de Vento (Luis Miranda) e Curió (Frank Menezes) em um “*travelling* etílico de despedida:

Figura 2 O percurso de despedida pelo Bairro



Fonte: https://gshow.globo.com/cultura-pop/filmes/globo-filmes/generos/comedia-dramatica/quincasberrodagua.ghtml.

4 4 PRAÇAS E LARGOS

O elemento morfológico Praça e sua variante Largo, foi listado por Sampaio (2015, p. 417-422) como um daqueles elementos que “na tradição urbanística, talvez seja uma daquelas ‘invariantes’ mais marcantes da forma urbana”. No que refere a sua contribuição fílmica Goméz e Pavés (2014, p. 12) destacam as seguintes: “Praça Vermelha (Moscou); Zocalo (México); Vaticano, Coliseu (Roma); Fontana de Trevi (Roma); Praza Novona e da Espanha (Madrid)”. Dessas, a fonte barroca Fontana de Trevi (Roma) está associada com a cena do Filme La Dolce Vita (1960) de Frederico Fellini, com Anita Ekberg e Marcello Mastroianni.

Em muitos filmes que utilizaram Salvador como um cenário, suas principais praças – Castro Alves, Campo Grande, Terreiro de Jesus, Largo do Pelourinho, Largo da Palma, Municipal, Piedade, Cairu - podem ser facilmente reconhecidas. Contudo, a importância da Praça Marechal Deodoro, localizada ao lado do Mercado do Ouro, no Comércio (Cidade Baixa), no filme Esses Moços (2004), José Araripe Jr. equivale a de um dos seus personagens principais.

Figura 2 Praça Marechal Deodoro, sem o sonho do Instituto do Cacau



Fonte: ESSES MOÇOS, 2004.

A luta das irmãs pela sobrevivência, recolhendo trocados na sinaleira e disputando o espaço com um grupo de meninos de rua, poderia ter utilizado uma outra praça da cidade como locação. A escolha por esse elemento morfológico da cidade simboliza a decadência da região Comércio, a partir da perda do predomínio econômico da cultura do cacau. Dessa forma, a presença do Instituto do Cacau, na narrativa e na figura anterior, como um antigo símbolo de riqueza, opulência e esperança de uma vida

melhor, era confrontada pela violência cotidiana existente na Praça Marechal Deodoro e no Mercado do Ouro.

4.5 O MONUMENTO

Historicamente, a presença física de um monumento foi associada a uma cidade, e algumas vezes tornava-se um símbolo ou uma referência importante, conforme defendido por Lamas (2004, p. 104): “[...] transcendia sua função inicial “assumindo significados culturais, históricos e estéticos bem preciosos, mesmo quando a sua função primitiva já não existe.” A análise do papel do monumento na estrutura urbana foi aprofundada por Tuan (1983, p. 181): “As esculturas têm o poder de criar uma sensação de lugar pela sua própria presença física [...] o lugar como um símbolo público nitidamente visível”.

A importância do monumento para a legibilidade fílmica foi Goméz e Pavés (2014, p. 12), principalmente para aqueles que se destacam em altura, ou nas funções religiosas, civis ou comemorativas: o Big Ben (Londres), a Torre Eiffel (Paris), a Ópera (Sidney), a Porta Brandemburgo (Berlim), a Golden Gate (São Francisco) e a Ponte do Brooklyn (NY), e as estátuas do Cristo Redentor (RJ) e da Sereia (Copenhague).

Em muitos filmes que utilizaram Salvador como um cenário, a legibilidade narrativa se apoiou no seu marco mais conhecido: o Elevador Lacerda. Construído para facilitar o trânsito entre o Comércio (Porto), na Cidade Baixa, e o Setor Administrativo, na Cidade Alta, tornou-se uma marca da cidade. No filme Superoutro (1989), de Edgar Navarro, após discursar na Praça Castro Alves, em cima do monumento ao poeta, e desfilar anarquicamente pela Rua Chile, no sentido contrário ao usual, o personagem do filme Superoutro (1989), de Edgar Navarro, cumpre o seu destino e se lança do alto do Elevador Lacerda.

Figura 2 Elevador Lacerda, cumprindo o destino



Fonte: SUPEROUTRO, 1989.

No filme “A Grande Feira (1961), na abertura e na tomada final do filme está presente simbolicamente o Elevador Lacerda; seu papel fílmico é o de representar a cidade, no todos, não somente suas formas, mas as pessoas e os seus dramas. No filme “Estranhos” (2009), de Paulo Alcântara, esse marco da cidade representa o mesmo papel; o Elevador Lacerda aparece com um enquadramento diferente (estranho) daquele comumente visualizado nas fotos turísticas (vertical); a tomada foi feita de baixo para cima, fora do enquadramento, no sentido diagonal, à noite, com uma iluminação (estourada).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Geógrafos, urbanistas e cineastas citados neste trabalho destacaram a importância dos elementos morfológicos (invariantes) nas imagens urbanas e nas imagens cinematográficas. Este trabalho pretendeu refletir sobre a presença dos elementos físicos (morfológicos) da cidade do Salvador (BA) em narrativas fílmicas e a contribuição desses elementos para o reconhecimento da cidade e legitimidade dessas narrativas.

Os filmes selecionados para a ilustração desse artigo contribuem para o reconhecimento da cidade escolhida como cenário para a narrativa (ou de parte dela). Muitos dos seus pontos relevantes são facilmente identificados: a Baia de Todos os Santos; a Avenida Sete; a Praia do Porto da Barra; a Praça Castro Alves; O Campo Grande; a Igreja do Bonfim; o casario do Pelourinho; o Elevador Lacerda. São cartões

postais da cidade, facilmente identificáveis. A escolha dos elementos morfológicos, de certa forma, foi praticamente obrigatória, pela necessidade de composição dos personagens e das narrativas.

No desenrolar da narrativa dramática é possível visualizar muitos pontos relevantes da cidade, ou de parte dela, que funcionam como indicadores de orientação, e permitem identificá-la. Alguns destes pontos são comuns aos vários filmes, o que indica uma importância maior que extrapola o bairro. Esta condição foi reconhecida nos seguintes pontos: a praça Castro Alves; a rua Chile; a Praça do Campo Grande; o Mercado Modelo; o Forte de São Marcelo; e, o Porto de Salvador.

No conjunto dos filmes escolhidos, a existência de uma edificação, ou um monumento, que atue como um marco de Salvador, foi percebida claramente nas imagens do Elevador Lacerda. Esta edificação, ao longo de mais de um século de construído, incorporou uma representação simbólica da cidade, de uma maneira que sua presença na composição de um quadro fílmico, mesmo que na profundidade do campo, digamos assim, meio “acidental”, remete o espectador para a cidade como um todo.

REFERÊNCIAS

A GRANDE FEIRA. Direção: Roberto Pires. Produção: Rex Schindler, Braga Neto. Intérpretes: Geraldo d'el Rey, Helena Ignes, Luiza Maranhão, Antonio Luis Sampaio, Milton Gaúcho, Roberto Ferreira, David Singer, Sante Scaldaferri, Milton Rocha, Sônia Noronha. Roteiro: Roberto Pires. Iglu Filmes, 1961.

CAMARERO GOMEZ, G. Escenarios para el reencuentro. In: Camarero-Gómez, G. (ed.). **Ciudades europeas en el cine** (pp. 5-14). Madrid: Akal, 2013.

COSTA, M. H. B, V. da.. Geografia cultural e cinema: práticas, teorias e métodos. In Rosendahl, Zeny; Corrêa, Roberto L. (org.). **Geografia cultural: uma antologia** (Vol. II, pp. 345-359). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

ESSES MOÇOS. Direção: Jose Araripe Jr. Produção: Sylvia Abreu. Intérpretes: Flaviana da Silva; Inaldo Santana; João Miguel e outros. Roteiro: Jose Araripe Jr, Hilton Lacerda. São Paulo: Elo Company, 2004. 1 DVD

ESTRANHOS. Direção: Paulo Alcântara. Produção: Paulo Alcântara e Carla Guimarães. Intérpretes: Jackson Costa; Cyria Coentro; Tom Carneiro; Agnaldo Lopes; Caco Monteiro; Nelito Reis; Angelo Flávio; Mariana Muniz; Heduen Muniz e Larissa Libório. Roteiro: Carla Guimarães e Santiago Roncagliolo. [S.l.]: Araçá Azul Cine e Vídeo, 2009. Digital, cor, 101'

GARCIA GÓMEZ, F.; Pavés, G M. La ciudad em el cine: entre la realidad y la ficción. In Garcia Gómez, F. ; Pavés, G. M. (Coord.). **Ciudades de cine** (pp. 9-31). Madrid: Cátedra, 2014.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1999a.

MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica**. Tradução Paulo Neves; revisão técnica Sheila Schvartzman. São Paulo: Brasiliense, 2003. [1985]

QUINCAS BERRO D'ÁGUA. Direção: Sergio Machado. Produção: Globo Filmes e VideoFilmes. Roteiro: Sérgio Machado. Intérpretes: Paulo José, Mariana Ximenes, Vladimir Brichta, Flávio Bauraquié, Irandhir Santos, Luis Miranda, Frank Menezes, Milton Gonçalves, Marieta Severo, Othon Bastos, Walderez de Barros, Germano Haiut e outros. Salvador: Buena Vista Internacional, 2010.

SAMPAIO, A. H. L. **Formas urbanas**: cidade real & cidade ideal contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto, 2015.

SUPEROUTRO Direção: Edgar Navarro. Produção: Edgar Navarro. Roteiro: Edgar Navarro. Intérpretes: Bertrand Duarte, Nilda Spencer, Inaldo Santana e outros. Salvador. Lumbra Cinematográfica. 1989.

TENDA DOS MILAGRES Direção Nelson Pereira dos Santos. Produção: Nelson Pereira dos Santos. Roteiro: Nelson Pereira dos Santos (adaptado da obra de Jorge Amado). Intérpretes: Hugo Cavana, Sonia Dias, Anecy Rocha, Juaréz Paraíso, Jards Macalé, Nildo Parente, Jofre Soares, Nilda Spencer e outros. Rio de Janeiro. Regina Filmes. 1977.

TRAMPOLIM DO FORTE. Direção: João Rodrigo Mattos. Produção: Alexandre Basso e Lia Mattos. Intérpretes: Lúcio Lima; Adailson dos Santos; Marcelia Cartaxo; Luiz Miranda e outros. Roteiro: João Rodrigo Mattos. Salvador: DocDoma Filmes, 2010. Digital, cor, 101'

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983. [1977]

WENDERS, W. El paisaje urbano. In: Hellmann, C.; Weber-Hof, C. (Coord.). **Ciudades de cine** (4-5). Barcelona, Espanha: Editorial Océano, 2010.

A VISIBILIDADE DA LITERATURA LGBTQIAPN+ NA EDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA DE INCLUSÃO E EQUIDADE

Geraldo Santos de Santana[1]

Lucas dos Santos Barbosa[2]

Matheus Silva Sandes[3]

Nivea Damasceno Pereira[4]

Liliane Vasconcelos de Jesus[5]

RESUMO

O presente trabalho busca investigar o uso da literatura LGBTQIAPN+ nas aulas de Língua Portuguesa de professores e professoras do Ensino Médio que lecionam em escolas públicas de Salvador e Região Metropolitana do estado da Bahia. Para tanto, a partir de um estudo de caráter qualitativo/quantitativo, buscou-se referenciar experiências relatadas pelos docentes com base em indicadores de desafios e possibilidades sobre o tema evidenciados a partir do levantamento de dados, coletados por meio de questionário disponibilizado durante os meses de agosto e outubro de 2024. Os resultados indicam uma aplicação alarmantemente baixa de narrativas literárias LGBTQIAPN+ nas aulas, com 84,2% dos professores relatando não realizar atividades relacionadas ao tema, destacando a necessidade urgente de mudanças nas práticas pedagógicas para promover uma educação mais inclusiva e diversa.

Palavras-chave: Literatura LGBTQIAPN+. Educação. Gênero. Sexualidade. Ensino de literatura.

1 INTRODUÇÃO

Ao conceber o presente trabalho, a escolha do tema se ancorou nas discussões desenvolvidas no âmbito da disciplina de ‘Literatura Contemporânea’ e ‘Gênero, Sexualidade e Direito’, integrada à ementa curricular do curso de letras da Universidade Católica do Salvador. A partir dessas disciplinas e das reflexões promovidas em sala, emergiu a motivação para o desenvolvimento da pesquisa, resultando em um conjunto de reflexões que atravessam a complexa tessitura da

[1] Licenciado em Letras Português, Universidade Católica do Salvador, geraldo.santana@ucsal.edu.br
[2] Licenciado em Letras Português, Universidade Católica do Salvador, lucassantos.barbosa@ucsal.edu.br
[3] Licenciado em Letras Português, Universidade Católica do Salvador, matheus.sandes@ucsal.edu.br
[4] Licenciada em Letras Português, Universidade Católica do Salvador, niveadamasceno.pereira@ucsal.edu.br
[5] Doutora em Letras - Literatura Brasileira, Universidade Federal da Bahia, liliane.vasconcelos@pro.ucsal.br

produção literária, em especial, a literatura que dá voz a corpos dissidentes e incomodam por existir.

A inclusão de escritores e escritoras não cis-heteronormativos no currículo escolar é um tema bastante vigiado na educação brasileira. Neste âmbito, este trabalho tem como objetivo geral analisar como os docentes operam com a literatura de diversidade sexual e de gênero e se autores e autoras dessa literatura estão sendo abordados no Ensino Médio público de Salvador e da Região Metropolitana.

Assim, os objetivos específicos da presente pesquisa possibilitaram investigar se a literatura que não cabe no binarismo é trabalhada no Ensino Médio diurno, assim como analisa se as políticas educacionais e diretrizes curriculares permitem e possibilitam que professores da Língua Portuguesa trabalhem a diversidade e inclusão de escritores e escritoras da pluralidade identitária no Ensino Médio. Além disso, analisa também o impacto da invisibilidade dos escritores e escritoras não-heterossexuais no Ensino Médio e na representatividade e diversidade literária.

Nesse viés, parte dos pesquisadores deste trabalho compõem a comunidade LGBTQIAPN+ e compartilham vivências atravessadas por discriminações relacionadas à sexualidade, o que contribui para um olhar sensível e comprometido com a inclusão e equidade no espaço escolar. Em um contexto marcado por altos índices de violência contra essa população, especialmente na Bahia, os educadores enfrentam a tarefa de introduzir a literatura sexual e de gênero diversa ao currículo escolar de forma crítica e emancipatória.

Em 2022, o Brasil registrou 242 mortes violentas de populações vulnerabilizadas por orientação sexual e identidade de gênero, com a Bahia liderando o ranking com 32 mortes. No ano de 2023, esse número aumentou para 257 mortes no país, e a Bahia caiu para a quarta posição, contabilizando 22 mortes, atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Embora tenha havido uma diminuição no número de casos em relação ao ano anterior, a Bahia continua sendo o estado mais afetado do Nordeste pela violência contra a população LGBTQIAPN+. O que demonstra a persistência de um cenário alarmante em relação à homotransfobia na região. A relevância deste estudo está em promover visibilidade e combater preconceitos ao incluir diversas representações sociais no currículo escolar, refletindo as múltiplas identidades presentes na sociedade atual e

contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais diverso e respeitoso.

A metodologia desenvolvida é de caráter quali-quanti e contou com a produção de um questionário, assim como foi revisado e refinado para garantir que as perguntas fossem claras e pertinentes aos objetivos da pesquisa, composto por 17 questões objetivas e 2 perguntas abertas. O trabalho foi conduzido em dez escolas de Ensino Médio público, distribuídas pelos bairros de Boa Viagem, Cabula, Cajazeiras, Castelo Branco, Cristo Rei, Dendezeiros do Bonfim, Mata Escura, Pernambués e Pituba, nas cidades de Salvador e Simões Filho. As escolas incluídas no estudo foram selecionadas com base na disponibilidade para participação, das quais apenas sete aceitaram. O foco da amostra foram educadores que lecionam nas disciplinas de Língua Portuguesa, Literatura e Redação.

A elaboração do documento foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e aprovado segundo as normas estabelecidas para pesquisas com seres humanos. Por isso, o 'Termo de Consentimento Livre e Esclarecido', o 'Documento de Confidencialidade', foram essenciais para mitigar possíveis resistências ao tema abordado.

Como contrapartida, foi construída uma cartilha de autores e autoras LGBTQIAPN+, contendo 30 obras com sinopses de escritores e escritoras brasileiros. A proposta foi oferecer aos docentes um material atualizado para o desenvolvimento de práticas docentes com repertório literário sobre temas de diversidade, gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Convidamos os leitores a percorrer estas páginas para explorar os desafios e as potencialidades da inclusão da literatura LGBTQIAPN+ no Ensino Médio.

2 EXPERIÊNCIAS QUE EDUCAM: DA TEORIA À PRÁTICA

Até 2025, a Política Nacional de Ensino Médio (Lei n.º 13.415/2017) reformulou a distribuição das grades horárias e das disciplinas do nível médio da educação brasileira. Implementada inicialmente em 2017 e passando por revisões até ser estabelecida em 2024 (Lei nº 14.945/2024), a nova legislação revisitou discussões sobre a infraestrutura escolar inadequada, a formação insuficiente de professores e a diminuição do espaço para disciplinas convencionais. Entre os impactos mais

discutidos, está a redução da carga horária de Literatura no Ensino Médio na Bahia, uma consequência direta do Novo Ensino Médio (NEM).

Consoante o PLIBA (Plano de Implementação do Novo Ensino Médio da Bahia) e o PAIFBA (Plano de Ação para Acompanhamento da Implementação de Itinerários Formativos da Bahia), o NEM (Novo Ensino Médio) prevê 2.400 horas para disciplinas obrigatórias e 600 horas para optativas, o que, na prática, reduz o espaço dedicado a áreas como a Literatura. Essa redução prejudica a abordagem de temas essenciais para o desenvolvimento crítico e cultural dos alunos, incluindo temáticas de diversidade, como a literatura LGBTQIAPN+.

O NEM não menciona explicitamente os temas de diversidade de gênero e sexualidade. Ela fala de carga horária mínima aumentada e a criação de itinerários formativos. Esses temas podem ser abordados indiretamente através da Base Nacional Comum Curricular. No entanto, a abordagem de temas como diversidade de gênero e sexualidade ainda é sutil ou genérica, ficando a cargo de cada escola ou professor decidir como deve ou não tratar desses conteúdos.

Questionados sobre a atuação no ensino médio, os professores revelam que 78,3% deles lecionam no 3º ano do Ensino Médio Regular, 56,5% no 2º ano e 47,8% no 1º ano. No Ensino Médio Integrado, os percentuais são mais baixos: 26,1% no 1º ano, 13% no 2º ano e 0% no 3º ano. No Ensino Técnico, apenas 4,3% lecionam no 1º e 2º ano, enquanto 4,3% atuam também no Ensino Superior. Esses dados mostram que a maioria dos professores estão concentrados no Ensino Médio regular, onde a redução da carga horária de Literatura pode ser mais impactante.

Além disso, 69,6% dos professores relataram ministrar aulas de Literatura, enquanto 30,4% afirmaram não ter essa experiência. Esse dado sugere que, apesar da maioria estar envolvida com o ensino da disciplina, uma parcela significativa não está. Essa realidade se torna ainda mais preocupante ao observar que 78,3% dos professores possuem mais de 12 anos de experiência, o que pode representar resistência à inclusão de novas abordagens devido à formação anterior limitada nesse campo. Em contraste, 8,7% dos professores têm de 8 a 12 anos de experiência, 4,7% de 4 a 8 anos e 8,7% de 1 a 4 anos.

A atividade pedagógica desses professores, por sua vez, também enfrenta desafios significativos. Segundo a pesquisa, 84,2% dos professores não realizaram

nenhuma atividade pedagógica voltada a essa temática, enquanto apenas 17,4% aplicaram obras com conteúdo LGBTQIAPN+ em suas aulas. Nesse sentido, Antonio Candido (1988) em seu texto “O direito à literatura”, salienta que a literatura é necessidade de vida, uma vez que:

> […] a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma, nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas (Candido, 1988, p. 113).

Observa-se que a redução da carga horária de Literatura não só compromete a formação humanística dos alunos, mas também o desenvolvimento de competências socioemocionais, como a empatia e o respeito às diferenças, características essenciais para um ambiente educacional e social mais inclusivo e diverso. Afinal, como afirmou o referido autor, “a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável” (1988, p. 126), sendo este um pressuposto fundamental do respeito aos direitos humanos.

O contato e a percepção com esta literatura são elementos fundamentais para entender a abordagem da diversidade sexual no ambiente escolar. Como exemplo, a pesquisa de Lara Costa Barreto e João Diógenes Ferreira dos Santos, Com Quantas Cores se Faz uma Docência? Desvelando a Homofobia no Espaço Escolar (2021), analisa as posições educacionais dos professores em Vitória da Conquista–BA, questionando a falta de discussão sobre diversidade sexual nos currículos de literatura e a falta de preparação dos docentes. O gráfico abaixo revela que 78,3% dos professores afirmaram não ter tido esse contato, enquanto apenas 17,4% relataram ter tido acesso, e 4,3% afirmaram não se lembrar se tiveram.

Em relação à aquisição de livros, os dados revelam que 78,3% dos professores não obtiveram nenhum livro LGBTQIAPN+ no último ano. Apenas 17,4% consumiram de 1 a 4 livros e 4,3% de 4 a 10 livros. Nenhum docente consumiu mais de dez desses livros. Esses resultados podem ser atribuídos a vários fatores, dentre eles: o custo, o acesso, às prioridades, o tempo, a variedade de recursos e a necessidade. A categorização das respostas em “nenhum livro”, “1 a 4 livros” e “4 a 10 livros” sugere que a maioria dos professores estão se limitando a uma quantidade mínima de obras, o que reforça a ideia de que esta literatura não é uma prioridade em suas bibliotecas pessoais ou profissionais. A ausência de aquisição de mais de 10 desses livros entre os

professores aponta para uma falta de familiaridade e compromisso com essa literatura, o que denuncia que possa ter repercussões significativas na formação de um novo ambiente educacional inclusivo e diverso.

Nesse panorama, a frequência de leitura às obras da literatura LGBTQIAPN+ revela que 56,5% dos professores nunca leram esse tipo de material. Além disso, 13% afirmaram ler esse tipo de obra, enquanto 30,4% relataram uma leitura esporádica. A falta de respostas indicando “raramente” pode refletir uma escolha dos docentes por respostas mais objetivas, como “não” ou “pouco”, em vez de algo que seja muito infrequente e, portanto, irrelevante para suas práticas pedagógicas. Essa distribuição de respostas, quando analisada com os outros dados, aponta para uma forte conexão entre a formação docente e a inclusão dessa temática nas práticas educacionais.

Nesta confluência, os três dados em conjunto revelam uma clara conexão entre a formação docente e a inclusão desta temática. A grande maioria dos professores não teve contato com essa literatura durante sua formação (gráfico 4), o que, por consequência, impacta negativamente sua frequência de leitura e aquisição de livros relacionados a essas questões. As razões que podem ser associadas a esta baixa adesão de obras podem ser a falta de formação adequada, o preconceito e o estigma, a falta de incentivo institucional, o desconhecimento do mercado literário, o custeio, ou a sobrecarga e a falta de tempo. Dessa forma, Libâneo (1985, p. 137) destaca que:

> O trabalho docente deve ser contextualizado histórica e socialmente, isto é, articular ensino e realidade. O que significa isso? Significa perguntar, a cada momento, como é produzida a realidade humana no seu conjunto; ou seja, que significado têm determinados conteúdos, métodos e outros eventos pedagógicos, no conjunto das relações sociais vigentes.

Isso nos lembra que, ao não abordar a literatura LGBTQIAPN+ na formação docente, o ensino fica desconectado das realidades sociais mais amplas, limitando a inclusão de questões essenciais no cotidiano escolar. Podemos inferir que o consumo de obras LGBTQIAPN+ entre os docentes continua muito baixo, refletindo uma falta de familiaridade e engajamento com essa temática em suas práticas profissionais e pessoais.

Cabe mencionar que o artigo produzido por Ana Almeida e Rosangela Soares (2021), “Narrativa de mulheres lésbicas sobre as vivências no cotidiano e no período escolar”, busca analisar como mulheres homossexuais se “desenvolveram” no período em que estudavam e como as escolas implicaram positiva ou negativamente no seu

processo de desconstrução e descoberta. A partir disso, são as discussões sobre gênero e sexualidade que permitem formar cidadãos aptos a reconhecer seu corpo, bem como a respeitar as diferenças e proteger aqueles que não têm conhecimento dos seus direitos. A importância de ter trabalhado com os docentes neste tipo de literatura é crucial porque eles contribuem para a formação dos valores dos alunos. Afinal, como formadores de indivíduos, sua atuação influencia diretamente a percepção dos discentes sobre a diversidade, respeito, empatia e justiça, possibilitando discussões críticas e reflexivas.

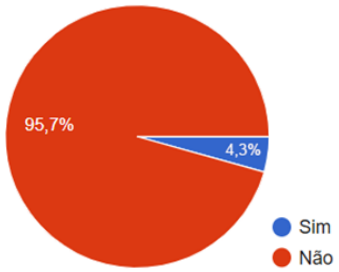
A dissertação de Vanessa Rita de Jesus Cruz, Ensino de Literatura Infantil e Juvenil e Diversidade Sexual: Perspectivas e Desafios para a Formação de Leitores na Contemporaneidade (2014), também aborda como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) influenciam a literatura LGBTQIAPN+ e a formação cidadã, ressaltando a invisibilidade da diversidade sexual nas escolas. Assim, quando perguntados sobre a inclusão de temas de gênero e sexualidade no PPC, 73,9% dos professores afirmam que esse tema não está presente nos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC) de suas escolas, enquanto 26,1% afirmam que os temas de gênero e sexualidade são incluídos. Isso indica que a maioria das escolas ainda não abordam essas questões de maneira formal em seu currículo, sugerindo uma carência na inclusão desses tópicos na Educação Básica.

Na tese intitulada “Terror Sexual: Gênero e Sexualidade nas Narrativas de Cassandra Rios (1950-1980)”, de Mariana Souza Paim (2024), a pesquisadora buscou explorar as obras da referida escritora brasileira, cujo trabalho foi frequentemente marginalizado e censurado devido ao conteúdo homoerótico e à representação de gênero e sexualidade. No capítulo intitulado como Políticas da invisibilidade, Paim examina as estratégias que mantiveram vozes como a de Rios fora dos espaços literários dominantes. Ela argumenta que essa invisibilidade não é acidental, mas resultado de políticas culturais e institucionais que suprimem narrativas LGBTQIAPN+ e as percebem como ameaçadoras à moralidade vigente. Sem um apoio formal ou curricular que legitime e incentive a discussão de gênero e sexualidade, é provável que esses assuntos continuam marginalizados como vem sendo demonstrado com a formação dos professores

Por fim, questionados também sobre a presença dessa literatura no ambiente escolar, mais de 95,7% dos educadores afirmam não perceber que ela é abordada em

suas escolas, enquanto apenas 4,3% relatam alguma visibilidade dada a esses escritores.

Gráfico 4- A visibilidade da Literatura LGBTQIAPN+ no ambiente escolar



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

O gráfico acima pode indicar que o Estado da Bahia, assim como o Brasil, ainda enfrenta desafios para implementar as Orientações Técnicas Internacionais de educação em sexualidade - uma abordagem baseada em evidências da UNESCO, para a Agenda 2030 para a Educação Global. Esses desafios parecem refletir fragilidades no cumprimento dos compromissos assumidos perante a comunidade internacional e os princípios estabelecidos, o que impacta diretamente a visibilidade e a abordagem desta literatura nas escolas. Embora seus dados sejam restritos a Bahia, consideramos que essa realidade pode ser semelhante às outras regiões do país, sugerindo um vazio formativo que contribui para uma educação que ainda não integra plenamente as diversidades existentes na sociedade. Quando essas temáticas não fazem parte dos currículos formais, os professores podem sentir-se despreparados ou desmotivados para tratar desses assuntos, o que agrava a resistência, a representatividade e a diversidade literária, além do tardio desenvolvimento de materiais que abordem a diversidade sexual no ensino básico.

2.1 OBSTÁCULOS E CAMINHOS: UM PANORAMA DE DESAFIOS E SOLUÇÕES

Interpelados sobre os impedimentos da abordagem da Literatura LGBTQIAPN+ na sala de aula, nos é revelado um percentual de resposta decrescente. Cerca de 41,2% dos professores apontaram a falta de conhecimento. Esse dado é fundamental, pois destaca que muitos educadores se sentem inseguros e despreparados academicamente para tratar o assunto, reforçando a necessidade de formação continuada e materiais pedagógicos que ofereçam suporte teórico e prático.

A segunda maior barreira mencionada se dá pelo medo de repressão ou censura, relatado por 23,5% dos professores. Esse dado é muito significativo no contexto escolar, pois reflete um receio de sofrer retaliações institucionais ou da comunidade (alunos, pais ou gestores). Esse cenário evidencia uma barreira institucional que limita a liberdade pedagógica dos professores e pode estar relacionado a questões políticas e culturais, no qual o ambiente escolar pode não ser receptivo ou mesmo hostil à inclusão dessa literatura.

Cerca de 11,8% dos professores apontam ter dificuldades pessoais com o tema de gênero e sexualidade, pois envolve contextos sociais, jurídicos e religiosos. Além disso, 17,6% mencionam que não se sentem preparados para trabalhar a literatura LGBTQIAPN+. Essa categoria pode estar ligada à falta de formação e apoio pedagógico, ou seja, embora os professores reconheçam a importância do tema, sentem despreparo para lidar com ele adequadamente.

Embora as categorias “Tipo de pergunta” (0%) e “Não tenho interesse” (5,9%) tenham sido menos representativas no gráfico em termos percentuais, elas ainda são importantes e merecem atenção por seu impacto qualitativo. Esses grupos podem estar lidando com dúvidas ou questionamentos complexos feitos pelos alunos, o que pode gerar insegurança e falta de resposta. Além disso, embora o grupo de professores que alegam falta de interesse em abordar essa literatura seja pequena (5,9%), essa barreira pode ter consequências graves, pois o desafio exige não apenas uma formação adequada, mas também iniciativas de conscientização que mostrem a importância de trabalhar com temas de diversidade para a formação cidadã dos alunos.

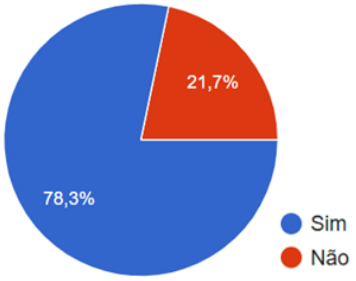
Sobre isso, o ministro Roberto Barroso (2013), do governo Dilma Rousseff (2011-2016), menciona que:

> A educação é o principal instrumento de superação da incompreensão, do preconceito e da intolerância que acompanham tais grupos ao longo das suas vidas. É o meio pelo qual se logrará superar a violência e a exclusão social de que são alvos, transformar a compreensão social e promover o respeito à diferença. Impedir a alusão aos termos gênero e orientação sexual na escola significa conferir invisibilidade a tais questões. [ADPF 600, rel. min. Roberto Barroso, dec. monocrática, j. 12-12-2019, DJE de 17-12-2019.]

Segundo os estudos de Gabriel Couto e Diógenes Coutinho (2023), a representação das identidades dos alunos possibilita a investigação de suas percepções e experiências. Isto é, a combinação dessas barreiras tem um impacto direto na formação dos alunos, que são privados de ter acesso a uma literatura que

reflete a pluralidade de identidades presentes na sociedade. Como resultado, não veem suas experiências refletidas nos materiais pedagógicos, o que pode fazer com que eles venham a se sentir excluídos ou invisíveis.

Gráfico 6 - Disposição da abordagem da Literatura LGBTQIAPN+



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Este gráfico mostra que a maioria dos respondentes, 78,3%, está disposta a abordar obras do cunho LGBTQIAPN+ na sua prática pedagógica, ao contrário dos 21,7% dos docentes que demonstram desinteresse em abordá-los. Em comparação ao Gráfico 4, apenas 4,3% concebe a percepção da importância de inclusão desses temas, revelando uma grandiosa discrepância dos dados. Para complementar essa perspectiva, os pesquisadores, Alex Barreiro e Fernando Martins, no seu artigo Bases e fundamentos legais para a discussão de gênero e sexualidade em sala de aula (2016) afirmam que:

> A defesa da inserção dos estudos de gênero na educação básica brasileira visa não meramente propiciar a livre manifestação de gênero, mas também desenvolver a longo prazo um trabalho de construção da equidade de direitos, partindo das diferenças das identidades e/ ou dos papéis de gênero. Assim, os valores hierárquicos historicamente herdados do patriarcado e que operam para a permanência das desigualdades entre homens e mulheres e entre as atividades masculinas e femininas seriam, pouco a pouco, destituídos do espaço da educação institucional (Barreiro; Martins, 2016, p. 97).

Isto é, os estudos de gênero na Educação Básica não se limitam a permitir a livre expressão de gênero, mas também buscam, aos poucos, construir uma sociedade mais justa. Com o tempo, essa abordagem pretende desfazer desigualdades históricas impostas pelo patriarcado, transformando a escola em um lugar onde valores de equidade podem ser cultivados e reforçados.

Os dados revelam uma dissonância entre o saber e o fazer no contexto da abordagem desta literatura, com uma resistência passiva ou velada. Isso revela que há 17,4% dos professores que, apesar de compreenderem a relevância da literatura para a cidadania e igualdade, não se sentem aptos e dispostos a implementá-la.

Essa diferença pode ser atribuída a diversos fatores: a resistência institucional; a falta de preparo; o medo de retaliação; os preconceitos; a percepção de relevância; às experiências pessoais; a falta de conhecimento ou desconforto com questões de gêneros e orientação sexual, e o desconhecimento da importância em relação à promoção da cidadania e igualdade. Quando professores evitam ou omitem discussões sobre gênero e sexualidade, seja por falta de preparo, preconceito, ou pressão institucional, eles acabam reforçando essa "política de invisibilidade". Tal comportamento alinha-se à ideia de que essas narrativas e vozes são "perigosas" ou indesejáveis, contribuindo para a marginalização de temas que desafiam a norma heteronormativa, levando à manutenção dessa invisibilidade que Paim (2024) aponta.

Alguns professores apresentaram propostas e debates sobre a inserção desta literatura no contexto educacional. Entre as sugestões, destacam-se a formação continuada de professores por meio de cursos; palestras; a produção e disseminação de materiais didáticos específicos; e a inclusão da literatura LGBTQIAPN+ como disciplina extra em currículos escolares e universitários.

Houveram também divergências: alguns docentes defenderam a categorização como forma de dar visibilidade às vozes silenciadas, enquanto outros a criticaram por criar um "nicho" que poderia limitar o alcance das obras. O tema enfrenta resistências de setores conservadores, que veem suas narrativas como nocivas e influenciáveis, visão esta contestada por Isaura Cruz e Maria Dantas (2018), que destacam o potencial da literatura para gerar empatia e inclusão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral analisar como os docentes operam com a literatura LGBTQIAPN+ e a inclusão de escritores e escritoras homossexuais no Ensino Médio público de Salvador e Região Metropolitana, no turno diurno. Observa-se que a inclusão dessa literatura é fundamental para a formação de um ambiente escolar inclusivo. Contudo, os dados da pesquisa revelam uma alarmante baixa aplicação dessa literatura nas aulas, com 84,2% dos professores não transmitindo atividades relacionadas, o que destaca a necessidade urgente de mudanças nas práticas educacionais.

Apesar da gama de conquistas jurisprudenciais citadas, a análise dos gráficos mostra que 95,7% dos docentes reconhecem a importância da literatura LGBTQIAPN+ para a promoção da igualdade de gênero e cidadania. No entanto, apenas 78,3% estão dispostos a abordá-la em suas aulas, revelando uma discrepância de 17,4% que pode ser atribuída a barreiras institucionais, medo de retaliação e/ou preconceitos internalizados. Além disso, mais de 95% dos educadores afirmam não perceber a visibilidade dessa literatura nas suas escolas, o que pode reforçar a marginalização do tema e dificultar a sua abordagem nas práticas pedagógicas.

A identidade dos educadores, que mostra a predominância de mulheres (73,9%), e a maioria com mais de 12 anos de experiência, sugere uma resistência à inclusão de temas novos. A maior parte possui o título de especialista (69,6%), e a formação se concentra em apenas duas instituições, o que pode limitar a diversidade de abordagens e perspectivas. Além do mais, conforme o gráfico 4, 78,3% dos professores relataram não ter tido contato com a literatura LGBTQIAPN+ durante a formação superior, o que evidencia a necessidade de incorporar esse tema nas ementas curriculares como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura, e não mais como eletiva/optativa.

Outrossim, as ações sazonais do Ministério da Educação e Cidadania (MEC) ou da Secretaria de Educação da Bahia (SEC), como o Curso de Direitos Humanos e Diversidade e o programa Muito Prazer, são passos importantes na promoção da inclusão de temas de diversidade. Contudo, a falta de continuidade e a resistência à inclusão enfrentadas por essas iniciativas limitam a sua efetividade na formação docente. A dificuldade em encontrar materiais adequados e o temor de reações negativas da comunidade escolar são barreiras adicionais que comprometem a capacidade dos professores de trabalhar essas questões nas suas aulas.

No que pese os desafios encontrados durante a condução do projeto, destacam-se alguns obstáculos significativos que impactaram o cronograma e a sua execução, e isso se dá, sobretudo, porque muitas respostas são frequentemente vagas ou insuficientes. Além disso, notamos uma hesitação inicial por parte de alguns funcionários que mostraram falta de interesse em apoiar a iniciativa. Isso forçou uma repetição constante de solicitações, o que tornou o processo demorado e resultou na necessidade de buscar instituições mais receptivas.

Em suma, consideramos ser de fundamental importância incluir a perspectiva dos discentes, de acordo com os estudos de ampla crítica dos educadores e dos seus educandos, tanto nas escolas quanto na sociedade.

As consequências dessa inércia coercitiva corroboram com a ineficiência educacional, a perpetuação da vulnerabilidade social e a invisibilidade da literatura de escritores e escritoras LGBTQIAPN+. Se reflete também nas questões discriminatórias, nos estereótipos, preconceitos e na consolidação das suas obras em relação ao cânone tradicional. Dito isto, as revisões curriculares e a promoção de formação continuada são essenciais para evitar a perpetuação de resultados violentos e discriminatórios na sociedade baiana, assegurando que todos os alunos tenham as suas identidades e experiências representadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. L., e Rodrigues Soares, R. (2021). Narrativas de mulheres lésbicas sobre as vivências no cotidiano e no período escolar. *Revista Estudos Feministas*, 29(1). Disponível em:<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n167625>. Acesso em: 06 de nov. 2024.

Bahia foi o 4º estado com mais mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil em 2023, diz GGB. *Correio 24 horas*. 2024. Disponível em: < https://www.correio24horas.com.br/minha- bahia/bahia-foi-o-4-estado-com-mais-mortes-violentas-de-lgbtqia-no-brasil-em-2023-diz-ggb- 0124>. Acesso em: 02 de nov. 2024.

BAHIA. Secretaria da Educação. *Plano de Ação para Orientação às Escolas e Acompanhamento da Implementação de Itinerários Formativos*. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2022.

BAHIA. Secretaria da Educação. *Plano de Implementação do Novo Ensino Médio***.** Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2022.

BAHIA. Secretaria de Educação. *Diretrizes curriculares para a Educação de Jovens e Adultos*. Salvador: SEC/BA, 2018.

BAHIA. Secretaria de Educação. *Políticas de inclusão e diversidade*: um panorama das ações na rede estadual de ensino. Salvador: SEC/BA, 2019.

BARRETO, Lara Costa; SANTOS, João Diógenes. Com quantas cores se faz uma docência? Desvelando a homofobia no espaço escolar. *Revista Binacional Brasil-Argentina* Vit. da Conquista, Santa Fe, Santa Fe, Argentina. Vol. 10. N. 1. junho/2021. p. 455-00. junho/2021

BORGES, Lorena. *Comitê de ética em pesquisa*: letras e linguística. Tutoia: Diálogos, 2022. E- book. (49 p.).

BRASIL. Conselho nacional de combate à discriminação. *Brasil sem homofobia*: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LDB, 2017.

BRASIL. *Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990***.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015- 2018/2017/lei/l13415.htm>. Acesso em: 02 de nov. 2024.

BRASIL. *Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018***.** Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015- 2018/2018/lei/l13663.htm>. Acesso em 02 nov. 2024.

BRASIL. *Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14945-31-julho-2024- 796017-publicacaooriginal-172512-pl.html> Acesso em 02 nov. 2024.

BRASIL. *Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989*. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7716-5- janeiro-1989-356354-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 02 nov. 2024.

BRASIL. *Lei nº 9.882, de 03 de dezembro de 1999*. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7716-5-janeiro-1989-356354-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 02 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. *Capacitação para comitês de ética em pesquisa* – CEPs. Brasília, 2006. 2 v.

BRASIL. Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Brasília, DF: Senado Federal, 2013.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão de identidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CÂNDIDO, Antônio. *O direito à literatura e outros ensaios*. Coimbra: Angelus Novus Editora.

CARVALHO, C. Brasil registrou 256 mortes violentas de LGBT+ em 2022, mostra Grupo Gay da Bahia. *O Globo*. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/01/brasil-registrou-256-mortes-violentas-de-lgbt- em-2022-mostra-grupo-gay-da-bahia.ghtml>. Acesso em 02 de nov. 2024.

COUTO, Gabriel Donato Ramos; COUTINHO, Diogenes José Gusmão. Da marginalização à inclusão: reflexões sobre a literatura contemporânea LGBTQIA+ na educação**.** *Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 9, n. 11, nov.2023, p. 3155.

CRUZ, Vanessa Rita. *Ensino de Literatura Infantil e Juvenil e diversidade sexual*: perspectivas e desafios para a formação de leitores na contemporaneidade. Dissertação (Mestrado em Letras: Ensino de Língua e Literatura) Universidade Federal do Tocantins Araguaína, 2014.

DALCASTAGNE, Regina. *Literatura Brasileira Contemporânea*: Um Território Contestado. São Paulo: Editora Horizonte, 2012.

DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, Araraquara, v. 20, n. 2, p. 272–288, 2018. DOI: 10.30715/doxa.v20i2.11893. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/11893. Acesso em: 06 novembro. 2024.

INE**.** *Educação de Jovens e Adultos*. Legislação, políticas e diretrizes para a EJA. Brasília, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública*: A pedagogia crítico social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985. 149p.

MARTINS, Fernando Henrique. BARREIRO, Alex. Bases e fundamentos legais para a discussão de gênero e sexualidade em sala de aula. *Leitura: Teoria e Prática*. v. 34 n. 68, 2016.

OLIVEIRA , Rubenil da Silva. *Representações das identidades homoafetivas na prosa contemporânea brasileira.* Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/14056>. Acesso em: 03 nov. 2024.

PAIM, Mariana Souza. *Terror sexual*: gênero e sexualidade nas narrativas de Cassandra Rios (1950-1980). Tese (Doutorado em literatura e cultura). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B. SZWAKO, J. (org**.**)**.** *Diferença, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecch, 2009.

RESENDE, Beatriz. *A literatura brasileira na era da multiplicidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Saúde. *Manual sobre ética em pesquisa com seres humanos*. 2. ed. rev. São Paulo: Secretaria Municipal de Saúde, 2010.

SILVA, Cláudia da. Homofobia no ambiente escolar: enfrentamentos e perspectivas pedagógicas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, n. 80, 2020, p. 1-22.

UNESCO. *Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade*: uma abordagem baseada em evidências. Paris: UNESCO, 2019. Publicado em conjunto com UNAIDS, UNFPA, UNICEF, ONU Mulheres e Organização Mundial da Saúde (OMS).

“EDUCAR É SEMPRE UM ATO DE ESPERANÇA” (FRANCISCO) EDUCAÇÃO COMO SEMENTE DE ESPERANÇA, PARA COLHER UM FUTURO FRATERNO

Nadson Pereira Xavier Mattos[1]

RESUMO

Este artigo explora a educação como um ato de esperança, refletindo sobre seu papel fundamental na construção de um futuro social mais justo e humano. A educação é apresentada não como uma mercadoria, mas como um direito universal e inalienável, defendendo o acesso a um ensino público, gratuito e acessível a todos. O texto destaca que a educação combate a indiferença ao promover a solidariedade, a proximidade e a cultura do encontro, em contraposição ao isolamento. O conceito da "aldeia da educação" é introduzido, sugerindo que a formação de pessoas maduras capazes de viver em sociedade exige o esforço conjunto de toda a comunidade. O artigo critica a "concepção bancária" de ensino, que transforma os alunos em objetos e impede a participação ativa e o pensamento crítico. Em vez disso, defende uma educação humanizada e solidária que derruba barreiras e promove a diversidade de talentos. O diálogo é identificado como a espinha dorsal desse processo educativo, pois estabelece amizade, paz e harmonia, e é o caminho para o verdadeiro entendimento. A educação é um serviço à fraternidade, indo além do aprendizado de habilidades básicas para garantir que os cidadãos sejam dotados de uma cultura de diálogo e capazes de construir um futuro harmonioso. O texto conclui que a educação é a semente da esperança, capaz de romper com o fatalismo e o egoísmo, e de infundir no presente a promessa de paz, justiça e harmonia social.

Palavras-chave: Educação, Esperança, Humanismo Solidário, Diálogo, Fraternidade.

1 INTRODUÇÃO

Franciso afirmou em uma mensagem no Dia Internacional da Alfabetização que “educar, é sempre um ato de esperança”, está afirmação indica nitidamente que a educação, em sua essência, configura-se como um elemento de esperança para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Quando articulada a outras áreas do conhecimento e da vida social, revela um potencial mais amplo de transformação e desenvolvimento e *“os novos meios de comunicação social dão aos homens a oportunidade de, gozando por vezes de mais tempo livre, conseguirem mais facilmente a cultura intelectual e moral e de mutuamente se aperfeiçoarem, mercê dos laços de união mais estreitos quer com os grupos quer mesmo com os povos.”*[2]

[1] Graduando em Filosofia pela UCSAL. E-mail: nadson.pereira@ucsal.edu.br
[2] CONCÍLIO VATICANO II. Declaração **Gravissimum Educationis. Proémio**

O campo educacional, defende-se a concepção da educação como um direito universal e inalienável, e não como uma mercadoria restrita ao privilégio de alguns. Nesse sentido, sustenta-se a luta em favor de ensino público, gratuito, acessível a todas as pessoas, com especial atenção àquelas historicamente marginalizadas, frequentemente situadas 'nas últimas posições da fila', e que ainda encontram pleno reconhecimento em uma sociedade que se pretende solidária e democrática, pois afirma Francisco, *"A educação é colocada à prova pela rápida aceleração – a chamada "rapidación", que prende a existência no turbilhão da velocidade tecnológica e digital, mudando continuamente os pontos de referência."*[3]

Portanto queremos juntos entender os desafios que nos interpelam, não apenas para fortalecermos nossa capacidade de resistir às adversidades, mas também aprendemos a cultivar a solidariedade como princípio fundamental da vida em comunidade, nos alerta Francisco que, *"toda a mudança precisa duma caminhada educativa para fazer amadurecer uma nova solidariedade universal e uma sociedade mais acolhedora, renovo o convite para se dialogar sobre o modo como estamos a construir o futuro do planeta e sobre a necessidade de investir os talentos de todos."*[4] É nesse processo de enfrentamento conjunto que ressignificamos nossas fragilidades, transformando-as.

2 A EDUCAÇÃO COMO COMBATE À LÓGICA DA INDIFERENÇA

A relação com o mundo e com a educação nunca está concluída; ela precisa ser constantemente cultivada e construída, sem o cultivo ocorre o que escreve Francisco aqui:

> Vemos como reina uma indiferença acomodada, fria e globalizada, filha duma profunda desilusão que se esconde por detrás desta ilusão enganadora: considerar que podemos ser omnipotentes e esquecer que nos encontramos todos no mesmo barco. Esta desilusão, que deixa para trás os grandes valores fraternos, conduz "a uma espécie de cinismo. Esta é a tentação que temos diante de nós, se formos por este caminho do desengano ou da desilusão. (…) O isolamento e o fechamento em nós mesmos ou nos próprios interesses nunca serão o caminho para voltar a dar esperança e realizar uma renovação, mas é a proximidade, a cultura do encontro. O isolamento, não; a proximidade, sim. Cultura do confronto, não; cultura do encontro, sim". (Enciclica Fratelli Tutti, 30)

[3] FRANCISCO, Papa. **Mensagem em vídeo por ocasião do encontro promovido pela Congregação para a Educação Católica**
[4] Ibid.

A educação desempenha um papel fundamental na luta contra a cultura da indiferença, pois,

> “todos os homens, de qualquer estirpe, condição e idade, visto gozarem da dignidade de pessoa, têm direito inalienável a uma educação correspondente ao próprio fim, acomodada à própria índole, sexo, cultura e tradições pátrias, e, ao mesmo tempo, aberta ao consórcio fraterno com os outros povos para favorecer a verdadeira unidade e paz na terra.” (DECLARAÇÃO GRAVISSIMUM EDUCATIONIS SOBRE A EDUCAÇÃO CRISTÃ, 1)

O poder da educação na era contemporânea é transformadora e de considerável importância por si só, mas não só fundamental como em si mesma, mas como um investimento futuro. Os investimentos muitas são vistos como benefícios de recuperação, recuperar o atraso, no entanto o desenvolvimento de recursos humanos é pré-requisito para a promoção da sociedade contemporânea, quais os jovens podem contribuir quando se realiza neles esse potencial de investimento educacional, podem ser um catalisador para mudança social e o desenvolvimento das comunidades. Assim a mudança social pode ser efetuada através da educação das massar, cujo os padrões de vida, crenças e costumes são instituições externas às suas experiencias sobre educação.

Afirma Francisco: “A inclusão ou exclusão da pessoa que sofre na margem da estrada define todos os projetos económicos, políticos, sociais e religiosos.”[5] A educação, concebida dessa forma, estabelece uma relação direta com a vida cotidiana, então continua Francisco, “...enfrentamos a opção de sermos bons samaritanos ou viandantes indiferentes.”[6] Que configurando-se como instrumentos de diálogo, de escuta e de busca por superação, então finaliza Francisco, “...o olhar à totalidade da nossa história e ao mundo no seu conjunto, que todos nós somos, ou fomos, como essas personagens: todos temos algo ferido, do salteador, daqueles que passam ao largo e do bom samaritano.”[7] Por meio da didática fundamentada em situações, que dialoga com o mundo vivido e experienciado, aproxima o espaço de aprendizagem dos desafios concretos da sobrevivência, bem como da busca por felicidade e comunhão. O que nos interessa principalmente é o papel da educação desempenhado, muitas vezes sem ser declarado, na integração da sociedade e no estimulo ao seu desenvolvimento social.

[5] FRANCISCO, Papa. **Fratelli Tutti,** 69
[6] Ibid.
[7] Ibid.

Os princípios de uma abordagem fenomenológica da educação compreendem inicialmente o reconhecimento do papel da educação desde o início, como afirma Hannah Arendt:

> A educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é, porém se renova continuamente através do nascimento, da vinda de novos seres humanos. Esses recém-chegados, além disso, não se acham acabados, mas em um estado de vir a ser. Assim, a criança, objeto da educação, possui para o educador um duplo aspecto: é nova em um mundo que lhe é estranho e se encontra em processo de formação; é um novo ser humano e é um ser humano em formação. (ARENDT. Entre o passado e o futuro, p.139)

Os espaços de aprendizagem precisam colocar a proposta que é, *"fazer-se presente a quem precisa de ajuda independente de fazer parte ou não do próprio circulo de pertença."*[8] A educação tem como promessa de por novos adultos no mundo, para "promover o bem, para nós mesmos e para toda a humanidade, assim caminharemos juntos para um crescimento genuíno e integral."[9]

2.1 A CONSTRUÇÃO DA "ALDEIA DA EDUCAÇÃO" PELO DIALOGO

Assim nos pede Francisco na mensagem para o lançamento do pacto educativo, ele diz: "Ora cada mudança precisa duma caminhada educativa que envolva a todos. Por isso, é necessário construir uma «aldeia da educação», onde, na diversidade, se partilhe o compromisso de gerar uma rede de relações humanas e abertas." Em tempos de profunda fragmentação e oposição, é urgente unir esforços para criar uma aliança educativa. Nosso objetivo é formar pessoas maduras, capazes de viver em e para a sociedade. Como diz o provérbio africano, "é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança". O nosso desafio é justamente construir essa aldeia, juntos, para educar as futuras gerações e moldar o futuro.

Distinto desta concepção de aldeia, alerta Paulo Freire sobre a concepção bancaria, é que *"a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los."(*Freire. 1974. p. 58) Neste ponto de vista, Freire afirma que, ao assumir os papeis como depositantes e dos alunos como receptores, o conceito bancário transforma os humanos como objetos, *"um ensino que promove só a aprendizagem repetitiva, que não favorece a participação ativa dos*

[8] Ibid , 81
[9] Ibid., 113

alunos, que não desperta neles a curiosidade, não é suficientemente desafiante a ponto de suscitar a motivação." Os humanos como objetos, não tem autonomia e, portanto, não tem capacidade de racionalizar e conceituar o conhecimento em um nível pessoal. E por causa desse método em si é um sistema de opressão e controle, *"o nosso futuro não pode ser este!"*[10]

Nos diz o oposto desse conceito seria aldeia, que alivia essa desumanização produzida por esse conceito bancário, nos orienta o documento Educar ao Humanismo Solidário, assim:

> Uma educação humanizada, portanto, não se limita a fornecer um serviço de formação, mas cuida dos seus resultados no quadro geral das capacidades pessoais, morais e sociais dos participantes no processo educativo; não pede simplesmente ao professor para ensinar e ao aluno para aprender, mas exorta cada um a viver, estudar e agir de acordo com as premissas do humanismo solidário; não prevê espaços de divisão e contraposição mas, pelo contrário, oferece lugares de encontro e debate para realizar projetos educativos válidos; trata-se de uma educação - ao mesmo tempo - sólida e aberta, que derruba os muros da exclusividade, promovendo a riqueza e a diversidade dos talentos individuais e expandindo o perímetro da própria sala de aula a cada âmbito da experiência social em que a educação pode gerar solidariedade, partilha, comunhão.

Nesta abordagem os papeis se tornam menos estruturados, e ambos os lados se envolvem em atos de enriquecimento dialógico para verificar efetivamente o conhecimento um do outro, pois, *"só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também." (Freire . 1974. p. 78)*

Insisti Francisco:

> "...a caminhada comum da «aldeia da educação» deve dar passos importantes. Primeiro, ter a coragem de colocar no centro a pessoa. Por isso, é preciso assinar um pacto para dar uma alma aos processos educativos formais e informais, que não podem ignorar o facto de que tudo, no mundo, está intimamente conexo e é necessário encontrar– segundo uma sã antropologia – outros modos de compreender a economia, a política, o crescimento e o progresso. Num percurso de ecologia integral, coloca-se no centro o valor próprio de cada criatura, em relação com as pessoas e com a realidade que a rodeia, e propõe-se um estilo de vida que rejeite a cultura do descarte." (MENSAGEM DO PAPA FRANCISCO PARA O LANÇAMENTO DO PACTO EDUCATIVO)

Isso significa que a verdadeira compreensão só pode ser moldada através da conversa, questionamento e compartilhamento de interpretações por todas as pessoas. Dentro desse contexto "*o diálogo é o caminho mais adequado para se chegar a*

[10] Cf. FRANCISCO, Papa. **Mensagem em vídeo por ocasião do encontro promovido pela Congregação para a Educação Católica**

reconhecer aquilo que sempre deve ser afirmado e respeitado e que ultrapassa o consenso ocasional."[11]As condições se moldam com *"a teoria dialógica da ação nega o autoritarismo como nega a licenciosidade. E, ao fazê-lo, afirma a autoridade e a liberdade."* (Freire, 1974. p. 184).

Portanto, a liberdade ilusória é desastrosa, porque é a crença em algo que não é verdadeiro, o dialogo portanto, se tornou a espinha dorsal, a base para as pessoas dessa sociedade que um dia deterão os locais de poder e de decisão, pois, *"o objetivo do diálogo é estabelecer amizade, paz, harmonia e partilhar valores e experiências morais e espirituais num espírito de verdade e amor"*[12]*,* pois o futuro da humanidade está intimamente ligado aos indivíduos produzidos pela educação, pois, *"a educação será ineficaz e os seus esforços estéreis, se não se preocupar também por difundir um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza."*[13]Ao adotar uma abordagem de aprendizagem a *"educação para o humanismo solidário tem a delicada responsabilidade de assegurar a formação de cidadãos dotados de uma adequada cultura do diálogo."*[14]

2.2 A EDUCAÇÃO COMO SERVIÇO DA FRATERNIDADE

A medida que questões nacionais e globais urgentes transcendem as fronteiras, o papel da educação vai além de aprender a ler, escrever e fazer cálculos, mas a *"educação é sobretudo uma questão de amor e responsabilidade que se transmite, ao longo do tempo, de geração em geração."*[15] É por isso que o conhecimento, os valores e as atitudes que promovem a tolerância, o respeito e um senso de humanidade comum, "*sejam condições que a tornam possível, não bastam para que surja como resultado necessário a fraternidade."*[16] Em uma época que, afirma Francisco:

> "Alguns nascem em famílias com boas condições económicas, recebem boa educação, crescem bem alimentados, ou possuem por natureza notáveis capacidades. Seguramente não precisarão dum Estado ativo, e apenas pedirão liberdade. Mas, obviamente, não se aplica a mesma regra a uma pessoa com deficiência, a alguém que nasceu num lar extremamente pobre,

[11] Fratelli Tutti. 211
[12] Ibid. 271
[13] Educar ao humanismo solidário, 2
[14] Ibid. 14
[15] MENSAGEM EM VÍDEO DO PAPA FRANCISCO POR OCASIÃO DO ENCONTRO PROMOVIDO PELA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA: "GLOBAL COMPACT ON EDUCATION. TOGETHER TO LOOK BEYOND"
[16] Fratelli Tutti, 103

> a alguém que cresceu com uma educação de baixa qualidade e com reduzidas possibilidades para cuidar adequadamente das suas enfermidades. Se a sociedade se reger primariamente pelos critérios da liberdade de mercado e da eficiência, não há lugar para tais pessoas, e a fraternidade não passará duma palavra romântica."(Fratelli Tutti, 109)

É por isso que conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que promovam a tolerância, o respeito e um senso de humanidade comum, é importante de todas as formas, para todos os atores, de todas as comunidades, e de todos da sociedade preocupados com a educação, pois todos devemos *"assegurar-lhe o acesso á educação"*[17]. Em uma era em que a informação é caracterizada por sua abundância, diversidade e acessibilidade, as habilidades de alfabetização midiática e informacional e as habilidades digitais "*não basta para lançar pontes, não é capaz de unir a humanidade"*[18]*,* mas é necessário incentivar as conexões entre a educação e abundancia "cultural, económica e política com os povos vizinhos deve ser acompanhada por um processo educativo que promova o valor do amor ao vizinho"[19]

O pensamento crítico, empatia e compreensão dos princípios, respeito à interações éticas são fundamentais, em "um processo plural e poliédrico capaz de nos envolver a todos em respostas significativas, onde as diferenças e as abordagens saibam harmonizar-se na busca do bem comum"[20]. As escolas não funcionam isoladamente, a sala de aula é apenas um dos muitos espaços onde as crianças se socializam e aprendem.

Por estes motivos, destaca Francisco na carta a comprometermo-nos a:

> Primeiro: colocar no centro de cada processo educativo – formal e informal – a pessoa, o seu valor, a sua dignidade para fazer emergir a sua especificidade, a sua beleza, a sua singularidade e, ao mesmo tempo, a sua capacidade de estar em relação com os outros e com a realidade que a rodeia, rejeitando os estilos de vida que favorecem a difusão da cultura do descarte. (MENSAGEM EM VÍDEO DO PAPA FRANCISCO POR OCASIÃO DO ENCONTRO PROMOVIDO PELA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA: "GLOBAL COMPACT ON EDUCATION. TOGETHER TO LOOK BEYOND")

A recomendação estabelece uma ponte entre a educação formal, informal e não formal e sublinha a importância de uma abordagem que mobilize toda a sociedade. Pais, animadores de atividades extracurriculares, associações desportivas, culturais e

[17] Ibid. 130
[18] Ibid. 43
[19] Ibid., 151
[20] MENSAGEM EM VÍDEO DO PAPA FRANCISCO POR OCASIÃO DO ENCONTRO PROMOVIDO PELA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA: "GLOBAL COMPACT ON EDUCATION. TOGETHER TO LOOK BEYOND

locais, museus, meios de comunicação social e sociedade civil: todos são parceiros essenciais na educação, nos reafirma Francisco na Fratelli Tutti que:

> "Também os agentes culturais e dos meios de comunicação social têm responsabilidades no campo da educação e da formação, especialmente na sociedade atual onde se vai difundindo cada vez mais o acesso a instrumentos de informação e comunicação." (Fratelli Tutti, 114)

Esta esfera pode ser de particular importância para todos, assim, todos podem adquirir novas habilidades, retornar aos estudos ou recomeçar do zero para realizar seus sonhos e dar uma contribuição valiosa para a sociedade, pois educar é "*apostar e infundir no presente a esperança que rompe os determinismos e fatalismos com que muitas vezes o egoísmo do forte, o conformismo do vulnerável e a ideologia do utopista se querem impor como único caminho possível."*[21]

3 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo que está diante dos nossos olhos, diante de uma tragédia de competição nacional, populismo político, guerra econômica, exclusão de migrantes, tráfico de pessoas, negação de justiça para os pobres, discriminação de minorias, tudo o contrário da aceitação mútua fraterna. Apesar desse retrocesso nos assuntos locais e internacionais, "*pensamos que a educação seja um dos caminhos mais eficazes para humanizar o mundo e a história. A educação é sobretudo uma questão de amor e responsabilidade que se transmite, ao longo do tempo, de geração em geração"*[22]*.* Pois não há razão para descartar o chamado à fraternidade como irrealista ou utópico. *"Uma educação humanizada, portanto, não se limita a fornecer um serviço de formação, mas cuida dos seus resultados no quadro geral das capacidades pessoais, morais e sociais dos participantes no processo educativo."*[23] Os ambientes de aprendizagem, que compreendem os espaços físicos, como as salas de aula, os locais de trabalho, os espaços culturais e naturais, e os espaços virtuosos, ou os espaços híbridos, aliados aos contextos físicos, contribuem de maneira significativa, *"assim, teremos pessoas abertas, responsáveis, disponíveis a encontrar o tempo para a escuta, o diálogo e a reflexão"*[24]*.* A qualidade da educação e a uma cidadania ativa, e devem ser

[21] MENSAGEM EM VÍDEO DO PAPA FRANCISCO POR OCASIÃO DO ENCONTRO PROMOVIDO PELA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA: "GLOBAL COMPACT ON EDUCATION. TOGETHER TO LOOK BEYOND
[22] Ibidem
[23] EDUCAR AO HUMANISMO SOLIDÁRIO, 25
[24] MENSAGEM DO PAPA FRANCISCO PARA O LANÇAMENTO DO PACTO EDUCATIVO

estabelecidos, mantidos e renovados para reforçar os direitos, serem *"capazes de construir um tecido de relações com as famílias, entre as gerações e com as várias expressões da sociedade civil de modo a constituir um novo humanismo."*[25] Portanto "é tempo de olhar em frente com coragem e esperança"[26]

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro:** oito exercícios sobre o pensamento político. Tradução de Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CONCÍLIO VATICANO II. **Declaração Gravissimum Educationis** sobre a educação cristã. Roma, 28 out. 1965. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_28101965_gravissimum-educationis_po.html. Acesso em: 06 set. 2025.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. **Educar ao humanismo solidário**: construir a "civilização do amor" 50 anos depois da Populorum Progressio. 2017. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20170416_educare-umanesimo-solidale_po.html. Acesso em: 02 set. 2025.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. Tradução de Anísio Teixeira. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PAPA FRANCISCO**. Carta Encíclica Fratelli Tutti** sobre a fraternidade e a amizade social. Roma, 3 out. 2020. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 06 set. 2025.

PAPA FRANCISCO. **Discurso do Papa Francisco** por ocasião da visita ao "Centro Astalli" de Roma para a assistência aos refugiados. Roma, 10 set. 2013. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130910_centro-astalli.html. Acesso em: 06 set. 2025.

PAPA FRANCISCO. **Mensagem do Papa Francisco** para o Dia Internacional da Alfabetização 2022. Roma, 8 set. 2022. Disponível em:

[25] MENSAGEM DO PAPA FRANCISCO PARA O LANÇAMENTO DO PACTO EDUCATIVO
[26] MENSAGEM EM VÍDEO DO PAPA FRANCISCO POR OCASIÃO DO ENCONTRO PROMOVIDO PELA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA: "GLOBAL COMPACT ON EDUCATION. TOGETHER TO LOOK BEYOND"

http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2022/documents/papa-francesco_20220908-messaggio-alfabetizzazione-unesco.html. Acesso em:06 set. 2025.

PAPA FRANCISCO. **Mensagem do Papa Francisco** para o lançamento do Pacto Educativo. Roma, 12 set. 2019. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2019/documents/papa-francesco_20190912_messaggio-patto-educativo.html. Acesso em: 06set. 2025.

PAPA FRANCISCO. **Mensagem em Vídeo** por ocasião do encontro promovido pela Congregação para a Educação Católica: "Global Compact on Education. Together to look beyond". Roma, 15 out. 2020. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2020/documents/papa-francesco_20201015_videomessaggio-global-compact.html. Acesso em: 06 set. 2025.

ESCREVENDO O MUNDO EM QUE VIVO: LETRAMENTO E COTIDIANO NO 2° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Anna Carolina Marback dos Santos

Moema Nery de Almeida

RESUMO

Este texto apresenta o projeto de estágio supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O projeto de intervenção pedagógica articula o processo de alfabetização e letramento com a realidade cotidiana dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, valorizando suas vivências no bairro e no trajeto casa-escola. Fundamentado na interdisciplinaridade entre Geografia, História e Língua Portuguesa, com o uso de mapas afetivos e o gênero textual legenda como ferramentas pedagógicas para contextualizar a aprendizagem. A pesquisa e intervenção foram desenvolvidas em uma escola municipal de Salvador. O referencial teórico apoiou-se em autores como Ausubel (2003), Soares (2004), Kleiman (2005), Arroyo (2001) e Santomé (1998), que sustentam a importância da aprendizagem significativa e do letramento. A construção dos mapas afetivos pelos alunos permitiu que expressassem suas memórias, percepções e referências culturais do território onde vivem, promovendo engajamento na leitura e escrita de legendas como forma de representação simbólica.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Interdisciplinaridade.

1 INTRODUÇÃO

Esse texto emerge da experiência de estágio, em uma turma do 2º Ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Salvador. A construção do projeto de intervenção, sob a orientação da professora Patrícia Júlia Souza Coelho, docente dos componentes curriculares Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Projetos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ofertados no Curso de Pedagogia, do Departamento de Educação, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia, buscou estabelecer uma significativa articulação entre a teoria e a prática, em suas diferentes etapas de desenvolvimento.

O presente projeto propôs investigar a relação entre alfabetização e letramento no 2º ano do Ensino Fundamental, a partir de uma perspectiva que valoriza o território e a cultura dos alunos. A proposta em pauta, parte do entendimento de que a alfabetização transcende a simples decodificação de palavras, configurando uma inserção do aprendiz nas práticas sociais de leitura e escrita. Com base na visão de Ausubel (2003), que enfatiza o saber prévio do indivíduo como ponto de partida para a aprendizagem significativa, o projeto buscou integrar as vivências cotidianas dos

alunos, especialmente aquelas que emanam de seu bairro e dos trajetos casa-escola, como elementos essenciais para a construção do conhecimento.

As discussões empreendidas neste texto, teve como aporte teórico os estudos de Ausubel (2003), Soares (2004), Kleiman, Arroyo e Santomé, que sustentam a importância da aprendizagem significativa e do letramento. Nesse contexto, a intervenção pedagógica teve como foco principal o desenvolvimento de práticas interdisciplinares que dialogassem com as experiências reais dos alunos por meio de dois recursos centrais: o mapa afetivo e o gênero textual legenda.

Os mapas afetivos são elaborados a partir das impressões emocionais e culturais dos estudantes, permitindo-lhes representar os caminhos, os locais de significado e os pontos de encontro do território que habitam. Já a legenda, cumpre o duplo papel de orientar a localização cartográfica e de oferecer uma interpretação simbólica das informações apresentadas, promovendo, assim, uma integração entre os processos de leitura, escrita e representação espacial.

Os resultados ratificam a importância de desenvolvermos projetos de ensino que dialoguem com a realidade dos alunos e que, por meio de práticas interdisciplinares, possibilite a construção de saberes, de forma colaborativa e transformadora. Essa concepção, representa, portanto, um avanço na maneira de compreender o processo educativo nos espaços escolares, na medida que valoriza os conhecimentos prévios dos estudantes e se direciona à promoção de uma aprendizagem que seja crítica, inclusiva e enraizada nas experiências afetivas, sociais e culturais dos sujeitos aprendentes.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A fundamentação teórica que sustenta essa proposta está baseada na interseção entre os componentes de Geografia, História e Língua Portuguesa. Em especial, a construção dos mapas afetivos (Lynch,1998) capta o território a partir das experiências emocionais e culturais dos alunos, considerando, por exemplo, os trajetos diários, os pontos de referência do bairro e as memórias dos espaços percorridos. Esse recurso possibilita a mobilização integrada da memória, da percepção espacial e da linguagem, funcionando como elemento facilitador para que as crianças expressem suas experiências de maneira concreta.

Os mapas afetivos fundamentam-se na perspectiva de que cada pessoa possui um recorte mental do mapa da sua cidade, mesmo fragmentado, de ruas, avenidas, pontos de referências. O método consiste em externalizar esses mapas para conseguir do informante suas experiências de forma observável (Bomfim, Zulmira, p. 256, 2008).

Paralelamente, o uso do gênero textual legenda é enfatizado por sua importância na comunicação cartográfica. Conforme Oliveira (2004), a legenda representa a alma do mapa ao traduzir, por meio de símbolos e significados, informações contidas na representação espacial. Essa abordagem teórica é ampliada pelos estudos de Soares (2004), Kleiman (2005) e Magda (2004), que defendem que o letramento deve ser compreendido como a inserção dos sujeitos nas práticas sociais da linguagem. Dessa forma, o ensino deixa de ser uma mera decodificação de palavras e se transforma em um exercício de compreensão e produção de textos contextualizados, fortalecendo a identidade dos alunos e seu senso de pertencimento ao território local.

A proposta também se alinha aos princípios da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017), que orienta o desenvolvimento de competências integradas nos componentes de Língua Portuguesa, Geografia e História, especialmente no 2º ano do Ensino Fundamental.

Nesse sentido, a construção dos mapas afetivos pode ser compreendida como uma prática que favorece a aprendizagem significativa, conforme defendido por Ausubel (2003), ao conectar novos conhecimentos às experiências prévias dos alunos. Essa abordagem estimula a retenção e a compreensão dos conteúdos escolares, pois parte daquilo que é familiar e emocionalmente relevante para os estudantes.

A perspectiva de Alves (1994) também contribui para essa discussão ao destacar que ensinar é um ato de alegria e encantamento, que deve despertar o interesse e a curiosidade dos alunos. Os mapas afetivos, ao envolver memória, afeto e linguagem, tornam-se instrumentos potentes para criar vínculos entre o conhecimento escolar e a vida cotidiana.

Além disso, a interdisciplinaridade é ressaltada como elemento fundamental para que os alunos consigam integrar saberes e compreender os fenômenos de forma holística. Autores como Santomé (1998) destacam que a junção de conteúdos de diversas áreas favorece uma aprendizagem crítica e significativa, enquanto Arroyo (2001) enfatiza a necessidade de reconhecer os saberes locais para promover uma

educação verdadeiramente democrática e inclusiva. Essa base teórica permite que a prática pedagógica transcenda os limites tradicionais, incentivando a produção de conhecimento que dialoga com a realidade vivida e reconhecida pelos alunos.

Ademais, no componente curricular de Língua Portuguesa, o projeto apoiou-se na teoria de Dolz e Schneuwly (2004) que propõe o ensino por gêneros textuais como uma estratégia eficaz para desenvolver as competências linguísticas e discursivas dos estudantes, ou seja, o trabalho com textos que circulam socialmente (como cartas, legendas, notícias), contribui com a construção do conhecimento dos alunos, favorecendo a conexão do ensino da língua com situações reais de comunicação. Dessa forma, promove-se o ensino voltado ao letramento, ou seja, para a inserção dos sujeitos em práticas sociais de leitura e escrita com significância.

A teoria enfatiza que o ensino da língua deve ocorrer de maneira contextualizada, significativa e funcional, priorizando a interação, a finalidade comunicativa e a compreensão dos usos reais da linguagem. Dessa maneira, a sequência didática é concebida como um conjunto de atividades organizadas pedagogicamente, com o objetivo de desenvolver, de forma progressiva, as capacidades de produção e compreensão de um determinado gênero textual. Segundo Dolz e Schneuwly (2004), a sequência didática é uma proposta pedagógica que organiza atividades voltadas para o ensino de um gênero textual, respeitando o processo gradual de aprendizagem dos alunos, com etapas que incluem a produção inicial, análise de modelos, atividades de reflexão e reescrita. Assim, é possível reconhecer o estudante como protagonista do processo de construção do conhecimento.

Outrossim, é importante considerar os aspectos do desenvolvimento cognitivo dos alunos. De acordo com Piaget (1975), as crianças do 2° ano encontram-se no estágio operatório concreto, que se estende dos 7 aos 11 anos de idade. Nessa fase, o indivíduo possui uma lógica mais estruturada, mas ainda depende de situações concretas para pensar de forma organizada, sabe realizar operações mentais, desde que aplicadas a objetos e aos contextos que possam manipular ou visualizar diretamente.

Portanto, ao planejar práticas pedagógicas nesse contexto, é condizente que as atividades estejam ancoradas com a realidade dos estudantes, que mobilizam experiências concretas, visuais e afetivas. A proposta dos mapas afetivos, por exemplo, é particularmente adequada, visto que os alunos mobilizam a própria memória,

percepção espacial e linguagem para representar o território que vivem, como trajetos, pontos de referência e lugares significativos. Essa prática integra noções de espaço, reconhecimento e valorização do ambiente que vivem.

Nesta mesma linha, o gênero legendas, associado à leitura e à construção de mapas, favorece o desenvolvimento do raciocínio simbólico e da capacidade de abstração inicial, pois une as imagens, símbolos e significados. Assim, os alunos constroem representações, habilidades linguísticas e cognitivas em consonância com seu nível de desenvolvimento.

Por fim, a proposta também se fundamenta nos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelece como finalidade da educação o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ao reconhecer os saberes dos alunos e promover práticas pedagógicas significativas, o projeto contribui para a construção de uma escola democrática, inclusiva e comprometida com a realidade social.

O projeto, de caráter interventivo, teve inspiração na pesquisa-ação, que é uma metodologia que articula prática e reflexão crítica, permitindo que o professor em formação atue como pesquisador da própria realidade educacional. Sendo assim, tratando-se do contexto do curso de pedagogia, o estagiário pode avaliar sua práxis, favorecendo uma atuação mais crítica e consciente. Para Pimenta (2009) e Lüdke e André (2013), a pesquisa-ação transforma o estágio em espaço de construção de saberes significativos. Por isso, o planejamento do projeto foi fundamentado por leituras essenciais – como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Referencial Curricular Municipal de Salvador, além de materiais dedicados à investigação pedagógica – que forneceram os pressupostos teóricos para a prática da pedagogia de projetos. Essa abordagem, defendida por Hernández e Ventura (1988), busca integrar os conteúdos escolares com a realidade dos alunos, possibilitando a troca de saberes e o protagonismo discente.

Buscando promover a integração entre saberes e superar a fragmentação do conhecimento para compreender a realidade de forma ampla e contextualizada, pensou-se na interdisciplinaridade como uma forma de pensar e fazer educação de forma ativa e crítica. Para Fazenda (1994), a interdisciplinaridade vai além da justaposição de conteúdos: trata-se de um processo dialógico. Da mesma forma, Ghedin (2006) afirma que a interdisciplinaridade é uma exigência pedagógica

contemporânea, pois é preciso pensar o conhecimento em sua complexidade, favorecendo uma educação mais significativa e libertadora.

A fase inicial do estágio envolveu discussões em grupo e individuais, onde foram analisados os textos de referência e realizados registros críticos das observações na unidade escolar. Em 20 de maio de 2025, teve início a etapa de observação, que contemplou a análise da infraestrutura, a leitura do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e os valores que orientam a prática educacional da escola. A etapa de observação foi crucial para identificar os aspectos essenciais do contexto escolar, como a organização do espaço, o perfil dos alunos e as limitações materiais.

Com base nessas observações e dos registros no diário de campo, iniciou-se o planejamento detalhado das atividades, que foram organizadas para ocorrer ao longo de duas semanas, integrando os componentes curriculares de Língua Portuguesa, História e Geografia.

A elaboração do planejamento evidenciou a importância de uma prática pedagógica que integra teoria e prática, promovendo ações que respeitam os contextos individuais e coletivos dos alunos, mesmo diante de desafios como os ocasionados pela greve docente da rede municipal de ensino do município de Salvador. A abordagem metodológica fortalece a ideia de que o estágio é imprescindível para transformar conhecimentos teóricos em práticas efetivas na sala de aula, preparando o futuro educador para os desafios da educação contemporânea (Drumond, 2019).

Os resultados obtidos com a implementação do projeto “Escrevendo o Mundo em que Vivo: letramento e cotidiano no 2º Ano do Ensino Fundamental” evidenciam avanços no processo de aprendizagem dos alunos, especialmente no que diz respeito à integração entre alfabetização e letramento. O projeto foi desenvolvido ao longo de oito encontros, divididos entre as turmas do 2º ano A e B, durante o período de greve dos professores municipais, o que impactou diretamente o planejamento inicial. Devido à situação atípica, as aulas aconteceram apenas dois dias por semana, exigindo adaptações metodológicas, com discussões e produções mais simplificadas, mas ainda assim coerentes com os objetivos propostos.

Tal situação foi imprescindível no tocante às discussões sobre a importância e a necessidade do planejamento pedagógico, pois sem ele não seria possível organizar as aulas nem adaptar os conteúdos e estratégias às demandas específicas do projeto

e da turma. Diante do contexto atípico, marcado pela redução da carga horária em virtude da greve dos professores, tornou-se ainda mais evidente a necessidade de um planejamento flexível, que contemplasse os objetivos de aprendizagem de forma viável, respeitando o tempo e as condições reais dos alunos. O planejamento permitiu que a equipe reorganizasse as etapas do trabalho, priorizando as atividades mais significativas e garantindo a coerência entre a proposta inicial e as práticas realizadas.

Segundo Libâneo (1994, p. 222), “planejar é antecipar mentalmente uma ação, é prever os meios e os fins, é organizar metodicamente o ensino em função de objetivos”. Analogamente com o contexto em que o projeto estava inserido, o planejamento possibilitou que a intencionalidade pedagógica estivesse alinhada com sensibilidade às situações emergentes do cotidiano escolar mesmo após a redução de carga horária.

Apesar das limitações de tempo, os alunos demonstraram ser participativos, inteligentes e dedicados, contribuindo ativamente para o andamento das atividades.

Os alunos nos acolheram no espaço escolar, o que favoreceu o vínculo com as crianças. Durante as interações, foi possível observar a ausência de afetividade em muitas relações e a carência emocional presente em alguns alunos (um aspecto que reforça a importância de práticas pedagógicas sensíveis, que promovam o acolhimento, a escuta e o cuidado). Nesse sentido, é pertinente destacar a contribuição de Wallon (2007), que considera a afetividade como um eixo central no desenvolvimento infantil, sendo indissociável dos aspectos cognitivos e motores. Para o autor, “o ser humano é, antes de tudo, um ser de necessidades e emoções” (WALLON, 2007, p. 121), e é por meio das relações afetivas que a criança se constitui como sujeito e se engaja nos processos de aprendizagem. Assim, o ambiente escolar precisa promover vínculos que acolham as emoções e favoreçam o desenvolvimento integral da criança.

Por isso, muitas vezes o comportamento das crianças em sala de aula é interpretado como indisciplina, quando, na verdade, pode ser a manifestação de necessidades emocionais não acolhidas. Em muitos contextos escolares, a ausência de vínculos afetivos que deem segurança, escuta e presença ao aluno é refletida em comportamentos que desafiam a ordem da sala, mas que revelam um sujeito em busca de atenção, pertencimento ou sentido. Tal realidade reforça a importância de discutir a indissociabilidade entre o “cuidar” e o “educar”, dado que, ambos são inerentes ao trabalho pedagógico.

De acordo com Wallon (2007), o desenvolvimento infantil ocorre por meio da articulação entre os aspectos cognitivos, afetivos e motores, sendo a afetividade um elemento estruturante do pensamento e da ação da criança. Quando essas dimensões não são reconhecidas ou acolhidas no ambiente escolar, o processo de aprendizagem pode ser comprometido.

Nesse sentido, Freire (1996) destaca que a prática pedagógica deve estar ancorada no respeito à dignidade do educando, considerando-o como um ser histórico, inacabado, carregado de saberes, sentimentos e experiências. Para Freire: “não há docência sem discência, e não há ensino sem afeto”. Complementando essa perspectiva, Barbosa (2006) ressalta que o cuidado não deve ser visto como algo secundário ou assistencialista, mas como uma dimensão fundante da educação, especialmente na infância. Para a autora, cuidar é também educar, é criar contextos seguros, éticos e sensíveis, onde as crianças possam desenvolver-se integralmente — emocional, social e cognitivamente.

Assim, torna-se urgente romper com a visão fragmentada de que o professor é responsável apenas pela transmissão de conteúdos, desconsiderando os aspectos humanos e subjetivos que constituem a infância. O aluno precisa ser visto como um sujeito completo, dotado de histórias, emoções e desejos, e a escola deve ser um espaço onde ele seja cuidado, respeitado e reconhecido em sua totalidade.

Também é preciso refletir sobre práticas escolares que silenciam ou moldam os alunos, restringindo sua autonomia e expressão — fenômeno que autores como Alves e Freire denunciam como uma forma de *educastração*. Esse termo aponta para uma lógica escolar que busca padronizar comportamentos e pensamentos, ao invés de valorizar a pluralidade e a criatividade dos sujeitos. Portanto, os resultados do projeto apontam para a necessidade de uma educação que vá além da instrução formal, valorizando o acolhimento, a subjetividade e a escuta como princípios centrais da formação humana. Freire (1996) lembra que “ensinar exige acolhida e escuta”, e que a educação libertadora só é possível quando há diálogo e reconhecimento do outro como sujeito. Assim, os resultados do projeto evidenciam a urgência de uma escola que rompa com práticas repressoras e caminhe em direção a uma formação mais afetiva, crítica e humanizadora, especialmente nos anos iniciais, em que o cuidado se torna ainda mais essencial ao desenvolvimento global da criança.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “Escrevendo o Mundo em que Vivo: Letramento e Cotidiano no 2º ano do Ensino Fundamental” demonstra a relevância de uma prática pedagógica que integra teoria e prática, promovendo a conexão entre os processos de alfabetização e letramento e as experiências cotidianas dos alunos. Ao valorizar o território e as vivências culturais, a proposta reforça a construção da identidade e do senso de pertencimento, aspectos fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes.

A interligação entre o uso dos mapas afetivos e o gênero textual legenda evidencia uma abordagem inovadora que coloca o aluno como protagonista de sua aprendizagem. Por meio desta integração, os estudantes não apenas reconhecem a importância da linguagem escrita para interpretar e transformar seu ambiente, mas também adquirem ferramentas para compreender a realidade de forma crítica e significativa.

O processo metodológico, que envolve desde uma observação aprofundada do contexto escolar até o planejamento e execução de atividades interdisciplinares, foi capaz de promover uma aprendizagem contextualizada e adaptável. Adicionalmente, o sistema de avaliação contínua e formativa contribuíram para um acompanhamento detalhado do desenvolvimento dos alunos, garantindo que todas as etapas do processo educativo fossem valorizadas e aprimoradas.

Em síntese, o projeto reafirma a importância de um ensino que dialoga com a realidade dos alunos e que, por meio de práticas interdisciplinares, constrói saberes de forma colaborativa e transformadora. Essa proposta representa, portanto, um avanço na maneira de conceber o processo educativo, reafirmando a necessidade de se partir do que o aluno já conhece para promover uma aprendizagem que seja ao mesmo tempo crítica, inclusiva e enraizada na vivência do território.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar.** Campinas: Papirus, 1994.

ARROYO, Miguel. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres.** Petrópolis: Vozes, 2001.

AUSUBEL, David Paul. **Aquisição e retenção de conhecimentos:** uma perspectiva cognitiva. Tradução de Sônia P. C. Nascimento. Lisboa: Plátano, 2003.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Cuidar, educar e aprender:** interfaces entre a educação infantil e o ensino fundamental. Petrópolis: Vozes, 2006.

BOMFIM, Zulmira Áurea. Afetividade e ambiente urbano: uma proposta metodológica pelos mapas afetivos. In: PINHEIRO, José Q.; GÜNTHER, Hartmut (orgs.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 254–256.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC:** habilidades de Língua Portuguesa, Geografia e História para o 2º ano do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 33–41.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Marc; SCHNEUWLY, Bernard. **Gêneros orais e escritos na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 2004.

DRUMOND, Maria do Socorro Alencar. **Estágio supervisionado:** espaço de articulação entre teoria e prática na formação de professores. In: PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena (Org.). *Estágio e docência*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 107–122.

FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade:** história, teoria e pesquisa. Campinas: Papirus, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GHEDIN, Evandro. Interdisciplinaridade: fundamentos e práticas. In: GHEDIN, Evandro; FRANCO, Inez A. Ribeiro (Org.). **Interdisciplinaridade:** fundamentos e práticas. São Paulo: Cortez, 2006. p. 11–34.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho:** *o conhecimento é um caleidoscópio*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

KLEIMAN, Ângela. O letramento como prática social. In: KLEIMAN, Ângela (Org.). **Letramento e alfabetização.** São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa na escola:** possibilidades e limites. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

OLIVEIRA, Ivanilton José de. A linguagem dos mapas: utilizando a cartografia para comunicar. **Revista UNICIENCIA**, Goiás, 2004. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/215/o/OLIVEIRA__Ivanilton_Jose_linguagem_dos_mapas.pdf. Acesso em: 13 maio 2025.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação formativa:** *da intenção à prática.* Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 45.

PIAGET, Jean. **A psicologia da criança.** 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência:** a relação necessária. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade:** *o currículo integrado*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento:** *uma falsa oposição*. São Paulo: Autêntica, 2004.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CIDADES INTELIGENTES E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL: PRIMEIRAS REFLEXÕES A PARTIR DO NORDESTE DO BRASIL

Thalita Emanuele Teixeira Santiago[1]

RESUMO

O presente artigo possui o objetivo de problematizar o processo de digitalização das cidades brasileiras, especialmente no Nordeste, e os desafios da implementação das chamadas "cidades inteligentes". Defende-se que a tecnologia urbana não deve ser vista como neutra ou universal, mas como uma criação social inserida em contextos históricos, culturais e territoriais específicos, que pode tanto reproduzir desigualdades quanto promover inclusão, dependendo de sua aplicação. A partir de uma análise crítica, o texto ressalta que a "smartificação" das cidades, quando descolada das realidades locais, tende a reforçar desigualdades, principalmente em territórios historicamente negligenciados como os nordestinos. O artigo propõe que a construção de cidades inteligentes deve valorizar as inteligências coletivas, os saberes populares e a participação cidadã, incorporando uma perspectiva territorializada e decolonial para enfrentar os modelos hegemônicos e tecnocráticos, visando uma urbanização digital mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Cidades Inteligentes. Planejamento Urbano. *Smartificação*.

1 INTRODUÇÃO

O avanço da digitalização tem impulsionado transformações significativas nas dinâmicas urbanas contemporâneas: juntamente com ela, emerge a necessidade de difundir soluções para os desafios cotidianos presentes na cidade, dando origem às chamadas "cidades inteligentes", acompanhadas de promessas de eficiência, sustentabilidade e inclusão social por meio da integração entre tecnologia, dados e gestão pública. No entanto, no contexto brasileiro, a adoção do modelo de cidades inteligentes revela profundas assimetrias, especialmente quando se observa sua aplicação em territórios historicamente negligenciados em vários aspectos, como algumas das cidades da região Nordeste.

É neste cenário que emerge o conceito de "smartificação", entendido como o processo de incorporação de tecnologias e soluções digitais na gestão e na vivência urbana. Embora promissor, tal processo tende a reproduzir desigualdades pré-existentes ao ser implementado de forma descolada das realidades locais, reforçando estruturas excludentes sob um verniz de modernidade. A realidade de cidades

[1] Mestre em Território, Ambiente e Sociedade, Universidade Católica do Salvador, thalita.santiago@ucsal.edu.br.

nordestinas, que enfrentam desafios estruturais de acesso a serviços básicos e participação cidadã, demanda uma análise mais crítica e territorializada dessas inovações tecnológicas.

Dito isso, este artigo defende a necessidade de compreender as especificidades históricas, culturais, sociais e econômicas de cidades como a capital baiana, não somente por sua complexidade e riqueza territorial, que será considerada aqui como estudo central, mas também por uma reflexão situada - em que a pesquisadora também se posiciona como narradora-personagem de um território que habita, estuda e vivencia.

É importante salientar que a tecnologia, neste artigo, será abordada não apenas como infraestrutura ou dispositivos digitais, mas como fenômeno social. Da mesma forma, o conceito de inteligência urbana será compreendido para além do uso de dados e automação, assumindo o sentido de uma construção coletiva que emerge da articulação entre saberes diversos, práticas sociais e territorialidades.

O objetivo deste artigo é, portanto, aprofundar a problematização teórica em torno do processo de smartificação que acomete a região nordeste do Brasil, e refletir sobre os riscos e potencialidades de uma urbanização digital que considere as particularidades locais. Este aprofundamento busca não apenas atender às exigências da disciplina Estudos Avançados sobre as Relações Território, Ambiente e Sociedade, mas também servir como base estruturante para o desenvolvimento da tese de doutorado desta autora, cuja temática está ancorada nos mesmos tensionamentos entre tecnologia, território e participação social.

2 TECNOLOGIA: FERRAMENTA DE DISPUTAS NO ESPAÇO URBANO

No debate contemporâneo sobre cidades inteligentes, a tecnologia costuma ser apresentada como uma solução neutra, objetiva e tecnicamente eficiente para os problemas urbanos. Essa narrativa, fortemente ancorada no discurso da inovação, tende a ignorar o fato de que a tecnologia não serve apenas um conjunto de dispositivos, softwares ou infraestruturas digitais, mas que, principalmente no contexto urbano, ela deveria atuar como aliada da mediação social e política, atravessada por disputas de poder, significados e usos.

De acordo com Vieira Pinto (2005) a tecnologia deve ser entendida como uma expressão da capacidade humana de intervir no mundo a partir da técnica, da criação e da cultura. Logo, sobre a perspectiva do autor, cada ferramenta, artefato ou invenção criados se relacionam com a experiência de seu criador, juntamente com a vivência em seu território de origem: “A tecnologia tem de ser a teoria, a ciência, o estudo, a discussão técnica, abrangidas nesta última noção as artes, as habilidades do fazer, as profissões e, generalizadamente, os modos de produzir alguma coisa.” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 219)

Enquanto criação social, a tecnologia não é neutra nem universal: ela reflete escolhas, prioridades e disputas. Em sociedades desiguais como a brasileira, sua aplicação no espaço urbano tende a reproduzir assimetrias históricas, favorecendo determinados grupos, territórios e modos de vida, enquanto silencia e marginaliza outros.

Essa abordagem crítica da tecnologia como criação social, proposta pelo autor, auxilia a desnaturalização da associação automática entre inovação técnica e progresso urbano. Ela abre espaço para reconhecer que a tecnologia é construída em contextos históricos e territoriais específicos, moldada por disputas simbólicas e interesses políticos. Ao invés de representar uma trajetória linear e universal, a tecnologia revela-se como uma produção cultural, marcada pelas condições sociais, pelos saberes locais e pelo contexto de vida de quem a cria e a utiliza.

Um pouco mais tarde, esse entendimento foi ampliado pelos estudos de André Lemos, que aprofundou ainda mais a crítica à neutralidade tecnológica e inseriu a dimensão digital e conectada do espaço urbano. Para esse autor, o espaço urbano não pode ser compreendido sem considerar a presença difusa de dispositivos digitais, redes e sistemas inteligentes que organizam os fluxos, os afetos e o controle sobre a cidade. Entretanto, Lemos também alerta que a presença dessas tecnologias não substitui as vivências e práticas territoriais, mas deve interagir com elas, ora de forma violenta, ora de forma favorável.

Essa convivência entre o concreto e o digital nas cidades não deve ser lida como harmônica, mas como campo de tensão. A digitalização da cidade, quando orientada por interesses corporativos ou por visões demasiadamente técnicas do planejamento, pode resultar em formas de segregação territorial e vigilância. Por isso, Lemos afirma: “As tecnologias são artefatos sociotécnicos que organizam e reconfiguram práticas

sociais. Elas não são neutras, são carregadas de intenções, usos e valores". (LEMOS, 2013, p. 68)

Essa compreensão da tecnologia como ferramenta, nos permite posicioná-la não como avanço inevitável, mas como uma escolha consciente com consequências urbanas. Ao questionar a neutralidade das ferramentas digitais, Lemos desestabiliza o discurso da inovação como sinônimo de progresso, mostrando que essas soluções frequentemente operam dentro de lógicas corporativas, normativas e excludentes. O resultado podem ser "cidades-empresas" geridas por algoritmos que priorizam mobilidade, consumo e vigilância acima da escuta comunitária e da justiça territorial.

O autor ainda chama a atenção para os efeitos simbólicos e afetivos da tecnologia enquanto ferramenta na vida urbana. Em suas análises sobre o espaço conectado, ele ressalta que os instrumentos digitais não apenas operam como infraestrutura, mas reconfiguram o modo como as pessoas se relacionam com a cidade. De acordo com ele, dados coletados por sensores, sofwares plataformas e sistemas de gestão não são imparciais, pois carregam intencionalidades, exclusão e invisibilidade. Em outras palavras, trazem para as cidades o risco de se tornarem espaços de "inteligência" concentrada e sensibilidade desabitada, quando não dialogam com os saberes e práticas que já existem no território.

Nesse ponto, torna-se essencial trazer autores que auxiliem a refletir como essas práticas locais e populares de produção urbana e tecnológica resistem, coexistem ou confrontam as dinâmicas digitais instituídas. O debate se amplia e passa a envolver questões territoriais, de produção do espaço e insurgência urbana. A esse respeito, a investigação de Lucas Carvalho pode oferecer uma chave analítica potente para compreender como o território pode ser pensado não apenas como receptor de tecnologias, mas como produtor de inteligência coletiva e resistência:

"Abria-se, assim, a possibilidade de se pensar novos caminhos para modernização do meio rural que passassem pelo reconhecimento das variadas formas de trabalho e da complexa relação entre elas (...) compreender a modernização capitalista no campo a partir dos sentidos conferidos a seus processos pela racionalidade econômica camponesa, tendo como base o trabalho na agricultura. Desse ponto de vista, a reforma agrária, expressão política dessa centralidade conferida à terra pelos trabalhadores rurais, estaria intimamente ligada a um processo de

desenvolvimento econômico mais democrático e, portanto, menos excludente.” (CARVALHO, 2022)

No texto “O Nordeste como perspectiva”, Carvalho (2022) nos convida a olhar para os territórios historicamente colocados à margem. Apesar de sua análise tratar de experiências no meio rural nordestino, especialmente de agricultores assentados e comunidades camponesas, pode ser utilizado como um bom exemplo para esta discussão, ao propor enxergar a região nordeste como espaço gerador de práticas inovadoras, modos de vida resistentes e tecnologias próprias de existência e organização social.

Assim como o campo, a cidade abriga tecnologias invisibilizadas, práticas comunitárias de cuidado, comunicação e organização que não se encaixam no vocabulário dominante da inovação. Reconhecer essas práticas como formas legítimas de tecnologia permite reposicionar a própria ideia de cidade inteligente: não como produto de grandes corporações e centros de controle, mas como território em disputa, tecido por múltiplas tecnologias sociais e afetivas, criadas por quem vive a cidade de dentro para fora.

Dessa forma, é vista como fundamental a necessidade de ampliar o olhar sobre a tecnologia no espaço urbano, reconhecendo que ela não é apenas uma ferramenta técnica e que, entendê-la como criação social significa valorizar as tecnologias populares, comunitárias e locais, que muitas vezes se encontram à margem dos discursos oficiais, mas que são essenciais para a construção de cidades mais humanas. Essa perspectiva questiona diretamente os modelos hegemônicos de desenvolvimento urbano e a abre espaço para formas alternativas de pensar a gestão do espaço, que estejam enraizadas nas experiências e necessidades dos próprios habitantes.

3 SMART PARA QUEM?

No senso comum do conceito construído ao longo dos anos, cidades inteligentes costumam ser definidas como espaços urbanos otimizados por meio da tecnologia digital: sensores, plataformas, geotecnologias, big data, internet das coisas e/ou inteligência artificial. Essa “smartificação” das cidades se apresenta como um caminho natural e desejável para enfrentar desafios como mobilidade, segurança, sustentabilidade e gestão pública. No entanto, é preciso compreender que apesar de

se tratarem de ferramentas genuinamente eficientes quando bem aplicadas, há questões políticas e sociais que devem ser consideradas, dependendo do contexto em que são utilizadas, pois possuem o poder de moldar o que é priorizado, o que é medido e, principalmente, quem é ouvido no cotidiano dessas cidades.

A “smartificação” é frequentemente associada à modernização e à eficiência, pautada pelo uso intensivo de tecnologias digitais para otimizar serviços, infraestrutura e gestão urbana. Nesse modelo, a cidade é vista, muitas vezes, como uma empresa: um espaço a ser gerido com lógica de mercado, onde dados e algoritmos são ferramentas unicamente para maximizar resultados. Essa perspectiva pode trazer avanços importantes, como maior agilidade na prestação de serviços públicos e melhor uso dos recursos.

No entanto, ao enxergar a cidade principalmente como um “produto” ou “negócio”, há o risco de priorizar processos e indicadores que a identificam como um sistema, invisibilizando as pessoas que a vivem e constroem. Defende-se aqui, que a smart city ideal, portanto, deve ir além da simples aplicação de ferramentas digitais e abraçar a complexidade das relações humanas que permeiam o espaço urbano.

Logo, compreende-se que é fundamental pensar para quem a cidade inteligente está sendo construída. Afinal, as tecnologias urbanas têm o potencial não só de transformar a infraestrutura, mas também de amplificar vozes, conectar comunidades e promover inclusão social. Reconhecer o habitante da cidade como sujeito plural com protagonismo significa garantir que a smartificação dialogue com os modos de vida locais, respeitando e valorizando as múltiplas inteligências que convivem e produzem o espaço urbano.

4 SMARTIFICAÇÃO DE CIDADES: BARREIRA OU CAMINHO PARA A INCLUSÃO TERRITORIAL?

Ao ser aplicado sem mediação com as realidades locais, o modelo de cidade inteligente tende a reforçar uma lógica centrada em eficiência técnica, que muitas vezes tende a ignorar as desigualdades estruturais e os modos de vida diversos que constituem o tecido urbano brasileiro, especialmente nas cidades nordestinas. O que é vendido como “inovação” pode, na prática, atuar como instrumento de exclusão

espacial, vigilância seletiva e apagamento de práticas populares de organização urbana.

Por isso, à luz das reflexões críticas discutidas nas seções anteriores, torna-se necessário questionar: “smartificar” para quem? Com quais tecnologias? A partir de quais territórios e saberes?

Esse questionamento exige que o conceito de cidade inteligente seja revisto a partir de uma lente territorializada. Significa recusar a imposição de modelos prontos - frequentemente importados de contextos do Norte Global - e construir alternativas que valorizem a inteligência coletiva já existente nos territórios, valorizando sua complexidade histórica, cultural e social, oferecendo um campo fértil para experimentar esse deslocamento epistemológico: de um lugar a ser “modernizado” para um lugar trabalha para produzir sua própria modernidade, baseada em características próprias e na resistência de seu povo.

Nesse debate, as contribuições de Rogério Haesbaert (2021) sobre território e descolonialidade ampliam a compreensão das assimetrias que atravessam os processos de smartificação nas cidades brasileiras e, principalmente, as nordestinas. Para o autor, o território não deve ser visto apenas como espaço físico ou base para políticas públicas, mas como campo de disputa simbólica, histórica e política, onde diferentes agentes (públicos, privados, comunitários) abrigam projetos de vida e pertencimento. A aplicação de modelos globais de cidades inteligentes, sobretudo nas regiões historicamente subalternizadas como o Nordeste, revela uma tentativa de uniformização dos modos de vivenciar a cidade, marcada por uma lógica tecnocrática e, muitas vezes, neocolonial. Essa lógica naturaliza a ideia de que inovação é algo que não pode ser criado, mas sim replicado, frequentemente desconsiderando os saberes e tecnologias locais.

O chamado giro decolonial, discutido por Haesbaert, se torna uma lente crítica poderosa para pensar os limites da smartificação como projeto importado e padronizado. Ao invés de simplesmente adaptar modelos, é necessário compreender os conceitos e práticas de cidade inteligente, reconhecendo que existem outras formas de inteligência urbana sendo praticadas nos territórios, ainda que invisibilizadas pelas instituições.

A crítica à smartificação como processo excludente também pode ser fortalecida a partir da abordagem de Jurandir Ferreira de Lima (2011), que propõe a economia territorial como ferramenta analítica para compreender as desigualdades estruturais no desenvolvimento dos territórios. O autor defende que é preciso considerar que os territórios não se desenvolvem da mesma forma nem no mesmo ritmo, pois estão atravessados por diferentes níveis de articulação econômica, capacidade institucional e integração a circuitos produtivos e tecnológicos.

No caso de Salvador, por exemplo, isso significa olhar para as tecnologias sociais desenvolvidas nas periferias, para os modos de organização digital das juventudes negras, para os coletivos que produzem dados, mapas e redes de solidariedade a partir de experiências de vivência e resistência. Nesse sentido, o território não é apenas cenário da inovação: ele é produtor da própria tecnologia.

A partir da economia territorial, torna-se possível apontar algumas dificuldades que surgem quando busca-se o acesso democrático à tecnologia urbana, como a concentração de investimentos em áreas centrais, a baixa incidência de redes digitais nas periferias, e a ausência de políticas públicas que unem inovação e inclusão. Assim, a análise territorial proposta por Lima ajuda a deslocar o foco do “como aplicar tecnologia” para o “onde, para quem e com que bases aplicar tecnologia”, chamando atenção para a urgência de políticas públicas territorializadas, sensíveis às especificidades econômicas, sociais e culturais de cada cidade.

Diante das contribuições de Haesbaert e Lima, torna-se evidente que o caminho para uma smartificação territorialmente justa se dá principalmente pela escuta atenta às dinâmicas locais e pela valorização daqueles que já habitam os territórios. A cidade inteligente, nesse sentido, só pode cumprir seu potencial inclusivo se for entendida como um projeto coletivo, construído a partir das desigualdades, das resistências e das técnicas criadas especialmente para atender as demandas que estruturam o espaço urbano brasileiro. Essas leituras, em conjunto, evidenciam limites concretos para a implementação equitativa de políticas públicas de cidades - realmente - inteligentes, já que boa parte dessas iniciativas exige infraestrutura técnica e financeira que não está distribuída de forma uniforme.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, procurou-se enxergar a ideia de cidades inteligentes sob uma abordagem territorializada, crítica e situada, com foco na cidade na região nordeste do Brasil como território emblemático de contradições e potências. A partir das discussões desenvolvidas nas duas sessões principais, buscou-se mostrar que os discursos que embasam o processo de smartificação precisam ser reavaliados. Isso porque, embora apresentadas como soluções técnicas e universais, as tecnologias urbanas carregam em si prioridades que reforçam as desigualdades históricas e territoriais já existentes nessas cidades.

Inspirada em autores como Álvaro Vieira Pinto e André Lemos, a primeira parte do artigo destacou que a tecnologia não é neutra: ela é criação humana, enraizada na cultura, nas condições sociais e nas intenções de quem a produz e utiliza. Já a inteligência, quando reduzida a automatismos e dados, perde seu sentido coletivo e territorializado. Foi a partir dessa crítica que se construiu a segunda seção, onde autores como Haesbaert e Lima foram utilizados para fortalecer a crítica ao modelo dominante de cidade inteligente, centrado em visões tecnocráticas e importadas, que colide com as dinâmicas reais de cidades nordestinas, e revelam mais barreiras do que soluções para seus habitantes.

Fa-se necessário reafirmar que não é pretensão aqui apresentar uma solução definitiva para os impasses da smartificação, tampouco rejeitar por completo a presença da tecnologia no planejamento urbano. Ao contrário, o objetivo é chamar atenção para os riscos e invisibilidades que cercam esse processo, especialmente quando ele ignora o território como produtor ativo de inteligência e inovação social. A crítica proposta defende que as políticas de cidades inteligentes só serão de fato inclusivas se nascerem da valorização das experiências locais e da ruptura com a lógica de imposição de modelos globais e descolados da realidade.

Por fim, este artigo não encerra um debate, mas inicia. Ele constitui um primeiro movimento reflexivo no processo de construção de uma tese de doutorado que pretende aprofundar essa discussão, com maior densidade teórica e metodológica, a partir da experiência concreta da cidade de Salvador. Trata-se de uma proposta em construção, que tem como ponto de partida o reconhecimento da tecnologia e da inteligência como conceitos político-sociais e que, por este motivo, precisam ser repensados junto às desigualdades, resistências e potências que emergem dos territórios nordestinos

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Lucas. **O Nordeste como perspectiva: políticas públicas e a construção de outros futuros possíveis.** In: LEHER, Roberto (org.). *Território, educação e resistência*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2022.

COVAS, Maria das Mercês Cabrita de Mendonça; COVAS, António Manuel Alhinho. **Cidades inteligentes e criativas e smartificação dos territórios: apontamentos para reflexão.** *Observatorio Latinoamericano de Geopolítica*, v. 2, n. 4, p. 55–79, jul./dez. 2020. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5708/570864728003/html/. Acesso em: [coloque a data de acesso].

HAESBAERT, Rogério. ***Território e descolonialidade*.** São Paulo: Editora Unesp, 2021.

LEMOS, André. ***Cibercultura e mobilidade: a era da conexão*.** *Revista Galáxia*, n. 25, p. 67–83, dez. 2013. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/18810. Acesso em: [coloque a data de acesso].

LIMA, Jurandir Ferreira de. Economia territorial: teoria e indicadores. In: LIMA, Jurandir Ferreira de; SAQUET, Marcos A. (org.). ***Território e economia no Brasil: entrelaçamentos e possibilidades*.** Curitiba: Editora da UFPR, 2011. p. 13–42.

VIEIRA PINTO, Álvaro. ***O conceito de tecnologia*.** 2. ed. São Paulo: Contraponto, 2005. v. 1.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

VERITATI

SEMOC

28ª EDIÇÃO Educar é um Ato de Esperança